UNIVERSIDADE ABERTA



PESCA COMERCIAL NAS ÁGUAS INTERIORES NÃO MARÍTIMAS DO ESTUÁRIO DO RIO TEJO.

Contributos para o seu melhor conhecimento, melhoria da sustentabilidade socioeconómica e proteção do ambiente estuarino.

LIVRO II - ATIVIDADE PISCATÓRIA POR CONCELHOS, EM 2018

(Municípios de Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal, Lisboa, Oeiras e Almada)

MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

Sintra, junho de 2022

(página intencionalmente deixada em branco)

UNIVERSIDADE ABERTA



PESCA COMERCIAL NAS ÁGUAS INTERIORES NÃO MARÍTIMAS DO ESTUÁRIO DO RIO TEJO.

Contributos para o seu melhor conhecimento, melhoria da sustentabilidade socioeconómica e proteção do ambiente estuarino.

LIVRO II - ATIVIDADE PISCATÓRIA POR CONCELHOS, EM 2018

(Municípios de Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal, Lisboa, Oeiras e Almada)

MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

Tese orientada pela

Professora Doutora Sónia Isabel Fernandes Borges Seixas

Área Fos: Ciências da Terra e Ciências do Ambiente

Sintra, junho de 2022

Livro segundo de suporte à tese de doutoramento como "Atividade Piscatória por Concelhos, em 2018".

Grupo I - Municípios de Vila Franca de Xira e Benavente;

Grupo II - Municípios de Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro e Seixal;

Grupo III - Municípios de Lisboa, Oeiras e Almada.

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este trabalho pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e as boas práticas internacionalmente aceites no que concerne aos direitos de autor, com algumas limitações.

As fotografias e imagens, quer antigas, quer recentes, ilustrando infraestruturas, artes, espécies e embarcações, a convivência quotidiana e a operação dos marítimos e por eles autorizadas e/ou cedidas por familiares exclusivamente para utilização neste trabalho, não podem ser divulgadas, publicadas, utilizadas, modificadas ou exploradas, com fins comerciais ou não, sem a autorização escrita, em suporte duradouro, dos próprios nominalmente identificados nas legendas das fotografias e imagens, ou em nota de rodapé dos subcapítulos correspondentes, porque lhes pertencem os direitos de imagem e de publicidade, e, nalguns casos, também os direitos de autor. Da autorização deve constar, obrigatoriamente, a forma autorizada de divulgação, publicação e utilização, bem como as respetivas condições, nomeadamente tempo e lugar. No caso das fotografias ou imagens sem identificação, o pedido deve ser dirigido ao autor, que procederá à remessa aos titulares dos respetivos direitos.

A documentação relativa à administração marítima proveniente de arquivos pessoais, como documentos profissionais, matrículas de tripulação, frota (incluindo os motores), declarações, certificados, desembarques, e outros, não pode ser, sob qualquer circunstância, divulgada, publicada, utilizada, modificada ou explorada.

Financiamento

A investigação foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa individual de doutoramento n.º **SFRH/BD/115779/2016.**

O financiamento da bolsa teve proveniência no orçamento nacional e no orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE).

Domínio científico principal - Ciências Agrárias (CA); Área científica principal - Agricultura, Silvicultura e Pescas; Subárea científica – Pescas; Painel de avaliação - Agricultura, Silvicultura e Pescas e outras Ciências Agrárias.

A investigação decorreu no MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, polo da Universidade de Coimbra, no quadro do grupo de investigação Estuários e Zonas Costeiras, enquanto instituição de acolhimento.

Duração: 4 anos.

Nota Introdutória

Neste livro fazemos a análise da pesca comercial no estuário do rio Tejo, por concelhos, detalhando a análise realizada no Capítulo 5 – Atividade Piscatória Global, do Livro I -Tese.

A análise desagregada dos dados é importante para evidenciar tendências e padrões que não foi possível identificar à escala do estuário, e, sobretudo, para entendermos as particularidades concelhias, porque se nuns casos pouco diferem, noutros são completamente opostas. Por outras palavras, se não tivéssemos realizado esta análise detalhada, nunca teríamos conseguido chegar ao valor real para todo o estuário do rio Tejo, nas diversas áreas em estudo. É também uma forma de analisarmos a atividade piscatória indo ao encontro das expetativas dos próprios marítimos, que desde o início da investigação sinalizaram diferenças significativas na organização societária, nas práticas quotidianas, nos comportamentos culturais, nos interesses, nas conceções éticas e morais, e nas condições de operação, entre concelhos. É ainda uma forma de superar a rivalidade piscatória concelhia, também sinalizada pelos marítimos, que chegou ao limite de sugerirem a apresentação do documento final de forma individualizada por concelho, e ajuda a explicar as situações em que ocorrem amplitudes muito significativas no interior de cada concelho.

Os dados utilizados foram analisados no Capítulo 5 – Atividade Piscatória Global, do Livro I -Tese, agora apresentados e analisados de forma desagregada. Não existiu nova recolha de material empírico. À parte disso, fizemos para cada concelho um enquadramento evolutivo, aproveitando a informação empírica recolhida em conversas informais, observação de participante, quer em terra, quer embarcado, e notas de trabalho de campo, e sumariando o conteúdo do Livro III – Evolução Histórica.

Estrutura de análise: (i) enquadramento evolutivo; (ii) mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo e caracterização técnica, e determinação da percentagem de inquirição; (iii) caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações; (iv) matrículas de tripulação e formas de remuneração; (v) caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas e comercialização, e custos de operação; (vi) caracterização associativa, de segurança e governança, e da religiosidade dos marítimos; (vii) práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas; (viii) identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

A estrutura de análise é igual em todos os concelhos, e muitos dos problemas analisados são semelhantes aos vários territórios, pelo que em alguns deles faz-se a repetição textual da argumentação, ajustada aos dados de cada concelho. A alternativa era repetir dez vezes, uma vez para cada concelho, a mesma coisa com palavras diferentes, o que não trazia benefício que superasse o tempo elaborado na produção do texto. Optou-se por não colocar título nos gráficos, quadros e tabelas, devido ao elevado número e para evitar a repetição. No entanto, assegura-se que, por si só, todos esses elementos gráficos estão construídos com a informação necessária para a sua compreensão pelo público em geral, e ainda, que no corpo do texto, previamente à sua inserção, consta o conteúdo necessário à sua identificação e interpretação/análise. Nas figuras, gráficos, quadros e tabelas em que não é indicada fonte, deve considerar-se como sendo de autoria própria. O índice de figuras consta do final do documento.

(página intencionalmente deixada em branco)

Índice Geral

Prólogo 13

GRUPO I 17

COMUNIDADES AVIEIRAS
(Municípios de Vila Franca de Xira e Benavente) 18

I.1. Comunidades de pescadores de Vila Franca de Xira 19

I.1.1. Enquadramento evolutivo. 19

I.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 52

I.1.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 60

I.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 68

I.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 70

I.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 83

I.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 88

I.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 91

I.2. Comunidade de pescadores de Benavente 97

I.2.1. Enquadramento evolutivo. 97

I.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 102

I.2.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 103

I.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 104

I.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 105

I.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 111

I.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 112

I.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 113

GRUPO II 117

II. COMUNIDADES DO MAR DA PALHA
(Municípios de Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro e Seixal) 118

II.1. Comunidades de pescadores de Alcochete 119

II.1.1. Enquadramento evolutivo. 119

II.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 132

II.1.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 136

II.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 142

II.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 144

II.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos..... 157

II.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 160

II.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 163

I.2. Comunidade de pescadores do Montijo 173

II.2.1. Enquadramento evolutivo. 173

II.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 188

II.2.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações..... 191

II.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 195

II.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 196

II.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos..... 206

II.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 210

II.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 211

II.3. Comunidades de pescadores da Moita 219

II.3.1. Enquadramento evolutivo. 219

II.3.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 228

II.3.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações..... 231

II.3.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 235

II.3.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 236

II.3.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos..... 245

II.3.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 246

II.3.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 248

II.4. Comunidades de pescadores do Barreiro 253

II.4.1. Enquadramento evolutivo. 253

II.4.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 269

II.4.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações..... 274

II.4.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 282

II.4.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 284

II.4.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 297

II.4.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 300

II.4.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 303

II.5. Comunidades de pescadores do Seixal 311

II.5.1. Enquadramento evolutivo. 311

II.5.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 321

II.5.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 324

II.5.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 328

II.5.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 330

II.5.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 340

II.5.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 341

II.5.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 343

GRUPO III 347

III. COMUNIDADES DA FOZ
(Municípios de Lisboa, Oeiras e Almada) 348

III.1. Comunidades de pescadores de Lisboa 349

III.1.1. Enquadramento evolutivo. 349

III.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 363

III.1.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 369

III.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 376

III.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 378

III.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. ... 392

III.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 395

III.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 398

III.2. Comunidades de pescadores de Almada 405

III.2.1. Enquadramento evolutivo. 405

III.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 480

III.2.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações. 490

III.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 501

III.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação. 504

III.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 520

III.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 526

III.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 530

III.3. Comunidade de pescadores de Oeiras 537

III.3.1. Enquadramento evolutivo. 537

III.3.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição. 548

III.3.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações..... 552

III.3.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. 558

III.3.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação..... 559

III.3.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos. 569

III.3.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas. 571

III.3.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização. 572

IV.1. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....577

IV.1.1. Bibliografia geral das obras impressas. 577

IV.1.2. Publicações periódicas..... 585

IV.1.3. Recursos Audiovisuais..... 585

IV.1.4. Legislação. 586

IV.1.5. Arquivos (fontes manuscritas) 587

V. 1. ÍNDICES 588

V.1.1. Índice de figuras 588

V.1.2. Índice de tabelas..... 606

V.1.3. Índice de quadros 607

Os índices de figuras, de quadros e de tabelas encontram-se no final do documento.

(página intencionalmente deixada em branco)

Prólogo

Atividade piscatória nos concelhos confinantes ao estuário do rio Tejo:

Identificação, localização e agrupamentos.

Nas águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo, limitadas, a montante, pela linha cabo de Vila Franca de Xira-foz do esteiro do Dr. Nogueira e, a jusante, pela linha Torre do Bugio-Torre do Forte de São Julião, que estão sob jurisdição da Capitania do Porto de Lisboa, realizam-se várias atividades marítimas, uma delas a pesca comercial, muito importante para a economia regional e nacional, e provavelmente a mais relevante para o comércio local de pescado fresco, que é importante em termos económicos, sociais e ambientais: contribui para preservar a cultura e identidade das gentes marítimas e dos concelhos, não só porque preserva a cultura gastronómica, e isso é muito visível nos concelhos de Vila Franca de Xira e do Barreiro, mas também porque perpetua a transição do conhecimento ancestral das gerações mais antigas para as atuais, e, para além disso, ainda mantém a moeda a circular dentro destas comunidades, promovendo o seu desenvolvimento a partir da economia local.

À data de 31 de dezembro de 2018, eram 232 as embarcações do segmento local em operação regular nas águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo, e com licença de pesca para esta zona de pesca, tripuladas por 389 marítimos matriculados e com funções a bordo, incluindo arrais e pescadores, mais uns quantos não marítimos e outros não matriculados, como se observará ao longo deste trabalho, provenientes de trinta núcleos piscatórias, distribuídos pelos dez concelhos ribeirinhos, que se identificam a seguir.

Concelhos	Comunidades piscatórias	Latitude (X)	Longitude (Y)	Concelhos	Comunidades piscatórias	Latitude (X)	Longitude (Y)
Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	-8.982620	38.956739	**Seixal**	Baía do Seixal	-9.104528	38.645083
	Alhandra	-9.005180	38.930383		Amora	-9.113520	38.631378
	Póvoa de Santa Iria	-9.059522	38.858296	**Lisboa**	Doca de Alcântara [1]	-9.165249	38.702789
Benavente	Porto Alto	-8.891808	38.923420		Doca de Pedrouços	-9.226749	38.694782
Alcochete	Sítio das Hortas	-8.937383	38.760903	**Almada**	Caramujo [2]	-9.147991	38.673933
	Cais/Ponte de Alcochete	-8.966226	38.756884		Cacilhas	-9.148875	38.688058
	Samouco	-9.009056	38.729139		Olho de Boi [3]	-9.163519	38.683688
Montijo	Montijo	-8.98148443	38.70237623		Tagol [4]	-9.178682	38.679273
Moita	Gaio	-9.007311	38.669836		Banática [5]	-9.197913	38.677896
	Barra a Barra	-9.043388	38.668398		Porto Brandão	-9.206955	38.678006
Barreiro	Bico do Mexilhoeiro	-9.091901	38.658279		Trafaria	-9.234737	38.673320
	Doca Seca da CP - Comboios de Portugal	-9.079144	38.656180		Cova do Vapor	-9.255078	38.665301
	Serração	-9.083898	38.657553		Costa da Caparica	-9.234196	38.638285
	Praia da Torralta	-9.074601	38.652266		Fonte da Telha	-9.1957214	38.5730315
	Palhais	-9.060030	38.633652	**Oeiras**	Paço de Arcos	-9.292579	38.692435

TABELA 1 | Identificação e localização geográfica dos agrupamentos piscatórios no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018).

[1] Incluí a Doca do Poço do Bispo (Lat.: -9.098958 | Long.: 38.741837), que é utilizada de forma complementar, essencialmente no período da pesca à corvina-legítima, que se faz mais a montante, entre março e julho.

[2] Utiliza o fundeadouro municipal da Mutela, junto ao Alfeite (Base Naval de Lisboa).

[3] Utiliza as instalações e o cais da ex-Companhia Portuguesa de Pesca.

[4] Utiliza uma pequena reentrância na zona do gargalo do Tejo, junto à Sovena Oilseeds Portugal, onde antes funcionava a fábrica da Palença.

[5] Localiza-se junto ao terminal de líquidos da Shell.

Os núcleos piscatórios mostram ser, em alguns casos, muito diversos entre si em termos de efetivo populacional, organização social e profissional, comportamentos culturais, interesses, conflitos, conceções éticas e morais e opções, preferências por locais específicos de faina (*onde dá peixe* - nas suas palavras), tipos de pescaria e interesses económicos. No entanto, como se verá ao longo deste trabalho, se relacionarmos os locais onde fazem as vistorias a seco e a nado e onde fundeiam as embarcações (com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo), os tipos de artes utilizadas, os locais de matrícula e de residência, a organização societária, as práticas quotidianas, e as zonas em que as comunidades estão implantadas, podemos fazer três agrupamentos através de características aproximadas: (i) **"comunidades avieiras"**, (ii) **"comunidades do Mar da Palha"** e (iii) **"comunidades da foz"**, como se observa no mapa a seguir.

A disposição tem fundamento histórico e cultural, e de organização das relações sociais e profissionais (Cf. Livro III – Evolução Histórica), e fica em linha com as conclusões produzidas por Souto (2001).[6]

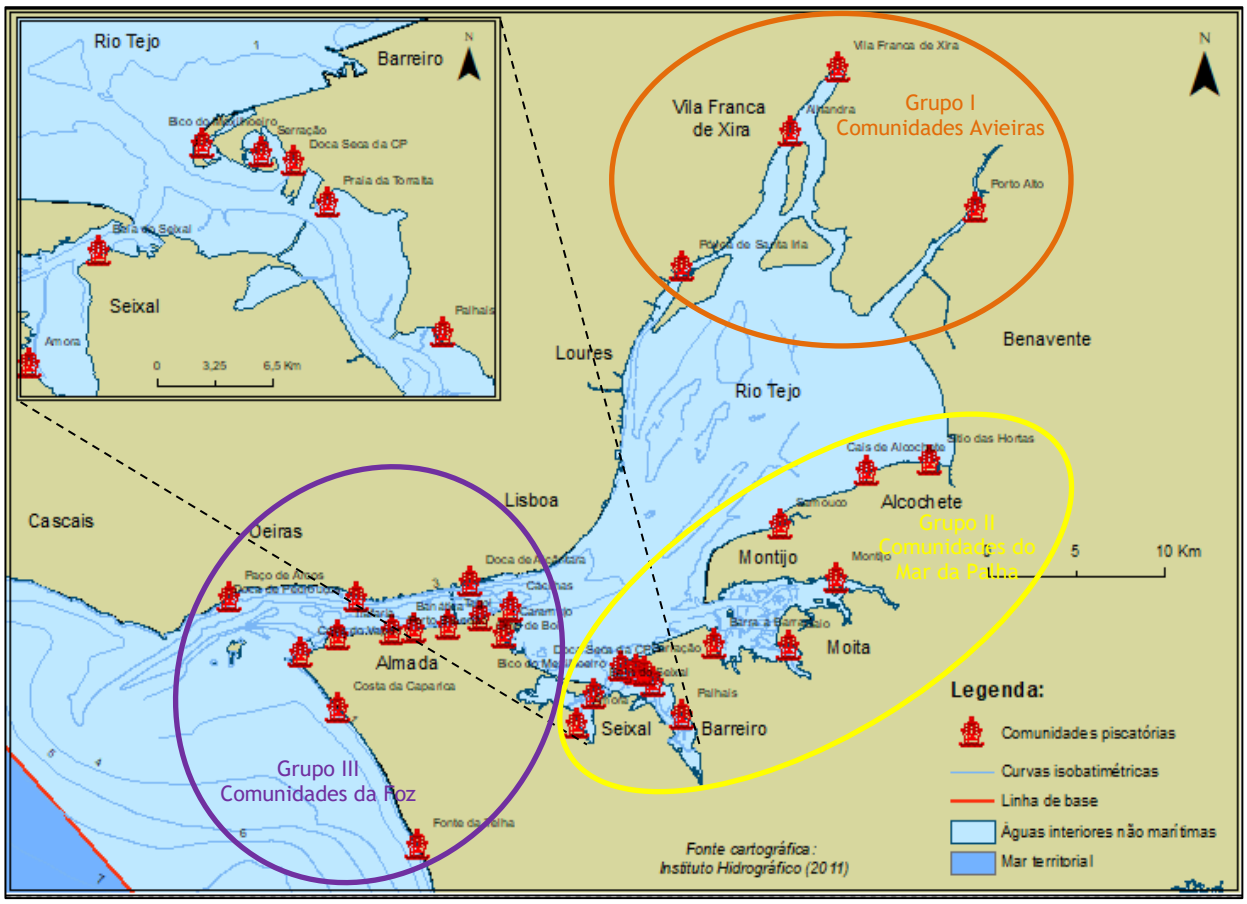


FIGURA 1 | Mapa dos agrupamentos piscatórios no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018).

O primeiro grupo é constituído por comunidades de **migrantes setentrionais**, hoje conhecidas como **comunidades avieiras**, três no concelho de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria) e uma no concelho de Benavente (Porto Alto), localizadas mais a montante no estuário, em que 96% dos seus elementos são descendentes de pescadores oriundos das praias que se estendem de Espinho a Vieira de Leiria, nomeadamente murtoseiros, ovarinos, varinos e avieiros, que entretanto se cruzaram pelo matrimónio.

[6] O autor apenas não refere a comunidade do lugar de Porto Alto, no concelho de Benavente, o que se percebe, já que o seu estudo não tinha este nível de profundidade.

O segundo grupo é constituído pelas **comunidades do Mar da Palha,** que se dispersam um pouco por toda a zona ribeirinha da margem sul de Lisboa, e que podemos agrupar por concelhos: Alcochete (Sítio da Hortas, Cais de Alcochete e Samouco), Montijo (Cais de Pesca Profissional), Moita (Gaio e Barra a Barra), Barreiro (Bico do Mexilhoeiro, Serração, Doca Seca da CP - Comboios de Portugal "ferroviários", Praia da Torralta e Palhais) e Seixal (Baía do Seixal e Amora), estes dois últimos com características muito próprias devido à incidência do processo de industrialização e, posteriormente, de desindustrialização. Como refere Maria Alfreda da Cruz, no seu estudo sobre as comunidades operárias da margem sul do estuário do rio Tejo, "enquanto formação social transversal ao polimorfismo geográfico da região, as comunidades operárias expressam-se no modo como a própria organização do território espelha o processo histórico da industrialização regional" (Cruz, 2011, p. 2).

O terceiro grupo é constituído pelas **comunidades da foz**, que se localizam de forma espraiada pelas margens norte e sul do Tejo, com maior incidência no concelho de Almada, onde se observam agrupamentos piscatórios no Caramujo (as embarcações ficam no Fundeadouro Municipal da Mutela), Cacilhas, Olho de Boi (no cais da ex-Companhia Portuguesa de Pesca), Tagol (junto à Sovena Oilseeds Portugal, onde antes funcionava a fábrica da Palença), Banática (junto ao terminal de líquidos da Shell), Porto Brandão, Trafaria, Cova do Vapor, Costa da Caparica e, de forma residual, na Fonte da Telha. No concelho de Oeiras apenas existe hoje a comunidade piscatória de Paço de Arcos, que utiliza como abrigo o ancoradouro junto à Praia Velha e a marina de Oeiras, quando existe previsão de mau tempo. No concelho de Lisboa, os pescadores estão maioritariamente concentrados na doca de Pedrouços (Algés), que está aberta a todas as embarcações que aí queiram aceder e/ou permanecer, e residualmente na doca de Alcântara (doca do Espanhol, ou Rocha de Conde de Óbidos), uma marina de recreio onde todas as embarcações se protegem em situação de mau tempo, e na doca do Poço do Bispo, destinada a cargas, que é utilizada pelas mesmas embarcações que utilizam a anterior, em regime de alternância, em função dos períodos das pescarias (geralmente de março a julho para a captura da corvina-legítima, no Mar da Palha e a montante da Ponte Vasco da Gama).

Este Livro II - Atividade Piscatória por Concelhos, apesar de apresentar uma estrutura autónoma da Tese, no caso das embarcações é complementado com a listagem completa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona rio Tejo durante o ano de 2018, e com a listagem completa das embarcações registadas na frota de pesca nacional nos portos de Lisboa (LX), Trafaria (TR), Barreiro (B) e Vila Franca de Xira (VX), que não tiveram licença de pesca para operar na zona rio Tejo durante o ano de 2018, e outras também registadas nesses portos que tiveram apenas licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27), que constam dos Apêndices 2 e 3, respetivamente, do Capítulo 7 - Elementos Pós-textuais, do Livro I - Tese. É igualmente complementado e documentado com o referido no Livro III – Evolução Histórica e no Livro IV – Memória Fotográfica, também anexos.

GRUPO I

Comunidades Avieiras

(Municípios de Vila Franca de Xira e Benavente)

I. COMUNIDADES AVIEIRAS

As comunidades piscatórias avieiras do estuário do rio Tejo, estão localizadas no concelho de Vila Franca de Xira, nas freguesias de Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria, e com menor expressividade no concelho de Benavente, no lugar de Porto Alto, conforme analisaremos a seguir.



FIGURA 2 | Localização das comunidades avieiras no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018).

No início da segunda metade do século XX, a construção da barragem de Castelo de Bode teve implicações nas espécies disponíveis no rio Tejo, em particular nas espécies migradoras, de que é exemplo o sável, que deixou de ser tão abundante, e começou uma escalada de degradação dos rendimentos dos pescadores que os incentivou a aventurarem-se na pesca mais para jusante e a diversificar atividades.

No inverno e início da primavera, entre dezembro/janeiro e abril/maio, pescavam sável, saboga (savelha), enguia-europeia e lampreia-marinha, período em que essas espécies apareciam, da zona das Caneiras/Porto da Palha para baixo. No verão o rendimento da pesca era menor, e os mais novos iam trabalhar para a agricultura, dedicando-se ao cultivo do melão e à cultura do arroz. Quando acabava a altura do melão, desciam à Póvoa de Santa Iria para capturar camarão mouro (camarão preto), e aos poucos se foram estabelecendo. Outros, especialmente os mais velhos, que já não conseguiam um alto rendimento na agricultura, ficavam um período maior nas pescas, mesmo sabendo que iam ter menos capturas, e tentavam apanhar enguias e linguados em Vila Franca de Xira.

Vila Franca de Xira terá sido o principal polo de agregação, devido à importância conferida pelo porto fluvial e por ser uma importante referência na passagem do rio Tejo entre margens, e base para muitos marítimos que realizando o transporte de mercadorias ao longo do rio ou procurando outras zonas de pesca mais a jusante, por via da redução do peixe mais a montante, se viriam a fixar nos povoados piscatórios de Alhandra, Póvoa de Santa Iria e Porto Alto.

Estas populações enquadravam-se no ecótipo pescador/camponês, e distinguiam-se das demais comunidades estuarinas por trabalharem, maioritariamente, dentro da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET).

I.1. Comunidades de pescadores de Vila Franca de Xira

I.1.1. Enquadramento evolutivo.[7]

No concelho de Vila Franca de Xira, a prática da pesca como forma de sustento das gentes locais, e também comercial, para abastecer a cidade de Lisboa, remonta a tempos imemoriais. No entanto, foram os migrantes setentrionais que desde o século XVIII se instalaram nas margens do Tejo de forma discreta, que dinamizaram significativamente a atividade piscatória. Ficaram conhecidos como os "Ciganos do Rio" ou os "Cagaréus". No início do século XX, já com estas populações consolidadas e integradas, a sua presença foi reconhecida e hoje fazem parte do património e da cultura local pela ampla manifestação material, através das embarcações, dos sistemas de pesca, das festividades, das santidades, da gastronomia e da indumentária.

Em 2018 são três comunidades piscatórias avieiras todas com origem nos antigos migrantes setentrionais. Com uma média de 20 embarcações de pesca profissional por comunidade (nem todas estavam a operar em 2018), estão entre as maiores comunidades piscatórias do estuário do rio Tejo, o que faz jus à sua herança histórica e cultural que é amplamente conhecida e reconhecida. Estas comunidades estão localizadas na margem norte do rio Tejo, afastadas entre si por poucos quilómetros, conforme mapa a seguir, e constituem fonte de rendimento e emprego para dezenas de famílias que subsistem da captura de pescado que alimenta a população em geral e contribui para a as exportações sendo de notar que num futuro próximo têm maior potencial para decrescer do que para crescer.

[7] Este texto introdutório foi escrito com base nas conversas mantidas com vários homens e mulheres, pescadores e arrais, das três comunidades piscatórias do concelho de Vila Franca de Xira, entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, e, de forma complementar, através de pesquisa biográfica nas bibliotecas e arquivo do município. No Livro III – Evolução Histórica constam fotografias de artes de pesca antigas, anotadas, que complementam este texto.

Vila Franca de Xira: Fernando Manuel Moreira Mirão, nascido em 1954, que é proprietário, armador e arrais da embarcação "Zaragata", registo n.º VX-709-L, Nuno Alexandre Moreira Tomás, que governa a embarcação "Enguia", registo nº VX-774-L, propriedade da sua esposa Dália Cristina Murtinheira Lobo Tomás; Rosa da Silva Pereira, nascida em 1931, a mais antiga avieira desta comunidade piscatória; e Maria de Lurdes Moreira, nascida em 1952. A colaboração dos marítimos no ativo foi praticamente nula nesta comunidade piscatória como se explicará no texto.

Alhandra: José António Padinha da Silva, 63 anos, proprietário, armador e arrais da embarcação "Ze", registo n.º TR-1750-L, que está ligada à Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra, tem muita experiência da pesca e foi quem nos apresentou o espaço e os demais pescadores, a quem é devido um agradecimento especial; António Grácio Tomaz, nascido em 1950, proprietário, armador e arrais da embarcação "Ana Maria", registo n.º VX-702-L, segundo mais antigo arrais desta comunidade e profundo conhecedor das lides da faina, também o dono do "pipinho", um amigo; Inácio Paulo Grácia Guerra, nascido em 1960, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vagabundo", registo n.º VX-764-L, também dirigente da Associação Rios e Marés; Constantino Alberto de Oliveira Padinha, nascido em 1937, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vem Comigo", registo n.º VX-689-L, o mais antigo arrais em atividade das três comunidades avieiras, que opera com a sua esposa, Emília Tocha Mendes, pescadora, nascida em 1941, conhecedor como poucos da tradição avieira, foi fundamental para o conhecimento da evolução histórica, os seus filhos cederam muitas fotografias antigas da comunidade, a quem também é devido um agradecimento especial. Todos nasceram e sempre viveram no bairro piscatório de Alhandra.

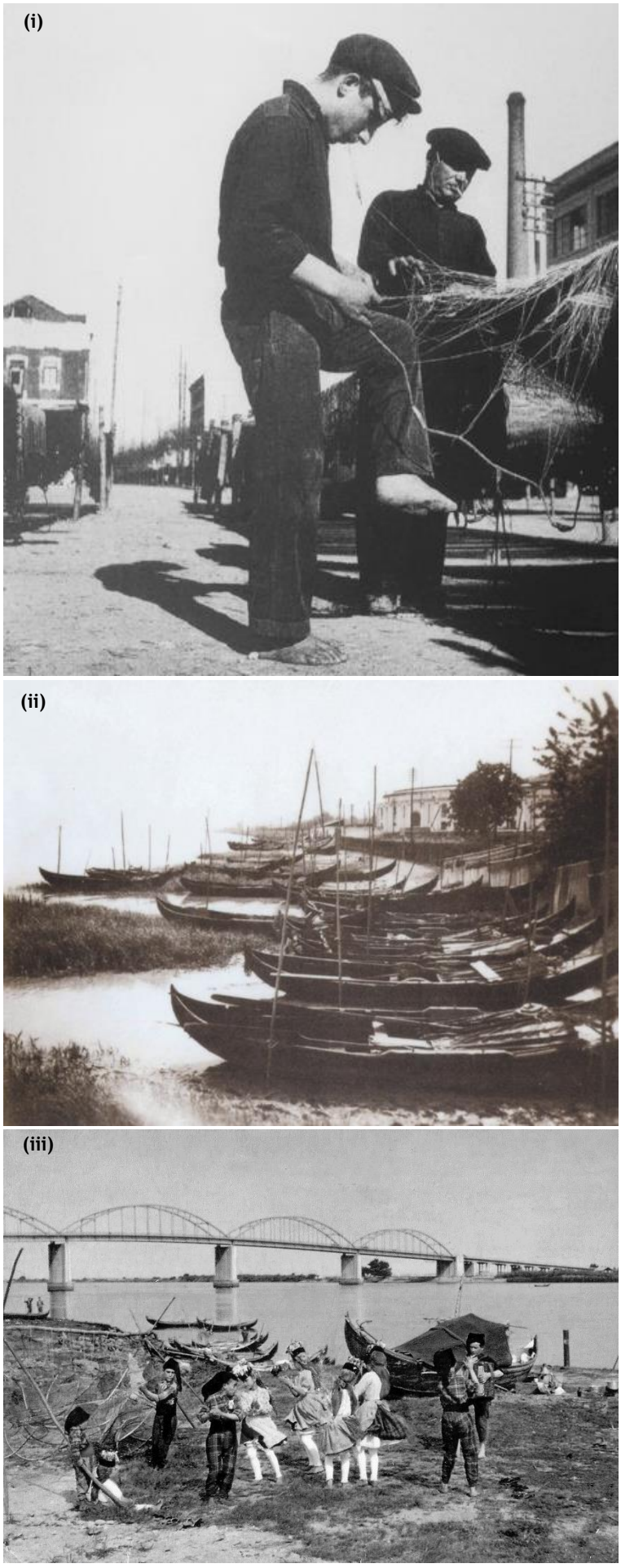
Póvoa de Santa Iria: Cláudio Diogo da Silva Letra, nascido em 1987, proprietário, armador e arrais da embarcação "Proa à Terra", registo n.º VX-781-L, dirigente da ACAPSI; António José Fernandes da Silva, nascido em 1962, que opera ao anzol com a sua esposa, proprietário, armador e arrais da embarcação "Luar", registo n.º VX-759-L, também dirigente da ACAPSI, a quem é devido um agradecimento especial, pelo tempo que concedeu, para falar da evolução das artes de pesca, dos pescadores e das embarcações avieiras; o seu irmão Joaquim Augusto Fernandes da Silva, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Pescante", registo n.º VX-732-L, que também é a sua alcunha, que também opera ao aparelho de anzol com amostras; José Henriques Simãozinho, nascido em 1949, proprietário, armador e arrais da embarcação "Leão das Ondas", registo n.º VX-716-L, que opera com a sua esposa, Maria José, pescadora, muito experiente e especialista no arrasto de vara, e que facilitou o contacto a alguns pescadores, merecendo, por isso, um agradecimento especial; Manuel Joaquim dos Santos Tocha, nascido em 1951, proprietário, armador e arrais da embarcação "Tocha", registo n.º VX-728-L, que opera com a sua esposa, pescadora, que para além de simpático é muito experiente e ainda se recorda da maior parte dos antigos mestres desta comunidade; Alfredo Luciano Fernandes, 68 anos, durante muitos anos foi proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Meu Destino", registo n.º VX- 699-L, que recentemente ofertou a seu filho, Rui Paulo Lobo Fernandes, nascido em 1978, também arrais de pesca, com que opera. Para além de um grande mestre de pesca é também um grande artesão, tendo elaborado a totalidade das peças de artesanato que ornamentam a Casa Avieira; António José Tomás Fernandes, nascido em 1948, que opera com a sua esposa, ainda fiel à tradição avieira (esporadicamente dorme e come no barco), um dos mais antigos arrais desta comunidade, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vamos com deus", registo n.º VX-697-L; Joaquim Fernandes Moreira, nascido em 1946, o mais antigo arrais em atividade nesta comunidade, opera com a sua esposa, proprietário, armador e arrais da embarcação "Lirio da Povoa", registo n.º VX-704-L; António Manuel Fernandes Sequeira, o arrais mais jovem e empreendedor da comunidade, proprietário, armador e tripulante das embarcações "Prôa ao Mar", registo n.º VX-766-L, "Proa ao Vento", registo n.º VX-779-L, e "Santa Teresinha", registo n.º B-786-L (em fase de mudança para a Delegação Marítima de Vila Franca de Xira), que trabalha com o seu pai, Manuel Cristino Sequeira, nascido em 1962, mais experiente, e por isso exerce a bordo a função de arrais; Manuel Joaquim Lourenço Guerra, nascido em 1949, que já ouve muito mal, e a sua esposa, Maria José Lobo Fernandes Lourenço Guerra, de 61 anos, ambos arrais de pesca e proprietários da embarcação "Mar Azul", registo n.º VX-752-L, muito simpáticos e amáveis, e são especialistas do aparelho de anzol; e João Artur Murtinheira Lobo, nascido em 1947, arrais de pesca, e sua esposa, Deolinda Maria da Cunha Lobo, nascida em 1956, pescadora, que são proprietários da embarcação "Trovoada", registo n.º VX-690-L, especialistas na pesca do polvo com piteira, na foz. Todos nasceram e sempre viveram no bairro avieiro da Póvoa de Santa Iria.

Constituem fonte de rendimento e emprego para dezenas de famílias que subsistem da captura de pescado que alimenta a população em geral e contribui para as exportações.



FIGURA 3 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Vila Franca de Xira.
Legenda: 1 - Vila Franca de Xira (38°57'24.3"N | 8°58'57.4"W); 2 - Alhandra (38°55'49.4"N | 9°00'18.7"W); 3 - Póvoa de Santa iria (38°51'29.9"N | 9°03'34.3"W). Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2018.

A comunidade piscatória de **Vila Franca de Xira**, que em número de embarcações de pesca profissional, em operação durante o ano de 2018, é a mais pequena das três comunidades avieiras deste concelho, localiza-se na margem ribeirinha junto à ponte Marechal Carmona, também chamada ponte



de Vila Franca de Xira, que une Vila Franca de Xira a Porto Alto, na zona mais a montante do estuário do rio Tejo, onde se inicia a morfologia deltaica que se estende até à linha de Alcochete/Sacavém.

Aqui o registo de pesca antecede em muito a chegada dos avieiros. Em 1620, Frei Nicolau de Oliveira indicou haver neste porto dez embarcações de pesca (Oliveira, 1804 [1620], p. 8).

Para além dos pescadores endógenos, que não seriam muito numerosos, desde o século XVIII que existe registo de varinos a trabalhar nas terras a sul banhadas pelo rio Tejo, na pesca do sável e de outras espécies no rio Tejo, para onde vinham quando começava o inverno na costa da Murtosa e de Ovar, e para onde voltavam no verão, quando o trabalho no mar se tornava menos perigoso e mais rentável; fenómeno que se intensificou depois da inauguração do caminho-de-ferro do Norte (1864), com a ligação de Lisboa a Vila Nova de Gaia.

Posteriormente, terão aqui chegado os avieiros, de Vieira de Leiria, trazendo os seus próprios barcos de pesca, onde comiam, dormiam, cuidavam dos filhos, e trabalhavam. Quando os barcos ficavam inapropriados para a pesca eram encalhados nas margens do rio Tejo, servindo para habitação.

A chegada ao rio Tejo de muitos migrantes setentrionais, varinos da Murtosa e Ovar e avieiros da região de Vieira de Leiria, e outros já referidos na contextualização histórica, continuou ao longo do século XX, agora focado na reunificação familiar.

Estes marítimos iam percorrendo o rio, acima e abaixo,

FIGURA 4 | Migrantes setentrionais em Vila Franca de Xira: (i) Varinos a consertar redes no cais de Vila Franca de Xira; (ii) Barcos varinos na margem do rio junto ao largo 5 de Outubro e Rua 1.º de Dezembro, em 1930; e (iii) Folclore típico trazido pelos migrantes setentrionais para a borda d'água (c. 1950).
Fontes:
http://artigosjornaljoaosemana.blogspot.com/2015/06/pescadores-vareiros-no-rio-tejo.html (fotografias i e ii) (08.10.2019).
http://olimpioguedelha.solxira.com/2011/05/folclore.html (fotografia iii) (08.10.2019).

consoante a disponibilidade de peixe (iam para "onde desse peixe"), mas a principal fonte de rendimento, especialmente dos avieiros, eram fainas agrícolas na Lezíria que na altura absorviam muita mão-de-obra. Os varinos, especialmente as varinas, estavam mais ligadas ao comércio na capital.

Estas populações trouxeram um novo tipo de folclore para a borda de água que é hoje um importante património cultural e artístico e de salvaguarda dos usos e costumes do concelho de Vila Franca de Xira, através do Rancho Típico Avieiros de Vila Franca de Xira.

Eram poucos os que só trabalhavam na agricultura, ou só na pesca, o mais comum eram trabalharem a terra durante o dia e explorarem o rio durante a noite (os que tinham barco e artes de pesca), e só quando não havia fainas agrícolas é que se dedicavam integralmente à pesca. Decorrente dessa itinerância, tanto para a pesca como para o transporte fluvial, começaram a formar-se pequenos assentamentos populacionais (colónias) dispersos ao longo do curso inferior do Tejo.

Na década de 1930, quando Alves Redol nos fala dos *Avieiros* (Redol, 2011 [1942]), já seriam cerca de 25 os pescadores fixados em Vila Franca de Xira, maioritariamente varinos e murtoseiros, sendo ainda hoje recordados saudosamente Joaquim Boga, Manuel Joaquim Nazário, José Pedreiro, Letras e Manuel Lobo. Trabalhavam na agricultura, nas lezírias, nas ceifas e nas mondas (retirar as ervas daninhas) do arroz e do trigo, no transporte fluvial e na pesca. Quando acabava a ceifa do arroz e do milho, as vindimas, a apanha de azeitona, do tomate e do



FIGURA 5 | Pescadores na época da apanha do melão, no antigo Esteiro da Nogueira em Vila Franca de Xira, que hoje não existe (c. 1960).
Fotografia cedida pela Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra.

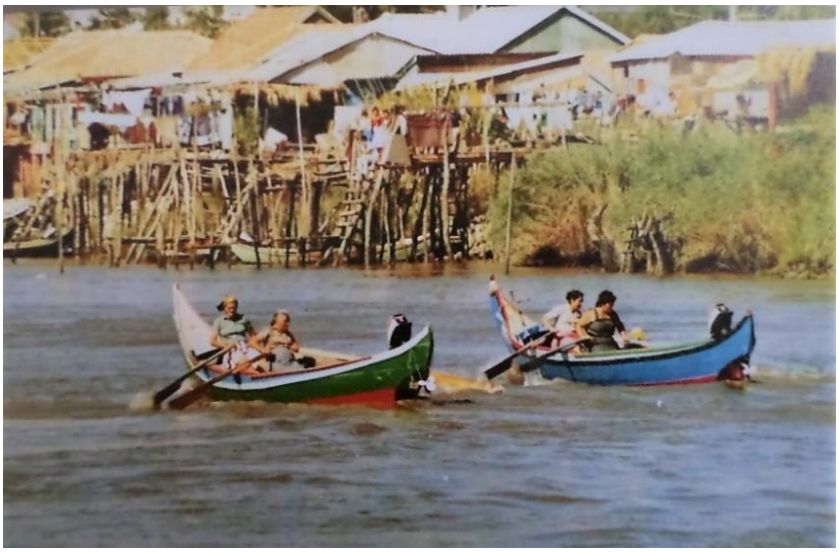


FIGURA 6 | Corrida a remos em barcos tipo saveiros em frente a Vila Franca de Xira, estando em fundo o bairro piscatório em construção palafita (c. 1980).
Fotografia cedida pela Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra.

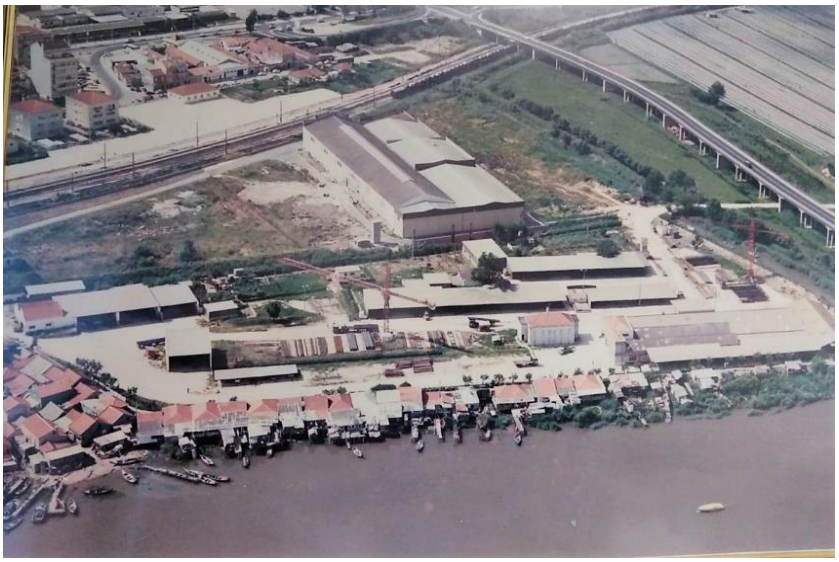


FIGURA 7 | Faixa junto ao rio de construção palafítica (habitações, anexos, pontes e cais) do antigo bairro dos avieiros em Vila Franca de Xira () (c. 1980).
Fotografia cedida pela Delegação Marítima de Vila Franca de Xira.



FIGURA 8 | Colher rede sabogal (três panos), que era para capturar saboga, utilizada à deriva. A rede é colhida pela ré (popa do barco). Também é dirigida à captura de barbo, fataça e sável, e pode apanhar lampreia se a malha for mais reduzida. Rio Tejo, em frente a Vila Franca de Xira (c. 1990).
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Desconhecido.



FIGURA 9 | Colher rede sabogal (três panos), tendo emalhado duas tainhas-fataças (*Liza ramada*) em frente a Vila Franca de Xira (c. 1990).
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Desconhecido.



FIGURA 10 | Esposas dos pescadores a amanhar o pescado na margem do rio Tejo em Vila Franca de Xira, quando ainda a água estava limpa. As vísceras eram deitadas ao rio, diz-se que alimentavam os camarões (c. 1990).
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Desconhecido.

melão, principais fainas agrícolas em que participavam com regularidade, dedicavam-se com mais intensidade à pesca no Tejo, o que acontecia entre finais de janeiro e março. Apanhavam enguias, barbos, carpas, camarão do rio, sável, saboga, solhas e linguados, espécies bastante abundantes. Nesta altura já havia construção de embarcações de pesca, nomeadamente saveiros, no estaleiro de Vila Franca de Xira, havendo já entre a população carpinteiros de machado.

Em meados do século XX, Vila Franca de Xira era local de paragem para os pescadores dos aldeamentos piscatórios fluviais a montante, onde permaneciam durante dois ou três meses durante a safra do camarão. Ainda não havia construções abarracadas, os pescadores dormiam e comiam dentro do barco (para isso utilizavam um resguardo específico), bebiam a água do Tejo, que também utilizavam para cozinhar, e depois regressavam aos assentamentos fluviais onde eram residentes. Estas populações viviam na sua maioria em contexto de migração dentro do Tejo, e por isso até este momento eram poucos os residentes e muitos mais os itinerantes. Segundo Cravidão (1992, p. 44), o núcleo de população oriunda da Praia da Vieira em Vila Franca de Xira era antigo e importante, e já estava integrado no centro urbano local.

Na década de 1950, por via de alguma escassez de peixe na zona da água doce, os pescadores dos assentamentos de Salvaterra de Magos, Patacão Novo e Sul, Valada, Caneiras, Porto de Muge, Escaroupim, Palhota, Porto de Palha, Conchosos, Barreiras do Rio, Vau, Aldeia do Peixe, Casa Branca, Porto Alto, Vala da Azambuja e Esteiro do Nogueira (Robalo, 2008, p. 162), começaram a descer o Tejo e a formar assentamentos robustos na zona estuarina.

Nesta altura já havia cerca de 30 pescadores fixados em Vila

Franca de Xira, entre os quais António Botas Morreira, Sepriano, Joaquim de Oliveira Mirão (alcunha Zaragata), Manuel Sequeira, Manuel do Vale, João Piranga, Manuel Fernandes, Manuel Lourenço, Emídio Guerra, Manuel Cego, hoje todos desaparecidos (eram os avós e pais da atual geração de pescadores). Estes pescadores mais antigos eram auxiliados por camaradas mais jovens, e em algumas alturas do ano juntavam-se aqui ainda mais pescadores, provenientes dos assentamentos a montante.

No inverno abundava em água doce a enguia, o sável, a saboga (savelha), o barbo, o "sarmão" (carpas - chegavam aos 7 Kgs), a fataça e o "pampo", espécies capturadas com tresmalho de deriva. O pampo é um peixe colorido, de cor verde e vermelha, que era utilizado para ornamentar as fontes públicas, e para alimento da população (era consumido frito). Estas espécies habitavam nas valas dos campos, que eram abertas quando chovia muito e havia cheias, acabando por chegar ao rio Tejo.

No verão o camarão do rio e as enguias miúdas eram capturadas com o tranquete e as enguias grandes com o galricho. Havia ainda linguado, lampreia, solha, camarão do mar, e robalos. O camarão dava-se tanto em água doce como em água salgada, e em cada um dos ambientes tinha uma época própria para a captura, permitindo fazer ao longo do ano a época do rio e a época do estuário. Para além dessas artes utilizava-se o arrasto de vara, as nassas, as tarrafas, as varinas, o botirão, o sabogar, e ainda faziam pesca à mão.

Cada pescador tinha o seu barco tipo saveiro e as suas redes. Havia quem mandasse fazer o barco e depois ia pagando conforme ganhava o dinheiro. Por regra, só pescava quem tivesse barco e redes, ou seja, não era comum o empréstimo de barcos. No barco em que trabalhavam também dormiam; trabalhavam à ré, onde ficavam as redes, ao meio era a cozinha, a "empanadeira", e à proa estavam as mantas e a roupa de vestir, e era onde todos dormiam. Havia famílias com dez filhos, todos criados dentro dos saveiros, o que demonstra humildade e uma grande gestão do espaço.



FIGURA 11 | Pescador a fazer uma rede provavelmente para envolver/proteger o saco do arrasto de vara, ou então era uma rede para descansar, porque a malha é grande e utiliza o duplo nó. Vila Franca de Xira, em 4.03.2011.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Amélia Gonçalves.



FIGURA 12 | Joaquim Ferreira Moreira, alcunha "Joca", a preparar uma nassa (armadinha de abrigo) para capturar camarão e enguia no abrigo de pesca em Vila Franca de Xira, em 4.03.2011.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Amélia Gonçalves.



FIGURA 13 | Sr. Manuel Lourenço a preparar uma rede de arrasto (a atar o cabo inferior - "arraçal" - ao aro), em Vila Franca de Xira (c. 1990).
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Desconhecido.

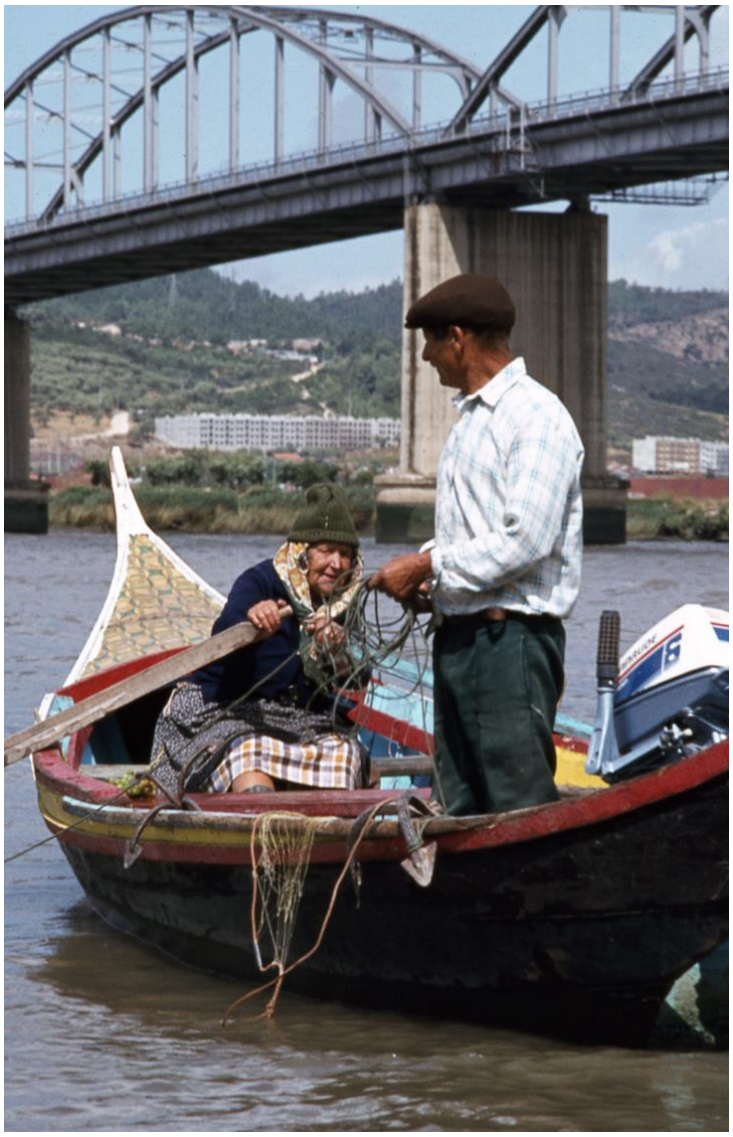


FIGURA 14 | Teresa Maria Rosa, nascida na Praia da Vieira de Leiria, e Manuel Charana, nascido em Alpiarça, avieiros originários, que chegados ao Ribatejo, provavelmente em finais do século XIX, começaram a trabalhar conforme a oportunidade, quer no campo, na ceifa e a mondar o arroz e o trigo (tirar a erva daninha), geralmente no verão, quer na pesca, geralmente no inverno. Maria da Conceição, sua primeira filha, já nasceu na aldeia piscatória do Conchoso, concelho de Vila Franca, em 1930. Posteriormente o casal teve mais cinco filhos.
Durante o tempo que estiveram em Conchoso sempre trabalharam no campo e na pesca. Foi aqui que nasceu o seu neto António Grácio Tomáz, em 05.06.1950, hoje arrais de pesca da comunidade piscatória de Alhandra. Quando os campos começaram a ser mecanizados começaram a descer o rio, e com o passar do tempo mudaram a residência de Conchoso para Vila Franca de Xira, passando a dedicar-se em permanência à pesca.
Nesta fotografia, o casal estava a colher a rede de tresmalho fundeada, a esposa controlava a embarcação tipo saveiro por remos, apesar de ser motorizada (estava equipada com motor de cinco cavalos), e o marido começava a alar manualmente o cabo da rede, junto à Ponte de Vila Franca de Xira, em meados da década de 1970.
Esta rede teria até 2,5 metros de altura, e cerca de cem metros de comprimento (cada aparelho), dirigia-se à pesca de barbos e tainha-fataça, e algumas vezes podia capturar robalos, mas seria esporádico porque era fundeada com duas fateixas, uma em cada extremidade.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Desconhecido.

Os pescadores de Vila Franca de Xira mandavam fazer os barcos tipo saveiros, em madeira, a remos, em Escaroupim, Salvaterra de Magos, Carregado, Conchoso, Vala da Azambuja, e outros locais mais a montante, onde havia pescadores que complementavam a pesca com a construção de barcos. Foram estes os grandes construtores dos barcos para as três comunidades avieiras do estuário do Tejo, até ao início da década de 1980.[8] As redes eram feitas de linha (tecido) pelos pescadores, mas apodreciam com facilidade, o que não acontece com as atuais redes de nylon.

No início da década de 1960 os pescadores de Vila Franca de Xira começaram a motorizar os barcos, e a adquirir barcos novos com motor, mas isso só foi mais visível na década a seguir. Alguns pescadores começaram a montar motores Mercury de 4,5 hp combustão a gasolina no "guéu" dos saveiros. O "guéu" na ré serviu de viveiro de enguias e camarão, e outras espécies, e mais tarde veio a chamar-se covernil. Na mesma década apareceram os motores Mercury de 7,5 hp.

Em meados de 70 foram instalados os primeiros motores Yamaha, de 8 hp, que pegavam a gasolina e andavam a tratol, tecnologia que teve a simpatia dos pescadores. No final de 70 e inícios de 80, já havia alguns motores a tratol de 15 hp (pegavam a gasolina e andavam a tratol) que foram instalados pela maior parte dos pescadores da comunidade, os que tinham condições para isso. A maior parte dos pescadores nesta altura já tinha motor no barco, mas para poupar combustível muitas vezes ainda andavam a remos quando o rio estava mais calmo.

As canoas com que faziam o tráfego fluvial e com que transportavam os melões das lezírias para Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa iria, foram adaptadas (a quilha à ré foi abobadada - ou arredondada - para receber os motores fixos a gasóleo geralmente da marca Lister e Burke de 30 hp) passaram a designar-se traineiras e a andar à pesca.

As construções palafíticas mantinham-se ao correr da borda de

[8] De acordo com os livros de registo de embarcações de pesca da Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, as duas últimas embarcações construídas neste sistema foram integradas na frota de pesca em 1981: a primeira, uma embarcação de madeira tipo saveiro de pesca local mandada construir por Manuel Ferreira em Samora Correia (registo n.º VX-619-L), a segunda, uma embarcação de madeira tipo saveiro de pesca local mandada construir por Manuel Fernandes na área de Reguengos (registo n.º VX-620-L).

água, mas as estacas em madeira começaram a ser substituídas por pilares que suportavam laje em concreto, o que depois veio a originar na borda de água algumas construções integralmente em alvenaria.

A passagem de construções em madeira e bastante rudimentares, barracas, como lhe chamavam os próprios avieiros, sem que com isso pretendessem conferir qualquer conotação depreciativa, para construção em alvenaria visava melhorar as condições de habitabilidade e o conforto da habitação, nomeadamente com a introdução de eletricidade, água canalizada e estruturas sanitárias (Ramalho, 2013, p. 13).

Na água salobra do estuário, maioritariamente a montante da Ponte Vasco da Gama, as principais espécies hoje existentes são barbo, robalo, robalo-baila, sargo, sável, lampreia, corvina, camarão do rio, tainha, linguado e enguia, sendo que estas três últimas dão sinais de escassear. A solha desapareceu.

Nos últimos 15 anos a lampreia-marinha começou a ter maior procura para venda na restauração, o que fez valorizar a espécie, numa altura em que ainda era abundante, mas agora também já apresenta escassez.

Hoje são abundantes no rio Tejo o caranguejo japonês, vendido aos asiáticos também para a restauração, e o siluro, que quase ninguém quer comer, espécies capturadas na água doce do rio Tejo e em águas salobras até ao limite norte do mouchão da Póvoa de Santa Iria.

O Siluro (*Silurus glanis*), conhecido por ter dois barbilhos na cabeça e por ser um predador nato, que se alimenta de quase tudo, desde peixes e aves que estejam junto às margens, ou peixes mortos no fundo do rio, é recente no rio Tejo. Os pescadores referem tê-lo começado a capturar há cerca de meia dúzia de anos, a partir do ano de 2014. Pode atingir grandes dimensões. Em março de 2017, no rio Tejo na zona de Santarém, foi capturado um siluro com dois metros de comprimento e 58 quilos, mas já em 2015, no rio Ródano, em França, tinha sido capturado um exemplar com 2,73 metros que pesava 130 quilos (Alvarez, 2017, *online*). Os pescadores de Alhandra referiram ter capturado vários destes peixes nos últimos cinco anos com redes de emalhar, mesmo em frente a



FIGURA 15 | José Adelino a largar a rede lampreeira (três panos), de malha reduzida de 60 mm para captura da lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*). O saco de rede com a lampreia serve para as manter em cativeiro, vivas, dentro de água.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. As duas últimas fotografias são da autoria de Amélia Gonçalves, de 4 de março de 2011.



FIGURA 16 | Rua Rancho Típico "Os Avieiros" que divide do lado direito o novo bairro dos pescadores e do lado esquerdo o Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", em Vila Franca de Xira, em 09.01.2019.



FIGURA 17 | Casas de artes e aprestos de pesca cobertas pela vegetação, cais de pesca do lado direito e ao fundo a ponte de Vila Franca de Xira, em 09.01.2019.



FIGURA 18 | Embarcações modernas com casco em fibra de vidro encostadas ao cais, que substituíram os antigos saveiros de casco em madeira e duas quilhas, estando ao fundo a Ponte Marechal Carmona, em 17.06.2018.

Alhandra, sendo que nenhum dos exemplares capturados tinha mais de dez quilos.

A lampreia-de-rio (*Lampetra fluviatilis*), que no início deste século se observava no troço inferior dos rios Tejo e Sorraia, hoje quase não aparece.

Convém notar que nos últimos anos tem ocorrido o avanço da cunha salina (água salgada) até zonas mais a montante, devido à redução da pluviosidade. Em 2004/05, anos em que os efeitos das marés se fizeram sentir até Valada do Ribatejo, no Cartaxo, em Vila França de Xira capturavam-se robalos e corvinas, peixes de água salobra/salgada. Significa isto que a disponibilidade de espécies no rio Tejo na zona de Vila Franca de Xira, e até mais acima no rio, está intrinsecamente ligada às condições naturais e ambientais.

No início deste século eram 150 as famílias avieiras em Vila Franca de Xira (Robalo, 2008, p. 162), mas hoje são cerca de meia centena os pescadores profissionais, e destes apenas 22 estão no ativo (marítimos embarcados, conforme matrículas de embarque à data de 31/12/2018, consultados na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira), e há apenas uma jovem pescadora de 26 anos.

Há cerca de doze anos a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira demoliu as construções palafíticas e construiu um bairro social de raiz, com várias habitações em alvenaria para os pescadores, assim como o Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", inaugurado em 5 de junho de 2010, e, mais ou menos pela mesma altura, construiu um conjunto de casas de arrumos de aprestos e artes de pesca em linha paralelamente ao rio Tejo, bem como um cais com capacidade de acostagem para mais de 20 embarcações.

Foi uma profunda alteração positiva nas condições de habitação e de trabalho dos marítimos desta comunidade, e provocou uma rotura com a antiga forma de viver. Ainda hoje recordam saudosamente as antigas casas palafitas construídas na margem norte do rio Tejo.

Pelas habitações que receberam, os pescadores têm de pagar uma renda mensal cujo valor é calculado sob o regime de arrendamento apoiado de acordo com o disposto na Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, que alterou e republicou a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

A gestão das habitações está a cargo da Cooperativa de Habitação Promocasa, e nelas habitam 22 agregados familiares que pagam rendas que variam entre 4,75 € e 398,37 €, distribuídas de acordo com o seguinte intervalo de valores:

- 4,75 € < 20,00 € - 7 agregados familiares
- 20,01 € < 50,00 € - 9 agregados familiares
- 50,01 € < 75,00 € - 1 agregado familiar
- 75,01 € < 100,00 € - 1 agregado familiar
- 100,01 € < 150,00 € - Nenhum agregado
- 150,01 € < 200,00 € - 1 agregado familiar
- 200,01 € – 3 agregados familiares

As infraestruturas de apoio em terra, nomeadamente os armazéns de arrumos de aprestos e artes de pesca, a ponte para o cais e o próprio cais, nunca foram alvo de qualquer ação de manutenção desde que foram construídos, e estão hoje muito degradados, a precisar de manutenção e de reorganização, para ajustamento às necessidades atuais.

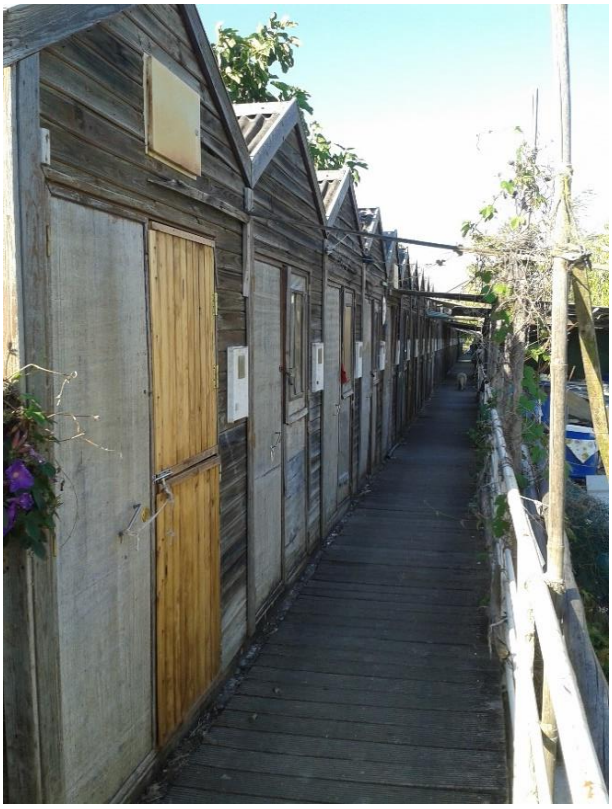


FIGURA 19 | Passadiço em frente às casas de arrumos de aprestos e artes de pesca em Vila Franca de Xira, 17.06.2018.

Importa salientar que solicitámos à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira informação sobre estes espaços de uso exclusivo pelos pescadores, nomeadamente quem utiliza as infraestruturas, quem controla essa utilização, e quem é responsável pela sua manutenção, tendo a edilidade, após aturada introspeção envolvendo os vários serviços municipais, respondido que não conseguiu obter essa informação.[9]

Para concluir esta comunidade, referir que no segundo semestre de 2017, os representantes dos pescadores contactaram a Docapesca – Portos e Lotas, S.A., numa tentativa de encontrar soluções para instalar um posto de vendagem na zona, projeto que ainda não teve qualquer desenvolvimento.

De montante para jusante, na margem norte do estuário do rio Tejo, segue-se a comunidade piscatória de **Alhandra**, localizada na antiga zona do Telhal (onde se fazia tijolo), a norte da freguesia, ao lado das piscinas Baptista Pereira. Com quase duas dezenas de embarcações de pesca local, é a segunda maior do concelho.

Sempre aqui existiram pescadores, e sempre aqui se fez pesca. Em 1620, Frei Nicolau de Oliveira indicou haver neste porto dez embarcações de pesca (Oliveira, 1804 [1620], p. 8). Em 1822, estavam registadas no concelho de Alhandra, nesta altura o segundo maior concelho da Comarca do Ribatejo, 90 pessoas a desenvolver uma atividade económica ligada ao rio (89 marítimos e um mareante), que era de onde vinha uma grande fatia do sustento da vila. Este agrupamento profissional representava 21,1% da população, e só perdia para os agricultores, cujo número de indivíduos era quase o dobro (Nunes, 2006, p. 62-64). O elevado número de pessoas em atividades ligadas ao rio, pode justificar-se pela existência neste território de cais abrigado e muito frequentado por embarcações de comércio e de pesca, não sendo possível aferir quantas destas pessoas se dedicavam em exclusivo à pesca, mas sendo possível que alguns fossem já indivíduos naturais da Vila de Ovar (Varinos).

O panorama foi exponenciado com a chegada dos migrantes marítimos setentrionais, e sobretudo quando estes aqui se estabeleceram em definitivo. Num documento afixado na Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra, com sede na Rua dos Avieiros, é referido que a primeira Avieira a chegar

[9] Mensagem de correio eletrónico de 22 de fevereiro de 2019, assinada pela Sra. Filipa Alexandra Ferreira da Silva da Divisão de Turismo.



FIGURA 20 | (i) Saveiros com os toldos montados; (ii) Barraca construída num saveiro inoperacional. Frente ribeirinha de Alhandra. Década de 1950.
Fotografias cedidas pela Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra.



FIGURA 21 | Pescador a reparar os galrichos para a enguia em Vila Franca de Xira.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 67.

e a ficar definitivamente no esteiro norte junto ao "Telhal" foi Palmira Lobo, no ano de 1929.[10] Esta corajosa mulher habitou com o marido e filhos dentro do saveiro e mais tarde construiu uma casa abarracada, tendo em 1990 recebido uma casa no atual bairro dos pescadores. A irmã desta senhora, Emília Bernarda, foi a parteira dos pescadores, e foi quem trouxe à luz do dia o Constantino Alberto de Oliveira Padinha, nascido em 1937, hoje o mais antigo em atividade nesta comunidade, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vem Comigo", registo n.º VX-689-L.

No final da década de 1940 estavam fixados em Alhandra vários pescadores da Murtosa, mas eram muitos mais os que apenas aqui vinham laborar na faina do sável no inverno, estabelecendo-se precariamente um pouco por todo o Tejo, incluindo em Alhandra, e no verão voltavam à Murtosa. Os murtoseiros que estavam fixados em Alhandra também iam pescar em água doce, faziam a campanha do sável no Carregado, e ainda mais a montante, em Salvaterra de Magos e em Palhota, onde armavam a varina, e depois voltavam a Alhandra.

No estuário do Tejo utilizavam a savará para a pesca do sável, o sabogal para capturar a saboga, o arrasto de vara para todas as espécies (a vara tinha 2,5 metros), a tarrafa de mão lançada a partir de barco, os galrichos, o botirão, a traquete e as nassas. Eram praticamente as mesmas artes de pesca que também utilizavam os pescadores da vizinha comunidade piscatória de Vila Franca de Xira, que pelo rio, de cais a cais, está apenas à distância de 2,14 milhas (ou 3,5 Km).

Na pesca com a savará, quando estava tempo ventoso, encurtavam o cabo da boia para subir a rede à superfície para capturar o sável que também andava à superfície. Utilizavam o zurro, rede de um pano de deriva

para capturar o barbo, um peixe de fundo; a tangerina, rede de emalhar de um pano com vários sacos utilizada para capturar a fataça (chamavam-lhe "fragua", consistia em colocar no rio uma rede muito alta em meio circulo a partir das margens, e depois "enfraguavam"[11] (batiam) a água para alvoraçar o peixe que entrava nos sacos onde ficava preso); a branqueira à deriva com ajuda do sistema "bate bate" (batiam na água e na madeira do barco com os remos e paus para alvoraçar os peixes); o remolhão, a pesca à mão e a pesca à cavadela (tiravam o lodo com uma enxada para chegarem às enguias em locais específicos onde caía vegetação em cima da água/lodo, como acontecia debaixo dos salgueiros nos mouchões), ambas para apanhar enguias.

José da Augusta, José Alberto, Tó Guia, Rui Coragem, Manuel Rachina e Carpila, eram pescadores que andavam ao remolhão às enguias nos parcéis de pancas, cabeça grande, cabeça pequena e ladeiro, em companhas de três ou quatro homens, cada um com o seu barco de propulsão a remos, que duravam dois ou três dias. Utilizavam os moluscos gastrópodes marinhos (búzios) para comunicar entre si por sons, sinais com que orientavam a pesca. Para preservar vivas as enguias levavam um viveiro a reboque da embarcação.

Nesta altura, anos 40 do século XX, haveria entre 25/30 pescadores fixados em Alhandra, e muitos já tinham barcos e redes próprias. Havia ainda muitos jovens que também andavam à pesca, mas não estão contabilizados nesse número. Importa notar que os saveiros foram construídos pelos próprios avieiros, já as bateiras vinham da Murtosa no comboio de mercadorias.

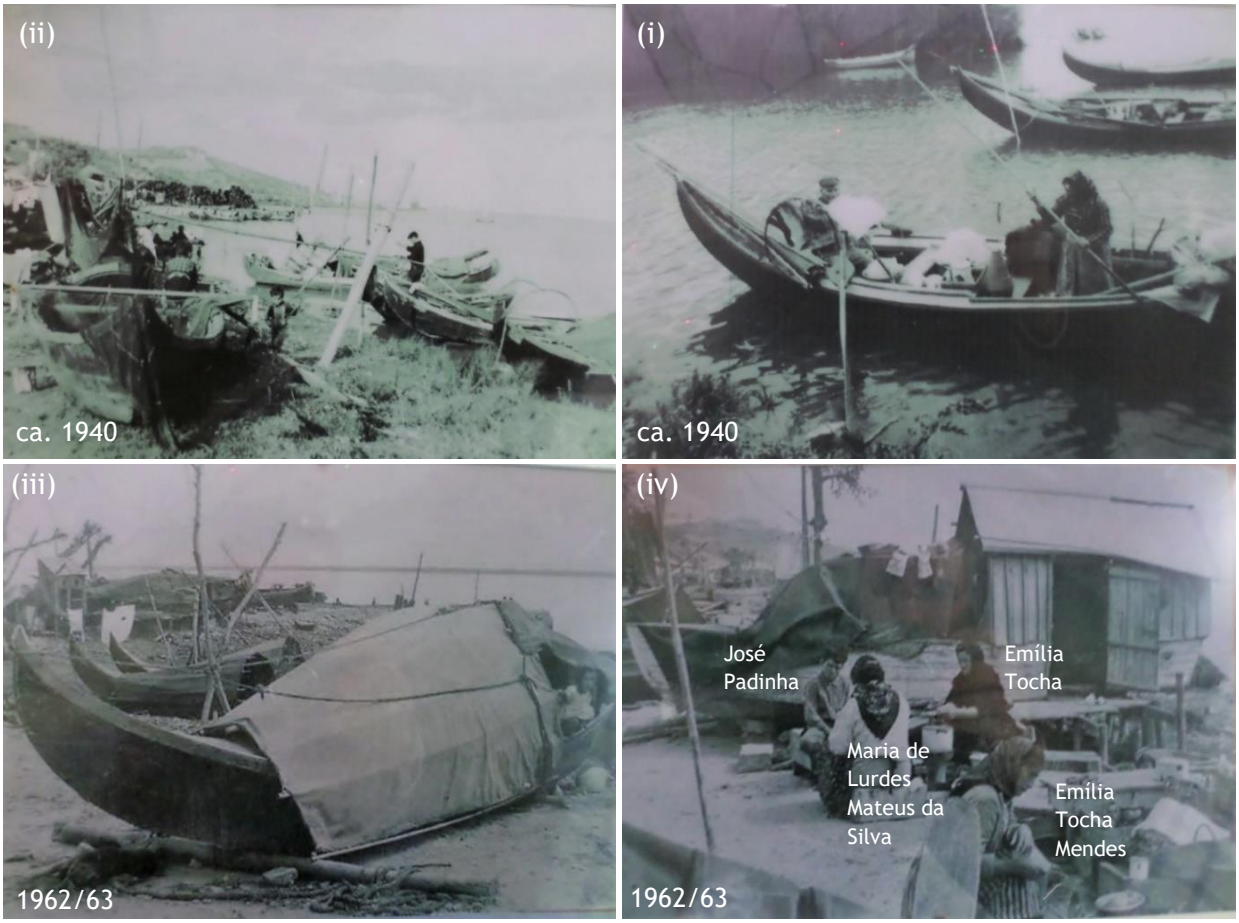


FIGURA 22 | Modo de viver em Alhandra: (i) Provavelmente entrada da vala de Salvaterra de Magos (ca. 1940); (ii) Frente ribeirinha de Alhandra (ca. 1940); (iii) Saveiro inutilizado para a pesca varado na praia para servir de casa propriedade de Manuel Tubarão e esposa Ti Clara. Este casal não tinha filhos e fazia a pesca do sável no inverno em Quinchoso, e mais a montante para cima de Salvaterra de Magos, e no verão estava em Alhandra e andava ao arrasto de vara no Tejo; e (iv) barco de recreio à vela com uma estrutura em madeira a servir de casa, estando à frente José Padinha, Sra.ª Maria de Lurdes Mateus da Silva (mãe de José Padinha) e Sra.ª Emília Tocha (alcunha Caganito, sogra de Constantino Padinha), Sra.ª Emília Tocha Mendes (filha e esposa do Sr. Constantino Padinha). Este barco era de um colaborador de uma serração da zona, e foi pedido pelo Sr. José Mendes, sogro do Sr. Constantino Padinha, para fazer de casa. Fotografias expostas nas paredes interiores do edifício da Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra, cedidas em janeiro de 2019.

[10] Gaspar & Palla (2009, p. 14) referem que de acordo com testemunhos recolhidos, antes da fixação dos Avieiros, já aqui se tinham estabelecido Varinos e Murtoseiros.

[11] Tinham consigo uma vara de madeira comprida com que espichavam a água até à lama, repetidamente, para forçar a deslocação do peixe da praia para o centro do rio onde estava a rede.



FIGURA 23 | Barco "Emília Clara" registo n.º VX-438-L, de Constantino Alberto de Oliveira Padinha foi proprietário e armador, e exercia a bordo as funções de arrais, em Alhandra (c. 1970).
Fotografia gentilmente cedida pelo próprio, em janeiro de 2019.



FIGURA 24 | Frente ribeirinha de Alhandra em 19.06.1970.
Fotografia cedida pela Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra.

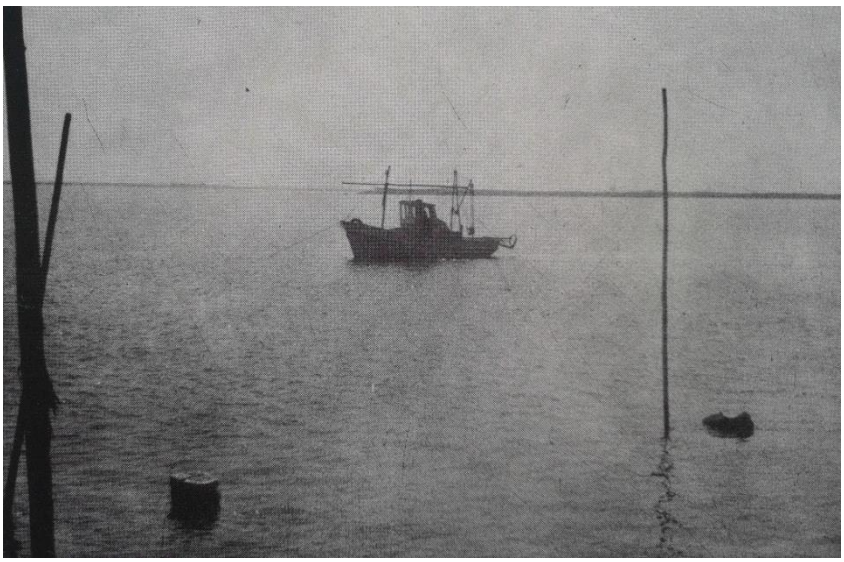


FIGURA 25 | Motora, também designada pequena traineira, com arrasto de vara (ou arrastão) à frente de Alhandra.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 41.

Com o passar do tempo o número de pescadores em contexto migratório reduziu com a consequente fixação em Alhandra, onde trabalhavam e viviam. Muitos empregavam-se nas pescas, mais ainda nas fainas agrícolas das lezírias, outros nas fragatas do Tejo, e alguns trabalhavam em serviços diretos e indiretos da fábrica de cimento de Alhandra (Cimpor).

Os avieiros faziam no inverno pesca fluvial no Tejo, e no verão dedicavam-se à agricultura, enquanto os murtoseiros e varinos e outros que vinham da região lagunar de Aveiro faziam a pesca fluvial no inverno, e a pesca costeira no verão, na Ericeira, São Martinho do Porto e Peniche.

Na década de 1960, já havia em Alhandra cerca de 30 pescadores profissionais, uns com origens na Murtosa e outros em Vieira de Leiria, e todos tinham um saveiro de propulsão a remos que eram os barcos tradicionais do Tejo. Estes pequenos barcos em madeira, muitas vezes construídos pelos próprios pescadores, iriam ser alterados e motorizados, mas antes disso apareceram algumas traineiras com motor fixo (interior) de combustão a gasóleo. Desse tempo, os pescadores vivos, recordam saudosamente Ti Manuel Tubarão, Ti Manuel Boga, Joaquim Boga, Francisco Prazeres, Manuel Lourenço Guerra, José Mira Letra, Joaquim Ventura, José Mendes (Pai), José Mendes (Filho), Manuel Mendes, Manuel Francisco Mendes, António Perdigão, Domingos Padinha, Joaquim Padinha, Américo Padinha, Manuel José, Manuel da Silva Padinha (pai de Constantino Alberto de Oliveira Padinha), José Tomás, José Tomás Bagueiro, Joaquim Silvério, Adelino Ramusgo, e outros, hoje todos falecidos. Diz-se que os pescadores de sobrenome "Padinha" vieram

da Murtosa, e os demais vieram de Vieira de Leiria. Neste número não se incluem os familiares mais jovens que também pescavam.

Os pescadores trabalhavam em condições difíceis, especialmente no inverno, e sem qualquer proteção. Trabalhavam todos molhados e muitas vezes descalços. No inverno era tanto o frio que com o gelo deslizavam descalços em cima da madeira do fundo do saveiro. Quando o frio era demais, e não o aguentavam, colocavam o toldo aberto por cima do barco e acendiam o fogareiro a carvão (também utilizavam pedaços de lenha) para se aquecer, secar a roupa e, simultaneamente, confecionar os alimentos. Não passavam fome, pois podiam comer o peixe que era abundante.

A primeira traineira a pescar no Tejo e propriedade de pescadores de Alhandra tinha o nome "Mimoso", foi adquirida pelo Sr. Constantino Padinha, em São Martinho do Porto, na transição de 1961/62, por dez contos. Seguiram-se outras traineiras, que alguns chamavam de motoras. Constantino Padinha e outros pescadores que possuíam essas traineiras, iam pescar ao largo da Ericeira, e alguns chegaram mesmo a ir pescar ao largo de Matosinhos. José António Padinha da Silva recorda que o seu pai, Eduardo Padinha da Silva, até 1967 foi na sua traineira pescar para o largo da Ericeira. As traineiras tinham uma finalidade diferente da atribuída aos saveiros, com que operavam no Tejo. Os pescadores faziam a época do sável e da saboga no rio Tejo e no final de abril encalhavam os saveiros e rumavam à Ericeira, onde laboravam até outubro, momento em que retomavam à pesca estuarina, encalhando a traineira. Assim fizeram durante muitos anos.

Nos anos 60 havia muita abundância de peixe em frente a Alhandra e em todo o Tejo, bem como de moluscos e de crustáceos, em especial patruça (solha), sável, saboga (savelha), linguado-legítimo, lampreia-marinha, enguia, pescada pequena, lambujinha e camarão mouro



FIGURA 26 | Pescador a remendar uma tarrafa em Alhandra.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 101.



FIGURA 27 | Pescador a mostrar um chalrão em Vila Franca de Xira.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 102.

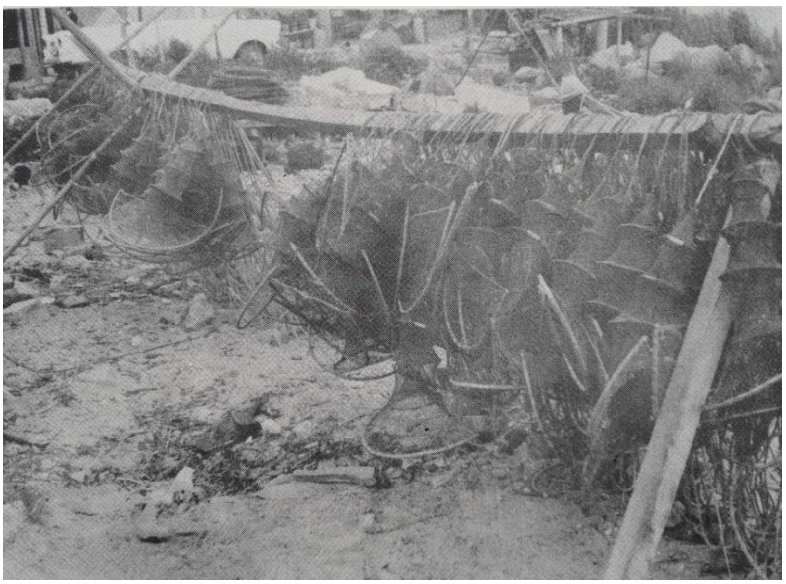


FIGURA 28 | Estendal de galrichos para a enguia em Vila Franca de Xira.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 68.



FIGURA 29 | Balança da rudimentar "lota" de Alhandra.
Fonte: Costa & Franca, 1984a, figura 6; 1984b, figura 21.

(também conhecido por camarão-negro e camarão-do-rio), espécies que hoje escasseiam e algumas desapareceram, como é o caso da solha. Um pouco mais para jusante, até à atual Ponte Vasco da Gama, o rio era abundante de fanecas, pescadas grandes e cações que a partir de maio entravam em grandes quantidades no estuário, e eram capturados com redes de um pano, malha de 100 mm, conhecidas como "redes caçoeiras". A lota era nesta altura, e assim continuou por muitos anos, uma balança à beira de água suspensa e amarrada em três varas que formavam uma cruzeta.

Como artes de pesca utilizavam: (i) os tresmalhos; (ii) a tarrafa para apanhar tainha de superfície que andava à babugem da água; (iii) as nassas para apanhar o camarão e as enguias mais pequenas (aquelas que não ficavam nos galrichos por a malha ser mais aberta); (iv) os galrichos para apanhar a fataça, os barbos e outros peixes de escama (os galrichos eram nassas em ponto grande); (v) o arrasto de vara para apanhar o camarão-mouro, em água salgada, e o camarão-branco-legítimo, em água doce, salobra e salgada, arte com que também apanhavam abundantes linguados e enguias; e (vi) o sabogar para apanhar a saboga e a savará para apanhar o sável, redes de três panos com tamanho de malha diferente.

Também utilizavam o chalrão, constituído por um saco de malha inferior a um centímetro, utilizado para capturar camarinha nas salinas desativadas para iscar as nassas para a pesca da enguia. O chalrão era exatamente igual ao utilizado na comunidade piscatória vizinha de Vila Franca de Xira. O galricho era uma armadilha com que pescavam sem isco, utilizada quando o peixe estava na altura da desova (servia de toca aos peixes). A tarrafa tinha uma saia de cerca de 3 metros de raio, malha de 50 mm, era operada por um homem e lançada a partir de uma embarcação, mas era pouco utilizada por ser uma arte proibida (foi utilizada nesta comunidade até final do século XX). Também utilizavam a fisga, arte de pesca por ferimento constituída por um arpão com quinze dentes barbelados (farpa), encabada em vara de eucalipto ou castanho com cerca de quatro metros de comprimento, e pesca à mão, nomeadamente da lambujinha, da ostra, e mais tarde, na década de 1980, do berbigão.



FIGURA 30 | Apanhar lambujinha à mão na zona ribeirinha de Alhandra (década de 1970).
Fotografias gentilmente cedidas pela Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra, em janeiro de 2019.

As barracas de arrumos de material de pesca, as pontes e os cais palafíticos foram as primeiras construções a existir na comunidade piscatória em Alhandra à semelhança do que aconteceu na Póvoa de Santa Iria e em Vila Franca de Xira. Isto claro, após décadas a dormirem nos barcos. Mesmo depois de construírem as barracas, continuavam a comer e a pernoitar nos barcos quando andavam a pescar afastados dos assentamentos. Com o passar do tempo foram inovando. Se inicialmente as construções eram suportadas em pilares de madeira, em meados de 1960 as construções passaram a ser assentes em cima de tubos de Lusalite que iam buscar a uma fábrica adjacente ao lado do bairro.



FIGURA 31 | Início da autoconstrução do atual bairro de pescadores de Alhandra. Ao fundo o bairro das barracas dos pescadores da Travessa do Oleiro, e havia uma outra parte na Travessa do Roli em frente à atual Associação Náutica de Alhandra. Final da década de 1980.
Fotografia gentilmente cedida pela Sra. Clara Padinha, pescadora de Alhandra.

Os saveiros passaram a ser motorizados nos primeiros anos da década de 1970, passando a incorporar na ré, após adaptação, motores de borda fora de combustão a gasolina. Os primeiros motores utilizados eram da marca Yamaha, um cilindro, cerca de 8 hp, referência PI125, de cor branca, e só permitiam andar com a arte dos galrichos que os pescadores empregavam na zona dos ostrais em Alcochete. Não tinham força para puxar o arrasto de vara, arte que os pescadores continuavam a utilizar nos barcos de propulsão a remos e vela.



FIGURA 32 | Demolição da construção provisória de Constantino Padinha em 1991, pelo próprio, após se mudar para a nova casa no bairro dos pescadores.
Fotografia gentilmente cedida pela Sra. Clara Padinha, pescadora de Alhandra.

Constantino Alberto de Oliveira Padinha, residente no Lugar da Seção de Velas em Alhandra, em 27/05/1970 transferiu da Direção Hidráulica do Tejo a sua embarcação de madeira tipo lancha com motor Burk de 20 hp, denominada "Maria do Céu", registo n.º 9826/D.H.T., para a Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, para a pesca local, tendo recebido o número de registo VX-438-L e mudado a denominação para "Emília Clara". Tinha de comprimento 7,55 m, de boca 2,55 m, de pontal 0,90 m e 4,331 de



FIGURA 33 | Frente ribeirinha de Alhandra na Travessa do Roli, poucos anos antes da demolição do bairro, no final da década de 1980.
Fotografia gentilmente cedida pela Sra. Clara Padinha, pescadora de Alhandra.



FIGURA 34 | Nassas a secar para reparar na ponte/cais palafita na zona ribeirinha de Alhandra, em março de 1996.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Constantino.



FIGURA 35 | Ponte/cais palafita na zona ribeirinha de Alhandra, em março de 1996.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Hélder Dias.

tonelagem bruta. O registo desta embarcação foi cancelado em 21/11/1972, por ter voltado para a Direção Hidráulica do Tejo (Cf. Livro III – Evolução Histórica - DMVFX, Livro n.º 3 de Registo de propriedade de embarcações de pesca, fl. 197).

Poucos anos depois chegaram os novos motores Yamaha que tinham a ignição a gasolina, mas andavam a tratol ou petrol, estes já com dois cilindros e com força para puxar o arrasto de vara. Seguiram-se os motores de três cilindros (15 hp), na década de 1980, e logo depois os motores marca Tohatsu de 25 hp. Nesta altura, o mercado já disponibilizava motores mais potentes do que o regulador permitia instalar nas embarcações de pesca.

Os blocos habitacionais do atual bairro dos pescadores começaram a ser construídos em 1987, num terreno de sapal adjacente às suas construções palafíticas, cedido pela Administração do Porto de Lisboa em protocolo com a Câmara de Vila Franca de Xira e acordo com os pescadores de Alhandra. As primeiras casas foram habitadas em 1990, mas o processo de construção das moradias ainda se prolongou por mais uns anos. As pontes e os cais, estruturas importantes para alcançarem os barcos, continuavam a ser palafitas. Com as novas casas vinha a obrigação dos pescadores demolirem as suas casas anteriores.

A construção das casas foi custeada pelos pescadores (mão-de-obra), mas teve a ajuda da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que cedeu parte do material de construção e no final da obra deu a cada pescador 50 contos para ajuda a comprar torneiras, loiças e outros elementos de acabamento.

O terreno foi-lhes concedido, mas ainda hoje liquidam à edilidade uma mensalidade pelo direito de superfície (começaram a pagar dez contos por ano). Houve pescadores que não fizeram as casas, fazendo-as a Câmara para si, e hoje são inquilinos.

O valor das rendas é calculado sob o regime de arrendamento apoiado, de acordo com o disposto na Lei nº 32/2016, de 24 de agosto, que alterou e republicou a Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro. Os moradores neste bairro de pescadores, no total de 19 agregados familiares, são geridos pelo Município, e as rendas em 2018 variam entre 4,29 € e 64,12 €, distribuídas de acordo com o seguinte intervalo de valores:

> 4,29 € < 20,00 € - 11 agregados familiares;
> 20,01 € < 50,00 € - 6 agregados familiares;
> 50,01 € - 2 agregados familiares.



FIGURA 36 | Cais/pontes palafitas após a construção do novo bairro dos pescadores de Alhandra, em maio de 1998, e ainda antes da regularização da zona ribeirinha que eliminou os cais palafitas com a introdução de um cais modular flutuante já moderno. © Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: Hélder Dias.

A construção da Ponte Vasco da Gama foi importante para os pescadores de Alhandra, uma vez que os pilares estão a servir de refúgio especialmente à corvina e ao robalo, onde já se reproduzem, havendo aqui importantes pesqueiros. As espécies hoje mais abundantes no rio em frente a Alhandra são o barbo, a tainha, os xarrocos e caranguejo japonês (que destrói as redes e impede a utilização das nassas e galrichos aos pescadores).



FIGURA 37 | Vista da zona ribeirinha de Alhandra e do bairro dos pescadores, em 21.06.2018 (vinte anos depois).

Em meados de maio de 2004, Manuel Padinha da Silva, com 43 anos, e Eduardo Jorge Padinha, com 25 anos, ambos varinos, capturaram em frente ao mouchão de Alhandra um espadarte que pescava 60 quilos. Esta captura recebeu cobertura pelos periódicos regionais. Numa das entrevistas, os pescadores mostraram-se indignados em relação à pesca ilegal ao meixão, também conhecido como "angula" ou "enguia bebé", na altura muito intensa, que consideravam de crime ecológico apesar de competirem nesta pesca com



FIGURA 38 | Arrecadações de artes e aprestos de pesca, seguidas de espaço público utilizado para estender redes para secar e para reparar, na comunidade piscatória de Alhandra, em 20.12.2018.

os criminosos, e também notavam o abundante aparecimento de corvinas "grandes e gordas" no estuário do Tejo (Gabriel & Serra, 2004, S/p.).[12] A crise financeira de 2008 não teve qualquer efeito nas pescarias realizadas pelos pescadores de Alhandra, mantendo-se os efetivos humanos e materiais.

Os saveiros mantiveram-se em funções até à década de 1990, sendo gradualmente substituídos por barcos em fibra e de maiores dimensões. O último saveiro foi o "vagabundo", abatido em 2015 e as licenças de pesca transferidas para um moderno barco de fibra, mantendo o nome. Em todo este processo verifica-se que a evolução dos motores acompanhou a evolução do casco das embarcações.

Ao nível das infraestruturas de apoio à pesca existentes em dezembro de 2018, os pescadores profissionais de Alhandra dispunham de arrecadações de material de pesca (ainda que o espaço seja reduzido, cerca de metade do que dispõem os pescadores avieiros da Póvoa de Santa Iria), rampa de varadouro que só permite a utilização a meia água de enchente ou vazante, cais modular moderno para 24 embarcações que tanto serve para embarcações de pesca como para embarcações de recreio e equipado com extintores (inativos por falta de manutenção, e com selos violados).



FIGURA 39 | Vista aérea da zona ribeirinha Alhandra, onde está instalado o bairro dos pescadores, a zona de arrumos de material de pesca e o atual cais de pesca. Ao fundo está a ponte de Vila Franca de Xira, junto à qual está o cais dos pescadores dessa comunidade, em 26.08.2014.
Legenda: 1 - Bairro dos Pescadores; 2 - Armazéns de artes e aprestos de pesca; 3 - Cais de pesca profissional; 4 – Rampa.

Solicitámos à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira informação sobre estes espaços de uso exclusivo pelos pescadores, nomeadamente quem utiliza as infraestruturas, quem controla essa utilização, e quem é responsável pela sua manutenção (coisas que aparentam não acontecer, faz anos), tendo a edilidade, após aturada introspeção envolvendo os vários serviços municipais, respondido que não conseguiu obter essa informação.[13]

Para concluir esta comunidade, referir que o número de pescadores profissionais em Alhandra tem vindo a reduzir, e de aproximadamente 35 em atividade em 2009 (Gaspar & Palla, 2009, p. 14), passou-se para menos de 20 em 2014 (O Mirante, Semanário Regional, *online*, 27.04.2014 (00h44)), e assim continuava em finais de 2018 (número de pescadores e arrais a exercer regularmente a pesca) apesar de recentemente alguns jovens terem feito o curso de pescador.

[12] Fragmento da notícia: "são centenas ou mesmo milhares de redes ilegais [da pesca ilegal às angulas], afirmam os pescadores, muitos deles obrigados a competir com os criminosos" (…) "é um tráfego ilícito a que ninguém mete cobro, comentam revoltados [os pescadores]" (Gabriel & Serra, 2004, S/p.). Isto remete-nos para a tragédia dos comuns, ou tragédia dos bens comuns, formulada por Garret Hardin (1968). Ou seja, os pescadores revoltados pela falta de fiscalização, e sentindo que essa ausência das autoridades está a colocar em causa o seu sustento, optam também por dirigir a pesca a esta espécie, aumentando a delapidação do recurso. Tal como no exemplo de Hardin cada pastor procura maximizar o seu ganho, no caso das enguias bebés também todos, pescadores ou não, procuram maximizar o seu ganho, levando à tragédia deste bem comum. Uma fiscalização mais assertiva no início da tragédia podia ter feito a diferença.

[13] Mensagem de correio eletrónico de 22 de fevereiro de 2019, assinada pela Sra. Filipa Alexandra Ferreira da Silva, da Divisão de Turismo.

A última comunidade piscatória com características avieiras na margem norte do rio Tejo, no sentido montante-jusante (ou foz), é hoje **Póvoa de Santa Iria**, uma vez que as comunidades avieiras que existiram nas margens do rio Tejo até ao rio Trancão, em Sacavém, seu afluente, já desaparecerem há décadas. Hoje, com mais de duas dezenas de embarcações de pesca profissional em operação, à data de 31 de dezembro de 2018, esta é a maior das comunidades avieiras da margem norte e uma das maiores do estuário do rio Tejo.

A zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, foi desde a época medieval utilizada pelas gentes da terra que retiravam do rio Tejo o seu sustento, especialmente da atividade salineira, mais importante, que persistiu até ao século XX, mas também da pesca. No início do século XVII, enquanto Frei Nicolau de Oliveira contabilizou apenas duas embarcações de pesca no porto da Póvoa de Santa Iria (Oliveira, 1804 [1620], p. 8), os marnotos transportavam, num dia normal de trabalho, oitenta canastras de sal produzidas nas salinas, que totalizava cerca de quatro mil quilos de sal (a safra durava apenas quatro meses, de julho a outubro). Essa maior proeminência da salicultura também se observa pela área explorada, uma vez que as salinas ocupavam uma extensão de cerca de nove quilómetros na faixa tagana que acompanhava a localidade em frente do Mouchão da Póvoa (Mesquita, 2013, p. 6-7; Pires, 2013, p. 11).

A vinda de pescadores de outras zonas costeiras para o estuário do rio Tejo, tema muito sensível e gerador de desconforto, levou os pescadores de Alhandra, Alverca e Póvoa de Santa Iria em 1819, a apresentarem queixa ao Capitão do Porto de Lisboa contra os varinos (pescadores da região de Aveiro e Ovar), incomodados que estavam, pela sua constante presença nas águas do estuário. Não obstante a intensa rivalidade entre pescadores no rio e estuário do Tejo (Câncio, 1944, p. 50-51), que às vezes tinha contornos trágicos, eles uniam-se para combater aquilo que identificavam como ameaça externa, portanto, já tinham sentido de grupo. Neste caso uniram-se para fazer uma forte rivalidade/oposição aos varinos, o que também mostra como era já intensa a rivalidade entre pescadores de regiões diferentes na utilização do espaço de águas interiores não marítimas, e águas litorais marítimas, e deixa-nos antever que não teria sido fácil para as populações varinas (ou ovarinas), no difícil contexto de migração sazonal, aqui se terem adaptado. Tiveram, seguramente, uma vida mais difícil do que tiveram os vieirenses (da região de Vieira de Leiria), que atuavam mais adentro no Tejo. Para além de terem de lidar com os azedumes com os pescadores locais, os varinos (ou Ovarinos) ainda tiveram de competir por muito tempo com os pescadores algarvios que se dedicavam ao comércio por via marítima entre Algarve e Lisboa, porque estes também frequentavam o estuário do Tejo e eram fundadores de colónias na Costa da Caparica (Olhanenses) (Ribeiro, 1977, p. 102).

No último quartel do século XIX, principia a atividade industrial na Póvoa de Santa Iria atraída pela navegabilidade do rio Tejo, principal via para o transporte de matéria-prima e mercadorias, e pela linha ferroviária. Isto criou condições de atratividade, especialmente para as populações agrícolas periféricas, que viviam com muitas dificuldades e procuravam uma ocupação laboral que permitisse uma remuneração constante (a rentabilidade da agricultura era muito irregular, devido aos elementos atmosféricos), o que exponenciou de forma rápida o crescimento populacional e contribuiu para a densificação da edificação. Junto ao rio vieram a instalar-se várias unidades fabris, inclusive renovando algumas das instalações que já aí existiam, que absorveram muito trabalho operário, sendo de realçar a indústria da soda, que ainda hoje persiste. Juntamente com a salicultura e com a pesca, este foi o terceiro grande empregador, numa altura em que era intenso o tráfego local de transporte de mercadorias, que inclusive tinha um cais próprio próximo onde é hoje a comunidade piscatória (Pires, 2013, p. 11). Começa a mudança de posição dos migrantes setentrionais no curso do rio Tejo.

No processo de descida do rio Tejo, na procura de melhores pescarias e de outras atividades complementares, tendo em vista melhorar a sua condição de vida, os avieiros encontraram nas margens do rio Tejo, na extensa faixa ribeirinha que acompanha a localidade da Póvoa de Santa Iria, um local de grande centralidade, onde confluíam várias atividades económicas e onde existiam oportunidades de trabalho adaptadas às suas aptidões e tradições culturais, quer na pesca, quer na agricultura, quer no transporte de produtos agrícolas, e após um período de adaptação, em que aqui ficavam no inverno até meados da primavera, e depois regressavam a montante, ficaram de vez (João & Dinis, 1982, p. 6).

Para a prática agrícola, dispunham dos campos do mouchão da Póvoa, que chegaram a explorar, e talvez por isso se tenham fixado na zona ribeirinha que estava mais próxima da vala de acesso às casas dos caseiros e armazéns, bastando-lhes atravessar em linha reta a cala do Norte (ou da Póvoa) para lá chegar. Ademais, decorrente da atividade agrícola exercida no mouchão havia necessidade de transporte de produtos agrícolas e de pessoas, tudo atividades que podiam desenvolver, e que desenvolveram, de forma complementar à pesca. Inclusive, próximo de onde está hoje a Casa Avieira



FIGURA 40 | Pescador a caminhar sobre a ponte palafítica para aceder à embarcação tipo saveiro, com casco em madeira e duas quilhas, e tolde de proteção do frio e da chuva, na Póvoa de Santa Iria, em 1997.
Fonte: Ramalho, 2013, p. 12. Autor: Júlio Miguel Rodrigues.



FIGURA 41 | Barco tipo saveiro, com casco em madeira e duas quilhas, modelo antigo com toldo para proteger da chuva, equipado com fogareiro para fazer o comer. Póvoa de Santa Iria, em 07.05.2013.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: V. Cartaxo.

havia o "cais das fragatas" onde os batelões desembarcavam e carregavam mercadorias, para onde alguns avieiros transportaram melões produzidos nos terrenos aluvionares agrícolas (lezírias).

Na pesca, atividade de eleição, as condições eram as melhores das existentes no Médio Tejo. Para além de a poderem exercer em regime de complementaridade, ainda havia na Póvoa de Santa Iria marinhas de sal, umas em produção e outras em situação de abandono que permitiam manter o camarão-mouro (preto) vivo em cativeiro, dentro do redanho, até o levarem à lota da Ribeira Nova (era comercializado vivo), espécie a que dirigiam a pesca com o arrasto de vara, uma das suas principais pescarias realizada anualmente, de outubro/novembro a fevereiro/março, que durou até à década de 1980 (até acabar o camarão-mouro) (Soares, 1986, p. 77). Ademais, dizia-se que o camarão ganhava sabor enquanto ficava na água da marinha a aguardar a sua vez de ir para a lota (ou venda local), o que também constituía vantagem. Para além disso, estava dentro da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), uma autêntica maternidade, para várias espécies de peixes, que beneficiavam da elevada piscosidade do estuário do rio Tejo, que era superior à verificada a montante, onde podiam operar até onde os seus barcos os conseguissem levar, e sabemos que os conseguiam levar para operar ao arrasto de vara até ao gargalo do Tejo.

Por todos estes fatores de atração, e provavelmente devido a outros que desconhecemos, os primeiros pescadores a permanecer neste local com um caracter mais permanente foram Manuel Gouveia Tocha, Manuel Joaquim Guerra e José Lobo, e seus familiares, o que aconteceu por alturas de 1955/56, mas as primeiras construções em madeira para habitação (barracas) só acontecem uma década depois, por iniciativa de seis famílias, numa altura em que já se tinham fixado mais de três dezenas de agregados familiares piscatórios na Póvoa de Santa Iria.[14] De todos esses, apenas um marítimo descendia da Murtosa, os demais eram oriundos de

[14] Heitor Lourenço Guerra, Manuel Joaquim Guerra, José Lourenço Guerra, João do Vale, José Mira, Augusto da Silva, Manuel Gouveia Tocha (alcunha O Grilo), José Tomás Fernandes, Francisco Lacerda, António Sequeira, José Polarigo Letra, António Fernandes, Alfredo Letra, António Jacinto, Joaquim Sequeira, Manuel Sequeira Pedrosa, António Boga, Celestino, Joaquim Morreira e António Murtoseiro, único ainda vivo (dezembro de 2018).

Vieira de Leiria. Os filhos destes primeiros pescadores são hoje a única força de trabalho ativa, não tendo vindo pessoas de fora para esta atividade nesta comunidade.

Cada pescador profissional tinha um saveiro próprio de propulsão a remos. Não muito tempo depois chegou a esta comunidade o primeiro motor fora de bordo, de marca Iberud, com 5,5 hp, de combustão a gasolina, instalado no saveiro do Alfredo Letra. Consta que foi grande a novidade, e por esse motivo o proprietário teve dificuldades em averbar o motor no livrete do barco. A partir de 1965 começaram a aparecer as traineiras motorizadas com motores interiores (fixos) de combustão a diesel.

Estes pescadores e as suas numerosas famílias, com muitas crianças, enquanto andavam na faina, viviam em saveiros encalhados nas margens ribeirinhas (alguns viviam dentro do saveiro com que pescavam e outros tinham um para pescar e outro, que já não navegava, ao serviço de habitação), e os mais abastados viviam em barracas palafíticas construídas em madeira, caniços e ramos, e outra matéria-prima disponível, nas margens do Tejo. Como era comum na utilização dos saveiros, à proa localizava-se a área de trabalho da pesca (que à noite era coberta com oleado e era onde dormiam), ao centro preparavam e serviam as refeições, e na popa arrumava-se o material de pesca (Gaspar & Palla, 2009, p. 3-4).

Desde sempre castigados com condições de habitabilidade precárias por falta de condições económicas, no ano de 1965, no inverno, seis famílias tentaram estabelecer-se em terra e construíram casas (barracas) em madeira, em terrenos do Porto de Lisboa, procurando melhorar a sua condição de vida. Ainda não tinham estreado devidamente as suas casas já a polícia estava a proceder à sua

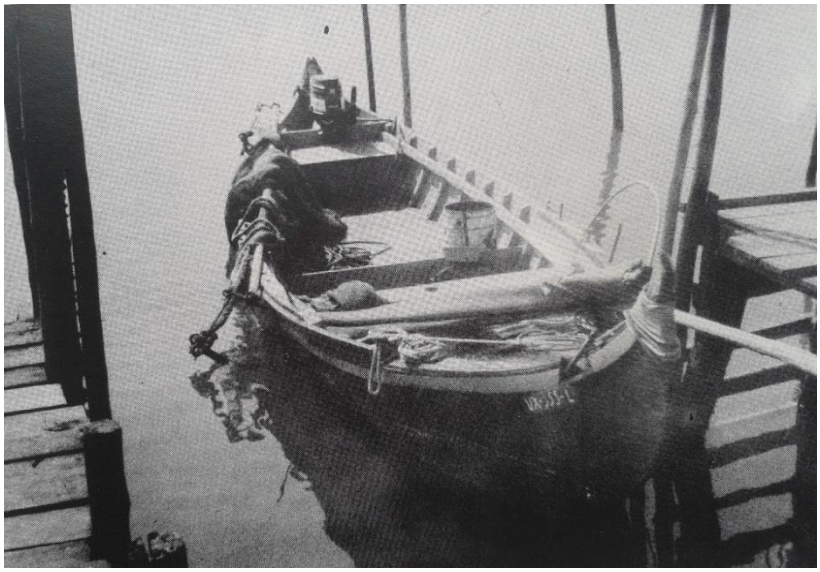


FIGURA 42 | Barco tipo saveiro tendo a bordo a arte do arrasto de vara, conhecido por "arrastão", na Póvoa de Santa Iria.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 29.



FIGURA 43 | Motoras e saveiros atracados ao cais palafítico da Póvoa de Santa Iria.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 3.



FIGURA 44 | Arrasto de vara (conhecido como arrastão) em motora (ou pequena traineira) na Póvoa de Santa Iria.
Fonte: Costa & Franca, 1984a, figura 20; 1984b, figura 86.



FIGURA 45 | Cerimónia da entrega de 32 casas pré-fabricadas aos pescadores avieiros da Póvoa de Santa Iria, em 1.06.1967.
Fonte: Jornal do Pescador, Ano XXIX, n.º 341, 1967, p. 23-24.

demolição e ao transporte dos resíduos, deixando as famílias novamente sem casa. No dia da demolição, desgostosas e feridas, e também para mostrarem que não desistiam, as pessoas dormiram todas ao redor de uma fogueira, nesta que era uma noite fria. Foram-lhe concedidas tendas, algumas até pela Cruz Vermelha Portuguesa, que lhes serviram de abrigo durante algum tempo (Jornal do Pescador, Ano XXIX, n.º 341, 1967, p. 23-24; João & Dinis, 1982, p. 6).

Mais tarde, em entrevista ao jornal "Notícias da Póvoa", o arrais João Maria Lobo referia que a ideia de dormir à volta da fogueira durante as noites frias do inverno foi de Manuel Joaquim, e com a sua atitude deu força aos demais, que acabaram por lhe seguir o exemplo (João & Dinis, 1982, p. 6).

Nesta altura, o drama social destes pescadores foi tema de debate público e o Governo comprometeu-se a construir novamente as casas, mas acabou por ir mais além e construiu um bairro, um total de 32 novas casas pré-fabricadas dispostas em três linhas, duas paralelas à linha de água e disposta na perpendicular, entregues a 32 famílias de pescadores, cerimónia que aconteceu no dia 1 de junho de 1967 e contou com a presença do Almirante Henrique Tenreiro, como já referimos no capítulo da introdução histórica (Jornal do Pescador, Ano XXIX, n.º 341, 1967, p. 23-24). Segundo João & Dinis (1982, p. 6), as construções foram mandadas fazer pelo Porto de Lisboa, e os pescadores tinham de pagar renda à Caixa Geral de Pensões.

Foi Maria José Guerra, ainda hoje pescadora, casada com José Henriques Simãozinho, arrais de pesca, ambos proprietários e armadores da embarcação "Leão das Ondas" (registo n.º VX-716-L), que em nome da comunidade Avieira, entregou ao Almirante Tenreiro um ramo de flores em sinal de agradecimento pelo seu empenho na construção do novo bairro dos pescadores.

Ainda hoje o Comandante Tenreiro é aqui comentado com carinho pelos pescadores mais antigos, sendo praticamente desconhecido para os mais novos. Pouco depois seria criado o posto da Guarda Fiscal da Póvoa de Santa Iria, para fiscalizar as mercadorias que as fragatas aqui vinham descarregar (como

já referimos, o cais das fragatas era mesmo ao lado do cais dos pescadores), e também o peixe capturado pelos pescadores.

Após se fixarem na margem ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, durante algum tempo a convivência dos avieiros com as gentes da terra foi complicada, mas por fim acabaram amigos, acontecerem casamentos entre filhos de avieiros com filhos das gentes da terra, o que ajudou a solidificar a amizade (João & Dinis, 1982, p. 6), e os avieiros anos mais tarde viriam colaborar com as instituições locais, nomeadamente com os bombeiros, como veremos a seguir.

Ao nível dos sistemas de pesca, em meados do século XX utilizavam artes sedentárias ou artes de arco (botirão, nassa, tranquete, galricho e tubarão), cercos e pesca por armadilhas (atenção – redes estacadas, tapa-esteiros, e tarrafa ou redondo), tresmalhos (branqueira, savará, sabogar, selheira e severta), arrastos (varina, sabogeira, chincha e arrasto de vara) e aparelhos de mão (fisga e linha).

Quando os pescadores da praia da Vieira de Leiria (avieiros) vieram para o rio Tejo, para a região ribatejana, trouxeram uma rede de arrasto a que deram o nome de "varina". Foi a primeira arte avieira utilizada no Tejo. Trata-se da xávega do mar, que utilizavam em Vieira de Leiria, adaptada ao rio para a pesca do sável. A varina era uma arte de companha, de camaradagem, empregava entre 15 e 20 pessoas por lanço, homens e mulheres, e quando foi extinta na década de 60 os pescadores passaram a utilizar artes individualistas, como a savará (malha mais aberta), o sabogar (malha mais fechada) e a branqueira (tresmalho, rede de emalhar). Segundo os pescadores o sável acabou no rio Tejo por influência da SACOR, opinião que suportam no facto de que quando essa empresa cessou a produção por altura da Expo´98 o sável voltou em força ao rio Tejo.[15]



FIGURA 46 | Nassa nova, ainda não tingida. Pode ser utilizada durante todo o ano, e dirige-se à enguia e ao camarão do rio (malha de cerca de 5-6 milímetros). Com malha mais aberta, cerca de dois centímetros, chama-se galricho, e utiliza-se para apanhar peixe de escama como fataça e robalo, e também linguados. Construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.



FIGURA 47 | Arrasto de vara, muito utilizado pelos avieiros para capturar camarão, enguia, tremelga, solha, linguado, cação. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.

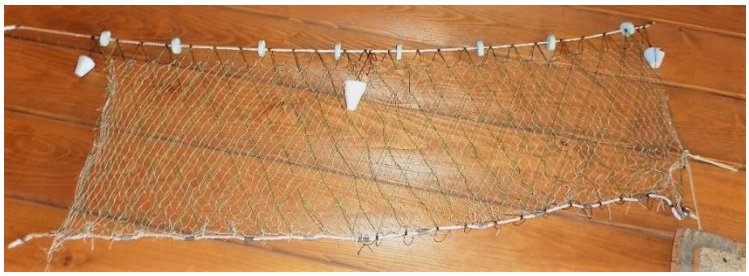


FIGURA 48 | Rede de tresmalho (três panos) com boias de flutuação para ser utilizada à deriva (substituiu a varina), que com malha mais larga era utilizada para a saboga e sável, e com malha mais apertada para a lampreia. Quando era necessário fundear um pouco mais, tiravam as boias grandes e só deixavam as boias pequenas. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.



FIGURA 49 | Uma holandesa. Duas nassas justapostas, separadas por uma rede de encosto para encaminhar o peixe para dentro. Se tivesse a mesma forma, mas a malha fosse mais larga, chamava-se galricho. Construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.

[15] A SACOR "Sociedade Anónima de Combustíveis e Óleos Refinados" foi fundada em 28 de julho de 1937, e em 11 de novembro de 1940 inaugurou a refinaria em Cabo Ruivo, na zona oriental de Lisboa, principal zona industrial da capital. Esta refinaria foi ampliada ao longo do tempo, basicamente até à entrada em funcionamento da refinaria de Sines, em 1979, que originou a sua



FIGURA 50 | Varina, rede com que pescavam o sável à ravessa nos "intemáres" das praias (socalcos, buracos na areia onde os peixes ficavam e não se deslocavam com a maré), a montante de Vila Franca de Xira, na zona de Azambuja e Salvaterra de Magos. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.



FIGURA 51 | Tarrafa. Era jogada à água com perícia para cair aberta (em forma circular), e depois era puxada devagar para os chumbos se juntarem até fecharem. Quando a rede fechava, a parte preta, chamada rufo, formava um saco em círculo. Era utilizada para capturar peixe parado em cardumes, como barbos e fataças (tainhas). Miniatura construída por Alfredo Luciano, em 6.12.2018.

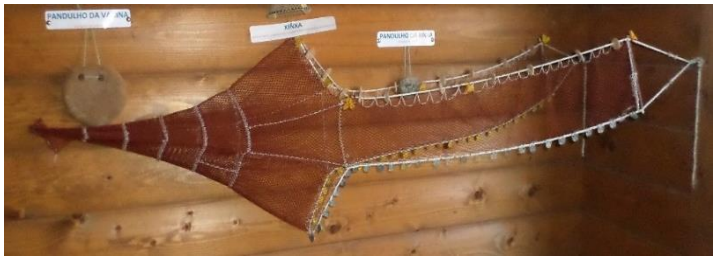


FIGURA 52 | Rede da chincha. Provém da Ria de Aveiro. É uma derivação do chinchorro adaptada ao rio Tejo. A versão mais original desta arte foi feita por Manuel Joaquim Velho. Esta arte também chegou a ser utilizada da mesma forma que o arrasto de vara. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.

A saveira e a sabogeira eram artes utilizadas entre dezembro e abril. Começavam por utilizar saveira para a pesca do sável em dezembro e janeiro, em fevereiro andavam tanto com a saveira como com a sabogeira, e em março e abril utilizavam a sabogeira para a pesca da saboga. A sabogeira tinha a forma da varina, só era de malha mais reduzida, e era utilizada depois de abrandar a disponibilidade do sável. A varina era utilizada nos meses de dezembro e janeiro, quando o sável entrava no estuário, e, não obstante ser utilizada em água salobra, era sobretudo uma valência de pesca em água doce. Quando acabou o sável também acabou arte da saboga.

No resto do ano, entre maio e novembro, os pescadores utilizavam a savará (malha de 120 mm), o sabogar (malha de 100 mm), e a branqueira (malha de 80 mm), tudo estremalhos (três panos), para pescar o sável, a saboga, e a fataça (muge) e o barbo, respetivamente. Cada peça de rede tinha 50 metros de comprimento e dois metros de altura.

Também utilizavam a selheira, um tresmalho com cerca de um metro de altura que era colocado junto ao fundo, para capturar solha, outrora abundante no estuário do rio Tejo, bem como a severta, uma rede de três panos para captura do choco, também conhecida como "rede do choco", que apenas diferia da selheira por ter mais 30 cm de altura.

As nassas, o tranquete, o galricho e o tubarão, artes com que apanhavam enguias, fataças e barbos (na altura espécies valorizadas), eram muito semelhantes na estrutura e só mudava a dimensão da malha. A nassa era a mais pequena, e tinha malha inferior a meio centímetro. O tranquete tinha a malha mais aberta, de cerca de meio centímetro. Enquanto a nassa levava 25 carreiras de malha, medidas de nó a nó, o tranquete leva 30 carreiras. O galricho tinha malha de dois centímetros e o tubarão malha entre 2,5 e 3 centímetros.

O tapa-esteiros, geralmente montado por duas pessoas (casal de avieiros), tinha menores dimensões e era muito diferente do montado pelos pescadores do Montijo. Este cerco era armado em valas pelo que a sua dimensão estava indexada à dimensão das valas, ou seja, em valas maiores montavam cercos

desativação, e foi desmantelada pela ocasião da Expo´98, numa iniciativa faraónica de revitalização da zona oriental de Lisboa. Restou no seu lugar apenas a torre de cracking da refinaria.

maiores e em valas menores cercos mais pequenos. Era uma arte utilizada geralmente durante a noite, por ser proibida.

Com o arrasto de vara apanhavam o camarão mouro (preto), entre outubro/novembro e fevereiro/março, na altura uma espécie abundante e valorizada. Era uma pesca muito trabalhosa, mas chegavam a pescar até 200 Kg desta espécie por faina. Era a comunidade avieira do estuário do rio Tejo que mais capturava esta espécie, o que se justifica pela existência de marinhas de sal nas traseiras do antigo Bairro de Pescadores, onde mantinham os camarões em cativeiro[16], dentro do redanho[17], até os levarem à lota da Ribeira Nova (era comercializado vivo). Este camarão era vendido por alcofa, que levava entre 3-5 Kg, e o valor variava em função da época do ano e do estado de conservação dos animais. Na altura do Natal cada alcofa de camarão-mouro chegava a ser vendida a 500 escudos, podia ir aos 700 escudos, o que para o tempo era bastante valorizado.

Também utilizavam o boteirão de malha miúda, arte que de boca tinha cerca de seis metros, com malha de dez centímetros na boca acabando em dois centímetros no saco, que era utilizado no verão, antes de aparecer a alforreca e a alfacinha, para capturar linguado, e que também apanhava camarão.

Na década de 1970 o camarão mouro continuou a ser uma das principais pescarias, e o arrasto de vara a principal arte (pescava-se com esta arte todo o ano). Seguia-se a pesca de anzol (palangre de fundo) dirigida à enguia, que se fazia na primavera, utilizando como isca a camarinha capturada nas marinhas com recurso ao "chalrão". O anzol era a alternativa ao arrasto. Com o arrasto de vara pescava-se abundante linguado. A solha era abundante e era bastante capturada, mas era pouco valorizada. Os ruivos, ou os cabritos (ruivos pequenos), eram abundantes no inverno. No final desta década e na seguinte, o camarão mouro começou a escassear e apareceu o camarão do mar e em grande abundância o xarroco, e mais tarde, em finais da



FIGURA 53 | Boteirão de malha miúda, modelo que é mais próximo da realidade do utilizado no estuário do rio Tejo. De boca terá uns seis metros, e de comprimento uns doze metros, com malha de dez centímetros na boca acabando em dois centímetros no saco. Utilizado para o linguado, mas também apanha camarão, no verão antes de aparecer a alforreca e a alfacinha. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018.



FIGURA 54 | Arrasto de vara na ponte/cais, preparado para ser passado para a embarcação, para captura de camarão, também utilizado para capturar enguia, tremelga, solha, linguado e cação. Ao fundo observa-se a conclusão da obra de regularização e de reperfilamento da margem ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, em 05.04.2013.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: V. Cartaxo.

[16] No início da segunda metade do século XX, na frente ribeirinha compreendida entre o antigo cais dos fragateiros da Póvoa e a pista dos aviões de Alverca eram sete as marinhas de sal em produção no verão, a saber: Marinha da Póvoa, Marinha do Mulato, Marinha da Casa, Velez de Baixo, Velez de Cima, Quintelas e Drogas. Entre a Póvoa e o rio Trancão também havia marinhas.

[17] Redanho – saco pequeno de rede (malha de 1 cm de lado) que levava cerca de 2 Kg de camarão mouro e ficava preso nos "triângulos" (pranchas em madeira) existentes nas marinhas.

década de 90, começou a aparecer em força a corvina e o robalo. O camarão do mar, que apareceu na década de 1990, abundou até ao início deste século.

Na segunda metade da década de 1970, e início da década seguinte, viveram-se momentos de profunda crise económica e social em Portugal. A taxa de desemprego era elevada, a inflação estava nos 20%, havia racionamento de bens, a moeda foi desvalorizada, era muita a conflitualidade política, e, em consequência, o país teve de ser intervencionado duas vezes pelo Fundo Monetário Internacional, em 1977 e 1983, e os efeitos nefastos de tudo isto também se fizeram sentir na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, levando a que vários pescadores e seus familiares emigrassem para o Luxemburgo (João & Dinis, 1982, p. 6), e para outros países europeus, e por lá ficaram, só regressando na aposentadoria. Foi isso que aconteceu, por exemplo, com o casal de avieiros que detém hoje a propriedade da embarcação "Leão das Ondas", registo n.º VX-716-L.

No início da década de 1980 começaram a existir mulheres com cédula marítima na categoria de pescador, o que até então lhes era vedado (não lhes era permitido trabalhar no mar). A prática da pesca estava subordinada às marés, como sempre esteve, mas tanto operavam de dia como de noite, sendo que eram os mais novos que geralmente iam para a pesca durante a noite, por ser mais difícil, e tinham como principais zonas de pesca Alcochete, Montijo, Seixal e Barreiro (João & Dinis, 1982, p. 6).

Entre 26 e 31 de dezembro de 1981, Portugal foi assolado por um temporal que se intensificou nos dias 29 e 30, com rajadas de vento ciclónico e intensa precipitação (Taborda, 2006, p. 82-83), e durante este evento climático extremo, afundaram cinco embarcações de pesca no porto desta comunidade, e só não afundaram mais porque os proprietários perante a ameaça, rapidamente diligenciaram colocar as embarcações em segurança, o que demonstra que se o rio Tejo não tem contornos trágicos é porque os marítimos que aqui trabalham já o conhecem, porque na verdade não deixa espaço para brincadeiras (João & Dinis, 1982, p. 6).

Em finais de 1982, João Maria Lobo e José Mira Letra, arrais de pesca, foram entrevistados pelo Jornal "Notícias da Póvoa", e questionados sobre a situação da pesca, referiram que apanhavam menos peixe, mas o peixe que apanhavam era mais valorizado, ao contrário do que vigorava no antecedente, em que apanhavam muito peixe, mas era pouco valorizado. No cômputo geral, a situação era melhor. Se antes "a vida era ela por ela: o que se ganhava era o que se gastava, hoje na pesca ganhamos, mas também existe muita despesa" (João & Dinis, 1982, p. 6).



FIGURA 55 | Embarcação tipo traineira (motora), denominada "Pum Pum", registo n.º VX-548-L, com 7.4 m de comprimento fora a fora, 2.98 de arqueação bruta (GT) e 32 kW de potência do motor, encostada à ponte/cais palafítica do mestre na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, em dezembro de 1982. Este tipo de embarcação foi utilizado até ao final do século XX no estuário do rio Tejo, com especial incidência nas comunidades avieiras, de Alcochete e do Montijo, nas décadas de 1980/90, para rebocar o arrasto de vara, e viria a ser substituído pelo atual modelo em fibra de vidro.
Fonte: João & Dinis, 1982, p. 6.

As principais artes de pesca que por estar altura se utilizavam nesta comunidade eram a tarrafa, o botirão para captura da tainha, o tranquete, o galricho, a varina, a savara e os tresmalhos (João & Dinis, 1982, p. 6). Durante esta década, no início da década seguinte, já com o Regulamento de Pesca

do rio Tejo em vigor, os proprietários de duas ou três embarcações, um dos quais conhecido como "Rasga a Manta", uma pessoa provocadora, começaram a operar com a chincha, rede de arrasto a reboque de duas embarcações, também conhecida por "rapa", por ser daninha. O saco tinha malha de 0,5 cm e as mangas malha de 1,5 cm de lado. Junto ao cabo do arrassaz era colocada uma fieira, uma redes mais grossa e mais resistente (a rede ligava à fieira e esta ao arrassaz, e servia de reforço para aguentar a força do arame que segurava a corrente).

Os avieiros operavam com a chincha na zona de Xabregas e do Poço do Bispo, e faziam abrigo na doca do Poço do Bispo. Com esta arte capturavam cinco ou seis vezes mais enguias do que com o arrasto de vara, mas a felicidade durou pouco tempo. Os marítimos conscientes do dano ecológico que esta arte provocava, juntamente com os que apanhavam menos, e tinham inveja, denunciaram a situação às autoridades, e, perante a maior fiscalização, os prevaricadores retraíram-se na sua utilização, cessando a prática.

Também utilizavam a arte denominada holandesa, constituída por duas nassas justapostas, cada uma com três funis (ou nassos) internos. De salientar que cada nassa era constituída por dois nassos, mas no caso da arte holandesa, eram aplicados três nassos em cada uma das nassas.

Nesta década era abundante o "samiro", ou "samirro", como era conhecido o congro pequeno, e a enguia-macha (macho), que se caracterizava por ter o dorso negro, o ventre e os flancos prateados, a boca bicuda e as barbatanas peitorais marginadas de cor negra.

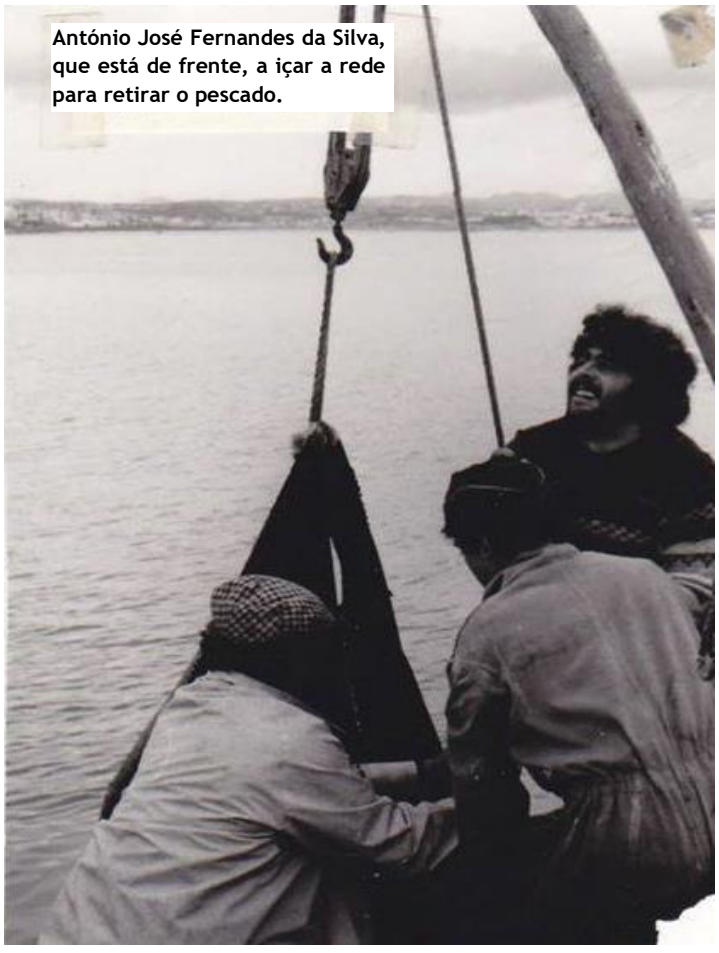
O arrasto de vara continuava a ser uma arte muito utilizada, não só para o sustento diário dos pescadores, mas também nas ações de solidariedade em que participavam, como foi o apoio ao Corpo Voluntário de Salvação Pública da Póvoa de Santa Iria (Bombeiros Voluntários), quando no início da década de 1980 estavam numa situação financeira preocupante. Não obstante, já se sentia a redução de camarão-mouro, linguados e enguias, espécies a que se dirigia esta arte, mesmo no endireito de Sacavém, onde se faziam grandes pescarias. No oposto, abundava o carapau, que no mês de agosto subia o rio Tejo até à Póvoa de Santa Iria com a



Embarcação no início da carreira a ir para os "cavalos".



***Ti* Augusto da Silva, arrais, a largar a rede de arrasto.**



António José Fernandes da Silva, que está de frente, a içar a rede para retirar o pescado.

FIGURA 56 | Várias fazes da pescaria solidária realizada pelos marítimos da Póvoa de Santa iria, com arrasto de vara, em 14.05.1983.
Fonte: Dinis, 1983, p. 14.



FIGURA 57 | Embarcações da comunidade piscatória da Póvoa de Santa iria, do tipo traineira (motoras), que participaram na pescaria solidária a favor dos Bombeiros Voluntários, para quem reverteu na totalidade o produto da pescaria, em 14.05.1983.
Fonte: Dinis, 1983, p. 14.



FIGURA 58 | *Ti* Augusto da Silva, arrais, e António José Fernandes da Silva, pescador, seu filho, ao centro, e os bombeiros "Alentejano" (alcunha) e Rui Costa, nas laterais, a comerem uma caldeirada pelas dez da manhã na "Avenida" (zona no rio), a bordo da embarcação tipo traineira "Anabela e Irmãos", registo n.º VX-569-L, em 14.05.1983.
Fonte: Dinis, 1983, p. 14.



FIGURA 59 | Produto da pescaria solidária da embarcação "Anabela e Irmãos", registo n.º VX-569-L, a favor dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria, em 14.05.1983. Num lance foi capturado um choco com 3,5 Kg.
Fonte: Dinis, 1983, p. 14.

ajuda da força das marés. Em 1982, por exemplo, os pescadores desta comunidade capturaram muito carapau, também muito camarão-mouro (mais do que nos anos anteriores), que já era muito valorizado e facilmente transacionado, e bastantes corvinas e ruivos (cabritas, como chamavam) (João & Dinis, 1982, p. 6).

A rede do arrasto de vara era rebocada por embarcações do tipo traineira (motora) que foram introduzidas na pesca em substituição dos saveiros, e era-lhes exigido uma tripulação mínima de três marítimos, que muitas das vezes não acontecia, e só não eram autuados porque "*as autoridades iam fechando os olhos*". Aliás, nesta altura já muitos arrais iam para a faina sozinhos, o que era um risco, pois quando algo corria mal não existia companhia para ajudar ou pedir socorro (João & Dinis, 1982, p. 6).

Importa salientar que foi a solidariedade dos pescadores desta comunidade, através da doação da totalidade do produto da faina de um dia, nos anos de 1982, 1983 e 1984, que permitiu aos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria adquirir os primeiros uniformes dignos desse nome. Tal, é demonstrativo da estreita relação que já existia entre as gentes do rio e as gentes locais, e entre estes e as instituições locais (Dinis, 1983, p. 14).

António Aires Dinis, jornalista do "Notícias da Póvoa", cobriu a pescaria solidária realizada em 1983, que aconteceu a 14 de maio, a bordo da embarcação tipo traineira "Anabela e Irmãos", registo n.º VX-569-L, com 7.7 m de comprimento fora a fora, com 5.51 de arqueação bruta (GT) e 33 kW de potência do motor, que tinha como proprietário, armador e arrais o *Ti* Augusto da Silva que operava com António José Fernandes da Silva, seu filho, hoje proprietário e armador da embarcação "Luar", registo n.º VX-759-L, onde desempenha a bordo das funções de arrais, e também dirigente da Associação Cultural

Avieiros da Póvoa de Santa Iria (ACAPSI), e dois bombeiros, o "Alentejano" (alcunha) e Rui Costa (Dinis, 1983, p. 14).

Na pescaria solidária participaram doze embarcações, que era o grosso da frota desta comunidade, e operaram com arrasto de vara. Largaram do cais no rio às 5h:00, foram pela carreira até aos "cavalos"[18], e depois foram a arrastar pela "avenida"[19] abaixo, e regressaram pelas 14h:30m.

"À chegada o ambiente era de festa, esperavam-nos algumas autoridades locais e numerosa população, e houve lugar a foguetes e a música da fanfarra da Associação dos Bombeiros, para quem revertia o valor obtido com a venda do pescado capturado. Destaque para um choco com 3,5 Kg, que foi comercializado no Barracão Abilheira, e o conjunto rendeu 80 contos. Os bombeiros também embarcaram e partilharam a refeição de peixe a bordo (Dinis, 1983, p. 14)".

Nesta altura o pescado já não era comercializado nos moldes antigos, em que as mulheres, geralmente as varinas, o transportavam numa gamela à cabeça e percorriam os caminhos de acesso às comunidades mais próximas. Para isto muito contribuía o facto de, por um lado, muitos mestres já terem viaturas próprias e procederem eles próprios ao seu transporte para o mercado, e por outro lado, os pescadores estarem peritos "em duas funções diferentes, mas complementares. Uns trazem o peixe, depois vendem-no a outros que por sua vez o comercializam para fora (restaurante, pensões, etc.)". Existiam situações que o peixe era vendido de pais para filhos (João & Dinis, 1982, p. 6).

Havia novidade no processo de comercialização do pescado, mas não havia qualquer novidade no processo de educação e formação dos jovens. Os pais não foram à escola, "*a faina da pesca sempre roubou tempo demais às*



FIGURA 60 | Pontes e cais palafíticos na Póvoa de Santa Iria, já bastante degradados, em 27.09.2005.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: R. Caetano.



FIGURA 61 | Barcos tipo saveiros amarrados e fora de água porque a maré está baixa, na Póvoa de Santa Iria, em 30.09.2007.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: V. Cartaxo.



FIGURA 62 | Antigo bairro piscatório da Póvoa de Santa Iria, em 21.05.2008. As construções que se observam na primeira linha eram na maioria espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca, chamados de anexos, e por trás havia duas ruas de casas dos pescadores.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: R. Caetano.

[18] "Cavalos" – zona de cabeços de ostra mais salientes.

[19] "Avenida" – faixa muito reguçar e pouco funda do leito que vai do lado de lá do Mochão da Póvoa até frente aos Olivais.



FIGURA 63 | Primeira rua paralela ao rio de residência dos pescadores, e existiam ainda mais duas ruas paralelas. Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: R. Caetano



FIGURA 64 | Espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca, conhecidos por anexos, que eram construídos em sistema palafita, sobre a água, e davam acesso às pontes/cais. Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: R. Caetano



FIGURA 65 | Pontes/cais palafitas onde encostavam as embarcações para carregar e/ou descarregar, na Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015.
© Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Autor: R. Caetano

suas vidas, mas aos filhos não a negam, embora no início houvesse uns mais renitentes que outros, a quem a ajuda de mais dois braços não era dispensada" (João & Dinis, 1982, p. 6), e, certamente, nalguns casos dela poderia depender a sobrevivência de todos.

Na década de 1990 operaram-se várias alterações, sendo as mais evidentes ao nível das embarcações. As traineiras (motoras) foram abandonadas e voltaram aos saveiros, que viriam a ser substituídos no início do século XXI por modernas embarcações de fibra de vidro que permitiam deslocações mais rápidas, maior dinâmica na utilização de artes de pesca e menos custos de manutenção. Foi também no século XXI que apareceram as redes de emalhar de um pano.

No início deste século eram apenas 38 as famílias avieiras na Póvoa de Santa Iria (Robalo, 2008, p. 162), o que ainda hoje se mantém.

Foram tomadas decisões municipais sobre o reforço da coesão territorial, desenvolvimento da frente ribeirinha e ligação estratégica do núcleo urbano ao rio, e em 2007, precisamente quarenta anos depois da construção do antigo bairro dos pescadores, deu-se a relocalização dos moradores para um novo bairro construído de raiz e recuado cerca de 300 metros da frente ribeirinha (e em relação a onde era o anterior bairro) ao abrigo do programa PER (Programa Especial de Realojamento). Em simultâneo foi feita a candidatura "Cultura Avieira a Património Nacional" ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), também ao abrigo do QREN 2007-2013, que possibilitou a recuperação do património cultural Avieiro.

Realojadas as famílias, o antigo bairro construído em 1967, que ao longo do tempo tinha sido melhorado, já não era em madeira, mas sim em alvenaria, foi demolido, e cinco anos depois, em 28 de maio de 2012, começaram as demolições dos cais em madeira

(que eram de altura fixa) e das arrecadações (barracas) de aprestos de pesca construídas pelos pescadores em zona lodosa, último passo para a concretização da requalificação da zona ribeirinha e fundamental para sua devolução à população.

Ao lado estão algumas das últimas fotografias capturadas antes das obras, onde se observa a primeira rua de habitação, logo a seguir os espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca em sistema palafita, conhecidos por anexos, a partir dos quais havia ligação para as pontes/cais palafitas onde ficavam amarradas as embarcações.

Para que este processo fosse possível, ou melhor, para que fosse possível constituir uma base de diálogo com a edilidade, os pescadores constituíram a Associação Cultural dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria (ACAPSI), em 2012, presidida por Fernando Barrinho, que persegue interesses relacionados com a cultura avieira.

No novo bairro dos pescadores foram atribuídos apartamentos a 38 agregados familiares, cuja gestão está a cargo da Cooperativa de Habitação *Promocasa*, mediante o pagamento de uma renda mensal que é calculada sob o regime de arrendamento apoiado, de acordo com o disposto na Lei nº 32/2016, de 24 de agosto, que alterou e republicou a Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, e que no ano de 2018 variava entre 4,50 € e 253,55 €, distribuídas de acordo com o seguinte intervalo de valores:

- > 4,50 € < 20,00 € - 10 agregados
- > 20,01 € < 50,00 € - 14 agregados
- > 50,01 € < 75,00 € - 3 agregados
- > 75,01 € < 100,00 € - 8 agregados
- > 100,01 € < 150,00 € - 1 agregado
- > 150,01 € < 200,00 € - 1 agregado
- > 200,01 € – 1 agregado

Em 20 de julho de 2013, após trabalhos de reabilitação da frente ribeirinha, obra promovida pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com financiamento parcial do



FIGURA 66 | Pontes/cais e construções abarracadas palafitas junto a uma vala onde antes era o cais dos fragateiros, utilizadas pelos pescadores lúdicos da Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015. Foram as últimas construções a ser demolidas no processo de desenvolvimento da frente ribeirinha. Do outro lado da vala, onde está hoje a Casa Avieira, já tinham sido demolidas as construções palafitas utilizadas pelos pescadores profissionais.



FIGURA 67 | Novo bairro dos pescadores, em 11.12.2018.



FIGURA 68 | Novos armazéns de arrumos de artes e aprestos de pesca dos pescadores profissionais da Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015.



FIGURA 69 | Novas pontes e novos cais modulares flutuantes utilizados pelos pescadores profissionais, em 6.12.2018.

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional[20], foi inaugurado o Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria (PUPSI) que englobou zonas de lazer, uma cafetaria, um parque infantil e juvenil, um anfiteatro informal e ao ar livre, zonas desportivas, um Núcleo Museológico "A Póvoa e o Rio" (evocativo das memórias das profissões ligadas ao rio, como a extração de sal, transporte fluvial e atividade piscatória), uma réplica da Casa Avieira, iniciativas de salvaguarda da cultura Avieira, arrecadações de material de pesca e dois cais de apoio à pesca profissional, e um outro para a náutica recreativa (mais tarde foi inaugurado um quarto para os fragateiros – tráfego local, também em recuperação desta história de ligação da cidade ao tráfego fluvial). De acordo com os dados fornecidos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX), as arrecadações de apoio à pesca custaram 207.715,48 € (c/IVA) e os dois cais de pesca 290.630,78 € (c/IVA). A utilização das arrecadações e dos cais de pesca é "controlada" pela CMVFX, através da celebração de contratos de cedência de utilização dos espaços, a título gratuito, mediante determinadas condições, bem como é sua a responsabilidade da manutenção destas infraestruturas.

A faixa ribeirinha em construção palafítica dividia-se, mais a montante estavam os pescadores profissionais, e mais a jusante estavam os pescadores lúdicos, no espaço que correspondia às antigas arrecadações e cais palafíticos dos fragateiros. Após terminar o processo de demolição e remoção dos resíduos das pontes/cais e dos espaços de arrumos de artes palafitas, e do antigo bairro piscatório, iniciou-se o processo de demolição e remoção dos resíduos das pontes/cais e construções abarracadas palafitas utilizadas pelos pescadores lúdicos, terminado assim a requalificação da frente ribeirinha.

Esta comunidade piscatória dispõe, hoje, de excelentes condições ao nível das infraestruturas de apoio em terra, será mesmo a que está mais bem servida em todo o estuário do rio Tejo, e integra o Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria (PUPSI), fazendo literalmente parte da paisagem, com condições fantásticas para o exercício da atividade, o que se deve a um conjunto de investimentos realizados pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



FIGURA 70 | Vista aérea da zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, onde está instalado o cais de pesca que substituiu os anteriores cais palafíticos, em 19.12.2015.

Por fim, notar que este era o último bairro palafítico de matriz cultural avieira da Área Metropolitana de Lisboa, e foi demolido numa altura em que ainda eram vinte e duas as embarcações que se dedicavam à pesca profissional local. Ademais, esta foi a segunda comunidade piscatória do Tejo incluída em parques urbanos, após Alhandra, devendo por isso este projeto ser acarinhado. Se não fosse o projeto urbano para a frente ribeirinha, este investimento provavelmente não seria realizado e a indústria pesqueira não teria sido relançada nesta povoação, hoje a maior entre as avieiras.

[20] No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007/2013, pelo Instrumento de Política "Parecerias para a Regeneração Urbana" do Programa Operacional Regional de Lisboa.

I.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo e caracterização técnica, e determinação da percentagem de inquirição.

No concelho de Vila Franca de Xira, foram 50 as embarcações registadas na pesca local que tiveram licença de pesca para operar na zona rio Tejo, durante o ano de 2018, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), e destas, metade tiveram em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27), a quase totalidade com a arte da piteira para captura de polvo na foz do rio Tejo e à entrada da barra, uma pesca tradicional destas comunidades avieiras que executam quando o rio tem pouco para oferecer a jusante. Não havia embarcações em Vila Franca de Xira apenas com licenças para águas marítimas. As embarcações estavam distribuídas da seguinte forma: 14 em Vila Franca de Xira, 15 em Alhandra e 21 em Póvoa de Santa Iria, das quais 4, 9 e 12, respetivamente, tinham, simultaneamente, licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27). Para além destas, havia cerca de quinze embarcações registadas na pesca local neste concelho em condições de operar, mas sem licença de pesca neste ano, e um grupo pouco significativo de embarcações recreativas, cerca de duas dezenas, que fazem pesca como as profissionais. A listagem de embarcações registadas na pesca local e com licença de pesca para a zona rio Tejo em 2018 consta a seguir, no final deste subcapítulo, com a indicação das comunidades piscatórias a que pertencem, e dos proprietários, armadores e marítimos que as governam.

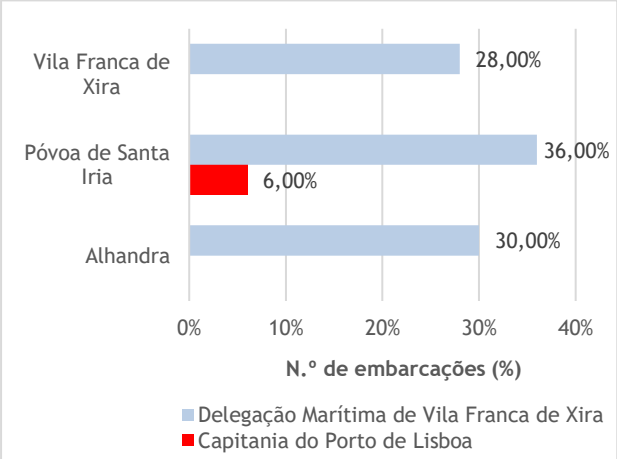
Das 50 embarcações, inquirimos 35, o que corresponde a uma taxa global de inquirição de 70%. Em pormenor, na comunidade piscatória de Alhandra inquirimos 12 das 15 embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 80%, na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria inquirimos 19 das 21 embarcações, o que corresponde uma taxa de 90%, e na comunidade piscatória de Vila Franca de Xira das 14 embarcações inquirimos apenas 4, o que corresponde uma taxa de inquirição de 29%. A seguir vamos analisar as respostas dos arrais das 35 embarcações inquiridas, mas quanto à frota, especificamente quanto ao porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, vamos apresentar os dados das 50 embarcações que tiveram licença de pesca para o ano de 2018 (a totalidade da frota), e não apenas as 35 embarcações que inquirimos, dados que obtivemos da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

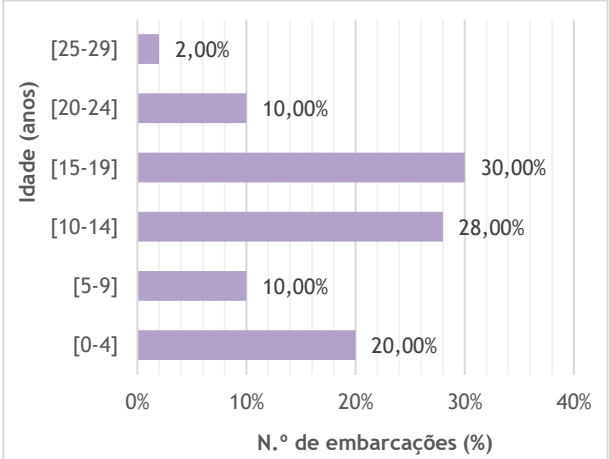
Realçar que a comunidade piscatória de Vila Franca de Xira começou por dizer que colaborava, mas revelou coisa diversa quando chegámos ao terreno. Foi a única comunidade piscatória em que isto aconteceu, e foram trinta as comunidades piscatórias com que interagimos, e em todas foi seguido o mesmo procedimento, incluindo nas comunidades vizinhas de Póvoa de Santa Iria e Alhandra, esta última muito bem organizada e que prestou uma colaboração fantástica. Durante sete dias que passámos na comunidade de Vila Franca de Xira, uma semana completa, de manhã à noite, apenas conseguimos falar com os arrais de quatro embarcações de pesca no ativo, que inquirimos, e com algumas pessoas de idade com tradição na pesca, tendo a generalidade dos arrais que estão no ativo, que são simultaneamente proprietários e armadores, utilizado as mais diversas formas para não colaborar. Uns diziam repetidamente que estavam ocupados ao mesmo tempo que passavam repetidamente tardes completas a observar, outros evitavam o contacto de forma premeditada, por exemplo, evitando o lugar onde estávamos, chegavam a esconder-se à nossa passagem, e outros que eram mais diretos e pouco educados concretizaram, que se cita: "*se os pescadores fossem espertos não colaboravam nessa merda, que só serve para os f****"*. Um arrais abordado no bairro, alegou um litígio com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira acerca da localização para a sede de uma associação, como motivo para não colaborar, situação que nos é completamente alheia, o que lhes foi explicado, sem sucesso, argumento que foi colocado à edilidade que respondeu desconhecer. Em suma, os elementos desta comunidade ostentaram extrema desconfiança e de forma concertada utilizaram todas as formas possíveis e imaginárias para não colaborar, parecendo que estavam a "fugir" de alguma coisa, coisa que não procurámos aprofundar por não ser a nossa função.

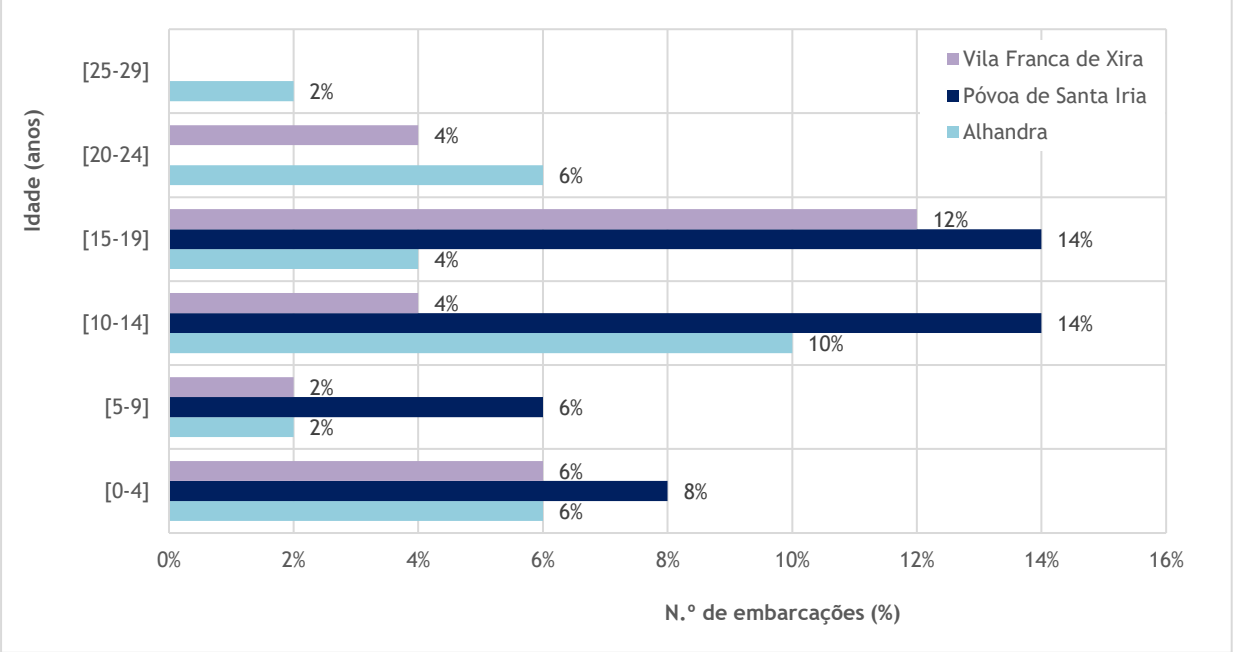
A frota Vila-franquense está maioritariamente registada na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, um total de 94%, o que se justifica por questões históricas e culturais, e pela área geográfica de residência e atuação dos armadores. Apenas três embarcações da Póvoa de Santa Iria, que correspondem a 6%, estão registadas na Capitania do Porto de Lisboa, o que os proprietários justificam pela maior celeridade dos procedimentos administrativos. As embarcações ficam a maior parte do ano fundeadas nos cais modernos que a edilidade construiu em cada comunidade piscatória em substituição dos antigos cais, pontes, armazéns e habitações palafitas. Não obstante, algumas embarcações que se

dedicam à pesca do polvo com piteira na foz do rio Tejo, ficam alguns períodos do ano amarradas aos pontões da Doca de Pedrouços e da Doca de Alcântara, e uma das embarcações da Póvoa de Santa Iria quase já aí permanece ao longo de todo o ano. As embarcações que se dedicam ao polvo com a arte da piteira na foz, são na maioria tripuladas por marítimos de maior idade, e que por terem dificuldades de força e de dinâmica corporal braçal para operarem com redes, optam por uma atividade fisicamente menos exigente.

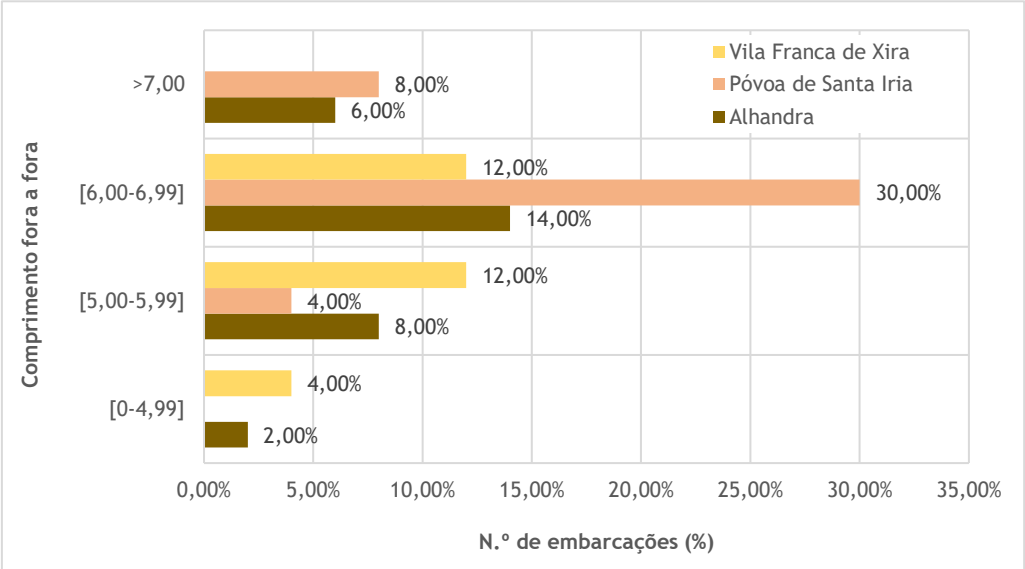
A frota no geral é moderna, 30% tem até 9 anos, dos quais 20% tem até 4 anos, 28% têm entre 10 e 14 anos, 30% têm entre 15 e 19 anos, e apenas 12% tem mais de 20 anos. A média de idades é de 12, 6 anos, sendo que a embarcação mais antiga, "Ceu" (VX-765-L), foi construída em 1993, e a embarcação mais recente, "Bruno e Tiago" (VX-780-L), foi construída no ano de 2018, e são ambas da comunidade piscatória de Alhandra. Por comunidades piscatórias, é na Póvoa de Santa Iria que as unidades são mais recentes e modernas, onde tem sido realizado um maior investimento na substituição e modernização da frota, que também corresponde à comunidade avieira que mais jovens tem atraído para a atividade. Nesta comunidade a frota com até quatro anos representa 8%, de 5 a 9 anos representa 6%, de 10 a 14 anos representa 14% e de 15 a 19 anos representa 14%. Não existe qualquer unidade com mais de 19 anos. A comunidade piscatória de Alhandra captou menos jovens para a atividade, e talvez por isso o número de novas unidades é bastante mais reduzido, apenas 8% das embarcações têm até 9 anos. Nesta comunidade a idade da frota é muito diversa, distribui-se sem grandes oscilações dos zero aos trinta anos. A frota da comunidade de Vila Franca de Xira também não captou jovens para a atividade, apenas 8% das embarcações têm até 9 anos, e tem a frota mais envelhecida do concelho de Vila Franca de Xira.



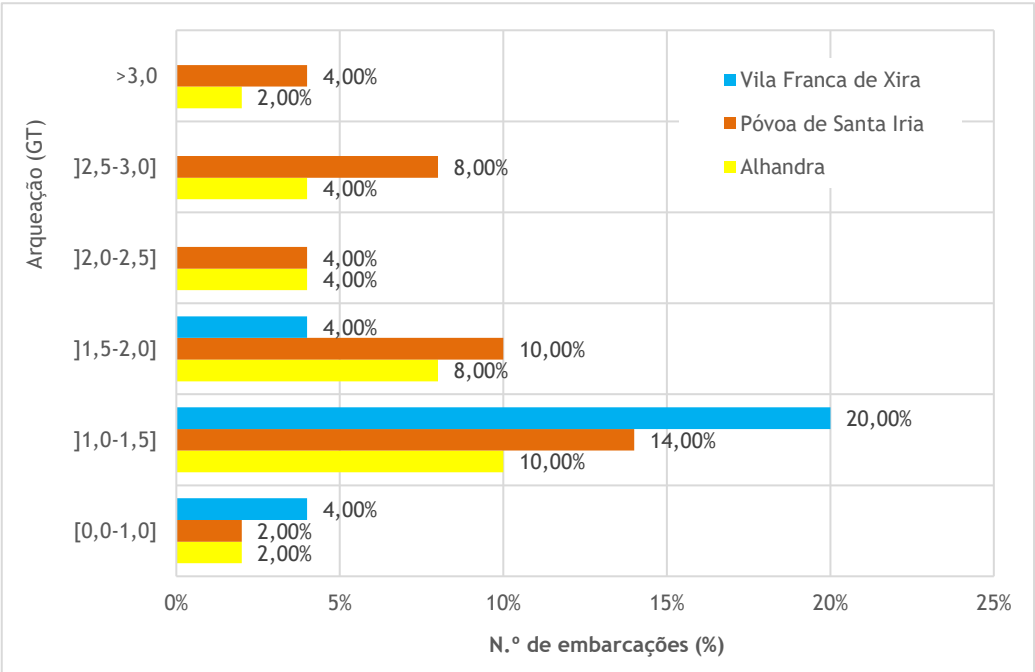


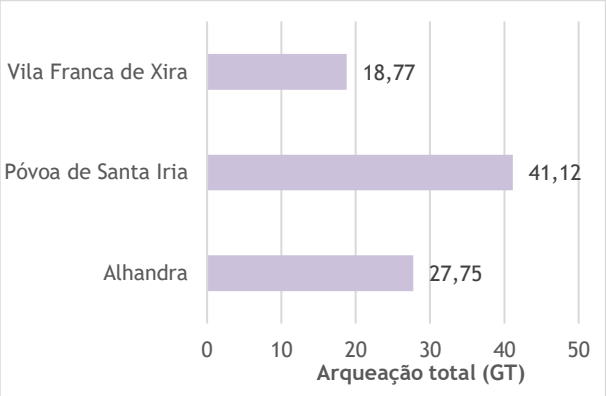


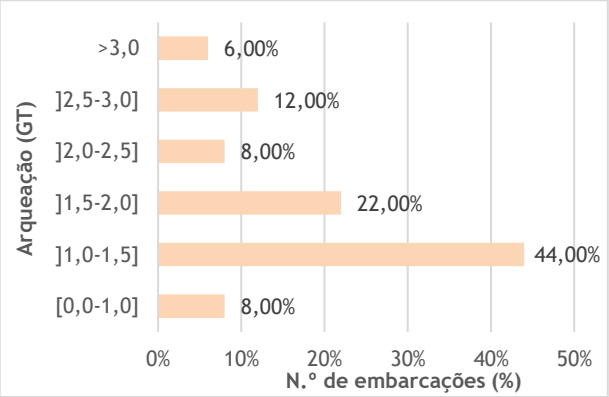
A frota já está adaptada aos critérios atuais para a zona do estuário do rio Tejo que limita o comprimento fora a fora ao máximo de sete metros, motivo pelo qual 56% da frota tem entre 6 e 6,99 m, e só 14% tem mais de 7 m. O comprimento fora a fora médio é de 6,35 m, sendo o mínimo de 4,2 m e o máximo de 7,76 m.

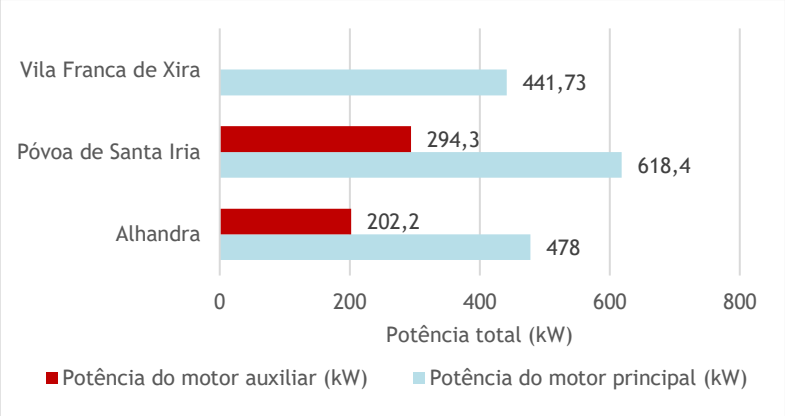


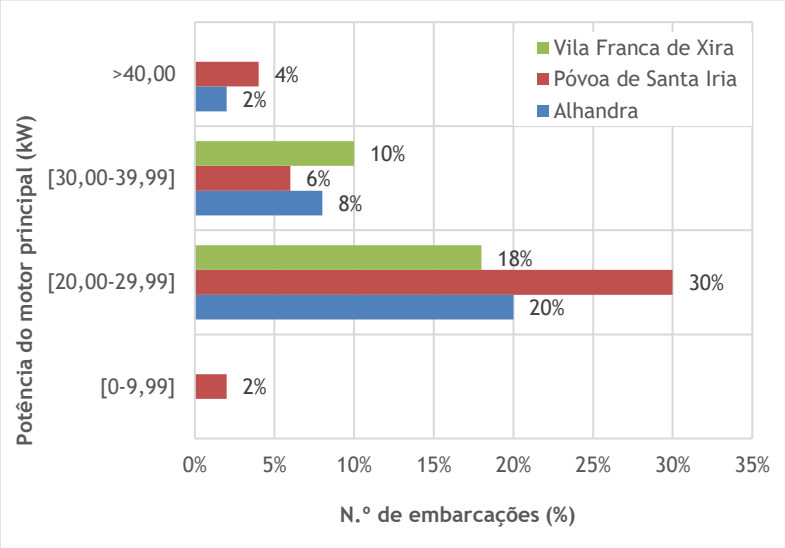
A capacidade total de pesca no território de Vila Franca de Xira é de 87,64 GT, o que corresponde a 18,77 GT em Vila Franca de Xira, 27,75 GT Alhandra e 41,12 GT em Póvoa de Santa Iria. A média é de 1,75 GT, sendo a arqueação mínima de 0,7 GT e a máxima de 3,38 GT. A embarcação com menor capacidade é "Ana Maria" (VX-702-L), com 0,7 GT, que pertence à comunidade piscatória de Alhandra, e no extremo oposto estão três as embarcações com 3,38 GT, a "Bruno e Tiago" (VX-780-L) em Alhandra, e a "Proa ao Mar" (VX-766-L) e a "Pérola Negra" (VX-754-L), na Póvoa de Santa Iria. A frota é no geral de pequena capacidade, uma vez que 74% das embarcações têm menos de 2,0 GT, e apenas 6% tem acima de 3,0 GT. A capacidade de pesca é maior na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, que representa 42% do total do concelho, seguindo-se Alhandra, com 30%, e por fim Vila Franca de Xira, com 28%.

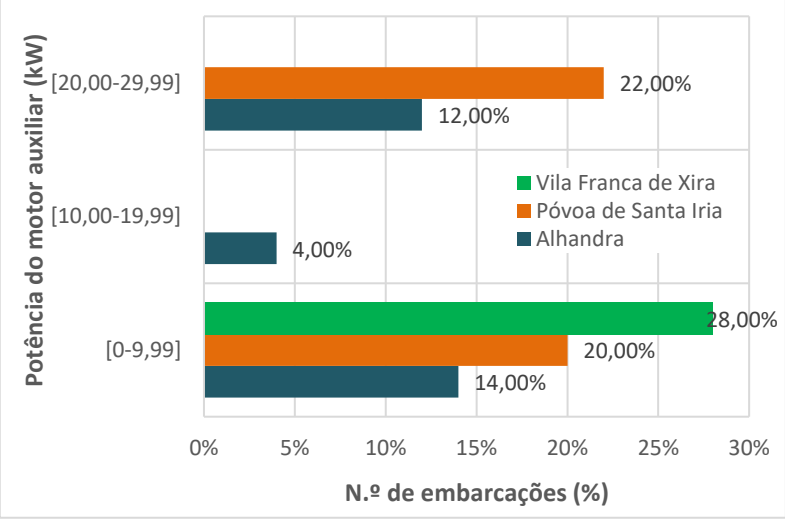












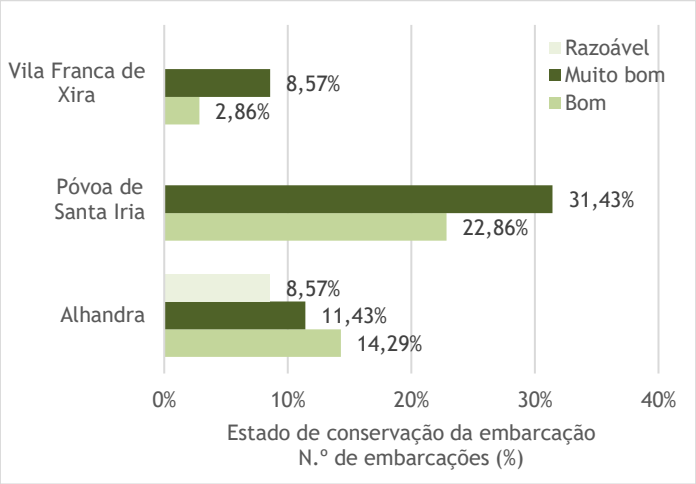
A potência instalada no território de Vila Franca de Xira do motor propulsor principal é de 1.538,13 kW, a que corresponde 478 kW em Alhandra, 618,4 kW em Póvoa de Santa Iria e 441,73 kW em Vila Franca de Xira, e uma potência auxiliar de 496,5 kW, a que corresponde 202,2 kW em Alhandra e 294,3 kW em Póvoa de Santa Iria. Não há registo de potência auxiliar em Vila Franca de Xira.

A potência propulsora principal média é de 30,76 kW, sendo a mínima de 22,1 kW e a máxima de 44,10 kW, a potência auxiliar média é de 9,93 kW, sendo a mínima de 14,7 kW e a máxima de 29,40 kW. A embarcação "Deus Querendo" (VX-749-L) não tinha motor, também não estava a operar, pelo que não foi considerada na potência mínima, caso contrário teria de se assumir como potência mínima 0 kW.

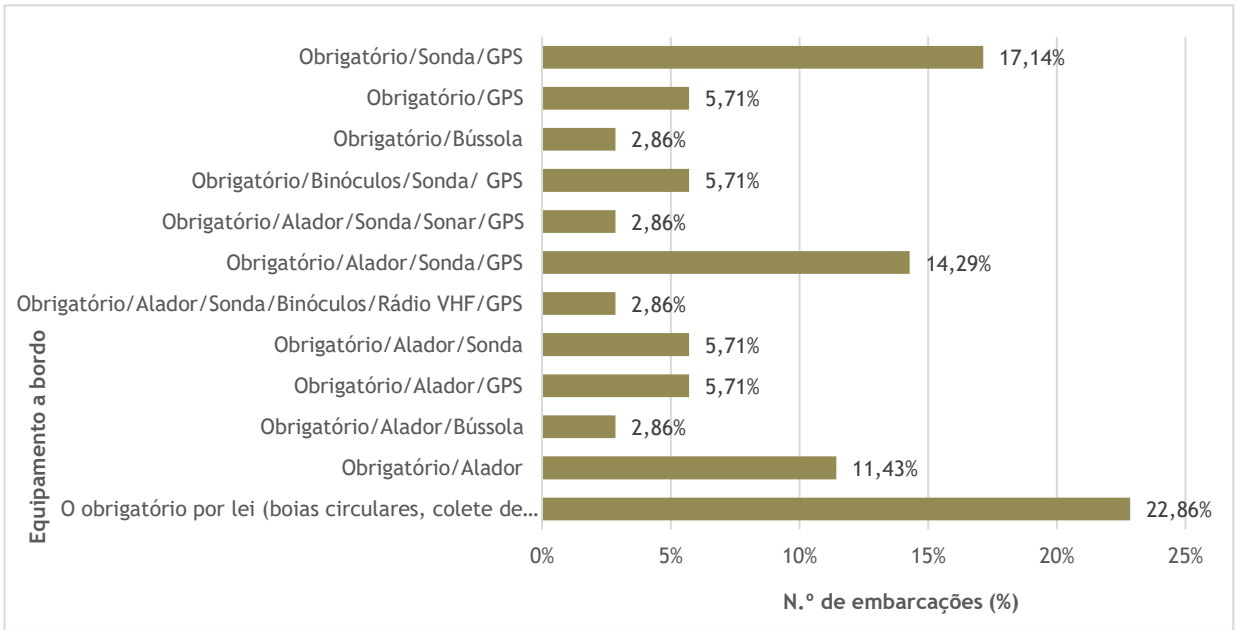
A elevada potência auxiliar que se regista nas comunidades piscatórias da Póvoa de Santa Iria e de Alhandra, explica-se pela frota dedicada à apanha de amêijoa a reboque de ganchorra, atividade que carece de motores mais poderosos para arrastar pelo fundo a pesada ganchorra.

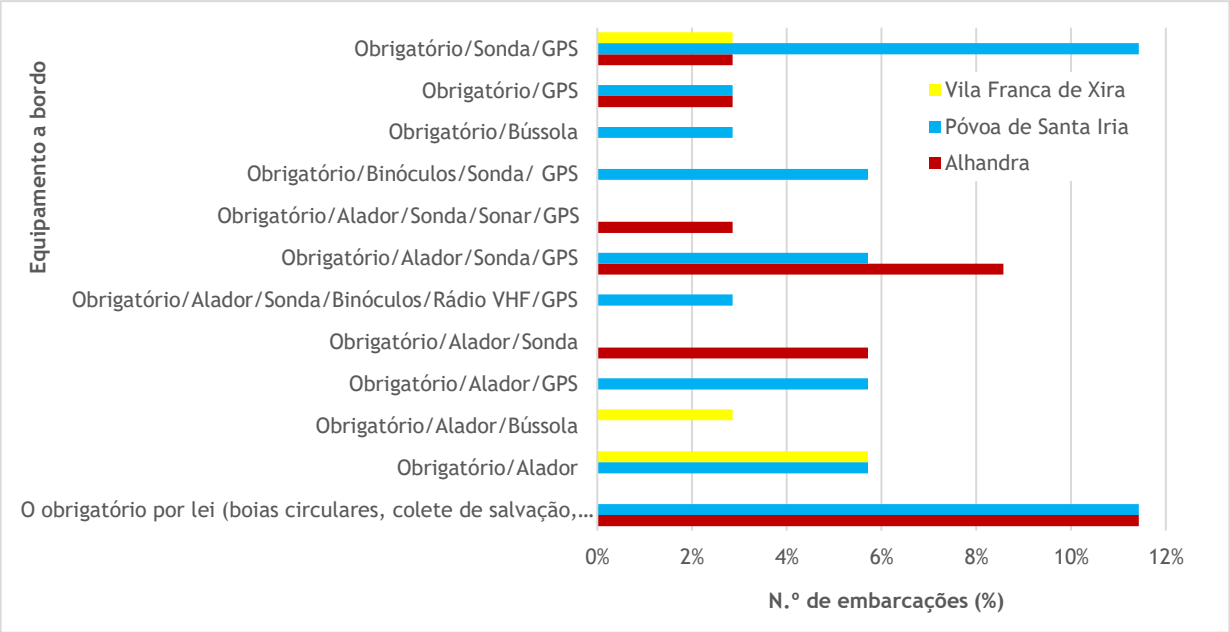
Focando agora a análise apenas nas 35 embarcações que foram inquiridas, observámos que todas têm convés aberto, casco em fibra de vidro e motor fora de borda a gasolina, e quanto ao seu estado de conservação 8,57% dos arrais responderam estar "razoável" 51,43% "muito bom" e 40% "bom". Foi na comunidade

piscatória da Póvoa de Santa Iria que melhor classificação tiveram as embarcações, com 22,86% dos arrais a classificar as embarcações com "bom" estado de conservação e os restantes 31,43% dos arrais responderam "muito bom", o que se justifica pela frota ser recente. Importa salientar que não obstante esta caracterização feita pelos arrais, todas as embarcações efetuam vistorias anuais a nado (e bianuais a seco) onde é verificado se se encontram aptas para o exercício da atividade da pesca. É verificado o estado de conservação do casco, do motor, do alador (caso exista), dos instrumentos náuticos, dos meios de salvação, dos meios de combate a incêndios, e dos meios de esgotos.

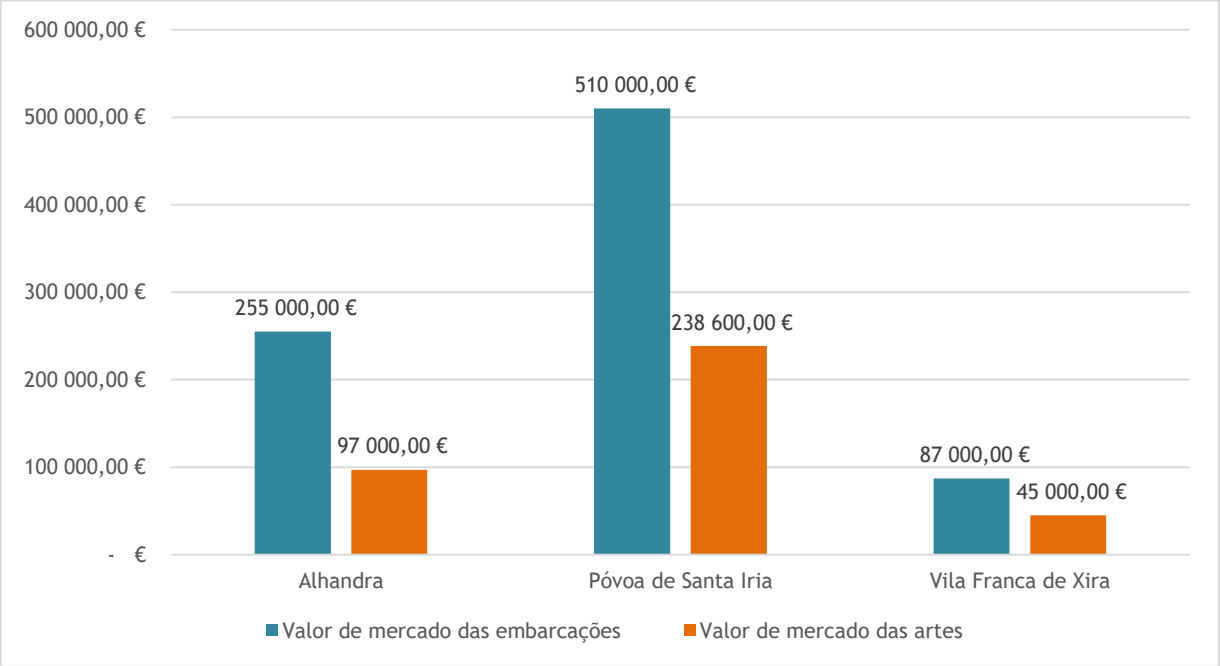


A frota é recente e está equipada com equipamento moderno, sendo de destacar a utilização de GPS por 54,29% dos arrais, que é importante na navegação em momentos de nevoeiro, a utilização do alador por 45,71% dos arrais, e a utilização de sonda por 48,57% dos arrais, sendo que duas embarcações utilizam de forma complementar sonar portátil para deteção de peixe, marcar pontos e conhecer o fundo. No oposto, 22,86% dos arrais não utilizam qualquer tecnologia na faina, e para orientação a complementar as marcas por terra, 5,71% dos arrais ainda utiliza a bússola. Uma embarcação está equipada com rádio VHF e o arrais utiliza binóculos. Para além deste equipamento, também se observa que um grande número de embarcações a utilizar guincho (conhecido por turco), que é utilizado para alar as ganchorras, e algumas utilizam guincho elétrico em alternativa ao alador. A tecnologia introduzida na atividade piscatória é primeiramente visível na comunidade da Póvoa de Santa Iria, onde são mais utilizados o GSP e a sonda, seguido pela comunidade de Alhandra, onde opera uma embarcação que utiliza sonar, e, por fim, a comunidade de Vila Franca de Xira, a menos desenvolvida e mais conservadora das três comunidades avieiras.





A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 852.000,00€, sem incluir as artes de pesca, o que corresponde a 87.000,00€ em Vila Franca de Xira, a 255.000,00€ em Alhandra e a 510.000,00€ na Póvoa de Santa Iria. Às artes de pesca os armadores colocaram o valor de mercado de 380.600,00€, a que corresponde a 45.000,00€ em Vila Franca de Xira, a 97.000,00€ em Alhandra e a 238.600,00€ na Póvoa de Santa Iria. Assim, no concelho de Vila Franca de Xira, as embarcações e as artes de pesca atingem em conjunto um valor de mercado de 1.232.600,00€ (valor patrimonial à data de 2018).



A seguir a listagem das embarcações do concelho de Vila Franca de Xira que tiveram licença de pesca para o ano de 2018.

Listagem das embarcações com licença de pesca profissional no ano de 2018

Registo Comunitário	*Conjunto de Identificação*	*Nome*	*Porto de Registo*	*Comunidade Piscatória*	*Nome do Proprietário*	*Nome do Armador*	*Nome do Mestre*
PRT000022505	VX-674-L	Gosto do tejo	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	José Adelino Vicente Guerra	José Adelino Vicente Guerra	José Adelino Vicente Guerra
PRT000022761	VX-680-L	Nicole	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Maria de Lurdes Mirão Moreira	Maria de Lurdes Mirão Moreira	Maria de Lurdes Mirão Moreira
PRT000022782	VX-682-L	Joca	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Joaquim Ferreira Moreira	Joaquim Ferreira Moreira	Joaquim Ferreira Moreira
PRT000022789	VX-683-L	Sara cristina	Vila Franca de Xira	Alhandra	Luís Miguel Xarana Guerra	Luís Miguel Xarana Guerra	Luís Miguel Xarana Guerra
PRT000022762	VX-685-L	Mendes e filhos	Vila Franca de Xira	Alhandra	José Tocha Mendes	José Tocha Mendes	José Tocha Mendes
PRT000022658	VX-689-L	Vem comigo	Vila Franca de Xira	Alhandra	Constantino Alberto de Oliveira Padinha	Constantino Alberto de Oliveira Padinha	Constantino Alberto de Oliveira Padinha
PRT000022737	VX-690-L	Trovoada	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Deolinda Maria da Cunha Lobo	Deolinda Maria da Cunha Lobo	João Artur Murtinheira Lobo
PRT000022619	VX-691-L	Ceu azul II	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Maria Clara Charana Lourenço Dinis Moreira	Maria Clara Charana Lourenço Dinis Moreira	David João Diniz Moreira
PRT000023128	VX-693-L	Catita	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Albertino Ferreira Moreira Lobo	Albertino Ferreira Moreira Lobo	Albertino Ferreira Moreira Lobo
PRT000023207	VX-696-L	Vamos ao mar	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	António Charana	António Charana	António Charana
PRT000023237	VX-697-L	Vamos com deus	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	António José Tomás Fernandes	António José Tomás Fernandes	António José Tomás Fernandes
PRT000023213	VX-699-L	Meu destino	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Rui Paulo Lobo Fernandes	Rui Paulo Lobo Fernandes	Rui Paulo Lobo Fernandes
PRT000023239	VX-702-L	Ana Maria	Vila Franca de Xira	Alhandra	António Grácio Tomaz	António Grácio Tomaz	António Grácio Tomaz
PRT000023214	VX-704-L	Lírio da povoa	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Joaquim Fernandes Moreira	Joaquim Fernandes Moreira	Joaquim Fernandes Moreira
PRT000023298	VX-709-L	Zaragata	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Fernando Manuel Moreira Mirão	Fernando Manuel Moreira Mirão	Fernando Manuel Moreira Mirão
PRT000023246	VX-714-L	Sagitario	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	José Guerra Sequeira	José Guerra Sequeira	José Guerra Sequeira
PRT000023392	VX-716-L	Leao das ondas	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	José Henriques Simãozinho	José Henriques Simãozinho	José Henriques Simãozinho
PRT000023636	VX-722-L	Patricia e Rafael	Vila Franca de Xira	Alhandra	Manuel Fernando Padinha da Silva	Manuel Fernando Padinha da Silva	Manuel Fernando Padinha da Silva
PRT000023664	VX-723-L	Norte sul	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	António Fernando Lobo Pedrosa	António Fernando Lobo Pedrosa	António Fernando Lobo Pedrosa
PRT000023594	VX-725-L	Patrícia	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Artur Pedrosa Murtinheira	Artur Pedrosa Murtinheira	Artur Pedrosa Murtinheira
PRT000023681	VX-726-L	Júlio	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	José Júlio Vicente Fernandes	José Júlio Vicente Fernandes	José Júlio Vicente Fernandes
PRT000023725	VX-728-L	Tocha	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Manuel Joaquim dos Santos Tocha	Manuel Joaquim dos Santos Tocha	Manuel Joaquim dos Santos Tocha
PRT000023785	VX-729-L	Catarina	Vila Franca de Xira	Alhandra	Vítor Manuel Guerra Tavares	Vítor Manuel Guerra Tavares	Vítor Manuel Guerra Tavares
PRT000023922	VX-732-L	Pescante	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Joaquim Augusto Fernandes da Silva	Joaquim Augusto Fernandes da Silva	Joaquim Augusto Fernandes da Silva
PRT000023909	VX-734-L	Santa Clara	Vila Franca de Xira	Alhandra	João Jerónimo Moreira	João Jerónimo Moreira	João Jerónimo Moreira
PRT000023953	VX-738-L	Fátima	Vila Franca de Xira	Alhandra	Lúcio de Jesus Soares Mendes	Lúcio de Jesus Soares Mendes	Lúcio de Jesus Soares Mendes
PRT000024218	VX-746-L	Solitário	Vila Franca de Xira	Alhandra	Isidro Tomás Mira	Isidro Tomás Mira	Isidro Tomás Mira
PRT000024445	VX-749-L	Deus querendo	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Adélia Fernandes Guerra Falcão	Adélia Fernandes Guerra Falcão	Adélia Fernandes Guerra Falcão
PRT000024547	VX-752-L	Mar azul	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Manuel Joaquim Lourenço Guerra	Manuel Joaquim Lourenço Guerra	Manuel Joaquim Lourenço Guerra
PRT000023784	VX-753-L	Proa à terra	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Cláudio Diogo da Silva Letra	Cláudio Diogo da Silva Letra	Cláudio Diogo da Silva Letra

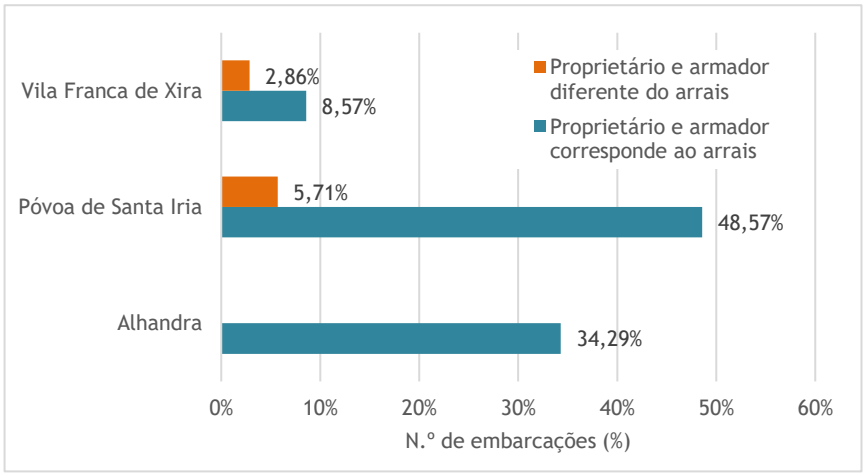
PRT000024733	VX-754-L	Perola Negra	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	João Miguel Guerra Letra	João Miguel Guerra Letra	João Miguel Guerra Letra
PRT000024758	VX-755-L	Marisa e Adriana	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Fernando Manuel Tomás Fernandes	Fernando Manuel Tomás Fernandes	Fernando Manuel Tomás Fernandes
PRT000024826	VX-759-L	Luar	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	António José Fernandes da Silva	António José Fernandes da Silva	António José Fernandes da Silva
PRT000024833	VX-760-L	Desassossego	Vila Franca de Xira	Alhandra	Adelino de Jesus Ramusga	Adelino de Jesus Ramusga	Adelino de Jesus Ramusga
PRT000024848	VX-762-L	Pantera Negra	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Nelson Miguel Letra Guerra	Nelson Miguel Letra Guerra	Nelson Miguel Letra Guerra
PRT000024873	VX-764-L	Vagabundo	Vila Franca de Xira	Alhandra	Inácio Paulo Grácia Guerra	Inácio Paulo Grácia Guerra	Inácio Paulo Grácia Guerra
PRT000024885	VX-765-L	Céu	Vila Franca de Xira	Alhandra	Constantino Alberto Mendes Padinha	Constantino Alberto Mendes Padinha	Constantino Alberto Mendes Padinha
PRT000024897	VX-766-L	Prôa ao Mar	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	António Manuel Fernandes Sequeira	António Manuel Fernandes Sequeira	Manuel Cristino Sequeira
PRT000024923	VX-769-L	O tigre	Vila Franca de Xira	Alhandra	Fernando de Jesus Moreira	Fernando de Jesus Moreira	Fernando de Jesus Moreira
PRT000024931	VX-770-L	Fátima e Marta	Vila Franca de Xira	Alhandra	João Guerra Tavares	João Guerra Tavares	João Guerra Tavares
PRT000024966	VX-772-L	Lobo	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Paulo Gorge Murtinheira Lobo	Paulo Gorge Murtinheira Lobo	Paulo Gorge Murtinheira Lobo
PRT000024972	VX-773-L	Barba Negra	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Gil Alexandre Fernandes da Cruz	Gil Alexandre Fernandes da Cruz	Gil Alexandre Fernandes da Cruz
PRT000024988	VX-774-L	Enguia	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Dália Cristina Murtinheira Lobo Tomás	Dália Cristina Murtinheira Lobo Tomás	Nuno Alexandre Moreira Tomás
PRT000024976	VX-775-L	Pérola Branca	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	João Miguel Guerra Letra	João Miguel Guerra Letra	João Miguel Guerra Letra
PRT000024995	VX-777-L	Sónia e Hugo	Vila Franca de Xira	Póvoa de Santa Iria	Maria de Lurdes Pedrosa Paiva Letra da Cruz	Maria de Lurdes Pedrosa Paiva Letra da Cruz	Maria de Lurdes Pedrosa Paiva Letra da Cruz
PRT000025012	VX-778-L	Rafael	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Vítor Manuel Ferreira Botas	Vítor Manuel Ferreira Botas	Vítor Manuel Ferreira Botas
PRT000025041	VX-780-L	Bruno e Tiago	Vila Franca de Xira	Alhandra	José Carlos Mendes Padinha	José Carlos Mendes Padinha	José Carlos Mendes Padinha
PRT000024583	LX-367-L	Maria De Lurdes	Lisboa	Póvoa de Santa Iria	Luís Miguel Pedrosa Guerra	Luís Miguel Pedrosa Guerra	Luís Miguel Pedrosa Guerra
PRT000023032	LX-373-L	Petinga II	Lisboa	Póvoa de Santa Iria	José Artur Murtinheiro Lobo	José Artur Murtinheiro Lobo	José Artur Murtinheiro Lobo
PRT000024981	LX-379-L	Vegeta	Lisboa	Póvoa de Santa Iria	Vítor Manuel Pedrosa dos Santos	Vítor Manuel Pedrosa dos Santos	Vítor Manuel Pedrosa dos Santos

TABELA 2 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, em Vila Franca de Xira.

Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

I.1.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

Nas comunidades piscatórias do concelho de Vila Franca de Xira, os proprietários são também armadores, ou seja, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e em 91,43% dos casos desempenham a bordo as funções de arrais, como se observa no gráfico seguinte. Nos restantes casos, apenas em três embarcações que representam 8,57%, os arrais são familiares diretos dos proprietários, nomeadamente cônjuges ou filhos, o que acontece por estratégia familiar. É na Póvoa de Santa Iria que mais existem situação de embarcações governadas por familiares diretos, um total de 5,71% (duas embarcações), e em Vila Franca de Xira registam-se os restantes 2,86% (uma embarcação), não havendo qualquer caso observado em Alhandra. Ou seja, nesta última comunidade o proprietário é o armador e simultaneamente desempenha a bordo as funções de arrais na categoria mínima de arrais de pesca local.



Estas comunidades estão bastante envelhecidas, motivo pelo qual 80% dos arrais têm mais de 45 anos, e destes 31,43% têm mais de 65 anos, como se observa na tabela seguinte. Em Alhandra não tem existido renovação na categoria de arrais, motivo pelo qual as suas idades estão maioritariamente compreendidas entre os 45 e os 64 anos, havendo já 5,71% com mais de 65 anos. Na Póvoa de Santa Iria tem existido alguma renovação na categoria de arrais, mas insuficiente devido à maior dimensão da comunidade piscatória, motivo pelo qual 37,14% dos arrais têm idades compreendidas entre 55 e 74 anos, e destes 20% têm idades compreendidas entre 65 e 74 anos. Os dados não permitem extrair informação para a comunidade de Vila Fraca de Xira, que recusou colaborar, mas da nossa presença constante no terreno foi possível observar que está bastante envelhecida, talvez seja mesmo a mais envelhecida do concelho. Em resumo, mais de 30% dos arrais vão abandonar a atividade a curto prazo, o que vai retirar muito conhecimento e experiência a estas comunidades piscatórias. Notar que 20% dos arrais já estão reformados, 2,86% em Alhandra e 17,14% na Póvoa de Santa Iria, e apenas continuam a laborar porque precisam de um complemento para a sua subsistência, e também porque gostam de pescar.

IDADE (ANOS) (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
[25-34]	0,00%	2,86%	2,86%	5,71%
[35-44]	2,86%	8,57%	2,86%	14,29%
[45-54]	**14,29%**	**5,71%**	**0,00%**	**20,00%**
[55-64]	**11,43%**	**17,14%**	**0,00%**	**28,57%**
[65-74]	**2,86%**	**20,00%**	**5,71%**	**28,57%**
>75	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Os movimentos migratórios sazonais dos povos setentrionais para as regiões da Borda d´Água, forçados pela necessidade de melhorarem as condições de vida, e por isso concentrados em épocas específicas ligadas ao trabalho nas férteis lezírias e às pescas no rio Tejo (campanhas do sável, lampreia, robalo e enguia), entram em rota de cruzeiro no início da segunda metade do século XX. Nas décadas seguintes muitos destes migrantes, Avieiros de Vieira de Leiria, Murtoseiros da Murtosa, Ovarinos de Ovar e Varinos de Ílhavo, começaram a fixar raízes nas margens do Tejo, interrompendo os tradicionais movimentos migratórios. De seguida deu-se o povoamento das margens do rio Tejo para jusante, tendo no século XX sido constituídas as comunidades piscatórias de Vila Franca de Xira, e por isso é que, não obstante 68,57% dos atuais arrais já terem nascido em Vila Franca de Xira, os mais antigos, no total de 22,86%, ainda nasceram nos concelhos de Alenquer, Azambuja, Benavente e Santarém. Há ainda um pequeno conjunto de arrais que vieram de fora, dos concelhos de Loures, Lisboa e Palmela, que representam 8,57%, como se observa na tabela seguinte. É na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria que está concentrado o maior número de arrais que nasceu fora do concelho de Vila Franca de Xira, sendo especialmente grande o número que nasceu na Azambuja, o que se justifica por ser a mais jovem das três comunidades avieiras do estuário do rio Tejo, constituída apenas na década de 1960. Hoje, todos os arrais destas três comunidades piscatórias residem no concelho de Vila Franca de Xira.

CONCELHO DE NASCIMENTO (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
ALENQUER	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
AZAMBUJA	0,00%	8,57%	2,86%	11,43%
BENAVENTE	2,86%	2,86%	0,00%	5,71%
LISBOA	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
LOURES	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
PALMELA	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
SANTARÉM	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
VILA FRANCA DE XIRA	28,57%	31,43%	8,57%	68,57%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Sobre o estado civil dos arrais inquiridos, 82,86% responderam "casados" e 11,43% "união de facto", principal tendência no espaço concelhio, e apenas 2,86% são solteiros, que são os mais novos que estão agora a iniciar a atividade, e a mesma percentagem "divorciados", como se observa na tabela a seguir. Importa salientar que estas comunidades sempre foram muito fechadas, daí rotuladas de "ciganos do rio", e isso não era aplaudido pela sociedade. Como forma de proteção em grupo e para preservarem os meios de ação e o conhecimento que tinham da construção e operação de artes de pesca, e também as tradições de indumentária, gastronomia, crenças, folclore, religiosidade, organização familiar e das tarefas, etc., tinham o costume de casar entre si dentro das comunidades piscatórias. A organização familiar e das tarefas era muito importante, começando o processo pelo casal adquirir uma embarcação onde laboravam em conjunto, enquanto a mulher remava o homem largava ou colhia as redes, coisa que apenas um elemento não conseguia. É interessante como estas comunidades também se adaptam aos novos tempos, e nesse âmbito observar que a comunidade da Póvoa de Santa Iria, que é a mais rejuvenescida, já regista 8,57% dos arrais a viverem em união de facto, uma "*modernice*", tanto mais que nestes casos apenas opera quotidianamente na faina o homem, a mulher nem sequer ajuda na construção das artes da pesca em terra. O único divórcio foi registado em Alhandra, que representa 2,86%, o que ao mesmo tempo mostra que, não obstante a adaptação ao tempo, ainda conservam os valores e as raízes da tradição. Para comparação, na sociedade portuguesa o n.º de divórcios por 100 casamentos atingiu 58,74 no ano de 2018.

ESTADO CIVIL (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
CASADO	**28,57%**	**45,71%**	**8,57%**	**82,86%**
DIVORCIADO	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
SOLTEIRO	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%
UNIÃO DE FACTO	2,86%	8,57%	0,00%	11,43%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

As comunidades avieiras registam níveis notavelmente baixos de escolaridade, sendo 25,71% dos arrais iletrados, e 42,86% apenas concluíram o primeiro ciclo. Apenas um arrais jovem da comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria concluiu o ensino secundário, que representa 2,86%, como se observa na tabela a seguir.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
10º, 11º E 12º ANOS (SECUNDÁRIO)	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
7º, 8º E 9º ANOS (3º CICLO)	5,71%	11,43%	2,86%	20,00%
5º E 6º ANOS (2º CICLO)	0,00%	5,71%	2,86%	8,57%
1º, 2º 3º E 4º ANOS (1º CICLO)	25,71%	11,43%	5,71%	42,86%
ILETRADO	2,86%	22,86%	0,00%	25,71%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

A baixa escolaridade percebe-se e justifica-se pela idade com que estes arrais começaram a aprender a atividade, que em média foi aos nove anos, e com a idade com que estes arrais iniciaram a pesca profissional, que em média foi entre os 18 e os 46 anos. Como se observa na tabela a seguir, 62,88% dos arrais começaram a aprender a atividade entre os 5 e os 9 anos, 31,43% entre os 10 e os 14 anos, e 5,71% entre os 15 e os 19 anos, o que condicionou a aquisição de habilitações mínimas obrigatórias e o cumprimento do requisito de frequência da escolaridade obrigatória, que variam consoante a data de nascimento de cada arrais ou da data de inscrição/matrícula no primeiro ano de escolaridade. Na Póvoa de Santa Iria, em que os arrais estiveram mais tempo em itinerância forçada, dado que foi a última comunidade avieira a ser constituída no estuário do rio Tejo, a maior parte começou a aprender a atividade com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos, e os demais com idades entre 10 e 14 anos.

IDADE COM QUE COMEÇARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
[5-9]	14,29%	40,00%	8,57%	62,86%
[10-14]	17,14%	11,43%	2,86%	31,43%
[15-19]	2,86%	2,86%	0,00%	5,71%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

Já sobre o início da pesca profissional, mais de 80% fizeram-no entre os 10 e os 19 anos, como se observa na tabela a seguir, o que significa que não necessitaram de muitos anos de aprendizagem com os mais experientes para se tornarem arrais, e começarem eles próprios a ter e governar a sua embarcação. De destacar que apenas três arrais, dois de Alhandra e um da Póvoa de Santa Iria, iniciaram a atividade na qualidade de tripulantes, todos os demais fizeram-no na qualidade de pescadores, e, para além disso, todos indicaram que a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

IDADE COM QUE INICIARAM A PESCA PROFISSIONAL (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
[10-14]	5,71%	25,71%	2,86%	34,29%
[15-19]	20,00%	20,00%	5,71%	45,71%
[20-24]	0,00%	5,71%	0,00%	5,71%
[25-29]	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%
[30-34]	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
[35-39]	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
[40-44]	2,86%	2,86%	0,00%	5,71%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

Os motivos que levaram estes arrais a aprender a atividade são muitos e variados, como se observa na tabela seguinte, mas podemos destacar como sendo mais representativos, por representarem 77,14% das respostas, a tradição familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do saber no seio da família, o que está relacionado com o que já referimos sobre o casamento entre si dentro das próprias comunidades piscatórias, e para ajudar a família devido a dificuldades económicas, motivo pelo qual deixavam de estudar, e também pelo gosto da pesca que os pais sempre lhes incutiram.

MOTIVOS QUE OS LEVARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
I	**0,00%**	**11,43%**	**0,00%**	**11,43%**
I,I,IV,VI	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
I,II,IV,VI	**8,57%**	**14,29%**	**0,00%**	**22,86%**
I,II,VII	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
I,III,IV,VI,VII	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
I,III,VI	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%
I,IV,V,VI	5,71%	0,00%	0,00%	5,71%
I,IV,VI	**14,29%**	**20,00%**	**8,57%**	**42,86%**
I,IV,VII	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
I,VI	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iv) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (v) Boa rentabilidade da pesca nessa época; (vi) Gosto pela pesca; e (vii) Por imposição dos pais.

O agregado familiar dos arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 90 pessoas. Apenas três arrais da Póvoa de Santa Iria têm uma pessoa no seu agregado familiar, eles próprios, 14 têm no seu agregado duas pessoas, 13 têm três pessoas, o casal e os filhos, e cinco têm quatro pessoas, o casal e os filhos, e pontualmente ascendentes.

QUANTAS PESSOAS TÊM NO AGREGADO FAMILIAR (N.º)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
UMA PESSOA		3		**3**
DUAS PESSOAS	6	5	3	**14**
TRÊS PESSOAS	4	8	1	**13**
QUATRO PESSOAS	2	3		**5**
TOTAL	**12**	**19**	**4**	**35**

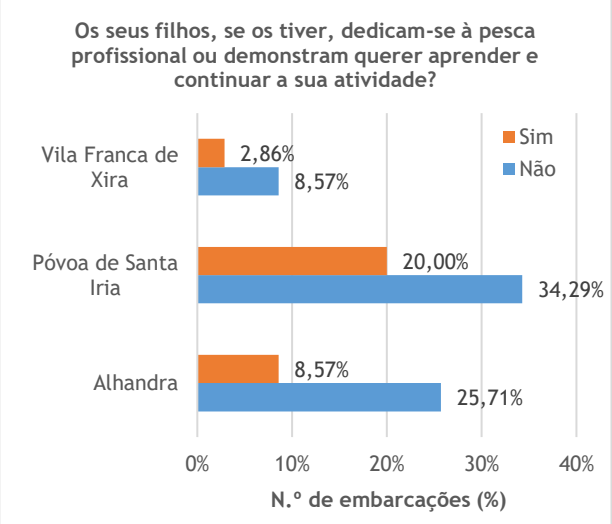
Como decorre da tradição avieira, a esposa trabalha com o marido na embarcação, e por isso 71,43% dos inquiridos responderam que, contando consigo, duas pessoas do agregado familiar trabalham na pesca. Notar que o número de arrais que laboram sozinhos é de 25,71%, e número de arrais que operam com a esposa e filhos é de apenas 2,86%.

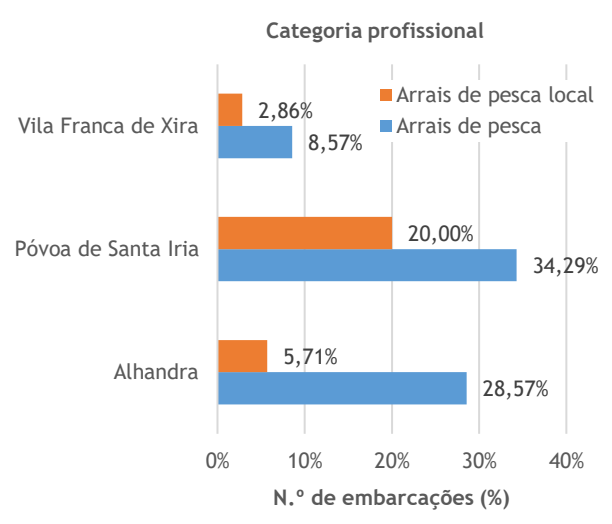
CONTANDO CONSIGO, QUANTAS PESSOAS DO SEU AGREGADO TRABALHAM NA PESCA? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
UMA PESSOA	14,29%	8,57%	2,86%	25,71%
DUAS PESSOAS	17,14%	45,71%	8,57%	71,43%
TRÊS PESSOAS	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a sua atividade, 68,57% responderam que não, e apenas 31,43% responderam sim, dos quais 20% pertencem à comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, que é a mais rejuvenescida, como se observa ano gráfico seguinte. Os dados evidenciam um profundo decrescimento desta atividade no concelho de Vila Franca de Xira nos últimos doze anos, que só não é maior porque a apanha de amêijoa-japonesa vai mantendo alguns dos mais jovens na pesca e em atividade conexas.

Os tripulantes em funções a bordo de arrais em 71,43% dos casos estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", e apenas 28,57%, muitos dos quais jovens, estão habilitados com a categoria mínima de "arrais de pesca local", como se observa no gráfico seguinte. Estes profissionais laboram integralmente no estuário do rio Tejo, pelo que seria de supor como mais representativa a categoria de "arrais de pesca local", que na carreira das pescas prevê apenas competências para o governo de embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 9m que operam na área do porto de registo da embarcação e nas áreas dos portos limítrofes, de acordo com o tipo da embarcação (convés aberto ou fechado), e com os limites estabelecidos nas normas reguladoras do exercício da pesca local. A carreira de "arrais de pesca" permite exercer o governo de embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 12m ou de arqueação bruta até 35 GT que operem ao longo da costa continental portuguesa e até à distância de 50 milhas da linha da costa, e estejam registadas nos portos do continente. Em resumo, estes marítimos têm mais qualificações do que as necessárias para a atividade que exercem, o que é pouco comum na atividade piscatória e é francamente positivo. Existe uma explicação, como abaixo se demonstra.

Durante décadas muitos avieiros, homens e mulheres, sem saber ler ou escrever, laboraram com um livrete de trabalho emitido pela Capitania do Porto de Lisboa, que funcionava em alternativa à Cédula Marítima. Para acabar com a situação, foi publicada legislação que previa um período de transição de um ano para os interessados requererem a equivalência do livrete à Cédula Marítima, prazo que por desconhecimento deixaram prescrever. No início do século XXI, com a aprovação do regime aplicável à atividade profissional dos marítimos e à fixação da lotação das embarcações, esta situação não mais foi permitida, tendo valido a pressão junto da tutela do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, que na altura representava quase a totalidade dos pescadores avieiros, para que os marítimos que tinham imensa experiência mas não sabiam ler e escrever (muitos deles nasceram, viveram e trabalharam toda a vida no barco), realizassem um curso de pescador especialmente preparado para a sua condição. Este curso viria a ser ministrado pelo Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas (Forpescas) na zona da Póvoa de Santa Iria, e foi frequentado por muito avieiros, especialmente mulheres, em regime pós-laboral (após um dia de faina, frequentavam o curso durante a noite). Os que sabiam ler e escrever tiveram de se matricular em cursos normais ministrados pela mesma entidade. Na mesma altura foram realizados cursos de mestrança, e dada a elevada qualificação destes marítimos foram diretamente para o nível de "arrais de pesca", motivo pelo qual ser a categoria mais representada.[21]





[21] Informação transmitida por Joaquim Piló, presidente do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, em 4 de julho de 2020.

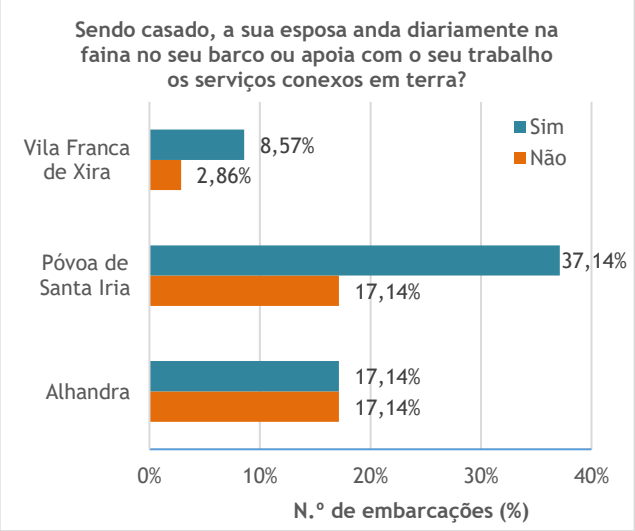
Nestas três comunidades avieiras a pesca é a atividade principal, e apenas dois arrais desenvolvem outras atividades para além da pesca, o que fazem em regime de complementaridade (ou seja, nunca param uma atividade para se dedicarem em exclusivo à outra): um é proprietário de um restaurante "O Cantinho do Avieiro", na Póvoa de Santa Iria, e outro é mecânico e serralheiro, sem oficina própria, na mesma comunidade piscatória. Uma grande parte dos arrais, cerca de 18%, são também mariscadores profissionais, e quando não se dedicam à pesca dedicam-se à apanha de amêijoa-japonesa, com berbigoeiro, também em regime de complementaridade.

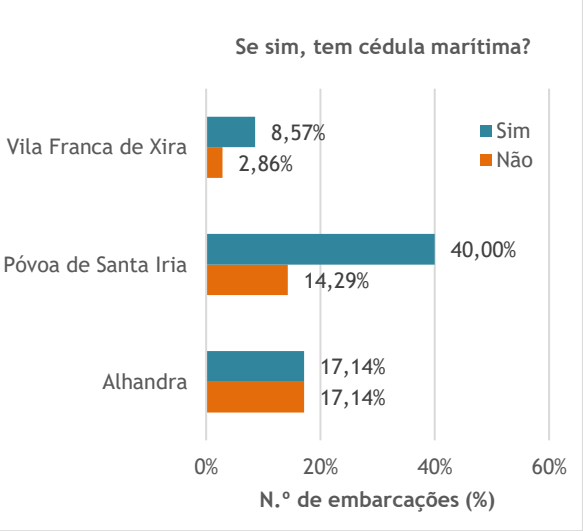
A dependência do rendimento da pesca é imensa nos agregados familiares destes arrais. Em 77,14% dos casos os agregados familiares dependem na totalidade do rendimento da pesca dos arrais, 2,86% dependem mais de metade, 11,43% dependem metade e apenas 8,57% dependem menos de metade, sendo de notar, até como explicação para este valor elevado, que uma grande parte dos cônjuges também fazem parte da tripulação, como se analisará a seguir.

QUAL A PARTE DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR VEM DA PESCA (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
MENOS DE METADE	5,71%	2,86%	0,00%	8,57%
METADE	2,86%	8,57%	0,00%	11,43%
MAIS DE METADE	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
TODO	25,71%	40,00%	11,43%	77,14%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

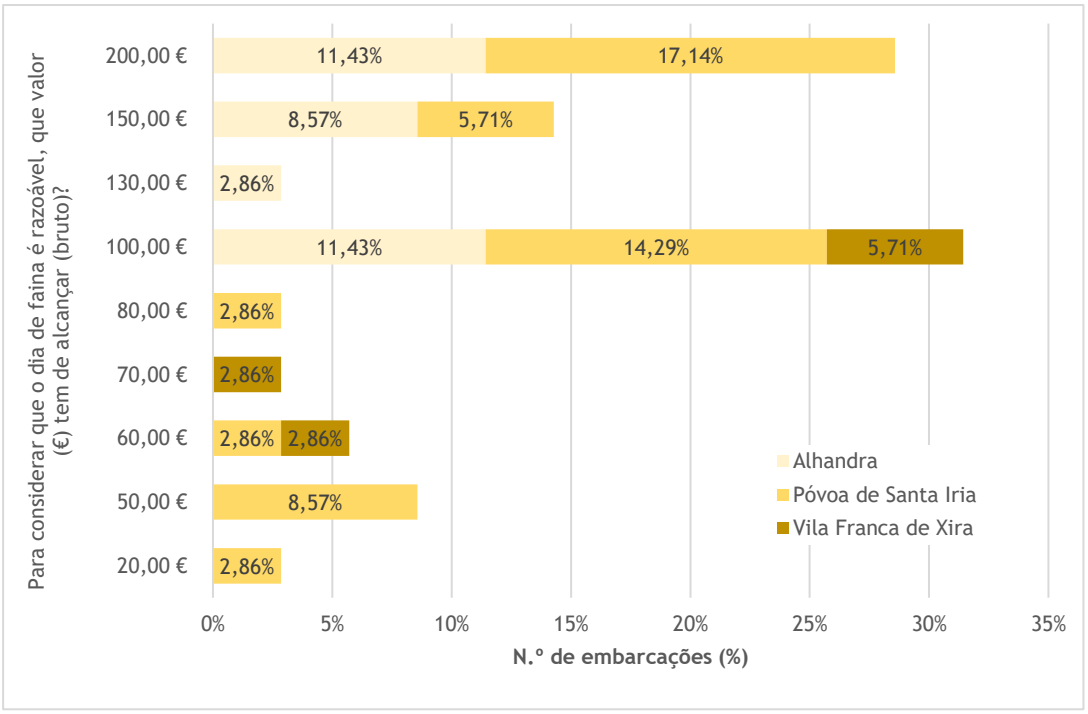
Como se observa nos gráficos seguintes, em 62,86% dos casos a esposa colabora ativamente na faina, ou embarcada ou a realizar serviços em terra (ex. preparar redes, comercializar peixe, tarefas domésticas, etc.). Já não é como antigamente, em que a esposa e até os filhos andavam sempre dentro do barco, onde todos nasceram, mas ainda é representativa a presença das esposas na faina. Por comunidades piscatórias, dos 54,29% inquiridos na Póvoa de Santa Iria 37,14% referiam ter diariamente a ajuda das esposas, e nalguns casos são elas próprias os arrais das embarcações, como é o caso de Maria de Lurdes Pedrosa Paiva Letra da Cruz, proprietária, armadora e arrais da embarcação "Sónia e Hugo" (VX-777-L), e de Adélia Fernandes Guerra Falcão, proprietária, armadora e arrais da embarcação "Deus Querendo" (VX-749-L). Na comunidade piscatória de Alhandra dos 34,29% inquiridos apenas 50% responderam ter a ajuda da esposa na lida piscatória. Em Vila Franca de Xira suspeita-se que a maior parte dos arrais também tenha a colaboração diária da esposa.

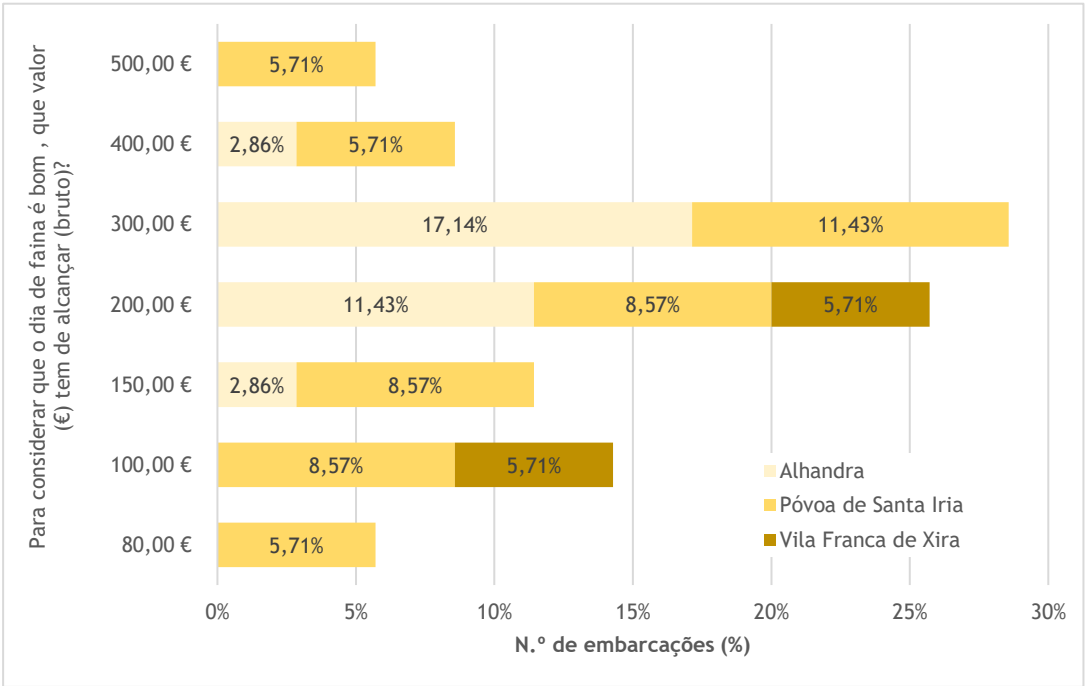
Sobre os cônjuges, em 65,71% dos casos têm cédula marítima e andam embarcados e algumas vezes são os próprios arrais, e em 34,29% dos casos não tem cédula marítima, empregando-se em trabalhos em terra, como se observa nos gráficos a seguir. Em Alhandra e na Póvoa de Santa Iria todos os cônjuges que colaboram na faina têm cédula marítima, nuns casos na categoria de pescador, noutros na categoria de arrais, sendo que nesta última comunidade ainda existem cônjuges que não colaboram diariamente na faina, mas também estão habilitados com cédula marítima.



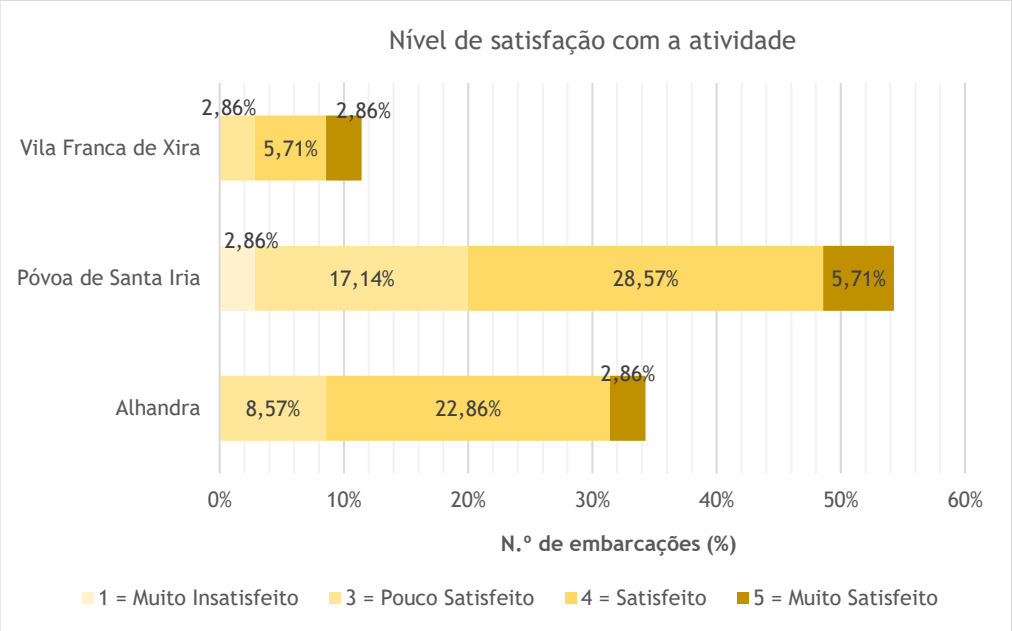


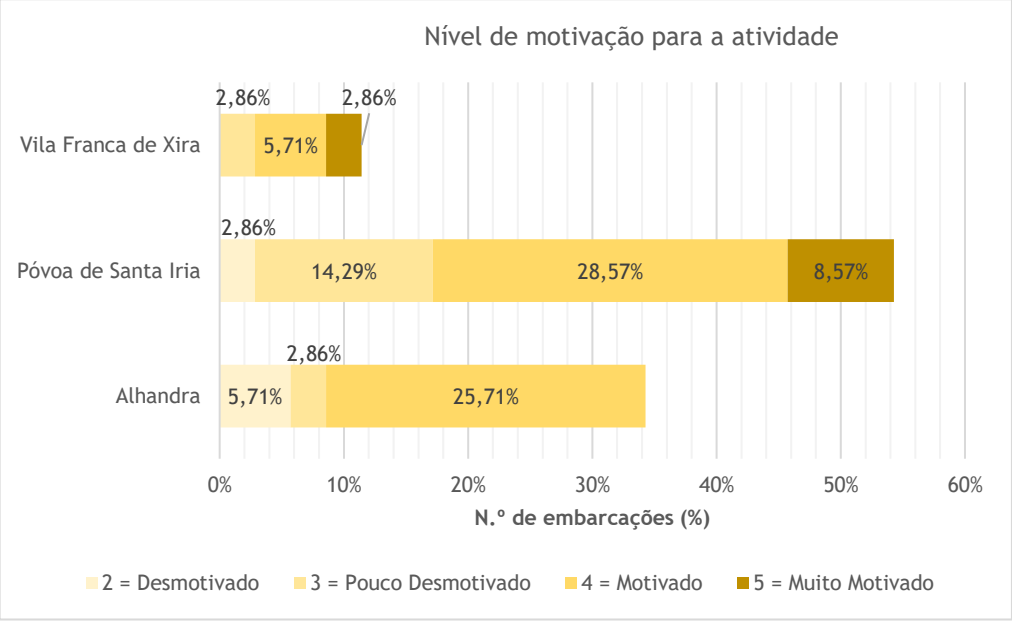
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 31,43% responderam 100,00€, 28,57% responderam 200,00€ e 14,29% responderam 150,00€, o que em conjunto representa 74,29% das respostas. No mínimo a reposta foi de 20,00€, no máximo foi de 200,00€, e em média dá o valor de 126,29€. De seguida questionámos os arrais, o mesmo agora para um dia de faina bom, e 28,57% responderam 300,00€, 25,71% responderam 200,00€, 14,29% responderam 100,00€ e 11,43% responderam 150,00€, o que em conjunto representa 80% das respostas, como se observa nos gráficos seguintes. No mínimo a resposta foi de 80,00€, no máximo foi 500,00€, e em média dá o valor de 236,00€. Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 20 e 80€ e no máximo entre 200 e 500€. Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações com mais tripulantes, e menos em função das características técnicas das embarcações ou do equipamento e tecnologia a bordo.





Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 11,43% dos arrais estão muito satisfeitos, 57,14% satisfeitos, 28,57% pouco satisfeitos e 2,87% muito insatisfeitos, como se observa no gráfico seguinte. Sobre o nível de motivação, em 11,43% dos casos os arrais estão muito motivados, em 60% dos casos estão motivados, 20% estão pouco motivados e 8,57% estão desmotivados, como se observa no gráfico a seguir. É na Póvoa de Santa Iria que os arrais estão mais satisfeitos, pelas melhores condições de armazéns para guardar as artes e aprestos de pesca, e é também nesta comunidade que estão menos motivados, mostrando profunda frustração com as leis aplicadas à pesca e pela forma como se processa a entrega obrigatória de pescado em lota.



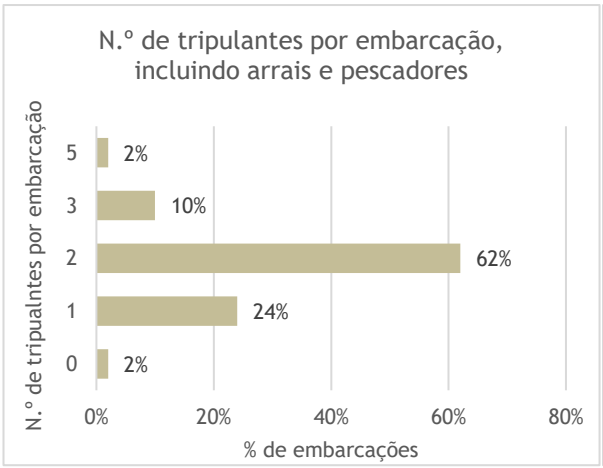


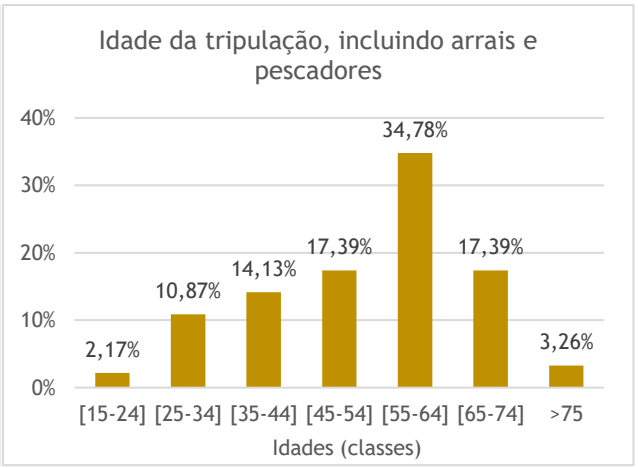
I.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[22]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas 50 embarcações do segmento local em operação nas três comunidades avieiras vilafranquenses, e com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados 91 marítimos, incluindo arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 12 embarcações tinham matriculado um tripulante da categoria mínima de arrais de pesca local (24%), 31 tinham matriculado dois tripulantes (62%), cinco tinham matriculado três tripulantes (10%), e uma tinha matriculado cinco tripulantes (2%), como se observa no gráfico a seguir. Apenas a embarcação "Pantera Negra", registo n.º VX-762-L, não tinha rol de tripulação, por isso aparece com zero tripulantes, o que corresponde a 2% do total, mas também não operou durante o ano de 2018, apesar de estar habilitada a tal. É de destacar que apesar de apenas termos inquirido 35 das 50 embarcações, como já referimos anteriormente, os dados agora apresentados, referentes às matrículas de tripulação, representam a totalidade das matrículas (totalidade da frota), como referido na metodologia, e, de forma complementar, em nota de rodapé nesta página. Já as formas de remuneração representam apenas as respostas das embarcações inquiridas.

Observa-se como padrão principal as embarcações tripuladas por dois marítimos, um arrais e um pescador, ou dois arrais, marido e mulher, respetivamente, tradição da cultura avieira. No entanto, à semelhança do que acontece nas demais comunidades piscatórias, começa a ser evidente o maior número de embarcações tripuladas por um único marítimo, do século masculino, avieiros viúvos ou indivíduos que não comungam da tradição avieira.

As embarcações "Pérola Branca" (VX-775-L) e "Pérola Negra" (VX-754-L) tinham rol de tripulação coletivo[23], com autorização de embarque de três tripulantes. Nestes casos apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Ou seja, considerámos que cada uma destas embarcações opera com três tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores", e porque efetivamente cada uma destas pode operar com os três tripulantes, mas apenas se contaram três tripulantes (e não seis) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos 91 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".



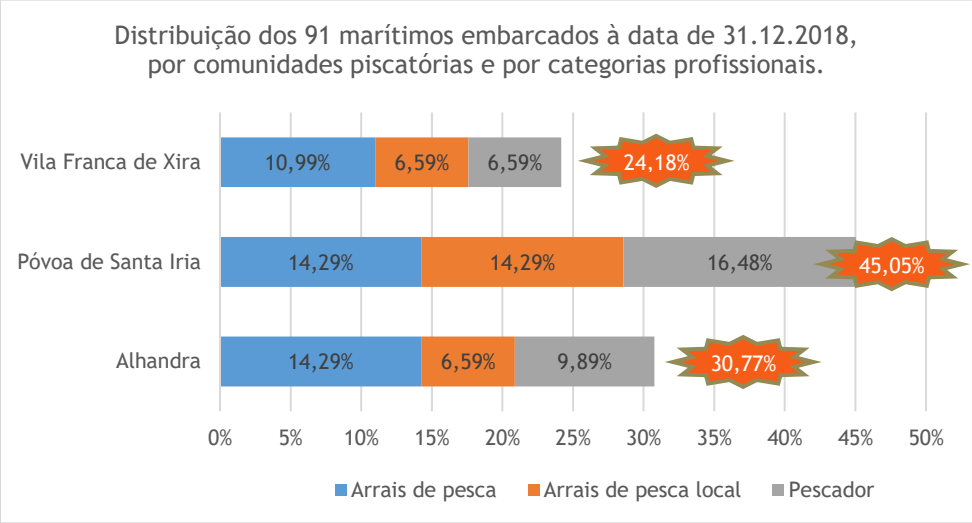


Sobre a distribuição dos marítimos, 30,77% estão em Alhandra, 45,05% na Póvoa de Santa Iria, e 24,18% em Vila Franca de Xira. Sobre as categorias profissionais, 32,97% têm a categoria de pescador, 27,47% a categoria de arrais de pesca local e 39,56% a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está bastante envelhecida, uma vez que

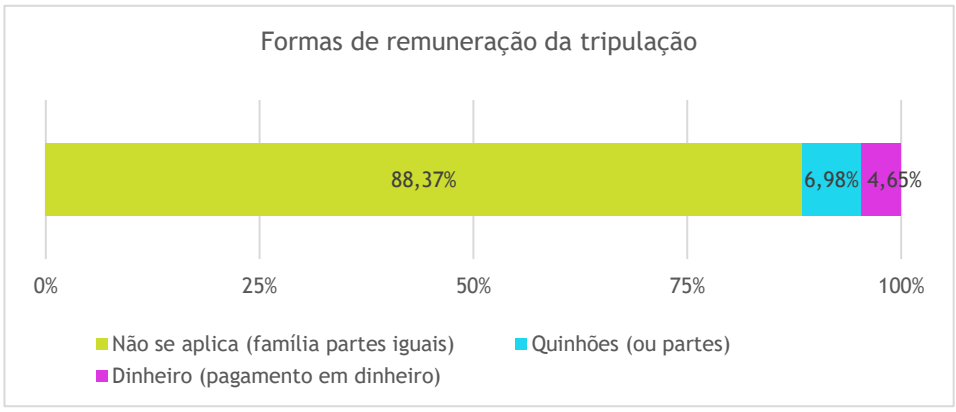
[22] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos rols de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultámos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. Representam, por isso, a totalidade da frota. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário, pelo que representam apenas as embarcações inquiridas.

[23] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.

72,83% têm mais de 45 anos, dos quais 34,78% têm entre 55 e 64 anos, e 20,65% já têm mais de 65 anos, como se observa no gráfico a seguir.



Sobre a forma de remuneração, 4,65% recebem em dinheiro (valor diário fixo, entre 40€ e 50€), 6,98% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro), e 88,37% repartem o produto da pescaria em partes iguais, ou o mais possível em partes iguais, situações maioritárias em que os tripulantes são familiares, como também se observa ano gráfico a seguir. No caso dos que recebem em quinhões, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras.



As embarcações em que a tripulação é família, que são a maioria à boa maneira da cultura avieira, o produto da pescaria é "para a casa", e é também a "casa" que paga as despesas que surgem diariamente, ou seja, não existe propriamente uma contabilidade. Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, tal como acontece com os que dividem o produto das pescarias em quinhões, mas os que recebem uma contrapartida financeira em dinheiro por cada vez que embarcam já revelam alguma inconstância, para além de que são os que também evidenciam mais irregularidade por embarque não autorizado.

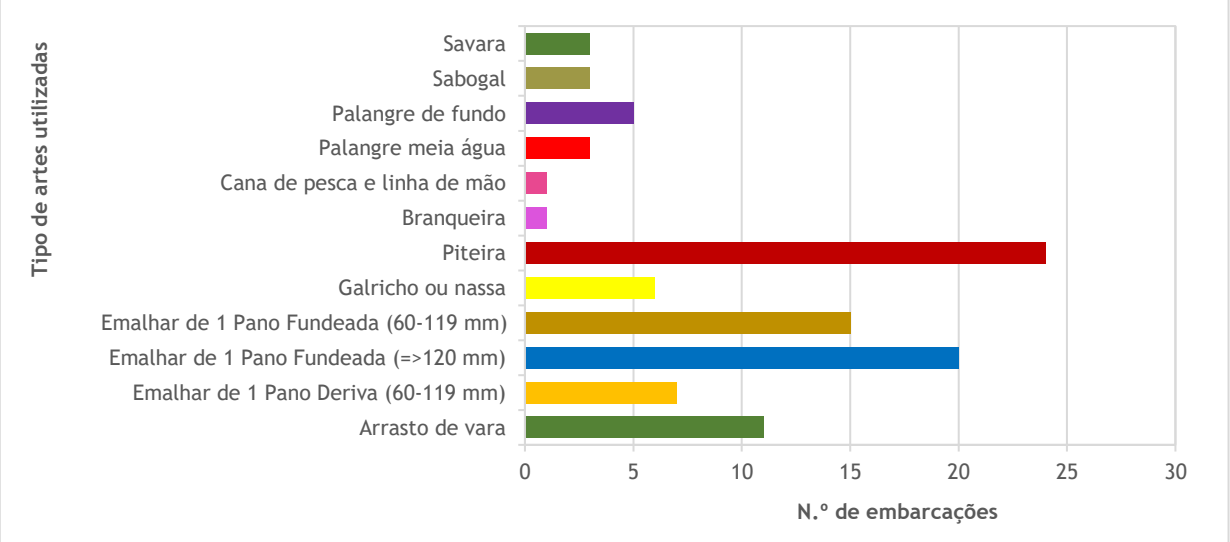
I.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

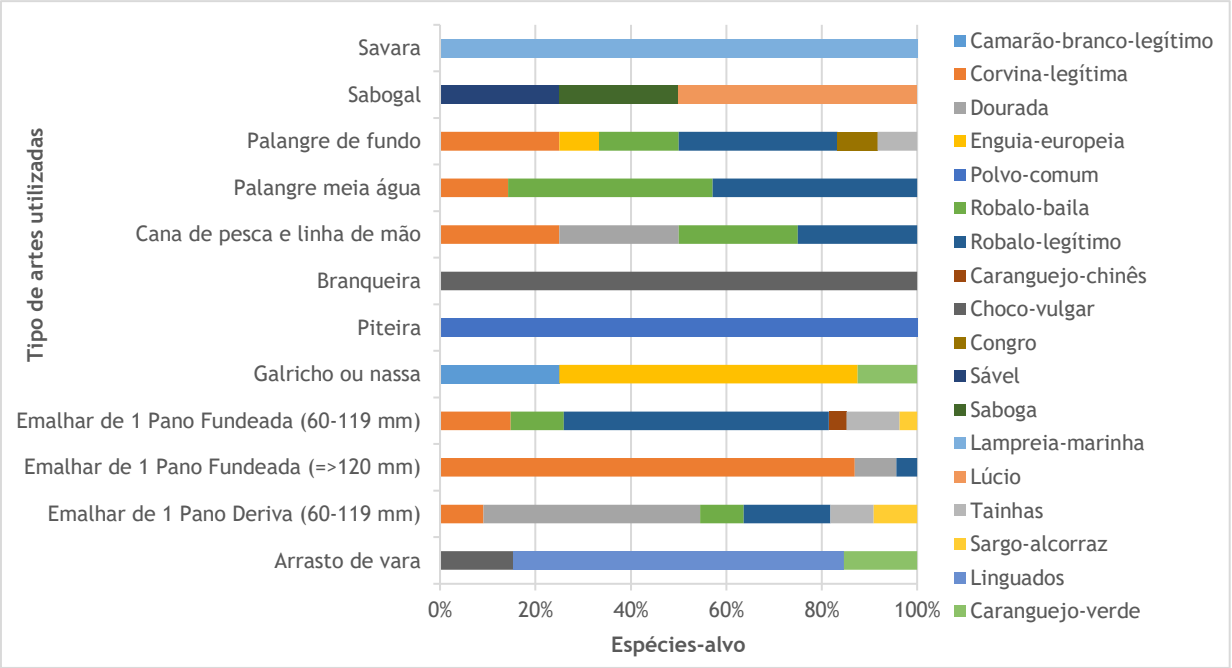
Os marítimos do concelho de Vila Franca de Xira fazem uso das diversas artes de pesca autorizadas para a zona do estuário do rio Tejo, destacando-se, em 2018, a utilização intensiva da piteira, dirigida ao polvo-comum, que teve como captura acessória, residual, o congro/safio. Operam com esta arte da Ponte 25 de Abril até à Marina de Oeiras, com exceção de três embarcações que também operam para lá do Bugio, mas não excederam as três milhas (cerca de 5 km).

A segunda arte mais utilizada foi a rede de emalhar de um pano, quer na classe de malhagem de 60 a 119 mm, nas modalidades de deriva e fundeada, dirigida ao robalo-legítimo, robalo-baila, corvina-legítima, dourada, sargos (legítimo, alcorraz e safia) e tainhas (garrento, fataça, liça e olhalvo), que teve como captura acessória, intensa, a corvinata-real, uma espécie invasora predadora, que os pescadores dizem ter começado a capturar entre 2015-2016, conhecida localmente como peixe rainha, com que operam desde Vila Franca até ao Mar da Palha, quer na classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, na modalidade fundeada, dirigida à corvina-legítima, e residualmente à dourada, com que operam no Mar da Palha, na zona da Ponte Vasco da Gama, e para montante desta. Salientar que a dourada é maioritariamente capturada na modalidade de deriva, geralmente com malha de 120 mm.

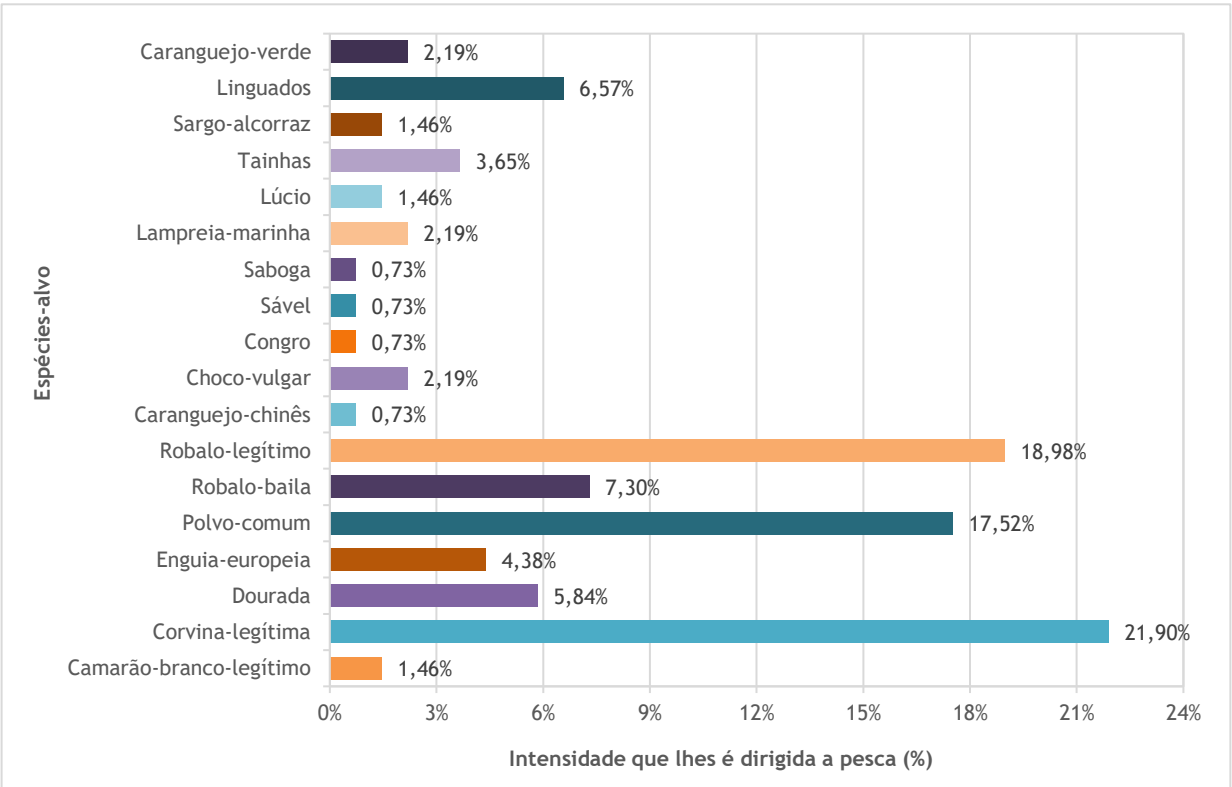
A terceira arte mais utilizada foi o arrasto de vara, que dirigiram em primeiro ao camarão-mouro, porque a lei determina que a composição das capturas efetuadas com esta arte e retidas a bordo deve incluir, no mínimo, 30 % de camarão da espécie *Crangon crangon*, mas como não é possível capturar esta espécie nas zonas autorizadas (apenas o é possível fazer nas zonas não autorizadas), as capturas reais fizeram-se de caranguejo-chinês, espécie que tem vindo a ter aceitação no mercado alimentar asiático (cada caranguejo é comercializado entre 30 e 40 cêntimos), de caranguejo-verde, para iscar os aparelhos de anzol, e, sobretudo, de linguado-legítimo (conhecido como linguado ferrugento), de linguado-branco (conhecido como linguado do senegal), e de choco-comum, com que operaram de Vila Franca até à Ponte 25 de Abril, incluindo os esteiros e pequenos canais do Montijo e Moita. Como principal espécie acessória, regista-se a captura de charroco. Importa salientar que é um arrasto de média dimensão, que se caracteriza pela malhagem mínima do saco de 20 mm, e pela boca que se mantém aberta com uma altura máxima de um metro pela ação de uma vara horizontal com seis metros, e de dois aros em ferro nas laterais, mas embora não seja tão nefasto como os arrastões costeiros, não é uma arte de pesca seletiva, captura muitas outras espécies acessórias, o charroco é apenas o mais capturado por ser o mais abundante.

Com galrichos e nassas pescaram no rio Tejo nas proximidades das suas comunidades piscatórias, ainda antes do rio se espraiar no amplo Mar da Palha, e na frente ribeirinha de Alcochete, artes que dirigiram à enguia-europeia e ao camarão-branco-legítimo, localmente conhecido como "camarão do rio", respetivamente. A savara foi utilizada para capturar lampreia-marinha, o sabogal foi utilizado para capturar sável e saboga, e a branqueira foi utilizada ocasionalmente para capturar o choco-vulgar. A palangre de fundo, a palangre de meia água e a cana de pesca e linhas de mão, foram artes utilizadas de forma mais residual, como se observa no gráfico a seguir. A ganchorra de caixa a reboque de embarcação, arte dirigida à amêijoa-japonesa, mas não prevista no Regulamento de Pesca, e por isso não incluída no gráfico a seguir, também foi amplamente utilizada.

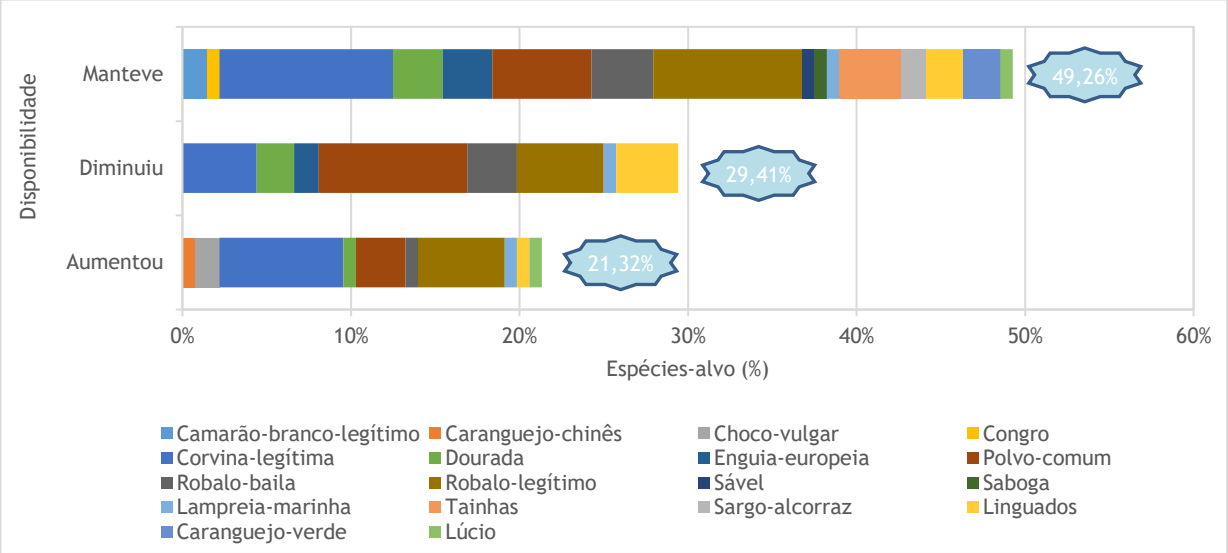




Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade a que lhes foi dirigida a pesca: a corvina-legítima (21,90%), o robalo-legítimo (18,98%) e o polvo-comum (17,52%) são destacadamente as espécies a que os marítimos mais dirigiram a pesca, seguindo-se o robalo-baila (7,30%), os linguados (6,57%), a dourada (5,84%), a enguia-europeia (4,38%) e as tainhas (3,65%). Às demais espécies-alvo, nomeadamente o caranguejo-verde, o salgo-alcorraz, o lúcio, a lampreia-marinha, a saboga (ou savelha), o sável, o congro, o choco-vulgar, o caranguejo-chinês e o camarão branco-legítimo, a pesca foi-lhes dirigida ocasionalmente, com uma intensidade abaixo dos 3%.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 49,26% dos inquiridos respondido que se manteve, 29,41% que diminuiu e 21,32% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram polvo-comum (8,82%), robalo-legítimo (5,15%), corvina-legítima (4,41%), linguados (3,68%), robalo-baila (2,94%), dourada (2,21%), enguia-europeia (1,47%) e lampreia-marinha (0,71%). Salientar que estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso da corvina-legítima, por exemplo, 10,29% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve, 7,35% respondeu que aumentou, e 4,41% que diminuiu. Salientar ainda que o ano de 2018 foi pouco positivo quanto aos totais desembarcados de polvo, mas foi muito favorável quanto ao valor de venda, ou seja, as menores quantidades desembarcadas traduziram-se na valorização da espécie. Nos anos seguintes voltaram a aumentar os desembarques desta espécie.



Questionados os marítimos vila-franquenses que governam as embarcações, sobre os motivos que os levou a dirigir a pesca a estas espécies, 85,71% indicaram terem licença e artes de pesca para essas espécies, 77,14% por serem espécies das épocas, e 68,57% pelo seu potencial económico, como se observa na tabela a seguir. Os pressupostos que norteiam a ação parecem estar todos encadeados, o que é possível pela diversidade biológica do estuário do rio Tejo. Os marítimos também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido que o fazia em lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também ao consumo dos próprios marítimos e dos seus familiares e amigos, e a amêijoa-japonesa, por a captura não ser autorizada, à exportação (Espanha).

PORQUE TEM PREFERÊNCIA POR ESTAS ESPÉCIES (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
I,II	0,00%	17,14%	0,00%	17,14%
I,II,III	22,86%	5,71%	11,43%	40,00%
I,III	5,71%	22,86%	0,00%	28,57%
II	2,86%	2,86%	0,00%	5,71%
II,III	0,00%	5,71%	0,00%	5,71%
III	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Porque as licenças e as artes de pesca que possui são para essas espécies; (ii) Pelo potencial económico para comércio; (iii) Porque são as espécies das épocas.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abróteas, cações, carapau, cavala, charroco, choupa, congro, goraz, lula-vulgar, pata-roxa-denisa (e outras pata-roxas), pescada-branca, raia-lenga (e outras raias), corvinata-real (ou peixe-rainha), ratão, ruivo, salema, salmonetes, sável, solha-legítima, e vários sargos, nomeadamente o sargo-legítimo e o sargo-safia. Registou-se ainda a captura acessória de alguns exemplares de siluro (*Silurus glanis*), também conhecido por peixe-gato europeu, uma espécie invasora de água doce, de grande dimensão, que os marítimos nalguns casos vendem localmente, noutros devolvem ao rio. Esta espécie foi sempre capturada com redes, antes do rio Tejo se espraiar no grande mar interior.

Os períodos de operação com as diferentes artes de pesca, que permitiram capturar as espécies-alvo e as espécies acessórias, constam do gráfico a seguir, descritivo da realidade deste concelho. De forma concisa, a savara, tresmalho de deriva, localmente conhecida como "lampreeira" ou "rede da lampreia", foi utilizada para captura da lampreia-marinha nos meses de janeiro a março, tendo sido mais intensa a sua utilização em janeiro e fevereiro. A malha interior (miúdo) permitida é de 80 mm, mas para capturar lampreias grandes, entre um e dois quilos, é necessário utilizar malha interior de 70 mm, que foi a efetivamente utilizada. Esta rede apenas serve para pescar esta espécie. O sabogal, outro tresmalho de deriva, foi utilizado para capturar o sável e a savelha (ou saboga) nos meses de março e abril. Esta rede também só serve para pescar estas espécies.

A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade de deriva, que se diz a "varrer", direcionada às douradas, foi utilizada por algumas embarcações de julho até setembro. Nas capturas acessórias observou-se o charroco e como captura ocasional observou-se os linguados legítimo e branco. Esta mesma classe de malhagem, na modalidade fundeada, foi utilizada por alguns marítimos entre setembro e dezembro, para capturar sargos, robalos e corvinas pequenas (rabetas). Como captura acessória, destaque para a pescada-branca, capturada entre julho e setembro, junto à foz do rio Sorraia, em pouca quantidade (quatro ou cinco pescadas por maré). Apenas referimos espécies predominantes porque, quer à deriva, quer fundeada, esta arte captura muitas outras espécies de peixe de escama, nomeadamente tainhas, raias, carpas, lúcios e salemas. Na classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, na modalidade fundeada (o Regulamento de pesca do Tejo impede esta classe de malhagem à deriva), localmente conhecida como "rede corvineira", esta arte começou a ser utilizada em março, quando a corvina grande começou a entrar no estuário para a desova, e deixou de ser utilizada em meados de julho, quando a medusa-do-Tejo, vulgarmente conhecida como alforreca, impediu a sua utilização (a força da água conjugada com o peso das alforrecas, partiam as redes), o que constituiu um defeso natural muito eficaz. Durante o período da pesca da corvina, se as redes não apresentarem danos, ficam caladas vários dias, nalguns casos durante toda a safra da corvina (para os marítimos não perderem "o lugar", de que julgam terem posse), mas são "corridas" todos os dias para retirar o pescado. Correr as redes significa alá-las para retirar o pescado, e de seguida voltar a fundeá-las no mesmo lugar, ou próximo.

A branqueira, um tresmalho de fundo, foi utilizada por apenas uma embarcação para capturar choco-vulgar, em março e abril. Esta arte é hoje pouco ou nada relevante no contexto da pesca realizada pelos avieiros, mas durante vários anos foi utilizada para capturar tainha que era vendida em grandes quantidades para as fábricas de farinha de peixe, para fazer farinha. Quando essas fábricas cessaram a produção acabaram os compradores para a tainha, e iniciou o declínio da arte, tanto mais que as suas características não permitiam a sua utilização em outras pescarias. É que para capturar tainha, as redes eram caladas uma hora antes do praia-mar, ou uma hora antes da baixa-mar, e eram recolhidas meia hora depois da praia-mar ou do baixa-mar, conforme o caso. Como não era necessário muito tempo para que as redes fundeadas "carregassem" de tainha, eram entralhadas com cabos (superior e inferior) de 40 ou 50 mm, portanto, muito frágeis. Caso ficassem caladas mais tempo, as redes rebentavam com a força da água e com o peso do peixe, que geralmente era muito. Importa salientar que as restantes comunidades piscatórias que operam no estuário do rio Tejo utilizam esta arte para capturar choco-vulgar, mas entralham as redes com cabos mais grossos, entre 70 e 80 mm, para aguentar a força do choco e da água. Os avieiros nunca sentiram necessidade de modificar as antigas branqueiras, para as direcionar ao choco, porque se habituaram a capturar o choco com o arrasto de vara, tal como os linguados e os robalos, uma arte muito utilizada nestas comunidades.

O palangre de fundo com amostras, dirigido às corvinas pequenas, a que chamam rabetas, e aos robalos (legítimo e baila), começou a ser utilizado em meados de julho, quando a alforreca condicionou a utilização de redes, e foi até ao final do ano. Os aparelhos ficavam calados durante uma semana, mas eram corridos todos os dias para retirar o peixe. No mesmo período utilizaram o palangre de fundo iscado com polvo ou lula (ou pota), para capturar corvina grande (anzol n.º 7), e o palangre de fundo iscado com caranguejo-verde ou com casulo, para capturar enguia (n.º 10 e 11). Estes aparelhos têm

de ser iscados, largados e colhidos todos os dias. O caranguejo-verde é capturado com a arte do arrasto de vara, e fica guardado em sacos de rede dentro da água até estar bom para ser utilizado como isco. Com pormenor, quando está na muda de casca, este caranguejo fica carnudo, ovado, e é nessa altura que é bom para utilizar como isco para a pesca dos anzóis.

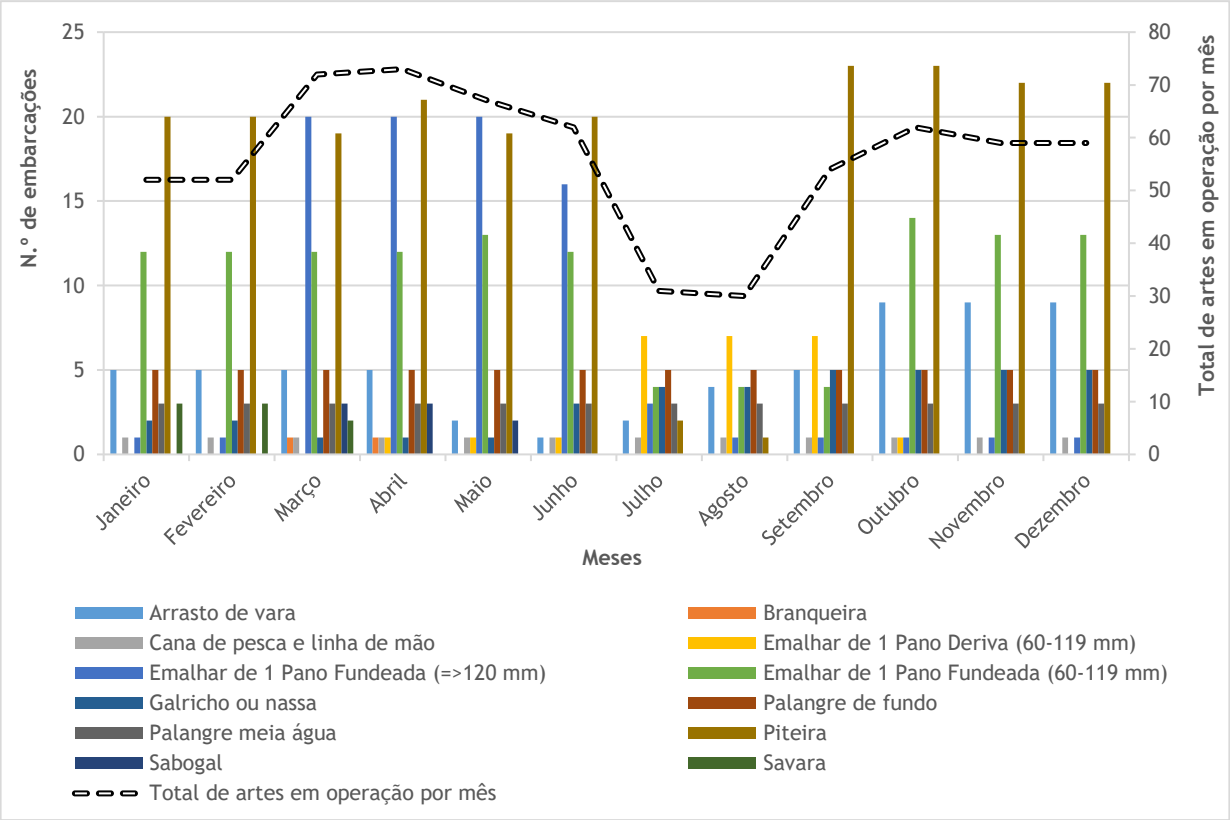
O arrasto de vara foi utilizado todo o ano, excetuando os meses de maio e julho, e foi dirigido ao camarão, ao choco-vulgar, ao caranguejo-verde e ao caranguejo-chinês. Três embarcações da comunidade da Póvoa de Santa Iria dedicaram-se à captura do choco com esta arte nos esteiros do concelho da Moita, e deixaram as embarcações amarradas ao cais das Canoas, no Sítio do Gaio, onde pernoitaram, recordando a velha tradição avieira. Para além dos marítimos que utilizam esta arte com regularidade, dirigida a essas espécies, outros também a utilizam como último recurso, quando as demais não dão rentabilidade. Importa notar que esta arte começou por ser muito utilizada na década de 1980, mas nessa altura as embarcações eram do tipo pequenas traineiras, mais adaptadas a esta arte, e estavam equipadas com motor interior a gasóleo, e atualmente as embarcações são mais pequenas e têm casco em fibra de vidro, são menos adequadas para essa arte, e estão equipadas com motor fora de borda a gasolina, o que torna muito dispendiosa a operação com o arrasto de vara.

As nassas e os galrichos, para capturar enguias e camarão, foram utilizadas todo o ano, basicamente sempre que os marítimos pressentiam que existia peixe para apanhar. As nassas foram iscadas com caracol, essencialmente no verão, quando houve a expectativa de apanhar enguias, e foram iscadas com peixe diverso, como tainha, cavala e barbos, quando houve expectativa de capturar camarão do rio. Apesar da isca ser dirigida para uma espécie-alvo, a artes podem capturar outras espécies acessórias, o que normalmente aconteceu. Esta forma de operar ocorreu junto à margem Norte do rio Tejo, porque quando vão operar para os ostrais de Alcochete adotam outra técnica: largam as nassas no rio Tejo em frente a Alhandra para capturar camarão, retiram-nas da água dois ou três dias depois, e o camarão que entrou dentro delas nesse tempo também serve de isco para capturar enguias nos ostrais de Alcochete. Ou seja, as nassas iscam-se sozinhas, e após iscadas são levadas para os ostrais para capturar enguias. Esta estratégia é utilizada por falta de outro isco para capturar enguias. Em resumo, as nassas são sempre iscadas para a enguia e para o camarão, apenas quando é para apanhar camarão para pescar às enguias, o que geralmente acontece no inverno, é que as nassas são largadas sem serem iscadas. Como alternativa, alguns marítimos utilizam o "chalrão", apetrecho que tem um saco de malha inferior a um centímetro, para capturar camarinha nas salinas desativadas para iscar as nassas (ou armadilhas de abrigo) para a pesca da enguia-europeia.

Por fim, a pesca com piteira dirigida ao polvo-comum ocorreu durante todo o ano, com exceção dos meses de julho e agosto, período de defeso da espécie, maioritariamente da Ponte 25 de Abril até à Marina de Oeiras. As piteiras foram iscadas com tainhas, geralmente a fataça, também com carapau, cavala, safio, bogas e outras espécies mais económicas, e cada marítimo operou com duas piteiras, com exceção dos menos experientes, que apenas operaram com uma. Como as embarcações avieiras geralmente são tripuladas por um casal, marido e mulher, o mais comum foi operarem com quatro piteiras por maré.

Na pesca com piteira, os principais intervenientes são os marítimos avieiros de maior idade, que já não conseguem operar com redes, pelo esforço que a atividade exige. No entanto, quando o peixe escasseia nas zonas de pesca mais a montante do estuário, os marítimos mais jovens juntam-se aos de maior idade na foz, na pesca com piteira ao polvo. Por esse motivo, o polvo foi a segunda espécie que mais rendeu recursos a estas comunidades piscatórias, como se observa na tabela a seguir. Os marítimos que foram operar com piteira para a foz, durante as boas marés do polvo, sensivelmente quinze dias por mês, desembarcaram algum polvo no Posto de Vendagem da Trafaria, deixaram as embarcações amarradas na doca de Alcântara e na doca de Pedrouços, e, contrariamente aos tempos passados, em que pernoitavam nas embarcações, regressaram diariamente às suas comunidades piscatórias de origem, em viaturas particulares. Significa que apesar de a arte da piteira aparecer no gráfico seguinte como utilizada todos os meses, ela apenas é utilizada durante meio mês, ainda que de forma regular ao longo de todos os meses, com exceção dos dois meses de defeso. A título de curiosidade, os marítimos avieiros designam as marés grandes de "marés de *lançamento*, e as marés pequenas, que são as boas para o polvo, de "marés de *cubramento*".

O maior número de artes de pesca esteve ativo entre março e junho, cerca de 70 artes por mês, período que corresponde à azafama da pescaria da corvina-legítima, como se observa no gráfico a seguir. Em julho e agosto, meses de paragem forçada devido ao defeso do polvo, esse número reduziu substancialmente, passou para cerca de 30 artes por mês, o que é suficientemente claro da dependência dos avieiros da pesca da corvina-legítima e do polvo-comum. Pode considerar-se o "pescado da época", por analogia ao termo "fruta da época", utilizado na produção agrícola.



As embarcações vilafranquenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, metade das quais também habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos, durante o ano de 2018 desembarcaram 122.642,60 Kg de pescado que foram comercializados por 771.845,51€. Destes, apenas 114.962,60 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, tendo sido comercializados por 769.925,51€, o que corresponde ao preço médio de 6,70€/Kg, como se observa na tabela a seguir. Importa salientar que estes dados, que foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., são referentes a toda a frota habilitada com licença de pesca, em 2018, com pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, e não apenas à parte da frota cujos arrais foram inquiridos, como está explicado na metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese).

A corvina-legítima foi a espécie mais desembarcada, num total de 73.416 Kg, comercializados por 406.730,68€, o que corresponde ao valor médio de 5,54€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi o polvo-vulgar, capturado na zona da foz do rio Tejo com piteira, num total de 18.885,10 Kg, comercializados por 166.047,19€, e a terceira espécie mais desembarcada foi o robalo-legítimo, num total de 10.183,60 Kg, comercializados por 143.913,77€. O desembarque de 3.296 Kg de tainhas, comercializadas por 5.776,51€, merece igualmente destaque, porque significa que a espécie começa a ter mercado, ainda que seja pouco valorizada. O mesmo acontece com o lúcio, espécie que tem vindo a aumentar a disponibilidade, da qual foram desembarcados 1.841,50 Kg, comercializados por 8.401,93€, o que corresponde o preço médio de 4,33€/Kg.

Estes dados representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local vilafranquenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não contemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo, nem contemplam as espécies capturadas em água doce, a montante da Ponte Marechal Carmona.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abróteas	2,00	9,80 €	4,90 €
Cações	17,20	80,84 €	4,70 €
Caranguejo-verde	44,90	16,86 €	0,38 €
Carapau	13,50	37,95 €	2,81 €
Cavala	20,00	10,85 €	0,54 €
Charroco	773,80	595,35 €	0,77 €
Choco-vulgar	1 075,40	7 058,02 €	6,56 €
Choupa	8,10	27,03 €	3,34 €
Congro	716,50	2 387,94 €	3,33 €
Corvina-legitima	73 416,00	406 730,68 €	5,54 €
Corvinata-real	73,10	122,81 €	1,68 €
Dourada	565,40	8 855,58 €	15,66 €
Enguias	103,50	1 486,93 €	14,37 €
Goraz	6,30	129,15 €	20,50 €
Lampreia-do-mar	16,90	200,85 €	11,88 €
Linguado-da-areia	3,80	38,66 €	10,17 €
Linguado-legítimo	116,50	1 501,21 €	12,89 €
Linguados	335,40	4 653,10 €	13,87 €
Lúcio	1 941,50	8 401,93 €	4,33 €
Lula-vulgar	5,00	46,25 €	9,25 €
Pata-roxa-denisa	0,90	1,66 €	1,84 €
Pata-roxa	4,00	3,76 €	0,94 €
Pescada-branca	4,20	11,90 €	2,83 €
Polvo-vulgar	18 885,10	166 047,19 €	8,79 €
Raia-lenga	62,00	233,78 €	3,77 €
Raias	5,50	21,15 €	3,85 €
Ratão	21,00	14,70 €	0,70 €
Robalo-baila	1 994,60	9 094,23 €	4,56 €
Robalo-legitimo	10 183,60	143 913,77 €	14,13 €
Robalos	7,80	63,70 €	8,17 €
Ruivo	3,40	1,54 €	0,45 €
Salema	38,20	49,83 €	1,30 €
Salmonetes	3,50	66,90 €	19,11 €
Sargo-alcorraz	41,60	65,92 €	1,58 €
Sargo-legítimo	67,70	581,76 €	8,59 €
Sargo-safia	0,80	2,00 €	2,50 €
Sável	94,60	155,81 €	1,65 €
Solha-legítima	10,00	32,46 €	3,25 €
Tainha-liça	983,30	1 395,15 €	1,42 €
Tainhas	3 296,00	5 776,51 €	1,75 €
Somatório	**114 962,60**	**769 925,51**	**6,70 €**

TABELA 3 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Vila Franca de Xira no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Uma parte substancial do valor auferido pelos marítimos com a venda do pescado foi utilizada para suportar os custos de operação, que no ano de 2018 ascenderam a 383.543,00 €, como se observa na tabela a seguir. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos. A operação das embarcações teve um custo de combustível de 192.270,00 €, que representa mais de metade da totalidade dos encargos e é o custo operacional que mais onera a atividade. Com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas foram gastos 38.240,00€, e com a deslocação do pescado para venda em lota foram gastos 32.708,00€, este último

representando um impacto económico significativo que estrangulou o desempenho da atividade e que podia ser atenuado.

No oposto, o investimento na aquisição ou recuperação de materiais destinados ao processo produtivo foi muito baixo, apenas 63.550,00€ na aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material acessório, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis; 31.450,00€ na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, nomeadamente na reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo reparação do(s) motor(es), e 8.875,00€ na aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como aventais, calças de oleado com peitilho, luvas, fatos de oleado, botas de água de meia cana, etc. Investir significa aplicar capital na expectativa de obter um benefício futuro, e o oposto limita o crescimento da atividade formal, que é o que se verifica neste concelho. Por fim, importa referir que o valor dos encargos neste concelho é seguramente superior, uma vez que não inquirimos uma parte significativa da frota, e, como tal, o rácio valor/vendas é menor.

Custos operacionais da atividade piscatória vila-franquense, por áreas	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	63 550,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	32 708,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	8 875,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	31 450,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	38 240,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	192 270,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	16 450,00 €
Somatório	383 543,00 €

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível (gasolina), e isso está relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo e das marés, e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam (Alhandra, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira), como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Os pesqueiros para operação com armadilhas de gaiola (galrichos e nassas), com canas de pesca e linhas de mão, e com redes de enredar de três panos na modalidade de deriva (sabogal e savara), são os mais próximos, muitos deles localizam-se no rio Tejo ainda antes de se espraiar no Mar da Palha, e, portanto, são aquelas cuja exploração requer menos gastos. Seguem-se os pesqueiros onde operam com redes de emalhar de um pano, de ambas as classes de malhagem (de 60 a 119 mm, e acima de 120 mm) e em ambas as modalidades (fundeadas e à deriva), os pesqueiros onde operam com o arrasto de vara, e os pesqueiros onde operam com o palangre de meia água e de profundidade. Por fim, estão os pesqueiros onde operam com a rede branqueira, muitos deles localizados nos canais que confluem no estuário, em especial o canal da Moita onde chegam a pernoitar na zona do Gaio, dentro das embarcações, e os pesqueiros onde operam com a piteira, que se localizam a jusante da Ponte 25 de Abril, e residualmente a jusante do Bugio.

No caso da piteira fazem a viagem de ida e de volta a partir do local onde normalmente fundeiam, uma vez a cada quinze dias, conforme as boas marés do polvo, e as embarcações ficam amarradas na doca de Pedrouços ou na doca de Alcântara. Durante esse período deslocam-se em viatura particular entre a comunidade piscatória e a foz do rio Tejo, o que se torna mais rápido, e menos dispendioso. Os marítimos da comunidade de Vila Franca de Xira, na deslocação de ida e volta à foz, para operarem com piteira, no mínimo demoram entre 110 e 130 minutos, e no máximo demoram entre 150 e 180 minutos. Já os marítimos da Póvoa de Santa Iria, para a mesma deslocação, no mínimo demoram entre 90 e 150 minutos, e no máximo demoram entre 120 e 190 minutos, como se observa na tabela a seguir.

Estas dados evidenciam a grande difusão das embarcações de pesca local no estuário do rio Tejo, com as embarcações de Vila Franca de Xira a visitar regularmente o Bugio, e a operação com redes, arrasto de vara e aparelhos de anzol no Mar da Palha, até ao limite da Ponte 25 de Abril, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	Tempo mínimo (min.)			Tempo máximo (min.)		
	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
Alhandra	**5,00**	**36,20**	**110,00**	**20,00**	**68,20**	**140,00**
Arrasto de vara	20,00	32,50	40,00	60,00	62,50	70,00
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	23,33	30,00	50,00	63,33	70,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	20,00	29,09	40,00	50,00	66,36	90,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	5,00	18,18	30,00	20,00	44,44	80,00
Galricho ou nassa	10,00	17,50	30,00	30,00	40,00	50,00
Piteira	80,00	100,00	110,00	110,00	130,00	140,00
Palangre de fundo	30,00	30,00	30,00	80,00	80,00	80,00
Sabogal	5,00	22,07	30,00	20,00	40,00	50,00
Savara	5,00	17,50	30,00	20,00	35,00	50,00
Póvoa de Santa Iria	**5,00**	**44,39**	**150,00**	**20,00**	**77,57**	**190,00**
Arrasto de vara	5,00	28,13	90,00	20,00	57,28	120,00
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	34,00	40,00	50,00	70,00	80,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	10,00	26,50	40,00	40,00	68,50	90,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	23,57	40,00	40,00	63,57	80,00
Galricho ou nassa	10,00	17,50	25,00	50,00	55,00	60,00
Piteira	90,00	116,23	150,00	120,00	146,25	190,00
Branqueira	30,00	30,00	30,00	110,00	110,00	110,00
Cana de pesca e linha de mão	25,00	25,00	25,00	50,00	50,00	50,00
Palangre meia água	30,00	37,14	40,00	60,00	68,57	90,00
Palangre de fundo	10,00	32,22	50,00	40,00	61,11	90,00
Vila Franca de Xira	**10,00**	**57,33**	**130,00**	**30,00**	**91,33**	**180,00**
Arrasto de vara	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	40,00	50,00	60,00	80,00	80,00	80,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	32,50	40,00	40,00	70,00	80,00
Galricho ou nassa	10,00	25,00	40,00	30,00	55,00	80,00
Piteira	110,00	122,50	130,00	150,00	157,50	180,00
Sabogal	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Savara	10,00	10,00	10,00	30,00	30,00	30,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para

permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). Para as embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações vilafranquenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 2826 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 5760 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é mais do que o dobro do número de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
60 (6 dias * 6 meses)	276 (23 dias * 12 meses)	164,57 (13,86 dias/mês)	5760	8	167	58,88	2826

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Ainda existem as situações dos proprietários de mais do que uma embarcação de pesca local, que realizam rol coletivo, mas apenas operam com uma delas em cada maré, pelo que, no dia em que fazem vendas numa, não as fazem em outra maré, situação que os lesa no acesso a apoios para substituição de motores, e que devia ser corrigida, atribuindo, apenas para esse efeito, e se necessário, os mesmos dias de venda às embarcações de pesca local do mesmo proprietário.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão

de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhe reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. As três comunidades avieiras estão muito afastadas dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, a lota da Costa da Caparica, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, com o afastamento do local de captura em relação ao local desembarque, e com os problemas de assoreamento no acesso ao porto de abrigo, inviabilizam o transporte. Apenas os marítimos que operam ao polvo com a arte da piteira, na zona da foz, têm facilidade de entregar o pescado, por mar, na Trafaria. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (e mesmo assim ainda têm de pagar portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para a Costa da Caparica e para a Trafaria. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adotar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que todas as embarcações operaram durante os doze meses em todas as comunidades piscatórias de Vila Franca de Xira, com exceção da Póvoa de Santa Iria, onde 2,86% das embarcações operaram apenas seis meses, no período da corvina, como se observa na tabela a seguir. Trata-se de embarcações cujos proprietários exercem outras atividades, e apenas operaram na pesca no momento das pescarias mais rentáveis, nova vertente da pesca no estuário do rio Tejo.

N.º DE MESES EM QUE AS EMBARCAÇÕES ESTIVERAM EM ATIVIDADE DURANTE O ANO DE 2018? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
6 MESES	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
12 MESES	34,29%	51,43%	11,43%	97,14%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Também inquirimos os marítimos que governam as embarcações sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de faina, para percebermos se o cada vez menor número de inscritos marítimos que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos e sem os devidos cuidados

ergonómicos, o que, a acontecer, pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho de Vila Franca de Xira dedicam em média 10h31m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no mínimo trabalham 2 horas por dia e máximo 15 horas, como se observa na tabela a seguir. O valor mais baixo, de apenas duas horas, regista-se na comunidade piscatória de Alhandra, o valor mais alto, de quinze horas, regista-se na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, sendo também nesta comunidade onde se observa o mais alto valor médio de horas de trabalho por dia, um total de 10h53m, o que é significativo para uma atividade que requer grande exigência física

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE ALHANDRA	2	9,17	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE PÓVOA DE SANTA IRIA	5	10,53	15
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE VILA FRANCA DE XIRA	8	9,25	10
TOTAL GERAL - CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA	2	10,31	15

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, 94,29% responderam mau tempo, 74,29% quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 45,71% nas situações de doença, 8,57% quando "sentem" que não há peixe, e 5,71% quando têm as embarcações a reparar, como se observa na tabela a seguir. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Vila Franca de Xira encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

Salientar que quando acontece avariar o motor, os tripulantes podem optar por ficar a fazer trabalhos de terra, ou gozar férias, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Não existe, portanto, contradição. O que estes dados nos dizem, é que apenas 5,71% dos marítimos param a atividade quando o motor avaria, todos os demais continuam a operar em outras embarcações, o que é um sinal positivo de coesão e solidariedade, valores cada vez mais raros entre os marítimos.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
I	2,86%	5,71%	0,00%	8,57%
I,II	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%
I,II,III	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
I,III	5,71%	25,71%	2,86%	34,29%
I,III,IV	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
I,III,V	14,29%	11,43%	2,86%	28,57%
I,IV,V	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
I,V	5,71%	2,86%	2,86%	11,43%
III	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
II,III,V	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Embarcação a reparar; (iii) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (iv) Falta de peixe; (v) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos de Vila Franca de Xira sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 91,43% respondido não, como se observa na tabela seguinte.

Na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, a maior deste concelho, os marítimos por unanimidade responderam não, tendo referido que não observaram qualquer alteração para além daquelas que já são normais, e que descrevem desta forma: "*umas vezes algumas espécies adiantam, outras atrasam, como também é normal na corvina, mas sempre foi assim*". Na comunidade piscatória de Alhandra foram feitas referências a algumas espécies que estavam a entrar mais cedo no estuário, e a outras que estavam a atrasar, como as corvinas, que, segundo disseram, "*em alguns anos atrasam um mês*". Na comunidade de Vila Franca de Xira, um arrais indicou que todo o peixe migrador está a entrar mais tarde, nomeadamente o sável, a savelha (ou saboga), e a corvina. Os marítimos aproveitaram para referir o linguado, que capturam com arrasto de vara, porque, apesar de não ser uma espécie migradora, é importante para a sua sustentabilidade económica, e tem vindo a atrasar o período de maior abundância.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NÃO	28,57%	54,29%	8,57%	91,43%
SIM	5,71%	0,00%	2,86%	8,57%
TOTAL	34,29%	54,29%	11,43%	100,00%

Importa salientar que estas espécies são capturadas mais cedo nas comunidades da foz, e mais tarde nestas comunidades, porque se localizam no extremo norte do estuário, e o peixe demora mais tempo a lá chegar.

I.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

Ao nível associativo, existem hoje no concelho de Vila Franca de Xira duas associações de pesca, a Associação Cultural dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria (ACAPSI) na Póvoa de Santa Iria e a Rios e Marés - Associação dos Pescadores, em Alhandra, e um rancho, conhecido localmente pela designação de Rancho Típico Avieiros de Vila Franca de Xira.

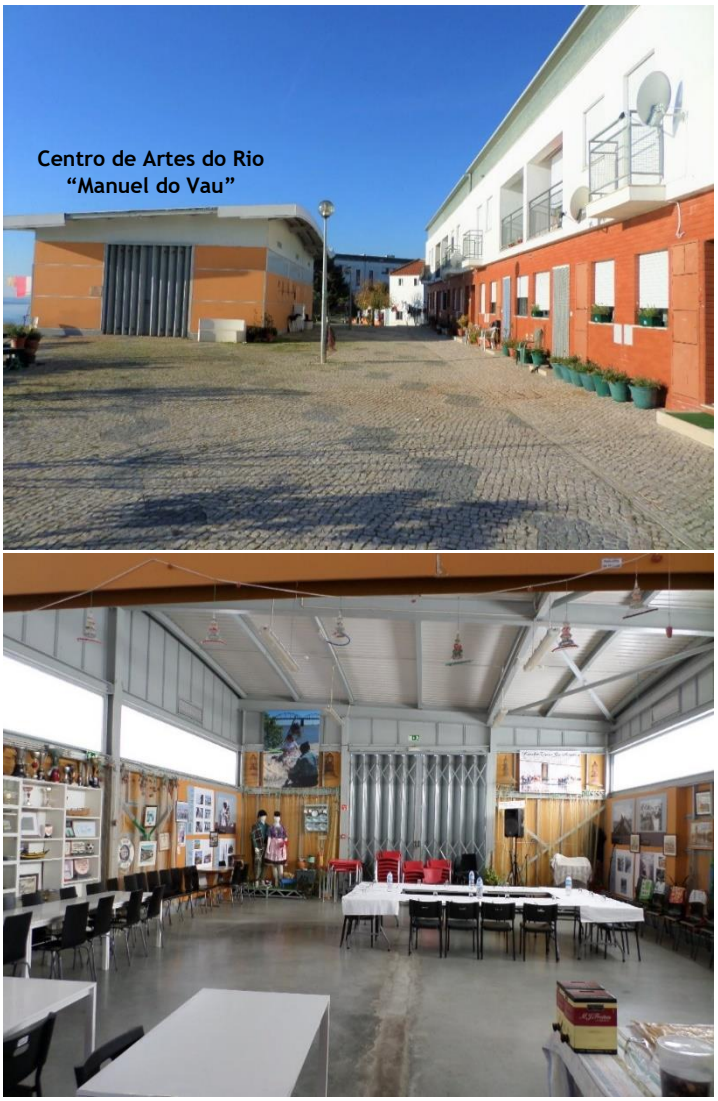


FIGURA 71 | Vista exterior e interior do Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", sede do "Rancho Típico Avieiros de Vila Franca de Xira", em 9.01.2019.

O Rancho Típico Avieiros de Vila Franca de Xira tem uma página de facebook[24], onde teve uma presença ativa até 19/09/2016, o que coincide com o falecimento de Manuel do Vau, um grande mestre de pesca desta comunidade piscatória (a sua última publicação foi, aliás, o sentido anúncio da sua perda), e aparece no Portal do Associativismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira como ativo e com sede no Esteiro do Nogueira, 2600-020 Vila Franca de Xira.[25] Ao que pudemos apurar, este grupo tem sede no Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", propriedade da edilidade, inaugurado em 05/06/2010, por Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e por José Fidalgo, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira.

Assume-se como um grupo de dança e de dançarinos, e a sua principal missão parece ser mostrar a cultura e as origens dos avieiros e dos varinos. Desconhece-se se terá atualmente participação em qualquer evento público, e julga-se que nunca tenha sido formalmente constituído com esta designação, uma vez que consultados os Atos Societários apenas se encontra o "Rancho de Varinos de Vila Franca de Xira", NIPC: 504549251, com sede na Rua Manuel Afonso de Carvalho, n.º 19, R/chão, freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, dirigido por Ana Maria Moreira Serra (Presidente), Helena Maria Simões de Matos Pinto (Tesoureira) e Maria Clara Simões de Matos Silva (Secretária), que foi dissolvido em 04/11/2016. A dissolução do Rancho de Varinos resultou do deliberado na assembleia geral da Associação, na qual participaram três quartos dos associados, e exarado na ata número vinte. Quando procederam à dissolução da Associação, os referidos elementos da Direção declararam que essa não tinha qualquer dívida a liquidar, incluindo dívidas fiscais, e que as respetivas contas se encontravam encerradas, inexistindo também qualquer ativo. O grupo existe de forma informal, do qual fazem parte muitos pescadores e pescadoras de Vila Franca de Xira, mas não foi possível apurar o número de associados, por falta de colaboração dos mesmos. No que releva para este trabalho verifica-se uma total ausência de vocação ou capacidade de lidar com a burocracia legal ou administrativa da atividade pesqueira.

A Rios e Marés - Associação dos Pescadores de Alhandra, NIPC: 513191720, foi constituída por Patrícia Vanessa Guerra Padinha e Emília Maria Lourenço Guerra Padinha, em 23/07/2014, sem fins lucrativos, visando divulgar a pesca artesanal através da criação de um museu e promover convívios

[24] https://www.facebook.com/ranchosavieirosvilafrancaxira/ (consultado em 20.11.2019).
[25] https://associativismo.cm-vfxira.pt/index.php/rancho-tipico-avieiros-de-vila-franca-de-xira (consultado em 29.11.2019).

entre as comunidades piscatórias da região. A Associação dispõe de um espaço cedido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que é a sede, onde funciona um café/restaurante, cujos únicos funcionários não remunerados são os próprios elementos dos órgãos sociais, pescadores e seus familiares. As festas e os convívios são custeados com o dinheiro amealhado na atividade de café/restaurante, nomeadamente as festas em honra de São João Baptista, que contemplam um programa com atividades em vários dias, ou a festa anual da Nossa Senhora dos Avieiros, em que é oferecido o almoço, de forma gratuita, a todos os que queiram comparecer, ainda que os visitantes possam dar uma ajuda, a qual é aceite. É também desse dinheiro amealhado pelos elementos dos órgãos sociais no serviço de café e restaurante que são pagas as obras de manutenção do edifício, uma vez que são poucos os sócios, e são ainda menos os sócios que pagam as quotas. Esta Associação tem uma página no facebook onde mantém uma presença ativa[26], publicita periodicamente ementas, informa alterações de horário e publica imagens e filmes das festas que patrocina, nomeadamente da festa anual da Nossa Senhora dos Avieiros, e aparece no Portal do Associativismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira como ativa e com sede no Rua dos Avieiros, 2600-533 Alhandra.[27] Nota-se uma envolvência dos pescadores e dos seus familiares na manutenção desta dinâmica, mas existe pouca envolvência dos mais novos, o que é um poderoso obstáculo à continuação. Segundo nos foi informado, em 2018 tinha cerca de 40 sócios, cerca de metade são marítimos locais, e os demais cidadãos de fora da vila. É um bom exemplo de associativismo, iminentemente de matriz cultural e gastronómica, mas sem qualquer vocação ou capacidade para lidar com a burocracia legal ou administrativa da atividade pesqueira.

A Associação Cultural Avieiros da Póvoa de Santa Iria (ACAPSI), NIPC: 510200591, foi constituída em 19/03/2012, por Alfredo Murtinheira Guerra, Joaquim Augusto Fernandes da Silva, Vítor Manuel Pedrosa dos Santos, António José Fernandes da Silva e Henrique Fernandes Medley Gomes Rosa, com sede na Avenida Isidoro da Assunção Antunes, s/n, 2625-113 Póvoa de Santa Iria, tendo como objeto fins culturais, de diversão e recreio. Localiza-se junto à Casa Avieira, e aos espaços de arrumos de artes de pesca, tem um espaço físico próprio onde realiza as suas atividades e dispõe de um espaço de café que serve refeições ligeiras. São os Órgãos Sociais da Associação, a Assembleia-geral, a Direção e o Conselho Fiscal que em 2019 estavam assim constituídos: a Assembleia Geral formada por António Silva, Presidente, Luís Silva, Vice-Presidente, e Ana Pedrosa, Vogal; a Direção formada por Fernando Barrinho, Presidente, Nélson Pinto, Vice-Presidente, Sandra Silva, Tesoureira, Francisco Santos, Secretário, e por seis vogais, Alfredo Fernandes, João Moreira, Vítor Ventura, Rúben Ventura, Ana Paula Silva e Alfredo Guerra; o Conselho Fiscal formado por Cláudio Letra, Presidente, José Simãozinho, Vice-Presidente, e António Sequeira, Vogal. Esta Associação aparece no Portal do Associativismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira como ativa e com sede no Rua dos Avieiros, 2600-533 Alhandra [28], e tem uma página no facebook onde mantém uma presença muito ativa[29], é mesmo a mais ativa no conjunto das Associações Vilafranquenses ligadas à pesca profissional, onde publicita fotografias e textos sobre as atividades que realiza regularmente, como patuscadas, festas com música ao vivo, noites de fado e bailes, e sobre atividades que realiza esporadicamente, como a bênção dos barcos, magusto, montar a árvore de Natal, participar na festa da Nossa Senhora dos Avieiros, entre outras, e divulga informação do interesse dos associados e outra sobre a ação quotidiana da Associação, por exemplo, a realização de obras pelos próprios associados, de forma gratuita e desinteressada, para a manutenção das instalações da Associação. Esta Associação tem uma grande ligação à comunidade local, e às outras Associações locais, existe uma boa reciprocidade, e é também um bom exemplo de associativismo, aliás, é a única Associação constituída por pescadores profissionais na área do estuário do Tejo em que os sócios se organizam e cedem o seu tempo e alguns recursos para cuidar eles próprios das instalações (a Associação de Pescadores do Barreiro, que é recente, tem seguido o mesmo caminho). Segundo nos foi informado, no início de 2019 tinha cerca de 260 sócios, onde se inclui a grande maioria dos pescadores profissionais da comunidade, o que demonstra um associativismo saudável. Atua exclusivamente na divulgação, preservação e defesa da cultura avieira, para fins de diversão e recreio, e não tem qualquer vocação ou capacidade para lidar com a burocracia legal ou administrativa da atividade pesqueira.

Inquiridos os arrais destas comunidades acerca da participação nestas Associações, ou em outras, e obteve-se que em 28,57% dos casos não estão inscritos nestas ou em outras organizações de tipo associativo, e os demais 71,43% estão inscritos na ACAPSI (45,71%), na RIOS e MARÉS (17,14%) e no

[26] https://www.facebook.com/associacao.pescadoresdealhandra (consultado em 20.11.2019).

[27] https://associativismo.cm-vfxira.pt/index.php/rios-e-mares-associacao-dos-pescadores-de-alhandra (consultado em 20.11.2019).

[28] https://associativismo.cm-vfxira.pt/index.php/acapsi-associacao-cultural-avieiros-da-povoa-de-santa-iria (consultado em 20.11.2019).

[29] https://www.facebook.com/Acapsi.avieiros/ (consultado em 20.11.2019).

Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins (8,57%), com sede em Lisboa, como se observa na tabela a seguir.

ESTA INSCRITO NUMA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES? SE SIM, QUAL? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NÃO	14,29%	2,86%	11,43%	28,57%
SIM - RIOS E MARÉS - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE ALHANDRA	17,14%	0,00%	0,00%	17,14%
SIM - ACAPSI - ASSOCIAÇÃO CULTURAL AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA	0,00%	45,71%	0,00%	45,71%
SIM - SINDICATO LIVRE DOS PESCADORES E PROFISSÕES AFINS (LISBOA)	2,86%	5,71%	0,00%	8,57%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Considerando que estes movimentos associativos, com exceção do Sindicato dos Pescadores, apenas têm objetivos e interesses culturais/musicais e festivos/gastronómicos, é de prever a sua ineficácia para a resolução de questões práticas e objetivas do quotidiano piscatório, bem como a sua falta de preparação e vocação para representação e defesa dos interesses comuns dos associados junto dos vários organismos que regulam, fiscalizam e sancionam a atividade piscatória.

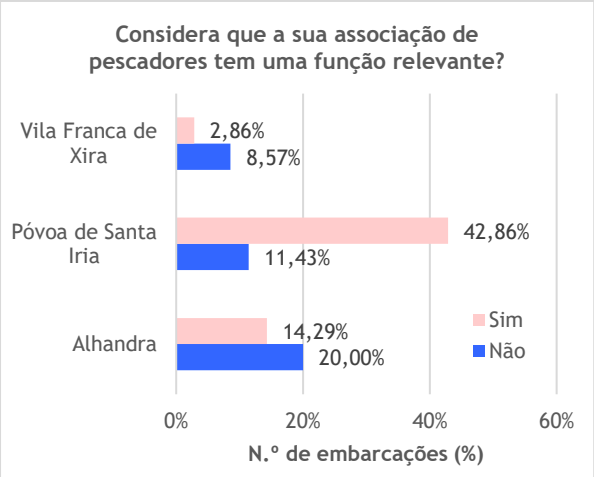
Questionámos os arrais para aferir da pertinência destas organizações associativas, e as respostas confirmam o prognóstico. Apenas 60% considera que estas associações têm uma função relevante, os demais 40% consideram que não têm qualquer utilidade, e isto em relação à preservação e valorização da identidade cultural nas suas múltiplas manifestações, porque apenas no referente à gestão e organização da pesca profissional, a totalidade dos marítimos, muitos dos quais membros das próprias associações, onde assumem funções de direção, revelam que a incapacidade e o desconhecimento são absolutos. É na Póvoa de Santa Iria, onde a maior parte dos marítimos são associados da ACAPSI, que as opiniões são mais positivas, como se observa no gráfico seguinte, o que se justifica pelo reconhecimento dos pescadores locais, ao trabalho que tem sido realizado pelo Presidente da Direção, Fernando Barrinho, agente da autoridade de profissão, desde que foi indigitado para o cargo.

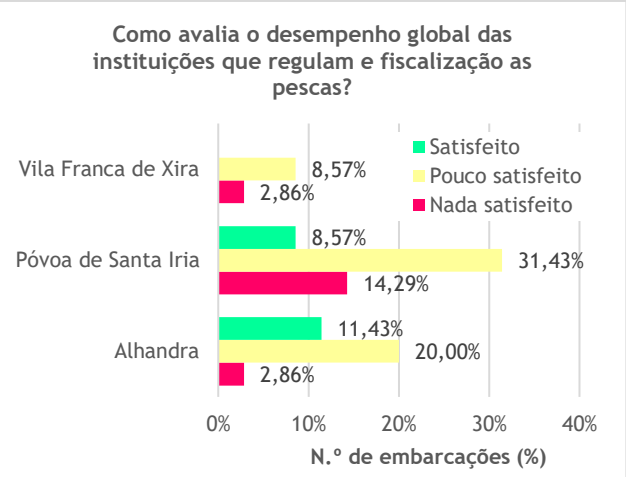
Conclui-se que a maior parte dos arrais das três comunidades piscatórias do concelho de Vila Franca de Xira são sócios das Associações locais que visam, pura e exclusivamente, a promoção, divulgação e preservação da cultura avieira, enquanto puxam pela cultura gastronómica especializada valorizando e servindo pratos confecionados com espécies capturadas no rio Tejo. Não mostram ter qualquer vocação ou capacidade para lidar com a burocracia legal ou administrativa imposta pelos organismos do Estado que regulam, fiscalizam e sancionam a atividade pesqueira, algo que é fundamental no quotidiano da pesca (por exemplo, o auxílio aos pescadores na resolução de assuntos na DGRM – Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, ou junto da Polícia Marítima), nem têm uma visão de futuro para o setor da pesca nem uma estratégia definida para a pesca local realizada nas águas interiores não marítimas do rio Tejo e nas águas oceânicas. Ao não promoverem o debate sobre o setor pesqueiro nem sobre um vasto conjunto de temas, como as condições de trabalho, segurança, boas práticas para o setor (como o destino dos óleos dos motores das embarcações) e a valorização da produção e infraestruturas, não colocam a gestão da pesca num lugar de relevo, o que fazem exclusivamente com a cultura e história. Ao não terem competências sobre a gestão da pesca, deixam os marítimos, inclusive os que fazem parte dos seus órgãos sociais, absolutamente à sua sorte.

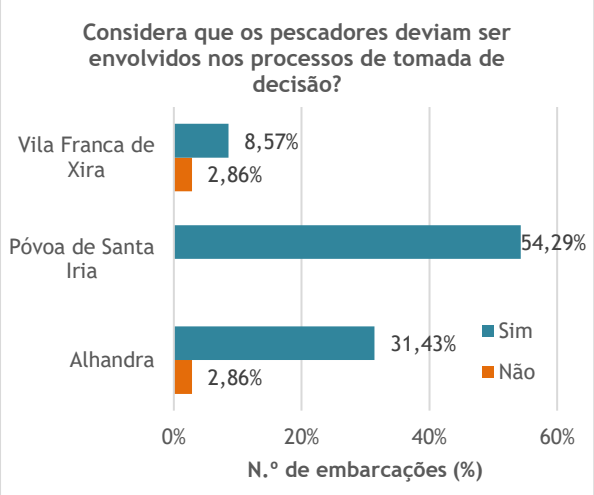
Também inquirimos os arrais acerca da avaliação que fazem do desempenho das instituições que regulam e fiscalizam a atividade piscatória, ao que 20% responderam nada satisfeitos, 60% pouco satisfeitos e 20% satisfeitos, como se observa no gráfico a seguir. É na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria que os arrais estão menos satisfeitos, sendo que também é nesta comunidade, como vimos, que estão mais satisfeitos com a atuação da sua associação de pescadores (ACAPSI). Para reduzir o descontentamento dos arrais era necessário ter organizações associativas mais robustas, mais bem informadas e mais capazes de intervir publicamente em temas centrais da gestão da pesca, pois só dessa forma era possível reduzir a exposição dos arrais aos imprevistos, aos erros e ao desconhecimento das leis e regimentos da atividade que exercem, algumas vezes sancionados com pesadas coimas.

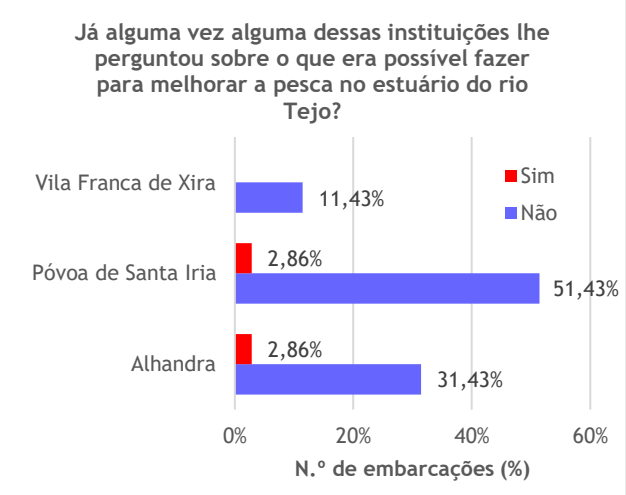
Ainda no âmbito da governança, questionámos os arrais se alguma dessas instituições que regulam e fiscalizam as pescas, nomeadamente a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), que é a Autoridade Nacional das Pescas, ou a Capitania do Porto de Lisboa, órgão local da Autoridade Marítima Nacional, já lhes tinham perguntado o que era possível fazer para

melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, e 94,29% responderam que não, como se observa no gráfico a seguir. Os arrais que responderam sim, no total de 5,71%, referiram que são pontualmente contratados pelos investigadores do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) para realizar amostragens no rio Tejo, e são remunerados, e responderam com base naquela que é a sua apreciação dos serviços do IPMA. A seguir indagámos os arrais sobre se consideravam que os pescadores deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, e novamente 94,29% dos arrais responderam que sim, como se observa no gráfico a seguir, e os demais 5,71% responderam que não, essencialmente porque já consideram que são envolvidos ao serem contratados para atividades pontuais pelo IPMA. Em resumo, era muito importante a envolvência dos marítimos na vida destas instituições, para que eles sentissem que contribuíam para melhorar a atividade (governação colaborativa), porque dessa forma seguramente se sentiriam mais tentados a cumprir as regras.









Quanto às questões de segurança, e iniciando pela questão da segurança a bordo, sabemos que os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Por isso mesmo indagámos os arrais se nas suas embarcações todos sabiam nadar e boiar, e se tinham conhecimentos de primeiros socorros, que é o mínimo para sobreviver em situação de sinistro, e todos, com exceção de um, responderam que a sua tripulação sabia nadar e tinha conhecimentos básicos de primeiros socorros, essencialmente na utilização do material existente a bordo, na chamada "farmácia".

Em relação à segurança na navegação, questionámos os arrais se no exercício da atividade piscatória é normal existirem muitos acidentes sobre o espelho de água, tendo 68,57% respondido que não, e 31,43% respondido alguns, como se observa na tabela a seguir. Este número é bastante superior ao que é normalmente reportado ao Comando Local da Política Marítima de Lisboa, o que se explica essencialmente por dois motivos: primeiro, muitas vezes os sinistros ocorrerem no exercício de

atividades ilícitas, ou no exercício de pesca profissional em zona proibida, ou com arte proibida, enfim, em momentos ou locais em que não é conveniente aos intervenientes a sua participação formal, e segundo, porque a tradição piscatória ainda está mais vincada na resolução dos problemas à "chapada", quer em terra, quer na água, e não tanto pela participação às autoridades, atitude não poucas vezes conotada com fraqueza, sendo o autor designado de "*bufo*" ou "*chibo*".

EXISTEM MUITOS ACIDENTES NA PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
ALGUNS	8,57%	20,00%	2,86%	31,43%
NÃO	25,71%	34,29%	8,57%	68,57%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Quanto às questões da segurança de pessoas e bens, e por sabermos que o mercado da apanha ilegal da amêijoa leva ao espelho de água muitas pessoas, e muitas delas muito pouco sérias, e que na pesca existe, de longa data, inúmeras situações de furtos, especialmente de artes de pesca, mas também de motores e de depósitos de combustível, indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo apenas 31,43% respondido nunca, e os demais respondido algumas vezes (40%) e frequentemente (28,57%), como se observa na tabela seguinte. Os dados manifestam que não está a ser garantida aos marítimos a sua segurança e a dos seus bens, ou seja, está a falhar o condicionamento à prática de atos contrários à Lei e aos Regulamentos e, sobretudo, a prevenção dos crimes contra o património.

JÁ LHE FOI ROUBADO OU DANIFICADO MATERIAL DE PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NUNCA	8,57%	17,14%	5,71%	**31,43%**
ALGUMAS VEZES	20,00%	20,00%	0,00%	**40,00%**
FREQUENTEMENTE	5,71%	17,14%	5,71%	**28,57%**
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Pela falta de meios de salvação e pela dureza e imprevisibilidade da atividade piscatória, desde tempo imemorial os pescadores aprenderam a contar apenas com a sua fé. Quando o mar ficava revoltoso, e sentiam que podiam não sobreviver, olhavam para o céu e pediam ajuda (Cf. Livro II – Evolução Histórica). Com a evolução da técnica e da tecnologia nas embarcações, e dos meios de salvamento, nota-se uma menor crença, mas não existem estudos que o comprovem. É por isso importante perceber se os elevados níveis de religiosidade ainda se mantêm, se foram reformulados, ou se desapareceram, o que a acontecer diz muito do tipo de pescador e do tipo de pesca que hoje se pratica. Questionados os arrais sobre se eram devotos de um santo a quem pediam enquanto andavam no estuário, 42,86% referiu que não, o que mostra como já estamos longe do padrão de pescador de outros tempos, e apenas 57,14% respondeu que sim, dos quais 22,86% referiram ser devotos da Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo, maioritariamente pertencentes à comunidade da Póvoa de Santa Iria, 20% do Doutor Sousa Martins, quase todos pertencentes à comunidade piscatória de Alhandra, e 11,43% da Nossa Senhora de Fátima e, por fim, 2,86% do Senhor da Boa Morte, maioritariamente da comunidade de Vila Franca de Xira, como se observa na tabela a seguir.

É DEVOTO DE UM SANTO A QUEM PEDE ENQUANTO ANDA NO ESTUÁRIO? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NÃO	20,00%	14,29%	8,57%	**42,86%**
SIM - DOUTOR SOUSA MARTINS	2,86%	17,14%	0,00%	**20,00%**
SIM - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	8,57%	2,86%	0,00%	**11,43%**
SIM - NOSSA SENHORA DOS AVIEIROS	2,86%	20,00%	0,00%	**22,86%**
SIM - SENHOR DA BOA MORTE	0,00%	0,00%	2,86%	**2,86%**
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

I.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas pelos pescadores são destruidoras, motivo pelo qual questionámos os arrais sobre a intensidade com que perdem artes na faina, e, como se observa no quadro seguinte, 74,29% responderam que perdem, dos quais 57,14% algumas vezes e 17,14% frequentemente, e 25,71% responderam que nunca perdem, ou, se perdem, sempre as recuperam devido ao custo económico dos cabos.

COM QUE INTENSIDADE PERDE ARTES NA FAINA (REDES, APARELHOS, ETC.)? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NUNCA	11,43%	11,43%	2,86%	25,71%
ALGUMAS VEZES	17,14%	34,29%	5,71%	57,14%
FREQUENTEMENTE	5,71%	8,57%	2,86%	17,14%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Ainda neste âmbito, para percebermos as principais prioridades, indagámos os arrais sobre o que mais os preocupa quando ocorre perda de artes, tendo 11,43% revelado insensibilidade e falta de preocupação, 17,4% salientaram apenas preocupações económicas relativas à aquisição de novas artes, 22,86% refletiram preocupações económicas de aquisição de novas artes e também ambientais e ecológicas de conservação do ecossistema, e 48,57% mostraram ter preocupações económicas de aquisição de novas artes e com possíveis danos nos constituintes das embarcações, especialmente nos motores, e também preocupações ambientais e ecológicas de conservação do ecossistema, como se observa no quadro seguinte.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
I	11,43%	2,86%	2,86%	17,14%
II	0,00%	17,14%	5,71%	22,86%
III	22,86%	22,86%	2,86%	48,57%
IV	0,00%	11,43%	0,00%	11,43%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter de se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico); (iv) não fica preocupado.

Questionámos os arrais sobre a preparação de refeições a bordo, tendo 88,57% respondido não o fazer, como se observa no quadro seguinte, e apenas 11,43% admitiram que o continuam a fazer, todos da comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, mas de forma esporádica, e na maior parte das vezes integradas em eventos de natureza recreativa e religiosa. Os que fazem refeições a bordo indicaram de forma unânime que os resíduos daí resultantes são guardados a bordo e quando chegados a terra são depositados em local apropriado. Importa salientar, como já referimos, que o passado destas comunidades está marcado por habitarem nas embarcações, não só era nestas que faziam o comer e comiam, como também era nestas que dormiam, incluindo a esposa e os filhos. Isto é revelador de uma nova dinâmica nesta atividade, que passou a ter uma lógica de lucro e rentabilidade, gerida com base em premissas empresariais.

FAZ REFEIÇÕES A BORDO? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
NÃO	34,29%	42,86%	11,43%	88,57%
SIM	0,00%	11,43%	0,00%	11,43%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Sobre a preparação de pescado na embarcação, antes de o venderem, 97,14% respondeu não o fazer, e apenas 2,86%, o que corresponde a um único arrais, que pertence à comunidade da Póvoa de Santa iria, indicou que o fazia. Observámos este arrais a fazê-lo, as fotografias constam do Livro III – Memória Fotográfica, e pela forma e no contexto que o fez, a prática parecia ser comum, pelo que é muito possível que os demais também o façam, só não o tenham referido, até porque isso faz parte da história e cultura identitária que os mais antigos ainda preservam. O arrais que amanhou o peixe na embarcação lançou os restos ao estuário, de forma a levar o peixe já preparado para seu consumo.

Sobre a mudança do óleo das embarcações, 88,57% fazem-no em seco, e 11,43% no espelho de água, conforme quadro a seguir. Com pormenor, apenas alguns arrais da comunidade da Póvoa de Santa Iria indicaram fazer a mudança do óleo com a embarcação na água, e também referiram que nesse processo não existe fugas. É possível que outros arrais desta e de outras comunidades avieiras também façam a substituição em água, e apenas não o tenham referido.

FAZ A SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO EM SECO, OU NA ÁGUA? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
ÁGUA	0,00%	11,43%	0,00%	11,43%
SECO	34,29%	42,86%	11,43%	88,57%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Sobre o destino que é conferido aos óleos usados dos motores das embarcações, 5,71% depositam nos contentores de resíduos sólidos urbanos, geralmente nas redondezas dos locais onde amarram as embarcações, 14,29% entregam em empresas privadas para reciclagem, geralmente oficinas suas conhecidas, 17,14% contratam mecânicos para realizarem este trabalho os quais levam os óleos usados para adequada valorização, e 62,89% guardam os óleos usados para utilizações domesticas, essencialmente na conservação da madeira, como se observa no quadro a seguir.

QUANDO SUBSTITUI O ÓLEO DO MOTOR, ONDE DEPOSITA O ÓLEO VELHO? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
COLOCA EM DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0,00%	5,71%	0,00%	5,71%
ENTREGA A EMPRESA PRIVADA PARA RECICLAGEM	8,57%	5,71%	0,00%	14,29%
FICA COM O MECÂNICO	5,71%	11,43%	0,00%	17,14%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	20,00%	31,43%	11,43%	62,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Era importante existirem depósitos específicos para os arrais depositarem os óleos usados nos locais onde fundeiam, uma vez que existe um predomínio da realização deste trabalho pelos próprios pescadores, e a parte significativa do óleo usado fica aguardado em pequenas vasilhas, para utilização doméstica, o que deixa em aberto o seu destino final. Importa referir que quando fizemos o trabalho de campo em Alhandra observámos a embarcação "Guima", TR-1411-L, completamente degradada, ao abandono, encalhada na rampa de varadouro, a ser utilizada para depósito de vasilhas de óleos usados, algumas das quais a libertar o líquido para o solo (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV.IV.II.30), o que aliás levou à intervenção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA).

Também indagámos os arrais se era comum capturarem resíduos na faina, ao que 45,71% respondeu algumas vezes, 51,43% frequentemente e 2,86% muito frequentemente, como se observa no quadro a seguir. Dados que parecem justificar uma ação de limpeza ao fundo do rio, para mitigar os perigos da "pesca fantasma" e da poluição, que prejudica a biodiversidade e concorre para a propagação de doenças e toxinas por toda a cadeia alimentar.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
ALGUMAS VEZES	17,14%	22,86%	5,71%	45,71%
FREQUENTEMENTE	14,29%	31,43%	5,71%	51,43%
MUITO FREQUENTEMENTE	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

Em relação a esses resíduos que os pescadores dizem apanhar nas redes, também indagámos sobre os materiais de que são constituídos, tendo a grande maioria respondidos plásticos, seguindo-se metal, madeiras, tecidos diversos, produtos de higiene, restos de artes de pesca e vidro, como se observa no quadro seguinte.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA COM AS ARTES DE PESCA? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
I,III	0,00%	8,57%	0,00%	8,57%
I,III,V,VI	0,00%	5,71%	0,00%	5,71%
II,III	2,86%	5,71%	2,86%	11,43%
II,III,IV	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
II,III,VII	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
III	28,57%	25,71%	8,57%	62,86%
III,IV,VI	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
VI	0,00%	2,86%	0,00%	2,86%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

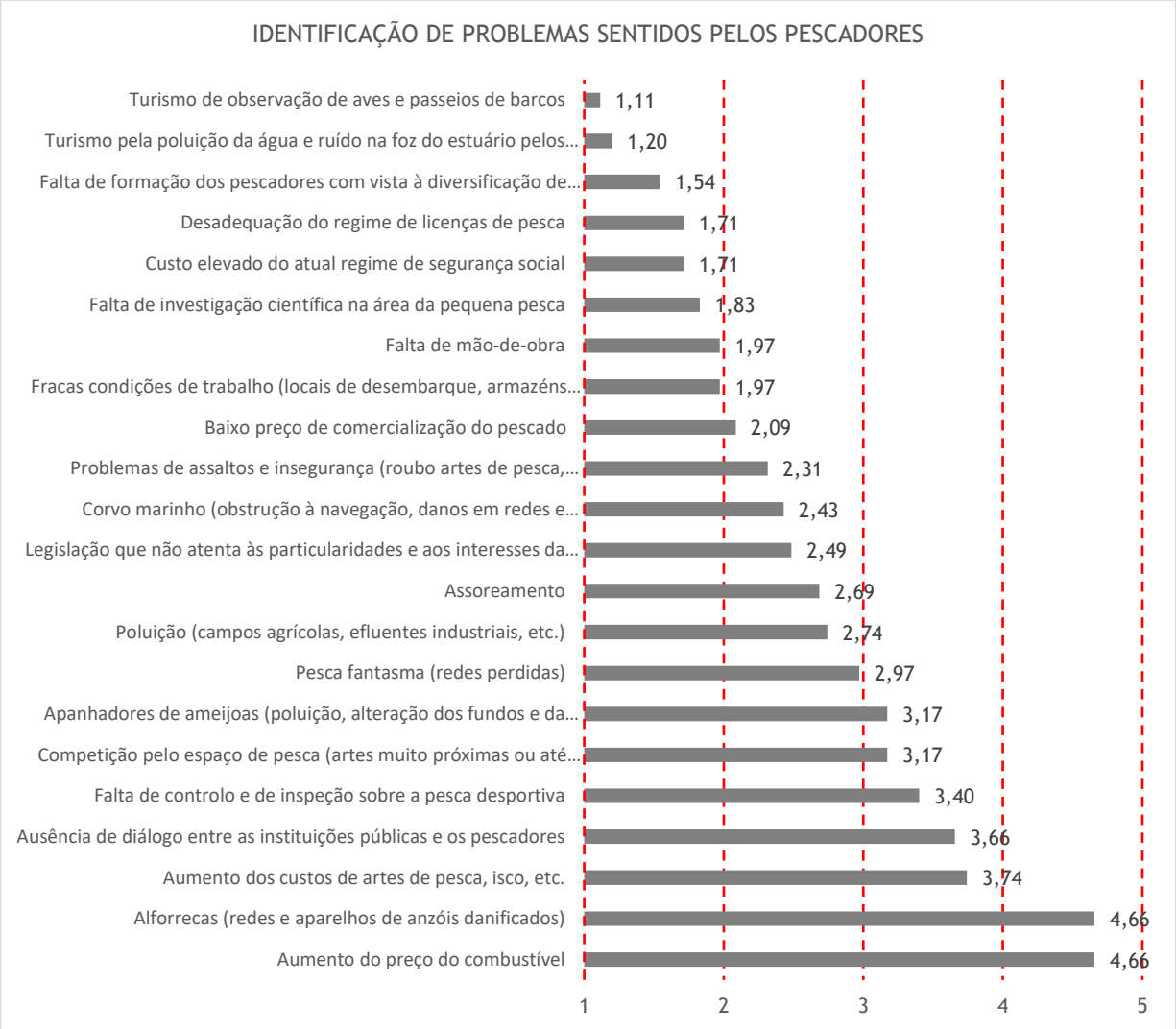
Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) tecidos diversos; (v) produtos de higiene; (vi) pedaços de artes de pesca; (vii) vidro.

Por fim, indagámos os arrais sobre o que faziam a esses resíduos que chegam nas artes de pesca, tendo 34,29% respondido que os devolvem ao fundo do rio, e os demais 65,71% referiram que os trazem para terra sempre que as embarcações o permitem, sendo que em terra 5,71% dizem que os deixam onde conseguem, e 60% dizem que asseguram o seu tratamento adequado, como se observa no quadro a seguir. Alerta-se para um eventual empolamento do grau de benemerência, já que não o observámos na prática quotidiana enquanto realizámos o trabalho de campo, nem na parte do transporte para terra, nem na parte do tratamento adequado.

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	ALHANDRA	PÓVOA DE SANTA IRIA	VILA FRANCA DE XIRA	TOTAL
LANÇA-OS NOVAMENTE À ÁGUA	11,43%	20,00%	2,86%	34,29%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ABANDONA ONDE FOR POSSÍVEL	2,86%	2,86%	0,00%	5,71%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ASSEGURA O TRATAMENTO ADEQUADO	20,00%	31,43%	8,57%	60,00%
TOTAL	**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**

I.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Vila Franca de Xira sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são o aumento do preço do combustível, as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), o aumento dos custos de artes de pesca e isco, a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), os apanhadores de amêijoas (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução ao alimento do peixe, insegurança e furtos), e a pesca fantasma (redes perdidas), como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Sobre os combustíveis, os arrais reclamam a concessão do subsídio de gasolina nos mesmos moldes em que é atribuído o subsídio do gasóleo, ou seja, que o desconto seja realizado diretamente nas bombas, e não no desembarque em lota, por uma questão de justiça e equidade na atividade. A explicação é simples: para irem menos vezes à lota, porque a distância é grande e isso acarreta custos, e muitos nem sequer têm facilidade em se deslocar à lota, "armazenam" o peixe em frio um ou dois dias. Se, por um lado, poupam nos gastos de deslocação à lota, por outro lado perdem nos apoios ao combustível, uma vez que apenas é considerado o número de dias de desembarques em lota.

As populações de medusas-do-Tejo, espécie conhecida localmente como alforreca, são cada vez maiores no estuário do rio Tejo, o que poderá acontecer devido à redução do peixe pequeno, por excesso de pesca, e, sem concorrência, alimentam-se de forma descontrolada de plâncton, ou devido ao aquecimento global, uma vez que gostam de água mais quente, e a água tem vindo a aquecer. Importa notar que se no antecedente as alforrecas apenas apareciam no Tejo no verão, quando a água era mais quente, durante o ano de 2018 a presença foi constante, o que condicionou muito a atividade piscatória. Os arrais chegaram a parar a pesca porque as redes não aguentavam, e partiam. As alforrecas tornaram-se um defeso natural muito eficaz. Para contornar as limitações das alforrecas, os arrais pretendem que a Autoridade Nacional das Pescas lhes autorize a operação com redes de emalhar de um pano derivantes, durante todo o ano, em detrimento da rede de três panos justapostos, por ser mais difícil retirar as alforrecas do tresmalho.

Acerca da ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, referem que já alertaram diversas vezes as instituições para a inutilidade do defeso do polvo, na forma como está organizado, mas dizem que são ignorados. Defendem que o defeso para ter eficácia tem de ser de âmbito nacional, e os períodos de paragem devem corresponder ao período quando o polvo está mais pequeno, e para isso têm de ser definidos anualmente. Também reclamam do funcionamento excessivamente lento e muito desorganizado da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, em assuntos como a compra e venda de embarcações, e substituições de motores propulsores. Dizem que esperam meses por uma resposta sobre se podem comprar ou vender uma embarcação, e isso dificulta a atividade, pelo que querem que essa instituição seja mais célere na análise dos processos.

Sobre a desadequação da legislação às particularidades da pesca local, os arrais referiam ser excessivo o número de redes no estuário na altura em que a corvina entra para desovar. Defendem que no primeiro mês em que a corvina entra no estuário, deveria ser proibida a sua captura, para dar a possibilidade às fêmeas de desovar e assegurar a abundância do recurso para o futuro, que se tornou numa autêntica "galinha dos ovos de ouro". Em alternativa, meia dúzia de arrais, todos palangreiros, sugerem acabar com a utilização de redes no estuário e permitir apenas a pesca com anzol. O que merece a contestação de todos os que operam maioritariamente com redes.

Sobre a pesca lúdica, consideram que é excessiva e está descontrolada, em parte por não ser conveniente fiscalizada, o que também está na origem dos abusos frequentes. Na sua opinião, a pesca lúdica contribui para a maior competição pelo espaço de pesca no estuário, pelo que apenas deveria ser permitida aos sábados, domingos e feriados.

A competição pelo espaço de pesca é a principal causa de conflitos entre arrais, e um dos maiores desafios à gestão da pesca estuarina. Apesar do estuário do rio Tejo ser enorme, os pescadores estão confinados a um espaço pequeno que partilham com os pescadores lúdicos e com os apanhadores de amêijoa-japonesa, que para além de ocuparem o espaço ainda lhes destroem as artes de pesca, o que gera grandes conflitos e reduz o que cada arrais consegue capturar. Reclamam maior fiscalização para estas atividades concorrentes, até porque são exercidas de forma ilegal.

Sobre a apanha de amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação motorizada, e não obstante várias embarcações de pesca profissional se empregarem também nesta atividade, os arrais que a não praticam dizem que está a destruir os fundos e a gerar poluição pela disseminação dos lodos poluídos na coluna de água, que também está a alterar a morfologia do rio e conduz à redução do alimento do peixe, e, para além disso, é geradora de insegurança e está na base de vários furtos. Os indivíduos que se empregam no arrasto com recurso a ganchorra, não têm qualquer preocupação com as artes de pesca caladas, que são frequentemente destruídas, o que para além do dano económico, ainda é responsável por um importante dano ambiental e ecológico, já que estas redes ficam a fazer pesca fantasma. Para os arrais mais velhos a apanha de amêijoa-japonesa com ganchorra "está a matar a pesca tradicional feita no Tejo".

A poluição preocupa os arrais, ameaça a sua fonte de rendimento, e por isso gostavam de ver maior controlo e fiscalização. Recordam que em 2017 morreram milhares de patos bravos, e nunca as autoridades conseguiram explicar o que aconteceu, e que em 2018 quase não houve lampreias e



FIGURA 72 | Espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca completamente recobertos pela vegetação, aumentando o risco de incêndio, que é exponenciado pela imensa quantidade de resíduos largados na zona adjacente, com elevado potencial de poluição do rio. Vila Franca de Xira, em 17.06.2018.

linguados, e apareceu morta muita tainha-fataça, o que os marítimos julgam ser uma consequência da poluição hídrica provocada pela indústria do papel, localizada mais a montante.

Para o futuro, querem que seja colocado um posto de vendagem de pescado no concelho de Vila Franca de Xira, ou, em alternativa, que a Docapesca adquira uma carrinha de frio, com o intuito de todos os dias fazer a ronda pelas comunidades piscatórias, receber e pesar o peixe capturado pelos pescadores, para levar para a lota. Da edilidade reclamam a colocação de contentores para recolha de resíduos, junto ao cais, quer de resíduos produzidos a bordo, quer de resíduos encontrados no rio, e ainda a colocação de depósitos para recolha dos óleos usados das embarcações, para assegurar que são devidamente tratados.

Importa salientar que a edilidade tem feito ao longo do tempo um grande investimento na melhoria das infraestruturas de apoio em terra, tendo começado pela comunidade de Vila Franca de Xira, mais tarde na comunidade de Alhandra e, mais recentemente, intervencionou a zona ribeirinha na Póvoa de Santa Iria, comunidade que beneficia das melhores instalações de apoio em terra de todo o Tejo, e pelas quais não paga qualquer mensalidade à edilidade. A comunidade piscatória de Alhandra também está bem servida, ainda que dada a antiguidade dos equipamentos, alguns careçam de melhorias, outros apenas manutenção, como acontece no cais, onde falta, por exemplo, iluminação e extintores.

É em Vila Franca de Xira que hoje se verificam as piores condições de trabalho, sendo de notar que em tempos, já foram as melhores. Os espaços de arrumos de artes e material de pesca são demasiado pequenos para as necessidades atuais, e estão totalmente envolvidas em vegetação sem qualquer suporte de iluminação artificial, o que aumenta o risco de furtos e o clima de insegurança, e o cais não dispõe de extintores, eletricidade ou água. É demasiado estreito, foi implantado numa zona desabrigada que obriga os arrais a amarrarem os barcos apenas na parte interior, está assoreada e não permite aos proprietários das embarcações saírem a qualquer hora da maré. Durante mais de uma década estas infraestruturas de apoio à pesca não foram alvo de qualquer manutenção ou controlo, nem um único prego foi colocado. A juntar a isto, os marítimos foram pouco cuidadosos na sua utilização e revelam falta de zelo, como se observa pelo excesso de resíduos em frente aos espaços de arrumos, que vão

acabar por ir parar ao rio na altura das grandes marés vivas, ou pelas latas de óleo usado dos motores das embarcações abandonadas pelos cantos.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 28,57% dos arrais mostraram interesse pela iniciativa, tendo os demais 71,43% respondido que não, como se observa no quadro seguinte.

Os arrais que responderam de forma desfavorável referiram que não existe confiança, interesse e vontade de compromisso para uma estrutura desta natureza. Asseguram que alguns arrais, mesmo que fossem membros da cooperativa, acabariam por vender o seu pescado onde conseguissem melhor preço, e isso colocaria em causa a capacidade da organização de honrar os compromissos assumidos com os clientes. A maior prova disso é que já existiu lota em Vila Franca de Xira, ainda no tempo do Estado Novo, que encerrou por falta de movimento (Cf. Livro III – Evolução Histórica), e, mais recentemente, existiu um posto de vendagem na Póvoa de Santa Iria, que também encerrou por falta de movimento, como o referiram. Estes arrais também não acreditam que eles próprios fossem capazes de gerir uma cooperativa, tanto mais que desconfiam da seriedade de quem o fizesse. A rivalidade entre arrais é nociva, como se cita: "*se souberem o que eu apanho, e onde apanho o peixe, a seguir tenho-os todos nos meus pesqueiros*". Por esse motivo procuram esconder o local onde trabalham, e o que capturam, refugiando-se no anonimato e no isolamento, filosofia laboral oposta ao sistema colaborativo da cooperativa. Por fim, referiram que restringem a pesca a algumas espécies mais valorizadas, como robalo, linguado, dourada, corvina, chocos e polvo, e por isso o peixe que capturam não é adequado para vender ao cabaz, mas sim à unidade, e por esse motivo entendem que estas espécies são sempre mais valorizadas em lota do que o seriam numa cooperativa. Ademais, notam que saem do rio Tejo toneladas de corvinas, e num sistema de venda por cabaz não se conseguia escoar tanto peixe, nem era possível atingir a mesma valorização.

Os arrais que responderam de forma positiva pensam o oposto, que é possível valorizar o pescado na situação de cooperativa, mas a maior vantagem deste sistema, na sua opinião, é o evitar a deslocação para a lota, que é dispendiosa e uma dor de cabeça. Isto explica-se por estes arrais não terem viatura própria para levar o pescado, e dependerem de outros para o fazerem, o que dizem ser muito complicado com o individualismo que reina atualmente na pesca local do rio Tejo.

A segunda estratégia visava a flexibilização das licenças de pesca, e consistia na atribuição a todas as embarcações de pesca local de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes autorizadas, mas apenas 45,71% concordaram com a ideia, tendo os demais 54,29% discordado da sua pertinência, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais a favor notaram que era uma forma de desburocratizar e tornar o sistema mais justo, porque tornava as condições de trabalho mais equitativas, e também permitia melhor gerir a atividade, porque os arrais poderiam assim passar a utilizar as artes de acordo com as necessidades a cada momento, e não teriam de estar limitados às licenças que tinham pedido um ano antes, nos termos do sistema em vigor. Os arrais que têm mais artes de pesca e/ou artes especiais foram os que no essencial discordaram da ideia, porque consideram que isso iria retirar valor às embarcações. Como respondeu um arrais, "*tenho artes espécies, como o arrasto de vara, que não quero perder*".

A terceira estratégia abordou a pesca turismo como uma forma de compensar a baixa rentabilidade da pesca local em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após respetiva alteração da legislação, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca. Teve a aprovação de 54,29% dos inquiridos, pelos motivos aludidos a seguir, e os demais 45,71% não lhe reconheceram qualquer pertinência, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma favorável consideram que, apesar de ser no verão que fazem as principais pescarias, sendo central a corvina, o choco, o robalo e a dourada, é uma boa alternativa para alturas em que a pesca está fraca, e, sobretudo, constitui uma vantagem competitiva, porque permite diversificar as opções de trabalho em função do tempo meteorológico que se faz a cada momento e especialmente quando a alforreca é muita, períodos em que têm de parar a pesca com redes. Há ainda meia dúzia de arrais de idade avançada que responderam favoravelmente porque se dizem "velhos" e "cansados" de puxar cabos e ferros de redes e de aparelhos, mas ainda vivos e com

o conhecimento de décadas a trabalhar no Tejo para com a sua experiência dar a conhecer o rio de uma forma nunca testada, o que, diga-se, teria muito potencial.

Os arrais que responderam de forma negativa apresentaram vários motivos, um dos quais inultrapassável: as suas embarcações não têm capacidade para isso, são demasiado pequenas. No essencial trata-se de arrais de maior idade, que alegam já não ter perfil nem "*paciência para aturar turistas*". Defendem que já existem demasiados barcos a fazer pesca lúdica e a matar peixe pequeno, que não são precisos mais para fazer o mesmo, considerando assim que a pesca turismo não era uma atividade complementar, mas uma atividade concorrente da pesca profissional. Dizem: "*a pesca aos pescadores, o turismo aos turistas*". Os arrais mais antigos que viveram grande parte da vida de acordo com os antigos costumes avieiros, e atualmente ainda revisitam na prática esse passado não muito longínquo, dizem que não querem estranhos dentro dos barcos, como se observa na seguinte resposta: "*eu ando à pesca com a minha mulher desde que nascemos, e é no nosso barco que comemos e dormimos, e não queremos aqui estranhos*".

A quarta e última estratégia, sobre os trabalhos de terra, 80% dos inquiridos responderam que deveriam ser profissionalizados de forma que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, e apenas 20% responderam que não, como se observa no quadro a seguir. Importa salientar que as respostas dos arrais foram no sentido da pesca local costeira, porque na pesca local de água interiores, como a que se pratica no Tejo, dizem que esta questão não se aplica, em especial nestas comunidades avieiras, porque a maior parte das mulheres que trabalham na pesca já fizeram o curso de pescador e/ou de arrais de pesca, e tanto ajudam os maridos na faina no rio, como nos trabalhos em terra. No rio Tejo caracterizam a atividade como familiar, cada embarcação de pesca local é uma célula familiar, e o rendimento que gera não permite pagar a terceiros. Tem de ser a família a fazer tudo, desde apanhar o isco, preparar as redes e os aparelhos, pescar e levar o pescado à lota ou ao mercado.

Estratégia de dinamização comercial		Alhandra	Póvoa de Santa Iria	Vila Franca de Xira	Total
O Cabaz do Tejo		**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**
	Não	14,29%	51,43%	5,71%	71,43%
	Sim	20,00%	2,86%	5,71%	28,57%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**
	Não	8,57%	42,86%	2,86%	54,29%
	Sim	25,71%	11,43%	8,57%	45,71%
Pesca turismo		**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**
	Não	20,00%	20,00%	5,71%	45,71%
	Sim	14,29%	34,29%	5,71%	54,29%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**34,29%**	**54,29%**	**11,43%**	**100,00%**
	Não	2,86%	14,29%	2,86%	20,00%
	Sim	31,43%	40,00%	8,57%	80,00%



FIGURA 73 | Isidro Tomás Mira, a sair do cais de pesca profissional de Alhandra para fazer alguns lanços ao arrasto de vara próximo da Ponte Vasco da Gama. Alhandra, em 8.01.2019.



FIGURA 74 | Joaquim Augusto Fernandes da Silva, a preparar aparelho de anzol com amostras, sua principal pescaria (não opera com redes). Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015.

I.2. Comunidade de pescadores de Benavente

I.2.1. Enquadramento evolutivo.[30]

A comunidade de pescadores profissionais de Porto Alto, no concelho de Benavente, localiza-se na orla do rio Sorraia por baixo da ponte da Estrada Nacional 10 que liga Vila Franca de Xira a Porto Alto, a apenas a 300 m da foz do rio Almansor, e prolonga-se 200 m para jusante desta, ficando à distância de 13 Km da sua foz (8,10 milhas).

Se no início do século XVII, eram seis os barcos de pesca no porto de Benavente, como descreveu Frei Nicolau de Oliveira (Oliveira, 1804 [1620], p. 8), e se por alturas de 1814 havia no rio Almansor, afluente do rio Soraia, "*abundancia de belissimos peixes, barbos, bordallos, eirozes, bogas, e pardelhas*", e eram muitos os abusos na pesca, inclusive a colocação de redes a atravessar o rio, como o descreveu José Joaquim Varela (Fonseca, 1997, p. 59), o que sugere existir dinâmica na indústria piscatória, hoje este concelho revela o oposto; dispõe apenas de três barcos de pesca profissional ativos, todos na comunidade de Porto Alto e todos registados na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, e apenas dois dos arrais de pesca descendem dos avieiros, motivo pelo qual também os pescadores desta comunidade são conhecidos como "cagaréus". Há aqui vários casais de idosos avieiros, todos já inativos. As embarcações de pesca recreativa estão em número superior, treze a jusante e quatro a montante da ponte sobre o rio Soraia. Os efeitos da apanha a amêijoa-japonesa, pelo que foi referido pelos pescadores, não têm aqui impactos maiores.

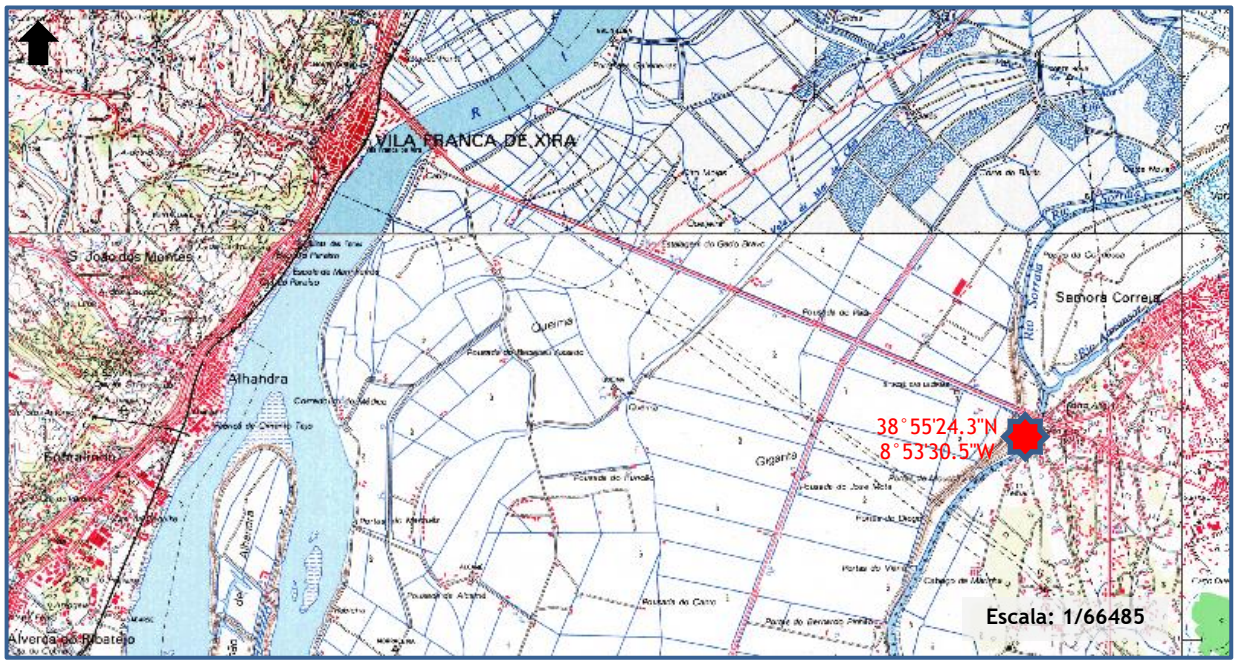


FIGURA 75 | Localização do núcleo de pescadores do concelho de Benavente - 38°55'24.3"N 8°53'30.5"W.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017.

A montante da ponte sobre o rio Sorraia, na Estrada Nacional 10 que liga Vila Franca de Xira a Porto Alto, o acesso ao rio faz-se por terrenos particulares, de acesso restrito, onde foram construídas habitações permanentes, em que basicamente as embarcações recreativas ficam nos quintais das casas. A jusante desta ponte o acesso ao rio faz-se a partir da via pública. É onde estão as três embarcações de pesca profissional, uma das quais tem o cais de aprestos mesmo por baixo da ponte, estando em perigo caso alguma viatura galgue as guardas da estrada e caia no rio, como já aconteceu em finais de dezembro de 2008.

[30] Texto escrito conforme informação de Joaquim Francisco Amoreira Tomás (alcunha salmonete), 63 anos, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Acabô" (VX-739-L), descendente de avieiros (nasceu dentro de um barco e ainda continua o estilo de vida avieiro), o mais antigo pescador no ativo na pesca em Porto Alto. Entrevista realizada em 10.12.2018.

O pescador mais antigo desta comunidade, indicado como o mais conhecedor da tradição pesqueira local, é hoje o Sr. Joaquim Francisco Amoreira Tomás. O seu pai, Manuel de Maria Acabô, que nasceu em 1922, originário da Murtosa, e a sua mãe, Maria Morreira Lobo, que nasceu em 1912, originária de Vieira de Leiria, infelizmente já falecidos, ensinaram-lhe as lides da pesca da água doce e da água salgada e por fim deram-lhe o barco que ainda hoje preserva o sobrenome do pai.

Segundo indicou o Sr. Joaquim Francisco Amoreira Tomás, a sua família começou por circular pelas várias terras ribeirinhas entre Santarém (a montante) e Póvoa de Santa Iria (a jusante), locais onde tinham familiares, mas era em Vila Franca de Xira que permanecia mais tempo, onde considerava que pertencia. Foi aqui, dentro do barco por baixo da ponte que em 1955 o Sr. Joaquim Francisco Amoreira Tomás nasceu. Entretanto, nas várias viagens que faziam para aproveitar as melhores pescarias do rio e que lhes conferia o rótulo de "ciganos do rio", a família desenvolveu atração por Porto Alto, e após alguns anos a vir a esta zona acabou por aqui se fixar. Tinha o Sr. Joaquim quatro anos de idade, segundo indicou.

Honório *et al.* (1982, p. 358-359), que escreveram sobre a pesca fluvial na margem esquerda do Tejo, de Porto a Alto à Chamusca, apontam uma data especifica para a constituição do núcleo piscatório de Porto Alto, em 1961. Segundo os investigadores, este núcleo terá sido constituído por marítimos provenientes de aldeias piscatórias mais a montante, nomeadamente de Conchoso, que se terão deslocado devido à menor disponibilidade de peixe no rio, em especial sáveis, onde colhiam os maiores rendimentos, uma consequência da construção de barragens a montante e da ação dos arrastos à boca do Tejo, também pelos efeitos da "*concorrência do peixe do mar*", decorrentes da expansão da rede de comercialização e da melhoria das condições de transporte e refrigeração, e das inundações periódicas do Tejo, que muitas vezes destruíam aldeias completas, o que



FIGURA 76 | Vista aérea de Porto Alto e do rio Sorraia que circunda o povoado na zona onde fundeiam as embarcações, do lado esquerdo da ponte, as recreativas, e do lado direito, as de pesca local, em 26.10.2014.



FIGURA 77 | Luís Miguel Monteiro Velez, nascido em 1971, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sereia", registo n.º VX-758-L, a reparar uma peça na embarcação que está acostada ao cais que o próprio construiu na borda do rio Sorraia, por baixo da ponte, onde tem o seu armazém de artes e aprestos de pesca, também junto à sua residência. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.



FIGURA 78 | Joaquim Francisco Moreira Tomaz, nascido em 1955, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Acabô", registo n.º VX-739-L, a reparar rede de emalhar de um pano muito danificada por embarcação que andava ao arrasto à amêijoa com ganchorra. Porto Alto, Benavente, em 10.12.2018.



FIGURA 79 | Fernando Manuel Pimentão Simãozinho, nascido em 1976, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Ruben André", registo n.º VX-745-L, a reparar um galricho "sevilhana" para o lagostim no seu armazém de aprestos, nas traseiras da sua habitação. Os galrichos não ficam totalmente dentro de água, e os ratos para chegarem ao lagostim roem as partes descobertas, o que obriga a frequentes reparações das armadilhas. Mais recentemente tem colocado um saco em cima dos galrichos para ajudar a evitar os ratos. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.



FIGURA 80 | Cais privativo da embarcação "Acabô", registo n.º VX-739-L, de que Joaquim Francisco Moreira Tomaz, nascido em 1955, é o proprietário e armador e desempenha a bordo as funções de arrais (detém a categoria de arrais de pesca), e é também o mais antigo ainda no ativo nesta comunidade. O rio corre coberto por um manto de paus e jacintos, o que acontece quando abrem as comportas. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.

Sr. Joaquim Tomás, andou desde cedo a aprender a atividade com os pais. No entanto, também aprendeu a atividade de pedreiro e trabalhou na construção, e só em 1982, aos 27 anos, é que voltou novamente para a pesca, exercendo a partir desse momento a atividade a tempo inteiro como pescador profissional e com barco próprio.

Em 1982, com embarcação de pesca licenciada, havia o Sr. Joaquim Francisco Amoreira Tomás, mais quatro: Victor Hugo, Augusto, Manuel Gaspar (irmão do Sr. Joaquim) e consubstanciado levou os pescadores a descerem o Tejo para zonas com mais abundância de pescado e mais próximas do mercado.

Em 1966, esta comunidade dispunha de um total de quinze embarcações destinadas à pesca, do tipo saveiro, todas motorizadas e adquiridas em Vila Franca de Xira. Segundo Honório *et al*. (1982, p. 362-364), o custo da manutenção anual dos barcos a motor era elevado, ficava entre 5 e 20 contos, incomportável para este tipo de pesca, e por isso as embarcações motorizadas foram-se degradando por falta de manutenção, tendo o seu número reduzido nos anos seguintes.

Os pescadores operavam mais frequentemente com a sabogar (rede da saboga), que denominavam "tangerina", com o cerco (uma espécie de xávega em ponto pequeno), nassas, tapa-esteiros (conhecido por "rede de mangas"), branqueiras, savaras, estremalhos e tranquete. Nesta altura já poucas redes eram de fabrico próprio, eram compradas, feitas em nylon, material mais resistente, e os pescadores apenas faziam a manutenção (Honório *et al.*, 1982, p. 365).

Recorda o Sr. Joaquim Tomás que nesta altura a mãe lavava a loiça na água do rio Sorraia, e no rio Tejo havia muita fartura de peixe, e hoje vomita ao ver ao de cima da água, com frequência, animais em decomposição.



FIGURA 81 | Joaquim Francisco Amoreira Tomás. Porto Alto.

Joaquim Carlos (cunhado do Sr. Joaquim). Existiam ainda mais dez pescadores profissionais que não tinham licença de pesca.

Nesta altura em que as principais artes de pesca eram o galricho, as redes (de um e de três panos) e o tapa-esteiros, trabalhavam nas artes do Montijo que operavam em Alcochete. Quando o tapa-esteiros foi proibido, nos finais da década de 1980, continuaram a utilizar galrichos e redes, e passaram a utilizar o remolhão, quando ainda se apanhava entre 10/20 Kg de enguias com esta arte na zona do rio das Enguias, a leste de Alcochete. Importa notar que nesta altura a enguia e o linguado eram as principais espécies capturadas, que havia com abundância. O camarão do rio e o camarão do mar, que subiam até à zona de Pancas, também mostravam grande abundância.

Na viragem para o século XXI o número de pescadores ativos diminuiu, e também diminuiu a disponibilidade de algumas espécies, como o camarão, as enguias e o linguado. Em 2008 havia vários casais de idosos na foz do rio Sorraia (Robalo, 2008, p. 162). Em 2010, por motivos de idade, o Sr. Manuel Gaspar, irmão do Sr. Joaquim Tomás, deixou de pescar, ficando apenas três as embarcações de pesca profissional com licença ativa, que ainda hoje se conservam. O que comprova a tese de que a maior parte dos pescadores avieiros são, hoje, idosos.

A pesca tornou-se pouco atrativa, a capacidade de capturas é cada vez menor, e muitas vezes os arrais têm de complementar a pesca com outras atividades para poder sobreviver. Foram várias as espécies que eram muito abundantes e agora aparecem pouco, ou não aparecem, como os ruivos, as fanecas, os linguados, as enguias, o sável, o camarão do rio, as sabogas, entre outras, ainda que tenha existido compensação pelo aparecimento abundante da corvina e do robalo. Os pescadores hoje em atividade, lembram que no tempo dos seus pais havia peixe, mas não tinham artes, e agora têm artes, mas o peixe é pouco. O camarão do mar vinha à Ponta da Erva, e depois do ano de 2010 deixou de aparecer.

Nunca tiveram qualquer ajuda a construir as infraestruturas de apoio à pesca, e são eles que realizam os trabalhos de manutenção. O pouco que têm foram eles que construíram, e não foi pouco. De cais e pontes palafíticas (em madeira) passaram, na última década, para os atuais



FIGURA 82 |Rio Sorraia para jusante da Ponte Marechal Carmona. Em primeiro plano, um cais privativo a partir do quintal de uma vivenda para embarcação de recreio, e ao fundo vários cais privativos para embarcações de recreio e de pesca profissional a iniciarem no domínio público marítimo. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.



FIGURA 83 | Cais privado de Luís Miguel Monteiro Velez, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sereia", registo n.º VX-758-L, com saída para o armazém de arrumos de artes e aprestos de pesca, junto à sua residência. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.



FIGURA 84 | Armazém de arrumos de artes e aprestos de pesca de embarcação de pesca local na zona ribeirinha do rio Sorraia. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018.

cais e plataformas feitas com bidons vazios e, no caso do Sr. Joaquim Francisco Amoreira Tomás, para uma pequena estrutura modular flutuante em esferovite e isolada e protegida com fibra. Até a rampa de varadouro existente, em cimento, foi construída pelos pescadores. Os armazéns de material de pesca também foram por si construídos ou adquiridos (no caso dos contentores). Não dispõem de guincho ou outro equipamento de apoio à pesca, e consideram-se esquecidos pelas autoridades estatais.

O rio Sorraia tem sempre água, pelo que estes pescadores não estão condicionados para sair ou chegar ao cais de aprestos, ainda que na baixa-mar seja necessário um bom conhecimento do rio, caso contrário correm um sério risco de ficarem assentes na lama e no areão. Nem tudo é positivo. Quando chove muito as fazendas (nomeadamente dos arrozais) abrem as valas e o rio Sorraia torna-se perigoso de navegar. Ao de cima da água andam árvores inteiras, paus e jacintos, e outra vegetação, animais mortos em decomposição, como vacas, ovelhas e cães, e até frigoríficos ou televisões, ou caixotes do lixo. Por esse motivo evitam sair de noite para evitarem ser surpreendidos, porque já algumas vezes aconteceu a hélice embater em troncos de árvores.

Os jacintos de água, uma planta invasora que compromete a fauna e a flora dos cursos de água, são a maior ameaça e merecem maior atenção. Por falta de predador natural, pela situação de seca e falta de cheias (que arrastavam estas plantas para o estuário do rio Tejo onde os maiores teores de salinidade da água matavam a planta), e pela construção de uma represa com água doce para dinamizar a atividade agrícola (fez barreira ao encaminhamento das plantas), a espécie aumentou de forma exponencial e, no primeiro semestre de 2019, atingiu uma situação dramática cobrindo vários quilómetros do rio Sorraia junto à vila de Porto Alto (estas plantas cobriam cerca de 80 Km da superfície do rio entre Mora e Benavente), condicionando todas as atividades no rio, especialmente a navegação e a pesca (as redes prendem nos jacintos). Perante este problema e devido à inércia das entidades competentes (o rio estava há vários anos votado ao esquecimento), a população civil organizou-se e criou o movimento "Juntos pelo Sorraia", que deu frutos.[31]

No início de setembro de 2019, no açude do Furadouro, em Mora, começou a operar a máquina "Pato Bravo", uma ceifeira aquática, removendo estas plantas do rio, um trabalho que se prolongará no tempo com a ajuda de duas giratórias, duas embarcações dos bombeiros, com técnicos para remover manualmente as plantas presas na vegetação e duas máquinas retroescavadoras para apoio aos trabalhos nas margens.



FIGURA 85 | Vista aérea da ponte sobre o rio Sorraia da Estrada Nacional 10 que liga Vila Franca de Xira a Porto Alto em Porto Alto (Benavente).
Cedida gentilmente por Duarte Fernandes Pinto (http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com).

[31] Site do movimento: https://juntospelosorraia.pt/ (em 14.09.2019).

I.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.[32]

No concelho de Benavente a pesca profissional tem vindo a decrescer e nos últimos anos tem sido exclusiva a apenas três embarcações registadas como pesca local na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, tal como aconteceu em 2018, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Estas três embarcações atracam regularmente nas margens do rio Sorraia na localidade de Porto Alto, a seguir identificadas, cujos proprietários e armadores, que são aqui residentes, desempenham a bordo as funções de arrais. Destas, apenas uma embarcação tinha, em simultâneo, licença de pesca para a zona Rio Tejo e para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27). Não havia embarcações em Benavente apenas com licenças para águas marítimas. Para efeitos de realização deste trabalho inquirimos os proprietários das três embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 100%.

Registo Comunitário	*Conjunto de Identificação*	*Nome*	*Porto de Registo*	*Nome do Proprietário*	*Nome do Armador*	*Nome do Mestre*
PRT000024081	VX-739-L	Acabô	Vila Franca de Xira	Joaquim Francisco Moreira Tomaz	Joaquim Francisco Moreira Tomaz	Joaquim Francisco Moreira Tomaz
PRT000024270	VX-745-L	Ruben André	Vila Franca de Xira	Fernando Manuel Pimentão Simãozinho	Fernando Manuel Pimentão Simãozinho	Fernando Manuel Pimentão Simãozinho
PRT000024817	VX-758-L	Sereia	Vila Franca de Xira	Luís Miguel Monteiro Vélez	Luís Miguel Monteiro Vélez	Luís Miguel Monteiro Vélez

TABELA 4| Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Benavente.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

A frota samorense é recente, a unidade mais antiga foi construída em 2007 e a mais recente em 2012, tem convés aberto, motor fora de borda a gasolina, casco em fibra de vidro, com uma capacidade de pesca total de 4,46 GT, que corresponde a 0,95 GT da embarcação "Acabô" (VX-739-L), 1,2 GT da embarcação "Ruben André" (VX-745-L) e 2,31 GT da embarcação "Sereia" (VX-758-L). O somatório da potência do motor principal é de 110,4 kW, o que corresponde à potência individual de 36,8 kW, o que é significativo no contexto estuarino, não havendo registo de utilização de potência de motor auxiliar. As embarcações "Acabô" e "Ruben André" têm menor dimensão, 5,3 m e 5,36 m de comprimento fora a fora, respetivamente, e a terceira embarcação tem 6,99 m, no limite do que a DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos tem vindo a autorizar para a zona do rio Tejo, e estão em bom e muito bom estado de conservação.

A frota está pouco apetrechada, nomeadamente sem GPS ou sonda, e apenas a maior embarcação tem instalado alador (mas também não utiliza qualquer outra tecnologia ou equipamento). Das duas embarcações mais pequenas, uma não trabalha com redes e opera a maior parte do tempo em água doce, pelo que o arrais não sente a necessidade de alador nem utiliza a bordo qualquer outra tecnologia ou equipamento, a outra opera com redes, mas o arrais, que já tem uma idade avançada, e é muito experiente, considera que fazer bem é como sempre lhe ensinaram, utilizar a bússola quando necessário, e não é muitas vezes, e alar as redes à mão.

Os arrais avaliaram patrimonialmente as suas embarcações em 70.000,00€ e as artes de pesca em 65.000,00€, o que atinge em conjunto um valor de mercado de 135.000,00€ (valor patrimonial à data de 2018).

[32] Os dados da caraterização técnica de frota, e apenas esses, especificamente, porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, foram obtidos a partir da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

I.2.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

Na comunidade piscatória de Porto Alto os proprietários são armadores e simultaneamente exercem a bordo as funções de arrais. Os dois mais novos são um com 42 anos e outro com 47 anos, e o mais experiente, o Sr. Joaquim Francisco Moreira Tomaz, tem 63 anos. Destes, dois nasceram em Vila Franca de Xira, ainda são descendentes de avieiros e começaram a aprender a atividade com oito anos, e o terceiro, o Sr. Luís Miguel Monteiro Vélez, que é o mais novo na comunidade, nasceu em Lisboa, começou a aprender a atividade aos 11 anos e por motivos familiares mudou-se já em adulto para o Porto Alto, tendo apenas aqui iniciado a pesca profissional aos 35 anos.

Os motivos que levaram estes arrais a aprender a atividade são vários, e todos eles são relevantes, como a necessidade de trabalhar para ajudar a família devido a dificuldades económicas, por ser uma atividade com tradição familiar e para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família, e também pela rentabilidade da pesca na altura em que começaram a atividade. Não obstante serem motivos muito pragmáticos, relacionados ou com a tradição ou com questões económicas, todos salientaram gostar da pesca.

Os três arrais residem em Porto Alto, concelho de Benavente, iniciaram a atividade na categoria de pescador e a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade. O início da atividade muito cedo condicionou as aprendizagens na escola, de onde fugiam por não gostarem, e por isso têm baixa escolaridade: um tem a quarta classe (1º ciclo) e dois concluíram o sexto ano de escolaridade (2º ciclo).

Do ponto de vista da organização familiar, dois arrais são casados e um vive em união de facto e todos têm no seu agregado familiar três pessoas. No entanto, o arrais de maior idade labora diariamente sozinho, porque a esposa já não aguenta fisicamente a vida da pesca. Os outros dois arrais mais novos laboram com um familiar, num dos casos é um primo, no outro é o cônjuge, e apenas num dos casos existe cédula marítima de pescador, porque trabalha integralmente nas águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo. No outro caso o arrais labora sozinho no estuário do rio Tejo, geralmente com piteira ao polvo na foz do rio Tejo, o que representa pouco da sua atividade, e apenas quando opera a apanhar lagostim nas valas e arrozais de água doce da Lezíria do Tejo, camarinha nas marinhas, camarão do rio, lampreias, caranguejos chineses e enguias na parte de água doce do Tejo, é que leva a bordo o cônjuge, e por isso não tem cédula marítima.

A ausência de jovens com vontade de aprender e continuar a atividade pode colocar em causa, no futuro, a continuidade da pesca profissional no Porto Alto. Para já, apenas o Rui Miguel, com 40 anos, arrais de pesca local, filho de Joaquim Francisco Moreira Tomaz, demonstra interesse pela pesca e poderá vir a ser o último arrais nascido nesta comunidade, porque a descendência dos outros dois arrais mais jovens não pretende prosseguir a atividade. Importa notar que Joaquim Francisco Moreira Tomaz está a poucos meses de se poder reformar pela idade normal, e se não for substituído pelo filho, é menos uma embarcação em atividade nesta comunidade piscatória.

Do ponto de vista de caracterização profissional, todos os arrais detêm a categoria de "arrais de pesca", que é o necessário, considerando que laboram na totalidade dentro do estuário do rio Tejo e em água doce para montante. A pesca é a principal atividade destes arrais, que não desenvolvem qualquer outra atividade em paralelo, nem sabem fazer nada mais do que pescar.

Quanto à caracterização socioeconómica, os três agregados familiares dependem em exclusivo do rendimento da pesca, e no caso do arrais mais experiente, que trabalha sozinho, para considerar que um dia de faina é razoável ou bom, tem de alcançar o valor bruto mínimo de 50,00€ e o máximo de 80,00€, respetivamente, e no caso dos dois arrais mais novos que trabalham com um tripulante a bordo para considerem um dia de faina é razoável ou bom, têm de alcançar o valor bruto mínimo de 100,00€ ou 150,00€ e o valor máximo de 300,00€, respetivamente. Estes valores brutos incluem os gastos de combustível (gasolina), manutenção de embarcações e de artes de pesca.

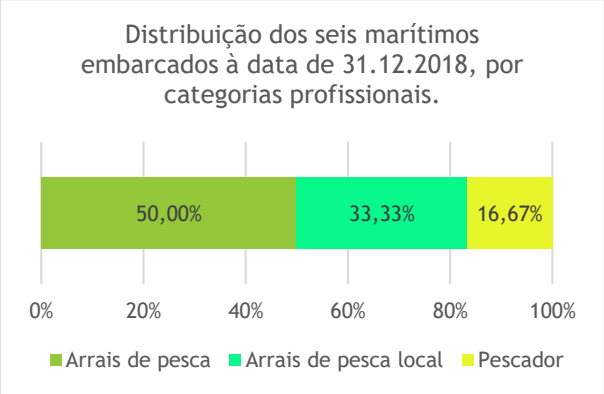
Os três arrais estão satisfeitos, apesar de salientarem que nunca ninguém fez nada por eles em termos de infraestruturas de apoio à pesca, e também estão motivados, porque segundo dizem "*tristezas não pagam dívidas*".

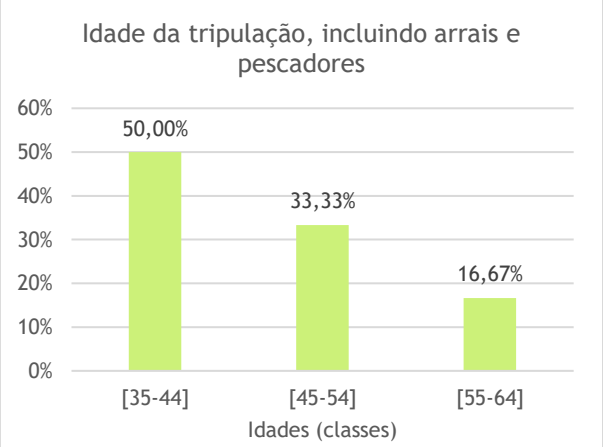
I.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[33]

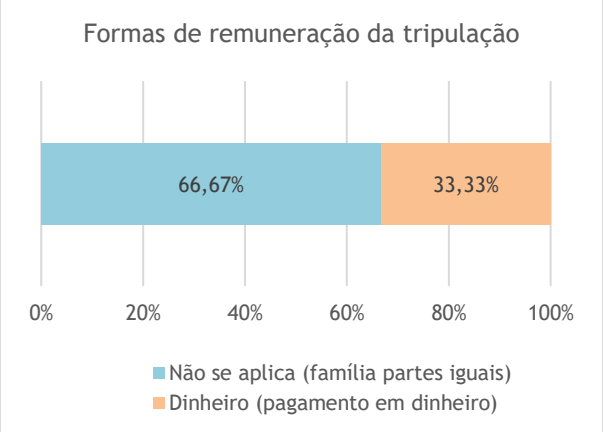
À data de 31 de dezembro de 2018, nas três embarcações de pesca local benaventenses com licença de pesca para a zona rio Tejo em 2018, estavam matriculados seis marítimos, incluindo arrais e pescadores. Cada uma das embarcações operava com dois tripulantes. Este número não englobava embarques não registados, nem embarques de não marítimos, o que neste concelho abrange dois indivíduos.

Apesar da atual reduzida expressão da comunidade piscatória, que poderá mesmo suscitar dúvidas sobre a sua viabilidade a longo prazo, a verdade é que é uma das mais jovens do Tejo, com 50% dos marítimos a terem entre 35 e 44 anos, e com 33,33% dos marítimos entre 45 e 54 anos, sendo que apenas 16,67% dos marítimos têm entre 55 e 64 anos, como se observa no gráfico ao lado. Sobre as categorias profissionais, 16,67% têm a categoria de pescador, 33,33% a categoria de arrais de pesca local, e 50% têm a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico ao lado.

Sobre as formas de remuneração, 33,33% recebem em dinheiro por cada dia de pesca, entre 35€ e 45€, e os demais 66,67% dividem o produto da pescaria em partes iguais, como se observa no gráfico ao lado, porque são família. Num dos casos andam embarcados pai e filho, e em outro caso marido e mulher. No primeiro caso, o arrais assume todas as despesas da embarcação e paga um montante fixo por cada vez que o marítimo embarca, e no segundo caso o produto das pescarias "vai para o bolo da casa", de onde também tiram o dinheiro para as despesas. Se no primeiro caso existe mais flutuação nos marítimos contratados, e por isso maior incumprimento no embarque sem autorização, no segundo caso os marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, o que se percebe, já que são todos familiares.







[33] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos rols de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário.

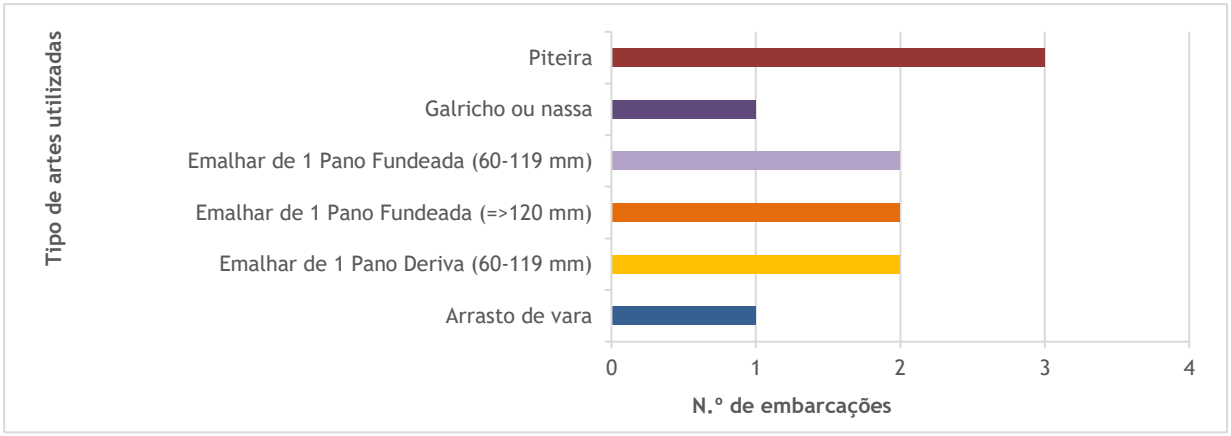
I.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

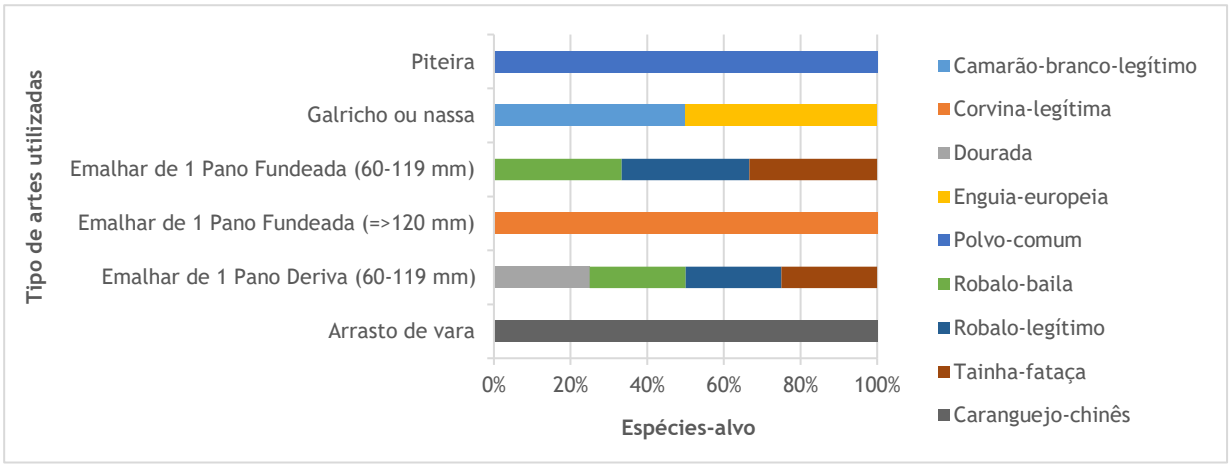
A principal zona de operação das embarcações de pesca local benaventenses é o estuário do rio Tejo, com algumas observações. Uma das embarcações tem licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo e para a ZEE Portuguesa – Sub área Continente (FAO 27), em simultâneo, mas o proprietário opera essencialmente com redes a montante da Ponte Vasco da Gama, dirige a pesca aos robalos (legítimo e baila), à corvina, à dourada, às tainhas e aos sargos, e, nas boas marés do polvo, desloca-se à foz para o capturar com piteira, período em que deixa a embarcação amarrada na doca de Pedrouços. Apesar de ter licenças oceânicas, não excede o Bugio. O tempo de deslocação, e o custo de combustível, obrigam a que faça esta pesca em sequências contínuas de quinze dias, no período das boas marés de polvo, regressando depois com a embarcação para o Porto Alto. Durante esses quinze dias o proprietário desloca-se no seu carro entre Porto Alto e Pedrouços. Uma outra embarcação apenas tem licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, e o proprietário opera com redes para a captura de corvina, de tainhas, de sargos e de robalos a montante da Ponte Vasco da Gama, com galrichos para a captura de enguias e de camarão-branco-legítimo (ou camarão do rio) no rio Sorraia e na zona das "ostras de Alcochete", respetivamente, e com arrasto de vara para captura de caranguejo-chinês (ou caranguejo-peludo-chinês) na foz do rio Sorraia e na Ponta de Erva, nos meses de dezembro e janeiro, e, para além disso, também se desloca à zona da foz afim de capturar polvo com piteira, nos mesmos ciclos de quinze dias, período em que também deixa a embarcação na doca de Pedrouços. Ao contrário do primeiro proprietário, este não dispõe de carta de condução para se deslocar por terra entre Pedrouços e Porto Alto, pelo que enquanto opera ao polvo na foz do rio Tejo, come e dorme dentro da embarcação, protegida na doca de Pedrouços.

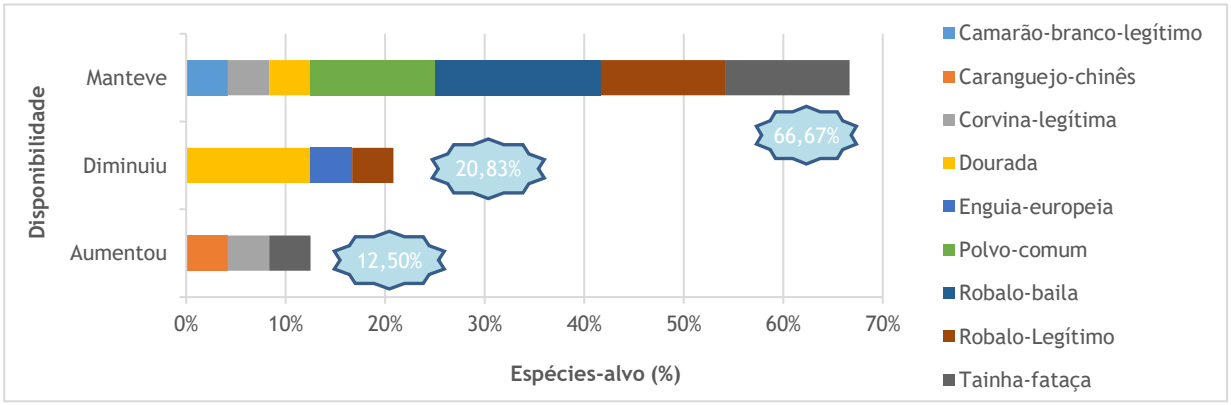
Uma última embarcação está habilitada com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo e com licença de pesca lúdica para águas interiores entre os rios Douro e Tejo (licença geral regional centro), incluindo ambas as margens, mas o proprietário opera predominantemente na água doce dos rios Sorraia e Tejo. Com galrichos de 15 mm de malhagem mínima da rede captura lampreias, caranguejo-chinês (ou caranguejo-peludo-chinês) e enguias, de março a junho, a montante da Ponte de Vila Franca de Xira, e com galrichos do tipo "sevilhana" captura lagostim, de agosto até ao início de outubro, nas valas e arrozais da Lezíria do Tejo (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, n.^{os} LIV. IV. IV. 18 e LIV. IV. IV. 20), e também camarinha nas marinhas, o que representa cerca de 60% do seu labor. Completa a atividade na pesca do polvo com piteira na foz do rio Tejo, de dezembro até março, em ciclos contínuos de quinze dias, período em que deixa a embarcação na doca de Pedrouços e desloca-se por terra para Porto Alto, o que representa os restantes 40% da sua atividade piscatória. As espécies de água doce não vão ser analisadas neste trabalho, apenas as espécies de águas salobra e marítima, mas vamos fazer uma pequena referência ao lagostim. Segundo indicou o proprietário, esta espécie apareceu nas valas há cerca de 35 anos, e quando começaram a plantar arroz, transferiu-se para os arrozais, onde tem melhor refúgio. É abundante durante todo o ano. Em 2018, apenas em dois meses (agosto/setembro), capturou 18 toneladas, que vendeu a um euro por quilo.

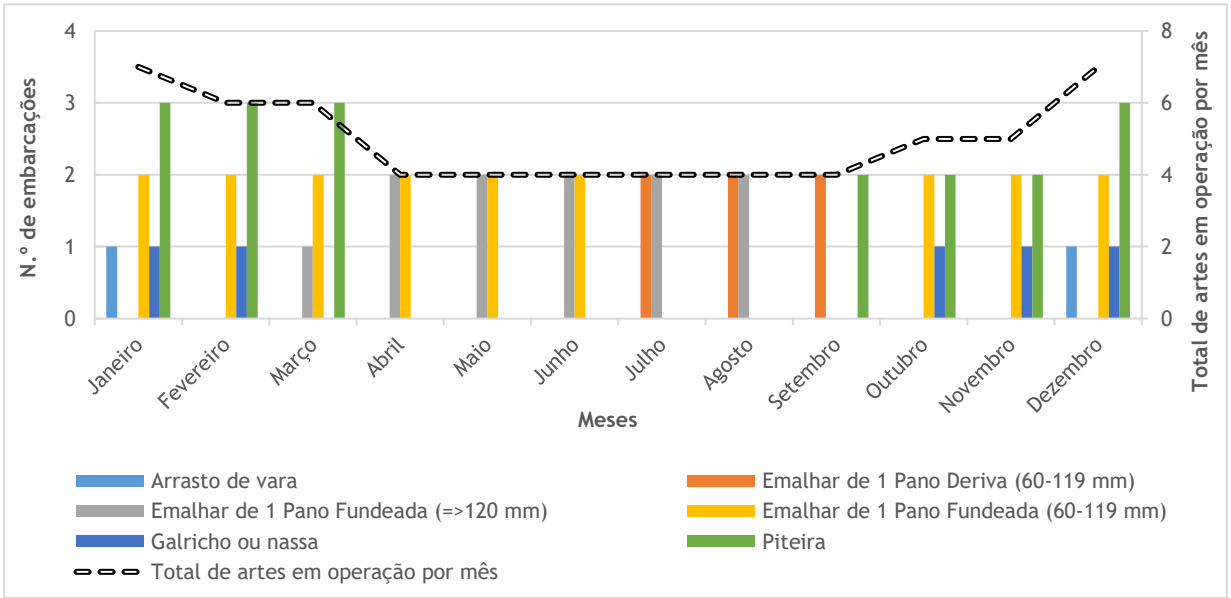
Como se observa nos gráficos a seguir, que resumem o explanado nos parágrafos anteriores, a arte mais utilizada é a piteira, dirigida ao polvo, seguindo-se a rede de emalhar de um pano, à deriva e fundeada, nas diversas classes de malhagem, os galrichos, e, por fim, o arrasto de vara. O mais surpreendente, parece-nos, é a não utilização de tresmalho, e, também, a captura do caranguejo-chinês, conhecido localmente como a "sapateira de água doce", com o arrasto de vara. Esta espécie não vai à lota, é vendida aos asiáticos, que atualmente habitam de forma massiva no concelho de Alcochete devido à "febre" da amêijoa-japonesa, ou é utilizada para isco. De salientar que esta espécie destrói as redes e impede a utilização das nassas e galrichos, é considerada uma praga pelos marítimos, pelo que geralmente não lhe dirigem a pesca, mas, quando surge como captura acessória, é utilizada para isco. No entanto, sempre que tenham encomendas de asiáticos, fazem lanços de arrasto de vara para os capturar. Não é, contudo, uma pesca lucrativa, visa apenas a sobrevivência. O menor número de artes em operação observa-se entre os meses de abril a setembro, o que se justifica pelas condições do meio e pelas espécies disponíveis.

Em relação às várias espécies alvo atrás referidas e identificadas no gráfico a seguir, em 66,67% dos casos os marítimos responderam que a disponibilidade se manteve entre 2015/18, 20,83% responderam que diminuiu, e 12,50% responderam que aumentou. As espécies que reduziram a disponibilidade foram a dourada (12,5%), a enguia-europeia (4,17%) e o robalo-legítimo (4,17%), e as que aumentaram foram o caranguejo-chinês (4,17%) e a corvina-legítima (4,17%). De camarão-branco-legítimo (ou camarão do rio) as capturas não excedem os dois ou três quilos por maré. A tainha-fataça foi a espécie mais capturada, mas é muito abundante.


Tipo de artes utilizadas
Piteira
Galricho ou nassa
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0
1
2
3
4
N.º de embarcações


Tipo de artes utilizadas
Piteira
Galricho ou nassa
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0%
20%
40%
60%
80%
100%
Espécies-alvo
Camarão-branco-legítimo
Corvina-legítima
Dourada
Enguia-europeia
Polvo-comum
Robalo-baila
Robalo-legítimo
Tainha-fataça
Caranguejo-chinês


Disponibilidade
Manteve
Diminuiu
Aumentou
66,67%
20,83%
12,50%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
70%
Espécies-alvo (%)
Camarão-branco-legítimo
Caranguejo-chinês
Corvina-legítima
Dourada
Enguia-europeia
Polvo-comum
Robalo-baila
Robalo-Legítimo
Tainha-fataça


N.º de embarcações
Total de artes em operação por mês
Janeiro
Fevereiro
Março
Abril
Maio
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Novembro
Dezembro
Meses
Arrasto de vara
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Galricho ou nassa
Total de artes em operação por mês
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Piteira

Para além das espécies a que dirigiram a pesca, tiveram espécies acessórias, nomeadamente: badejo, bodião, charroco, congro (ou safio), corvinata-real (ou peixe rainha), ratão, raias, salema, cangulo (ou peixe-porco), choco-vulgar, tainhas (*Mugil sp.*), lúcio, lampreias, sardinha, sável e savelha (ou saboga). Regista-se ainda a captura de diversos exemplares de siluro (*Silurus glanis*), também conhecido por peixe-gato europeu, uma espécie invasora de água doce, de grande dimensão, que os marítimos devolvem ao rio.

Questionados os marítimos que governam as embarcações sobre os principais motivos para dirigirem a pesca a essas espécies, todos indicaram que as artes de pesca que lhes estão autorizadas são para estas espécies, sendo que 66,37% ainda invocaram o seu potencial económico e 33,33% o facto de serem as espécies da época. Os marítimos também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria.

As embarcações benaventenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, das quais uma estava habilitada com licença de pesca para águas marítimas, como vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 13.472,60 Kg de pescado, integralmente capturados nas águas interiores não marítimas do rio Tejo, que foi comercializado por 91.980,66€, o que corresponde ao preço médio de 6,83€/Kg, como se observa na tabela a seguir. A tainha-fataça foi a espécie mais desembarcada, num total de 5.341,30 Kg, comercializados por 11.074,51€, o que corresponde ao valor médio de 2,07€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi a corvina-legitima, num total de 3.975,70 Kg, comercializados por 25.582,48€, seguindo-se o robalo-legítimo, num total de 2.354,30 Kg comercializados por 38.347,56€, e logo a seguir o polvo-vulgar, num total de 1.324 Kg comercializados por 13.150,50€. Se tainha-fataça foi a espécie mais desembarcada, o robalo-legítimo foi a espécie mais valorizada, atingindo o valor médio de 16,29€/Kg. A tainha foi e continua a ser depreciada, mas começa a ter mercado, ainda que seja pouco valorizada. A espécie mais valorizada, à média de 19,13€/Kg, foi a dourada, mas apenas foram desembarcados 36,90 Kg. Estes dados foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local benaventenses devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não comtemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo, nem contemplam as espécies capturadas em água doce, como o lagostim.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Badejo	4,30	6,45 €	1,50 €
Bodião	96,10	110,87 €	1,15 €
Charroco	5,00	10,70 €	2,14 €
Congro	18,50	74,85 €	4,05 €
Corvina-legitima	3 975,70	25 582,48 €	6,43 €
Corvinata-real	29,90	62,66 €	2,10 €
Dourada	36,90	705,85 €	19,13 €
Enguia-europeia	0,50	7,00 €	14,00 €
Enguias	157,50	2 145,31 €	13,62 €
Linguado-legítimo	4,70	54,79 €	11,66 €
Linguados	16,00	217,44 €	13,59 €
Lúcio	56,80	287,42 €	5,06 €
Polvo-vulgar	1 324,00	13 150,50 €	9,93 €
Robalo-baila	44,40	122,31 €	2,75 €
Robalo-legitimo	2 354,30	38 347,56 €	16,29 €
Sável	6,70	19,96 €	2,98 €
Tainha-fataça	5 341,30	11 074,51 €	2,07 €
Somatório	**13 472,60**	**91 980,66 €**	**6,83 €**

TABELA 5 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Benavente no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos operacionais, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e

ao tipo de combustível. No ano de 2018, a despesa totalizou 32.485,00 €, sendo que quase metade deste valor foi gasto com combustível para as embarcações (16.200,00 €), e uma parcela importante foi consumida, direta ou indiretamente, com deslocações para venda de pescado em lota (3.255,00 €), como se observa na tabela a seguir. É nestes dois centros de custos que mais reformas haveria a fazer tendo em vista a redução dos custos de operação, a começar por reduzir os custos com combustível, através da implementação de uma política pública de subsidiação à alteração de motores, ou aplicando a isenção ou as taxas reduzidas do ISP (imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos) à gasolina, combustível utilizado pela totalidade das embarcações em operação neste concelho, e, ao mesmo tempo, reduzir os custos de deslocação à lota, através da implementação local de um centro de recolha de pescado, sob gestão da Docapesca - Portos e Lotas, S. A., para tornar a atividade mais dinâmica, atrativa e rentável. Importa salientar que o investimento em aquisição e recuperação de artes e na manutenção da embarcação e dos equipamentos a bordo, no total de 6.000,00 € e de 4.200,00 €, respetivamente, totaliza menos de metade do investimento realizado no combustível para a embarcação e no custo de deslocação para a venda do pescado em lota, o que revela o desequilíbrio estrutural da atividade. Esta despesa foi realizada no território concelhio, contribuiu para dinamizar a economia local, pelo que também por isso esta atividade deveria ser mais valorizada.

Custos operacionais da atividade piscatória benaventense, por centros de custo	**Despesa (euros)**
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	6 000,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	3 255,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	680,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	4 200,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	1 900,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	16 200,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	250 €
Somatório	32 485,00 €

Fica bem patente da tabela anterior que o que mais impacta nos custos operacionais é o custo do combustível, motivo pelo qual também indagámos os marítimos sobre o tempo que gastam na deslocação para os pesqueiros, mínimo e máximo (em minutos), por arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir do Porto Alto. Os pesqueiros para operação ao arrasto de vara e com os galrichos (ou nassas) são os mais próximos, seguindo-se os pesqueiros para a operação com redes de emalhar de um pano, à deriva e fundeadas, e por fim os pesqueiros da piteira, mais distantes, na foz do rio Tejo. O tempo médio de deslocação, ida e volta, aos pesqueiros para operar com arrasto de vara, é no mínimo de 30 minutos e no máximo de 110 minutos, quando para operar com a piteira é no mínimo 120 minutos e no máximo 180 minutos (três horas), como se observa na tabela a seguir. Estas dados demonstram uma grande mobilidade na demanda por novos pesqueiros no estuário do rio Tejo, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	Tempo mínimo (min.)			Tempo máximo (min.)		
	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
Arrasto de vara	30,00	30,00	30,00	110,00	110,00	110,00
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	60,00	60,00	60,00	100,00	110,00	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	60,00	60,00	60,00	100,00	110,00	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	60,00	60,00	60,00	100,00	108,57	120,00
Galricho ou nassa	30,00	35,00	40,00	80,00	85,00	90,00
Piteira	120,00	120,00	120,00	180,00	180,00	180,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações benaventenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 217 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 480 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é mais do que o dobro do número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
60 (15 dias * 4 meses)	240 (20 dias * 12 meses)	160 (16,67 dias/mês)	480	31	126	72,33	217

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré).

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhe reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. Esta comunidade piscatória está muito afastada dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, a lota da Costa da Caparica, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário de preparação de artes, de pesca e de descanso dos marítimos, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso ao porto de abrigo, inviabilizam o transporte. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (e mesmo assim ainda têm de pagar portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para a Costa da Caparica e para a Trafaria. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adotar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Inquerimos também os marítimos sobre o número de meses de operação por ano, e apurámos que uma das embarcações opera dois quadrimestres em água doce (apenas um na zona do estuário do rio Tejo), as restantes operam durante os doze meses. Também os inquirimos sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados ergonómicos, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, automatismo e perda de significado. Os marítimos dedicam em média, por dia de faina, onze horas à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 14 horas por dia, e no mínimo nove horas por dia, o que são valores significativos para uma atividade que requer grande exigência física.

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, observa-se que a unanimidade respondeu por mau tempo, sendo que 33,33% dos casos ainda acrescentaram as situações em que têm as embarcações a reparar, e outros 33,33% acrescentaram o caso das marés que não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*". Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Porto Alto encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

Têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos de Porto Alto sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legítima, devido a alterações do clima, tendo a resposta sido unanimemente não. Recordaram-nos, aliás, que a lampreia-de-rio, espécie classificada como criticamente em perigo (Cabral *et al.*, 2005), existe no rio Sorraia, o que para eles é um sinal de vitalidade do ecossistema.

I.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No concelho de Benavente existem várias associações de pesca, na sua totalidade focadas na pesca lúdica de lazer e desportiva, muito em torno da pesca fluvial no rio Tejo e na albufeira do Vale Cobão, como é o caso da Sociedade Filarmónica União Samorense, e também na "pesca e caça", em simultâneo, como é o caso da Associação de Caça e Pesca de Samora Correia. Não existe qualquer associação de pesca profissional. Aliás, será de estranhar que se saiba que aí existe pesca profissional, o que mostra o abandono a que estão sujeitos os últimos pescadores profissionais. Notar que pelo Alvará n.º 544/2019, de 29 de julho, foi atribuída à Sociedade Filarmónica União Samorense a concessão da pesca na albufeira de Vale Cobrão, que abrange uma área de cerca de nove hectares, por um período de dez anos, até 29 de julho de 2029. Esta é a principal atratividade piscatória concelhia. Este Alvará autoriza a captura das espécies com as seguintes dimensões mínimas: achigã, barbo e carpa – 20cm, boga – 15cm, e escalo – 12 cm. O achigã apenas pode ser capturado de 1 de janeiro a 15 de março e de 15 de maio a 31 de dezembro, o barbo, a boga e o escalo de 1 de janeiro a 15 de março e de 15 de junho a 31 de dezembro, e a carpa, o pimpão e a tenca durante todo o ano.[34]

Consequentemente, ao questionarmos os arrais se estavam inscritos em alguma associação de pescadores, responderam que não faziam parte de alguma e nem tinham interesse em vir a fazer, porque consideravam que não tinha qualquer pertinência. Mostraram-se profundamente desiludidos com os movimentos associativos, que indicaram existir apenas para servir os interesses deles, e não dos pescadores.

Sobre a avaliação que estes arrais fazem do desempenho das instituições que regulam e fiscalizam a atividade piscatória, 66,67% responderam pouco satisfeitos, e 33,33% satisfeitos, tendo a totalidade referido que nunca a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), que é a Autoridade Nacional das Pescas, os procurou para saberem se era possível fazer alguma coisa para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, e quando eles se dirigem a essa entidade para salientar o que podia ser melhorado são ignorados, quase sempre nem lhes é conferido o direito a serem ouvidos e recebidos. A totalidade destes arrais considera que os pescadores deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, coisa que, para eles, isso agora não acontece.

Quanto às questões de segurança, e iniciando pela questão da segurança a bordo, sabemos que os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Por isso mesmo indagámos os arrais se nas suas embarcações todos sabiam nadar e boiar, e se tinham conhecimentos de primeiros socorros, que é o mínimo para sobreviver em situação de sinistro, e todos responderam de forma positiva. Em relação à segurança na navegação, questionámos os arrais se no exercício da atividade piscatória é normal existirem muitos acidentes sobre o espelho de água, ao que 66,67% responderam que não, e 33,33% responderam alguns. Quanto às questões da segurança de pessoas e bens, e por sabermos que o mercado da apanha ilegal da amêijoa-japonesa leva ao espelho de água muitos desclassificados, especialmente junto à Ponte Vasco da Gama, onde operam os marítimos desta comunidade, indagámos os arrais se já lhe tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo 66,67% respondido algumas vezes, e 33,33% respondido frequentemente. Os dados estão em linha com o que ocorre nas demais comunidades piscatórias do Tejo.

Sobre a devoção dos arrais, questionámos se eram devotos de santo a quem pedem enquanto operam no estuário do rio Tejo, tendo 66,67% respondido serem devotos da Nossa Senhora de Fátima, e 33,33% responderam que não tinham qualquer vinculação religiosa, nem acreditavam nisso, e confiavam plenamente nas suas capacidades e do seu equipamento para realizar a atividade. Contrariamente ao que era expectável, é o arrais mais jovem que mais acredita no "poder divino".

[34] Concessão de Pesca da Albufeira de Vale Cobrão, concelho de Benavente. Resumo do Regulamento: https://www.icnf.pt/api/file/doc/a8a4044c58a35d81. Despacho VCD-NS/311/2019, de 14 de junho, que leva à emissão do Alvará n.º 544/2019, de 29 de julho: https://www.icnf.pt/api/file/doc/ef700ce68630bda9.

I.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

Quando as artes desenvolvidas para capturar animais marinhos são inadvertidamente perdidas durante a faina, prevêem-se graves danos à vida marinha, situação ainda pouco conhecida nas águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo. Por esse motivo inquirimos os arrais deste concelho acerca da intensidade com que perdem artes na faina, tendo 66,67% respondido algumas vezes e 33,33% frequentemente. Também questionámos os arrais sobre o que os preocupa quando acontece perderem artes, tendo 66,67% revelado preocupações económicas, relativas à aquisição de novas artes ou à aquisição do material para eles próprios as elaborarem, e preocupações ambientais e ecológicas, relativamente à conservação do ecossistema, e os demais 33,33% mostraram apenas preocupações económicas com a aquisição de novo material.

A pesca praticada neste concelho está historicamente ligada à cultura avieira, e, como sabemos, os avieiros viviam literalmente dentro das embarcações com as suas famílias. Hoje isso já não acontece, já nenhum arrais confeciona alimentos a bordo, ou sequer amanham peixe a bordo, quer seja para consumo próprio ou para venda, o que reflete a significativa mudança desta atividade neste território. Com uma exceção. O Sr. Joaquim Francisco Moreira Tomaz, proprietário, armador e arrais da embarcação "Acabô", registo n.º VX-739-L, quando faz pesca ao polvo com piteira, na foz do rio Tejo, desloca-se de barco, porque não dispõe de viatura particular, e, devido à grande distância, deixa o barco na Doca de Alcântara, alimenta-se e pernoita dentro da embarcação. Desenvolve a atividade na foz sensivelmente durante quinze dias, período das boas marés para esta pesca, regressando depois com a embarcação ao Porto Alto. E assim ao longo dos meses. Enquanto está na zona da foz entrega o pescado no posto de vendagem da Trafaria, e é assim que vai conseguindo cumprir o mínimo de desembarques em lota para manter a licença de pesca. Nos períodos em que fica na zona de Porto Alto, pesca no rio Sorraia e na zona das ostras de Alcochete, tem muitas dificuldades para levar o pescado à lota por falta de transporte.

A substituição dos óleos usados dos motores das embarcações é feita pelos próprios arrais com a embarcação em seco, segundo o indicaram, e o óleo usado é guardado em vasilhas para utilizações domésticas, geralmente na conservação de madeira. Era importante que esta comunidade piscatória pudesse receber da autarquia um recipiente próprio para o depósito dos óleos usados das embarcações, pois nunca se sabe qual será o verdadeiro destino final destes óleos.

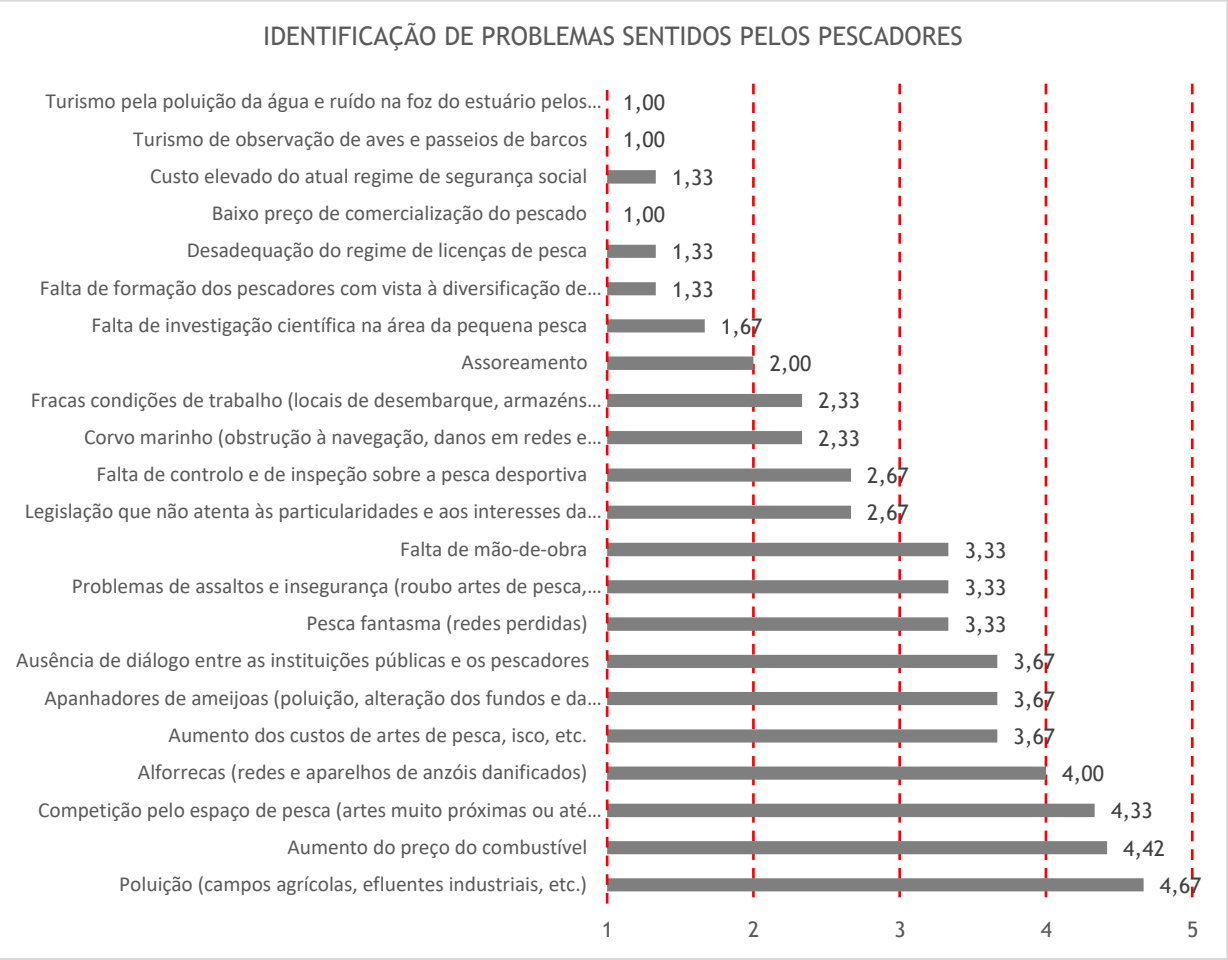
Por fim, questionámos os arrais se apanhavam resíduos nas artes de pesca, tendo 66,67% respondido frequentemente e os demais 33,33% respondido muito frequentemente, o que revela a poluição existente no fundo do rio e na coluna de água. Também lhes foi perguntado sobre o tipo de materiais que apanhavam, tendo todos de forma unânime respondido plásticos diversos, a que acrescentaram metal, madeiras, tecidos diversos, produtos alimentícios, cadáveres de animais domésticos e pedaços de artes de pesca, como se observa no quadro seguinte. Pela localização da comunidade no rio Sorraia, no Porto Alto, para além dos materiais de origem antrópica os arrais queixam-se de muita matéria orgânica que resulta de desprendimentos aquando da abertura das valas dos arrozais a montante. Foi-lhes ainda perguntado sobre o destino que dão aos resíduos que apanham nas artes, e todos responderam que os devolvem ao rio, o que mostra ainda existir muito trabalho a fazer de sensibilização para com estes marítimos.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA COM AS ARTES DE PESCA? (%)	ALHANDRA
I,III,IV,V,VII	33,33%
II,III,V	33,33%
II,III,VI	33,33%
TOTAL	100,00%

Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) tecidos diversos; (v) materiais mistos; (vi) produtos alimentícios e cadáveres de animais domésticos; (vii) pedaços de artes de pesca.

I.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Benavente (Porto Alto) sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), o aumento do preço do combustível, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), o aumento dos custos de artes de pesca e isco, os apanhadores de amêijoas (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução ao alimento do peixe, insegurança e furtos), a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, a pesca fantasma (redes perdidas), os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios) e a falta de mão-de-obra, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

A localização desta comunidade numa zona de intensa produção agrícola e agropecuária cujos agentes económicos já provaram serem capazes de infligir pesados danos aos pescadores, leva a que os problemas de poluição agrícola e de efluentes industriais, da indústria adjacente, sejam a principal preocupação dos arrais. A existência de cadáveres de animais a aboiar, sobretudo vacas, cabras e cães,

a ficarem enredados nas artes, é uma constante e põem em causa a sua saúde e a sua segurança, tal como diversos resíduos, como contentores do lixo, televisões, frigoríficos, máquinas de lavar roupa, mobiliário de casa (cadeiras e mesas), sacos de plástico, roupas, enfim, de tudo um pouco chega ao Tejo através do rio Sorraia. Para além disso, as águas do rio Sorraia também transportam frequentemente intensa matéria orgânica capaz de provocar danos nos motores, nomeadamente enormes troncos de árvores, o que acontece porque, segundo dizem, não existe qualquer cuidado nas produções agrícolas e agropecuárias a montante.

Para além disso, ainda existe a poluição química, bastante mais nociva. O proprietário e armador da embarcação "Ruben André", registo n.º VX-745-L, Fernando Simãozinho, que exerce a bordo as funções de arrais, em 2012 deixou uma gaiola com enguias vivas dentro de água, presa ao cais, porque eram poucas para levar à lota. A ideia era juntar as enguias capturadas de duas ou três marés, e mantê-las na água para depois as vender vivas. No entanto, de um dia para o outro morreram todas devido a falhas no tratamento de esgotos e devido a descargas de efluentes no rio Sorraia, porque estando presas dentro do saco não conseguiram fugir à descarga poluente.

Sobre o preço do combustível, e pressionados pela enorme distância à lota, estes arrais querem que o subsídio da gasolina seja concedido nos mesmos termos da concessão do subsídio do gasóleo, ou seja, que seja concedido diretamente no abastecimento na bomba, e não em função do número de dias de entrega de pescado em lota, porque esse indicar não corresponde à realidade. Segundo eles, e comprovamos no terreno ser factual, o número de marés é muito maior do que o oficialmente registado, porque devido à distância à lota são obrigados a juntar o peixe em frio de duas ou três marés, e só depois o levar à lota, sendo recebido como se de uma única maré se tratasse.

Sobre a competição pelo espaço de pesca, os arrais consideram que deveria ser maior a fiscalização dos pecadores lúdicos e deveria ser mais intensa a fiscalização sobre a apanha ilegal de amêijoa-japonesa com ganchorra a reboque de embarcação motorizada. Para mitigar os efeitos da enorme competição pelo espaço, um arrais defendeu que deveriam ser criados defesos para proteger as espécies com mais interesse comercial na altura da desova, compensando financeiramente os proprietários e armadores durante o período de paralisação em função do valor de vendas em lota, em igual período no último ano.

As alforrecas são a grande dor de cabeça dos arrais, pelo número de artes que danificam, e todos que utilizam redes gostariam de poder eliminar essa espécie da zona do rio Tejo. Apenas um arrais desta comunidade não opera com redes, e por isso a sua opinião é muito diferente dos demais. Para este arrais, as alforrecas são a defesa do equilíbrio biológico do Tejo, porque se não existissem os pescadores lançavam as redes todo o ano na tentativa de capturar o mais possível, e destruíam tudo.

Sobre os apanhadores de amêijoa- japonesa, o sentimento dos arrais é agridoce. Se por um lado reconhecem que foi a "*apanha de amêijoa-japonesa que segurou a pesca",* que não "*deixou que a pesca acabasse*", por outro lado também reconhecem que os apanhadores não ligam nenhuma às suas boias e rebentam todo o material que dentro de água estiver no seu caminho, o que lhes traz prejuízo e é problemático para o meio ambiente, porque as artes partidas ficam a pescar sozinhas de forma descontrolada. Por a apanha de amêijoa trazer mais prejuízo que ganhos, queriam que fosse legalizada, para ver se dessa forma esses pescadores ficavam mais contidos.

Sobre a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, defendem que o defeso da enguia deve ser de maio até setembro, porque é nessa altura que a enguia está pequena. Justificam que entre outubro e dezembro, período em que agora existe defeso, só as enguias muito pequenas, o meixão (enguias de vidro), não ficam retidas nos galrichos porque a malha é maior. Defendem também a instalação de um posto de vendagem ou lota em Vila Franca de Xira, porque não faz sentido aqui existir uma Delegação Marítima, mas não existir posto de entrega de pescado. A situação é ainda mais premente quando um dos arrais não tem viatura própria para levar o pescado à lota e está dependente da boa vontade de terceiros o que dificulta e encarece a operação.

Os problemas de assaltos e insegurança decorrem da situação precária das infraestruturas de apoio em terra, que foram criadas pelos arrais e são por eles mantidas. São frequentes os pequenos roubos, mas também já ocorreram roubos de valor substancial, o mais recente em 2010, ano em que roubaram um motor novo, acabado de instalar na embarcação "Ruben André", registo n.º VX-745-L, na borda da vala do rio Sorraia.

A falta de mão-de-obra, dizem que resulta da reduzida oferta de cursos de formação de pescador e de arrais de pesca local, em localidades próximas, por exemplo, em Vila Franca de Xira. Os últimos cursos foram abertos em Lisboa e Setúbal, o que se torna muito dispendioso e cansativo de frequentar,

pois fica muito longe para se deslocarem depois das horas de trabalho, especialmente para quem não tem transporte próprio.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 33,33% dos arrais indicaram que sim, tendo 66,67% respondido que não, como se observa no gráfico seguinte.

Os arrais que responderam de forma favorável, fizeram-no na espectativa de que fosse criada uma cooperativa próxima do cais de desembarque, porque não dispõem de transporte próprio para levar o pescado à lota, o que torna essa tarefa uma autêntica dor de cabeça e muito dispendiosa. Notar que os arrais de Porto Alto para levaram o pescado à lota da Costa da Caparica precisam fazer 65 Km de carro para cada um dos lados, um total de 130 Km, com portagens, que demora cerca de 1h40m, caso o trânsito seja pouco. Pelo rio, de barco, nem sequer era possível a deslocação, não só pelo tempo que demorava, mas também pelo custo de gasolina que acarretava. Nestes casos é forçoso guardar o pescado dois ou três dias em frio, para juntar uma quantidade que justifique o dispêndio de o levar à lota. O que também tem implicações no subsídio de combustível: como vão menos vezes à lota, recebem menos, e, no entanto, vão tantas vezes ao rio como todos os outros. De facto, um sistema profundamente injusto e pouco coerente.

No oposto, os arrais que responderam de forma desfavorável fizeram-no porque querem assegurar que ninguém sabe o que apanham, onde e como, coisa que seria impossível num sistema de cooperativa com grande união entre todos os envolvidos. Ao contrário dos arrais que responderam de forma favorável, que prescindem da confidencialidade para facilitar na entrega do pescado, estes têm transporte próprio, o que facilita o transporte para a lota, e não querem de forma alguma compartilhar o seu conhecimento com os demais, porque dizem que depois todos vão querer ir pescar para "*os seus locais*". Um arrais respondeu: "*isso não é possível porque as pessoas fazem contas à vida dos outros*".

A segunda estratégia era uma proposta de flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pequena pesca uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes, e 66,67% responderam que sim, e apenas 33,33% responderam que não, como se observa no gráfico a seguir.

Os que responderam de forma favorável entendem que era mais justo, mais equitativo, porque assim acabavam as licenças especiais e todos tinham as mesmas armas para "ganhar dinheiro". Os que responderam de forma negativa fizeram-no por terem muitas licenças, algumas licenças especiais, que valorizam a sua embarcação, e não estão disponíveis para abdicar dessas licenças, porque isso equivaleria a "perder dinheiro na embarcação"

A terceira estratégia era sobre a pesca turismo, para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após respetiva alteração da legislação, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca. Um total de 66,67% dos arrais concordou com a proposta, como se observa no gráfico a seguir, essencialmente por ser um bom complemento de rendimento que permitiria compensar as inúmeras alturas que não podem operar devido à alforreca, e 33,33% discordou, por a sua embarcação não ter condições para isso, e por o arrais também não ter paciência para "*aturar turistas, ainda os mandava borda fora*".

A quarta e última estratégia, sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, para que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, a totalidade dos arraias respondeu de forma desfavorável, como se observa no gráfico a seguir, porque dizem que atividade não gera rentabilidade para contratar terceiros, inclusive é difícil até remunerar o trabalho dos próprios arrais, não lhe restando alternativa a não ser fazerem tudo sozinhos, mesmo que abdicando do seu tempo de lazer, para "*irem aguentando a atividade*".

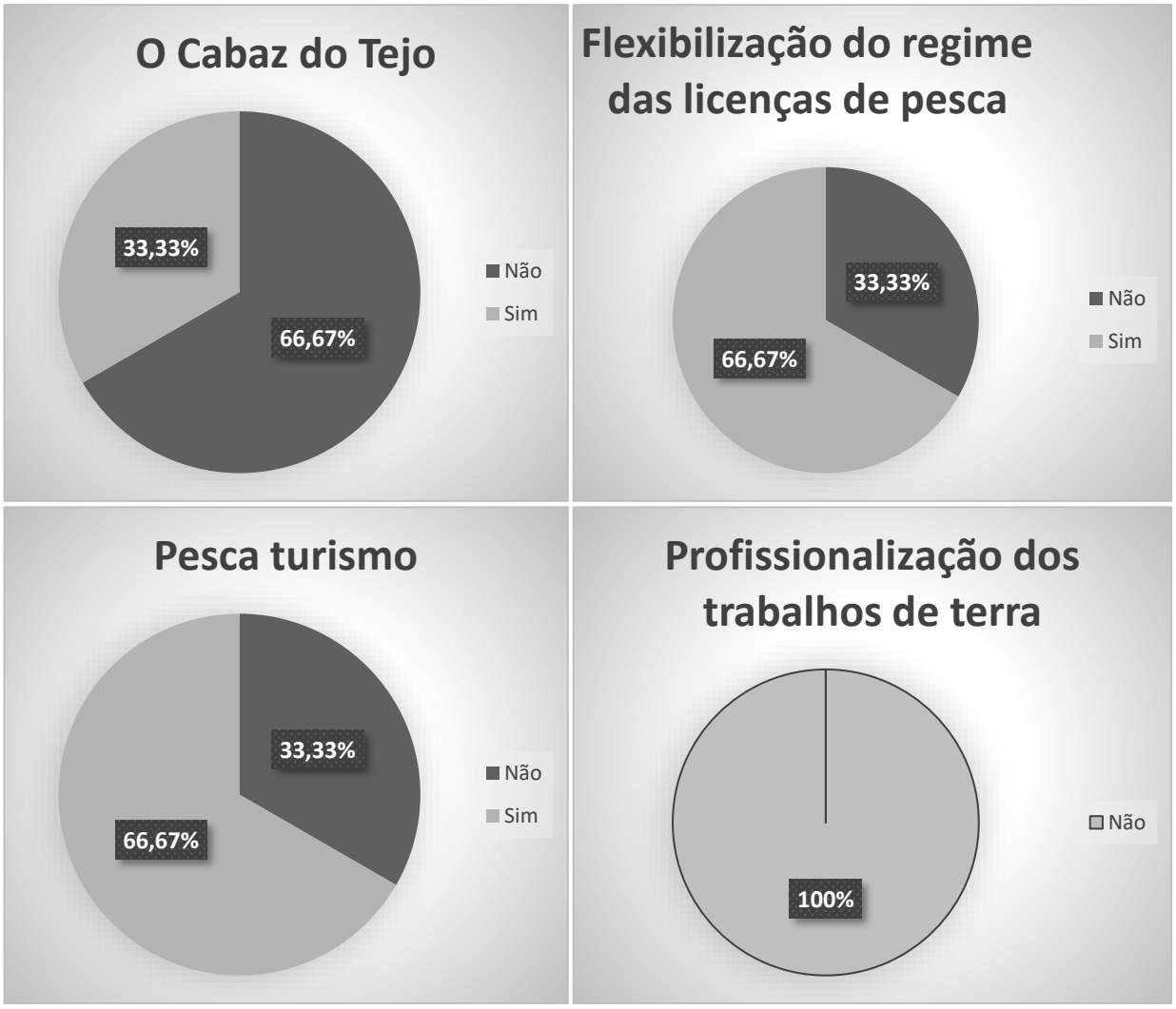




FIGURA 86 | Rio Sorraia. Cais privativo para duas embarcações, uma de recreio e outra de pesca profissional, que começa no domínio público marítimo, tendo sido semeado um canavial para conter a desagregação da margem do rio. Porto Alto, em 4.11.2018.

GRUPO II

Comunidades do Mar da Palha

(Municípios de Alcochete, Montijo,
Moita, Barreiro e Seixal)

II. COMUNIDADES DO MAR DA PALHA

As comunidades piscatórias da margem sul, em tempos designadas comunidades da *outra banda* ou *borda de água*, apresentam uma história conjunta fortemente ligada ao rio Tejo, com tradições comuns, desde a construção naval, à pesca e à navegação, incluindo a indústria do sal e outras conexas às pescas, como os moinhos de maré e as quintas agrícolas.

Na pesca partilhavam as mesmas artes, embarcações e zonas de pesca, como aconteceu com as históricas muletas do arrasto de tartaranha, embarcações com que os pescadores do Seixal e do Barreiro operavam fora da barra e dentro do estuário, ou com a arte do tapa-esteiros, também conhecida por estacada, cerco ou armadilha, durante muitas décadas o pilar da indústria de pesca aldeana, mas também utilizada pelos marítimos do Barreiro, Seixal e Moita, ou a apanha de plantas marinhas (alga conhecida por "bodelha" - *Fucus vesiculosus*) e moluscos bivalves pelas populações ribeirinhas de Alcochete, e um pouco de toda a região metropolitana de Lisboa, que aqui se deslocavam para essa faina.

Estas comunidades piscatórias, num total de treze, estão espalhadas pelas margens do estuário do rio Tejo nos cinco concelhos da margem sul, em Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro e Seixal, conforme mapa de enquadramento a seguir, a saber: Cais de Alcochete, Sítio das Hortas e Samouco em Alcochete, o Cais de Pesca Profissional no Montijo, o Gaio e a Barra a Barra na Moita, o Bico do Mexilhoeiro, a antiga doca Seca da CP - Comboios de Portugal (comunidade conhecida pelos "ferroviários"), a Serração, a praia da Torralta e Palhais no Barreiro, Amora e a Baía do Seixal no Seixal.

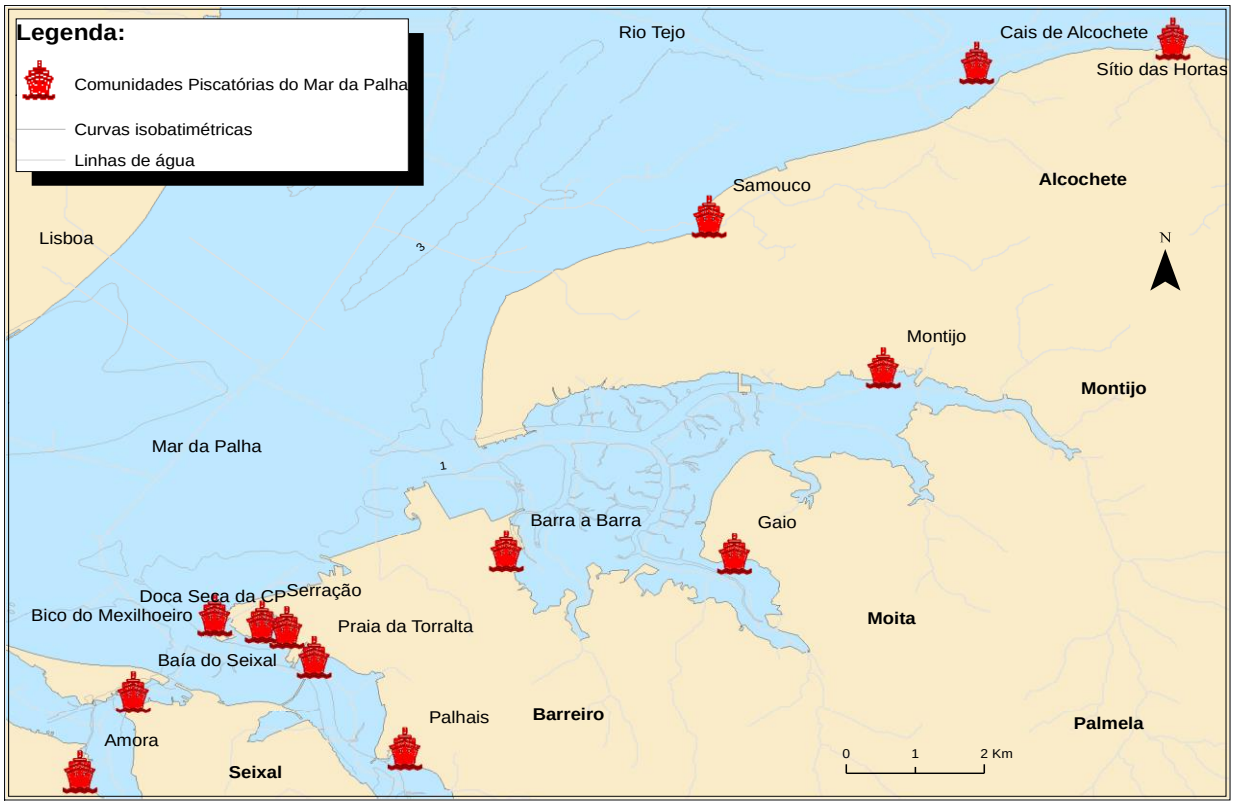


FIGURA 87 | Localização das comunidades piscatórias do Mar da Palha, à data de 31.12.2018.

São territórios que durante o Estado Novo gozaram de grande atividade industrial, como a CUF/Quimigal no Barreiro, a Siderurgia Nacional no Seixal, onde também havia várias secas de bacalhau, nomeadamente a fábrica da Companhia Atlântica de Pesca, ou as companhias que recebiam ostra e as secas de bacalhau em Alcochete, nomeadamente a antiga Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau (SNAB), tendo a pesca sempre coexistido a par destas atividades.

O moinho de maré de Corroios (no Seixal), uma obra quinhentista, onde atualmente se localiza o Ecomuseu do Seixal, é uma das grandes referências do passado.

II.1. Comunidades de pescadores de Alcochete.

II.1.1. Enquadramento evolutivo.[35]

A vila de Alcochete, localizada a sul do Mar da Palha, é uma das mais antigas da região, e terá adquirido importância pela posição corográfica na confluência do rio Tejo e rio das Enguias. A ocupação humana remonta ao Neolítico, entre cinco mil e quatro mil e quinhentos anos, conforme vestígios encontrados durante a construção da Ponte Vasco da Gama no Sítio da Conceição, próximo da povoação do Samouco (Raposo & Cardoso, 1998), e a ocupação humana constante remonta ao período romano, altura em que nas margens Do rio das Enguias, afluente do Tejo, foi instalado um imenso "complexo industrial" de produção cerâmica que criava, entre outros, as ânforas que recebiam os preparados de peixe (Câmara Municipal de Alcochete, 2007, p. 12-13).

No início do século XV, no referente às pescas e aos pescadores, já se procurava regulamentar a ordem pública (o roubo de peixe), assegurar o abastecimento à população (obrigando o arrais a utilizar determinada arte e a vender localmente o pescado), e, sobretudo, mitigar a fuga ao pagamento de tributos (peixe cortado às postas, só após repartido pelo fiscal, e obrigação de todo o pescado ser vendido em praça), o que sugere que a atividade não seria assim tão marginal em Alcochete (Vargas, 2005, p. 142, 154-155, 159, 162-163).

A instalação do Infante D. Fernando, em meados do século XV, atraiu a este povoado alguns fidalgos de sua casa, e no final do século, já depois de aqui também se ter instalado D. João II, este território foi elevado à categoria de Vila. Teve uma atividade intensa na construção naval durante o período da expansão marítima portuguesa, beneficiando da existência de madeira disponível, mas não tinha qualquer cais acostável para embarcações de maior dimensão, em parte porque o tráfego fluvial era assegurado pela Aldeia Galega (Montijo). Durante a dinastia de Bragança os nobres afastaram-se deste território e o desenvolvimento económico e a consolidação da estrutura urbana da Vila só surgiram quando se deu a ascensão da burguesia ligada ao comércio e à exploração agrícola. Jacome Ratton e José Maria dos Santos, nos séculos XVIII e XIX, respetivamente, foram responsáveis por experiências pioneiras no fomento agrário. A drenagem de charcos e pauis para a construção de marinhas, a extração de sal e a exploração de combustível lenhoso, terão sido os principais motores do desenvolvimento económico da região (Câmara Municipal de Alcochete, 2007, p. 14-15, 43; Nunes, 1972, p. 23-60). A pesca integrava a estrutura económica local para autoconsumo, mas havia abundância de pescado. Em meados do século XVIII, no rio das Enguias, na zona da Barroca de Alva, pescava-se muges, barbos e enguias, e de forma livre (Estevam, 1950, p. 22).

Baldaque da Silva, na obra sobre o "*Estado actual das pescas em Portugal*", publicada em 1891, não faz referência à pesca neste concelho, pelo que seria uma atividade pouco representativa ou residual (Baldaque da Silva, 1891, p. 131-138).

Através do primeiro trabalho de divulgação do concelho de Alcochete, da autoria do Coronel de Artilharia e Engenharia Fabril Eduardo Avelino Ramos da Costa, publicado em 1902 pela Papelaria e Typographia da rua dos Poyaes de São Bento, 50, em Lisboa, sabemos que em finais do século XIX e início do século XX este território não tinha base industrial, apenas teve uma fábrica de fósforos e tinha nessa altura pequenas fábricas de destilação de aguardente, de fabrico de azeite de oliveira, e dois estaleiros onde eram produzidas embarcação à vela para as praças comerciais, sendo a principal fonte de riqueza a agricultura, produzindo e exportando trigo, arroz, legumes, sal, cortiça, uvas e vinho, gado suíno e caprino e, em menor quantidade, gado equino e bovino, sendo o principal filão o da vitivinicultura, seguido de perto pela construção naval, uma atividade tradicional até meados do século XX (Costa, 1988 [1902], p. 1, 14, 16).

[35] Este enquadramento foi realizado com base em consulta bibliográfica e em conversas mantidas com marítimos no ativo, em cada uma das comunidades piscatórias. Em 25 de outubro de 2018, no Samouco, conversámos com Manuel António D´Aroeira, nascido em 1957, proprietário, armador e arrais da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, que trabalha na pesca há 50 anos, e é hoje o único arrais a fazer pesca a tempo integral nesta comunidade. Em 31 de outubro e 1 de novembro de 2018, na vila de Alcochete, conversámos com Estevão António Boieiro, nascido em 31 de dezembro de 1952, proprietário, armador e arrais das embarcações "Boieiro", registo n.º B-763-L, e "Rumo à Vitória", registo n.º B-785-L, que toda a vida trabalhou na pesca em Alcochete, hoje reformado da pesca, sendo a sua família proprietária de seis dos oito barcos de pesca profissional que desde 2018 fundeiam e utilizam o cais/ponte da vila. A sua esposa e os seus filhos são quase todos arrais ou pescadores, constituindo-se, esta, já como uma família de tradição na pesca de Alcochete. Nos dias 1 e 2 de novembro de 2018, no Sítio das Hortas, conversámos com João António Pita Tomás Chefe, nascido em 1962, proprietário, armador e arrais da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, descendente na 4ª geração dos primeiros habitantes pescadores que constituíram este povoado nos finais do século XIX.

As fotografias utilizadas neste enquadramento que têm como fonte o grupo do facebook "Alcochete e Alcochetanos", foram retiradas de: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2359840444039257&id=1100395453317102 (4.07.2019).

No início do século XX, este território não integrou a rede nacional das principais vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, e apesar de ser o centro salineiro mais importante da região de Lisboa, com uma elevada preponderância no contexto nacional e internacional (Lepierre, 1936, p. 246-250), permaneceu dependente do transporte fluvial para escoar os seus produtos para Lisboa, tendo-se mantido exclusivamente rural, até aí surgirem as primeiras secas do bacalhau. A maior pujança económica fez-se notar no início da década de 1940, com a contribuição das pescas, ainda que pequena, e nas duas décadas seguintes transformou-se num grande centro salineiro e de secagem (para o que contribuía de forma decisiva o importante estaleiro que aqui existia de construção de barcos bacalhoeiros) e uma importante seca de bacalhau, propriedade de Alberto da Cunha e Silva, que era simultaneamente industrial e armador, e que beneficiava do clima e da facilidade de descarga dos navios bacalhoeiros (Câncio, 1944, p. 80).

Em 1946, na Delegação Marítima do Barreiro, estavam matriculados vários encarregados (equivale a arrais) e camaradas (pescadores) de embarcações de pesca local com proprietários residentes no concelho de Alcochete: José Maria Garret, encarregado da lancha "Amália" (B-188-L), propriedade de Ezequiel Antunes; Carlos Fernandes, encarregado e proprietário da canoa "Furão" (B-67-L), com licença de tresmalho e diversas; José Caetano Tavares da Costa, arrais e proprietário da canoa "Carolina" (B-35-L); Pedro José Rebelo, encarregado e proprietário do saveiro "Salvadora" (B-91-L); Francisco Parrela, encarregado e proprietário da caçadeira "Maria Júlia" (B-88-L); Antero Lopes da Fonseca, encarregado e proprietário da lancha "Fonseca" (B-183-L); Joaquim José Lopes Figueiredo, encarregado e proprietário da caçadeira "Leonor Lopes" (B-114-L); Joaquim Barrinha, encarregado e proprietário da caçadeira "Maria Luiza" (B-184-L); Custódio dos Santos Ballegas, encarregado e proprietário da lancha "Atalaia" (B-142-L); Francisco José Salvação, encarregado e proprietário da lancha "Emília" (B-127-L); Luiz de Oliveira Gaspar, encarregado e proprietário da caçadeira "José Luiz" (B-143-L). A estes há a acrescentar mais três embarcações de pesca local com proprietários residentes no Samouco: António Faustino Castanheira, arrais e proprietário da canoa "Virgínia" (B-20-L), que operava com dois pescadores: Bernardino de Oliveira Soares e Raul dos Santos Ferreira Júnior, tendo o primeiro sido substituído por José Jorge Fernandes (em 1.11.1946); António de Jesus Pintado, encarregado, e Bernardino de Oliveira Soares, camarada, do bote "Maria Alice" (B-28-L); José Luiz Castanheira, encarregado e coproprietário do bote "Atalaia" (B-19-L), sendo o outro coproprietário José Tavares da Silva Farcão, e operava com o pescador José Alexandre de Alcântara (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 30v-52). Os principais tipos de embarcações eram fragatas, botes, varinos, canoas, chatas ou lanchas, para o transporte de mercadorias e pessoas, e as bateiras, a remos, que tinham a popa pontiaguda como a proa, para a pesca à linha e apanha de ostras (Nunes, 1972, p. 131).



FIGURA 88 | Ponte cais de Alcochete em toda a sua extensão, estando ao largo as pequenas embarcações de pesca do tipo bateiras, em meados do século XX.
Fonte: Nunes, 1972, p. 133. Fotógrafo: Estrela.

Na segunda metade do século XX intensifica-se a industrialização do concelho, sendo de realçar a instalação da fábrica de pneus da Firestone, em 1958, e as unidades industriais de cortiça e de alumínio, dinâmica que cessou após o 25 de Abril de 1974, com o consequente abrandamento económico (Câmara Municipal de Alcochete, 2007, p. 15-16). A indústria da pesca, pouco significativa, utilizava como preferencial o arrasto de vara, o tapa-esteiros e as redes, que capturavam todas espécies (o arrasto de vara capturava em especial camarão, linguados e charrocos), o remolhão e o boteirão para capturar enguias. Após a construção da Ponte Vasco da Gama, pela Expo 98, o concelho ganhou uma

nova dinâmica no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, mas apenas se focou no imobiliário, demitindo-se, por completo, da responsabilidade de alocar verbas para melhorar as infraestruturas de apoio em terra à classe piscatória.

Em retrospetiva, apesar de ser primeiramente terra de carpinteiros navais, de calafates, de fragateiros, de agricultores, de vinicultores, de condutores de tojo, de criadores de gado, de touros e toureiros, de salineiros (ainda hoje aqui existe o maior núcleo salineiro da margem sul), tem presente, no passado presente, uma costela pesqueira, incluindo as atividades de pesca artesanal, ostreicultura, apanha de plantas marinhas, e mais recentemente, com ênfase na última década, na apanha de amêijoa. A indústria delapidadora da apanha da amêijoa foi a que mais cresceu e tornou-se preponderante no conjunto das atividades no rio a montante da Ponte Vasco da Gama, ao ponto de serem os seus protagonistas a "ditar as regras", e não a Polícia Marítima de Lisboa ou a Guarda Fiscal (Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana), intimidando todo e qualquer marítimo ou não marítimo que trabalhe no rio, incluindo os pescadores artesanais.

Em dezembro de 2018, na senda do que foi a História, estavam formados neste concelho três núcleos de pescadores artesanais considerando o local onde está armazenado o material de apoio à pesca e o local onde as embarcações estão fundeadas e onde fazem as vistorias obrigatórias a nado e a seco, conforme mapa a seguir: (i) o núcleo de pescadores do Sítio das Hortas, localizado a cerca de 2 km a leste da vila de Alcochete, já próximo da foz do rio das Enguias; (ii) o núcleo de pescadores de Alcochete, que fundeia junto ao Cais da Vila (aproveitam a cala do rio das Enguias); e (iii) o núcleo de pescadores do Samouco, que encalham as embarcações na praia do Samouco (tem um cais palafítico). A indústria pesqueira é pouco significativa, por isso, quotidianamente, lhe ser dada pouca notícia, mas é sustentável, uma vez que faz uso integral de aparelho de anzol, e é relevante para a identidade local e tradição, e para o sustento de várias famílias.

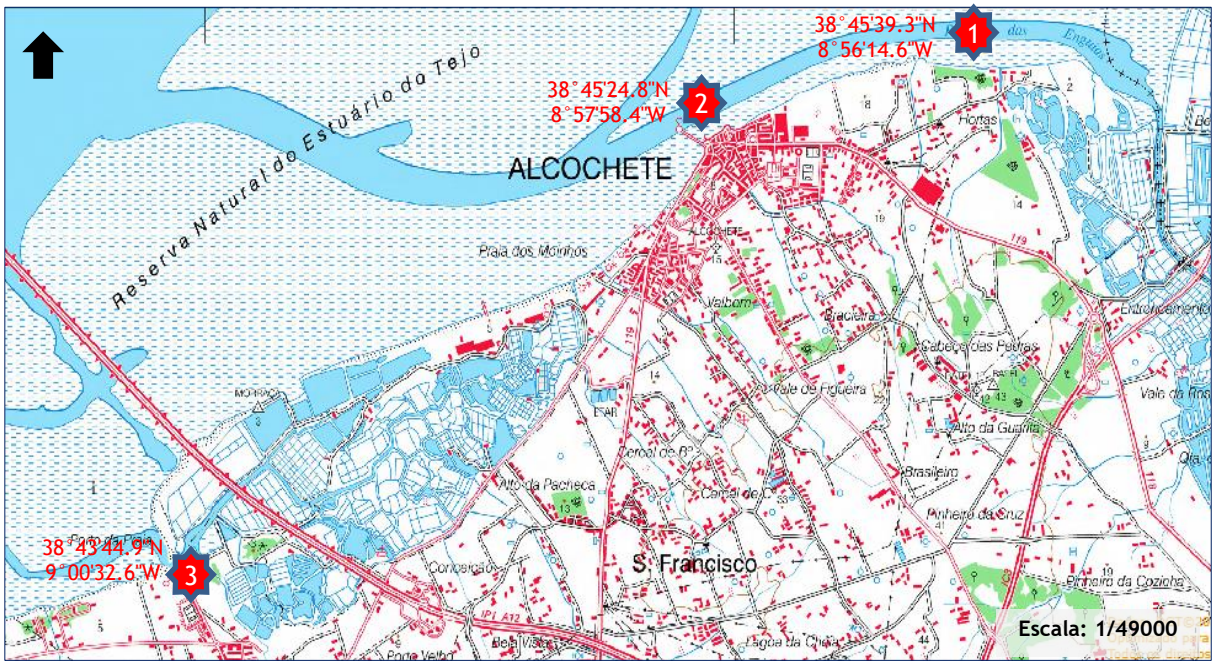


FIGURA 89 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Alcochete.
Legenda: 1 - Sítio das Hortas (38°45'39.3"N | 8°56'14.6"W); 2 – Cais/ponte de Alcochete (38°45'24.8"N | 8°57'58.4"W); 3 – Samouco (38°43'44.9"N | 9°00'32.6"W).
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017.

O **Sítio das Hortas**, antes conhecido pelos fragateiros por Sítio da "Ti Antónia"[36], iniciou a dinâmica das pescas, que ainda hoje continua, no final do século XIX, quando um pescador avieiro de nome "Ti Pedro", vindo num saveiro da margem norte do Tejo, arribou nesta zona num dia de nortada

[36] Segundo João António Pita Tomás Chefe, os fragateiros quando iam ao rio das Enguias carregar sal para levar para Lisboa, paravam para abastecer de água doce no lugar da "Ti Antónia", onde havia um poço, nome com que batizaram o local. Este local assim se designou até à segunda metade do século XX, altura em que começou a ser conhecido por Sítio das Hortas. Este mestre de pesca ainda clarificou que as Hortas é uma fazenda muito antiga ao lado do "Freeport Lisboa Fashion Outlet", onde estava um poço que as pessoas, que andavam na ostra, utilizavam para lavar a roupa. Segundo Costa (1988 [1902], p. 12), todo o concelho possuía abundantes mananciais de água, mas era nas Hortas, na propriedade de Manuel Gomes da Costa, onde estava a água de melhor qualidade para o abastecimento da vila.

para pescar enguias com a arte do remolhão. Salientar que no rio das Enguias abundavam enguias, de que lhe veio o nome, mas também mugens e barbos, entre outras espécies piscícolas, pelo menos desde meados do século XVIII (Cardoso, 1758a, p. 69-75).

Quando dá nortada, o mau tempo pode prolongar-se por vários dias, e dessa vez prolongou-se por quatro dias. Foi para terra à procura de abrigo, e não encontrando, realizou uma construção provisória com caniços e varas para se abrigar, não apenas a pensar nesse momento, mas a pensar que esse mesmo abrigo poderia servir em outras ocasiões que viesse pescar a esta zona. Com o passar do tempo começou a prolongar a estadia nesta zona, começou a cavar, a ajeitar o terreno, e a semear, e, em complemento com a pesca, acabou por se relacionar com os locais e constituiu família. Juntou-se a uma família que tinha como sobrenome "Chefe", constituída de pessoas que andavam embarcadas, e assim nasceu a génese piscatória do povoado, entre pessoas que dividiam o trabalho nas pescas e nas fragatas. Aí nasceu a geração do "Ti Chico Chefe", de que João António Pita Tomás Chefe, atual proprietário e arrais da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, é tetraneto (pertence à quarta geração).



FIGURA 90 | Sítio da Tia Antónia, espaço ocupado ainda no século passado por ascendentes de João António Pita Tomás Chefe, conhecido por João Chefe, nascido em 1962, proprietário, armador e arrais da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, que está à entrada junto do seu neto. Sítio das Hortas, em 2.11.2018.



FIGURA 91 | Zona ribeirinha do Sítio das Hortas na maré enchente, estando sob a vegetação a embarcação de pesca profissional denominada "David", conjunto de identificação B-643-L, em 4.11.2018.

No conjunto do espaço territorial de Alcochete, o Sítio das Hortas foi onde se começaram a concentrar os pescadores, porque era onde havia espaços de arrumos de artes de pesca, mas no início da segunda metade do século XX começaram a procurar a Vila de Alcochete para viver, onde havia mais fragateiros, mais gente ligada às salinas e ao sal. No final da década de 1960, apenas havia nesta comunidade seis embarcações de pesca profissional, e os pescadores complementavam a pesca com a apanha da ostra. Apanhava-se muita tainha e muita enguia na costa de Pancas. As enguias subiam as ribeiras às centenas, apanhavam-se dezenas de quilos por lance, mesmo ao remolhão (arte de pesca), mas hoje estão praticamente desaparecidas. Havia lanços de se apanharam aos 700 Kg de peixe.

Em dezembro de 2000, apenas havia cinco embarcações licenciadas para a pesca profissional local e que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados um total de oito marítimos, cinco em funções a bordo de arrais e três em funções a bordo de pescadores: (i) "David", registo n.º B-643-L, tripulado por Agostinho José Marques Vicente (arrais); (ii) "Tartaruga", registo n.º B-626-L, tripulado por Agostinho José Oliveira Vicente (arrais); (iii) "Bêbeda", registo n.º B-476-B, tripulado por Raul Manuel Loureiro Chefe (arrais); (iv) "Sara", registo n.º B-733-L, tripulado por Agostinho José Marques Vicente (arrais), Jorge Manuel de Oliveira Vicente,

Agostinho José de Oliveira Vicente e Manuel Pereira de Oliveira Mirão (pescadores); e (v) "Jorge Agostinho", registo n.º B-612-L, tripulado por Jorge Manuel Oliveira Vicente (arrais) (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54). Havia ainda alguns pescadores mais velhos que pescavam em antigas caçadeiras (pequenas embarcações a remos) sem terem licença de pesca.

Em dezembro de 2018, apenas aqui existiam três embarcações de pesca profissional em operação com licença de pesca e rol de tripulação: (i) "Ricardana", registo n.º B-774-L, de que Jorge Manuel de Oliveira Vicente, nascido em 1973, é proprietário e armador, e desempenha a bordo as funções de arrais (está habilitado com a categoria de arrais de pesca), e opera sozinho; (ii) "Bêbeda", registo n.º B-795-L, de que Raul Manuel Loureiro Chefe, nascido em 1951, é proprietário e armador, e desempenha a bordo as funções de arrais (está habilitado com a categoria de arrais de pesca local), e opera sozinho; e (iii) "Zangão", registo n.º B-803-L, de que João António Pita Tomás Chefe, nascido em 1962, é proprietário e armador, e desempenha a bordo as funções de arrais (está habilitado com a categoria de arrais de pesca local), e opera com um camarada, pescador, nascido em 1955.

Estes marítimos são lutadores e demonstram grande resiliência, e apesar de trabalharem num local sem qualquer condição, a menor que seja, pretendem continuar, pois dependem da pesca para sustentar a si e às suas famílias. A sua maior satisfação é quando capturam boas "tecas" de robalo, enguia, linguado, corvina, safio, congro, charroco, dourada, cação e tainha.

À semelhança dos demais sítios ribeirinhos de Alcochete, o Sítio das Hortas não está imune à febre da amêijoa. Fundeiam aqui regularmente treze embarcações de recreio (e muitas outras esporadicamente), das quais três empregam-se regularmente na apanha de amêijoa a montante da Ponte Vasco da Gama, e as restantes na pesca lúdica. Esta comunidade também tem problemas de furtos e insegurança causados pelos apanhadores de amêijoa, mas não são tão frequentes como no Samouco, onde está montada a principal organização ilegal da amêijoa, ou no cais da vila de Alcochete, sede operacional dos apanhadores de amêijoa do Leste.

O **Cais de Alcochete**, na frente ribeirinha do núcleo da Vila, onde os ventos de norte e noroeste se fazem sentir algumas vezes de forma impiedosa (Cardoso, 1758a, p. 69-70), em meados da década de 1960 era frequentado por catorze embarcações de pesca tipo bateiras, das quais, onze embarcações tinham licença de pesca, e por várias caçadeiras, pequenos barcos a remos que os pescadores mais velhos utilizavam para ir ao rabisco (no tapa-esteiros) e ao remolhão (captura de enguia). Entre os nomes de pescadores, de que os vivos ainda têm memória, está o Barrinha, o Luís Chefe, o Periquita, o Tromba Roja, o Jaime e o Russo.

Com exceção de três bateiras, as demais já seriam motorizadas com motores americanos que gastavam muita gasolina. O número de pescadores era muito maior em relação ao número de embarcações, porque nesta altura fazia-se a pesca à mão na baixa-mar, sem necessidade de barco, procurando peixes nas poças de águas (ex. chocos e linguados) e enguias nas tocas que abriam no lodo, onde metiam os braços para as apanhar. Outros iam trabalhar nos barcos tapa-esteiros do Montijo, que operavam em frente a Alcochete, mas também da Moita, Barreiro e Seixal, e no inverno iam apanhar ostras e plantas marinhas.



FIGURA 92 | Embarcações do tráfego local amarradas à ponte cais de Alcochete, de maior tonelagem, e um pouco mais ao largo embarcações de pesca do tipo bateiras, em meados do século XX.
Fonte: Nunes, 1972, p. 129. Fotógrafo: Estrela.

No início da década de 1970, pela mão de um pequeno grupo de homens da pesca, dos quais ainda vive o arrais Estevão António Boieiro, e que nos contou em primeira mão como as coisas evoluíram, a pesca emerge em Alcochete como forma de diversificar recursos e atividades (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Torna-se predominante o labor dos alcochetanos nas artes do tapa-esteiros aldeanas, que operavam na frente ribeirinha de Alcochete, e nas duas artes alcochetanas, mais pequenas, denominadas "artes submarinas", por não terem licença. Ao criarem as suas próprias artes procuravam copiar o quotidiano dos vizinhos aldeanos, em detrimento da simples coleta de peixe envasado no lodo no baixa mar, prática até então comum entre os alcochetanos, que era realizada aproveitando os baixios do recortado litoral do Mar da Palha. O facto dos aldeanos operarem na frente ribeirinha de Alcochete, coisa que aos olhos de terceiros pareciam artes dos próprios alcochetanos, terá levado Cruz (1973, p. 56) a assumir que quando os alcochetanos começam a utilizar o tapa-esteiros, a arte foi secundarizada no Montijo, o que justificou por a cidade ter ganho outras competências.

Por altura do 25 de Abril de 1974, os pescadores faziam uso da arte do botirão, que era proibida por ser muito predadora (matava tudo), e apanhavam muitas espécies, como linguados, robalos, charrocos, tainhas, entre outros, mas a força eram as enguias. Chegavam a apanhar aos 200 quilos de enguias por lance. Faziam um lance por dia: armavam ao baixa-mar da manhã e despescavam ao baixa-mar da noite. No dia seguinte, na maré-baixa, voltavam a montar o botirão. A arte era armada em todo o estuário onde existiam pequenas linhas de

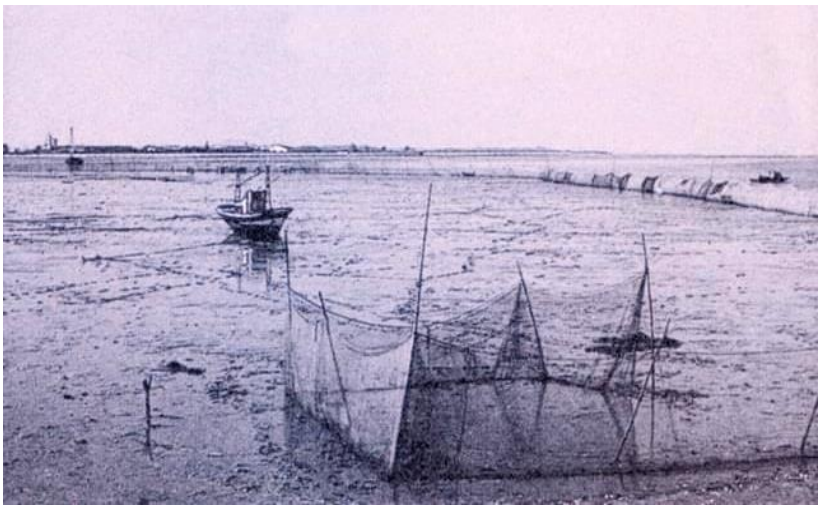


FIGURA 93 | Pequena motora, equipada com um motor Bolinder, de 24 cavalos, propriedade de Rui Chefe, no meio de um cerco (tapa-esteiros). Fonte: Grupo Facebook "Alcochete e Alcochetanos" (4.07.2019). Autor: Desconhecido.



FIGURA 94 | Armação do cerco "As Lavadeiras" (nome do pesqueiro), que era na zona ribeirinha entre o atual Restaurante Al Foz e o Cais de Alcochete. À frente vão os pescadores aldeanos, e atrás os populares alcochetanos ao rabisco. Eram canoas tapa-esteiros aldeanas, e os alcochetanos só andavam ao rabisco porque vinham armar o cerco para Alcochete. Fonte: Grupo Facebook "Alcochete e Alcochetanos" (4.07.2019). Autor: Paulo Correia.



FIGURA 95 | Canoa do tapa-esteiros dos aldeanos, com o cerco armado junto ao Cais Alcochete. Fonte: Grupo Facebook "Alcochete e Alcochetanos" (4.07.2019). Autor: Paulo Correia.



FIGURA 96 | Embarcação "Saboga", registo n.º VX-661-L, de que José Estevão da Fonseca Boieiro, nascido em 1972, é proprietário e armador, e exerce a bordo as funções de arrais. Em 06.07.2004, esta embarcação foi abatida e substituída por uma nova com casco em fibra de vidro, com a mesma denominação a que foi atribuído o conjunto de identificação VX-720-L. Ao lado, embarcação "Rumo à Vitória", registo n.º B-654-L, propriedade de Estevão António Boieiro e de Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro, que, entretanto, foi abatida e substituída por uma nova unidade com casco em fibra de vidro, que manteve a denominação e passou a ter o conjunto de identificação n.º B-785-L. Fonte: Grupo Facebook "Alcochete e Alcochetanos" (4.07.2019). Autor: José Carvalho.



FIGURA 97| Embarcação "Gama", registo n.º B-528-L, em primeiro plano, tipo canoa, que inicialmente era de propulsão a remos e vela, quando andava ao cerco, e depois foi motorizada, como já consta da fotografia. Em dezembro de 1990, o proprietário e armador era Joaquim Chefe Barrinha, que também exercia a bordo a função de arrais, e também era proprietário e armador, e exercia a bordo a função de arrais, na embarcação "Miguel", registo n.º B-694-L. O seu filho, que tem o mesmo nome, Joaquim Chefe Barrinha, nascido em 1953, continua a ser proprietário e armador da embarcação "Miguel", agora com o registo n.º B-768-L e com um moderno casco em fibra de vidro, exercendo a bordo as funções de arrais. Ao fundo está a embarcação denominada "Deus Está Comigo", registo n.º B-698-L, que veio de Setúbal, era chamada sesimbreira (por ter tanto a proa como a popa em bico), de cor azul, motorizada, que em dezembro de 1990 tinha como proprietário e armador Francisco José Chefe Barrinha, que também exercia a bordo as funções de arrais, e também era proprietário e armador, e também exercia a bordo as funções de arrais, no saveiro "Florinda Maria", registo n.º B-678-L. Francisco José Chefe Barrinha é irmão de Joaquim Chefe Barrinha, ainda estão os dois vivos, são dos mais antigos, ambos são arrais e cada um é proprietário e armador de uma embarcação de pesca, mas apenas o segundo opera diariamente na pesca. Fonte: Grupo Facebook "Alcochete e Alcochetanos" (4.07.2019). Autor: José Carvalho.

água, os chamados regatos, com recursos a redes e varas semelhantes às do tapa-esteiros. Eram utilizadas cerca de 50 varas, e a rede era de 100 malhas de altura e de um centímetro de lado (a rede do tapa-esteiros tinha 200 malhas de altura).

Na década de 1980 havia os mesmos barcos, mas alguns anos após a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) dois barcos foram abatidos, um de Francisco Barrinha e outro de Agostinho Balegas (década de 1990), e a partir desse momento o número de barcos de pesca em Alcochete não parou de se reduzir.

Por altura da Expo 98, as espécies que estes pescadores mais capturavam no rio, nos pesqueiros que geralmente frequentavam, eram carapaus, camarão do mar, safio, congro, linguado, choco, ratões (ou urges), robalo-baila, tainhas, robalo-legítimo, safias, polvo, tremelga, cações, ruivos, raias, enguias, rabetas (corvinas pequenas) douradas, sargos e alcorrazes.

Em 1999, numa publicação acerca das gentes, tradições, património e cultura da vila de Alcochete, são enfatizadas duas visões diferentes da pesca na vila: Esmeralda Maria Garrete Lopes, esposa e camarada de Estevão António Boieiro, ambos arrais, revela a sua paixão pela pesca, que por mais dura que seja, e é, pelas noites em claro e o frio no inverno, uma boa "teca" de enguias, camarão, linguadinhos e charrocos, é suficiente para se submeter com gosto aos humores do Tejo (Féria & Carvalho, 1999, p. 18). Luís Chefe, 64 anos, ainda em atividade, conta que durante a noite vai na sua bateira pescar para Sacavém e Alhandra, e para outros pesqueiros mais próximos da margem norte, conforme o "*ensejo da maré e do peixe*", mas lamenta que a pesca já não seja tão rentável como antigamente. Refere que antes era fácil capturar entre 50 e 80 quilos de

peixe por dia de faina, de robalos, enguias, linguados, tainhas, e outros, e por esta altura, em finais do século XX, "*se apanhar quatro quilos, vendidos no mercado da vila a dois ou três contos, já se pode considerar um homem de sorte*" (Féria & Carvalho, 1999, p. 69).

Em dezembro de 2000, eram dez as embarcações licenciadas para a pesca profissional local, que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados um total de doze marítimos, dez em funções a bordo de arrais e os demais em funções de pescadores: (i) "Boieiro", registo n.º B-510-L, e "Rumo à Vitória", registo n.º B-654-L, tripulados por Estevão António Boieiro e Esmeralda Maria Garrete Lopes (ambos arrais); (ii) "Os Estrelinhas", registo n.º B-551-L, tripulado por José Estevão da Fonseca Boieiro (arrais) e Isabel da Conceição Garrete Boieiro (pescadora); (iii) "Gama", registo n.º B-528-L, tripulado por Joaquim Chefe Barrinha (arrais) e Joaquim Barrinha (pescador); (iv) "Miguel", registo n.º B-694-L, tripulado por Joaquim Chefe Barrinha (arrais); (v) "Deus Está Comigo", registo n.º B-698-L, tripulado por Francisco José Chefe Barrinha (arrais) e José Carlos Tavares Teixeira (pescador); (vi) "Florinda Maria", registo n.º B-678-L, tripulado por Francisco José Chefe Barrinha (arrais); (vii) "Emília", registo n.º B-127-L, tripulado por Henrique Rocha Salvação (mestre de tráfego local em funções a bordo de arrais) e Francisco José V. Salvação Mocho (pescador); e (viii) "Saboga", registo n.º VX-661-L, tripulado por José Estevão da Fonseca Boieiro, nascido em 1972, proprietário e armador, e exercia a bordo as funções de arrais (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54 / DMVFX, Livro n.º 5 de Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca], de 14/11/1983 a 11/11/2008 [registos extremos: VX-650-L e VX-747-L]).

Em 2015, eram apenas sete as embarcações licenciadas para a pesca local, que tinham feito rol de tripulação, a utilizar o cais/ponte de Alcochete, número que no ano de 2018 subiu para oito, dos quais seis pertencem à família de Estevão António Boieiro, e dos outros dois, um é propriedade de um arrais de Alcochete, Joaquim Chefe Barrinha, que também vem de uma família com tradição de pesca nesta comunidade, e o outro é propriedade de um arrais que reside no concelho de Almada. Os filhos de Estevão António Boieiro estão a dar continuidade à atividade com grande vigor, pelo que parece estar assegurada a continuidade da pesca nesta comunidade.



FIGURA 98 | Ponte-cais da vila de Alcochete, na preia-mar, em 3.10.2019.

Se no Samouco se evidenciam todas as nacionalidades na apanha da amêijoa, e a apanha é maioritariamente apeada, no cais de Alcochete laboram em maioria, de forma organizada e perigosa, mariscadores romenos, moldavos e ucranianos, operando com mais de meia centena de embarcações recreativas que aí estão fundeadas (à data de 31.10.2018). Estas pessoas trabalham de noite e de dia na apanha de amêijoa, fazendo uso de garrafas de ar comprimido, adaptadas a partir das grandes garrafas de oxigénio dos hospitais, para se manterem mais tempo a mergulhar (cilindros entre 30 e 50 litros de volume, entre 1 e 1,5 metros de altura) (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografias n.º LIV. IV. VI. 25), desrespeitam as mais elementares regras de boa convivência, digladiam-se entre si por

uma sobrevivência precária, intimidam os pescadores e destroem-lhes as artes (aparelhos de redes e anzois que, destruídos, muitas vezes, ficam no fundo do estuário), partem as madeiras dos flutuadores do cais e as guardas do pontal (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. VI. 48), são os principais suspeitos de inúmeros furtos na zona de material náutico e de pesca, produzem muitos resíduos que deixam no estuário, em especial garrafas de cerveja vazias e muitos sacos plásticos.

A amêijoa é desembarcada, escolhida e ensacada no cais de Alcochete aos olhos de quem quer ver (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. VI. 49 a LIV. IV. VI. 54). Só no dia 02.11.2018, na maré da tarde, foram desembarcadas cerca de quatro toneladas de amêijoa por 54 apanhadores que chegaram em 18 barcos recreativos. Houve dias que os desembarques ainda foram mais e em maior quantidade, até porque a frota que se dedica nesta zona a esta atividade tem mais de cem embarcações. Mas basta que essa amêijoa seja comercializada a apenas 3,00 euros/Kg para terem um lucro de 12 mil euros, o que dá em média mais de 220 euros por mariscador, por dia (livre de impostos).[37] É tanta a amêijoa despejada no cais para ser escolhida e ensacada, cujas conchas rejeitadas são deitadas na água junto ao cais, que, num futuro próximo, não será possível às embarcações de pesca profissional acostarem ao cais, para carregar ou descarregar pescado e material de pesca, isto claro, se o local não for desassoreado. A apanha de amêijoa apeada com recurso a berbigoeiro nunca foi característica desta zona.

No **Samouco** a pesca do anzol é uma atividade tradicional e com história. Este território já seria ocupado por rurais e pescadores durante a ocupação romana, estagnou durante a ocupação visigótica e muçulmana, e foi durante a Idade Média que se deu a ocupação definitiva do local. Como refere Pinheiro (2009, p. 18-19), o Samouco "terá surgido como local habitado no segundo quartel do século XIII (ano de 1241), não passando, porém, de uma pobre e reduzida póvoa de pescadores – lugar que fazia parte da paróquia, instituída desde 1249, na igreja de Nossa Senhora da Sebonha. O primitivo povoado teria início num ponto um pouco afastado da beira de água, possivelmente no sítio do Bairro da Salgadeira (…). Uma parte dos seus habitantes dedicava-se às fainas agrícolas, enquanto outra ocupava-se, quer à apanha do marisco, outrora tão abundante, quer à faina da pesca no estuário do rio". No final do século XIX e início do século XX, as principais atividades económicas do Samouco eram a agropecuária, a exploração de sal, a pesca artesanal e o transporte fluvial (Câmara Municipal de Alcochete, 2007, p. 22; Pinheiro, 2009, p. 22). Ao longo do século XX, a produção salina foi a principal atividade da população local (Paulo & Guinote, 2000, p. 119-120), juntamente com a agricultura, criação de gado e pesca artesanal, sendo esta última complementada com a apanha de plantas marinhas e a com a ostreicultura.

Em 1945, por exemplo, estavam registadas duas embarcações na Delegação Marítima do Barreiro, cujos proprietários residiam no Samouco, licenciadas para a pesca e para a apanha de plantas marinhas, tendo tido licença ao longo de vários anos, o bote "Maria Alice" (B.403.F), com 4,16 de tonelagem bruta, propriedade de Avelino Soares Povoas e governado por Bernardino de Oliveira Soares, e o bote "Atalaia" (B.265.F), com 3,85 de tonelagem bruta, propriedade de Bernardino de Oliveira Soares, com dois tripulantes, um encarregado, Francisco Tavares Fontes, e um camarada (pescador), Armando da Cruz Bernardo (Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 24v-25). Dedicavam-se muito provavelmente à apanha da "bodelha" (*Fucus vesiculosus*), também conhecida localmente por "trambolha", espécie de macroalga castanha-amarelada, conhecida pela



FIGURA 99 | "Bodelha" (*Fucus vesiculosus*), também conhecida localmente por "trambolha", sendo visível a nervura central e as vesículas de gás quase esféricas. Praia dos Moinhos, em Alcochete, em 14.10.2019.

[37] Os apanhadores de amêijoa partem em embarcações recreativas para o estuário, onde permanecem várias horas debaixo de água a apanhar amêijoas, e quando enchem o saco que trazem à cintura, sobem à superfície e despejam-no para dentro da embarcação. As amêijoas chegam ao cais dentro da embarcação, e é sobre o cais que são escolhidas e ensacadas em sacos de rede vermelha que se utilizam para ensacar as batatas (de tamanhos variados). Os carros deslocam-se ao local, circulando pela ponte até ao cais, e carregam todo o equipamento de mergulho e os sacos de amêijoa.

proeminente nervura central e pelas vesículas de gás quase esféricos, que existia em quantidade, fixada às conchas das ostras já mortas, especialmente nos ostrais mais baixos da zona entremarés e em frente ao Cais de Alcochete. A seguir às nortadas, que eram frequentes em Alcochete, esta espécie acumulava-se no areal da Praia dos Moinhos bordejando a linha da preia-mar, e apenas era necessário recolhê-la. Neste caso era mais comum ser colhida e transportada em carroças, por agricultores. Era utilizada para adubar/fertilizar as terras, especialmente em solos arenosos, mas também tinha excelentes propriedades para aplicação farmacêutica e gastronómica.

Na década de 1960, a principal atividade económica no Samouco, era a apanha de ostra, e assim foi até à decadência da atividade no final desta década. Havia aqui duas companhias a comprar ostras, uma delas a C.A.D.O., e ainda hoje estão as ruínas desta empresa em frente ao atual cais palafítico, que nesse tempo tinha uma pequena muralha que servia de cais de acostagem para as embarcações descarregarem as ostras. Vinha gente de todos os quadrantes, embarcavam no Samouco em bateiras a remos para ir apanhar ostra entre o Samouco e Alcochete. No final desta década a ostra começou a escassear devido a doença causada pela poluição, e os armadores que tinham embarcações afetas ao transporte de pessoas para os ostrais e à apanha de ostra começaram a dedicar-se à pesca, como foi o caso de Francisco José Alvorada de Aroeira (alcunha Chico Zé), proprietário de duas bateiras que tinha adquirido em Alhandra, uma delas afeta ao transporte de pessoas para apanhar ostra e uma outra com a qual também ele apanhava ostra, e que transportava para vender às duas companhias que estavam no Samouco. A salicultura, tal como a agricultura, também eram duas atividades importantes, que se complementavam (no verão os agricultores iam para a salicultura).

O apanhador de ostra na sua faina diária, que era bastante braçal e difícil, era comum apanhar charroco, espécie que se escondia nas poças e buracos entre as ostras e o lodo, pouco valorizada, e que utilizavam para sua alimentação. O charroco tornou-se num dos principais alimentos da população local, passou a ser apreciado, passou a haver tradição do consumo desta espécie, e fez falta quando a espécie esteve ausente do estuário por vários anos. Manuel D´Aroeira, armador e arrais da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, que começou a trabalhar na pesca em 1970, com o seu pai, referiu que nessa altura não apanhava charroco em frente ao Samouco, e os exemplares que eram vendidos para o consumo local eram capturados na zona de Setúbal. Era o arrais "Ti António Chefe", pai de João António Pita Tomás Chefe, atual proprietário da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, que ia apanhar charrocos ao arrasto para Setúbal, tendo para isso aí, uma embarcação tipo bateira, que depois os transportava para vender na zona de Alcochete. Curiosamente, o charroco voltou ao estuário em força praticamente na mesma altura que as corvinas, que também estiveram largos anos sem vir ao estuário.

No início da década de 1970, eram menos de uma dezena as embarcações que operavam na pesca, no Samouco, cada uma tripulada em média por um encarregado e um camarada, sendo que todos operavam predominantemente com aparelho de anzol. Os pescadores vivos, ainda recordam o arrais "Ti António Chefe", pai de João António Pita Tomás Chefe, atual proprietário da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, que hoje integra a comunidade do Sítio das Hortas, o arrais "Ti David", proprietário e armador da embarcação "Ti Manata", registo n.º B-672-L, que deu à embarcação o nome do seu irmão, que se ocupava na comercialização de pescado, o Zeca e o Raul, irmãos, que tinham a embarcação "Leão dos Mares", o Pinhão (alcunha), que operava com a esposa, o Chico Fortunato (alcunha), o Zê Filhoco (alcunha) e o Francisco José Alvorada de Aroeira (alcunha Chico Zé), que deixou a apanha de ostra para se dedicar à pesca com o seu filho Manuel António D´Aroeira, na altura com treze anos, que hoje é o único marítimo a tempo inteiro na pesca no Samouco, proprietário, armador e arrais da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, que opera apenas com aparelho de anzol. O Chico Fortunato era, já nesta altura, dos mais antigos pescadores do Samouco, tendo trabalhado vários anos na pesca do bacalhau em águas longínquas.

Durante a década de 1980, a comunidade recebeu dois novos armadores, o arrais Virgílio, alcunha "Rato", que tinha a embarcação "Sr. ao Leme", e o arrais Manuel dos Santos Tavares Belides, atual proprietário, armador e arrais da embarcação "Rio Tejo", registo n.º VX-407-L. No final desta década Francisco José Alvorada de Aroeira adquiriu a embarcação "Felizarda Mariana", registo n.º B-689-L, em Sesimbra, um tipo de embarcação a que chamavam "barca", adequada para o arrasto de vara, a qual substituiu as bateiras, e que seria abatida no início do século XXI.

Nesta altura os marítimos do Samouco operavam no canal do rio com aparelho de anzol com isco vivo, prolongando a área preferencial de pesca até onde hoje é a zona da Expo em Lisboa. Em frente ao Samouco apanhavam fanecas, cabaços, robalos, linguados, raias, fanecas, enguias, pata-roxa, safios,



FIGURA 100 | Vista do cais palafítico do Samouco, na baixa-mar, estando em primeiro plano a embarcação "Ti Manata", registo n.º B-672-L, propriedade do Ti David, antes da construção da Ponte Vasco da Gama, início da década de 1990.



FIGURA 101 | Vista do cais palafítico do Samouco na praia-mar, estando em primeiro plano a proa da embarcação "Ti Manata", registo n.º B-672-L, propriedade do Sr. David, e ao fundo iniciava-se a construção da Ponte Vasco da Gama, por alturas de 1996.



FIGURA 102 | Manuel António D´Aroeira a governar a embarcação "Felizarda Mariana" (B-689-L), de que Francisco José Alvorada de Aroeira, seu pai, era proprietário e armador, e levava a bordo dois familiares, no início deste século XXI (já se observa ao fundo a Ponte Vasco da Gama).

cações e corvinas grandes, e outras espécies, beneficiando da maior profundidade da cala de Samora, na altura ainda não tão assoreada, o que permitia mais entrada de água salgada com a consequente maior diversidade de espécies. As corvinas grandes eram transportadas amarradas em varas, às costas, por dois homens. A enguia e os linguados eram as espécies mais capturadas e valorizadas, e hoje quase não aparecem. As enguias eram vendidas a 18$00/kg. As casas de arrumos de material de pesca já eram em frente aos cais palafíticos, onde hoje se encontram, com a diferença que hoje estão ao serviço dos apanhadores de amêijoa, e não dos pescadores. A atividade dos pescadores dava trabalho às pessoas de terra, que iam apanhar casulo para iscar, e que ajudavam a iscar, sendo depois compensadas por esse trabalho.

As embarcações, de casco em madeira, eram maioritariamente de propulsão à vela e remos, mas as barcas (pequenas traineiras) já eram motorizadas. Notar que o primeiro motor, que apareceu no Samouco, era fora de bordo da marca Evinrude, e foi adquirido por António Rosa Chefe, na década de 1960. Em 1990, este mestre era o encarregado da bateira "Estrela do Vouga", registo n.º B-725-L, e do saveiro "Sao Celia do Mar", registo n.º B-701-L.

A embarcação "Os Estrelinhas", registo n.º B-551-L, com casco em madeira, 7,40 m de comprimento fora a fora, 0,86 de arqueação bruta (GT), e potência principal de 6 kW (sem potência auxiliar), que tinha chegado a esta comunidade no final da década de 1980, foi vendida no final da década seguinte para a comunidade de Alcochete, dando origem ao atual "Freedom", registo n.º B-797-L, propriedade de Bruno Estevão Cavaco Boieiro.

De ano para ano os barcos foram sendo vendidos, abatidos ou inutilizados, e em dezembro de 2000 eram apenas quatro as embarcações licenciadas para a pesca profissional local e que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados um total de nove

marítimos, quatro em funções a bordo de arrais e cinco em funções de pescadores: (i) "Felizarda Mariana", registo n.º B-689-L, uma sesimbreira (foi comprada em Sesimbra, e tinha a popa fechada em bico), tripulada por Manuel António D´Aroeira (arrais), e Francisco José Alvorada D´Aroeira e Maurício José Verruga D´Aroeira (pescadores); (ii) "Salvadora", registo n.º B-755-L, tripulada por Armando Ferreira Cardoso (arrais), e Manuel Jorge Aranha, António Joaquim Santos Silva e Custódio Armando Coelho Cardoso (pescadores); (iii) "Estrela do Vouga", registo n.º B-725-L, tripulada por António Rosa Chefe (arrais); e (iv) "Rio Tejo", registo n.º VX-407-L, de que Manuel dos Santos Tavares Belides era proprietário e armador, e exercia a bordo a função de arrais (Cf. Livro III - Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54 / DMVFX, Livro n.º 5 de Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca], de 14/11/1983 a 11/11/2008 [registos extremos: VX-650-L e VX-747-L]).

Em dezembro de 2018, apenas aqui existiam três embarcações com licença de pesca tripuladas por oito marítimos, três em funções a bordo de arrais e os demais em funções de pescadores: "Maria João", registo n.º B-807-L, de que Manuel António d´ Aroeira, nascido em 1957, é o armador e desempenha a bordo as funções de arrais; "Polvinhos", registo n.º B-773-L, de que Tiago Miguel Pinheiro Albino é o proprietário e armador, e José Manuel Pinheiro Correia Guerra, nascido em 1971, o arrais de pesca local; e "Rio Tejo", registo n.º VX-407-L, de que Manuel dos Santos Tavares Belides, nascido em 1955, é o proprietário, armador e arrais de pesca local, uma espécie de traineira muito deteriorada e que não faltará muito para ser abatida ao registo da frota nacional. As embarcações registadas na pesca local operavam maioritariamente com aparelho de anzol, como é tradicional nesta comunidade piscatória, ainda que recentemente tenham operado, tanto com isco vivo como com amostras (borrachas), e um dos armadores também utiliza pontualmente as redes de emalhar de um pano de classe de malhagem superior a 120 mm para a captura da corvina, na altura em que entra no estuário para desovar.

As espécies mais capturadas, por serem as mais valorizadas ou as mais abundantes, eram o robalo, a tainha, a corvina, o choco, o charroco, o safio e o linguado. Passaram a capturar mais e estão muito dependentes economicamente da corvina e do robalo, espécies que antes capturavam menos, mas que hoje são residentes no estuário, abundantes e valorizadas. No entanto, a faneca, a patruça, o ruivo e a pata-roxa, outrora abundantes, estão hoje ausentes do rio em frente ao Samouco.

A par da redução do número de embarcações de pesca, tem vindo a reduzir o número de inscritos marítimos das categorias de arrais e de pescador, o que se explica essencialmente por dois motivos: primeiro, com o 25 de Abril de 1974 os filhos deixaram de seguir a atividade dos pais que por esse motivo decresceu e no futuro tende a decrescer mais, por não existir descendência para assegurar a sua continuidade (nesta comunidade o arrais António D´Aroeira foi o único que seguiu a atividade dos pais a tempo inteiro), e, segundo, devido às más condições de trabalho, nomeadamente a ausência de infraestruturas de apoio em terra e o problema do assoreamento do rio, e, indiretamente, a interferência dos apanhadores de amêijoa, que colocam incerteza no futuro desta comunidade piscatória.



FIGURA 103 | Vista aérea do cais palafítico no Samouco, e da Praia do Samouco, na baixa-mar, em 17.06.2018.

Enquanto o número de embarcações de pesca reduz, aumenta o número de embarcações de recreio que andam à apanha da amêijoa, este que é o novo ouro do Tejo, substituto da ostra. Importa notar que o negócio da apanha de amêijoa teve início no Barreiro por altura da Expo 98. Nessa altura os mariscadores não apanhavam mais de 10 Kg por maré, mas a amêijoa era muito valorizada, chegava a atingir 25€/Kg. Só cerca de três anos depois é que a prática se instalou no Samouco, e se espraiou pela zona ribeirinha de Alcochete, ainda com valores de venda elevados, a rondar 22€/Kg, mas logo depois baixou para 18€/Kg. Com o aumento exponencial do número de apanhadores apeados, maioritariamente de origem asiática, o valor da amêijoa foi baixando e hoje oscila entre 3 e 4€/Kg, podendo no período do Natal chegar aos 7€/Kg (valor registado no Natal de 2018). Hoje entram e saem do Tejo pela praia do Samouco cerca de meio milhar de apanhadores de amêijoas por dia, um autêntico exército de mariscadores, e muito facilmente conseguem encher um saco de cerca de 20/25 Kg duas vezes por dia. No dia 25.10.2018, entre as 12h00 e as 14h00, saíram mais de 8,5 toneladas de amêijoa do Tejo pela praia do Samouco, vendida, no local, por preços que oscilavam entre 3,20 e 3,40 euros/Kg. Não obstante, há uma década havia indivíduos a apanhar mais de 100 Kg por maré, notando-se já uma ligeira redução deste recurso.

O local regista efetivamente uma concentração de mariscadores de uma forma como não acontece em outra parte do estuário do rio Tejo, que tanto fazem a apanha apeada, com e sem auxílio de garrafa de ar comprimido, como a fazem embarcados, dispondo para isso de 146 embarcações de recreio, das quais 84 estão fundeadas junto aos pilares da ponte Vasco da Gama e as demais no cais palafítico, varadas na praia, e um pouco por toda a área. Em consequência, o sítio transformou-se num enorme cemitério de embarcações, sendo muitas as que estão ali a apodrecer na perna do estuário do Tejo que alimenta as salinas e vai até às antigas secas de bacalhau em Alcochete, algumas já sem identificação e a servir de depósito de lixo abandonado. A este fator destrutivo da paisagem ribeirinha, junta-se a existência de várias construções abarracadas para alojamento e arrumos de material dos mariscadores, e de vários serviços que vão desde restaurantes a bares clandestinos, de aspeto pouco recomendável. Contrariamente ao que seria espectável, durante o ano de 2019 a edilidade em vez de determinar a demolição das barracas, permitiu a utilização de um terreno de grande dimensão como estacionamento, em frente ao cais palafítico, que tem uma placa à entrada a dizer que é para os "pescadores", entenda-se, os apanhadores de amêijoa. É frequentado diariamente por cerca de 200 viaturas particulares e carrinhas, o que espelha a dimensão do negócio ilegal da amêijoa.



FIGURA 104 | Vista aérea da zona ribeirinha de Alcochete, do cais até ao rio das Enguias (abril de 2015).
Notas: 1 - Rio das Enguias; 2 - Sítio das Hortas; 3 - Ponte Cais de Alcochete.
Cedida por Duarte Fernandes Pinto (http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com).

II.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo e caracterização técnica, e determinação da percentagem de inquirição.[38]

No concelho de Alcochete havia em 2018, um total de 14 embarcações registadas na pesca local e com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), listados a seguir, sendo que metade tinham também licenças de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente. Não havia embarcações em Alcochete apenas com licenças para águas marítimas. Para efeitos de realização deste trabalho inquirimos os proprietários das 14 embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 100%.

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000003057	VX-407-L	Rio tejo	Vila Franca de Xira	Samouco	Manuel dos Santos Tavares Belides	Manuel dos Santos Tavares Belides	Manuel dos Santos Tavares Belides
PRT000023535	VX-720-L	Saboga	Vila Franca de Xira	Cais de Alcochete	José Estevão da Fonseca Boieiro	José Estevão da Fonseca Boieiro	José Estevão da Fonseca Boieiro
PRT000023932	VX-737-L	Alcostano	Vila Franca de Xira	Cais de Alcochete	José Estevão da Fonseca Boieiro	José Estevão da Fonseca Boieiro	José Estevão da Fonseca Boieiro
PRT000020459	TR-1402-L	Flor do mar	Trafaria	Cais de Alcochete	Eduardo José Pereira Ribeiro Maçal	Eduardo José Pereira Ribeiro Maçal	Eduardo José Pereira Ribeiro Maçal
PRT000023204	B-763-L	Boieiro	Barreiro	Cais de Alcochete	Estevão António Boieiro / Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro	Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro	Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro
PRT000023205	B-768-L	Miguel	Barreiro	Cais de Alcochete	Joaquim Chefe Barrinha	Joaquim Chefe Barrinha	Joaquim Chefe Barrinha
PRT000021598	B-773-L	Polvinhos	Barreiro	Samouco	Tiago Miguel Pinheiro Albino	Tiago Miguel Pinheiro Albino	José Manuel Pinheiro Correia Guerra
PRT000023561	B-774-L	Ricardana	Barreiro	Sítio das Hortas	Jorge Manuel de Oliveira Vicente	Jorge Manuel de Oliveira Vicente	Jorge Manuel de Oliveira Vicente
PRT000023898	B-785-L	Rumo a vitoria	Barreiro	Cais de Alcochete	Estevão António Boieiro / Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro	Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro	Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro
PRT000024492	B-795-L	Bebeda	Barreiro	Sítio das Hortas	Raul Manuel Loureiro Chefe	Raul Manuel Loureiro Chefe	Raul Manuel Loureiro Chefe
PRT000024768	B-797-L	Freedom	Barreiro	Cais de Alcochete	Bruno Estevão Cavaco Boieiro	Bruno Estevão Cavaco Boieiro	Bruno Estevão Cavaco Boieiro
PRT000024831	B-803-L	Zangão	Barreiro	Sítio das Hortas	João António Pita Tomás Chefe	João António Pita Tomás Chefe	João António Pita Tomás Chefe
PRT000024929	B-807-L	Maria João	Barreiro	Samouco	Manuel Dionísio Ferreira Pereira / Manuel António d´ Aroeira / Maurício José Verruga Daroeira	Manuel António d´ Aroeira	Manuel António d´ Aroeira
PRT000024582	B-813-L	Taurus[39]	Barreiro	Cais de Alcochete	Bruno Estevão Cavaco Boieiro	Bruno Estevão Cavaco Boieiro	Bruno Estevão Cavaco Boieiro

TABELA 6 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, em Alcochete.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

[38] Os dados da caraterização técnica da frota, e apenas esses, especificamente, porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, foram obtidos a partir da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

[39] Embarcação registada em 18 de julho de 2013 na Delegação Marítima de Vila Fanca de Xira, com o número de registo VX-757-L e a denominação "Lobo do Tejo", propriedade de Diamantino Pedroso Lobo. Em 22 de março de 2018 este registo foi cancelado por a embarcação ter sido registada na Delegação Marítima Barreiro sob o número B-813-L e denominada "Taurus", com a data de registo de 27 de fevereiro de 2018.

Para além destas embarcações, existem neste território várias outras embarcações registadas na pesca local que até recentemente estiveram a operar, e até possuem condições de segurança e estabilidade para operar, apesar de terem casco em madeira e estarem envelhecidas, mas encontram-se encalhadas por vicissitudes várias, podendo no futuro reforçar a frota local. São disso exemplo as embarcações "Tartaruga", registo n.º B-626-L, propriedade do irmão de Jorge Manuel de Oliveira Vicente, que se reformou, a embarcação "David", registo n.º B-643-L, herdada por Jorge Manuel de Oliveira Vicente, que está com licença de encalhe por cinco anos, e a embarcação "Luís Carlos", registo n.º B-584-L, todas com casco em madeira, conhecidas como bateiras (que acabavam em bico na proa e na popa), e localizadas no Sítio das Hortas, onde a atividade piscatória mais caiu nos últimos anos.

No Cais/ponte de Alcochete está a embarcação "Florinda Maria", registo n.º B-678-L, também de casco em madeira e envelhecida, propriedade de Francisco José Chefe Barrinha, irmão de Joaquim Barrinha, que se reformou.

No Samouco, no braço de água que alimenta as salinas, está a embarcação "Salvadora", registo n.º B-755-L, com casco em alumínio, mas já muito deteriorada, que segundo se diz pela zona, foi devido a problemas entre o armador e o construtor (alterações no barco não regulamentares), e mais tarde devido a dívidas, que esta embarcação, construída de novo, foi abandonada. Também aqui está a embarcação "Flor de Todas", registo n.º B-611-L, tipo saveiro, completamente destruída, já sem popa e a servir para depósito de garrafas de cerveja vazias, que também não faltará muito para ser abatida ao registo da frota nacional.

Em 2019, para além destas duas embarcações já muito danificadas, e das três embarcações de pesca profissional identificadas no quadro da página anterior, passou aqui a haver mais três embarcações que reuniam condições para serem autorizadas para a pesca profissional: "Ana e Xico", registo n.º LX-384-L, que tem como proprietário, armador e arrais Maurício D´Aroeira, irmão de Manuel António D´Aroeira, também proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L; "Vasco António", registo n.º B-668-L, que pertencia à comunidade de pescadores de Amora, onde laborou até o proprietário ter falecido em 2018; "Dimari", registo n.º B-815-L, uma pequena canoa com casco em madeira comprada em Setúbal que foi vistoriada em 28 de outubro de 2018, propriedade de Cláudio Sérgio dos Santos Rosa, que tem como mestre José António Ruivo Vicente, e ainda está a regularizar a questão das licenças de pesca (apenas tem licença para águas oceânicas - ZEE Portuguesa).

Ao analisar a frota alcochetana que em 2018 teve licença para pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, observa-se que dez estão registadas no Barreiro, três em Vila Franca de Xira e uma na Trafaria, e oito fundeiam em poitas no Canal de Alcochete, em frente ao cais/ponte, três no cais palafítico do Samouco e três em poitas no Sítio das Hortas. Das oito embarcações que fundeiam no Canal de Alcochete seis são propriedade da família "Boieiro", que nos últimos anos tem sido a grande referência na pesca profissional de Alcochete, pela dinâmica e empreendedorismo, e parece ser garantia de continuação da atividade neste território. Salientar que no cais palafítico do Samouco, construído e mantido pelos próprios pescadores, as embarcações de pesca profissional pagavam 15,00€/ano à Administração do Porto de Lisboa pela utilização do espaço, sendo que no ano de 2018 esse valor já não foi pago, como reportou o proprietário da embarcação "Maria João", sem saber explicar o motivo.

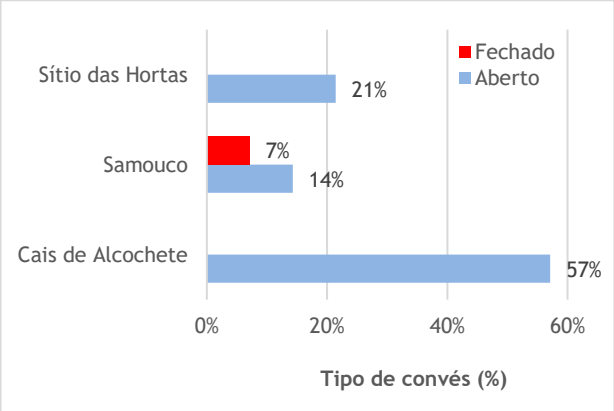
As embarcações foram construídas ainda no século XX, a mais antiga em 1986, e as demais foram todas construídas já no século XXI, a mais recente em 2015, e têm uma capacidade de pesca total de 29,25 GT, o que corresponde a 17,2 GT em Alcochete, 7,35 GT no Samouco e 4,7 GT no Sítio das Hortas, e uma potência propulsora principal de 423,77 kW, a que corresponde 242,592 kW em Alcochete, 85,65 kW no Samouco e 95,6 kW no Sítio das Hortas, e uma potência auxiliar de 154,5 kW, a que corresponde 132,4 kW em Alcochete, 3,7 kW no Samouco e 18,4 kW no Sítio das Hortas.

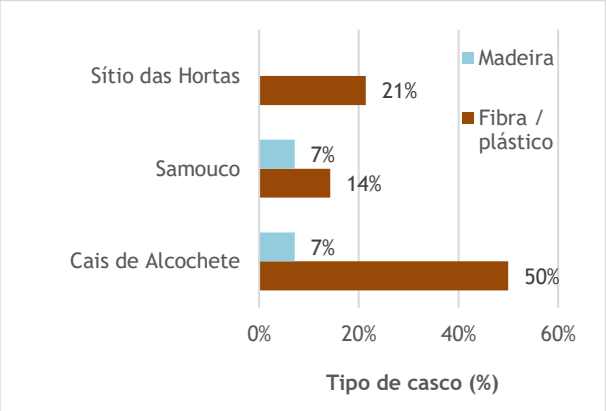
No conjunto do espaço concelhio, a arqueação média é de 2,09 GT, a mínima é de 1,02 GT e a máxima de 2,96 GT, a potência propulsora principal média é de 30,27 kW, sendo a mínima de 22 kW e a máxima de 44,10 kW, a potência auxiliar média é de 11,04 kW, sendo a mínima de 3,7 kW e a máxima de 29,40 kW, e o comprimento fora a fora médio é de 6,63 m, sendo o mínimo de 5,55 m e o máximo de 7,53 m.

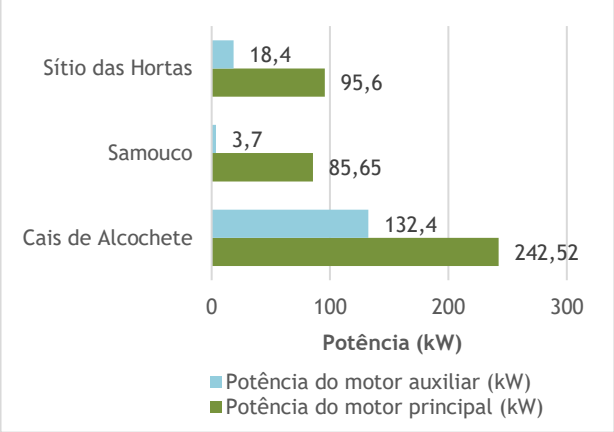
A frota é constituída maioritariamente por embarcações com idades entre 11 e 20 anos, em especial entre 11 e 15 anos, pelo que é recente, e a generalidade das embarcações são de convés aberto e motor fora de borda a gasolina, com exceção de uma embarcação denominada "Rio Tejo", conjunto de identificação VX-407-L, que pertence à comunidade piscatória do Samouco, que tem convés fechado e motor interior a diesel, e, aliás, está bastante degradada (o casco está partido e o motor avariado). O proprietário e armador, que desempenha a bordo as funções de arrais, de vez em quando

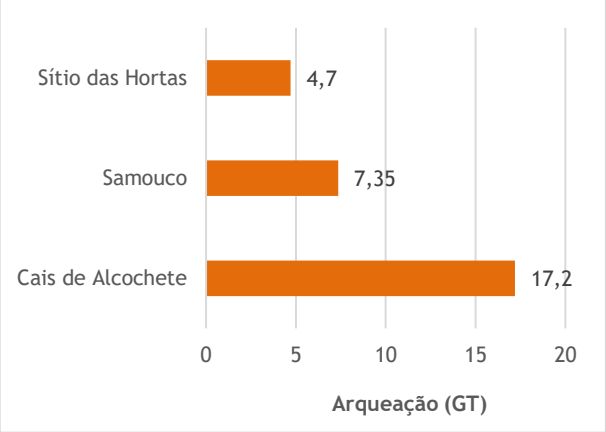
vai ao rio largar o aparelho de anzóis na embarcação auxiliar, cuja deterioração ainda é mais evidente (só tem uma diferença, o motor desta ainda funciona).

A quase totalidade das embarcações têm casco em fibra/plástico, apenas duas têm casco em madeira, uma em Alcochete e outra no Samouco, e quanto ao seu estado de conservação onze arrais responderam estar "muito bom", e os demais três responderam "bom", "razoável" e "mau". Importa salientar que não obstante esta caracterização feita pelos arrais, todas as embarcações efetuam vistorias anuais a nado, e bianuais a seco, onde é verificado se se encontram aptas para o exercício da atividade da pesca. É verificado o estado de conservação do casco, do motor, do alador (caso exista), dos instrumentos náuticos, dos meios de salvação, dos meios de combate a incêndios, e dos meios de esgotos.





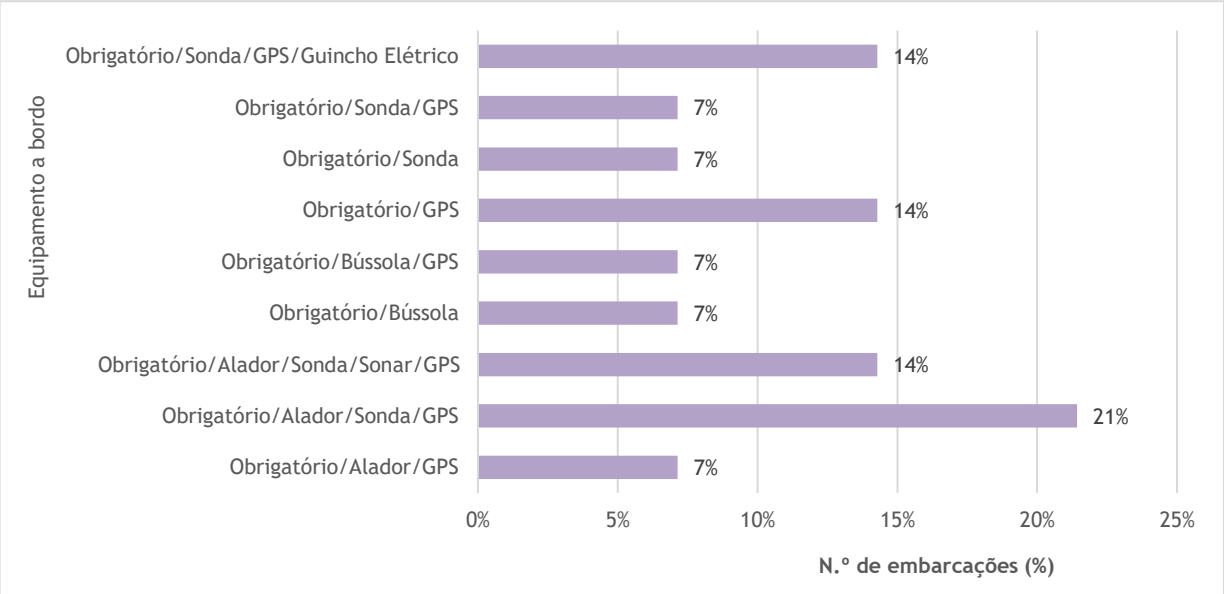


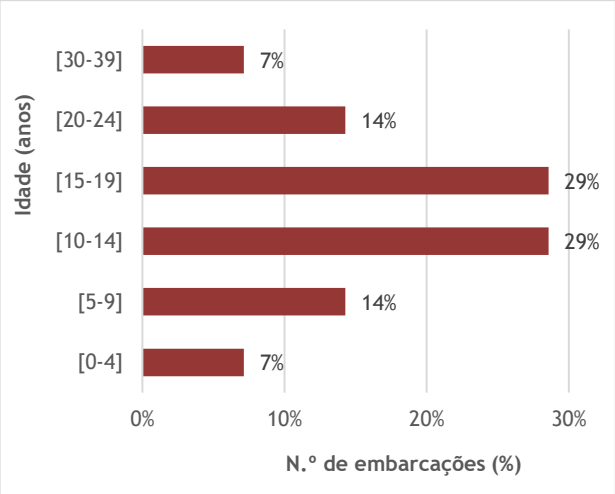


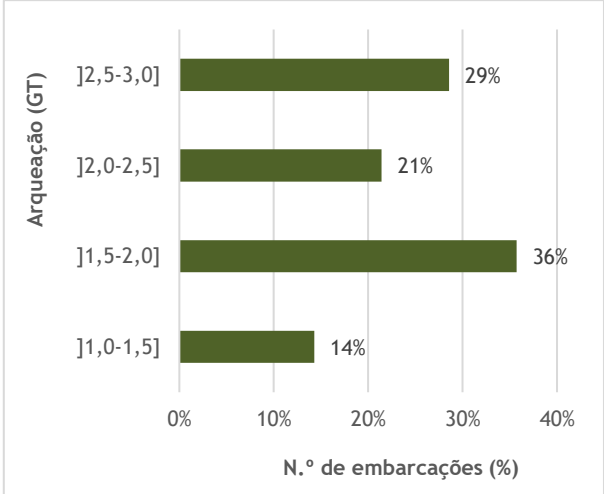
A frota não está envelhecida, as embarcações são pequenas e estão equipadas com equipamento diverso e moderno, sendo de destacar a utilização massiva da navegação por GPS (apenas dois arrais continuam a orientar-se por bússola e por marcas de terra), o que é uma vantagem, por exemplo, para o tempo mais enevoado. No oposto, é pequena a percentagem de embarcações que têm instalado alador mecânico, e uma tem instalado um guincho elétrico (ou guincho náutico) para auxiliar a retirada dos ferros de dentro da água, uma vez que o arrais já tem uma idade avançada. Ao que pudemos apurar, isto acontece porque, devido à limitação da dimensão das embarcações, os armadores optam por não ter alador mecânico para assim ter mais espaço para as artes de pesca, e também porque nesta comunidade piscatória, as embarcações que fazem uso das redes, são na maior parte tripuladas por marítimos mais jovens que raramente operam com menos de três marítimos a bordo, um arrais e dois pescadores. Uma das embarcações já dispõe de sonar portátil para deteção de peixe, marcar pontos e conhecer o fundo do rio.

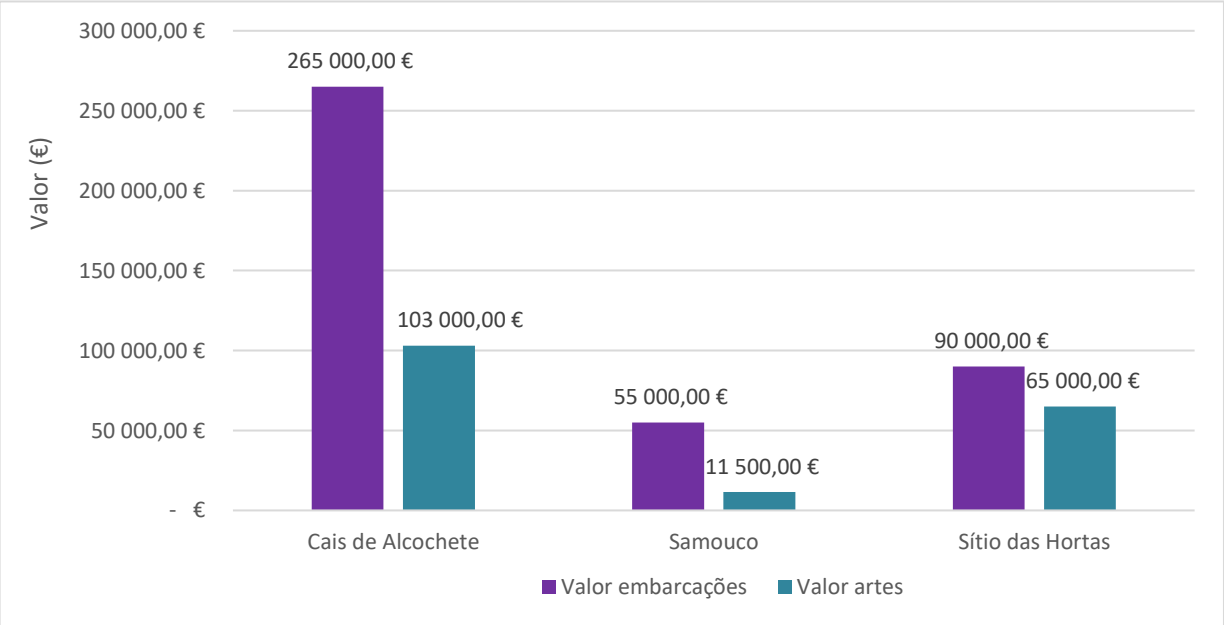
A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 410.000,00€, sem incluir as artes de pesca, o que corresponde a 325.000,00€ em Alcochete, a 55.000,00€ no Samouco e a 30.000,00€ no Sítio das Hortas. Às artes de pesca os armadores colocaram o valor de mercado de 179.500,00€, a que corresponde a 153.000,00€ em Alcochete, a 11.500,00€ no Samouco e a 15.000,00€

no Sítio das Hortas. Assim, no concelho de Alcochete, as embarcações e as artes de pesca atingem em conjunto, um valor de mercado de 589.500,00€ (valor patrimonial à data de 2018).









II.1.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

Nas comunidades piscatórias do concelho de Alcochete os proprietários são também armadores, ou seja, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e todos desempenham a bordo as funções de arrais.

Estas comunidades estão bastante envelhecidas, motivo pelo qual 85,71% dos arrais têm mais de 45 anos, e, destes, 14,29% têm mais de 65 anos. A comunidade que utiliza o Cais de Alcochete é a mais rejuvenescida, muito pela dinâmica dos descendentes de Estevão António Boieiro e de Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro, que se dedicam à pesca profissional, e representam os 14,29% da classe de idades entre 35 e 44 anos, sendo que também estes já têm descendentes com cédula marítima na categoria de pescadores, e que poderão dar continuidade à atividade. No Samouco 7,14% dos arrais têm entre 45 e 54 anos, e 14,29% têm entre 55 e 64 anos, o que faz desta uma das comunidades mais envelhecidas, juntamente com o Sítio das Hortas, como se observa na tabela seguinte. No espaço concelhio, 21,48% dos arrais já estão reformados, como se verá a seguir, sinal mais visível do envelhecimento da comunidade piscatória.

IDADE (ANOS) (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
[35-44]	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
[45-54]	28,57%	7,14%	7,14%	42,86%
[55-64]	7,14%	14,29%	7,14%	28,57%
[65-74]	7,14%	0,00%	7,14%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

A atual geração de arrais de Alcochete tem tradição na pesca, são maioritariamente filhos de pescadores, e 78,57% nasceram no concelho de Alcochete, como se observa na tabela seguinte, e sempre aqui residiram (com exceção de um arrais, que reside no concelho do Montijo). Apenas há um arrais no Cais de Alcochete, filho de pescador com tradição de pesca nas artes xávegas da Costa da Caparica, que nasceu em Almada (7,14%), e aí reside (faz diariamente a viagem por terra de Almada para Alcochete, onde opera com regularidade), e dois arrais no Samouco (14,29%) que nasceram um em Alcácer do Sal e outro na Vidigueira, também filhos de pescadores com tradição de pesca no rio Sado, que migraram para o estuário do rio Tejo pela maior piscosidade, e hoje residem no Samouco, concelho de Alcochete. Em 92,86% dos casos, o estado civil é "casado", e apenas 7,14% "solteiro" (corresponde apenas a um arrais do Samouco).

CONCELHO DE NASCIMENTO (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
ALCÁCER DO SAL	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
ALCOCHETE	50,00%	7,14%	21,43%	78,57%
ALMADA	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
VIDIGUEIRA	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Estes arrais começaram a aprender a atividade muito jovens, em 85,71% dos casos até aos 14 anos, e destes 35,71% começaram a aprender a atividade ainda entre os 5 e os 9 anos, como se observa na tabela seguinte, o que condicionou na aquisição de habilitações mínimas obrigatórias e no cumprimento do requisito de frequência da escolaridade obrigatória, que variam consoante a data de nascimento de cada arrais ou da data de inscrição/matrícula no primeiro ano de escolaridade. Importa que se diga que isso acontecia muitas vezes por opção própria, porque vários arrais, nomeadamente Estevão António Boieiro, recordam fugir da escola para ir à pesca. Em termos globais, a média da idade com que estes arrais começaram a aprender a atividade é de 12 anos, sendo o mínimo de 6 anos e o máximo de 33 anos.

IDADE COM QUE COMEÇARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
[5-9]	21,43%	7,14%	7,14%	35,71%
[10-14]	28,57%	7,14%	14,29%	50,00%
[15-19]	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
[30-34]	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Sobre o início da pesca profissional, mais de 71,43% fizeram-no entre os 10 e os 19 anos, e destes 21,43% apenas dos 10 aos 14 anos, como se observa na tabela a seguir, o que significa que não necessitaram de muitos anos de aprendizagem para se tornarem arrais e começarem eles próprios a ter de governar a sua embarcação. No Cais de Alcochete estão os arrais que mais cedo iniciaram a pesca profissional, o que se deve à maior tradição de pesca, o oposto do que se verifica no Samouco. Em termos globais, a média de idade com que estes arrais iniciaram a pesca profissional é de 18,71 anos, sendo o mínimo de 14 anos e o máximo de 35 anos.

IDADE COM QUE INICIARAM A PESCA PROFISSIONAL (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
[10-14]	14,29%	0,00%	7,14%	21,43%
[15-19]	35,71%	7,14%	7,14%	50,00%
[20-24]	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
[25-29]	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
[30-34]	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
[35-39]	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Os motivos que levaram estes arrais a aprender a atividade são muitos e variados, como se observa na tabela seguinte, mas podemos destacar o gosto pela pesca, que representa 64,29% dos casos, e vai ao encontro do que nos disseram, que fugiam da escola para ir para a pesca, mas também a tradição familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do saber no seio da família, que representa 50% dos casos, e ainda, de forma menos representativa, para ajudar a família devido a dificuldades económicas, resposta em 21,43% dos casos. Apenas 14,29% dos arrais responderam que foram para a pesca também por imposição dos pais, como forma de contribuírem para o sustento da família.

MOTIVOS QUE OS LEVARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
I	14,29%	7,14%	0,00%	21,43%
I,II,IV	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
I,III,IV	7,14%	0,00%	7,14%	14,29%
I,V	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
II,IV	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
II,V	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
IV	28,57%	7,14%	0,00%	35,71%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (iv) Gosto pela pesca; e (v) Por imposição dos pais.

Todos os arrais do Sítio das Hortas e do Samouco, que representam 42,86% do total do concelho, indicaram ter iniciado a atividade profissional na qualidade de pescadores. Já os arrais do Cais de Alcochete, que representam os restantes 57,14% do total do concelho, em 35,71% dos casos também referiram que iniciaram a atividade profissional na qualidade de pescadores, e 21,43% referiram que o fizeram na qualidade de tripulantes, e, para além disso, a totalidade dos arrais alcochetanos indicaram que a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

Considerando a tenra idade com que a maior parte destes arrais começou a aprender a atividade, e sabendo que muitos deles não faziam questão de frequentar a escola, estão encontrados os principais motivos que justificam os níveis bastante baixos de escolaridade, sendo que 50% frequentou apenas o 1º ciclo (o que não quer dizer que todos tenham concluído a 4ª classe), 28,86% frequentaram o 2º ciclo, e 21,43% frequentaram o 3º ciclo, como se observa na tabela a seguir. Nenhum arrais frequentou o ensino secundário.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
1º, 2º 3º E 4º ANOS (1º CICLO)	28,57%	14,29%	7,14%	50,00%
5º E 6º ANOS (2º CICLO)	14,29%	0,00%	14,29%	28,57%
7º, 8º E 9º ANOS (3º CICLO)	14,29%	7,14%	0,00%	21,43%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

O agregado familiar dos 14 arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 42 pessoas (incluindo os arrais): 27 no Cais de Alcochete, 7 no Samouco e 8 no Sítio das Hortas. No geral, um arrais vive sozinho, cinco têm no seu agregado duas pessoas, dois têm três pessoas, o casal e os filhos, cinco têm quatro pessoas, o casal e os filhos, e ascendentes, e um tem cinco pessoas, como se observa no quadro seguinte. Os agregados com duas e quatro pessoas são os mais representativos, correspondem a 71,43% dos casos, e, curiosamente, são os que mais trabalham sozinhos.

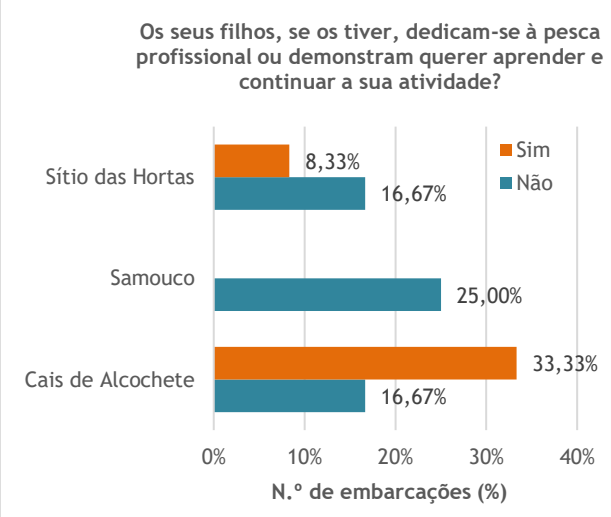
QUANTAS PESSOAS TÊM NO AGREGADO FAMILIAR (N.º/%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
UMA PESSOA	0 (0,00%)	1 (7,14%)	0 (0,00%)	1 (7,14%)
DUAS PESSOAS	2 (14,29%)	1 (7,14%)	2 (14,29%)	5 (35,71%)
TRÊS PESSOAS	2 (14,29%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	2 (14,29%)
QUATRO PESSOAS	3 (21,43%)	1 (7,14%)	1 (7,14%)	5 (35,71%)
CINCO PESSOAS	1 (7,14%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	1 (7,14%)
TOTAL	**8 (57,14%)**	**3 (21,43%)**	**3 (21,43%)**	**14 (100%)**

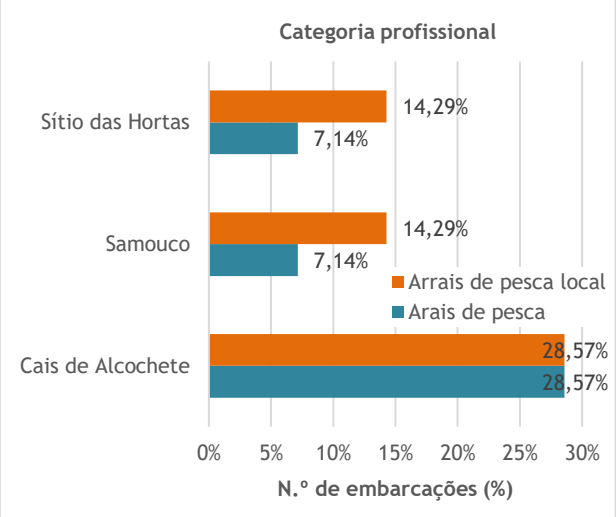
Das 42 pessoas que constituem os agregados familiares dos arrais, apenas 20 trabalham na pesca, o que inclui os próprios arrais. Sabendo que os arrais são 14, significa que apenas seis pessoas dos seus agregados familiares participam ativamente do quotidiano piscatório. O que é um valor muito reduzido, e isso explica porque 71,43% dos arrais operaram sozinhos ou com pessoas que não pertencem ao seu agregado familiar, e apenas 14,29% operam com um tripulante a bordo e outros 14,29% com dois tripulantes a bordo, todos do seu agregado familiar, como se observa na tabela seguinte.

CONTANDO CONSIGO, QUANTAS PESSOAS DO SEU AGREGADO TRABALHAM NA PESCA? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
UMA PESSOA	42,86%	14,29%	14,29%	71,43%
DUAS PESSOAS	0,00%	7,14%	7,14%	14,29%
TRÊS PESSOAS	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
TOTAL	57,14%	21,43%	21,43%	100,00%

Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a sua atividade, 58,33% responderam que não, e apenas 41,67% responderam sim, dos quais 33,33% pertencem à comunidade piscatória do Cais de Alcochete, que é a mais rejuvenescida, e 8,33% à comunidade do Sítio das Hortas, como se observa ano gráfico seguinte. Como já referimos diversas vezes, esses 33,33% referem-se às embarcações da família "Boieiro", em quem recai a esperança da continuidade da atividade no território concelhio.

Os tripulantes em funções a bordo de arrais em 57,14% dos casos estão habilitados com a categoria mínima de "arrais de pesca local", correspondendo aos arrais mais jovens, e apenas 42,86% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", como se observa no gráfico seguinte. É na comunidade do Cais de Alcochete que se localizam o maior número de arrais que detêm a categoria de "arrais de pesca", que no geral são os de maior idade.





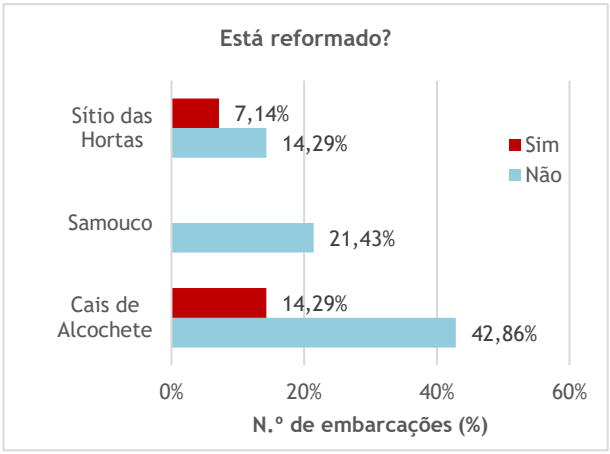
Nas comunidades alcochetanas a pesca é a atividade principal para 92,86% dos arrais, e apenas um do Samouco, que corresponde a 7,14%, desenvolve outra atividade para além da pesca, o que faz em regime de complementaridade (ou seja, nunca suspende uma atividade para se dedicar em exclusivo à outra): é proprietário do restaurante "Retiro do Pescador", no Samouco, e é mariscador profissional. Os demais arrais não desenvolvem outras atividades económicas, mas vários deles referiram ter "jeito" para outras profissões, nomeadamente eletricistas, mecânicos, agricultores e padeiros.

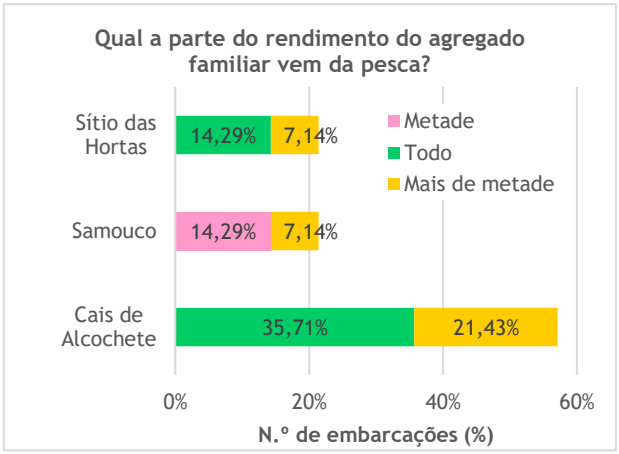
Questionados sobre qual a parte do rendimento do agregado familiar vem da pesca, 14,29% respondeu metade, 35,71% mais de metade e 50% respondeu a totalidade, como se observa no gráfico seguinte. Apesar de muito versátil, esta população está muito dependente da pesca, com exceção do arrais do Samouco que detém o restaurante "Retiro do Pescador". É no Cais de Alcochete que a dependência da pesca para a subsistência é maior, exatamente porque é aí que se fixa a principal capacidade de pesca do concelho, com embarcações e efetivos humanos com dedicação absoluta à pesca muito em torno da família "Boieiro", atualmente um nome incontornável das pescas em Alcochete.

Importa notar que dos 92,86% dos arrais para quem a pesca é a atividade principal, 21,48% já estão reformados, 7,14% no Sítio das Hortas e 14,29% no Cais de Alcochete, como se observa no gráfico seguinte. Estes arrais continuam a laborar, primeiro, porque gostam de pescar, segundo, para obterem um complemento para a subsistência devido às baixas reformas, uma vez que para eles a pesca ainda representa metade ou mais de metade do rendimento líquido dos seus agregados familiares.

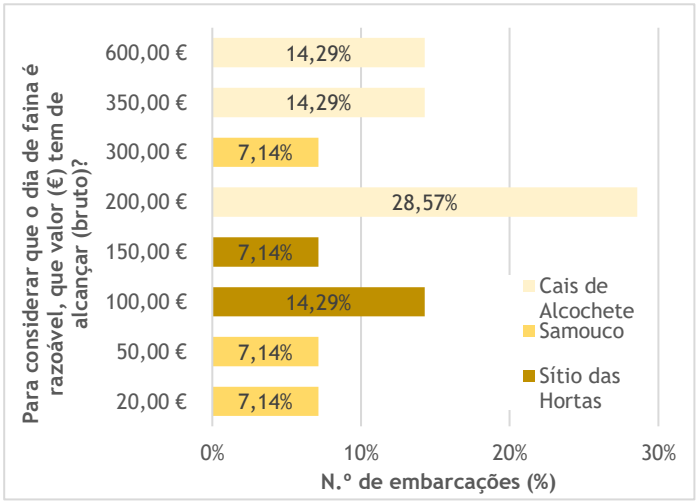
Salientar que a mulher está mais presente na vida ativa da indústria piscatória de Alcochete, do que à partida seria de supor. No Samouco, a esposa de Manuel António d´ Aroeira, proprietário, armador e arrais da embarcação "Maria João" (B-807-L), não anda embarcada, nem tem cédula marítima, mas ajuda em terra a iscar os aparelhos de anzol, uma ajuda fundamental por ser um trabalho muito moroso (cerca de uma hora cada caixa/aparelho, pelo que se iscar cinco caixas são cerca de cinco horas). No Sítio das Hortas não existem mulheres na pesca, nem a ajudar nos trabalhos em terra, estando a atividade em acentuada decadência. No Cais de Alcochete, fruto da dinâmica da família "Boieiro", já referida, é onde há mais homens e mulheres com cédula marítima, ainda que nem todos estejam a

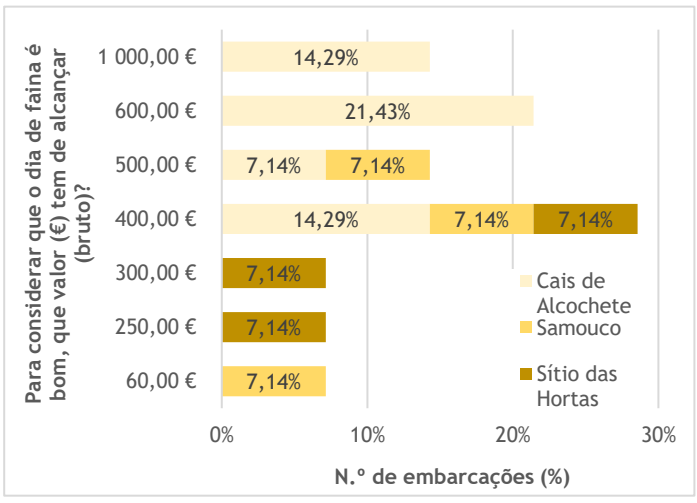
exercer a atividade, e mais embarcações em atividade. As embarcações "Boieiro" (B-763-L) e "Rumo à Vitória" (B-785-L), propriedade de Estevão António Boieiro e Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro, são governadas por Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro, arrais de pesca, uma "mulher de armas". As duas filhas do casal, Bruna Boieiro e Esmeralda Boieiro, e os seus dois genros, Ricardo Loureiro e Filipe Araújo, também estão habilitados com a cédula de pescador, apesar de não ser essa a sua principal ocupação profissional. José Estevão da Fonseca Boieiro, proprietário, armador e arrais das embarcações "Alcostano" (VX-737-L) e "Saboga" (VX-720-L), filho de Estevão António Boieiro, tem ajuda diária na faina, da esposa Isabel Lopes, que tem cédula de pescadora, e do filho, também pescador, Miguel Boieiro. Bruno Estevão Cavaco Boieiro, proprietário, armador e arrais das embarcações "Freedom" (B-797-L) e "Taurus" (B-813-L), também filho de Estevão António Boieiro, tem ajuda da esposa, Marisa Ribeiro, nos trabalhos em terra, que também tem cédula marítima de pescador.





Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 64,29% responderam entre 20,00€ e 200,00€, sendo que destes 14,29% responderam 100,00€ e 28,57% responderam 200,00€. Os restantes 35,71% responderam entre 300,00€ e 600,00€, que são as embarcações que mais investem na aquisição de material de pesca. No mínimo a resposta foi de 20,00€, no máximo foi de 600,00€, e em média dá o valor de 244,29€. De seguida questionámos os arrais, o mesmo agora para um dia de faina bom, e 21,43% responderam entre 60,00€ e 300,00€, 28,57% responderam 400,00€, e 50% responderam entre 500,00€ e 1.000,00€, como se observa nos gráficos seguintes. No mínimo a reposta foi de 60,00€, no máximo foi 1.000,00€, e em média dá o valor de 500,71€. Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 20€ e 600€ e no máximo entre 60€ e 1.000€.

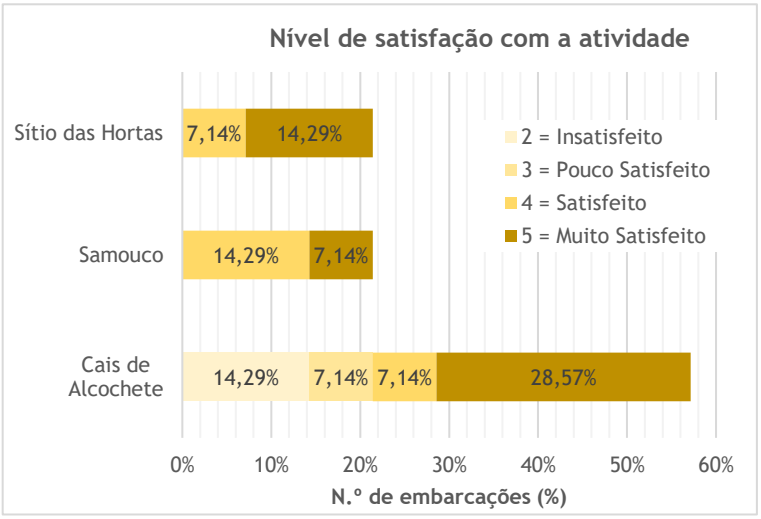


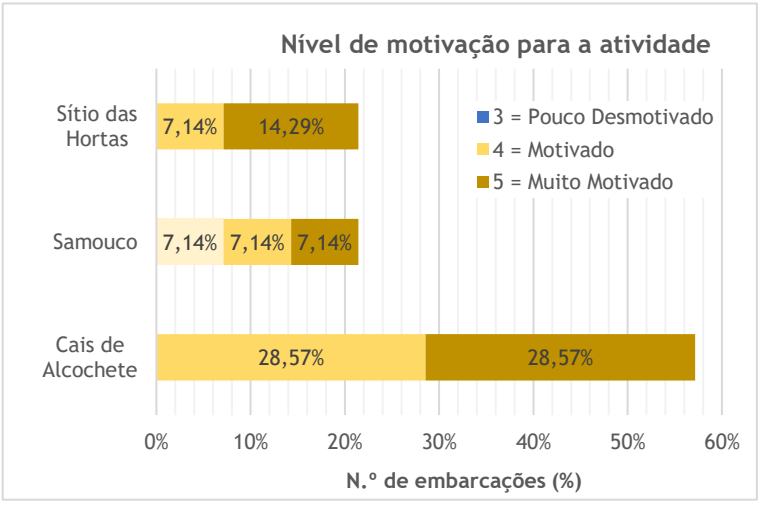


Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações de maior porte, com mais tripulantes, e com maior investimento em equipamento e tecnologia a bordo. Os valores mais

elevados face a outras comunidades piscatórias justificam-se pela maior concentração de embarcações na família "Boieiro", e a prevalência dessas respostas fazem elevar o valor global, uma família que opera diariamente com muitos elementos independentemente se faz chuva, sol ou frio, e que faz um enorme investimento em equipamentos e artes de pesca, e por isso perspetiva um maior rendimento global (o que não significa que o alcance).

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 14,29% dos arrais estão insatisfeitos, 7,14% pouco satisfeitos, 28,57% satisfeitos e 50% muito satisfeitos, o que é positivo. Sobre o nível de motivação, em 7,14% dos casos os arrais estão um pouco desmotivados, em 42,86% dos casos estão motivados, e em 50% dos casos estão muito motivados, como se observa nos gráficos a seguir. É no Cais de Alcochete, hoje principal centro de pesca do concelho, que os arrais estão mais satisfeitos, não por disporem de equipamentos e infraestruturas necessárias à atividade, que não têm, mas pelo gosto que nutrem pela atividade, e é também nesta comunidade que estão mais motivados, porque, não obstante reconhecerem que o poder local nada tem feito para promover a atividade, que as associações piscatórias são uma nulidade, e que a entidade reguladora é um "*nado morto*", acalentam a esperança de as coisas alterarem para melhor.





II.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[40]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas 14 embarcações de pesca local alcochetanas com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo em 2018, estavam matriculados 24 marítimos, incluídos arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 21% das embarcações tinham matriculado, cada uma, apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local, 14,29% tinham matriculado dois tripulantes, 35,71% tinham matriculado três tripulantes, e 21,43% tinham matriculado quatro tripulantes. Apenas uma embarcação, que corresponde a 7,41%, não tinha rol de tripulação válido, e por isso aparece no gráfico a seguir com zero tripulantes. Quando inquirimos o arrais desta embarcação, indicou que estava a operar, mas sozinho, pelo que se o considerássemos chegaríamos aos 25 marítimos em atividade, durante o ano de 2018, no concelho de Alcochete. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos, o que neste concelho ascende a quatro indivíduos.

Destas embarcações, seis possuíam rol de tripulação coletivo, em parelhas[41]: (i) embarcações "Saboga" (VX-720-L) e "Alcostano" (VX-737-L), quatro tripulantes; (ii) embarcações "Freedom" (B-797-L) e "Taurus" (B-813-L), três tripulantes; e (iii) embarcações "Boieiro" (B-763-L) e "Rumo à Vitória" (B-785-L), três tripulantes. Nestes casos apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Por exemplo, no caso das embarcações "Saboga" (VX-720-L) e "Alcostano" (VX-737-L), que o armador fez rol coletivo com quatro tripulantes, considerámos que cada uma destas embarcações opera com quatro tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores", e porque efetivamente cada uma destas pode operar com os quatro tripulantes, mas apenas se contaram quatro tripulantes (e não oito) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos 24 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".

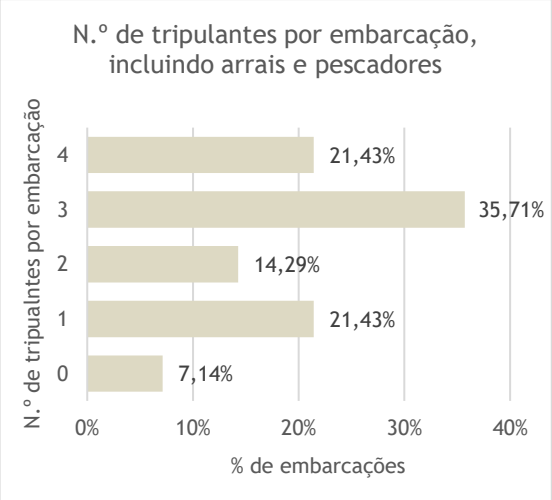
Sobre a distribuição dos marítimos, 54,17% estão no Cais/Ponte de Alcochete, 29,17% estão no Samouco e 16,67% estão no Sítio das Hortas, e sobre as categorias profissionais, 58,33% têm a categoria de pescador, 25% a categoria de arrais de pesca local e 16,67% a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a fazer a transição para o densamente envelhecido, uma vez que 86% tem mais de 35 anos, e 61% já tem mais de 45 anos, como se observa no gráfico a seguir.

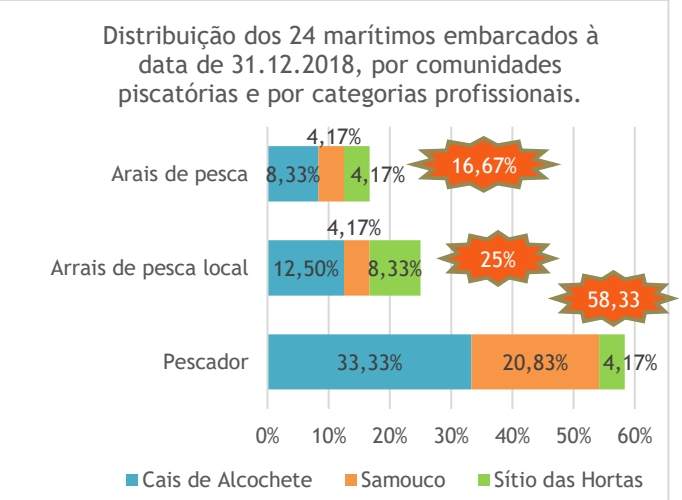
Sobre a forma de remuneração, 14% recebem em dinheiro (valor diário fixo, entre 40€ e 50€), 21% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro) e 64% repartem o produto da pescaria em partes iguais, ou o mais possível em partes iguais (é o caso das famílias), como também se observa no gráfico a seguir. Nestes últimos dois casos, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras. Existe uma exceção. No Sítio das Hortas, o arrais João Chefe, proprietário e armador da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, divide integralmente o lucro e as despesas com o seu camarada, que é familiar. É a única embarcação em Alcochete que divide tudo a 50%, quer os lucros, quer os gastos.

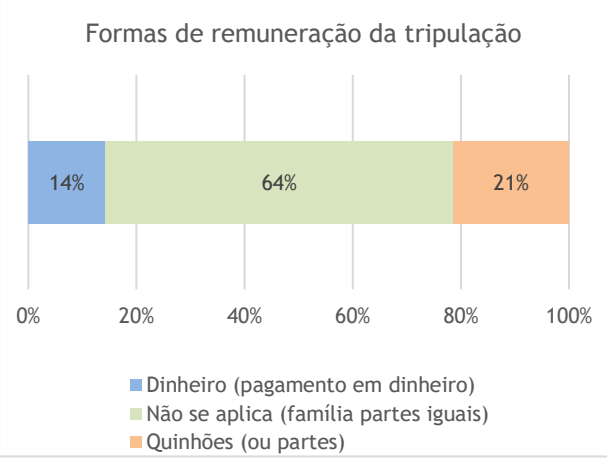
Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, até porque na maioria dos casos são familiares.

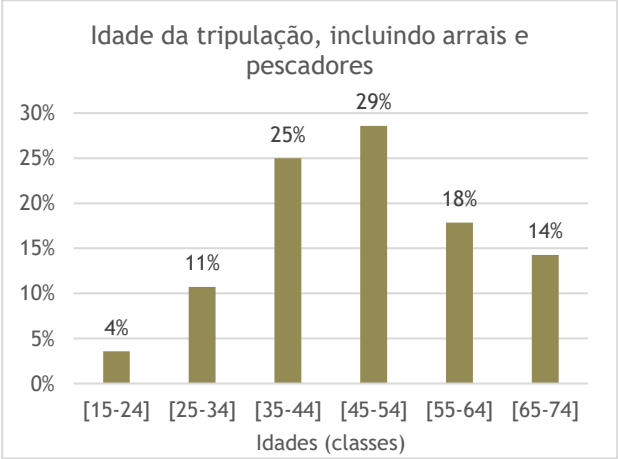
[40] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos róis de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário.

[41] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.


N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores
N.º de tripulantes por embarcação
4
3
2
1
0
21,43%
35,71%
14,29%
21,43%
7,14%
0%
10%
20%
30%
40%
% de embarcações


Distribuição dos 24 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais.
Arais de pesca
4,17%
8,33%
4,17%
16,67%
Arrais de pesca local
4,17%
12,50%
8,33%
25%
Pescador
58,33
33,33%
20,83%
4,17%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
Cais de Alcochete
Samouco
Sítio das Hortas


Formas de remuneração da tripulação
14%
64%
21%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
Dinheiro (pagamento em dinheiro)
Não se aplica (família partes iguais)
Quinhões (ou partes)


Idade da tripulação, incluindo arrais e pescadores
30%
25%
20%
15%
10%
5%
0%
4%
11%
25%
29%
18%
14%
[15-24]
[25-34]
[35-44]
[45-54]
[55-64]
[65-74]
Idades (classes)

II.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

No concelho de Alcochete, as principais artes de pesca utilizadas, em 2018, foram as redes e o palangre, com grandes diferenças entre os vários núcleos piscatórios, seguindo-se os galrichos, a piteira e a branqueira, de forma residual, conforme gráfico a seguir. A arte do arrasto de vara não figura do gráfico a seguir porque não foi utilizada durante o ano de 2018. No entanto, são diversos os barcos alcochetanos que têm esta licença, e existe pelo menos um que a licença, muito espaçadamente, em abril, agosto e setembro, dirigida ao camarão do rio e aos linguados.

No Samouco utilizou-se maioritariamente palangre de fundo, com recurso a fio de nylon para fazer a madre e os estralhos, onde foram empatados anzóis, arte dirigida à corvina-legítima e aos robalos (legítimo e baila), e, apenas pontualmente, foram utilizados aparelhos de meia água, dirigidos às mesmas espécies, com o mesmo isco (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.os LIV. IV. VII. 35 a LIV. IV. VII. 38). Esta arte também capturou linguado-legítimo, e em menor quantidade sargo-alcorraz e congro.



FIGURA 105 | Manuel António D´Aroeira, arrais e proprietário da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, a iscar com casulo um aparelho de anzol no seu armazém de arrumos de artes de pesca, localizado junto ao cemitério do Samouco, em 25.10.2018.

A isca foi sempre o casulo, uma minhoca que vive enterrada no lodo, dentro de um casulo, que lhe dá nome, e que é utilizada na pesca noturna, porque tem a particularidade de ser luminosa, e ao brilhar dentro de água atrai os peixes (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.os LIV. IV. VII. 57 a LIV. IV. VII. 62). Esta minhoca é utilizada em fresco, quando ainda tem muita consistência, para facilitar iscar os anzóis, e muita resistência, permitindo que, após calada, resista mais tempo à agitação marítima. Serve para pescar diversas espécies, mas é preferencialmente dirigida às corvinas e os robalos, e tem produzido melhores resultados do que o caranguejo-pilado, e, sobretudo, do que a amêijoa-japonesa, algumas vezes utilizada como isco na comunidade de Alcochete, dada a abundância na zona, mas com fraca qualidade, porque se desprende facilmente do anzol. O casulo tem cerca de 40 cm, é grande, o que o torna um bom isco, mas no inverno está mais fundo, os arrais conseguem cortar apenas 2-3 cm, e na primavera/verão está mais à superfície, os arrais já conseguem cortar entre 7-10 cm.

Manuel António D´Aroeira, o mais elogiado mestre desta comunidade, com 64 anos, palangreiro, geralmente apanha o casulo em frente à Base Aérea n.º 6, junto ao Samouco, ou próximo do Seixalinho, onde existe maior concentração, para ser mais rápido. O objetivo é dar várias "cavadelas", e cortar e apanhar vários casulos, sem ter de levantar as costas e sem ter de tirar os pés do lodo, porque "atasca" cerca de 20 cm, e se tiver de tirar os pés do lodo a cada "cavadela", isso exige maior esforço físico. Demora duas horas, entre o final da vazante e o início da enchente, para apanhar cerca 800 exemplares de casulo (neste caso, cada aparelho leva 200 anzóis), quantidade que utiliza num dia de faina (apanha cerca de cem exemplares a cada 15 minutos). Também operam com aparelho de 240 anzóis. Para além do tempo a apanhar o casulo, em condições difíceis, ainda existe o tempo de iscar, e, posteriormente, a largar e a colher os aparelhos, e depois a safá-los, o que deixa perspetivar da dureza da atividade, e do elevado número de horas de trabalho diário que envolve (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n. os LIV. IV. VII. 46 a LIV. IV. VII. 56). A título de curiosidade, iscar com casulo 240 anzóis demora 1h10m.

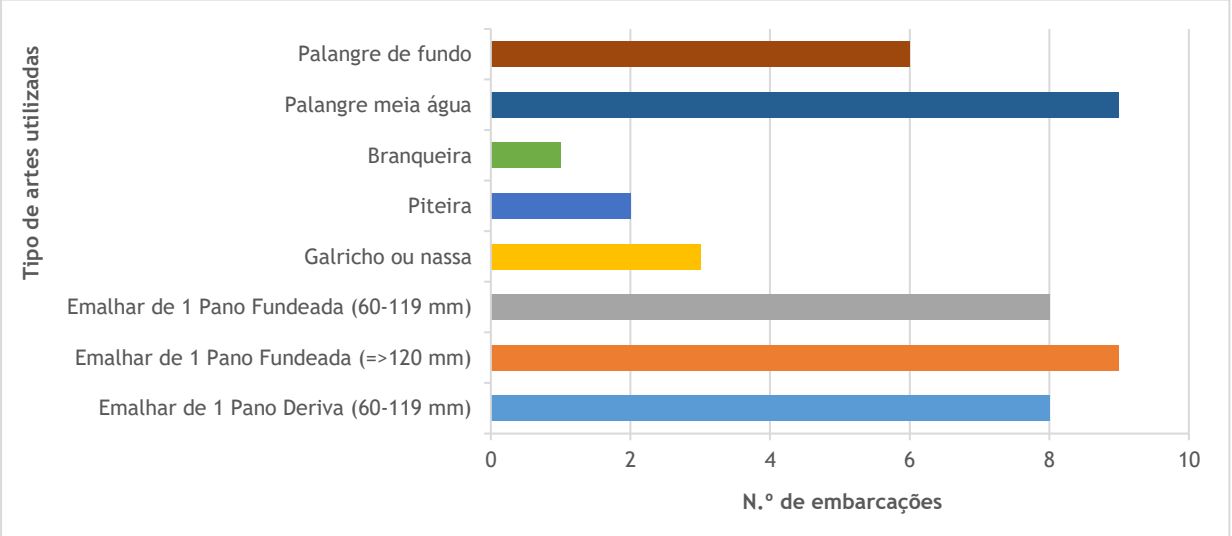
No Samouco, apenas uma embarcação, propriedade do arrais mais jovem desta comunidade, operou com redes de emalhar de um pano, de classe de malhagem superior a 120 mm, dirigida à corvina-legítima, na altura em que a espécie entrou no estuário para reprodução, sensivelmente entre março

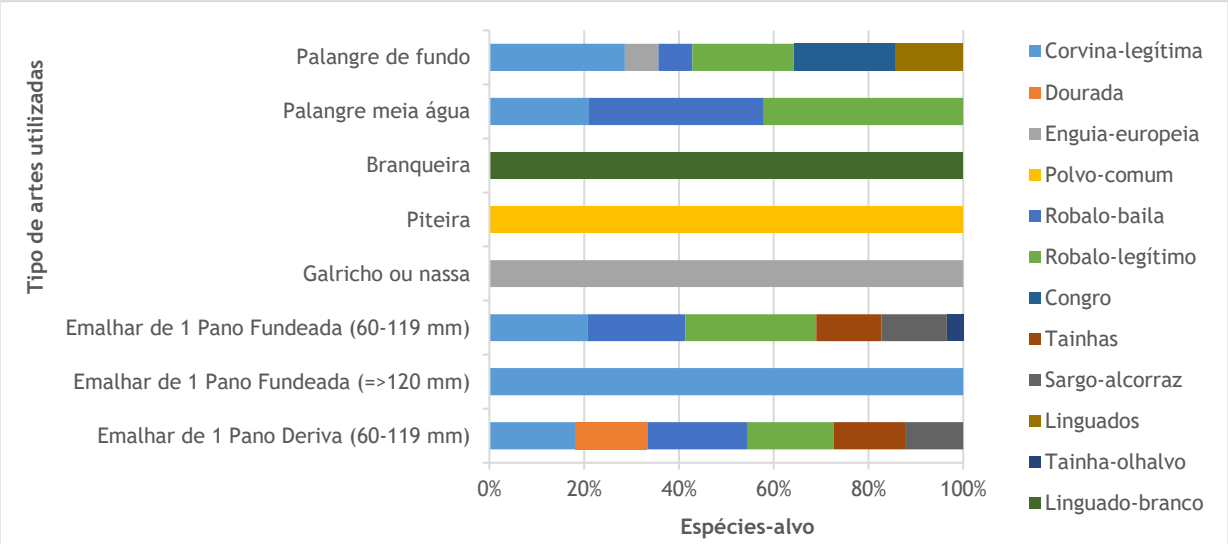
e julho. Cessou a operação com esta arte devido à intensa medusa-do-Tejo, que lhe partia as redes, e voltou a operar o resto do ano com palangre de fundo.

No Sítio das Hortas a principal arte de pesca utilizada é o palangre de meia água, dirigida à corvina-legítima e ao robalo-legítimo e ao robalo-baila. Esta é a zona de pesca mais "artesanal" deste concelho, cada marítimo produz as artes à sua medida, na perspetiva de apanhar mais peixe, pelo que não existem duas artes iguais. No entanto, o mais comum é cada aparelho ter cerca de 200 anzóis distanciados cerca de um metro entre si, e de dez em dez anzóis, ou seja, de dez em dez metros, levarem pesos pequenos (alguns colocam pedras, outros ferros), que ajudam a estabilizar a madre para que não flutue, e de 50 em 50 metros levarem ferros de quatro unhas que designam de fateixas para evitar que a madre descreva um grande círculo à enchente e à vazante, devido à força da água (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. V. 33). Nas extremidades, os cabos das boias levam ferros de duas unhas que designam de âncoras. O mais comum é as duas boias terem um cabo onde amarra os ferros, e a madre vai ligar nas duas extremidades aos ferros, e os anzóis ficam separados entre si de um a dois metros, tendo cada estralho entre 30 cm a 50 cm. Os estralhos tendem a ser mais pequenos por uma questão de segurança ao largar e a colher a arte. Quanto mais compridos em caso de descontrolo, maior a possibilidade de magoar os marítimos.

O palangre de fundo é utilizado com menor intensidade, essencialmente com anzóis pequenos dirigidos à enguia-europeia, aos linguados e à corvina-legítima, e com anzóis grandes dirigidos ao congro (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. V. 31 a LIV. IV. V. 33). Uma embarcação opera com branqueira, e dirige a pesca aos linguados (branco e legítimo), também captura choco-vulgar, e outra opera com piteira ao polvo-comum na foz do rio Tejo, apenas de setembro a dezembro. Apenas um arrais desta comunidade pesca ao polvo, e quando o faz deixa a embarcação amarrada na doca de Pedrouços. Já está reformado, dedica algum tempo ao polvo com a piteira, uma arte menos exigente do ponto de vista físico. Todas as embarcações operam com galrichos à enguia europeia (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. V. 34), e apenas uma embarcação opera com redes de emalhar de um pano, tanto na classe de malhagem de 60 a 119 mm, fundeada, dirigida à corvina-legítima, sargos e aos robalos, como na classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, fundeada, dirigida às grandes corvinas.

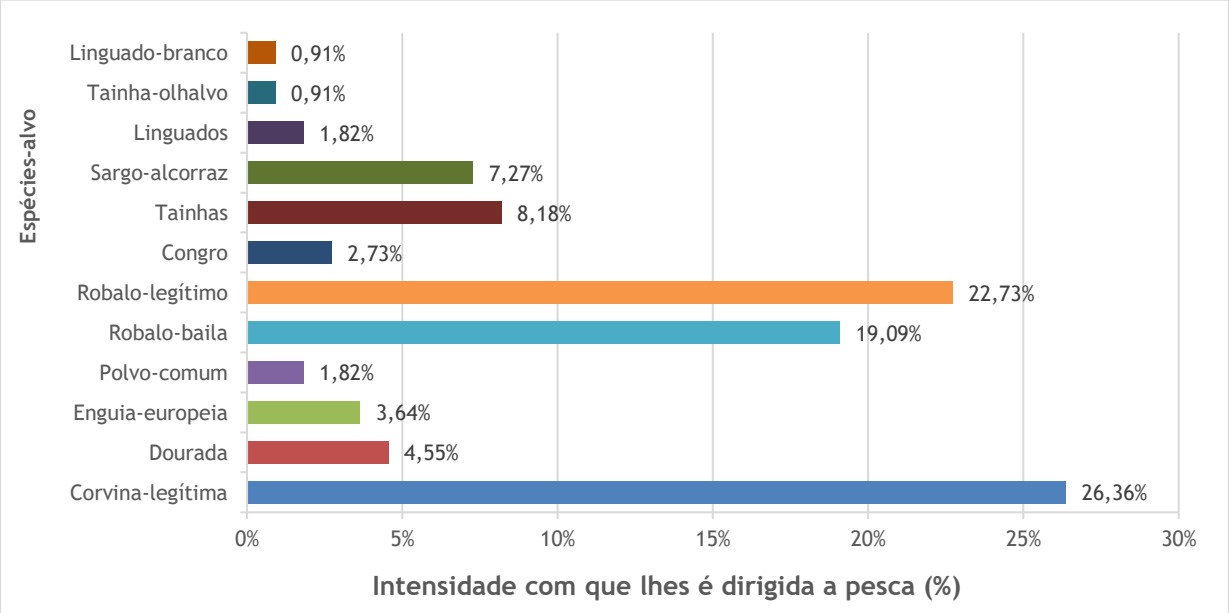
A comunidade do Cais de Alcochete, que é a maior, opera maioritariamente com redes de emalhar de um pano, quer na classe de malhagem de 60 a 119 mm, fundeada, dirigida ao robalo-legítimo, ao robalo-baila, ao sargo-alcorraz, às várias espécies de tainhas, quer com a mesma classe de malhagem na modalidade de deriva, dirigida às mesmas espécies e à dourada, quer com a classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, dirigida às grandes corvinas, arte que cessou a atividade devido à presença de muita medusa-do-Tejo (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. VI. 28 a LIV. IV. VI. 30). Quando a medusa se instala e impede a pesca com redes, dedicam-se à palangre de meia água, aos robalos. Apenas uma embarcação, cujo proprietário reside em Almada, mas opera a maior parte do ano em Alcochete, fez pesca ao polvo com piteira na foz do rio Tejo, aproveitando alguns períodos que desloca a embarcação para a zona da foz, e operou com palangre de fundo iscada com cavala dirigida ao congro. O arrasto com ganchorra de caixa a reboque de embarcação é muito intenso neste concelho, mas não é executado pelos pescadores profissionais.



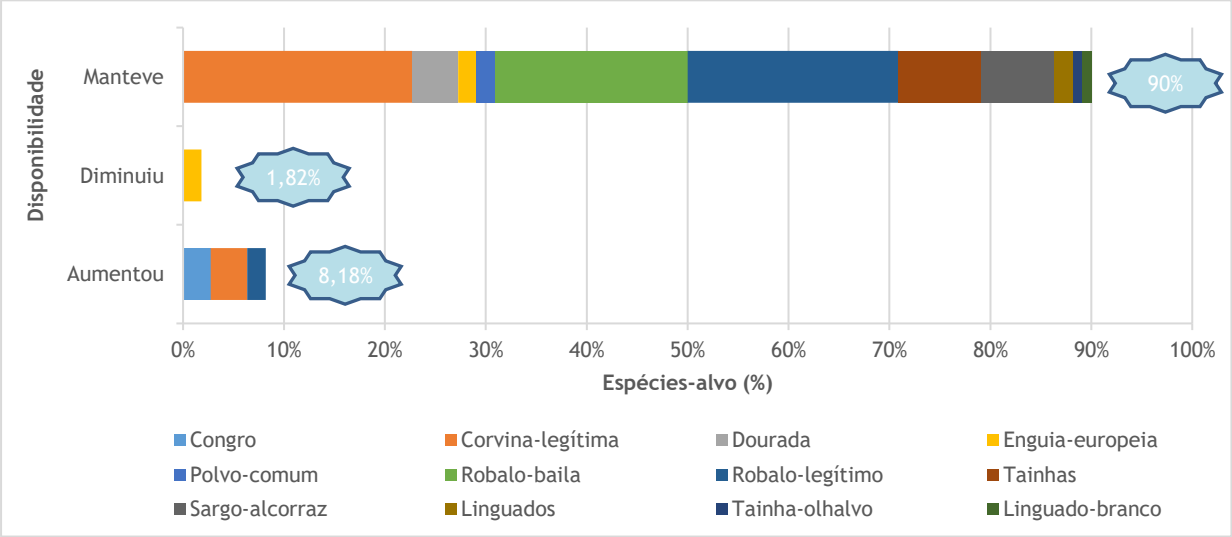


Salientar que o casulo é fundamental para a pesca que se realiza no Samouco, na sua essência com recurso a aparelhos de anzol, mas a espécie tem vindo a ser muito fustigada pela ação dos tailandeses, e de outros apanhadores de amêijoa-japonesa na zona de vasa, que, como técnica, utilizam as mãos e as raspadeiras, e na sua ação cortam os canudos. Salientar que é comum a amêijoa-japonesa localizar-se nas zonas onde existe casulo, e, inclusive, junto ao canudo do casulo, pelo que a sua apanha é letal para o casulo, que tem vindo a reduzir significativamente em algumas zonas do concelho de Alcochete, onde a pressão sobre a amêijoa-japonesa é excessiva e está descontrolada.

Em relação às várias espécies alvo atrás referidas e identificadas no gráfico anterior, apresentamos no gráfico a seguir o detalhe, por espécie, da intensidade a que lhes foi dirigida a pesca, e podemos observar que a corvina-legítima (26,36%), o robalo-legítimo (22,73%) e o robalo-baila (19,09%) são destacadamente as espécies a que os marítimos mais dirigiram a pesca, seguindo-se as tainhas (8,18%), o sargo-alcorraz (7,27%), a dourada (4,55%) e a enguia-europeia (3,64%). Às demais espécies-alvo, nomeadamente o congro, o polvo-comum, os linguados, o linguado-branco e a tainha-olhalvo, a pesca foi-lhes dirigida ocasionalmente, com uma intensidade abaixo dos 3%, como se observa no gráfico a seguir.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 90% dos inquiridos respondido que se manteve, 8,18% que aumentou e 1,82% que diminuiu, como se observa no gráfico a seguir. Apenas a enguia-europeia terá reduzido a disponibilidade (1,82%), e, no oposto, o congro (2,73%), a corvina-legítima (3,64%) e o robalo-legítimo (1,82%), terão aumentado a disponibilidade. Salientar que estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. Por exemplo, no caso da corvina-legítima, 22,73% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve, e 3,64% respondeu que aumentou, já no caso da enguia-europeia 1,82% respondeu que diminuiu, e outros tantos que manteve (1,82%). Salientar ainda que o ano de 2018 foi muito positivo quanto aos totais desembarcados e valor de comercialização da corvina-legítima, tendo sido atingida a melhor safra dos últimos anos, situação que se manteve em 2019.



Questionados os marítimos alcochetanos que governam as embarcações sobre os motivos que os levou a dirigir a pesca a estas espécies, a totalidade assinalou o seu potencial económico como fundamental, sendo que em alguns casos foram apresentadas outras motivações cumulativas: 78,57% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, 42,86% por serem espécies das épocas, e 21,43% por falta de disponibilidade de outras espécies, como se observa na tabela a seguir. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação dos marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria e lotas de Setúbal e Sesimbra, sendo espectável que algum pescado seja direcionado à comunidade local e ao mercado local, e também para consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

PORQUE TEM PREFERÊNCIA POR ESTAS ESPÉCIES (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
I,II	14,29%	21,43%	0,00%	35,71%
I,II,III	28,57%	0,00%	7,14%	35,71%
I,II,III,IV	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
II	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
II,IV	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Porque as licenças e as artes de pesca que possui são para essas espécies; (ii) Pelo potencial económico para comércio; (iii) Porque são as espécies das épocas; (iv) Por falta de disponibilidade de outras espécies.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial, mas que aparecem ocasionalmente, nomeadamente: barbo-comum, cabra-cabaço, cações, cangulo, carpa, charroco, choco-vulgar, choupa, corvinata-real, linguado-da-areia, linguado-legítimo, lúcio, lula-vulgar, pescada-branca, raia-curva, raia-lenga, salema, sargo-legítimo, cavalo-marinho, sável, savelha (ou saboga) e tainha-fataça. Os marítimos de Alcochete designam o linguado-branco pequeno, com cerca de dez centímetros de comprimento, de "folha de louro". Há registo de capturas de alguns exemplares de siluro (*Silurus glanis*), também conhecido por peixe-gato europeu, uma espécie invasora de água doce, de grande dimensão, que os marítimos nalguns casos vendem localmente, noutros devolvem ao rio. Um dos exemplares foi capturado por Tiago Miguel Pinheiro Albino, proprietário, armador e arrais da embarcação "Polvinhos" (B-773-L), com aparelho de anzol, da parte de cima do mouchão da Póvoa. Segundo referiram os marítimos, já se apanha novamente ostra-portuguesa no estuário, fazendo recordar as boas memórias do passado, tendo identificado dois locais onde são abundantes e de boa qualidade: em frente à seca do bacalhau e em frente à Base Área n.º 6 do Montijo. Neste momento apenas apanham as ostras para o petisco, para si e para amigos.

Quanto aos períodos de operação com as várias artes, neste território observa-se a utilização predominante da rede de emalhar de um pano e aparelhos de anzol, como se observa no gráfico a seguir, sendo que no caso da comunidade do Samouco se opera apenas com aparelho de anzol de fundo, e nas duas outras comunidades opera-se de forma dividida com anzóis e com redes, e no Sítio das Hortas destaque para a utilização residual da branqueira, tresmalho de fundo, e dos galrichos, armadilhas de gaiola.

A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, que é dirigida a robalos e corvinas, é utilizada de janeiro a abril, e, logo a seguir, de maio a julho, é utilizada a mesma rede, na classe de malhagem acima de 120 mm, também fundeada, dirigida às corvinas de grande porte que se deslocam ao estuário para reprodução. A malha mais utilizada para a captura de corvinas grande é 160 mm, mas também se utiliza malha de 180 mm. A operação com esta arte cessa quando começa a ser muito intensa a presença de medusa-do-Tejo, vulgarmente conhecida como alforreca, porque emalham às centenas nas redes, que não aguentam a força da água juntamente com o seu peso, e acabam por partir. A alternativa dos marítimos, é continuar a operação com a rede de emalhar de um pano, novamente na classe de malhagem de 60 a 119 mm, agora na modalidade de deriva, dirigida a robalos, tainhas, sargos, douradas e corvinas mais pequenas, a que chamam rabetas. Na operação com a rede à deriva, as alforrecas acompanham a rede, é mais difícil de emalharem, o que permite a pesca. Todavia, existem alturas em que nem à deriva é possível operar com a presença de tanta alforreca, o que obriga os marítimos a pararem a operação e a tirarem as embarcações da água para manutenção, ou, em alternativa, a dedicarem-se a outras pescas, a mais relevante o aparelho de anzol. Para além das alforrecas, a operação com redes tem outros condicionalismos naturais. Nas zonas das ostras, os chamados ostrais de Alcochete, não é possível largar redes. O mesmo acontece na zona entre o Parque das Nações e o Poço do Bispo, onde existe muito lixo, ferros e pedras enormes. Nas águas grandes, se o vento for forte, a vegetação vai emergir e vai afundar a rede. Já nas águas pequenas, se não houver vento, não é rentável a operação, mas se houver vento, é um excelente momento para a pesca.

A pesca com anzóis (palangre) é muito forte no Samouco, tem força mediana no Sítio das Hortas, mas no Cais de Alcochete apenas é realizada por impossibilidade de operarem com redes de emalhar fundeadas, em ambas as classes de malhagem, no último trimestre do ano, quando é proibida a operação com a mesma rede à deriva. Neste caso a pesca com anzol ocorre quando não é possível operar com outras artes. Importa referir que a pesca do anzol também é afetada pelo caranguejo, que come a isca assim que os aparelhos são largados na água.

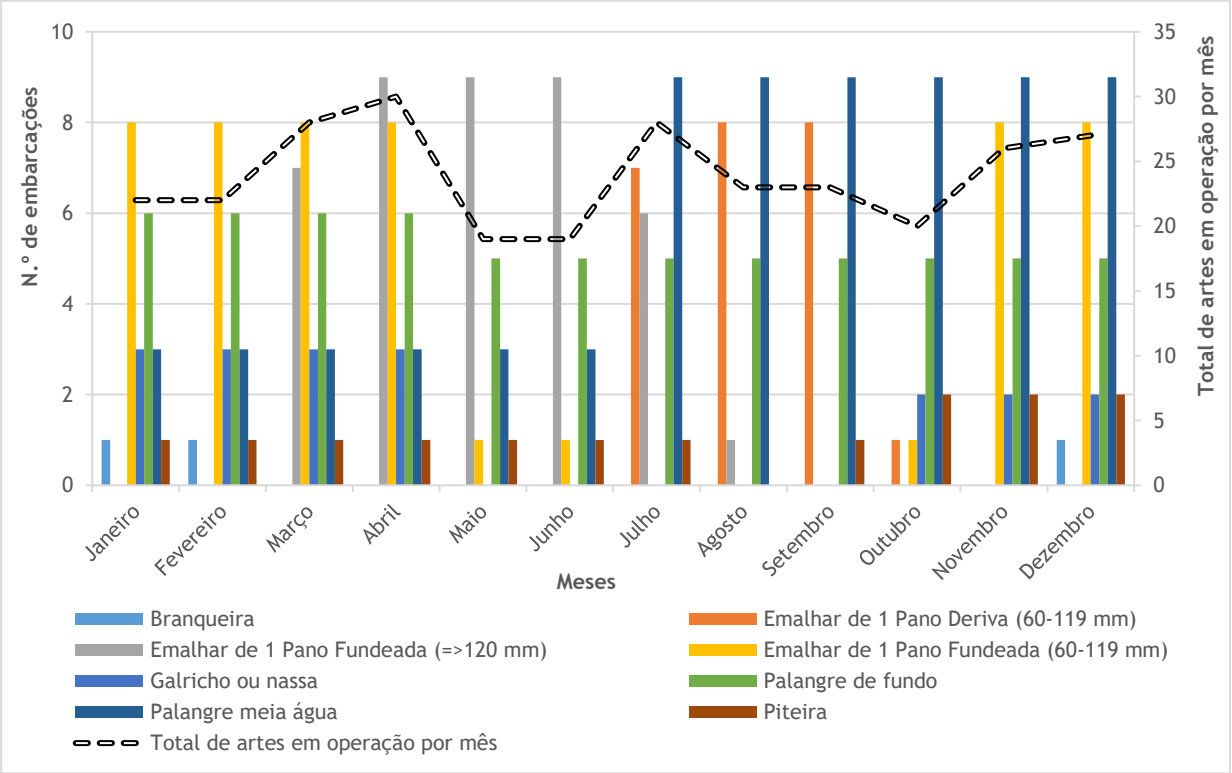
No Samouco, faz-se pesca com palangre de fundo com anzóis n.^{os} 10 e 11, iscados com casulo, durante todo o ano, dirigida à corvina-legítima e aos robalos (legítimo e baila). No Sítio das Hortas faz-se a mesma pesca, com os mesmos anzóis, também todo o ano, dirigida à enguia-europeia, aos linguados e à corvina-legítima, e também se pesca com palangre de fundo, o chamado aparelho grosso, com anzóis n.^{os} 6 e 7, dirigida ao congro, entre janeiro e abril, e palangre de meia água, o chamado aparelho fino, com anzóis entre os n^{os} 8 e 12, dirigida à corvina-legítima e aos robalos, durante todo o ano. No Cais de Alcochete opera-se com aparelho de anzol de meia água com anzóis entre n.^{os} 8 e 12, dirigido à corvina e aos robalos, essencialmente desde começa a complicar a operação com redes, o que em 2018 aconteceu, com várias embarcações, desde julho e dezembro.

Quando se diz aparelho de "meia água" não significa que o aparelho é colocado a meio da coluna de água, ele é colocado com cabos à distância de um metro do fundo, apenas se utiliza essa designação para o distinguir do aparelho de fundo, que é colocado junto ao fundo. De referir que esta é uma zona

ventosa, pelo que com vento acima de 35 nós (de velocidade) também existe um condicionamento real à operação com palangre.

A branqueira, tresmalho de fundo, dirigida aos linguados legítimo e branco, é utilizada entre dezembro e fevereiro, e os galrichos, dirigidos às enguias, são utilizados de outubro a abril, ambas pelos marítimos da comunidade piscatória do Sítio das Hortas. A piteira apenas é utilizada pela tripulação de uma embarcação da Costa da Caparica que faz abrigo no Cais de Alcochete, onde opera a maior parte do ano, ainda que passe algumas temporadas fundeada no ancoradouro da Trafaria, nas boas marés do polvo, e por uma embarcação do Sítio das Hortas, cujo proprietário, já reformado, vai operar na zona da foz nas boas marés do polvo, de forma próxima à prática avieira, e deixa a embarcação fundeada na doca de Pedrouços.

O número de artes em operação apresenta muitas oscilações, mas sempre entre as 20 e as 30 por mês, observando-se um pico em março e abril, que corresponde ao início da faina das corvinas, de que este concelho é, comparativamente com os demais, campeão de desembarques. O valor mais baixo foi registado nos meses de maio e junho, período em que apenas laboraram 19 artes em cada mês, essencialmente redes e aparelhos de anzol, como se observa no gráfico a seguir.



As embarcações alcochetanas com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, metade das quais também habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos, durante o ano de 2018 desembarcaram 83.740,60 Kg de pescado que foram comercializados por 589.996,05€. Destes, apenas 83.692,10 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, tendo sido comercializados por 589.810,21 €, o que corresponde ao preço médio de 7,05€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

A corvina-legítima foi a espécie mais desembarcada, num total de 44.561,90 Kg, comercializados por 288.066,55€, o que corresponde ao valor médio de 6,46€/Kg. Os marítimos deste concelho foram, neste ano, os campeões da pesca da corvina vendida em lota. A segunda-espécie mais desembarcada foi o robalo-legítimo, num total de 22.944 Kg, comercializados por 260.497,35€, o que corresponde ao valor médio de 11,35€/Kg. Em terceiro lugar surgem as tainhas, num total de 10.466,10 Kg das várias espécies, que foram comercializados por 15.127,35€, o que corresponde ao valor médio de 1,45€/Kg. Segue-se o sargo-alcorraz, com 1.721,10 Kg comercializados por 4.226,64€, o robalo-baila com 1.117,50 Kg comercializados por 5.409,38€, o polvo-vulgar, com 915,40 Kg comercializados por 8.839,96€, o charroco com 662,10 Kg comercializados por 937,45€, e o congro, com 646 Kg comercializados por

1.772,09€. Foram desembarcadas muitas outras espécies, algumas de forma residual. As espécies mais valorizadas foram o linguado-legítimo, um total de 52,20 Kg que foram comercializados por 808,11€, e a enguia-europeia, um total de 36,10 Kg que foram comercializados por 528,90€, o que corresponde aos valores médios por quilo de 15,48€ e de 14,65€, respetivamente.

Estes dados foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local alcochetanas devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não contemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Barbo-comum	4,20	6,98 €	1,66 €
Cabra-cabaço	1,60	18,56 €	11,60 €
Cações	0,90	2,93 €	3,26 €
Cangulo	1,60	5,04 €	3,15 €
Carpa	9,80	18,30 €	1,87 €
Charroco	662,10	937,45 €	1,42 €
Choco-vulgar	49,10	398,44 €	8,11 €
Choupa	20,00	59,51 €	2,98 €
Congro	646,00	1 772,09 €	2,74 €
Corvina-legitima	44 561,90	288 066,55 €	6,46 €
Corvinata-real	28,80	93,38 €	3,24 €
Dourada	203,20	1 622,51 €	7,98 €
Enguias	36,10	528,90 €	14,65 €
Linguado-da-areia	3,70	36,19 €	9,78 €
Linguado-legítimo	52,20	808,11 €	15,48 €
Linguados	53,70	738,01 €	13,74 €
Lúcio	8,90	40,94 €	4,60 €
Lula-vulgar	9,50	114,05 €	12,01 €
Pescada-branca	1,90	4,94 €	2,60 €
Polvo-vulgar	915,40	8 839,96 €	9,66 €
Raia-curva	11,30	53,78 €	4,76 €
Raia-lenga	95,60	195,15 €	2,04 €
Raias	20,50	92,80 €	4,53 €
Robalo-baila	1 117,50	5 409,38 €	4,84 €
Robalo-legitimo	22 944,00	260 497,35 €	11,35 €
Salema	6,50	6,11 €	0,94 €
Sargo-alcorraz	1 731,10	4 226,64 €	2,44 €
Sargo-legítimo	20,90	84,17 €	4,03 €
Sável	8,00	4,64 €	0,58 €
Tainha-fataça	343,40	563,82 €	1,64 €
Tainha-olhalvo	3 109,80	5 098,32 €	1,64 €
Tainhas	7 012,90	9 465,21 €	1,35 €
Somatório	**83 692,10**	**589 810,21 €**	**7,05 €**

TABELA 7 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Alcochete no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.

Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, a despesa totalizou 188.455,00 €, sendo que cerca de 43,40% desse valor foi gasto com combustível para as embarcações (81.795,00 €), 14,65% com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão-de-obra (27.600,00 €), 12,51% com despesa direta ou indireta com deslocações para venda do pescado em lota (23.570,00 €), 10,42% com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas (19.630,00 €), 8,94% com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo a reparação regular do(s) motor(es) (não inclui investimentos em novo motores) (16.850,00 €), 8,91% com a aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considerou o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável), e 1,17% com aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água de meia cana, etc., como se observa na tabela a seguir.

Não podemos deixar de notar o impacto económico significativo da deslocação à lota, uma despesa que podia ser reduzida com a melhor gestão e regulação da atividade, tornando-a mais rentável, nem o baixo investimento na aquisição e reparação de material, inferior a 25% do total dos gastos, porque sem investimento não é possível valorizar a atividade.

Custos operacionais da atividade piscatória alcochetana, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	27 600,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	23 570,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	2 210,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	16 850,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	19 630,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	81 795,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	16 800,00 €
Somatório	**188 455,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível (gasolina), e isso está relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo e das marés, e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam (Sítio das Hortas, Cais de Alcochete e Samouco), como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Os marítimos da comunidade do Cais de Alcochete que operam com palangre trabalham próximo do local onde fundeiam as embarcações, essencialmente a montante da Ponte Vasco da Gama, fazendo pesca junto à Ponte, no espelho de água, na foz do rio Sorraia, e junto aos mouchões do Tejo. Neste caso, o tempo de deslocação, ida e volta, para a palangre de fundo varia entre o mínimo de meia hora e o máximo de uma hora, e para a palangre de meia água varia entre o mínimo de dez minutos e o máximo de 1h10m. No caso da pesca com redes, que é a mais relevante, os marítimos expandem as áreas de pesca, operando desde Alhandra até ao Mar da Palha: no caso da rede de emalhar de um pano fundeada, em ambas as classes de malhagem autorizadas, o tempo de deslocação, de ida e volta, varia

entre 10 e 80 minutos, e na modalidade de deriva, classe de malhagem de 60 a 119 mm, o tempo de deslocação varia entre 10 e 100 minutos, como se observa na tabela a seguir. Nesta comunidade existe uma embarcação que opera ao polvo com a arte da piteira, e na deslocação de ida e volta para os pesqueiros na foz demora entre 1h30m e 2h00, como se observa na tabela a seguir. Neste caso, o custo de deslocação é mitigado por a viagem ser realizada apenas uma vez por mês, a embarcação fica amarrada no ancoradouro da Trafaria, e nesse período a tripulação fica mais próximo do local de residência, que é em Almada, e desloca-se de carro.

Os marítimos das comunidades do Samouco e do Sítio das Hortas, independentemente do tipo de arte de pesca (redes de emalhar e de enredar, galrichos e nassas, e palangre de fundo e de maia água), são os que operam mais próximo dos locais onde fundeiam as embarcações, uns não se deslocam mais do que alguns minutos, outros deslocam-se para locais um pouco mais afastados, nomeadamente até junto à margem Norte de Lisboa, de ambos os lados da Ponte Vasco da Gama, e junto aos três mouchões do Tejo. Com uma exceção: uma embarcação do Sítio das Hortas realiza deslocações à foz do rio Tejo para a captura do polvo com a arte da piteira, o que pode demorar entre 1h40 m e 2h00, como se observa na tabela a seguir. Tal como na situação anterior, o custo da deslocação é mitigado por fazer a deslocação de ida e volta apenas uma vez por mês, a embarcação também fica amarrada na doca de Pedrouços, e nesse período os marítimos deslocam-se de carro entre a foz e Alcochete.

Estes dados evidenciam a grande difusão das embarcações de pesca local no estuário do rio Tejo, com as embarcações de Alcochete a visitar regularmente todas as zonas entre Alhandra e o Mar da Palha, e algumas a deslocarem-se para o Bugio, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Cais de Alcochete	**10,00**	**24,00**	**90,00**	**40,00**	**59,50**	**120,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	10,00	26,06	40,00	50,00	66,16	100,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	10,00	25,00	40,00	40,00	57,14	80,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	23,39	40,00	50,00	58,57	80,00
Piteira	90,00	90,00	90,00	120,00	120,00	120,00
Palangre meia água	10,00	18,26	30,00	40,00	53,21	70,00
Palangre de fundo	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Samouco	**20,00**	**25,00**	**30,00**	**60,00**	**60,00**	**60,00**
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Palangre meia água	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Palangre de fundo	20,00	23,33	30,00	60,00	60,00	60,00
Sítio das Hortas	**10,00**	**20,00**	**100,00**	**30,00**	**49,29**	**120,00**
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Galricho ou nassa	10,00	13,33	20,00	30,00	43,33	60,00
Piteira	100,00	100,00	100,00	120,00	120,00	120,00
Branqueira	20,00	20,00	20,00	60,00	60,00	60,00
Palangre meia água	10,00	14,00	20,00	30,00	42,00	60,00
Palangre de fundo	10,00	15,00	20,00	30,00	45,00	60,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, o

cálculo dos dias de mar para acesso à pensão de velhice, concedida a partir dos 55 anos de idade, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações alcochetanas com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 1043 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 3060 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é duas vezes e meia superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
120 (10 dias * 12 meses)	300 (25 dias * 12 meses)	218,57 (18,21 dias/mês)	3060	29	164	80,23	1043

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana os portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda, como acontece na lota da Costa da Caparica, a que os marítimos só têm acesso por terra, e no Posto de Vendagem da Trafaria, a que o acesso se faz por mar. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. Na lota de Sesimbra, aos sábados, o pescado rececionado após a conclusão da venda (12h00), é armazenado na câmara frigorífica e vendido na segunda-feira à tarde, com início às 16h00, e na lota de Setúbal, que é para onde estes marítimos mais levam peixe, a venda apenas ocorre de segunda a sexta-feira. Para além disso, os marítimos alcochetanos só têm acesso por terra a estes dois últimos portos, está fora de questão o acesso por mar, e isso acarreta outras complicações, como se verá a seguir.[42] Desta forma, o mais comum é o pescado capturado aos sábados e domingos ser vendido juntamente com o capturado na segunda-feira, num único registo de venda, como se fosse referente apenas ao trabalho da segunda-feira, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas também é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Ainda existem as situações dos proprietários de mais do que uma embarcação de pesca local, que realizam rol coletivo, mas apenas operam com uma delas em cada maré, pelo que, no dia em que fazem vendas numa, não as fazem em outra maré, situação que os lesa no acesso a apoios para substituição de motores, e que devia ser corrigida, atribuindo, apenas para esse efeito, e se necessário, os mesmos dias de venda às embarcações de pesca local do mesmo proprietário.

[42] Conforme informação disponibilizada na página da internet da Docapesca, S.A., em <http://www.docapesca.pt/pt/rede-lotas-e-postos-vendagem/item/delegacao-centro-sul.html>, consultada em 11.06.2020

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significam menos apoios, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhes reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. As três comunidades alcochetanas estão muito afastadas dos portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, as lotas de Sesimbra, Setúbal e Costa da Caparica, em deslocação por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, em deslocação pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso aos portos de abrigo, inviabilizam o transporte. Apenas duas embarcações que ocasionalmente operam com a arte da piteira, ao polvo, na zona da foz, têm facilidade de entregar o pescado, pelo estuário, na Trafaria. Para os marítimos que operam na zona no Mar da Palha, e a montante da Ponte Vasco da Gama, o transporte não é viável pelo estuário. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (que não é tão pouco, uma vez que existem portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para as lotas de Setúbal e Costa da Caparica, e algumas vezes para Sesimbra (fica a maior distância). Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, e a Trafaria não é viável, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adoptar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à Polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

O facto de neste concelho existir uma grande determinação em relação ao cumprimento da obrigação de entrega de todo o pescado em lota, o "querer tudo certinho" como dizem alguns marítimos, o que se observa, por exemplo, pelos enormes quantitativos desembarcados, que não deixam espaço para fuga à lota, agrava o flagelo mental dos marítimos. Eles sentem que, não obstante esquecidos por quem os deveria ajudar, e de lutarem todos os dias contra a maré, ainda são sistematicamente colocados à prova como criminosos, quando nas demais atividades marítimas do Tejo a irregularidade é quase total e os indivíduos não têm de se sujeitar a tal provação que dizem estar no limbo da humilhação profissional.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos que governam as embarcações, apurámos que todas as embarcações operaram durante os doze meses em todas as comunidades piscatórias de Alcochete. Também os inquirimos sobre o número aproximado

de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura física, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, e automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho de Alcochete dedicam em média 11,14 horas à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 13 horas por dia, e no mínimo 9 horas por dia, como se observa na tabela a seguir. O valor mais baixo, de nove horas, e o valor mais alto, de 13 horas, regista-se de forma coincidente em todas as comunidades piscatórias, sendo que o mais alto valor médio de horas de trabalho por dia, um total de 11h33m, foi registado na comunidade piscatória do Samouco. Importa salientar que no Cais de Alcochete a família Boieiro é a grande protagonista, como já referimos, e as práticas de todos os elementos são coincidentes, o que justiça a maior padronização dos dados. No Samouco, o maior valor médio alcançado justifica-se por ser uma comunidade essencialmente palangreira, atividade que carece de mais tempo, porque tem inerente a captura do isco (essencialmente casulo capturado na zona de vasa em frente à Base Aérea do Montijo), a preparação dos aparelhos, e a pesca propriamente dita, que envolve largar e colher os aparelhos. Os valores são muito significativos para uma atividade que requer grande exigência física.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DE ALCOCHETE	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO CAIS DE ALCOCHETE	9	11,13	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO SAMOUCO	9	11,33	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO SÍTIO DAS HORTAS	9	11	13
TOTAL GERAL - CONCELHO DE ALCOCHETE	9	11,14	13

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu mau tempo, sendo que 50% ainda acrescentaram as situações em que sentem que não há peixe, 42,86% quando as marés não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré", 21,43% quando têm as embarcações a reparar, e 7,14% em situações de doença. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Alcochete encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
I	14,29%	7,14%	21,43%	42,86%
I,II,III,V	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
I,II,IV	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
I,III,IV	28,57%	0,00%	0,00%	28,57%
II,III,IV	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Embarcação a reparar; (iii) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (iv) Falta de peixe; (v) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos de Alcochete sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 71,43% respondido que não, como se observa na tabela seguinte.

A comunidade piscatória do Sítio das Hortas respondeu não por unanimidade, alegando que "*é normal algumas espécies uns anos atrasarem, e outros apressarem*". Na comunidade piscatória do Samouco a maior parte dos marítimos respondeu ter observado alterações, em especial no período de desova do robalo, alegando que há 15 anos ocorria entre meados de agosto e finais de setembro, e que agora ocorre entre outubro e fevereiro, e também alterações no período em que a corvina entra no estuário, alegando que tem vindo a ser cada vez mais tarde. A comunidade do Cais de Alcochete respondeu maioritariamente não, e os que responderam sim fizeram-nos justificando que a corvina entra no Tejo quando começa a ficar quente, pelo que sempre que existe oscilação da temperatura, estendendo a estação mais fria, isso atrasa a entrada da corvina.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NÃO	42,86%	7,14%	21,43%	71,43%
SIM	14,29%	14,29%	0,00%	28,57%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Importa salientar que estas espécies são capturadas mais cedo nas comunidades da foz, e mais tarde nestas comunidades, porque se localizam no extremo norte do estuário, e o peixe demora mais tempo a lá chegar.

II.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No concelho de Alcochete, em frente ao cais/ponte da Vila, está implantada a "Associação de Pescadores de Alcochete", fundada em 18 de março de 2005, por um grupo de amigos, que tem como atividade a pesca lúdica. Hoje tem cerca de cem sócios e organiza ao longo do ano e em datas festivas vários concursos de pesca no rio Tejo, onde pescam espécies como o robalo, a enguia, a dourada, a corvina e o sargo, e também convívios para os associados, em albufeiras. Dedicado à pesca profissional não existe qualquer movimento associativo, o que não se afigura positivo para a atividade.

Inquiridos os arrais destas comunidades, obteve-se que 57,14% não estão inscritos em qualquer organização desta natureza, e 35,71% estão inscritos na ALA-ALA, com sede em Almada, e os demais 7,14% estão inscritos na SCUPA, com sede no Montijo, como se observa na tabela a seguir. A maior parte não é representada por qualquer estrutura, reinando a desinformação, como se comprovou no terreno.

ESTA INSCRITO NUMA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES? SE SIM, QUAL? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NÃO	21,43%	14,29%	21,43%	57,14%
SIM - ALA-ALA - ASSOCIAÇÃO DE PESCA	35,71%	0,00%	0,00%	35,71%
SIM - SCUPA - SOCIEDADE COOPERATIVA UNIÃO PISCATÓRIA ALDEGALENSE	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Mesmo os que são representados por associações, consideram-se mal representados. Apenas metade dos inquiridos considera que estas associações têm uma função relevante, e os demais consideram que não têm qualquer utilidade, como se observa na tabela a seguir. É no Sítio das Hortas onde se formula a pior das opiniões sobre estas organizações, ao que não será alheio o facto de estes arrais se sentirem completamente sozinhos e abandonados, por todos. Em específico, quanto à gestão e organização da pesca profissional, a totalidade dos marítimos revelou que as associações sofrem de incapacidade e desconhecimento, e que são o pináculo da inação.

CONSIDERA QUE A SUA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES TEM UMA FUNÇÃO RELEVANTE?	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NÃO	21,43%	7,14%	21,43%	50,00%
SIM	35,71%	14,29%	0,00%	50,00%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Também inquirimos os arrais sobre como avaliam o desempenho das instituições que regulam e fiscalizam a atividade piscatória, ao que 64,29% responderam nada satisfeitos, 14,29% pouco satisfeitos e 21,43% satisfeitos, como se observa na tabela a seguir. Os arrais do Cais de Alcochete e do Sítio das Hortas são os menos satisfeitos, sendo que também é nesta última comunidade, como vimos, que eles estão mais insatisfeitos com a atuação das associações de pescadores. Na comunidade do Samouco, a maior parte dos arrais indicaram estarem insatisfeitos com aquilo que dizem ser a inação das autoridades face aos abusos cometidos pelos apanhadores ilegais de amêijoa-japonesa.

COMO AVALIA O DESEMPENHO GLOBAL DAS INSTITUIÇÕES QUE REGULAM E FISCALIZAÇÃO AS PESCAS?	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NADA SATISFEITO	42,86%	7,14%	14,29%	64,29%
POUCO SATISFEITO	0,00%	14,29%	0,00%	14,29%
SATISFEITO	14,29%	0,00%	7,14%	21,43%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Ainda no âmbito da governança, questionámos os arrais se alguma dessas instituições que regulam e fiscalizam as pescas, nomeadamente a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), que é a Autoridade Nacional das Pescas, ou a Capitania do Porto de Lisboa, órgão local da Autoridade Marítima Nacional, já lhes tinham perguntado o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, e 92,86% responderam que não, como se observa na tabela a seguir. Curiosamente, o arrais da comunidade piscatória do Sítio das Hortas que respondeu de forma positiva, e que representa 7,14% do total, realiza trabalhos contratualizados por investigadores do MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (Faculdade de Ciência de Lisboa), o que poderá de alguma ter contribuído para a formulação da sua opinião sobre o tema. Os pescadores não são auscultados pelas entidades oficiais, mas de forma unânime referiram que deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, o que agora não acontece.

JÁ ALGUMA VEZ ALGUMA DESSAS INSTITUIÇÕES LHE PERGUNTOU SOBRE O QUE ERA POSSÍVEL FAZER PARA MELHORAR A PESCA NO ESTUÁRIO DO RIO TEJO?	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NÃO	57,14%	21,43%	14,29%	92,86%
SIM	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Quanto às questões de segurança, e iniciando pela questão da segurança a bordo, sabemos que os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Por isso mesmo indagámos os arrais se nas suas embarcações todos sabiam nadar e boiar, e se tinham conhecimentos de primeiros socorros, que é o mínimo para sobreviver em situação de sinistro, tendo todos respondido de forma positiva.

Em relação à segurança na navegação, questionámos os arrais se, no exercício da atividade piscatória, é normal existirem muitos acidentes sobre o espelho de água, tendo 71,43% respondido que não, e 28,57% respondido alguns, como se observa na tabela a seguir. Este número é bastante superior ao que é normalmente reportado ao Comando Local da Política Marítima de Lisboa, o que se explica essencialmente por dois motivos: primeiro, muitas vezes os sinistros ocorrem no exercício de atividades ilícitas, ou no exercício de pesca profissional em zona proibida, ou com arte proibida, enfim, em momentos ou locais em que não é conveniente aos intervenientes, a sua participação formal, e segundo, porque a tradição piscatória ainda está mais vincada na resolução dos problemas à "chapada", quer em terra, quer na água, e não tanto pela participação às autoridades, atitude não poucas vezes conotada com fraqueza, sendo o autor designado de "bufo" ou "chibo".

EXISTEM MUITOS ACIDENTES NA PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
ALGUNS	21,43%	7,14%	0,00%	28,57%
NÃO	35,71%	14,29%	21,43%	71,43%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Quanto às questões da segurança de pessoas e bens, e por sabermos que o mercado da apanha ilegal da amêijoa-japonesa leva ao espelho de água muitas pessoas, e muitas delas muito pouco recomendáveis, especialmente na zona ribeirinha do concelho de Alcochete, indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo apenas 14,29% respondido algumas vezes, e os demais respondido frequentemente (28,57%) e muito frequentemente (57,14%), como se observa na tabela seguinte. Todos, sem exceção, já foram alvo de assalto ou até mesmo coagidos na sua

atividade por elementos da "confraria" da amêijoa-japonesa. Os dados manifestam, mais do que em qualquer outra zona, que não está a ser garantida aos marítimos a sua segurança e a dos seus bens, ou seja, está a falhar o condicionamento à prática de atos contrários à Lei e aos Regulamentos e, sobretudo, a prevenção dos crimes contra o património.

JÁ LHE FOI ROUBADO OU DANIFICADO MATERIAL DE PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
ALGUMAS VEZES	7,14%	0,00%	7,14%	14,29%
FREQUENTEMENTE	28,57%	0,00%	0,00%	28,57%
MUITO FREQUENTEMENTE	21,43%	21,43%	14,29%	57,14%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Pela falta de meios de salvação e pela dureza e imprevisibilidade da atividade piscatória, desde tempo imemorial, os pescadores aprenderam a contar apenas com a sua fé. Quando o mar ficava revoltoso, e sentiam que podiam não sobreviver, olhavam para o céu e pediam ajuda (Cf. Livro II – Evolução Histórica). Com a evolução da técnica e da tecnologia nas embarcações, e dos meios de salvamento, nota-se uma menor crença, mas não existem estudos que o comprovem. É, por isso, importante perceber se os elevados níveis de religiosidade ainda se mantêm, se foram reformulados, ou se desapareceram, o que a acontecer diz muito do tipo de pescador e do tipo de pesca que hoje se pratica. Questionados os arrais sobre se eram devotos de um santo a quem pediam enquanto andavam no estuário, 57,14% referiram que não, o que mostra como já estamos longe do padrão de pescador de outros tempos, e apenas 42,86% respondeu que sim, dos quais 14,29% referiram ser devotos da Ermida de Santo António da Ussa, 14,29% de Nossa Senhora de Fátima, e, por fim, 14,29% de Nossa Senhora de Fátima e simultaneamente da Nossa Senhora da Atalaia, como se observa na tabela a seguir.

É DEVOTO DE UM SANTO A QUEM PEDE ENQUANTO ANDA NO ESTUÁRIO? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NÃO	28,57%	21,43%	7,14%	57,14%
SIM - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	7,14%	0,00%	7,14%	14,29%
SIM - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA/ NOSSA SENHORA DA ATALAIA	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
SIM - SANTO ANTÓNIO DA USSA	7,14%	0,00%	7,14%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

II.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas pelos pescadores são destruidoras, motivo pelo qual questionámos os arrais, sobre a intensidade com que perdem artes na faina, e, como se observa no quadro seguinte, 92,86% responderam que perdem, dos quais 50% algumas vezes, 28,57% frequentemente e 14,29% muito frequentemente, e 7,14% responderam que nunca perdem, ou, se perdem, sempre as recuperam devido ao custo económico dos cabos.

COM QUE INTENSIDADE PERDE ARTES NA FAINA (REDES, APARELHOS, ETC.)? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NUNCA	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
ALGUMAS VEZES	21,43%	21,43%	7,14%	50,00%
FREQUENTEMENTE	14,29%	0,00%	14,29%	28,57%
MUITO FREQUENTEMENTE	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Ainda neste âmbito, para percebermos as principais prioridades, indagámos os arrais sobre o que mais os preocupa quando ocorre perda de artes, tendo a totalidade manifestado preocupações económicas, quer pela aquisição de novas artes, quer pelos danos que as artes perdidas podem fazer nos motores das embarcações, e preocupações ambientais e ecológicas, pelos danos no ecossistema, como se observa no quadro a seguir.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
I,II	57,14%	21,43%	7,14%	85,71%
I,II,III	0,00%	0,00%	14,29%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter de se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico).

Apenas 14,29% dos arrais manifestou preocupação com os danos que artes perdidas podem ter nos constituintes das embarcações (motores), talvez porque a pergunta era referente a artes de pesca profissionais, mas a verdade é que isso representa um problema real, quando consideramos as artes abandonadas pelos apanhadores ilegais de amêijoa-japonesa. Por exemplo, em 30 de outubro de 2018, quando a embarcação "Boieiro", registo n.º B-763-L, navegava para ir largar aparelho de anzol, embateu contra um equipamento de mergulho completo, incluindo fato de mergulho, garrafa de ar e saco de apanha da amêijoa. A garrafa de ar comprimido, foi adaptada a partir de uma garrafa de oxigénio grande utilizada nos hospitais, o que a tornou mais perigosa. O equipamento foi abandonado na sequência de uma ação da Polícia Marítima, e o embate causou danos na hélice do motor (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. VI. 25).

Ao contrário do que acontecia no tempo dos tapa-esteiros alcochetanos, ou artes submarinas como eram conhecidas pelos aldeanos por operarem sem licença, em que os marítimos iam "aviados" para o rio, neste momento nenhum arrais confeciona alimentos a bordo, nem os leva já preparados de terra para consumir a bordo, com exceção de pequenos lanches constituídos de sandes, fruta e bebida, quando realizam pescarias superiores a quatro horas de faina.

As refeições a bordo, que nos tempos passados muitas vezes eram realizadas com o peixe por eles capturado, acabaram. Ademais, segundo indicaram os arrais, atualmente já não é feita a preparação de pescado na embarcação, nem para seu consumo, nem para venda, até porque as lotas onde estes mestres entregam o pescado, não o determinam para espécie nenhuma.

Sobre a substituição do óleo dos motores das embarcações, 85,71% dos arrais indicaram que realizam esse procedimento com as embarcações em água, e 14,29% fazem-no com as embarcações em seco, como se observa no quadro a seguir.

FAZ A SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO EM SECO, OU NA ÁGUA? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
ÁGUA	42,86%	21,43%	21,43%	85,71%
SECO	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

No Sítio das Hortas são muito reduzidas as possibilidades para os pescadores retirarem as embarcações da água, uma vez que a única rampa existente está ao serviço exclusivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), que, diga-se, não lhe dando qualquer utilização, está ao mais profundo abandono. No Samouco existe uma rampa, revestida a granito, mas apenas fica acessível na preia-mar. Em ambas as comunidades piscatórias, os pescadores geralmente esperam pela preia-mar para deixar as embarcações posicionadas em cima de paus, para fazer a manutenção na baixa-mar, como limpar o fundo, pintar, e tirar o óleo do motor ou da caixa de velocidades (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias nºs LIV. IV. V. 21 e LIV. III. V. 22). Quando é apenas para substituir o óleo do motor, alguns armadores já dispõem de bombas manuais que sugam o óleo do motor, e evitam ter de colocar as embarcações em cima de paus. Consideram, por isso, que fazem a manutenção e a substituição de óleos na água, uma vez que efetivamente não tiram as embarcações para terra. Na comunidade do Cais de Alcochete, a maior do concelho, os arrais levam as embarcações para uma zona de areia junto ao estaleiro desativado[43], esperam a maré-baixa, e fazem a manutenção em seco, como a limpeza do fundo, a pintura do casco, a substituição do óleo da caixa de velocidades, conhecido como "valvulina da caixa", pequenos arranjos e trabalhos de modernização que se mostrem necessários (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.ºs LIV. IV. VI. 34 a LIV. IV. VI. 36). No entanto, apenas para substituir o óleo do motor, que deve ser substituído com regularidade, a maior parte utiliza uma bomba manual para sugar o óleo (a mangueira entra pelo sítio da vareta do óleo).

Questionados os arrais se nesse processo ocorrem fugas, apenas 14,29% dos inquiridos, que pertencem à comunidade do Sítio das Hortas, admitiram que podem ocorrer, ainda assim residuais e sem potencial de poluição (algumas pingas).

SE FAZ A SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO NA ÁGUA, EXISTEM FUGAS (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
NUNCA	57,14%	21,43%	7,14%	85,71%
ALGUMAS VEZES	0,00%	0,00%	14,29%	14,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Sobre o destino que é dado aos óleos usados nas embarcações, quer do motor quer da caixa de velocidades, a generalidade dos arrais, mais propriamente 92,86%, procede à sua substituição e guarda o óleo para posteriores utilizações domésticas, geralmente para a conservação de madeiras. Apenas 7,14% dos inquiridos da comunidade do Samouco, responderam que contratam uma empresa mecânica para fazer a revisão do motor, sendo essa que leva os óleos para valorização, como se observa no quadro seguinte. Parece justificar-se a existência de um centro de recolha de óleos usados nas embarcações de pesca neste território, à semelhança do que existe em Cascais, gerido pela edilidade, porque é a forma mais eficaz de garantir que o óleo não acaba, mais cedo ou mais tarde, por causar impactos negativos no meio ambiente.

[43] Este estaleiro pertencia a uma empresa holandesa, que realizava dragagens no Tejo, que encerrou e o espaço ficou abandonado.

O QUE FAZ AOS OLEOS USADOS? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
FICA COM O MECÂNICO	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	57,14%	14,29%	21,43%	92,86%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Sobre a frequência com que os arrais apanham resíduos na faina, 35,71% respondeu frequentemente e 64,29% muito frequentemente, como se observa no quadro seguinte, o que dá conta de uma situação de elevada poluição do fundo do estuário do rio Tejo.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
FREQUENTEMENTE	14,29%	14,29%	7,14%	35,71%
MUITO FREQUENTEMENTE	42,86%	7,14%	14,29%	64,29%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Sobre os tipos de resíduos que os marítimos apanham nas artes, 92,86% respondeu plásticos diversos, seguidos de outros resíduos, como madeiras, tecidos diversos, produtos de higiene, produtos alimentícios e cadáveres de animais domésticos, pedaços de artes de pesca, equipamento tecnológico e vidro, como se observa no quadro a seguir.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS ARTES? (%)	CAIS DE ALCOCHETE	SAMOUCO	SÍTIO DAS HORTAS	TOTAL
I,III	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
II	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
II,III	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
II,III,IV V	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
II,III,V,VI,IX	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
III	14,29%	0,00%	0,00%	14,29%
III,IV,VII	0,00%	7,14%	0,00%	7,14%
III,VI,VIII	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%
III,VII	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
III,IX	14,29%	0,00%	7,14%	21,43%
TOTAL	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**

Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) tecidos diversos; (v) produtos de higiene; (vi) materiais mistos; (vii) produtos alimentícios e cadáveres de animais domésticos; (viii) pedaços de artes de pesca; (ix) vidro.

Questionados sobre como procedem com os resíduos que vêm nas artes, 28,57% devolve-os ao estuário (7,14% no Cais de Alcochete, 14,29% no Samouco e 28,57% no Sítio das Hortas), e os demais 71,433% transportam-nos para terra (50% no Cais de Alcochete, 7,14% no Samouco e 14,29% no Sítio das Hortas), caso as embarcações tenham capacidade, e em terra asseguram o tratamento adequado. O facto de não existirem junto aos locais de amarração, contentores para estes resíduos, dificulta o seu tratamento, pelo que seria de todo conveniente que a edilidade colocasse, nesses locais, contentores do lixo comum de mil litros, o que já ajudaria nesta empresa.

II.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Alcochete sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são o aumento do preço do combustível, as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), os apanhadores de amêijoa-japonesa (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução do alimento do peixe, insegurança e furtos), os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), o assoreamento, a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, o aumento dos custos de artes de pesca e isco, a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, e a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Para atenuar os efeitos da grande distância à lota e do elevado preço da gasolina, que é o combustível mais utilizado nos motores das embarcações alcochetanas, os arrais defendem a concessão do subsídio da gasolina nos mesmos moldes em que é concedido o subsídio do gasóleo, ou seja, que o desconto seja efetuado diretamente na bomba. Não só era uma medida que trazia equidade à atividade, como era a mais justa para estes arrais que operam mais afastados da lota. Salientam que em marés fracas, em que apenas capturam dois ou três peixes pequenos, não vão à lota, porque o custo da deslocação, de combustível e portagens, é maior do que o lucro da venda do pescado. Por isso guardam o pescado em frio, e levam na maré seguinte, mas para efeitos de concessão de subsídio apenas é considerado o dia do desembarque em lota, o que prejudica os pescadores.

As alforrecas que em anos anteriores condicionavam a pesca apenas no verão, quando a água era mais quente, estivem presentes no estuário do rio Tejo durante todo o ano de 2018 e em grande quantidade, o que obrigou alguns arrais alcochetanos a suspenderem a pesca com redes no último trimestre, porque as redes partiam com o peso. A grande quantidade de alforrecas registada neste ano, pode justificar o maior número de avistamento de tartarugas marinhas, também neste ano, face aos anos anteriores.

A apanha ilegal de amêijoa-japonesa está entre os grandes problemas que afetam a atividade piscatória neste concelho, e afeta de igual forma as três comunidades piscatórias, ainda que as queixas dos arrais sejam maiores no Samouco e no Sítio das Hortas. Os principais problemas relatados foram a poluição, a alteração dos fundos e da morfologia do rio, a destruição de habitats, a insegurança e o aumento do número e do tipo de furtos. Vários arrais queixaram-se que estes indivíduos andam a "*lavrar o fundo do rio*", pondo a descoberto resíduos que depois vêm nos anzóis, matando toda a vida que aí existe, e temem que possam aniquilar o casulo fundamental para iscar os aparelhos de anzol. No Sítio das Hortas, onde operam quotidianamente sete embarcações de recreio na apanha de amêijoa-japonesa, um dos arrais respondeu: "*a amêijoa está a dar cabo disto tudo. É só gente a estragar o estuário. De há 15 anos para cá os pescadores vivem no inferno, e não podem dizer nada por causa das represálias sobre as artes de pesca, e sobre os barcos e os motores*". Tal é a relevância desta questão, que apresentamos a seguir algumas notas recolhidas no trabalho de campo e documentadas com material fotográfico.

A apanha de amêijoa, será hoje a atividade que mais emprega no concelho de Alcochete, também aquela que gera mais receita ilícita, com consequências sérias ao nível da poluição estuarina e da degradação das relações sociais entre aqueles que vivem do rio, e que mais obstaculiza a pesca profissional. Apesar da ilicitude, a atividade é realizada durante o dia em toda a frente ribeirinha de Alcochete, aos olhos de todos, o que só acontece porque as instituições estatais perderam o controlo da situação. O Samouco é a zona mais afetada. Aqui a prática está focada na apanha apeada, e por isso envolve mais pessoas, centenas, que estão a alterar o funcionamento da sociedade local, mas também existe um número significativo de embarcações de recreio afetas a esta atividade e que servem para transportar dezenas de mergulhadores para o rio, uns mergulham em apneia nas zonas menos profundas, outros utilizam garrafas de ar comprimido para irem para zonas mais profundas e ficam diversas horas debaixo de água. No Cais de Alcochete e no Sítio das Hortas, a prática da atividade está focada na apanha embarcada, nuns casos com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, em outros com recurso à técnica de mergulho, sendo que neste último caso observam-se duas situações: alguns apanham amêijoas em apneia, outros em mergulho profundo com ar comprimido.

No Samouco entra diariamente no rio Tejo um exército de pessoas, e no verão chegam a entrar duas vezes, fazem as duas marés. No momento da venda junta-se na frente ribeirinha um arraial de homens e mulheres, uns para vender, outros para comprar, e outros para monitorizar, existindo batedores a controlar os acessos terrestres usurpando de um espaço de lazer que deveria ser de fruição coletiva.

Muitos destes mariscadores são de nacionalidade estrangeira, destacando-se tailandeses que começaram a trabalhar na agricultura, em especial nas estufas mais a Sul, mas vieram para a amêijoa por ser mais rentável. Muitos destes tailandeses vivem em condições desumanas paredes meias com o cemitério do Samouco, em armazéns sem condições, e outros já conseguiram alugar apartamentos no centro urbano da freguesia do Samouco, não passando despercebidos, já que estendem nos ajardinados ao redor dos prédios os fatos de mergulho. Isto ajudou a aumentar a pressão sobre os preços de arrendamento das casas. Fala-se nesta freguesia que alguns tailandeses tiveram de pagar entre cinco e seis mil euros para virem para as amêijoas, de forma fracionada, cerca de 500 euros/mês. Funciona como uma organização criminosa, dirigida ao tráfico humano. A realidade é gritante. Toda a gente sabe isso, inclusive as autoridades policiais, e ninguém faz nada. Não obstante, salientar que na comunidade





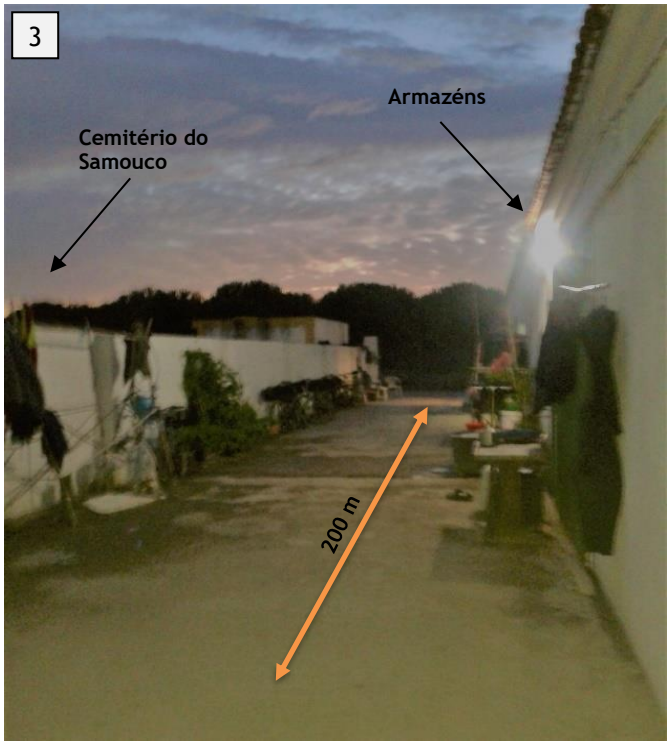


FIGURA 106 | (1) (2) Resíduos no chão e dentro de embarcações de pesca abandonadas, na frente ribeirinha do Samouco, em 25.10.2018; (3) Armazéns que servem de residência aos mariscadores tailandeses, junto ao cemitério do Samouco, com os fatos de mergulho expostos a secar na rua (no muro do cemitério), em 25.10.2018 (38°43'15.9"N 9°00'32.6"W).

local estes tailandeses são tidos como pessoas pacatas, que "não se metem com ninguém". Assumem uma postura diametralmente oposta a mariscadores de outras nacionalidades, ou etnias, o que tivemos oportunidade de testemunhar.

Independentemente da força dos motivos que levam estas pessoas a entrar no rio para apanhar amêijoas, muitos por carência económica (os não profissionais), exercem uma enorme pressão no estuário, já com consequências visíveis.

Os pescadores descrevem como ninguém, as mudanças na morfologia do rio devido aos processos de movimentação de sedimentos, estando a aparecer ilhotas onde antes nunca existiram, e a perda de biodiversidade, especialmente da flora que servia ao viveiro a peixes como o robalo, completamente dizimada pela ação da ganchorra a reboque de embarcações.

A paisagem já foi seriamente afetada e poderá ser muito mais, caso a situação não seja travada pelos poderes públicos, sendo já caótica e preocupante a ocupação do solo nas imediações, onde foram construídas inúmeras barracas de suporte à prática da apanha ilegal da amêijoa, enquanto armazéns de apoio e tascas para venda de álcool, e que cumulativamente servem de habitação a alguns mariscadores. Este aglomerado ilegal de barracas tenderá a aumentar, dinamizado pela apanha das amêijoas, e poderá atingir um ponto sem retorno. A incapacidade das autoridades é total, o interesse também não parece ser muito, já que em vez de eliminar as construções clandestinas que estão ao serviço de uma atividade ilícita, facilitaram a sua existência criando um parque privativo para as viaturas dos mariscadores onde diariamente parqueiam entre 120 e 160 automóveis ligeiros e carrinhas, e às vezes até mais. A situação é de tal forma complexa que muitos pescadores profissionais, de forma reservada, sinalizam desconfiar da cumplicidade de quem fiscaliza com quem pratica as ilegalidades, e dão exemplos concretos que suportam as suas desconfianças, situação que está a minar a sua a confiança nas autoridades.

A praia fluvial pensada para ser uma zona de lazer com equipamentos para momentos de confraternização, e zona desportiva para exercitar, está hoje longe da sua finalidade. Para além da ocupação clandestina, da ausência de disciplina no estacionamento, do clima de suspeição e intimidação, que fecha o espaço para as ilicitudes, ainda existe muita insegurança,

com roubos diversos e sistemáticos, e conflitos continuados entre os próprios mariscadores que muitas vezes são extremamente agressivos.

No passado recente, uma desavença entre dois mariscadores e proprietários de duas barracas vizinhas na frente ribeirinha, levou a que um deles abalroasse com o carro a outra barraca, estando ainda hoje destruída.

Já existe uma espécie de comércio de zona que funciona nos momentos em que os mariscadores entram e saem do estuário do Tejo.

Existe uma roulotte onde são oferecidos serviços de refeições rápidas e de bebidas. O lixo é imenso, está por todo o lado, e o clima de desconfiança é aterrador.

Existem ainda três tascas montadas nos barracões clandestinos localizados na margem ribeirinha, que abastecem de álcool (especialmente cerveja) o pessoal da apanha antes e após a ardorosa faina, e que simultaneamente fazem a aquisição de amêijoa. Um destes tem tanques debaixo de um telhado de telhas de fibrocimento (ou "Lusalite") onde as preservam. Muitas das barracas adjacentes servem à mesma finalidade, entre outros armazéns localizados no seio da vila do Samouco. Importa notar que a amêijoa apanhada à mão permanece viva quase uma semana, ao contrário da amêijoa dragada pelas ganchorras, que por ser mais "batida" não resiste mais de três dias.

A maior parte destes apanhadores vai para o rio com garrafas de cerveja na mão, que não trazem de volta à terra. Aliás, a única palavra que eles conhecem em português é "cerveja". Algumas são recebidas pelo fundo do rio, outras ficam a boiar, aos milhares. Em terra, em toda a zona ribeirinha, mas em especial junto às embarcações recreativas e junto à roulotte e à tasca ilegal, são às centenas as garrafas de vidro de cerveja vazias (estão amontoadas um pouco por todo o lado), bem como os inúmeros plásticos, desde sacos de compras a recipientes de combustível até caixas vazias de comida. Resíduos que a



FIGURA 107 | (1) Imagem de satélite da frente ribeirinha em 24.05.2011, proveniente do Google Earth; (2) fotografia da frente ribeirinha em 25.10.2018, enfatizando uma barraca abalroada por um carro devido a uma desavença entre vizinhos mariscadores, e onde é evidente a acumulação e detritos no chão; e (3) roulotte onde são oferecidos todos os serviços de refeições rápidas e de bebidas, à data de 25.10.2018.

água se encarrega pouco a pouco de transportar para o fundo do estuário, a todos penalizando, especialmente os pescadores.

As pilhas das lanternas de cabeça utilizadas para ver durante a noite e que permitem manter as mãos livres são deixadas dentro do rio. Considerando o número de apanhadores é de calcular a existência de milhares de pilhas no fundo do rio, como testemunham os pescadores da zona, com a agravante de libertarem componentes tóxicos (cádmio, chumbo e mercúrio) que vão contaminar a cadeia alimentar. À noite são tantas as luzes espalhadas pelo rio, das lanternas que os mariscadores trazem na cabeça, que nas noites mais escuras fazem lembrar a procissão das velas em Fátima.

Em tempos, já se lidou com a poluição da indústria pesada na margem sul do Tejo, agora é necessário lidar com a poluição vinda da ação e incúria humana introduzida pelos apanhadores de amêijoa, fenómeno que está longe de ser controlado. Igualmente fora de controlo está a pesca lúdica. Neste momento existem mais pescadores lúdicos com artes profissionais do que pescadores profissionais, pescado que, diz-se, é entregue em lota através de esquemas fraudulentos (é entregue no nome das embarcações de pesca profissional que andam totalmente afetas à apanha de amêijoa com ganchorra, e desta forma cumprem o pescado mínimo necessário ser entregue em lota, para efeitos de renovação da licença de pesca), o que coloca um sério desafio às autoridades fiscalizadoras.

Em relação estreita com a apanha ilegal da amêijoa-japonesa, estão os problemas de assaltos e insegurança: roubo de artes de pesca, de pescado, combustível e utensílios, embarcações e motores. No Samouco, à embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, foi furtado da embarcação o motor fora de borda quase novo, e no Sítio das Hortas já foi roubado um barco de pesca profissional, já foi destruído um motor, já foram roubados os documentos de uma embarcação de dentro de uma casa de arrumos de artes e aprestos de pesca, e frequentemente são roubados os depósitos de gasolina de dentro dos barcos. Também se sucedem as situações em que os arrais percebem que os seus aparelhos de anzol foram mexidos (corridos) para retirar o peixe e não obstante não saberem ao certo quem lhes furta o peixe, suspeitam dos pescadores lúdicos e dos indivíduos que se dedicam à apanha da amêijoa-japonesa.

Ainda relacionado com a apanha ilegal da amêijoa-japonesa, em particular com o elevado número de embarcações que lhe dão suporte, está o desrespeito pelas regras e normas de segurança de navegação, e de fundear e parquear. Isso observa-se, por exemplo, na perna do estuário do rio Tejo que vai até às antigas secas de bacalhau em Alcochete, mesmo em frente ao cais palafítico do Samouco, que está sempre completamente obstruído, impedindo a navegação em segurança. Quando acontece a baixa-mar, a água reduz e as embarcações concentram-se de forma amontoada, o que ainda mais agrava a situação de desordenamento. A situação no Samouco é preocupante, está ao nível da anarquia legal e da irresponsabilidade moral. O excesso de botes é de tal forma que se torna impossível circular desafogadamente nesta zona do estuário, como se observa na fotografia na página a seguir (e não aparecem todas as embarcações que aí aportam), deve ser alvo de intervenção prioritária, de ordenamento e beneficiação do espaço.

Para concluir este assunto, referir que os arrais do Samouco e do Sítio das Hortas, especialmente desta última comunidade, estão profundamente desiludidos e sem esperança, e atribuem pouca credibilidade à fiscalização, pois não compreendem a impunidade dos mariscadores e dos apanhadores ilegais de amêijoa-japonesa; não dos que apanham com um sacho de mão, meia dúzia de quilos por dia para sobreviverem, mas dos que vivem a explorar esses, e dos que criaram uma verdadeira indústria clandestina em torno da apanha desta espécie, que destroem tudo sem se preocupar com os demais, e detém as redes de contrabando da amêijoa.

Um outro problema muito visível e que afeta fortemente o desempenho da atividade, são as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.). No Sítio das Hortas não existe resguardo para as embarcações, nem cais, nem rampa de varadouro, nem onde fazer a manutenção das embarcações, nem locais próprios para depósito de óleos usados, que são substituídos na baixa-mar sob estacas no espelho de água, previamente espetadas na preia-mar. Os proprietários das embarcações fizeram jangadas com bidons de plástico que funcionam como cais, a partir dos quais colocam e retiram as artes e aprestos de pesca das embarcações. De notar que no Sítio das Hortas foi há uns anos, realizada uma rampa com fossa para óleos, que foi anunciada como sendo de apoio à pesca, mas está exclusivamente ao serviço do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não tendo os pescadores profissionais sequer autorização para aceder ao espaço, onde seria possível fazer a manutenção dos barcos, e substituir os óleos em seco. É apenas preciso vontade e bom-senso para as coisas mudarem, porque neste caso a obra até já foi feita, e está a degradar-se sem utilização.



FIGURA 108 | Perna do estuário do Tejo, no Samouco, que vai até às antigas secas de bacalhau em Alcochete, em 2 de abril de 2015.

Os problemas de assoreamento são altamente condicionadores da atividade, e são exponenciados pela movimentação de sedimentos no processo frenético de apanha de amêijoa-japonesa. Ou seja, é normal haver alterações de morfologia do rio, mas agora estão a acontecer mais rápido, ao ponto dos arrais as conseguirem acompanhar em vida. A face mais visível deste problema é o completo assoreamento do rio Caracol, e o aparecimento de pequenas ilhotas, o que obriga os pescadores a avaliar constantemente novas zonas de pesca. Para além dos problemas de assoreamento com interferência nas zonas de pesca, que acabamos de referir, ainda existem os problemas de assoreamento nas zonas onde os pescadores fundeiam as embarcações, e que os condicionam na saída para a pesca. No Sítio das Hortas só uma hora antes do preia mar é que conseguem sair para a água. No Samouco têm de sair do "cais" quatro horas antes da baixa-mar, sob pena de o motor bater no lodo e estragar a hélice. É de assinalar que o "cais" é tipo palafítico, foi construído pelos próprios pescadores, e são eles que lhe fazem a manutenção (geralmente pincelam as madeiras com os óleos usados dos motores das embarcações), mas anualmente, por essa autorização, pagam quinze euros ao Porto de Lisboa.

O cais de Alcochete, a melhor infraestrutura deste concelho ao serviço das pescas, está completamente assoreado por conchas de amêijoa-japonesa porque os apanhadores descarregam a amêijoa no fundo das embarcações e vêm fazer a sua escolha no cais, durante o dia, aos olhos de todos que o queiram ver. Já foi escolhida tanta amêijoa neste cais, e já foram largadas tantas conchas junto ao cais, que em águas grandes as sondas detetam menos de um metro de água. Se a amêijoa-japonesa não desaparecer como aconteceu com a ostra portuguesa, e tudo indica que tal não vai acontecer, pelo menos num futuro próximo, devido à sua grande capacidade de multiplicação e de resiliência a este ambiente, é provável que em breve as embarcações de pesca deixem de poder encostar ao cais, com receio de danificarem o casco e as hélice do motor, e, num dia longínquo, este território poderá vir a ser conhecido como os "Concheiros de Alcochete", por analogia ao complexo mesolítico dos "Concheiros de Muge", sendo o Cais de Alcochete o principal concheiro. Salienta-se que não está prevista pelo Porto de Lisboa qualquer dragagem do canal de Alcochete, nomeadamente a zona junto ao Cais/ponte de Alcochete.

A poluição da água gerada pela agropecuária, especialmente pela produção de arroz, e também pela produção industrial, tem vindo a reduzir, mas continua a preocupar. Em algumas alturas do ano, quando abrem as comportas da água do arroz, aparecem peixes mortos no estuário. Por exemplo, entre junho e agosto de 2017, os arrais indicaram que foram feitas descargas de poluentes, o que notaram porque não apanharam peixe nesse período.

A legislação parece não estar calibrada para responder às necessidades destes arrais, e também não existe diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, o que obstaculiza a melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores. Neste âmbito, os arrais referem que o processo de renovação das licenças de pesca deveria ser automático, desde que não existisse alteração de artes, e que o rol de tripulação, depois de feito e aceite na Capitania, deveria manter-se ativo até à sua alteração ou cancelamento pelo arrais (neste momento é válido apenas por um ano). Dizem que não faz sentido devolver ao rio robalos com tamanho mínimo inferior ao permitido por lei, quando foram capturados com redes autorizadas - redes de emalhar de um pano de classe de malhagem de 60 mm a 119 mm. Sobre as boias, dizem-se numa encruzilhada. Dizem que se deixam os sinalizadores ligados (pirilampos, como lhe chamam), isso atrai os "amigos do alheio", e se não os deixam ligados, são autuados pela Polícia Marítima. Querem ser ouvidos, querem mais fiscalização e policiamento, querem que sejam encontradas soluções, não querem é que lhes seja sistematicamente furtado o peixe, e muitas vezes também as artes, apenas porque eles estão obrigados ao dever de as sinalizar. Sobre a potência dos motores, dizem que a autorização é insuficiente para se safarem com os barcos carregados com as artes e com o peixe num momento de mau tempo. Reclamam uma potência máxima de cem cavalos para operar no rio Tejo.

Consideram que a fiscalização deveria ser aumentada para combater os abusos da pesca lúdica, a captura ilegal de amêijoa-japonesa e dos juvenis de enguia europeia (vulgo meixão), já que os arrais ainda vão encontrando destas redes, abandonadas na água na zona dos mouchões, e também para conter a vaga de roubos. Referem que existem embarcações de pesca local com licença de pesca que não estão em operação, mas renovam as licenças porque são os pescadores lúdicos que entregam o pescado em lota em nome destes barcos, o que é uma grande aldrabice. Como todos ficam a ganhar, dizem que não há interesse em eliminar a prática: o pescador lúdico, que faz pesca por lazer, encontrou uma forma de comercializar sem chatices o seu pescado, o armador encontrou forma de manter as licenças, mesmo sem pescar, e a Docapesca continua a assegurar o volume de desembarques que permite manter o seu modelo de negócio.

Um último problema, gerador de conflitos entre os pescadores, é a competição pelo espaço de pesca, que é maior na altura da "febre das corvinas". Quando as corvinas entram no estuário na altura da reprodução, os pescadores profissionais dirigem-lhe a pesca, enchem o rio de redes, ocupam os chamados quintais (espaço do rio de que um determinado arrais considera ter direito de preferência, por já lá antes ter pescado), e ainda lutam entre si para conseguir os melhores locais para calar a redes. Como se a competição entre profissionais já não fosse suficiente, ainda se juntam à confusão dezenas de barcos recreativos, entram na água dezenas de caíques com cana de pesca que operam nas redondezas da Ponte Vasco da Gama, e quando apanham uma corvina grande vão a reboque do bicho até o cansarem. A "febre das corvinas" dentro do estuário equipara-se à "febre dos polvos" na foz.

Para além dos problemas referidos, os arrais queixam-se de a montante da Ponte Vasco da Gama as carreiras de navegação estarem mal sinalizadas e não serem dragadas, e opõem-se a qualquer intenção de criar uma área com restrição de pesca, em tempos pensada para iniciar um pouco acima da foz do rio Trancão até próximo do lugar das hortas, junto ao forno da cal. Como positivo, acreditam que o Estado poderá em breve legalizar a apanha da amêijoa-japonesa para colocar fim a selvajaria atual, que dizem ser o atual ouro do estuário do rio Tejo, e ao mesmo tempo piscam o olho às ostras, que começam a aparecer e são lembradas como o ouro de outros tempos.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", uma proposta de um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 28,57% dos arrais mostraram interesse na iniciativa, tendo os demais 71,43% declinado a proposta, como se observa no quadro seguinte.

Os arrais que responderam de forma negativa, fizeram-no porque gostam de esconder o que capturam, para não denunciarem os seus pesqueiros, evitando assim a concorrência, e por isso não querem aderir a um sistema que funcione com base na colaboração de todos, porque implicava todos saberem de todos. Afirma um arrais, provavelmente com razão: "*se eu encontrar peixe num local, e se os outros souberem, no dia seguinte estão lá todos, exatamente no mesmo local, para ver se também apanham, e dá grande brigas, porque esse local era meu*". Ademais, consideram que dificilmente as espécies que capturam, bastante valorizadas, atingiriam, numa cooperativa, os valores que estão a ser praticados na lota, com a vantagem de na lota o pagamento é sempre certo, sem chatices, o que

poderia não acontecer numa cooperativa. Para além disso, consideram que a falta de união, de confiança e de entendimento que grassa entre os pescadores minaria qualquer organização dessa natureza, a que se juntaria a ausência de sentido de responsabilidade, por exemplo, para assegurar diariamente a captura do pescado na quantidade necessária para satisfazer as necessidades dos clientes. São os próprios arrais a considerar que "*os pescadores do Tejo são muito gananciosos*", inviabilizando desta forma qualquer proposta desta natureza.

Os poucos arrais que responderam favoravelmente, fizeram-no por considerar que esta proposta resolvia o problema das dispendiosas deslocações à lota, e, sobretudo, resolvia o problema de quem não tem como ir à lota. Ou seja, estes arrais têm um problema maior, a dependência de terceiros para conseguirem levar o peixe à lota. Notar que os arrais de Alcochete tanto levam o peixe às lotas de Almada, da Trafaria ou da Costa da Caparica, como à lota de Sesimbra, porque dizem que a distância e o custo são semelhantes.

A segunda estratégia visou a flexibilização das licenças de pesca, e consistia na atribuição de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, a todas as embarcações de pesca local que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes, hipótese à qual os arrais se mostraram muito divididos, 50% a favor e outros 50% contra, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma positiva são, por padrão, os que têm menos artes e/ou não têm artes especiais. Consideram ser essa a forma mais justa, colocar todos os arrais a trabalhar em igualdade de circunstâncias, o que significava voltar ao modelo antigo das "artes não condicionadas". Os arrais que têm artes especiais responderam de forma negativa, o que se percebe, não as querem perder, porque valorizam as suas embarcações. É de realçar que os arrais do Cais de Alcochete e do Samouco foram os mais favoráveis a esta proposta, e os do Sítio das Hortas os menos favoráveis, porque receavam a dilatação do esforço de pesca.

A terceira estratégia, apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após regulamentada, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca, teve a aprovação de 92,86% dos arrais, e apenas 7,14% responderam de forma negativa, como se observa no quadro a seguir.

A alta aprovação desta proposta explica-se por uma grande parte deste território estar dentro da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), resultado da sua grande importância ambiental e ecológica, e por isso ser frequentado pelos amantes da avifauna e da natureza em geral. Os arrais do Sítio das Hortas, indicaram que são frequentemente visitados por pessoas que lhes pedem para os levaram a ver os flamingos, o que eles nunca acedem por não ser permitido. Por isso concordam com a pesca turismo, para compensar nos momentos em que a pesca não é tão rentável, e nos dias em que não podem ir à faina. Efetivamente, no território a montante da Ponte Vasco da Gama esta é uma potencialidade que está a ser desaproveitada. Os arrais de maior idade podiam capitalizar com as suas embarcações e com o seu conhecimento de anos a operar no estuário, a mostrar o que só eles conhecem no Tejo e a contar as suas histórias aos turistas. Apenas 7,14% dos arrais da comunidade do Cais de Alcochete não concordou com esta proposta, porque a sua embarcação não tem condições para isso, e também porque o arrais se diz velho e sem paciência para aturar turistas.

Sobre a quarta e última estratégia, acerca dos trabalhos de terra, a unanimidade dos arrais concordou com a sua profissionalização de forma que estas pessoas também figurem no rol de tripulação, tenham uma vida organizada, façam os descontos para a Segurança Social para um dia mais tarde poderem ter reforma condigna, como se observa no quadro a seguir.

Um arrais do Sítio das Hortas referiu que antigamente a Segurança Social aceitava que fossem nas folhas o nome do arrais, e o nome da esposa quando essa ajudava nas tarefas de terra mesmo sem ter cédula marítima. Devido a muitos abusos, isso foi proibido, e passou a vigorar o sistema que agora existe, em que apenas o pessoal marítimo pode figurar nas folhas da Segurança Social. Para este arrais isso é uma grande injustiça, porque a sua esposa sempre o ajudou nos trabalhos de terra, continuando a ajudar, e por não ter cédula de pescadora não faz descontos. Importa notar que estes arrais dizem que não precisam de pessoas para trabalhar em terra, apenas ajudas pontuais de familiares diretos, são eles que preparam as artes em alturas que não podem ir para o rio. Também salientam que a atividade não gera rendimento que permita cotratar terceiros, mais um motivo para terem de ser eles a fazerem tudo.

Estratégia de dinamização comercial	Cais de Alcochete	Samouco	Sítio das Hortas	Total
O Cabaz do Tejo	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**
Não	42,86%	14,29%	14,29%	71,43%
Sim	14,29%	7,14%	7,14%	28,57%
Flexibilização do regime das licenças de pesca	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**
Não	21,43%	7,14%	21,43%	50,00%
Sim	35,71%	14,29%	0,00%	50,00%
Pesca turismo	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**
Não	7,14%	0,00%	0,00%	7,14%
Sim	50,00%	21,43%	21,43%	92,86%
Profissionalização dos trabalhos de terra	**57,14%**	**21,43%**	**21,43%**	**100,00%**
Sim	57,14%	21,43%	21,43%	100,00%



FIGURA 109 | Manuel António D´Aroeira, a iscar anzóis com isca viva (casulo), que apanhou na zona de vasa de Alcochete, tendo a ajuda da sua mulher, no seu espaço de arrumos de artes de pesca localizado ao lado do cemitério do Samouco (Alcochete), em 25.10.2018. É o mestre de pesca, em atividade, mais experiente do Samouco.



FIGURA 110 | Estevão António Boieiro, o mais antigo e experiente arrais de pesca da Vila de Alcochete, a remendar uma rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, que utiliza na modalidade fundeada, na sua residência, em Alcochete, em 30.10.2018.

II.2. Comunidade de pescadores do Montijo

II.2.1. Enquadramento evolutivo.[44]

A comunidade piscatória do Montijo, localizada na frente ribeirinha da vila, desde tempos antigos foi das mais populosas a viver da pesca estuarina e registou bonança até ocorrerem três eventos consecutivos: (i) o encerramento de indústrias que despejavam matéria orgânica diretamente no esteiro do Montijo (matadouros)[45], que era alimento para peixes como a tainha, o robalo e a enguia; (ii) a proibição do tapa-esteiros pelo Decreto Regulamentar n.º 43, de 17 de julho de 1987, arte também conhecida pelas denominações de estacada, cerco, armação ou armadilha, com que cercavam e apanhavam o peixe, pelo menos desde o ano de 1619 (Ordem de Santiago, 1694, p. 173), e que durante o século XX foi onde se concentrou e foi reforçada a capacidade de pesca (Cf. Livro III – Evolução Histórica); e (iii) a publicação do Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo que impediu a transmissão da licença especial do arrasto de vara, em caso de substituição, venda ou modificação da embarcação, ou em caso de morte ou abandono da atividade pelo seu titular, e também condicionou a utilização das redes de emalhar de um pano fundeadas, sendo que estas eram as duas principais alternativas ao tapa-esteiros (Portaria n.º 569, de 19 de julho de 1990, p. 3038, mais tarde alterada, nessa matéria, pela Portaria n.º 441, de 3 de julho de 1997, p. 3261).

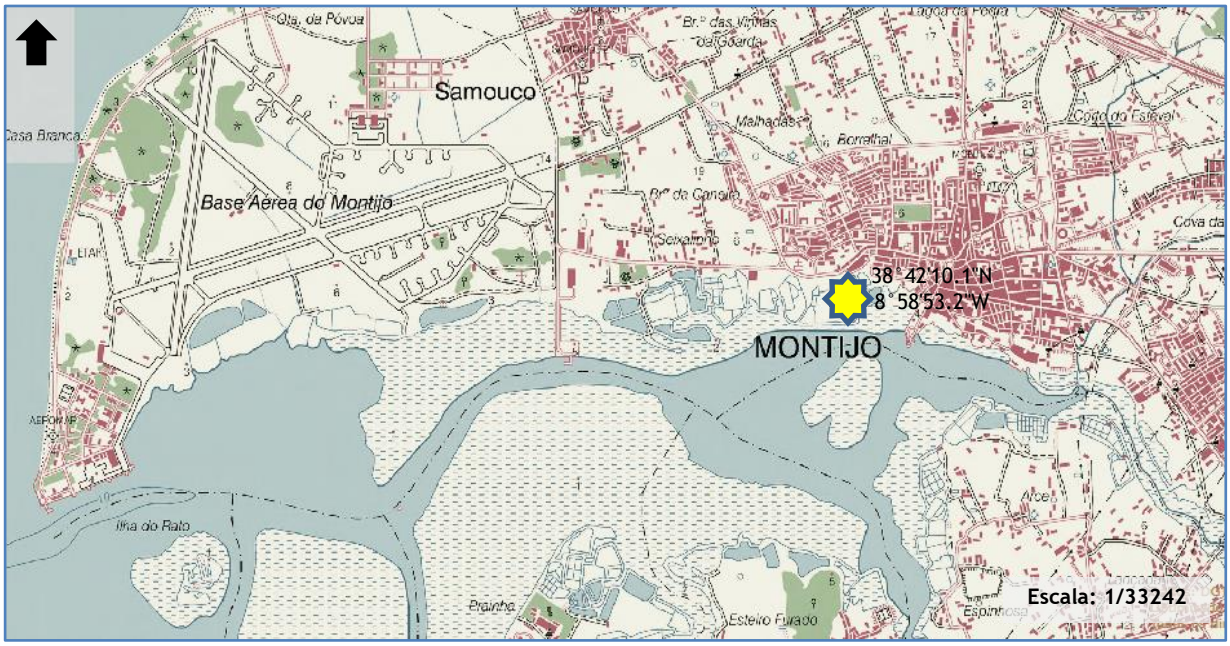


FIGURA 111 | Localização do núcleo de pescadores do concelho do Montijo - 38°42'10.1"N 8°58'53.2"W.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017.

[44] Este texto foi escrito com base em pesquisa biográfica na biblioteca e fundo local do município e nas conversas mantidas com vários marítimos do Montijo, entre agosto e setembro de 2018: Paulo Coelho, Presidente da Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA); Diogo Manuel dos Santos Capitão, nascido em 1966, proprietário, armador e arrais da embarcação "Alice", registo n.º TR-1620-L, que cedo começou a trabalhar na arte do tapa-esteiros e hoje vive da pesca, único arrais no ativo que integra a direção da SCUPA; António José Cardeira Patrício, nascido em 1948, coproprietário e arrais da embarcação "Alerta no Mar", registo n.º B-115-L, que começou a trabalhar na pesca ainda criança na arte do tapa-esteiros, ainda tem de memória o nome de todos os pesqueiros, é o mais antigo mestre de pesca no ativo no Montijo, e a embarcação é uma das maiores e mais antigas em atividade com licença para a zona rio Tejo (começou por ser auxiliar de um bote tapa esteiros); José Maria Gaspar Neto, nascido em 1965, proprietário, armador e arrais da embarcação "Francisco José", registo n.º B-665-L, que foi toda a vida pescador e arrais de pesca; Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, nascido em 1964, proprietário, armador e arrais da embarcação "Aldegalega", registo n.º B-715-L, a segunda maior embarcação em operação no rio Tejo (as embarcações "Alerta no mar" e "Aldegalega", as maiores em comprimento fora a fora a operar no rio Tejo, são reminiscências de velhas glórias); Francisco Gaspar Nunes, nascido em 1935, hoje reformado, começou aos dez anos a ajudar o pai na companha do tapa-esteiros, e o seu filho, Rui Nunes, que estudou na Escola Náutica e seguiu a carreira na Marinha Mercante, um apaixonado pelo tema das pescas, principalmente do Montijo, que gentilmente cedeu todas as fotografias antigas que compõem este enquadramento e que não têm fonte, pelo qual agradecemos.

[45] Cinco anos depois da publicação do regulamento dos matadouros, pelo Decreto-lei n.º 304, de 18 de setembro de 1984, publicado no Diário da República n.º 217, que impôs novas regras de instalação, novas exigências de higiene e sanitárias, de laboração de estabelecimento destinados ao abate de animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina, o número de matadouros no Montijo reduziu para metade.

Em sinopse retrospetiva, por alturas de 1210 já existiria um início de povoado gaulês junto ao Tejo no território que mais tarde corresponderia à Aldeia Galega, e já teria algumas construções, génese de uma aldeia de camponeses e de pescadores que tanto iam buscar aos campos como ao rio, alimentos para a sua subsistência (Mendonça, 1956, p. 22).

No primeiro quartel do século XV havia apenas um barco de pesca no Montijo, propriedade do Afonso Francisco, pescador, que se dedicava em absoluto à pesca do cação, e por esse motivo a população local não consumia outro tipo de pescado. Para diversificar a dieta alimentar da população, em reunião de vereação de 20 (?) de julho de 1421 foi decidido que o pescador Afonso Francisco tinha de pelo menos duas vezes por semana utilizar a arte de pesca "tocheicha"[46], e nos outros dias podia andar aos cações (Vargas, 2005, p. 142).

A pesca e a apanha de marisco já mostravam ser atividades relevantes para o abastecimento da população local e economicamente importantes para o território. Isso confirma-se no foral conjunto atribuído à Aldeia Galega (Montijo) e a Alcochete, em 17 de janeiro de 1515, uma vez que os moradores estavam dispensados de pagar direitos reais (impostos) sobre a produção agrícola e sobre o pão que coziam, mas não sobre o peixe que capturavam, que estava sujeito ao pagamento da dízima velha à igreja (autoridade eclesiástica, que nestes territórios era a Ordem de Santiago) e a dízima nova ao rei. Do que se pode ler do texto deste foral, os pescadores faziam uso predominante de três sistemas de pesca, o mais rudimentar à mão, os mais elaborados a fisga e a rede-pé, que na sua globalidade capturavam todos os tipos de espécies disponíveis no estuário e nos braços do rio Tejo, e eram muitas (Estevam, 1956, p. 185-196; Paulo & Guinote, 2000, p. 183-191; Dias, 2009, p. 14-15; Dias, 2015, p. 35-36, 49). O marisco era abundante e amplamente apanhado pelas populações ribeirinhas no estuário do rio Tejo, o que sabemos porque os moradores das vilas de Alcochete, Aldeia Galega, Alhos Vedros e Barreiro tinham de pagar tributo pela sua apanha à Ordem de Santiago da Espada, e incumpriram no pagamento por vários anos, como se lê numa provisão de 18 de julho de 1550 que visou terminar com a situação de incumprimento. Se os quantitativos apanhados fossem irrelevantes, a questão do tributo não se colocaria, nem seria adotada uma posição tão enérgica para acabar com o incumprimento (Livro 62 dos Registos de Mercês e Cx. 90, dóc. 12, da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional *apud* Gonçalves, 1937, p. 1; Estevam, 1956, p. 79; Mendonça, 1956, p. 41; ANTT, COM OS/CP, liv. 26, fóls. 26-26v *apud* Dias, 2009, p. 18, 111-112).

Os pescadores e demais marítimos tinham uma forma particular de viver e de encarar a vida, eram agrestes, de temperamento altivo e independentes, mas também audazes, ousados e corajosos, tal como ainda hoje se caracterizam. Isso é visível numa estória passada pela tradição oral, acerca de um dia em que o rei D. Manuel se deslocou à Aldeia Galega, mas não conseguiu chegar ao cais por a maré estar muito baixa, e um pescador que estava por perto ofereceu-se para o levar a terra sobre os seus ombros (Câncio, 1944, p. 50-51).[47] E pode ter fundo de verdade porque D. Manuel foi efetivamente Juiz do Círio dos Pescadores, como dá conta o Padre Manuel Frederico Ribeiro da Costa, e porque a edilidade "*subsidiou o sermão da festa, devido à vontade expressa de D. Manuel e ainda porque a sua bandeira do Círio se referia à protecção real*" (Aleixo, 1997, p. XXI).

No primeiro quartel do século XVII, Frei Nicolau de Oliveira (1804 [1620], p. 8) estimou existirem quatrocentas embarcações no rio Tejo, entre barcos grandes e barcos pequenos, e mais de quinhentas embarcações de pesca (incluindo os muitos exemplares de barcos dos moinhos, utilizados para o transporte de farinhas, e provavelmente haveria barcos moios, utilizados para o transporte de sal). No atual Montijo contou oito embarcações. Estimou ainda que próximo da foz do rio Tejo, provavelmente nas enseadas do Barreio e do Montijo, ficassem recolhidos em contínuo, número nunca inferior a duzentos navios de "alto bordo" que comercializavam no Porto de Lisboa. O que faz sentido, uma vez que o cais (porto) da Aldeia Galega era um dos melhores do Ribatejo (AAVV., 2013, p. 43), e servia a "*mais de mil e quinhentos barcos de ganhar, e pescar, entre grandes, e pequenos; e disto he cauza o grande trato, e pescaria deste rio, de que adiante se dirá; naõ falando em grande numero de barcos d´Alfama, que vaõ pescar ao alto, e de Cascaes, Cezimbra, Setubal* (…)" (Oliveira, 1804 [1620], p. 9).

No final do século XVII, vários estrangeiros visitaram Portugal e formularam considerandos positivos acerca da pesca e do transporte fluvial para a sobrevivência da população aldeana. Do diário oficial da viagem realizada a vários países por Cósimo de Médicis, que em 1669 passou por Portugal,

[46] Vargas (2005, p. 142) diz desconhecer as características desta arte de pesca, sugerindo a pesca do cerco (armação com tochos). A palavra parece derivar de tocha/tocheira, o que remete para a pesca ao candeio, que implica a utilização de material combustível como fonte de luz, tipo uma tocha, um archote ou um facho.

[47] "Quis D. Manuel recompensar o homem e perguntou-lhe o que desejava - Que Vossa Alteza – respondeu – aceite o cargo de juiz perpétuo do círio dos pescadores desta terra a Nossa Senhora da Atalaia. Prometeu o monarca aceitar o cargo e sempre, enquanto viveu, cumpriu a sua promessa. Alguns fidalgos que acompanhavam o soberano quiseram desembarcar do mesmo modo, mas o pescador negou-se dizendo-lhes que na besta que el-rei utilizara mais ninguém montava" (Câncio, 1944, p. 50-51).

podemos ler que a Aldeia Galega era um pequeno porto de mar onde só havia pescadores que apanhavam sobretudo sardinhas, espécie que abundava e era bastante vendida e de preço acessível (Magalotti, 1933a, p. 264). Bernardin Martin escreveu que a população aldeana se dedicava maioritariamente à pesca e ao transporte fluvial de pessoas e mercadorias (Martin, 1699, p. 186), o que seria logo depois subscrito por Germanum Adlerhold (pseudónimo) (Adlerhold, 1705, p. 394).

Da prática de inquirição, do início de Setecentos, nada temos de subjetivo relativo à pesca na Aldeia Galega. No questionário de 1732, apenas é referido pelo pároco que a Vila tinha um cais em cantaria, o melhor do Ribatejo, que dispunha de 18 barcos de carreira diária para Lisboa (incluindo os dias reservados à Igreja), que os moradores estavam isentos do pagamento de passagem, dispunha de boas marinhas de onde saíam importantes quantidades de sal e inclusive algum desse sal era drenado a partir de Alcochete (Cardoso, 1747, p. 207-208). O tráfego fluvial seria a principal atividade, a mais relevante para os aldeanos, e a pesca estaria remetida para uma posição marginal.

Em 1821/22, quando a problemática da decadência das pescarias foi discutida nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ficámos a saber que no reino havia 2.457 embarcações de pesca e 29.594 pescadores, um valor considerável, especialmente porque só incluía os pescadores embarcados e não aqueles que pescavam à linha apeados, que eram em número considerável, sendo que na Vila de Aldeia Galega do Ribatejo foram contabilizadas apenas onze embarcações e cem pescadores. Em 1828 o número de barcos e pescadores seria o mesmo (Santos, 1887, p. 430, 435-436).

Em 1836, continuavam a ser onze as embarcações com licença para pescar na Aldeia Galega do Ribatejo (Correia, 2010, p. 16-18), em 1837 passaram a ser doze, cinco batéis e sete botes que ocupavam 72 pescadores, "*parte dos quais só partia para a faina entre os meses de Fevereiro e Novembro*", provavelmente já dedicados à arte do tapa-esteiros (Aleixo, 1997, p. XV). Em 1839 passaram a treze embarcações, das quais, uma estava encalhada e outra não pescava, três não pescavam todo o ano e apenas oito pescavam com regularidade, numa altura em que os arrais de pesca assinaram um compromisso de não deixar embarcar pessoas sem serem inscritos marítimos (Correia, 2010, p. 16-18).

Em meados do século XIX, estavam inscritos na Aldeia Galega do Ribatejo entre 11 e 16 barcos de pesca que ocupavam entre 79 e 110 pescadores, com uma taxa média de ocupação de 7 homens por embarcação, sendo que a maior parte destas embarcações, a que davam o nome de botes, operavam dentro do rio, a maior parte ao arrasto de vara (alguns faziam arrasto de portas), e só uma pequena parte fazia pesca de águas marítimas (Correia, 2010, p. 19). A produção destes pescadores era significativa e na sua maior parte era levada ao mercado da Ribeira Nova em Lisboa, como se observa no registo das discussões e deliberações havidas durante a reunião de Vereação de 27 de maio de 1868 (AMM, Livros de atas das sessões de vereação, acta da sessão ordinária de 27 de maio de 1868, fl. 1 v.-2 f.).

Das conclusões do "Inquérito Industrial de 1890", a Aldeia Gallega aparece descrita como tendo um porto de pesca exclusivamente fluvial com boas condições no apoio à indústria da pesca, isto apesar da atividade variar em função dos principais ciclos de pesca no rio, que tinham que ver com as épocas das espécies migradoras. Independente da maior ou menor intensidade em que se praticava a pesca fluvial, embarcada ou apeada, existia atividade ao longo de todo o ano, sendo que o pico de atividade fluvial embarcada acontecia na temporada do sável, lampreia e corvina (Inquérito Industrial de 1890, p. 287, 292). Os dados do III Recenseamento Geral da População, realizado no dia 1 de dezembro de 1890, reportam que nesta Vila estavam empregadas 383 pessoas na "pesca e caça" (Ministério da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, 1900, p. 120-123, 128-135, 138-139).

Em 18 de novembro de 1872, foram aprovados os estatutos da "Associação Fraternal do Monte-Pio da villa de Aldegalega do Ribatejo", instituição interclassista que tinha como missão combater as situações de miséria e de falta de saúde, dando continuidade ao trabalho das antigas confrarias de mareantes e pescadores e outras sediadas na Igreja Matriz, num momento em que estavam empobrecidas, completamente moribundas, e quando também a Santa Casa da Misericórdia atravessava uma grave crise. Por força do disposto no artigo 44.º do Decreto de 28 de fevereiro de 1891 (Diário do Governo n.º 47, de 2 de março de 1891), diploma que veio regular a organização das associações de socorros mútuos (AAVV. 1892, p. 78-84), esta associação modificou os estatutos em 30 de dezembro de 1894, e passou a denominar-se "Associação de Socorros Mútuos Monte-Pio Nossa Senhora da Conceição da villa de Aldegallega do Ribatejo" (Graça & Dias, 2000, p. 104-105). Após muitas alterações, as quatro associações mutualistas do Montijo uniram-se e constituíram a ainda hoje existente "União Mutualista Nossa Senhora da Conceição".

No início do século XX, os pescadores utilizavam na pesca o bote, a caçadeira, o batel, a canoa e a lanchinha, e como artes principais o candeio, o tresmalho, o arrasto de vara, as redes singeleiras e o tapa-esteiros (cerco, estacada, tapada ou armação), e pescavam xarroco, tainha, dourada, linguado, corvina, boga, e outro peixe miúdo no rio Tejo, e diverso marisco (Câmara Municipal do Montijo, 2001, p. 25).

A arte do tapa-esteiros era central, porque era a que mais empregava e a que mais gerava desembarques. É de notar que em 1900 eram 436 as pessoas residentes no concelho de Aldeia Galega do Ribatejo que se empregavam na profissão de "pesca e caça", que englobava as freguesias de Aldeia Galega do Ribatejo, Canha e Sarilhos Grandes, de acordo com os dados do IV Recenseamento Geral da População (regulamentado pelo Decreto de 3 de agosto de 1900 e realizado a 1 de dezembro de 1900) (Ministério dos Negócios da Fazenda. Direcção Geral da Estatística e dos próprios nacionais, 1905, p. 166; 1906, p. 96-97).

O tapa-esteiros era montado no estuário do rio Tejo por companhas com dimensão e recursos diferentes, mas todas envolviam muitos meios de ação. No caso da arte do "Manel Marujo", envolvia uma dezena de homens e seis embarcações, muitos panos de redes (16 por cada pescador matriculado na embarcação com licença da arte tapa-esteiros, que neste caso era a canoa "Inveja", registo n.º B-61-L) e estacas fortes e de grande dimensão (as maiores com cerca de 4 metros de altura), e muitos outros apetrechos de pesca, para além de elevados custos iniciais com alimentação, motivo pelo qual os pescadores se juntaram e constituíram uma associação/coletividade, que era quem inicialmente os assistia com o necessário para iniciar a pesca. Quando se juntavam duas companhas os meios empregues duplicavam.

Os homens da arte do "Manel Marujo" partiam para a faina abastecidos com bacalhau para o primeiro dia, e depois comiam do próprio peixe que pescavam.

Na Aldeia Galega, cada companha levava para o rio, no



FIGURA 112 | Manuel Nunes, conhecido por "O Marujo" e por "Manel Marujo", a bordo da sua canoa (ou bote) de campanha "Inveja", registo n.º B-61-L, com 4,52 de tonelagem bruta, no local de pesca no estuário do Tejo, algures a montante da atual ponte Vasco da Gama (c. 1950).



FIGURA 113 | Canoa "Inveja", registo n.º B-61-L, que tinha como proprietário e arrais Manuel Nunes. Da direita para a esquerda, o arrais Manuel Nunes (Manel Marujo), António Luís Gaspar, Augusto Boia, Joaquim (da) Sequeira e o cão mascote de nome "Queres-Saber". A companha está a colocar o almoço ao lume, o arrais segura um "galhudo" (pequeno cação escalado conservado na salga), e aos seus pés sobre o bailéu está a lenha usada no fogão (c. 1950).

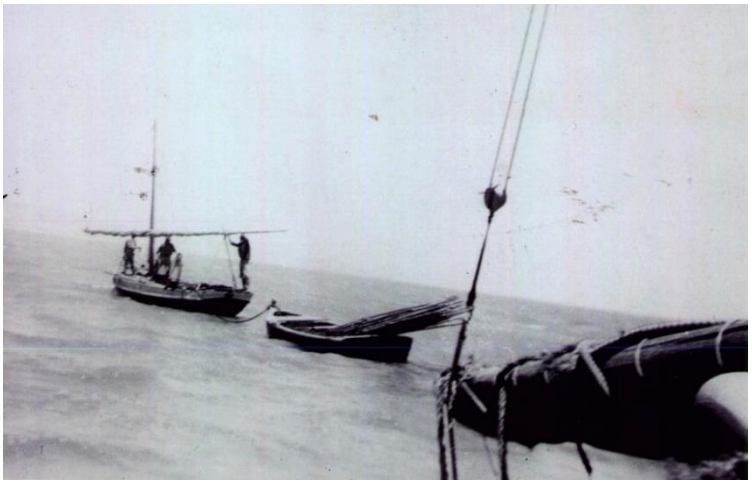


FIGURA 114 | Ao fundo, a canoa "Vaquinha", registo n.º B-4-L, com 2,964 de tonelagem bruta, propriedade de Francisco da Silva Coelho, fundeada no pesqueiro com o batel de paus e redes à sua popa, em preparação para armar o lance. Esta embarcação integrava como enviada (levava o peixe à lota da Ribeira Nova) a companha de Manuel Nunes, conhecido por "Manel Marujo", proprietário e arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, de onde foi fotografada (c. 1955).



FIGURA 115 | Companha de Manuel Nunes, conhecido por Manel Marujo, arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, a despescar o lance na baixa-mar. Da direita para a esquerda: Francisco Gaspar Nunes; Manuel Patrício (alcunha Nhá), Francisco Paiva, José António Quaresma, Manuel Padeiro, José Cardeira e António Coelho (alcunha Tarulha) (c. 1950).



FIGURA 116 | José de Paiva (alcunha Zé Varão), Francisco da Silva Coelho e Manuel Cardeira, e mais dois camaradas da companha do Manel Marujo, arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, a despescar à bugiganga (saída enganosa - ou engano - num recanto da rede onde a água corre com mais força para encurralar o peixe que ia na corrente, o que reduzia tempo e trabalho no despescar mais tarde na baixa-mar, onde o peixe tinha de ser apanhado individualmente no lodo, nos baixos relevos e em poças) (c. 1950).

mínimo, quatro tipos de embarcações para finalidades especificas: (i) a embarcação-mãe (ou bote-mãe), canoa de vela latina onde se cozinhava e onde se comia, e onde alguns dormiam; (ii) duas canoas de paus e redes que transportavam as redes e as varas; (iii) duas canoas enviadas que transportavam o pescado capturado ao mercado da Ribeira em Lisboa e aos mercado do Montijo, Alcochete e Barreiro; e (iv) uma caçadeira, pequena lancha de transporte que servia para fazer a ponte entre os barcos enquanto estavam no rio. Cada homem levava as suas próprias redes (Sousa, 2010, p. 30-33). Como não havia forma de conservar o peixe, os botes-enviada faziam o transporte diariamente para ser vendido nos mercados da Ribeira Nova (Lisboa), Montijo, Alcochete e Barreiro.

Cada campanha tinha uma duração de 10 ou 12 dias, e durante esse período os pescadores não vinham a terra e não viam as suas famílias. Mais recentemente, na última década em que a arte foi proibida, a campanha continuava a durar duas semanas, mas ao final de semana vinham a casa.

Os pescadores repetiam em cada dia, em locais sempre diferentes, três momentos nucleares: estender as redes, enterrar as redes (no lodo) e espetar as varas. Depois esperavam o pico da preia-mar para subir as redes e impedir que os peixes fugissem. Era assim nos concelhos do Montijo, Barreiro e Seixal. Na cala do Montijo, onde esta arte era intensamente utilizada antes de ser proibida, paralelamente à linha costeira durante a baixa-mar, eram estendidos e enterrados no lodo vários panos de redes justapostos, e de seguida as estacas eram enterradas no lodo com dois ou três metros de intervalo entre si, em forma de meio círculo e na vertical (ou ligeiramente inclinadas para as redes onde a água fazia mais força – a jusante) com um engano em cada uma duas extremidades.

No pico da preia-mar as redes eram subidas e fixadas com cordão no

topo das estacas, impedindo que os peixes que aí tivessem entrado saíssem na vazante, sendo recolhidos na maré seguinte.

Nem todas as companhas adotavam os mesmos métodos e procedimentos, e a descrição que aqui arquivámos resume a forma de operar da arte do "Manel Marujo", que encontra melhor descrição na entrevista realizada ao Sr. Francisco Gaspar Nunes, pescador aldeano que laborou nesta arte, para onde remetemos para uma análise com mais acuidade (Cf. Livro III – Evolução histórica).

Remetemos também para um vídeo de dezembro de 1963, da autoria de Manuel do Amaral e Hélder Mendes, acerca da pesca com o tapa-esteiros no Montijo, que é muito pedagógico, onde aparece o avô de Diogo Manuel dos Santos Capitão, atual arrais de pesca e dirigente da SCUPA, a fazer rede de emalhar e o pai a fazer rede da corvina, enquanto esperavam a maré baixar para despescar um lance do tapa-esteiros na zona do Samouco (Amaral & Mendes, 1963).



FIGURA 117 | Companha de António Nunes, proprietário e arrais da canoa tapa-esteiros "Maria Júlia", também conhecida localmente como "A Lourença", registo n.º B-42-L, com 5,05 de tonelagem bruta, tripulada por António Luís Coelho (António Tarulha), Henrique da Cruz Júnior (Henrique da Sequeira), Francisco Gaspar Nunes, Francisco de Paiva Menisse (Tio Russo), Manuel Marcelino P. Cordeiro, José Cordeiro (Zé Cardeira), António Neto Aranha Júnior e José António Quaresma Júnior, a comer o conduto enquanto esperam para erguer as redes no estuário do rio Tejo (c. 1955).



FIGURA 118 | Embarcações da arte do "Marujo". Ao centro o bote tapa-esteiros (assim conhecido por ter a licença de pesca) "Inveja", registo n.º B-61-L, com 4,52 de tonelagem bruta, de que Manuel Nunes, alcunha Manel Marujo, era proprietário e arrais, à esquerda a canoa enviada "Feliz Ano", registo n.º B-9-L, com 5,88 de tonelagem bruta, de que António Carlos Vieira Sabino era proprietário e encarregado (equivalente a arrais), e à direita a canoa enviada "Vaquinha", registo n.º B-4-L, com 2,964 de tonelagem bruta, de que Francisco da Silva Coelho era proprietário e arrais (c. 1955).

No início de setembro de 1902, a bordo do vapor que fazia a travessia de Lisboa para a Aldeia Galega, o jornalista Vítor Ribeiro, da Revista Occidente, observou a movimentação dos barcos de pesca a operar em companha na arte do tapa-esteiros, constituída por um grupo de rapazes ou homens, a percorrer os mouchões "*de perna nua, e cabaz no braço, recolhendo o camarão e a ostra*", e anotou que no rio Tejo abundava o xarroco, a tainha, a dourada, a boga e outro peixe miúdo (Ribeiro, 1902a, p. 194). Numa outra perspetiva, o falecido António João Coelho de Sousa, pescador aldeano, em entrevista a Rui Aleixo recordou ter lido que por volta de 1903/6, havia tantos botos no esteiro do Montijo que os pescadores tiveram de pedir auxílio financeiro à Câmara Municipal do Montijo para comprarem redes para os capturarem, porque, segundo este, os golfinhos "*dizimavam os peixes todos e os pescadores não conseguiam pescar*" (Aleixo, 1991, p. 9).

A comunidade piscatória da Aldeia Galega do Ribatejo era por esta altura, no quadro das pescarias do rio Tejo, a que tinha a maior dedicação exclusiva à pesca estuarina, em especial nas enseadas do Montijo e do Barreiro, e no Mar da Palha. As embarcações que aqui operavam eram construídas em madeira, com propulsão a remos/vela, e eram as de maior comprimento fora a fora e de tonelagem. Cada embarcação empregava em média sete pescadores. Faziam uma pesca polivalente que jogava principalmente com os períodos de migração, aproveitando a reprodução das espécies anádromas, e utilizavam sobretudo artes passivas, nomeadamente o tapa-esteiros, uma armadilha do tipo barreira que era colocada a tapar ou a cercar as entradas dos esteiros e em outros locais adequados à sua estrutura de armação. As espécies mais capturadas em quantidades eram a corvina, o robalo, a

enguia, o linguado e a tainha. De 1906 para 1908 existe um aumento exponencial do número de redes para a corvina (conhecida por rede corvineira) e do número de redes tapa-esteiros, um dos principais sistemas de pesca em uso na Aldeia Galega, e não negligenciando uma possível alteração à notação estatística (se existiu, não foi referida), a verdade é que catapultou a constituição da Associação de Socorros Mútuos "União Piscatória". Não existe registo de menores na pesca até 1906, mas em 1908 já aparecem seis menores na faina que estão integrados no número de pescadores que consta do quadro a seguir (131 pescadores = 125 homens e 6 menores).

EMBARCAÇÕES E PESCADORES				REDES E APARELHOS		
Anos	N.º de Embarcações	Tonelagem de arqueação	N.º de pescadores	Designação	N.º de artes (redes e outros aparelhos)	Principais espécies a que se direcionam
1905	22	145,790	146	Corvineira e tapa-esteiros	22	Corvina e Tainha
1906	24	151,910	156[48]	Corvineira e tapa-esteiros	24	Corvineira (captura corvina) e tapa-esteiros (captura tainha)
1908	20	113,770	131	110 Redes de corvina para a captura de corvinas 689 Tapa-esteiros para a captura de tainhas e robalos		

QUADRO 1 | Embarcações e arqueação, artes (redes e aparelhos) e principais espécies a que se destinam e pescadores na comunidade de pescadores da Aldeia Galega (Montijo), de pescas de águas salobras, entre 1905 e 1908.
Fonte: Ministério da Marinha, 1907, p. 100-101; 1908, p. 106-107; 1909, p. 208-209; 1910, p. 188-191.
Nota: Só foram apresentados os anos para os quais existem dados.

O transporte ferroviário muito centrado no concelho do Barreiro, primeiro com a inauguração do troço entre o Barreiro e Vendas Novas em 1861, depois com a abertura da gare ferro-fluvial do Sul e Sueste em 1884, e por fim com a inauguração do ramal do caminho de ferro do Montijo ao Pinhal Novo em 1906, dois anos antes do início da laboração da Companhia União Fabril (CUF), gerou na Aldeia Galega um isolamento potenciador da indústria da pesca de uma forma não vista no Barreiro e no Seixal, dois concelhos com ancestral tradição de pesca. Enquanto estes últimos se industrializavam, e com isto retiravam pessoas às pescas, na Aldeia Galega as pescas eram uma das poucas alternativas de subsistência, uma grande alternativa, e mais bem remunerada, às fainas agrícolas.

No quadro das principais pescarias estuarinas, a arte do tapa-esteiros era a principal dinamizadora da indústria de pesca aldeana, era a principal empregadora e a que mais desembarques realizava, juntamente com a pesca das corvinas, mas encerrava em si limitações que os armadores não conseguiam ultrapassar por falta de meios de ação e de capital e que eram impeditivas de armar mais embarcações para esta faina, e até de manter as que existiam (os meios de captura no ano de 1908 já eram muitos, como se viu no quadro anterior), e limitava o progresso da atividade e a redução da pobreza da população. Procurando responder de forma objetiva ao problema, um grupo de marítimos criou a Associação de Socorros Mútuos "União Piscatória", em 1910, restrita às pessoas ligadas ao mar, cujos estatutos foram aprovados pelo Alvará de 17 de junho de 1911 (Diário do Governo n.º 243 de 18 de outubro de 1911, p. 4192). A instituição foi reconvertida em cooperativa de consumo pela iniciativa de cerca de 20 pescadores, que em 2 de março de 1913, reunidos na sede da Associação na Avenida António José de Almeida (atual Avenida dos Pescadores), estando presente o Dr. Manuel das Neves Coutinho Ribeiro, notário interino da Comarca de Aldegalega do Ribatejo, constituíram oficialmente a "Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense" (SCUPA), com o objetivo de apoiar as necessidades sociais e materiais dos pescadores associados da arte do tapa-esteiros que residiam na Vila e operavam no estuário do Tejo, e respetivas famílias (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

De entre as várias valências, todas muito importantes, destaca-se no geral a ajuda aos sócios em questões administrativas e a promoção da sua instrução, e em termos específicos a assistência social aos pescadores em dois momentos particulares: no inverno, quando os pescadores operavam

[48] Segundo Rama (1906, p. 103-104), em 1906 havia no Montijo 400 pescadores e um forte mercado do peixe por onde escoavam o pescado. O número elevado de pescadores inscritos na Aldeia Galega do Ribatejo pode ser verdade e justificar-se com a construção dos Caminhos de Ferro, no início da segunda metade do século XIX, uma vez que muita população passou a escolher o caminho de ferro e o Barreiro para alcançar a Capital, e os barcos e as estalagens da Aldeia Galega ficaram sem clientes, tendo os desempregados procurado refúgio nas pescas (Aleixo, 1997, p. XV-XVI). O que não serve de justificação para a discrepância de valores entre os apresentados por Rama e os difundidos nas Estatísticas da Pesca do Ministério da Marinha.

individualmente e não podiam ir para o mar ganhar o sustento para si e para a sua família; e no verão, quando os pescadores se juntavam em companhas para a pescaria da arte do tapa-esteiros, através da aquisição de géneros diversos a agricultores e comerciantes locais, bem como tabaco e alguns apetrechos para a pesca, para fornecer a crédito aos sócios, e só a cada quinze dias, quando os pescadores acabavam a companha, é que restituíam à coletividade o empréstimo (Graça & Dias, 2000, p. 106, 108; Câmara Municipal do Montijo, 2001, p. 26; Torres, 2003, p. 83-84). Ao adiantar os bens essenciais para o início da faina a SCUPA reforçou a solidariedade e o sentido de entreajuda, e possibilitou que fossem armados mais barcos para esta pescaria, relançando a atividade que atingiria a sua máxima expansão no terceiro quartel do século XX.

A sucessão de eventos com base na documentação existente, remete para a exclusividade aldeana na pesca em água interiores não oceânicas, fazendo uso, predominante, de redes corvineiras e do tapa-esteiros, sistemas de pesca de que eram especialistas, utilizando embarcações construídas para navegar e operar no rio Tejo. No entanto, Rui Nunes, nascido em 1961, filho de Francisco Gaspar Nunes, referiu que o avô Emídio Lucas e o tio Manuel Nunes (Marujo) contaram-lhe que no princípio do século XX, cerca de 1915-1916, apesar de serem muito jovens estavam já "embarcados na escola prática da pesca" e participavam em companhas no estuário do Sado com as artes da Armação. Não poderíamos deixar de referir, mas não o podemos validar.

Pelo Decreto n.º 18:687 de 29 de julho de 1930, foi proibido o uso de artes de pesca nocivas nas águas interiores, o que incluía as redes da arte do tapa-esteiros e outras. Este Diploma substituía outros de igual propósito que nunca chegaram a ser obedecidos, e, naturalmente, também nunca foi executado. Todos os anos os pescadores requeriam a prorrogação do prazo previsto no artigo n.º 10 deste Decreto, invocando que com as novas regras iam ter menos rendimentos e que não possuíam recursos suficientes para adquirirem artes não nocivas, de custo mais elevado. Atendendo à extrema pobreza de muitos pescadores, ia-lhes sendo concedida a dispensa do seu cumprimento. Em primeiro, foi prorrogado até 31 de dezembro de 1933, depois até 31 de dezembro do ano seguinte, e em 1 de março de 1934, um novo despacho ministerial reiterou aos pescadores a permissão de operarem com a arte tapa-esteiros até 31 de dezembro de 1935, mais uma vez atendendo à sua pobreza, no entanto, sem possibilidade de prorrogação, e não incluindo nesta exceção a operação com botirões, camaroeiros de arrastar, roletas, zorros e outros similares, artes que ficavam efetivamente proibidas. Por Despacho de 1 de novembro de 1935, voltou a ser permitido aos pescadores pobres da área da Delegação Marítima do Barreiro utilizarem roletas, camaroeiros de arrastar e outras artes semelhantes até à publicação do novo regulamento de pesca no Tejo, e por Despacho de 24 de fevereiro de 1936 foi-lhe permitido utilizar a arte do tapa-esteiros até revisão do Decreto n.º 18:687 de 29 de julho de 1930.

Em outubro de 1938, chegaram ao Ministério da Marinha exposições de outros departamentos do Estado e representações dos pescadores do Tejo, que sempre exerceram legalmente a indústria da pesca, a colocarem em evidência os efeitos nefastos decorrentes da utilização das artes nocivas, e alertando que o número dessas artes estava a aumentar quando deveria estar a diminuir (Diário de Notícias, ano 75, n.º 26.525, 12 de dezembro de 1939, p. 1-2).

Os poderes públicos endureceram a posição de forma a acabar com as práticas nocivas e ilícitas, em desrespeito pela lei, até porque não cabiam num regime de poder forte, autoritário e dirigista, mas também porque iriam conduzir à extinção das espécies no rio Tejo. Em 17 de dezembro de 1938, o Ministro da Marinha revogou o Despacho de 1 de novembro de 1935, com efeitos a 31 de janeiro de 1939, e determinou a obrigatoriedade de ser integralmente cumprido o Decreto n.º 18:687, de 29 de julho de 1930, empurrando os pescadores pobres que se empregavam na arte do tapa-esteiros para a assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores, abrindo a possibilidade de lhes serem dadas novas redes.

Os armadores e pescadores do Montijo, para quem a arte do tapa-esteiros era a sua principal fonte de rendimento, tudo fizeram para evitar a alteração da regulamentação das artes de pesca, e bateram-se com dignidade pelas suas pretensões. Unidos em torno de uma comissão de pescadores, enviaram um ofício ao Presidente da Câmara Municipal do Montijo lamentando estarem proibidos de pescar no Tejo desde 7 de julho de 1939, por decisão da Delegação Marítima do Barreiro, e apelaram à revogação da nova regulamentação, sentenciando que se assim não acontecesse, cerca de 900 pessoas iram para a miséria, que eram 300 pescadores e as suas famílias. Argumentavam em sua defesa que havia muitas chinchas, chinchorros e artes submarinas a serem usadas no rio Tejo, essas sim responsáveis pela morte de muita criação miúda, e que não tinham sido proibidas. Sem sucesso (AMMTJ, Câmara Municipal do Montijo, *Correspondência Recebida*, 1939, 12, *apud* Correia, 2010, p. 22). Entretanto, a última autorização para os pescadores utilizarem redes ilegais acabou em 31 de outubro, e não foi prorrogada, e o Estado não entregou novas artes de pesca, iniciando-se uma crise social que só não foi pior pela intervenção do Padre Cruz (Diário de Notícias, ano 75, n.º 26.524, 11 de dezembro

de 1939, p. 1; ano 75, n.º 26.525, 12 de dezembro de 1939, p. 1-2). Em 11 de dezembro de 1939, o Diário de Notícias noticiava:

> "*trezentos pescadores do Montijo estão a viver dias amargos. Estão a passar as maiores privações. Estão sem trabalho. Houve tempo em que não lhes faltava o peixe, e por consequência pão. Porque eram pescadores, pescavam. Tinham os seus barcos e as suas redes. Mas o emprego dessas redes, em determinada altura, não lhes foi consentido, porque possuíam malha estreita demais, isto é, com dimensões inferiores às estatuídas nos regulamentos de pesca. O seu caso, desde então difícil, procurou resolver-se, dando-se-lhe um prazo de tolerância, até adquirirem novas redes, que lhe seriam fornecidas pelo Estado e eles pagariam a prestações. Terminou esse prazo. Não mais vieram esses novos apetrechos do seu ofício. E em vez deles chegaram dias de miséria ao Montijo*" (Diário de Notícias, ano 75, n.º 26.524, 11 de dezembro de 1939, p. 1).

O Ministério da Marinha no dia seguinte, enviou à redação do Diário de Notícias uma nota oficiosa a comprometer-se a distribuir sopa pelos pescadores mais necessitados e suas famílias, com carácter imediato, e a reduzir o rigor na fiscalização marítima até a situação estar resolvida, não deixando de referir que o "*emprego de artes nocivas, com que julgam resolver as dificuldades de momento, comprometerá irremediavelmente o seu futuro, e, o que é pior, o dos pescadores que sempre exerceram legitimamente a pesca no Tejo*". Informou ainda que após publicado o decreto com as novas regras para a pesca em águas interiores, a Junta Central das Casas dos Pescadores iria fornecer redes adequadas aos pescadores extremamente pobres, que as teriam de pagar a prestações, advertindo os pescadores que não deviam "*esperar delas rendimento tão grande como o das que usavam [rendimento económico], não só por ser menor o seu poder de captação, como ainda por se encontrar empobrecido o estuário do Tejo*", e, simultaneamente, deu início a um novo decreto para a pesca nas águas interiores que definia os tipos de artes permitidas e as condições do seu emprego (Diário de Notícias, ano 75, n.º 26.525, 12 de dezembro de 1939, p. 1-2).

A profunda reforma dos regulamentos que protegiam os recursos naturais das águas interiores, sob jurisdição das autoridades marítimas em todo o país (rios, lagoas, estuários, etc.), seria desencadeada pelo Decreto n.º 30:148 de 16 de dezembro de 1939. Os decisores políticos, neste Diploma, mostraram-se convictos de que a pesca em águas interiores sob jurisdição das autoridades marítimas, era regulada por uma panóplia de leis "tendentes a proteger os recursos naturais nelas explorados" que não estavam devidamente calibrados para assegurar à efetiva proteção dos recursos e tão pouco asseguravam as condições económicas e sociais de cada região, com exceção dos regulamentos de pesca das águas interiores dos rios Minho, Coura e Lima, e ria de Aveiro.

Em consequência, determinaram que a pesca nas águas interiores, sob jurisdição das autoridades marítimas só podia ser exercida por meio de redes e aparelhos autorizados e nas condições a serem aprovadas pelo Ministro da Marinha, o que dependia muito dos pareceres dos Capitães dos Portos, bem como a revogação dos regulamentos de pesca existentes em cada localidade, à medida que o Ministro autorizasse e aprovasse novas condições de pesca (art.º 7.º), incluindo-se nestes a revogação do Decreto n.º 18:009, de 26 de fevereiro de 1930, já referido, que proibiu no rio Tejo artes de pesca denominadas botirões, chinchas, chinchorros, zorros, camaroeiro de arrastar, estacadas (atenções), roletas e outras semelhantes, cujos efeitos eram nocivos à conservação das espécies, o Decreto n.º 18:517 de 25 de junho de 1930, já referido, que proibiu o uso da fisga com ou sem candeio e o da calcada ou calcadeira nas águas marítimas interiores do continente e ilhas adjacentes, e o Decreto n.º 18:687 de 29 de julho de 1930, já referido, que amplificou a abrangência territorial e o número e tipo de artes a restringir do Decreto n.º 18:009 de 26 de fevereiro de 1930.

Neste processo de reforma dos regulamentos de pesca nas águas interiores, que chegou a ser tumultuoso, especialmente no Montijo, foi atribuído aos Capitães dos Portos e aos Delegados Marítimos um papel crucial, o de informar a Direção Geral da Marinha sobre as artes em uso e suas características, potencialidades e fragilidades (art.º 8.º), bem como uma proposta das redes e aparelhos que na sua opinião justificada, avaliavam ser de autorizar e as que entendiam ser de restringir, considerando dois fatores nucleares: "*a conservação dos recursos naturais explorados*" e as "*vantagens para a economia local*" (art.º 8.º) (Decreto n.º 30:148 de 16 de dezembro de 1939, p. 1415-1416).

Em 15 de julho de 1940, através de Edital, a Delegação Marítima do Barreiro proibiu na sua área de jurisdição a chamada rede galeão (com malha de um centímetro de lado), passando licenças, sob certas restrições, para aparelho de anzol, covos, redes (branqueiras, corvineiras, sabogais e savaras) e tapa-esteiros. Na arte do tapa-esteiro, apenas permitia a matrícula de até 195 pescadores pobres, e cada pescador apenas podia utilizar 16 panos de rede com as dimensões máximas de cinco metros por oito, e com malha não inferior a dois centímetros. A operação com esta arte foi limitada à margem

esquerda do Tejo entre a praia do Alfeite e o Banco dos Cavalos e apenas no período entre 1 de abril e 31 de outubro de cada ano, com exceção no ano de 1940 (ano em curso), em que lhes foi permitido operar na margem norte do Tejo, entre Alverca e Sacavém e, na margem sul, entre a parte fronteiriça daqueles dois locais. Na arte das roletas ou arrastões, era permitida a matrícula de até 95 pescadores pobres, com um máximo total de 45 redes, que podiam exercer a pesca de 1 de outubro a 30 de abril de cada ano. Importa também notar que o período de defeso não foi sempre o mesmo. Entre 1940 e 1956 o defeso do tapa-esteiros realizou-se de 1 de abril a 31 de outubro de cada ano, e a partir de 1959 realizou-se de 1 de março a 31 de outubro de cada ano, sempre decretado pela Capitania do Porto de Lisboa.

O período de defeso que foi decretado para a arte do tapa-esteiros, não teve objeção da parte dos armadores e pescadores, porque não alterava em nada a ancestral forma de operar, porque sempre paravam no inverno devido ao frio, às chuvas intensas e água agitada. O mesmo não aconteceu com a introdução da rede Salazar (malha mínima de dois centímetros de lado), porque as enguias, uma das principais espécies que apanhavam, passava pela malha da rede (apenas não passavam as enguias grandes), o que levou os pescadores a adotar formas de contornar a situação.

Segundo referiu em entrevista Francisco Gaspar Nunes, pescador, que laborou durante muitos anos na "arte do Marujo", quando as autoridades tentaram pôr fim a esta arte, os pescadores do Montijo dirigiram-se ao motorista de Oliveira Salazar, com quem tinham contacto, para que esse intercedesse junto do Presidente do Conselho para pedir que os "*deixasse trabalhar*". Os pescadores comprometeram-se a utilizar malha mais larga. Segundo aquele autor, o pedido foi acolhido. Isso obrigava a que os pescadores comprassem novas redes, apesar de não terem recursos. Nesta altura, havia muita união entre os pescadores, e decidiram entre eles, cada um, comprar apenas dois novos panos de rede com a malha mais larga (malha de dois centímetros de lado, e rede de cinco metros por oito) como se tinham comprometido, e continuavam a utilizar os 14 panos da rede antiga (o que perfazia os tais 16 panos de rede por pescador na companha). Os novos panos de redes, para reduzir a sua eficácia, eram deixados nas testeiras da armação, e na zona frontal colocavam as redes de malha mais apertada. Alguns socorriam-se ainda de outra estratégia. Quando partiam para o rio levavam as redes de malha mais larga sobre as redes de malha mais miúda, para estarem acima qualquer suspeita perante os fiscais, mas uma vez no rio só utilizam as redes de malha miúda e deixavam nos botes as redes mais largas, que só eram utilizadas em último recurso (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Em 1946, eram 82 embarcações do Montijo registadas na pesca local na Delegação Marítima do Barreiro, tripuladas por mais de 250 marítimos. Haveria ainda um número não quantificado de embarcações que operavam sem efetuar o registo, e muitas das embarcações registadas operavam com mais tripulantes do que aqueles que eram formalmente integrados no rol de tripulação (Cf. Livro III – Evolução Histórica). O tapa-esteiros reforçou a sua posição e tornou-se no sistema de pesca mais pujante, e a indústria de pesca aldeana passou a estar indexada ao desenvolvimento desta arte que protagonizava as maiores pescarias no estuário do rio Tejo. Mais tarde iria ser um problema, porque quando este sistema de pesca foi proibido, em 1987, a indústria da pesca ressentiu-se, e nunca mais se reergueu.

Continuava intensa a religiosidade dos marítimos, e as festas em honra de São Pedro, também designadas de Festas dos Pescadores, que tinham sido suspensas nesta vila em 1910, foram reativadas em 1950, contando com a ajuda do Grupo Cénico Montijense, um movimento popular que, para esse feito, deu origem a outro movimento popular, a "Marcha do Bairro dos Pescadores do Montijo". Foi um relançamento esplendoroso em 1951, fruto do trabalho notável da Comissão de Gestão constituída por Humberto de Sousa, principal figura, e por Joaquim Elisiário Moreira, José Joaquim Caria, José Ribeiro Vintém, Luís Lucas Onofre e Francisco Neto dos Santos (Graça & Dias, 2000, p. 10-11; Câmara Municipal do Montijo, 2001, p. 39; Correia, 2010, p. 21).

Era o período áureo das pescarias neste concelho, e os pescadores faziam questão em manter a tradição religiosa que caracterizou a pesca de outrora, e que o regime tanto apreciava e queria expor. O Sr. Fernando Augusto Fragateiro, pescador mais antigo da comunidade, foi condecorado com uma medalha atribuída pela Comissão das Festas de São Pedro, entregue por José da Silva Leite, na altura Presidente da Câmara do Montijo. Quatro anos depois, nas festas de São Pedro realizadas em 1955, este antigo mestre de pesca já com 92 anos continuava no ativo, e foi abordado por dois redatores do Jornal "A Província" num pátio onde estava com a lançadeira (agulha) a coser as malhas com grande agilidade, a fazer rede, que dizia, ser para a pesca da corvina (Caria, Menezes & Parquinha, 1955, p. 6). Por alturas de 1963/64, a União Piscatória de Montijo, representada por vários pescadores, nomeadamente Francisco Gaspar Nunes, realizou uma peregrinação a Fátima como sinal da devoção, de fé e de esperança para os novos tempos, recuperando a tradição.



FIGURA 119 | Condecoração de Fernando Augusto Fragateiro, em 1951, com uma medalha atribuída pela Comissão das Festas de São Pedro, por ser o pescador mais idoso, entregue por José da Silva Leite, na altura Presidente da Câmara do Montijo.



FIGURA 120 | Redatores do Jornal "A Província" a abordarem Fernando Augusto Fragateiro, por altura das Festas de São Pedro em 1955, agora já com 92 anos, a fazer rede que dizia ser para a pesca da corvina.
Fonte: Caria, Menezes & Parquinha, 1955, p. 6.



FIGURA 121 | Marítimos aldeanos em peregrinação ao Santuário de Fátima: Francisco Gaspar Nunes, crianças - Rui Nunes, Manuel Luís Santos, José Henrique Couves, António Aranha Júnior (perdeu a vida no rio início dos anos 70), ao fundo o pescador Francisco do País, que emigrou para França nos anos 70, e o pescador Manuel Chareco que mais tarde passou a trabalhar na agricultura, pescador de alcunha "o come choco" (da esquerda para a direita) (1963/64).

A dimensão da indústria da pesca, muito em torno da arte do tapa-esteiros, justificava a existência de uma Casa dos Pescadores no Montijo, que o Governo queria construir, tendo feito o projeto, e que os pescadores ansiavam por receber. O projeto incluía um bairro de pescadores, uma casa dos pescadores a instalar em edifício de dois pisos, com posto médico e serviços sociais, onde ficariam integrados não só os pescadores do Montijo, mas também os do Seixal, os do Barreiro, os da Moita e os de Alcochete, chegando a ser adjudicado por 2.046.052$00.

Avança a motorização das embarcações. Os proprietários do Montijo, os mestres e os pescadores, tiveram de ponderar custos em grandes obras nas velhas canoas para montarem os potentes motores fixos ou em alternativa importarem traineiras usadas de Sesimbra ou Peniche, locais que dispunham na altura de numerosa frota de madeira. Nos anos setenta do século XX já aparecem, no Montijo, as traineiras da costa, a formar companha com as canoas tradicionais sem motor ou com canoas renovadas com motor, como a "Alerta no Mar", ainda a pescar. Das traineiras importadas, da costa, em uso na pesca no Montijo resta ainda no ativo a "Aldegalega".

O exercício da pesca estava condicionado à verificação prévia do estado de conservação das embarcações motorizadas a utilizar, e no caso da arte do tapa-esteiros ainda tinha outros condicionamentos: não era permitida a matrícula de pescadores que não constassem da relação existente na Delegação Marítima do Barreiro, cada companha tinha de ser composta por um mínimo de três pescadores matriculados e um máximo de 16 panos de rede por cada pescador (com as dimensões máximas de cinco metros por quatro metros), as redes tinham de ter malha com o mínimo de 20 mm (2 cm), medidos de nó a nó contíguos, e tinham de ser vistoriadas, na totalidade, antes do início da safra.

Em outubro de 1973, o Almirante Henrique Tenreiro deslocou-se ao Montijo, ao local em que estava projetado ser construído o

bairro residencial com 80 fogos em blocos de quatro pisos, ocupando uma área total de cerca de 1.600 m^2, próximo do campo da feira, e uma casa dos pescadores, acalentando ainda mais essa esperança, mas a crise económica desfez as últimas réstias de esperança. Ainda se tentou que esta obra integrasse o III Plano de Fomento, sem sucesso (Jornal do Pescador, Ano XXXV, n.º 417, 1973, p. 25-26).

A concretização desta realização em prol dos pescadores era efetivamente muito difícil, porque no início da década de 1970, a juntar à crise económica, estava a desaceleração da indústria da pesca baseada na arte do tapa-esteiros, que como referimos era central no Montijo. Dos arquivos consultados na Delegação Marítima do Barreiro, verificou-se que das 19 licenças de pesca para a arte do tapa-esteiros concedidas em 1972, que empregavam 135 pescadores, passou-se para 14 licenças em 1975, que empregavam apenas 67 pescadores, e para 9 licenças em 1976, que empregavam apenas 59 pescadores. Em 1974, das 18 licenças emitidas para a arte do tapa-esteiros, nove foram para o Montijo, e sete para o Barreiro (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Uma redução abrupta que não passou ao lado da análise feita por Maria Alfreda Cruz, que defendeu na sua tese que a vila do Montijo vinha a acumular outras funções importantes e por isso a comunidade piscatória se tinha tornado economicamente anacrónica, com a arte do tapa-esteiros a ser secundarizada, ao mesmo tempo que essa arte passava a ser adotada como uma necessidade vital de diversificação de recursos, uma vez que até essa data, no essencial, faziam simples coleta de peixe envasado no lodo na baixa mar, beneficiando dos muitos baixos do recortado litoral do Mar da Palha (Cruz, 1973, p. 56).

Não podemos negligenciar que neste mesmo ano, foi publicada a Portaria n.º 9/73, no Diário do Governo, I Série, n.º 5, de 6 de janeiro de 1973, que aprovou e colocou em execução o "Regulamento da Pesca Artesanal", cujo artigo 10.º sobre os tipos de artes e sistemas de pesca, com os quais as embarcações podiam pescar, era omisso sobre a arte do tapa-esteiros, também conhecida por cerco ou estacada, a arte que desde tempos bastante recuados era exercida na área de jurisdição da Delegação Marítima do Barreiro, sobretudo no Montijo. A intenção de fazer cessar esta arte de pesca, há muito pretendida pelas entidades públicas, estava por detrás desta omissão, claramente propositada, e em certa medida foi eficaz, porque para além de ter colocado os pescadores em sobressalto, muitos acabaram por procurar trabalho em outra área. Depois de muita indecisão, o Ministro da Marinha homologou por Despacho Ministerial de 19 de março de 1973, um parecer da Comissão Consultiva das pescas que concedia aos pescadores no estuário do rio Tejo um período transitório de dois anos para a utilização da arte de pesca tapa-esteiros, a fim de poderem preparar-se para outra atividade, salientando que findo esse prazo a arte seria definitivamente proibida.

Em 1974, perante a evidência de ser o último ano que iam ter licença de tapa-esteiros, os pescadores manifestaram-se e mostraram o seu descontentamento de todas as formas possíveis. Joaquim José Porfírio da Silva, arrais, proprietário da canoa "Primeiro da Costa", registo n.º B-521-L, com 4,29 de tonelagem bruta, que era um dos cinco barcos auxiliares da canoa tapa-esteiro "Maria Júlia", registo n.º B-42-L, com 5,06 de tonelagem bruta, propriedade de António Nunes[49], a maior arte que nesta altura operava com sede no Montijo, dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho, que se encontra datada de 19 de março de 1974, onde salientou que sem a arte do tapa-esteiros não conseguia apanhar enguias, principal espécie capturada e principal fonte de sustento dos pescadores, que os pescadores tinham feito um grande investimento em embarcações e motores que não tinham como recuperar, e que as famílias dos pescadores dependiam do seu trabalho nesta arte para sobreviver, e se acabasse eram deitadas à miséria (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

[49] A canoa de pesca local "Maria Júlia", registo n.º B-42-L, com 5,06 de tonelagem bruta, era propriedade de António Nunes, que era simultaneamente o arrais, e era tripulada por doze marítimos (incluindo o arrais), que eram: Manuel Nunes, Manuel Jorge Patrício, José Manuel Caria Gonçalves, Manuel António Gonçalves, Reginaldo Narciso Lopes, António José Cardeira Patrício, João Fernandes Júnior, José António Quaresma Júnior, José António Palhais Menisse, Joaquim da Silva e Joaquim José Porfírio da Silva. Operava com cinco embarcações auxiliares, a caçadeira "Belmira", registo n.º B-106-L, com 2.033 de tonelagem bruta, propriedade de Manuel Nunes, que era simultaneamente o arrais, tripulada por três marítimos (incluindo o arrais), que eram os pescadores Reginaldo Narciso Lopes e António Nunes, a canoa com motor "Alerta do Mar", registo n.º B-115-L, com 5,79 de tonelagem bruta, propriedade de Manuel Jorge Patrício, que era simultaneamente o encarregado (equivalia a arrais) e fazia a tripulação juntamente com o pescador António José Cardeira Patrício, a barca com motor "Primeiro da Costa", registo n.º B-521-L, com 4,29 de tonelagem bruta, propriedade de Joaquim José Porfírio da Silva, que fazia parte da tripulação como pescador (o arrais era Joaquim da Silva), únicos tripulantes, a barca com motor "Estrela do Montijo", registo n.º B-523-L, com 6,77 de tonelagem bruta, propriedade de José Manuel Caria Gonçalves, que integrava a tripulação como pescador (o arrais era Manuel António Gonçalves), e ainda tinha o pescador José António Palhais Menisse, e a barca com motor "Estrela do Norte", registo n.º B-535-L, propriedade de José António Quaresma Júnior, que integrava a tripulação como arrais e tinha um pescador, João Fernandes Júnior. Condições de matrícula: depois de deduzidas as despesas com gasóleo e alimentação a bordo, eram: duas partes para a embarcação e artes, e uma parte para cada pescador (Cf. Livro III – Evolução Histórica).



FIGURA 122 | Embarcação conhecida por bote tendo a bordo o arrasto de vara, conhecido como arrastão, no Montijo. Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 85

Na década seguinte a arte do tapa-esteiros foi sobrevivendo às várias medidas legislativas que tinham em vista a sua proibição, essencialmente, devido à pobreza dos pescadores que se empregavam nesta arte, mas não resistiu à publicação do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, que tendo como objetivo a definição das medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca, na al. c) do n.º 1 do artigo 52.º proibiu de forma irreversível a pesca nas águas interiores não oceânicas do rio Tejo com artes que utilizassem o movimento das marés, designadamente o tapa-esteiro, também conhecido por cerco, estacada e tapada, e o botirão (Diário da República I Série, n.º 162, 17 de julho de 1987, p. 2821).

A proibição da pesca do tapa-esteiros provocou a redução substancial da capacidade de pesca profissional aldeana, que perdeu dinâmica por todo o espaço ribeirinho concelhio, quer em termos de embarcações como de pescadores, e gerou uma redução abrupta de rendimentos, uma vez que o nuclear da indústria de pesca desta comunidade gravitava em torno deste sistema de pesca. Uma grande parte dos pescadores procuraram outras ocupações, muitos emigraram, outros conseguiram trabalho em fábricas locais, aproveitando que havia trabalho em terra, e outros foram para o transporte fluvial (de mercadorias e passageiros), aproveitando o conhecimento que tinham do mar, tendo vários sido recrutados pela Transtejo.

As embarcações de pesca profissional que estavam ativas em Sarilhos Grandes, na zona da Lançada, despareceram no final da década de 1980, sendo que ainda hoje perduram na gastronomia local características muito próprias dessa ligação de outrora, ao rio, quer no transporte fluvial quer nas pescas, sendo os pratos mais tradicionais o ensopado de enguias, lambujinhas abertas ao natural e a caldeirada à fragateiro. O que restou da frota de pesca profissional ficou concentrada na zona frontal ao núcleo urbano do Montijo, próximo de onde hoje se encontram.

O decrescimento da indústria pesqueira no Montijo, foi agravado pelo assoreamento da frente ribeirinha, um problema de décadas, e pela ausência de estruturas de acostagem (cais ou embarcadouros) e de instalações de apoio à pesca (casas de aprestos), sendo de realçar a capacidade de improvisar e a resiliência dos pescadores. Se nas últimas quatro décadas do século XX fizeram das ruínas do moinho de maré do cais casa de aprestos (Aleixo, 1991, p. 8-9), no início deste século utilizaram para esse feito as instalações do antigo Cais dos Vapores, desativado em consequência da construção do terminal rodo-fluvial no Cais do Seixalinho (que tem uma cala natural de 3,5 m de água em baixa-mar), de onde parte a ligação fluvial entre o Montijo e o Cais do Sodré. Não tinham um cais de acostagem protegido do vento de oeste, era-lhes difícil trazer as embarcações a terra, não tinham cais de aprestos, nem casas de aprestos, os seus bens estavam desprotegidos e não poucas vezes eram furtados. Acostavam aos muros das salinas abandonadas, ou onde conseguiam. Nunca desistiram de terem melhores condições de trabalho.

Não obstante o estado de decadência em que se encontrava a indústria de pesca aldeana, Paul Hyland, professor universitário e escritor inglês, visitou a cidade em 1995, em Dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores do Montijo, e enalteceu a pesca, os pescadores, e, sobretudo, a ornamentação das embarcações. O que nos permite deduzir que, apesar de em pequeno número, as embarcações no Montijo agigantavam-se para as Festas em Honra de São Pedro.

> "*Um esquife, profusamente embandeirado, largou do Cais dos Vapores [no Montijo] escoltado por barcos de pesca que já eram brilhantes, antes mesmo de serem decorados. Cada linha e cada detalhe das embarcações eram realçados por contrates de cores e de motivos, não de*

> *todo estranhos às caravanas de viajantes, aos barcos do canal ou às antigas feiras. Os seus nomes intrincados – como A Pombinha, Algatejo ou Deolinda Maria – liam-se em arabescos, no interior de painéis com flores pintadas. Das proas, amuradas e casas do leme brotavam gladíolos e cravos. Nos mastros e mastaréus, nas enxárcias, pareciam esvoaçar todas as cores, insígnias, pendentes e flâmulas reconhecidas no vocabulário das bandeiras*" (Hyland, 2000, p. 86).

Com a entrada em funcionamento do Cais do Seixalinho, os barcos da Transtejo deixaram de vir ao Cais dos Vapores tendo-se vindo a agravar de ano para ano a situação de assoreamento, já não sendo navegável na baixa-mar a cala da zona do Seixalinho até ao antigo "cais dos vapores", porque a intensa navegação dos barcos da Transtejo ajudava a abrir a cala artificial, processo que deixou de existir, e, sobretudo, porque foi suprimida a dragagem periódica da cala que era realizada pela Sociedade Portuguesa de Dragagens sob responsabilidade da Transtejo (enquanto aí navegava). Não é difícil concluir que a atividade pesqueira no Montijo, em tempos a mais pujante das águas interiores não oceânicas do rio Tejo, decresceu como não aconteceu em qualquer outra comunidade.

Em 2000, havia no Montijo apenas nove embarcações licenciadas para a pesca profissional local que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados um total de 26 marítimos, nove em funções a bordo de arrais e os demais em funções a bordo de pescadores: (i) "Vagabundo", registo n.º B-704-L, tripulado por Luís Marcelino Coelho de Sousa (arrais), José António M. G. Aranha, Carlos Vieira Sabino, Joaquim Luís Caria Gonçalves, Joaquim Fernando da Silva Alves e Alexandre Cordeiro Couves (pescadores); (ii) "Francisco José", registo n.º B-665-L, tripulado por José Henrique Aranha Caria (arrais) e Francisco José Couves Caria (pescador); (iii) "Alerta do Mar", registo n.º B-115-L, tripulado por António José Cardeira Patrício (arais) e Manuel Jorge Patrício (pescador); (iv) "Aldegalega", registo n.º B-715-L, tripulado por Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva (arrais), e Carlos Manuel Rolo Soares, José António Marques G. Aranha, Domingos Augusto Rocha Gouveia e Joaquim Fernando da Silva Alves (pescadores); (v) "Belmira", registo n.º B-106-L, tripulado por José Henrique Fernandes Couves (arrais) e José Frederico Nobre Couves (pescador); (vi) "Brotas", registo n.º B-105-L, tripulado por António João Coelho de Sousa (arrais) e Marcelino José da Cruz de Sousa (pescador); (vii) "Lena", registo n.º B-685-L, tripulado por Jorge Manuel Cordeiro Couves (arrais) e Alexandra Maria Mendes Cordeiro (pescadora); (viii) "Barba Azul", registo n.º B-664-L, tripulado por Luís Marcelino Coelho de Sousa (arrais) e Dário Miguel Silva Peixinho e Joaquim da Conceição da Silva (pescadores); e (ix) "Maria de Fátima", registo n.º B-667-L, tripulado por Alexandre Cordeiro Couves (arrais) e Alexandre Jorge Cunha Cordeiro (pescador) (Cf. Livro III - Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54). Haveria certamente outras embarcações a operar de forma irregular, mas de forma residual, uma vez que nesta altura já existia uma boa fiscalização da atividade (Cf. Livro III - Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54).

A perceção do decréscimo da atividade pelos motivos já referidos, estava de tal forma vincada que os investigadores locais apresentavam o cenário como ainda sendo pior do que efetivamente o era. Alcídio Torres, na obra "Montijo (Aldeia Galega). Cem Anos de História Municipal", ao abordar as questões económicas refere que em 1991 apenas havia no Montijo três pescadores a tempo inteiro (Torres, 2003, p. 84), e Mário Balseiro Dias, na sua obra "Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo", publicada em 2001, refere que apenas havia meia dúzia de embarcações ativas que se concentravam na frente ribeirinha, e três pescadores a exercerem a pesca a tempo inteiro (Dias, 2001, p. 52). Estes serão os rostos mais vincados de uma tragédia que pouco falta para se concretizar, isto apesar da crise económica de 2008 ter empurrado alguns pescadores para as pescas, e outros para a apanha de amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, e de nesse contexto o Montijo ter recuperado mais três embarcações de pesca local, que, entretanto, já não estão no ativo.

A Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA), na altura presidida pelo Sr. José Maria dos Santos, viu no PROMAR – Programa Operacional Pesca 2013-2017, cofinanciado pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), a oportunidade para resolver o antigo problema dos pescadores e dinamizar a atividade, e submeteu um projeto de construção de um novo cais de pesca. O projeto foi aprovado, tendo-lhe sido concedido um financiamento de 494.820,00 euros, a que se juntou o apoio da Câmara Municipal do Montijo no valor 113.825,00 euros, para requalificação da frente ribeirinha.

As obras do novo cais de pesca profissional do Montijo, promovidas pela SCUPA, foram concluídas em dezembro de 2015, com capacidade de acostagem em simultâneo até 15 embarcações, com iluminação publica, com uma rampa cimentada de varadouro e uma área de instalações de apoio individuais para os pescadores guardarem os aprestos de pesca: as casas dos aprestos, contando ainda com uma casa de banho com sanitários e duche.

Nota-se que em 2015 eram apenas sete as embarcações de pesca profissional com licença a operar no Montijo, em linha com o valor dos anos precedentes, o que demonstra que se tentava com esta nova infraestrutura, construída de raiz, duplicar a capacidade de acostagem para estimular a atividade.

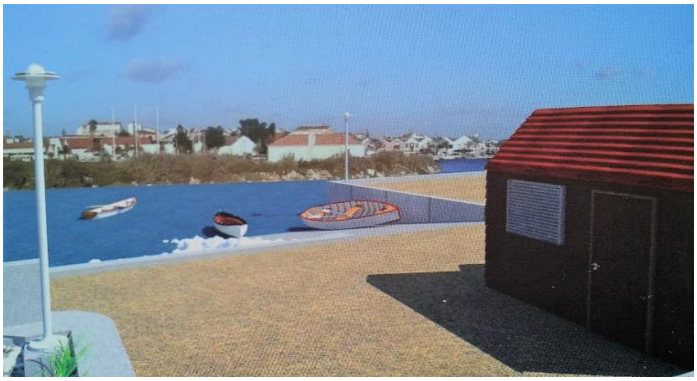


FIGURA 123 | Projeto do novo Cais de Pesca Profissional do Montijo: vista da rampa de varadouro.



FIGURA 124 | Projeto do novo Cais de Pesca Profissional do Montijo: perspetiva do conjunto.

A infraestrutura foi inaugurada em 23 de janeiro de 2016. Uma obra muito desejada que possibilitou a salvaguarda das ruínas do moinho de maré do meio, localizado dentro do perímetro do novo cais de pesca dos pescadores profissionais do Montijo, mas que se tem revelado uma verdadeira dor de cabeça para a entidade promotora, como se verá a seguir na identificação dos problemas sentidos pelos pescadores. A expectativa é que nos próximos anos a pesca possa ganhar algum fulgor neste território, ou, pelo menos, não decrescer ainda mais.



FIGURA 125 | Vista do Cais de Pesca Profissional do Montijo a partir do antigo Cais dos Vapores, na baixa-mar, em 20/10/2018.

II.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo e caracterização técnica, e determinação da percentagem de inquirição.[50]

A frota de pesca do Montijo, que já foi a maior a operar no estuário do rio Tejo, durante o ano de 2018 esteve reduzida a seis embarcações registadas na pesca local e com licença para operar no rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), das quais duas tinham, em simultâneo, licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa Sub área Continente, conforme listagem a seguir. Não havia embarcações no Montijo apenas com licenças para águas marítimas. Para efeitos de realização deste trabalho inquirimos os proprietários das seis embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 100%.

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000024005	TR-1620-L	Alice	Trafaria	Diogo Manuel dos Santos Capitão	Diogo Manuel dos Santos Capitão	Diogo Manuel dos Santos Capitão
PRT000012766	B-115-L	Alerta no Mar	Barreiro	António José Cardeira Patrício / Jorge Manuel Cardeira Patrício	Jorge Manuel Cardeira Patrício	António José Cardeira Patrício
PRT000012674	B-665-L	Francisco José	Barreiro	José Maria Gaspar Neto	José Maria Gaspar Neto	José Maria Gaspar Neto
PRT000001521	B-715-L	Aldegalega	Barreiro	Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva	Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva	Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva
PRT000023830	B-783-L	Vai tu	Barreiro	Jorge Manuel Cotovia Amado	Jorge Manuel Cotovia Amado	Jorge Manuel Cotovia Amado
PRT000009225	B-801-L	Joselia Dolores	Barreiro	David Emanuel Santos Costa	David Emanuel Santos Costa	David Emanuel Santos Costa

TABELA 8 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Montijo.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

Para além destas embarcações de pesca profissional que estão em efetiva operação, existem outras encalhadas ou amarradas no cais de pesca profissional, com possibilidade de vir a operar na pesca num futuro próximo, eventualmente quando a amêijoa-japonesa perder o atual protagonismo, nomeadamente a embarcação "Pirata do Mar", registo n.º B-814-L, propriedade de Luís Filipe Brás Santos, a embarcação "Florbela Fagundes", registo n.º TR-1522-L, propriedade de Vítor Pessoa, e a embarcação "Telma Patrícia", registo n.º TR-1736-L, propriedade de Vítor Carlos, e a embarcação "Deus é Grande", registo n.º SB-94 AL. Por fim, a embarcação "Brotas", registo n.º B-105-L, de casco em madeira, que está há muito tempo em seco no cais de pesca profissional, desde que o proprietário se reformou e deixou de poder laborar, e por falta de manutenção está muito destruída.

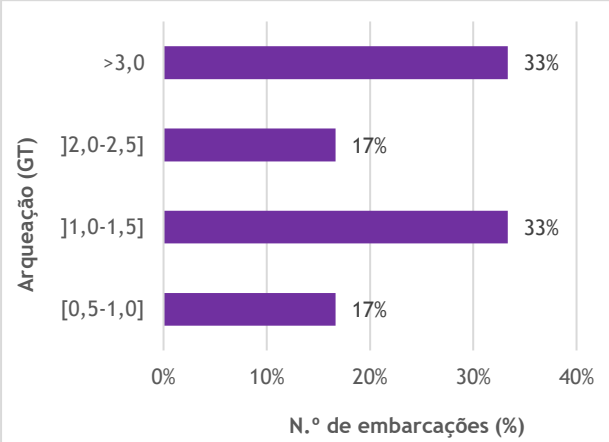
A frota aldeana, que em 2018 teve autorização de pesca para a zona rio Tejo, está maioritariamente registada na Delegação Marítima do Barreiro, apenas uma embarcação está registada na Delegação Marítima da Trafaria, e concentra-se no cais de pesca profissional, uma infraestrutura recente, com exceção de duas embarcações que pela sua dimensão não têm condições para chegar ao cais e por esse motivo ficam amarradas em poitas no Canal do Montijo em frente ao antigo cais dos vapores, de onde saiam os barcos da Transtejo que faziam as ligações fluviais a Lisboa, agora desativado.

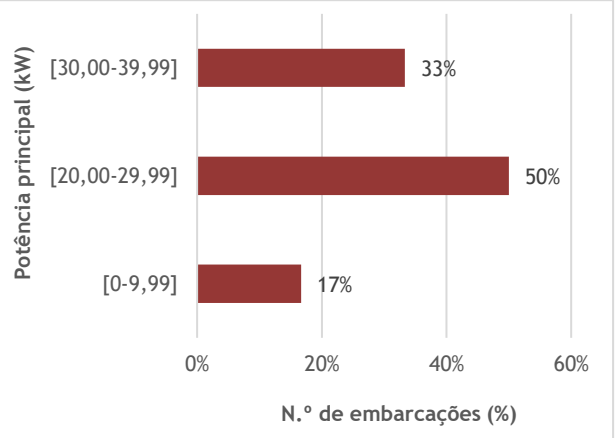
As embarcações foram maioritariamente construídas no século XX, a mais antiga em 1933, e apenas uma no século XXI, em 2004, e têm uma capacidade de pesca total de 21,4 GT, e uma potência propulsora principal de 158,16 kW e a auxiliar de 22 kW. A arqueação média é de 3,57 GT, a mínima é de 0,80 GT e a máxima de 8,35 GT, o comprimento fora a fora médio é de 7,82 m, sendo o mínimo de

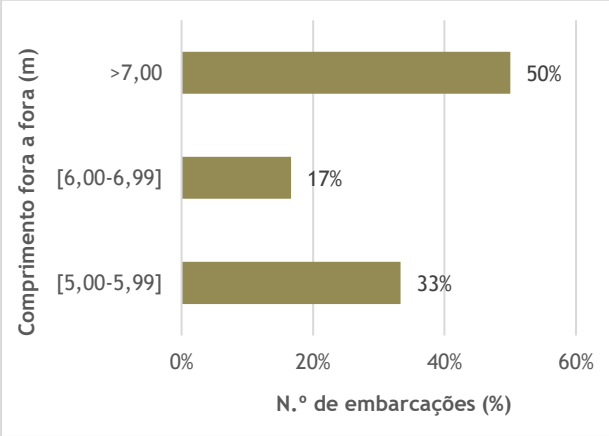
[50] Os dados da caraterização técnica de frota, e apenas esses, especificamente, porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, foram obtidos a partir da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

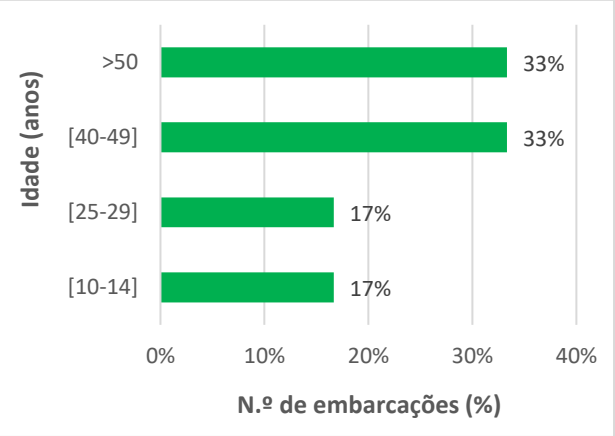
5,50 m e o máximo de 11,07 m, e a potência propulsora principal média é de 26,36 kW, sendo a mínima de 5,9 kW e a máxima de 32,8 kW, e apenas uma embarcação têm potência auxiliar de 22,0 kW.

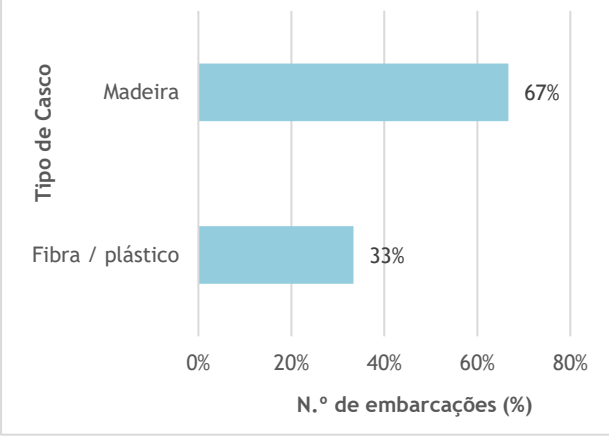
A frota é constituída maioritariamente por embarcações com mais de 25 anos, em especial acima de 40 anos, a embarcação mais antiga tem 85 anos, pelo que é muito antiga. As embarcações "Alerta no Mar", conjunto de identificação B-115-L, e "Aldegalega", conjunto de identificação B-715-L, tipo canoas com casco em madeira, motor interior a gasóleo, convés corrido e casario (casa do leme), que são as maiores em atividade em todo o estuário do rio Tejo, procedem ainda do tempo áureo da indústria pesqueira aldeana desenvolvida com a arte do tapa-esteiros (ou estacada, cerco ou armação), tendo, por isso, espaço à proa e à popa para dormirem seis pessoas (nos tempos da armação era aí que dormia parte da companha). As demais quatro embarcações são de boca aberta, estão dotadas de motores fora de borda a gasolina, e dois têm casco em fibra de vidro e os outros dois têm o casco em madeira. São as reminiscências do passado que explicam o facto do Montijo ter a frota mais envelhecida do estuário do rio Tejo, praticamente sem alteração após o 25 de Abril de 1974.

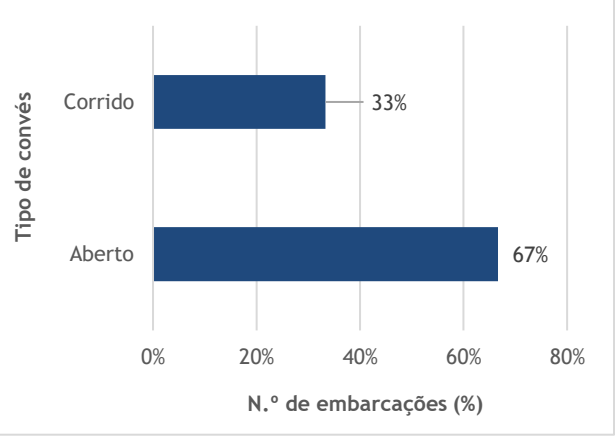


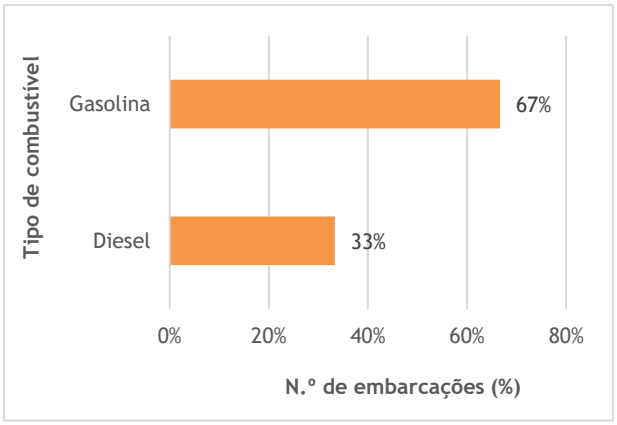


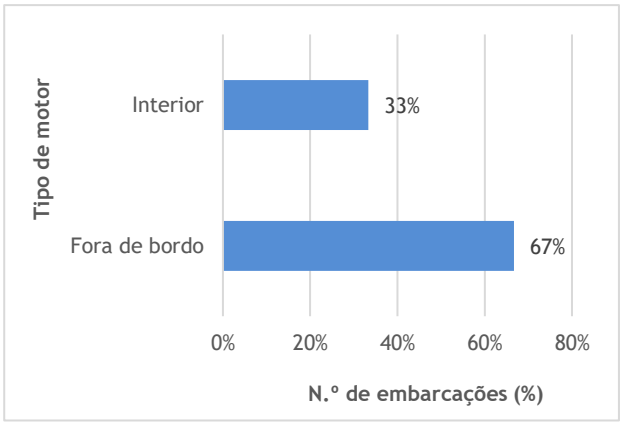








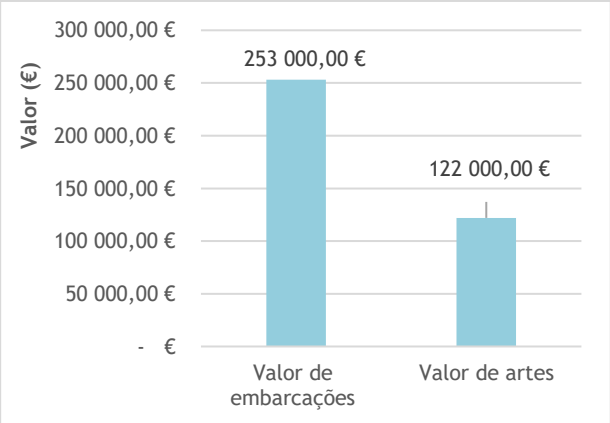


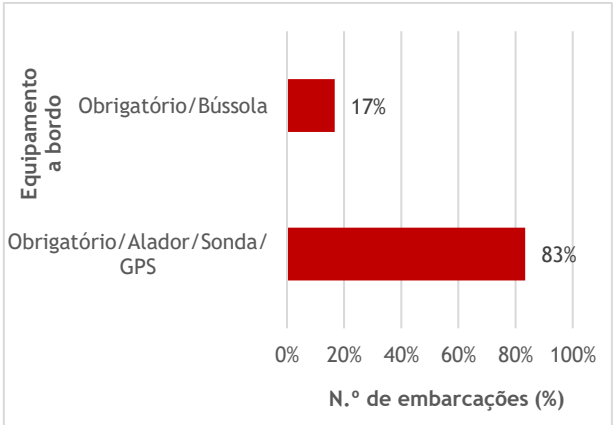


Sobre o estado de conservação, três arrais responderam ser "bom", e os demais responderam "razoável". Importa salientar que não obstante esta caracterização feita pelos arrais, que no terreno verificámos ser real, todas as embarcações efetuam vistorias anuais a nado (e bianuais a seco) onde é verificado se se encontram aptas para o exercício da atividade da pesca. É verificado o estado de conservação do casco, do motor, do alador (caso exista), dos instrumentos náuticos, dos meios de salvação, dos meios de combate a incêndios, e dos meios de esgotos.

Apesar da frota estar envelhecida, está equipada com equipamento diverso e moderno, sendo de destacar a utilização massiva do alador mecânico, da sonda e da navegação por GPS (apenas um arrais continua a orientar-se por bússola e por marcas de terra), o que é uma vantagem, por exemplo, para o tempo mais enevoado. Apenas a embarcação "Francisco José", que é a mais pequena, não utiliza alador mecânico porque não tem nem espaço nem condições para o instalar, e também não utiliza sonda e nem GPS porque para além da grande experiência e conhecimento do arrais, opera praticamente no Canal do Montijo. O alador mecânico é fundamental para as embarcações de maior porte poderem alar as redes.

A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 253.000,00€, e das suas artes de pesca é de 122.000,00€. Assim, no concelho do Montijo, as embarcações e as artes de pesca atingem em conjunto um valor de mercado de 375.000,00€ (valor patrimonial à data de 2018).





II.2.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

A frota do concelho do Montijo, hoje praticamente residual no contexto do estuário do rio Tejo, está concentrada no recentemente construído Cais de Pesca Profissional, gerido pela Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA).

Os proprietários são também os armadores, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e, simultaneamente, exercem a bordo as funções de arrais. Quanto às idades, apenas 16,67% dos arrais têm entre 25 e 34 anos, 66,67% têm entre 45 e 54 anos, e 16,67% têm entre 65 e 74 anos, como se observa no gráfico seguinte. O arrais mais novo tem 31 anos, o mais idoso tem 70 anos, e a média de idades dos arrais fixa-se nos 52,17 anos (referente ao ano de 2018). António José Cardeira Patrício, com 70 anos, coproprietário da embarcação "Alerta no Mar", registo n.º B-115-L (o outro proprietário é o seu irmão, Jorge Manuel Cardeira Patrício), é o arrais de maior idade e mais experiente, e David Emanuel Santos Costa, com 31 anos, proprietário da embarcação "Joselia Dolores", registo n.º B-801-L, é o arrais mais jovem e menos experiente. Em resumo, os pescadores do Montijo são na globalidade de idade avançada, alguns dos quais antecipam cessar a atividade ao longo da próxima década, como é o caso do arrais da embarcação "Alerta do Mar", a maior e mais antiga em operação no estuário do rio Tejo, que foi em tempos uma canoa da arte do tapa-esteiros.

Metade dos arrais nasceram no concelho do Montijo (50%), e os demais nasceram em Benavente (16,67%), Sesimbra (16,67%) e Lisboa (16,67%), como se observa no gráfico seguinte. Hoje todos residem no Montijo, e utilizam o Cais de Pesca Profissional pela proximidade do local de residência.

Quanto ao estado civil, 50% estão solteiros, 33,33% são casados e 16,67% viúvos, como se observa no gráfico a seguir. É um valor expressivo de arrais solteiros, o que evidencia uma rotura com a tradição do que era a família tradicional, e um valor expressivo de arrais viúvos, que evidência o envelhecimento da comunidade piscatória.

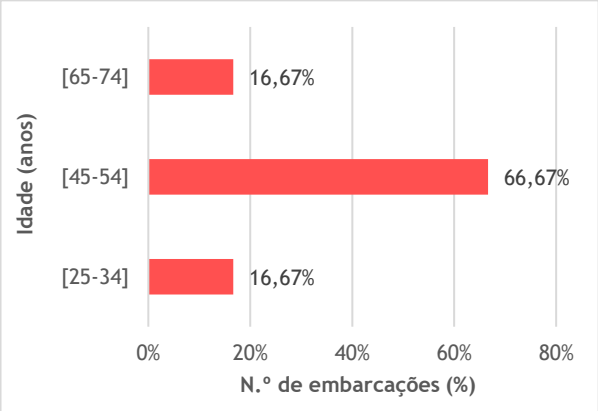
A maior parte destes arrais iniciaram a aprendizagem da prática da pesca muito cedo, 16,67% dos 5 aos 9 anos, e 83,33% dos 10 aos 14 anos. José Maria Gaspar Neto, proprietário, armador e arrais da embarcação "Francisco José" (B-665-L), foi o que iniciou a aprendizagem mais cedo, aos oito anos, e Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Aldegalega" (B-665-L), foi o que iniciou a aprendizagem mais tarde, aos 14 anos.

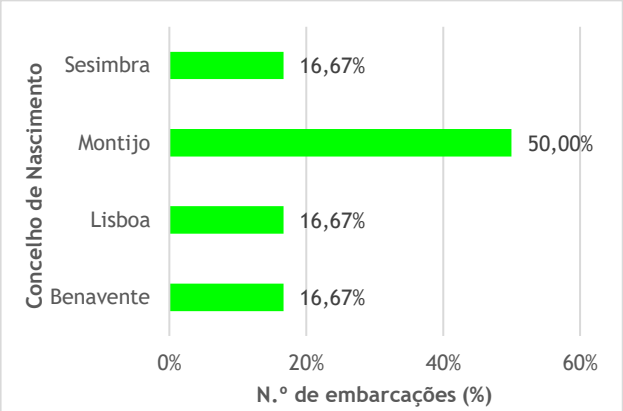
Já o início da pesca profissional ocorreu mais tarde, 16,67% entre os 10 e os 14 anos, 50% entre os 15 e os 19 anos, 16,67% entre os 30 e os 34 anos, e igual percentagem entre os 35 e os 39 anos, como se observa no gráfico a seguir. Diogo Manuel dos Santos Capitão, proprietário, armador e arrais da embarcação "Alice" (TR-1620-L), foi o que iniciou primeiro a pesca profissional na antiga arte do tapa-esteiros, tinha doze anos, e Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vai Tu" (B-783-L), bombeiro de profissão, foi o que iniciou por último a pesca profissional, tinha 38 anos.

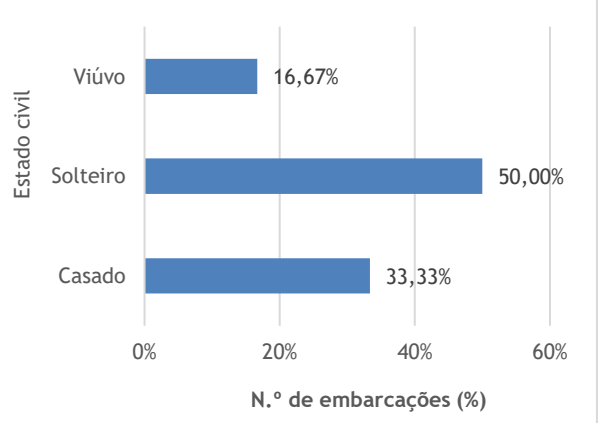
Descartada está a possibilidade de o tempo que medeia entre a aprendizagem inicial e o início da pesca profissional tenha sido passado na escola, uma vez que 66,67% não excederam o 3º ciclo (7º, 8º e 9º Anos), e destes 33,33% não excederam sequer o primeiro ciclo (1º, 2º 3º e 4º Anos). Apenas 33,33% frequentaram o secundário (10º, 11º e 12º Anos), como se observa no gráfico seguinte, e nem todos os concluíram.

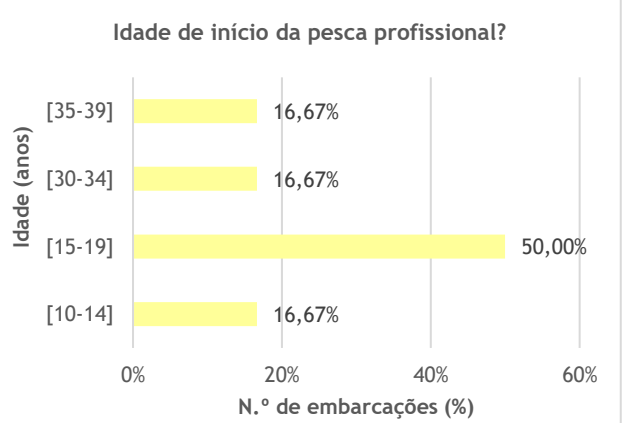
Os arrais iniciaram a atividade profissional nas qualidades de "Pescador" (66,67%), "Tripulante" (16,67%) e "Moço Pescador" (16,67%), como se observa no gráfico seguinte, e em todos os casos a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

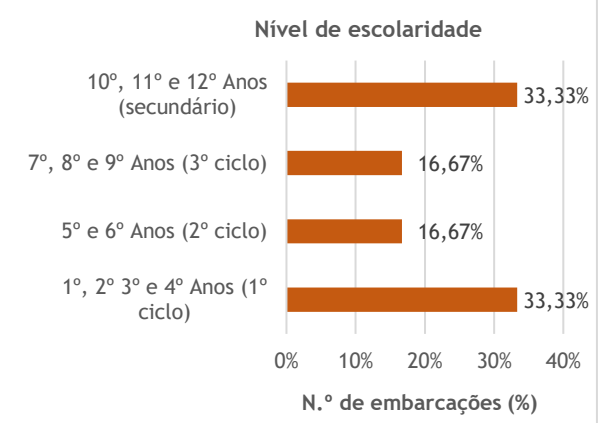
Entre os principais motivos que levaram os arrais a aprender a atividade, destaca-se o gosto pela pesca, partilhado por 100% dos arrais, também por ser uma atividade com tradição familiar e assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família (66,67%), pela rentabilidade da pesca (16,67%), como se observa no gráfico a seguir.

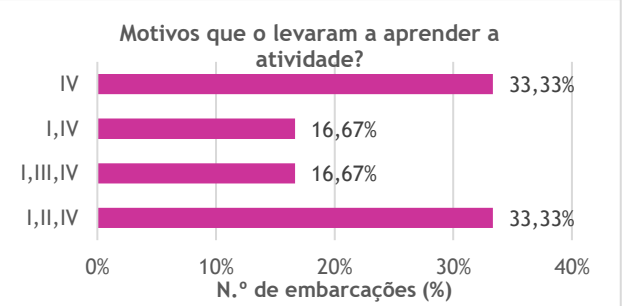




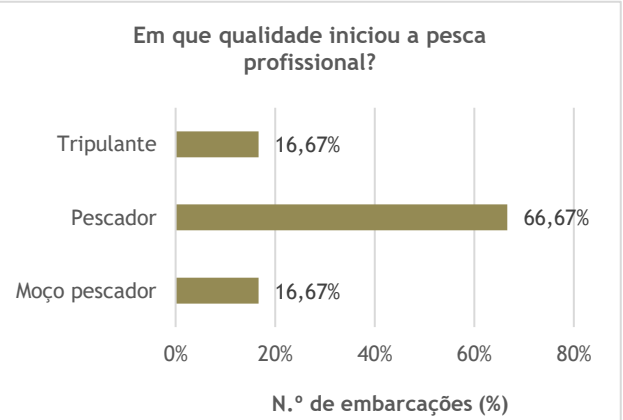








Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (iii) Boa rentabilidade da pesca; (iv) Gosto pela pesca.



O agregado familiar de cada um dos seis arrais inquiridos, é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 14 pessoas (incluindo os arrais). No global, 16,67% dos arrais vivem sozinhos, ou seja, o seu agregado familiar são apenas eles próprios, a chamada família unipessoal, 33,33% vivem num agregado de duas pessoas, a chamada família monoparental, e 50% têm três pessoas no agregado familiar, geralmente são um casal e um filho, a chamada família matrimonial, grupo mais representativo. Apenas um arrais tem ajuda na faina de um elemento do seu agregado familiar. Trata-se do arrais da embarcação "Vai Tu", que tem a ajuda da esposa, que anda embarcada e tem cédula marítima.

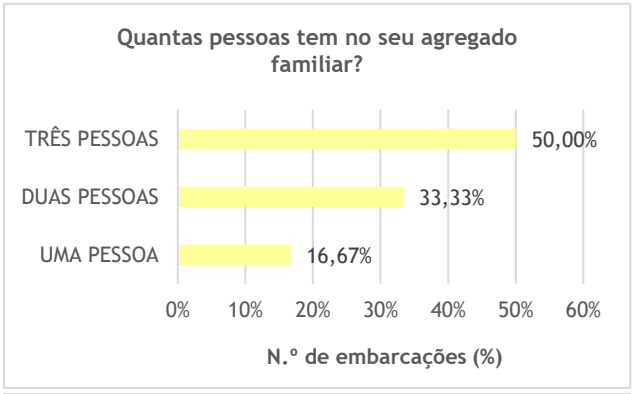
Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a atividade, 66,67% responderam que não, como se observa no gráfico seguinte. Ou seja, em apenas 33,33% dos casos os filhos seguiram a atividade e exercem

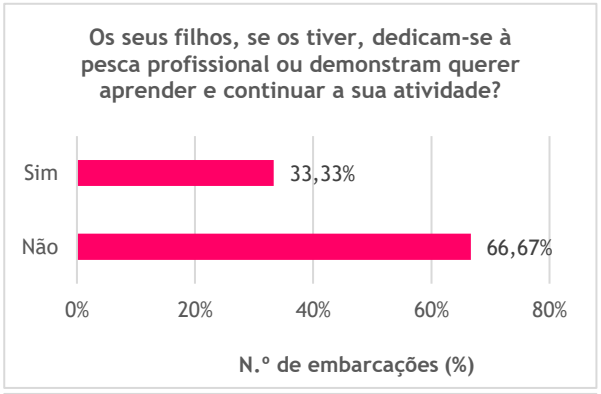
ativamente a pesca nesta comunidade, mas por já terem constituído família e por já se terem individualizado dos pais, não aparecem refletidos os números anteriores.

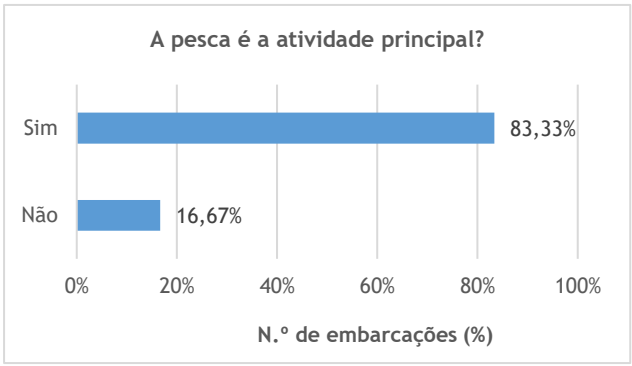
Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 83,33% dos casos estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca profissional, e os demais 16,67% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior nos escalões da mestrança

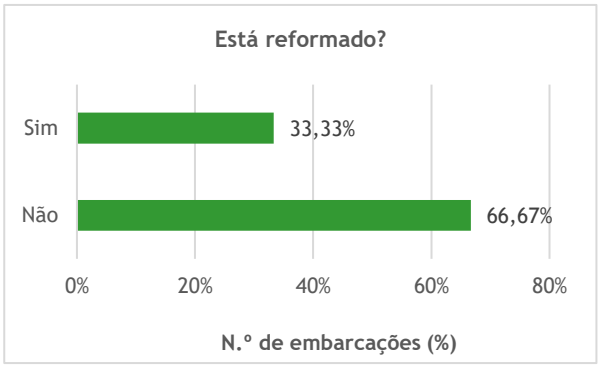
A pesca é a atividade principal de 83,33% dos arrais, e apenas um arrais, que representa 16,67%, desenvolve a pesca de forma suplementar à sua atividade principal - é Bombeiro, juntamente com a sua esposa, também pescadora, na Corporação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete. Trata-se de Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Vai Tu" (B-783-L), também conhecido pela alcunha "bombeiro". Para além deste arrais que tem uma outra profissão e apenas exerce a pesca quando não está ao serviço, geralmente em prejuízo do seu tempo de descanso noturno, os demais apenas se dedicam à pesca, e no caso de Diogo Manuel dos Santos Capitão, proprietário, armador e arrais da embarcação "Alice" (TR-1620-L), compatibiliza a pesca com a atividade de direção na Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA), onde gere com a sua esposa, recentemente dedicada à pesca (sem cédula marítima), o Bar dos Pescadores.

Uma parte significativa do rendimento disponível dos agregados familiares destes arrais vem da pesca: em 33,33% dos casos, o rendimento dos agregados familiares é exclusivo da pesca, e para outros 33,33%, o rendimento do agregado mais de metade provém da pesca. Para 16,67% dos casos, metade do rendimento do agregado vem da pesca, e igual percentagem respondeu que menos de metade do rendimento do agregado familiar vem da pesca, como se observa no gráfico seguinte. Notar que 33,33% dos arrais já estão reformados, como se observa no gráfico seguinte, e continuam a laborar para terem um complemento à reforma.









Questionámos os arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina, embarcada ou a apoiar nos trabalhos em terra, tendo 66,67% respondido que não, e 33,33% respondido que sim, como se observa no gráfico seguinte. No entanto, apenas num caso, que representa 16,67%, a esposa tem cédula marítima de pescadora. No outro caso, que é mais recente, a esposa ainda está a aprender a atividade, e embarca matriculada como não marítimo.

Na história recente desta comunidade, são poucas as situações em que as esposas dos pescadores andam à pesca. Até ao ano de 2013 andou aqui na pesca Helena Cordeiro, que juntamente com o seu marido eram proprietários da embarcação "5 Marias", vendido para Setúbal e que tinha cédula

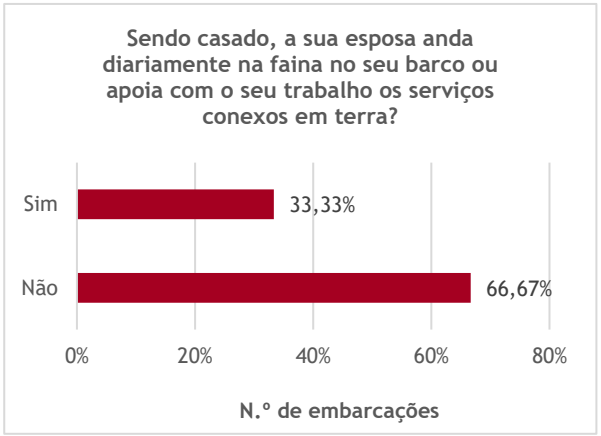
marítima. Em 2007 começou a andar na pesca a Natalina Amado, conhecida por "Zeza", também com o seu marido, Jorge Amado, e na embarcação "Vai Tu", de que são proprietários. Tem cédula marítima. Em 2017 passou a andar com o Vítor Pessoa, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Florbela Fagundes" (TR-1522-L) a sua ex-mulher, Carla Peixinho. Mais recentemente, em outubro de 2018, começou a ir à pesca a mulher do arrais Diogo Capitão, proprietário da embarcação "Alice", estando neste momento em processo de regularização de inscrita marítima. Estas duas últimas ainda não têm cédula marítima.

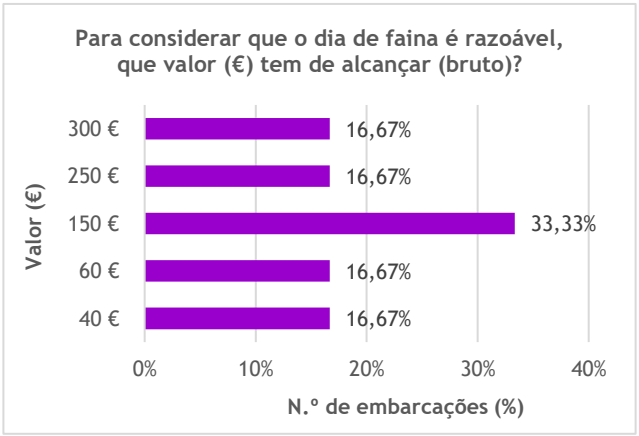
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 66,67% responderam entre 40,00€ e 150,00€, inclusive, dos quais 33,33% responderam 150€. Depois, 16,67% responderam 250€, e 16,67% responderam 300€, como se observa no gráfico a seguir. No mínimo a reposta foi de 40,00€, no máximo foi de 300,00€, e em média dá o valor de 158€.

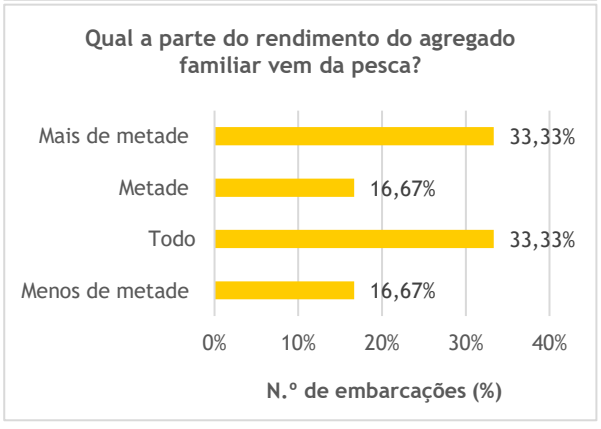
De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 33,33% responderam 60€ e 100€ (16,67% + 16,67%), 33,33% responderam 300€, e outros 33,33% responderam 400€, como se observa no gráfico a seguir. No mínimo a reposta foi de 60,00€, no máximo foi 400,00€, o que em média dá o valor de 260,00€.

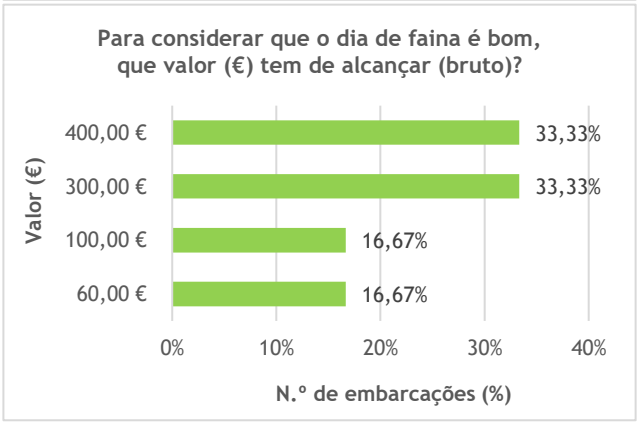
Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 40€ e 300€ e no máximo entre 60€ e 400€. A perspetiva de maior ganho está associada às duas embarcações de maior porte, que são as maiores a operar no estuário do rio Tejo, motivo pelo qual são tripuladas por maior número de marítimos, sete no total, e fazem maior investimento em artes de pesca (redes de emalhar de um pano). Comparativamente com outras comunidades piscatórias, e considerando o número de homens envolvidos, pode-se considerar baixa a perspetiva aldeana, de ganho por dia de faina.

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, todos responderam estar satisfeitos e motivados, sendo que um respondeu estar muto motivado. Tal se deve à melhoria resultante da construção do novo Cais de Pesca Profissional, à perspetiva de que vai haver maior rigor na sua gestão, e que vai haver mais serviços disponíveis que beneficiem a atividade piscatória.









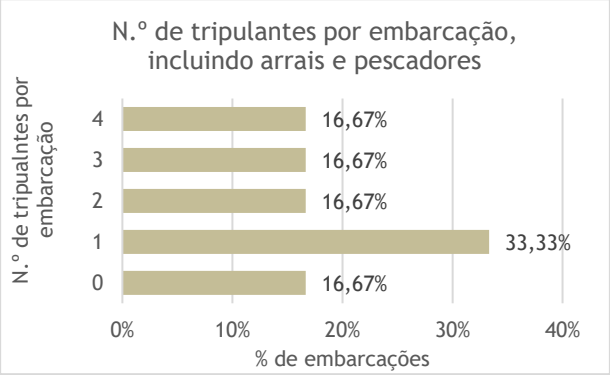
II.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.

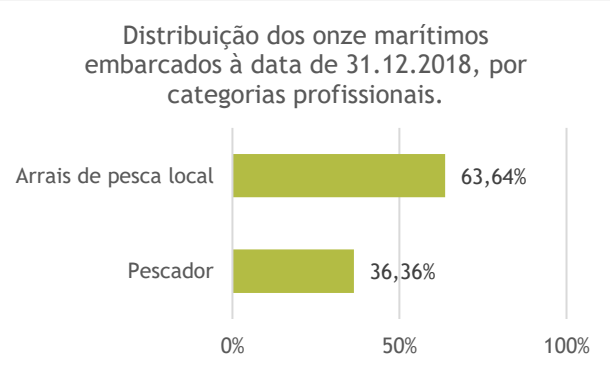
À data de 31 de dezembro de 2018, nas seis embarcações de pesca local aldeanas com licença de pesca para a zona rio Tejo em 2018, estavam matriculados onze marítimos, incluídos arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação. Duas embarcações tinham matriculado, cada uma, apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local (33,33%), uma tinha matriculado dois tripulantes, um arrais e um pescador (16,67%), outra tinha matriculado três tripulantes (16,67%), e uma outra tinha matriculado quatro tripulantes (16,67%), como se observa no gráfico a seguir. Apenas uma embarcação, que representa 16,67%, não tinha rol de tripulação válido, a "Josélia Dolores", registo n.º B-801-L, e quando inquirimos o arrais indicou que a embarcação estava parada por motivos de avaria do motor, o que comprovámos no trabalho de campo, estando a embarcação encalhada na rampa de varadouro. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos.

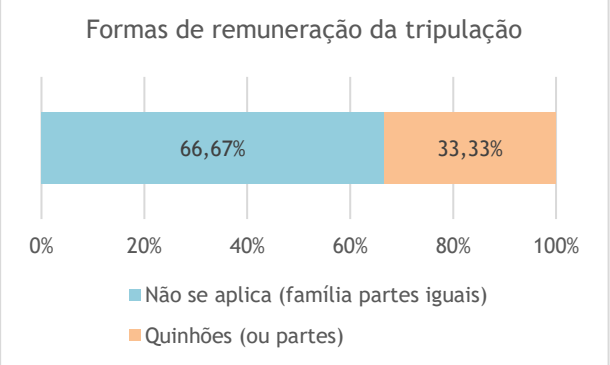
Dos onze marítimos, 36% têm a categoria de pescador e 64% a categoria de arrais de pesca local, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a fazer a transição para o densamente envelhecido, uma vez que apenas 18,18% têm até 44 anos, e 54,55% tem entre 45 e 54 anos, e 18,18% já têm entre 65 e 74 anos, como se observa no gráfico a seguir. Apenas existe um jovem a trabalhar na pesca do Montijo, tem 24 anos e anda embarcado com o pai, Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Aldegalega", registo n.º B-715-L, uma das maiores do Montijo e de todo o Tejo.

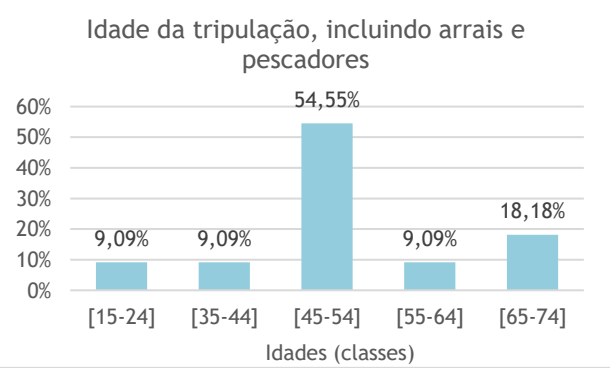
Sobre a forma de remuneração, 33,33% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro) e 66,67% repartem o produto da pescaria em partes iguais, ou o mais possível em partes iguais (é o caso das famílias), como se observa ano gráfico a seguir. São as embarcações mais antigas que ainda trabalham no sistema de quinhões, uma prática que ainda vem do tempo dos tapa-esteiros, com destaque para a embarcação "Alerta no Mar", registo n.º B-115-L, governada por António José Cardeira Patrício, o mais antigo arrais em atividade. Nesta embarcação são quatro os marítimos a bordo, e o que ganham dividem pelos quatro, uma parte para cada um, e barco também tem uma parte. Ou seja, neste caso o produto da pescaria é dividido por cinco, contando com o barco. Todos os tripulantes levam as redes em igual quantidade, e por isso não há quinhão de redes. Caso os tripulantes não levassem as redes, perdiam mais meio quinhão. A divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras.

Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, até porque na maioria dos casos são familiares.









II.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

A pesca no Montijo realiza-se desde tempos imemoriais com sistemas à base de redes, e em 2018 não foi diferente. Cinco das seis embarcações com licença de pesca operaram com redes de emalhar de um pano, de classe de malhagem de 60 a 119 mm, quer na modalidade fundeada, de janeiro a março, dirigida ao robalo-baila, ao robalo-legítimo, à corvina-legítima, à corvinata-real, ao sargo-legítimo, ao sargo-alcorraz, ao sargo-safia, e às tainhas, em especial à tainha-fataça, quer na modalidade de deriva, de julho a setembro/outubro, dirigida à dourada, ao robalo-legítimo, ao robalo-baila, ao sargo-alcorraz, à choupa e às tainhas, desde o Mouchão da Póvoa / Alverca até ao Mar da Palha. Três destas embarcações também estavam habilitadas com a licença da rede de emalhar de um pano da classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, com que operaram entre março e junho, na mesma zona, dirigida à corvina-legítima grande. Dentro desta classe de malhagem, a malha utilizada para capturar as corvinas grandes varia entre 140 mm e 160 mm. As embarcações que não têm licença de malha superior a 120 mm, a partir de março operam à corvina com malha entre 60 e 119 mm. Ao nível do tresmalho, duas embarcações utilizaram a branqueira, fundeada, de janeiro a maio, dirigida ao choco-vulgar e ao linguado-legitimo, com que operaram nos canais e esteiros do Montijo e Moita, e no Mar da Palha, como se observa nos gráficos a seguir.

Apenas uma embarcação operou com aparelho de fundo, cada aparelho com cerca de 500 anzóis pequenos (n.^{os} 10 e 11), iscados com casulo, dirigido aos robalos e às corvinas, desde o Mar da Palha até à Ponte Vasco da Gama. O casulo foi capturado junto ao Cais do Seixalinho, mas a maior parte das vezes foi comprado. Esta arte começou por ser utilizada de forma auxiliar, quando a pesca com redes era menos rentável, e passou a efetiva quando a medusa-do-Tejo impediu a utilização das redes. É, todavia, uma arte no geral pouco utilizada, que não tem história nesta comunidade piscatória (tal como a piteira), e para a qual a maior parte dos aldeanos não tem experiência de trabalho. Estes marítimos designam de "lance" o conjunto de redes que fazem o aparelho, e o "número de lances" é a quantidade de vezes que lançam o aparelho, quer seja de rede ou de anzol.

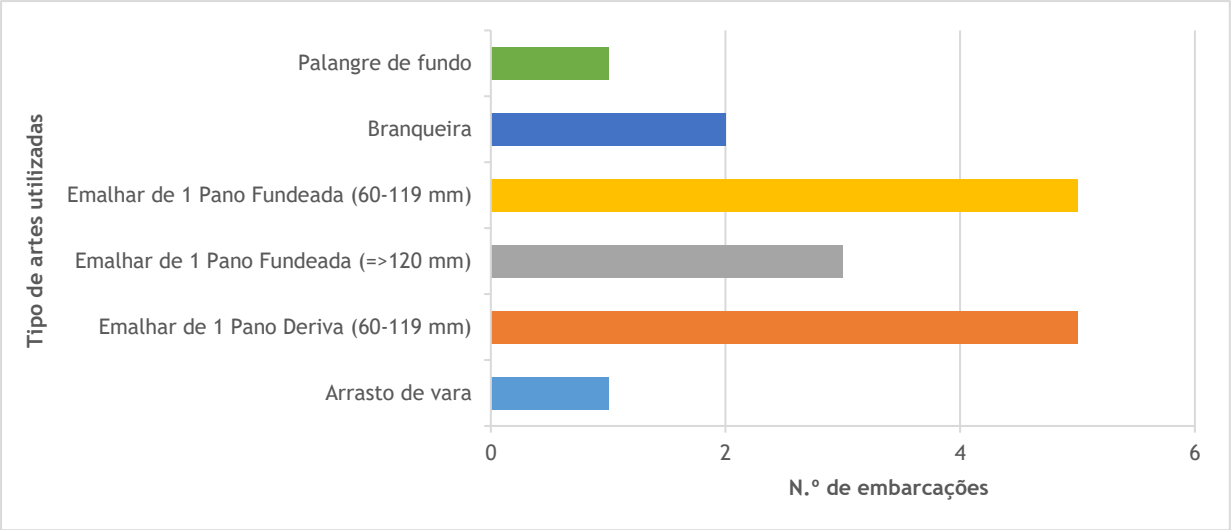
O arrasto de vara está em desuso, em 2018 apenas foi utilizado por uma embarcação, e a expectativa é que deixe de ser utilizado, quer pela desadequação da estrutura das atuais embarcações, mais pequenas e com casco em fibra de vidro, e pela desadequação dos atuais motores a gasolina, que tornam a operação com esta arte demasiado dispendiosa, quer pela ausência de camarão nos locais onde a operação com a arte está autorizada. Esta arte foi utilizada de janeiro a abril, dirigida ao choco-vulgar, e de agosto a dezembro, aos linguados, tendo sido operada na cala do Montijo, e algumas vezes para os lados da Casa Branca e esteiros e canais da Moita.

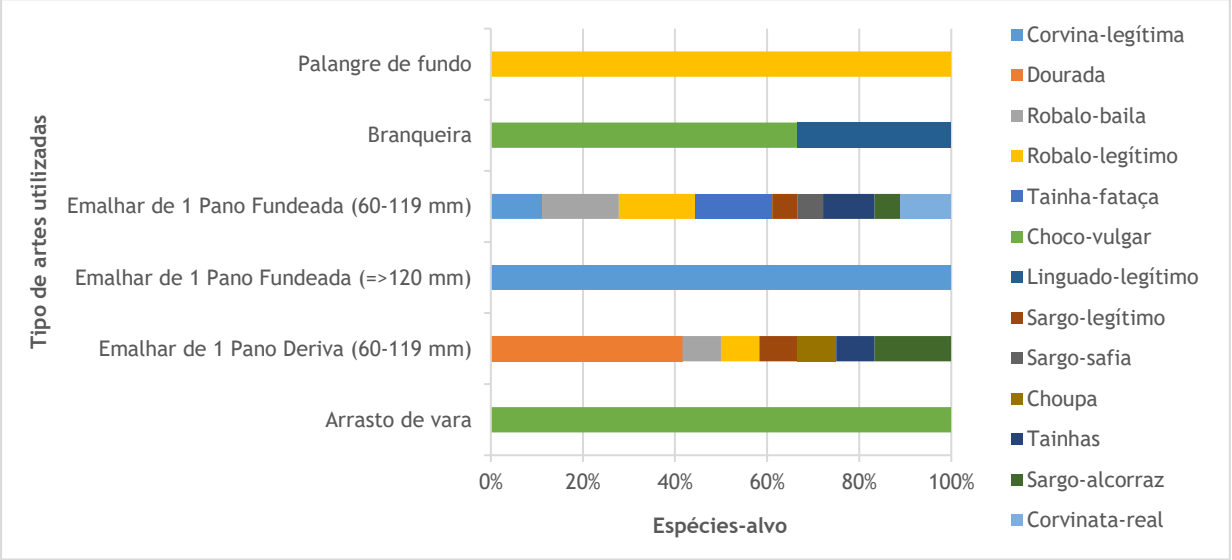
Neste ano de 2018, duas embarcações ("Joselia Dolores" - B-801-L / "Aldegalega" - B-715-L) foram ensaiar a pesca ao polvo com piteira junto ao Bugio, mas não correu como desejado. Uma embarcação foi tripulada por dois marítimos, outra com três, cada um operou com duas piteiras, e cada piteira era constituída por seis anzóis, com barbela. Por ter sido uma experiência isolada, realizada com uma arte que não faz parte da história desta comunidade piscatória, não a contabilizámos. Ainda assim, como se verá mais à frente, essa experiência resultou no desembarque de 49 Kg de polvo-vulgar.

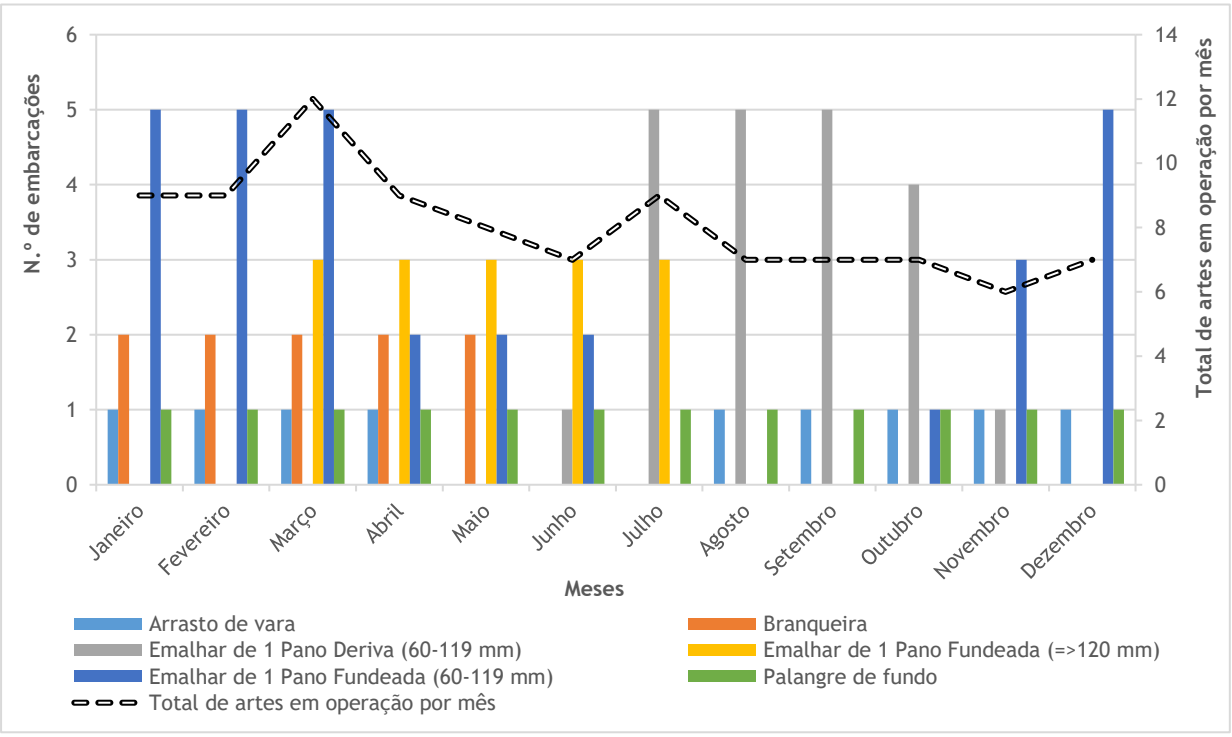
Nas últimas décadas muita coisa alterou na forma como a pesca é realizada, e também nos apetrechos necessários à sua realização, mudança que foi muito sentida no Montijo, devido à carga histórica da pesca neste território. Essa alteração é mais visível nos instrumentos de sinalização das artes, quer de redes, quer de anzóis. Como testemunho do sinal dos tempos, ao lado colocámos o antigo farol a petróleo, que muitas vezes se desligava com a agitação da água, e, ao lado, um moderno sinalizador luminoso em LED, com visibilidade de 360 graus e autonomia aproximada de mil horas, à prova de água, que liga de noite e desliga de dia, blindado e resistente a ambiente marinho.



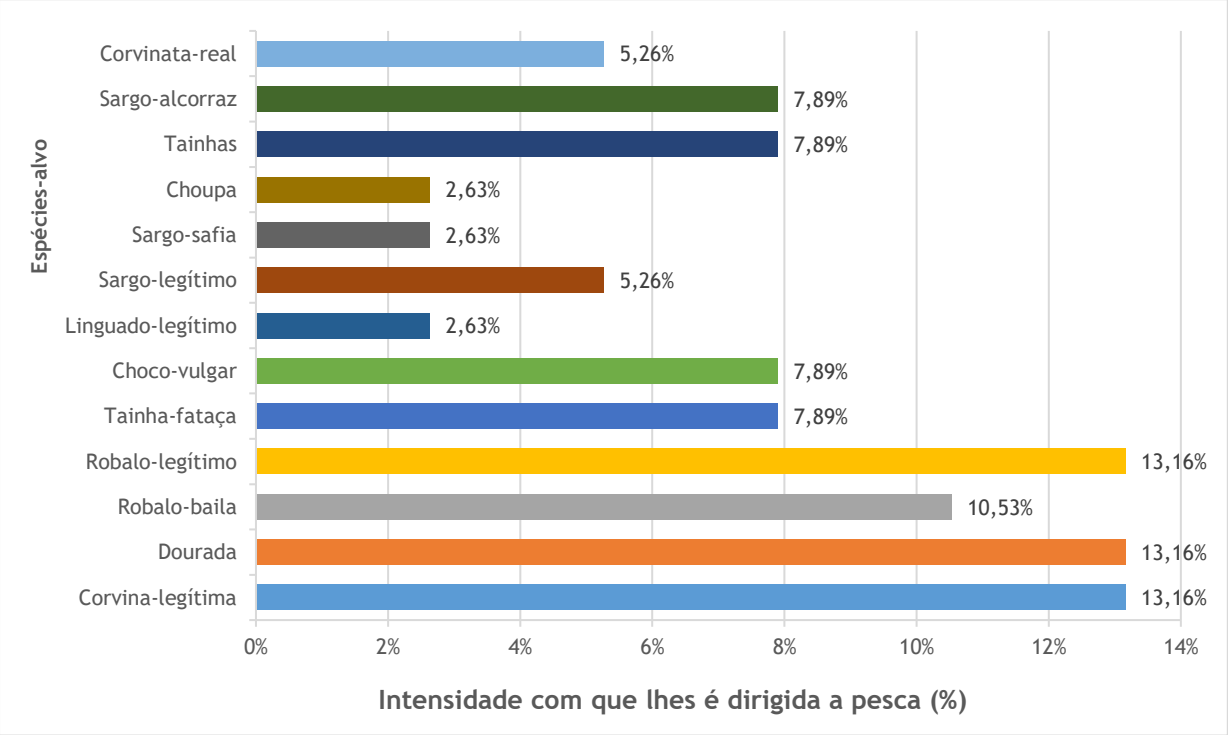
FIGURA 126 | Instrumentos de sinalização de aparelhos de redes e anzol: do lado esquerdo, um antigo farol a petróleo, e do lado direito um moderno sinalizador luminoso em LED, ambos propriedade de António José Cardeira Patrício. Montijo, em 29.10.2018.


Tipo de artes utilizadas
Palangre de fundo
Branqueira
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0
2
4
6
N.º de embarcações


Tipo de artes utilizadas
Palangre de fundo
Branqueira
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0%
20%
40%
60%
80%
100%
Espécies-alvo
Corvina-legítima
Dourada
Robalo-baila
Robalo-legítimo
Tainha-fataça
Choco-vulgar
Linguado-legítimo
Sargo-legítimo
Sargo-safia
Choupa
Tainhas
Sargo-alcorraz
Corvinata-real

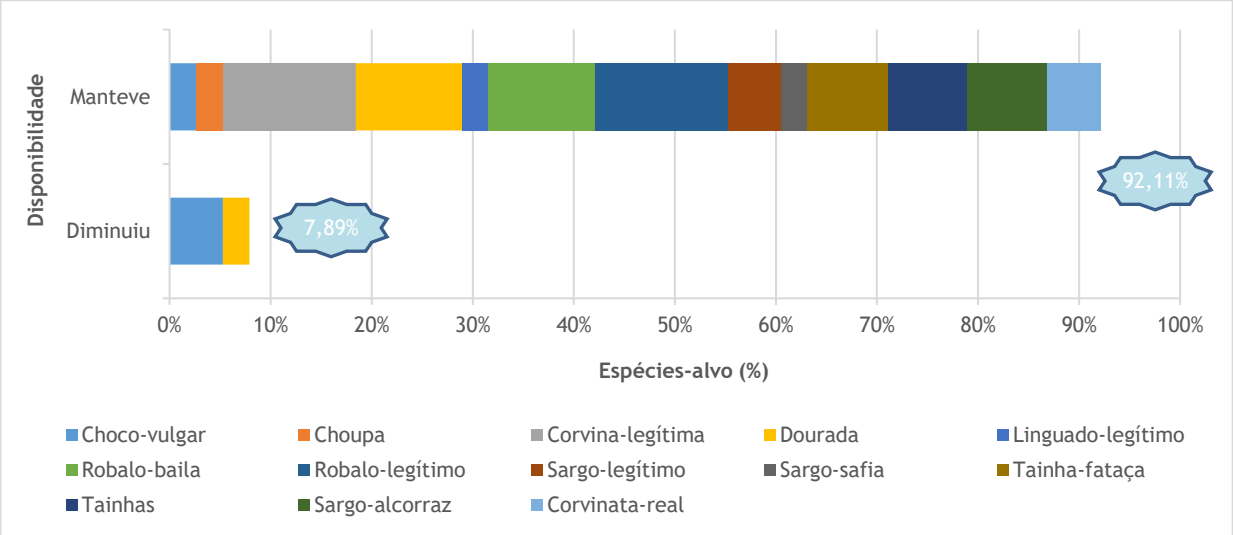

N.º de embarcações
Total de artes em operação por mês
Janeiro
Fevereiro
Março
Abril
Maio
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Novembro
Dezembro
Meses
Arrasto de vara
Branqueira
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Palangre de fundo
Total de artes em operação por mês

Para as várias espécies-alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que a corvina-legítima (13,16%), a dourada (13,16%), o robalo-legítimo (13,16%) e o robalo-baila (10,53%), foram destacadamente as espécies a que os marítimos montijenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se as tainhas (7,89% - mais 7,89% referente apenas à tainha-fataça), o choco-vulgar (7,89%), o sargo-alcorraz (7,89%), a corvinata-real (5,26%) e o sargo-legítimo (5,26%), e, de forma residual, o linguado-legítimo (2,63%), o sargo-safia (2,63%) e a choupa (2,63%). Numa comunidade reduzida a seis embarcações, o amplo leque de espécies-alvo resulta de os marítimos operarem maioritariamente com redes, artes menos seletivas, que permitem capturas variadas.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 92,11% dos inquiridos respondido que se manteve e 7,79% que diminuiu, como se observa no gráfico na página a seguir. Nenhum arrais indicou ter observado nesse período uma maior abundância de uma qualquer espécie, e poucos indicaram ter observado redução, a grande generalidade entende que nos últimos quatro anos tudo se manteve mais ou menos igual em termos de disponibilidade destas espécies centrais à sua sobrevivência.

Importa salientar que estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. Isso observa-se, por exemplo, nas duas espécies que indicaram ter existido menor disponibilidade: o choco-vulgar, que 5,26% responderam que diminuiu e 2,63% que manteve, e a dourada, que 10,53% responderam que manteve e 2,63% que diminuiu. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que a larga maioria dos arrais montijenses não verifica qualquer alteração significativa na disponibilidade das espécies que constituem a sua principal base de subsistência.



Sobre os motivos que levaram os marítimos a dirigir a pesca a estas espécies, a totalidade assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos foram apresentadas outras motivações cumulativas: 33,33% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, e outros 33,33% referiram ser por indisponibilidade de outras espécies. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação dos marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria e à lota da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também ao consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, ainda capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: azevias, besugo, bica, cangulo, charroco, congro, corvinata-real (ou peixe-rainha), linguado-da-areia, linguado-branco, raia-curva, faneca, pampo, raia-lenga, enguia-europeia, sável, savelha (ou saboga), solha-das-pedras (ou patruça), cações, tubarão martelo, tremelga, cabra-cabaço (ou cabaço), marinha-comum, cavalo-marinho, sargo-alcorraz e outras espécies de sargos, camarão do rio, carapau, sardinha, tartaruga-marinha-comum, salema, pata-roxa, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações montijenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, das quais duas também estão habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 22.719,60 Kg de pescado, integralmente capturados nas águas interiores não marítimas do rio Tejo, que foi comercializado por 143.658,24€, o que corresponde ao preço médio de 6,32€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

A corvina-legítima foi a espécie mais desembarcada, um total de 10.480 Kg, comercializados por 56.630,03 €, o que corresponde ao valor médio de 5,40€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi o robalo-legítimo, um total de 4.738 Kg, comercializados por 49.493,41€, o que corresponde ao valor médio de 10,45€/Kg. Em terceiro lugar surge o choco-vulgar, um total de 1.820,30 Kg, comercializados por 12.092,05€, o que corresponde ao valor médio de 6,64€/Kg. Seguem-se as tainhas (fataça e liça), um total de 1.604,20 Kg comercializados por 1.962,79€, e o charroco, espécie acessória, um total de 1.173 Kg comercializados por 1.253,66€, o que corresponde ao preço médio por quilo de 1,22€ e de 1,07€, respetivamente.

Destacar o desembarque de 737 Kg de dourada, que foram comercializados por 11.600,53€, o que corresponde ao preço médio de 15,71€/Kg. Esta espécie é valorizada, motivo pelo qual alguns marítimos fazem desta a sua principal pescaria. Estes dados foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local montijenses,

devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não comtemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Azevias	10,40	73,30 €	7,05 €
Besugo	9,50	68,15 €	7,17 €
Bica	1,30	12,61 €	9,70 €
Cangulo	13,10	39,36 €	3,00 €
Charroco	1 173,00	1 253,66 €	1,07 €
Choco-vulgar	1 820,30	12 092,05 €	6,64 €
Choupa	53,00	166,12 €	3,13 €
Congro	19,60	53,86 €	2,75 €
Corvina-legitima	10 480,00	56 630,03 €	5,40 €
Corvinata-real	352,40	819,72 €	2,33 €
Dourada	737,00	11 600,53 €	15,74 €
Linguado-da-areia	29,60	214,44 €	7,24 €
Linguado-legítimo	41,60	504,54 €	12,13 €
Linguados	43,10	566,64 €	13,15 €
Polvo-vulgar	49,00	437,59 €	8,93 €
Raia-curva	53,90	255,01 €	4,73 €
Raia-lenga	32,10	129,19 €	4,02 €
Robalo-baila	555,20	3 444,92 €	6,20 €
Robalo-legitimo	4 738,00	49 493,41 €	10,45 €
Robalos	3,00	10,80 €	3,60 €
Salema	31,50	17,95 €	0,57 €
Salmonete-legitimo	0,80	18,40 €	23,00 €
Sargo-alcorraz	670,40	1 940,08 €	2,89 €
Sargo-legítimo	152,60	1 704,19 €	11,17 €
Sargo-safia	45,00	148,90 €	3,31 €
Tainha-fataça	1 224,50	1 578,81 €	1,29 €
Tainha-liça	379,70	383,98 €	1,01 €
Somatório	**22 719,60**	**143 658,24 €**	**6,32 €**

TABELA 9 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Montijo no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Os desembarques atrás listados confirmam uma alteração significativa em relação a algumas das espécies que eram frequentemente desembarcadas até ao final do século XX, nomeadamente salmonetes, raias, linguados, fanecas e patruças, e que agora não aparecem, ou aparecem muito residualmente, e acabam por nem ir à lota. Em sentido contrário, na última década foram capturados vários exemplares de tubarão-martelo, ainda pequenos, e não existe registo na história desta comunidade de já antes ter capturado essa espécie no estuário.

Jorge Manuel Gonçalves Machado da Costa Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Aldegalega", registo n.º B-715-L, referiu ter capturado seis exemplares de tubarão-martelo com a rede de emalhar de um pano, quando andava à dourada no Mar da Palha, durante o ano de 2017 (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. VIII. 78). Foram realizadas capturas da mesma espécie, no mesmo ano, nas comunidades piscatórias da Barra a Barra na Moita da Doca Seca da CP no Barreiro (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n. ^{os} LIV. IV. X. 28 e LIV. IV. X. 29). Ao que parece foi um ano de muito tubarão-martelo no estuário do rio Tejo, situação que não se repetiu nos anos seguintes. Ainda em 2017, o arrais Jorge Silva também capturou, com as mesmas redes de emalhar, uma tartaruga marinha com mais de 700 Kg, que conseguiu devolver ao rio sem mazelas. Tal como os golfinhos, as tartarugas são cada vez mais abundantes no estuário do rio Tejo, e a sua presença deve-se à abundância de medusa-do-Tejo. Este mesmo mestre também indicou ter capturado por alturas de

2010 cinco peixes voadores no estuário do rio Tejo. O Tejo é de facto um ambiente riquíssimo. A título de curiosidade, a maior pescaria realizada pelos marítimos aldeanos, no século XXI, foi atribuída à tripulação da embarcação "Alerta no Mar", conjunto de identificação B-115-L, que em 2008, com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm (localmente conhecida como rede corvineira), capturou 155 corvinas numa única maré, com uma média de 20 Kg por exemplar. Registe-se também que no dia a seguir a tripulação foi largar redes ao mesmo local, na esperança de voltar a encher o barco, mas nem um peixe apanharam, o que é significativo da variabilidade na atividade.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

As despesas de operação totalizaram 62.215,00€, divididas por várias rúbricas, como se observa na tabela a seguir. O custo de combustível para as embarcações operarem ascendeu a 32.760,00€, representa 52,66% da totalidade da despesa, é o que mais onerou a atividade. Com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas foram gastos 6.480,00€ (10,42%), e com a deslocação do pescado para venda em lota foram gastos 5.775,00€ (9,28%), este último um impacto económico significativo que estrangulou o desempenho da atividade, e podia ser atenuado. Estas três rúbricas juntas representam 72,35% dos gastos na atividade, e em nada contribuem para alavancar a atividade.

O investimento na aquisição ou recuperação de materiais destinados ao processo produtivo foi muito baixo, apenas 8.500,00€ (13,66%) na aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, 6.070,00€ (9,76%) na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, nomeadamente na reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo reparação do(s) motor(es) (não inclui novos motores), e 1.280,00€ (2,06%) na aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.. Com a aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considerou o custo de deslocação ao local da apanha) foram gastos 1.350,00€, o que corresponde a 2,17% do total de gastos. Importa salientar que uma parte significativa do isco (casulo) foi comprada ao valor de 50€ cada 500 casulos (0,10€ por casulo), o necessário para iscar um aparelho com 500 anzóis (os aldeanos preparam cada aparelho com 500 anzóis).

Os gastos na deslocação do pescado à lota são praticamente equivalentes aos gastos na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, e não estão muito longe dos gastos com aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, o que é um indicador preocupante. Investir significa aplicar capital com expectativa de um benefício futuro, o oposto limita o crescimento da atividade formal, que é o que se verifica neste concelho.

Custos operacionais da atividade piscatória montijense, por centros de custo (ano de 2018)	**Despesa (euros)**
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	8 500,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	5 775,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	1 280,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	6 070,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	6 480,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	32 760,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	1 350,00 €
Somatório	**62 215,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento (na deslocação para o pesqueiro com vento de Norte demoram mais dez minutos), das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam (Cais de Pesca Profissional do Montijo e Cala do Montijo, junto ao antigo Cais dos Vapores), como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Arrasto de vara	15,00	15,00	15,00	40,00	40,00	40,00
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	30,00	47,50	50,00	60,00	118,33	130,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	50,00	50,00	50,00	110,00	120,00	130,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	30,00	45,00	50,00	60,00	109,44	130,00
Branqueira	15,00	32,07	40,00	40,00	87,07	110,00
Palangre de fundo	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00

Antes disso é pertinente explicar que depois de proibida a arte do tapa-esteiros, no final da década de 1980, situação que foi bastante penalizante para o Montijo, e também para o Seixal e Barreiro (Cf. Livro III – Evolução Histórica), adotaram uma forma diferente de gerir a atividade: se antes operavam durante todo o ano em todo o estuário, a partir desse momento passaram a operar em todo o estuário apenas no período das grandes pescarias, e fora desses períodos operavam mais próximo do Montijo, para reduzir a despesa com combustível. Atualmente, devido à bondade do estuário, têm grandes pescarias durante todo o ano: corvina-legítima, de março até junho, choco-vulgar, de abril a julho, linguados e dourada, de meados de julho a setembro, e robalos, de outubro até março. Operam desde o Mouchão da Póvoa até ao Mar da Palha, ainda que em 2018, excecionalmente, duas embarcações tenham ido ensaiar a pesca ao polvo com piteira junto ao Bugio. Por ter sido um ensaio fracassado, e por a arte da piteira não fazer parte da tradição desta comunidade piscatória, não a considerámos estatisticamente, e não vai ser apresentada na tabela a seguir (como já não foi nas anteriores).

O arrasto de vara, uma arte em tempos muito utilizada, foi utilizado por apenas uma embarcação, dirigido ao choco-vulgar. É uma arte em desuso. O tempo de deslocação, de ida e volta, foi de 15 minutos no mínimo e de 40 minutos no máximo, o que faz sentido, já que operou apenas na cala do Montijo. Com o aparelho de fundo com anzol pequeno (n.^{os} 10 e 11), iscado com casulo, para capturar robalos, outra arte pouco utilizada para a qual os aldeanos nem sequer têm muita competência, só operou uma embarcação sem se afastar muito do Montijo, já que o tempo de deslocação, ida e volta, variou entre 30 e 60 minutos.

As redes são nucleares ao processo de pesca com as quais operam em todo o estuário. Com a branqueira operam mais próximo do Montijo, desde logo nos canais e esteiros do Montijo e Moita, motivo pelo qual a deslocação de ida e volta oscila entre um tempo mínimo médio de 32,07 minutos e um tempo máximo médio de 87,07 minutos. Já com a rede de um pano, a operação expande-se a todo o estuário do Tejo, desde o Mouchão da Póvoa até à Ponte 25 de Abril. No caso da operação com a rede de um pano fundeada, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, a chamada rede corvineira, o tempo de deslocação varia entre de 50 no mínimo minutos a 130 minutos no máximo. Diogo Capitão, proprietário, armador e arrais da embarcação "Alice" (TR-1620-L), que apenas opera com redes, indicou que independentemente da classe da malhagem ou da modalidade de operação, de deriva ou fundeada, numa maré nunca gasta menos de seis horas: 1,5 hora para cada lado de viagem, e 3 horas

a lançar e a colher redes. A título complementar, o arrais António José Cardeira Patrício, coproprietário da embarcação "Alerta no Mar" (B-115-L), que é uma das maiores em operação no estuário, mas é lenta a navegar, do Montijo até ao Mar da Palha ou até à Casa Branca demora 1h15m, do Montijo até à Ponte Vasco da Gama demora 1h30m, e do Montijo até ao Mouchão da Póvoa/Alverca demora 2h.

Estes dados evidenciam a grande difusão das embarcações de pesca local montijenses no estuário do rio Tejo, desde Alverca até à Ponte 25 de Abril, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações montijenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 261 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 1264 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é quatro vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
144 (12 dias * 11 meses)	240 (20 dias * 12 meses)	210,67 (17,83 dias/mês)	1264	18	101	52,20	261

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe e os armazéns frigoríficos ficam cheios é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Alguns marítimos fazem uso do protocolo da SCUPA com a Câmara Municipal do Montijo, e deixam o pescado acondicionado na arca frigorífica do Mercado Municipal, que é praticamente ao lado do Cais de Pesca

Profissional, juntando o produto de duas ou três marés para depois levar à lota, igualmente considerado produto de uma única maré.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhes reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. Esta comunidade piscatória está muito afastada dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, a lota da Costa da Caparica, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso ao porto de abrigo, inviabilizam o transporte. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (e mesmo assim ainda têm de pagar portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para a Costa da Caparica e para a Trafaria. Apesar da lota de Setúbal estar à mesma distância, por terra, da lota da Costa da Caparica, não têm tradição de aí levar o pescado, ao contrário de alguns marítimos de Alcochete. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e esta comunidade não têm porto de descarga, e pelo estuário não é viável a entrega na Trafaria, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adotar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à Polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos que governam as embarcações, apurámos que 83,33% das embarcações operaram durante os doze meses, e 16,67% apenas operaram onze meses, tendo feito no verão uma paragem para descanso de um mês. Também os inquirimos sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, e automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho do Montijo dedicam em média 9h50m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 12 horas por dia, e no mínimo 6 horas

por dia. Ainda que em dias de faina o número de horas de trabalho seja elevado, importa que se diga que há muitos dias em que não operam, como já verificámos anteriormente, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu mau tempo, sendo que 50% acrescentaram os períodos em que têm as embarcações a reparar e, outros tantos, quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 33,33% ainda referiram alturas em que sentem que não há peixe, e outros 16,67% assumiram parar quando o preço do peixe é baixo e, outros tantos, referiram suspender a atividade em situações de doença. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos do Montijo encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do Montijo sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 83,33% respondido que não, e apenas 16,67% que sim. Importa clarificar o motivo pelo qual estes marítimos entendem que não existem alterações, porque, em boa verdade, parece contraditório. Na sua opinião, sempre existiram e vão continuam a existir alterações no período de pesca das várias espécies migradoras, situação que está ligada ao clima que se faz a cada momento, e, por esse motivo, consideram que isso não é nenhuma novidade, nem a questão aporta nada de novo à atividade. Deram o exemplo da solha-das-pedras, que começou por alterar os ciclos em que aparecia e permitia a sua captura, e depois passou a aparecer residualmente, sendo agora maioritariamente uma espécie de captura acessória.

A minoria que entende que existem alterações, referiu que isso é inegável, desde logo pelo aparecimento da corvinata-real, por alturas de 2015, a que chamam de peixe rainha, um peixe sem predador natural nas nossas águas, que é uma ameaça às espécies nativas, e que tem vindo a aumentar a sua presença e dominância no estuário.

II.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

Depois da criação da Associação de Socorros Mútuos "União Piscatória", em 1910, restrita às pessoas ligadas ao mar, cujos estatutos foram aprovados pelo Alvará de 17 de junho de 1911 (Diário do Governo n.º 243, de 18 de outubro de 1911, p. 4192), a 2 de março de 1913, na sede desta Associação, que se localizava na Avenida António José de Almeida (atual Avenida dos Pescadores), reuniram-se cerca de vinte pescadores na presença do Dr. Manuel das Neves Coutinho Ribeiro, notário interino da Comarca de Aldegalega do Ribatejo, e constituíram oficialmente a Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense CRL, conhecida por SCUPA, alterando de Associação para Cooperativa, na mesma restrita aos marítimos, ato que foi publicado no Diário do Governo de 1 de abril de 1913 (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

FIGURA 127 | Logotipo da SCUPA.

Esta Instituição nasceu para apoiar as necessidades materiais e sociais dos pescadores, nomeadamente para abastecer com géneros alimentícios os botes tapa-esteiros durante o tempo em que ficavam a operar no rio sem vir a terra (adiantava os produtos no início e recebia o dinheiro no final da faina), nasceu da necessidade de estimular a indústria da pesca, e, sobretudo, nasceu do espírito coletivo e interajuda que existia entre as gentes do mar, quando ainda havia pescadores, no sentido romântico da expressão, coisa que hoje não existe. Foi a única do género no país, pioneira para a sua altura, e até 1971 os seus estatutos apenas permitiam sócios pescadores e arrais, coisa que alterou nessa data, devido à escassez de marítimos numa altura de decréscimo de atividade da arte do tapa-esteiros, passado a ser permitida a inscrição de novos sócios, mesmo sem serem marítimos. Hoje mantém a natureza de Cooperativa, mas apenas persegue fins históricos e culturais, tem o NIPC 501289011, e mantém a sede na Avenida dos Pescadores, n.ºs 128, 130 e 132, e Travessa da Cerca, no Montijo, em edifício próprio, como foi determinado pelos sócios fundadores (Cf. Livro III – Evolução Histórica).



FIGURA 128 | Edifício sede da SCUPA na Avenida dos Pescadores, n.ºs 128, 130 e 132, Montijo, em 9.10.2018.



FIGURA 129 | Museu do Pescador - SCUPA - na Avenida dos Pescadores, n.º 132, Montijo, em 9.10.2018. Funciona no edifício da antiga Escola Conde Ferreira, mesmo em frente à sede da SCUPA (do outro lado da Avenida).

No final da década de 1980, o fim anunciado da arte do tapa-esteiros praticamente liquidou a pesca no Montijo, e a Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense, que nasceu para apoiar esta atividade, teve de se reinventar, voltando a sua atuação para a preservação e valorização identitária e cultural, e para a memória da classe piscatória montijense. Em consequência, em 24 de junho de 1988 foi constituído o Museu Etnográfico do Pescador, na direção presidida por Manuel Luís Pereira dos Santos, instalada no sótão do edifício sede da SCUPA. Este espaço museológico possuía várias fragilidades, nomeadamente ao nível das acessibilidades, espaço físico e mostra expositiva, e assim funcionou, à falta de melhor, por vários anos. Cerca de 25 anos depois, a Câmara Municipal do Montijo

apoiou a sua deslocalização para o edifício da antiga Escola Conde Ferreira, mesmo em frente à sede da SCUPA (do outro lado da Avenida), tendo sido inaugurado a 26 de junho de 2014. O novo espaço museológico passou a designar-se "Museu do Pescador, e é um símbolo da identidade, da cultura e dos costumes piscatórios aldeanos de outrora.

Para além do Museu do Pescador, que preserva a identidade e tradição pesqueira local, muito especialmente o legado da arte do tapa-esteiros, a SCUPA manteve-se ligada à organização das Festas de São Pedro, padroeiro dos pescadores, e voltou-se para a valorização do património náutico do Montijo, tendo-lhe sido concedido o contrato de gerência dos antigos botes tapa-esteiros "Deolinda Maria", "Lubélia Maria" e "Maria João" (três embarcações que tiveram licença para operar com a arte do tapa-esteiros), bem como a gerência da Ermida do Sr. Jesus dos Aflitos. Mais recentemente promoveu a construção de um cais de pesca profissional, financiado pela Câmara do Montijo e pela União Europeia, inaugurado em 23 de janeiro de 2016, que está sob sua responsabilidade e gestão, mas parece que as coisas não estão a correr bem do ponto de vista do seu funcionamento (por falta de regulamento, a utilização está fora de controle).

É uma instituição centenária, já teve dezenas de direções, mas mais recentemente, por deliberação de 23/09/2017, foram eleitos para o quadriénio 2017/2020, para a Direção: Paulo João da Silva Coelho, Presidente; Maria Luís Leite Pereira de Sousa, Tesoureira; Guida Paola Silveira Casella, Secretária; Maria Filipa Santos Oliveira, Vogal; e para o Conselho Fiscal: António Manuel Vaz Taveira da Silva, Presidente; Ricardo Manuel dos Santos Moreira e Pedro Manuel Machado de Matos, Vogais; e Maria Helena Coelho de Pinho, Técnica Oficial de Contas. Entretanto, por deliberação de 23/02/2019, a tesoureira Maria Luís Leite Pereira de Sousa e a vogal Maria Filipa Santos Oliveira renunciaram aos cargos, e pela mesma deliberação foram designadas em sua substituição Rita Valadares Gouveia, Tesoureira, e Helena Maria Mendes Cordeiro, Secretária.

Em 22 de abril de 2009, última vez que existiu alteração aos estatutos, o objeto social foi alterado para Cooperativa Multissectorial e optou pelo ramo da cultura como atividades principal tendo por finalidade: (i) apoiar sempre que os cooperantes da associação o solicitem em tudo para melhorar a sua atividade cultural e de serviços; (ii) promover e desenvolver o seu Museu Etnográfico do Pescador Montijense, hoje apenas Museu do Pescador; e (iii) promover o desenvolvimento de atividades de carácter recreativo e cultural, unicamente da sua responsabilidade ou em parceria com entidades públicas ou privadas, que visem defender as tradições piscatórias da cidade de Montijo.

Ainda que tenha como objetivo apoiar os associados em serviços, não tem qualquer competência para tratar de assuntos dos associados relativos à organização administrativa da pesca, e apesar de ser a mais antiga instituição com ligação às pescas no Tejo demite-se em absoluto das suas responsabilidades na gestão do setor, nomeadamente na defesa do desenvolvimento sustentável e da pesca responsável. Tampouco age na adoção de princípios administrativos coerentes e funcionais, e legislação adequada para a pesca no rio Tejo, também na representação dos pescadores junto dos organismos estatais, nem diligencia, dentro das possibilidades, melhorias para a atividade, de forma diametralmente oposta ao que já fez no passado em defesa da arte do tapa-esteiros. Como tal, deixou de ser uma mais-valia para a cadeia produtiva da pesca. Face aos objetivos que hoje persegue, promovendo festas e eventos lúdicos, culturais, musicais e gastronómicos, posicionando-se apenas como um espaço recreativo e de convívio informal, de partilha de conhecimento e interação entre associados, e de animação sociocultural, muito focada em preencher o tempo dos mais idosos, podia muito bem ter a designação, como muitas outras, de Associação Cultural Recreativa e de Convívio.

É a única Cooperativa piscatória em todo o Tejo, é também a única com património próprio, nomeadamente o edifício da sede e mais recentemente o cais de pesca profissional, mas é também a que tem menos pescadores e arrais no ativo como sócios. Não será por isso de estranhar que dos 320 sócios à data de 30 de outubro de 2017, apenas doze sejam pescadores/arrais em atividade. São o que resta da gloriosa frota de pesca de outros tempos.

Os armadores e arrais aldeanos no ativo são poucos, e mesmo assim estão de costas voltadas para a SCUPA, espaço que apenas o arrais Diogo Capitão frequenta fisicamente, porque cumpre funções de direção na organização da SCUPA. A ausência de diálogo entre os arrais locais e a SCUPA tem que ver com a ausência de gestão e de investimento no cais de pesca profissional, que aos olhos dos armadores locais está ao abandono, e, segundo dizem, é utilizado sem controlo e não tem segurança. A nós parece-nos que falta interajuda, amizade, colaboração, humildade, características que eram muito fortes quando a SCUPA foi fundada, e só por isso sobreviveu mais de um século. Dispondo a Cooperativa de uma carrinha, chega-se ao extremo de não estar ao serviço dos pescadores para levar o pescado capturado à lota, coisa que os arrais eventualmente também não queriam. Salvo raras exceções, os pescadores vão individualmente levar o peixe à lota da Costa da Caparica ou Trafaria, o que se torna dispendioso. Aliás, em dias de más pescarias a deslocação pode mesmo não compensar o valor da venda,

e a opção é vender nos restaurantes mais próximos ou levar para as refeições em casa. É verdade que os pescadores podem utilizar o frigorifico e o gelo do mercado municipal para preservar o peixe e assim não terem de ir todos os dias à lota, mas não deixa de ser um sinal obvio de falta de união, prejudicando os pescadores.

Recentemente foi arrendado o rés do chão do edifício da sede da SCUPA, onde funciona um restaurante, e em 30 de agosto de 2019, foi inaugurado no primeiro andar do mesmo edifício o "Bar de Sócios da SCUPA", que nessa altura criou uma conta do facebook[51], e desde essa altura tem feito publicações regulares de divulgação de eventos recreativos e de convício informal, de eventos musicais e da oferta gastronómica, de eventos de partilha de conhecimento e interação entre associados, focado em absoluto numa população que não é a piscatória no ativo, mas apenas a piscatória reformada e outra diversa.

Os armadores e arrais desta comunidade piscatória, não obstante estarem todos inscritos na SCUPA, socorrem-se de outras Associações para obterem ajuda no âmbito da gestão das pescas, incluindo regulação, fiscalização e sancionamento, nomeadamente a Ala-Ala – Associação de Pesca, da Costa da Caparica, mas dado o carácter de incapacidade geral destas organizações no estuário do rio Tejo, na maior parte das vezes não têm acesso a qualquer informação em tempo. A discórdia é visível, quando se lhes pergunta se consideram que a sua associação de pescadores tem uma função relevante, tendo 66,67% respondido que não, e apenas 33,33% respondido que sim.

Quanto ao desempenho das instituições que regulam e fiscalizam a atividade piscatória, os arrais em 16,67% dos casos responderam nada satisfeitos, em 66,67% pouco satisfeitos, e em apenas 16,67% satisfeitos. Nenhum está muito satisfeito, porque não sentem o apoio dessas instituições na prática quotidiana da atividade. Isso observa-se no facto da comunidade ter respondido de forma unânime que nunca essas instituições os interpelaram, diretamente a cada um ou por intermédio da sua associação, sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, sendo que também de forma unânime a comunidade considerou que se o sistema das pescas funcionasse, os pescadores teriam obrigatoriamente de serem envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Quanto às questões de segurança, e sobre a segurança a bordo, a unanimidade dos arrais inquiridos indicou que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Sobre a segurança na navegação, 66,67% indicaram que existem alguns acidentes na pesca no estuário, nomeadamente pequenas colisões ente embarcações, muitas vezes encobertas, por ocorreram no âmbito de operações menos lícitas, e situações de perigo na alagem das artes com potencial de afundar embarcações, e apenas 33,33% indicaram que não, sendo que, no cômputo geral, não sendo uma questão preocupante, também não deve ser desvalorizada. Sobre a questão da segurança de pessoas e bens, e por sabermos que o mercado da apanha ilegal da amêijoa-japonesa leva ao espelho de água muitas pessoas, muitas delas com intuitos duvidosos, especialmente ao Cais de Pesca Profissional do Montijo, por alguns já conhecido como o "Cais das Amêijoas", indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo apenas 33,33% respondido algumas vezes, e os demais respondido frequentemente (33,33%) e muito frequentemente (33,33%), o que também revela ser uma questão preocupante, e, talvez por isso, foram colocadas câmaras de filmar no Cais de Pesca Profissional, já depois da nossa passagem pelo terreno, para dissuadir os amigos do alheio da prática de crimes contra o património. Aqueles que realizam práticas menos legais socorrem-se de todas as artimanhas, sobretudo o *bullying* e a ameaça física e patrimonial, para assegurar que os cumpridores não os denunciam. Pouco ousam falar sobre estas questões, receando acontecerem coisas más aos seus motores, caso o denunciem. Neste caso é preciso uma tomada de posição por parte das autoridades locais com incidência em terra, no acesso e permanência no Cais de Pesca Profissional.

Por fim, sobre a religiosidade, 66,67% dos arrais inquiridos são devotos de São Pedro, padroeiro dos pescadores, a quem pedem pela sua vida quando se sentem em perigo no estuário, e os demais 33,33% não perfilam qualquer ligação religiosa, crença ou fé, apostando mais na tecnologia e conhecimento no quotidiano. Existe um padrão bem definido, são os arrais mais antigos, aqueles que carregam em si toda a tradição da pesca aldeana e que ao longo de décadas mantiveram a devoção ao São Pedro como sua maior proteção, que apresentam o maior nível de religiosidade. Importa notar que a fé foi sendo cimentada à medida que iam apanhando "sustos" no espelho de água, e sentiam que mais ninguém os podia ajudar, e também ao tomar consciência do risco, ao verem alguns dos seus amigos e familiares perecerem na pesca, como aconteceu em novembro de 1995, com o naufrágio da

[51] https://www.facebook.com/Bar-de-S%C3%B3cios-da-SCUPA-100333338014977/ (consultado em 30.12.2019).

embarcação "Era Assim", registo n.º B-572-L, que ceifou a vida a dois experientes mestres de pesca, uma perda muito sentida pelos arrais mais velhos ainda em atividade, dos quais alguns ainda eram família.

À medida que a antiga geração de pescadores se foi reformando, foi enfraquecendo a ligação da religião à pesca, sinal do novo tipo de pescador e do novo tipo de pesca, que efetivamente nada tem que ver com a pesca artesanal do século XX. Isso é muito visível pelas atitudes. Se até à década de 1980, os marítimos tiravam o barrete (boné) quando avistavam a Capela da Senhora dos Aflitos ao navegar na cala do Montijo, em sinal de fé e respeito pela Santa, hoje já ninguém o faz, nem mesmo os marítimos mais antigos, que o faziam no passado.

Por superstição para alguns, por fé e espírito protetor para outros, os arrais fixam cornos de bois nas embarcações, nas casas de aprestos no cais e nos armazéns de pesca, e nem todos os armazéns estão localizados no Bairro de Pescadores, existindo alguns em garagens de prédios localizados no núcleo urbano. Estes "*apêndices da cabeça*", como lhes chamam, foram ofertas dos tempos áureos dos matadouros, e estão visíveis, por exemplo, na embarcação e na casa de arrumos de material de pesca de Diogo Manuel dos Santos Capitão, que começou ainda criança a trabalhar na arte do tapa-esteiros, atualmente proprietário, armador e arrais da embarcação "Alice" (TR-1620-L), que fundeia no cais de pesca profissional do Montijo, e no armazém do arrais de pesca local António José Cardeira Patrício, mesmo sob a porta da entrada, sendo este o arrais mais antigo no ativo no Montijo, também proprietário da embarcação "Alerta do Mar" (B-115-L) onde trabalha (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. VIII. 20 e LIV. IV. VIII. 40). Não deixa de ser curioso que os arrais que utilizam os cornos acreditam no seu poder protetor quase da mesma forma que acreditam no poder protetor de São Pedro, seu santo padroeiro. Alguns arrais também utilizam uma ferradura escondida dentro da embarcação, supostamente para aí não entrar bruxedo. Outros, como sinal de fé, utilizam uma imagem da Nossa Senhora. Em resumo, os arrais mais antigos expressam a sua fé de múltiplas formas inspirados em práticas antigas, e apesar dos arrais mais novos terem contacto com essas práticas, não se revêm nelas, e não lhes dão continuidade, o que resulta da forma como concebem a atividade piscatória.

II.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas estão na base da pesca fantasma, têm uma ação lesiva às espécies marinhas, e podem constituir perigo à navegação ao emaranhar-se nas hélices dos motores, motivo pelo qual questionámos os arrais sobre a intensidade com que perdem artes na faina, tendo 83,33% respondido que perdem, 66,67% algumas vezes e 16,67% muito frequentemente, e 16,67% respondido que nunca perdem, ou, se perdem, quase sempre as recuperam. Também indagámos os arrais sobre o que mais os preocupava quando ocorria perda de artes, tendo 66,67% manifestado preocupações económicas, com a aquisição de novas artes, conjuntamente com preocupações ambientais e ecológicas, receando danos no ecossistema. Os demais 33,33% manifestaram apenas preocupações com o custo económico de terem de adquirir novas artes.

Ao contrário do que acontecia no tempo dos tapa-esteiros, em que os marítimos iam "aviados" para o estuário, neste momento nenhum arrais confeciona alimentos a bordo, nem os leva já preparados de terra para consumir a bordo, e só muito raramente levam lanche, geralmente quando realizam pescarias com duração superior a cinco horas, o que decorre de uma gestão mais eficaz do processo de pesca em função das marés. O mesmo acontece com a preparação de pescado a bordo, que deixou de se realizar, sendo a quase totalidade entregue em lota. É o reflexo dos tempos, e do tipo de pesca que hoje se pratica, mas é sobretudo o reflexo da valorização do pescado, e da segurança de venda em lota, que leva os pescadores na maior parte das vezes a privilegiar a lota em detrimento do mercado local.

A totalidade dos arrais faz a substituição dos óleos do motor na água, utilizando para isso uma bomba de sucção manual. Para retirarem o óleo da caixa de velocidades, e para fazerem a manutenção periódica, como a limpeza do fundo do casco, na preia-mar colocam as embarcações na rampa, recentemente inaugurada, e esperam que a maré baixe para iniciarem os trabalhos (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. VIII. 34, LIV. IV. VIII. 42 e segs.). Importa notar que o Montijo tem em laboração as duas maiores embarcações de pesca do estuário do rio Tejo, que são o que resta da antiga arte do tapa-esteiros, que tinha o núcleo nesta comunidade, e, pelo maior porte, a manutenção destas embarcações é mais complexa. No processo de substituição do óleo das embarcações raramente ocorrem fugas, 83,33% responderam que nunca existem fugas, e todos os arrais colocam os óleos usados nos bidons de óleo que existem no Cais de Pesca Profissional, que não têm bacias de retenção (preveniam a ocorrência de derrames, que são frequentes, devido ao óleo usado não ser recolhido por empresa certificada) (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. VIII. 53).

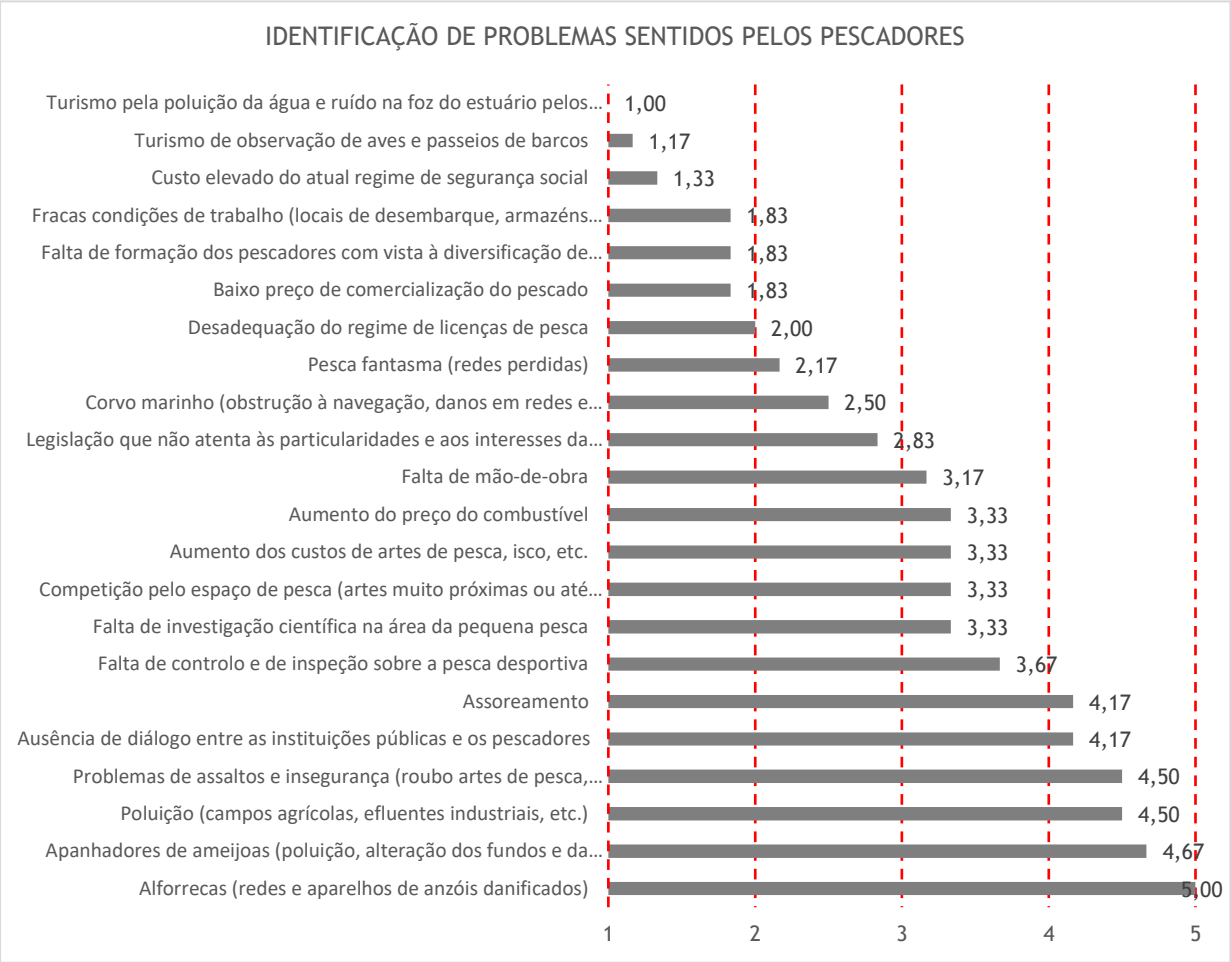
Sobre a frequência com que os arrais apanham resíduos na faina, 16,67% respondeu frequentemente e 83,33% muito frequentemente, dados que são preocupantes acerca do nível de poluição do fundo do estuário do rio Tejo. Os resíduos que mais aparecem são plásticos diversos (66,67%), madeiras (50%) e materiais mistos (33,33%), como se observa no quadro a seguir. Nenhum arrais se referiu a apanhar pedaços de artes de pesca. Sobre o destino que os arrais dão a esses resíduos, 50% devolve-os ao estuário, e os demais 50% trazem para terra, caso as suas embarcações o possibilitem, e destes, em terra, 16,67% larga onde lhe for possível e 33,33% assegura o encaminhamento adequado, como se observa no quadro a seguir.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS ARTES DE PESCA? (%)		
II	16,67%	Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) materiais mistos.
II,III	16,67%	
II,IV	16,67%	
III	33,33%	
III,IV	16,67%	
TOTAL	100,00%	

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	
Lança-os novamente à água	50,00%
Transporta tudo para terra, e abandona onde for possível	16,67%
Transporta tudo para terra, e assegura o tratamento adequado	33,33%
TOTAL	100,00%

II.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais do Montijo sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), os apanhadores de amêijoa-japonesa (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução do alimento do peixe, insegurança e furtos), a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, o assoreamento, a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, a falta de investigação científica na área da pequena pesca, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), o aumento dos custos de artes de pesca e isco, o aumento do preço do combustível, a falta de mão-de-obra, e a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Esta comunidade piscatória debate-se com vários problemas, dos quais três estão no topo da lista: condicionamentos devido ao excessivo número de alforrecas, danos provocados pela apanha ilegal da amêijoa-japonesa, e problemas de assoreamento, especialmente na cala do Montijo.

Apenas uma embarcação tem licença de pesca de anzol, e raramente utiliza esta arte. A prevalência das redes, como desde sempre aconteceu nesta comunidade, constitui uma dificuldade quando o número de alforrecas é elevado. Por exemplo, a rede de emalhar de deriva, sistema de pesca que designam por "pesca à gargala", com muita alforreca tem de ser obrigatoriamente alada manualmente, porque se for mecanicamente a rede parte. Importa salientar que entre Cacilhas e Vila Franca de Xira, zona onde operam os arrais e pescadores do Montijo, apenas não ocorre alforrecas entre março e maio, e isto se chover, e a situação tem vindo a piorar. No ano de 2018, devido à pouca precipitação, houve alforrecas durante todo o ano. Os arrais quando partiam para o rio já sabiam: "*vamos levar porrada de alforrecas*".

A apanha de amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra rebocada por embarcação, que emprega nove pessoas que utilizam o Cais de Pesca do Montijo, está na base de vários problemas no estuário do rio Tejo, nomeadamente poluição, redução da biodiversidade marinha, alteração da morfologia do rio, insegurança e furtos. No Montijo registam-se todos esses problemas acrescidos de um outro, a promoção da discórdia entre pescadores profissionais, devido à utilização irregular do cais de pesca profissional.

O novo cais de pesca profissional do Montijo, inaugurado em 23 de janeiro de 2016, é uma infraestrutura absolutamente essencial à melhoria das condições de trabalho dos pescadores e promotora do desenvolvimento da atividade piscatória, mas está a revelar-se uma verdadeira dor de cabeça, em especial para a entidade promotora - SCUPA.

A edificação do novo cais, um espaço privativo e de acesso reservado, atraiu várias embarcações de fibra com potentes motores a gasolina, dedicadas à ilegalidade da captura da amêijoa-japonesa, no essencial, propriedade de gente estranha à escola de pescadores do Montijo, que se deslocam de Setúbal para apanhar amêijoa no estuário do rio Tejo para, segundo se diz, a branquearem por amêijoa do estuário do rio Sado. Estes novos "pescadores da amêijoa" têm-se aperfeiçoado na escola da vida à margem da lei, organizados em grupos com ramos e raízes fora da comunidade local. As suas práticas são baseadas em esquemas ilícitos, e fazem temer quem os vê sem necessidade de os espiar. A sua frota sedeada no Montijo tem aumentado. O sucesso destes recém-chegados mobiliza facilmente os que não sabem pescar e os predestinados a ignorar as leis, enfim, uma vergonha aos olhos daqueles que pescam seguindo a Lei.

A situação ocorre por dois motivos principais:

I. O primeiro, tem que ver com a evolução e organização da máquina do Estado, em especial com o desaparecimento dos postos de Cabo-de-Mar e de Guarda Fiscal, cuja presença diária, só por si, era dissuasora. A sua ausência, notada pelas pessoas de bem, deixou um vazio de autoridade que foi ocupado por esses grupos organizados, e, inclusive, deu lugar a uma nova cultura popular, a do branqueamento de atividades ilícitas, e uma nova ordem à margem da lei; mais uma! Importa que se diga que nesta "febre" da amêijoa é de realçar a resiliência de princípios dos homens da escola da pesca do Montijo por não se deixaram corromper até à data, pela candonga das amêijoas, continuando a pescar à malha com as respetivas licenças.
II. O segundo, e talvez o mais importante, terá sido a má gestão da infraestrutura, em particular devido à inexistência de um regulamento interno que estabelecesse quem podia aceder e utilizar a infraestrutura, bem como os seus direitos e obrigações consubstanciados num conjunto de normas, regras e disposições que teriam de seguir. A ausência deste documento remeteu o espaço à anarquia: existe usurpação e abusos cometidos por embarcações que andam ilegalmente à amêijoa, que praticamente assumiram o controlo ilegítimo do espaço. É daqui que partem, e é aqui que desembarcam, ao ponto de localmente a infraestrutura já ser conhecida como "Cais da Amêijoa".[52] A rampa de varadouro está muitas vezes ocupada por embarcações recreativas, algumas das quais utilizadas na apanha de amêijoa, outras na pesca lúdica[53], e o espaço comum denota descuido e falta de manutenção, estando os sanitários muito degradados apesar de serem

[52] No dia 23.10.2018, pelas 18h30, assistimos à partida de quatro embarcação do cais de pesca profissional que levavam a bordo as ganchorras, e mais nenhuma arte de pesca, o que ajuda a perceber a que se dedicam estas embarcações. Dessas quatro embarcações, três eram de pesca profissional e não tinham licença de pesca neste ano, e uma outra é uma auxiliar local que nem sequer está registada em Lisboa, mas em Sesimbra.

[53] Em outubro de 2018 eram sete as embarcações recreativas utilizadas na pesca lúdica e na apanha de amêijoa a ocupar a rampa de varadouro, e ainda havia mais duas embarcações recreativas no próprio cais de aprestos de pesca profissional, propriedade dos próprios pescadores profissionais. Importa notar que o cais do centro náutico do Clube Atlético do Montijo fica a pouco mais de trezentos metros de distância. Ao redor do cais de pesca havia ainda treze embarcações de recreio, das quais cinco estavam completamente apodrecidas, e no estreito da Quebrada havia mais oito embarcações, estando uma completamente apodrecida. Também no início da estrada de terra batida de acesso ao cais de pesca profissional existia uma série de embarcações de recreio, muitas em fim de vida, fazendo do local um autêntico cemitério de embarcações de recreio.

recentes, e extremamente sujos. Estas situações estão a provocar desentendimentos sérios entre os arrais, e entre estes e a SCUPA, por considerarem que a instituição, que outrora construíram com muito suor e lágrimas, não se interessa pelos pescadores nem pela infraestrutura. A situação é complexa, mas existe a expectativa que no próximo ano de 2019 a SCUPA assuma um papel mais ativo na resolução da questão.



FIGURA 130 | Rampa de varadouro congestionada por embarcações de recreio, para diversos fins, no Cais de Pesca Profissional do Montijo, em 23.10.2018.

Importa notar que os desencontros entre os armadores e os corpos gerentes da SCUPA, atrás referidos, foram agravados pelo descontentamento acerca do lugar escolhido para construir o novo cais de pesca profissional (decisão tomada ainda no mandato anterior). Reclamam não terem sido ouvidos no processo de decisão, e consideram a obra muito dispendiosa para as condicionantes que existem à sua utilização. Embarcações com mais de sete metros de comprimento de fora a fora, e mais de duas toneladas de arqueação, que calam cerca de 60 cm de água, só conseguem sair do cais de pesca até três horas para a baixa mar, sob pena de ficarem assentes no lodo. Para entrarem é a mesma coisa, só após três horas a encher é que já conseguem acostar ao cais de pesca. Na baixa-mar o cais fica em seco, ladeado de uma imensa planície de lodo.

Devido ao assoreamento, principal condicionamento, as embarcações denominadas "Alerta no Mar" e "Aldegalega", registadas na Delegação Marítima do Barreiro sob os n.^{os} B-115-L e B-715-L, com 7,38t e 8,35t de tonelagem GT, e 11,07 e 10,43 de comprimento de fora a fora, respetivamente, optaram por continuar a fundear na cala próximo do antigo Cais dos Vapores, para não estarem tão condicionadas. Nestas duas situações os pescadores emparelham as redes dentro da embarcação, como fizeram toda a vida, não tendo esta infraestrutura, apesar de ser nova e pensada de raiz, aportado nada de novo que seja gerador de valor. Salientar que é na embarcação denominada "Alerta no Mar", que tem hoje o registo mais antigo do Barreiro, que trabalha o arrais e armador António José Cardeira Patrício, um dos homens mais experientes da pesca do rio Tejo ainda no ativo, profundo conhecedor da atividade, que recorda como ninguém os processos de pesca antigos que também utilizou.

Quando os marítimos se dirigem ao novo vais dos pescadores na maré enchente, e não têm água para entrar, desligam o motor e deixam a embarcação ir lentamente com o movimento da água, o que pode demorar alguns minutos, ou horas. Chamam a isto "*ir à rola com a água*".

Alguns arrais chegaram a referir que preferiam ter ficado no antigo Cais dos Vapores, que não está muito afastado, desde que fosse reabilitado de forma a servir de cais de pesca, porque era uma obra menos dispendiosa e podiam navegar na cala e acostar na baixa-mar com a cota de 0.80. Importa salientar que sempre que a maré vaza, as linhas de água a montante escoam lodo, que sempre provocará o assoreamento desta zona se não existirem dragagens.

Pela utilização da infraestrutura foi definido que cada armador teria de pagar à SCUPA uma mensalidade de vinte euros, estando incluído nesse valor a luz e a água das casas individuais de arrumos de artes e aprestos de pesca. Que, por falta de entendimento, ninguém paga.

Para além dos problemas ao nível das relações sociais gerados pela captura de amêijoa-japonesa, ainda existem os problemas económicos, para os armadores, e os problemas ambientais, sobre as espécies do rio Tejo. Os indivíduos que se dedicam a esta atividade quando andam a arrastar com a ganchorra, ou a lavrar, como dizem, não se desviam das artes de pesca caladas, passam-lhe por cima, destruindo-as, que acabam perdidas no fundo do rio a contribuir para o fenómeno da pesca fantasma. No ano de 2018, só uma das embarcações de pesca local do Montijo viu destruídas três redes de emalhar de um pano, de malha entre 60 mm a 119 mm, que ficaram para sempre perdidas no fundo do rio. Ao dano económico, porque os arrais têm de adquirir novas artes, soma o potencial dano ambiental e ecológico.

Indexado à apanha ilegal de amêijoa estão os problemas de assaltos e insegurança, nomeadamente o roubo artes de pesca, combustível e utensílios, que terão começado a surgir depois desta indústria se ter estabelecido no Montijo. As casas de arrumos de artes e aprestos de pesca, dentro do Cais de Pesca Profissional, foram assaltadas



FIGURA 131 | Ortofotos da evolução da frente ribeirinha do Montijo: 2004, 2008 e 2018.
Fonte: Direção-Geral do Território (DGT).

Legenda:
1 - Antigo Cais dos Vapores; 2 - Moinho de maré do cais, reabilitado em finais de 2015; 3 - Cais dos pescadores profissionais do Montijo, inaugurado em 23 de janeiro de 2016; 4 - Bairro dos pescadores; 5 - Esteiro da Quebrada; 6 - Clube Atlético do Montijo - Centro Náutico; 7 - Local onde fundeiam as maiores embarcações (AldeGalega e Alerta do Mar); 8 - Ruínas do moinho de maré do meio, dentro da área delimitada do cais dos pescadores profissionais, salvaguardadas na obra do cais de pesca profissional do Montijo.

duas vezes nos últimos dois anos. O roubo de pescado diretamente das artes caladas é sistemático, e muitas vezes também são furtadas as redes, os ferros e até as boias. Como respondeu um arrais: "*correm as redes e retiram o peixe e depois voltam a lançar as redes de qualquer maneira, danificando-as*". Devido à intensidade dos roubos os arrais começaram a deixar as boias sem sinalização durante a noite, para que os larápios não as consigam localizar, e assim não consigam roubar o peixe. No entanto, se por um lado evitam os furtos, por outro lado estão a potenciar acidentes, e algumas vezes acontecem de artes serem danificadas por embarcações que não as identificam por falta de sinalização.

A poluição é também uma preocupação para os arrais locais que nos três últimos anos, entre 2015 e 2018, observaram algumas vezes a água coberta por um manto de espuma e peixes mortos a flutuar. Segundo indicaram, é aos fins de semana que os cidadãos mais poluem, porque é quando encontram mais resíduos a boiar na água, como garrafas de cerveja, sacos de plástico, caixas de isco, entre outros. Assumem que os pescadores lúdicos têm alguma responsabilidade em alguma desta poluição do estuário.

O preço do combustível, que não para de aumentar, cria obstáculos à frota aldeana que é maioritariamente movida a gasolina. Para atenuar os efeitos os arrais defendem a concessão do subsídio da gasolina nos mesmos moldes em que é concedido o subsídio do gasóleo, ou seja, que o desconto seja efetuado diretamente na bomba. Para além de trazer mais equidade à atividade, era da mais elementar justiça para com estes arrais que operam mais afastados da lota. Importa notar que os pescadores do Montijo utilizam o frigorífico do mercado municipal, que fica próximo do cais de pesca, para preservarem o peixe quando é pouco para levar à lota. Ao juntar o pescado de duas marés reduzem o custo da deslocação à lota, de combustível e portagens, mas para efeitos de concessão de subsídio de gasolina apenas é considerado o dia do desembarque em lota, o que os prejudica num dia de pesca. Em resumo, com o sistema atual estão sempre a perder.

A competição pelo espaço de pesca é cada vez maior, não só porque são muitas as embarcações de pesca local com licença no rio, mas também, e sobretudo, pela concorrência desleal dos pescadores lúdicos, daqueles que pescam com artes profissionais, e dos apanhadores de amêijoa-japonesa, que com a sua ação destrutiva e lesiva aos interesses e património dos pescadores profissionais, nas formas já anteriormente enunciadas, os vão empurrando cada vez mais para menores manchas de água, onde a competição é feroz. Em resultado, não poucas vezes os pescadores profissionais andam de costas voltadas, porque dizem que quando um encontra peixe, a seguir os demais vão todos explorar o mesmo local, na espectativa de também apanharem peixe.

A pressão sobre as principais zonas de pesca também é impulsionada pela ação da navegação. José Maria Gaspar Neto, proprietário e armador da embarcação "Francisco José", registo n.º B-665-L, onde exerce a bordo as funções de arrais, indicou que a seguir ao Seixalinho, e até chegar ao angre da Base Aérea do Montijo, havia um fundão de areia onde lançavam as redes e apanhavam bom peixe. Com a navegação dos catamarãs a morfologia do fundo foi alterada e agora esta zona está repleta de casca de ostra, e quando aqui lançam as redes vêm cheias de casca de ostra, e algumas vezes vêm danificadas, o que o obrigou a procurar outros pesqueiros, ou seja, mais aumenta a pressão em cima dos pesqueiros mais concorridos.

Os arrais também reclamam da legislação, alegam que não atenta às particularidades e aos interesses da pesca que praticam, porque as embarcações que têm matriculados três ou quatro tripulantes, como é o caso das maiores embarcações do Montijo, só podem operar com as mesmas artes que uma embarcação que apenas tem matriculados um ou dois tripulantes, o que consideram injusto e não promotor do desenvolvimento da atividade piscatória. De forma simples, para que se perceba facilmente, o que está em causa é o seguinte: com o recurso às mesmas artes de pesca, e independentemente da sorte que cada um possa ter, uma embarcação tem de distribuir o produto da pescaria por três ou por quatro, outra tem de o distribuir por um ou por dois. Também reclamam da potência máxima autorizada nos motores, dizem que não é suficiente para fugirem ao mau tempo com a embarcação carregada com tripulantes, artes e pescado.

As queixas dos arrais também incidem sobre o mau expediente da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Reclamam, em especial, da morosidade dos processos de transferência de embarcações entre proprietários – alguns arrais queixam-se que esse processo chega a demorar mais de seis meses, desde que remetem à DGRM uma carta a pedir autorização de cedência de embarcação, o que não é compatível com o bom desempenho de nenhuma atividade económica. As queixas também incidem sobre a falta de sinalização nas calas do Montijo, Alcochete e Moita, onde é permitido pescar, fazendo notar que a ausência de sinalização já esteve na origem de sinistros com embarcações de pesca. Uma questão que o Porto de Lisboa parece ignorar. As queixas ainda incidem sobre a falta de um posto de vendagem. Salientar que no início de 2018, os representantes dos pescadores contactaram a Docapesca – Portos e Lotas, S.A., numa tentativa de

encontrar soluções para instalar um posto de vendagem na zona, semelhante ao que já aqui existiu em tempos, projeto que ainda não teve qualquer desenvolvimento, estando tudo dependente da prévia resolução da dívida que a SCUPA tem à Autoridade Tributária e Aduaneira, decorrente de impostos que teriam de ter sido pagos, e não o foram, relacionados com a construção do cais de pesca profissional.

Em 5 de outubro de 2017 foram eleitos os novos corpos sociais da SCUPA, passou a ser presidida por Paulo Coelho, e a Assembleia Geral por João Gouveia e o Conselho Fiscal por António Silva. A nova Direção, constituída por um único pescador em atividade, o Diogo Manuel dos Santos Capitão (conhecido por Diogo Capitão), tem como missão fazer a rotura com as práticas e gestão do passado, dinamizar a instituição e captar mais sócios, restabelecer a união dos pescadores, especialmente no ativo, e promover a sua reaproximação à instituição. Surgiram complicações de tesouraria decorrentes da citada dívida às Finanças, contraída por altura da construção do novo cais de pesca, situação que tem castrado a capacidade de iniciativa da instituição, mas existe expectativa do trabalho que possa vir a ser realizado. Importa salientar que hoje é muito raro ver um pescador no ativo a frequentar as instalações da SCUPA, com a exceção do Diogo Capitão, o que é indicativo da desunião que está instalada, condições que também não ajudaram à realização desta investigação.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", uma proposta de um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. 66,67% dos arrais indicaram que sim, apenas 33,33% responderam que não, como se observa no quadro seguinte.

Os que responderam de forma favorável fizeram-no na perspetiva de virem a ter maior controlo sobre o preço do seu pescado, que é um dos seus principais anseios, e os que responderam de forma desfavorável dizem não existir união entre os pescadores ("é cada um por si"), o que inviabiliza uma solução dessa natureza, de base colaborativa, e, mostrando essa mesma desunião, dizem não ter interesse em que os demais saibam o que capturam, para evitar concorrência nos seus pesqueiros. Na sua opinião "os pescadores são gananciosos", porque quando têm conhecimento de alguém que está a apanhar peixe, no dia a seguir vão para o mesmo lugar.

A segunda estratégia, uma proposta de flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pequena pesca uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que permita o uso de diferentes tipos de artes, apenas 33,33% responderam que sim, e os demais 66,67% responderam que não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam favoravelmente fizeram-nos porque consideraram que isso simplificaria e era bom para eles, não só porque ajudava a contornar o problema das alforrecas e das alfacinhas, mas também porque colocava todos os arrais a trabalhar em igualdade de circunstâncias, tornando a pesca mais justa e equitativa. No essencial, estes arrais gostariam de voltar ao sistema de licença única de "artes não condicionadas", que vigorou até existir o regulamento de pesca do rio Tejo, cuja única restrição que impunha, era não poderem trabalhar com duas artes em simultâneo.

Os arrais que responderam de forma desfavorável são, no essencial, os mais antigos, e, simultaneamente, são os que têm mais artes e/ou licenças especiais, como o arrasto de vara ou a rede de emalhar de um pano na classe de malhagem de 60 mm a 119 mm. Em defesa dos seus interesses assinalam que são as artes especiais para o rio Tejo que fazem o valor das embarcações, pelo que se todas as embarcações tivessem as mesmas licenças, valiam todas o mesmo, e com isso perdiam dinheiro. Para além disso defendem que se todos pudessem pescar as mesmas espécies, iria aumentar muito o esforço de pesca sobre algumas espécies.

A terceira estratégia, apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após regulamentada, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca, dividiu os arrais inquiridos, tendo 50% respondido sim, e outros 50% respondido não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma favorável consideram que, apesar do Tejo lhes disponibilizar espécies para pescar ao longo de todo o ano (douradas de julho a setembro, corvina de março a junho, e robalos de outubro até março), em alturas de pesca fraca, que também acontecem, era uma vantagem de subsistência, um bom complemento de rendimento. Importa notar que esta comunidade

piscatória tem em operação duas das maiores embarcações no Tejo que lembram a glória da pesca estuarina de outros tempos, já foram embarcações licenciadas para a arte do tapa-esteiros, sendo os seus mestres dos mais antigos e conhecedores do Tejo, e, portanto, dispõem de um conhecimento único que poderiam capitalizar e fazer a sua transmissão à sociedade. Estes arrais entusiasmaram-se a falar desta proposta, tanto que acrescentaram que não só deveria ser permitida a pesca turismo, como deveria ser possível reproduzir a pesca dos tempos passados, o que incluía pescar o peixe e fazer a caldeirada a bordo. Uma ideia que permitiria manter viva a história e a identidade cultural e gastronómica da antiga pesca artesanal do Tejo, e que por isso não deve ser ignorada.

Os arrais que responderam de forma desfavorável, consideram que as suas embarcações não têm condições para isso, são bastante pequenas e muito antigas, também não têm perfil para essa atividade, nem paciência, e um dos arrais considerou mesmo que era "*ridículo*", não era "*seguro*" nem era "*viável*".

A quarta e última estratégia, acerca dos trabalhos de terra, 66,67% dos inquiridos consideram que deveriam ser profissionalizados para que essas pessoas pudessem figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, e apenas 33,33% respondeu que não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam favoravelmente fizeram-no por consideram que é o correto, mas salientaram que não faz sentido no rio Tejo, porque a atividade não gera rentabilidade para pagar a outras pessoas, e às vezes nem aos próprios arrais, pelo que têm de ser eles a fazer todo o trabalho, ainda que às vezes tenham a ajuda de familiares. Apenas um destes arrais tem uma pessoa em idade ativa a ajudar nos trabalhos de terra sem cédula marítima, e por isso não faz qualquer desconto. Outros arrais têm a ajuda de familiares já reformados, e um dos arrais tem a ajuda da esposa, mas tem cédula de pescador, e inclusive embarca. Os arrais que responderam de forma negativa fizeram-no porque a atividade é desenvolvida pelo arrais com ajuda pontual de familiares, mas que não têm interesse em fazer descontos para a Segurança Social, pelo que nada alteraria no rio Tejo.

Estratégia de dinamização comercial		Total
O Cabaz do Tejo		**100,00%**
	Não	33,33%
	Sim	66,67%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**100,00%**
	Não	66,67%
	Sim	33,33%
Pesca turismo		**100,00%**
	Não	50,00%
	Sim	50,00%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**100,00%**
	Não	33,33%
	Sim	66,67%



FIGURA 132 | Diogo Manuel dos Santos Capitão, a aparelhar as redes de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, dirigida aos robalos, aos sargos, às corvinas e às tainhas, com bastante alforreca, utilizando uma vara em madeira para as passar do barco para o cais de aprestos. Cais dos Pescadores Profissionais do Montijo, em 9.10.2018.



FIGURA 133 | Tripulação da embarcação "Alerta no Mar", registo n.º B-115-L: Joaquim Fernando, António José Cardeira Patrício (é o mais antigo e mais experiente mestre de pesca em atividade do Montijo), Domingos Gouveia e Jorge Manuel Cardeira Patrício (da esquerda para a direita). Em frente ao antigo Cais dos Vapores, Montijo, em 29.11.2018.

II.3. Comunidade de pescadores da Moita

II.3.1. Enquadramento evolutivo.[54]

O concelho da Moita, constituído pelas freguesias de Alhos Vedros, Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Baixa da Banheira, Vale da Amoreira e Moita, debruça-se sobre o Tejo numa frente ribeirinha com mais de 20 Km, e apesar da intensa ligação ao rio não ostenta tradição na pesca, com exceção da arte do tapa-esteiros desde o século XVIII, e da extração de ostra desde o século XX. Como se infere da bibliografia consultada[55], e como referiu em conversa António Fernandes da Associação Naval Sarilhense, em 2 de maio de 2015, "*na Moita nunca houve pesca*" (exclui da sua afirmação a comunidade da Barra a Barra, que considera como sendo no Lavradio/Barreiro). Talvez por isso Baldaque da Silva, na sua magnânima obra sobre o "*Estado actual das pescas em Portugal*", publicada em 1891, não lhe faça referência (Baldaque da Silva, 1891, p. 131-138).

A ligação dos moitenses ao Tejo fez-se grosso modo em torno da construção e reparação naval e do transporte fluvial de pessoas e mercadorias, sendo de relevar que neste concelho quase sempre a agricultura foi mais importante do que a pesca. Isso é evidente nas memórias documentais de fragatas e fragateiros, e pela observação *in loco* das embarcações de valor histórico-cultural (museu ao vivo) existentes no cais da vila, algumas das quais estiveram no século passado ao serviço da arte do tapa-esteiros. A título de curiosidade, o espaço é recordado, pelos vivos, por ter recebido em tempos a família real para férias (Liberal, 1990, p. 71).

A pesca profissional na Moita é hoje realizada pelo pequeno conjunto de pescadores da Barra a Barra, onde em dezembro de 2018 aportavam quatro embarcações, e por alguns pescadores da Póvoa de Santa Iria (Avieiros), cerca de três ou quatro, que se deslocam sazonalmente a este território (geralmente na Primavera, quando o choco entra no estuário), mais propriamente à zona do Gaio (Cais das Canoas), para visitar familiares e vender peixe. Dada a sazonalidade do evento, estes pescadores foram considerados na sua área de residência, onde estão a maior parte do ano, que é também onde têm porto de abrigo e onde realizam as vistorias em seco e a nado. Para além destes, um outro pescador de raízes avieiras chegou recentemente à zona do Gaio vindo do rio Sado (Carrasqueira), onde era pescador, e aqui fixou residência, também devido à presença de familiares, mas a maior parte das vezes fundeia em Lisboa (Doca de Pedrouços). Ao contrário dos demais avieiros que utilizam ocasionalmente o Cais das Canoas, porque têm toda a sua vida na Póvoa de Santa Iria, este avieiro tem toda a sua vida no Gaio, é aqui que se sente acarinhado e acolhido, é aqui que se sente em família, é aqui que faz porto de abrigo, é aqui que realiza as vistorias à embarcação, e por isso foi aqui considerado.

Os marítimos da comunidade piscatória de Barra a Barra, localizada na Baixa da Banheira, na fronteira com o concelho do Barreiro, construíram as barracas, pontes e cais palafíticos na linha litoral entre o Parque Municipal José Afonso e o Bico do Gesso[56], em cima de marinhas que tinham sido

[54] Este enquadramento foi realizado com base em consulta bibliográfica e em conversas mantidas com pescadores de cada um dos agrupamentos, em novembro de 2018. Na zona do Gaio/Rosário falámos com António José, nascido em 1951, alcunha de "Manaca", reformado, que trabalhou durante um quarto de século no bote tapa-esteiros dos "Cataus" (ou arte dos "Cataus", também conhecida como "Caça Ratos"), e no sítio do Gaio, no Cais das Canoas, falámos com Manuel Joaquim Letra Guerra, nascido em 1963, proprietário, armador e arrais da embarcação "Olá Susana", registo n.º VX-767-L, único arrais desta zona. Na Barra a Barra falámos com Carlos Alberto da Silva Vales, nascido em 27.03.1961, pescador, que esteve matriculado no barco tapa-esteiros de José Almeida Silva Vales, seu pai, até a arte ser proibida, e depois continuou a ser pescador (até hoje), com Francisco de José do Rosário, que nasceu em 1973, um "jovem" pescador com muito conhecimento sobre as pescas no rio Tejo, com Humberto Augusto Martins do Nascimento, arrais de pesca da embarcação "Bahia", registo n.º B-802-L, e com Manuel António Tavares Coutinho, nascido em 1954, proprietário, armador e arrais da embarcação "Coutinho", registo n.º B-766-L, que é simultaneamente comerciante de pescado.

[55] No trabalho recente de António Gonçalves Ventura sobre a economia, administração e demografia de Alhos Vedros, das cerca de trinta e duas páginas que dedica à salicultura e pesca, apenas quatro se referem à pesca, e quase nada referem em relação à pesca em Alhos Vedros. Há apenas uma pequena referência a uma postura datada de 30 de março de 1672, que estabelece os preços dos produtos comercializados na Vila, incluindo o pescado, procurando conter o incumprimento no pagamento dos impostos (Ventura, 2014, p. 198-202). Paulo & Guinote (2000, p. 64) referem-se ao Gaio como sendo uma aldeia piscatória, mas não explicam essa ancestralidade marítima, apenas a construção naval. Vítor Mendes, quando aborda a economia marítima da Moita, e a economia marítima e o estaleiro naval de Sarilhos Pequenos, apesar de dizer que "a pesca e a apanha de limos para adubagem eram atividades recorrentes dos habitantes de Sarilhos Pequenos", apenas consegue demonstrar a vigorosa atuação na área da construção naval, tendo sido construídas na Moita dezenas de embarcações para vários fins (Mendes, 2013, p. 50, 124). Permite-nos concluir que a Moita era o estaleiro do Tejo onde se construíram muitas das embarcações com que operavam as comunidades piscatórias do Tejo, situação que mudou quando os cascos deixaram de ser feitos em madeira, para passarem a ser em fibra de vidro.

[56] Bico de Gesso é o nome dado a um espaço que serviu de depósito de resíduos de fabrico de adubo, na altura da grande indústria no Barreiro, e que foi constituído em cima de marinhas. Chamam gesso a essa substância porque é dura e branca. Os pescadores recordam que durante o império industrial da CUF eram deitadas toneladas de ácido sulfúrico no Tejo.

assoreadas e que pertenciam à Companhia União Fabril (CUF), atual Quimigal.[57] Ainda existem no lugar alguns viveiros que resistiram à moldagem humana do espaço, e que antes tinham a finalidade de abastecer as marinhas. No entanto, eles consideram-se a si mesmos como sendo do Barreiro, por residirem no Lavradio (freguesia do Barreiro), mas o território ribeirinho onde fundeiam e exercem a atividade, que fica a dois passos, pertence à Moita, motivo pelo qual foi aqui que foram considerados (ver divisão administrativa no mapa a seguir). Se considerássemos o conjunto de pescadores de Barra a Barra como pertencendo ao concelho do Barreiro, como advoga Liberal (1990, p. 71) e outros, então teríamos de assumir que na Moita não existe pesca profissional, apenas muitas embarcações de recreio ao serviço irregular da pesca profissional e da apanha da amêijoa a reboque de ganchorra.

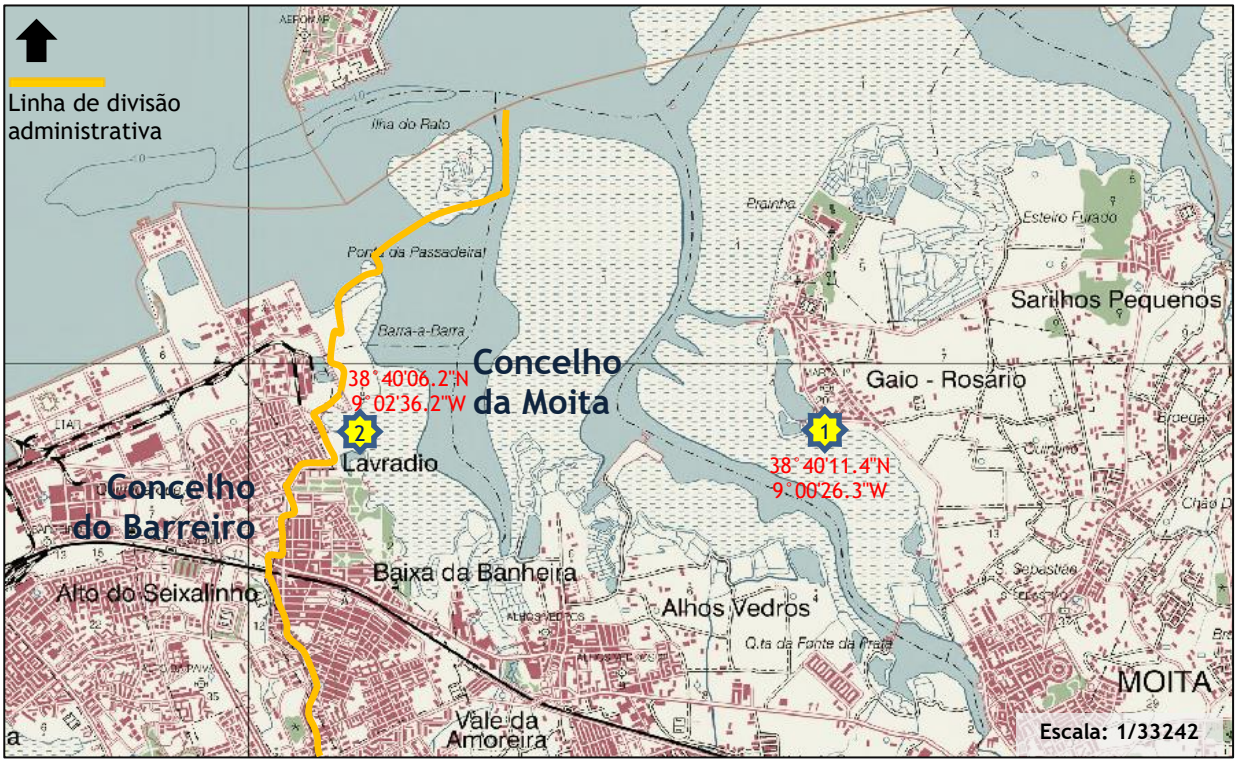


FIGURA 134 | Localização do núcleo de pescadores do concelho da Moita.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017. Legenda: 1 - Cais das Canoas (38°40'11.4"N | 9°00'26.3"W); 2 - Barra a Barra (38°40'06.2"N | 9°02'36.2"W).

Iniciando na Barra a Barra, onde se acha maior tradição de pesca, importa desde logo salientar que fruto de uma menor ação de fiscalização em outros tempos, uma grande parte das embarcações que operavam na pesca não tinham licença, e muitas das que estavam licenciadas para o exercício da atividade operavam com pescadores que não figuravam do rol de matrícula (ou rol de tripulação). O mais usual era matricular-se apenas o encarregado (equivalente a arrais), que era geralmente o proprietário, ou familiar deste, que governava a embarcação. Não era uma especificidade deste território, mas de todo o Tejo e de toda a nação. Importa notar que as embarcações não podiam operar sem a matrícula de pelo menos um encarregado, o que ainda hoje acontece, e por isso na pesca com artes polivalentes (anzóis, redes e armadilhas) são mais abundantes os registos de matrícula nesta categoria (situação diversa acontecia nas embarcações com licença de tapa-esteiros). Com poucos registos de embarques de marítimos na categoria de pescadores, é mais difícil conhecer a dinâmica da atividade nos tempos passados, especialmente em pequenas comunidades piscatórias, como é o caso, dificuldade que procurámos mitigar recolhendo a informação que ainda circula na memória dos que estão vivos.

Nesta comunidade piscatória os marítimos fizeram ao longo do tempo, uso das mesmas artes de pesca que os demais pescadores profissionais do Tejo, nomeadamente a chincha, o chinchorro, as redes, os anzóis, o arrasto de vara, o tapa-esteiros, e ainda uma série de métodos mais rudimentares, como a pesca apeda das "ramadas" e a pesca ao "baixa mar". A arte do tapa-esteiros, que nos questionários realizados em 1732 e publicados pelo Padre Luís Cardoso com o título de "Dicionário

[57] A parte destes terrenos rústicos que confrontava com a praia pertencia a Maria Joaquina Costa, e foi vendida à Companhia União Fabril pelo montante de 75$000 réis em 13 de maio de 1913 (Leal & Valegas, 1993, 46).

Geográfico de Portugal" aparece descrita como "armação de cerco"[58], parece ter alterado a denominação em data não específica para arte da "tapada", como ainda era conhecida pelos



FIGURA 135 | Zona ribeirinha do Lavradio (Barra a Barra), em 1961, antes da antiga CUF ter expandido a área industrial sobre a antiga Praia dos Moinhos (assim conhecida porque estavam aí instalados quatro moinhos de vento), sendo ainda visível o viveiro da marinha de sal.
Fonte: Leal & Valegas, 1993, 45.



FIGURA 136 | Ortofoto de Barra a Barra na Baixa da Banheira (Moita), na fronteira com o concelho do Barreiro (2018).

[58] Nesta publicação é referido que nos esteiros e parcéis da Vila de Alhos Vedros se capturava muitos mugens e linguados "*com recurso a armações designadas de "cercos*", e havia vários barcos a conduzir sal designados de "muletas do Ribatejo" (Cardoso, 1747, p. 310). Importa notar que na publicação seguinte não foi feita referência à pesca da arte do cerco (Cardoso, 1758b, p. 1841-1854).

pescadores do Gaio/Rosário no início do século XX. Importa notar que em outros locais do rio Tejo, como no Montijo ou Alcochete, esta arte também se designava por cerco, armação ou armadilha.

No início do século XX, os pescadores da Barra a Barra utilizavam predominantemente a chincha e o chinchorro, que eram artes funcionalmente muito parecidas, apenas a primeira era mais pequena do que a segunda. Estas artes eram utilizadas em especial nos esteiros da Moita, Barreiro e Montijo, da seguinte forma: um pescador ficava em terra e outro ia de barco lançar a rede ao largo descrevendo meio círculo, e voltava à praia. Em solo firme os dois pescadores alavam manualmente os cabos a que chamavam "calão". Fazia-se igualmente pesca com a arte do tapa-esteiros, e talvez fosse a pescaria mais importante, também se utilizava a palangre de fundo com madre a rondar os mil anzóis, e o arrasto de vara para camarão utilizando botes de madeira de propulsão à vela e remos. Quando nas marés grandes a água vazava e deixava grandes parcéis a descoberto fazia-se pesca apeada às "ramadas" e pesca ao "baixa mar", especialmente dirigida às enguias e aos linguados.

Em dezembro de 1946, estavam matriculados na Delegação Marítima do Barreiro quatro encarregados (equivale a arrais) de embarcações de pesca local residentes na Barra a Barra, em Alhos Vedros e na Moita, nomeadamente António de Almeida, encarregado e proprietário do dóri "Espada", registo n.º B-153-L, José Miranda Balseiro, encarregado e proprietário da chata "Balseiro", registo n.º B-76-L, Alfredo Marques Estaca, encarregado e proprietário da lancha "Ligeira", registo n.º B-82-L, e Manuel José Amador, encarregado e um dos proprietários da lancha "Altivio", com 0,455 de tonelagem bruta, registo n.º B-197-L, que tinha como comproprietário Altivio Fernandes, que deu o nome ao barco (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 30v-52, 97v-98). Para além destas quatro embarcações com licença de pesca e matrícula de tripulação, é provável que existissem outras que incumprissem essas formalidades.

Na segunda metade do século XX, a arte do tapa-esteiros, então designada por arte da "tapada", constituía a principal tradição de pesca na Moita. O Sr. António José, nascido em 1951, no Rosário, e aí conhecido pela alcunha de "Manaca", referiu-nos que aos treze anos começou a trabalhar na arte do tapa-esteiros dos "Cataus", constituída por pescadores do Rosário, e aqui trabalhou durante 23 anos até à sua proibição, e até um pouco mais, uma vez que a arte foi proibida no ano de 1987, mas os "Cataus" só cessaram a atividade entre 1989/90.



FIGURA 137 | António José, alcunha de "Manaca", que trabalhou na arte dos "Cataus" até à proibição efetiva do tapa-esteiros. Praia do Rosário, em 15.11.2018.

Nem sempre a arte do "Cataus", também conhecida pelos "Caça Ratos" [59], trabalhou apenas com pescadores residentes do Rosário, apesar de muitas vezes ser isso que se afirma. No início da década de 1970, a companha era constituída pelo arrais Manuel Martins e pelo seu irmão "Caça Ratos" (alcunha), e pelos pescadores Regil, Manaca e Espanta (alcunhas), residentes no Rosário, e pescadores Manuel Baixinho e Estevão António Boieiro, residentes em Alcochete. No entanto, esta arte tinha a singularidade de ser a única a trabalhar no canal da Moita, e ainda ia armar o cerco em alguns esteiros que confluíam no canal do Montijo.

Segundo o António José, alcunha de "Manaca", os locais (pesqueiros) onde os "Cataus" armavam o cerco na Moita eram: na encosta de sudoeste (que confronta com o concelho do Barreiro), começando em frente ao cais da Moita, o primeiro era o Canto do Russo, seguia-se a Foca, a Travessa da Barca, o Sítio dos Robaldes, o Lance do Cais do Ferro Velho, o Canto da Gorda, o Lance do Mercado no Canto da Baixa da Banheira, Vage, Passadeira, e por fim o lance da Praia do Lavradio na Ponta da Passadeira. Na encosta do Gaio-Rosário, começando em frente ao antigo estaleiro de reparar barcos no Gaio, o

[59] Manuel Martins, proprietário e arrais do barco tapa-esteiros, trazia consigo na pesca o irmão que se chamava "Caça Ratos", e por isso a arte foi alcunhada de "Cataus", designação mais rigorosa, mas também de "Caça Ratos".

primeiro lance era Coentro, seguia-se Lezíria, Viveiro do Sítio do Chico do Paito, Lance da Praia (Baía do Rosário), Lance do José Bandeira, Os Olheiros, Condença e, por fim, a Coroa do Zé Pereira (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Era no Gaio, na zona de pesca conhecida por "Coentro", onde existe memória de terem sido feitas as maiores pescarias. Chegavam a apanhar entre 200 e 300 quilos de enguias por lance, que entre 1964/66 conseguiam vender entre oito e nove escudos para o restaurante da Lançada (Casa das Enguias). A grande parte das enguias era vendida nos restaurantes locais, e só uma pequena parte, muito pequena, ia para a lota, para fazer os descontos. Eram capturadas outras espécies muito abundantes e valorizadas no mercado, nomeadamente o linguado, o choco, as patruças, o robalo e, de certa forma, a tainha, que quando era grande era levada para o mercado da Ribeira em Lisboa, e quando era pequena era vendida no mercado do Montijo. Quando o cerco foi proibido estas dez pessoas tiveram sortes diferentes: três reformaram-se e sete foram trabalhar para as fábricas locais e para a construção civil.

A arte dos "Cataus" era na maior parte das vezes constituída por dez camaradas, incluindo o arrais Manuel Martins (mestre e dono da companha), sendo que esse número podia variar por doença ou ausência de algum camarada, mas nunca eram menos de sete camaradas a armar o cerco. As suas práticas e costumes eram em tudo semelhantes às verificadas na "arte do marujo" no Montijo, porque os pescadores conheciam-se e partilhavam entre si, muitas vezes trabalhavam lado a lado e discutiam os locais para armar o cerco, mas regista-se uma diferença: enquanto no Montijo o comer do moço era retirado antes dos homens comerem, e comia à parte, na Moita o moço comia da mesma bacia junto com os camaradas. Uma outra diferença com a prática no Montijo, encontra-se no tempo de permanência na faina, e o número de pescadores, que era menor na Moita. Se inicialmente ficavam no rio entre 10 e 12 dias ininterruptos, na última década com a motorização dos barcos de pesca já vinham comer a casa todos os dias, amenizando a distância da família, enquanto no Montijo vinham a casa só ao final de semana, e pouco tempo aí passavam porque a pesca nunca parava (Cf. Livro III – Evolução Histórica). Isto tem uma explicação, é que enquanto os pescadores do Montijo armavam o cerco em todo o estuário, os pescadores da Moita laboravam maioritariamente no rio da Moita, era raro saíram fora da base, o que lhes permitia ir a casa todos os dias.

A arte dos "Cataus", ou dos "Caça Ratos", operava sobretudo no canal da Moita, e ao lado, na cala da Cega e na Cala de Alhos Vedros, operava a arte do "Zê Francos", seu principal concorrente, que fundeava na Barra a Barra, onde também tinha o armazém de artes e aprestos de pesca (Cf. Livro III – Evolução Histórica). Isto em termos gerais, porque na prática quem chegava primeiro aos locais de pesca, portanto, aos esteiros, beiradas dos canais de navegação e baixios da zona da Moita, é que armava o tapa-esteiros. Inclusive os aldeanos, numa fase mais tardia, também iam armar o tapa-esteiros para o canal da Moita.



FIGURA 138 | Carlos Alberto da Silva Vales, filho de José de Almeida da Silva Vales, já falecido, a emparelhar a rede de emalhar para bordo da embarcação "Santa Maria", registo n.º TR-1732-L. Barra a Barra, em 18.11.2018.

Carlos Alberto da Silva Vales, conhecido entre os pescadores da Barra a Barra por "Lito", filho de José de Almeida da Silva Vales, antigo proprietário e arrais do bote tapa-esteiros "Vítor Carabineiro", registo n.º B-38-L, e de outras embarcações auxiliares (portanto, da "arte"), que trabalhou nesta arte durante duas décadas, disse-nos que o seu pai durante alguns anos andou na arte do cerco com os "Cataus" (ou "Caça Ratos"), no Rosário (Moita), e depois comprou a arte do Tomé, iniciando a era do cerco do "Zê Francos", também conhecida pelo "cerco do Tomé" (advinha do anterior proprietário).

A arte do "Zê Francos" era, no quotidiano das fainas pesqueiras, constituída pelo arrais José António Silva Vales, já falecido, e por quatro camaradas pescadores: Vítor Manuel da Silva Vales, Fernandes Manuel da Silva Vales, Agostinho Manuel da Silva Vales, José Guilherme da Silva Vales, mais o moço, filho do mestre, que era Carlos Alberto da Silva Vales, nascido em 27 de março de 1961. Era uma arte em que todos os camaradas eram familiares, filhos e genros, e viviam no Lavradio.

Depois de ter sido decretada a proibição, ainda armaram o cerco por mais meia dúzia de anos, mas faziam caçadas mais pequenas e às escondidas, atuando só com metade das redes.

Quando se consultam os registos formais desta "arte" na Delegação Marítima do Barreiro verifica-se que José de Almeida da Silva Vales, em 1975, era proprietário do bote tapa-esteiros "Vítor Carabineiro" (que tinha licença de tapa-esteiros), registo n.º B-38-L, com 3,66 de tonelagem bruta, e integrava a tripulação na categoria de encarregado (equivale a arrais), juntamente com José Guilherme da Silva Vales e Vítor Manuel da Silva Vales (pescadores). Operava com um barco auxiliar, a canoa "José António", registo n.º B-366-L, com 0,967 de tonelagem bruta, do mesmo proprietário, de que era simultaneamente o arrais e único tripulante. Como condição de matrícula o proprietário declarou que depois de deduzidas as despesas com gasóleo e alimentação a bordo, eram duas partes para a embarcação e artes, e uma parte para cada pescador (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 10 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1971/1978, fl. 127v-129). Em 1981, nada tinha alterado na arte do "Zê Francos", quanto a embarcações, tripulação, condições de matrícula e área de operação (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 11 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1978/1985, fl. 70v-71).

No ano de 1987/1988, quando se dá a proibição da arte tapa-esteiros pelo Decreto Regulamentar n.º 43 de 17 de julho de 1987, a licença estava emitida à canoa "José António", registo n.º B-366-L, com 1,055 de tonelagem bruta, que continuava a ser propriedade de José de Almeida da Silva Vales, e mantinha a mesma tripulação de três marítimos, um pescador encarregado, que era o proprietário, e dois pescadores, José Guilherme da Silva Vales e Vítor Manuel da Silva Vales. Tinha agora como auxiliar o barco com motor "Dois Rapazes", registo n.º B-697-L, com 1,91 de tonelagem bruta, do mesmo proprietário, tripulado por dois marítimos, o pescador encarregado José Guilherme da Silva Vales e o pescador Vítor Manuel da Silva Vales. Em 12 de novembro de 1987, o arrais deu baixa da arte de tapa-esteiros, e fez uma nova matrícula para operar com outras artes no rio Tejo, passando o proprietário a desempenhar a bordo as funções de pescador encarregado, e passaram a pescadores José Guilherme da Silva Vales e Vítor Manuel da Silva Vales (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 12 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1985/1996, fl. 60v-62). Pouco tempo depois, em 9 de março de 1988, estes marítimos juntaram-se a uma outra arte, à canoa tapa-esteiros "Flor de Palhais", registo n.º B-571-L, com 3,23 de tonelagem bruta, arte que era propriedade de Francisco Alberto Fernandes do Rosário, residente em Palhais, nas margens do rio Coina, no Barreiro, e levaram para a arte as duas embarcações como auxiliares, situação que formalmente decorreu até 7 de novembro de 1988. Com este ajuntamento formou-se uma mega companha dotada de um barco principal, que era o barco tapa-esteiros (que tinha a licença, e era onde comiam e dormiam), quatro barcos auxiliares, que eram as canoas de paus e redes e as enviadas, com capacidade de redes para atravessar de margem a margem o rio Coina (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 12 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1985/1996, fl. 61v-62, 101v-103).

Neste período, como artes alternativas ao tapa-esteiros, continuava a utilizar-se a chincha e o chinchorro, mas era sobretudo com redes de diversas dimensões e malhas e com os aparelhos de anzol iscados e com borrachas que operavam. Nas marés grandes continuavam a fazer a pesca apeada às "ramadas" e pesca ao "baixa mar", que como já referimos era dirigida às enguias e aos linguados.

Em 2000, havia na Barra a Barra sete embarcações licenciadas para a pesca profissional local e que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados um total de quatorze marítimos, sete em funções a bordo de arrais e sete em funções de pescadores: "Coutinho", registo n.º B-721-L, tripulado por Manuel António Tavares Coutinho, proprietário, armador e arrais, e a pescadora Maria Helena Domingues C. Assentiz (antes tinha tido a embarcação "Manuel António"); "Deus e Nós", registo n.º B-737-L, tripulado por Martinho Luís de Assunção Militão (arrais) e António Alves Vieira Pina (pescador); "Alburrica", registo n.º B-751-L, tripulado por Eduardo de Almeida Santos (arrais) e Paulo Jorge da Silva Santos e Eduardo Fernando da Silva Santos (pescadores); "Santa Teresinha", registo n.º B-629-L, tripulado por Alberto Fernando da Silva Marques (arrais) e Francisco dos Santos Torrão Alves (pescador); "Samouco", registo n.º B-555-L, tripulado por António Cecílio Damásio (arrais); "São João Baptista", registo n.º B-397-L, tripulado por Jaime Rosa Chefe (arrais), propriedade de Humberto Augusto Martins do Nascimento, que é hoje o arrais da embarcação "Bahia", registo n.º B-802-L; e "Maria Amélia", registo n.º B-208-L, tripulado por Orlando Rodrigues Luís (arrais) e Gilberto Pinto da Silva e Álvaro Fernando da Conceição Inácio (pescadores), que deu origem ao atual "Maria Amélia", registo n.º B-761-L, que está encalhado (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54).

Para além destas embarcações e destes marítimos que estavam registados e tinham realizado rol de tripulação, junto dos pescadores mais velhos foi possível apurar e validar outras embarcações que

operavam neste ano, nesta comunidade, nomeadamente a embarcação "Filha do Destino", registo n.º B-740-L, que deu origem à atual embarcação com casco em fibra de vidro com a mesma denominação e com o conjunto de identificação B-767-L, propriedade de Francisco António Guerreiro (alcunha "chico melguinhas"), a embarcação "Enguia", registo n.º B-746-L, que era do Polícia (alcunha), a embarcação "Lídia", registo n.º B-173-L, que era do Plácido, a embarcação "Jacob", que era do Manuel Pequenino (alcunha), e as duas embarcações de José António Silva Vales a canoa "José António", registo n.º B-366-L, e a traineira "Dois Rapazes", registo n.º B-697-L.

Em 2010 já só eram nove as embarcações ativas de pesca profissional, isto porque apesar de alguns desistirem apareceram dois novos, o "Pantera Negra", registo n.º VX-762-L, propriedade de António Landim, e o catraio "Zé António", que tinha o nome do proprietário. Em maio de 2015 esse número baixou para sete, assim denominados: "Naná", "Baía", "Filha do Destino", "Coutinho", "Pantera Negra", "Maria Amélia" e "Alburrica". Em 3 de julho de 2017 a embarcação "Pantera Negra" foi vendida para o concelho de Vila Fraca de Xira. Havia uma outra embarcação, o "Furacão", registo n.º TR-1704-L, que estava a receber manutenção em Alhos Vedros, junto ao Moinho da Maré, mas pertencia à comunidade da Doca da CP – Comboios de Portugal no Barreiro (comunidade conhecida como "os ferroviários").

Em 31 de dezembro de 2018, apenas aqui faziam porto de abrigo seis embarcações de pesca profissional, e destas só quatro tinham licença de pesca ativa e cumpriam as demais formalidades para poderem operar, nomeadamente ter rol de tripulação: "Coutinho", registo n.º B-766-L, "Filha do Destino", registo n.º B-767-L, "Bahia", registo n.º B-802-L, e "Santa Maria", registo n.º TR-1732-L. As restantes duas embarcações, "Alburrica", registo n.º B-751-L, e "Maria Amélia", registo n.º B-761-L, estavam encalhadas em terra sem previsão de voltarem à atividade. As embarcações em atividade eram tripuladas por um total de cinco marítimos, quatro dos quais exerciam a bordo as funções de arrais, o que significa que a quase totalidade das embarcações operava apenas com um tripulante, o arrais, que era sempre o proprietário ou um familiar. Talvez por isso exista nesta comunidade a curiosa particularidade de os marítimos entre si, e entre amigos, tratarem-se por "Oh! Arrais", quando em outras comunidades, no Montijo, por exemplo, utilizam o cumprimento "Oh! Primo". As principais artes utilizadas pelos arrais da Barra a Barra são as redes de um e de três panos, o que se percebe, pois é mais difícil operar sozinho com aparelho de anzol.

Nesta comunidade, todos os armadores dispõem de uma construção abarracada em madeira na forma palafítica para arrumos de material de pesca, só não têm é água para sair para a pesca em qualquer altura da maré. No entanto, os pescadores não são a minoria neste espaço, constituído por dezenas de construções abarracadas ao serviço de uma grande diversidade de atividades e frequentadas por uma grande diversidade de pessoas, com os mais diversos propósitos: arrumos de material para a pesca recreativa e para a apanha ilegal de amêijoa estão entre as principais finalidade, a que se segue a utilização para pombais e galinheiros, para bares, para casas de férias, para patuscadas de fim de semana, e algumas chegam a ser "residências insalubres" permanentes, tendo já existido diversos conflitos no miolo do núcleo das barracas.



FIGURA 139 | Construções palafíticas na frente ribeirinha de Barra a Barra (Moita), em 3.5.2015.

O sítio do Gaio revela mais tradição no transporte de mercadorias (tráfego local) do que na pesca, sendo neste último caso a sua grande referência o período de laboração da arte dos "Cataus", também

conhecida como "Caça Ratos", constituída maioritariamente por marítimos do Gaio/Rosário e que operava sobretudo no canal da Moita, que anteriormente mencionámos.

Em 1990, com o fim da arte do tapa-esteiros, a pesca nesta zona ficou remetida a uma atividade ocasional protagonizada por algumas, poucas, embarcações de pesca avieiras, que aqui aportavam apenas no verão, por altura da abundância do choco no estuário, aproveitando para pescar nos esteiros da Moita e ir a terra vender o choco e visitar familiares. Só uma década depois, já no início deste século, é que aqui chegou uma nova embarcação, denominada "Olá Susana", registo n.º VX-767-L, de que Manuel Joaquim Letra Guerra, nascido em 1963, é o proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arrais. Este mestre reside no sítio do Gaio, é aqui que faz as vistorias da embarcação, é aqui que se sente em família, e é aqui que atraca a embarcação quando opera com redes no estuário, sendo de destacar que passa grande parte do ano a operar com a arte da piteira ao polvo na foz do rio Tejo, e nesses períodos deixa a embarcação na antiga doca de pesca de Pedrouços.

O número de embarcações avieiras que ocasionalmente visitam o Cais das Canoas, no sítio do Gaio, é muito variável, mas raramente excede a meia dúzia. Entre abril e agosto de 2015, estiveram aqui quatro embarcações pertencentes à comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, cada uma delas com uma tripulação de dois marítimos, geralmente marido e mulher, um em funções a bordo de arrais e outro em funções de pescador: (i) "Mar Azul", registo n.º VX-752-L, de que Manuel Joaquim Lourenço Guerra, nascido em 1949, é proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arais; (ii) "Norte e Sul", registo n.º VX-723-L, de que António Fernando Lobo Pedrosa, nascido em 1968, é proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arais; (iii) "Tocha", registo n.º VX-728-L, de que Manuel Joaquim dos Santos Tocha, nascido em 1951, é proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arais; e (iv) "Deus Querendo", registo n.º VX-749-L, de que Adélia Fernandes Guerra Falcão, nascida em 1959, é proprietária, armadora e exerce a bordo as funções de arrais.



FIGURA 140 | Cais das Canoas, no sítio do Gaio (Moita), apenas tendo amarradas embarcações recreativas, em 15.11.2018.

Antigamente, quando as embarcações de pesca eram maiores, também o número de tripulantes era maior, então designados de camaradas. Andavam à pesca toda a semana, trabalhavam, comiam e dormiam nos barcos, faziam as necessidades nas bordas, só iam a casa aos fins de semana. Quando começaram a operar com embarcações mais pequenas com casco em fibra de vidro, de entre quatro e seis metros de comprimento fora a fora, a que chamam "vedetas", é que começou mais efetivamente a ser cada embarcação tripulada apenas por dois marítimos. Quando operam afastados da sua residência, que é o porto de armamento, utilizam como espaço de arrumos de artes de pesca vários equipamentos,



FIGURA 141 | Embarcação de recreio "Cristina Dara" a servir de apoio para os arrumos dos pescadores (armazém), no cais das Canoas (Moita), em 3.5.2015.

inclusive embarcações inutilizadas, como se observa na fotografia ao lado.

Por todo o concelho da Moita existem centenas de mariscadores que tanto apanham a amêijoa apeados, beneficiando das boas acessibilidades por terra, como embarcados a reboque de ganchorra com caixa, beneficiando de vários cais não controlados e de muitas zonas ribeirinhas adequadas para passar a amêijoa para terra.[60] São dezenas as embarcações recreativas que se dedicam, em exclusivo, ao arrasto da amêijoa com ganchorra com caixa, de forma profissional e organizada, o que implica, por exemplo, o controlo por vigia dos locais de saída da Polícia Marítima. É de tal forma colossal a extração de amêijoa japónica através de ganchorra a reboque de embarcação - chega aos 400/500 quilos por barco/dia - que já se pode afirmar, com segurança, que a espécie sucedeu à ostra enquanto principal fonte de rendimento dos mariscadores. Em dezembro de 2018, era junto à pequena "Ilha do Rato", entre o Barreiro e o Montijo, onde era mais forte atividade de apanha embarcada com ganchorra na área administrativa do concelho da Moita.



FIGURA 142 | Embarcação Jaco do Barreiro, registo n.º 7081BR5, observada junto ao moinho de maré em Alhos Vedros. Está preparada para a pesca profissional e para a apanha de amêijoa com ganchorra, o que desde logo é visível pela existência do tubo onde é fixado o turco, para rebocar a ganchorra, pela luz para trabalhar durante a noite, e pelas sucessivas soldaduras no local de fixação do motor, o que denota a insegurança dos furtos verificada na pesca ilegal. Ainda o material e resíduos a bordo, e a organização dos elementos, que decorrem daquela que é a finalidade da embarcação, em 15.11.2018.

Na praia do Rosário é intensa a atividade de apanha apeada realizada maioritariamente por mariscadores jovens e famílias de forma não profissional e não organizada, com muitas pessoas a utilizarem os pés e as mãos, e algumas vezes pequenos utensílios, como pás e ancinhos, ou até o martelo de orelhas, para encontrarem as amêijoas no lodo. Aqui são poucos os profissionais. Em 3.04.2015, sexta-feira, baixa-mar da manhã, observámos 112 mariscadores a entrar nesta praia, alguns em grupos, muitos dos quais saíram horas depois com um saco de amêijoas entre os dois e os oito quilos por pessoa. Uma mariscadora comentava com um colega: "*Ontem* [02/04/2015], *já estava quase a sair, quando me telefonaram a pedir seis quilogramas* [amêijoa]. *Tinha cinco quilos. Vi-me grega para apanhar os seis quilos*".

Próximo do Clube Náutico, na Moita, também se observaram duas embarcações recreativas dedicadas à apanha de amêijoa com ganchorra, e dezenas de embarcações de recreio, das quais, duas dezenas empregavam-se na pesca lúdica como se fossem profissionais.

O desajustamento regulatório da pesca profissional explica a preferência pela pesca lúdica, menos dispendiosa, e está na base do grosso das ilegalidades que se praticam em todo o território em torno da utilização das embarcações recreativas na pesca lúdica, que neste território, com rigor, ficam ancoradas nas reentrâncias do rio em Sarilhos Pequenos[61], ao redor da Associação Naval Sarilhense, na praia do Rosário, junto ao Cais do Gaio, em Alhos Vedros junto ao Moinho de Maré, e em frente ao Bico de Gesso e à ETAR do Barreiro/Moita nessa correnteza de litoral até à fábrica Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A. na Ponta da Passadeira.

[60] O saco da ganchorra onde fica aprisionada a amêijoa começou por ser feito em rede, o que tornava a arte mais leve e funcional, mas era facilmente cortado pelo lixo do fundo do rio e pelas conchas da ostra. Então os mariscadores optaram por utilizar uma caixa metálica a fazer de bolsa, ou seja, a ganchorra passou a ser integralmente em metal, a chamada "ganchorra de caixa", sendo de destacar pela negativa que este sistema quando arrasta, e são dezenas a fazê-lo diariamente, abre no fundo do rio uma vala com cerca de um metro por cerca de setenta centímetros.

[61] É em Sarilhos Pequenos que está o maior número de embarcações de valor histórico-cultural (museu ao vivo) do concelho da Moita.

II.3.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.[62]

O território da Moita tem maior tradição na construção naval, no tráfego local e na pesca lúdica do que propriamente na pesca profissional, mas isso não quer dizer que aqui não exista pesca; ela existe, apenas é residual. Em 2018 eram cinco as embarcações registadas na pesca local com licença para a zona rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM): uma no Cais das Canoas, no Sítio do Gaio, que se dedica sobretudo à pesca do polvo com piteira na zona da foz e passa longos períodos na antiga doca de pesca de Pedrouços, e as demais quatro atracam no cais palafítico da Barra a Barra, e em simultâneo têm licença para operar no rio Tejo e na ZEE Portuguesa - Sub área Continente, conforme listagem a seguir. Não havia embarcações na Moita apenas com licenças para águas marítimas. Para efeitos de realização deste trabalho inquirimos os proprietários das cinco embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 100%.

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000024205	VX-767-L	Olá Susana	Vila Franca de Xira	Gaio	Manuel Joaquim Letra Guerra	Manuel Joaquim Letra Guerra	Manuel Joaquim Letra Guerra
PRT000022882	TR-1732-L	Santa Maria	Trafaria	Barra a Barra	Ricardo Jorge Velhinho da Cruz	Ricardo Jorge Velhinho da Cruz	António José Garcia Glandim
PRT000023260	B-766-L	Coutinho	Barreiro	Barra a Barra	Manuel António Tavares Coutinho	Manuel António Tavares Coutinho	Manuel António Tavares Coutinho
PRT000023256	B-767-L	Filha do destino	Barreiro	Barra a Barra	Francisco António Guerreiro	Francisco António Guerreiro	Francisco António Guerreiro
PRT000024811	B-802-L	Bahia	Barreiro	Barra a Barra	Jorge Humberto das Neves Monte Nascimento	Jorge Humberto das Neves Monte Nascimento	Humberto Augusto Martins do Nascimento

TABELA 10 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 na Moita.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

Para além destas embarcações, na Barra a Barra existem ainda duas embarcações de pesca momentaneamente inativas, e que podem voltar a operar, nomeadamente a embarcação "Alburrica", registo n.º B-751-L, casco em madeira e bastante deteriorada, e a embarcação "Maria Amélia", registo n.º B-761-L, já em casco de fibra de vidro, que apenas não opera porque tem o motor avariado e o armador não tem recursos para proceder à sua substituição.

A frota de pesca moitense, apesar da proximidade do Barreiro, está registada em portos diferentes em função do percurso de vida dos proprietários e armadores. O armador que reside no Sítio do Gaio tem a embarcação registada na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, o que se explica por ser descendente de avieiros, aliás, é por isso que alugou habitação no Gaio, um local frequentado por outros avieiros especialmente na altura da pesca do choco, e por aqui existirem várias ramificações de famílias avieiras. Das quatro embarcações de pesca profissional que existem na comunidade da Barra a Barra, três estão registadas na Delegação Marítima do Barreiro, e são propriedade de arrais barreirenses, e a quarta está registada na Delegação Marítima da Trafaria, apenas porque o proprietário e armador, que é também o arrais, tem ligações familiares e de amizades na comunidade piscatória da Trafaria.

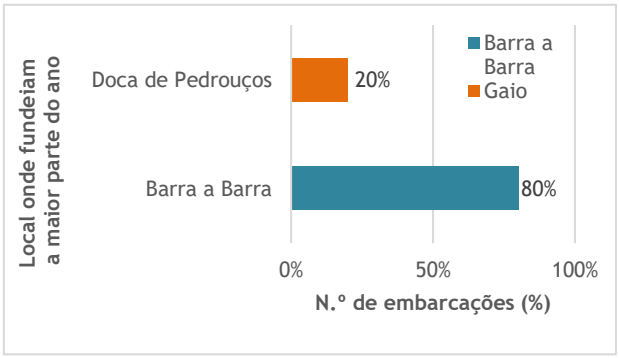
Existe uma grande similitude nas características técnicas das embarcações, o que é apenas uma coincidência, desde logo, porque os armadores não são familiares e sócios de qualquer associação.

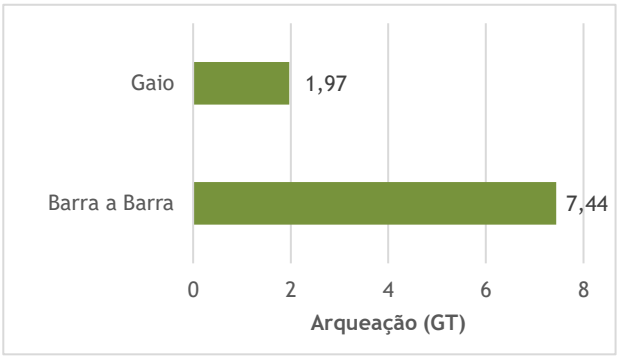
Todas embarcações são de boca aberta e foram construídas no ano de 2003, com exceção da embarcação "Bahia" da comunidade piscatória da Barra a Barra, que foi construída dez anos depois, em 2013, pelo que no conjunto, com uma média de idades de 15 anos, não se pode considerar uma

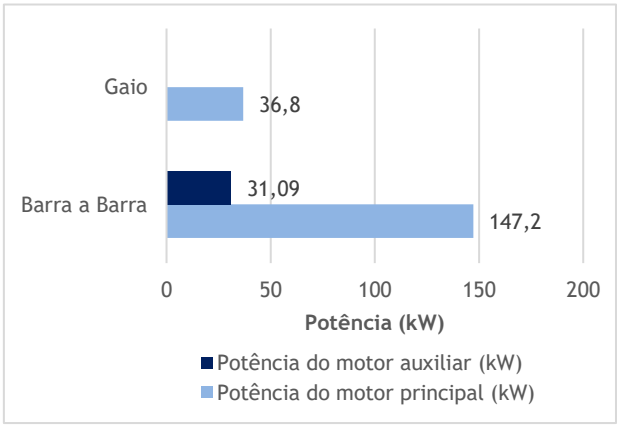
[62] Os dados da caraterização técnica de frota, e apenas esses, especificamente, porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, foram obtidos a partir da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

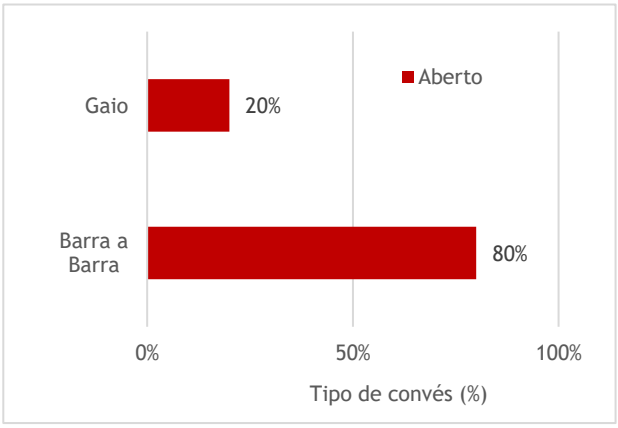
frota envelhecida. A capacidade de pesca total é de 9,41 GT, o que corresponde a 1,97 GT no Gaio e a 7,44 GT na Barra a Barra, e uma potência propulsora principal de 180 kW, a que corresponde 36,80 kW no Gaio e 147,20 GT na Barra a Barra, e uma potência auxiliar de 31,09 kW na Barra a Barra. Em pormenor, todas as embarcações têm instalado um motor propulsor principal fora de borda, a gasolina, com a potência de 36,8 kW, o que é apenas uma coincidência, e duas destas da comunidade da Barra a Barra também têm instalado um motor auxiliar, um na potência de 29,4 kW e outro na potência de 1,69 kW. Quanto ao estado de conservação das embarcações, quatro arrais responderam que está "bom", e um respondeu que está "muito bom".

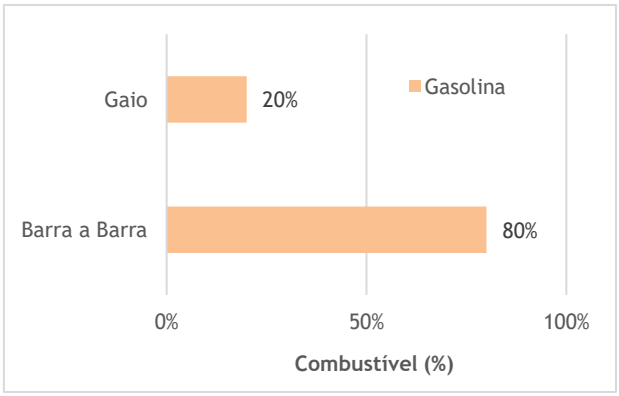
Em resumo, no espaço concelhio a arqueação média é de 1,882 GT, a mínima é de 1,7 GT e a máxima de 2,31 GT, a potência propulsora principal média é de 36,80 kW, e o comprimento fora a fora médio é de 6,656 m, sendo o mínimo de 6,16 m e o máximo de 6,99 m. Com pormenor, duas embarcações têm 6,16 m, uma têm 6,98 m e as duas restantes têm 6,99 m de comprimento fora a fora, e todas têm o casco em fibra de vidro.

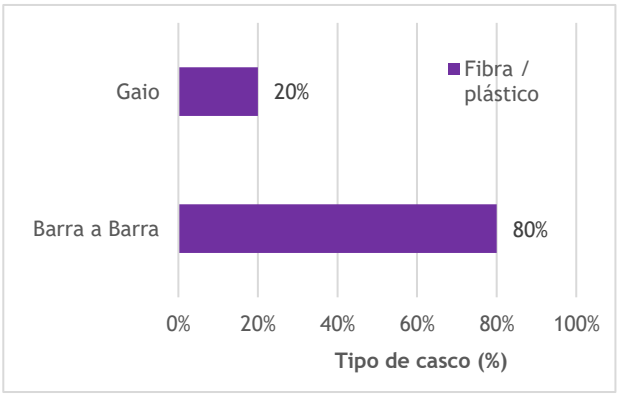








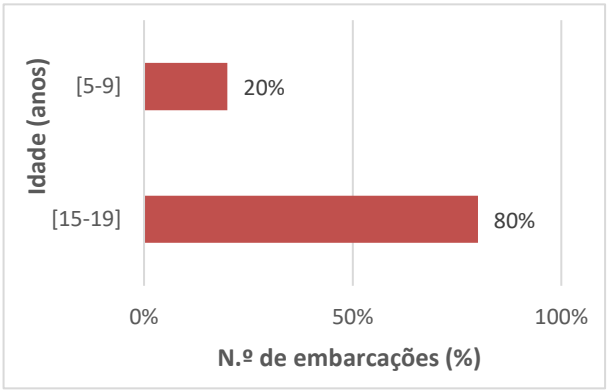


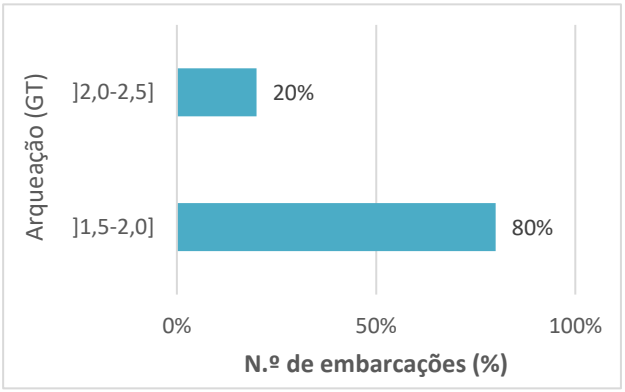


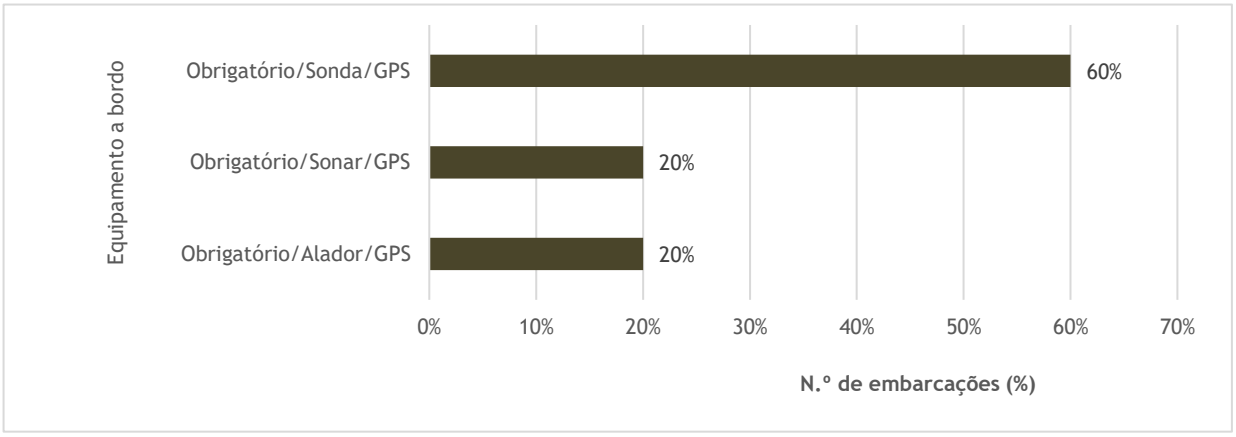
A frota está equipada com equipamento diverso e moderno, sendo de destacar a utilização massiva da navegação por GPS, e a utilização de sonda por três embarcações e de sonar por uma embarcação, uma importante ferramenta de deteção, que permite aos arrais saber a profundidade e a distância, o que por mais experiência que tenham, não conseguem fazer a olho nu. Apenas uma

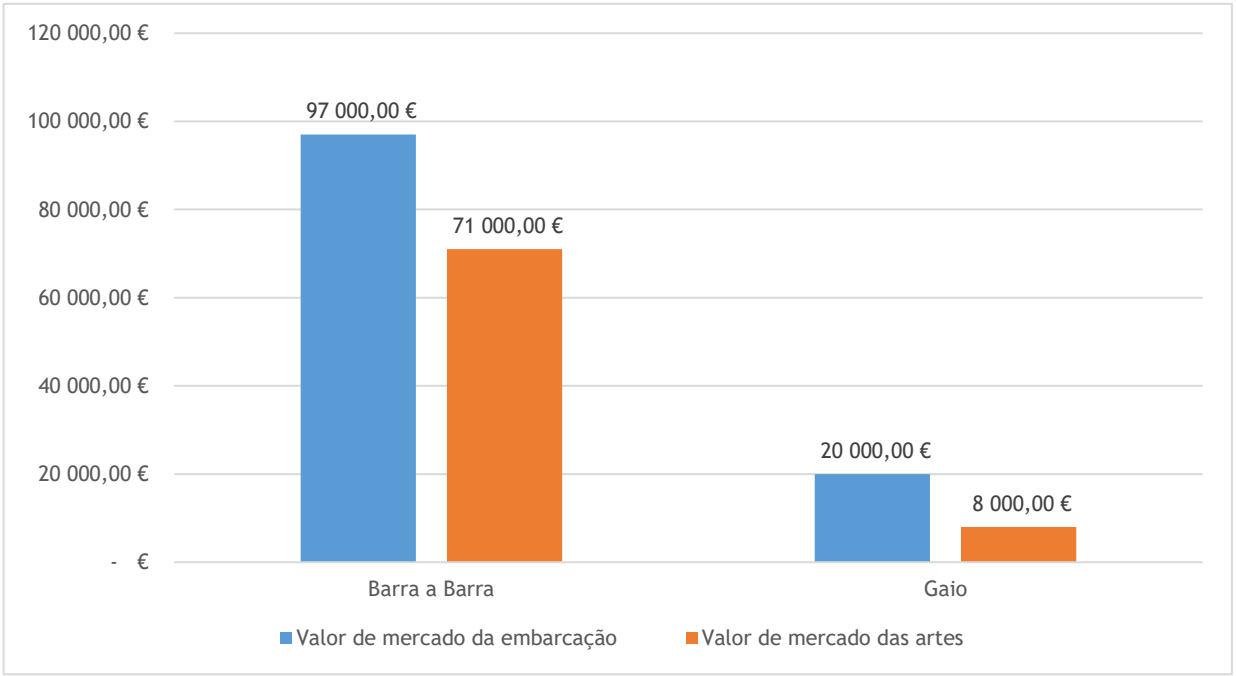
embarcação da Barra a Barra está equipada com alador mecânico, e, curiosamente, é a única que não está equipada com sonda ou sonar. A instalação de alador metálico retira espaço às embarcações, e como estas embarcações têm apenas seis metros e são tripuladas por marítimos de meia-idade, ainda com muita força para alar manualmente as redes, prescindem do alador para ficarem com mais espaço para colocar as artes de pesca.

A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 117.000,00€, e às artes de pesca colocaram o valor de mercado de 79.000,00€, o que perfaz o valor global de mercado de 196.000,00€ (valor patrimonial à data de 2018).









II.3.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

No concelho da Moita os proprietários das embarcações são também os armadores, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e, com exceção de dois casos, exercem a bordo as funções de arrais. Nas duas situações em que os arrais não são os proprietários, são familiares diretos: num dos casos, o filho é o proprietário e o pai o arrais, porque o filho apenas tem a cédula de pescador, e na outra situação o arrais é o filho e o pai é o proprietário, estando em fase de transição da propriedade para o filho.

Quanto às idades, 20% dos arrais têm entre 35 e 44 anos, 60% têm entre 55 e 64 anos, e 20% têm mais de 75 anos, como se observa no gráfico seguinte. O arrais de maior idade é Humberto Augusto Martins do Nascimento, tem 75 anos, e governa a embarcação "Bahia", registo n.º B-802-L, propriedade do seu filho, Jorge Humberto das Neves Monte Nascimento, e o arrais mais jovem é António José Garcia Glandim, que tem 39 anos, e governa a embarcação "Santa Maria", registo n.º TR-1732-L, propriedade de Ricardo Jorge Velhinho da Cruz. A média de idades dos arrais fixa-se nos 59,40 anos (referente ao ano de 2018).

Estes arrais nasceram nos concelhos de Lisboa, Moita, Porto, Barreiro e Faro, vieram para esta comunidade por falta de melhores condições em outros locais, e hoje o arrais que utiliza o abrigo no Sítio do Gaio, reside na Moita, apenas a alguns metros do Cais das Canoas, e os arrais que utilizam o abrigo da Barra a Barra, 60% residem nas proximidades no Barreiro, e 20% residem em Palmela. Quanto ao estado civil, 60% estão casados, 20% separados e igual percentagem são solteiros.

O arrais que reside no Gaio, que representa 20%, começou a aprender a atividade ainda antes dos quatro anos, pertence à antiga geração dos avieiros que ainda nasceram nas embarcações, e começou a trabalhar profissionalmente na atividade entre os 10 e os 14 anos, motivo pelo qual só estudou até ao segundo ano do primeiro ciclo, que não concluiu, como se observa nos gráficos seguintes.

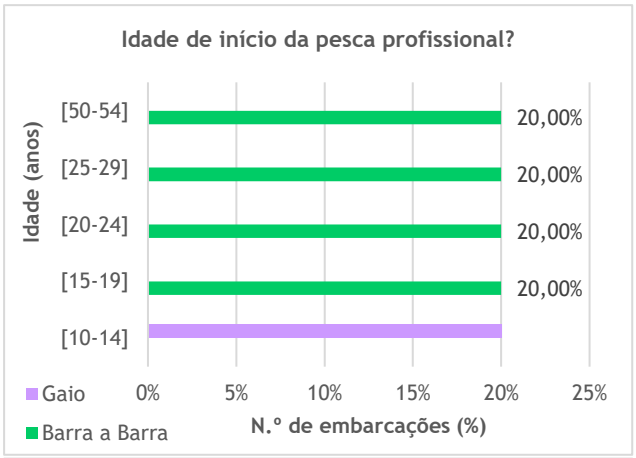
Os arrais da Barra a Barra começaram a aprender a atividade entre os 5 e os 14 anos, mas o exercício profissional foi bastante mais tardio e todos em períodos diferentes, entre os 15 e os 54 anos, como se observa nos gráficos seguintes. Nestes casos, está descartada a possibilidade de o tempo que medeia entre a aprendizagem inicial e o início da pesca profissional tenha sido passado na escola, uma vez que 60% não excederam o 3º ciclo (7º, 8º e 9º Anos), e destes 40% não excederam sequer o segundo ciclo (5º e 6º Anos), como se observa no gráfico seguinte. Apenas o arrais Humberto Augusto Martins do Nascimento, que foi toda a vida bancário, frequentou e concluiu o secundário (10º, 11º e 12º Anos).

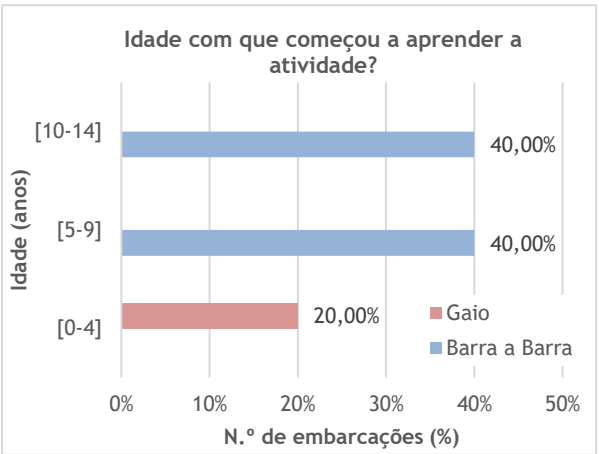
Todos começaram a atividade profissional na qualidade de "Pescador", e a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

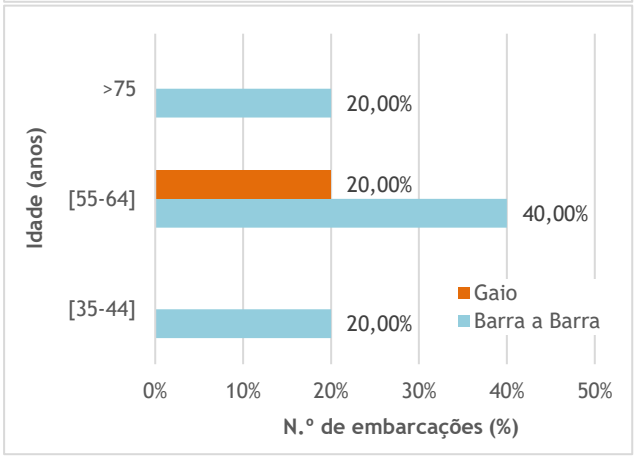
Entre os principais motivos que levaram os arrais a aprender a atividade destaca-se o gosto pela pesca, partilhado por 100% dos arrais, também por ser uma atividade com tradição familiar e assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família (66,67%), pela rentabilidade da pesca (16,67%), como se observa no gráfico a seguir.

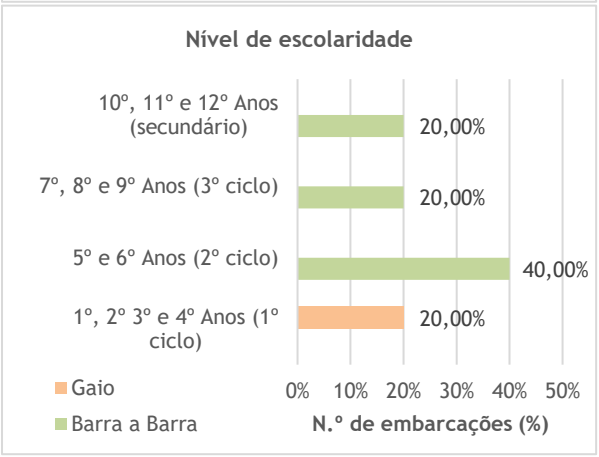
O agregado familiar de cada um dos seis arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 11 pessoas (incluindo os arrais). No global, 9,09% dos arrais da Barra a Barra vivem sozinhos, ou seja, o seu agregado familiar são apenas eles próprios, a chamada família unipessoal, 54,55% vivem num agregado de duas pessoas (36,36% na Barra a Barra e 18,18% no Gaio), a chamada família monoparental, grupo mais representativo, e 36,36% da Barra a Barra têm quatro pessoas no agregado familiar, filhos e ascendentes, a chamada família alargada, como se observa no gráfico seguinte. Destes, 42,86% dos arrais da Barra a Barra operam sem qualquer ajuda das pessoas do seu agregado familiar, e 57,14% (28,57% na Barra a Barra e 28,57% no Gaio) operam com a ajuda de um familiar, geralmente filhos ou esposas, como se observa no gráfico seguinte.

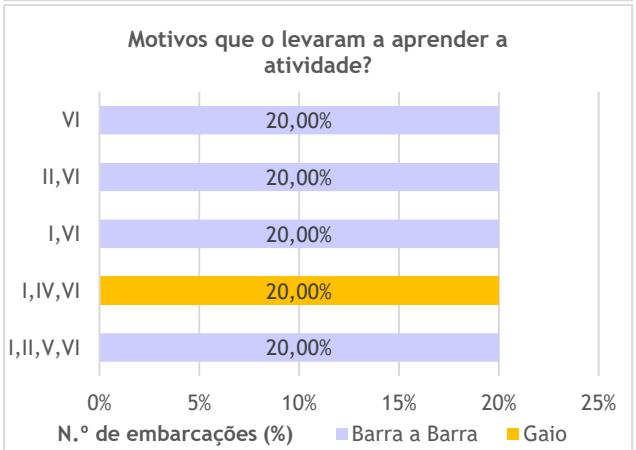
Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a atividade, 60% responderam que não, como se observa no gráfico seguinte. Ou seja, em apenas 40% dos casos os filhos seguiram a atividade e exercem ativamente a pesca nesta comunidade, um deles o pescador Jorge Humberto das Neves Monte Nascimento, filho de Humberto Augusto Martins do Nascimento, outro o filho do arrais António José Garcia Glandim.



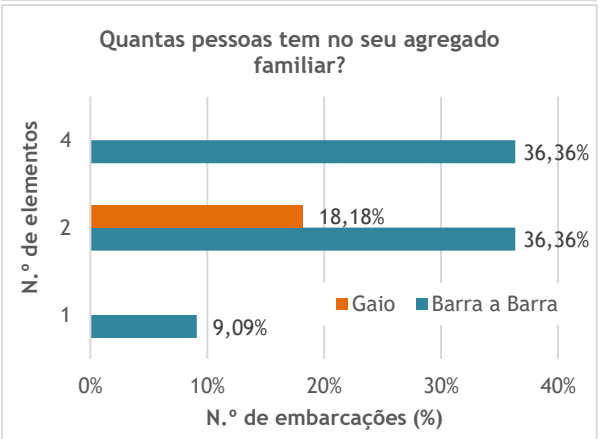


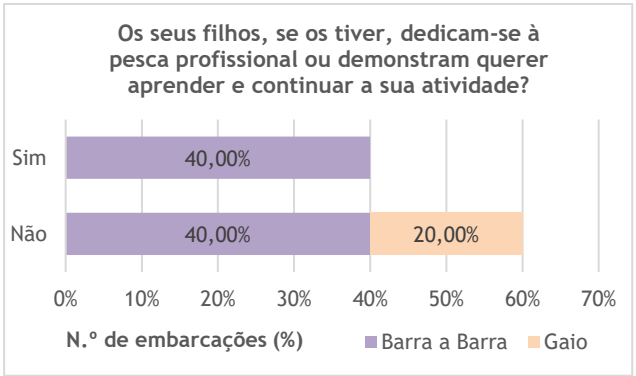


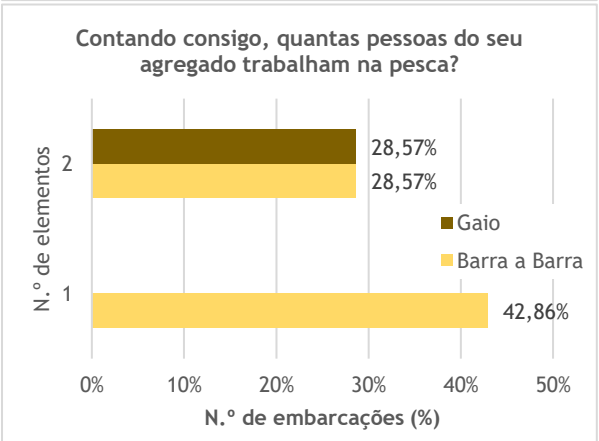




Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iv) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (v) Boa rentabilidade da pesca; (vi) Gosto pela pesca.

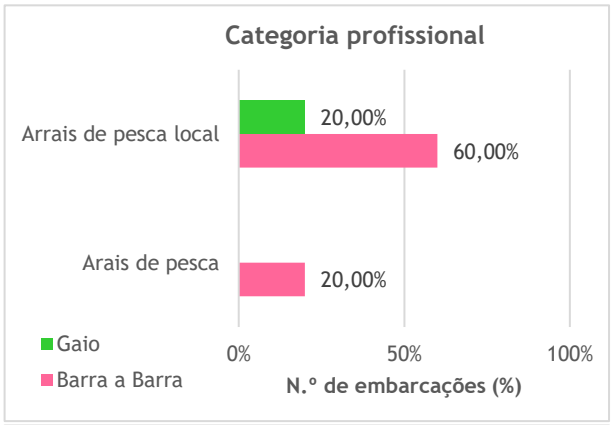


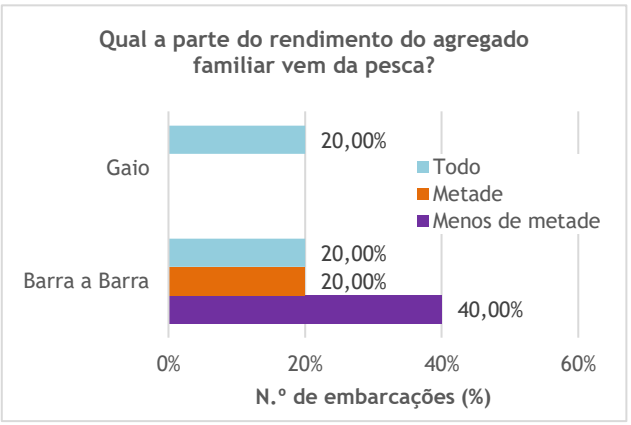


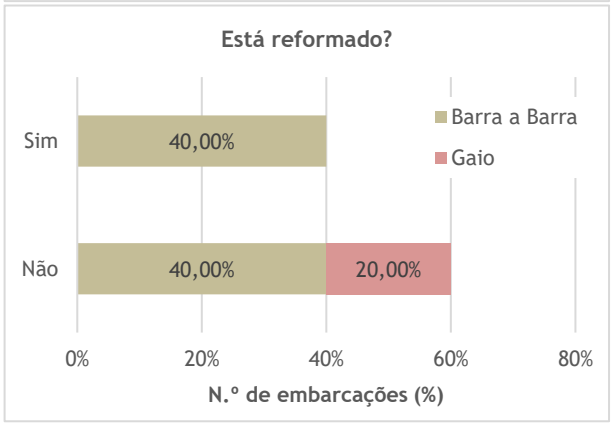


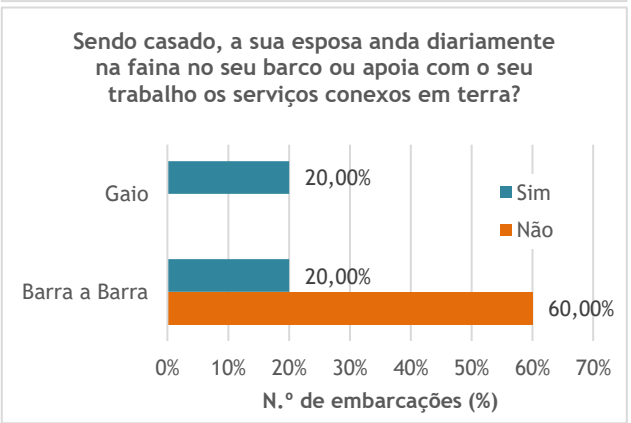
Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 80% dos casos estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca profissional, e os demais 20% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior nos escalões da mestrança, como se observa ano gráfico seguinte.

A pesca é a atividade principal da totalidade dos arrais deste concelho. No entanto, um deles, que representa 20%, exerce uma atividade complementar, e a pesca representa metade do rendimento líquido do seu agregado familiar. Trata-se de Manuel António Tavares Coutinho, proprietário, armador e arrais da embarcação "Coutinho", registo n.º B-766-L, que é comerciante de pescado e a sua esposa tem uma bancada de venda de pescado num dos mercados municipais do Barreiro. Dos 80% dos arrais que exercem esta atividade de forma exclusiva, 40% estão reformados, e a pesca representa menos de metade dos respetivos rendimentos dos agregados familiares (exercem-na como forma de complemento de remuneração porque as reformas são muito baixas), e apenas 40% vivem exclusivamente da pesca, que representa a totalidade do rendimento dos respetivos agregados familiares, como se observa no gráfico seguinte.





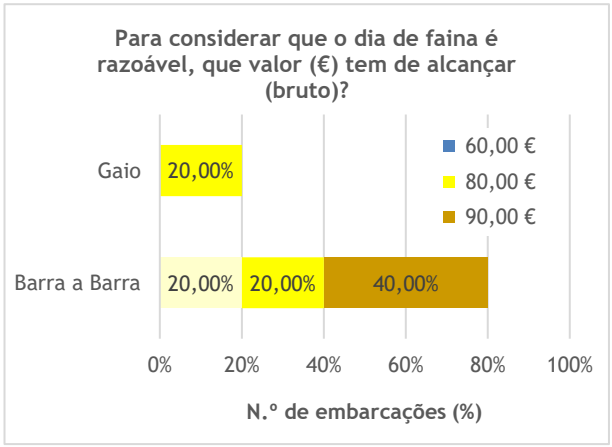


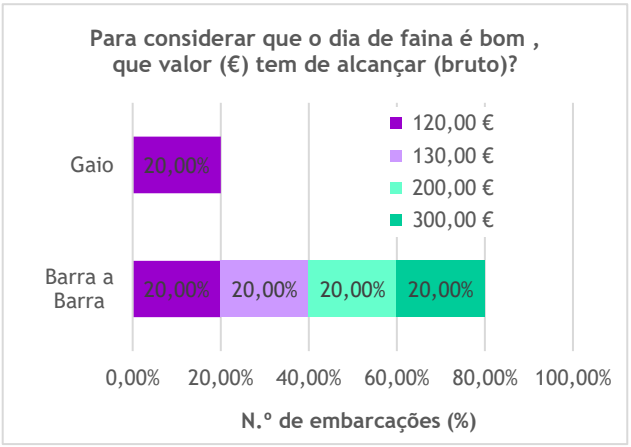


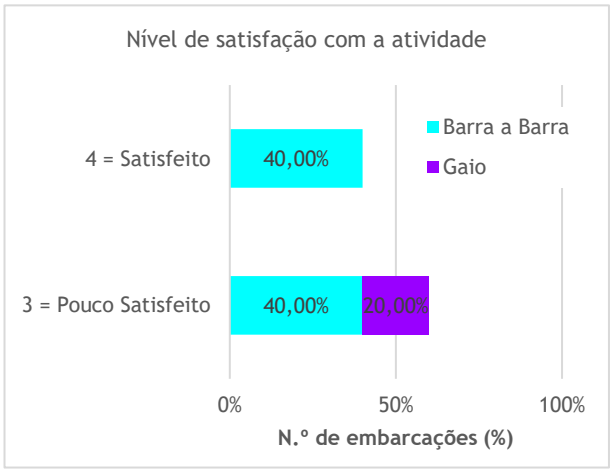
Questionámos os arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina embarcada ou a apoiar nos trabalhos em terra, e 60% responderam que não, e 40% responderam que sim, como se observa no gráfico seguinte. No entanto, apenas num caso, que representa 20%, a esposa tem cédula marítima de pescadora. Trata-se da esposa de Manuel Joaquim Letra Guerra, proprietário e arrais da embarcação "Olá Susana" (VX-767-L), que utiliza o Cais do Gaio, descendentes de avieiros que ainda nasceram dentro das antigas embarcações tipo saveiros. No outro caso, que é mais recente, a esposa ainda está a aprender a atividade, e embarca matriculada como não marítimo.

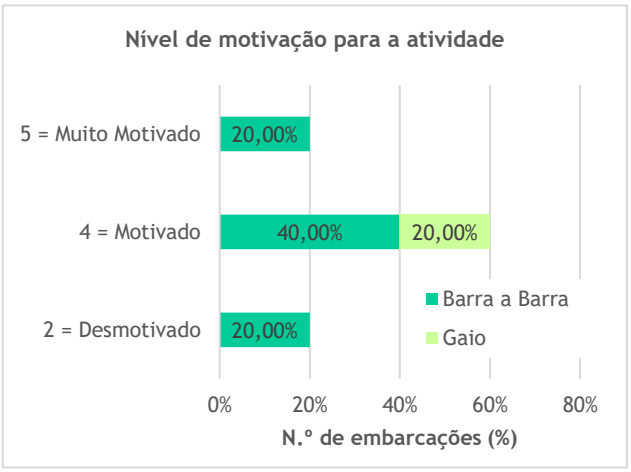
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 20% responderam 60€, 40% responderam 80€, e 40% responderam 90€, como se observa no gráfico a seguir, o que em média dá o valor de 80€. De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 40% responderam 120€, 20% responderam 130€, 20% responderam 200€, e 20% responderam 300€, como se observa no gráfico a seguir, o que em média dá o valor de 174,00€.

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, 60% responderam estar pouco satisfeitos, 40% responderam estar satisfeitos, 20% responderam estar desmotivados, 80% responderam estar motivados, dos quais 20% responderam estar muito satisfeitos, como se observa nos gráficos a seguir. Existe desânimo pelas péssimas condições de trabalho na Barra a Barra, o que motiva o arrais estarem pouco satisfeitos, mas isso não lhes retira a motivação.









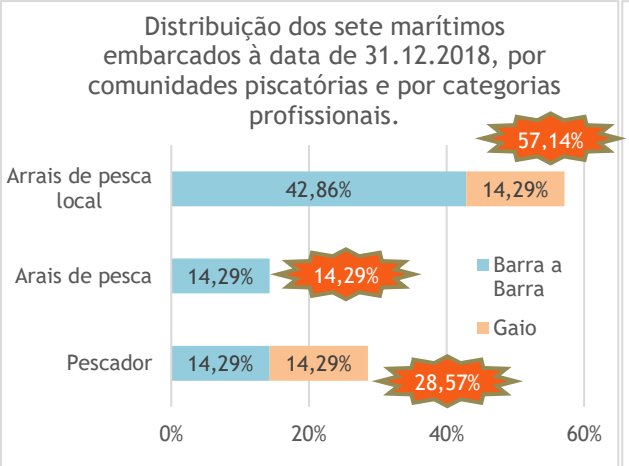
II.3.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[63]

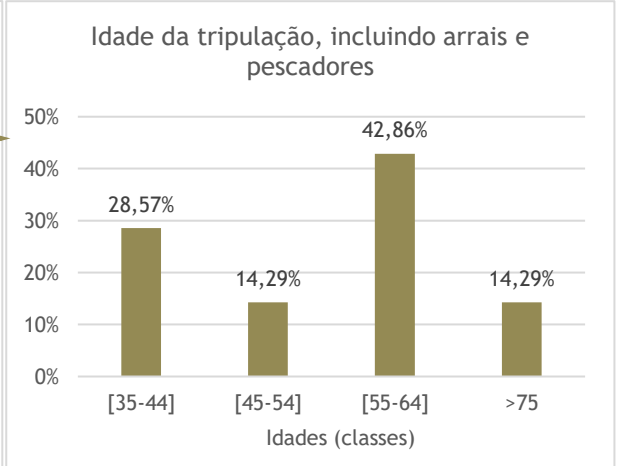
À data de 31 de dezembro de 2018, nas cinco embarcações de pesca local moitenses com licença de pesca para a zona rio Tejo em 2018, estavam matriculados sete marítimos, cinco na Barra a Barra e dois no Gaio, incluídos arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 60% tinham matriculado apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local, e os demais 40% tinham matriculado dois tripulantes, um arrais e um pescador. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos.

Sobre a distribuição dos marítimos, 28,57% estão no Sítio do Gaio e os demais 71,43% na Barra a Barra, e sobre as categorias profissionais, 28,57% têm a categoria de pescador, 57,14% a categoria de arrais de pesca local, e 14,29% têm a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a fazer a transição para o densamente envelhecido, uma vez que 71,43% já tem mais de 45 anos, dos quais 14,29% tem mais de 75 anos, como se observa no gráfico a seguir. O mais jovem a trabalhar na pesca na Moita pertence à comunidade da Barra a Barra, é Jorge Humberto das Neves Monte Nascimento, tem 40 anos e anda embarcado com o pai, Humberto Augusto Martins do Nascimento, arrais da embarcação "Bahia", registo n.º B-802-L, sendo que o filho é o proprietário e armador.

Sobre a forma de remuneração, e apenas nas duas embarcações que têm mais de um marítimo embarcado, pratica-se a divisão por partes iguais, uma vez que são família. Num dos casos, já referido no paragrafo anterior, estão embarcados pai e filho, e no outro caso, no Gaio, estão embarcados marido e mulher, um casal avieiro proprietário da embarcação "Olá Susana", registo n.º VX-767-L. Em ambas as situações, não existe propriamente divisão do produto da pescaria, uma vez que o "dinheiro vai para a casa", é de todos, e também todos colaboram no pagamento das despesas, sendo que são os próprios que geralmente fazem a manutenção do barco e reparam as redes.

Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, o que se percebe, já que são todos familiares.





O proprietário que é simultaneamente o mais ativo e o mais experimente, exerce a bordo da sua embarcação as funções de arrais, e opera sozinho, é o Sr. Manuel António Tavares Coutinho, que pertence à comunidade piscatória da Barra a Barra.

[63] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos róis de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário.

II.3.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

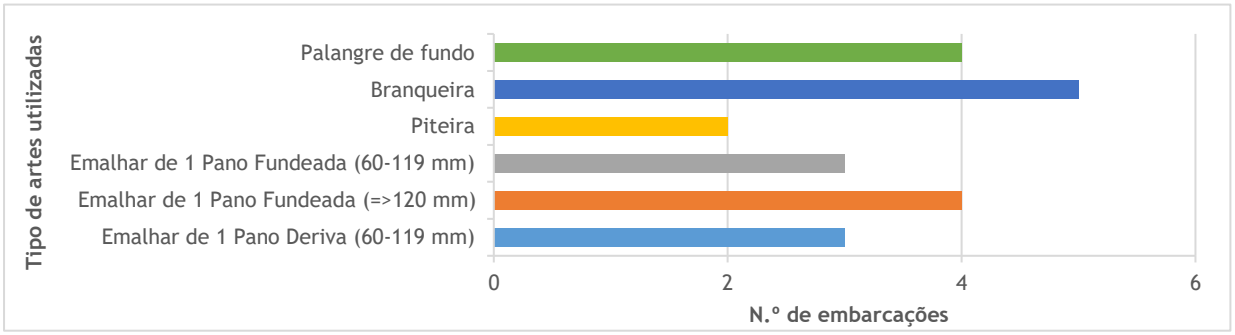
No concelho da Moita o principal sistema de pesca são as redes, e, apenas na impossibilidade da sua utilização, nomeadamente por ação da medusa-do-Tejo (ou alforreca, como é conhecida), é que os marítimos adotam outros sistemas de pesca, nomeadamente a palangre de fundo e a piteira, como aconteceu em 2018.

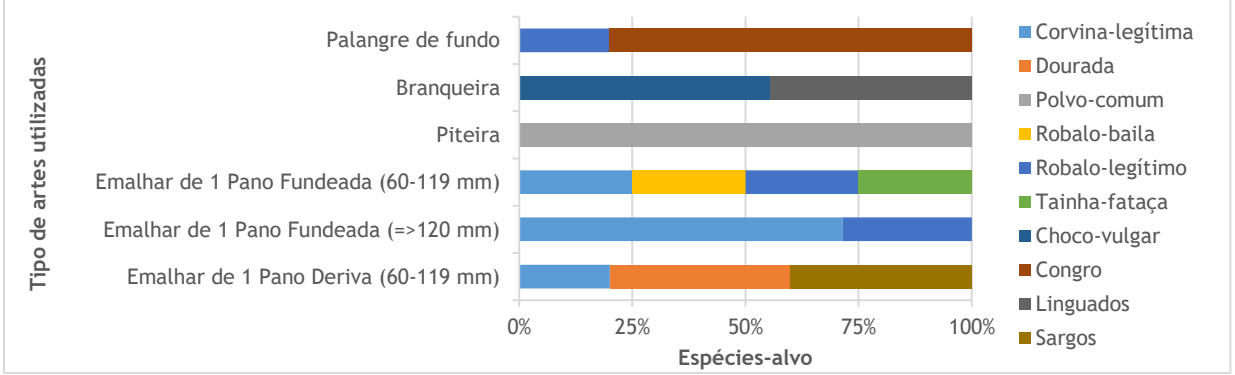
A rede branqueira, um tresmalho de fundo, que neste território é conhecida como "solheira" (caracteriza-se por ter entre 0,5 e 1 metro de altura), foi utilizada pela totalidade da frota, que é pequena, apenas cinco embarcações, dirigida à pesca do choco-comum e dos linguados (legítimo e branco), entre janeiro e julho, nos canais e esteiros da Moita, e no Mar da Palha. Depois desta data a alforreca não permitiu a pesca com redes fundeadas, tiveram de optar por redes à deriva. Enquanto operavam com a branqueira, algumas embarcações de forma complementar também operavam com a piteira e com o aparelho de anzol.

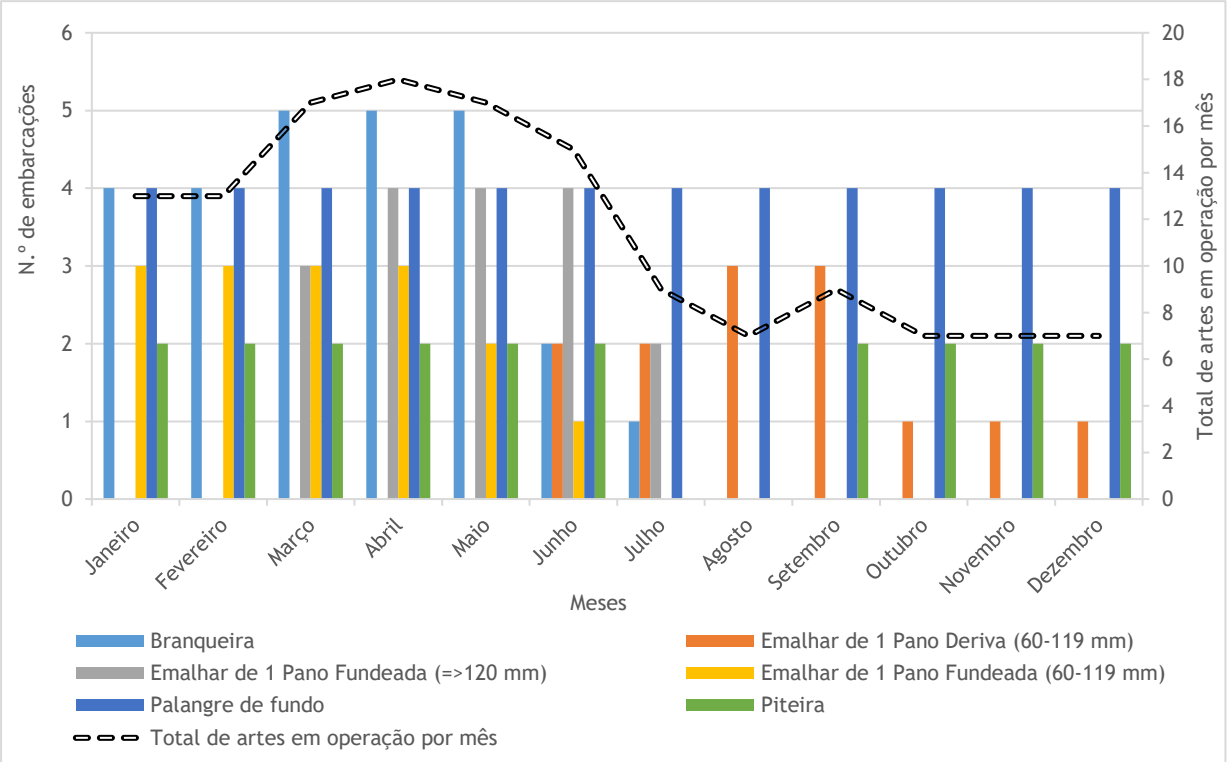
A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, foi utilizada por três embarcações, na modalidade de fundeada, entre janeiro e junho, dirigida ao robalo-legítimo, ao robalo-legítimo, à corvina-legítima e à tainha-fataça, e na modalidade de deriva, entre junho e dezembro, dirigida aos sargos, à dourada e à corvina-legítima. A mudança da modalidade de operação foi uma consequência dos efeitos da medusa-do-Tejo, que impediu a utilização das redes fundeadas. A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, na modalidade de fundeada, foi utilizada março a julho, por quatro embarcações, dirigida à corvina-legítima grande, sendo esta uma das principais pescarias deste território. Uma embarcação dirigiu esta rede, com malha de 120 mm, ao robalo-legítimo.

O aparelho de anzol de fundo foi utilizado por quatro embarcações ao longo de todo o ano, centrado em dois sistemas de pesca: primeiro, anzol pequeno (n.^{os} 10 e 11), iscado com choco e casulo para capturar os chamados peixes brancos, corvinas e robalos; segundo, anzol grande (n.^{os} 6 e 7), iscado com cavalas e tainhas, e algumas vezes com choco, para capturar o congro.

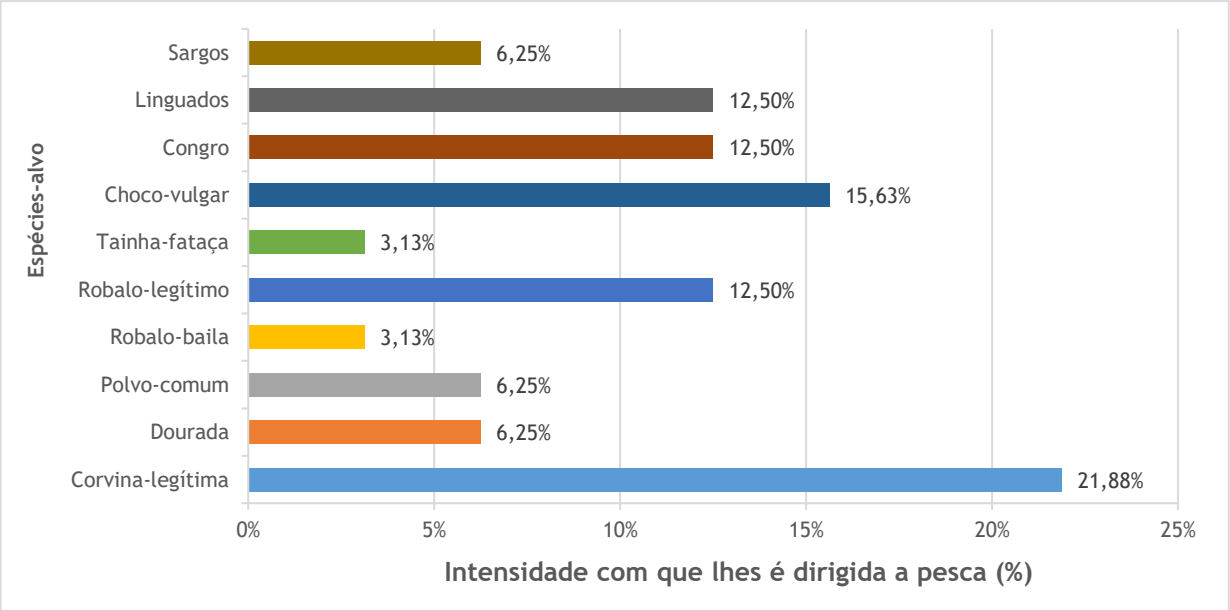
A piteira foi utilizada por duas embarcações durante todo o ano, com exceção dos meses de julho e agosto (defeso do polvo), apenas quinze dias por cada mês, nos períodos das boas marés do polvo (maré pequena), entre o Bugio e Paço de Arcos. Cada embarcação foi tripulada por dois marítimos, cada um deles equipado com duas piteiras, e cada piteira estava constituída por seis anzóis barbelados, e foi iscada com tainhas, e outras espécies de idêntico valor que surgiram nas redes. Durante essas quinzenas deixaram as embarcações na doca de Pedrouços, e deslocaram-se de carro, entre a foz e a Moita.







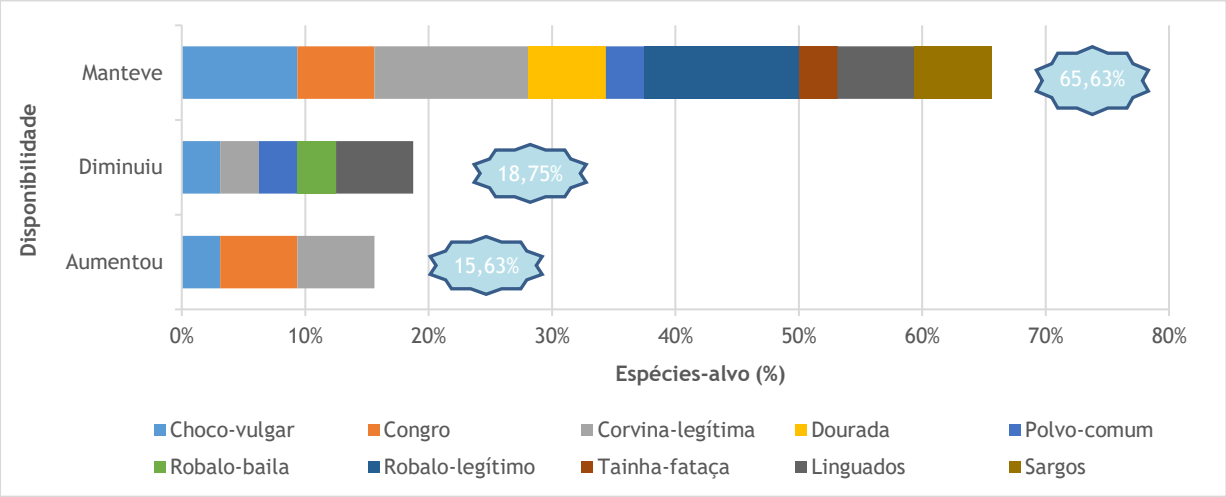
Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que a corvina-legítima (21,88%), o choco-vulgar (15,63%), o robalo-legítimo (12,50%), o congro (12,50%) e os linguados (12,50%), foram destacadamente as espécies a que estes marítimos mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o polvo-comum (6,25%), a dourada (6,25%) e os sargos (6,25%), e, de forma residual, a o robalo-baila (3,13%) e a tainha-fataça (3,13%). A heterogeneidade das espécies-alvo reflete a predominância da operação com redes, artes menos seletivas que permitem a captura de diversas espécies, a maior parte delas com relevância económica.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 65,63% dos inquiridos respondido que se manteve, 18,75% que diminuiu e 15,63% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram os linguados (6,25%), o choco-vulgar (3,13%), a corvina-legítima (3,13%), o polvo-comum (3,13%) e o robalo-baila (3,13%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso dos linguados, por exemplo, 6,25% responderam que manteve e igual percentagem que diminuiu. No caso do choco-vulgar, 9,38% responderam que manteve, 3,13% que diminuiu e igual percentagem que aumentou. No caso da corvina-legítima, 12,50% responderam que manteve, 3,13% que diminuiu e 6,25% que aumentou. Já no caso do congro, 6,25% responderam que aumentou e 6,25% que manteve, no caso da dourada, 6,25% responderam que manteve, e no caso do robalo-legítimo, 12,50% responderam que manteve.

No caso do polvo comum, 3,13% responderam que manteve, e igual percentagem que diminuiu, com as respostas para esta espécie em linha com as registadas no concelho de Lisboa, ou seja, que o polvo foi abundante entre 2015 e 2017, em 2018 as capturas foram muito baixas, sendo que, também neste concelho, se verificou um importante incremento no valor de venda, o que se traduziu em menos vendas, menos marés, mas maior rentabilidade para os pescadores. A enguia-europeia, que durante muitas décadas foi uma das principais espécies capturadas neste território, não foi referida pelos marítimos como uma espécie-alvo, porque depois do encerramento das marinhas de sal a sua disponibilidade reduziu muito na Barra a Barra, e já não é economicamente viável dirigir-lhe a pesca.

Este é apenas mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que a larga maioria dos arrais moitenses não verifica qualquer alteração significativa na disponibilidade das espécies que constituem a sua principal base de subsistência.



Sobre os motivos que levaram os marítimos moitenses a dirigir a pesca a estas espécies, a totalidade assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos foram apresentadas outras motivações cumulativas: 80% referiram serem espécies das épocas, 20% responderam que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, e outros 20% por indisponibilidade de outras espécies. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação dos marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria e lotas de Setúbal e Sesimbra, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também ao consumo dos próprios marítimos, e dos seus familiares e amigos.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: cação-liso, pata-roxa, ratão, cações, carapau, sardinha, charroco, corvinata-real (ou peixe-rainha), sável, solha-das-pedras (ou

patruça), raia-curva, raia-lenga, rodovalho, salema, sargos, solha-legítima, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações moitenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, a maior parte das quais também habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 9.478,50 Kg de pescado, integralmente capturado nas águas interiores não marítimas do rio Tejo, que foi comercializado por 58.921,59€, o que corresponde ao preço médio de 6,22€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

O polvo-vulgar foi a espécie mais desembarcada, um total de 2.103 Kg comercializados por 17.564,30€, o que corresponde ao valor médio de 8,73€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi a corvina-legítima, um total de 1.520,30 Kg comercializados por 9.557,92€, o que corresponde ao valor médio de 6,29€/Kg. Em terceiro lugar surge o congro, um total de 1.490,90 Kg comercializados por 5.179,75€, o que corresponde ao valor médio de 3,47€/Kg. Segue-se o robalo-legítimo, com 1.271,30 Kg comercializados por 14.498,12€, e a tainha-fataça com 1.027,80 Kg comercializados por 1.288,03€, €, o que corresponde ao valor médio por quilo de 11,40€ e 1,25€, respetivamente. A espécie mais valorizada foi o linguado-legítimo, mas apenas foram desembarcados 6,10 Kg desta espécie que foram comercializados por 94,24€ (15,45€/Kg).

Estes dados foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local moitenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não comtemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Cação-liso	13,80	52,97 €	3,84 €
Carapau	15,50	41,08 €	2,65 €
Charroco	155,00	221,19 €	1,43 €
Choco-vulgar	476,50	4 160,39 €	8,73 €
Congro	1 490,90	5 179,75 €	3,47 €
Corvina-legitima	1 520,30	9 557,92 €	6,29 €
Corvinata-real	49,30	83,84 €	1,70 €
Dourada	230,30	3 188,16 €	13,84 €
Linguado-legítimo	6,10	94,24 €	15,45 €
Linguados	34,80	435,19 €	12,51 €
Polvo-vulgar	2 013,00	17 564,30 €	8,73 €
Raia-curva	3,50	13,13 €	3,75 €
Robalo-baila	177,50	571,30 €	3,22 €
Robalo-legitimo	1 271,30	14 498,12 €	11,40 €
Rodovalho	0,60	6,72 €	11,20 €
Salema	260,10	129,00 €	0,50 €
Sargo-alcorraz	124,30	248,91 €	2,00 €
Sargo-legítimo	101,10	675,14 €	6,68 €
Solha-legítima	3,60	8,70 €	2,42 €
Tainha-fataça	1 027,80	1 288,03 €	1,25 €
Tainha-liça	390,50	668,56 €	1,71 €
Tainha-olhalvo	32,20	45,22 €	1,40 €
Tainhas	80,50	189,73 €	2,36 €
Somatório	**9 478,50**	**58 921,59 €**	**6,22 €**

TABELA 11 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho da Moita no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.

Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, as despesas de operação totalizaram 49.480,00€, divididas por várias rúbricas, como se observa na tabela a seguir.

A operação das embarcações teve um custo de combustível de 26.480,00€, representa 53,52% da totalidade dos gastos, é o que mais onera a atividade. Com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas foram gastos 4.470,00€ (9,03%), e com a deslocação do pescado para venda em lota foram gastos 4.675,00€ (9,45%), este último um impacto económico significativo que estrangulou o desempenho da atividade, e podia ser atenuado. Estas três rúbricas juntas representam 72,00% dos gastos na atividade, e em nada contribuem para o seu progresso.

O investimento na aquisição ou recuperação de materiais destinados ao processo produtivo foi muito baixo, apenas 5.750,00€ (11,62%) na aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, 4.750,00€ (9,60%) na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, nomeadamente na reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo reparação do(s) motor(es), e 1.130,00€ (2,28%) na aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.. Com a aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considerou o custo de deslocação ao local da apanha) foram gastos 2.225,00€, o que corresponde a 4,50% do total de gastos.

Os gastos na deslocação do pescado à lota são praticamente equivalentes aos gastos na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, e não estão muito longe dos gastos com aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, o que é um indicador preocupante. Investir significa aplicar capital com expectativa de um benefício futuro, o oposto limita o crescimento da atividade formal, que é o que se verifica neste concelho.

Custos operacionais da atividade piscatória moitense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	5 750,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	4 675,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	1 130,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	4 750,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	4 470,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	26 480,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	2 225,00 €
Somatório	**49 480,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento (na deslocação

para o pesqueiro com vento de Norte demoram mais dez minutos), das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam (Cais de Pesca Profissional do Montijo e Cala do Montijo, junto ao antigo Cais dos Vapores), como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

A comunidade piscatória do Gaio é constituída por apenas uma embarcação tripulada por dois marítimos, um casal descendente de avieiros que opera a maior parte do ano com piteira, ao polvo, da Ponte 25 de Abril até Paço de Arcos, motivo pelo qual o tempo de deslocação aos pesqueiros, de ida e volta, variou entre 60 e 100 minutos, como se observa na tabela a seguir. Sem nunca deixarem de operar com a piteira, também utilizaram a rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, a uma distância cuja deslocação, de ida e volta, variou entre os 40 e os 80 minutos, o que se circunscreve aos esteiros e canais da Moita / Alhos Vedros, e ao Mar da Palha, e com a palangre de fundo, a uma distância cuja deslocação, de ida e volta, variou entre os 70 e os 80 minutos, o que corresponde à atuação central no Mar da Palha, e daí até à Ponte Vasco da Gama, para o lado da Cala das Barcas.

Na Barra a Barra, a pesca com rede de emalhar de um pano, de todas as classes de malhagem (de 60 a 119 mm, e => 120 mm), e em ambas as modalidades (fundeada e à deriva), com branqueira e com palangre de fundo, é feita a uma distância cuja deslocação, de ida e volta, varia entre 40 e 100 minutos, sendo que o tempo médio mínimo ronda os 50 minutos e o tempo médio máximo ronda os 85 minutos, o que nos permite delimitar a zona de operação aos esteiros e canais da Moita / Alhos Vedros, nas proximidades do Canal Terminal de Sólidos e do Canal Terminal de Líquidos, e ao Mar da Palha, e daí para montante ao redor do Canal de Samora I. A pesca com a arte da piteira implicou deslocações que no mínimo demoraram 50 minutos e no máximo 100 minutos, como se observa na tabela a seguir, o que delimita a operação com esta arte a partir do Olho de Boi, e daí para jusante.

Estes dados evidenciam a grande difusão das embarcações de pesca local montijenses no estuário do rio Tejo, desde a Ponte Vasco da Gama até Paço de Arcos, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Barra a Barra	**40,00**	**49,29**	**60,00**	**70,00**	**89,29**	**100,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	40,00	52,00	60,00	85,00	93,00	100,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	40,00	50,00	60,00	80,00	89,15	100,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	40,00	45,00	60,00	85,00	88,33	100,00
Piteira	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00	100,00
Branqueira	40,00	50,00	60,00	80,00	89,15	100,00
Palangre de fundo	40,00	50,00	60,00	70,00	85,00	100,00
Gaio	**40,00**	**52,50**	**70,00**	**80,00**	**92,50**	**110,00**
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Piteira	60,00	60,00	60,00	100,00	100,00	100,00
Branqueira	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Palangre de fundo	70,00	70,00	70,00	110,00	110,00	110,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a

determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações moitenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 329 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 840 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é quase três vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
60 (5 dias * 12 meses)	252 (21 dias * 12 meses)	168 (14,00 dias/mês)	840	21	132	65,80	329

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré).

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhe reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes

caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. Estas duas comunidades piscatórias estão significativamente afastadas dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, a lota da Costa da Caparica, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para a operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso aos portos de abrigo, inviabilizam o transporte. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (e mesmo assim ainda têm de pagar portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para a Costa da Caparica e para a Trafaria. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, e pelo estuário não é viável a entrega na Trafaria, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adoptar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à Polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que todas as embarcações operaram durante os doze meses. Também os inquirimos sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, e automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho da Moita dedicam em média 10h25m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 13 horas por dia, e no mínimo 6 horas por dia, como se observa na tabela a seguir. O valor mais baixo, de seis horas, regista-se na comunidade piscatória do Gaio, e o valor mais alto, de treze horas, foi registado na comunidade piscatória da Barra a Barra. As horas de trabalho em dia de faina são muito significativas para uma atividade que requer grande exigência física. No entanto, como já verificámos anteriormente, há muitos dias em que não operam, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DA MOITA	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA BARRA A BARRA	7	10,25	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO GAIO	6	6	6
TOTAL GERAL - CONCELHO DA MOITA	6	9,00	13

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu mau tempo, sendo que 60% ainda acrescentaram quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 40% quando têm as embarcações a reparar, e 20% em situações de doença. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos da Moita encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos da Moita sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 80% respondido que não, e apenas 20% respondido sim, como se observa na tabela seguinte.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
NÃO	60,00%	20,00%	80,00%
SIM	20,00%	0,00%	20,00%
TOTAL	80,00%	20,00%	100,00%

Os marítimos que reponderam não justificaram que alterações aos tempos de pesca sempre existiram, que isso não é relevante, porque eles conseguem adaptar-se, e os marítimos que responderam sim, a minoria, deram o exemplo do choco-vulgar, espécie a que normalmente dirigiam a pesca em abril, e em 2017 fizeram-no em janeiro, e em 2018 em fevereiro.

II.3.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No território do concelho da Moita existem associações de pesca lúdica, na vertente de lazer, desportiva e turística, que inclusive realizam eventos junto à Ilha do Rato, mas não existem associações de pesca profissional, o que porventura estará na base do entendimento de que este espaço nunca teve vocação para a pesca profissional. Importa notar, como já demos conta, que no passado esta foi uma terra de pescadores, e a comunidade piscatória da Barra a Barra faz abrigo neste território, apesar de ser por quase todos considerada como parte integrante do Barreiro.

Questionados estes armadores e arrais sobre se estão inscritos em alguma associação de pescadores, todos responderam que não, e a maior parte mostrou não ter interesse, uma vez que 60% dos casos referiram que as associações de pescadores não têm qualquer função relevante (os demais 40% responderam que as associações têm uma função relevante).

Quanto ao desempenho global das instituições que regulam e fiscalizam as pescas, 20% responderam nada satisfeitos, 60% pouco satisfeitos e 20% satisfeitos. Em nenhum caso responderam muito satisfeitos. Em resumo, fazem uma avaliação negativa destas instituições, porque sentem que nada fazem para melhorar a atividade, já que nunca os interpelaram sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, e quando eles procuram essas instituições para apresentar os seus problemas, são liminarmente negligenciados. Por esse motivo a totalidade dos arrais indicou que gostaria que os pescadores pudessem ser ouvidos nos processos de tomada de decisão.

Quanto às questões de segurança, e sobre a segurança a bordo, a unanimidade dos arrais inquiridos indicou que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Sobre a segurança na navegação, apenas 20% indicaram que existem alguns acidentes de pesca, no estuário, tendo os demais 80% indicado que não, mostrando que esta não é uma questão emergente neste território. Sobre a questão da segurança de pessoas e bens, questão importante num território onde os pescadores profissionais utilizam abrigos sem segurança e vigilância, um dos quais com imensos conflitos devido à apanha ilegal de amêijoa-japonesa, a drogas e outras ilicitudes (na Barra a Barra), indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo 40% respondido algumas vezes, e os demais respondido frequentemente (20%) e muito frequentemente (40%), o que evidência muito trabalho a fazer em prol da segurança física e material destes profissionais.

Sobre a religiosidade, a totalidade dos arrais da Barra a Barra, que representam 80%, não são devotos de qualquer santo padroeiro, e não pedem pela sua vida a santos quando se sentem em perigo no estuário. Apresentam-se convictos que a sua sobrevivência depende da sua inteligência e capacidade, e da qualidade do material que possuem para trabalhar. O arrais e armador do Gaio, que representa os demais 20%, tem como santo padroeiro a Nossa Senhora dos Avieiros, o que reflete a sua tradição e origem avieira, e garante socorrer-se da sua fé quando se sente em perigo na pesca.

II.3.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas têm uma ação lesiva às espécies marinhas, motivo pelo qual questionámos os arrais sobre a intensidade com que perdem artes na faina, tendo 80% respondido algumas vezes, e os demais 20% respondido que nunca perdem, ou, se perdem, quase sempre as recuperam. Também indagámos os arrais sobre o que mais os preocupava quando ocorria perda de artes, tendo 60% manifestado apenas preocupações económicas com a aquisição de novas artes, e os demais 40% juntavam às preocupações económicas as ambientais e ecológicas, como se observa no quadro a seguir.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
I	60,00%	0,00%	60,00%
I,II	20,00%	20,00%	40,00%
TOTAL	80,00%	20,00%	100,00%

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico).

Ao contrário do que acontecia no tempo dos tapa-esteiros, em que os marítimos iam "aviados" para o rio, neste momento nenhum arrais da Barra a Barra confeciona alimentos a bordo, nem os leva já preparados de terra para consumir a bordo, e só muito raramente levam lanche, o que decorre de uma gestão mais eficaz do processo de pesca em função das marés. Apenas o arrais do Gaio, que ainda opera segundo a tradição avieira, de que é descendente, faz refeições a bordo, como se observa no quadro a seguir. Aliás, este arrais avieiro ainda preserva a tradição de dormir a bordo, apesar de ter casa arrendada no Gaio, onde pernoita a maior parte do tempo, e também prepara peixe na embarcação para seu consumo, podendo ser classificado como um dos últimos a manter esta tradição viva, numa zona onde a pesca já não se move por valores históricos e culturais, antes pela obtenção do maior lucro possível. Quando faz refeições a bordo guarda os resíduos num balde, e quando chega a terra deposita-os nos contentores de resíduos sólidos urbanos, à exceção das vísceras do pescado, que larga nas águas do estuário para não ficarem a bordo a "dar cheiro e bicheza".

FAZ REFEIÇÕES A BORDO? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
NÃO	80,00%	0,00%	80,00%
SIM	0,00%	20,00%	20,00%
TOTAL	**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**

A substituição dos óleos é realizada sem retirar as embarcações da água. O procedimento é sempre o mesmo: deixam as embarcações em zonas altas que ficam descobertas mais cedo na maré-baixa, para fazerem a manutenção, como limpar os fundos e substituir óleo do motor e da caixa de velocidades. Se for para substituir apenas o óleo do motor, utilizam uma bomba de sucção manual, que não tem fugas. Os arrais responderam que o fazem a mudança de óleo na água porque a embarcação efetivamente não é retirada. Sobre o destino que dão aos óleos usados, 80% guardam para utilizações domésticas, essencialmente na conservação de madeira, e 20% deixam com o mecânico que faz a revisão do motor, como se observa no quadro a seguir.

O QUE FAZ AOS OLEOS USADOS? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
FICA COM O MECÂNICO	20,00%	0,00%	20,00%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	60,00%	20,00%	80,00%
TOTAL	**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**

Sobre a frequência com que os arrais apanham resíduos na faina, 20% respondeu algumas vezes e 80% frequentemente, como se observa no quadro seguinte, o que não é um cenário favorável da poluição do fundo do estuário do rio Tejo.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
ALGUMAS VEZES	20,00%	0,00%	20,00%
FREQUENTEMENTE	60,00%	20,00%	80,00%
TOTAL	**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**

Sobre os tipos de resíduos que os marítimos apanham nas artes, 60% respondeu plásticos diversos, seguidos de outros resíduos, como madeiras, tecidos diversos, produtos de higiene e equipamento tecnológico, como se observa no quadro a seguir. Nenhum arrais se referiu a apanhar pedaços de artes de pesca.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS ARTES DE PESCA? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
I	20,00%	0,00%	20,00%
I,II,VI	0,00%	20,00%	20,00%
II	20,00%	0,00%	20,00%
II,III,V	20,00%	0,00%	20,00%
IV	20,00%	0,00%	20,00%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Legenda: (i) madeiras; (ii) plásticos diversos; (iii) tecidos diversos; (iv) produtos de higiene; (v) produtos alimentícios e cadáveres de animais domésticos; (vi) equipamento tecnológico.

Sobre o destino que os arrais dão a esses resíduos que lhes aparecem nas artes de pesca, 20% devolve-os ao fundo do estuário, e os demais 80% trazem para terra, caso as suas embarcações o possibilitem, e destes, em terra, 60% larga onde lhe for possível e 20% assegura o encaminhamento adequado, como se observa no quadro a seguir.

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	BARRA A BARRA	GAIO	TOTAL
LANÇA-OS NOVAMENTE À ÁGUA	20,00%	0,00%	20,00%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ABANDONA ONDE FOR POSSÍVEL	40,00%	20,00%	60,00%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ASSEGURA O TRATAMENTO ADEQUADO	20,00%	0,00%	20,00%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

A atividade piscatória no território da Moita começa a ser "coisa do passado", como o reconhecem os próprios arrais. Poucos a conhecem verdadeiramente e poucos lhe reconhecem valor, até porque os pescadores profissionais utilizam o mesmo espaço que os ilegais, zonas de acesso restrito e temidas pela população, como é o caso da Barra a Barra. No entanto, faz sentido que a edilidade procure encontrar pontes com os armadores, porque desse entendimento poderia resultar uma nova dinâmica antipoluição.

II.3.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais da Moita sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são o assoreamento, o aumento do preço do combustível, as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), os apanhadores de amêijoa-japonesa (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução do alimento do peixe, insegurança e furtos), as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, a falta de mão-de-obra, a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), e o aumento dos custos de artes de pesca e isco, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Podemos definir um conjunto de problemas, como roubos, criminalidade, pratica de ilegalidades, ausência de condições mínimas para a prática da pesca, ausência de qualquer infraestrutura de apoio à pesca, apanhadores ilegais de amêijoa-japonesa e elevado assoreamento, que caracterizam a particularidade deste espaço.

Os arrais deste território consideram ser fundamental a construção de uma ponte com um cais para descarregarem o pescado, e para colocarem e tirarem as artes de pesca dentro das embarcações, principal obstáculo ao progresso da atividade piscatória. Neste momento apenas dispõem individualmente, ou dois a dois, de pontes palafitas e barracas também palafitas para arrumarem as artes de pesca, que eles próprios construíram, e que eles próprios fazem a manutenção, utilizando os óleos das embarcações para proteger os barrotes e os tabuados. Com essa infraestrutura deixavam de estar dependentes das marés, uma vez que agora, devido a problemas de assoreamento, apenas conseguem sair ou entrar na zona do cais palafítico com três horas de água, quer na enchente, quer na vazante. Existe uma alternativa à realização desta obra, bem aceite pelos arrais, que passa pela construção de um cais de pesca no Barreiro, na antiga Doca Seca dos Comboios de Portugal, que pudesse aglutinar todos os armadores que agora estão dispersos pela zona ribeirinha de ambos os concelhos.

Os problemas de furtos e criminalidade são uma constante em terra, incluem o furto de depósitos de combustível e motores, e também no espelho de água, mais focados nos furtos de combustível, artes de pesca e pescado, que deixam os arrais sobre alerta. As construções abarracadas na Barra a Barra albergam todo o tipo de pessoas e servem a todo o tipo de finalidade. Alguns utilizam-nas como residência permanente, outros como espaço de veraneio no verão, e outros instalaram aqui negócios clandestinos, essencialmente bares, onde geralmente existe confusão, onde o confronto físico é constante, e chega a haver tiros. Estas construções abarracadas, para além de servirem de teto aos mais desfavorecidos, também servem de apoio a atividades ilícitas, como a apanha de amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, e ainda à prática de negociatas de toda a espécie, inclusive tráfico de estupefacientes, é uma espécie de "centro comercial", e por isso muitas vezes deslocam-se pelos caminhos que circundam as barracas, indivíduos amigos do alheio, que não gostam de cumprir leis e nem reconhecem a autoridade pública, sem qualquer enquadramento numa sociedade pacifica e democrática. Os pescadores profissionais que utilizam este espaço têm sabido conviver pacificamente com estas pessoas, e com um grande "jogo de cintura" têm-se afastado de problemas mais graves, mas estão plenamente conscientes dos riscos que aqui correm. No espelho de água, os arrais optaram por deixar as boias sem sinalizadores para dificultar a sua localização, mas a prática é irregular e algumas vezes têm sido autuados, motivo pelo qual querem maior fiscalização para não terem de deixar as boias sem sinalização. Importa que se diga que muitas vezes as boias são deixadas sem sinalização porque estão colocadas em zona de pesca proibida, ou suportam artes de pesca não permitidas ou malhas não regulamentares, e nestas situações os arrais são, obviamente, bem autuados.

Relacionado com a insegurança e com os furtos, está a apanha de amêijoa-japonesa, atividade que deve ser legalizada o mais rápido possível para conter a "selvajaria" que hoje se verifica. Notam que as espécies de fundo ou que andam em contacto com o fundo diminuíram desde que começou a apanha frenética de amêijoa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, nomeadamente os linguados e as enguias. Os arrais indicaram que até à ocorrência da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 capturavam a montante da Ponte Vasco da Gama, numa maré, com recurso a três aparelhos de anzol miúdo, cerca de 90 Kg de enguias, e vinte anos depois, em 2018, não apanham mais de dez quilos de enguias, com os mesmos três aparelhos, e isto em bons dias de pesca, porque a maior parte dos dias não vão além dos cinco quilos de enguias. Salientam que a apanha ilegal de amêijoa ocorre mesmo debaixo das "barbas" da Polícia Marítima, por exemplo, em frente a Xabregas, pelos apanhadores da Trafaria, e a polícia não consegue por fim à atividade. Mostram-se revoltados, dizem que no caso dos pescadores profissionais a Polícia Marítima "*não deixa passar nada*", e explicam o motivo: "*a polícia sabe que se nos multar nós pagamos, porque não podemos ficar sem o barco, já se for multar os ucranianos que andam à amêijoa, sabem que vão ter trabalho e não vão receber nada, e por isso nem sequer os abordam, deixam-nos andar*".

Os arrais também reclamam da falta de fiscalização especificamente no combate aos processos de captura ilegais e altamente daninhos, em especial sobre a utilização de redes de um pano com vários metros de altura para cercar os cardumes de corvina aquando da entrada no estuário, que, segundo dizem, nestes cercos é utilizada uma substância explosiva para que as corvinas fiquem irrequietas e emalharem na rede. Cita-se o testemunho de um arrais: "*em frente ao terminal de líquidos o barco Coca-Cola de Sesimbra larga redes em forma de círculo* (cercando o cardume de corvinas) *e lança para a água, no interior do cerco, um material fluorescente que coloca os peixes desarvorados, que em fuga vão contra as redes e são emalhados. Este barco faz todos os anos esta pesca proibida, muitas vezes com a conivência dos pescadores lúdicos, mas raras as vezes é apanhado*".

Este sistema de pesca ilegal permite capturar toneladas de corvina por lance, o que não só destrói o equilíbrio biológico da espécie, como desregula o mercado, porque nessas ocasiões o excesso de oferta faz baixar muito o preço da corvina, fazendo com que todos os pescadores fiquem a perder devido à atitude ignorante de alguns. Notar que esta prática ilegal gera lucro que supera em muito os custos que possam ter de coimas, até porque quando a Polícia Marítima deteta uma destas embarcações em situação irregular, já os incumpridores fizeram trinta ou quarenta lances, incentivo mais do que suficiente para a ilegalidade continuar. De salientar que durante este ano de 2018, numa ação de fiscalização realizada pela Polícia Marítima, foram apreendidas três embarcações que participavam num cerco, e o produto da venda das corvinas aprendidas, que reverteu para o processo, ascendeu a quase doze mil euros, excedendo o total da coima aplicada aos que participavam no cerco.

Também reclamam da ausência de fiscalização sobre as embarcações de recreio que se dedicam à pesca lúdica com artes profissionais, notando que estas embarcações vendem o pescado na lota como sendo proveniente da pesca profissional, porque o entregam em nome de embarcações de pesca profissional com licença de pesca ativa que estão paradas, porque os armadores estão dedicados a outras tarefas, ou em nome de embarcações de pesca profissional que se dedicam à apanha de amêijoa-japonesa com ganchorra, permitindo-lhe assim a revalidação das licenças. Por ser um sistema ilegal em que todos ganham, será sempre muito difícil pôr-lhe termo, sendo certo que sempre é melhor que esse pescado, proveniente dos pescadores lúdicos, seja comercializado pela Docapesca, do que entre no mercado sem pagar impostos, e sem ser assegurada a qualidade do produto.

Os arrais também se queixam da potência máxima autorizada nos motores, dizem que não permite "*fugir do mau tempo*" com as embarcações carregadas, porque a ondulação sequencial gerada pela navegação e pelo vento faz com que o barco não saía do sítio.

Sobre a gestão da atividade, os arrais defendem a desmaterialização da licença de pesca e a evolução para um duplo sistema, de licença normal e de licença sazonal: (i) pescadores a tempo inteiro deveriam renovar a licença automaticamente; (ii) pescadores a tempo parcial teriam de comunicar todos os anos os meses em que vão trabalhar e as artes que vão utilizar nesses meses e só faziam descontos nesses meses.

Neste território observam-se alguns pescadores, entre os mais antigos e experientes, que nunca tiraram a carteira de pescador. Muitos destes pescadores vivem na completa ilegalidade, operam sozinhos em embarcações de recreio com artes profissionais, e, pelo que constatámos no trabalho de campo, o que motiva esta situação é a vergonha de assumirem que têm dificuldades em ler e escrever. Todavia, gostavam de um dia ver a sua situação regularizada, e para isso defendem que deveriam existir exames orais de regularização extraordinária para os pescadores, de forma que não se sentissem minimizados pelas suas fracas competências escolares e de ortografia.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", uma proposta de um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 20% dos arrais indicaram que sim, tendo 80% respondido que não, como se observa no quadro seguinte, essencialmente porque falta união entre marítimos. Digladiam-se, quando deviam unir esforços, e assumem uma postura individualista e isolacionista, de ocultação de tudo o que capturam, o oposto do sistema colaboracionista necessário para um projeto desta natureza. Salienta-se a fundamentação de dois arrais: para um deles, a iniciativa não teria sucesso porque a população da Área Metropolitana de Lisboa (AML) valoriza mais o peixe capturado no mar, em detrimento do capturado no estuário do rio Tejo, porque na sua opinião pensam que o Tejo ainda está poluído; para o outro, que curiosamente desenvolve ao mesmo tempo desenvolve a atividade de comerciante de pescado, o pescado está muito valorizado, pelo que só na lota é que o peixe pode sair pelo preço mais caro, a comunidade local não pode pagar o preço atual do peixe pescado no estuário do rio Tejo. Os arrais que responderam de forma positiva consideram que era uma excelente oportunidade para controlarem o valor de venda do seu pescado.

A segunda estratégia, uma proposta de flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pesca local de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes, 60% responderam que sim, como se observa no quadro a seguir, essencialmente porque lhes facilitava a vida e tornava o sistema mais justo, já que assim todos trabalhariam em igualdade de circunstâncias. Apenas 40% responderam que não, essencialmente os arrais das embarcações com mais licenças e/ou com licenças especiais,

alegando que são as licenças que fazem o valor das embarcações que operam no rio, pelo que se as perdessem as embarcações também perdiam valor. Ademais, estes arrais que responderam de forma negativa, referiram que se todos pudessem pescar com as mesmas artes aumentaria o esforço de pesca sobre as principais espécies, que são as mais valorizadas.

A terceira estratégia, apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após regulamentada, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca, 60% respondeu que não, e apenas 40% responderam que sim, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma negativa consideram não ter idade nem paciência para acompanhar turistas, e também consideram que tem de existir uma separação clara entre a pesca e o turismo, para evitar que a pesca turismo seja uma concorrente direta da pesca profissional. Outros consideraram que os custos de adaptação das embarcações de pesca, não justificam as mais valias que vão ser geradas. Um arrais também referiu que a maior parte das embarcações de pesca do Tejo têm motores a gasolina, pelo que, mesmo que a ideia fosse para a frente, e que existissem subsídios para compatibilizar as embarcações, o custo do transporte de apenas um passageiro era inviável, porque o combustível era mais caro do que aquilo que ele teria de pagar. Os arrais que responderam de forma positiva consideraram que, não obstante terem espécies para capturar ao longo de todo o ano, especialmente no verão, que é quando fazem o "mealheiro", era um bom complemento para alturas em que, por vicissitudes várias, o pescado fosse menor, salientando que iria permitir faturar algum dinheiro para assegurar a sobrevivência e não tinham de gastar dinheiro em novas artes de pesca.

A quarta e última estratégia, sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, de forma que estas pessoas também pudessem figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, 60% responderam que sim, e apenas 40% responderam que não, como se observa no quadro a seguir, essencialmente porque são os próprios que fazem os trabalhos de terra, já que o rendimento que a atividade gera não permite pagar a camaradas para fazerem os trabalhos de terra. Os que responderam de forma positiva consideraram ser justo que quem faz os trabalhos em terra também possa fazer os descontos para a Segurança Social, para que um dia tenha reforma. Notar que num dos casos a esposa do arrais embarca frequentemente na qualidade de observadora, ajuda nas tarefas de bordo, também ajuda nas tarefas em terra, a safar redes, e não figura nas folhas da segurança social.

Estratégia de dinamização comercial		Barra a Barra	Gaio	Total
O Cabaz do Tejo		**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**
	Não	60,00%	20,00%	80,00%
	Sim	20,00%	0,00%	20,00%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**
	Não	20,00%	20,00%	40,00%
	Sim	60,00%	0,00%	60,00%
Pesca turismo		**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**
	Não	40,00%	20,00%	60,00%
	Sim	40,00%	0,00%	40,00%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**80,00%**	**20,00%**	**100,00%**
	Não	20,00%	20,00%	40,00%
	Sim	60,00%	0,00%	60,00%



FIGURA 143 | Vista geral da paisagem da comunidade piscatória da Barra a Barra, incluindo as várias estruturas palafíticas, sendo de notar que esta é maioritariamente constituída por pescadores desportivos, em 16.11.2018.



FIGURA 144 | Manuel António Tavares Coutinho, o arrais mais experiente desta comunidade piscatória, a retirar a água da sua embarcação ("Coutinho" - B-766-L), num dia chuvoso. Barra a Barra, Moita, em 18.11.2018.

II.4. Comunidades de Pescadores do Barreiro

II.4.1. Enquadramento evolutivo.[64]

No concelho do Barreiro os pescadores estão hoje dispersos em cinco núcleos que se constituíram, em primeiro, devido à evolução da organização do espaço ribeirinho, em segundo, pela falta de dragagens e carência de infraestruturas de apoio à pesca, situação que não facilita o expediente diário e potencia a ocorrência de furtos, o que leva os pescadores a optar por locais alternativos tidos como mais seguros para guardar os apetrechos de pesca e as embarcações, e, em terceiro, por os pescadores quererem ocultar dos camaradas informação sobre o peixe que pescam, e onde o pescam. Para essa finalidade quanto mais dispersos estiverem, melhor.

Em finais de 2018, os núcleos considerados a partir do local onde os pescadores guardam o material de pesca e onde fundeiam as embarcações e fazem as vistorias a seco e a nado, eram: (i) Bico do Mexilhoeiro, (ii) Serração, (iii) Doca Seca da CP - Comboios de Portugal (grupo conhecido como os "ferroviários"), (iv) Praia da Torralta e (v) Palhais, conforme ilustrado no mapa a seguir. Não incluímos a caldeira do moinho de maré Pequeno, onde fundeia a embarcação "Capilopes", registo n.º B-735-L, e junto à qual está um contentor para arrumo de material de pesca, porque não pescou nos últimos três anos, e não existe previsão de voltar a pescar.



FIGURA 145 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho do Barreiro.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017.
Descrição: 1 - Bico do Mexilhoeiro (38°39'29.8"N | 9°05'30.8"W); 2 – Serração (38°39'27.2"N | 9°05'02.0"W); 3 - Doca Seca da CP - Comboios de Portugal "ferroviários" (38°39'22.3"N | 9°04'44.9"W); 4 - Praia da Torralta (38°39'08.2"N | 9°04'28.6"W); e 5 – Palhais (38°38'01.2"N | 9°03'36.1"W).

[64] Este enquadramento foi escrito com base em pesquisa biográfica no fundo local do concelho e nas conversas mantidas com vários homens do mar do concelho do Barreiro, pertencentes às várias comunidades, entre outubro e novembro 2018, e agosto de 2019: João Augusto Assunção dos Santos, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Augusto Santos" (B-734-L), que começou na arte dos cercos aos oito anos, Edgar Tristão Branco (alcunha Garinho), proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Garinho" (B-805-L), Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Estrela da Manhã", registo n.º B-747-L, e Rogério Antunes Pereira Correia, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sol Brilhante" (B-779-L), descendente de várias gerações de pescadores, começou na pesca na arte do tapa-esteiros do seu pai, foi toda a vida pescador, e é também Vice-Presidente da Associação de Pesca artesanal - Ala Ala.

José Augusto Pimenta foi um dos primeiros a forjar uma explicação para a origem e para a denominação do território que hoje corresponde ao Barreiro, que veio a lume em 1886, indicando que teria sido povoado por pescadores algarvios atraídos pela localização à borda do tejo, um acidente natural protegido e localizado em frente a Lisboa, e que durante o dia operavam na barra de Lisboa, resultando daí a antonomásia "barreiros" (Pimenta, 1886, p. 87-88). Aí teriam construído em madeira, com isolamento e cobertura em palha, umas cabanas junto à praia, onde pernoitavam, e utilizavam o imenso areal para encalhar os barcos e para preparar as artes de pesca. Nos anos seguintes, esta explicação foi reproduzida e complementada por outros autores, nomeadamente Aberto Pimentel, que na sua obra "*A Extremadura Portugueza*" referiu: "*Foi assim que o Barreiro teve sua origem, graças á situação geographica que favorecia o estabelecimento de colonias piscatorias, attraidas pela visinhança do Tejo e pelo abrigo que offerecia aos pescadores, em occasião de mau tempo, o esteiro que vae desde a ponta do Mexilhoeiro até Coina, e que pode considerar-se uma doca natural*" (Pimentel, 1908, p. 51). A rua junto à praia onde inicialmente se albergavam os algarvios, e que terá dado origem ao povoado, terá sido originalmente denominada de "rua de Palhaes", em referência a essas primeiras construções em palha. Segundo este autor, foram as pescarias que permitiram o acelerado crescimento da população, porque em 1514 o povoado ainda era uma "*aldéa*" e em 1571 já aparecia descrito como "*bella villa de trezentos fogos*" (Pimentel, 1908, p. 51).[65] Armando da Silva Pais complementa, referindo que os marítimos da pesca que tinham os trabalhos mais difíceis e habitavam com as famílias na faixa da praia da Vila do Barreiro, para os lados da Senhora do Rosário, eram conhecidos por "Camarros", e os que residiam para os lados do ex-Largo das Obras (Largo Alexandre Herculano), que tinham uma forma diferente de se expressarem verbalmente, eram conhecidos como "*Calcanhares Rachados*" (Pais, 1963).

Esta conceção foi aceite durante muito tempo e tinha subjacente que as atividades ligadas ao rio e ao mar tinham sido desde sempre as mais importantes entre as exercidas pelos barreirenses, e era essa a base do nome da povoação. Conceção que se sustenta, muito provavelmente, numa previsão de Dona Maria I, de 7 de julho de 1787, que refere que a atividade piscatória catapultou o reforço populacional: "*Faço saber que os Pescadores da Villa do Barreiro, primeiros Povoadores della e os que com os seos interesses, e misteres, a tenhão ellevado ao aumento da Povoação em que se achava me representarão por sua petição* (…)" (ANTT – Desembargo do Paço, Côrte, Estremadura e Ilhas, maço 1.149, doc. 20 *apud* Gonçalves & Valegas, 1992, p. 22).

Na década de 1940, Horácio Ferreira Alves procurou demonstrar a inanidade da explicação existente da origem do topónimo "Barreiro", da autoria de José Augusto Pimenta, alegando que "Cam(e)", ou a existência de "cames" (campos habitados, casais e aldeias), seria a base primitiva do gentílico barreirense Camaros ou Camarros. Na opinião crítica e fundamentada deste investigador, a fundação do Barreiro aconteceu no século VII, ou até em data anterior, portanto, muito antes da chegada dos algarvios, concluindo assim que a origem do nome Barreiro não vinha dos pescadores da barra, mas sim de um povo ou povoado dos barros, quintas ou casais (Alves, 1940, p. 71-82). No entanto, apesar de defender que a povoação foi criada por rurais dependentes e por alguns pequenos fazendeiros, considerou que pesca está igualmente na génese da aldeia, e por isso também refere que "*cedo se lhe teriam agregado mesteirais de oficios rusticos e individuos autoctonos que exploravam, nos piscosos esteiros do Tejo, a industria da pesca*", e, em consequência, desde o início "*a sua existência havia de ter carácter predominantemente rural com reflexos doutras actividades, em especial piscatórias*" (Alves, 1940, p. 80). Fernando Gonçalves e Augusto Pereira Valegas subscrevem semelhante formulação, de que a pesca foi um dos principais suportes do desenvolvimento do Barreiro, mas consideram errado atribuir-lhe os "fundamentos históricos da Vila". Consideram que foi o peso socioeconómico da pesca a partir do século XVII, muito devido à receita gerada pela frota das muletas (zona de entrecabos e rio Tejo), que fez com que "*os pescadores perpetuassem no erro histórico de terem sido os primeiros povoadores do Barreiro*" (Gonçalves & Valegas, 1992, p. 22).

Perante as várias formulações acerca da génese e denominação do território que procurámos resumir anteriormente, é um facto que os pescadores estão na base do povoamento do território, a par de outras atividades, como a agricultura, mas dúvida permanecerá sobre a sua maior ou menor predominância nos primórdios. A certeza, como bem refere Francisco Câncio, é que neste concelho sempre foi grande movimento de embarcações de cabotagem e de pesca (Câncio, 1944, p. 80).

A vida na pesca era difícil, o risco era enorme, a rentabilidade era quase nula, e quando havia longos períodos em que as condições climatéricas não permitiam laborar, os pescadores tinham de andar a mendigar. Neste quadro se percebe que havendo oportunidade os pescadores abandonavam a pesca, como aconteceu no processo das viagens e explorações marítimas, com intenção de melhorarem

[65] Em 16 de janeiro de 1521 foi concedido Carta de Foral à Vila Nova do Barreiro, por D. Manuel I, quando teria apenas cerca de 750 habitantes (Câmara Municipal do Barreiro & Arquivo Municipal, 2005, p. 9-10).



FIGURA 146 | Botes de mar alto em preparação na praia Norte do Barreiro (1905): a calafetar o barco enquanto secam as redes sobre os mastros.
Fonte: Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 10, 12-13; Câmara Municipal do Barreiro & Arquivo Municipal, 2005, p. 44-45. Fotógrafo: Bárcia.

a condição de vida. Nesse período este território abandonou um pouco o quotidiano de vila piscatória e rural, tendo muitos pescadores passado para a construção naval no núcleo da Telha, que estava associado à Ribeira das Naus em Lisboa, para a produção de cal e vidro, para o fabrico de biscoitos para abastecimento das armadas, para a olaria (fornos de cerâmica) que abastecia as indústrias implantadas nos novos territórios, e para outras atividades que se implantaram na margem sul do Tejo, devido à sua localização, onde o leito do rio ganha maior amplitude e onde havia espaço para instalar as grandes indústrias (Nabais, 1989, p. 4-5; 1990, p. 21-23).

Com o declínio da expansão portuguesa, o atual território do Barreiro manteve-se como espaço nuclear na ligação a Lisboa e retomou o ímpeto rural e das pescas, bem como a moagem de cereais, sendo aqui relevante a aposta na faina com a muleta. A classe piscatória estava organizada em confraria, com muitos traços religiosos, o que lhe trazia melhores condições sociais e na saúde (tinha cirurgião próprio) e participava nas vereações camarárias (Câmara Municipal do Barreiro & Arquivo Municipal, 2005, p. 9-10).

Os pescadores prestavam grande devoção a São Pedro, seu orago, e ao Senhor dos Passos, aos quais realizavam enormes festividades, das quais apenas participavam quem se ocupava da vida do mar, o que é significativo do peso económico que estas atividades (marinha mercante, marinha de pesca e tráfego local) ainda detinham no Barreiro no final do século XIX (Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 25).

As velhas muletas desapareceram no início do século XX[66], substituídas pelos modernos botes de mar alto que foram usados na pesca até ao primeiro quartel do século XX, também eles substituídos por embarcações mais adequadas.

[66] Baldaque da Silva (1891, p. 136), refere que nos anos de 1885/86 já apenas estava em operação uma muleta antiga, tripulada por 16 marítimos, e doze botes e batéis modernos tripulados por 144 marítimos.

O bote "Manuel Joaquim", propriedade de Manuel Joaquim Penim, foi um dos que foi até mais tarde utilizado na pesca, e depois disso, na década de 1930, ainda andou ao serviço do tráfego local, levando caruma de pinheiro (folhas dos pinheiros depois de secas e caídas no solo) para os fornos do pão de Lisboa, e foi restaurado para integrar a Exposição do Mundo Português de 1940, tendo depois desaparecido. Dois outros botes chegaram até mais tarde na utilização na pesca, o bote "Leão" (assim conhecido porque tinha um leão pintado no casco), propriedade de Pedro Graciano, tripulado por 9 a 13 homens, mais o arrais, que na maior parte dos anos era João de Pina, e fazia entre 9 e 14 viagens por ano ao Mar da Muleta, e o bote "Grande", muito semelhante ao "Bote Leão" (Sousa, 1991, p. 9-12).

A adjudicação da construção do caminho de ferro do Sul, em meados do século XIX, cujo primeiro troço entre o Barreiro e Vendas Novas foi inaugurado em 1861, e a abertura da gare ferro-fluvial do Sul e Sueste em 1884 (em espaço conquistado ao rio Coina), viria potenciar o arranque industrial do concelho. O comboio trouxe a indústria, pela proximidade das vias de circulação (o que incluía o rio Tejo, um canal privilegiado para receber matérias-primas, e para fazer a ponte com a Capital), e com a indústria chegou a população à procura de oportunidades de trabalho mais bem remuneradas, e que se misturou com a população que aqui existia na sua larga maioria ligada ao rio, incluindo na pesca.

Passou-se de 750 habitantes na primeira metade do século XVI para 4.500 no início da segunda metade da Centúria de Oitocentos (Câmara Municipal do Barreiro & Arquivo Municipal, 2005, p. 9-12).

A construção dos dois primeiros moinhos de vento na praia da Alburrica foi autorizada em 1852, reforçando uma das atividades económicas de maior relevo neste território, zona que mais tarde, após



FIGURA 147 | Barqueira barreirense na faina diária nas artes do tapa-esteiros no início do século XX.
Fonte: Padrão, 1985, p. 12. Nota: Pintura de João de Vaz, reproduzido pela primeira vez na 2ª Série da "Ilustração Portuguesa", n.º 211, de 7 de março de 1910, com o título "Moinhos Abandonados".



FIGURA 148 | Família de pescadores na praia de Alburrica, junto da sua residência e do Moinho de Vento Maior (ou Gigante). Luís Francisco Silva e Maria José Santos Silva, sua esposa, já falecidos, e seus três filhos, António, Dulce e Jaime Santos Silva.
Fonte: Leal & Valegas, 1993, p. 42. Fotógrafo: João Bento Pereira dos Santos.



FIGURA 149 | Barco de pesca na praia do Norte do Barreiro (1923).
Fonte: Nabais, 1987, p. 16. Fotógrafo: Resendes.

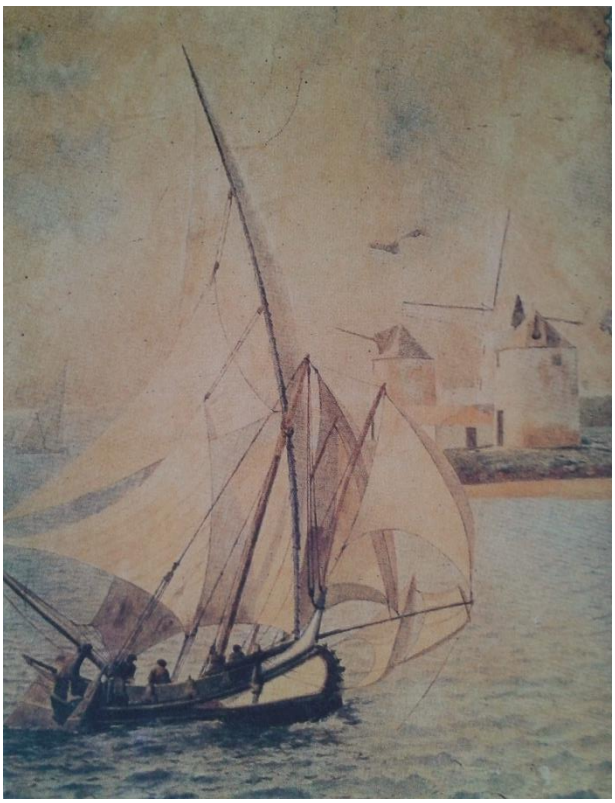


FIGURA 150 | Muleta do Barreiro vogando em frente aos Moinhos de Alburrica.
Fonte: Padrão, 1985, p. 12; Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 10. Nota: Pintura de João de Vaz, faz parte do acervo do Museu da Marinha, em Belém.

abandono da produção nos moinhos[67], viria a ser utilizada como abrigo de embarcações e espaço de arrumos de artes de pesca, especialmente dos pescadores que operavam com a arte do tapa-esteiros, também conhecida como cerco, armação e estacada (Câmara Municipal do Barreiro & Arquivo Municipal, 2005, p. 10).

Em 1906 foi inaugurado o ramal do caminho de ferro do Montijo ao Pinhal Novo, de enorme importância regional, e em 1908 começou a laboração da Companhia União Fabril (CUF) na extremidade da ínsula do Barreiro, nos terrenos entre a Praia Norte do Barreiro e a Praia dos Moinhos no Lavradio, fazendo deste o maior centro fabril do país, transformando de forma absoluta a paisagem ribeirinha e subtraindo indivíduos à indústria das pescas, aliciados por melhores condições de vida.

É importante notar que os pescadores que utilizavam as antigas muletas e, anos depois, os modernos botes e batéis, encalhavam as embarcações para manutenção e preparação de redes na praia norte do Barreiro. Ademais, quando a CUF construiu a muralha na zona ribeirinha, os pescadores que se concentravam na velha avenida da Praia foram obrigados a voltar para o interior do rio, para a zona da Serração, assim designada porque havia uma serração junto ao Moinho Grande.

A zona da Alburrica e a zona da Serração, foram ao longo do tempo recebendo pescadores que entravam de novo na atividade, pescadores e embarcações que perdiam os seus abrigos em outras zonas ribeirinhas do espaço concelhio, por alterações potenciadas pelo desenvolvimento industrial.

Em 1946, na Delegação Marítima do Barreiro, estavam matriculadas cerca de duas dezenas de embarcações de pesca local com proprietários/armadores residentes no Barreiro, como já descrevemos na evolução histórica, que empregavam vários encarregados/arrais e camaradas (pescadores) (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 30v-52). Havia ainda um número não quantificável de embarcações de pesca sem registo ou licenciamento, que empregava muitas pessoas, uma vez que por essa altura não havia a fiscalização que hoje existe.

As principais artes de pesca utilizadas neste período, a maior parte delas já muito antigas, eram o tapa-esteiros, o arrasto de vara, a rede de emalhar de um pano, o aparelho de anzol (palangre) com anzóis miúdos e grossos, a pesca à jogada, a pesca ao corrico e a chincha (também conhecida por chinchorro). Havia ainda outras mais rudimentares, nomeadamente o remolhão, a pesca ao baixa mar (ou pesca com a mão), a pesca ao cano e a pesca às ramadas. Alguns pescadores provenientes da Murtosa, Aveiro e Figueira da Foz, vinham para o Barreiro para a pesca do charroco. Viviam dentro dos barcos, era simultaneamente um espaço de trabalho, de comer e de dormir, e pescavam com redes e com pescas de mão (jogadas, que chamavam de "barqueiras").

Nos tempos áureos da CUF, na altura da indústria química orgânica, inorgânica, metalúrgica e têxtil, que correspondem aos tempos áureos da pesca do tapa-esteiros (cerco ou armação) no Barreiro, ocorreu uma forte fuga de pescadores para trabalhos diversos ligados ao rio nesse polo industrial. Muitos marítimos, arrais e pescadores, abandonaram a pesca para irem para o tráfego local nos batelões da CUF. Fica claro que a industrialização foi a primeira responsável pelo fim da predominância das pescas como atividade económica, e também sobremaneira pela deterioração da qualidade das areias das praias e pela poluição da água do estuário e diminuição da fauna e flora (Liberal, 1990, p. 71-72-73). As espécies marinhas que os pescadores do Barreiro se habituaram a capturar começaram a minguar, e em alguns casos foram suprimidas, pela senda do progresso económico sem preocupações ambientais, nomeadamente medidas mitigadoras. O topónimo Bico do Mexilhoeiro, onde hoje apenas fundeiam duas

[67] Em 1910 já os moinhos de Alburrica estavam abandonados (Padrão, 1985, p. 12).

embarcações de pesca profissional local, e apenas uma está a operar, devido a problemas graves de assoreamento, indica a presença de moluscos, que infelizmente desapareceram devido à poluição da água do Tejo, juntamente com outras espécies, o que colaborou para o declínio da faina piscatória local (Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 22-23). A industrialização também explica o motivo pelo qual, após o fim dos botes e batéis modernos da arte da tartaranha no Barreiro, a arte do tapa-esteiros não tenha tido a preponderância que no mesmo período se registava no Montijo.

Mesmo assim, o tapa-esteiros, pela sua rentabilidade, era importante para os pescadores do Barreiro. Em 1970 existiam aqui apenas três embarcações de pesca profissional local habilitadas com esta arte, então designados barcos tapa-esteiros: (i) o barco "Dois Netos", registo n.º B-456-L, tripulado por dez homens (incluindo o encarregado); (ii) a canoa "Serrador", registo n.º B-458-L, tripulada por sete marítimos (incluindo o encarregado); e (iii) a canoa "Inveja", registo n.º B-61-L, tripulada por seis marítimos (incluindo o encarregado) (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Cada barco tapa-esteiros, geralmente do tipo canoa, era considerado uma arte. Podiam juntar-se para armar o cerco duas artes, de forma a aumentar a área a cercar. A canoa principal ou canoa tapa-esteiros era onde a companha comia e dormia, e era auxiliada por algumas embarcações mais pequenas, duas ou três, que levavam os paus e a redes e serviam de enviadas, levavam o pescado ao mercado e no regresso traziam víveres. Quando eram três canoas de paus e redes, uma marcava lances e duas pescavam, e só no último lance da maré é que pescavam as três canoas. Também existiram canoas tapa-esteiros sem qualquer embarcação auxiliar formalmente registada.

As matrículas para a arte do tapa-esteiros eram realizadas anualmente, entre março e maio, e

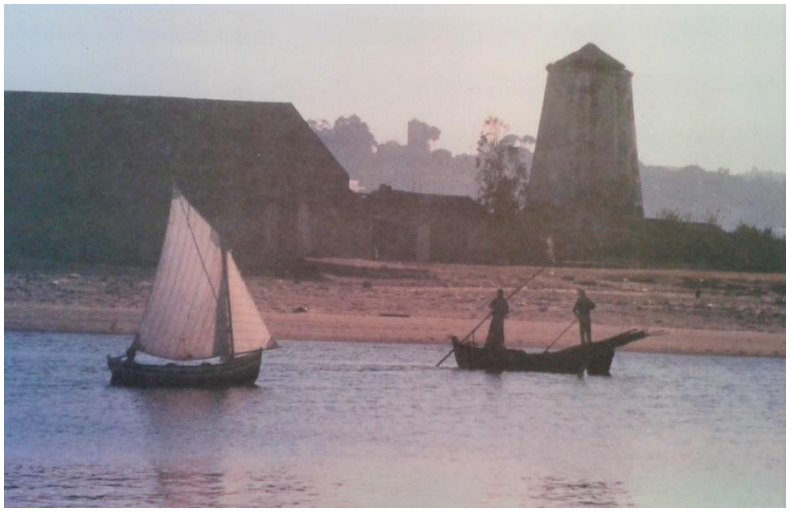


FIGURA 151 | Canoa de Redes, propriedade de Rogério Cebola, em frente ao Moinho do Cabo, em Alburrica.
Fonte: Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 23.

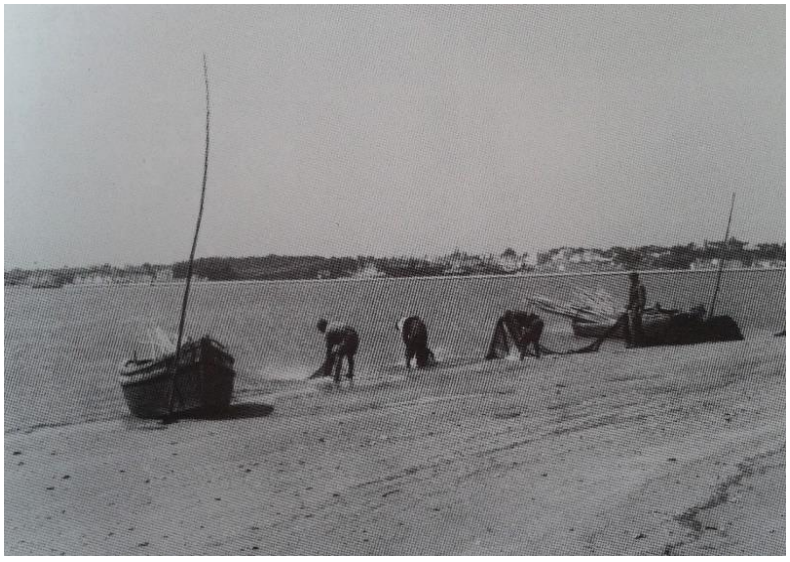


FIGURA 152 | Pescadores a lavar as redes tapa-esteiros na praia da Alburrica.
Fonte: Curtinhal, 2007, p. 41.



FIGURA 153 | Colocação das varas na baixa-mar, para levantar as redes na preia-mar, estando ao fundo já as luzes ligadas em Lisboa.
Fonte: Câmara Municipal do Barreiro, 1999, p. 22.

a licença ia até setembro, podendo o armador pedir posteriormente mais um mês, até outubro, para pescar a enguia. A extensão geralmente era autorizada, até porque nos anos maus de pescado as enguias safavam a época, e os vários Delegados Marítimos do Barreiro sempre tiveram sensibilidade para esta questão, até porque, de acordo com a regulamentação existente sobre a pesca com arte de tapa-esteiros na área de jurisdição da Delegação Marítima do Barreiro, esta arte podia ser exercida no período entre os dias 1 de março e 31 de outubro. Importa notar que quando o trabalho na arte do tapa-esteiros se prolongava até ao inverno, era muito difícil lidar com o frio.



FIGURA 154 | Canoa de paus (varas), auxiliar da canoa mãe do tapa-esteiros, no Barreiro.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 98.

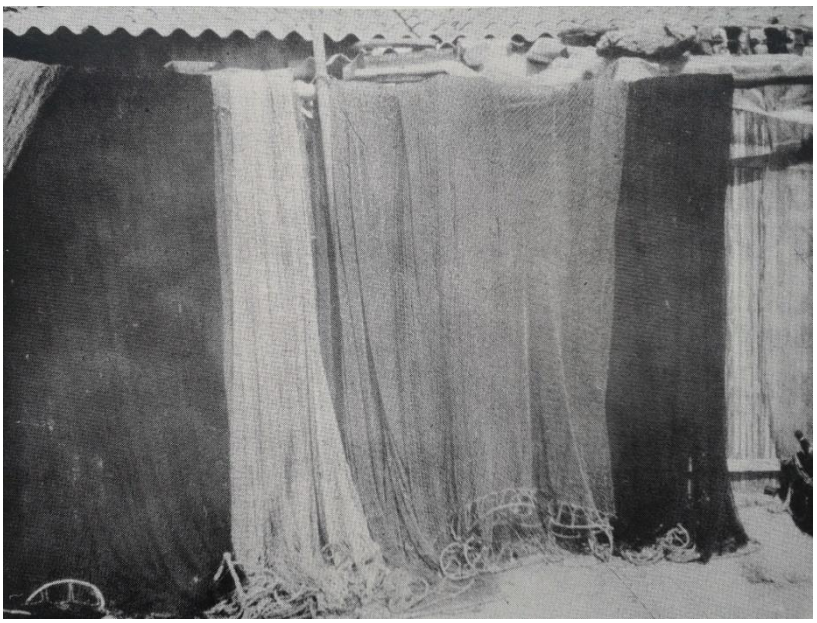


FIGURA 155 | Panos de rede de malha miúda utilizados na arte do tapa-esteiros, no Barreiro.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 97.

O tapa-esteiros era armado no verão, de maio a outubro, na zona intertidal (entremarés), em dezenas de locais no Barreiro ao Seixal (Cf. Livro III – Evolução Histórica). Consistia na montagem das redes em varas que se espetavam no lodo ou areia (dependendo do fundo na zona). Para o lado em que a água fazia mais força reforçavam a madeira, colocando as estacas mais próximas. Normalmente ficavam a dez metros umas das outras, e nos sítios onde fazia mais força ficavam a cinco metros afastadas umas das outras.

As redes eram semienterradas na areia ou lodo durante a baixa-mar, levantadas e esticadas a bordo de uma embarcação especial, a canoa das redes, durante a preia-mar, e eram amarradas às varas. A título de curiosidade, no Barreiro também se designa o cabo inferior da rede como "arraçal". Esperavam a maré vazar para recolher o pescado que tinha ficado preso junto às redes.

A arte era armada na praia do Alfeite (ou Ponta dos Corvos), nas duas margens do rio do Seixal (Rio Judeu), de Amora até Corroios, em ambas as margens do rio de Coina (reborda da Siderurgia e da Recosta, ou borda do Bacalhau), nas praias do Barreiro e de Alburrica, e no canto da Mercantil (Cf. Livro III - Evolução Histórica), e capturava todo o tipo de pescado, sem distinção ou critério: corvina, enguia, robalo, charroco, safio, tainha, linguado barreirento, lambujinha, camarão mouro, ostras, lingueirão, inclusive ostras, entre outros. Nesta altura vivia em Alburrica, junto ao Moinho Grande, o Manuel Paus (alcunha), um antigo mestre de pesca do Barreiro (já falecido).

Os barcos tapa-esteiros começaram por ser movidos pelo vento e pela força dos braços (remos), e todo o trabalho na arte, desde a navegação dos barcos, à colocação das estacas e das redes, e sua remoção, passando pela escolha do pescado, encaminhamento à lota ou ao mercado, e limpeza das redes e canas, era feito de forma braçal.

Antes de haver motores passavam uma semana no rio, só vinham a casa ao fim-de-semana. Comiam, dormiam, trabalhavam, e faziam as necessidades a bordo das embarcações. De um modo geral, os moços dormiam à proa, por serem mais pequenos, e os mestres dormiam à entrada da coberta da popa. A roupa era lavada e seca a bordo, primeiro com água salgada e depois passada por água doce, e tomavam banho com água salgada.

Quando chegavam a terra tinham de dividir o tempo para a família e para o trabalho, pois nesse curto período de tempo, ainda era necessário preparar água quente com casqueira de pinheiro, mas não a ferver, para mergulhar as redes dentro da caldeira de cobre em cima de uma fornalha para serem "tingidas", que depois tinham de ser retiradas e colocadas a secar por cima de vegetação ou dos mastros das embarcações, processo que visava proteger as redes e assegurar a sua maior longevidade.

Era um trabalho cansativo, difícil, e por isso chamavam à arte "tarrafal", em alusão à prisão. Por esse motivo, dificilmente a arte operava em novembro, pela proximidade ao inverno que na altura se fazia sentir de forma implacável.

Quando fechava a matrícula do tapa-esteiros, em outubro, os pescadores

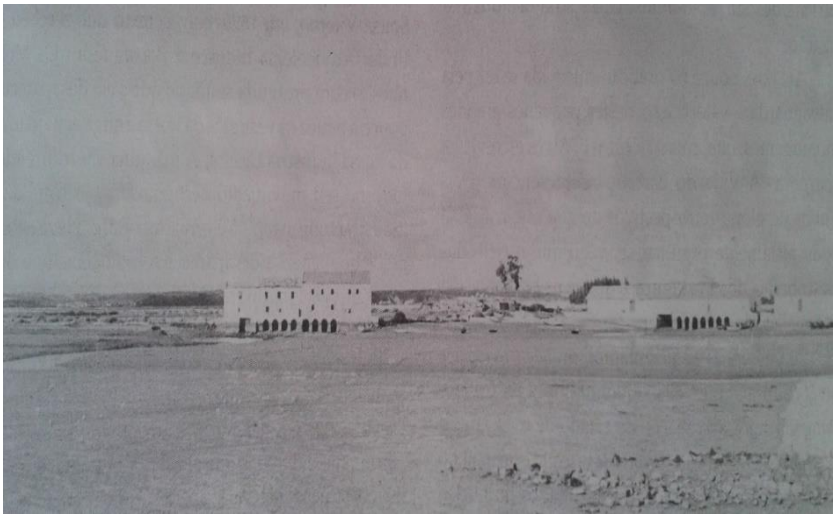


FIGURA 156 | Moinhos de maré de Alburrica na década de 1950: moinho do Cabo, em frente, e moinho Grande, à direita.
Fonte: Nabais, 1992, p. 45. Fotógrafo: João Cabeça de Padrão.

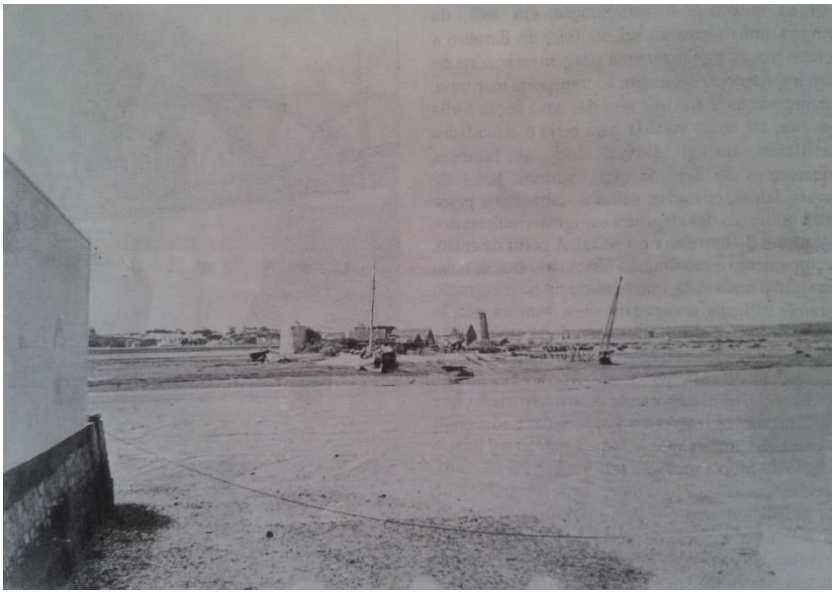


FIGURA 157 | Alburrica na década de 1950. Vista a partir da atual Travessa 9 de abril (antiga Prainha do Cabo Mar), junto ao armazém do Barreiras, à Fábrica do Gaziva e à Delegação Marítima do Barreiro.
Fonte: Nabais, 1992, p. 48. Fotógrafo: João Cabeça de Padrão.



FIGURA 158 | Vista aérea da zona utilizada pelos pescadores do Barreiro, em 1985.
Fonte: Custódio, 1986, p. 8. Fotógrafo: Mário Porfírio.

viravam-se para a pesca no rio com outras artes. No inverno as espécies mais abundantes e rentáveis eram as fanecas e os robalos que se capturavam com redes de emalhar de um pano, as enguias que se capturavam com o remolhão (quando a água começava a encher até à preia mar nos sítios baixos), os safios e os ratões que se capturavam com aparelhos de anzol (palangre), e o camarão mouro que se capturava com o arrasto de vara, sendo esta a segunda arte de pesca mais utilizada no Barreiro. A rede de emalhar de um pano era em fio de nylon, e geralmente era utilizada malha de 60 mm. Utilizavam anzóis pequenos para capturar linguado, faneca, enguia e robalo, e outros, e anzóis grandes para capturar safio e ratões, espécies que nesta altura eram abundantes e grandes. Faziam pescas complementares e, quando iam pescar ao safio com aparelho de anzol, muitas vezes recorriam a sítios longínquos e tinham de lá ficar à espera, tempo que aproveitavam para fazer a "pesca à jogada", que consiste numa pesca de linhas de mão com dois anzóis junto ao chumbo para captura do safio.

Iam ao casulo e ao ganso para iscar o anzol miúdo, e quando não dava para ir a este isco iam à tainha para iscar o aparelho de safio. O casulo era pouco, apanhavam mais ganso. Hoje é ao contrário, quase não existe ganso, mas existe muito casulo. Com este isco apanhavam enguias, linguados, robalos, salmonetes, fanecas e outros. Também iscavam com minhoca, mas raramente, porque aguentava menos tempo no anzol (desiscava mais depressa).

Seis barcos utilizavam a chincha, uma arte clandestina também conhecida por chinchorro, uma espécie de pequena xávega utilizada nas praias do Barreiro, da Alburrica e do Alfeite, e em todas as zonas ribeirinhas onde existisse areia que permitisse o arrasto da arte para a praia, sem danificar a rede. Esta arte capturava todo o tipo de peixe que estivesse no seu caminho. Notar que a maior parte das embarcações eram à vela e remos, de casco em madeira, eram tripuladas por um ou dois marítimos, sendo exceção as embarcações com três ou mais marítimos.

Entre os sistemas de pesca mais rudimentares e mais utilizados, estava a pesca ao baixa mar, praticada quando havia marés grandes, altura em que as águas ficavam muito baixas. Os pescadores deslocavam-se às poças que se formavam nos esteiros e apanhavam o peixe com as mãos, sobretudo as enguias. Sabiam da existência das enguias porque elas abriam dois buracos, um de entrada e outro de saída, conhecidos por "arregoa de enguia". Introduziam os braços um em cada buraco (o de entrada e o de saída) até encontrarem e agarrarem as enguias. O lodo fendilhado entre dois buracos era tido como um sinal de que havia uma ou mais enguias enterradas, e levava os pescadores a enfiarem as mãos nos buracos para as apanharem. Muitas vezes enterravam no lodo ambos os braços até ao ombro, e ainda batiam no lodo com o nariz.

Um outro sistema rudimentar era a "pesca ao cano", que consistia em colocar pequenos tubos/canos por cima do lodo nas poças de água na baixa-mar, esperavam que maré enchesse e na vazante seguida iam verificar se alguma enguia aí se tinha escondido. O número de canos dependia, mas podiam chegar aos cem. Quantos mais canos fossem deixados na água, maior a probabilidade de apanhar enguias. Semelhante a esta pesca faziam a "pesca às ramadas", que consistia em colocar ramagens de pinheiro dentro das poças de água no baixa mar, na esperança que o choco lá fosse desovar, e tempo depois voltavam a essas poças para ver se lá havia chocos para apanhar. As ramagens ficavam lá vários meses, e só eram substituídas se fossem danificadas. Era, portanto, uma pesca de armadilha.

Durante o inverno capturavam diversas espécies, mas quando deixava de haver enguias e linguados, espécies que eram mais valorizadas, a pesca deixava de dar rendimento para os pescadores poderem sobreviver, obrigando-os a encontrar outras fontes de rendimento. Iam trabalhar na agricultura, na estiva, na limpeza de calhas dos estaleiros e no tráfego local. Era raro o pescador que não tivesse de ter outra atividade para além da pesca, para conseguir sobreviver, situação que hoje é diferente, a pesca já permite que os pescadores vivam todo o ano desta atividade.

Pelo 25 de Abril de 1974, no Bico do Mexilhoeiro eram oito as embarcações a fazer pesca profissional com uma tripulação média de dois homens por embarcação, o proprietário e um pescador, mas apenas três teriam licença de pesca, e pertenciam a Manuel de Paulos, Orlando Matateu e Samouco (alcunha). No Barreiro Velho, junto à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, era onde ficavam os apetrechos de pesca e os barcos tapa-esteiros em atividade no Barreiro.

Em Alburrica sempre existiram abrigos de pescadores, mesmo quando ainda funcionavam os moinhos de maré, ou quando aí houve um estaleiro, ou quando a CUF aí instalou os armazéns para guardar os barcos recreativos a remos, mas não eram em número significativo nem existia densa construção abarracada de apoio à indústria pesqueira, como acontecia, por exemplo, na comunidade piscatória vizinha da Serração.

Relatam marítimos vivos que Joaquim Antunes Pereira, alcunha "Perdido", oriundo da Murtosa, desde a década de 1910 que aí encalhava uma canoa tapa-esteiros de que era proprietário, e também aí tinha um espaço para guardar o material de pesca. Mais tarde, na década de 1950, Manuel Correia e José Gonçalves Correia, ambos familiares, juntam-se a Joaquim Antunes Pereira. Em 1976/77, José Gonçalves Correia, arrais da embarcação "Carlos Alberto", pai de Rogério Antunes Pereira Correia, atual arrais da embarcação "Sol Brilhante", registo n.º B-779-L, solicitou autorização ao Engenheiro Gaio (nome pelo qual o proprietário era conhecido) para utilizar o terreno ribeirinho atrás dos prédios e junto às construções provisórias que serviram de estaleiro, para a obra desses mesmos prédios (prédios na rua Miguel Pais, ao lado da Delegação Marítima do Barreiro), para atracar a embarcação e realizar uma construção abarracada para ter as artes e aprestos de pesca, o que foi autorizado.[68] Foi o primeiro arrais a colonizar este espaço, e pouco tempo depois teve a companhia de Zeferino Antunes Pereira, seu cunhado, proprietário e armador da embarcação "Arminda", registo n.º B-684-L, tendo-se seguido outros, nomeadamente o arrais da embarcação "Guilhermina". Em finais da década de 1980, existam em Alburrica apenas três embarcações de pesca local, cujos mestres eram o Algarvio, o Mané Correia e o Boia (alcunhas), e várias embarcações que andavam à pesca, mas sem licença.



FIGURA 159 | Rogério Antunes Pereira Correia, atual proprietário e armador da embarcação "Sol Brilhante", registo n.º B-779-L, que exerce a bordo a função de arrais, estando habilitado com a categoria de arrais de pesca, descendente de várias gerações de pescadores, começou na pesca na arte do tapa-esteiros do seu pai, foi toda a vida pescador, e é também Vice-Presidente da Ala-Ala - Associação de Pesca artesanal. Antiga Doca seca da CP - Comboios de Portugal, Barreiro, em 24.08.2019.

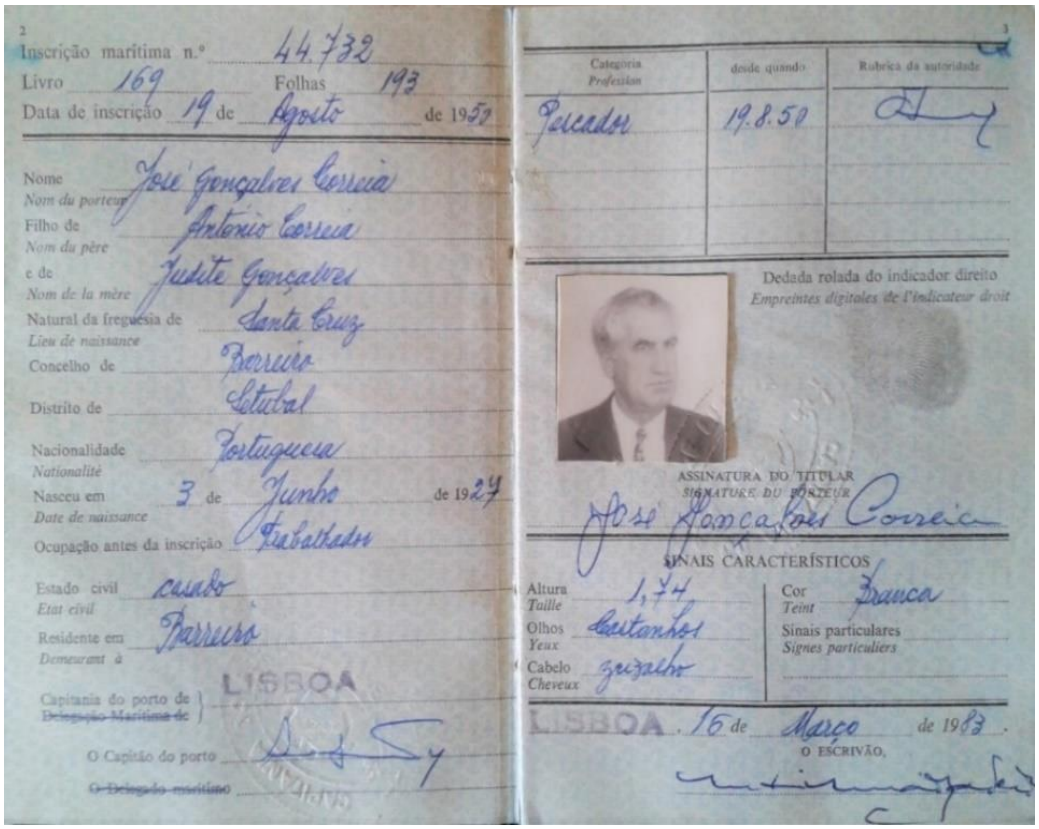


FIGURA 160 | Cédula Marítima de José Gonçalves Correia.

Nasceu em 3.06.1927, obteve a categoria de pescador em 19.08.1950, inscreveu-se na Casa dos Pescadores sob o n.º 44.732, em 19.08.1950, e faleceu em 15.06.1997, às 10h15.

Gentilmente cedida por Rogério Antunes Pereira Correia em 12.09.2019.

[68] A construção destes prédios começou ainda antes do 25 de Abril de 1974, e nas traseiras foi montado um estaleiro, ao lado do qual os pescadores começaram a montar os espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca.

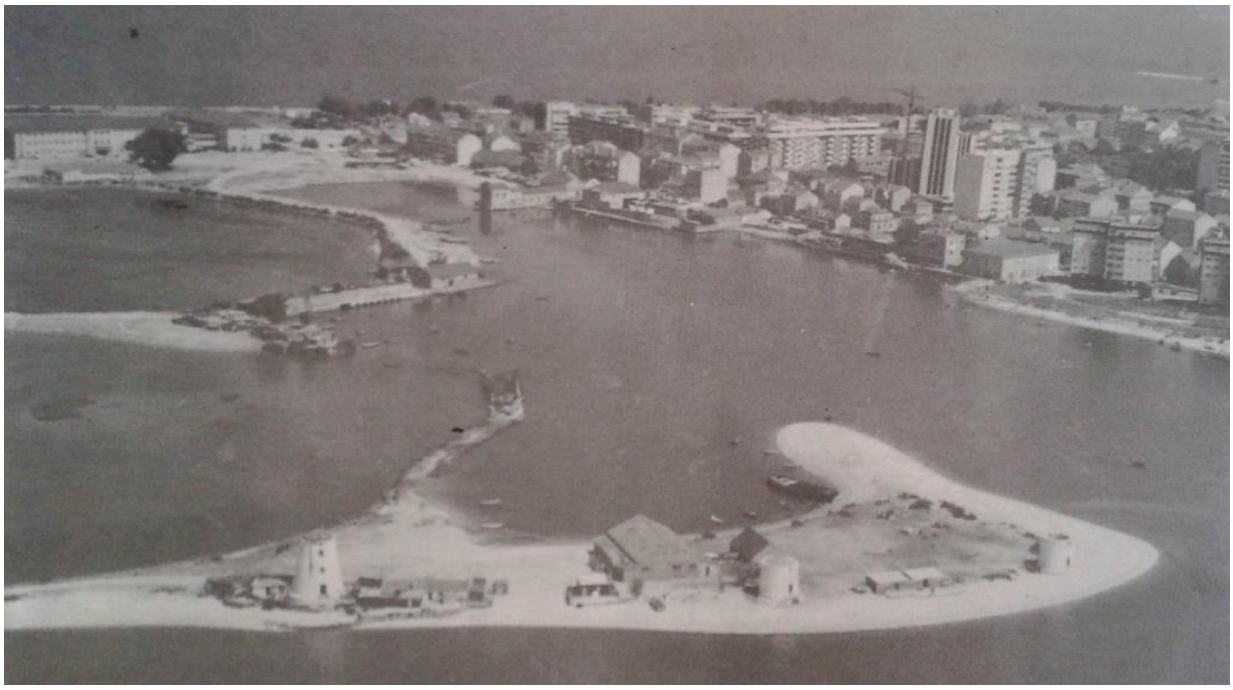


FIGURA 161 | Zona de Alburrica, sendo visíveis as construções de apoio à pesca em terra e as embarcações, em 1984.
Fonte: Nabais, 1990, p. 22. Fotógrafo: Mário Porfírio.

No início da década de 1980, pouco antes do fim do tapa-esteiros, os pescadores deste concelho começaram a utilizar a rede de tresmalho (três panos), ou branqueira de fundo, malha 80 mm, sendo que a alvitana dependia da forma como se queria fazer a rede. Rogério Antunes Pereira Correia, arrais de pesca, recorda que capturavam com esta rede entre 200 e 300 Kg de solha-das-pedras (patruça) por lance, espécie que era pouco valorizada. Poucos anos depois começaram a utilizar aparelhos de anzol com amostras. Não faziam pesca à piteira, ainda que já fosse praticada na foz do rio Tejo, situação hoje alterada.

Na Torralta, espaço também conhecido por "Recosta", na década de 1980 havia quatro barcos de pesca profissional, cada um com um camarada que era o arrais e o proprietário, sendo o mais conhecido o Baduga (alcunha), que tinha a embarcação "Cravo Roxo". Diz-se que foi este homem que trouxe as primeiras redes de seda alvitanas da Nazaré, onde jogava à bola, para o Barreiro, onde viria a ser pescador. Outro era o João António Salgueiro, que tinha a embarcação "Golfinho". Ambos tinham arrumos de pesca construídos em madeira sobre estacas. Nesta altura os pescadores entravam e saíam a navegar a qualquer hora, mas hoje já só se consegue sair com uma hora de água. Ainda assim, a situação é melhor do que a registada na Serração, motivo pelo qual Joaquim Manuel Pereira, atualmente arrais e proprietário da embarcação "Escama", registo n.º B-811-L, que tinha lugar na comunidade da Serração, mudou para aí a sua zona de atuação.

Em 1990, num livro sobre profissões e artesanato, João Liberal recorda três antigos arrais desta terra, Miguel Batoque, João de Oliveira e Edmundo Penim, este último que começou por trabalhar numa embarcação com semelhanças com a antiga muleta, que operava com a arte da tartaranha, depois trabalhou no estuário do Tejo na arte do arrasto de portas, e por fim trabalhou numa das artes do tapa-esteiros que existia no Barreiro, antes de abandonar a pesca para trabalhar nos batelões da CUF (Liberal, 1990, p. 71-75).

Nessa altura, segundo diz, os pescadores seriam "poucas dezenas" e refere-se em especial a José Correia, que fundeava a embarcação na Mercantil, paralela à Rua Miguel Pais, Maria da Conceição da Silva Barroso, que acreditava ser nessa altura a única mulher na pesca, Manuel Gonçalves Correia e sua esposa de alcunha "Beca", que laboravam na canoa "Rosa", registo n.º B-503-L, com 0,45 GT de arqueação bruta e 4,14 de comprimento fora a fora, equipada com um motor de 3,00 kW, que deixavam encalhada na Alburrica, entre as ruínas do Moinho do Cabo (de maré) e os Moinhos de Vento, e António Carlos Correia dos Santos que tinha uma canoa motorizada e deixava a embarcação na Alburrica (Liberal, 1990, p. 71-75).

No arquivo da Delegação Marítima do Barreiro contabilizamos 36 embarcações de pesca local com licença, e com rol de tripulação, a operar neste ano de 1990, num total de meia centena de inscritos

marítimos, entre encarregados pescadores (equivalente a arrais), arrais e pescadores, como já descrevemos (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

De realçar que a única embarcação de pesca local que hoje está a operar no Bico do Mexilhoeiro, começou por ser uma chata em madeira registada na Delegação Marítima da Trafaria sob o número TR-433-L e com a denominação "Estrela da Manhã". Foi em finais de 1997 que foi adquirida por Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves, e registada em 13 de março de 1998 na Delegação Marítima do Barreiro, tendo mantido a denominação e recebendo o conjunto de identificação B-747-L. Em 20 de novembro de 2007 foi abatida para dar lugar a uma moderna embarcação de fibra de vidro, que manteve a denominação e passou a ter o conjunto de identificação B-789-L, que é a que hoje está ativa.



FIGURA 162 | Manuel Gonçalves Correia, sua esposa "Beca" e seu camarada "Chico dos Porcos", a safar as redes tendo ao fundo as ruínas do Moinho do Cabo, no Barreiro.
Fonte: Liberal, 1990, p. 74.



FIGURA 163 | António Carlos Correia dos Santos, alcunha "bigodes", a safar as redes para o cais da muralha norte, no Barreiro.
Fonte: Liberal, 1990, p. 74.

No ano de 2000 foram demolidas as construções abarracadas dos pescadores na Mercantil para construção de propriedade horizontal, e os pescadores foram encaminhados para a Serração e para a Caldeira do Moinho Pequeno. As embarcações "Capilopes" e "Paz" (que hoje se denomina "Dumar") mudaram-se para a Caldeira Moinho de Maré Pequeno, e as embarcações "Garinho", "Maré Viva" e "Nitinha" mudaram-se para a Serração. A embarcação "Bernardo Lopes", propriedade de Pedro Manuel da Costa Lopes, e a embarcação "Golfinho", propriedade de Nuno Miguel Faustino Lopes, pai e filho, respetivamente, ainda aqui ficaram, e quando faleceram ainda aqui estavam. O filho faleceu primeiro, de embolia pulmonar, e, pouco depois, faleceu o pai dentro da própria barraca de pesca, devido a um AVC fulminante tendo caído e batido com a cabeça no lancil, morrendo de imediato.



FIGURA 164 | Vista da comunidade piscatória da Serração no início do século XXI, quando ainda não tinham sido construídos os passadiços para ligar a cidade à zona balnear dos moinhos de Alburrica, sendo ainda visíveis as construções abarracadas utilizadas para guardar as artes e aprestos de pesca, junto às quais estão fundeadas várias embarcações.
Fonte**:** Gentilmente cedida por Fernando Castro, proprietário do snack-bar Castro, no Barreiro.

Neste ano, havia no Barreiro 23 embarcações licenciadas para a pesca profissional local e que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar, e estavam embarcados 39 marítimos, 23 em funções a bordo de arrais (duas embarcações tinham o mesmo proprietário e fizeram rol coletivo, necessitando apenas de um arrais, e existe uma embarcação que era tripulada por dois pescadores encarregados, equivalente a arrais) e os demais em funções a bordo de pescadores, conforme descrição a seguir.

- **Três no Bico do Mexilhoeiro**: "Estrela da Manhã", registo n.º B-747-L, tripulada por Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves, que era simultaneamente o proprietário e o armador, e desempenhava a bordo as funções de arrais, e Marcelino de Paiva e António Grilo Martins, que desempenhavam a bordo a função de pescadores; "Curiosidade", registo n.º B-750-L, que tinha Sérgio Paulo Ferreira Leandro e João Manuel Fernandes Oliveira Moreia a desempenharem a bordo as funções de pescadores encarregados (equivalente a arrais), e João da Cruz Miguel e Fernando Manuel Fernandes Almeida que desempenhavam a bordo a funções de pescadores; e "Cigano", registo n.º B-291-L, em que Joaquim Fernando da Silva Pereira desempenhava a bordo as funções de arrais, e Pedro Fernando Galhos Pereira, João Carlos Galhos Pereira e João Manuel Hermenegildo Oliveira, que desempenhavam a bordo a funções de pescadores. Ainda hoje é na praia do Mexilhoeiro que os pescadores que operam com anzol, apanham o casulo para iscar.
- **Sete na Serração (as embarcações que neste ano passaram da Mercantil para a Serração já aqui estão consideradas)**: "Garinho", registo n.º B-744-L, de que Edgar Tristão Branco era proprietário, armador e desempenhava a bordo as funções de pescador encarregado (equivale a arrais); "Augusto dos Santos", registo n.º B-734-L, e "Os Santos", registo n.º B-511-L, de que João Augusto de Assunção Santos era proprietário, armador e desempenhava a bordo as funções de arrais de pesca; "Rosa", registo n.º B-754-L, que tinha Carlos Manuel Assunção Pereira como arrais e Francisco José Cordeiro da Silva como pescador; "Brígida", registo n.º B-682-L, tripulado por Joaquim Manuel Pereira de Almeida (arrais) e Manuel Guilherme B. Almeida e Amiano Pereira de Almeida (pescadores); "Fernando Jorge", registo n.º B-537-L, que tinha António Maria da Silva Neves como proprietário e armador, desempenhando a bordo das funções de arrais; e "Zé Manel", registo n.º B-745-L, que tinha Armentier Albino Pereira como arrais e António Matos como pescador.
- **Duas na Mercantil (como referimos, as embarcações desta comunidade saíram neste ano para a comunidade da Serração, com exceção de duas embarcações, que aqui permaneceram até falecerem os proprietários, algo que não demorou muito tempo):** "Golfinho", registo n.º B-713-L, tripulado por Nuno Miguel Faustino Lopes (pescador encarregado) e Carla Maria dos S. Lopes Almeida (pescadora), e "Bernardo Lopes", registo n.º B-410-L, tripulado por Pedro Manuel da Costa Lopes (proprietário, armador e arrais).
- **Cinco no terreno privado do engenheiro Gaio (em 2009, quando o proprietário retomou o terreno, estas embarcações passaram para a Doca Seca da CP - Comboios de Portugal)**: "Arminda", registo n.º B-684-L, tripulado por Joaquim Manuel Salvador Pereira (arrais) e Zeferino Antunes Pereira (proprietário, armador e pescador); "Palmirinha", registo n.º B-736-L, tripulado por Rogério Antunes Pereira Correia (proprietário, armador e arrais); "Flôr do Barreiro", registo n.º B-543-L, tripulado por José Francisco Esteves Cabrita (proprietário, armador e arrais); "Ricardo Miguel", registo n.º B-724-L, tripulado por António Carlos Correia

dos Santos (proprietário, armador e arrais); "Ana Pedro", registo n.º B-753-L, tripulado por Carlos Almeida de Oliveira (proprietário, armador e arrais).

- **Três na praia da Recosta (ou Torralta)**: "Cravo Roxo", registo n.º B-231-L, tripulado por Carlos Alberto Correia (proprietário, armador e arrais); "Maria Amélia", registo n.º B-426-L, tripulado por Victor Hugo Ramos (proprietário, armador e arrais), que mais tarde deu origem à embarcação "Dorrinda", registo n.º B-722-L; e "Alexandra", registo n.º B-742-L, tripulado por Alexandre José Tavares de Pinho (arrais) e Joaquim Luís Rodrigues Coutinho (pescador).
- **Dois na Caldeira Moinho de Maré Pequeno**: "Paz", registo n.º B-748-L, tripulado por Capitolino de Almeida Lopes (arrais) e Carla Maria dos Santos Lopes Almeida e Rui Miguel Almeida Soares (pescadores), e "Capilopes", registo n.º B-735-L, tripulado por Capitolino de Almeida Lopes (proprietário, armador e arrais).
- **Um em Palhais**: "Estrela de Palhais", registo n.º B-653-L, de que Francisco Alberto Fernandes Rosário era proprietário e armador, e desempenhava a bordo as funções de arrais.

(DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] – 1996/2014, fl. 47v-54).



FIGURA 165 | António Nunes Marques, proprietário, armador e arrais da embarcação "Núria", registo n.º B-791-L, a aparelhar rede de emalhar de um pano com a ajuda do seu camarada, pescador, Inácio Ventura, na comunidade piscatória da Serração, ano de 2009.
Gentilmente cedida por António Nunes Marques em 1.12.2019.



FIGURA 166 | Vista dos Moinhos de Alburrica a partir do terreno privado do Engenheiro Gaio, onde os pescadores atracavam as embarcações, que se observam na fotografia, e onde tinham os arrumos de artes de aprestos de pesca, que não aparecem na fotografia, no ano de 2008, um ano antes destes pescadores e destes barcos se mudarem para a antiga Doca Seca da CP.
É ilustrativo das más condições de trabalho de que dispunham estes pescadores, e do elevado estado de assoreamento do canal que faz a ligação às caldeiras.
Gentilmente cedida por Rogério Antunes Pereira Correia em 31.11.2019.

Em agosto de 2009, os pescadores que atracavam as embarcações e utilizavam espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca no terreno privado do Engenheiro Gaio, e onde já estavam há mais de trinta anos (começaram logo após o 25 de Abril de 1974, como já referimos), foram para a Doca Seca CP – Comboios de Portugal (passaram a ser conhecidos como "os ferroviários"), logo ali ao lado, porque o proprietário resolveu reaver o terreno, diz-se, por pressões dos moradores. O terreno privado

utilizado pelos pescadores corresponde hoje ao terreno que está entre os prédios e a Delegação Marítima do Barreiro.[69]



FIGURA 167 | Zona ribeirinha da Mercantil: plano superior, início do novo passadiço para Alburrica até aos velhos armazéns; plano inferior, dos velhos armazéns até à Doca Seca da CP - Comboios de Portugal, em 26.11.2018.
Notas: Mercantil – zona assim conhecida porque havia aqui uma ponte em madeira onde as fragatas acostavam para carregar cortiça para os navios que estavam fundeados no Tejo. Armazéns – o primeiro, à esquerda, era por onde entravam os géneros alimentares para abastecer as mercearias do Barreiro, e o segundo, à direita, era onde ficava armazenada a cortiça transportada pelas fragatas para exportação.
Legenda: 1 - Início do passadiço; 2 – Mercantil; 3 - Espaço utilizado pelos pescadores na Mercantil; 4- Armazéns; 5- Serração; 6 - Espaço utilizado pelos pescadores no terreno privado do engenheiro Gaio; 7 – Antiga Doca Seca da CP.

Em 2015, foram construídos passadiços para ligar a cidade à zona balnear dos moinhos de Alburrica, no quadro da requalificação desta zona ribeirinha. Os últimos pescadores lúdicos foram deslocados para a Serração e ficaram junto dos profissionais, tendo-lhes sido atribuídos novos contentores.[70] Na Praia do Clube Naval continuou a existir uma grande concentração de pescadores lúdicos, que também se dedicavam à apanha apeada. Neste ano, mais propriamente em 03/04/2015, ao nível das embarcações para a pesca lúdica, registadas no recreio ou na atividade marítimo-turística, e que também faziam apanha, observaram-se oito embarcações na Praia do Clube Naval, 37 no Bico do Mexilhoeiro, sete na Serração e 97 na Praia da Torralta. Em 2018 operaram no Barreiro 21 embarcações de pesca profissional local com licença de pesca, nem todas com rol de tripulação, tripuladas por cerca de 25 marítimos, entre arrais e pescadores.

A 12 de setembro de 2019, iniciaram as obras de beneficiação das instalações da antiga doca seca da CP - Comboios de Portugal que se encontravam em profundo estado de degradação, acompanhadas de um importante investimento em equipamentos – de ancoragem das embarcações e de movimentação de cargas e equipamentos de frio, uma obra que era pedida há décadas pelos armadores e pescadores barreirenses. De entre as principais melhorias, destaque para a regularização do fundo do rio (37.460,00€) e aquisição e instalação de uma plataforma flutuante para acostagem de dez embarcações (74.940,00€), para a aquisição de máquina fabricadora de gelo (6.729,50€) e de

[69] A título de curiosidade, onde é hoje o restaurante da Associação de Fuzileiros, no rés do chão da Delegação Marítima do Barreiro, era onde funcionava o armazém de artes e aprestos de pesca apreendidos ou encontrados pela autoridade marítima, tendo o último agente da Polícia Marítima aqui colocado, o "Sarinha" (último nome), habitado o piso superior do edifício.

[70] Obra integrada no programa REPARA – Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica, iniciado em 2010, a frente ribeirinha do Barreiro foi recuperada e foi construído um extenso passadiço em material resistente a imitar a madeira que liga a cidade à zona balnear dos moinhos de Alburrica.

câmara de frio (6.099.70€), e respetivas instalações, e para as empreitadas para o maciço de apoio à grua e fundações (28.139.60€) e posterior aquisição de uma grua de coluna de 4 toneladas, com 5 metros de braço para o núcleo de pesca do Barreiro (39.650,00€). Na área civil foi demolida a casa do mecanismo da antiga comporta (8.900.00€), foram realizados trabalhos de conservação do edifício afeto à Associação de Pesca (89.955.13€), nomeadamente a remodelação das instalações sanitárias, substituição da rede elétrica, e melhoramento das áreas de trabalho e espaços para armazenagem individual dos aprestos, e ainda foram realizados outros trabalhos complementares no edifício (8.805.21€), nomeadamente a reparação das rampas de acesso e a melhoria do espaço exterior.

O projeto foi alvo de candidatura ao MAR2020 – Requalificação da Doca Seca, e foi comparticipado pelo FEAMP (Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas) no valor de 170.285,10€, que corresponde a uma taxa de 75% do valor elegível (227.046,80€). Está ainda previsto realizar investimento na beneficiação paisagística e funcional do espaço exterior, ação que requer concertação com o detentor do espaço – CP – Comboios de Portugal. [71]



FIGURA 168 | Antiga Doca Seca da CP – Comboios de Portugal, já reabilitada, em 19.10.2020.

[71] Informação cedida por Sara Isabel Lopes Heitor, assessora do Sr. Vereador Rui Braga, em 18/06/2020, e pela Secretaria do Departamento de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos (DPGTE), em 29/06/2020.

II.4.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.

A frota do concelho do Barreiro, que preserva uma história de glória com as muletas e com os sucedâneos botes de mar alto, depois renovada com a arte do tapa-esteiros, contava durante o ano de 2018 com 21 embarcações registadas na pesca local com licença para operar no rio Tejo, das quais, treze também estavam habilitadas com licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente. Não havia embarcações no Barreiro apenas com licenças para águas marítimas. A listagem de embarcações registadas na pesca local e com licença de pesca para a zona rio Tejo, em 2018, consta a seguir, no final deste subcapítulo, com a indicação das comunidades piscatórias a que pertencem, e dos proprietários, armadores e marítimos em função a bordo de arrais.

Estas embarcações estavam distribuídas por cinco comunidades piscatórias, a começar pelo Bico do Mexilhoeiro onde faz abrigo apenas uma embarcação de pesca profissional com licenças de pesca para a o rio Tejo e para a ZEE Portuguesa, sendo que no ano anterior tinham sido duas as embarcações, quando ainda estava ativa a embarcação "Curiosidade", conjunto de identificação n.º B-750-L, propriedade de João Manuel Fernandes de Oliveira Moreira (alcunha peixe-peixe), e que deixou de operar porque lhe foi furtado o motor e não dispõe de recursos para adquirir um novo. Uma outra embarcação apenas com licenças para o rio Tejo aporta em Palhais, propriedade de Paulo Sérgio (alcunha Tê Tê). Na praia da Torralta fundeiam cinco embarcações, três das quais têm também licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente. Na Serração fundeiam seis embarcações, das quais três têm também licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente, e na antiga doca seca da Comboios de Portugal – CP, comunidade fundeiam oito embarcações, seis das quais têm em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente.

Em meados de 2019, foram iniciadas obras na antiga doca seca tendo em vista melhorar as condições de trabalhos dos armadores que a utilizam quotidianamente, como referimos anteriormente, mas também para criar condições para que este local pudesse receber no todo ou pelo menos parte dos demais armadores espalhados um pouco por toda a zona ribeirinha do espaço concelhio, sendo espectável que nos próximos anos se verifique uma concentração das embarcações na antiga doca seca, e, consequentemente, uma redução da diversidade dos agrupamentos piscatórios.

Das 21 embarcações barreirenses com licença de pesca para a zona do rio Tejo, inquirimos 18, o que corresponde uma taxa de inquirição concelhia de 86%. Com pormenor, inquirimos 100% das embarcações em todas as comunidades piscatórias do concelho, com exceção da praia da Torralta, onde das cinco embarcações registadas na pesca local e em atividade, três recusaram colaborar (14%), sendo que uma começou por dizer que colaborava e chegou a agendar dia e hora para responder ao inquérito. De salientar que a zona da Torralta, de construção abarracada e ilegal, é frequentada por um grande número de indivíduos, alguns com comportamentos desviantes e dedicados a atividades ilícitas que impactam com a pesca profissional. Este parece ser o refúgio de eleição das embarcações recreativas que se dedicam à pesca lúdica como se de pesca profissional se tratasse. Refúgio igualmente das embarcações recreativas que se dedicam à captura da amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, e ainda, como se escuta nos bastidores das pescas, onde fundeiam algumas das embarcações que operam em "companha" ao cerco à corvina, com bombas de base química, que ao rebentarem debaixo de água assustam as corvinas que acabam por emalhar em redes de um pano alteradas (com vários metros de altura). Quadro de ilegalidades que terá estado na origem do incêndio que deflagrou na embarcação "Ninôr", conjunto de identificação B-806-L, em 1 de abril de 2019, e que lhe provocou a destruição integral. Consubstanciadas estas particularidades, torna-se fácil perceber o receio demonstrado pelos marítimos aquando da nossa presença no terreno, e a sua postura evasiva.

A seguir vamos analisar as respostas dos arrais das 18 embarcações inquiridas, mas quanto à frota, especificamente quanto ao porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, que analisamos neste subcapítulo, vamos apresentar os dados das 21 embarcações que tiveram licença de pesca para o ano de 2018 (a totalidade da frota), e não apenas as 18 embarcações que inquirimos, dados que obtivemos da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese).

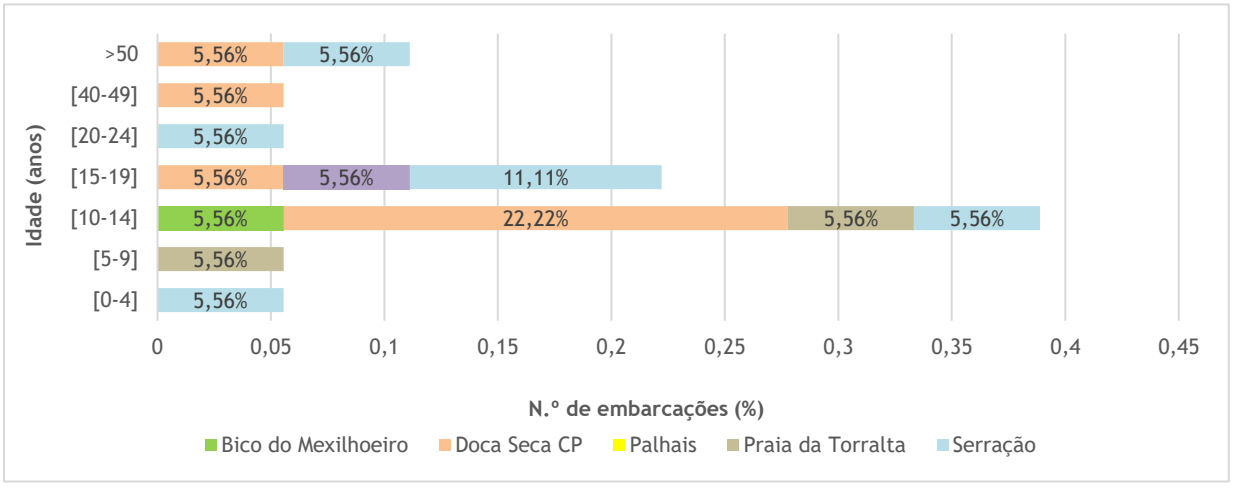
Analisando em pormenor as características da frota dos Camarros, como se denominam a eles próprios os pescadores do Barreiro, observa-se que a generalidade está registada na Delegação Marítima do Barreiro, e apenas uma embarcação está registada na Delegação Marítima da Trafaria. A frota é recente, 55,56% tem até 14 anos, e apenas 22,22% tem mais de 20 anos, sendo que d apenas 11,11%

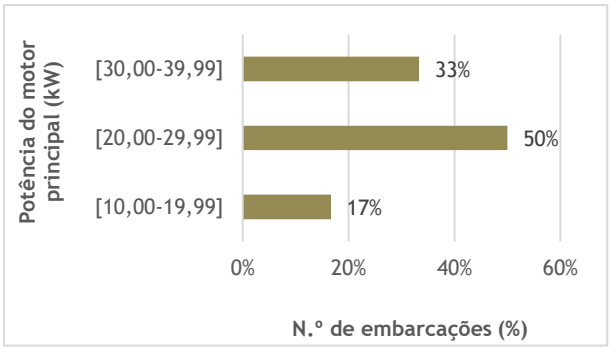
tem mais de 50 anos. A embarcação mais antiga, construída em 1962, é a "Flor do Barreiro" (B-543-L), que já foi propriedade de Rogério Antunes Pereira Correia, um dos mais prestigiados pescadores do Barreiro, e a mais recente a "Boa Vibe" (B-816-L), construída em 2018.

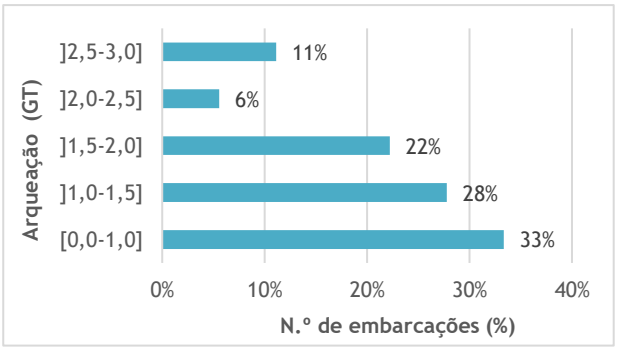
As embarcações são recentes, mas de pequeno porte: 61% tem até 1,5 GT, e apenas 11% tem entre 2,5 e 3,0 GT. A embarcação com mais capacidade de pesca denomina-se "Sol Brilhante" (B-779-L), e tem 2,92 GT. A capacidade total de pesca é de 26,59 GT, o que corresponde a 1,21 GT em Palhais, 1,76 GT no Bico do Mexilhoeiro, 3,59 GT na Praia da Torralta, 7,22 GT na Serração e 12,81 GT na antiga doca seca da CP – Comboios de Portugal.

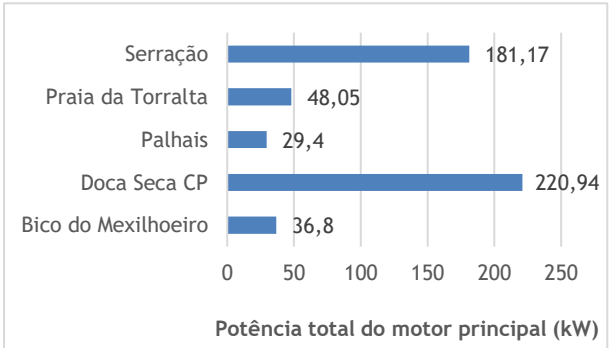
Apesar da frota ser de pequeno porte, 83,33% tem propulsão principal superior a 20 kW. As embarcações com os motores propulsores principais de mais potência são a "Garinho" (B-805-L) e a "Sol Brilhante" (B-779-L), com 37,29 kW e 36,77 kW, respetivamente. A potência propulsora principal total instalada é de 516,36 kW, a que corresponde 29,4 kW em Palhais, 36,8 kW no Bico do Mexilhoeiro, 48,05 na Praia da Torralta, 181,17 kW na Serração e 220,94 kW na antiga doca seca da CP. Nota-se a inexistência de potência auxiliar instalada nestas embarcações.

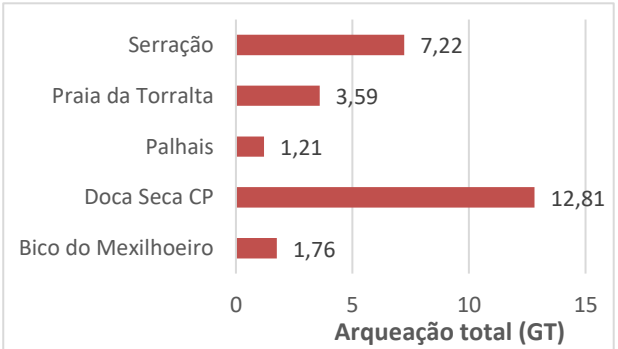
No conjunto do espaço concelhio, a arqueação média é de 1,48 GT, a mínima é de 0,68 GT e a máxima de 2,92 GT, a potência propulsora principal média é de 28,69 kW, sendo a mínima de 11 kW e a máxima de 37,29 kW, e o comprimento fora a fora médio é de 5,92 m, sendo o mínimo de 4,85 m e o máximo de 7,20 m.

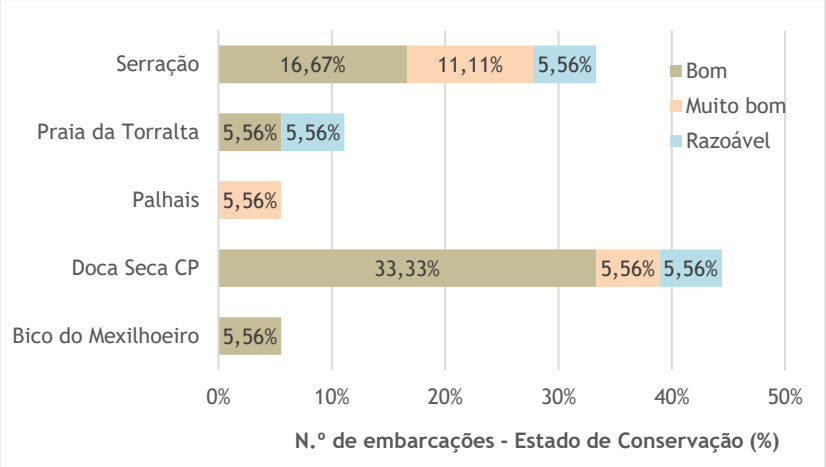


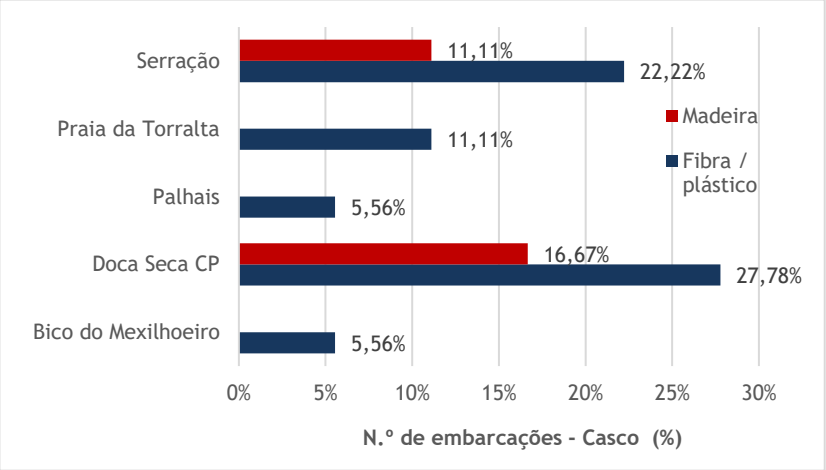


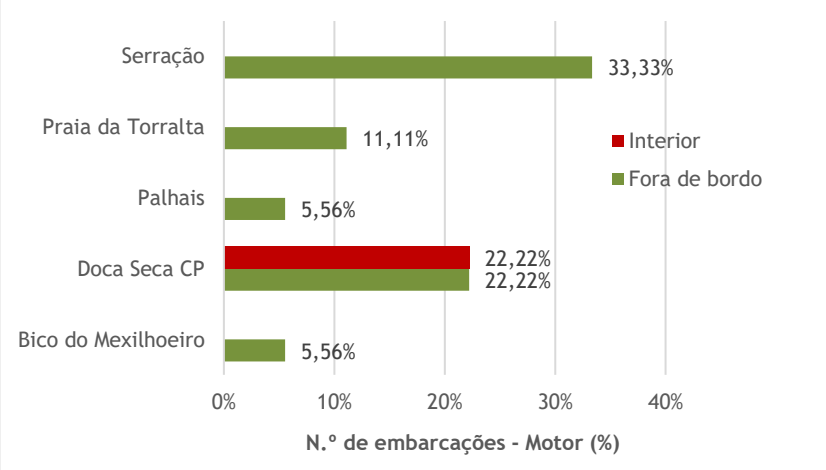


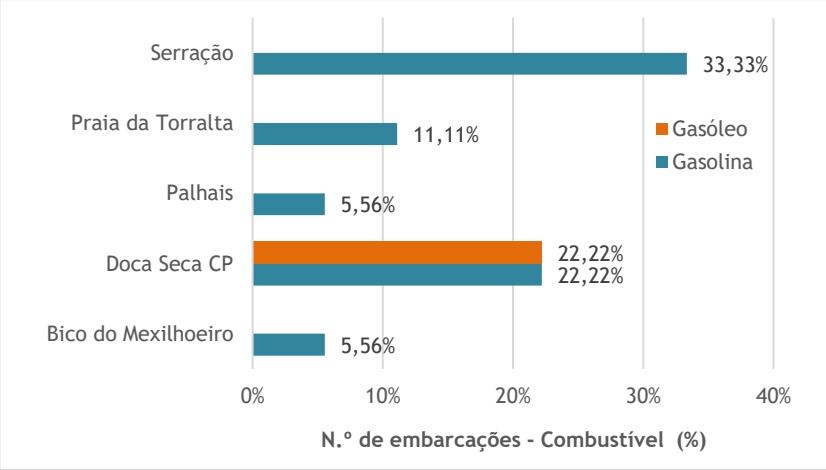












A frota é toda de convés aberto, 72,22% tem casco em fibra de vidro (apenas 16,67% das embarcações da antiga doca seca da CP e 11,11% das embarcações da Serração têm casco em madeira), e 77,78% tem motor a gasolina fora de borda (apenas quatro embarcações na antiga doca seca da CP têm motor interior a gasóleo, o que corresponde a 22,22% do total).

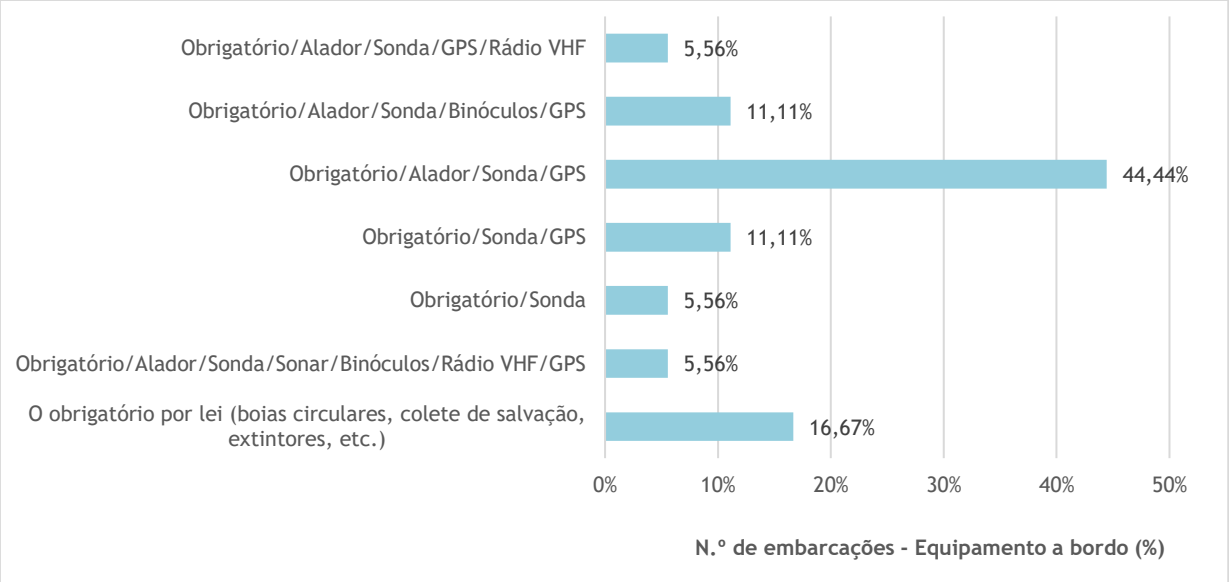
A frota é alvo de manutenção frequente e é vistoriada a nado todos os anos pela Autoridade Marítima, quanto ao estado de conservação do casco, do motor, do alador (caso exista), dos instrumentos náuticos, dos meios de salvação, dos meios de combate a incêndios, e dos meios de esgotos, e cumpre todos os requisitos legais para o exercício da atividade da pesca. Na opinião dos arrais 16,67% consideram que é razoável, 61,11% que é boa, e 22,22% que está muito boa.

Ainda que as embarcações sejam de pequeno porte estão equipadas com equipamento moderno, sendo de destacar a utilização da sonda e da navegação por GPS por mais de ¾ das embarcações, e o facto de uma embarcação utilizar em complemento sonar.

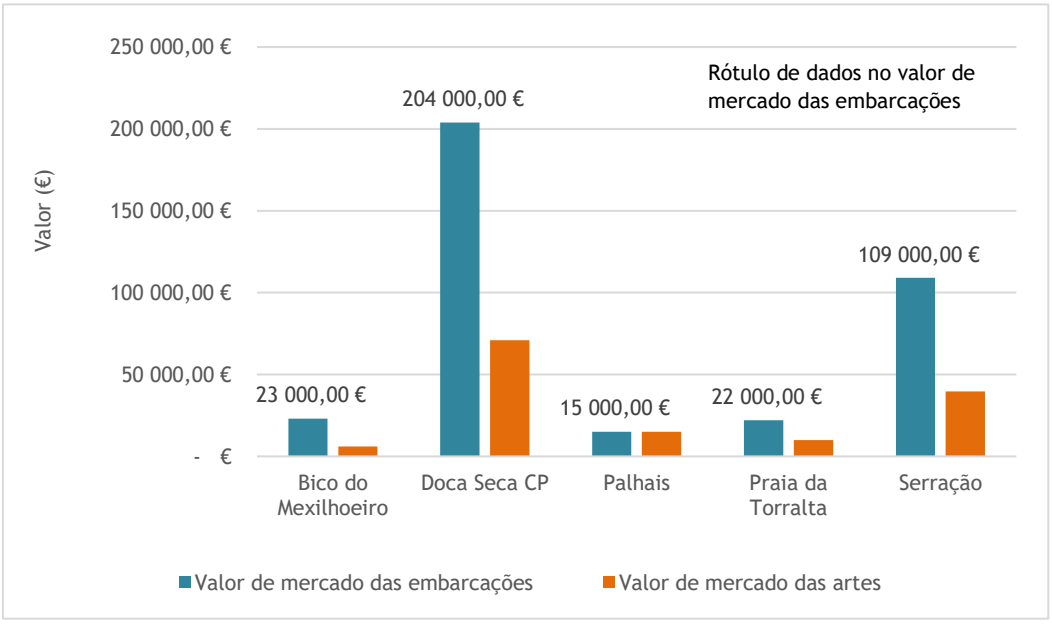
Destaca-se o facto de mais de 65% das embarcações terem instalado alador mecânico, a que chamam de "camarada", exatamente porque são embarcações maioritariamente tripuladas por apenas um marítimo na categoria mínima de arrais que encontra no alador uma grande ajuda, apesar de lhe retirar espaço para trabalhar a bordo.

As embarcações que não dispõem de alador mecânico são "Boa Vibe", "Garinho", "Augusto dos Santos", "Escama", "Triunfo da Cruz" e "Flor do Barreiro". Nestes casos em que os arrais laboraram sozinhos e instalaram alador, já

por si laboram com menos redes, pelo que não sentem tanto a condição do menor espaço. Apenas 16,67% das embarcações operam sem qualquer equipamento a bordo, que se caracterizam por serem tripuladas por arrais de idade avançada e com muito conhecimento da pesca e do rio.



A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 373.000,00€, sem incluir as artes de pesca, o que corresponde a 15.000,00€ em Palhais, a 22.000,00€ na Praia da Torralta, a 23.000,00€ no Bico do Mexilhoeiro, a 109.000,00€ na Serração e a 204.000,00€ na antiga doca seca da CP – Comboios de Portugal. Às artes de pesca os armadores colocaram o valor de mercado de 141.600,00€, a que corresponde a 6.000,00€ no Bico do Mexilhoeiro, a 10.000,00€ na Praia da Torralta, a 15.000,00€ em Palhais, a 39.600,00€ na Serração e a 71.000,00€ na antiga doca seca da CP – Comboios de Portugal. Assim, no concelho do Barreiro, as embarcações e as artes de pesca atingem em conjunto um valor de mercado de 514.600,00€ (valor patrimonial à data de 2018).



Listagem das embarcações com licença de pesca profissional no ano de 2018

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000024797	TR-1697-L	Praia da Riviera	Trafaria	Doca Seca CP	Pedro José Bentes da Luz Patacas	Pedro José Bentes da Luz Patacas	Pedro José Bentes da Luz Patacas
PRT000012705	B-543-L	Flor do Barreiro	Barreiro	Doca Seca CP	José Francisco Esteves Cabrita	José Francisco Esteves Cabrita	José Francisco Esteves Cabrita
PRT000019369	B-734-L	Augusto dos Santos	Barreiro	Serração	João Augusto de Assunção Santos	João Augusto de Assunção Santos	João Filipe Lino Santos
PRT000021412	B-754-L	Rosa	Barreiro	Serração	Carlos Manuel Assunção Pereira	Carlos Manuel Assunção Pereira	Carlos Manuel Assunção Pereira
PRT000022539	B-759-L	Samouco	Barreiro	Palhais	Paulo Sérgio Guerreiro dos Santos	Paulo Sérgio Guerreiro dos Santos	Paulo Sérgio Guerreiro dos Santos
PRT000023476	B-770-L	Ideltes	Barreiro	Praia da Torralta	Ricardo João Amigo Gomes	Ricardo João Amigo Gomes	Ricardo João Amigo Gomes
PRT000023716	B-779-L	Sol Brilhante	Barreiro	Doca Seca CP	Rogério Antunes Pereira Correia	Rogério Antunes Pereira Correia	Rogério Antunes Pereira Correia
PRT000023773	B-782-L	Maré Viva	Barreiro	Serração	José Duarte dos Santos Semedo / Maria de Fátima Lopes Fernandes Semedo	José Duarte dos Santos Semedo / Maria de Fátima Lopes Fernandes Semedo	José Duarte dos Santos Semedo
PRT000024067	B-789-L	Estrela da Manhã	Barreiro	Bico do Mexilhoeiro	Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves	Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves	Fernando Jacinto Carvalho Gonçalves
PRT000024179	B-790-L	Fernando Jorge	Barreiro	Doca Seca CP	Cabeça de Casal da Herança de António Maria da Silva Neves	Fernando Manuel Raimundo Neves	Fernando Manuel Raimundo Neves
PRT000024258	B-791-L	Núria	Barreiro	Doca Seca CP	António Nunes Marques	António Nunes Marques	António Nunes Marques
PRT000008218	B-796-L	Ari	Barreiro	Doca Seca CP	José Ari Mira Alexandre	José Ari Mira Alexandre	José Ari Mira Alexandre
PRT000023419	B-799-L	Pai e Avós	Barreiro	Doca Seca CP	José Ari Mira Alexandre	José Ari Mira Alexandre	José Ari Mira Alexandre
PRT000022736	B-804-L	Triunfo da Cruz	Barreiro	Doca Seca CP	Francisco Jorge da Trindade Nogueira	Francisco Jorge da Trindade Nogueira	Francisco Jorge da Trindade Nogueira
PRT000024864	B-805-L	Garinho	Barreiro	Serração	Edgar Tristão Branco	Edgar Tristão Branco	Edgar Tristão Branco
PRT000024890	B-806-L	Ninôr	Barreiro	Praia da Torralta	Mário João Pereira Correia / António Jorge Soares Amorim de Sousa / António Jorge Soares Amorim de Sousa	António Jorge Soares Amorim de Sousa	António Jorge Soares Amorim de Sousa
PRT000024933	B-808-L[72]	Kompensan	Barreiro	Praia da Torralta	Mário João Pereira Correia / António Jorge Soares Amorim de Sousa / António Jorge Soares Amorim de Sousa	Mário João Pereira Correia	António Jorge Soares Amorim de Sousa
PRT000024954	B-809-L	Dumar	Barreiro	Serração	Nuno Filipe Baptista de Lima Figueiredo Ribeiro	Nuno Filipe Baptista de Lima Figueiredo Ribeiro	Nuno Filipe Baptista de Lima Figueiredo Ribeiro
PRT000025038	B-811-L	Escama	Barreiro	Praia da Torralta	Joaquim Manuel Pereira de Almeida	Joaquim Manuel Pereira de Almeida	Joaquim Manuel Pereira de Almeida
PRT000025054	B-812-L	Riso	Barreiro	Praia da Torralta	Ricardo João Amigo Gomes	Ricardo João Amigo Gomes	Ricardo João Amigo Gomes
PRT000025075	B-816-L[73]	Boa Vibe	Barreiro	Serração	João Filipe Lino Santos / João Augusto de Assunção Santos	João Augusto de Assunção Santos	João Filipe Lino Santos

TABELA 12 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Barreiro.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

[72] No decorrer do ano de 2019 alterou a denominação para "Vidas de Sal".

[73] Esta embarcação substituiu uma outra do mesmo proprietário, de casco em madeira, com a mesma denominação e com o conjunto de identificação n.º B-745-L, durante o ano de 2018 ("Boa Vibe" significa boa onda).

II.4.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

Nas comunidades piscatórias do concelho do Barreiro os proprietários são também armadores, ou seja, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e todos desempenham a bordo as funções de arrais.

Estas comunidades estão a ficar envelhecidas, sendo que 61,11% dos arrais já têm mais de 45 anos, e, destes, 27,78% têm entre 55 e 64 anos, e 11,11% têm mais de 65 anos, como se observa na tabela seguinte. A comunidade da antiga Doca Seca da CP é a mais envelhecida, juntamente com a comunidade da Serração, e não existe uma comunidade que se possa dizer como mais rejuvenescida, ainda que existam três jovens arrais a operar no espaço concelhio, com idades compreendidas entre os 30 e os 32 anos, dois sem tradição na pesca (vieram de fora), José Ari Mira Alexandre, nascido em 1986, que no início da vida se dedicava a desportos radicais náuticos, hoje proprietário, armador e arrais das embarcações "Ari", registo n.º B-796-L, e "Pai e Avós", registo n.º B-799-L, que faz abrigo na antiga Doca Seca da CP, e Ricardo João Amigo Gomes, também nascido em 1986, proprietário, armador e arrais da embarcação "Riso", registo n.º B-812-L, que faz abrigo na Praia da Torralta, e um jovem arrais com tradição de pesca (descendente de pescadores locais), João Filipe Lino Santos, proprietário, armador e arrais da embarcação "Boa Vibe", registo n.º B-816-L, que faz porto de abrigo na comunidade da Serração, filho de João Augusto de Assunção Santos, o mais antigo arrais em atividade no Barreiro, também proprietário e armador da velha embarcação "Augusto dos Santos", registo n.º B-734-L, da mesma comunidade piscatória.

IDADE (ANOS) (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
[25-34]	0,00%	11,11%	0,00%	5,56%	11,11%	27,78%
[35-44]	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	5,56%	11,11%
[45-54]	0,00%	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	22,22%
[55-64]	5,56%	22,22%	0,00%	0,00%	0,00%	27,78%
[65-74]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%	11,11%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Uma percentagem significativa da atual geração de arrais barreirense tem tradição na pesca, 72,22% são filhos de pescadores e nasceram no concelho do Barreiro, como se observa na tabela seguinte. Há ainda 11,11% que nasceram no concelho de Beja, 5,56% em Olhão (Algarve), e igual percentagem em Lisboa e no Seixal. Hoje 77,78% trabalham e residem no espaço concelhio, e apenas 11,11% residem em Sesimbra, mais propriamente na Quinta do Conde (junto a Coina), 5,56% em Setúbal e igual percentagem no Seixal, como se observa na tabela seguinte.

CONCELHO DE NASCIMENTO (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
OLHÃO (ALGARVE)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
BARREIRO	5,56%	33,33%	5,56%	5,56%	22,22%	72,22%
BEJA	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%
LISBOA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
SEIXAL	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	5,56%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

CONCELHO DE RESIDÊNCIA (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
BARREIRO	5,56%	27,78%	5,56%	11,11%	27,78%	77,78%
SEIXAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
SESSIMBRA	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%
SETUBAL	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
TOTAL	5,56%	44,44%	5,56%	11,11%	33,33%	100,00%

Sobre o estado civil, em 72,22% dos casos os arrais são "casados" ou vivem em "união de facto", e em apenas 27,78% dos casos os arrais estão "solteiros" ou "divorciados", como se observa na tabela seguinte. É comunidade da Serração onde estão em maior número os arrais "casados", e é na comunidade da antiga Doca Seca da CP onde estão em maior número os arrais "divorciados" e os arrais a viver no regime de "união de facto".

ESTADO CIVIL (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
CASADO	5,56%	5,56%	5,56%	5,56%	22,22%	44,44%
DIVORCIADO	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	5,56%	16,67%
SOLTEIRO	0,00%	5,56%	0,00%	5,56%	0,00%	11,11%
UNIÃO DE FACTO	0,00%	22,22%	0,00%	0,00%	5,56%	27,78%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Estes arrais começaram a aprender a atividade muito jovens, em 77,778% dos casos até aos 14 anos, e destes 44,44% começaram a aprender a atividade ainda entre os 5 e os 9 anos, como se observa na tabela seguinte, o que nalguns casos condicionou a aquisição de habilitações mínimas obrigatórias e o cumprimento do requisito de frequência da escolaridade obrigatória, que variam consoante a data de nascimento de cada arrais ou da data de inscrição/matrícula no primeiro ano de escolaridade. Importa que se diga que isso acontecia muitas vezes por opção própria, porque vários arrais fugiam da escola para ir à pesca, recordam que não gostavam muito dos livros, e outros recordam que começaram a trabalhar na pesca porque os pais e avós já trabalhavam nesta atividade, como era o caso dos que trabalhavam na arte do tapa-esteiros, e era fundamental ajudar no sustento da família, como aconteceu com Rogério Antunes Pereira Correia. Em termos globais, a média da idade com que estes arrais começaram a aprender a atividade é de 15,39 anos, sendo o mínimo de 6 anos e o máximo de 50 anos.

IDADE COM QUE COMEÇARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
[5-9]	5,56%	22,22%	5,56%	0,00%	11,11%	**44,44%**
[10-14]	0,00%	11,11%	0,00%	11,11%	11,11%	**33,33%**
[20-24]	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,56%**
[30-34]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
[45-49]	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,56%**
[50-54]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Sobre o início da pesca profissional, 5,56% fizeram-no dos 10 aos 14 anos, 16,67% dos 15 aos 19 anos, e 44,44% dos 20 aos 29 anos. Os demais 33,33% iniciaram a pesca profissional depois dos 30 anos, o que significa que, não obstante terem aprendido cedo a atividade, o que se justifica por terem tradição na pesca, primeiro procuraram outras alternativas laborais, e quando não conseguiam, sujeitavam-se à pesca. O maior nível escolar encontra aqui justificação, ou seja, foi depois de se terem iniciado na pesca que procuraram aumentar as qualificações escolares para tentar alcançar outro tipo de atividade económica, e, mais tarde, perante a ausência de alternativas, e em alguns casos na sequência da crise de 2008, regressaram às pescas, atividade que lhes era "familiar" onde sempre se consegue um lugar, pois como dizem os pescadores: "o sol quando nasce é para todos". Foi nas comunidades piscatórias da antiga Doca Seca da CP e da Serração que alguns arrais voltaram à pesca já numa fase tardia da vida, e já depois de experimentarem outras profissões, tendo sido bem recebidos e apoiados pelos mais antigos e mais experientes. Em termos globais, a média de idade com que estes arrais iniciaram a pesca profissional é de 28,44 anos, sendo o mínimo de 14 anos e o máximo de 53 anos.

Todos os arrais indicaram ter iniciado a atividade profissional na qualidade de pescadores, e salientaram que a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

IDADE COM QUE INICIARAM A PESCA PROFISSIONAL (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
[10-14]	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	**5,56%**
[15-19]	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	11,11%	**16,67%**
[20-24]	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%	5,56%	**22,22%**
[25-29]	5,56%	16,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**22,22%**
[30-34]	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	**5,56%**
[35-39]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
[40-44]	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	5,56%	**11,11%**
[45-49]	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,56%**
[50-54]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Os motivos que levaram estes arrais a aprender a atividade são muitos e variados, como se observa na tabela seguinte, mas podemos destacar o gosto pela pesca, que representa 88,89% dos casos, a tradição familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do saber no seio da família, que representa 50% dos casos, e de forma menos representativa, por imposição dos pais, que representa 22,22%, pela boa rentabilidade da pesca e pela dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento, que representa 16,67%, e, por fim, para ajudar a família devido a dificuldades económicas, que representa 11,11%.

MOTIVOS QUE OS LEVARAM A APRENDER A ATIVIDADE (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
I,II	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,56%**
I,IV,VI	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,56%**
I,IV,VI,VII	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	**5,56%**
I,V	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	**5,56%**
I,VI	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	16,67%	**27,78%**
II,V,VI	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	**5,56%**
III,VI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
VI	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	11,11%	**22,22%**
VI,VII	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**16,67%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iv) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (v) Boa rentabilidade da pesca nessa época; (vi) Gosto pela pesca; e (vii) Por imposição dos pais.

Considerando a tenra idade com que uma grande parte destes arrais começou a aprender a atividade, bem como a evolução das habilitações mínimas obrigatórias, que se foram tornando mais exigentes ao longo do tempo (em termos gerais, 4.º ano de escolaridade até 1966, 6.º ano de escolaridade entre 1967 e 1987, 9.º ano de escolaridade entre 1988 e 2009, e 12.º ano de escolaridade após 2010), e sabendo que muitos deles não faziam questão de frequentar a escola, os níveis de escolaridade são bastante satisfatórios.

Em 27,78% dos casos, os arrais não ultrapassaram o primeiro ciclo (4º ano de escolaridade), e em 38,89% dos casos não excederam o terceiro ciclo (9º ano de escolaridade), o que se deve a terem iniciado a atividade muito cedo. Há a registar 27,78% dos arrais que frequentaram o secundário, ainda que poucos o tenham terminado, e existe um arrais que tem formação superior, que reside no Seixal, tem uma atividade principal em Lisboa, curiosamente no FOR-MAR-Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, e pesca nos tempos livres fazendo porto de abrigo na comunidade piscatória da Serração. Salientar que em 2018 era o único arrais com formação superior em atividade no estuário do rio Tejo.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
1º, 2º 3º E 4º ANOS (1º CICLO)	0,00%	11,11%	0,00%	11,11%	5,56%	**27,78%**
7º, 8º E 9º ANOS (3º CICLO)	5,56%	11,11%	5,56%	0,00%	16,67%	**38,89%**
10º, 11º E 12º ANOS (SECUNDÁRIO)	0,00%	22,22%	0,00%	0,00%	5,56%	**27,78%**
SUPERIOR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

O agregado familiar dos 18 arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 55 pessoas (incluindo os arrais): três no Bico do Mexilhoeiro, quatro em Palhais e outras tantas na Praia da Torralta, 20 na Serração e 24 na antiga Doca Seca da CP. No geral, 5,56% dos arrais vivem sozinhos, 38,89% têm no seu agregado duas pessoas, 22,22% têm três pessoas no seu agregado familiar, 16,67% têm quatro pessoas, 11,11% têm cinco pessoas, e 5,56% têm seis pessoas, como se observa na tabela a seguir. Os agregados entre duas e quatro pessoas são os mais representativos, correspondem a 77,78% dos casos, ou seja, predominam agregados de família simples, constituído por um casal com filhos, e agregados de família complexa constituídos por um núcleo e outras pessoas, o que se chama família alargada, o que reforça a importância da atividade para o sustento da família.

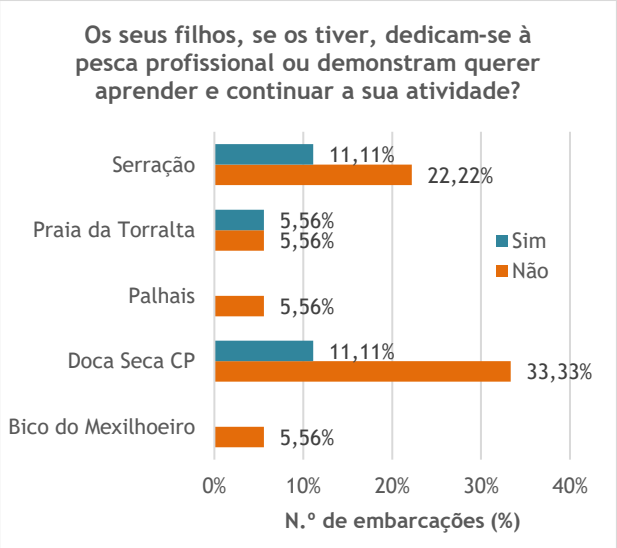
QUANTAS PESSOAS TÊM NO AGREGADO FAMILIAR (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
UMA PESSOA	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	**5,56%**
DUAS PESSOAS	0,00%	22,22%	0,00%	0,00%	16,67%	**38,89%**
TRÊS PESSOAS	5,56%	11,11%	0,00%	5,56%	0,00%	**22,22%**
QUATRO PESSOAS	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	11,11%	**16,67%**
CINCO PESSOAS	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	0,00%	**11,11%**
SEIS PESSOAS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

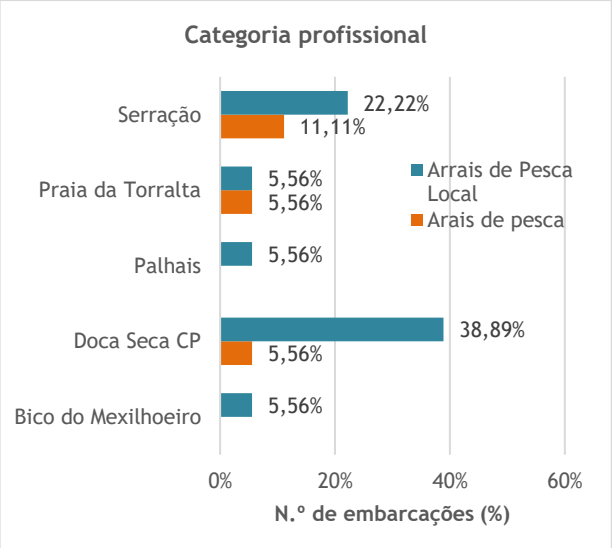
Das 55 pessoas que constituem os agregados familiares dos arrais, apenas 22 trabalham na pesca, o que inclui os próprios arrais. Sabendo que os arrais são 18, que correspondem às 18 embarcações inquiridas, significa que apenas quatro pessoas dos seus agregados familiares participam ativamente do quotidiano piscatório. O que é um valor muito reduzido, e isso explica porque 77,78% dos arrais operaram sozinhos ou com pessoas a bordo que não pertencem ao seu agregado familiar, e apenas 22,22% operam com um tripulante a bordo do seu agregado familiar, no essencial os filhos, como se observa na tabela seguinte.

CONTANDO CONSIGO, QUANTAS PESSOAS DO SEU AGREGADO TRABALHAM NA PESCA? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
UMA PESSOA	5,56%	27,78%	5,56%	11,11%	27,78%	**77,78%**
DUAS PESSOAS	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%	5,56%	**22,22%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a sua atividade, 72,22% responderam que não, e apenas 27,78% responderam sim, dos quais 22,22% pertencem às comunidades piscatórias da Serração e da antiga Doca Seca da CP, como se observa ano gráfico seguinte. Significa que a breve trecho o que resta da frota de pesca barreirense vai estar concentrada nestas duas comunidades, levando à extinção das demais.

Os tripulantes em funções a bordo de arrais em 77,78% dos casos estão habilitados com a categoria mínima de "arrais de pesca local", e apenas 22,22% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", como se observa no gráfico seguinte. Na comunidade da antiga Doca Seca da CP, por exemplo, apenas um arrais está habilitado com a categoria de "arrais de pesca". No global, depreende-se que aos marítimos apenas almejam alcançar a habilitação mínima para poder operar, e não têm interesse de, por motivos de gostar de "saber mais", realizar a formação para o nível seguinte.

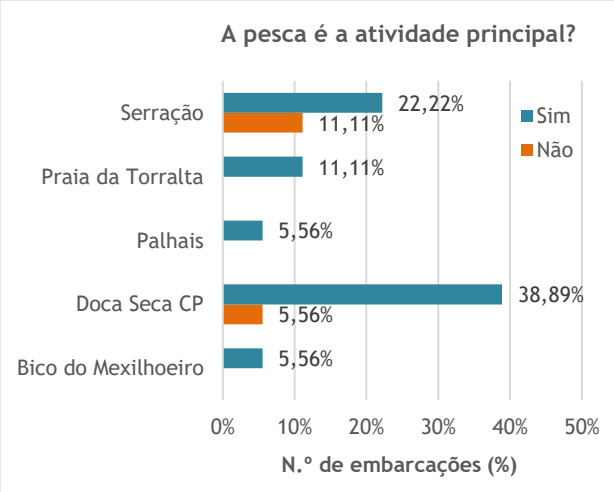


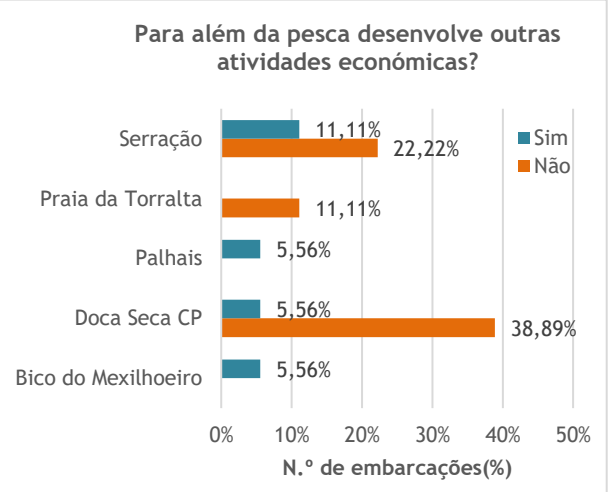


A pesca é a atividade principal de 83,33% dos arrais barreirenses, e apenas três arrais, que representam 16,67%, desenvolvem a pesca de forma suplementar a outras atividades (sem regularidade), como se observa no gráfico seguinte. Com pormenor, um destes arrais tem abrigo na antiga Doca Seca da CP (5,56%) e exerce a profissão de maquinista na CP (diz-se na comunidade piscatória que foi devido à sua intervenção junto da Administração da CP que os pescadores puderam inicialmente utilizar a antiga Doca Seca), e os outros dois arrais têm abrigo na comunidade da Serração (11,11%), e um exerce a atividade principal de motorista de autocarros, tendo como entidade patronal a Câmara Municipal do Barreiro, e o outro exerce funções de Coordenador no Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR), em Pedrouços, sendo este o único detentor de formação superior em todo o estuário do rio Tejo. Nestes três casos cumprem horário completo na entidade patronal principal, e é no tempo que sobra, muitas vezes em prejuízo do seu tempo de descanso, que exercem a atividade da pesca.

Para além dos três arrais referidos anteriormente que têm uma atividade principal e exercem a pesca nos tempos livres, existem mais dois arrais que têm a pesca como atividade principal, mas desenvolvem outras atividades económicas. Num dos casos, o arrais tem abrigo em Palhais, é o único neste local (onde está bastante condicionado pelas marés), e em regime de complementaridade com a atividade piscatória, exerce a atividade de cozinheiro no restaurante da esposa que se localiza na zona antiga do Barreiro, não muito longe da Avenida da Praia. No segundo caso, o arrais tem abrigo no Bico do Mexilhoeiro, é o único neste local e também é bastante condicionado pelas marés e pelo assoreamento da caldeira, e, sazonalmente (quando aparece trabalho), em curtos períodos de tempo (alguns meses), exerce a atividade de manobrador de gruas, tanto em Portugal como no estrangeiro, sendo que nesses períodos tem de suspender a atividade piscatória para se dedicar de forma exclusiva à outra atividade. Desta forma, conclui-se que 72,22% dos arrais não desenvolvem outras atividades económicas para além da atividade piscatória, dependem em exclusivo desta atividade, como se observa no gráfico seguinte.

Mesmo os arrais que não exercem qualquer outra atividade económica para além da pesca mostram ser multifacetados, pelas suas competências, qualidades e características, sendo de realçar a polivalência na mecânica, eletricidade e casco, na reparação das suas próprias embarcações, e também na manutenção das infraestruturas de apoio à pesca em terra. Também revelam ter suficientes dotes de culinária, e são detentores de conhecimento único relacionado com a gastronomia local à base de peixe, com destaque para as caldeiradas de safio, raia e xarroco, que experimentámos e aprovámos.





Salienta-se ainda que, dos 72,22% dos arrais que não desenvolvem outras atividades económicas para além da atividade piscatória, atrás referidos, 16,67% já estão reformados (11,11% na Serração e 5,56% na antiga Doca Seca da CP), como se observa na tabela seguinte, e apenas continuam a laborar como forma de conseguir um suplemento para as suas reformas que são muito baixas e resultaram de outras atividades que exerceram ao longo da vida. Desta forma, concluiu-se que apenas 55,55% dos arrais barreirenses dependem em exclusivo da pesca como fonte de subsistência, o que é revelador da decadência da atividade neste espaço concelhio.

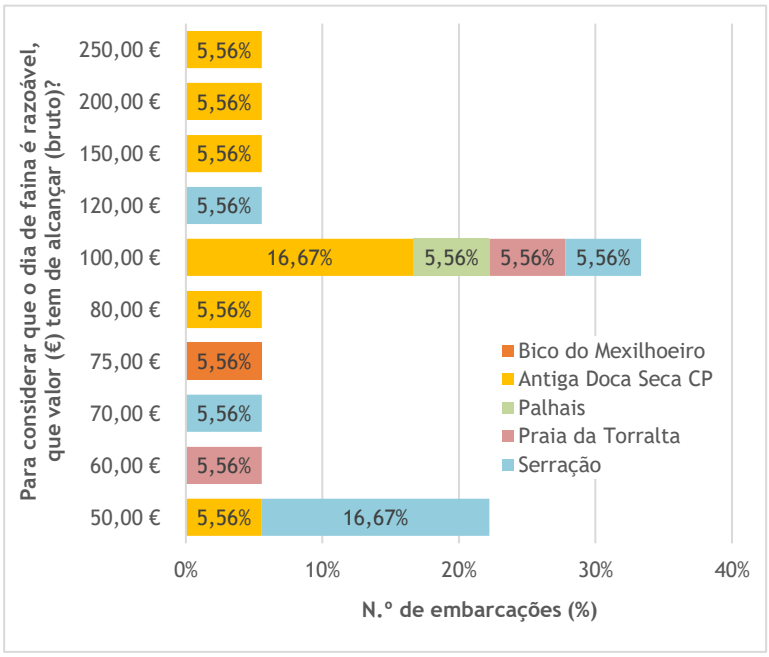
ESTÁ REFORMADO? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	5,56%	38,89%	5,56%	11,11%	22,22%	83,33%
SIM	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	11,11%	16,67%
TOTAL	5,56%	44,44%	5,56%	11,11%	33,33%	100,00%

Ainda relevante para esta temática, é perceber qual a parte do rendimento do agregado familiar dos arrais vem da pesca. Como se observa na tabela seguinte, apenas 44,44% dos arrais responderam que o seu agregado familiar depende totalmente do produto da atividade piscatória, tendo 22,22% respondido que a pesca contribui quase nada para o sustento do seu agregado familiar, o que corresponde aos arrais que têm outra atividade principal e apenas operam nos tempos livres na pesca, e igual percentagem respondeu que a pesca contribui em metade para o sustento do seu agregado familiar, que corresponde aos arrais casados em que as esposas trabalham, e aos arrais reformados ou com outras atividades. Há ainda 11,11% que responderam que a pesca contribui com mais de metade para o sustento do seu agregado familiar, percentagem que corresponde a arrais com outra atividade e reformados. A comunidade piscatória da Serração é onde estão concentrados a maioria dos arrais reformados ou que exercem outras atividades principais, pelo que seria a menos afetada numa situação de falência da pesca. Situação inversa acontecia na comunidade piscatória da antiga Doca Seca da CP, onde se concerta atualmente a principal capacidade de pesca barreirense.

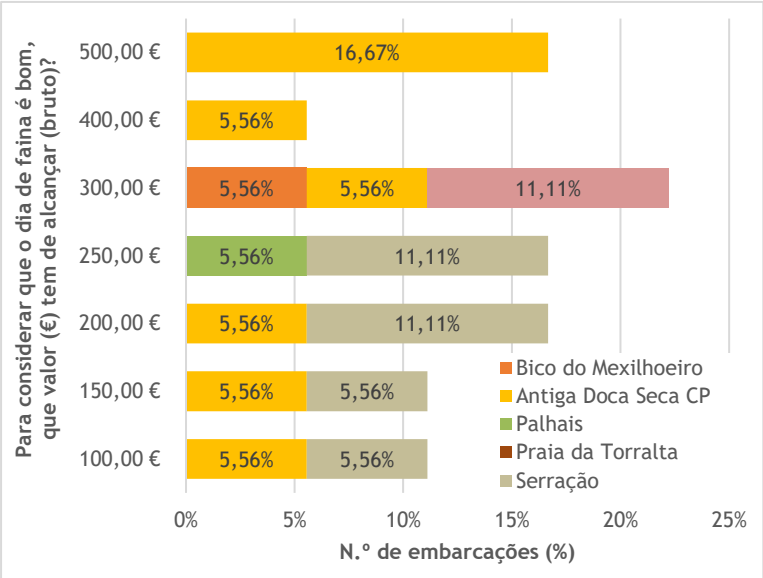
QUAL A PARTE DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR VEM DA PESCA? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
QUASE NADA	0,00%	5,56%	0,00%	5,56%	11,11%	22,22%
METADE	0,00%	5,56%	5,56%	0,00%	11,11%	22,22%
MAIS DE METADE	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%
TODO	5,56%	22,22%	0,00%	5,56%	11,11%	44,44%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

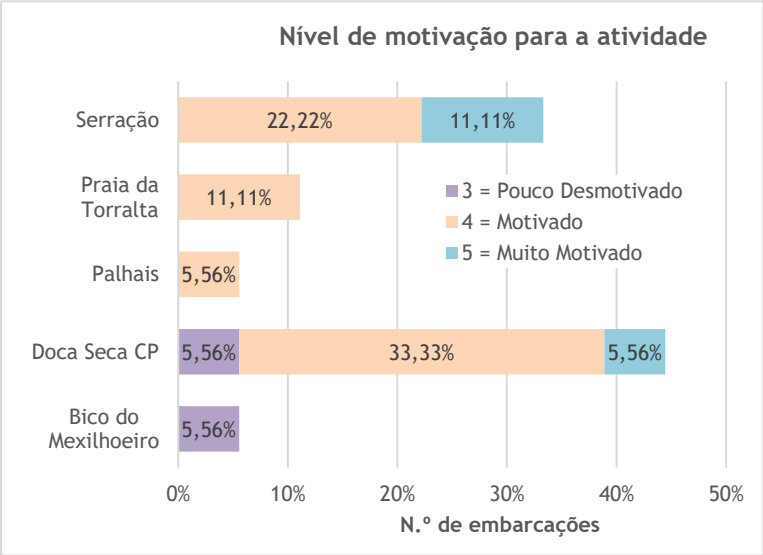
Na pesca no Barreiro, a mulher também tem um importante papel nesta atividade, sendo que das cinco mulheres na pesca, três são esposas de arrais reformados. Na Praia da Torralta, Joaquim Manuel Pereira de Almeida tem pontualmente a ajuda da esposa, que não tem cédula marítima. Na Serração, Edgar Tristão Branco, alcunha Garinho, tem a ajuda da sua esposa na preparação dos aparelhos de pesca, que também não tem cédula de pescadora, e José Duarte dos Santos Semedo, arrais de pesca local, anda à pesca com a sua esposa Maria de Fátima, também arrais de pesca local. Pela necessidade de cuidar dos netos, a sua esposa agora anda menos à pesca, só vai quando estritamente necessário, num quadro mais comum do que o desejado, de que quando emergem necessidades familiares são sempre as mulheres que abdicam da profissão para prestar auxílio. Na antiga Doca Seca da CP, António Marques, arrais de pesca local, opera com a ajuda da sua esposa Carla Reis, com cédula de pescador e inscrita marítima na Delegação Marítima do Barreiro, contando ainda, algumas vezes, com a ajuda de familiares da esposa. Este casal dedica-se sobretudo ao palangre de meia água com amostras e ao palangre de fundo iscado. A esposa começou por andar embarcada, mas tinha "pena" de matar os peixes, e não poucas vezes os retirava dos anzóis e os devolvia ao estuário, o que fez com que apenas ficasse a fazer os trabalhos de terra, a preparar as caixas dos anzóis, e apenas o esposo vai largar e colher os aparelhos. Situação que nos permite refletir sobre como seria diferente a relação do Ser Humano com recursos haliêuticos, caso a mulher estivesse mais envolvida na pesca em cima do espelho de água, e não apenas, ou maioritariamente, em terra a preparar as artes de pesca. A quinta mulher na pesca no Barreiro é esposa de um jovem arrais, que faz abrigo na antiga Doca de Pesca da CP, e, segundo opinião dos pares, tem tudo para ser um grande pescador no futuro. Trata-se de José Ari Alexandre, arrais de pesca, que andava à pesca com a sua esposa Joana Ferreira, com cédula de pescador e inscrita marítima na Delegação Marítima do Barreiro. Durante o ano de 2018, quando realizámos a recolha do material empírico, esta pescadora já pouco ajudava na pesca porque recentemente tinha dado à luz o terceiro filho e as necessidades familiares obrigaram a procurar um trabalho com horário adequado para cuidar dos filhos (o que a pesca não permite). Em resumo, apenas duas mulheres têm cédula marítima e as restantes ajudam os maridos nos trabalhos de terra, e por não terem cédula marítima, não fazem descontos para a Segurança Social.

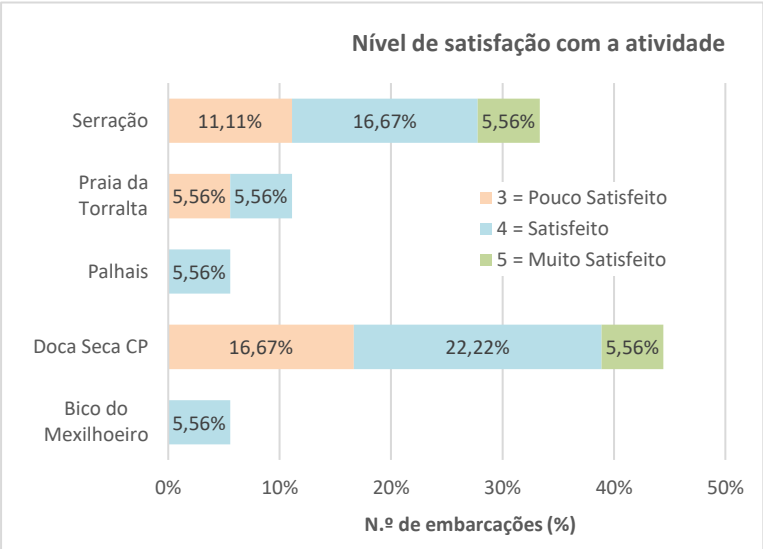
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 22,22% responderam entre 50,00€, e 33,33% responderam 100,00€, o que representa 55,56% das respostas. As demais respostas são muito variáveis, o que demonstra que as espectativas são muito variadas e estão diretamente relacionadas com o investimento na atividade. No mínimo a reposta foi de 50,00€, no máximo foi de 250,00€, e em média dá o valor de 100,28€, como se observa no gráfico ao lado.



De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 22,22% responderam







entre 100€ e 150€, 55,56% responderam entre 200€ e 300€, 5,56% responderam 400€ e 16,67% responderam 500,00€, como se observa no gráfico ao lado. É na antiga Doca Seca da CP, principal centro de pesca do Barreiro onde é maior a perspetiva de ganhos. No mínimo a resposta foi de 100,00€, no máximo foi 500,00€, e em média dá o valor de 275,00€.

Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 50€ e 250€ e no máximo entre 100€ e 500€. Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações de maior porte, com mais tripulantes, e com maior investimento em equipamento e tecnologia a bordo.

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 33,33% dos arrais estão pouco satisfeitos, 55,56% estão satisfeitos, e 11,11% estão muito satisfeitos, o que é positivo. Sobre o nível de motivação, 11,11% dos arrais estão um pouco desmotivados, 72,22% estão motivados, e 16,67% estão muito motivados, o que é muito positivo, como se observa nos gráficos ao lado.

Os elevados valores de motivação e satisfação, são explicados pelo arranque das obras de beneficiação das instalações, da antiga doca seca da CP - Comboios de Portugal, que se encontravam em profundo estado de degradação, acompanhadas de um importante investimento em equipamentos de ancoragem das embarcações e de movimentação de cargas e equipamentos de frio.

Os pescadores barreirenses estão muito gratos por tudo que a Câmara Municipal do Barreiro realizou nos últimos meses, obra que esperavam há anos.

II.4.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[74]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas 21 embarcações de pesca local barreirenses com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados 23 marítimos, incluído arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: sete embarcações tinham matriculado um tripulante da categoria mínima de arrais de pesca local (33,33%), seis tinham matriculado dois tripulantes (28,57%), uma tinha matriculado três tripulantes (4,76%), e duas tinham matriculado quatro tripulantes (9,52%), como se observa no gráfico a seguir.

É de notar que apesar de apenas termos inquirido 18 das 21 embarcações, como já referimos anteriormente, os dados agora apresentados, referentes às matrículas de tripulação, representam a totalidade das matrículas, como referido na metodologia, e, de forma complementar, em nota de rodapé nesta página. Já as formas de remuneração representam apenas as respostas das embarcações inquiridas.

Cinco embarcações não tinham rol de tripulação válido (23,81%), o que acontece por vicissitudes várias, mas sobretudo está relacionado com o período de captura da corvina. A pesca da corvina nos últimos anos faz recordar pela semelhança a antiga pesca do tapa-esteiros, uma vez que, tal como acontecia nesse tempo, também as matrículas de tripulação na última meia década, em algumas embarcações, se realizam exclusivamente para o período da corvina compreendido entre maio e agosto, que é altura da entrada em cardume no rio Tejo. O sistema passa por a embarcação ter uma tripulação de base e uma tripulação flutuante, que só é matriculada exclusivamente durante esse período, e logo depois desmatriculada. Os números não englobam eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos.

Destas embarcações, seis possuem rol de tripulação coletivo, em parelhas[75]: (i) embarcações "Ari" (B-796-L) e "Pai e Avós" (B-799-L), um tripulante; (ii) embarcações "Augusto dos Santos" (B-734-L) e "Boa Vibe" (B-816-L), dois tripulantes; e (iii) embarcações "Ninôr" (B-806-L) e "Kompensan"[76] (B-808-L), quatro tripulantes. Nestes casos apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Por exemplo, no caso das embarcações "Ninôr" (B-806-L) e "Kompensan" (B-808-L), que o armador fez rol coletivo com quatro tripulantes, considerámos que cada uma destas embarcações opera com quatro tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "*N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores*", e porque efetivamente cada uma destas pode operar com os quatro tripulantes, mas apenas se contaram quatro tripulantes (e não oito) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos 23 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".

Sobre a distribuição dos marítimos, 8,70% estão no Bico do Mexilhoeiro, 26,09% na antiga Doca Seca da CP, 4,35% em Palhais, 26,09% na Praia da Torralta e 34,78% na Serração. Sobre as categorias profissionais, 17,39% têm a categoria de pescador, 47,83% a categoria de arrais de pesca local e 34,78% a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a ficar envelhecida, uma vez que apenas 17,39% têm idades compreendidas entre 25 e 34 anos, e 65,22% têm mais de 45 anos, sendo que destes 30,43% têm entre 55 e 64 anos, e 8,70% já têm mais de 65 anos, como se observa no gráfico a seguir.

Sobre a forma de remuneração, 10% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro), 40% recebem em dinheiro (valor diário fixo, entre 50€ e 70€), e 50% repartem o produto da pescaria em partes iguais, ou o mais possível em partes iguais, porque os tripulantes são todos familiares, como também se observa ano gráfico a seguir. No caso dos que recebem em quinhões, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras.

As embarcações em que a tripulação é família, como a "Núria", registo n.º B-791-L, o produto da pescaria é "para a casa", e é também a "casa" que paga as despesas que surgem diariamente, ou seja, não existe propriamente uma contabilidade. Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações, tal como acontece com os que dividem o produto

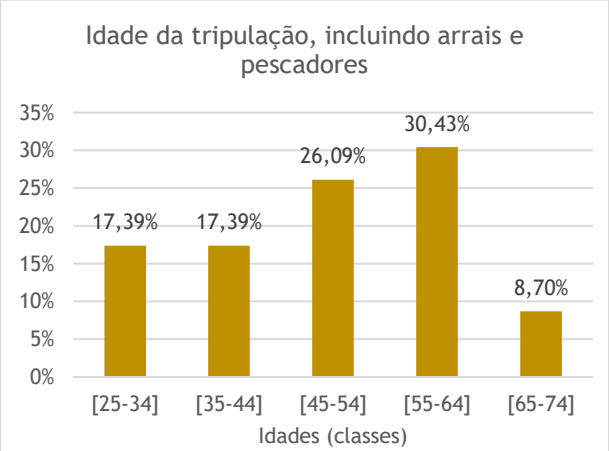
[74] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos róis de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. Representam, por isso, a totalidade da frota. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário, pelo que representam apenas as embarcações inquiridas.

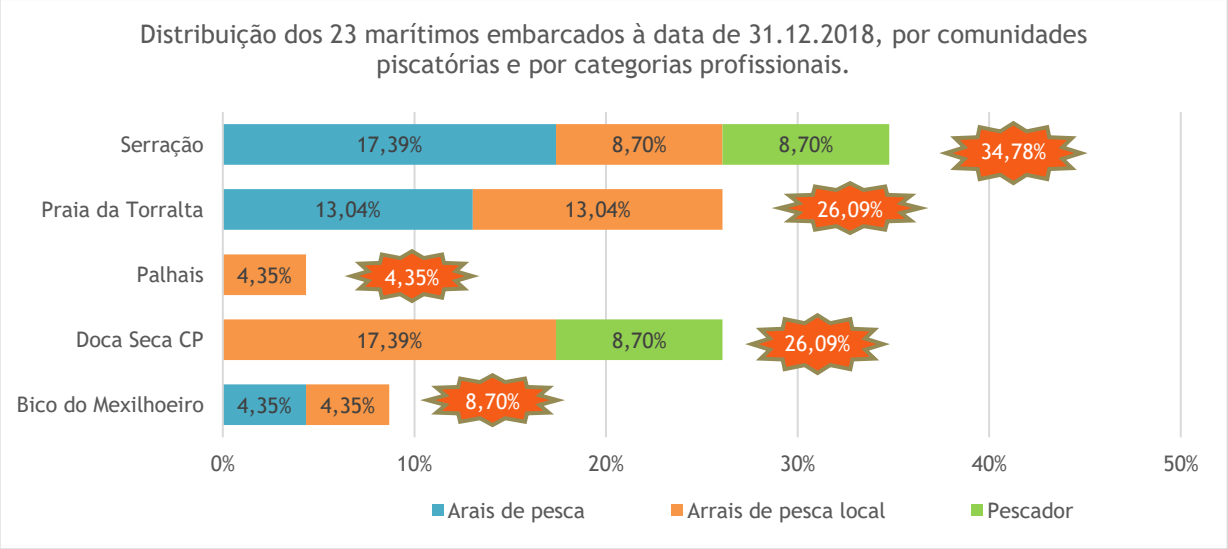
[75] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.

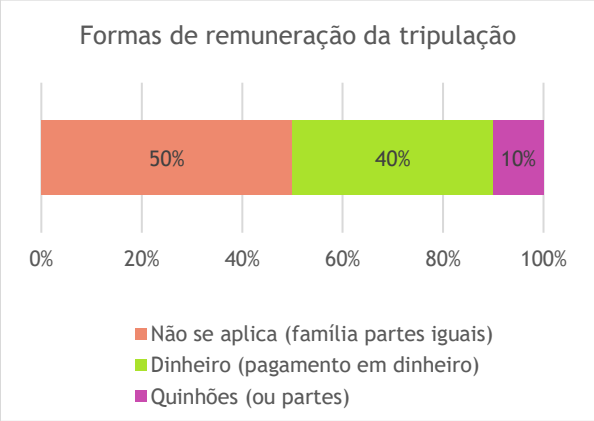
[76] No ano seguinte esta embarcação passou a designar-se "Vidas de Sal".

das pescarias em quinhões, mas os que recebem uma contrapartida financeira em dinheiro por cada vez que embarcam já revelam alguma inconstância, para além de que são os que também evidenciam mais irregularidade por embarque não autorizado.









II.4.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

No Barreiro predomina a utilização de redes e aparelhos de anzóis, o que inclui a pesca do corrico, cada vez mais em desuso, a piteira, quando não existem outras alternativas, e, muito residualmente, a pesca com arrasto de vara. Em 2018, foram utilizadas todas essas artes, com exceção do arrasto de vara, como se observa nos gráficos a seguir, e não existe espectativa de que volte a ser utilizado, uma vez que a espécie a que se dirige, camarão *Crangon crangon*, não está disponível em quantidade que justifique dirigir-lhe a pesca nas zonas onde é autorizado operar com esta arte.

Em 2018, das 21 embarcações com licença de pesca para a zona do rio Tejo, inquirimos 18, aquelas que efetivamente se dedicam à pesca, como já referimos, e destas, 16 operaram com a branqueira, tresmalho de fundo, dirigida ao choco-vulgar e aos linguados legítimo e branco. A operação decorreu de janeiro a junho, e cessou quando começou a intensidade da alforreca. Das quatro artes de redes, esta foi a mais utilizada, e superou todas as demais. A título de curiosidade, no passado esta arte foi utilizada com miolo de malha 60 mm, e não com miolo malha de 80 mm, como atualmente se utiliza.

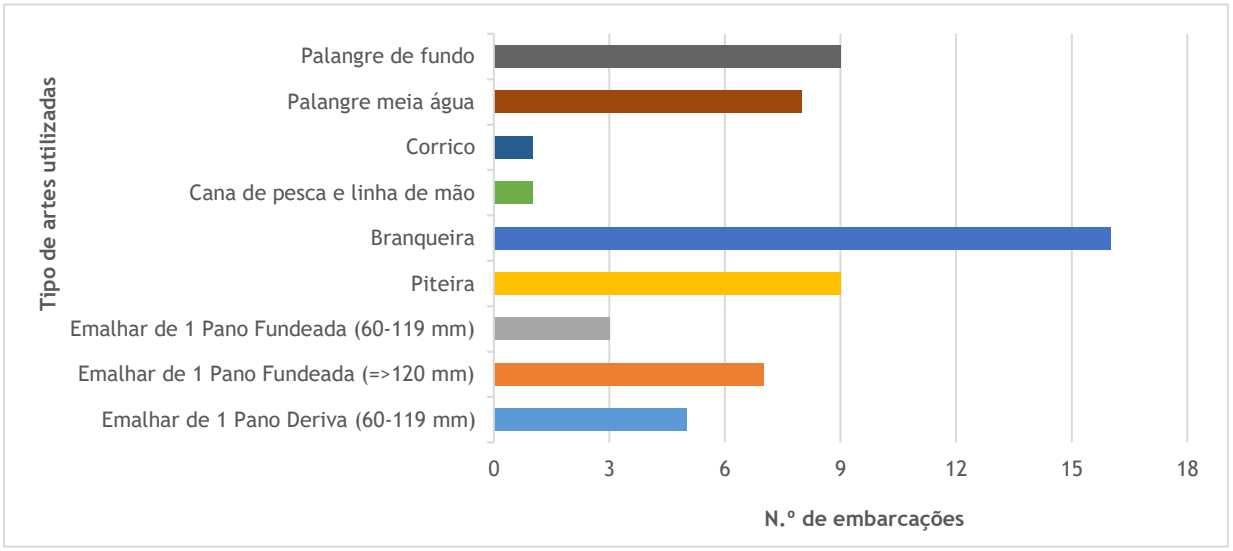
A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, dirigida a robalos, sargos e douradas, foi utilizada por três embarcações de janeiro a março, e logo a seguir, a mesma rede, também fundeada, na classe de malhagem acima de 120 mm, foi utilizada por sete embarcações, de maio a junho, no Mar da Palha e daí para montante até Alhandra, dirigida às corvinas de grande porte que se deslocam ao estuário para reprodução. A malha mais utilizada para capturar as corvinas grandes foi de 140 mm e alguns arrais utilizaram malha de 160 mm. A operação com esta arte cessou na mesma altura em que cessou a operação da branqueira, e o motivo foi o mesmo, a intensa presença de medusa-do-Tejo porque emalhavam às centenas nas redes, que por não aguentarem o seu peso juntamente com a força da água, acabavam por partir. Em alternativa, cinco arrais voltaram a operar com a malhagem de 60 a 119 mm, agora na modalidade de deriva, dirigida a robalos, sargos e dourada, basicamente entre julho e dezembro. Na operação com a rede à deriva, as alforrecas acompanham a rede sendo mais difícil de emalharem, o que permite a pesca.

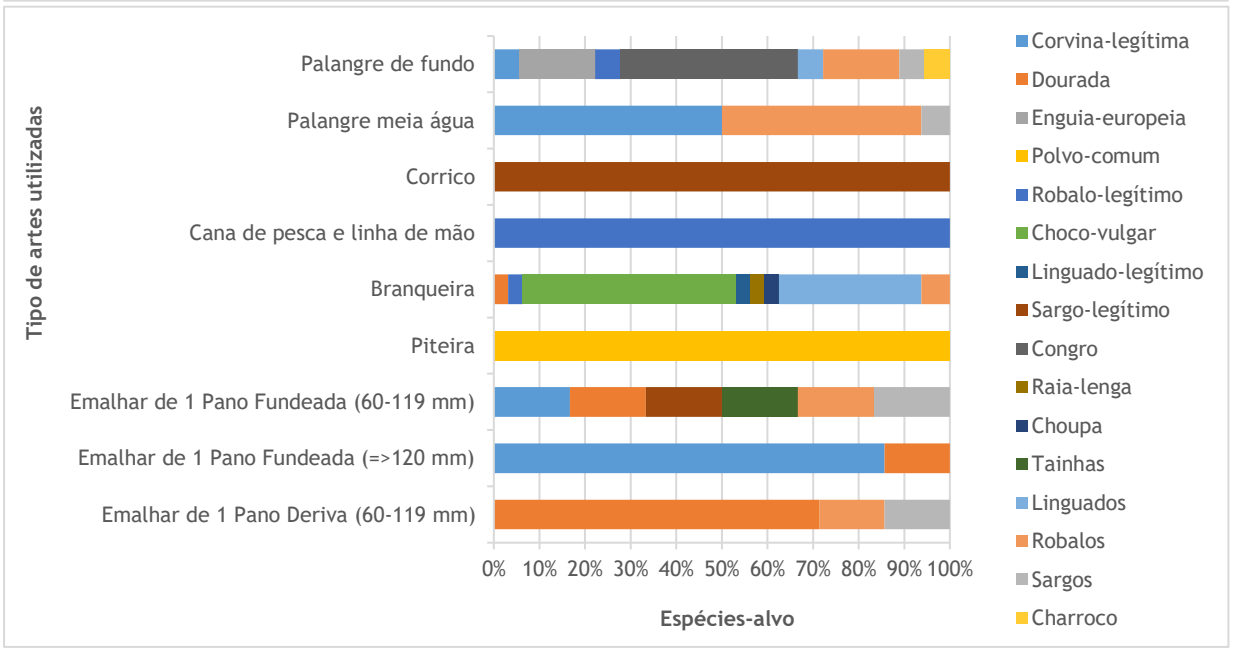
O aparelho de anzol de meia água com amostras, dirigido à corvina e aos robalos legítimo e baila, foi utilizado por oito embarcações, de janeiro a dezembro, mas mais intensamente no segundo semestre. Os marítimos que operam regularmente com esta arte, com mais incidência na comunidade piscatória da Serração, no tempo do choco conciliam a sua utilização com a branqueira, e no tempo da corvina com a rede de emalhar de um pano de malha superior a 120 mm. A tradição da pesca do choco é imensa neste território. Por isso é que nos primeiros cinco meses do ano existem mais artes em operação, e é por isso que independentemente da arte principal que cada mestre utiliza, nestes meses nunca abdicam da pesca do choco. Na comunidade da Serração, por exemplo, operam duas embarcações ao palangre de meia água com amostras, ao longo de todo o ano, que não deixaram de operar com redes para o choco-vulgar e para os linguados, no início do ano, nem deixaram de operar com redes para a corvina, entre março e junho, no Mar da Palha. Ao aparelho de fundo de fundo de anzol grosso (n.^{os} 7 e 8), iscado na maior parte das vezes com cavala, dirigido ao congro, e ao aparelho de fundo de anzol fino (n.^{os} 10 e 11), iscado na maior parte das vezes com casulo ou camarinha, dirigido às enguias e aos linguados, operaram nove embarcações, sensivelmente entre setembro e fevereiro. O aparelho de anzol é uma alternativa nos momentos de muita alforreca no estuário.

De abril a agosto, uma embarcação que pertencente à comunidade da Serração operou ao corrico, para capturar sargos, uma pescaria que no passado foi muito intensa neste território, mas está em desuso. Atualmente apenas a comunidade piscatória de Paço de Arcos mantem viva, com relativa intensidade, a tradição de pesca com arte. De janeiro a março, essa mesma embarcação operou com canas e linhas de mão, a única do Barreiro a fazer esta pesca. Referir que este proprietário, que exerce a bordo as funções de arrais, tem outra atividade principal, e exerce a pesca de forma complementar nos tempos livres. Dos marítimos que exercem a pesca a tempo inteiro, já nenhum utiliza estas artes, ou mostra interesse em vir a fazê-lo. No futuro, estas artes serão um recurso apenas para os marítimos que têm outras ocupações e exercem a pesca de forma complementar, porque não têm interesse em trabalhar com artes mais trabalhosas e dispendiosas, que visam maior rentabilidade a mais longo prazo.

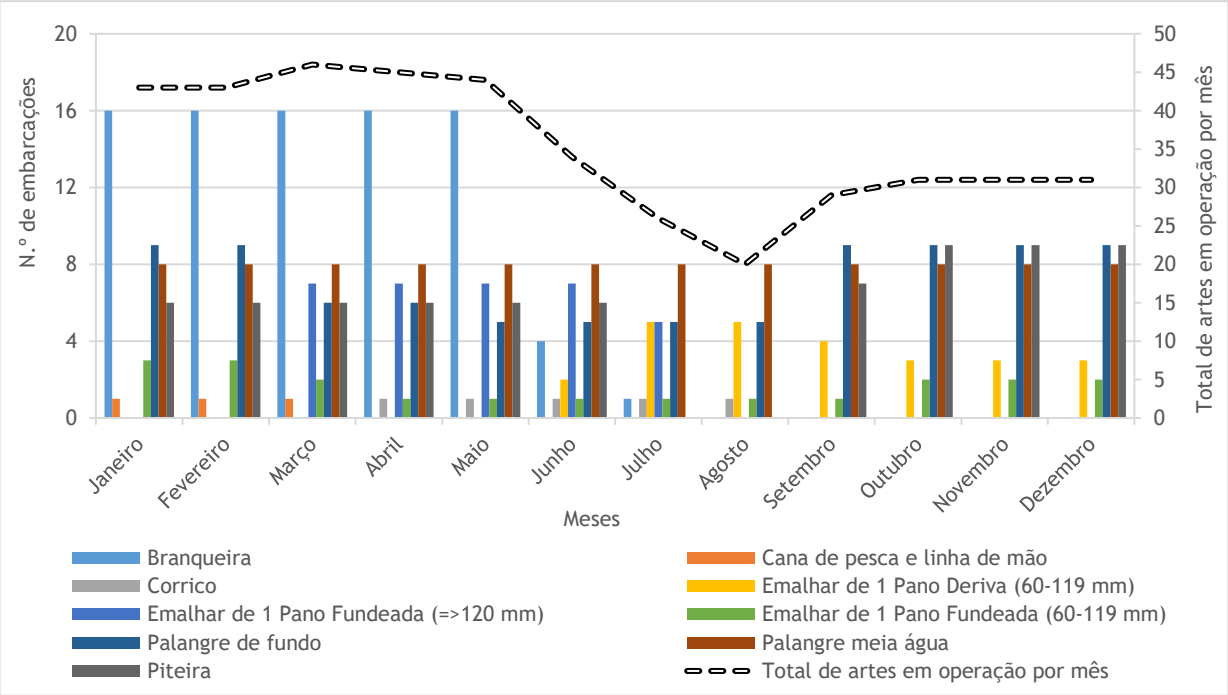
A piteira foi utilizada por nove embarcações, um pouco ao longo de todo o ano, com exceção dos meses de defeso do polvo, em julho e agosto. No entanto, a utilização foi maior quando o polvo estava mais valorizado, e quando o Mar da Palha não estava a ser rentável, como forma de diversificar atividades. Os marítimos não fizeram mais do que cinco dias de pesca por mês, com esta arte,

geralmente nas marés pequenas, que são consideradas as boas marés do polvo. Ao contrário do que acontece nas comunidades piscatórias mais a montante, que fazem esta pesca cerca de quinze dias por mês e nesse período deixam as embarcações na doca de Alcântara ou na doca de Pedrouços, e deslocam-se de carro, os marítimos do Barreiro trabalham menos tempo com esta arte, mas deslocam-se todos os dias nas suas embarcações para os pesqueiros na foz do rio Tejo, geralmente entre o Bugio e Paço de Arcos. Mesmo as embarcações que normalmente operam com um único tripulante da categoria mínima de arrais de pesca, que é simultaneamente proprietário e arrais, para a pesca do polvo vão tripuladas por dois marítimos, e cada um deles trabalha com duas piteiras, cada uma constituída com seis anzóis, barbelados, e iscados com tainha, ou outras espécies de menor valor que surgem nas redes, mas também aconteceu de serem iscarem com robalos.

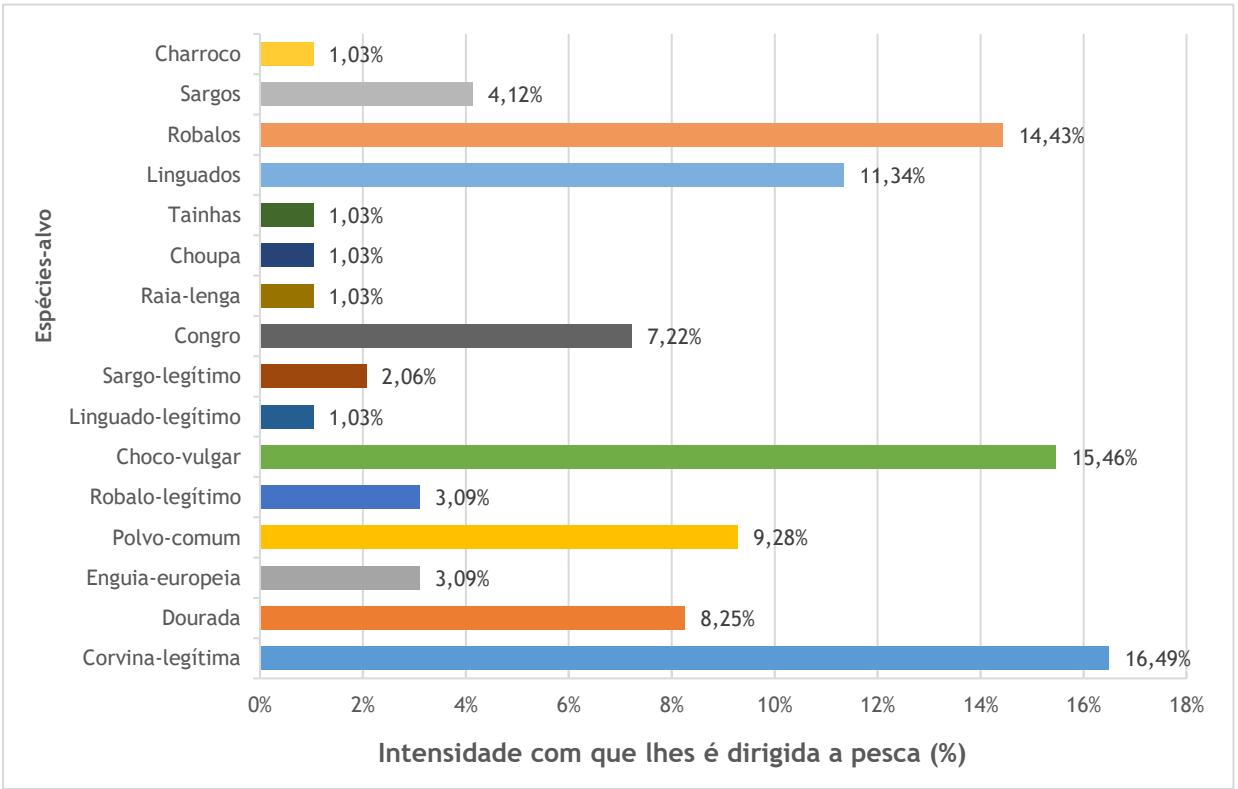




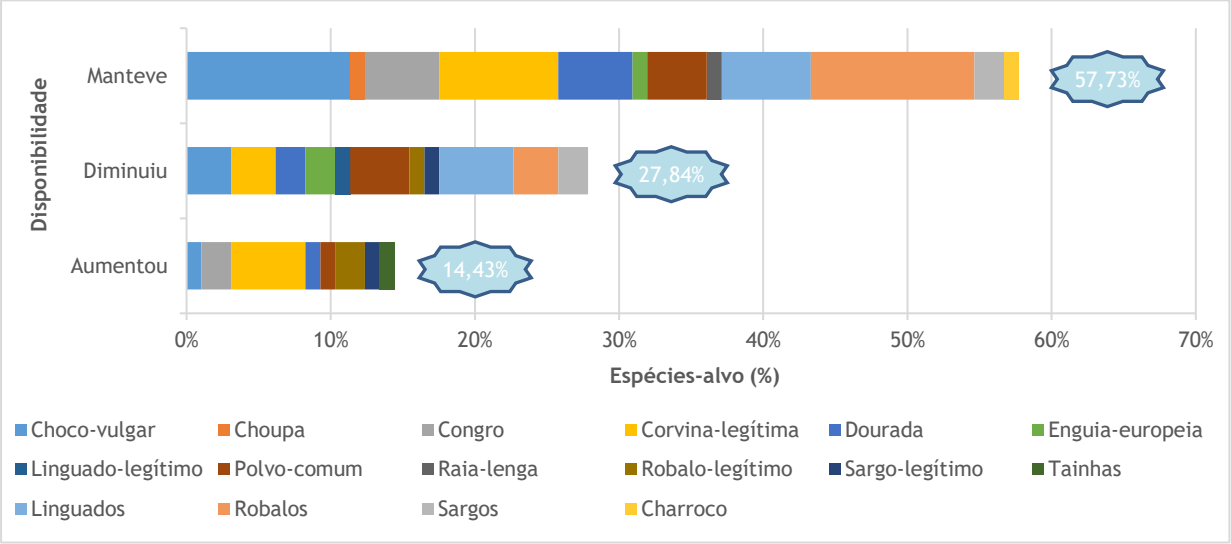
O número de artes em operação é maior entre janeiro e maio, período em que operam entre 43 e 46 artes por mês, muito devido à pesca do choco, e depois decresce até agosto, tendo operado neste mês apenas 20 artes, e estabiliza nas 31 artes por mês entre setembro e dezembro. O valor mais alto de artes em operação por mês, um total de 46, foi registado no mês de março, e o valor mais baixo foi alcançado em agosto, mês em que apenas operaram 20 artes, e como se observa no gráfico a seguir.



Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que a corvina-legítima (16,49%), o choco-vulgar (15,46%), os robalos (14,43% - a que acresce mais 3,09% apenas de robalo-legítimo) e os linguados (11,34% - a que acresce mais 1,03% apenas de linguado-legítimo), foram destacadamente as espécies a que os marítimos barreirenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o polvo-comum (9,28%), a dourada (8,25%), o congro (7,22%) e os sargos (4,12% - a que acresce mais 2,06% apenas de sargo-legítimo), e, de forma residual, a enguia-europeia (3,09%), a raia-lenga (1,03%), a choupa (1,03%), as tainhas (1,03%) e o charroco (1,03%). O leque de espécies-alvo é bastante heterogéneo, resultante da operação conjunta e equilibrada de redes e aparelhos de anzol.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 57,73% dos inquiridos respondido que se manteve, 27,84% que diminuiu e 14,43% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram os linguados (5,15%), o polvo-comum (4,12%), o choco-vulgar (3,09%), a corvina-legítima (3,09%), os robalos (3,09%), a dourada (2,06%), a enguia-europeia (2,06%), os sargos (2,06%), o linguado-legítimo (1,03%), o robalo-legítimo (1,03%), e o sargo-legítimo (1,03%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso dos linguados, por exemplo, 6,19% responderam que manteve e 5,15% que diminuiu. No caso do polvo-comum, 4,12% responderam que manteve, igual percentagem que diminuiu e 1,03% que aumentou. No caso da corvina-legítima, 8,25% responderam que manteve, 3,09% que diminuiu e 5,15% que aumentou. Já no caso do choco-vulgar, 11,34% responderam que manteve, 3,09% que diminuiu e 1,03% que aumentou. No caso do robalo-legítimo, 2,06% responderam que aumentou e 1,03% que diminuiu, e, no caso da dourada, 5,15% responderam que manteve, 2,06% que diminuiu e 1,03% que aumentou. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que apesar de ¼ dos seixalenses considerar ter existido uma redução da abundância de várias espécies, a maioria não encontra qualquer alteração significativa na disponibilidade das espécies que constituem a sua principal base de subsistência.



Sobre os motivos que levaram os marítimos deste concelho a dirigir a pesca a estas espécies, 83,33% assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos ainda havia motivações cumulativas: 38,89% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, 50% por serem espécies das épocas, e 11,11% por outros motivos (testar novos pesqueiros), como se observa na tabela a seguir.

PORQUE TEM PREFERÊNCIA POR ESTAS ESPÉCIES (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
I,II	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	11,11%	**16,67%**
I,II,III	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	16,67%	**22,22%**
II	0,00%	11,11%	0,00%	11,11%	0,00%	**22,22%**
II,III	5,56%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	**11,11%**
II,IV	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	0,00%	**11,11%**
III	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	5,56%	**16,67%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Porque as licenças e as artes de pesca que possui são para essas espécies; (ii) Pelo potencial económico para comércio; (iii) Porque são as espécies das épocas; (iv) outro.

No essencial, as questões económicas são determinantes na ação destes marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente as lotas de Setúbal e da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também para consumo dos próprios marítimos, dos seus familiares e dos seus amigos.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abrótea-da-costa, abrótea-do-alto, besugo, bica, bodião (várias espécies), cabra-cabaço (ou cabaço), cação-liso, cações, cangulo, cavala, charroco, corvinata-real (ou peixe rainha), linguado-da-areia, linguado branco, lula-vulgar, moreia, pampo, pargo-legítimo, peixe-agulha, pescada-branca, pregado, ruivos, raia-curva, ratão, pata-roxa, rodovalho, salema, salmonete-legitimo, sarda, sargo-safia e outros sargos, sarrajão, sável, savelha, solha-legítima, peixe-espada-branco, solha-das-pedras (patruça), tainha-fataça, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações barreirenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, a maior parte das quais também habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 247.635 Kg de pescado que foram comercializados por 372.776,11€. Destes, apenas 45.942 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, tendo sido comercializados por 301.510,49€, o que corresponde ao preço médio de 6,56€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

A corvina-legítima foi a espécie mais desembarcada, um total de 21.849,40 Kg, comercializados por 154.845,51€, o que corresponde ao valor médio de 7,09€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi o congro, um total de 6.687,70 Kg, comercializados por 24.131,10€, o que corresponde ao valor médio de 3,61€/Kg. Em terceiro lugar surge o charroco, uma espécie acessória, 2.626,40 Kg comercializados por 3.318,37€, o que corresponde ao valor médio de 1,26€/Kg. Segue-se 2.375,70 Kg de robalo-legítimo comercializados por 35.716,63€, 1.976,80 Kg de polvo-vulgar comercializados por 19.510,93€, 1848,70 Kg de salema, espécie acessória, comercializados por 1.339,86€, 1.847,60 Kg de dourada comercializados por 25.668,35€, 1.688,60 Kg de choco-vulgar comercializados por 11.833,28€, 1.291,70 Kg de tainhas, em especial tainha-liça, comercializados por 1.274,96€ (o que dá o preço médio de 0,99€/Kg), e 1.151,60 Kg de corvinata-real comercializados por 3.070,63€. Foram desembarcadas muitas outras espécies, a maior parte sem relevância estatística, mas muitas delas apresentam um elevado valor comercial, nalguns casos acima dos 15€/Kg. No topo da lista está o pregado, comercializado ao valor médio de 25,19€/Kg, seguindo-se o salmonete-legítimo ao preço médio de 24,18€/Kg, o pargo-legítimo ao preço médio de 20,16€/Kg, o linguado-legítimo ao preço médio de 18,72€/Kg, a enguia-europeia ao preço médio de 16€/Kg e, por fim, o robalo-legítimo ao preço médio de 15,03€/Kg.

Importa salientar que estes dados, que foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., são referentes à totalidade da frota habilitada com licença de pesca, em 2018, com pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, e não apenas à parte da frota cujos arrais foram inquiridos, como está explicado na metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese). Também não englobam, naturalmente, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abrótea-da-costa	7,10	51,20 €	7,21 €
Abróteas	1,50	6,45 €	4,30 €
Besugo	4,80	32,23 €	6,71 €
Bica	2,50	27,38 €	10,95 €
Bodião	4,00	15,18 €	3,80 €
Cabra-cabaço	3,00	31,60 €	10,53 €
Cação-liso	18,00	163,90 €	9,11 €
Cações	144,90	942,39 €	6,50 €
Cangulo	24,80	103,47 €	4,17 €
Cavala	1,40	6,09 €	4,35 €
Charroco	2 626,40	3 318,37 €	1,26 €

Choco-vulgar	1 688,60	11 833,28 €	7,01 €
Choupa	123,40	439,49 €	3,56 €
Congro	6 687,70	24 131,10 €	3,61 €
Corvina-legitima	21 849,40	154 845,51 €	7,09 €
Corvinata-real	1 151,60	3 070,63 €	2,67 €
Dourada	1 847,60	25 668,35 €	13,89 €
Enguias	1,50	24,00 €	16,00 €
Linguado-da-areia	12,50	142,18 €	11,37 €
Linguado-legítimo	373,00	6 984,32 €	18,72 €
Linguados	50,50	740,97 €	14,67 €
Lula-vulgar	4,90	68,09 €	13,90 €
Moreia	16,40	64,35 €	3,92 €
Pampo	2,00	5,70 €	2,85 €
Pargo-legítimo	18,10	364,97 €	20,16 €
Peixe-agulha	90,00	22,50 €	0,25 €
Pescada-branca	4,60	22,14 €	4,81 €
Polvo-vulgar	1 976,80	19 510,93 €	9,87 €
Pregado	13,80	347,68 €	25,19 €
Raia-curva	106,60	491,84 €	4,61 €
Raia-lenga	258,40	911,20 €	3,53 €
Ratão	96,70	43,68 €	0,45 €
Robalo-baila	289,40	1 594,35 €	5,51 €
Robalo-legitimo	2 375,70	35 716,63 €	15,03 €
Rodovalho	11,50	170,04 €	14,79 €
Ruivo	1,40	3,91 €	2,79 €
Salema	1 848,70	1 339,86 €	0,72 €
Salmonete-legitimo	3,40	82,20 €	24,18 €
Salmonetes	3,40	58,40 €	17,18 €
Sarda	18,20	59,16 €	3,25 €
Sargo-alcorraz	55,00	71,65 €	1,30 €
Sargo-legítimo	615,80	5 732,63 €	9,31 €
Sargos	0,70	8,26 €	11,80 €
Sargo-safia	151,70	748,95 €	4,94 €
Sarrajão	32,90	130,14 €	3,96 €
Sável	6,60	2,93 €	0,44 €
Savelha	2,70	3,38 €	1,25 €
Solha-legítima	20,70	81,87 €	3,96 €
Tainha-fataça	38,90	62,30 €	1,60 €
Tainha-garrento	7,00	6,62 €	0,95 €
Tainha-liça	1 179,30	1 145,59 €	0,97 €
Tainha-olhalvo	44,00	51,16 €	1,16 €
Tainhas	22,50	9,29 €	0,41 €
Somatório	**45 942,00**	**301 510,49 €**	**6,56 €**

TABELA 13 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Barreiro no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Uma parte substancial do valor auferido pelos marítimos com a venda do pescado foi utilizada para suportar os custos de operação, que no ano de 2018 ascenderam a 171.216,00€, como se observa na tabela a seguir. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

A operação das embarcações teve um custo de combustível de 66.250,00€, representa 38,69% da totalidade dos gastos. É a rúbrica que mais onera a atividade neste concelho, mas, diga-se, onera menos

do que acontece nos congéneres, nomeadamente nas comunidades avieiras e nas comunidades da margem sul, o que se explica por existirem no Barreiro embarcações que têm instalado motor interior a gasóleo. Com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas foram gastos 12 100,00€ (7,07%), e com a deslocação do pescado para venda em lota foram gastos 19.016,00€ (11,11%), este último um impacto económico significativo que pode ser atenuado. Estas três rúbricas juntas representam 56,87% dos gastos na atividade, e em nada contribuem para o seu progresso.

Do lado do investimento, foram utilizados 31.000,00€ (18,11%) na aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, 30.400,00€ (17,76%) na manutenção e conservação de embarcações e dos equipamentos a bordo, nomeadamente na reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo reparação do(s) motor(es), e 3.080,00€ (1,80%) na aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.. Com a aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considerou o custo de deslocação ao local da apanha) foram gastos 9.370,00€, o que corresponde a 5,47% do total de gastos.

Neste concelho observa-se uma melhor distribuição dos gastos entre aquilo que são as normais despesas de operação, e aquilo que se considera investimento, o que é positivo, porque investir significa aplicar capital com expectativa de um benefício futuro, o oposto limita o crescimento da atividade formal. Por fim, importa referir que o valor dos encargos neste concelho é superior, uma vez que não inquirimos os arrais de algumas embarcações, e, como tal, o rácio em relação ao valor de vendas é menor.

Custos operacionais da atividade piscatória barreirense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	31 000,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	19 016,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	3 080,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	30 400,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	12 100,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	66 250,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	9 370,00 €
Somatório	**171 216,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento (na deslocação para o pesqueiro com vento de Norte demoram mais dez minutos), das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam, como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

A comunidade piscatória de Palhais é hoje constituída por apenas uma embarcação que independentemente da arte que utiliza (redes de emalhar de um pano fundeadas, classe de malhagem

de 60 a 119 mm, branqueira ou palangre de fundo), na deslocação de ida e volta para os pesqueiros demora entre 10 e 40 minutos, o que nos permite circunscrever a sua atividade exclusivamente ao rio Coina.

Na Praia da Torralta, os marítimos que operaram com redes de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, em ambas as modalidades (deriva e fundeadas), com palangre de fundo e com branqueira, nas deslocações para os pesqueiros, de ida e volta, demoram entre 30 e 90 minutos, o que permite delimitar a sua área de atuação aos esteiros e canais dos rios Coina e Judeu, e ao Mar da Palha (do Terreiro do Paço até à Ponte Vasco da Gama), sendo que, no caso da branqueira, inclui as zonas de pesca "*mais à terra*", especialmente entre o Barreiro e o Samouco. As deslocações para operarem com a piteira dirigida ao polvo são as mais prolongadas, variam entre 60 e 100 minutos, o que permite delimitar a sua ação entre a Ponte 25 de Abril e Paço de Arcos.

No Bico do Mexilhoeiro, os marítimos das duas embarcações ativas demoraram na deslocação de ida e volta para os pesqueiros, na operação com branqueira, com palangre de fundo e com palangre de meia água, entre 40 e 80 minutos, podendo-se circunscrever a sua ação aos rios Coina e Judeu, à Ponta dos Corvos, à Praia do Barreiro, nas adjacências do Canal de Terminal de Sólidos e do Canal de Terminal de Líquidos, na Praia do Lavradio e nos esteiros e canal da Moita/Alhos Vedros. Na operação com a arte da piteira, estes marítimos na deslocação de ida e volta para os pesqueiros demoram entre 80 e 110 minutos, o que torna possível fixar a sua operação entre o Bugio e Paço de Arcos.

Os marítimos da antiga Doca Seca da CP – Comboios de Portugal e da Serração, que constituem o principal grupo de pesca profissional do Barreiro, expandem a operação a todo o estuário. Na deslocação de ida e de volta aos pesqueiros onde operam com palangre de fundo e com palangre de meia água, demoram entre 25 e 110 minutos, o que permite delimitar a área de operação ao Mar da Palha, desde o Terreiro do Paço até à Ponte Vasco da Gama, tanto próximo do lado Norte, em torno da Cala das Barcas, como próximo do lado Sul, em torno da Cala do Canal de Samora I. Os marítimos da comunidade da Serração operaram mais próximo de terra, na frente ribeirinha do Barreiro. A arte do corrico, e a arte de cana de pesca e linha de mão, utilizadas apenas pela tripulação de uma embarcação da Serração, implicaram deslocações de ida e volta para os pesqueiros entre 25 e 70 minutos, o que delimita a operação ao Mar da Palha, essencialmente nas imediações do Canal Terminal de Sólidos e do Canal de Terminal de Líquidos, e, nas contiguidades deste último, da Casa Branca para a Base Aérea n.º 6, do Montijo. Na operação com a arte da piteira, os marítimos fazem deslocação de ida e volta que demoram entre 55 e 110 minutos, sendo que no caso da comunidade da Serração, o tempo médio mínimo é de 65 minutos e o tempo médio máximo é de 95 minutos, e no caso da comunidade da Doca Seca da CP, o tempo médio mínimo é de 58,33 minutos e o tempo médio máximo é de 93,07 minutos, o que permite delimitar a atuação de ambas as comunidades entre a Ponte 25 de Abril e a linha do Bugio até à frente de Paço de Arcos.

Na operação com redes, quer de emalhar, quer de enredar, a operação faz-se muitas vezes a uma grande distância do Barreiro, o que faz jus à tradição da pesca com redes neste concelho. Quanto à operação com branqueira, tresmalho de fundo, os marítimos da Serração fazem deslocações de ida e volta entre 20 e 80 minutos (o tempo mínimo médio é de 26,11 minutos e o tempo médio máximo é de 66,11 minutos), e os marítimos da Doca Seca da CP fazem deslocações de ida e volta entre 20 e 120 minutos (o tempo mínimo médio é de 29,38 minutos e o tempo médio máximo é de 66,11 minutos). Com esta rede trabalham "mais à terra", mais perto da "borda de água", e com base nos tempos e deslocação podemos delimitar a zona de operação ao rio Coina, à Ponta dos Corvos (ou Praia do Alfeite), ao rio Judeu, à Praia do Barreiro, nos esteiros e canal da Moita/Alhos Vedros, em frente à Casa Branca e à Base Aérea do Montijo, e em frente ao Samouco e a Alcochete. Na operação com a rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade à deriva, os marítimos fizeram deslocações de ida e volta que demoraram entre 25 e 120 minutos, no caso da comunidade da antiga Doca Seca da CP, o que corresponde à operação no Mar da Palha, desde o Terreiro do Paço até os mouchões de Alhandra/Alverca, e entre 20 e 60 minutos, no caso da Serração, o que corresponde à operação no rio Coina e à frente do Barreiro, e daí para o lado do Montijo. Com a mesma rede, mas na modalidade fundeada, os marítimos da antiga doca da Seca fizeram deslocações de ida e volta que demoraram entre 25 e 70 minutos, o que podemos delimitar como tendo sido a zona de trabalho o rio Coina e nas redondezas do Canal Terminal de Sólidos e do Canal Terminal de Líquidos. Por fim, a operação com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, utilizada apenas na modalidade fundeada (porque o regulamento de pesca assim o impõe, porque a malha de 120 mm afigura-se como adequada para operar à deriva mo Mar da Palha, dirigida às douradas, entre agosto e outubro), levou os marítimos a fazerem deslocações de ida e volta que demoraram entre 20 e 120 minutos, o que nos leva a balizar o exercício esta pesca em todo o Mar da Palha, basicamente desde Cacilhas até Alverca, a começar na zona adjacente ao Canal Terminal de Líquidos.

Estes dados evidenciam a grande área de operação das embarcações de pesca local barreirenses no estuário do rio Tejo, desde Alverca até em frente a Paço de Arcos, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	Tempo mínimo (min.)			Tempo máximo (min.)		
	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
Bico do Mexilhoeiro	**40,00**	**47,14**	**80,00**	**80,00**	**86,11**	**110,00**
Piteira	80,00	80,00	80,00	110,00	110,00	110,00
Branqueira	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Palangre meia água	40,00	40,00	40,00	80,00	80,00	80,00
Palangre de fundo	40,00	45,00	50,00	80,00	85,00	90,00
Doca Seca CP	**20,00**	**34,13**	**60,00**	**60,00**	**89,41**	**120,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	25,00	33,00	60,00	70,00	88,00	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	20,00	33,33	60,00	60,00	91,23	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	25,00	25,00	25,00	70,00	70,00	70,00
Piteira	55,00	58,33	60,00	88,00	93,07	100,00
Branqueira	20,00	29,38	60,00	60,00	85,00	120,00
Palangre meia água	35,00	42,07	45,00	100,00	103,33	110,00
Palangre de fundo	25,00	33,57	45,00	80,00	94,29	110,00
Palhais	**10,00**	**10,00**	**10,00**	**40,00**	**40,00**	**40,00**
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Branqueira	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Palangre de fundo	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Praia da Torralta	**30,00**	**45,42**	**65,00**	**60,00**	**84,15**	**100,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	30,00	30,00	30,00	90,00	90,00	90,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	30,00	30,00	30,00	60,00	75,00	90,00
Piteira	60,00	62,50	65,00	95,00	97,50	100,00
Branqueira	30,00	45,00	50,00	80,00	82,50	90,00
Palangre de fundo	50,00	50,00	50,00	80,00	80,00	80,00
Serração	**20,00**	**32,22**	**70,00**	**55,00**	**71,52**	**110,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	20,00	20,00	60,00	60,00	60,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	40,00	40,00	40,00	90,00	90,00	90,00
Piteira	60,00	65,00	70,00	80,00	95,00	110,00
Branqueira	20,00	26,11	30,00	60,00	66,11	80,00
Cana de pesca e linha de mão	25,00	25,00	25,00	70,00	70,00	70,00
Corrico	25,00	25,00	25,00	70,00	70,00	70,00
Palangre meia água	25,00	29,15	35,00	55,00	69,03	80,00
Palangre de fundo	25,00	31,00	35,00	69,00	69,40	70,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

(DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações barreirenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 1181 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 3399 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é três vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
24 (4 dias * 6 meses)	312 (26 dias * 12 meses)	188,83 (16,06 dias/mês)	3399	10	152	59,05	1181

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Ainda existem as situações dos proprietários de mais do que uma embarcação de pesca local, que realizam rol coletivo, mas apenas operam com uma delas em cada maré, pelo que, no dia em que fazem vendas numa, não as fazem em outra maré, situação que os lesa no acesso a apoios para substituição de motores, e que devia ser corrigida, atribuindo, apenas para esse efeito, e se necessário, os mesmos dias de venda às embarcações de pesca local do mesmo proprietário.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhe reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. Estas comunidades piscatórias estão significativamente afastadas dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, a lota da Costa da Caparica, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso a quatro dos cinco portos de abrigo, inviabilizam o transporte. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro, os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), na maior parte das vezes para a Costa da Caparica. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, e pelo estuário não é viável a entrega na Trafaria, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adoptar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à Polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que em 83,33% dos casos as embarcações operaram durante os doze meses (ano inteiro). Nas demais situações, 5,56% das embarcações da antiga Doca Seca da CP operaram durante seis meses, e, na comunidade da Serração, houve 5,56% das embarcações que operaram durante nove meses e outros 5,56% que operaram durante onze meses, como se observa na tabela a seguir. Os dados justificam-se, primeiro, pela existência de avarias nos motores, tendo existido pelo menos uma situação em que a tripulação embarcou em outra embarcação local enquanto o motor estava a arranjar, e segundo, pela existência de proprietários que exercem outras atividades, como já referimos anteriormente.

N.º DE MESES EM QUE AS EMBARCAÇÕES ESTIVERAM EM ATIVIDADE DURANTE O ANO DE 2018? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
6 MESES	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
9 MESES	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
11 MESES	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
12 MESES	5,56%	38,89%	5,56%	11,11%	22,22%	83,33%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Também inquirimos os marítimos do Barreiro sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem

sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, e automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho do Barreiro dedicam em média dez horas à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 14 horas por dia, e no mínimo 4 horas por dia, como se observa na tabela a seguir. Tanto o valor mais baixo, de quatro horas, como o valor mais alto, de catorze horas, foram registados na comunidade piscatória da antiga Doca Seca da CP – Comboios de Portugal, mas o maior valor médio, de 11h50m, foi alcançado na comunidade da Torralta. As horas de trabalho em dia de faina são muito significativas para uma atividade que requer grande exigência física. No entanto, como já verificámos anteriormente, há muitos dias em que não operam, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DO BARREIRO	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO BICO DO MEXILHOEIRO	10	10	10
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA DOCA SECA CP	4	11,25	14
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE PALHAIS	8	8	8
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA PRAIA DA TORRALTA	10	11,50	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA SERRAÇÃO	6	9,23	12
TOTAL GERAL - CONCELHO DO BARREIRO	4	10	14

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu mau tempo, sendo que 27,78% ainda acrescentaram situações de doença, 22,22% quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 11,11% quando sentem que não há peixe, e 5,56% quando têm as embarcações a reparar. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos do Barreiro encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
I	0,00%	16,67%	5,56%	0,00%	11,11%	**33,33%**
I,II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	**5,56%**
I,III	5,56%	5,56%	0,00%	5,56%	5,56%	**22,22%**
I,IV	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%	**11,11%**
I,V	0,00%	22,22%	0,00%	5,56%	0,00%	**27,78%**
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Embarcação a reparar; (iii) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (iv) Falta de peixe; (v) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido

ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do Barreiro sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 66,67% respondido que não, e 33,33% respondido que sim, como se observa na tabela seguinte.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	DOCA SECA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	5,56%	27,78%	5,56%	11,11%	16,67%	66,67%
SIM	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%	16,67%	33,33%
TOTAL	5,56%	44,44%	5,56%	11,11%	33,33%	100,00%

Os marítimos das comunidades piscatórias do Bico do Mexilhoeiro, Palhais e Praia da Torralta, por unanimidade responderam não, na Serração as opiniões dividiram-se, e na antiga doca seca da CP – Comboios de Portugal a maior parte entende que não existem alterações.

Os marítimos que responderam que não existem alterações, justificaram que, desde sempre, a alteração das temperaturas tem alterado os períodos de pesca, muito antes de se falar em alterações climáticas, situação que dizem normal a que já estão acostumados. Os demais entendem que, efetivamente, sempre existiram alterações, no entanto, as oscilações nos períodos de captura das espécies migradoras são agora mais intensas e mais extremas, nomeadamente em relação à corvina-legítima, que atrasa, em vez de entrar no estuário em março, começa a chegar em maio, e o choco-vulgar, que adianta, em vez de entrar em abril/maio, começa a chegar em fevereiro/março (antes era capturado entre maio e agosto, quando as águas estavam mais quentes). No caso da dourada, que antes aparecia em maio, agora começa a aparecer em março. Em resumo, alguns peixes atrasaram, outros adiantaram, aproximando o período de captura à força da alforreca, o que condiciona muito a pesca com redes.

Os marítimos também indicaram que não poucas vezes encontram corvinas acabadas de entrar no estuário para a reprodução, a boiarem à superfície, que retiram da água com o enxalavar, o que dizem acontecer devido à diferença de salinidade. Quando isto acontece dizem que o peixe está "*enjoado*".

II.4.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No Barreiro durante muito tempo não existiu qualquer associação de pesca profissional, o que não invalidava que alguns marítimos barreirenses, consciente de que os pescadores juntos são mais fortes, participassem, interviessem e ajudassem a melhorar o sector da pesca local nacional.

Rogério Antunes Pereira Correia, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sol Brilhante", conjunto de identificação B-779-L, que começou a trabalhar na pesca na arte do tapa-esteiros do seu pai e hoje um dos mais antigos pescadores do Barreiro, foi durante vários anos o exemplo dessa expressão organizada ao desempenhar o cargo de Vice-Presidente da Ala-Ala - Associação de Pesca, que também utiliza informalmente a designação de Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores, com sede na Costa da Caparica (Almada). A existência de um representante da ALA-ALA no Barreiro, especialmente com tal protagonismo e reconhecimento pelos pares, estendia a abrangência de atuação dessa Associação a este território, levando a que vários arrais e armadores do Barreiro a integrassem como sócios.

Ao nível associativo, segundo dados que recolhemos do inquérito que aplicámos em 2018, 61,11% dos arrais estão inscritos em organizações associativas, ao contrário dos demais 38,89%, como se observa na tabela a seguir. É na ALA-ALA – Associação de Pesca que mais arrais estão inscritos. Dos 44,44% de arrais da antiga Doca Seca da CP, 38,89% estão aqui inscritos, e apenas 5,56% não estão inscritos em qualquer organização deste género. A totalidade dos arrais da Praia da Torralta estão inscritos no Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul (STPS). No cômputo geral, 55,56% destes arrais dizem-se sócios da ALA-ALA – Associação de pesca, 5,56% dizem-se sócios do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul (STPS), e 38,89% não estão inscritos em qualquer organização, e muitos destes não encontram motivos para vir a estar.

ESTA INSCRITO NUMA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES? SE SIM, QUAL? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	5,56%	5,56%	0,00%	5,56%	22,22%	38,89%
SIM - ALA-ALA - ASSOCIAÇÃO DE PESCA	0,00%	38,89%	5,56%	0,00%	11,11%	55,56%
SIM - STPS - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PESCA DO SUL	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	5,56%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Dos arrais inquiridos, 22,22% consideram que organização a que pertencem não tem uma função relevante, como se observa na tabela a seguir. Consideram fraca a prestação profissional da associação de pescadores, da qual não resulta em mais-valia para a sua atividade, especificamente na parte que mais lhes interessa, na gestão e organização da pesca profissional.

CONSIDERA QUE A SUA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES TEM UMA FUNÇÃO RELEVANTE? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	0,00%	16,67%	0,00%	5,56%	0,00%	22,22%
SIM	5,56%	27,78%	5,56%	5,56%	33,33%	77,78%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

No âmbito da governança, sobre a avaliação que os arrais fazem do desempenho das instituições que regulam e fiscalização a atividade piscatória, 33,33% responderam nada satisfeitos, 50% pouco satisfeitos e 16,67% satisfeitos, como se observa na tabela a seguir. Nenhum arrais indicou estar muito satisfeito, o que em parte se justifica pela atividade ilícita da apanha de amêijoa-japonesa com recurso ao arrasto de ganchorra, que tem sido sinalizada por estes arrais como danosa para a sua atividade, mas as suas questões não têm merecido a atenção necessária pelas autoridades competentes. Estes

arrais salientaram, de forma unânime, que nunca as instituições lhes perguntaram o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, sentem que são ignorados, e, no oposto, também de forma unânime, defenderam que deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, única forma que para eles poderá fazer a diferença na melhoria da atividade que escolheram e que querem continuar a exercer.

COMO AVALIA O DESEMPENHO GLOBAL DAS INSTITUIÇÕES QUE REGULAM E FISCALIZAÇÃO AS PESCAS? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NADA SATISFEITO	5,56%	16,67%	0,00%	5,56%	5,56%	33,33%
POUCO SATISFEITO	0,00%	22,22%	0,00%	5,56%	22,22%	50,00%
SATISFEITO	0,00%	5,56%	5,56%	0,00%	5,56%	16,67%
TOTAL	5,56%	44,44%	5,56%	11,11%	33,33%	100,00%

Sobre a segurança a bordo, os arrais indicaram que nas suas embarcações todos sabiam nadar e boiar, e tinham conhecimentos de primeiros socorros, questão importante uma vez que, como sabemos, os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, podem não possuir qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar.

Em relação à segurança na navegação, questionámos os arrais se no exercício da atividade piscatória é normal existirem muitos acidentes sobre o espelho de água, tendo 66,67% respondido que não, e 33,33% respondido alguns, como se observa na tabela a seguir.

EXISTEM MUITOS ACIDENTES NA PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
ALGUNS	0,00%	11,11%	5,56%	5,56%	11,11%	33,33%
NÃO	5,56%	33,33%	0,00%	5,56%	22,22%	66,67%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Quanto às questões da segurança de pessoas e bens, indagámos os arrais se já lhe tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo apenas 5,56% respondido nunca, e os demais respondido algumas vezes (22,22%), frequentemente (38,89%) e muito frequentemente (33,33%), como se observa na tabela seguinte. O problema dos furtos, que muito têm martirizado a atividade piscatória, são muito intensos e preocupantes na comunidade da Praia da Torralta, o local mais degradado, desprezado e perigoso da zona ribeirinha do Barreiro. Nas demais comunidades piscatórias os furtos são sistemáticos, quer em terra quer no mar, o que muda é apenas a intensidade, sendo de destacar o facto de um arrais da comunidade da Serração ter reportado que nunca lhe foi furtado ou danificado qualquer material de pesca no estuário. Os dados demonstram que muito existe a fazer tendo em vista a segurança dos pertences dos marítimos.

JÁ LHE FOI ROUBADO OU DANIFICADO MATERIAL DE PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NUNCA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
ALGUMAS VEZES	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%	5,56%	22,22%
FREQUENTEMENTE	0,00%	22,22%	5,56%	0,00%	11,11%	38,89%
MUITO FREQUENTEMENTE	5,56%	5,56%	0,00%	11,11%	11,11%	33,33%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Por fim, sobre a questão da fé e da religiosidade dos pescadores, que em tempos passados esteve muito viva nos homens que operavam as muletas de tartaranha, em águas marítimas e interiores, mais tarde renovada pelos profissionais ligados ao rio que operavam no tráfego local e na pesca do tapa-esteiros, perdeu toda a preponderância. Apenas 5,56% dos arrais inquiridos, ou seja, apenas um arrais da antiga Doca Seca da CP, que é o mais antigo e mais experiente, e que tem menos tecnologia a bordo, referiu ser devoto de São Pedro, a quem pede para que não lhe aconteça nada de mau no espelho de água enquanto anda a pescar, como se observa na tabela a seguir. Os demais arrais, que correspondem a 94,44%, regem a atividade piscatória no rio com base em critérios de racionalidade e técnicos (qualidade do material, potência das embarcações e tecnologia a bordo), o que evidencia bem a evolução desta pequena pesca.

É DEVOTO DE UM SANTO A QUEM PEDE ENQUANTO ANDA NO ESTUÁRIO? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	5,56%	38,89%	5,56%	11,11%	33,33%	94,44%
SIM - SÃO PEDRO	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
TOTAL	5,56%	44,44%	5,56%	11,11%	33,33%	100,00%

Quando durante o ano de 2018 aplicámos o inquérito, sentimos que se estava a instalar uma nova dinâmica neste território promovida por dois jovens recém-chegados à pesca local, descendentes de pescadores e muito dinâmicos, que curiosamente não tinham a pesca como atividade principal, mas eram defensores de maior diálogo com as instituições públicas. Começou a fervilhar a ideia da constituição de uma associação de pesca local com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho, porque há décadas reclamavam a necessidade de um porto de abrigo e de melhores infraestruturas de apoio em terra, nomeadamente para arrumos de artes e apetrechos de pesca.

Em 2019, foi formalizado o que já existia, ao ser constituída no Barreiro uma delegação da Ala-Ala - Associação de Pesca, localmente conhecida como "Ala-Ala Barreiro", com sede na Av. Batalhão de Sapadores Caminhos de Ferro, 2830-302 Barreiro (antiga Doca Seca). O mestre Rogério Antunes Pereira Correia, proprietário, armador e arrais da embarcação "Sol Brilhante", conjunto de identificação B-779-L, que era Vice-Presidente da Ala-Ala - Associação de Pesca, era o responsável local. Esta Delegação tinha como objetivos: (i) promover uma pesca sustentável e amiga do ambiente tendo por base o respeito pelas alturas das capturas e tamanhos do pescado; (ii) desenvolver ações de combate à poluição no rio Tejo; (iii) auxiliar os associados em todos os aspetos burocráticos da atividade piscatória, tratando de assuntos relacionados com licenças de pesca, Capitania e ações de formação; (iv) auxiliar na promoção de cursos de pescador e de arrais de pesca local.

Ao mesmo tempo, os referidos arrais mais jovens iniciaram o diálogo com a edilidade tendo em vista a reabilitação da antiga Doca Seca da CP, que evoluiu de forma favorável, e nesse seguimento foram incentivados a constituir uma Associação de Pesca. Este processo foi conduzido por Tiago Amorim, um jovem arrais descendente de pescadores, recém-chegado à pesca, que compatibiliza o exercício profissional na Polícia de Segurança Pública com a pesca profissional, e com grande determinação, dinâmica e bom senso, deu um impulso majestoso e decisivo em todo este processo.

Em 09/03/2020, João Augusto de Assunção Santos, proprietário e armador da embarcação "Augusto dos Santos", registo n.º B-734-L, e Joana Sofia Tavares Duarte de Lima Ferreira, esposa de José Ari Mira Alexandre, proprietário, armador e arrais da embarcação "Ari", registo n.º B-796-L, constituíram a associação Os Camarros – Associação de Pesca Local, que tem o número de pessoa coletiva 515922340 e o número de identificação na Segurança Social 25159223402, com o fim de apoio social, burocrático e formativo no âmbito da atividade piscatória local barreirense. É presidida por João Augusto de Assunção Santos, decisão que teve a unanimidade dos marítimos Camarros, ainda que inicialmente tenha sido pensado para seu presidente, nos primeiros dois anos, Rogério Antunes Pereira Correia. Durante o ano de 2020 está previsto serem concluídas as obras na antiga Doca Seca, o que marca o início de uma nova fase para a indústria piscatória do Barreiro, e para o ano de 2021 estão previstas novas eleições, e tudo indica que o próximo Presidente será Rogério Antunes Pereira Correia.

II.4.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas pelos pescadores têm uma ação lesiva às espécies marinhas, motivo pelo qual questionámos os arrais sobre a intensidade com que perdem artes na faina, e, como se observa no quadro seguinte, 66,77% responderam que perdem, dos quais 50% algumas vezes e 16,67% frequentemente, e 33,33% responderam que nunca perdem, ou, se perdem, sempre as recuperam. É uma questão importante, mas não parece ser preocupante, e isso explica-se pela dinâmica natural da atividade, que impele os arrais de localizarem as artes de pesca perdidas para em terra aproveitar cabos, chumbos e boias, material que é bastante dispendioso.

COM QUE INTENSIDADE PERDE ARTES NA FAINA (REDES, APARELHOS, ETC.)? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NUNCA	5,56%	11,11%	0,00%	0,00%	16,67%	33,33%
ALGUMAS VEZES	0,00%	27,78%	5,56%	11,11%	5,56%	50,00%
FREQUENTEMENTE	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	11,11%	16,67%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Ainda neste âmbito, para percebermos as principais prioridades, indagámos os arrais sobre o que mais os preocupava quando ocorria perda de artes, e 5,56% não mostraram qualquer preocupação, 11,11% manifestado apenas preocupações económicas, e 83,33% mostraram preocupações económicas, quer pela aquisição de novas artes, quer pelos danos que as artes perdidas podem fazer nos motores e nas embarcações, e preocupações ambientais e ecológicas, com danos no ecossistema. Referir que apenas 27,78% receia que as artes perdidas possam vir a provocar danos nos motores e nas embarcações, como se observa no quadro a seguir.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
I	5,56%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%
I,II	0,00%	22,22%	5,56%	11,11%	16,67%	55,56%
I,II,III	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	16,67%	27,78%
IV	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter de se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico); (iv) não fica preocupado.

Ao contrário do que acontecia no tempo dos tapa-esteiros, em que os marítimos iam "aviados" para o rio, neste momento nenhum arrais confeciona alimentos a bordo, nem os leva já preparados de terra para consumir a bordo, com exceção de pequenos lanches constituídos de sandes, fruta e bebida, quando realizam pescarias superiores a quatro horas de faina, o que poucos fazem.

As refeições a bordo, que nos tempos passados muitas vezes eram realizadas com o peixe por eles capturado, acabaram. Ademais, segundo indicaram os arrais, atualmente já não é feita a preparação de pescado na embarcação, nem para seu consumo, nem para venda, até porque as lotas onde estes mestres entregam o pescado não o determinam. Com uma exceção. Como se observa no quadro a seguir, um arrais da comunidade piscatória da antiga Doca Seca da CP, que corresponde a 5,56%, prepara a bordo os safios, uma das suas principais pescas, de acordo com as normas da lota onde os entrega, em Sesimbra, e lança os resíduos ao estuário. Os safios são entregues eviscerados (ou estripados).

FAZ A PREPARAÇÃO DE PESCADO NA EMBARCAÇÃO, ANTES DE O VENDER? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
NÃO	5,56%	38,89%	5,56%	11,11%	33,33%	94,44%
SIM	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Sobre a substituição dos óleos, 77,78% dos arrais indicaram realizar esse trabalho com as embarcações em seco, e 22,22% fazem-no com as embarcações na água, como se observa no quadro a seguir. Os marítimos das comunidades piscatórias do Bico do Mexilhoeiro, Palhais e Praia da Torralta, não têm outra alternativa a realizar a substituição dos óleos que não seja no espelho de água, uma vez que os locais onde fundeiam são precários e não tiveram intervenção humana. Geralmente, estes arrais deixam as embarcações numa zona entremarés onde sabem que o fundo é de areia, para não se enterrarem no lodo, e esperam a maré-baixa para fazerem a manutenção em seco, como a limpeza do fundo, a pintura do casco, a substituição do óleo da caixa de velocidades, conhecido como "valvulina da caixa", e pequenos arranjos e trabalhos de modernização que se mostrem necessários. A substituição do óleo do motor é realizada com uma bomba manual, constituída por uma mangueira que é colocada pelo sítio da vareta do óleo, que suga o óleo para uma vasilha. Na verdade, a realização deste trabalho é em seco, mas como as embarcações não saem efetivamente fora da água, responderam que fazem a substituição na água. Os marítimos das comunidades da antiga Doca Seca da CP e da Serração utilizam a rampa junto à antiga Doca Seca, que fica a descoberto na preia-mar, para fazerem a manutenção das embarcações, com exceção da simples mudança do óleo do motor, que a realizam no espelho de água, junto aos cais modular flutuante, utilizando a bomba manual para sugar o óleo que, segundo informaram, mitiga a ocorrência de fugas. Aliás, os arrais foram perentórios a referir que durante o trabalho de mudança de óleos, nunca ocorrem fugas para o espelho de água porque eles tomam todas as precauções, e utilizam o equipamento adequado, para que isso não aconteça.

FAZ A SUBSTITUIÇÃO DOS ÓLEOS DA EMBARCAÇÃO EM SECO, OU NA ÁGUA? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
SECO	0,00%	44,44%	0,00%	0,00%	33,33%	77,78%
ÁGUA	5,56%	0,00%	5,56%	11,11%	0,00%	22,22%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Sobre o destino que é conferido aos óleos usados, 72,22% dos arrais fazem eles próprios a mudança dos óleos das embarcações, e guardam consigo esses óleos, em especial o "óleo queimado do motor", para realizaram trabalhos de conservação na madeira, e os demais 27,78% contratam mecânicos para realizar a manutenção do motor das embarcações, e são esses que se responsabilizam por levar os óleos usados para valorização, como se observa no quadro a seguir. Os pescadores são polivalentes e só não substituem os óleos das embarcações dotadas com motor interior.

O QUE FAZ AOS OLEOS USADOS? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
FICA COM O MECÂNICO	0,00%	22,22%	0,00%	0,00%	5,56%	27,78%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	5,56%	22,22%	5,56%	11,11%	27,78%	72,22%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Sobre a frequência com que os arrais apanham resíduos na faina, 38,89% respondeu algumas vezes, 33,33% frequentemente e 27,78% muito frequentemente, como se observa no quadro seguinte, o que dá conta de uma situação de elevada poluição do fundo do estuário do rio Tejo.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
ALGUMAS VEZES	5,56%	11,11%	0,00%	5,56%	16,67%	38,89%
FREQUENTEMENTE	0,00%	16,67%	5,56%	0,00%	11,11%	33,33%
MUITO FREQUENTEMENTE	0,00%	16,67%	0,00%	5,56%	5,56%	27,78%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Sobre os tipos de resíduos que os marítimos apanham nas artes, 94,44% respondeu plásticos diversos, seguidos de outros resíduos, como metal, madeiras, tecidos diversos, produtos de higiene, pedaços de artes de pesca, equipamento tecnológico e vidro, como se observa no quadro a seguir.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS ARTES DE PESCA? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
I,III,IV	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
I,VI	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
II,III	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	5,56%	16,67%
III	5,56%	16,67%	0,00%	11,11%	11,11%	44,44%
III,IV,V,VI	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
III,VII	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%	5,56%
III,V	0,00%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	5,56%
III,VIII	0,00%	0,00%	5,56%	0,00%	5,56%	11,11%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) tecidos diversos; (v) produtos de higiene; (vi) pedaços de artes de pesca; (vii) equipamento tecnológico; (viii) vidro.

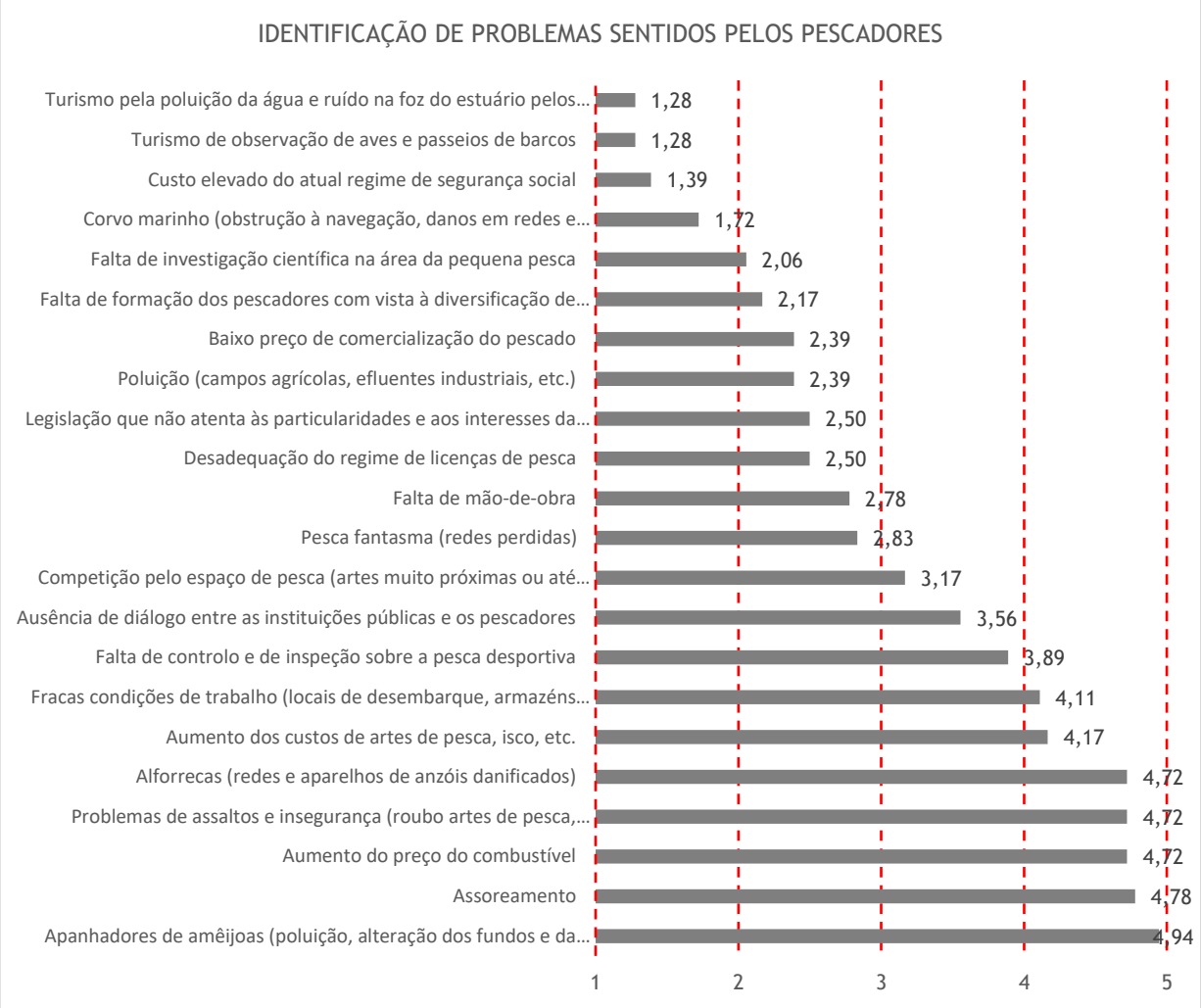
Sobre o destino que os arrais dão a esses resíduos que lhes aparecem nas artes de pesca, 22,22% devolve-os ao fundo do estuário, e os demais 77,78% trazem para terra, caso as suas embarcações o possibilitem, e destes, em terra, 50% larga onde lhe for possível e 27,78% assegura o encaminhamento adequado, como se observa no quadro a seguir.

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	BICO DO MEXILHOEIRO	ANTIGA DOCA SECA DA CP	PALHAIS	PRAIA DA TORRALTA	SERRAÇÃO	TOTAL
LANÇA-OS NOVAMENTE À ÁGUA	5,56%	0,00%	0,00%	11,11%	5,56%	22,22%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ABANDONA ONDE FOR POSSÍVEL	0,00%	22,22%	5,56%	0,00%	22,22%	50,00%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ASSEGURA O TRATAMENTO ADEQUADO	0,00%	22,22%	0,00%	0,00%	5,56%	27,78%
TOTAL	**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**

Apenas a antiga Doca Seca da CP dispõe de contentores do lixo, onde os marítimos podem depositar os resíduos que transportam do mar, e, ainda assim, resulta de uma medida recente que não abrangeu as demais comunidades piscatórias do território concelhio. Enquanto a edilidade não alcança o objetivo de juntar na antiga Doca de Pesca da CP todos os armadores e arrais deste território, fazia sentido que colocasse contentores nos locais onde quotidianamente os arrais atracam as embarcações, para os incentivar a trazer para terra os resíduos que lhes aparecem nas artes e que as suas embarcações podem transportar. Notar que estes resíduos geralmente são alados mecanicamente, e por isso podem ser de grande volume, o que não é possível retirar do fundo do rio nas campanhas de voluntariado que por vezes se têm vindo a realizar.

II.4.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais do Barreiro sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são os apanhadores de amêijoa-japonesa (poluição, alteração dos fundos e da morfologia do rio, redução do alimento do peixe, insegurança e furtos), o assoreamento, o aumento do preço do combustível, os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), o aumento dos custos de artes de pesca e isco, as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, e a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Acerca da atividade dos apanhadores de amêijoa-japonesa, os arrais deste concelho dizem que destrói o equilíbrio biológico do rio e as artes de pesca. A ganchorra que por aqui se vê utilizar consiste numa caixa em metal, com 70 cm de largura por um metro de profundidade, que permite praticar o arrasto em todo o estuário. É o chamado "arrasto de caixa", uma evolução ao primitivo "arrasto de ganchorra", mais frágil, que não resistia aos ostrais.

Os arrais sentem-se frustrados por esta atividade ilegal ser pouco fiscalizada e sancionada, ao contrário do que acontece com a pesca profissional, que dizem ser altamente fiscalizada e facilmente sancionada. Referem que andam regularmente entre dez a doze embarcações a arrastar em frente ao Terreiro do Paço, mesmo à frente da Polícia Marítima, e não são autuadas. Por todo o estuário dizem ser dezenas as embarcações na apanha ilegal de bivalves, com foco em duas espécies: pé de burro, capturado da Casa Branca até Paço de Arcos, que em grande medida é vendido para França; amêijoa-japonesa, da Casa Branca para montante, nos fundos e na zona de vasa em todo o estuário, que em grande parte é vendida para Espanha.

O choco e o linguado são, na opinião dos arrais, as duas espécies mais afetadas com o arrasto de ganchorra. Alegam que antes havia muito caranguejo, de que se alimentava o choco, que tem vindo a desaparecer, fazendo com que o choco entre em menor quantidade nos esteiros, onde desde sempre se habituaram a capturá-lo. Dizem que, pelo menos motivo, também o linguado reduziu no Mar da Palha.

O assoreamento é consequência da não realização de dragagens, agravado pelas portas das caldeiras não estarem a funcionar, porque se estivessem iam naturalmente desassoreando os acessos à comunidade do Bico do Mexilhoeiro, Serração e antiga Doca Seca da CP, ou pelo menos atrasava o seu assoreamento. O principal problema do assoreamento é, naturalmente, o condicionamento no acesso às zonas de abrigo, porque isso tem influência no tipo e na duração de cada pescaria, e obriga a um planeamento complexo da largada e recolha de artes na conciliação com as marés e as condicionantes do acesso ao abrigo. Os arrais do Bico do Mexilhoeiro já se habituaram a perder horas de sono para anteciparem a saída para o rio, devido aos problemas do assoreamento, e já perderam vários dias de pesca devido aos seus condicionantes. Para se ter uma idade dos condicionantes, na Praia da Torralta só se consegue sair com uma hora de água, na Serração só conseguem sair com 2,5 horas de água na enchente e na vazante, e no Bico do Mexilhoeiro só conseguem sair com três horas de vazante ou enchente.

Sobre o preço do combustível, entendem que a concessão do subsídio de gasolina deveria seguir o expediente utilizado para a concessão do subsídio do gasóleo, ou seja, o desconto deveria ser feito diretamente aquando do abastecimento nas bombas. O motivo é o mesmo do que se observa nas demais comunidades piscatórias, a maior parte das embarcações têm motores fora de boda a gasolina e nem todas as marés capturam pescado que justifique o custo da deslocação à lota, pelo que juntam o pescado de duas marés, e quando procedem à entrega em lota apenas conta como uma maré, no dia da entrega, para efeitos de atribuição do subsídio da gasolina. Quando pescam ao final de semana, e apenas entregam o pescado à segunda-feira, também ficam lesados numa maré para efeitos de subsídios. Consideram uma discriminação em relação aos armadores que operam ao seu lado, no Tejo, e têm motores a diesel, porque como o desconto é feito diretamente nas bombas, o número de vezes que vão à lota deixa de ser relevante.

Sobre as condições de trabalho as reclamações foram muitas, mas, no entretanto, existiram alterações. Quando fizemos o trabalho de campo foi-nos relatado, e nós observámos *in loco*, que eram péssimas, devido à ausência de infraestruturas de apoio em terra, em especial locais de embarque/desembarque de artes e pescado, armazéns de arrumos de artes e aprestos de pesca, e lota ou posto de vendagem. Nem a comunidade da antiga doca Seca da CP, que é a que tinha as melhores condições num quadro geral de muito más condições, oferecia essas condições de trabalho. Mostrava-se fundamental a reabilitação das velhas instalações da antiga doca Seca da CP e o desassoreamento do canal de navegação que a serve, bem como a criação de novas infraestruturas, nomeadamente um guincho, a instalação de frio para conservação do pescado uma rampa e um cais modular flutuante com capacidade de acostagem para vinte embarcações, de forma a concentrar neste local, com condições adequadas, toda a frota de pesca local do Barreiro. Falava-se que a edilidade estava a trabalhar com os mestres de pesca tendo em vista melhorar as condições atuais. Efetivamente, em meados de 2019 começaram as obras, e a generalidade dos problemas de que reclamavam estão a ser resolvidos. Podíamos eliminar a carência de infraestruturas de apoio em terra que nos foi relatada quando fizemos o trabalho de campo, porque sabemos que a situação começou efetivamente a ser resolvida, mas optámos por o não fazer, não só porque essa era a realizada quando fizemos o trabalho de campo, e não voltámos a inquirir os marítimos sobre este tema, mas também para lhes permitir que possam recordar mais tarde o que tinham, e o que passaram a ter.



Legenda:
1 - Moinho de Maré do Cabo;
2 – Caldeira do Moinho de Maré do Cabo;
3 - Moinho de Maré Grande;
4 – Caldeira do Moinho de Maré Grande (ou Caldeira do Sangue, assim designada porque era para aqui vertido o sangue do antigo matadouro do Barreiro, e que permitia a pesca de centenas de quilos de enguias);
5 – Instalações do antigo matadouro do Barreiro, hoje instalações partilhadas por dois clubes: Gasoline- Associação Cultural e Desportiva e Moto Clube do Barreiro;
6 - Moinho de Maré Pequeno;
7 – Caldeira do Moinho de Maré Pequeno;
8 – Zona conhecida como Mercantil, assim denominada pelos antigos arrais do tráfego local, onde existiu um agrupamento de pescadores até ao ano de 2000, que teve de abandonar o espaço devido à construção dos prédios;
9 – Dois armazéns, um mais pequeno à esquerda, que recebia do exterior os géneros alimentares que iam abastecer as mercearias do Barreiro, e um maior à direita, onde eram armazenados os produtos (cortiça, corda, etc.) para transporte pelos fragateiros para os navios no Tejo, para exportação;
10 – Terreno privado do engenheiro Gaio onde houve pescadores entre 1976/77 e 2009, altura em que foram forçados a ir para a Doca Seca da CP – Comboios de Portugal;
11 – Comunidade piscatória da Doca Seca da CP – Comboios de Portugal "os ferroviários", constituída em 2009 por pescadores que tiveram de abandonar o terreno do Engenheiro Gaio, próximo da Delegação Marítima do Barreiro;
12 – Zona balnear dos moinhos de Alburrica, cujo areal cresceu imenso desde a existência do tráfego fluvial dos catamarãs, e em contrapartida também aumentaram os problemas de assoreamento onde os pescadores fundeiam;
13 – Comunidade piscatória da Serração, que em 2000 recebeu os pescadores que tiveram de abandonar a Mercantil.
14 – Comunidade piscatória da praia da Recosta (ou Torralta).

FIGURA 169 | Ortofoto do litoral do Barreiro.
Fonte: Direção-Geral do Território (DGT) e Google Earth.

Para conter o que dizem ser a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, defendem que esta atividade apenas deveria ser permitida fundeada, e nunca à deriva, a corricar. Alegam que quando os pescadores lúdicos lançam o anzol e esse, por azar, cai numa rede de pesca profissional, e fica preso, eles não se dão ao trabalho de retirar o anzol, preferem cortar as redes, por ser mais fácil. Tais situações, que os pescadores profissionais dizem ser promotoras do fenómeno da pesca fantasma, lesam profundamente o meio ambiente e as finanças dos arrais, que têm de comprar novas artes. Salientar que alguns arrais confirmaram que às vezes ficam restos de redes e de linhas enroladas nas hélices dos motores, o que pode provocar danos. Não obstante registada a queixa dos arrais, não podemos deixar de estranhar que o fio que os lúdicos utilizam, geralmente de 0.22 a 0.30, possa ser capaz de levantar uma rede profissional do fundo, para a cortarem. Já com o aparelho de meia água, para as corvinas, faz sentido que isso possa acontecer. Também não faz sentido que isso possa acontecer em aparelhos de fundo, para o safio/congro, porque isso implicaria alar as pesadas pedras e/ou ferros.

Quanto à ausência de diálogo com as instituições públicas os pescadores reclamam primeiramente do sistema de atribuição de licenças de pesca, que dizem ser desajustado às necessidades atuais, porque o pedido de artes é feito até ao final de agosto, sem saberem como vão ser as marés, ou se vai fazer calor ou frio, o que tem implicações no número de alforrecas: ou escolhem as redes de emalhar de um pano, ou o tresmalho, porque não podem trabalhar com as duas artes. Quando escolhem tresmalhos, e as alforrecas não os deixam utilizar, ficam muito condicionados, e podem ter de recorrer a artes não licenciadas para sobreviver.

Também contestam a potência máxima autorizada para os motores, primeiro, por ser baixa para as necessidades em situações de mau tempo, segundo, por ser igual para todas as embarcações independentemente das características técnicas. Como medida de resolução, sugerem a graduação da potência dos motores em função do comprimento fora a fora das embarcações de pesca local, ou seja, quanto mais comprido o casco, maior a potência autorizada do motor. Notar que no atual sistema, tanto um barco pequeno como um barco grande, até aos sete metros de comprimento fora a fora, podem ter um motor de 40 cavalos, máxima potência autorizada pela DGRM para as embarcações que apenas dispõem de licença de artes de pesca para as águas interiores não marítimas do rio Tejo.

Sobre a competição pelo espaço de pesca, um problema cada vez mais incidente pela maior concorrência, alguns arrais mais jovens sugerem que não seja permitido ter as redes da corvina caladas mais de 24 horas, como determina a lei, para acabar com os "*quintais*" no Tejo, parcelas que alguns entendem que são suas porque sempre aí pescaram, e, eventualmente, antes de eles pescaram aí os seus familiares, ou coisa que o valha. Esta questão está diretamente relacionada com o que, alguns, dizem ser a falta de respeito entre marítimos.

A competição pelo espaço também está, de certa forma, relacionada com a pesca do cerco aos reprodutores da corvina-legítima quando entram no estuário, já referida anteriormente, porque para além do dano ecológico esta prática ilegal e ilícita também prejudica as finanças dos pescadores sérios, porque quando isso acontece o preço da corvina baixa abruptamente e provoca um profundo estado de tensão, irritação e agressividade entre marítimos[77]. Sobre o problema do equilíbrio biológico, um arrais indicou que após cercarem as corvinas com panos de redes de vários metros de altura, para não fugirem por baixo da rede, deitam na água bombas para desorientar os animais, para que emalhem, ou fazem a "*pesca do bater*", como chamam o processo de bater em elementos das embarcações com paus, ou fazer muito barulho com os motores das embarcações, também para desorientar o peixe, levando-o a emalhar. Este processo de pesca com utilização de grande ruído, que no passado era muito utilizado, atualmente está proibido.

Sobre a agressividade entre marítimos, não podemos ignorar aquilo que se fala, que por represálias na disputa da pesca à corvina no estuário do rio Tejo, a embarcação "Ninôr", registo n.º B-806-L, foi incendiada em 1 de abril de 2019, tendo ficado completamente destruída, incluindo o motor (apenas a proa resistiu ao incêndio, e com danos). O acidente deu-se a montante do cais fluvial da Soflusa, em frente à Praia da Torre Alta (ou Torralta), onde fundeiam algumas embarcações de pesca profissional e muitas embarcações de pesca lúdica, que aproveitam o aglomerado abarracado para esconderem as artes ilegais (nomeadamente ganchorras do arrasto à amêijoa-japónica). Esta situação que aconteceu no Barreiro, poderia ter acontecido em qualquer outra comunidade piscatória, e remete para a necessidade de existir um maior controlo sobre a pesca ilegal à corvina, situação que começa a merecer preocupação pela constante tensão e pelo aumentar da provocação e das ameaças gratuitas entre pescadores e não pescadores (à data de 2019).

[77] Sobre este assunto consultar a descrição da fotografia nº LIV, IV, VI, 61, que consta do Livro IV – Memória Fotográfica.

No contexto de evidente preocupação para aquilo que parece ser a "tragédia dos comuns", por relação à teoria de Garrett Hardin, alguns arrais dizem concordar com a implementação de períodos de defeso de espécies, de nível nacional, de forma que, quando uma determinada espécie esteja em período de desova não possa ser capturada.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", uma proposta de um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 33,33% dos arrais indicaram que sim, tendo 66,67% respondido que não, como se observa no quadro seguinte.

Os arrais que responderam de forma positiva, fizeram-no porque não dispõem de viatura particular para levar o pescado à lota. Consideram, por isso, que uma cooperativa de proximidade, ou caso não seja de proximidade, mas possua meios para recolha transporte do pescado nas várias comunidades, ajudaria a resolver a "dor de cabeça diária" que é ter de levar o pescado à lota. Com uma exceção, um arrais que, não obstante ter viatura própria, considerou ser uma excelente oportunidade, desde que a cooperativa valorizasse o produto, certificando o pescado, porque, não sendo assim, nunca atingiria a valorização que existe na lota.

Os arrais que responderam de forma negativa, fizeram-no por vários motivos, sendo de realçar a questão do preço do pescado. Ao contrário dos demais, estes arrais entendem que é na lota que o peixe é vendido ao melhor preço, para exportação e para o turismo, com a vantagem de terem garantida a sua remuneração, o que para eles é muito importante. Como respondeu um arrais: "*o peixe que apanhamos é de qualidade e cotado no mercado, e tem um grande valor, e só na lota é que pode ser vendido por um valor justo*". Para este grupo de arrais, no mercado local e regional o peixe é vendido mais barato, dizem que os particulares querem o peixe gratuito, e por isso entendem que o sistema de cooperativa apenas se tornava lucrativo caso conseguissem exportar o peixe, se funcionasse como a lota, e isso obrigava a uma competência e responsabilidade que entendem que não têm, e nem querem ter. Para além de considerarem que não são bons gestores, também assumem que são desunidos e desconfiados, não gostam que os outros vejam o que apanharam, e, também por isso, preferem levar o peixe à lota, o que inviabilizava qualquer iniciativa dessa natureza, que, naturalmente, teria de assentar na colaboração e partilha. Como referiu um arrais, "*desconfio do sucesso de uma organização de pescadores, e as cooperativas são de gestão duvidosa. Nunca vi nenhuma cooperativa dar certo, vão todas à falência. Haveria muita confusão. Os pescadores são mestres da trafulhice, pelo que não coloco o meu pescado sob a gestão de um pescador*". Para estes arrais o melhor dos dois mundos era existir uma lota forte no Barreiro, que permitisse boas vendas, e ao mesmo tempo acabar com os elevados custos de deslocação à lota.

A segunda estratégia, uma proposta de flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pequena pesca uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhe permita o uso de diferentes tipos de artes, os arrais mostraram-se muito divididos, tendo 50% respondido que sim, e outros 50% respondido que não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam sim, fizeram-no convictos de que um sistema desta natureza lhes permitia gerir melhor a pesca, a cada momento, ao longo do ano, em função do estado do tempo, das espécies disponíveis e da intensidade de algas (alfaces) e medusas-do-Tejo (alforrecas). Para estes arrais esta era também uma forma de tornar o sistema mais equitativo, porque agora os que têm mais artes pagam o mesmo dos que têm menos artes, o que é injusto. Com este sistema todos tinham as mesmas oportunidades, e, como dizem, "*todos precisamos de comer, todos temos barriga para alimentar*".

Os arrais que responderam não, que foram essencialmente os têm mais artes e/ou têm artes especiais, fizeram-no essencialmente por dois motivos: o primeiro, adquiriram as embarcações com muitas licenças e aceitaram pagar um valor mais alto por esse motivo, e agora não querem perder as licenças, porque isso implicava perder valor na embarcação; o segundo, entendem que essa medida iria aumentar a prática de ilegalidades, porque ninguém iria deixar de utilizar as artes a que estavam acostumados a trabalhar. Como respondeu um arrais: "*já existe muito desrespeito no sistema atual, pelo que num sistema desses seria o caos. Desde logo, aumentaria o esforço de pesca sobre algumas espécies, como o choco, que já é muito explorado*".

A terceira estratégia, apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pesca local em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após regulamentada, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca, também gerou uma grande divisão entre os arrais, tendo 50% respondido não, e os demais 50% respondido sim, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma positiva indicaram que apesar de ser no verão que fazem as pescarias mais rentáveis, referindo-se em concreto à pesca das douradas, dos robalos e das corvinas, em momentos anómalos de carência de peixe podia ser uma atividade complementar, e também podia ser uma boa alternativa para os arrais de maior idade, que geralmente operam sozinhos e já têm maiores limitações físicas e, naturalmente, têm maiores dificuldades a alar redes e aparelhos, e também era bom para as pessoas que pudessem querer conhecer o rio Tejo, porque ninguém melhor do que os arrais antigos para mostrarem aos visitantes a fauna e a flora do rio. Cita-se a resposta de um arrais: "*era um bom complemento, para quando a pesca fica fraca, e para promover o turismo, já que os pescadores são os que melhor conhecem o rio, e sabem dos meios de segurança*".

Os arrais que responderam de forma negativa sustentaram sobretudo dois argumentos: o primeiro, que são pescadores, e não operadores de turismo, e não têm perfil nem paciência para fazer essa atividade; o segundo, que não têm embarcações adequadas para essa atividade, nem dispõem de recursos para investir na sua modernização. Dizem que a pesca é tudo o que sabem fazer, não se imaginam a fazer outra coisa, e não querem trocar a liberdade da pesca para apanharem "*seca dos outros*". Acreditam que a pesca turismo iria gerar conflitos entre pescadores profissionais, porque iria ser uma concorrente direta da pesca profissional, porque as pessoas iam querer ir com pescadores passear no Tejo para fazer pesca lúdica, porque sabiam que os pescadores profissionais os levariam aos bons pesqueiros, e, se assim não acontecesse, também não pagavam para ir passear para o rio, optavam por ir nos barcos próprios de turismo, onde teriam mais conforto.

A quarta e última estratégia, sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, de forma que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, 83,33% respondeu que sim, e 16,67% responderam que não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma negativa fizeram-no por ser um encargo que não conseguiriam suportar, porque a atividade não gera renda para pagar a pessoas para fazerem os trabalhos de terra, obrigando-os a eles próprios, quando não podem ir ao mar, a fazer os trabalhos de terra. No caso de um destes arrais, a esposa ajuda nos trabalhos em terra e às vezes vai ao mar como observadora, também para ajudar, mas não tem cédula de pescadora, e ele refere que se a esposa fosse profissionalizada, passando a figurar ambos no rol de tripulação e nas folhas da segurança social, isso iria aumentar o custo de trabalho do barco, tornando-o não rentável.

Os arrais que responderam de forma positiva, fizeram-no em consideração pela realidade da pesca costeira, e não focando a pesca realizada no estuário do rio Tejo, sendo que, sobre esta, em específico, também assumiram não ser rentável para pagar a terceiros para fazer o trabalho de terra. Dizem que têm de ser eles a fazer o trabalho de terra nos momentos em que não vão pescar. No conjunto das respostas, distinguem-se as dos arrais que têm ajuda da esposa, nuns casos já com carteira de pescadora, e noutros não, e as dos arrais que têm uma leitura integrada de ambas as situações. Um arrais da Praia da Torralta respondeu: "*a minha mulher ajuda nos trabalhos de terra, safa as redes e aparelhos, mas não tem carteira de pescadora, nem faz descontos para a segurança social. Era bom que ela pudesse integrar o rol de tripulação da minha embarcação, e fazer descontos para a segurança social*". Outro da antiga Doca Seca da CP disse: "*a minha mulher tem carteira de pescadora, já integra o rol de tripulação e figura nas folhas que vão para a segurança social, por isso não temos problema*". Um outro rematou: "*as pessoas ganhavam o que já ganham agora, só que de forma declarada, o que era bom para elas, porque um dia mais tarde tinham reforma, e também era bom para o país, porque havia um reforço dos meios da Segurança Social*".

Estratégia de dinamização comercial		Bico do Mexilhoeiro	Antiga Doca Seca da CP	Palhais	Praia da Torralta	Serração	Total
O Cabaz do Tejo		**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**
	Não	5,56%	33,33%	5,56%	0,00%	22,22%	66,67%
	Sim	0,00%	11,11%	0,00%	11,11%	11,11%	33,33%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**
	Não	5,56%	27,78%	0,00%	0,00%	16,67%	50,00%
	Sim	0,00%	16,67%	5,56%	11,11%	16,67%	50,00%
Pesca turismo		**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**
	Não	0,00%	16,67%	0,00%	5,56%	27,78%	50,00%
	Sim	5,56%	27,78%	5,56%	5,56%	5,56%	50,00%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**5,56%**	**44,44%**	**5,56%**	**11,11%**	**33,33%**	**100,00%**
	Não	0,00%	11,11%	0,00%	0,00%	5,56%	16,67%
	Sim	5,56%	33,33%	5,56%	11,11%	27,78%	83,33%



FIGURA 170 | Rogério Antunes Pereira Correia, a segurar um peixe-espada branco que capturou a bordo da embarcação "Sol Brilhante" (B-779-L), que governa, com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem entre 60 e 119 mm, na modalidade fundeada, no Mar da Palha. Antiga doca seca da CP, Barreiro, em 22.02.2021.



FIGURA 171 | Rede branqueira, conhecida como "solheira", um metro de altura, malha interior (ou miolo) de 80 mm, utilizada para capturar choco-vulgar. Propriedade de Manuel António Tavares Coutinho. Doca Seca da CP, Barreiro, 11.06.2021.

II.5. Comunidade de pescadores do Seixal

II.5.1. Enquadramento evolutivo.[78]

A comunidade de pescadores do concelho do Seixal está distribuída por dois núcleos, considerando o local onde os pescadores têm o material de apoio à pesca e o local onde as embarcações desembarcam o pescado e ficam amarradas, e onde são vistoriadas: o maior no cais no Seixal, mesmo em frente à antiga Casa dos Pescadores do Seixal, hoje sede da Associação Náutica do Seixal (que gere o cais recreativo por protocolo com a Câmara Municipal do Seixal, onde são acolhidas as embarcações de pesca), e o menor na contiguidade do antigo cais da firma corticeira Mundet & C.ª na Amora, que entrou em funcionamento em 1917, onde recentemente foi construído o novo cais do centro náutico e recreativo da Amora. São os próprios pescadores que salientam essa distinção com base territorial, que nada mais são do que reminiscências de enorme rivalidade.



FIGURA 172 | Localização dos dois núcleos de pescadores do concelho do Seixal.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2017.
Descrição: 1 - Amora (junto ao antigo cais da firma Mundet & C.ª); 2 - Baía do Seixal (em frente à Casa dos Pescadores).

A **Baía do Seixal**, integrada no estuário do Tejo, proporcionou desde longa data um local privilegiado para a pesca apeada e para a arte do cerco (ou tapa-esteiros) e, pela sua configuração, um porto natural de abrigo às embarcações de pesca onde fundeavam as antigas muletas e, desde finais do século XIX, os botes de muleta (ou botes de tartaranha), de propulsão à vela e remos, hoje embarcações extintas. As suas margens foram também um lugar privilegiado para a instalação de secas do bacalhau, principalmente na Ponta dos Corvos, desde o início do século XX.

Os botes de muleta, que tinham o mesmo velame das antigas muletas, mas eram mais ágeis, foram substituídos por lanchas motoras do tipo buque (auxiliar dos galeões de pesca), conhecidas por pirolitos, no final da década de 1940, mas estas novas embarcações também não reuniam condições

[78] O enquadramento da comunidade piscatória do concelho do Seixal foi realizado com base em conversas com vários pescadores em finais de outubro de 2018, a saber: António Boteta, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Boteta", registo n.º B-788-L, que começou aos onze anos a trabalhar na arte dos tapa-esteiros na Baía do Seixal; José Manuel Jesus, arrais de pesca local, que começou aos 12 anos a trabalhar no tapa-esteiros no Seixal e no Barreiro, que em 1984 adquiriu a embarcação "Florbela", registo n.º B-583-L, e desde essa altura é pescador a tempo inteiro, reformado mas ainda pescador, sendo neste momento a embarcação e o pescador mais antigos em ativo na Baía do Seixal; Pedro António Silva Dionísio, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Paulo", registo n.º B-702-L, com os primeiros passos a trabalhar na arte do cerco, a acompanhar o seu pai e outros familiares, arte de que é profundo conhecedor; e António Henrique, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Piloto do Mar", registo n.º B-757-L, que começou a aprender a atividade aos 10 anos, também no tapa-esteiros, e é hoje o único pescador no ativo no núcleo piscatório da Amora, parte integrante da comunidade piscatória do concelho do Seixal.

adequadas para a pesca e acabaram por ser impedidas de laborar em 31 de dezembro de 1955 (Lemos, 1955, p. 10; Lima, 1997, p. 47).

A arte do tapa-esteiros teve uma grande importância local, e foram emitidas licenças específicas para a zona do Seixal, ainda que para embarcações pertencentes a outros concelhos. É disso exemplo, em referência ao ano de 1945, a licença emitida a Francisco Nunes Rolo, proprietário e encarregado (equivalente a arrais) do dóri "Arminda", registo n.º B.1763.F (antigas matrículas dos barcos de pesca), especificamente para a área do Rio Judeu, e nos anos seguintes, a licença emitida a Joaquim Fernandes, proprietário do barco "Atalaia", registo n.º B.62.F (em 1946 passou a ter o n.º "B-2-L"), com 4,21 de tonelagem bruta, com sete tripulantes, um arrais, Manuel Inácio, e seis camaradas (pescadores), Júlio da Silva, Manuel Marcelino Feijão, José António Inácio Feijão, Herminio dos Santos, Manuel Aranha e Francisco dos S. Couves, que tinha uma enviada para levar o pescado capturado à lota e trazer mantimentos à companha, e só podia trabalhar na arte do tapa-esteiros na área do Seixal, quando estes marítimos eram todos do Montijo (Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] – 1945/1951, fl. 8v-9, 22v-23, 37v-38). Esta arte só deixou de ser utilizada no final da década de 1980, quando foi proibida.

Em 1946, na Delegação Marítima do Barreiro, estavam matriculados vários mestres (encarregados e arrais) e camaradas (pescadores) de embarcações de pesca local com proprietários residentes no Seixal. Eram um total de dez embarcações tripuladas por catorze homens, nomeadamente João Lobato Quintino, proprietário e arrais do barco "Não é Nada e és Tudo" (B-41-L), que operava com os camaradas (pescadores) José Vicente e José Maria de Brito; João dos Santos Roque, encarregado da caçadeira "Lídia Maria" (B-124-L), propriedade de João Paulino; António Miguel, arrais e proprietário



FIGURA 173 | Vista da frente ribeirinha do Seixal, a partir da praia, junto à Praça 1º de Maio, onde estão abicadas algumas embarcações de pesca profissional e outras recreativas, em 15 de abril de 1987.
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Nelson Cruz.



FIGURA 174 | Lance com a arte do tapa-esteiros no esteiro do rio Judeu, no Seixal, em 15 de maio de 1988.
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Nelson Cruz.



FIGURA 175 | Encarregado a bordo da embarcação "Três Netas", registo n.º B-680-L, com casco em madeira, que foi construída e entrou ao serviço da pesca em 1971, habilitada com licença de pesca em 1 de janeiro de 1989, com 5.03 de comprimento fora a fora e 0.79 de arqueação bruta (GT), a passar para a praia as redes de tresmalho com a ajuda de duas crianças, junto à frente ribeirinha do Seixal, em 21 de maio de 1991.
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Nelson Cruz.



FIGURA 176 | Porto de pesca natural do Seixal.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 4.



FIGURA 177 | Pescadores a safarem a rede de tresmalho em polifilamento no cais do Seixal.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 55.

da caçadeira "Maria Gertrudes" (B-86-L); Raul Francisco, arrais e proprietário da lancha "Luiza Primeiro" (B-140-L); Luiz da Conceição Rosa, encarregado do barco "Maria José" (B-32-L), propriedade de José dos Anjos Correia; Manuel dos Anjos, arrais e proprietário da canoa "Leonilde" (B-125-L); Cláudio Rafael, arrais e proprietário da chata "Maria Luiza" (B-154-L); Mário José, arrais e proprietário da canoa "Olivia" (B-130-L); Luíz Francisco da Silva, arrais e proprietário da lancha "Maria José" (B-84-L); Francisco Nunes Rolo, encarregado e proprietário do dóri "Armindo" (B-155-L) (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] – 1945/1951, fl. 30v-52).

Em 1956, os marítimos do Seixal faziam pesca embarcada na Baía do Seixal utilizando o tapa-esteiros (armação, cerco ou estacada), e em todo o estuário utilizando a tarrafa, arrasto de vara, também designado de roleta, tresmalhos, redes de emalhar e covos, e fora da barra em águas marítimas utilizavam o arrasto com as lanchas a motor do tipo buque, por alguns conhecidas por "pirolitos", que substituíram os "botes da muleta" ou os "botes da tartaranha" (Lima, 1997, p. 47; Curtinhal, 2007, p. 40-41). Para além dos tresmalhos normais, redes de emalhar fundeadas constituídas por três panos sobrepostos, em que os dois exteriores ou alvitanas são de malha maior e o interior e mais alto é de malha menor, ainda utilizavam um tresmalho de fio conhecido por "reções", que tinha a estrutura igual, mas era mais comprido que o normal, era de facto muito grande. Também faziam pesca apeada, mais rudimentar, com a arte da chincha[79], com a "pesca às ramas" [80], com o agulhão ou "garfo" (fisga), com as "enguias nos canos" [81], com a cana ao anzol e com as mãos ("pesca à mão").

Em 1960, na Delegação Marítima do Barreiro, estavam matriculadas apenas três embarcações com proprietários residentes no Seixal, tripuladas por António José Rochinha, encarregado do bote "Maria Rochinha" (B-229-L), João Narciso, arrais do barco "Maria Narciso" (B-361-L), e Manuel de Bastos de Almeida, encarregado da canoa "Senhora da Rocha" (B-367-L) (Cf. Livro III – Evolução Histórica /

[79] A chincha tanto podia ser operada por um pescador que ficava em terra a segurar um cabo e outro ia lançar a rede a nado e voltava para a terra, de onde eram puxados os dois cabos (Cf. Livro III – Evolução Histórica), ou podia ser com os dois pescadores a entrarem na água, como referiu em conversa António Henrique, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Piloto do Mar" (B-757-L). De forma simples, dois pescadores entravam na carreira do rio Judeu na baixa-mar, com a água entre a cintura e o peito, e percorriam-na um de cada lado com a rede aberta, o que funcionava como um arrasto apeado.

[80] É no tempo frio que os chocos procuram os estuários com intuito do acasalar e desovar. Nessa altura os pescadores na baixa-mar espetam ramas de árvores nas poças de água criando um ambiente propício à fixação e desova do choco, que aqui se reproduz, ficando depois por esta zona. Tempos depois, na baixa-mar, os pescadores voltam às poças onde colocaram as ramagens para apanhar os chocos, aproveitando o facto de não terem para onde fugir. Ainda hoje se realiza esta pesca.

[81] Colocam canos na baixa-mar para servir de abrigo às enguias e uns tempos depois quando as marés são vivas e vaza mais, voltam a levantar os canos esperando que lá dentro estejam enguias, uma pesca por armadilha que ainda hoje se faz.

DMB, Livro 6 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1960/1962, fl. 1-28). Nesta altura quase todos os encarregados tinham embarcação própria, sendo mais frequentes as canoas, os doris e as chatas. Os primeiros motores surgiram no Seixal na década de 1960, os interiores eram da marca Bourke e os exteriores da marca Ceigol. As embarcações de pesca abicavam nas praias ou amarravam onde lhes fosse possível em toda a zona ribeirinha do Seixal, mas o principal lugar de amarração era a ponte-cais.

Em 1967, existiam na Amora duas grandes artes tapa-esteiros que assumiam o nome dos seus mestres, a do "Carrasco" e a do "Pestana", que eram armadas na baixa-mar no rio Judeu, que integra a Baía do Seixal. Salientar que por estes anos era na Amora que se encontrava a grande força de trabalho da arte do tapa-esteiros no concelho do Seixal. No Barreiro, na mesma altura, havia as artes do Manuel Correia, do Zé Correia (que era o irmão), do Cebola, e do Joaquim Tódio[82], nem todas legalizadas, onde trabalhavam vários pescadores do Seixal. O Sr. Laurentino Sousa Dionísio, pai de Pedro António Silva Dionísio, atual arrais de pesca local e pescador do Seixal, exerceu funções de encarregado em momentos diferentes nas primeiras três artes. Nesta altura havia muito cavalo-marinho, charroco, choco, tainha, robalo, sarguetas, peixe agulha, linguados, enguias, dentre outras, tudo espécies abundantes.

A comunidade piscatória de Amora, na década de 1970, era constituída por cinco embarcações de pesca profissional, que foram desaparecendo e hoje apenas é constituída por uma embarcação, a saber: "Mar Salgado", uma chata cujas licenças de pesca foram vendidas para o Seixal; "Palmira", uma traineira propriedade do Sr. António Nunes que foi abatida ao efetivo da frota local nacional beneficiando dos primeiros subsídios comunitários; um catraio, barco de madeira, propriedade do Sr. Fernando Caramelo (entretanto falecido), cujas licenças de pesca foram vendidas para o Barreiro; "Vasco António", uma lancha azul em madeira de fundo chato propriedade do Sr. António Nunes (entre os pescadores conhecido como "Come Pão"), com que andava à pesca com a sua mulher, Sra. Laurinda, que, no início de 2018, sofreu um acidente fatal enquanto atravessava uma passadeira na Amora, e, por esse motivo, a embarcação esteve durante muito tempo amarrada ao pequeno cais em pedra em frente ao edifício da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, tendo, em 2019, sido vendida para o Samouco (Alcochete); "Piloto do Mar", registo n.º B-614-L, tipo traineira, casco em madeira, propriedade de António Vicente Piloto, que no final do século foi abatida e as licenças de pesca passadas para um moderno barco de pesca com casco em fibra que é hoje propriedade do Sr. António Francisco Quintas Henrique (entre os pescadores conhecido por "António da Micra"), sendo esta a única embarcação de pesca profissional com licenças de pesca ativas na Amora. [83] Os barcos de pesca profissional de Amora sempre fundearam junto ao antigo cais da firma Mundet & C.ª, e era aí, junto à água, que os pescadores tinham as barracas de artes e aprestos.

Em 1979, António Vicente Piloto, há vários anos habilitado com licença para tapa-esteiros, era proprietário e arrais da embarcação "Piloto do Mar", registo n.º B-614-L, e em 1981 passou a operar com a embarcação "Elvira", registo n.º B-608-L, e fez a matrícula na arte do tapa-esteiros com a mesma tripulação que estava averbada na embarcação "Piloto do Mar", constituída por três homens, incluindo o arrais, que eram António Vicente Piloto, Rogério dos Santos Pereira e Carlos A. Gomes Pereira, ocasionando uma transferência de licença de pesca entre embarcações que apesar de consentida pela Delegação Marítima do Barreiro não foi autorizada pela Direção Geral das Pescas, e mais tarde viria a trazer problemas, pois quando tal foi detetado, em 1987, não lhe foi renovada a licença de tapa-esteiros para o ano de 1988. A embarcação "Elvira", registo n.º B-608-L, tripulada por quatro marítimos, incluindo o mestre, foi abatida ainda em 1987, pelo que a licença da arte do tapa-esteiros não transitou para o ano seguinte, pondo fim à utilização desta arte no Seixal.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 e, posteriormente, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, eventos que foram determinantes para o futuro da indústria da pesca nacional, não tiveram consequências negativas diretas para os pescadores do Seixal, com exceção do fim da Casa dos Pescadores, de que apenas resta o impactante edifício ocupado pela náutica de recreio para recordar esses tempos. Na década de 1980, no Seixal, contavam-se sete pescadores com embarcação de pesca profissional assim conhecidos: o "Manuel Moura", o "Pera Doce", o "Ti Manel Pisco", o "Hugo", o "Campeiro", o "Galinhas" e o "Mouco". O "Galinhas", alcunha por que o Sr. José

[82] A arte de Joaquim Tódio, do Barreiro, era a maior em homens e em capacidade das embarcações. O bote-mãe levava a reboque as duas canoas de paus e redes (cada canoa levava 40 varas, cada vara tinha seis metros, e a rede era de malha chinesa com um centímetro de lado, mais tarde substituída pela malha sete, ou malha laça, que tinha dois sentimentos de lado). A rede era tão grande que apanhava metade da praia do Alfeite, e não tinha menos de 200 m de comprimento.

[83] Nos termos do n.º 1 do artigo 70.º do Decreto Regulamentar n.º 43/1987, de 17 de julho, republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2015, de 16 de setembro, a aquisição, construção e modificação de embarcações de pesca a registar ou registadas em portos nacionais estão sujeitas a autorização prévia, sendo que a autorização para a construção de uma embarcação para a registar na frota de pesca obriga à saída (abate) de uma embarcação que esteja registada na pesca.

Manuel Jesus é conhecido entre os seus pares, desde 1984 é proprietário da embarcação "Floribela", em madeira, a mais antiga da comunidade (já lhe foi aplicado fibra de vidro no exterior), sendo também esse o pescador mais antigo em atividade, e cuja cédula marítima se apresenta a seguir. Na primeira metade da década de 1990 surgiram mais dois barcos, o "Primeiro de Maio" do Sr. António Boteta e um outro do Sr. Cera (alcunha).


REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA MARINHA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS DE FOMENTO MARÍTIMO
DIRECÇÃO DA MARINHA MERCANTE
Capitania do porto:
Delegação marítima:
VÁLIDA PARA PESCA LOCAL E COSTEIRA
CÉDULA DE INSCRIÇÃO MARÍTIMA
N.º 2127
Nome: José Manuel de Jesus
(a) Catimbo.
Inscrição marítima n.º 2127
Livro 13 Folhas 83
Data de inscrição 28 de Junho de 1984
Nome José Manuel de Jesus
Filho de
e de Rosalina Maria de Jesus
Natural da freguesia de Aldeia de Paio Pires
Concelho de Seixal
Distrito de Setúbal
Nacionalidade Portuguesa
Nasceu em 24 de Novembro de 1946
Ocupação antes da inscrição Marítimo
Estado civil Solteiro
Residente em Seixal
Capitania do porto de / Delegação Marítima de TRAFARIA
O Capitão do porto
O Delegado marítimo
Categoria Profissão: Pescador
desde quando: 28-6-1984
ARRAIS DE PESCA 28-07-99
Dedada rolada do indicador direito
Empreintes digitales de l'indicateur droit
ASSINATURA DO TITULAR
SIGNATURE DU PORTEUR
José Manuel de Jesus
SINAIS CARACTERÍSTICOS
Altura 1,55 m
Olhos castanhos
Cabelo castanho
Cor Branca
Sinais particulares
Trafaria, 28 de Junho de 1984
O ESCRIVÃO

FIGURA 178 | Cédula de Inscrição Marítima de José Manuel Jesus, arrais de pesca local do Seixal, de 28.06.1984.
Cedida gentilmente pelo próprio em 7.11.2018.

Em 1987, quando foi proibida a arte dos tapa-esteiros (ou cerco, ou armação, ou estacada), estavam ativas a "arte do Carrasco" e a "arte do Pestana", ambas na Amora, a última constituída por seis camaradas assim conhecidos: Laurentino Sousa Dionísio, encarregado da arte, Manuel Sousa Dionísio (irmão do encarregado da arte), Galinhas, Pica, Carlitos, e o António Pestana, que era o dono, e apenas se limitava a ir buscar o peixe no final da faina. Ocasionalmente, de acordo com as necessidades, podiam ser integrados, informalmente, um ou dois moços para ajudar. A existência da arte do tapa-esteiros no esteiro do rio Judeu, nesta altura, é referida por Lima (2006, p. 366).

Antes destas ainda existiu a arte do Porfírio (pai do Idalino), que andava às enguias e aos robalos na zona do Seixal e do Barreiro, quase não ia pescar ao Mar da Palha, e a embarcação que utilizavam acabou por apodrecer no rio.

Quer a arte do "Carrasco", quer a do "Pestana", tinham embarcações próprias e muitas vezes montavam redes a atravessar a Baía, entre a Amora e a Arrentela, e do estaleiro naval da Amora até à antiga fábrica corticeira da Mundet. Também armavam o cerco em frente ao Clube Naval do Barreiro, na praia do Alfeite, em Coina, junto à marinha do Seixal e à marinha de Coina, e próximo dos catamarãs no Seixal. O fim do tapa-esteiros deixou sem trabalho pouco mais de uma dúzia de pescadores, e não provocou qualquer cisão social na comunidade piscatória local (tinha uma expressão residual).

Havia grande abundância de pescado na Baía do Seixal, especialmente de enguias, chocos e linguados, espécies que eram muito capturadas pela arte do tapa-esteiros e que hoje aparecem pouco. Segundo dizem, numa boa pescaria de chocos era normal apanhar até 100 Kg, e hoje uma boa pescaria desta espécie apanha-se entre 15 ou 20 Kg. As enguias apanhavam-se aos montes, mesmo à mão na baixa-mar, e hoje quase não se apanham (à exceção da zona do Talaminho).

Em 1990, na Delegação Marítima do Barreiro, estavam matriculados vários mestres (encarregados e arrais) de embarcações de pesca local cujos proprietários eram residentes no Seixal: Carlos Manuel de Jesus Almeida, pescador encarregado do dori "Liberdade" (B-632-L); Inácio Rocha Godinho, pescador encarregado do barco "Primeiro de Maio" (B-661-L); António Luís Galego Boteta, pescador encarregado do bote com motor "Luar" (B-731-L); Fernando Ferreira da Silva, pescador encarregado do barco "Ana Santos" (B-726-L); Edulindo Correia da Fonseca, pescador encarregado do barco "Mar Salgado" (B-693-L); Francisco Jorge de Lima, pescador encarregado da lancha "Enguia" (B-472-L); José da Conceição

Dionísio, pescador encarregado da chata "Carence Maria" (B-719-L); Hipifânio da Conceição Rochinha, pescador encarregado do barco "Vítor Manuel" (B-519-L); Vítor Manuel da Saúde, pescador encarregado do bote com motor "Luís da Saúde" (B-582-L); Rogério dos Santos Pereira, pescador encarregado do bote com motor "Paulo" (B-702-L); Manuel Luís Aleixo dos S. Vicente, pescador encarregado do bote "Sardo" (B-699-L); António Francisco Q. Henrique, pescador encarregado da lancha com motor "Piloto do Mar" (B-614-L); Laurentino de Sousa Dionísio, pescador encarregado da lancha "Três Netas" (B-680-L); e José Manuel de Sousa Dionísio, pescador encarregado do bote "Capitolina" (B-707-L) (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 12 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1985/1996, fl. 119v-146).

No final do século XX, no Seixal utilizava-se na pesca local pequenas embarcações com motor fora de bordo, como o bote tapa-esteiros, chatas e canoas (Lima, 1997, p. 47). Segundo o autor, devido ao reduzido número de pescadores no Seixal a viverem exclusivamente da pesca, essas embarcações também eram utilizadas por pescadores lúdicos, conhecidos como amadores.

Em 2000, havia no Seixal cinco embarcações licenciadas para a pesca profissional local e que tinham feito o rol de tripulação, formalidade obrigatória para poderem operar legalmente, e estavam embarcados um total de onze marítimos, cinco em funções a bordo de arrais e seis em funções de pescadores: "Cinco Filhas", registo n.º B-648-L, tripulado por Álvaro dos Reis (arrais), João Carlos Martins dos Reis, Paula Cristina G. P. dos Reis e Luís Filipe Martins dos Reis (pescadores); "Florbela", registo n.º B-583-L, tripulado por José Manuel Jesus (arrais) e Manuel Alberto da Silva Nunes (pescador); "Paulo", registo n.º B-702-L, tripulado por António Luís Galego Boteta (arrais) e Luís António de Sousa Boteta (pescador encarregado); "Mar Salgado",



FIGURA 179 | Pescador a reparar rede de pesca de fio (tresmalho), conhecida por "reções", por ser mais comprida que o normal, numa rua do núcleo urbano antigo do Seixal (c. 1980).
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Desconhecido.



FIGURA 180 | Embarcações de pesca amarradas à ponte-cais do Seixal, e ao fundo o bote de fragata "Gaivotas" atracado (c. 1980).
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Fernando Falcão.



FIGURA 181 | Pescador a safar as redes de tresmalho, conhecidas como albitanas, dentro do barco que se encontra amarrado ao cais do Seixal, tendo já desemalhado algumas tainhas e retirado muita "alface" (c. 1980).
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Fernando Falcão.



FIGURA 182 | Passagem da rede de pesca de fio (tresmalho), conhecida por "reções", por ser mais comprida que o normal, da embarcação para a ponte-cais do Seixal, enquanto o pescado é desemalhado (c. 1980).
Fonte: Ecomuseu Municipal do Seixal. Autor: Fernando Falcão.

registo n.º B-693-L, tripulado por Ederlindo Carreira da Fonseca (arrais); e "Ana Santos", registo n.º B-726-L, tripulado por Fernando Ferreira da Silva (arrais) e Guilherme Vitorino Lopes (pescador). Na Amora havia a embarcação "Piloto do Mar", registo n.º B-614-L, tripulado por António Francisco Quintas Henrique, nascido em 1953, que era proprietário e armador, e desempenhava a bordo as funções de arrais. Este arrais ainda hoje está no ativo, continua a ser o único na Amora, e a sua embarcação mantém a denominação, mas passou a ter o conjunto de identificação n.º B-757-L (Cf. Livro III – Evolução Histórica / DMB, Livro 13 - Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1996/2014, fl. 47v-54).

Nos últimos 20 anos pouco alterou acerca das embarcações de pesca a laborar no Seixal, mantendo-se as embarcações: "Pica", "Boteta", "Florbela", "Paulo", "Vadio" e "Roger". O barco "Os três irmãos", registado na Trafaria, veio laborar para esta comunidade em 2010, em dedicação exclusiva, e mais recentemente o proprietário do barco "Vadio" adquiriu o barco "Borrachinho", mas apenas uma das embarcações anda quotidianamente na faina.

Não se perspetiva qualquer evolução positiva na atividade pesqueira no concelho do Seixal, que poderá mesmo decrescer, quer pelas condições do exercício da atividade, que são penalizadoras para os pescadores a tempo parcial (e que são a maioria neste concelho), quer pela existência de dois arrais de pesca reformados e cujas embarcações em madeira só permitem a pesca na Baía do Seixal, quer pela carência de infraestruturas ao nível municipal, que não correspondem às necessidades das embarcações hoje existentes, e tampouco atentam ao necessário desenvolvimento e ampliação da atividade.

É um facto. Outrora dedicada à economia marítima, na pesca apeada e embarcada, no transporte de pessoas e mercadorias, e na construção, reparação e manutenção

de embarcações (eram vários os estaleiros navais), hoje a estratégia municipal está totalmente direcionada aos serviços de turismo. Para isso, a ampla frente ribeirinha foi e continua a ser reabilitada, tendo sido construídas infraestruturas para a náutica recreativa e para o desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer. Fala-se na transferência dos pescadores para o antigo cais da Transtejo, onde teriam melhores condições, mas não existe nada de concreto.

Na Amora, foi recentemente regenerada a frente ribeirinha e foi criada uma estrutura de defesa costeira aderente em gabion, disposta em anfiteatro, que serve de bancada para a população assistir às provas náuticas (vela, canoagem, triatlo e natação), foi elevada a cota de coroamento para 3,40m, e foi instalado um cais de atracagem de pequenas embarcações, com passadiço de acostagem e ponte de embarque, que está ao serviço do centro náutico e recreativo da Amora (Associação Naval Amorense).

Esta obra prevista para duas fases e ainda não concluída, insere-se na estratégia integrada de desenvolvimento do território do Município do Seixal, objetiva o desenvolvimento de atividades relacionadas com o setor do turismo e náutica de recreio, e é manifestamente mais um contributo para a consagração da Baía do Seixal como um destino náutico. No entanto, carece de equipamento passível de ser utilizado pelos pescadores locais, e não só pelos nautas visitantes. Não contempla qualquer zona de atracagem ou de armazenagem de aprestos de pesca, o que não promove a já débil atividade pesqueira de Amora.

O Sr. António Henrique, proprietário da única embarcação com licença de pesca ativa na Amora ("Piloto do Mar"), teve de improvisar e construiu uma jangada na carreira do rio Judeu que serve para arrumo de algum material de pesca, para aparelhar as redes, e também para acostagem da embarcação. Notou este pescador que do investimento feito pela edilidade na recuperação da frente



FIGURA 183 | Ortofotos de 2004-06 e 2008 (litoral), e fotografia atual do novo cais do centro náutico e recreativo da Amora.

Descrição: 1 - antigas instalações e cais da firma Mundet; 2 – novo cais do centro náutico e recreativo da Amora; 3 – jangada do pescador António Henrique, arrais de pesca do barco "Piloto do Mar".

ribeirinha da Amora, apenas lhe foram concedidos dois contentores do lixo para guardar as artes de pesca, prevendo este pescador que quando cessar a atividade, a pesca profissional acabe na Amora.

No Seixal, foi concebido um cais de acostagem municipal com cerca de 70 metros de comprimento para embarcações de recreio, embarcações de pesca e embarcações tradicionais (de valor cultural), que é gerido pela Associação Náutica do Seixal. Foram destinados 40 metros para acostagem de embarcações de pesca, espaço que dá para cerca de doze embarcações, seis de cada lado, mas após construído apenas foi disponibilizado espaço para acostagem de seis embarcações (apenas um dos lados do cais ficou para as embarcações de pesca, estando o outro lado ao serviço de embarcações tradicionais e não poucas vezes de embarcações de recreio), havendo hoje duas embarcações de pesca, de pescadores do Seixal, que não têm onde acostar, o que significa que não têm onde desemalhar o peixe e emparelhar as redes nem onde guardar os seus apetrechos de pesca, e utilizam, para isso, de forma precária, a praia, numa altura de grande insegurança devido aos furtos frequentes. Importa notar que apenas existem três abrigos de material de pesca, os quais são partilhados por seis armadores (dois por cada abrigo), estando os demais privados dessa infraestrutura, situação discriminatória que gera mau estar. A situação agrava-se, por existirem embarcações sem licença de pesca a utilizar a infraestrutura, quando as que têm licença de pesca não a podem utilizar, demonstrando também falta de rigor e equidade na gestão da infraestrutura.

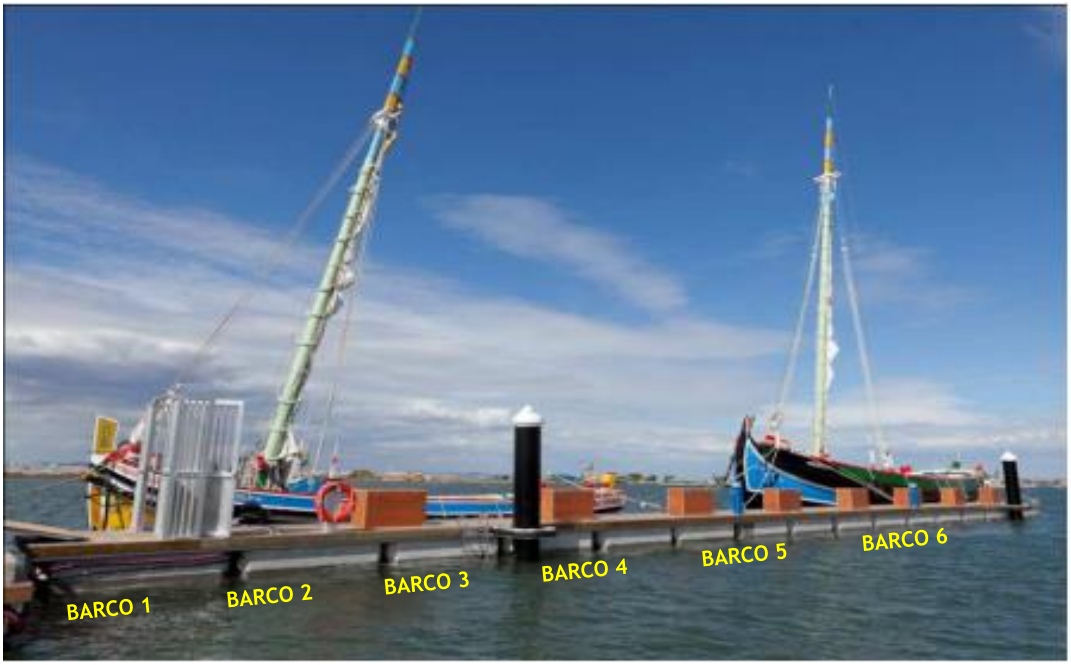


FIGURA 184 | Cais do Seixal ao serviço das embarcações de pesca local. Da porta para dentro são 40 metros de cais que eram para acostagem em ambos os lados de embarcações de pesca, mas um dos lados ficou para embarcações tradicionais e apenas a parte interior ficou para as e embarcações de pesca. Ano de 2018.

No projeto desta infraestrutura ficou prevista uma zona de colocação de poitas para 20 embarcações de pesca que não tem qualquer utilidade, uma vez que as embarcações de pesca, ao contrário das embarcações de recreio, precisam necessariamente de um cais para trabalhar as redes. O próprio cais ao serviço das embarcações de pesca tem uma largura inadequada, considerando o espaço necessário ao manejamento e armazenamento das artes, e é por isso muito difícil transitar neste espaço. As artes são mantidas dentro de contentores plásticos do lixo, cedidos pela edilidade, para se protegerem da severidade do clima. Tudo isto evidencia que a infraestrutura foi pensada exclusivamente para as embarcações de recreio, porventura uma solução de transição para uma outra solução para as embarcações de pesca que tarda em chegar, permanecendo os pescadores a laborar em condições desadequadas.

O mesmo se observa nos serviços prestados, a maior parte direcionados às embarcações de recreio, como o serviço de marinheiro e vaivém, atendimento e informação, lavandaria e balneário, bomba pump-out, estaleiro naval, sistema de videovigilância, comércio e reparação de barcos e motores, venda de material náutico, atividades desportivas e em água, serviços subaquáticos, formação náutica, parqueamento a seco, recolha de óleos usados, recolha de águas sanitárias de barcos, acesso e/ou abastecimento de água e eletricidade, entre outros.

Por tudo isso os pescadores comentam entre si, e comentaram connosco, que o objetivo da edilidade é acabar com o que resta da indústria da pesca no Seixal.

O assoreamento é igualmente condicionante, porque obriga as embarcações de pesca a entrarem e a saírem na cala do Seixal com um metro de água. A Câmara do Seixal bem tenta resolver esta questão junto da Administração do Porto de Lisboa e da Agência Portuguesa do Ambiente, não pelas embarcações de pesca, mas porque condiciona o plano estratégico de desenvolvimento do turismo e o modelo de desenvolvimento local da náutica de recreio, mas até ao momento sem sucesso. A cala antes era navegável porque era dragada pelas secas do bacalhau.



FIGURA 185 | Frente ribeirinha da Amora, junto ao antigo cais da firma Mundet & C.ª, onde até recentemente estavam os arrumos do material de pesca e onde amarravam as embarcações de pesca, em 3.04.2015.



FIGURA 186 | Vista aérea do Cais de Pesca do Seixal, próximo ao preia-mar, em 26.12.2016.
Fonte: "A Terceira Dimensão": http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Seixal, em 29.09.2019.

Ao contrário do que se verifica em outras comunidades piscatórias taganas em que a apanha de amêijoa é responsável pelo aumento da insegurança e dos furtos, no Seixal esta atividade não é realizada de forma embarcada, nem é organizada, e tem uma reduzida expressão que se justifica pelo maior controlo do cais, representando apenas o sustento diário para poucas dezenas de mariscadores, alguns pescadores profissionais. Está muito longe da associação de pendor ilícito e organizado existente no Montijo e em Alcochete, em parte dinamizada por embarcações da Trafaria.[84]

[84] No final de outubro de 2018 identificámos cerca de 40 pessoas incluindo alguns pescadores profissionais na apanha apeada na Baía do Seixal, cerca de 10-15 kg/dia que vendem por 3,50€/Kg a uma compradora, que diariamente se desloca junto das casas de aprestos para comprar a amêijoa-japónica.

II.5.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo e caracterização técnica, e determinação da percentagem de inquirição.[85]

A frota de pesca do Seixal, longe do vigor que atingiu no tempo das muletas, ou no tempo dos botes de mar alto, seus sucessores, durante o ano de 2018 esteve reduzida a nove embarcações registadas na pesca local e com licença para operar no rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), cinco das quais também detentoras de licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente. Não havia embarcações no Seixal apenas com licenças para águas marítimas. A comunidade piscatória da Amora, junto ao antigo cais da firma Mundet & C.ª, em tempos forte na arte do tapa-esteiros que armava no rio Judeu, com o falecimento precoce do proprietário, armador e arrais da embarcação "Vasco António", registo n.º B-668-L, em 2018, por atropelamento, ficou reduzia a uma única embarcação de pesca profissional local que opera apenas no rio Tejo. É na Baía do Seixal, no cais junto à antiga Casa dos Pescadores do Seixal, que se concentra o grosso da frota deste concelho, num total de oito embarcações com licença de pesca para a zona rio Tejo, conforme listagem a seguir. Para efeitos de realização deste trabalho, inquirimos os proprietários das nove embarcações, o que corresponde uma taxa de inquirição de 100%.

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000023189	TR-1498-L	Pica	Trafaria	Baía do Seixal	Vítor Manuel Pedro Laguna Raposo	Vítor Manuel Pedro Laguna Raposo	Vítor Manuel Pedro Laguna Raposo
PRT000023770	TR-1602-L	Vadio	Trafaria	Baía do Seixal	José da Conceição Geraldes de Campos Reis	José da Conceição Geraldes de Campos Reis	Rogério Simões Gonçalves
PRT000020380	TR-1605-L	Roger	Trafaria	Baía do Seixal	José Carlos Machado da Conceição	José Carlos Machado da Conceição	José Carlos Machado da Conceição
PRT000023355	TR-1720-L	Os três irmãos	Trafaria	Baía do Seixal	Hugo Miguel Macário da Silva	Hugo Miguel Macário da Silva	Hugo Miguel Macário da Silva
PRT000022198	TR-1727-L	Borrachinho	Trafaria	Baía do Seixal	José da Conceição Geraldes de Campos Reis	José da Conceição Geraldes de Campos Reis	Rogério Simões Gonçalves
PRT000012695	B-583-L	Florbela	Barreiro	Baía do Seixal	José Manuel de Jesus	José Manuel de Jesus	José Manuel de Jesus
PRT000013168	B-702-L	Paulo	Barreiro	Baía do Seixal	Pedro António Silva Dionísio	Pedro António Silva Dionísio	Pedro António Silva Dionísio
PRT000022171	B-757-L	Piloto do mar	Barreiro	Amora	António Francisco Quintas Henrique	António Francisco Quintas Henrique	António Francisco Quintas Henrique
PRT000024002	B-788-L	Boteta	Barreiro	Baía do Seixal	António Luís Galego Boteta / Luís António de Sousa Boteta / Nuno Miguel de Sousa Boteta	Luís António de Sousa Boteta	Nuno Miguel de Sousa Boteta

TABELA 14 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Seixal.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

A frota Seixalense pode considerar-se de meia-idade; 78% tem até 24 anos (a média global é de 24,11 anos), e uma parte está registada na Delegação Marítima do Barreiro e uma outra parte, pouco mais significativa, na Delegação Marítima da Trafaria, o que se justifica pela zona de residência dos armadores. A embarcação mais antiga, a "Florbela" (B-583-L), foi construída em 1971, e as

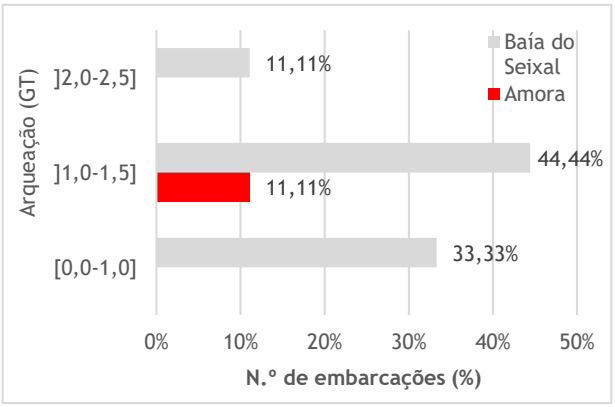
[85] Os dados da caraterização técnica da frota, e apenas esses, especificamente, porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, foram obtidos a partir da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese), garantindo assim a fiabilidade da informação.

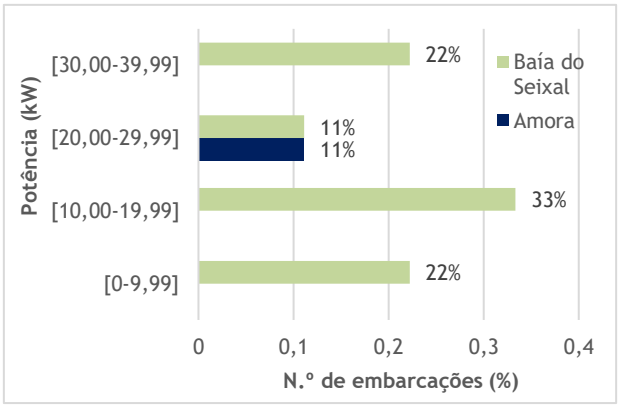
embarcações mais recentes, a "Vadio" (TR-1602-L) e "Os três Irmãos" (TR-1720-L), foram construídas em 2005. A frota que tem até 24 anos é aquela que resultou dos apoios à substituição e modernização da frota do final do século XX, e a demais frota é o que resta da antiga pesca deste concelho, caracterizada por pequenas embarcações em madeira.

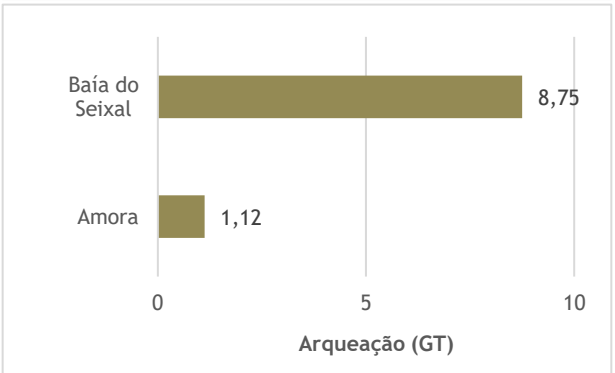
As embarcações são no geral de pequeno porte: 33,33% tem até 1,0 GT, 55,56% têm entre 1,0 e 1,5 GT, e 11% têm entre 2,0 e 2,5 GT, e a arqueação média é de 1,10 GT. A embarcação com mais capacidade de pesca denomina-se "Vadio" (TR-1602-L), e tem 2,29 GT, e a que tem menor capacidade denomina-se "Florbela" (B-583-L), e tem 0,42 GT. A capacidade total de pesca é de 9,87 GT, o que corresponde a 1,12 GT na Amora, e a 8,75 GT no Cais do Seixal.

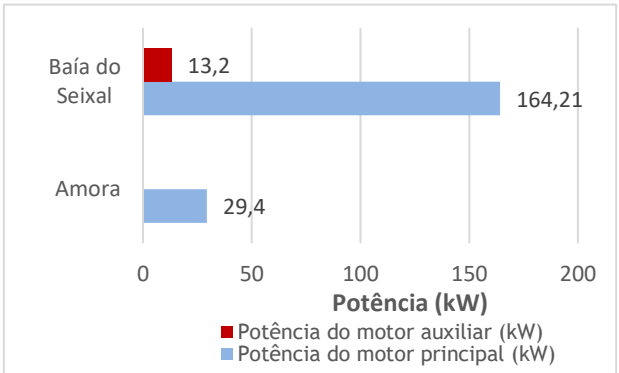
A capacidade de propulsão principal é igualmente pequena: 22,22% das embarcações têm até 9,99 kW, 33,33% entre 10 e 19,99 kW, 22,22% entre 20 e 29,99 kW, e 22,22% têm entre 30 e 39,99 kW, o que significa que apenas 44,44% da frota opera no limiar do permitido para a zona. A potência propulsora principal total instalada é de 193,61 kW, a que corresponde 29,4 kW na Amora e 164,21 kW no Cais do Seixal, e a potência auxiliar ascende a 13,2 kW no Cais do Seixal, sendo inexistente na Amora. A embarcação com motor propulsor principal com mais potência é a "Vadio" (TR-1602-L), tem 37,28 kW, e a que tem menor potência é a "Florbela" (B-583-L), e tem 2,98 kW.

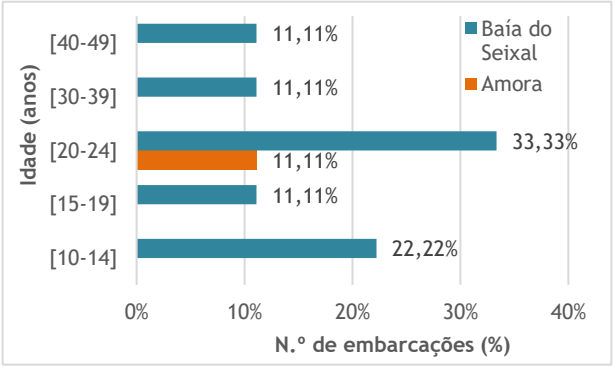
No conjunto do espaço concelhio, a potência propulsora principal média é de 21,51 kW, sendo a mínima de 2,98 kW e a máxima de 37,28 kW, e o comprimento fora a fora médio é de 5,15 m, sendo o mínimo de 3,95 m e o máximo de 6,00 m. A totalidade da frota tem convés aberto e motor fora de borda a gasolina, e 77,78% tem casco em fibra de vidro (apenas duas embarcações têm casco em madeira, "Florbela" e "Paulo", o que corresponde a 22,22%).

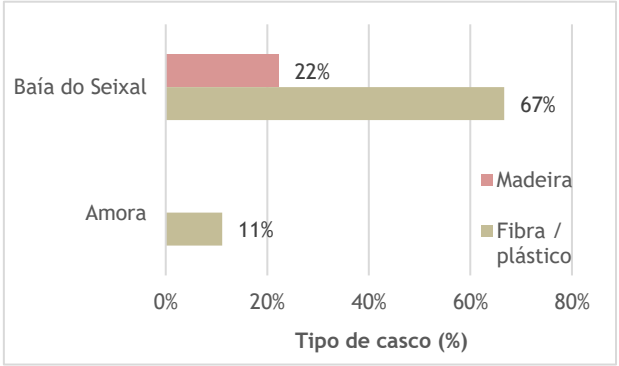






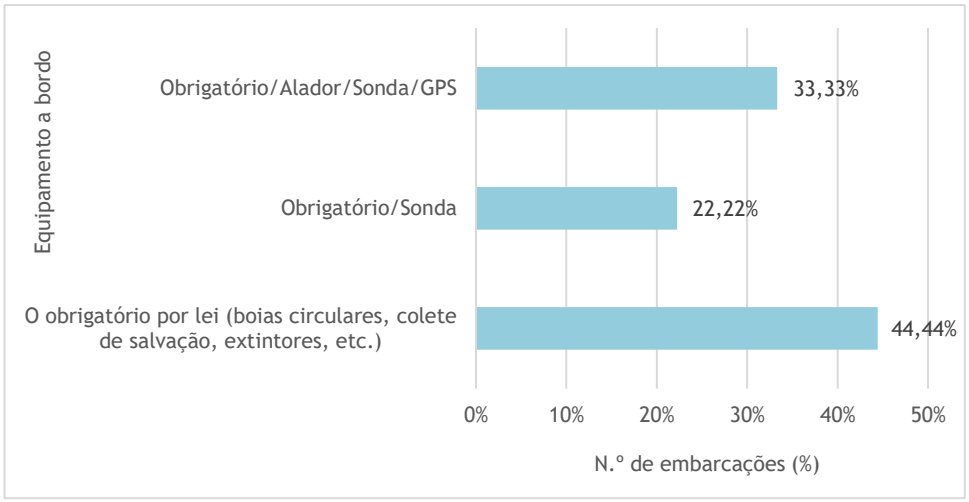




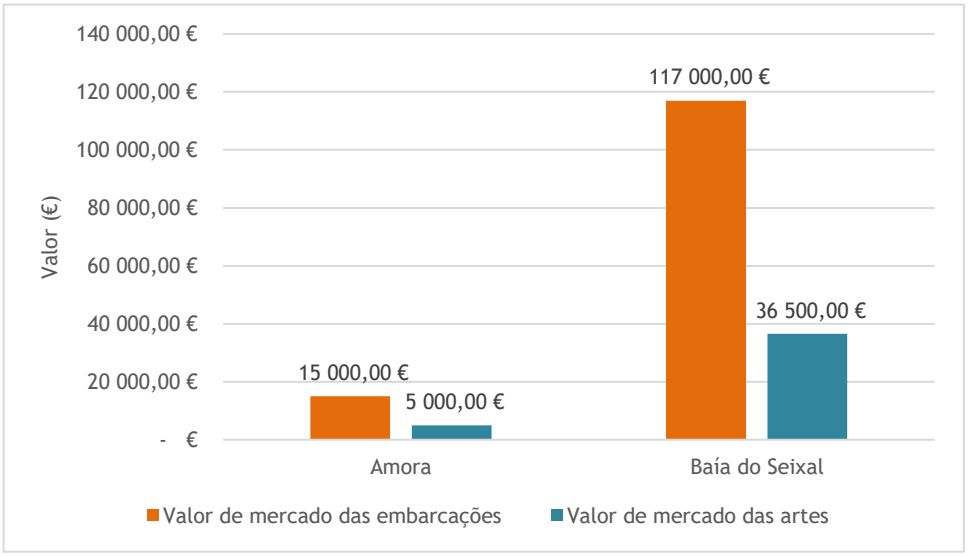


A frota é alvo de manutenção frequente e é vistoriada a nado todos os anos pela Autoridade Marítima, quanto ao estado de conservação do casco, do motor, do alador (caso exista), dos instrumentos náuticos, dos meios de salvação, dos meios de combate a incêndios, e dos meios de esgotos, e, obtendo avaliação positiva, cumpre os requisitos legais para o exercício da atividade da pesca. Na opinião dos arrais 11,11% consideram que é má, 77,78% que é boa, e 11,11% que está muito boa.

Quanto ao equipamento a bordo, 44,44% da frota opera apenas com o obrigatório por lei, sinais de socorro marítimo (para-quedas e fachos de mão), coletes de salvação, extintores, boias circulares, entre outros, 33,33% opera como equipamento obrigatório, mais sonda e GPS, e já tem instalado alador, e os demais 22,22% para além do equipamento obrigatório tem a bordo o auxílio da sonda.



A avaliação patrimonial que os proprietários fazem das suas embarcações ascende a 132.000,00€, sem incluir as artes de pesca, o que corresponde a 15.000,00€ na Amora e a 117.000,00€ no Cais do Seixal. Às artes de pesca os armadores colocaram o valor de mercado de 41.500,00€, a que corresponde a 5.000,00€ na Amora e a 36.500,00€ no Cais do Seixal. Assim, no concelho do Seixal, as embarcações e as artes de pesca atingem em conjunto um valor de mercado de 173.500,00€ (valor patrimonial à data de 2018).



II.5.3. Caracterização pessoal, profissional, socioeconómica, nível de motivação e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

No concelho do Seixal os proprietários das embarcações são também os armadores, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e, com exceção de dois casos, exercem a bordo as funções de arrais. Estes dois casos correspondem a duas embarcações que pertencem ao mesmo proprietário, que é também o armador, mas por não possuir a categoria mínima de arrais de pesca local contratou um dos arrais mais antigos da comunidade, já aposentado, para assumir essas funções a bordo, enquanto ele próprio se inscreveu e aguarda a realização de um novo curso de arrais de pesca local no For-Mar.

Quanto às idades, 22,22% dos arrais têm entre 35 e 44 anos, 22,22% têm entre 45 e 64 anos (11,11% entre 45 e 54 anos, e outros 11,11% entre 55 e 64 anos), e 55,56% têm entre 65 e 74 anos, dos quais 11,00% estão na Amora e 44,44% no Seixal, como se observa no gráfico seguinte. O arrais de maior idade é Rogério Simões Gonçalves, tem 73 anos, e governa as embarcações "Vadio", registo n.º TR-1602-L, e "Borrachinho", registo n.º TR-1727-L, e o arrais mais jovem é Nuno Miguel de Sousa Boteta, tem 37 anos, e governa a embarcação "Boteta", registo n.º B-788-L, de que é coproprietário com o seu pai, também arrais de pesca. A média de idades dos arrais fixa-se nos 59,67 anos (referente ao ano de 2018).

Os arrais nasceram maioritariamente no concelho do Seixal (66,67%), e nos concelhos adjacentes de Almada (11,11%) e Lisboa (22,22%), e atualmente residem nos concelhos de Seixal (88,89%) e Almada (11,11%), como se observa nos gráficos seguintes. Quanto ao estado civil, 22,22% estão casados, 22,22% vivem no regime de união de facto, 22,22% estão divorciados e 33,33% estão solteiros, como se observa no gráfico seguinte.

Os arrais do Seixal começaram a aprender a atividade entre os 5 e os 14 anos, sendo que 55,56% começaram a aprendizagem entre os 5 e os 9 anos, mas o exercício profissional foi bastante mais tardio e todos em períodos diferentes, entre os 5 e os 44 anos, sendo que 33,33% começaram a exercer a atividade entre os 5 e os 19 anos, e 66,67% depois dos 20 anos, como se observa nos gráficos seguintes. Nestes casos, está descartada a possibilidade de o tempo que medeia entre a aprendizagem inicial e o início da pesca profissional tenha sido passado na escola, uma vez que 77,78% não excederam o 5º e 6º Anos (2º ciclo), e destes 66,67% não excederam o 1º, 2º 3º e 4º Anos (1º ciclo). Apenas 22,22% frequentaram o secundário (10º, 11º e 12º Anos), como se observa no gráfico seguinte.

Todos começaram a atividade profissional na qualidade de "pescador", à exceção de José Manuel de Jesus, proprietário, armador e arrais da embarcação "Florbela", registo n.º B-583-L, que iniciou a atividade profissional como "tripulante", e para todos a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

Entre os principais motivos que levaram os arrais a aprender a atividade, destaca-se o gosto pela pesca e a boa rentabilidade da pesca, partilhados por 66,67% e 33,33% dos arrais, respetivamente, também por ser uma atividade com tradição familiar e para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família (22,22%), para ajudar a família devido a dificuldades económicas (22,22%), e por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento (22,22%), como se observa no gráfico a seguir.

O agregado familiar de cada um dos seis arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 18 pessoas (incluindo os arrais). No global, 22,22% dos arrais vivem sozinhos, ou seja, o seu agregado familiar são apenas eles próprios, a chamada família unipessoal, 33,33% vivem num agregado de duas pessoas (22,22% no Seixal e 11,11% na Amora), a chamada família monoparental, grupo mais representativo, 16,67% vivem num agregado de três pessoas, geralmente são um casal e um filho, a chamada família matrimonial, e 27,78% têm quatro pessoas no agregado familiar, filhos e ascendentes, a chamada família alargada, como se observa no gráfico seguinte. Apesar de alguns aglomerados numerosos, é quase nula a participação de familiares na faina, ou a ajudar nos trabalhos em terra. Apenas um arrais, que representa 20%, tem o apoio da sua esposa que anda embarcada e também ajuda nos trabalhos em terra, como se verá a seguir.

Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a atividade, 77,78% responderam que não, como se observa no gráfico seguinte. Ou seja, em apenas 22,22% dos casos os filhos seguiram a atividade e exercem ativamente a pesca nesta comunidade, um deles o arrais Nuno Miguel de Sousa Boteta, filho do arrais António Luís Galego Boteta, outro o filho do arrais Hugo Miguel Macário da Silva. Na Amora, o arrais António Francisco Quintas Henrique indicou que a sua descendência não pretende continuar a atividade,

o que poderá colocar em causa a sua continuidade nesta que foi em tempos uma tradicional zona de pesca do Seixal.

Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 66,67% dos casos estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca profissional, e os demais 33,33% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior nos escalões da mestrança, como se observa ano gráfico seguinte.

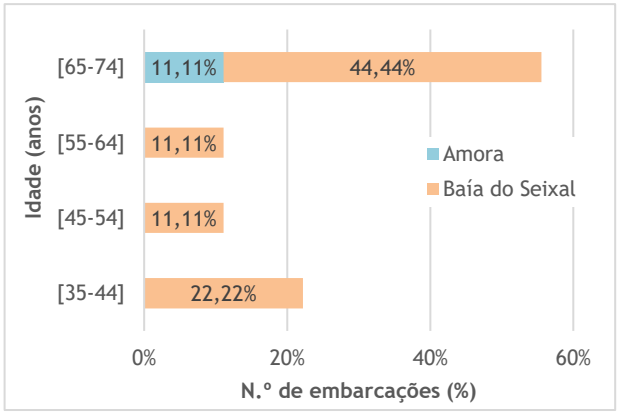
A pesca é a atividade principal de 55,56% dos arrais deste concelho, e os demais 44,44% desenvolvem a pesca como atividade complementar a outra atividade principal, como se observa ano gráfico seguinte, de onde se destaca a comercialização de pescado, a construção civil, e o labor de profissões especificas, como manobrador de máquinas de rasto, mestre de tráfego local do catamarã da carreira Seixal-Lisboa, e funcionário da Câmara Municipal do Seixal. Os arrais que têm na pesca a atividade principal não exercem qualquer atividade complementar, já os arrais que têm outras atividades têm de suspender a pesca, que exercem apenas nos tempos livres, em alturas de turnos e/ou férias, ou apenas nas alturas de maiores pescarias de dourada, choco, sargo e corvina.

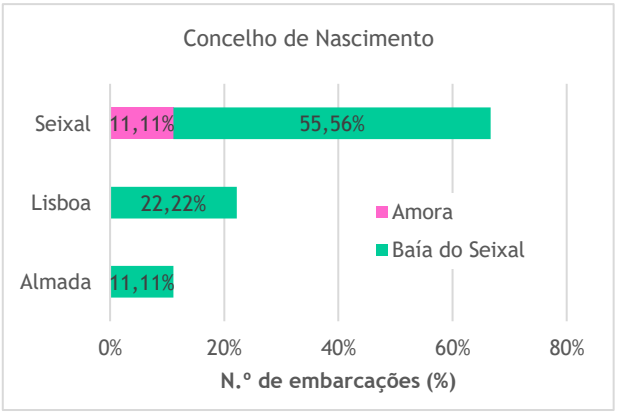
Dos 55,56% dos arrais que têm na pesca a atividade principal, 11,11% estão reformados, o que significa que apenas 44,44% dos arrais vivem exclusivamente da pesca, e para estes a pesca representa a totalidade do rendimento dos seus agregados familiares. Com pormenor, 22,22% dos arrais informaram que a pesca representa quase nada do rendimento dos seus agregados familiares, e igual percentagem informou que a pesca representa metade do rendimento dos seus agregados familiares, respostas que correspondem aos arrais que exercem a pesca de forma complementar a outras atividades. O arrais reformado, e que só pesca porque necessita de um complemento para a sua reforma, que é baixa, respondeu que a pesca representa mais de metade do rendimento do seu agregado familiar. Os demais 44,44%, que correspondem aos arrais que vivem exclusivamente da pesca, responderam que é da pesca que vem todo o rendimento dos seus agregados familiares, como se observa no gráfico seguinte.

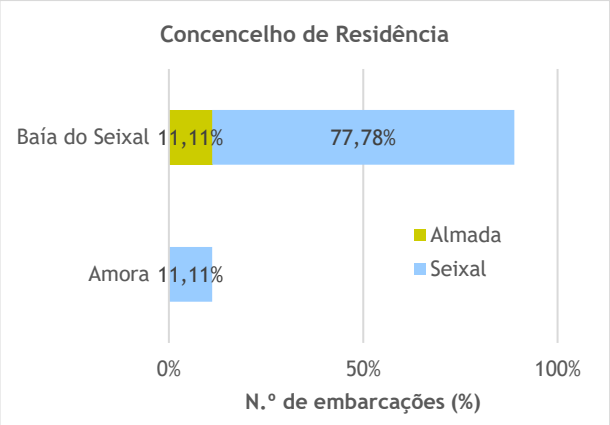
Questionámos os arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina embarcada ou a apoiar nos trabalhos em terra, e 88,89% responderam que não, apenas um arrais, que representa 11,11%, respondeu que sim. Trata-se de Hugo Miguel Macário da Silva, proprietário, armador e arrais da embarcação "Os Três Irmãos", registo n.º TR-1720-L, que anda na pesca com a sua esposa, Márcia Ferreira, que tem cédula de pescadora, e que, curiosamente, aquando da realização do trabalho de campo, aguardava bebé, mas continuava a andar embarcada (CF. Livro III – Memória Fotográfica). Esta é a única mulher, a esta data, a trabalhar na pesca no Seixal.

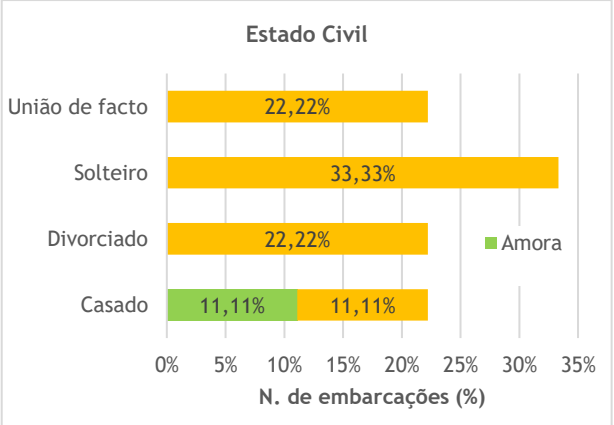
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 77,78% responderam de forma diversa entre 30€ e 100€, e 22,22% responderam 120€, como se observa no gráfico a seguir, o que em média dá o valor de 72,22€. De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 66,67% responderam entre 100€ e 200€, inclusive, e 33,33% responderam 400€, como se observa no gráfico a seguir, o que em média dá o valor de 226,67€.

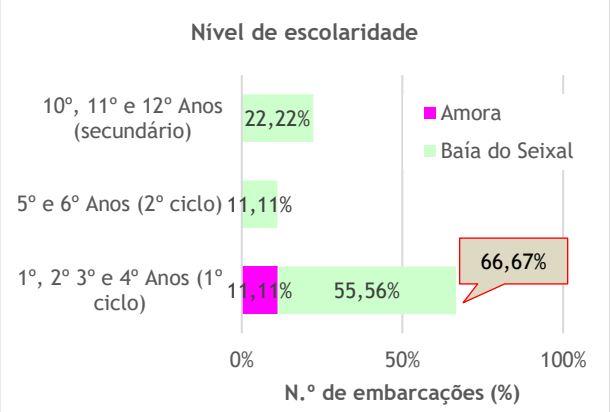
Sobre o nível de satisfação com a atividade, 22,22% responderam estar pouco satisfeitos, 55,56% satisfeitos, e 22,22% muito satisfeitos, e sobre o nível de motivação para a atividade, 11,11% responderam estar pouco desmotivados, 66,67% motivados e 22,22% motivados, como se observa nos gráficos seguintes. No geral são valores positivos, refletem o prazer de pescar, sendo de notar que os marítimos estão descontentes pela ausência de uma melhor solução para cais e armazém de artes e aprestos de pesca.

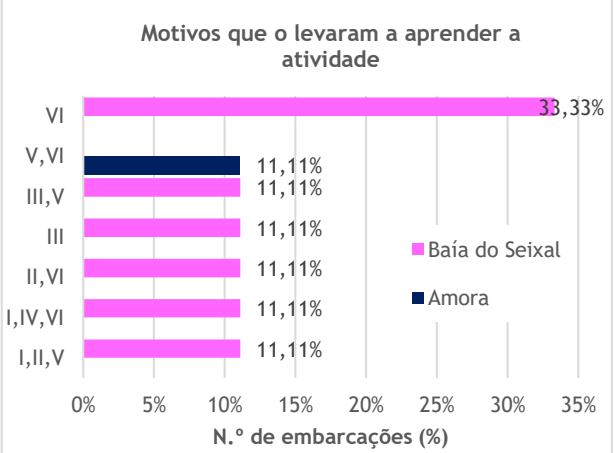




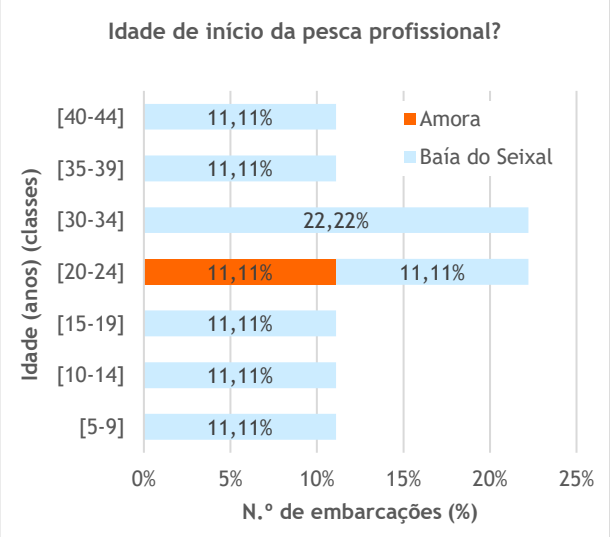


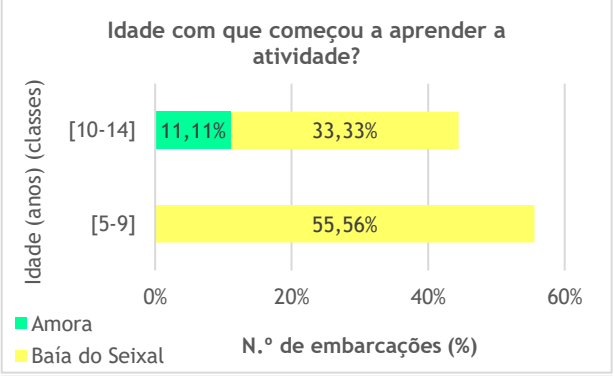


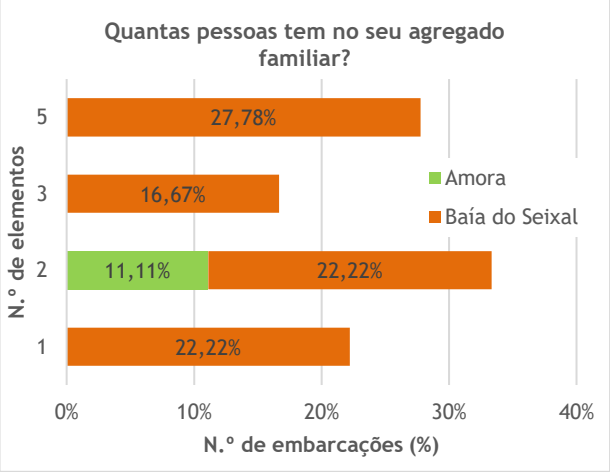


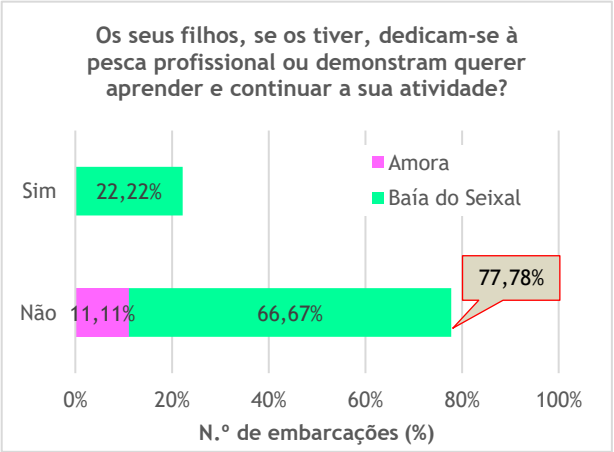


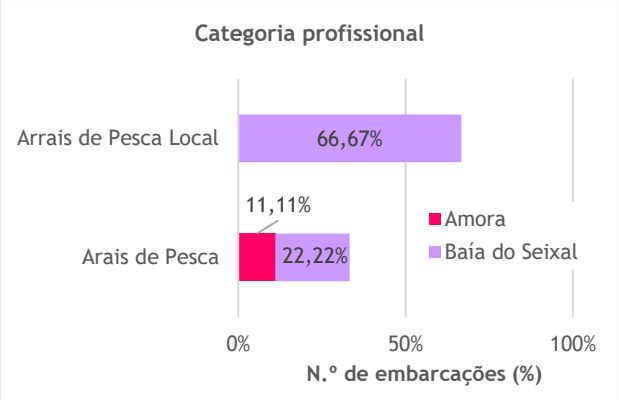
Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iv) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (v) Boa rentabilidade da pesca; (vi) Gosto pela pesca.

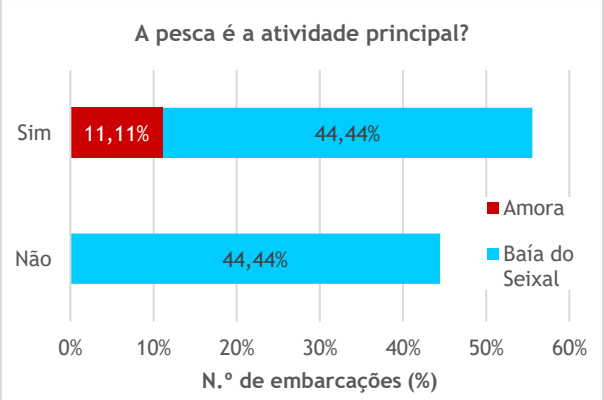


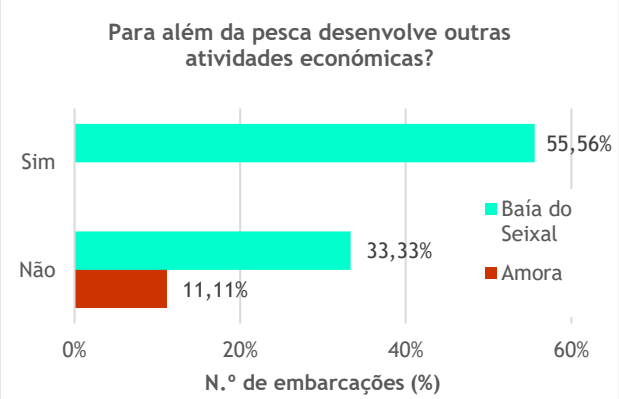


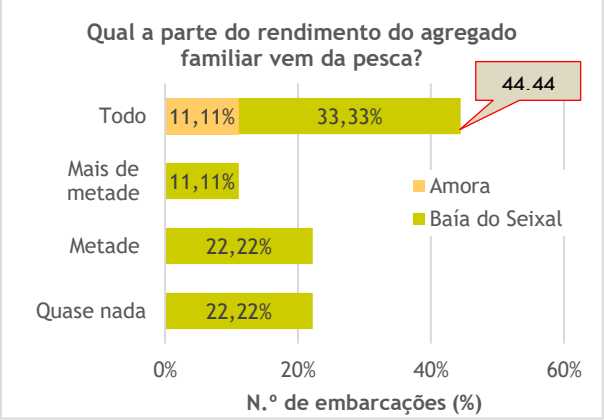


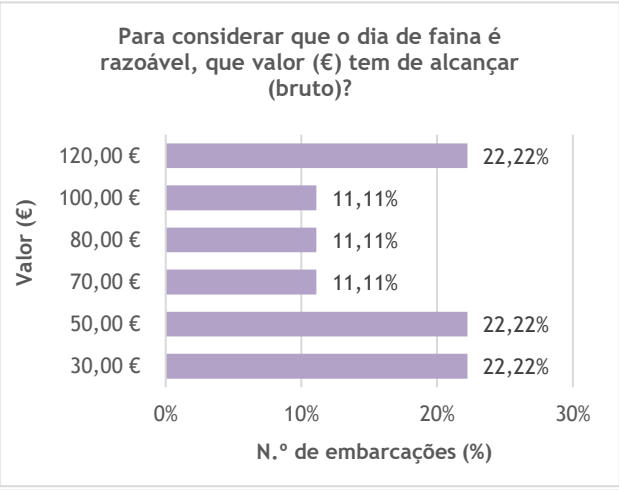


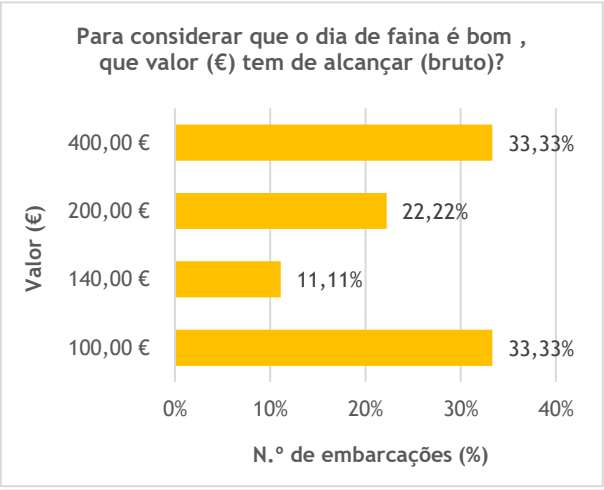

Categoria profissional
Arrais de Pesca Local
66,67%
11,11%
Arais de Pesca
22,22%
Amora
Baía do Seixal
0%
50%
100%
N.º de embarcações (%)

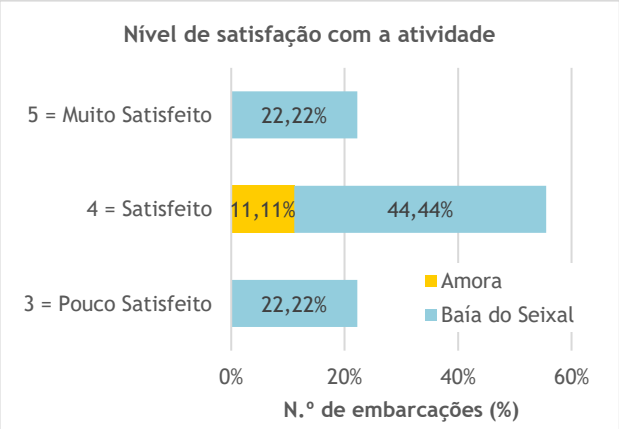

A pesca é a atividade principal?
Sim
11,11%
44,44%
Não
44,44%
Amora
Baía do Seixal
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
N.º de embarcações (%)

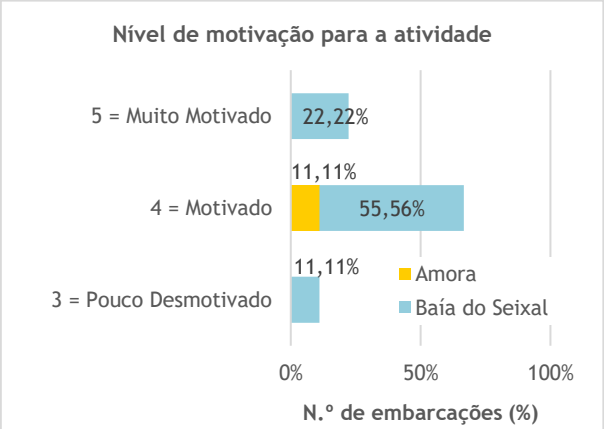

Para além da pesca desenvolve outras atividades económicas?
Sim
55,56%
Não
33,33%
11,11%
Baía do Seixal
Amora
0%
20%
40%
60%
N.º de embarcações (%)


Qual a parte do rendimento do agregado familiar vem da pesca?
44.44
Todo
11,11%
33,33%
Mais de metade
11,11%
Metade
22,22%
Quase nada
22,22%
Amora
Baía do Seixal
0%
20%
40%
60%
N.º de embarcações (%)


Para considerar que o dia de faina é razoável, que valor (€) tem de alcançar (bruto)?
Valor (€)
120,00 €
22,22%
100,00 €
11,11%
80,00 €
11,11%
70,00 €
11,11%
50,00 €
22,22%
30,00 €
22,22%
0%
10%
20%
30%
N.º de embarcações (%)


Para considerar que o dia de faina é bom , que valor (€) tem de alcançar (bruto)?
Valor (€)
400,00 €
33,33%
200,00 €
22,22%
140,00 €
11,11%
100,00 €
33,33%
0%
10%
20%
30%
40%
N.º de embarcações (%)


Nível de satisfação com a atividade
5 = Muito Satisfeito
22,22%
4 = Satisfeito
11,11%
44,44%
3 = Pouco Satisfeito
22,22%
Amora
Baía do Seixal
0%
20%
40%
60%
N.º de embarcações (%)


Nível de motivação para a atividade
5 = Muito Motivado
22,22%
11,11%
4 = Motivado
55,56%
11,11%
3 = Pouco Desmotivado
Amora
Baía do Seixal
0%
50%
100%
N.º de embarcações (%)

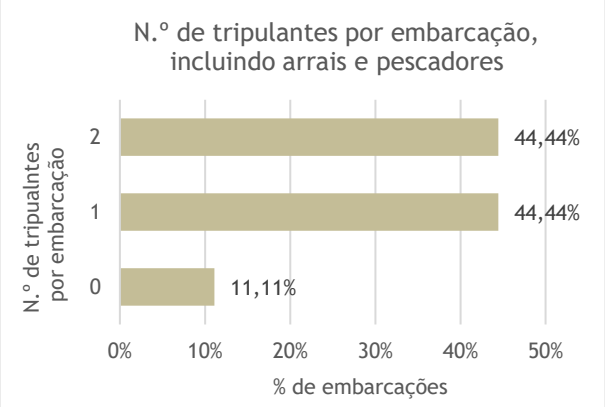
II.5.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[86]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas nove embarcações de pesca local seixalenses com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados dez marítimos, nove na Baía do Seixal e um na Amora, incluído arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação. Quatro embarcações tinham matriculado, cada uma, apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local (44,44%), e outras quatro tinham matriculado dois tripulantes, um arrais e um pescador (44,44%), como se observa no gráfico a seguir. Apenas uma embarcação, que corresponde a 11,11%, não tinha rol de tripulação válido, a embarcação "Pica", registo n.º TR-1498-L, porque o arrais estava a substituir um camarada numa outra embarcação local desta comunidade, na embarcação "Os Três Irmãos", registo n.º TR-1720-L. Trata-se de um bom exemplo de colaboração entre arrais hoje infelizmente raro, mesmo no rio Tejo. Com pormenor, a embarcação "Os Três Irmãos" era tripulada por um arrais e uma pescadora, marido e mulher, sendo que a mulher engravidou e no final da gravidez não pode embarcar, tendo sido substituída pelo arrais da embarcação "Pica", que por operar sozinho deixou sem tripulação a sua própria embarcação. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos.

Destas embarcações, duas possuíam rol de tripulação coletivo[87], as embarcações "Vadio" (TR-1602-L) e "Borrachinho" (TR-1727-L), tripuladas por dois marítimos. Neste caso apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Ou seja, considerámos que cada uma destas embarcações opera com dois tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores", porque efetivamente cada uma destas pode operar com os dois tripulantes, mas apenas se contaram dois tripulantes (e não quatro) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos dez marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".

Sobre a distribuição dos marítimos, 10% estão na Amora e 90% na Baía do Seixal, e sobre as categorias profissionais, 10% têm a categoria de pescador, 50% a categoria de arrais de pesca local e 40% a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a fazer a transição para o densamente envelhecido, uma vez que 77,78% tem mais de 45 anos, e destes 44,44% já tem mais de 65 anos, como se observa no gráfico a seguir.

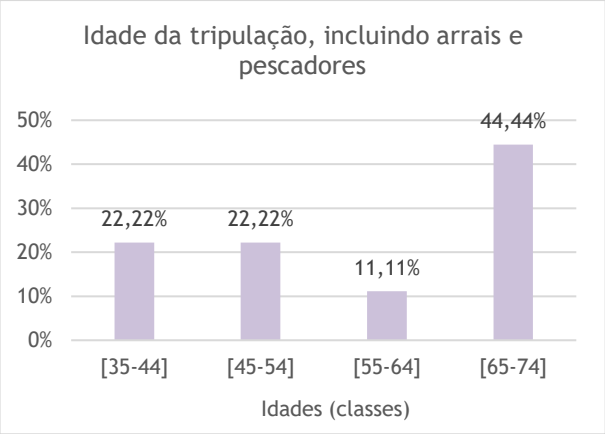
Sobre a forma de remuneração, o que apenas se aplica às embarcações tripuladas no mínimo por dois marítimos, 66,67% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro) e 33,33% repartem o produto da pescaria em partes iguais, porque são familiares diretos (pais e filhos), como também se observa no gráfico a seguir. No primeiro caso, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras. No segundo caso o produto da pescaria "é para a casa", e as despesas são "feitas por todos". Estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações.

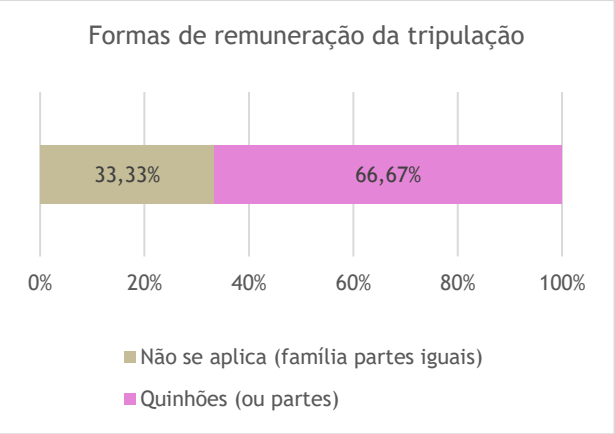




[86] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos róis de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário.

[87] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.


Idade da tripulação, incluindo arrais e pescadores
50%
40%
30%
20%
10%
0%
22,22%
22,22%
11,11%
44,44%
[35-44]
[45-54]
[55-64]
[65-74]
Idades (classes)


Formas de remuneração da tripulação
33,33%
66,67%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
Não se aplica (família partes iguais)
Quinhões (ou partes)

II.5.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

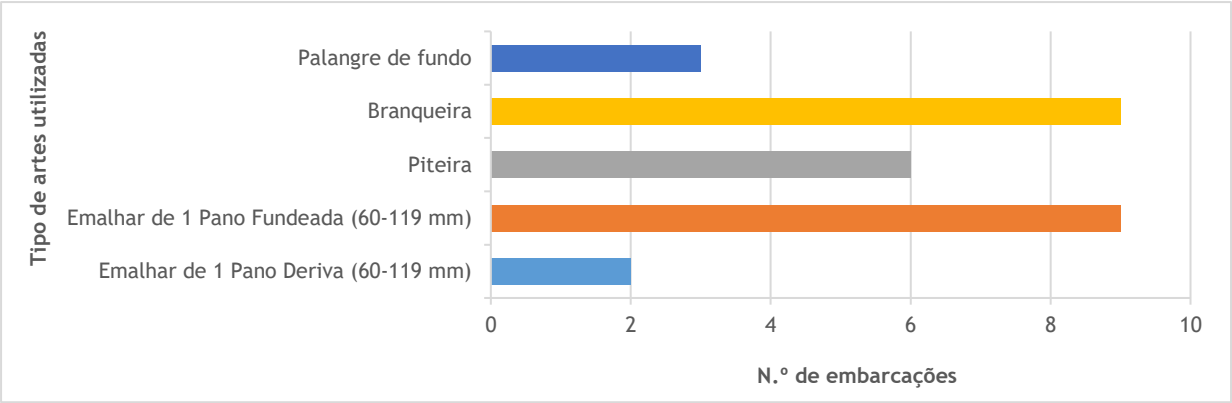
O concelho do Seixal, até ao início do século XX, foi um dos principais contribuidores para a riqueza histórica da atividade piscatória na zona de entrecabos e no estuário do rio Tejo, maioritariamente realizada com redes, e só mais recentemente com aparelhos de anzol. Em 2018, todas as nove embarcações que constituíam a frota ativa, e que estavam devidamente habilitadas para a atividade, operaram com redes de emalhar e de enredar, e destas, seis laboraram cumulativamente com a piteira, e outras três com palangre de fundo, como se observa no gráfico a seguir.

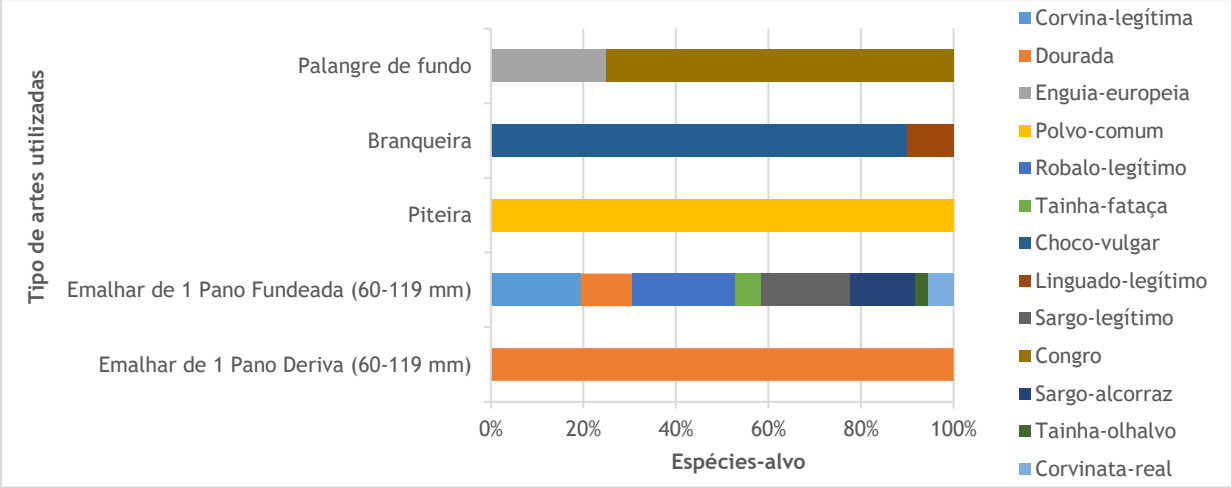
A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade de fundeada, foi dirigida ao robalo-legítimo, ao sargo-legítimo, ao sargo-legítimo, ao sargo-alcorraz, à dourada, à corvina-legítima, à corvinata-real, à tainha-olhalvo e à tainha-fataça. Estas últimas três espécies são geralmente acessórias, mesmo neste território, como se verá a seguir, mas dois arrais seixalenses têm o hábito de lhes dirigir a pesca, um dos quais proprietário de duas embarcações, e por isso aparecem listadas como espécies-alvo. Esta arte foi utilizada de janeiro a junho, e de outubro a dezembro, e de julho a setembro foi utilizada na modalidade de deriva, dirigida à dourada. Devido à intensidade da alforreca, em outubro ainda foi utilizada esta arte à deriva, até porque ainda havia dourada. Neste território não operam com rede de emalhar de um pano de classe de malhagem superior a 120 mm. Quanto às redes de enredar, apenas foi utilizada a branqueira, que foi dirigida ao choco-vulgar, e em uma ou duas situações aos linguados (legítimo e branco), na maior parte dos casos de janeiro a maio, sendo que quatro embarcações ainda operaram com esta arte em junho, e destas, duas operavam também em julho e agosto.

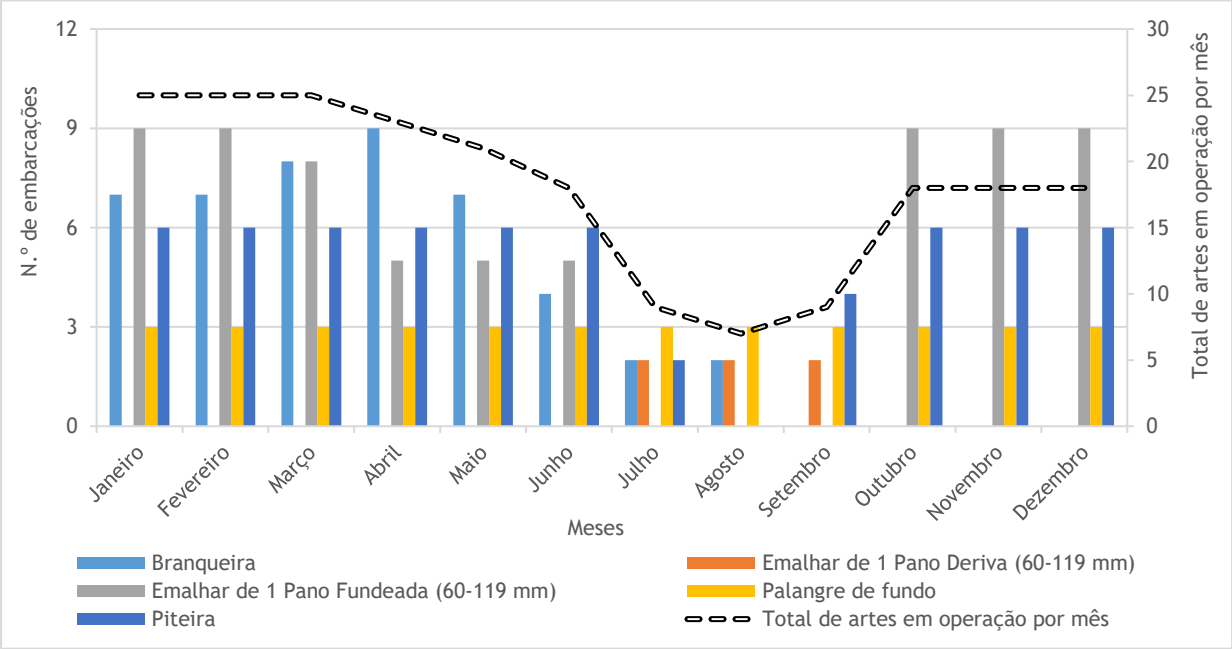
O aparelho de fundo foi utilizado por três embarcações, durante todo o ano, tendo por base dois sistemas de pesca: com anzol grande (n.^{os} 6 e 7), iscado com cavala, dirigido ao congro (nesta modalidade este aparelho foi ainda utilizado sem isco, apenas com amostras, o que não foi observado em qualquer outra comunidade piscatória) (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. XVI. 46 e LIV. IV. XVI. 50); e com anzol pequeno (n.^{os} 10 e 11), iscado com casulo, foi dirigido à enguia europeia. Salientar que neste concelho um arrais, o Sr. Pedro António Silva Dionísio, ainda pratica a antiga pesca à mão à enguia-europeia, na baixa-mar, em frente ao estaleiro naval do Talaminho (Amora), sendo o último a fazer esta pesca em todo o estuário do rio Tejo (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. XVI. 43).

A piteira, conhecida como "polveira", na Amora, foi utilizada por todas as embarcações seixalenses, durante todo o ano, com exceção do período de defeso, meses de julho e agosto (e nem sempre). É uma arte utilizada de forma complementar, apenas nas marés pequenas (ou em "águas mortas"), que são as melhores para a captura do polvo-comum (sempre que a água corre com mais força, o polvo "entoca"). É fundamental para ultrapassar os condicionalismos impostos pela medusa-do-Tejo à operação com redes, especialmente no último trimestre do ano. A maior parte dos marítimos operou com duas piteiras, com exceção de alguns que governavam as embarcações, que operaram só com uma, e a maior parte das vezes foram iscadas com tainha que capturavam nas redes. Quando não iam à pesca com redes, ou quando não capturavam tainha, iscavam com cavala, sardinha, carapau, e até com pota. A arte é constituída por uma coroa de seis anzóis, barbelados. Durante anos foi construída com madeiras de oliveira, de carrasco e de vime, mas hoje já poucos marítimos constroem piteiras com madeira da flora local, tanto do Seixal como do Barreiro, o mais comum é a aquisição de cavilhas aplainadas, em pinho, de forma arredondada, com 1 cm de diâmetro e 2,4 m de comprimento. Cada cavilha é cortada em doze partes, com cerca de 25 cm de comprimento cada, permitindo fazer doze piteiras.

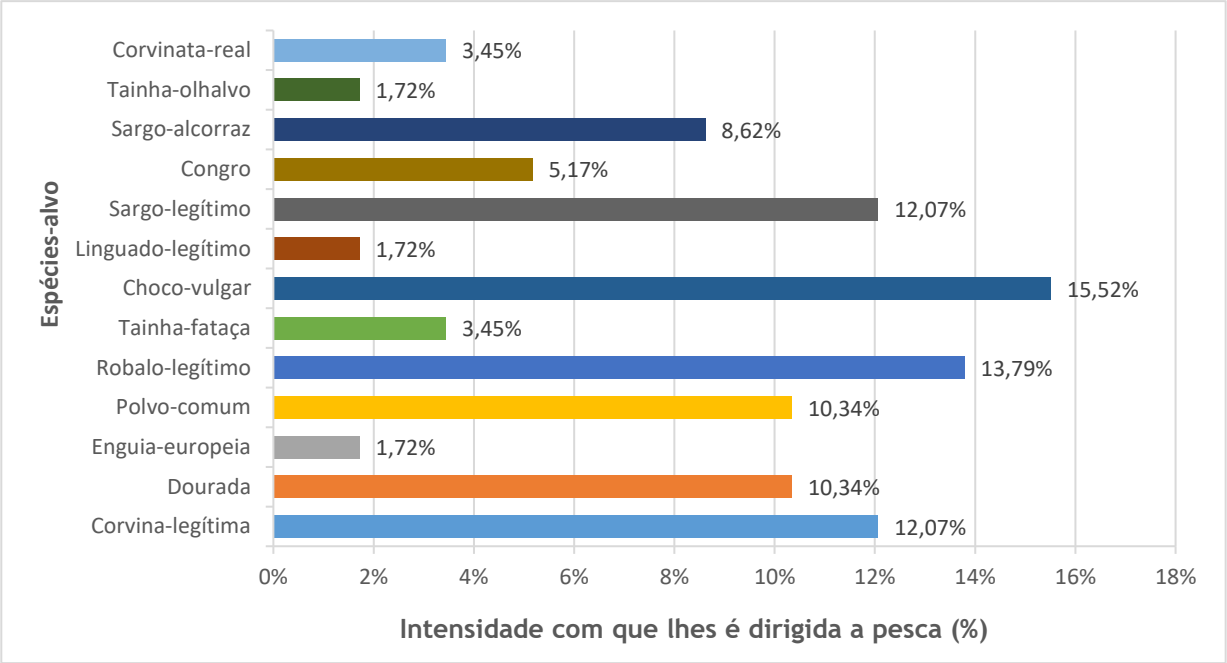
O maior número de artes de pesca em operação foi registado entre janeiro e maio, já com decréscimo neste último mês, cerca de 25 artes por mês, período enfatizado pela pescaria do choco-vulgar, como se observa no gráfico a seguir. Entre julho e setembro, devido à impossibilidade de trabalhar com redes, motivado pela presença da medusa-do-Tejo, e devido ao defeso do polvo-comum (em julho e agosto), o número de artes de pesca em operação reduziu substancialmente, passou para menos de dez artes por mês. No último trimestre do ano regista-se uma ligeira subida, para 18 artes em operação por mês, muito por via da utilização da rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, da piteira e do aparelho de anzol de fundo. Em resumo, o primeiro semestre é o principal período de pesca, e o segundo semestre apresenta uma dupla característica: os primeiros três meses são os mais fracos, é quando se regista a menor atividade piscatória neste concelho, e os segundos três meses a situação melhora, mas não chega ao nível do primeiro semestre.



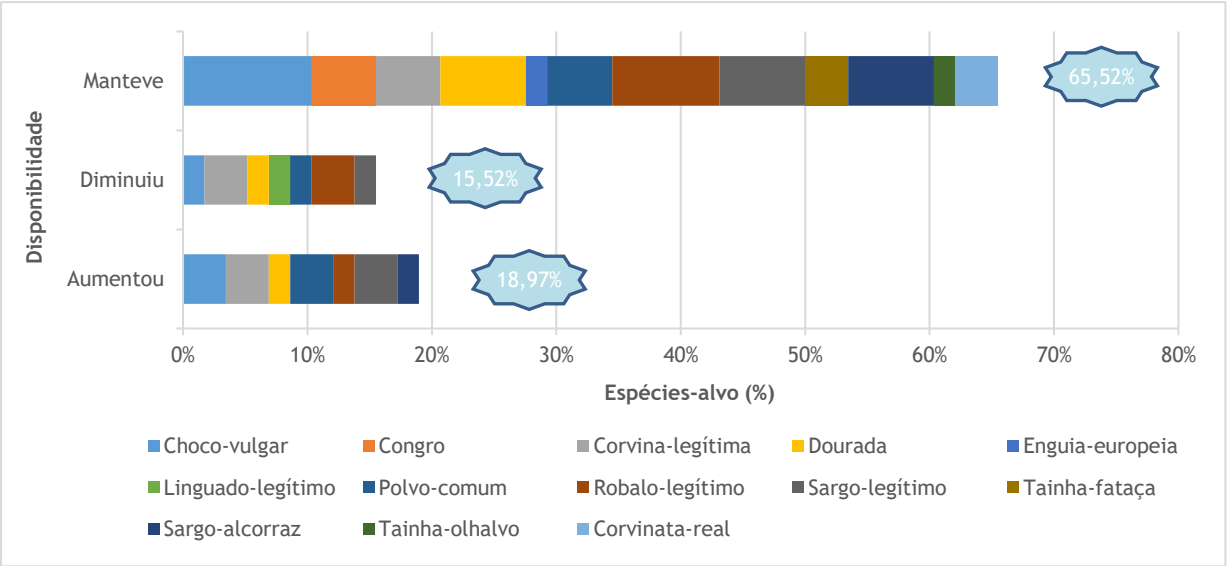




Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que o choco-vulgar (15,52%), o robalo-legítimo (13,79%), a corvina-legítima (12,07%), o sargo-legítimo (12,07%), o polvo-comum (10,34%) e a dourada (10,34%), foram destacadamente as espécies a que os marítimos seixalenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o sargo-alcorraz (8,62%), o congro (5,17%), a tainha-fataça (3,45%) e a corvinata-real (3,45%), e, de forma residual, a enguia-europeia (1,72%), o linguado-legítimo (1,72%) e a tainha-olhalvo (1,72%). O leque de espécies-alvo é relativamente grande, considerando o reduzido número de embarcações, o que se explica pelo predomínio de redes, artes menos seletivas, que permitem a captura de diversas espécies.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 65,52% dos inquiridos respondido que se manteve, 15,52% que diminuiu e 18,97% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram a corvina-legítima (3,45%), o robalo-legítimo (3,45%), o choco-vulgar (1,72%), a dourada (1,72%), o linguado-legítimo (1,72%), o polvo-comum (1,72%) e sargo-legítimo (1,72%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso do polvo-comum, por exemplo, 5,17% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve, 1,72% responderam que diminuiu e 3,45% que aumentou. No caso do choco-vulgar, 10,34% responderam que manteve, 1,72% que diminuiu e 3,45% que aumentou. No caso da corvina-legítima, 5,17% responderam que manteve, 3,45% que diminuiu e igual percentagem que aumentou. Já no caso da dourada, 6,90% responderam que manteve, 1,72% que diminuiu e igual percentagem que aumentou, e no caso do robalo-legítimo, 8,62% responderam que manteve, 3,45% que diminuiu e 1,72% aumentou. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que alguns marítimos seixalenses entendem que tem vindo a reduzir a disponibilidade de corvina-legítima e de robalo-legítimo, resposta a contraciclo face ao entendimento dos demais marítimos do Tejo.



Sobre os motivos que levaram os marítimos seixalenses a dirigir a pesca a estas espécies, a totalidade assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos ainda foram apresentadas outras motivações cumulativas: 77,78% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, e 33,33% por serem espécies das épocas. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação dos marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o posto de vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também para consumo dos próprios marítimos, e dos seus familiares e amigos.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abrótea-da-costa, besugo, bica, Cabra-cabaço (ou cabaço), cabra-vermelha, cação-liso, cações, cangulo, carapau, cavala, charroco, choupa, corvinata-real (ou peixe-rainha), faneca, língua, Linguado-da-areia, linguado-branco, Lula-vulgar, Moreia, pargo-legítimo, pata-roxa-denisa, peixe-agulha, pregado, raia-curva, raia-lenga, rascassos, solha-das-pedras (patruça), ratão, robalo-baila, rodovalho, salema, salmonete-legítimo, sarda, sardinha, sargo-safia e outros sargos, sarrajão, sável, savelha, tainha-garrento e tainha-liça.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações seixalenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, na maior parte dos casos também estão habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 19.747,15 Kg de pescado que foram comercializados por 108.495,22€. Destes, apenas 18.144,85 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, tendo sido comercializados por 104.484,30€, o que corresponde ao preço médio de 5,76€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

O choco-vulgar, de captura ancestral no rio Judeu e na Baia do Seixal, foi a espécie mais desembarcada, um total de 2.995,10 Kg, comercializados por 22.731,19€, o que corresponde ao valor médio de 7,59€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi o polvo-vulgar, um total de 2.364,10 Kg que foram comercializados por 19.491,25€, o que corresponde ao valor médio de 8,24€/Kg. Acima dos dois mil quilos ainda se observam as várias espécies de tainhas, em especial a tainha-fataça, que totalizam 2.263,70 Kg e foram comercializadas por 2.976,95€, o que corresponde ao valor médio de 1,32€/Kg, e o robalo-legítimo, com 2.239,80 Kg comercializados por 19.553,39€, o que corresponde ao valor médio de 8,73€/Kg.

A tainha-garrento foi a segunda menos desembarcada, mais foi a mais valorizada, foi comercializada ao preço médio de 1,87€/Kg. Já a tainha-fataça, que foi a mais desembarcada, foi comercializada ao preço médio de 1,45€/Kg. Entre os mil e os dois mil quilos de desembarques, destaque para a corvina-legitima, 1.755,90 Kg comercializados por 10.528,15€, a salema, uma espécie acessória, 1.755,90 Kg comercializados por 10.528,15€, as várias espécies de sargos, em especial o legítimo e o alcorraz, num total de 1.172,80 Kg comercializados por 5.948,71€, o que corresponde ao valor médio de venda de 5,07€/Kg, e o charroco, outra espécie acessória, 1.076,10 Kg comercializados por 1.189,51€. Abaixo dos mil quilos, salientar os desembarques de 991,20 Kg de congro comercializados por 2.907,19€, os 894,80 Kg de dourada comercializados por 10.261,02€, e, ao nível das raias, os 150,60 Kg de raia-curva vendidos por 751,02€ e os 102,25 Kg de raia-lenga comercializados por 446,97€.

Foram desembarcadas muitas outras espécies, a maior parte sem relevância estatística, mas muitas delas apresentam um elevado valor comercial, nalguns casos acima dos 15€/Kg. No topo da lista estão os salmonetes, comercializados ao valor médio de 19,50€/Kg (o salmonete-legítimo atingiu o valor médio de 21,67€/Kg), seguindo-se o pargo-legítimo ao preço médio de 19,31€/Kg, o pregado ao preço médio de 19,12€/Kg, a enguia-europeia ao preço médio de 15,50€/Kg e, por fim, o rodovalho ao preço médio de 15,32€/Kg.

Estes dados foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local seixalenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não comtemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abrótea-da-costa	21,75	92,61 €	4,26 €

Besugo	19,65	133,45 €	6,79 €
Bica	4,20	54,42 €	12,96 €
Cabra-cabaço	1,20	13,92 €	11,60 €
Cabra-vermelha	2,60	6,37 €	2,45 €
Cação-liso	11,20	64,96 €	5,80 €
Cações	24,50	175,68 €	7,17 €
Cangulo	30,50	123,57 €	4,05 €
Carapau	28,50	47,92 €	1,68 €
Cavala	24,90	25,38 €	1,02 €
Charroco	1 076,10	1 189,51 €	1,11 €
Choco-vulgar	2 995,10	22 731,19 €	7,59 €
Choupa	74,40	180,37 €	2,42 €
Congro	991,20	2 907,19 €	2,93 €
Corvina-legitima	1 755,90	10 528,15 €	6,00 €
Corvinata-real	173,20	387,79 €	2,24 €
Dourada	894,80	10 261,02 €	11,47 €
Enguias	2,90	44,95 €	15,50 €
Faneca	9,30	37,65 €	4,05 €
Língua	2,50	11,38 €	4,55 €
Linguado-da-areia	18,00	154,44 €	8,58 €
Linguado-legítimo	155,90	2 220,07 €	14,24 €
Linguados	59,20	936,81 €	15,82 €
Lula-vulgar	0,50	8,90 €	17,80 €
Moreia	10,00	31,76 €	3,18 €
Pargo-legítimo	35,10	677,93 €	19,31 €
Pata-roxa-denisa	2,00	2,10 €	1,05 €
Peixe-agulha	10,80	10,90 €	1,01 €
Polvo-vulgar	2 364,10	19 491,25 €	8,24 €
Pregado	13,90	265,80 €	19,12 €
Raia-curva	150,60	751,02 €	4,99 €
Raia-lenga	102,25	446,97 €	4,37 €
Rascassos	11,50	155,26 €	13,50 €
Ratão	22,10	12,50 €	0,57 €
Robalo-baila	93,10	475,38 €	5,11 €
Robalo-legitimo	2 239,80	19 553,39 €	8,73 €
Rodovalho	28,60	438,20 €	15,32 €
Salema	1 216,10	739,65 €	0,61 €
Salmonete-legitimo	5,20	112,68 €	21,67 €
Salmonetes	1,60	31,20 €	19,50 €
Sarda	13,40	14,51 €	1,08 €
Sargo-alcorraz	395,80	856,82 €	2,16 €
Sargo-legítimo	746,30	4 952,72 €	6,64 €
Sargos	2,60	28,67 €	11,03 €
Sargo-safia	28,10	110,50 €	3,93 €
Sarrajão	7,70	7,20 €	0,94 €
Sável	2,50	3,25 €	1,30 €
Tainha-fataça	1 499,40	2 174,70 €	1,45 €
Tainha-garrento	18,50	34,66 €	1,87 €
Tainha-liça	9,10	5,41 €	0,59 €
Tainha-olhalvo	372,70	418,14 €	1,12 €
Tainhas	364,00	344,04 €	0,95 €
Somatório	**18 144,85**	**104 484,30 €**	**5,76 €**

TABELA 15 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Seixal no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.

Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, a despesa totalizou 73.815,00€, assim distribuídos: 40.640,00 € (55,06%) com combustível para as embarcações, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM; 12 850,00 € (17,41%) com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra; 7.695,00 € (10,42%) com despesa direta ou indireta com deslocações para venda do pescado em lota; 6.470,00 € (8,77%) com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo a reparação regular do(s) motor(es) (não inclui investimentos em novo motores); 4.900,00 € (6,64%) com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas; 1.170,00 € (1,59%) com aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.; e 90,00 € (0,12%) com a aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considerou o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável), como se observa na tabela a seguir.

Não podemos deixar de notar que mais metade deste valor foi gasto com combustível para as embarcações, e uma parcela importante foi consumida, direta ou indiretamente, com deslocações para venda de pescado em lota. É nestes dois centros de custos que mais reformas haveria a fazer tendo em vista a redução dos custos de operação, a começar por reduzir os custos com combustível, através da implementação de uma política pública de subsidiação à alteração de motores, ou aplicando a isenção ou as taxas reduzidas do ISP (imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos) à gasolina, combustível utilizado pela totalidade das embarcações em operação neste concelho, e, ao mesmo tempo, reduzir os custos de deslocação à lota, através da implementação local de um centro de recolha de pescado, sob gestão da Docapesca - Portos e Lotas, S. A., para tornar a atividade mais dinâmica, atrativa e rentável. Importa salientar que o investimento em aquisição e recuperação de artes e na manutenção da embarcação e dos equipamentos a bordo, foi de apenas 26,17%, o que revela o desequilíbrio estrutural da atividade. Esta despesa foi realizada no território concelhio, contribuiu para dinamizar a economia local, pelo que também por isso esta atividade deveria ser mais valorizada.

Custos operacionais da atividade piscatória seixalense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	12 850,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	7 695,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	1 170,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	6 470,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	4 900,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	40 640,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	90,00 €
Somatório	**73 815,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento, das marés (se

o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam, como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

O arrais da única embarcação da Amora, nas deslocações de ida e volta aos pesqueiros onde opera com branqueira, tresmalho de fundo, e com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, demora entre 30 e 60 minutos, o que baliza a sua atividade ao rio Judeu, Ponta dos Corvos (ou Praia do Alfeite), Praia do Barreiro, para a rede branqueira, e a Sul do Mar da Palha, para a rede de emalhar de um pano. Na operação com piteira, o tempo de deslocação de ida e volta varia entre 75 e 90 minutos, o que permite delimitar a zona de pesca ao Bugio.

No caso dos proprietários das embarcações da Baía do Seixal, que ficam amarradas ao cais em frente à antiga Casa dos Pescadores do Seixal, na deslocação de ida e volta aos pesqueiros onde operam com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, demoram entre 5 e 100 minutos, o que permite delimitar a zona de operação ao rio Judeu e a toda a Baia do Seixal, e ainda ao Mar da Palha, desde Cacilhas até à Ponte Vasco da Gama. Para operarem a mesma rede, na modalidade de deriva, demoram entre 50 e 90 minutos, o que delimita a operação ao Mar da Palha, desde o Terreiro do Paço até à Ponte Vasco da Gama. Na deslocação de ida e volta para os pesqueiros onde operam com branqueira demoram entre 5 e 100 minutos, o que permite balizar a sua atividade a todas as zonas mais próximas de terra desde a Ponta dos Corvos (ou Praia do Alfeite) até Alcochete, incluindo todos os canais, esteiros e pequenas reentrâncias na zona ribeirinha da margem sul, o que incluiu Rio Judeu, rio Coina, Canal da Moita/Alhos Vedros, Canal do Montijo, Canal do Samouco, e canal de Alcochete. Nas deslocações de ida e volta para os pesqueiros onde operam com aparelho de fundo demoram entre 30 e 100 minutos, o que permite delimitar a atividade ao Mar da Palha, desde o Terreiro do Paço até montante da Ponte Vasco da Gama. Nas deslocações de ida e volta para os pesqueiros onde operam com piteira demoram entre 65 e 100 minutos, o que permite delimitar a atividade para jusante da Ponte 25 de Abril, até frente a Paço de Arcos.

Estes dados evidenciam que a frota seixalense opera em todo o estuário, desde a montante da Ponte Vasco da Gama até à frente de Paço de Arcos, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Amora	**30,00**	**39,00**	**75,00**	**60,00**	**66,00**	**90,00**
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Piteira	75,00	75,00	75,00	90,00	90,00	90,00
Branqueira	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Baía do Seixal	**5,00**	**30,19**	**70,00**	**40,00**	**73,02**	**100,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	50,00	50,00	50,00	90,00	90,00	90,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	5,00	24,41	40,00	40,00	68,34	100,00
Piteira	65,00	68,00	70,00	90,00	94,00	100,00
Branqueira	5,00	24,15	40,00	40,00	66,25	100,00
Palangre de fundo	30,00	35,00	40,00	90,00	95,00	100,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do

subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações almadenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 438 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 1812 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de trabalho é quatro vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias de vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
180 (15 dias * 12 meses)	240 (20 dias * 12 meses)	201 (17 dias/mês)	1812	10	95	48,67	438

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica (que só tem acesso por terra) apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, quer seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Ainda existem as situações dos proprietários de mais do que uma embarcação de pesca local, que realizam rol coletivo, mas apenas operam com uma delas em cada maré, pelo que, no dia em que fazem vendas numa, não as fazem em outra maré, situação que os lesa no acesso a apoios para substituição de motores, e que devia ser corrigida, atribuindo, apenas para esse efeito, e se necessário, os mesmos dias de venda às embarcações de pesca local do mesmo proprietário.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que se não lhe reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

E como se isso não fosse suficientemente lesivo aos interesses dos proprietários, ainda encontram outros obstáculos em formalidades desnecessárias e pouco consentâneas com uma boa administração pública, e altamente perturbadoras dos seus direitos. Estas comunidades piscatórias estão afastadas dos dois portos mais próximos autorizados para o desembarque de pescado, as lotas da Costa da Caparica e de Setúbal, a que só têm acesso por terra, e o Posto de Vendagem da Trafaria, a que têm acesso pelo estuário. Neste último caso, o tempo necessário para operação, conjuntamente com a dinâmica do ciclo das marés, e com os problemas de assoreamento no acesso à jangada na frente ribeirinha da Amora, inviabilizam o transporte. Para fazerem o transporte mais rápido, e ao mesmo tempo gastarem menos dinheiro (e mesmo assim ainda têm de pagar portagens), os marítimos optam por o fazer por terra (os carros de transporte de pescado são a gasóleo), para a Costa da Caparica e para a Trafaria. Como a lei determina que o pescado fresco tem obrigatoriamente de ser entregue na lota correspondente ao porto de descarga, e estas comunidades não têm porto de descarga, e pelo estuário não é viável a entrega na Trafaria, no transporte por terra estes marítimos ainda estão sujeitos à ação fiscalizadora e sancionadora da Guarda Fiscal (GNR), que não poucas vezes os autua e lhes apreende o pescado. Curiosamente, a lei também prevê que em circunstâncias relacionadas com as características técnicas das embarcações em determinadas comunidades piscatórias, que "(…) *acarretem excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima, pode o membro do Governo responsável pelo sector das pescas, por portaria, adoptar medidas específicas relativas ao regime da primeira venda de pescado*" (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, art.º 1.º). Neste âmbito, a inação reguladora do Estado, em contraste com a sua assertividade fiscalizadora, é um flagelo social e mental para os marítimos, que dizem sentir-se ladrões a fugir à Polícia, e, também é altamente lesivo dos seus interesses económicos.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que a totalidade das embarcações do concelho do Seixal operaram durante os doze meses (ano inteiro). Também os inquirimos sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, e automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho do Seixal dedicam em média 8h44m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 12 horas por dia, e no mínimo 5 horas por dia, como se observa na tabela a seguir. Tanto o valor mais baixo, de cinco horas, como o valor mais alto, de doze horas, foram registados na comunidade piscatória da Baía do Seixal, mas o maior valor médio, de nove horas, foi alcançado na comunidade da Amora, o que se explica por aí existir apenas uma embarcação de pesca.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DO SEIXAL	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA BAÍA DO SEIXAL	5	8,38	12
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA AMORA	9	9	9
TOTAL GERAL - CONCELHO DO SEIXAL	5	8,44	12

As horas de trabalho em dia de faina são muito significativas para uma atividade que requer grande exigência física. No entanto, como já verificámos anteriormente, há muitos dias em que não operam, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu mau tempo, sendo que 22,22% ainda acrescentaram as situações em que sentem que não há peixe e, outros tantos, situações de doença, e 11,11% ainda referiram quando têm as embarcações a reparar e, outros tantos, quando as marés não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré", como se observa na tabela a seguir. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos do Seixal encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
I	0,00%	55,56%	55,56%
I,II	0,00%	11,11%	11,11%
I,III,IV	0,00%	11,11%	11,11%
I,IV,V	11,11%	0,00%	11,11%
I,V	0,00%	11,11%	11,11%
TOTAL	11,11%	88,89%	100,00%

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Embarcação a reparar; (iii) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (iv) Falta de peixe; (v) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do Seixal sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial, nomeadamente da corvina-legitima, devido a alterações do clima, tendo 77,78% respondido que não, e apenas 22,22% respondido que sim, como se observa na tabela seguinte.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
NÃO	11,11%	66,67%	77,78%
SIM	0,00%	22,22%	22,22%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Uma vez mais, os marítimos que responderam que não observam alterações, fazerem-no porque dizem que sempre existiram alterações, e que já estão habituados a lidar com as oscilações dos períodos de captura, e que isso nada tem que ver com a ação humana, mas sim com a ação ancestral do clima. Neste concelho, apenas um arrais estabeleceu uma relação objetiva entre as alterações verificadas no período de captura das espécies migradoras e as alterações climáticas, concluindo que na última década as oscilações são de cerca de um mês, quer para mais cedo, quer para mais tarde, na entrada dos migradores no estuário.

II.5.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No concelho do Seixal existem diversas associações de pesca lúdica, na vertente de lazer, desportiva e turística, nomeadamente a Associação Caça e Pesca de Almada e Seixal e o Grupo de Pesca "Os Abençoados", dirigido por Joaquim Casaca, também de pesca submarina, como a Associação Náutica do Seixal, que ocupa as instalações da antiga Casa dos Pescadores do Seixal, mas não existe nenhuma organização que tenha como missão a pesca profissional.

Questionados os arrais deste concelho sobre se estão inscritos numa associação de pescadores, 88,89% responderam que não, e os demais 11,11% referiram ser sócios da AAPCS - Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul (Sesimbra), constituída em 1986 com o objetivo de apoiar os armadores de pesca. A desilusão com as associações de pesca é enorme, tendo a totalidade dos arrais respondido que estas organizações não têm uma função relevante, não contribuem para a melhoria da atividade nem para os ajudar a ultrapassar os problemas quotidianos no âmbito da gestão e organização da atividade, e por isso não pretendem se inscrever como sócios.

Quando questionados em relação ao desempenho das instituições que regulam e fiscalização a atividade piscatória, o desalento atinge níveis idênticos, tendo 33,33% respondido não estar nada satisfeitos e 66,67% respondido estar pouco satisfeitos, como se observa na tabela a seguir. Nenhum marítimo alega sequer estar minimamente satisfeito, e face ao passado não creem que possam algum dia vir a estar muito satisfeitos. Dizem de forma unânime que estas instituições nunca mostraram interesse em melhorar a atividade no estuário do rio Tejo: nem os recebem ou apresentam soluções para as suas queixas, ignoram as suas lamentações, e nunca lhes perguntaram sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca. De forma unânime, referiram que os pescadores deviam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, solução que encontram para ultrapassar a falta de diálogo que existe entre os pescadores e as instituições.

COMO AVALIA O DESEMPENHO GLOBAL DAS INSTITUIÇÕES QUE REGULAM E FISCALIZAÇÃO AS PESCAS? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
NADA SATISFEITO	0,00%	33,33%	33,33%
POUCO SATISFEITO	11,11%	55,56%	66,67%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Quanto às questões de segurança, e sobre a segurança a bordo, a unanimidade dos arrais inquiridos indicou que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Sobre a segurança na navegação, apenas 11,11% indicaram que existem alguns acidentes na pesca no estuário, e 88,89% indicaram que não. Sobre a questão da segurança de pessoas e bens, indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo a totalidade respondido que isso acontece muito frequentemente, o que revela ser uma questão preocupante, e que provavelmente seria mitigada caso estes marítimos deixassem de partilhar o cais sob gestão do Clube Náutico e passassem a ter um cais de pesca próprio.

Sobre a religiosidade, 77,78% dos arrais inquiridos não perfilam qualquer ligação religiosa, crença ou fé, apostando mais na tecnologia e conhecimento no quotidiano, e os demais 22,22% são devotos de São Pedro, como se observa na tabela a seguir. Podemos observar como padrão que são os arrais de maior idade, mais ligados à história e à cultura, que ainda carregam em si toda a tradição da pesca seixalense, e recordam com emoção os tempos áureos e os momentos menos positivos, que mais apresentam crença e fé em algo maior que os protege no estuário.

É DEVOTO DE UM SANTO A QUEM PEDE ENQUANTO ANDA NO MAR? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
NÃO	11,11%	66,67%	77,78%
SIM - SÃO PEDRO	0,00%	22,22%	22,22%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

II.5.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca perdidas ou abandonadas pelos pescadores têm uma ação lesiva às espécies marinhas, motivo pelo qual questionámos os arrais sobre a intensidade com que perdem artes na faina, e 55,56% responderam que perdem, dos quais 44,44% algumas vezes e 11,11% frequentemente, e 44,44% responderam que nunca perdem, ou, se perdem, quase sempre as recuperam. Apesar do baixo valor de artes perdidas, quando comparado com outras zonas de pesca, neste concelho as principais pescarias são efetuadas com redes, que quando perdidas são muito lesivas.

Ainda neste âmbito, para percebermos as principais prioridades, indagámos os arrais sobre o que mais os preocupava quando ocorria perda de artes, tendo 22,22% manifestado apenas preocupações económicas, e 77,78% demonstrado preocupações económicas, quer pela aquisição de novas artes, quer pelos danos que as artes perdidas podem fazer nos motores e nas embarcações, ambientais e ecológicas, pelos danos no ecossistema, como se observa no quadro a seguir.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
I	11,11%	11,11%	22,22%
I,II	0,00%	66,67%	66,67%
I,II,III	0,00%	11,11%	11,11%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter de se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico).

Apenas 11,11% dos inquiridos têm receio de que as artes perdidas possam vir a provocar danos nos motores e nas embarcações, como se observa no quadro anterior. Apesar do valor baixo, que sugere pouca incidência deste tipo de problemas, a verdade é que numa tarde, durante a realização do trabalho de campo, o arrais de pesca local José Carlos Machado da Conceição, proprietário e armador da embarcação "Roger", registo n.º TR-1605-L, danificou o alador, que deixou de funcionar, aquando da recolha de redes enredadas num pneu de grande dimensão e peso, que tinha grandes amarras (cordas), que o obrigaram a cortar as redes e os cabos para as conseguir alar manualmente para bordo. A enorme quantidade de casca de ostra e a muita alforreca também ajudou para o maior peso das redes, e o pneu, que não conseguiu puxar para dentro da embarcação, deixou-o ficar no fundo do rio, transportando para terra as amarradas, que já não foram coisa pouca (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n. ^{os} LIV. IV. XVI. 20 e LIV. IV. XVI. 21).

Ao contrário do que acontecia no tempo dos tapa-esteiros, em que os marítimos iam "aviados" para o rio, neste momento nenhum arrais confeciona alimentos a bordo, nem os leva já preparados de terra para consumir a bordo, e só muito raramente levam lanche, o que decorre de uma gestão mais eficaz do processo de pesca em função das marés, que consiste na permanência de pequenos períodos dentro de água, os exatos momentos em que podem maximizar as capturas. O que se tornou possível devido à modernização de motores e embarcações, e à adoção de maquinaria evoluída e tecnologia.

Também fruto da mudança dos tempos, especialmente devido à maior valorização do peixe, atualmente já não é feita a preparação de pescado nas embarcações no espelho de água ou junto ao cais, ou seja, o pescado deixou de ser vendido localmente, é entregue nas lotas da Trafaria e da Costa da Caparica que não exigem que o peixe seja preparado. Apenas preparam na embarcação, junto ao cais, peixe para seu consumo ou para darem a quem por ali se aproxima, exatamente à espera que lhe seja dado "*um peixito*", e para isso até ajuda os arrais a transportar o pescado do cais até às carrinhas, o que não sendo possível quantificar, verificámos que apenas ocorre ocasionalmente, quando capturam exemplares que não têm valor em lota, ou quando observam peixes ainda bons para comer, mas que sabem que à partida seriam rejeitados em lota. Dos poucos peixes amanhados junto aos cais, os resíduos servem para alimentar as gaivotas e um corvo-marinho que aqui ficou residente (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografia n.º LIV. IV. XVI. 36). No essencial, o peixe com valor é entregue em lota.

Sobre a substituição dos óleos, a totalidade dos arrais respondeu que retiram as embarcações da água para fazer a substituição em seco, e sobre o destino que dão aos óleos usados, 11,11% entrega em empresa privada para reciclagem, 44,44% guardam os óleos usados para utilizações domésticas,

essencialmente na conservação de madeira, e 44,44% colocam em depósitos de resíduos sólidos urbanos, como se observa no quadro a seguir.

O QUE FAZ AOS OLEOS USADOS? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
COLOCA EM DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	11,11%	33,33%	44,44%
ENTREGA A EMPRESA PRIVADA PARA RECICLAGEM	0,00%	11,11%	11,11%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	0,00%	44,44%	44,44%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Sobre a frequência com que os arrais apanham resíduos na faina, 33,33% respondeu algumas vezes, 33,33% frequentemente e 33,33% muito frequentemente, como se observa no quadro seguinte, o que não é um cenário favorável da poluição no fundo do estuário do rio Tejo.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
ALGUMAS VEZES	0,00%	33,33%	33,33%
FREQUENTEMENTE	11,11%	22,22%	33,33%
MUITO FREQUENTEMENTE	0,00%	33,33%	33,33%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

Sobre os tipos de resíduos que os marítimos apanham nas artes, 88,89% respondeu plásticos diversos, seguidos de outros resíduos, como metal, madeiras, produtos de higiene, materiais mistos e pedaços de artes de pesca, como se observa no quadro a seguir.

QUAIS OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS ARTES DE PESCA? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
I	0,00%	11,11%	11,11%
II,III	0,00%	22,22%	22,22%
II,III,IV	11,11%	0,00%	11,11%
II,III,V,VI	0,00%	11,11%	11,11%
III	0,00%	33,33%	33,33%
III,IV	0,00%	11,11%	11,11%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

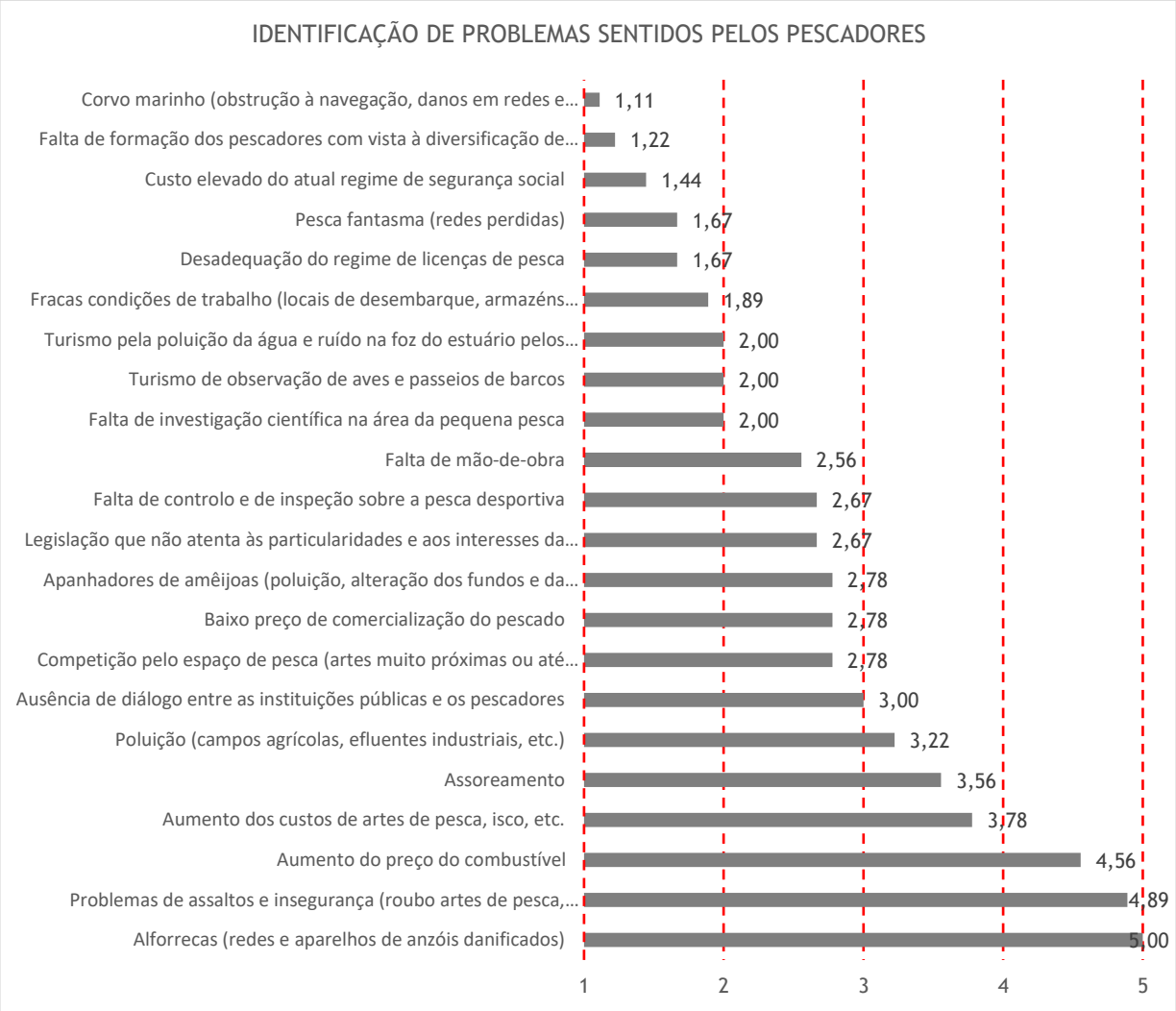
Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) produtos de higiene; (v) materiais mistos; (vi) pedaços de artes de pesca.

Sobre o destino que os arrais dão a esses resíduos, 66,67% devolve-os ao estuário, e os demais 33,33% trazem para terra, caso as suas embarcações o possibilitem, mas deixam onde lhes for possível (por ausência de contentores de resíduos urbanos), como se observa no quadro a seguir.

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	AMORA	BAÍA DO SEIXAL	TOTAL
LANÇA-OS NOVAMENTE À ÁGUA	11,11%	55,56%	66,67%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ABANDONA ONDE FOR POSSÍVEL	0,00%	33,33%	33,33%
TOTAL	**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**

II.5.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais do Seixal sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são as alforrecas (redes e aparelhos de anzóis danificados), os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), o aumento do preço do combustível, o aumento dos custos de artes de pesca e isco, o assoreamento, a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), e a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Os arrais seixalenses têm nas alforrecas, e também nas alfaces, os maiores condicionalismos à sua atividade, o que se justifica por nos últimos tempos terem vindo a aumentar a presença destas espécies nas suas zonas de pesca, e, cumulativamente, operarem maioritariamente com redes. Apenas dois arrais, um deles proprietário de duas embarcações, operam com aparelho de anzol, e nem sequer

o faz de forma exclusiva. As alfaces já cobrem quase todo o fundo do Rio Judeu na baixa-mar, e as alforrecas são tantas que partem as redes, com o peso, juntamente com resíduos diversos que estão a poluir o fundo do rio, e vêm agarrados às malhas.

Sobre os problemas de assaltos e insegurança, os arrais reportam furtos de combustível e de motores, no cais de pesca, furtos de pescado e danos em artes de pesca, na zona do Mar da Palha. O arrais José Manuel Jesus, um dos mais antigos em atividade no Seixal, referiu que só no ano de 2018 lhe furtaram dois motores. Alegam que os furtos de pescado, que estão geralmente associados a danos em artes de pesca, resultam em parte da obrigatoriedade de terem de colocar boias sinalizadas com equipamento LED, que ligam durante a noite e desligam durante o dia, porque esses sinalizadores náuticos são um "*chamariz aos gatunos*" que assim conseguem identificar as boias e roubar o peixe. No entanto, reconhecem que esses sinalizadores são fundamentais para sinalizar à navegação a localização das artes, e evitam que os outros arrais larguem as redes em cima das redes já existentes, porque quando isso acontece, as redes ficam "*embaraçadas*" e muitas vezes têm de ser cortadas e perdem-se.

Relacionado com os problemas de assaltos e insegurança, parece estar, aos olhos dos arrais, a atividade ilegal de apanha de amêijoa-japonesa com recurso a ganchorra a reboque de embarcação, e a pesca lúdica. Quanto à apanha de amêijoa, criticam a inércia das autoridades, e dizem que "*os apanhadores estão a remexer o fundo do rio e que isso levanta a poluição aí existente e acaba com a comida dos peixes, e sem comida os peixes não entram no estuário*". Acusam os mariscadores de lhes roubarem o peixe e de lhes cortarem as redes, para não terem o trabalho de desemalhar o peixe, e os que andam a operar com ganchorra a reboque de embarcação, nem se dão ao trabalho de desviar das redes, passam-lhe por cima e partem-nas. De acordo com os arrais, a camarinha, os caranguejos de casca mole e de casca rija, a minhoca, o casulo e o ganso, que serviam de alimento os peixes, foram amplamente destruídas pela atuação da apanha de amêijoa-japonesa com ganchorra a reboque de embarcação.

A pesca lúdica é também muito criticada, não só pelo suposto furto de peixe, mas também, e sobretudo, por vários pescadores lúdicos andarem a fazer pesca profissional, motivo pelo qual os consideram rivais. Dizem que nesta zona é muito intensa a pesca lúdica do choco, e que isso está a ter consequências. De acordo com os arrais, há cerca de quinze anos num bom dia de pesca apanhavam cerca de cem quilos de choco, e nos dias menos bons apanhavam cerca de 15 Kg de choco, que atualmente não excedem em dias razoáveis.

O assoreamento é também um problema, em especial para o arrais da comunidade piscatória da Amora, que por esse motivo está praticamente extinta. O fim dos moinhos de maré do Seixal terá sido decisivo para o assoreamento do Rio Judeu, porque enquanto funcionaram, os canais eram mais profundos.

Quanto à ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, consideram complexa e excessiva a burocratização do processo de renovação das licenças de pesca. Defendem, por isso, o processo de desmaterialização das licenças de pesca. Defendem, igualmente, que deveriam ser as entidades públicas, DGRM, Capitania do Porto de Lisboa e Segurança Social, a fazer comunicação de dados internamente. Defendem, também, que quando não alteram qualquer dado de registo de ano para ano, que é o mais comum acontecer, apenas deveriam ter de pagar a renovação da licença, e dever-lhes-ia ser dada a possibilidade de pagar através do multibanco. Não compreendem o motivo de todos os anos terem de apresentar um número apreciável de papéis em vários organismos públicos, quando nada mudam na atividade.

Acerca da inscrição de marítimos, mostram-se contra o sistema atual. Na sua opinião, o facto de não poderem levar os filhos e netos à pesca é a causa da decadência abrupta da atividade. Justificam que como não podem levar os filhos e os netos na embarcação para verem pescar, para aprenderem a "*criar o bichinho*", eles não se interessam pela pesca. Se não aprendem a ver fazer, não se sentem atraídos para a pesca. Consideram que são as atuais regras da pesca que afastam os mais novos, referindo-se nesse aspeto à validade do sistema que vigorou durante o Estado Novo. Alertam que se começa a comprar tudo feito e que se está a perder o saber de fazer redes, e de entralhar redes, exatamente porque o saber não está a ser passado de geração em geração, e também porque é mais dispendioso fazer redes do que as comprar feitas, seguindo a pesca o padrão de toda a sociedade.

Sobre as artes de pesca, defendem que a malha de rede de 80 mm permitida para a pesca ao choco de março a junho deveria ser revista, porque nos meses de maio a junho já só existe choco pequeno que esta malha não apanha. Reclamam poder trabalhar com malha de 60 mm na época do choco. Também reclamam da pesca excessiva no canal da embocadura.

Neste concelho uma parte significativa dos arrais desenvolve outras atividades económicas, e muitas vezes têm dificuldade em comprovar à DGRM o exercício regular da atividade através de valores de venda de pescado em lota (Docapesca), nos termos do Despacho n.º 14694/2013 (Diário da República n.º 173, II Série, de 29 de julho de 2003).[88] Defendem, por isso, a criação de um regime para os pescadores que se dedicam à pesca a tempo inteiro, e outro regime para os pescadores a tempo parcial.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", uma proposta de um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, contribuidor para a sustentabilidade ambiental e ecológica do meio e dos recursos e socioeconómica da pesca local. Um total de 55,56% dos arrais responderam favoravelmente, e apenas 44,44% dos arrais não mostraram interesse, como se observa no quadro seguinte.

Os arrais que responderam favoravelmente fizeram-no na perspetiva de que ao eliminar os intermediários iriam valorizar o pescado, e isso iria permitir fazer chegar à população local e regional, um produto de excelente quantidade a bom preço, para permitir o seu consumo. No oposto, os que responderam de forma negativa, não estão disponíveis para partilhar com os demais o que apanham, porque dizem que no dia a seguir "*estão lá todos*", e consideram que é na lota que o peixe é mais valorizado, ainda que a sua principal oposição à ideia resida no facto de não acreditaram na capacidade de gestão dos da sua classe, e também por desconfiarem do seu carácter. Como respondeu um arrais: "*desconfio das pessoas que ficassem à frente da cooperativa, porque o dinheiro desparece. Assim na lota é melhor, entrego o peixe e pagam-me, eu não tenho problemas com a venda nem com o receber o dinheiro*".

A segunda estratégia, uma proposta de flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pequena pesca uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhe permita o uso de diferentes tipos de artes, recebeu a aprovação de 55,56% dos arrais, tendo os demais 44,44% respondido desfavoravelmente, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma favorável tinham em mente um sistema mais equitativo, em que todos pudessem dispor das mesmas artes para trabalhar, ou seja, todos tivessem a mesma igualdade de oportunidades. No oposto, os arrais que responderam de forma desfavorável são os que possuem mais artes e/ou artes especiais, e fizeram-no porque, como o disseram, "*o que valoriza os barcos são as licenças que têm", e se todos tiveram as mesmas licenças "valiam todos o mesmo*", o que não era aceitável.

A terceira estratégia, apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após regulamentada, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca, mereceu a concordância de apenas 33,33% dos arrais, tendo os demais 66,67% respondido desfavoravelmente, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma favorável entendem que é uma boa oportunidade para momentos em que a pesca esteja fraca, o que pode acontecer por vicissitudes várias, por exemplo, aquando da invasão as alforrecas, mas salientando que é exatamente no verão que a pesca é mais forte, em torno da pesca do choco, da corvina e da dourada. Foram os arrais mais jovens que responderam de forma positiva, com exceção de um arrais, que já tem bastante experiência, e que concordou com a ideia porque dessa forma podia fugir à dureza da pesca (a embarcação não tem alador) e ao mesmo tempo podia transmitir a quem quisesse saber mais sobre o rio, e sobre as atividades do rio, tudo aquilo que aprendeu ao longo da vida, e assim continuar a ganhar a vida.

No oposto, os arrais que responderam de forma negativa entendem que o "*turismo é para os turistas, e a pesca é para os pescadores*", não "*querem misturas*", porque receiam que a pesca turismo possa ser mais uma concorrente da pesca profissional. Para além disso, uma parte dos arrais diz não ter perfil para isso, diz não gostar de "*pessoas chatas*", e uma minoria disse que as suas embarcações não têm condições para realizar a atividade, ou são demasiado pequenas, ou não têm bom aspeto, por serem embarcações de trabalho, e não dispõem de recursos para fazerem a sua reabilitação.

A quarta e última estratégia, sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, de forma que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social,

[88] Fórmula: V = (T – 1) × 12 × OMN. Significado: T — número mínimo obrigatório de tripulantes, superior a um; OMN — ordenado mínimo nacional.

um total de 77,78% respondeu favoravelmente, e apenas 22,22% responderam que não, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam favoravelmente, consideram que era justo e correto que o trabalho de retaguarda em terra, fosse considerado como trabalho efetivo no mar, e, consequentemente, que fosse permitido a essas pessoas fazerem os descontos para a Segurança Social, para um dia mais tarde poderem ter uma reforma. A sua resposta foi emitida no sentido geral, em especial considerando a realidade da pesca costeira, porque em relação à especificidade da pesca no estuário do rio Tejo indicaram que a rentabilidade é mínima, e não permite ter pessoas apenas a fazer os trabalhos de terra, que têm de ser os próprios arrais a fazer nos tempos em que não podem ir ao rio. No oposto, os arrais que responderam desfavoravelmente entendem que a atividade não permite pagar a pessoas para fazerem apenas os trabalhos de terra, pelo que "nem vale a pena falar no assunto".

Estratégia de dinamização comercial		Amora	Baía do Seixal	Total
O Cabaz do Tejo		**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**
	Não	11,11%	33,33%	44,44%
	Sim	0,00%	55,56%	55,56%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**
	Não	11,11%	33,33%	44,44%
	Sim	0,00%	55,56%	55,56%
Pesca turismo		**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**
	Não	11,11%	55,56%	66,67%
	Sim	0,00%	33,33%	33,33%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**11,11%**	**88,89%**	**100,00%**
	Não	0,00%	22,22%	22,22%
	Sim	11,11%	66,67%	77,78%

GRUPO III

Comunidades da foz

(Municípios de Lisboa, Oeiras e Almada)

III. COMUNIDADES DA FOZ

Foi com a viragem do século, e sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, que as pessoas começaram a usufruir dos benefícios dos ares e banhos de mar. As populações ao redor do Tejo dispunham de muitas e boas praias, de águas tépidas e em estado puro. Lisboa viria a crescer, o rio a poluir-se, e sobravam as aprazíveis praias da margem sul, como a praia da Trafaria, tida como "*a menina dos lisboetas*" (Soares, 1976, p. 4). Começaram as carreiras fluviais entre a Cova do Vapor, Cais do Sodré e o Terreiro do Paço, e o desenvolvimento da Costa da Caparica, e a par a procura desta região da margem sul. As pessoas reencontram-se outra vez com a natureza quando descobrem a Praia da Lage. O que acontece por pouco tempo, porque o mar começou a levar a terra e a areia, o Bugio distanciou-se, e a Praia da Lage acabou por desaparecer. Depois da Segunda Guerra Mundial iniciou-se de forma mais intensa o desenvolvimento industrial, que é especialmente incisivo e concentrado nas margens do rio Tejo e nos troços finais dos cursos dos seus principais afluentes, uma concentração industrial desregrada que exponenciou sem precedentes o processo de macrocefalia em Portugal. Multiplica-se o grande complexo industrial do Barreiro, cria-se a Siderurgia no Seixal, a refinaria de petróleo de Cabo Ruivo, a Petroquímica na Matinha e a fábrica de pneus em Alcochete. Na margem direita à beira do rio Tejo, entre a Cruz Quebrada e Vila Franca de Xira, implantam-se as mais diversas unidades fabris (fábrica de vidros, de produtos químicos e farmacêuticos, adubos, tintas, açúcar, cimento, óleos vegetais, material de guerra, têxtil, entre outros), e os esgotos destes estabelecimentos despejados sem critério no estuário do rio Tejo, uma contaminação tão intensa que destruiu grande parte da vida do estuário, fazendo deste recurso outrora rico, a grande cloaca do centro de Portugal, sendo muito afetada a zona de Almada, onde se concentram a maior parte das comunidades da foz.

As comunidades piscatórias da foz, num total de treze, estão dispersas pelos concelhos de Lisboa, Oeiras e Almada, a saber: doca de Alcântara (doca do Espanhol, ou Rocha de Conde de Óbidos), que é complementada com a doca do Poço do Bispo, e a antiga doca de Pesca de Pedrouços em Lisboa, a comunidade piscatória de Paço de Arcos em Oeiras, e Caramujo (Fundeadouro Municipal da Mutela), Cacilhas, Olho de Boi (no cais da ex-Companhia Portuguesa de Pesca), Tagol (junto à Sovena Oilseeds Portugal, onde antes funcionava a fábrica da Palença), Banática (junto ao terminal de líquidos da Shell), Porto Brandão, Trafaria, Cova do Vapor (que apenas serve de abrigo para embarcações de pesca), Costa da Caparica e Fonte da Telha em Almada.



FIGURA 187 | Localização das comunidades piscatórias da foz do rio Tejo (à data de 31.12.2018).

III.1. Comunidades de pescadores de Lisboa.

III.1.1. Enquadramento evolutivo.[89]

Durante o Estado Novo, e nos anos seguintes à Revolução, as docas de Lisboa eram de acesso livre e frequentadas maioritariamente por pescadores, e em algumas nem sequer havia recreio. Na foz do rio Trancão concentravam-se alguns pescadores avieiros, não muito longe do Sifão do Canal do Alviela, uns viviam nas embarcações e outros em construções abarracadas. Na doca dos Olivais havia pescadores avieiros a viver em barcos, que aqui atracavam ao lado dos pescadores locais. Os Olivais podem ter sido o berço das muletas, antes de se terem deslocado para o Barreiro e o Seixal, onde ficaram mais abrigadas e mais próximo dos principais pesqueiros (Curtinhal, 2007, p. 43).

A doca de Poço do Bispo sempre foi utilizada pelos pescadores do Tejo, especialmente pelos avieiros e nunca teve recreio. Na doca da Marinha havia pescadores, e ainda hoje lá estão, e na doca da Ribeira era onde desembarcavam o pescado. Na doca de Alcântara (doca do Espanhol, ou Rocha de Conde de Óbidos) o recreio não existia ou era residual, a principal vocação era abrigo a barcos de pesca, e desembarques de cargas (ex: frutas), tendo hoje uma finalidade oposta; é marina de recreio. A doca do Pinho, assim conhecida devido aos barcos de pinho, e hoje conhecida como doca de recreio de Santo Amaro (localizada por baixo dos pilares da Ponte 25 de Abril), e a doca do Bom Sucesso, tinham apenas meia dúzia de barcos de recreio, servindo em predominância ao tráfego local e serviam de abrigo a alguns pequenos barcos de pesca. A doca de Pedrouços, edificada na segunda metade do século XX, era exclusiva à pesca industrial costeira, do alto e longínqua.

Em meados do século XX, com pequenos barcos em madeira tipo saveiro, de propulsão à vela e remos, os pescadores avieiros das diversas comunidades a montante deslocavam-se para o lado da foz do rio Tejo aproveitando a vazante, e aí permaneciam cerca de seis meses, entre setembro/outubro e março/abril, e depois no verão regressavam às comunidades de origem. Andavam



FIGURA 188 | Embarcações de pesca junto ao Sifão do Canal do Alviela, na foz do rio Trancão, em Sacavém, pouco tempo depois da sua inauguração (1880).
Fonte: Centro de Documentação e Informação da APL (Ref.ª 9-98-702).



FIGURA 189 | Doca de Santo Amaro (ou Doca do Pinho), em 22.08.1917, onde se observam as pequenas embarcações de pesca rodeadas de embarcações do tráfego local.
Fonte: Centro de Documentação e Informação da APL (Ref.ª 4-06-008).

[89] Este texto foi redigido com base em conversas mantidas com: Joaquim Gil Sousa Piló, de 70 anos, durante muitos anos tripulante dos navios do arrasto do bacalhau nas águas longínquas, em navio que pertencia à empresa de Henrique Tenreiro, e dirigente do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins desde 1978, e Presidente desde 2004, que tem largo conhecimento da luta dos pescadores para se manterem na doca de pesca de Pedrouços; Paulo Rodrigues, funcionário da Administração do Porto de Lisboa, Serviço de Docas de Recreio, que mais frequentemente contacta com os pescadores; João Artur Murtinheira Lobo, nascido a 11.10.1947, arrais e proprietário da embarcação "Trovoada", registo n.º VX-690-L, pertence à comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, em pequeno viveu num saveiro dos e com os pais e lembra de ficar atracado na doca do Pinho enquanto trabalhavam na zona da foz; António Joaquim Ferreira, nascido em 1966, mestre das embarcações "Aladim", registo n.º LX-326-L, e "Espadim", registo n.º VR-542-C (têm rol coletivo), com longa experiência na pesca dentro e fora do estuário do rio Tejo, cujas embarcações atraca na doca de pesca de Pedrouços; Carlos Miguel, arrais de pesca local e proprietário da embarcação "Abençoado", com 51 anos, que entre 1983/85 fez o curso de marinheiro pescador na Escola de Pesca Profissional de Pedrouços, que considerava uma excelente escola de pesca, e a partir desse momento trabalhou como arrais embarcado e utilizava regularmente a doca de pesca de Pedrouços; Orlando Manuel Vieira Pereira, armador e contramestre pescador na embarcação denominada Bodiao (LX-358-L), para a pesca local, registada em Lisboa, que em 1994 começou a acostar a sua embarcação no paredão sul da Doca de Pesca de Pedrouços, numa altura em que a maior parte das embarcações que aqui acostavam laboravam na pesca costeira e na pesca longínqua.

ao sabor da maré: utilizavam a vazante para descer e o fluxo enchente para subir. Durante os seis meses que aqui estavam viviam nos saveiros, onde dormiam, comiam, trabalhavam e cuidavam dos filhos, e com o arrasto de vara dirigiam a pesca sobretudo ao camarão negro e ao camarão branco (ou camarão de Espinho, ou camarão do mar), mas também capturavam com esta arte abundantes enguias, linguados, fanecas e polvos, espécies que hoje são menos abundantes ou até inexistentes, no caso das fanecas. O arrasto de vara era deslocado pela força do vento ou, na sua ausência, pela força braçal, o que era muito duro mesmo considerando a força da água na vazante. Não se pode ignorar o peso da arte, constituída por dois arcos metálicos nas extremidades que determinam a altura da abertura do saco, e por uma vara com vários metros feita com ripas usadas, mas resistentes, dos telhados das habitações.



FIGURA 190 | Doca do Bom Sucesso, em 1966, onde se observam as pequenas embarcações de pesca a par de outras de recreio.
Fonte: Câmara Municipal Lisboa / Arquivo Municipal, 1990, p. 100.
Autor: Armando Maia Serôdio.

Na doca do Pinho (ou de Santo Amaro) havia um Clube de Vela que permitia que os pescadores utilizassem as instalações, e era aí onde iam buscar água potável para beber e podiam tomar banho. No início da década de 1960, quando ainda não estava construída a Ponte Salazar (depois de 1974 denominada Ponte 25 de Abril), eram cerca de vinte as embarcações das comunidades avieiras atracadas nesta doca, cada uma tripulada por uma família que tinha, em média, três pessoas. Logo depois estes pescadores começaram a motorizar os barcos, abrindo um buraco na ré a que chamavam "cavernil" e onde instalavam motores de cinco cavalos de combustão a gasolina. Iniciava-se uma nova fase nas pescas para estes marítimos. Os pescadores deixaram de ter acesso a esta doca na década de 1990, por altura da requalificação ribeirinha e reconversão dos antigos armazéns e oficinas (onde eram assistidas as embarcações de pesca e reparados os batelões que dragavam o rio Tejo) em restaurantes, cafés, bares e discotecas.



FIGURA 191 | Doca de Santo Amaro, em 1961, onde se observam as pequenas embarcações de pesca. Antes era conhecida como doca do Pinho. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Artur João Goulart. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/002648.

Hoje não existe um porto de pesca nem existem comunidades piscatórias na capital portuguesa, na aceção da palavra quanto à inexistência de aglomerados piscatórios ou bairros de pescadores em povoados ribeirinhos, apenas alguns marítimos aí residentes



FIGURA 192 | Doca do Poço do Bispo, em 1961, onde se observa um saveiro com o toldo, provavelmente uma família de avieiros estaria dentro da embarcação. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Artur João Goulart. Código de ref.ª: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/001623.

dispersos pela cidade e duas docas utilizadas para: (i) acostagem de embarcações vindas um pouco de todos os portos nacionais, especialmente da zona entrecabos (Costa da Caparica, Fonte da Telha, Cova do Vapor e Trafaria), e que aí ocorrem em situações diversas, nomeadamente mau tempo; (ii) acostagem sazonal de embarcações de pesca registadas e tripuladas por marítimos do Tejo que, tendo portos de abrigo a montante, como os avieiros do concelho de Vila Franca de Xira, são longínquos para permitir deslocações diárias (o que já acontece desde meados do século XX); e (iii) acostagem de embarcações de pesca registadas e tripuladas por marítimos do Tejo que efetivamente não têm outro porto de abrigo. Trata-se da doca de recreio de Alcântara, onde os pescadores têm cada vez menos espaço, e da doca de pesca de Pedrouços, onde os pescadores poderão em breve ter de abandonar o espaço. A doca de Poço do Bispo, que não tem condições e está assoreada, é utilizada sazonalmente por alguns barcos de pesca do Tejo na altura da pesca da corvina e da dourada, mas sem expressão, usualmente os mesmos que fazem porto de abrigo na doca de Alcântara.

Estas duas docas principais dispõem de valências diferentes, têm funções diferentes e servem de forma diferente ao "alojamento" das embarcações. A doca de Alcântara é frequentada ao longo de todo o ano por embarcações tripuladas por marítimos avieiros e registadas na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, que aí ficam fundeadas nas alturas em que esses marítimos vêm para a pesca ao polvo na foz do Tejo, porque pelo tempo que demora e pelo custo de combustível, é inviável fazerem a deslocação diária a navegar dos vários cais existentes a montante, para a foz (optam por deixar os barcos nas docas da foz e movimentam-se de carro das comunidades mais a montante para a foz, por ser mais rápido e menos dispendioso), e também é frequentada nas alturas de mau tempo por todas as embarcações da foz do Tejo que lá conseguem espaço. São poucas as embarcações que fazem porto de abrigo na doca de Alcântara, porque não têm outro porto de abrigo, ou seja, que aqui fundeiam ao longo de todo o ano sem terem outra opção, e as poucas que estão nesta situação são propriedade de marítimos que residem na cidade de Lisboa.

A doca de Pedrouços é frequentada por embarcações registadas nos vários portos do Tejo e que aqui fazem porto de abrigo, maioritariamente na Delegação Marítima da Trafaria, e, residualmente, por embarcações de todos os portos nacionais que aqui fazem escala em situações de mau tempo (e não só) quando andam a laborar na proximidade. Também existem algumas embarcações registadas em Vila Franca de Xira que aqui ficam fundeadas na altura das marés pequenas para a pesca do polvo na foz do rio, especialmente na zona entre a margem norte de Lisboa e o Bugio, onde o mar não é tão revoltoso com piteira (que não obriga a espaço para arrumos de artes e apetrechos de pesca), ainda que a maior parte destas embarcações se concentre na doca de Alcântara, como analisaremos detalhadamente a seguir.

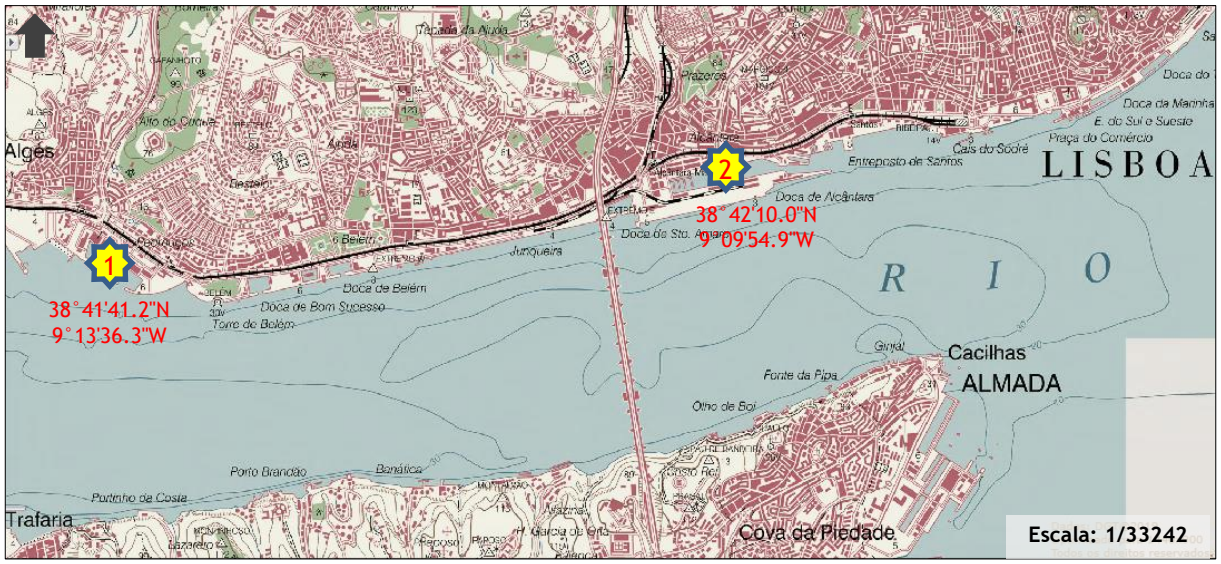


FIGURA 193 | Locais de concentração de pescadores no concelho de Lisboa.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2018.
Descrição: 1 - Doca de Pesca de Pedrouços; 2 -Doca de Alcântara (ou Doca do Espanhol, ou Rocha Conde de Óbidos).

A doca de Pedrouços localiza-se na margem norte do Tejo na frente ribeirinha entre o edifício da sede da Fundação Champalimaud, onde durante o Estado Novo funcionou a Escola de Pesca Profissional de Pedrouços, a maior e mais moderna escola de pesca que alguma vez existiu no nosso país[90], e o complexo de edifícios onde se encontram serviços do IPMA, do FORMAR, da DOCAPESCA, da DGPM, da DGRM e do Ministério do Mar, ao lado da TORRE VTS (Centro de controlo e tráfego marítimo de Lisboa), que gere a navegação na área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa.



FIGURA 194 | Vista aérea da Doca de Pedrouços (1968).
Fonte: Boletim do Centro de Documentação e Informação/Porto de Lisboa, setembro 2018.

Esta infraestrutura foi pensada e executada pelo Estado Novo, como já referido na contextualização histórica, com o propósito de escoar as capturas da pesca industrial, tendo para isso sido dotada de grande capacidade de armazenamento, refrigeração e de congelação de pescado para posterior distribuição. Transformou Lisboa na capital do peixe. Em dependência desta infraestrutura, surgiram muitos outros serviços que fizeram da frente ribeirinha de Pedrouços um gigantesco conglomerado de serviços de pescas, dinamizado pela Escola Profissional de Pesca e pela Doca de Pesca (instalações para venda e acondicionamento do peixe), e por outras instalações dos serviços terrestres, nomeadamente fábrica de gelo, frigoríficos para conservação do pescado, armazéns de sal e de aprestos marítimos, estendais de redes, etc., e ainda escritórios para os serviços administrativos e fiscais, estabelecimentos de investigação científica e de instrução técnica, e instalações de atividades conexas ou subsidiárias à pesca, e outras de carácter social (Lar do Pescador - com refeitório económico). Na linha do tempo, em 1952 foram concluídas as obras marítimas da doca de pesca de Pedrouços ocupando uma área molhada de 6,70 hectares. Em 1953, após terminada a doca, avançaram as instalações dos serviços terrestres. A

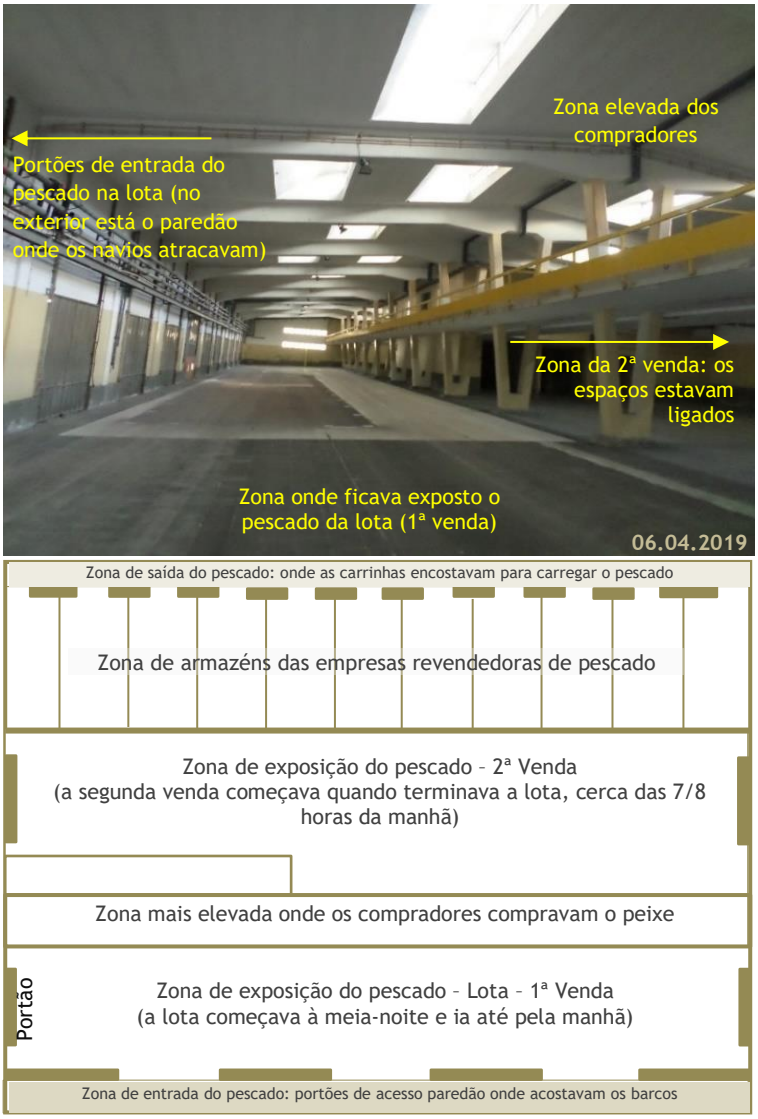


FIGURA 195 | Esquema simples da organização dos espaços de primeira e segunda venda no edifício da Docapesca de Pedrouços, e armazéns das empresas comerciantes de pescado.

[90] Estava apetrechada com simuladores de navegação, sala de radar, sala de sondas, comunicações VHF, alojamento para os deslocados, refeitório, armazém para a marinha prática, um tanque para simulação de utilização de redes de arrasto, uma traineira para a parte prática, salas de aulas, piscinas para aulas de natação, entre outras valências.

7 de setembro de 1956 a Administração-Geral do Porto de Lisboa foi autorizada a contratar a concessão da exploração da doca de pesca de Pedrouços. A 10 de janeiro de 1959 foi feita a escritura pública que constituiu a Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SARL, a 9 de janeiro de 1961 foi formalizado o contrato de concessão da sua exploração e a 29 de junho de 1966 iniciou formalmente a exploração, quando começou a contagem do prazo de concessão de 25 anos previsto no contrato.

A doca ficou pouco protegida mesmo para os grandes navios de pesca, tanto assim é que, três anos depois de começar a ser explorada, foi publicada uma notícia no Jornal do Pescador, veículo propagandístico do regime, onde se salientava a necessidade de "*obras indispensáveis à protecção da doca, proporcionado a esta maior tranquilidade de águas e consequente resguardo dos navios*" (Jornal do Pescador, Ano XXXI, n.º 371, 1969, p. 57). O fim da língua de areia, que nas grandes marés baixas unia a Cova do Vapor ao Bugio, agravou o agitamento das águas na doca em Pedrouços.

Atualmente a doca é frequentada por pequenas embarcações, e quando está mau tempo o "*mar entra dentro da doca*" (expressão dos pescadores), obrigando os mestres a retirar daqui as embarcações para outros locais mais seguros (Doca de Alcântara), porque se não o fizerem as embarcações podem ficar danificadas ou até mesmo afundar.

Até ao 25 de Abril de 1974, o porto de pesca de Pedrouços recebeu o pescado capturado na zona costeira, do largo e longínqua. Logo após os desembarques, as embarcações eram preparadas (com gelo e mantimentos) para irem novamente para a pesca do largo, e faziam campanhas de cerca de 30 dias na Mauritânia e Marrocos. Estes marítimos eram mal remunerados, mas melhor que os da pesca local artesanal, que viviam na miséria. Todos os dias aqui se descarregavam mais de 30 navios, a maior parte da Companhia Portuguesa de Pesca, da Senapa – Sociedade Nacional de Armadores da Pesca do Arrasto e Industrial (pescavam na Mauritânia, Angola, Africa do Sul, os crustáceos em Moçambique, etc.), e da Senave – Sociedade Nacional de Armadores da Pesca Nacional, empresa detida a 100% pelo Comandante Henrique Tenreiro. A primeira destas empresas foi extinta em 1982, e as últimas duas em 1984, quando foram nacionalizadas. Também aqui desembarcavam o pescado os navios de empresas mais pequenas, como a Alfa Pesca – Indústrias de Pesca, Lda. (que adquiriu dois navios em hasta pública às empresas nacionalizadas), a Sociedade de Pesca Foz da Nazaré, Lda. (dedicava-se ao arrasto costeiro e descarregava em Lisboa quando andava a pescar na zona), AVC – Pescas, Actividades Piscatórias, Lda., Sociedade de Pesca a Motor, Lda. (também andava ao arrasto costeiro), Sociedade de Pesca da Leirosa, Lda., Sociedade de Pesca Brasília, Lda., Ludimar – Indústrias de Pesca, Lda., Empresa Figueirense de Pesca, S.A., Albamar – Sociedade de Pesca, Lda., Montante – Indústria e Comércio de Pesca, Lda., Ratos & Filhos, Lda., e Bagão, Nunes & Machado, Lda., Armadores e Agentes de Navios, ambas com sede na Av. 24 de Julho, em Lisboa.

Quando se deu a Revolução de Abril, constituiu-se dentro da Doca de Pedrouços, no Armazém 17 - Edifício dos Armadores, em setembro de 1975, o "Sindicato Livre dos Pescadores", hoje denominado "Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins"[91], com o objetivo de defender os interesses da pesca e dos pescadores no quadro da Revolução em curso. Durante esse período conturbado a Docapesca de Pedrouços funcionou normalmente, e posteriormente manteve-se como a principal lota nacional de venda de pescado, dispondo da primeira e da segunda venda de pescado. Até à meia-noite havia a primeira venda, e a partir da meia-noite começava a segunda.

Com a nacionalização das grandes companhias de pesca, as suas embarcações foram vendidas ou abatidas, e três afundaram por falta de manutenção dentro da doca de Pedrouços, fazendo desta um autêntico cemitério de navios. Com o tempo, estas embarcações foram sendo removidas dando lugar a embarcações mais pequenas da pesca local que operavam nas redondezas, águas marítimas e zona do estuário do rio Tejo, que passaram a fazer desta doca, o seu porto de abrigo.

A Revolução de Abril operou modificações, especialmente ao nível das embarcações e das artes de pesca, que foram exponenciadas pelo fortíssimo impacto da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Em nome do princípio de "estabilidade relativa" as grandes embarcações foram gradualmente substituídas por pequenas embarcações, e reduzido o seu número através de subsídios de apoio ao abate de embarcações. As embarcações de pesca costeira artesanal que operavam maioritariamente com anzóis, inclusive as que faziam porto de abrigo em Pedrouços, passaram a operar com redes de emalhar reduzindo a oferta de trabalho, porque as redes eram aladas por processo mecânico, o que demandava menos mão-de-obra. Iniciou-se um período de mais intensa exploração dos recursos. Começou a aumentar a presença de embarcações de pesca artesanal local que

[91] Este Sindicato alterou os estatutos de forma a abranger atividades conexas à pesca, como os funcionários das empresas de comercialização de peixe e, mesmo dentro das empresas de pesca, por exemplo, os motoristas (Cf. Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 10, Vol. 79, de 15 de março de 2012, p. 924-950).

operavam na foz do Tejo e na zona de entrecabos, desembarcavam em Lisboa, e acostavam no molhe sul da doca de Pedrouços.



FIGURA 196 | Embarcação "Mor", registo n.º B-756-L, de que Francisco António Ferreira é proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arrais, estando habilitado com a categoria de contramestre pescador, a atracar na antiga doca de pesca de Pedrouços, em 2001. Nesta altura eram poucas as embarcações que aqui atracavam que tinham como porto de registo, Lisboa (a maior parte eram registadas em Setúbal, Sesimbra, Ericeira, Peniche, Sines e São Martinho do Porto). Esta embarcação fez porto de abrigo nesta doca até 2018, período em que nunca alterou de propriedade. Gentilmente cedida pelo próprio em 27/10/2019.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, publicada no Diário da República n.º 243 de 20 de outubro de 2003, o governo declarou de interesse público a candidatura para a realização em Portugal da America´s Cup 2007 (a maior regata do mundo em vela), e, consequentemente, de interesse público a reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público, situada entre Pedrouços e Dafundo sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (cerca de 30 hectares), e de interesse público a extinção de todos os direitos de uso privativo que recaiam sobre bens de domínio público, localizados na zona. Esta Resolução determinou o fim do único porto de abrigo de pesca de Lisboa. A Câmara de Lisboa, presidida por Santana Lopes, já há tempo que queria transferir a Docapesca para o pavilhão do pescado do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), alegando que funcionava sem condições de higiene e obrigava a rejeições diárias de grandes quantidades de peixe que ali era congelado e descongelado, defendendo que a zona devia ser alvo de um projeto de requalificação. O mesmo defendia a Câmara de Oeiras e o Governo, que aproveitou a America´s Cup para chegar a esse objetivo, que tinha como fim último apenas a intervenção urbana na zona ocidental de Lisboa.[92]

Armadores, pescadores, comerciantes e armazenistas de pescado e trabalhadores dos vários institutos e serviços ligados ao setor das pescas e estabelecidos no complexo da doca de Pedrouços (Mútua dos Pescadores, Docapesca, Escola de Pesca e de Marinha de Comércio, Inspeção-Geral das Pescas, Instituto Português das Pescas, Investigação e do Mar e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura[93]), foram intimados a abandonar o complexo, para arrancarem as obras de requalificação.

Os armadores e pescadores representados pelo Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, com sede dentro do complexo da Docapesca de Pedrouços, lutaram contra esta decisão[94], porque não tinham alternativa de porto de abrigo para os seus barcos, nem locais para guardar as artes de pesca, e com uma intensa luta e muito protesto forçaram o governo a negociar alternativas: construção de um porto de abrigo na Doca de Alcântara, junto ao cais da Rocha Conde d´Óbidos, ou melhoramento do cais e alargamento da lota na Trafaria, para ali ser descarregado e transacionado o pescado, que até então ia para Pedrouços, em complemento com a parte comercializada no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

No entanto, nenhuma destas alternativas propostas pelo governo interessou aos pescadores, e aos dirigentes sindicais, que continuaram em luta e a recusar sair da doca de Pedrouços.

[92] "O ministro Adjunto do primeiro-ministro, José Luís Arnaut, considera que "*é, pois, importante salvaguardar uma intervenção urbana na zona ocidental de Lisboa do que dez barcos de pescadores*" da Docapesca. Em entrevista à revista "Visão", Arnaut explica que a candidatura à organização da Taça do Mundo de Vela (America´s Cup) "*foi apenas o pretexto que desencadeou a situação*". "*Há uma vontade do Governo e das câmaras de Lisboa e de Oeiras de proceder à reconversão da zona ocidental de Lisboa. Não se justifica, nesta zona nobre, infra-estruturas e armazéns, alguns deles degradados, e uma doca que é pouco utilizada*, disse o ministro" (Jornal público online, 20/11/2003).

[93] A ex-Direção-Geral das Pescas estava à menos de seis meses no novo edifício, cuja construção tinha sido orçamentada em 4,2 milhões de euros, e tinha gastado 500 mil euros na mudança. Esta decisão implicava a demolição do edifício e o regresso dos trabalhadores às antigas instalações que partilhavam com o Instituto Marítimo e Portuário em Alcântara.

[94] No dia 3 de novembro de 2003 foi fechada a primeira venda (lota) e o mercado de segunda venda. Nesse dia, pelas 08h05, cerca de meia centenas de pequenos barcos de pesca local do Tejo, bloquearam durante 35 minutos os três pontões do Cais do Sodré impedindo a atracação dos cacilheiros, que tiveram de ser desviados para o Terreiro do Paço. Uma semana antes, a 27 de outubro de 2003, pela manhã, os pescadores e armadores tinham realizado uma concentração de embarcações na Docapesca e tinham bloqueado os acessos à Docapesca para impedir o transporte de peixe (Jornal Público, 4 de novembro de 2003, p. 55).

A Docapesca, Portos e Lotas, S.A., foi obrigada a encerrar as suas instalações de lota (primeira venda) e de mercado de segunda venda em Pedrouços que representavam 30% do seu volume de negócios anual, e a desocupar toda a área concessionada, em 3 de novembro de 2003, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 2 de outubro. Desta forma foram eliminadas as infraestruturas mais relevantes para a indústria da pesca na região de Lisboa, sendo que até hoje não foram definidas orientações ou realizadas ações que resolvessem as necessidades existentes.

Um mês depois estava previsto saírem de Pedrouços os armazéns comerciais, as estruturas frigoríficas, a Mútua dos Pescadores e outros serviços ligados ao sector pesqueiro, mas a maior parte dos serviços permaneceu no espaço porque a candidatura portuguesa à organização da 32ª edição da America´s Cup 2007 foi preterida pela da cidade de Valência (Espanha) (anúncio de 27 de novembro de 2003).

A agitação social provocada pelos pescadores do Tejo na doca de Pedrouços, poderá ter sido um elemento de peso, para que a prova internacional de vela não viesse para Lisboa, uma vez que os organizadores temiam que os problemas de desestabilização social pudessem afetar a imagem da prova.

> "*O peixe destinado ao consumo da região de Lisboa começou ontem à noite a ser comercializado no mercado abastecedor, em Loures, deixando a Docapesca. O administrador da Docapesca Manuel Paisana disse à Lusa que o movimento de camiões e de carrinhas dos comerciantes, habitualmente visível em Pedrouços transferiu-se para o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), conforme previsto. Tanto a lota (a primeira venda) como o mercado de segunda venda despediram-se de Pedrouços na noite de sexta-feira para sábado, a última em que as transacções de pescado se efectuaram em Lisboa.* (…) *Os comerciantes resistiram à transferência enquanto puderam. Actualmente, os problemas dos comerciantes, principalmente os de pequenas dimensões, parecem manter-se e os sindicatos da área das pescas denunciam que muitos não podem pagar "elevados montantes" pedidos pelo MARL. Quanto ao mercado de primeira venda, "desde o dia da greve [dos pescadores e comerciantes, a 27 de outubro], os arrastões já tinham começado a descarregar em portos alternativos, como Peniche, Sesimbra e Setúbal", referiu Manuel Paisana. A Docapesca cumpriu, assim, o primeiro de saída das instalações que abrangeu, para já, o fim dos mercados de primeira e segunda vendas. A próxima data será 3 de Dezembro, quando todos os serviços e as empresas instaladas na área, principalmente comerciantes de pescado, devem sair, e o entreposto frigorífico será desativado*" (Jornal Público, 4 de novembro de 2003, p. 55).

Por Despacho conjunto do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 29 de dezembro de 2003, a decisão de desocupar a área concessionada à Docapesca e de encerrar a totalidade das instalações das empresas que aí exerciam atividades ficou suspensa, até ser encontrada solução para a reconversão da zona, e os mestres continuaram a atracar os pequenos barcos locais na doca de Pedrouços, bem como a utilizar os armazéns, oficinas, postos de frio e fábrica de gelo, e, na falta da Docapesca em Pedrouços, começaram a entregar o pescado capturado na Trafaria.

Com o encerramento da Docapesca de Pedrouços[95] os navios costeiros deixaram de entregar o pescado em Lisboa, e um ano depois o pescado transacionado na Docapesca de Setúbal já quase tinha triplicado. A doca de Pedrouços ficou ao serviço das pequenas embarcações da pesca local registadas na Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que faziam pesca no rio Tejo e em águas oceânicas adjacentes, e as embarcações de outros portos nacionais que aqui acostavam eram em número residual (não excederiam os 10%).

Sendo o processo da candidatura à organização da America´s Cup apenas um pretexto para se proceder à reconversão da zona ocidental de Lisboa, como advogou José Luís Arnaut, ministro adjunto do primeiro-ministro, o encerramento da Docapesca era um processo irreversível, tendo em conta os objetivos de reabilitação urbanística entre Pedrouços e Dafundo.

Os pescadores continuavam sem alternativas, e o Governo apresentou duas novas soluções que se efetivaram: realizar pequenas obras na Doca de Alcântara (ou Doca do Espanhol), basicamente fazer um porto de abrigo e melhorar as condições gerais do espaço, uma vez que esta doca já era utilizada pelos pescadores quando estava mau tempo (era o melhor porto de abrigo de Lisboa), e realizar obras de vulto na Trafaria, quer no edifício da lota (incluindo venda de gelo), quer na construção de uma

[95] Durante meses esteve a funcionar um sistema alternativo. Os marítimos desembarcavam o pescado em Pedrouços e um segurança controlava a pesagem do pescado, era emitida uma guia que lhes permitia levarem o pescado à venda à lota da Costa da Caparica. Depois um funcionário da lota da Caparica teve um armazém na doca de Pedrouços onde recebia o peixe dos pescadores, funcionava como lota, mas também não vingou.

rampa e de uma plataforma. Os pescadores reclamavam um porto de abrigo na Trafaria, que nunca alcançaram, e por esse motivo mantiveram-se na doca de Pedrouços.

Em finais de 2006, a Administração do Porto de Lisboa (APL) realizou vários melhoramentos e beneficiações na Trafaria, nomeadamente a construção de um novo posto de acostagem flutuante, junto ao cais existente, com dimensões de 20,40 m * 5 * 1,40 m, de estrutura de aço, para minimizar os constrangimentos existentes de utilização do mesmo, para descarga de pescado e aprovisionamento da frota, o prolongamento da rampa de varadouro entre a cota + 5,0 m (ZH), e a cota 0,0 m (ZH) para colmatar a existência de um degrau no pé da rampa, que impedia a sua utilização em praticamente todos os estados de maré, e o alargamento da plataforma em terra de apoio ao cais, colocação de 60 poitas e a execução de uma nova vedação. Esta intervenção visou melhorar o mau estado das estruturas de acostagem da Trafaria, era muito necessária, mas não era moeda de troca aceite pelos pescadores e armadores que utilizavam a doca de Pedrouços, que aí continuaram.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2010, de 19 de agosto, foi decidido declarar de interesse público nacional sob o pretexto da realização da regata "Volvo Ocean Race" (VOR) na zona de Pedrouços, e, consequentemente, a desocupação dos terrenos da doca pesca de Pedrouços num período não inferior a 90 dias e não superior a 180 dias (corridos), cabendo à Docapesca, anterior concessionária, assegurar a desocupação.

O objetivo era preparar e entregar o porto e o espaço para atividades em terra aos



FIGURA 197 | Doca de Pedrouços no início do século XX, estando amarradas ao paredão lateral as embarcações de pesca "Praia do Sul" (costeira) e "Mor" (local). Cedida pelo proprietário da embarcação "Mor".



FIGURA 198 | Embarcação "Caracol", registo n.º TR-1633-L, de que José Francisco Pacheco de Freitas era proprietário, armador e arrais de pesca, na doca pesca de Pedrouços meses antes da desocupação dos terrenos, em 09.08.2010. Cedida pelo proprietário.



FIGURA 199 | Embarcação "Pi", registo n.º LX-371-L, propriedade de Francisco António Ferreira, construída com casco rígido e em madeira, equipada com um motor interior da marca MWM, potência de 52,22 Kw, a gasóleo, com 8,96 m de comprimento fora a fora, 2,92 m de boca, 0,95 m de pontal, 3,62 de arqueação bruta (GT) e 1,09 de arqueação líquida (NT), amarrada ao paredão norte da doca de Pedrouços poucos dias antes de ser registada na Capitania do Porto de Lagos com o conjunto de identificação LG-1401-L e a mesma denominação (o registo foi cancelado em Lisboa em 28/08/2015). Cedida pelo proprietário.



FIGURA 200 | Obras de demolição da doca de pesca em Pedrouços no início de 2012. Fonte: http://gazetademiraflores.blogspot.com/2012/04/ (11Out2019).

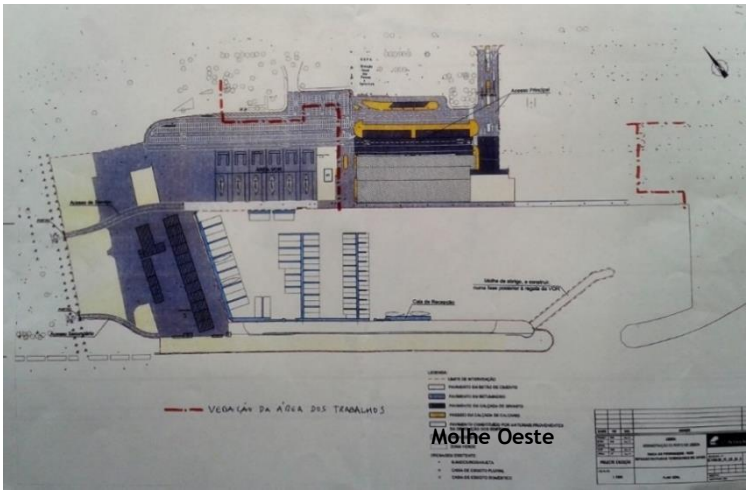


FIGURA 201 | Projeto de reabilitação da doca de pesca em Pedrouços para a VOR, de novembro de 2011, que foi apresentado ao Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins. Gentilmente cedido pelo Sindicato.

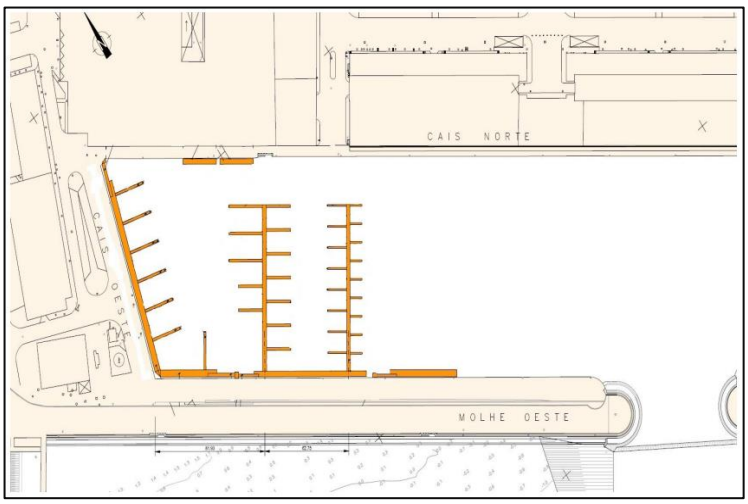


FIGURA 202 | Planta da Doca de Pedrouços, tendo assinaladas as áreas atualmente "ocupadas" pelas embarcações de pesca (2019). Fonte: Administração do Porto de Lisboa / Divisão de Desporto e Náutica.

organizadores da 11ª edição da VOR que Portugal recebia entre 2011/12, por Lisboa ter sido escolhida como *stopover*.

Nesta altura ainda era grande o número de embarcações costeiras a afluírem à doca de Pedrouços, especialmente registadas em outros portos (apenas uma estava registada em Lisboa, a "Latagão", situação que se manteve até 2018), mas a situação iria começar a inverter em breve.

Nesta altura ainda era grande o número de embarcações costeiras a afluírem à doca de Pedrouços, especialmente registadas em outros portos (apenas uma estava registada em Lisboa, a "Latagão", situação que se manteve até 2018), mas a situação iria começar a inverter em breve. Eram embarcações entre 8 e 15 metros de comprimento fora a fora, maioritariamente com casco em madeira e já muito antigas, e eram em maior número que as embarcações de pesca local. Por exemplo, em 22 de agosto de 2010, domingo, estavam duas dezenas de embarcações costeiras amarradas às suas muralhas, até parecia que a doca estava funcionando em pleno (quando estava para encerrar), das quais três partes eram embarcações costeiras, nomeadamente "Ana Fernandes", registo n.º S-2051-C, "Cidade de Setúbal", registo n.º S-2062-C, "Deusa do Mar", registo n.º S-1350-C, "Flor da Felicidade", registo n.º SB-676-C, "Gaivota Vivaz", registo n.º SB-526-C, "Primos Unidos", registo n.º SB-1236-C, "Ganhão", registo n.º SB-815-C, "Gatinho", registo n.º S-574-C, "Granhão", registo n.º S-2150-C, "Joana Isabel", registo n.º SB-1253-C, "Latagão", registo n.º LX-170-C, "Mestre Silva", registo n.º SM-284-C, "Perfeito Só Deus", registo n.º SN-885-L, e "Pestinha", registo n.º SB-1254-C. Dois meses antes encontravam-se aqui ainda as embarcações "Santinhos", registo n.º S-2107-C, e "Pica Peixe", registo n.º E-363-C, e um ano antes ainda se encontravam aqui, em processo lento de apodrecimento, os navios "Praia de Buarcos" e o "Cônsul Seawind".

A doca de Pedrouços, subaproveitada há anos, estava assoreada e apresentava danos estruturais e fragilidade em termos de segurança das embarcações no atrancamento, faltava-lhe os *fingers* e os passadiços, e necessitava de ser reabilitada, para acolher este e outros eventos náuticos internacionais. As embarcações ficavam amarradas às muralhas, e como eram grandes aguentavam a agitação do mar.

Foram investidos vários milhões de euros, pela Administração do Porto de Lisboa, para realizar as obras previstas no projeto de reabilitação a seguir.

Pescadores, armadores e o seu Sindicato foram intimados a deixar livres e devolutas as instalações até 31 de dezembro de 2010, data a partir da qual lhes seriam cortados os fornecimentos de água e eletricidade, sem que lhes tivessem sido apresentadas alternativas de outro porto de abrigo com condições ao exercício da sua atividade.

As cerca de 60 embarcações (número que na altura era referido na comunicação social) com licenças de pesca do Tejo e de águas oceânicas que operavam na zona de Lisboa, tripuladas por pescadores de Cascais, Trafaria, Lisboa, Costa da Caparica, Paço de Arcos, Oeiras, Cova do Vapor e Setúbal, que utilizavam Pedrouços como porto de abrigo e para guardarem as suas redes e aprestos, maioritariamente covos, palangre e piteira, residualmente redes de emalhar de um pano e de três panos, e que ainda utilizavam os serviços de venda de gelo e entrepostos frigoríficos que funcionavam nas instalações da Docapesca, não abandonaram o espaço e levantaram o tom de luta.[96]

Em 31 de março de 2011, em reunião que juntou representantes da Administração do Porto de Lisboa e o Sindicato dos Pescadores e Profissões Afins, a primeira terá garantido à segunda a construção de um porto de abrigo de pesca na Trafaria, dependendo dos necessários e obrigatórios estudos e da construção de uma grande plataforma para navios de grande porte (porta-contentores), a localizar entre os silos da Trafaria e a Cova do Vapor.[97] Como a plataforma não se realizou, também não se realizou o porto de abrigo de pesca, uma vez que só por si tinha um custo muito elevado devido à profundidade do rio nesta zona, e apenas foram feitos melhoramentos na Cova do Vapor e na Trafaria. A Administração do Porto de Lisboa (APL) manteve a intenção de retirar da doca de Pedrouços as embarcações de pesca, e apresentou um outro local alternativo para abrigo dessas embarcações, em Santos, entre os estaleiros da Lisnave e a atual espaço de diversão noturno "K Urban Beach Club", na Avª de Brasília. Este local necessitava de ser adaptado a porto de abrigo, foram colocados *fingers* e passadiços e foi construída uma casa de banho e alvéolos para os apetrechos de pesca, que importaram milhares de euros.



FIGURA 203 | Espaço em Santos onde a APL realizou obras para acolher as embarcações de pesca de Pedrouços. Orto de 2004-2006. Direção-Geral do Território.

Esta opção viria a ser rejeitada pelos proprietários e pescadores, por não ser seguro para as embarcações e pessoas. Os passadiços tinham boias muito pequenas, não serviam às necessidades dos

[96] Cerca de quinze embarcações pertenciam a armadores que residiam na margem norte do rio Tejo e tinham aqui sempre os barcos, os demais eram da margem sul e colocavam aqui os barcos de forma ocasional, situação que alterou depois de instalarem os *fingers* e os passadiços.

[97] Informação transmitida por Joaquim Gil Sousa Piló, Presidente do Sindicato dos Pescadores e Profissões Afins, em março de 2019.

pescadores, e o espaço não tinha sido vedado como precaução para evitar atos de vandalismo, uma barreira física necessária para separar a área dos pescadores da área do referido espaço de diversão noturno. Ademais, o espaço para o armazenamento de artes e apetrechos de pesca e instalação de equipamentos de frio não era suficiente, e muitos pescadores não tinham local para guardar as artes e apetrechos de pesca. Além disso, não tinha lota, o que implicava custos acrescidos de combustível e vinha debilitar a atividade que já vivia muitas dificuldades económicas. Os armadores e pescadores permaneceram em luta e não abandonaram a doca de Pedrouços, passaram a utilizar as áreas indicadas na planta a seguir, e somente as desimpediam durante a realização da regata da VOR, nessas ocasiões posicionando-se mais a oeste no espaço da doca (na zona mais desprotegida).

Entretanto, formou-se um outro foco de luta com epicentro no Tejo, agora de contestação ao novo Código Contributivo da Segurança Social que tinha entrado em vigor a 1 de janeiro de 2011, que tinha à cabeça o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul. Em consequência, em 25 de fevereiro de 2011, pelas 08h00, cerca de duas dezenas de armadores de Almada (das comunidades da Costa da Caparica, Fonte da Telha, Trafaria e Cova do Vapor), Barreiro e de Vila Franca de Xira, rumaram a Lisboa para um desfile de protesto e concentraram-se no rio em frente à doca de Pedrouços, onde apresentaram o seu caderno reivindicativo: um rendimento justo na pesca, a valorização da pesca, e a garantia de segurança no mar. A ação de protesto contou com a presença do coordenador da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, da CGTP-IN, e, como não podia deixar de ser, do deputado Bruno Dias do Partido Comunista Português (PCP).

Neste período difícil, os pescadores e os seus representantes lutavam com todas as suas forças e no limite do que a legalidade permitia para defenderem condições dignas de trabalho e em segurança, mas a "máquina pública" avançava, e após conseguir a anulação das estruturas e facilidades portuárias de apoio à pesca na foz do rio Tejo, o que afetou significativamente a robustez do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins (perdeu muitos sócios), procurou anular o que restava da sua capacidade reivindicativa. Em 2014, após muita luta, este Sindicato presidido por Joaquim Piló foi obrigado a deixar as instalações da Docapesca de Pedrouços, passando a ter sede em Santos, em espaço concedido pela Administração do Porto de Lisboa. Os armadores e os pescadores continuaram a utilizar o espaço, e ainda hoje lá estão, sozinhos, não se sabe até quando.

As várias instituições com interesse e responsabilidade na matéria, Administração do Porto de Lisboa (APL), Sindicato dos Pescadores e Profissões Afins (representantes dos armadores e pescadores) e Câmara Municipal de Oeiras, reuniram-se duas vezes nas instalações desta última, com o intuito de encontrar uma solução, em 26/09/2014 e em 12/01/2015, tendo por essa ocasião daí resultado a intenção de construção de um novo porto de abrigo de pesca em Paço de Arcos com capacidade para cerca de 200 embarcações (também com espaço para embarcações de recreio), com alvéolos para os apetrechos de pesca e uma lota, executado em duas fases, que não foi inscrito em qualquer resolução do governo, nem se realizou.

Armadores e pescadores esperam ansiosamente que esta solução se concretize, que é do seu agrado, e enquanto tal não sucede continuam a utilizar a doca de Pedrouços para guardar as suas embarcações, redes e apetrechos de pesca. Beneficiam das obras realizadas em 2011/12 para receber a VOR, nomeadamente a recuperação de molhes e muros da doca e em terra, as dragagens a uma cota de menos 5,5 m (ZH), o depósito para os óleos usados das embarcações (no local existem imensos derrames porque o bidon está cheio e aberto, e quando ocorre precipitação derrama para o solo, um crime ambiental), e, sobretudo, os *fingers* e os passadiços flutuantes (que estão equipados com pontos de luz e água potável, mas os pescadores não têm autorização para os utilizar), que vieram a permitir que esta doca voltasse novamente a ser utilizada por dezenas de embarcações de pesca provenientes de todos os portos da região de Lisboa, mais intensamente da Trafaria, Cova do Vapor e Costa da Caparica, e outras da costa continental Portuguesa.

Em 22 de julho de 2019, a Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, apresentou o "Ocean Campus Portugal" (ou Campus do Mar), projeto de requalificação urbana e ribeirinha de toda a área entre Pedrouços (Lisboa) e Cruz Quebrada (Oeiras), num total de 64 hectares na foz do Tejo, que prevê um investimento total de 300 milhões de euros. O projeto foi apresentado no edifício poente da antiga Docapesca, e para isso uma semana antes este edifício recebeu uma pintura básica para clarear as paredes exteriores e disfarçar a degradação. No mesmo dia foi lançado o concurso da Marina de Pedrouços e inaugurada a "Ciclovia do Mar", que passa dentro do terreno da doca, e no futuro irá ligar o Parque das Nações a Oeiras, duas construções relevantes para o projeto. A abertura da ciclovia é uma mais-valia para a cidade, mas não para os pescadores, que agora receiam que possa aumentar o número de roubos.

Será um investimento público-privado, financiado maioritariamente com dinheiro privado, e do concurso já lançado, consta a construção de centros de investigação, laboratórios de investigação,

residências temporárias para investigadores, zona embrião de startups, salas de reuniões, auditório e zona de exposições, espaços de restauração, edifícios para empresas e a futura Marina de Pedrouços com postos de atracação para navios de investigação, mas não existe qualquer espaço previsto para atracação de embarcações de pesca profissional, pelo que a permanência dos pescadores neste espaço não se deverá prolongar por muito mais tempo. Terá de ser encontrada uma solução que revele preocupação em assegurar as condições de trabalho dos pescadores, o que até agora não tem existido.



FIGURA 204 | Doca de Pedrouços (Algés). Os *fingers* e os passadiços flutuantes foram colocados para receber a VOR. Antes disso apenas os paredões eram utilizados pelos pescadores. 08.04.2019.

A doca de Alcântara, que se localiza na mesma margem a menos de 5 km, é a única alternativa aos pescadores nos momentos de mau tempo, e assim está a ser utilizada muito devido a premissas históricas e não porque tenha hoje enquadramento nessa função.

Antes de ser uma marina de recreio esta doca era local de descarga de mercadorias, havia um terminal de passageiros ao lado do terminal de frutas (e antes de ser terminal de frutas era terminal de cargas), e um abrigo de pescadores e de navios da marinha mercante, uma vez que o recreio era muito reduzido durante o Estado Novo.

Nos anos de 50-60, ficavam aqui abrigadas as embarcações de pesca avieiras que, tendo condições de abrigo no limite a montante do estuário, aqui aportavam, dormiam e comiam enquanto pescavam no mar da palha e na foz do rio Tejo. Era também local de abrigo para as embarcações de armadores residentes em Lisboa, e nas alturas de muito mau tempo servia de abrigo às embarcações da Costa da Caparica e Cova do Vapor, e a outras embarcações de outros portos nacionais a laborar nesta zona. Em 1962 cessou a atividade do estaleiro da Rocha do Conde de Óbidos, e os seus equipamentos e trabalhadores foram transferidos para a Lisnave, cujos estaleiros foram inaugurados a 23 de junho de 1967, ficando esta doca quase em exclusivo ao serviço das embarcações de pesca e tráfego local.

A doca do Poço de Bispo, que se localiza na margem ribeirinha norte entre Santa Apolónia e Xabregas, era juntamente com a doca de Alcântara, a base de operações dos avieiros que se empregavam ao arrasto de vara dirigido ao camarão mouro, que largavam a montante da Ponte 25 de Abril, tendo por isso de andar sistematicamente a fugir à Polícia Marítima, mas também utilizavam galrichos (ou nassas) e redes de um e de três panos.



FIGURA 205 | Doca de Alcântara e da Doca Seca n.º 1: do passado ao presente. Planta da Doca de Alcântara estando assinaladas as áreas hoje "ocupadas" pelos pescadores.

Fonte: Divisão de Desporto e Náutica e Centro de Documentação e Informação da APL (Ref.ª 5-01-017).

Com o declínio das atividades económicas do setor primário instaladas na zona ribeirinha, na década de 1980, e numa tentativa de devolver aos cidadãos a frente ribeirinha, o município lisboeta e a administração do Porto de Lisboa promoveram infraestruturas de suporte ao turismo e à náutica de recreio com forte impacto na atividade piscatória. A generalidade das docas de Lisboa que sempre foram ocupadas por embarcações de pesca e embarcações de tráfego fluvial foram gradualmente passando para a náutica de recreio, e apenas a doca de Alcântara, de forma mais ou menos informal, manteve dois locais de atracação disponíveis para os barcos de pesca assinalados nas figuras ao lado.

Num primeiro momento as embarcações de pesca apenas atracavam livremente no cais localizado junto à muralha sul, que na figura ao lado está assinalado com o n.º 1, e eram penalizadas pela falta de segurança (havia roubos de motores, combustível, artes e apetrechos de pesca).

Em dezembro de 2006, por falta de alternativa, houve a necessidade de utilizar esse cais para atracação de alguns navios de guerra espanhóis em visita ao nosso país, e a área de Segurança da Administração do Porto de Lisboa em diálogo com o Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, representado por Joaquim Gil Sousa Piló, autorizou que as embarcações de pesca local, pertencentes aos marítimos avieiros, atracassem no cais junto da muralha norte, mais abrigada e protegida de roubos, que aparece na figura ao lado com o n.º 2, tendo entregue nove cartões magnéticos de acesso à doca, iguais aos atribuídos aos barcos de recreio, mediante o pagamento de 21,22€ por cada proprietário (custo único do cartão). A atuação do Sindicato fui fundamental para esta concessão aos pescadores. Pensada como uma solução temporária acabou por se prolongar até aos dias de hoje, e não se sabe muito bem como será o dia de amanhã (em finais de março de 2019, a APL determinou que as embarcações de pesca tinham de abandonar o paredão norte, podendo continuar a acostar no paredão sul). A doca do Poço do Bispo sempre se manteve disponível para receber embarcações de pesca, mas não têm condições e por isso é pouco utilizada.

Hoje é uma marina fluvial de recreio de excelente qualidade, com capacidade para 370 embarcações em amarrações e com lugares que permitem embarcações de 20 metros de comprimento (o calado máximo nas amarrações é de -10 (ZH)), com serviço de posto de receção, eletricidade nos passadiços,

recolha de resíduos sólidos e óleos, fornecimento de água e energia, sistemas de segurança, sistema de comunicações, balneários, rádio (frequência: VHF 12/74), informação de marés e previsão do tempo, lavandaria, lojas e restaurantes. Está rodeada por alguns dos mais notórios clubes noturnos, restaurantes e discotecas, e é um dos locais de maior animação da noite lisboeta. Mas também é sazonalmente porto de abrigo das embarcações de pesca de quase todos os portos nacionais, e porto de abrigo quase permanente das embarcações "Senhora do Cabo" (VX-750-L) e "Primeiro Navegante" (VX-713-L), ambas registadas na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, sendo os armadores residentes em Chelas e em Salvaterra de Magos, respetivamente. Estas duas embarcações apenas frequentam a doca do Poço do Bispo, que está completamente assoreada, nas alturas da corvina e dourada.



FIGURA 206 | Embarcações de pesca local das comunidades piscatórias da Cova do Vapor e Costa da Caparica amarradas em duas filas (devido à exiguidade do espaço) no cais junto ao paredão sul da Doca de Alcântara, em dia de mau tempo, em 06/03/2019.

A incompatibilidade funcional entre doca de recreio e doca de pesca está patente nas reclamações que chegam à Divisão de Desporto e Náutica, geralmente porque os pescadores colocam aprestos de pesca nos passadiços (algo que não agrada aos demais utilizados do espaço). Falta, portanto, uma alternativa efetiva de porto de abrigo aos pescadores do Tejo, na zona da foz ou entrecabos, e com capacidade para a sua integração total, situação que u rge resolver de forma definitiva. É sobre esta matéria que devem convergir as atenções e os interesses de todos, com vista a uma resolução rápida e consensual.

Em suma, o encerramento dos serviços da doca de pesca de Pedrouços afetou as condições de trabalhos de todos os marítimos que trabalhavam na foz do rio Tejo e na zona de entrecabos, uma vez que não existe qualquer porto de abrigo em toda esta zona, e se os pescadores ainda se mantêm na doca de Pedrouços é devido à grande luta que têm travado com as instituições e políticos.

Não se sabe quanto mais tempo a doca de Pedrouços vai estar disponível aos proprietários e armadores do Tejo, nem quando será construído um novo porto de abrigo para a pesca, nem a sua localização, mas os representantes dos pescadores mostram-se favoráveis à sua localização em Paço de Arcos ou na Trafaria, onde nesse ano começou a conversão para lota de um edifício privado que estava a servir de depuradora.

III.1.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.

A frota de pesca do concelho de Lisboa, que foi significativa enquanto funcionava em Pedrouços aquela que era uma das maiores lotas de pesca do país, perdeu todas as unidades de pesca costeira, com exceção da embarcação "Latagão", registo n.º LX-170-C, e em 2018 apenas dispunha de 31 embarcações registadas na pesca local com licença para operar na zona rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), e dessas apenas duas não tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27). A listagem da frota consta a seguir, no final deste subcapítulo.

Na doca de Alcântara fundeiam duas embarcações propriedade de armadores da zona e que não têm outro porto de abrigo, ainda que em alturas especificas do ciclo do rio utilizem a doca do Poço do Bispo (quando a corvina e o choco entram no estuário para reprodução) e a antiga doca de pesca de Pedrouços (nas boas marés para a pesca do polvo – marés pequenas - com a arte da piteira), e que têm simultaneamente licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa. Na antiga doca de pesca de Pedrouços fundeiam as restantes 29 embarcações, sendo que apenas duas não dispõem de licença de pesca para operar em simultâneo na ZEE Portuguesa. Há ainda diversas embarcações de pesca local e outras costeiras, muitas oriundas de outros portos, que utilizam estas duas infraestruturas portuárias, a antiga doca de pesca de Pedrouços, quando as embarcações operam na foz do rio Tejo e zona de entrecabos, e a doca de Alcântara, para proteção das embarcações em situações de mau tempo, como se observa numa listagem no final deste subcapítulo.

No global, das 31 embarcações em Lisboa, inquirimos 27, o que corresponde uma taxa de inquirição de 87%. Com pormenor, inquirimos as duas embarcações que fundeiam na doca de Alcântara (doca do Espanhol, ou Rocha de Conde de Óbidos), o que corresponde à taxa de inquirição de 100%, e das 29 embarcações que fundeiam na antiga doca de pesca de Pedrouços, inquirimos 25, o que corresponde uma taxa de inquirição de 86%. As quatro embarcações que não conseguimos inquirir são propriedade de indivíduos que não operam, um está imigrado, outro dedica-se a comércio de pescado, e as duas outras embarcações já não são avistadas há pelo menos dois anos a operar no estuário do rio Tejo, desconhecendo-se o preceito legal que lhes permite continuar habilitadas para operar. A seguir vamos analisar as respostas dos arrais das 27 embarcações inquiridas, mas quanto à frota, especificamente quanto ao porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, que analisamos neste subcapítulo, vamos apresentar os dados das 31 embarcações de pesca local que tiveram licença de pesca para o ano de 2018 (a totalidade da frota), e não apenas as 27 embarcações que inquirimos, dados que obtivemos da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia, como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese).

As 31 embarcações registadas na pesca local estão assim distribuídas: 6,45% na Doca de Alcântara, e estas estão registadas na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, e 93,55% na antiga doca de pesca de Pedrouços, e destas estão registadas 3,23% na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, 3,23% na Delegação Marítima do Barreiro, 41,94% na Capitania do Porto de Lisboa, e 45,16% na Delegação Marítima da Trafaria. Duas destas embarcações têm como local de abrigo principal a doca de Alcântara, foram construídas já neste século, uma em 2003 e outra em 2010, e as demais embarcações que têm como principal local de abrigo a doca de Pedrouços 3,23% tem até quatro anos, 22,58% têm entre 10 e 14 anos, 32,26% têm entre 15 e 19 anos, 25,81% têm entre 20 e 24 anos, e 9,68% tem entre 25 anos e 34 anos. A idade média da frota local de Lisboa está nos 17,06 anos. A embarcação mais recente é a "Novo Aladim" (LX-381-L), construída em 2018, onde embarcamos para fazer a observação prática, e a embarcação mais antiga é a "Toni-I" (TR-1490-L), que foi construída em 1984.

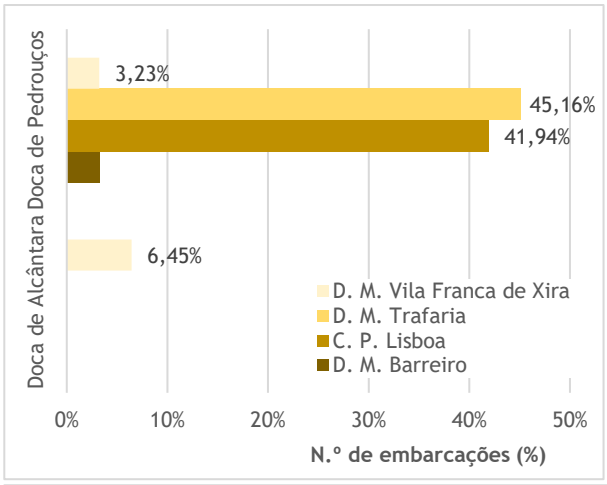
A capacidade de pesca total é de 63 GT, a que corresponde 2,7 GT na doca de Alcântara e 60,3 GT na doca de Pedrouços. A arqueação média é de 2,03 GT, a arqueação máxima é de 4,13 GT, corresponde à embarcação "Marbi" (TR-1740-L), e a arqueação mínima é de 0,83 GT, corresponde à embarcação "Bicho" (LX-366-L). As duas embarcações abrigadas na doca de Alcântara têm entre 1 e 1,5 GT, e das demais embarcações abrigadas na antiga doca pesca de Pedrouços apenas 3,23% têm menos de 1 GT, 29,03% têm entre 1 e 1,5 GT, e 61,29% têm acima de 1,5 GT, sendo que destas 16,13% têm mais de 3 GT. A frota de Lisboa é das que tem maior capacidade de pesca no rio Tejo, o que se justifica com a possibilidade de também efetuar pesca em águas oceânicas, ainda que isso não seja muto frequente.

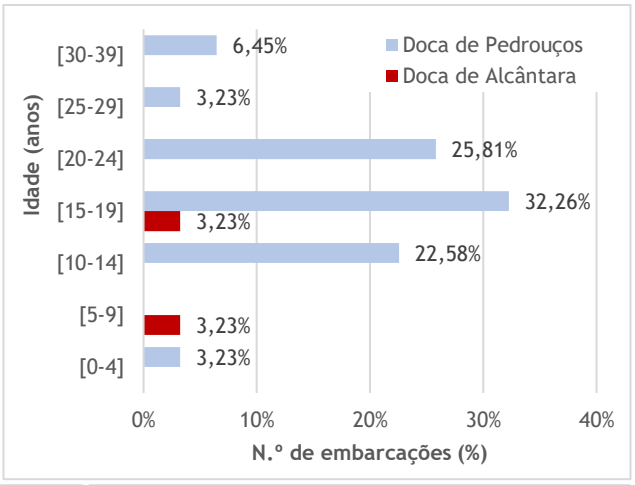
Predominam as embarcações com seis a sete metros de comprimento fora a fora, que é o limite que a DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos tem vindo a autorizar para o rio Tejo, mas ainda é significativo o número de embarcações acima dos sete metros. Com pormenor, 6,45% das embarcações têm até 4,99 m, 22,58% têm entre 5 e 5,99 m, 45,16% têm entre 6 e 6,99 m, e 25,81% têm acima de 7 m. O comprimento médio das embarcações é de 6,45 m, tendo a embarcação mais pequena apenas 4,6 m ("Bicho", LX-366-L) e a embarcação maior 8,5 m ("Marbi", TR-1740-L).

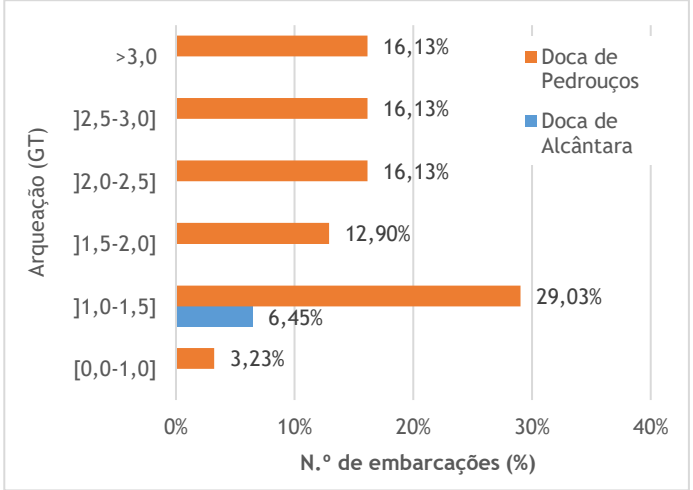
A potência total de propulsão principal é de 1.150,02 kW, que corresponde a 66,2 kW na doca de Alcântara e 1.083,82 kW na antiga doca de pesca de Pedrouços. A potência média é de 37,10 kW, a máxima é de 44,74 kW ("Sável", LX-320-L, e "Oren", LX-348-L) e a mínima é de 22,37 kW ("Sarfil", TR-1427-L). Por classes, 22,58% das embarcações têm instalados motores com potências compreendidas entre 20 e 29,99 kW, 45,16% têm instalados motores entre 30 e 39,99 kW, e 32,26% têm instalados motores acima de 40 kW. Apenas duas embarcações na antiga doca de Pedrouços têm instalados motores propulsores auxiliares, a embarcação "Alexandre Carrelo" (TR-1689-L), um total de 36,8 kW, e a embarcação "Pica-Pau" (VX-711-L), um total de 29,4 kW.

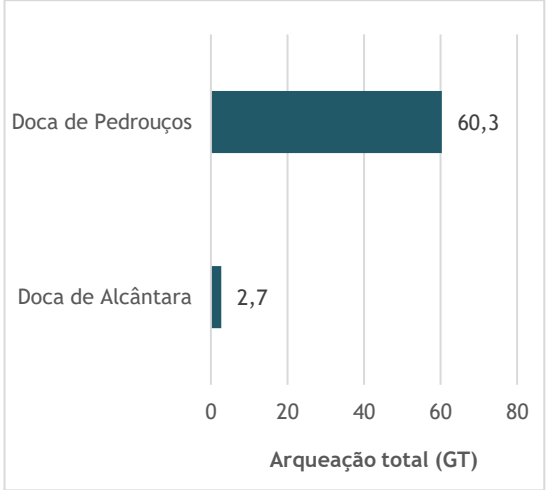
Não obstante o estado de conservação das embarcações ser um dos parâmetros avaliados aquando da vistoria anual realizada pelos peritos da Capitania do Porto de Lisboa, da qual depende o exercício da atividade, indagámos os arrais acerca deste tema ao que 3,70% responderam ser "mau", 37,04% "razoável", 44,44% "bom" e 14,81% "muito bom".

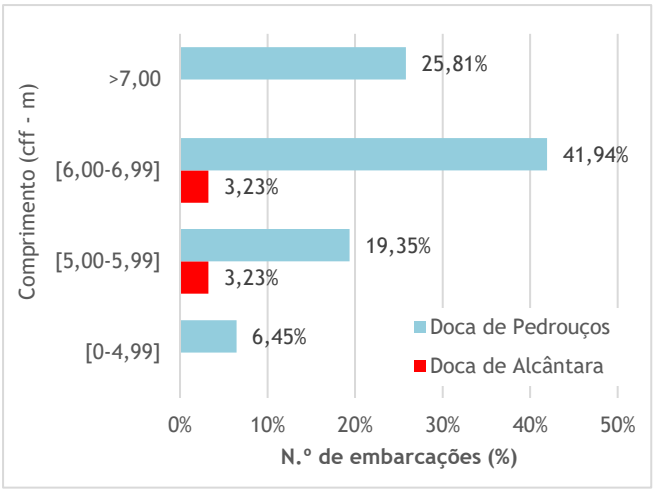
No cômputo geral, as embarcações registadas para a pesca local no concelho de Lisboa têm individualmente maior arqueação, maior comprimento fora a fora e maior potência do motor propulsor principal. A maioria também tem convés aberto, apenas uma tem o convés fechado, a "Bodiao" (LX-358-L), e tem casco em fibra de vidro. Com pormenor, 77,78% das embarcações têm casco em fibra de vidro, o que inclui as duas embarcações da Doca de Alcântara (o que corresponde a 7,41%), e os demais 22,22% das embarcações têm o casco em metal e estão todas localizadas na antiga doca de pesca de Pedrouços.

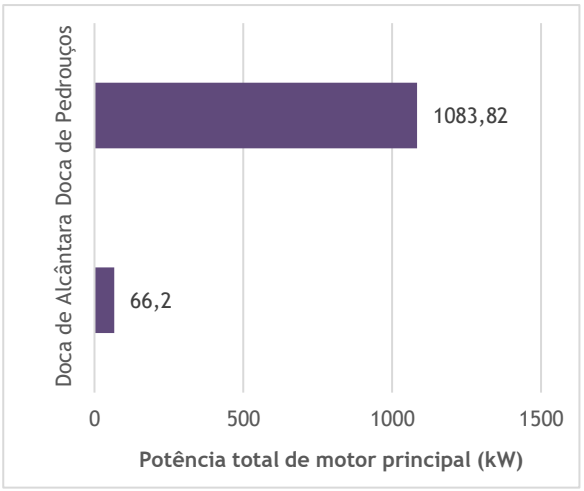


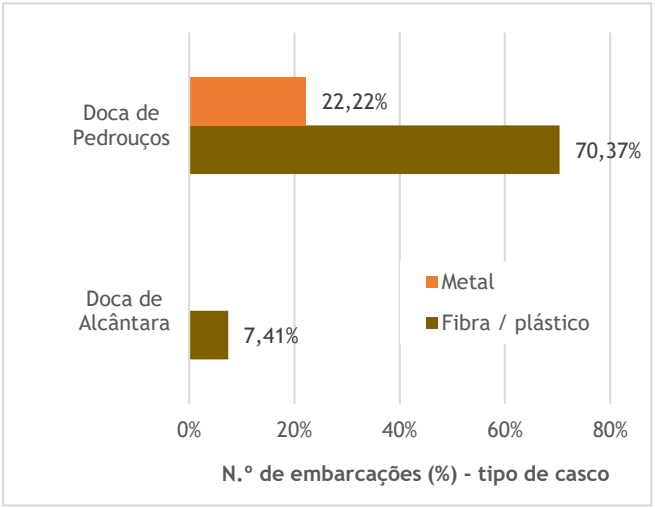


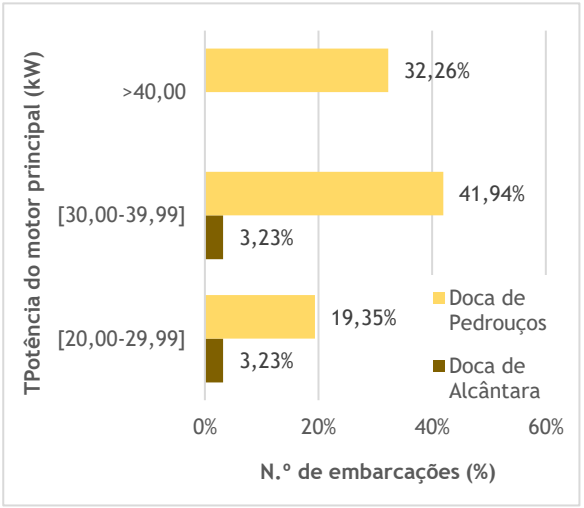




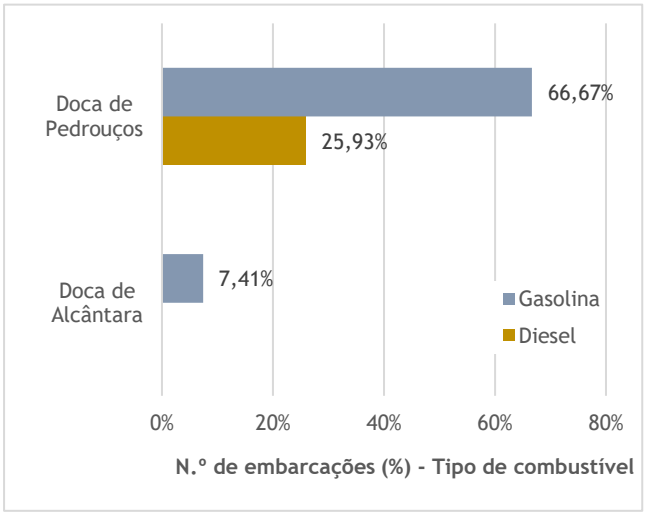


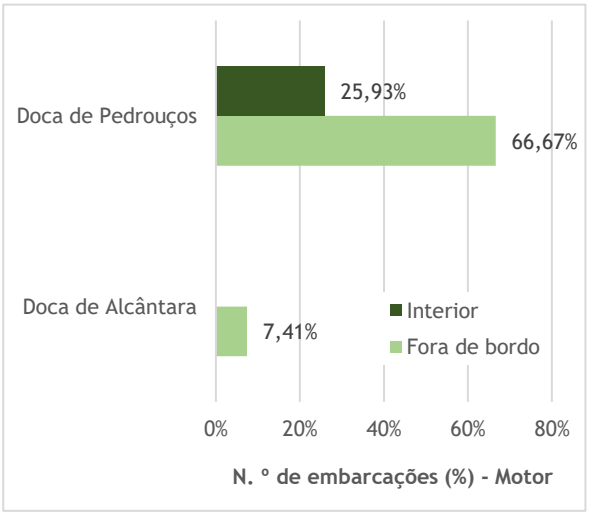






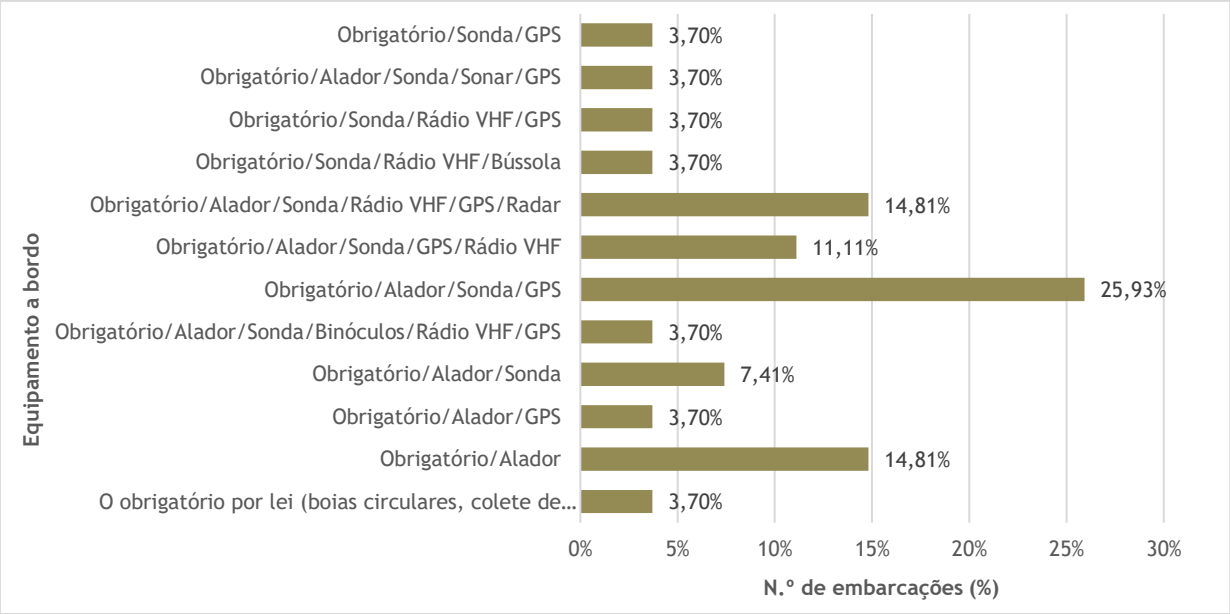
Quanto aos motores e tipo de combustível, observa-se que 74,07% das embarcações estão equipadas com motor fora de borda a gasolina, o que inclui 7,41% na Doca de Alcântara e 66,67% na Doca de Pedrouços, e apenas 25,93% das embarcações estão equipadas com motor interior a gasóleo, pertencem todas à comunidade da Doca de Pedrouços.



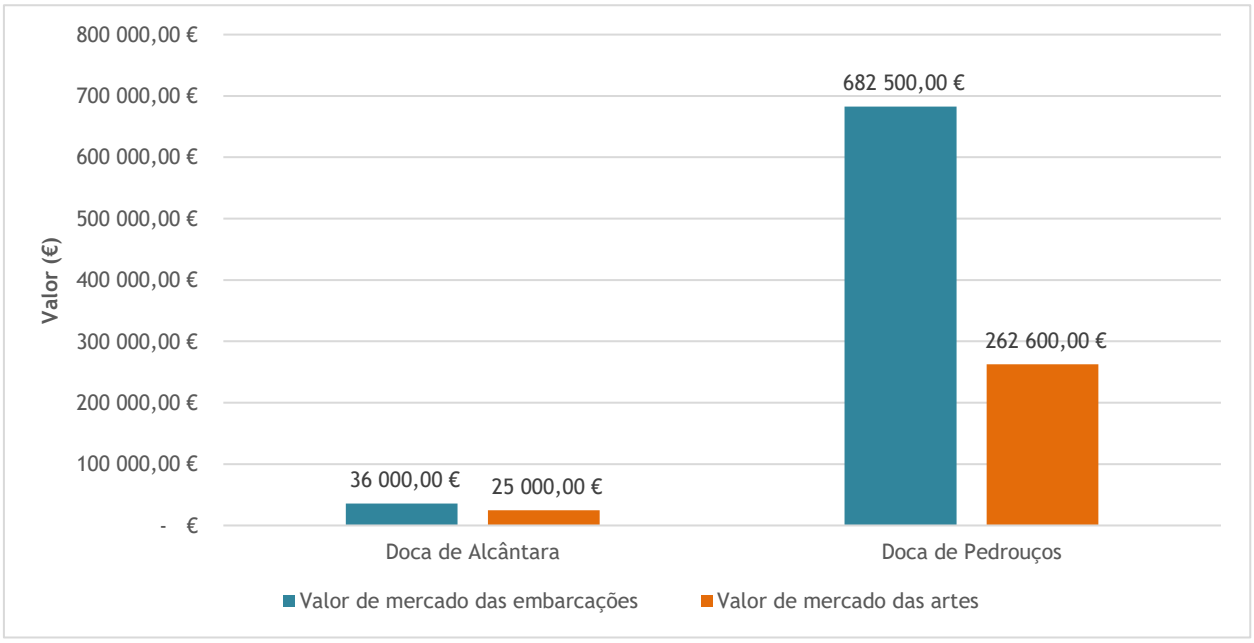


As embarcações estão apetrechadas com equipamento diverso que visa a segurança a bordo e maximizar as capturas, como rádio VHF, alador, sonda, sonar, GPS e radar. Só 3,70% das embarcações

não dispõem de qualquer tecnologia a bordo, apenas o equipamento obrigatório por lei (boias circulares, colete de salvação, extintores, etc.) e uma bússola que segundo o mestre nem precisa de utilizar por já conhecer "*como a palma das suas mãos*" o rio Tejo. Como se observa no gráfico seguinte, 85,19% das embarcações têm instalado alador mecânico, 74,07% têm instalado sonda, e 70,37% têm instalado GPS. Um total de 37,04% das embarcações dispõem de rádio VHF, 14,81% têm instalado radar, e 3,70% sonar. Uma embarcação utiliza binóculos.



O valor patrimonial atribuído às embarcações e artes de pesca no concelho de Lisboa, pelos próprios proprietários, ascende a 1.006.100,00€, o que corresponde a 718.500,00€ de embarcações e 287.600,00€ de artes de pesca.



A antiga doca de pesca de Pedrouços vive um marasmo de anos, desde que foi decretado o encerramento da lota, e é utilizada por um conjunto de armadores e arrais que não têm outra alternativa, que são os que referimos anteriormente, mas também por outros que aqui procuram refúgio

quando andam a operar na zona de entrecabos, como se observa na tabela a seguir, por ausência de qualquer outra doca nas redondezas à exceção do porto de abrigo de Cascais.

Para além das embarcações de pesca ainda atracam na antiga doca de pesca de Pedrouços mais 19 embarcações de recreio, das quais nove são utilizadas na pesca lúdica em clara concorrência à pesca profissional, um veleiro e uma embarcação com licença marítimo-turística que faz viagens no estuário do Tejo. Algumas das embarcações que aqui atracam quando está mau tempo deslocam-se para a doca de Alcântara.

No que apenas se refere às embarcações de pesca profissional, a doca de Alcântara é utilizada maioritariamente por embarcações registadas nas Delegações Marítimas de Vila Franca de Xira e da Trafaria, que se aqui deslocam pela altura da captura do polvo, mas também acolhe embarcações da Costa da Caparica que fazem porto de abrigo na Cova do vapor, que aqui acorrem em situações de mau tempo, conforme listagem a seguir que não tem pretensões de ser exaustiva, mas apenas ilustrativa, e foi realizada entre janeiro e abril de 2019.

Matrícula	Nome	Onde residem os armadores	Doca que frequentam
VX-690-L	Trovoada	Póvoa de Santa Iria	Alcântara
VX-697-L	Vamos com Deus	Póvoa de Santa Iria	Alcântara
VX-704-L	Lírio da Póvoa	Póvoa de Santa Iria	Alcântara
VX-722-L	Patrícia e Rafael	Alhandra	Alcântara
VX-725-L	Patrícia	Póvoa de Santa Iria	Alcântara
VX-726-L	Júlio	Vila Franca de Xira	Alcântara
VX-734-L	Santa Clara	Alhandra	Pedrouços
VX-745-L	Ruben André	Porto Alto	Pedrouços
VX-752-L	Mar Azul	Vila Franca de Xira	Alcântara
VX-758-L	Sereia	Porto Alto	Pedrouços
VX-765-L	Céu	Alhandra	Pedrouços
VX-767-L	Olá Susana	Moita (Gaio)	Pedrouços
VX-773-L	Barba Negra	Vila Franca de Xira	Pedrouços
TR-1439-L	Estrela do Sul	Cova do Vapor	Alcântara
TR-1489-L	Chora Agora	Olho de Boi	Alcântara
TR-1492-L	Tita	Costa da Caparica	Alcântara
TR-1511-L	Oxalá	Costa da Caparica	Alcântara
TR-1561-L	Deixa-os falar	Trafaria	Pedrouços e Alcântara
TR-1630-L	Matutage	Cova do Vapor	Alcântara
TR-1709-L	Avô Requinta	Costa da Caparica	Pedrouços
TR-1742-L	Marreta	Costa da Caparica	Alcântara
TR-1750-L	Zé	Alhandra	Pedrouços
LX-170-C	Latagão	Pedrouços	Pedrouços
S-1872-L	Virgem medianeira	Setúbal	Pedrouços e Alcântara
S-2025-C	João Francisco	Setúbal	Pedrouços
S-2038-C	Esplendor	Setúbal	Alcântara
S-2058-C	Argonauta	Setúbal	Pedrouços
S-2101-C	Milfontes	Setúbal	Pedrouços
S-2172-C	Nova Amizade	Setúbal	Pedrouços
SB-526-C	Gaivota Vivaz	Sesimbra	Pedrouços
SB-1059-C	Vontade de Deus	Sesimbra	Pedrouços e Alcântara
SN-870-C	Rio Sul	Sines	Pedrouços
SN-885-L	Perfeito Só Deus	Sines	Pedrouços
N-2578-C	Até amanhã camaradas	Nazaré	Pedrouços e Alcântara
VR-542-C	Espadim	Pedrouços	Pedrouços
VR-553-C	Pisoeiro	Pedrouços	Pedrouços

Listagem das embarcações com licença de pesca profissional no ano de 2018

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000023259	VX-711-L	Pica-pau	Vila Franca de Xira	Doca de Pedrouços	André Manuel Guerra	André Manuel Guerra	André Manuel Guerra
PRT000023265	VX-713-L	Primeiro navegante	Vila Franca de Xira	Doca de Alcântara	António Lopes Pereira	António Lopes Pereira	António Lopes Pereira
PRT000024508	VX-750-L	Senhora do cabo	Vila Franca de Xira	Doca de Alcântara	Ângelo da Guia Vieira	Ângelo da Guia Vieira	Paulo Alexandre Calçada Lopes
PRT000021200	LX-313-L	Concha	Lisboa	Doca de Pedrouços	José Alberto Faneco da Silva Lopes	José Alberto Faneco da Silva Lopes	José Alberto Faneco da Silva Lopes
PRT000021817	LX-320-L	Sável	Lisboa	Doca de Pedrouços	Delfim Paiva Catarino da Glória	Delfim Paiva Catarino da Glória	Delfim Paiva Catarino da Glória
PRT000022320	LX-322-L	Guppy	Lisboa	Doca de Pedrouços	Sérgio Miguel Rodrigues da Silva	Sérgio Miguel Rodrigues da Silva	Sérgio Miguel Rodrigues da Silva
PRT000022250	LX-326-L	Aladim	Lisboa	Doca de Pedrouços	André Filipe Viveiro Ferreira	André Filipe Viveiro Ferreira	António Joaquim Ferreira (é pai do armador)
PRT000021854	LX-348-L	Oren	Lisboa	Doca de Pedrouços	António Labrincha Nero	António Labrincha Nero	António Labrincha Nero
PRT000023800	LX-351-L	Pedro Cesar	Lisboa	Doca de Pedrouços	Carlos Manuel das Dores César	Carlos Manuel das Dores César	Carlos Manuel das Dores César
PRT000024019	LX-358-L	Bodião	Lisboa	Doca de Pedrouços	Orlando Manuel Vieira Pereira	Orlando Manuel Vieira Pereira	Orlando Manuel Vieira Pereira
PRT000023847	LX-360-L	Adelaide Maria	Lisboa	Doca de Pedrouços	José Eduardo Araújo Conte de Morais Couto	José Eduardo Araújo Conte de Morais Couto	José Eduardo Araújo Conte de Morais Couto
PRT000024396	LX-363-L	Chelas	Lisboa	Doca de Pedrouços	Telmo Daniel Martins Carrelo	Telmo Daniel Martins Carrelo	Telmo Daniel Martins Carrelo
PRT000024562	LX-366-L	Bicho	Lisboa	Doca de Pedrouços	Joaquim Manuel Costa Guedes	Joaquim Manuel Costa Guedes	Joaquim Manuel Costa Guedes
PRT000024763	LX-369-L	Cruca	Lisboa	Doca de Pedrouços	Vítor Manuel de Assunção Franco	Vítor Manuel de Assunção Franco	Vítor Manuel de Assunção Franco
PRT000024398	LX-372-L	Júnior	Lisboa	Doca de Pedrouços	Filipe Lindolfo dos Santos Lourenço	Filipe Lindolfo dos Santos Lourenço	Filipe Lindolfo dos Santos Lourenço
PRT000024983	LX-381-L	Novo Aladim	Lisboa	Doca de Pedrouços	Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes	Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes	Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes
PRT000020901	TR-1427-L	SARFIL	Trafaria	Doca de Pedrouços	Diogo Fernando da Silva Ferreira	Diogo Fernando da Silva Ferreira	Diogo Fernando da Silva Ferreira
PRT000021213	TR-1441-L	Temos Fé	Trafaria	Doca de Pedrouços	Pedro Alexandre dos Santos da Silva Morgado	Pedro Alexandre dos Santos da Silva Morgado	Pedro Alexandre dos Santos da Silva Morgado
PRT000021218	TR-1445-L	Graziela Pina	Trafaria	Doca de Pedrouços	Nelson Júlio Rocha Ferreira	Nelson Júlio Rocha Ferreira	Gonçalo Miguel Dinis Ferreira
PRT000019329	TR-1490-L	Toni-i	Trafaria	Doca de Pedrouços	Carlos Alberto Almeida Paiva	Carlos Alberto Almeida Paiva	Carlos Alberto Almeida Paiva
PRT000022673	TR-1494-L	Tainha	Trafaria	Doca de Pedrouços	Mário José da Conceição Gomes	Mário José da Conceição Gomes	Mário José da Conceição Gomes
PRT000023277	TR-1502-L	Ana Isabel	Trafaria	Doca de Pedrouços	António João dos Santos Graça	António João dos Santos Graça	António João dos Santos Graça
PRT000023316	TR-1514-L	O ilhote	Trafaria	Doca de Pedrouços	Rita Carolina dos Santos Antunes	Rita Carolina dos Santos Antunes	Bruno Alexandre Rodrigues Santos
PRT000023469	TR-1542-L	Adelaide	Trafaria	Doca de Pedrouços	Tiago Filipe dos Santos Neves	Tiago Filipe dos Santos Neves	Tiago Filipe dos Santos Neves
PRT000024197	TR-1633-L	Caracol	Trafaria	Doca de Pedrouços	José Francisco Pacheco de Freitas	José Francisco Pacheco de Freitas	José Francisco Pacheco de Freitas
PRT000024201	TR-1636-L	Nossa Sra de Fátima	Trafaria	Doca de Pedrouços	Ismael João Inácio	Ismael João Inácio	Ismael João Inácio
PRT000024525	TR-1669-L	Teipa	Trafaria	Doca de Pedrouços	Rui Manuel Pereira da Glória	Rui Manuel Pereira da Glória	Rui Manuel Pereira da Glória
PRT000024739	TR-1689-L	Alexandre carrelo	Trafaria	Doca de Pedrouços	Telmo Daniel Martins Carrelo	Telmo Daniel Martins Carrelo	Telmo Daniel Martins Carrelo
PRT000022328	TR-1740-L	Marbi	Trafaria	Doca de Pedrouços	Francisco António Ferreira	Francisco António Ferreira	Francisco António Ferreira
PRT000025016	TR-1743-L	Abençoado	Trafaria	Doca de Pedrouços	Carlos Miguel Barata Viegas Faria	Carlos Miguel Barata Viegas Faria	Carlos Miguel Barata Viegas Faria
PRT000021988	B-756-L	Mor	Barreiro	Doca de Pedrouços	Francisco António Ferreira	Francisco António Ferreira	Francisco António Ferreira

TABELA 16 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Lisboa.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

III.1.3. Caracterização pessoal, profissional, socioeconómica, nível de motivação, dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

A frota de Lisboa está praticamente toda concentrada na antiga Doca de Pesca de Pedrouços, apenas duas embarcações utilizam como abrigo frequente a Doca de Alcântara, já anteriormente referidas, que são "Primeiro Navegante", registo n.º VX-713-L, e "Senhora do Cabo", registo n.º VX-750-L.

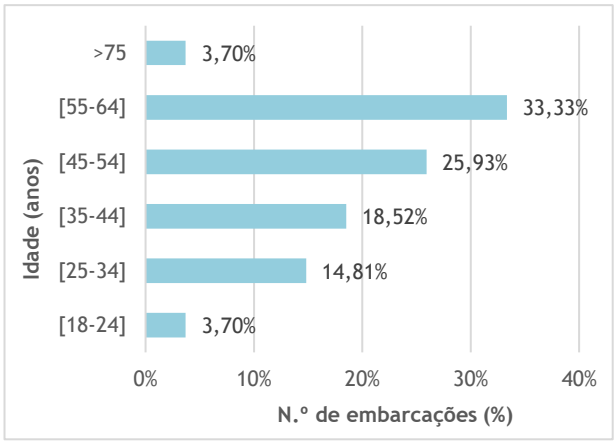
Os proprietários são os armadores e, com exceção de dois, que simultaneamente exercem a bordo as funções de arrais. Nestes dois casos, localizados em Pedrouços, os proprietários são familiares dos arrais, num dos casos é a esposa, no outro é a irmã, o que acontece por estratégia familiar. A pirâmide etária dos arrais está invertida, o que também significa maior experiência. Apenas 18,52% dos arrais têm menos de 34 anos, e destes 14,81% tem entre 25 e 34 anos, e igual percentagem tem entre 35 e 44 anos, o que totaliza 37,04%. Os restantes 62,96% têm mais de 45 anos, como se observa no gráfico de idades a seguir. A classe mais abrangente é a dos 55 aos 64 anos, constituída por 33,33% dos arrais, muitos dos quais a breve trecho podem abandonar a atividade pelo regime geral, e ainda se registam 3,70% dos arrais com mais de 75 anos, que apenas exercem a pesca porque lhes dá prazer, e não pela rentabilidade (fazem poucos dias de mar). O arrais mais novo tem 23 anos, o mais idoso tem 76 anos, e a média de idades dos arrais fixa-se em 48,67 anos (referente ao ano de 2018).

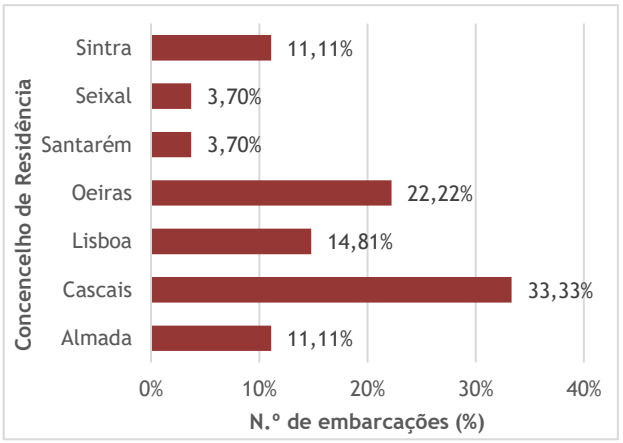
Os arrais têm origens em locais muito distintos e, nalguns casos, muito distantes, mas a maior parte nasceu em Lisboa (25,93%), Oeiras (22,22%), Sintra (7,41%) e Cascais (7,41%), que em conjunto representam 62,96%. Os restantes 37,04% têm todos origens diversas, alguns nasceram em território nacional, nomeadamente em Almada, Mafra, Ferreira do Zêzere, Olhão, Portimão, Sagres e Santarém, outros nos antigos territórios ultramarinos, nomeadamente em Moçambique e Nova Lisboa (Angola), como se observa no gráfico seguinte. Os arrais oriundos das antigas províncias ultramarinas trabalhavam em navios do alto mar que descarregavam na antiga doca de pesca de Pedrouços, e por aqui ficaram com o fim do Estado Novo, operando nas pescas costeira e local. Neste momento, a maior parte destes arrais reside nos concelhos de Cascais (33,33%), Oeiras (22,22%), Lisboa (14,81%), Sintra (11,11%) e Almada (11,11%), o que em conjunto representam 92,59%. Os demais 7,41% residem em Seixal (3,70%) e Santarém (3,70%). Fica claro que o critério para estes arrais utilizarem este abrigo é a proximidade do local de residência, e também o facto de não existir qualquer outro abrigo da margem Norte do rio Tejo (o abrigo de Paço de Arcos está lotado, tal como o de Cascais).

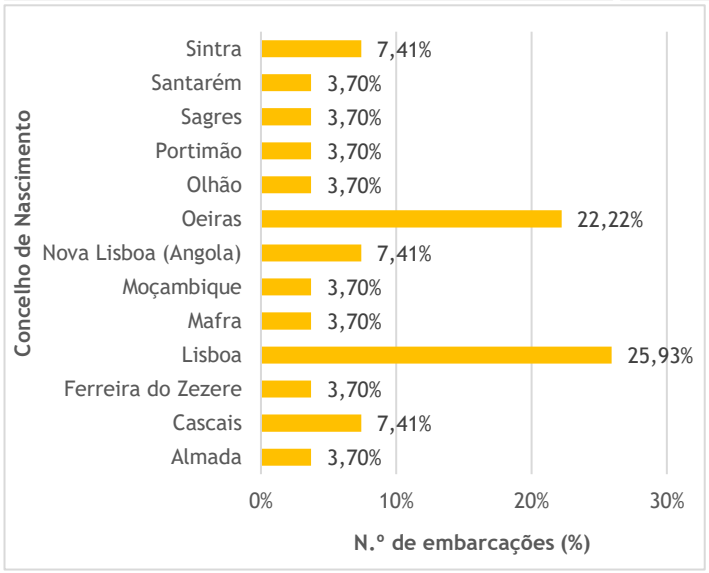
Quanto ao estado civil, 55,56% estão casados ou vivem em regime de união de facto, dos quais 33,33% são casados, e 44,44% são solteiros ou estão divorciados, dos quais 37,04% estão solteiros, como se observa no gráfico a seguir. É uma percentagem grande de arrais solteiros, o que evidencia uma rotura com a tradição do que era a família tradicional.

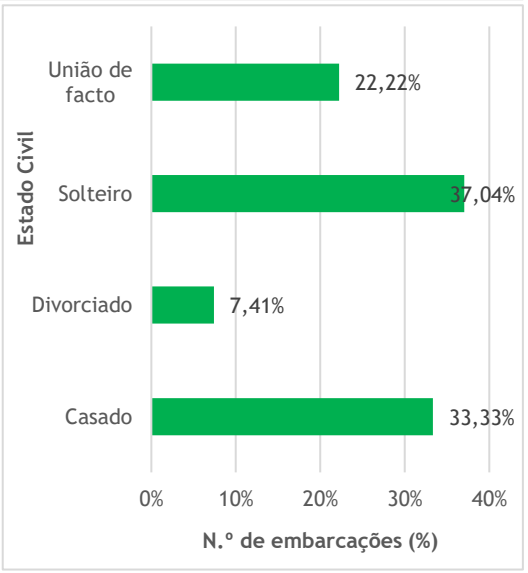
A maior parte destes arrais iniciaram a aprendizagem da prática da pesca muito cedo; 62,96% entre os 5 e os 14 anos, dos quais 22,22% entre os 5 e os 9 anos de idade. Os restantes 37,04% iniciaram a aprendizagem da pesca entre os 15 e os 29 anos, dos quais 22,22% entre os 15 e os 19 anos, como se observa no gráfico seguinte. Já o início da pesca profissional aconteceu mais tarde, na maior parte das vezes entre os 15 e os 19 anos (44,44%), entre os 20 e os 24 anos (14,81%), e entre os 30 e os 34 anos (14,81%). Apenas 7,41% iniciaram a pesca profissional até aos nove anos, e 11,11% fizeram-no depois dos 35 anos, como se observa no gráfico seguinte. Verifica-se nesta comunidade uma grande clivagem entre a data de início da aprendizagem da atividade e a data em que efetivamente iniciaram a pesca profissional, o que sugere que muitos terão tentado outra atividade económica, sem sucesso, e por isso o regresso tardio à pesca profissional.

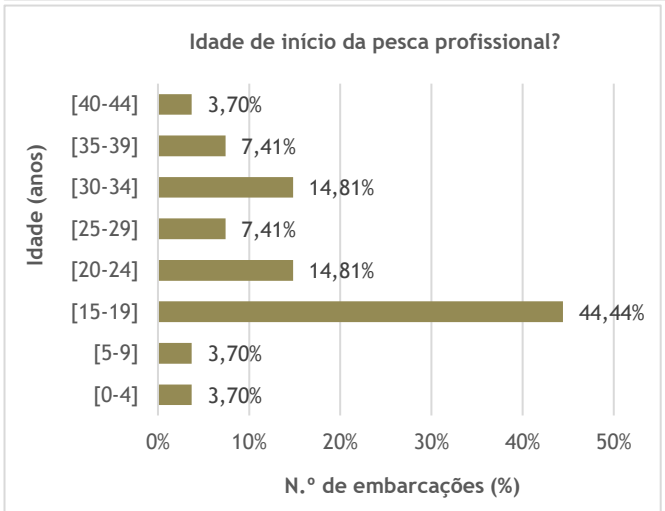
Descartada está a possibilidade de o tempo que medeia entre a aprendizagem inicial e o início da pesca profissional tenha sido passado na escola, uma vez que 77,78% não excederam o 3º ciclo (7º, 8º e 9º Anos), e destes 22,22% não excederam sequer o primeiro ciclo (1º, 2º 3º e 4º Anos). Apenas 22,22% frequentaram o secundário (10º, 11º e 12º Anos), e nem todos o concluíram. No entanto, houve os que concluíram e ainda procuraram prosseguir estudos, como Francisco Xavier Segurado Fernandes, proprietário e arrais da embarcação "Novo Aladim", conjunto de identificação LX-381-L, que começou por estudar Engenharia de Máquinas na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, em Lisboa. Notar ainda que muitos destes arrais frequentaram cursos profissionais ligados ao mar e às pescas no Instituto de Tecnologias Náuticas, com equivalência ao 9º ano ou, quando mais abrangentes, ao 12º ano, como aconteceu com Francisco Xavier Segurado Fernandes, mas também com Diogo Fernando da Silva Ferreira, proprietário e armador da embarcação "Latagão", registo n.º LX-170-C, cujo mestre é o seu pai, única embarcação costeira registada em Lisboa.

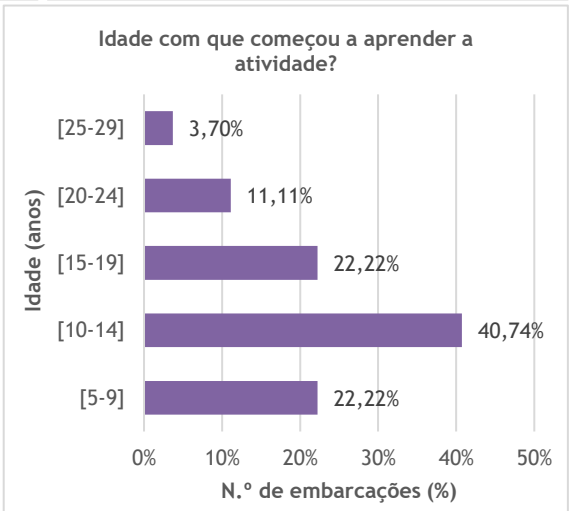

Idade (anos)
>75
[55-64]
[45-54]
[35-44]
[25-34]
[18-24]
3,70%
33,33%
25,93%
18,52%
14,81%
3,70%
0%
10%
20%
30%
40%
N.º de embarcações (%)

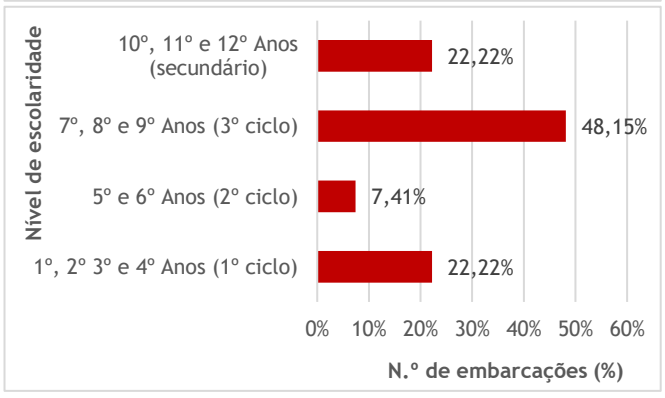

Concencelho de Residência
Sintra
Seixal
Santarém
Oeiras
Lisboa
Cascais
Almada
11,11%
3,70%
3,70%
22,22%
14,81%
33,33%
11,11%
0%
10%
20%
30%
40%
N.º de embarcações (%)

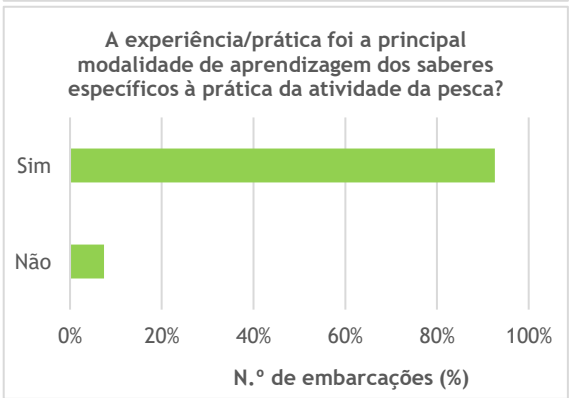

Concelho de Nascimento
Sintra
Santarém
Sagres
Portimão
Olhão
Oeiras
Nova Lisboa (Angola)
Moçambique
Mafra
Lisboa
Ferreira do Zezere
Cascais
Almada
7,41%
3,70%
3,70%
3,70%
3,70%
22,22%
7,41%
3,70%
3,70%
25,93%
3,70%
7,41%
3,70%
0%
10%
20%
30%
N.º de embarcações (%)


Estado Civil
União de facto
Solteiro
Divorciado
Casado
22,22%
37,04%
7,41%
33,33%
0%
10%
20%
30%
40%
N.º de embarcações (%)


Idade de início da pesca profissional?
Idade (anos)
[40-44]
[35-39]
[30-34]
[25-29]
[20-24]
[15-19]
[5-9]
[0-4]
3,70%
7,41%
14,81%
7,41%
14,81%
44,44%
3,70%
3,70%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
N.º de embarcações (%)

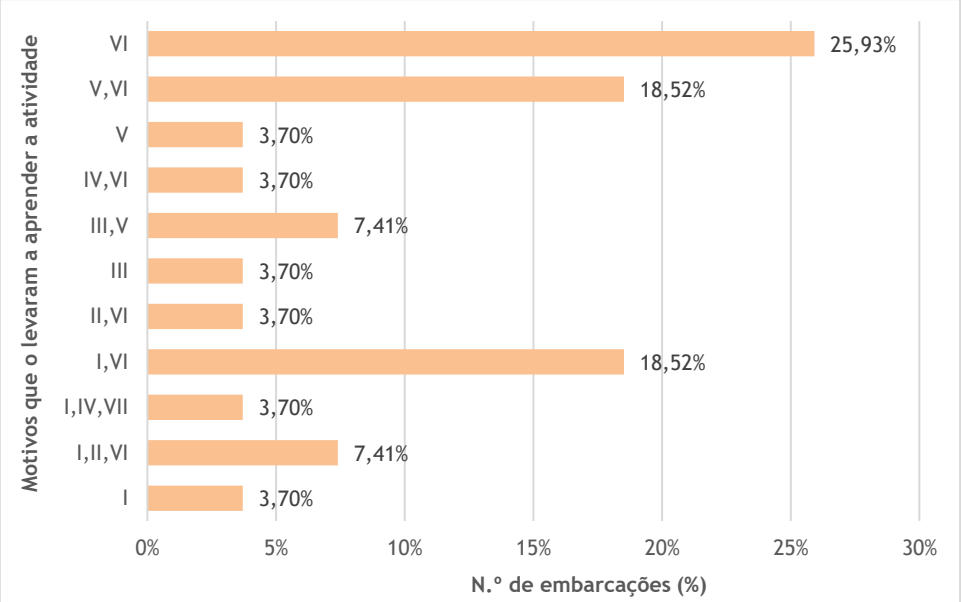

Idade com que começou a aprender a atividade?
Idade (anos)
[25-29]
[20-24]
[15-19]
[10-14]
[5-9]
3,70%
11,11%
22,22%
40,74%
22,22%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
N.º de embarcações (%)


Nível de escolaridade
10º, 11º e 12º Anos (secundário)
7º, 8º e 9º Anos (3º ciclo)
5º e 6º Anos (2º ciclo)
1º, 2º 3º e 4º Anos (1º ciclo)
22,22%
48,15%
7,41%
22,22%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
N.º de embarcações (%)


A experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca?
Sim
Não
0%
20%
40%
60%
80%
100%
N.º de embarcações (%)

Todos os arrais iniciaram a atividade profissional na qualidade de "pescador", e em 92,59% dos casos a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

Os motivos que levaram os arrais a aprender a atividade são diversos, e todos eles relevantes, mas destaca-se o gosto pela pesca (81,48%), por ser uma atividade com tradição familiar e para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família (37,04%), pela rentabilidade da pesca na altura em que começaram a atividade (29,63%), para ajudar a família devido a dificuldades económicas (11,11%), e também por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento (11,11%), como se observa no gráfico seguinte.



Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iv) Para assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família; (v) Boa rentabilidade da pesca; (vi) Gosto pela pesca; e (viii) Por imposição dos pais.

O agregado familiar de cada um dos 27 arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 74 pessoas (incluindo os arrais): cinco na Doca de Alcântara e 69 na antiga doca de pesca de Pedrouços, em Algés. No global, 14,81% dos arrais vivem sozinhos, ou seja, o seu agregado familiar são apenas eles próprios, a chamada família unipessoal, ainda assim valor inferir ao número de arrais solteiros. O mais representativo é a família monoparental, agregados com duas pessoas, situação que enquadra 37,04% dos arrais. No entanto, há arrais que têm duas pessoas no seu agregado familiar e pode não ser um descendente, acontece ser um ascendente, e também acontece ser o tipo de família informal, em que a legitimidade se dá pela convivência, sem que a união do casal tenha sido oficializada. O número de arrais que têm três ou quatro pessoas no seu agregado familiar é de 18,52% em cada uma das situações, corresponde à família matrimonial, e 11,11% tem cinco pessoas no seu agregado familiar, são famílias alargadas, como se observa ano gráfico seguinte.

Das 74 pessoas que constituem os agregados familiares dos arrais, apenas 29 trabalham na pesca, o que inclui os próprios arrais. Sabendo que os arrais são 27, que correspondem às 27 embarcações inquiridas, significa que apenas duas pessoas dos seus agregados familiares participam ativamente do quotidiano piscatório. O que é um valor muito reduzido, e isso explica porque 92,59% dos arrais operaram sozinhos ou com pessoas a bordo que não pertencem ao seu agregado familiar, e apenas 7,41% operam com um tripulante a bordo do seu agregado familiar, no essencial os filhos e primos, como se observa no gráfico seguinte. Na doca de Alcântara os dois arrais trabalham sozinhos, sem apoio de família e sem outras pessoas embarcadas, ajudando-se mutuamente (aliás, é frequente ver os dois arrais juntarem-se e utilizarem apenas uma embarcação).

Questionados os marítimos que governam as embarcações se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a sua atividade, 92,59% responderam que não, e apenas 7,41% responderam sim, que pertencem à comunidade piscatória de

Pedrouços, como se observa no gráfico seguinte. De salientar que os dois arrais que utilizam a muralha Norte da Doca de Alcântara, fazendo uso do cartão de acesso, não dispõem de descendência para continuar a atividade.

Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 55,56% dos casos estão certificados com a categoria de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca profissional. Seguem-se 22,22% dos marítimos habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior nos escalões da mestrança, 18,52% com a categoria de "contramestre pescador", e 3,70% com a categoria de "mestre costeiro pescador", categorias que são bastante elevadas para a pesca local, como se observa no gráfico seguinte. Os dois arrais que utilizam como abrigo da doca de Alcântara têm a categoria de "arrais de pesca". A maior parte das embarcações que operam maioritariamente no rio Tejo são governadas por "arrais de pesca local", e é nas embarcações que tanto operam em águas interiores como em águas marítimas que mais se observam a operar arrais com categorias superiores.

Os arrais que têm maiores qualificações profissionais, ou seja, que obtiveram categorias maiores nos escalões de mestrança, fizeram-no para adquirir mais conhecimento e para progredir profissionalmente, na espectativa de um dia poderem laborar em embarcações de maior porte e em outras zonas de pesca. Importa notar que o mestre costeiro pescador pode governar embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 33 m ou de arqueação bruta até 250 (desde que opere na área limitada a norte pelo paralelo 48ºN e a oeste pelo meridiano 14ºW até ao paralelo 43ºN; a partir daí, pelo meridiano 35ºW até ao paralelo 32ºN; a partir daí, pelo meridiano 20ºW até ao paralelo 20ºN; a partir daí, pelo meridiano 25ºW até ao paralelo 15ºN), e pode ser o segundo de navegação de embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 45m ou de arqueação bruta até 700. Curiosamente, os mestres mais qualificados já operavam em embarcações da pesca longínqua antes do fim do Estado Novo, e sustentam a vontade de voltar a esse tipo de pescaria, e os mestres menos qualificados são os mais novos, estão há menos tempo na pesca, e não mostram vontade de fazer formação para adquirir um escalão superior de mestrança.

A pesca é a atividade principal de 77,78% dos arrais, 70,37% dos quais na doca de Pedrouços e 7,41% na doca de Alcântara, como se observa no gráfico seguinte. Os demais 22,22%, todos localizados na doca de Pedrouços, desenvolvem a pesca de forma suplementar a outras atividades, essas sim atividades principais, pelo que suspende a pesca em períodos específicos do ano, e, nalguns casos, chegam mesmo a suspender a pesca ao longo de todo o ano. As atividades que exercem são diversas. Com pormenor, André Filipe Viveiro Ferreira, proprietário e armador da embarcação "Aladim", registo n.º LX-326-L, exerce a tempo inteiro funções de Assistente de Galeria de Arte no Estoril (a embarcação é governada pelo seu pai, António Joaquim Ferreira, um experiente mestre de pesca), Mário José da Conceição Gomes, proprietário, armador e arrais da embarcação "Tainha", registo n.º TR-1494-L, integra a tripulação do NI "Noruega" quando existem campanhas de investigação, José Alberto Faneco da Silva Lopes, proprietário, armador e arrais da embarcação "Concha", registo n.º LX-313-L, dedica-se à atividade de construção civil (faz pequenas obras), Vítor Manuel de Assunção Franco, proprietário, armador e arrais da embarcação "Cruca", registo n.º LX-369-L, é comerciante de pescado e também é proprietário de uma embarcação costeira no porto de pesca da Ericeira, Delfim Paiva Catarino da Glória proprietário, armador e arrais da embarcação "Sável", registo n.º LX-320-L, emigrou para trabalho sazonal no Brasil, e Rui Manuel Pereira da Glória, proprietário, armador e arrais da embarcação "Teipa", registo n.º TR-1669-L, trabalha no setor secundário.

A juntar aos 22,22% de arrais para quem a pesca não é atividade principal, e que a têm de suspender para exercer as suas atividades principais, estão mais 14,81% de arrais que exercem outras atividades económicas de forma complementar (regime de compatibilidade) sem suspender a pesca. Ou seja, apenas 62,96% dos arrais não desenvolvem outras atividades económicas para além da pesca (37,04% têm outras atividades), como se observa ano gráfico seguinte. Trata-se de marítimos que se dedicam pontualmente a outras profissões, muito variadas, quando "não está a dar peixe". Por exemplo, quando baixa a rentabilidade da pesca, um dos dois arrais da doca de Alcântara trabalha complementarmente no transporte privado urbano (UBER) (Paulo Alexandre Calçada Lopes, arrais da embarcação "Senhora do Cabo, registo n.º VX-750-L"), e na doca de Pedrouços um arrais tem participação no restaurante e snack-bar "BUZI", no Bairro das Amendoeiras, em Chelas (Telmo Daniel Martins Carrelo, alcunha Teca, proprietário, armador e arrais das embarcações "Chelas", registo n.º LX-363-L, e "Alexandre Carrelo", registo n.º TR-1689-L).

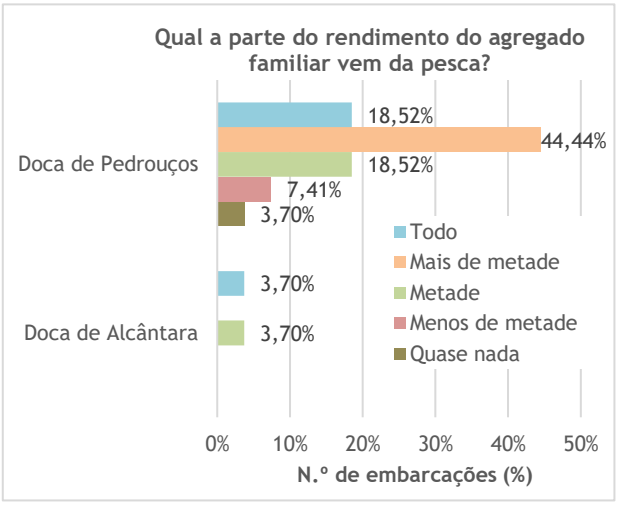
Em resumo, 62,96% dos arrais trabalham em exclusividade na pesca (59,26% na doca de Pedrouços e 3,70% na doca de Alcântara), 22,22% têm a pesca como uma atividade completar à sua atividade profissional principal (é necessário suspender uma para exercer a outra), e 14,81% têm uma atividade

que exercem em regime de complementaridade com a pesca quando "não está a dar peixe", como se observa no gráfico seguinte (11,11% na doca de Pedrouços e 3,70% na doca de Alcântara).

Dos 62,96% dos arrais que não desenvolvem outras atividades económicas para além da atividade piscatória, atrás referidos, um arrais de Pedrouços já está reformado (representa 3,70%), e apenas continua a laborar como forma de conseguir um suplemento para a sua reforma, que é baixa, e resultou de outras atividades ligadas ao mar que exerceu ao longo da vida. Desta forma, concluiu-se que apenas 59,26% dos arrais de Lisboa dependem em exclusivo da pesca como fonte de subsistência, uma alteração de paradigma neste espaço concelhio que é comum à verificada nos demais territórios ribeirinhos do estuário do rio Tejo.

É de realçar a grande polivalência de alguns marítimos, que fazem todos os trabalhos a bordo, tendo em vista a conservação e manutenção das suas embarcações, com destaque absoluto para António Joaquim Ferreira, habilitado com a categoria de mestre costeiro pescador, a maior observada no estuário do rio Tejo, que governa a embarcação "Aladim" e apresenta grande aptidão para a serralharia e para a reparação de embarcações de casco em madeira. Aliás, está a restaurar duas embarcações com cerca de 20 m de comprimento fora a fora no antigo estaleiro do Porto Brandão, nas quais fez várias viagens ao Norte de África ainda durante o Estado Novo (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias n.^{os} LIV. IV. XXVI. 36 a LIV. IV. XXVI. 39). De destacar ainda que os arrais que não conseguimos inquirir têm outras atividades, inclusive um deles exerce a atividade de comerciante de pescado.

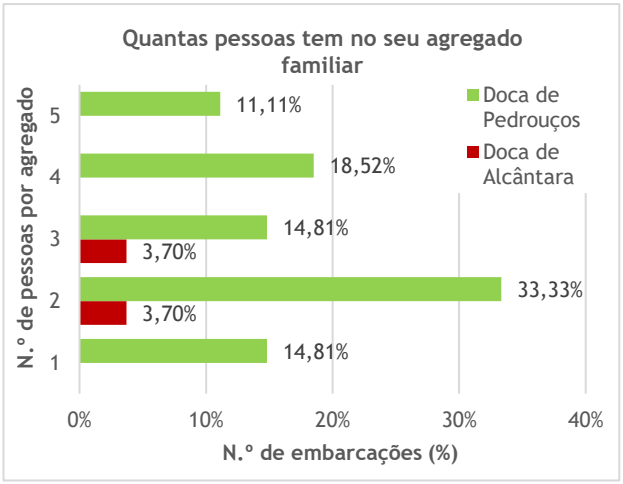
Ainda relevante para esta temática é perceber qual a parte do rendimento do agregado familiar dos arrais, vem da pesca. Como se observa no gráfico seguinte, 3,70% responderam "quase nada", 7,41% "menos de metade", 22,22% "metade", 44,44% "mais de metade", e 22,22% "todo" (3,70% na doca de Alcântara e 18,52% na doca de Pedrouços).

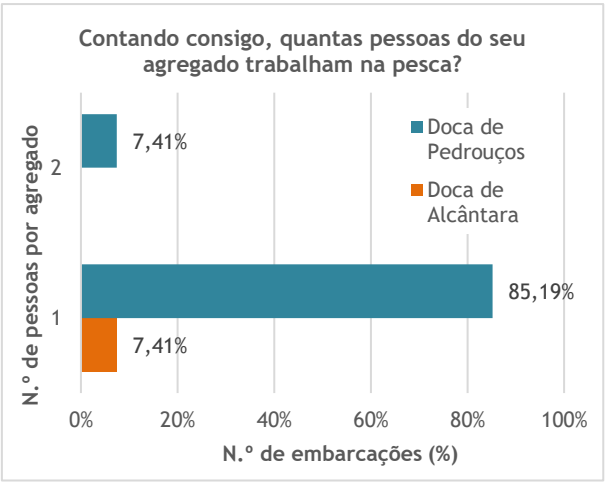


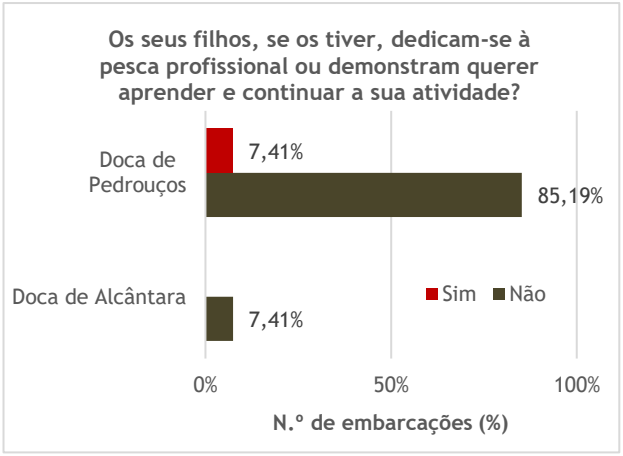
Os arrais que indicaram que o rendimento do agregado familiar depende totalmente da pesca, não exercem outra atividade e não têm elementos no agregado familiar ou, se os têm, não estão a exercer uma atividade produtiva, e os demais são os que exercem outras atividades ou são casados, e as esposas com o rendimento do seu trabalho contribuem para o rendimento líquido do agregado familiar.

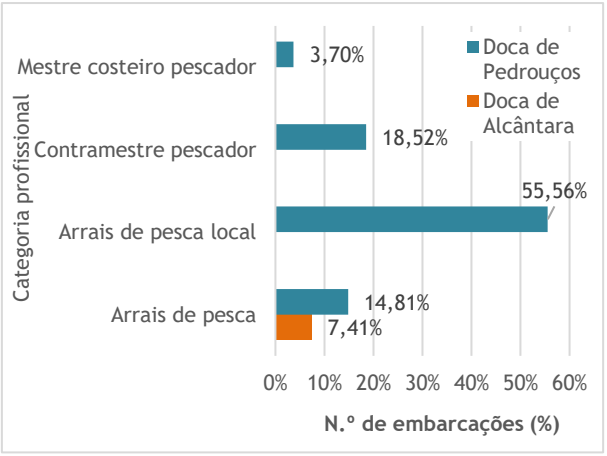
Questionámos os arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina embarcada ou a apoiar nos trabalhos em terra, e todos responderam que não. Efetivamente, a mulher neste concelho está praticamente ausente nas pescas estuarina e de águas marítimas, o que encontra resposta no passado e na tradição da comunidade piscatória que recentemente se formou em Lisboa. Como sabemos, a doca de Pedrouços era utilizada pela grande frota e não tinha mulheres embarcadas, essas apenas se limitavam ao trabalho em terra na comercialização do pescado. Hoje, a única exceção é Tânia Graça, pescadora, que anda embarcada na embarcação "Ana Isabel" (TR-1502-L), de que o seu marido, António João dos Santos Graça (alcunha Toni, ou o Ronaldo das Pescas), é proprietário e arrais. Este casal reside em Almada, e em função das pescarias, utiliza tanto o abrigo da Cova do Vapor como a antiga doca de pesca de Pedrouços. Para além desta mulher, que anda diariamente na labuta das fainas marítimas, e sempre acompanha o marido (mesmo nas pescas mais difíceis), começou recentemente uma jovem a aprender a atividade, Beatriz Delgado, filha de Francisco António Ferreira, proprietário, armador e arrais das embarcações "Mor" (B-756-L) e "Marbi" (TR-1740-L), sendo cedo para saber se vai vingar na atividade.

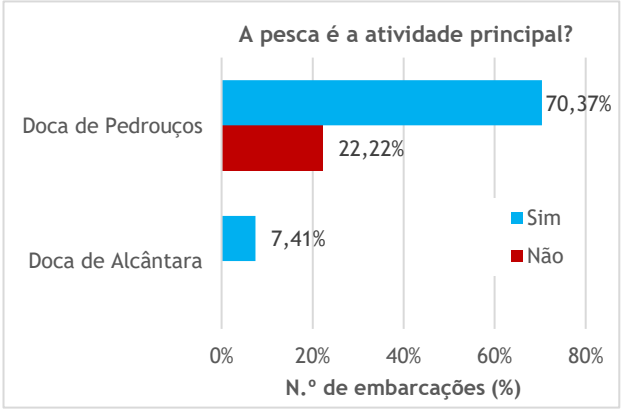
Em Pedrouços, a residir num espaço adaptado da antiga doca de Pesca, a Sra. Guilhermina, casada com o mestre José Pisoeiro, proprietário, armador e arrais da embarcação "Pisoeiro" (VR-553-C), que também tem abrigo nesta doca, dedica-se a entralhar redes a quem, nesta doca, lhe encomenda o serviço. Raramente vai à pesca, mas frequentemente prepara redes em terra.

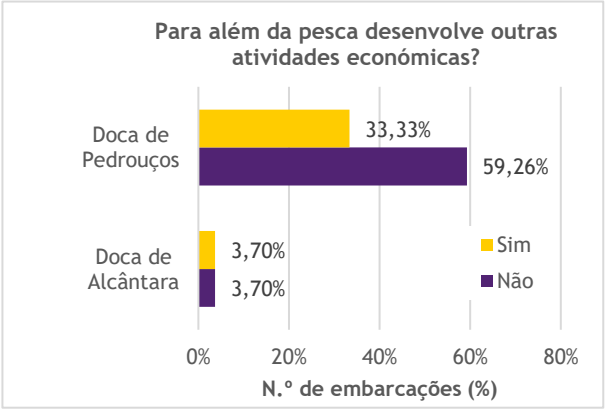

Quantas pessoas tem no seu agregado familiar
N.º de pessoas por agregado
5
4
3
2
1
11,11%
18,52%
14,81%
3,70%
33,33%
3,70%
14,81%
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
0%
10%
20%
30%
40%
N.º de embarcações (%)

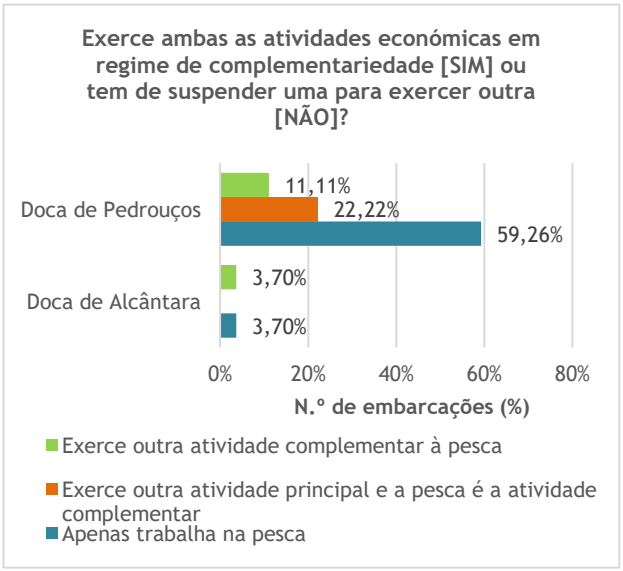

Contando consigo, quantas pessoas do seu agregado trabalham na pesca?
N.º de pessoas por agregado
2
1
7,41%
85,19%
7,41%
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
0%
20%
40%
60%
80%
100%
N.º de embarcações (%)

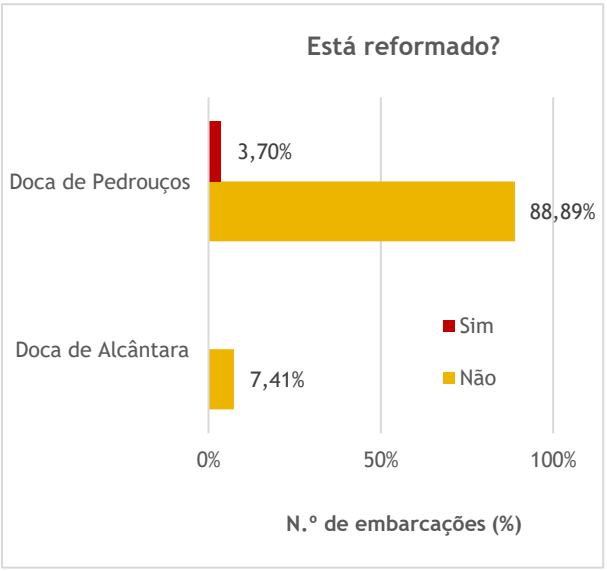

Os seus filhos, se os tiver, dedicam-se à pesca profissional ou demonstram querer aprender e continuar a sua atividade?
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
7,41%
85,19%
7,41%
Sim
Não
0%
50%
100%
N.º de embarcações (%)


Categoria profissional
Mestre costeiro pescador
Contramestre pescador
Arrais de pesca local
Arrais de pesca
3,70%
18,52%
55,56%
14,81%
7,41%
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
N.º de embarcações (%)


A pesca é a atividade principal?
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
70,37%
22,22%
7,41%
Sim
Não
0%
20%
40%
60%
80%
N.º de embarcações (%)


Para além da pesca desenvolve outras atividades económicas?
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
33,33%
59,26%
3,70%
3,70%
Sim
Não
0%
20%
40%
60%
80%
N.º de embarcações (%)


Exerce ambas as atividades económicas em regime de complementariedade [SIM] ou tem de suspender uma para exercer outra [NÃO]?
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
11,11%
22,22%
59,26%
3,70%
3,70%
0%
20%
40%
60%
80%
N.º de embarcações (%)
Exerce outra atividade complementar à pesca
Exerce outra atividade principal e a pesca é a atividade complementar
Apenas trabalha na pesca

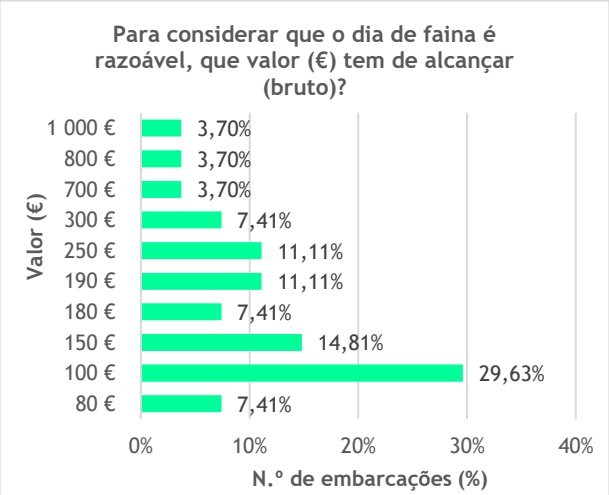

Está reformado?
Doca de Pedrouços
Doca de Alcântara
3,70%
88,89%
7,41%
Sim
Não
0%
50%
100%
N.º de embarcações (%)

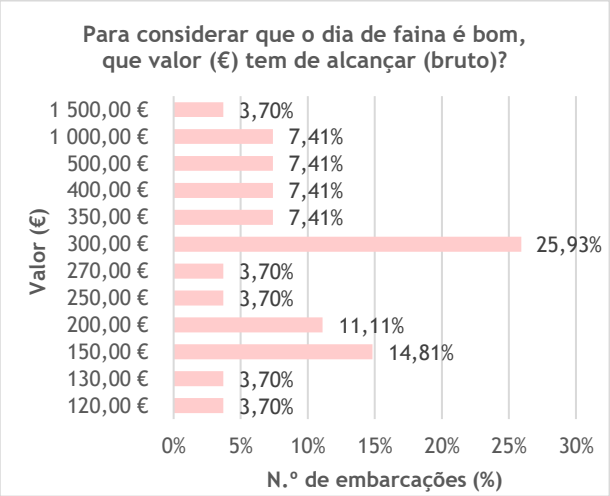
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 37,04% responderam entre 80,00€ e 100,00€, inclusive, dos quais 29,63% responderam 100€. Depois, 33,33% responderam entre 150€ e 190€, inclusive, dos quais 14,81% responderam 150€, 7,41% responderam 180€, e 11,11% responderam 190€. A seguir, 11,11% responderam 250€, e 7,41% responderam 300€. Por fim, 3,70% responderam 700€ e igual percentagem respondeu 800€, como se observa no gráfico seguinte. No mínimo a reposta foi de 80,00€, no máximo foi de 1.000,00€, e em média dá o valor de 234,81€.

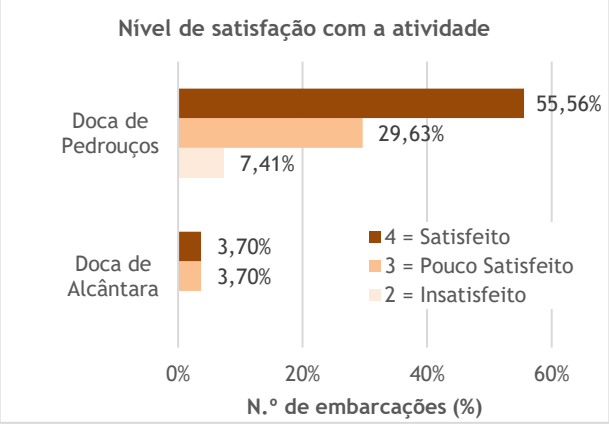
De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 33,33% responderam entre 120€ e 200€, inclusive, dos quais 14,81% responderam 150€ e 11,11% responderam 200€. Outros 33,33% responderam entre 250€ a 300€, inclusive, dos quais 25,93% responderam 300€. Os demais 33,33% responderam entre 350€ e 1.500€, inclusive, dos quais 22,22% responderam entre 350€ e 500€, inclusive, e 7,41% responderam 1.000€ e 3,70% responderam 1.500€, como se observa no gráfico a seguir. No mínimo a reposta foi de 120,00€, no máximo foi 1.500,00€, e em média dá o valor de 372,96€

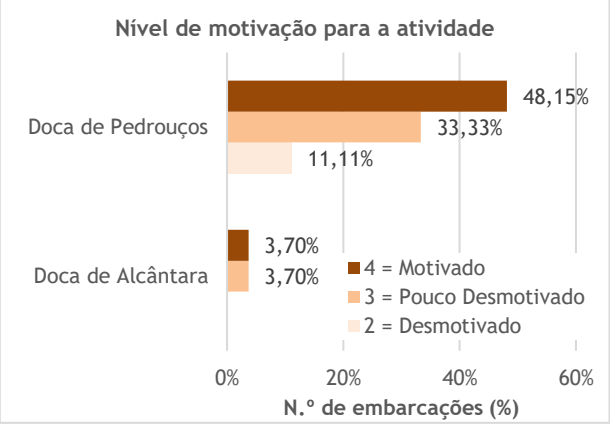
Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 80€ e 1.000€ e no máximo entre 120€ e 1.500€. Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações de maior porte, com mais tripulantes, com maior investimento em equipamento e tecnologia a bordo, uma das quais já tem instalado o estivador de redes ("Ana Isabel" - TR-1502-L), a única em todo o Tejo com esta máquina, e governadas por arrais que arriscam e são ambiciosos.

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 7,41% dos arrais de Pedrouços estão insatisfeitos, 33,33% estão pouco satisfeitos, dos quais 3,70% na doca de Alcântara e 29,63% na doca de Pedrouços, e 59,26% estão satisfeitos, dos quais 3,70% na doca de Alcântara e 55,56% na doca de Pedrouços. Sobre o nível de motivação, 11,11% dos arrais de Pedrouços estão desmotivados, 37,04% estão pouco desmotivados, dos quais 3,70% na doca de Alcântara e 33,33% na doca de Pedrouços, e 51,85% estão motivados, dos quais 3,70% na doca de Alcântara e 48,15% na doca de Pedrouços, como se observa nos gráficos a seguir. A acompanhar este feedback que no geral é positivo, foram feitas muitas críticas pelos arrais às as condições de trabalho existentes, muito débeis, e por ser muito reduzido o espaço de pesca na foz pela enormidade da largura do canal de navegação.







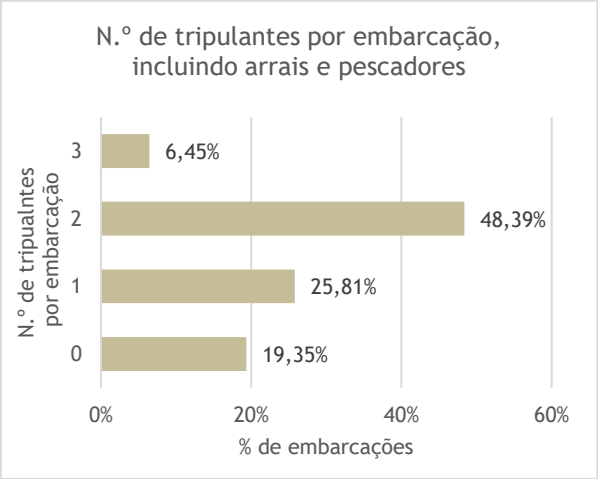


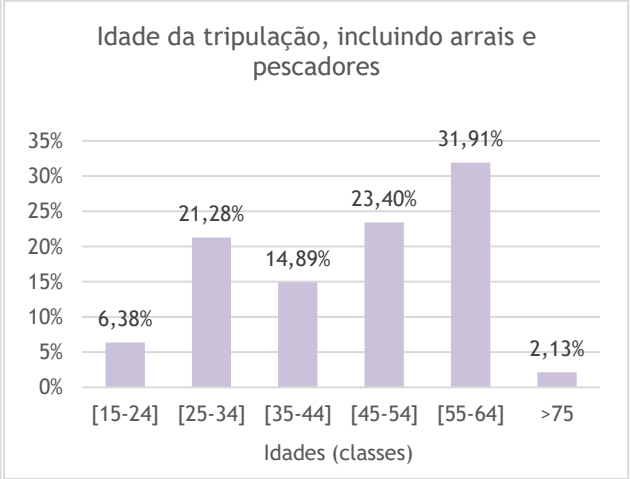
III.1.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[98]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas 31 embarcações de pesca local lisbonenses com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados 42 marítimos, quatro na Doca de Alcântara e 38 na antiga doca de pesca de Pedrouços, incluindo arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 19,35% das embarcações não tinham matriculado qualquer tripulante, ou seja, não tinham rol de tripulação válido, 25,81% das embarcações tinham matriculado apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local, 48,81% tinham matriculado dois tripulantes, e 6,45% tinham matriculado três tripulantes, como se observa no gráfico a seguir. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos, que neste concelho abrange cinco indivíduos e uma mulher.

De salientar que apesar de apenas termos inquirido 27 das 31 embarcações, como já referimos anteriormente, os dados agora apresentados, referentes às matrículas de tripulação, representam a totalidade das matrículas, como referido na metodologia, e, de forma complementar, em nota de rodapé nesta página. Já as formas de remuneração representam apenas as respostas das embarcações inquiridas.

As embarcações "Marbi" (TR-1740-L) e "Mor" (B-756-L) possuíam rol de tripulação coletivo[99], constituído por dois marítimos. Neste caso apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Ou seja, considerámos que cada uma destas embarcações opera com dois tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores", porque efetivamente cada uma destas pode operar com os dois tripulantes, mas apenas se contaram dois tripulantes (e não quatro) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos 42 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".





Sobre a distribuição dos marítimos, 9,52% estão na Doca de Alcântara e 90,48% na antiga doca de pesca de Pedrouços, e sobre as categorias profissionais, 28,57% têm a categoria de pescador, 38,10% a categoria de arrais de pesca local, 19,05% a categoria de arrais de pesca, 19,90% a categoria de contramestre pescador e 2,38% a categoria de mestre costeiro pescador, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está a fazer a transição para o densamente envelhecido, uma vez que 57,45% tem mais de 45 anos, e destes 31,91% tem idades compreendidas entre 55 e 64 anos, e 2,13% têm mais de 75 anos, como se observa no gráfico a seguir.

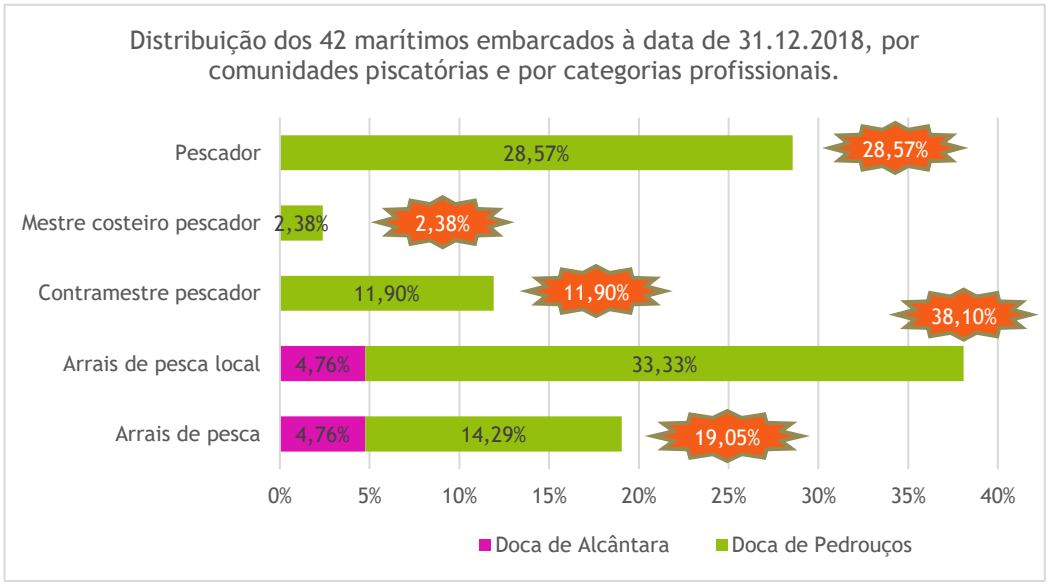
Sobre a forma de remuneração, o que apenas se aplica às embarcações tripuladas no mínimo por dois marítimos, 5,56% repartem o produto da pescaria em partes iguais, porque são familiares diretos (pais e filhos), 16,67% recebem em dinheiro (40€ a 50€, por embarque), e 77,78% recebem em quinhões

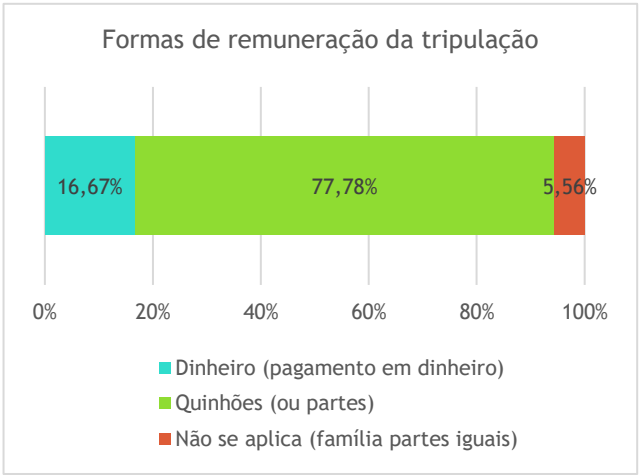
[98] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos rols de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. Representam, por isso, a totalidade da frota. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário, pelo que representam apenas as embarcações inquiridas.

[99] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.

(as embarcações têm uma parte), e o valor a receber pelos tripulantes varia em função do produto da pescaria (pago em dinheiro), como se observa ano gráfico a seguir. Neste último caso, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, aquisição de isco, transporte para ir buscar o isco, ou outras. Cada embarcação tem um sistema próprio, que é aceite por todos os camaradas, uns mais solidários que outros. Por exemplo, na embarcação "Novo Aladim", registo n.º LX-381-L, que de Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes é proprietário e armador, exercendo a bordo as funções de arrais, quando o saldo da semana é inferior a 500 euros, após retirada da despesa, o que sobra é dividido pela tripulação em partes iguais, não havendo parte para a embarcação.

A maior parte dos marítimos são constantes, no sentido em que andam regularmente matriculados nas mesmas embarcações. No entanto, nesta comunidade também se observa o ajuntamento de duas tripulações, especialmente nos casos em que os arrais operam sozinhos, mas apenas sem situações pontuais, para determinadas pescarias, porque a rentabilidade da atividade não permite esta situação como uma opção quotidiana.





III.1.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

A comunidade piscatória de Pedrouços é conhecida pela utilização predominante de armadilhas de gaiola – covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, para captura do polvo-comum. A abundância de bivalves na foz do rio Tejo, realçada aquando da predação da amêijoa-macha, no início do século XXI, propiciou a emergência desta comunidade com artes específicas direcionadas ao polvo. Em 2018, 16 embarcações operaram com covos, entre a Ponte 25 de Abril e o Bugio, ao longo de todo o ano, com exceção de meses de defeso (julho e agosto). Com esta dimensão e com estas características, este é o mais importante aglomerado piscatório do Tejo a fazer esta pesca, apenas tem a rivalidade da comunidade da Banática, em Almada. Embora constituída por apenas uma embarcação que trabalha em exclusivo com os covos no gargalo do Tejo, ao longo de todo o ano, excetuando os meses de defeso, note-se que é tida pelos pares como a campeã da pesca com esta arte na foz do rio Tejo. As embarcações que não têm licença de covos, operam com piteira ao polvo. Em 2018 foram dez as embarcações a operarem durante todo o ano com esta arte, excetuando os meses de defeso (julho e agosto). Raramente a atividade não cessa no defeso. Esta arte é constituída por uma coroa de seis anzóis, barbelados, e é iscada com tainha, cavala ou sardinha, que os pescadores apanham nas redes (quando são iscadas com tainha, a cabeça é cortada, e apenas são utilizados o rabo e o longo). Cada marítimo opera com duas piteiras, mesmo os que exercem a bordo as funções de arrais, ostentando grande especialização na operação com esta arte. Como espécies acessórias, com covos captura-se navalheiras, congro e, muito ocasionalmente, choco, e com piteiras congro e santolas.

Existindo uma parte substancial da frota dedicada a estas duas artes, focadas na captura do polvo, nos meses de julho e agosto é quando a operação é menor. Alguns marítimos aproveitam para tirar férias, outros para fazer a manutenção das embarcações, ou para prepararem material de pesca, outros ainda operam com aparelho de anzol, redes de um pano e canas e linhas de mão, e, pelo menos a tripulação de uma embarcação (dois marítimos), dedicam-se a apanhar percebes na Reserva Natural das Berlengas, devidamente habilitados para o efeito, produto que tem como destino o petisco e a venda em restaurantes. Para capturar percebes utilizam um utensílio, a faca de mariscar, que na região de Lisboa, e até em Cascais, se designa "arrilhada" ou "arrulhada". Em menor escala, vários marítimos capturam mexilhões e percebes nas pedras do Bugio, utilizando utensílios análogos.

A segunda arte de pesca mais utilizada, também por 16 embarcações, foi a branqueira, dirigida ao choco-vulgar e ao linguado-legítimo, um tresmalho de fundo, rede com cem metros de comprimento, até dois metros de altura, e miolo de 80 mm. Foi densamente utilizada entre dezembro e meados de maio, e operada da zona da Cruz Quebrada até Paço de Arcos, do lado norte, e da Trafaria até à Barra, do lado sul. Duas embarcações também utilizaram esta arte para capturarem corvina-legítima, entre março e maio, por não terem licença de rede de emalhar de um pano. Como espécies acessórias captura raias, charroco, corvinas pequenas, robalos, linguados, e outras espécies.

A terceira arte de pesca mais utilizada foi a rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada. Foram onze as embarcações que com esta arte dirigiram a pesca ao robalo-legítimo, à corvina-legítima, ao sargo-legítimo, e, em menor intensidade, à dourada, desde janeiro a junho, e de outubro a dezembro, das quais, cinco utilizarem esta arte durante todo o ano. A mesma rede, com a mesma classe de malhagem, mas na modalidade à deriva, foi utilizada durante todo o ano, com maior incidência em julho e agosto, período de defeso do polvo, por oito embarcações que dirigiram a pesca ao sargo-legítimo, à corvina-legítima, ao robalo-legítimo, à choupa, e, em menor intensidade, ao salmonete-legítimo. Nota-se uma diferença clara em relação às comunidades a montante, que dirigem a rede de um pano à deriva especialmente à dourada. Na foz a rede de um pano, em ambas as modalidades, é dirigida da mesma forma a todas as espécies, existe menos seletividade.

Quanto à rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, na modalidade fundeada, apenas foi utilizada por cinco embarcações, essencialmente entre março e julho (ainda que duas embarcações a tenham utilizado residualmente em agosto), no Mar da Palha, desde o Terreiro do Paço até Alhandra/Alverca, dirigida à corvina-legítima de grande porte. A operação com malha acima de 120 mm, nessas zonas mais a montante, termina quando a medusa-do-Tejo aparece aos milhares, fazendo uma espécie de defeso natural. Importa salientar que na zona da foz, que se entende do gargalo do Tejo para jusante, não se utilizam redes de um pano de malhagem igual ou superior a 120 mm, ainda que aí existam várias embarcações habilitadas com a rede branqueira, arte que permite a troca por essa rede de emalhar de um pano, entre março e dezembro. A profundidade do rio e a força da água torna difícil segurar redes tão pesadas. Por outro lado, a corvina é uma espécie que apesar de passar pela foz, a zona de captura sempre foi no estuário do rio Tejo.

Os aparelhos de anzol, quer de fundo, quer de meia água, também são utilizados pelos marítimos de Lisboa, mas apenas por seis embarcações. Quatro embarcações utilizaram o aparelho de meia água com amostras, localmente conhecido como "aparelho de alvorada", com anzóis n.os 6 e 7, dirigido à corvina-legítima de grande porte, entre março e julho/agosto, na zona do gargalo do Tejo e em frente a Cacilhas. O aparelho de fundo iscado com cavala, para o congro, foi utilizado por apenas duas embarcações, num caso de janeiro e maio, noutro em julho e agosto, durante o defeso do polvo, na zona pedregosa da foz do rio Tejo. Como espécies acessórias, no palangre de meia água é o robalo legítimo, o robalo-baila, a corvinata-real, e os sargos, e no palangre de fundo são as moreias, que partilham o habitat com os congros.

As canas e linhas de mão foram utilizadas por apenas três embarcações, num dos casos ao longo de todo o ano, com exceção dos meses de julho e agosto, noutro entre janeiro e março, e entre outubro e dezembro, e, no último caso, apenas em julho e agosto, por estar impossibilitado de operar com piteira, arte que utiliza ao longo de todo o ano. São três as espécies a que dirigiram a pesca, à dourada, ao robalo-legítimo e ao sargo-legítimo, e operaram desde o gargalo do Tejo até Paço de Arcos.

Quanto aos galrichos e nassas, como aparece descrito no gráfico a seguir, é necessário um esclarecimento adicional. Desde sempre, os marítimos de Pedrouços, tal como os marítimos das comunidades piscatórias de Almada, com maior incidência no Caramujo, Tagol e Trafaria, utilizaram uma arte a que chamam covo (na forma de galricho), que consta ao lado, para capturar o camarão-branco-legítimo (ou camarão-espinho), que também capturava santolas, sapateiras, navalheiras, lavagantes, safios/congros e fanecas, e outros peixes, constituída por uma boca, e por um saco de rede com o comprimento máximo de 1,20 m e com a malhagem mínima de 10 mm (a chamada rede traineira), sustentado a intervalos regulares por três aros metálicos cilíndricos, armado ("esticado") com duas canas ou varas e tendo interiormente um endiche (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias entre n.os LIV. IV. XIX. 242 e LIV. IV. XIX. 243). No entanto, esta arte não está consagrada no regulamento de incidência local (Portaria n.º 569/90, de 19 de julho, que aprovou o primeiro Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo).

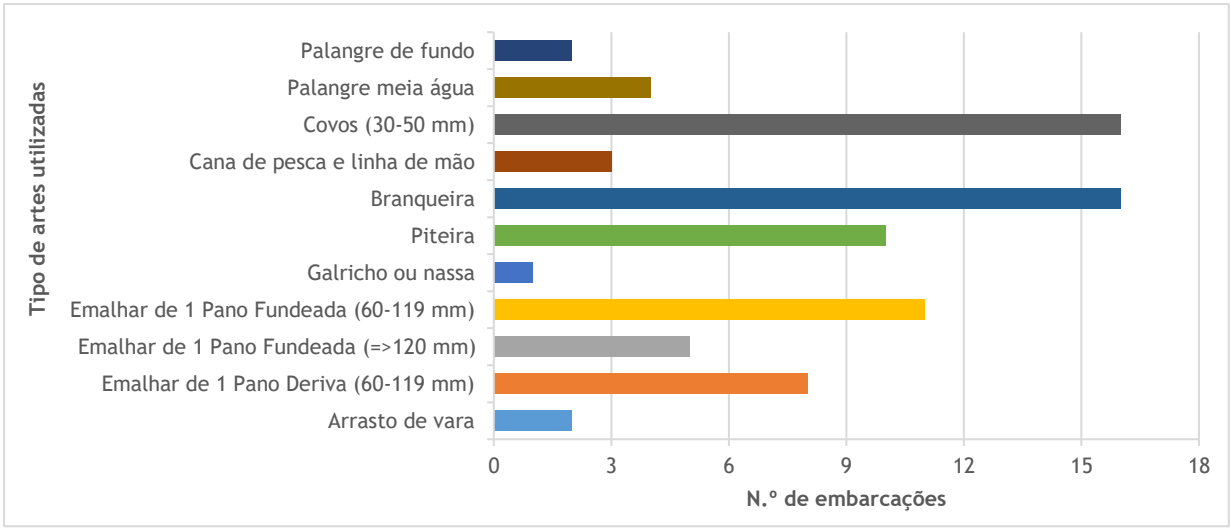


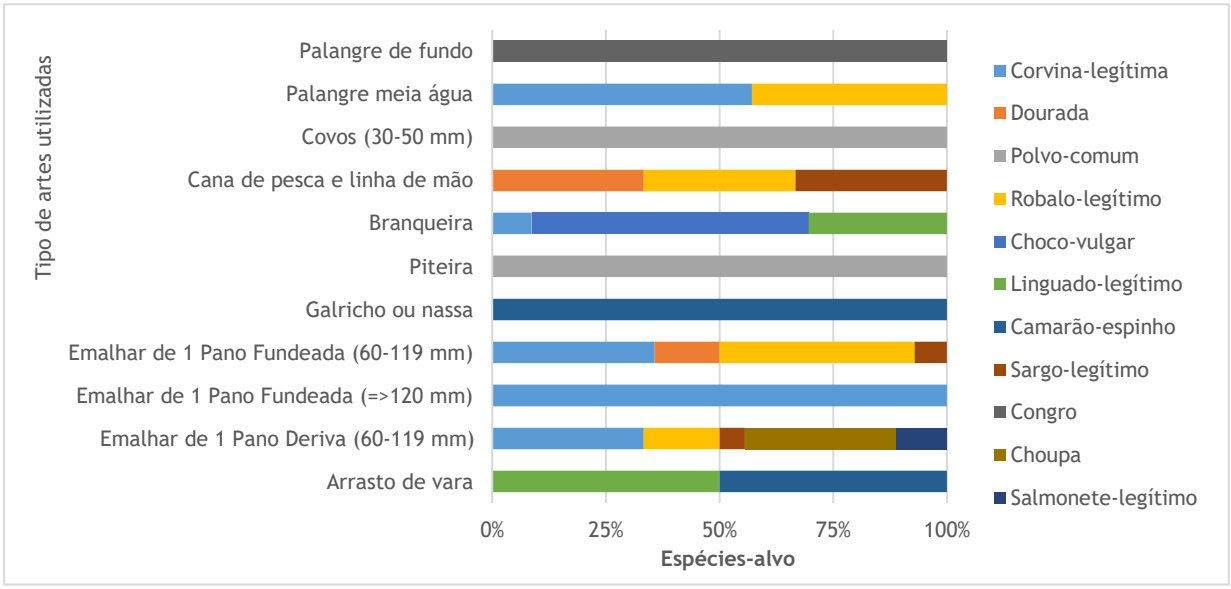
FIGURA 207 | Covo constituído por uma boca, um endiche interior, três aros, e um saco de rede com 1,20 m comprimento feito com malha de 10 mm. Arte de Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes, arrais da embarcação "Novo Aladim" (registo n.º LX-381-L). Pedrouços, 14/04/2020.

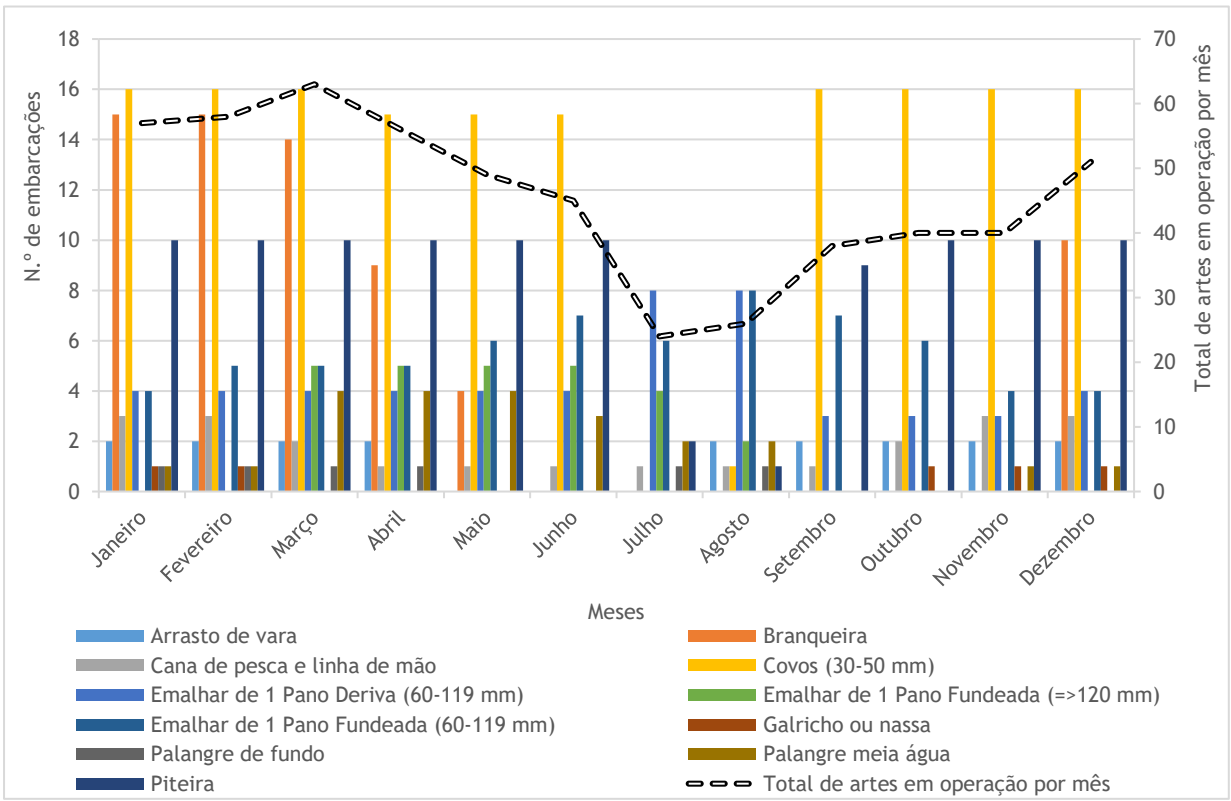
Ao que nos foi referido, as entidades públicas garantiram aos marítimos que iam regularizar a situação, mas até hoje não incluíram esta arte, com essas características, no Regulamento de Pesca do Rio Tejo. Por falta de adequação da arte utilizada pelos marítimos ao leque de artes previstas no regulamento de incidência local, optámos por a classificar como galrichos ou nassas, por ser a que mais se aproxima, ainda que, salientamos, não são a mesma coisa (os galrichos previstos no Regulamento de Pesca são utilizados pelas comunidades avieiras, também desde longa data, direcionados a enguias e peixes pequenos). Estes covos do marisco apenas foram utilizados por uma embarcação, em janeiro e fevereiro, e entre outubro e dezembro, na zona do Dafundo e na zona da Torre de Belém, até mesmo junto à entrada da doca de Pedrouços. Pontualmente existiu uma segunda embarcação que operou com estes covos, para o petisco. Como espécies acessórias capturam santolas e safios. A pouca utilização desta arte resulta de dois motivos: há pouco camarão, e a malhagem autorizada é demasiado larga para capturar o camarão que existe na foz do rio Tejo, pelo que se prevê o seu fim para uso comercial.

O arrasto de vara, dirigido ao peixe de fundo, raias e linguados, mas também aos peixes de escamas, como sargos e robalos, não esquecendo o camarão-espinho (*Exhippolysmata oplophoroides)*, foi operado entre janeiro e abril, e entre agosto e novembro, à frente do Dafundo e à frente de Lisboa, entre Santa Apolónia e o Poço do Bispo. Esta arte apenas é utilizada pelas duas embarcações que têm abrigo da doca de Alcântara, são as únicas que têm licença. Na doca de Pedrouços nenhuma embarcação tem licença para esta arte. É uma arte pouco utilizada, como acontece um pouco em todas as comunidades piscatórias do Tejo, devido à inexistência de zonas de pesca permitidas. Os marítimos apenas a utilizam quando as demais artes se mostram ineficazes a apanhar peixe.

O maior número de artes de pesca em atividade foi registado no primeiro semestre, sendo que o pico foi atingido em março, com 63 artes ativas, período que corresponde à azafama da pescaria do choco-vulgar e da corvina-legítima.

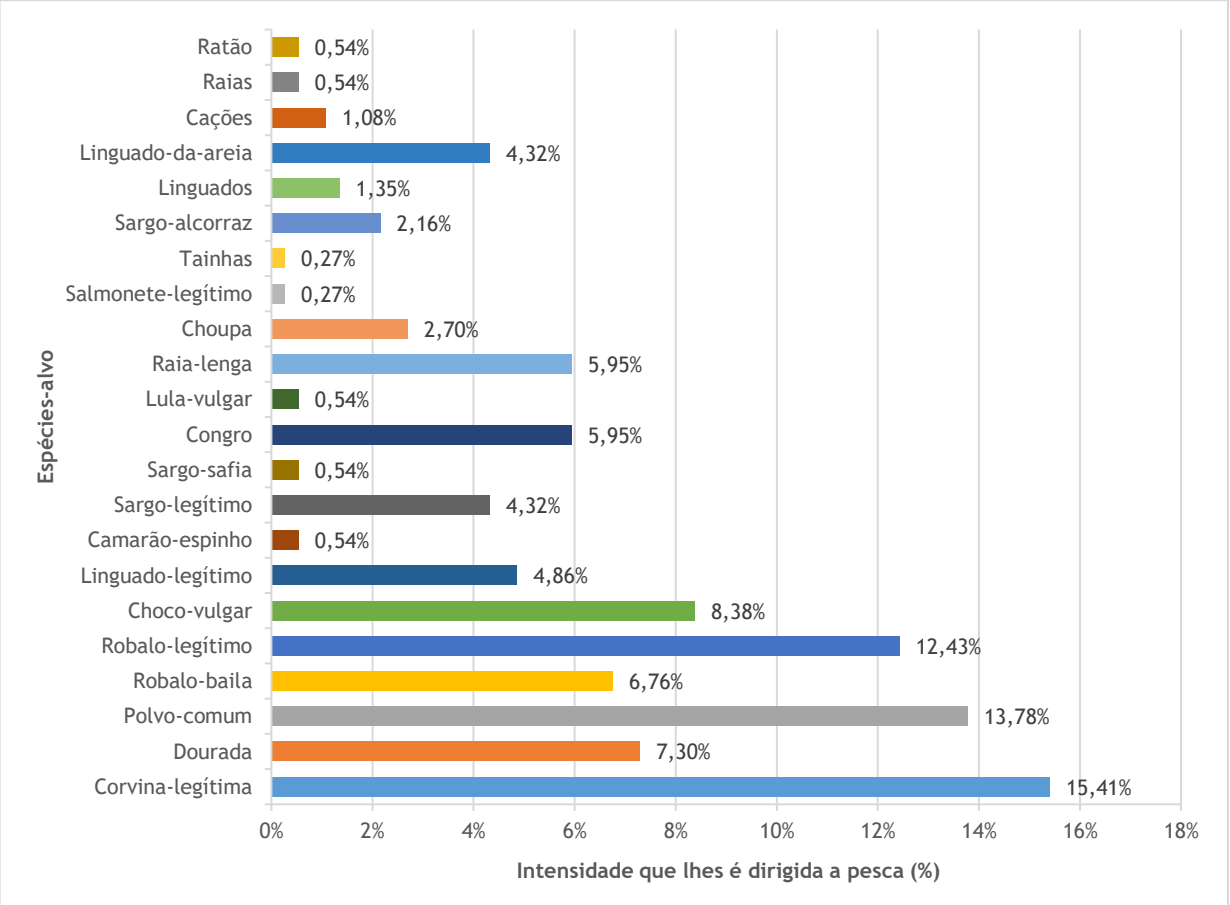

Tipo de artes utilizadas
Palangre de fundo
Palangre meia água
Covos (30-50 mm)
Cana de pesca e linha de mão
Branqueira
Piteira
Galricho ou nassa
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0
3
6
9
12
15
18
N.º de embarcações


Tipo de artes utilizadas
Palangre de fundo
Palangre meia água
Covos (30-50 mm)
Cana de pesca e linha de mão
Branqueira
Piteira
Galricho ou nassa
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Arrasto de vara
0%
25%
50%
75%
100%
Espécies-alvo
Corvina-legítima
Dourada
Polvo-comum
Robalo-legítimo
Choco-vulgar
Linguado-legítimo
Camarão-espinho
Sargo-legítimo
Congro
Choupa
Salmonete-legítimo


N.º de embarcações
Total de artes em operação por mês
Janeiro
Fevereiro
Março
Abril
Maio
Junho
Julho
Agosto
Setembro
Outubro
Novembro
Dezembro
Meses
Arrasto de vara
Branqueira
Cana de pesca e linha de mão
Covos (30-50 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Galricho ou nassa
Palangre de fundo
Palangre meia água
Piteira
Total de artes em operação por mês

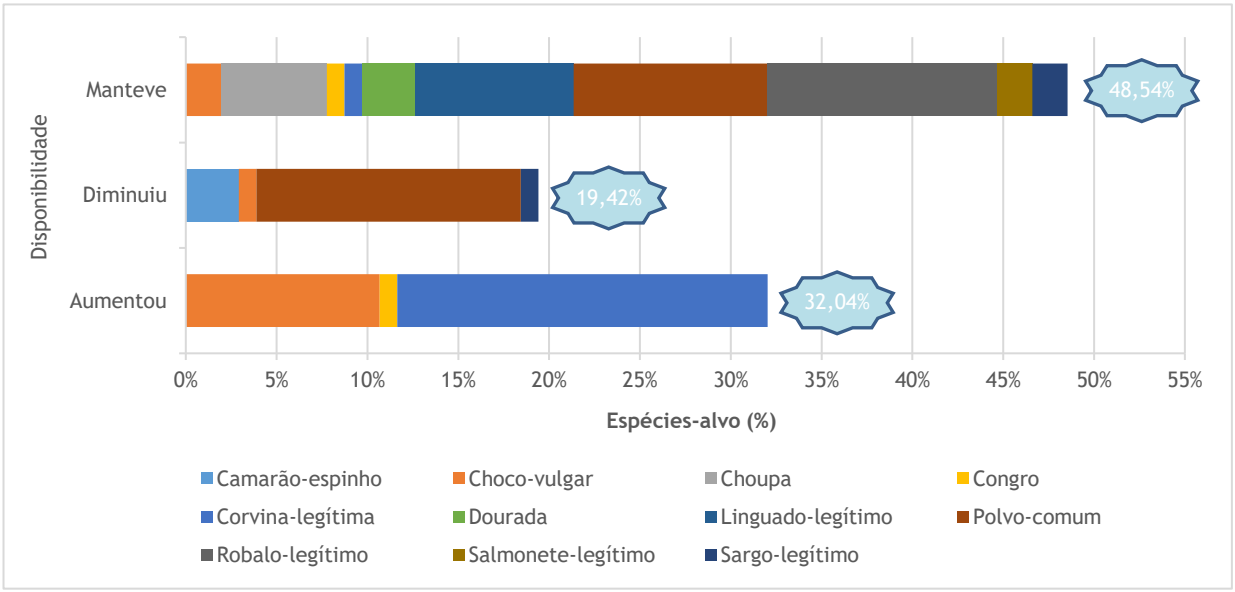
Nos meses de julho e agosto, de paragem forçada devido ao defeso do polvo, esse número reduziu substancialmente, passou para 26 artes por mês, como se observa no gráfico anterior, o que é suficientemente evidente da dependência dos marítimos lisbonenses da corvina-legítima, do choco-vulgar e do polvo-comum.

Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que o polvo-comum (25,24%), a corvina-legítima (21,36%), o choco-vulgar (13,59%) e o robalo-legítimo (12,62%), são destacadamente as espécies a que os marítimos lisbonenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o linguado-legítimo (8,74%), a choupa (5,83%) e a dourada (2,91%), e, de forma residual, o camarão-espinho (2,91%), o sargo-legítimo (2,91%), o congro (1,94%) e o salmonete-legítimo (1,94%). O menor número de espécies-alvo, por exemplo, em comparação com o concelho de Almada, deve-se à menor diversificação de artes em operação. O que poderá ser uma fonte de problemas em caso de rotura da espécie principal, o polvo-vulgar, porque grande parte desta frota vai ser obrigada a abandonar os covos, e, consequentemente, uma parte acaba transferida/vendida para outras zonas de pesca, outras terão de se reajustar às espécies disponíveis e, sobretudo, às licenças de pesca que estiverem disponíveis no mercado (por mais que se diga que as artes de pesca são cedidas entre embarcações, na verdade elas são comercializadas, e toda a gente sabe isso, a farsa só se mantém porque a mais importante estratégia nacional das pescas, que tem vindo a ser seguida pela DGRM, é a do "faz de conta").



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 48,54% dos inquiridos respondido que se manteve, 19,42% que diminuiu e 32,04% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram o polvo-comum (14,56%), o camarão-espinho (2,91%), o choco-vulgar (0,97%) e o sargo-legítimo (0,97%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso do polvo-comum, por exemplo, 10,68% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve e 14,56% responderam que diminuiu. No caso do choco-vulgar, 1,94% respondeu que manteve, 0,97% que

diminuiu e 10,68% que aumentou. No caso da corvina-legítima, 0,97% respondeu que manteve e 20,39% que aumentou. Já no caso do camarão-espinho, 2,91% respondeu que diminuiu, e no caso do robalo-legítimo, 12,62% respondeu que aumentou. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que, na perspetiva dos marítimos lisbonenses, nos último triénio foram muito fracas as capturas do camarão-espinho, como já vinha a acontecer desde o início deste século, e, no caso do polvo-comum, sua principal fonte de receita, apontam para uma situação de estabilidade entre 2015 e 2017, e uma redução acentuada no ano de 2018, sendo de realçar que o valor alcançado na venda foi superior ao registado nos anos anteriores, o que significa que menores quantidades desembarcadas corresponderam a uma maior valorização do polvo, contrariando o mito que diz: "para os pescadores ganharem dinheiro têm de apanhar muito peixe". No ano de 2019, os desembarques de polvo voltaram a aumentar.



Sobre os motivos que levaram os marítimos lisbonenses a dirigir a pesca a estas espécies, a totalidade assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos ainda havia motivações cumulativas: 40,74% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies (no caso dos covos para captura do polvo), 66,67% por serem espécies das épocas, 7,41% por indisponibilidade de outras espécies, e 3,70% por outros motivos (testar novas pescas), como se observa na tabela a seguir. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação destes marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente ao Posto de Vendagem da Trafaria e à lota da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, também para o consumo dos marítimos, seus familiares e amigos.

PORQUE TEM PREFERÊNCIA POR ESTAS ESPÉCIES (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
I,II	0,00%	18,52%	18,52%
I,II,III	0,00%	14,81%	14,81%
I,II,III,IV	3,70%	3,70%	7,41%
II	0,00%	11,11%	11,11%
II,III	3,70%	40,74%	44,44%
II,V	0,00%	3,70%	3,70%
TOTAL	7,41%	92,59%	100,00%

Descrição dos motivos: (i) Porque as licenças e as artes de pesca que possui são para essas espécies; (ii) Pelo potencial económico para comércio; (iii) Porque são as espécies das épocas; (iv) Por falta de disponibilidade de outras espécies; e (v) outro.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abrótea-da-costa, abrótea-do-alto, azevias, besugo, bica, bodião-canário, bodião-do-alto, bodião-reticulado (ou burro), bodião-verde, biqueirão, anchova, boga-do-mar, cabras, cangulo, carapau, cavala, charroco, corvinata-real (ou peixe-rainha), tremelga-de-olhos, judia, marinha-comum, juliana, tremelga-marmoreada, faneca, ferreira, língua, lula-vulgar, percebes, moreia, pampo, pargo-legítimo, pata-roxa, laibeque-de-três-barbilhos, pata-roxa-denisa, peixe-agulha, pescada-branca, pregado, raia-curva, rodovalho, ruivo, bruxas, navalheiras, lavagante, santola, rascasso-de-pintas, peixe-pau, peixe-aranha-maior, salema, sarda, sardinha, sargo-alcorraz, sargo-bicudo, sargo-veado, sarrajão, sável, savelha (ou saboga), solha-legítima, linguado-branco, tainha-fataça, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo. A anchova, o badejo e a solha-legítima são espécies que hoje raramente aparecem, e no final do século XX eram muito abundantes na foz do rio Tejo. Para além destas espécies, o proprietário e arrais da embarcação "Concha", registo n.º LX-313-L, disse que já capturou tubarão azul no Tejo, bem como plombetas (*Trachinotus ovatus*) e xaréu-macoa (*Caranx hippos*), em frente a Caxias, com aparelho de anzol de fundo, no ano de 2014. A espécie acessória que mais aumentou nos últimos dois anos, para desgraça dos marítimos que operam ao polvo, foi o caramujo (búzios), espécie que é responsável por comer a isca nos covos (só desaparece quando chove).

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações lisbonenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, na maior parte dos casos também estão habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 79.997,30 Kg de pescado que foram comercializados por 597.643,74€. Destes, apenas 59.109,28 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, tendo sido comercializados por 449.733,70 €, o que corresponde ao preço médio de 7,61€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

O polvo-vulgar foi a espécie mais desembarcada, um total de 27.104,82 Kg comercializados por 231.761,05€, o que corresponde ao valor médio de 8,55€/Kg. A abundância de polvo na zona de influência destas comunidades piscatórias, e o facto de uma grande parte destes marítimos ter orientado os meios de ação para esta espécie, através da utilização de covos da classe de malhagem de 30 a 50 mm, explica estes valores. Esta espécie tem vindo a reduzir na sua disponibilidade. Se no final do século XX, era normal cada embarcação capturar com covos 200 Kg de polvo por maré, atualmente já consideram boa uma pescaria entre 20 e 30 Kg.

A segunda-espécie mais desembarcada foi a corvina-legítima, um total de 20.002,28 Kg que foram comercializados por 134.467,63€, o que corresponde ao valor médio de 6,72€/Kg. Os marítimos que não dirigem a pesca ao polvo com covos, dirigem a pesca à corvina com redes e palangre de meia água, também aos robalos legítimo e baila e aos sargos, e ainda aos chocos, com a rede branqueira, sendo estas as duas grandes valências das comunidades piscatórias lisbonenses. Por isso mesmo, a terceira-espécie mais desembarcada é o robalo-legítimo, 1.930,30 Kg que foram comercializados por 30.696,17€, o que corresponde ao valor médio de 15,90€/Kg, a quarta-espécie o choco-vulgar, 1.803,05 Kg que foram comercializados por 10.432,65€€, o que corresponde ao valor médio de 5,79€/Kg, e a quinta-espécie o sargo-legítimo, 1.136,59 Kg que foram comercializados por 8.397,43€, o que corresponde ao valor médio de 7,39€/Kg. De robalo-baila foram desembarcados 826,98 Kg que foram comercializados por 3.811,65€, o que corresponde ao valor médio de 4,61€/Kg.

Foram desembarcadas várias outras espécies, em quantidades diferentes, sendo que algumas apresentam um elevado valor comercial, nalguns casos acima dos 15€/Kg. No topo da lista está o pregado, comercializado ao valor médio de 21,46€/Kg, seguindo-se o pargo-legítimo ao preço médio de 18,83€/Kg, os salmonetes ao preço médio de 17,96€/Kg (o salmonete-legítimo atingiu o valor médio de 17,95€/Kg), e, por fim, a dourada. Estes dados representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local lisbonenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não contemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Importa salientar que estes dados, que foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., são referentes a toda a frota habilitada com licença de pesca, em 2018, com pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, e não apenas à parte da frota cujos arrais foram inquiridos, como está explicado na metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese). Os dados não contemplam eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo, da parte da frota habilitada com licença para a zona do rio Tejo, nem os desembarques da frota lisbonense que dispunha, apenas, de licença de pesca para águas oceânicas (que é reduzida).

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abrótea-da-costa	1,00	5,05 €	5,05 €
Abróteas	28,26	133,89 €	4,74 €
Azevias	6,28	37,83 €	6,02 €
Besugo	39,76	246,49 €	6,20 €
Bica	21,08	55,68 €	2,64 €
Bodião	3,11	2,60 €	0,84 €
Boga-do-mar	787,43	216,35 €	0,27 €
Cabras	0,75	0,73 €	0,97 €
Cações	51,10	306,56 €	6,00 €
Cangulo	0,92	2,51 €	2,73 €
Carapau	493,38	697,84 €	1,41 €
Cavala	119,88	124,18 €	1,04 €
Charroco	649,58	723,12 €	1,11 €
Choco-vulgar	1 803,05	10 432,65 €	5,79 €
Choupa	221,24	563,94 €	2,55 €
Congro	585,87	2 055,20 €	3,51 €
Corvina-legitima	20 002,28	134 467,63 €	6,72 €
Corvinata-real	51,82	59,62 €	1,15 €
Dourada	703,55	11 281,92 €	16,04 €
Faneca	95,24	321,43 €	3,37 €
Ferreira	6,35	64,03 €	10,08 €
Língua	32,86	235,89 €	7,18 €
Linguado-da-areia	117,50	1 268,09 €	10,79 €
Linguado-legítimo	153,03	2 606,59 €	17,03 €
Linguados	147,26	1 893,65 €	12,86 €
Lula-vulgar	48,10	573,17 €	11,92 €
Moreia	9,62	60,99 €	6,34 €
Moreias	9,12	28,99 €	3,18 €
Pampo	2,15	5,38 €	2,50 €
Pargo-legítimo	58,10	1 094,00 €	18,83 €
Pata-roxa-denisa	20,13	15,53 €	0,77 €
Pata-roxa	1,80	1,37 €	0,76 €
Peixe-agulha	99,70	135,93 €	1,36 €
Pescada-branca	9,26	18,44 €	1,99 €
Polvo-vulgar	27 104,82	231 761,05 €	8,55 €
Pregado	14,83	318,33 €	21,46 €
Raia-curva	0,35	1,74 €	5,04 €
Raia-lenga	506,87	2 126,42 €	4,20 €
Raias	141,96	496,86 €	3,50 €
Ratão	51,35	25,13 €	0,49 €
Robalo-baila	826,98	3 811,69 €	4,61 €
Robalo-legitimo	1 930,30	30 696,17 €	15,90 €
Rodovalho	2,39	31,30 €	13,12 €
Ruivo	13,38	23,47 €	1,75 €
Salema	38,78	12,88 €	0,33 €
Salmonete-legitimo	4,20	75,39 €	17,95 €
Salmonetes	36,07	647,73 €	17,96 €
Santola	2,34	14,74 €	6,30 €
Sarda	0,20	0,15 €	0,79 €
Sardinha	3,75	1,69 €	0,45 €
Sargo-alcorraz	354,50	526,28 €	1,48 €
Sargo-bicudo	0,13	0,89 €	7,08 €
Sargo-legítimo	1 136,59	8 397,43 €	7,39 €
Sargos	4,90	48,12 €	9,82 €
Sargo-safia	154,45	675,09 €	4,37 €

Sargo-veado	0,14	0,77 €	5,69 €
Sarrajão	6,32	16,83 €	2,66 €
Sável	6,81	1,20 €	0,18 €
Solha-legítima	4,60	15,90 €	3,46 €
Tainha-fataça	1,73	2,23 €	1,29 €
Tainha-liça	46,45	50,80 €	1,09 €
Tainha-olhalvo	117,39	40,85 €	0,35 €
Tainhas	216,25	175,36 €	0,81 €
Somatório	**59 109,28**	**449 733,70 €**	**7,61 €**

TABELA 17 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Lisboa no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, a despesa totalizou 309.030,00 €, assim distribuídos: 142.950,00 € (46,26%) com combustível para as embarcações, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM; 49.000,00 € (15,86%) com a aquisição de isco (nestas comunidades o isco é utilizado maioritariamente nos covos, não é apanhado, é comprado); 41.350,00 € (13,38%) com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra; 32.070,00 € (10,38%) com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo a reparação regular do(s) motor(es) (não inclui investimentos em novos motores); 21.000,00 € (6,80%) com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas; 17.960,00 € (5,81%) com despesa direta ou indireta com deslocações para venda do pescado em lota; e 4.700,00 € (1,52%) com aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc., como se observa na tabela a seguir.

Quase metade da despesa foi com combustível para as embarcações, quando apenas na doca de Pedrouços 25,93% das embarcações têm instalado motor interior a gasóleo, o que sugere que, se assim não fosse, os custos de combustível eram incomportáveis. Outra parte significativa dos gastos foi com a isca, o que se justifica por ser uma comunidade muito assente na operação com covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, dirigidos ao polvo-comum, que são na maior parte das vezes iscados com cavala, sardinha e carapau que compram nas xávegas da Costa da Caparica, ou das embarcações de Sesimbra e Setúbal. Importa salientar que enquanto os serviços de vendagem de pescado da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. estiveram em pleno funcionamento em Pedrouços, os pequenos armadores do Tejo que aqui trabalharam tinham gastos residuais com aquisição de isca, porque utilizavam o pescado da tulha (contentores de rejeições de pescado), ou então abasteciam-se nos corredores junto aos armazéns onde os comerciantes deixavam o peixe para ir para a tulha, onde era inutilizado com tinta.

O valor direto ou indireto com deslocações para venda de pescado em lota é reduzido, porque uma grande parte das embarcações desembarcam na Trafaria, único centro de receção de pescado por mar na zona, pelo que o custo do combustível para a operação das embarcações já integra o custo de deslocação à lota. No entanto, alguns marítimos consideram que na Trafaria o pescado é desvalorizado ("*mal vendido*") pelos compradores, também não gostam da forma como o representante desta lota os aborda, alegam que é mal-educado, pelo que desembarcam o pescado em Pedrouços e levam por terra à lota da Costa da Caparica, um custo residual porque são poucos os marítimos a proceder desta forma.

Apenas 23,76% dos gastos foram em aquisição e recuperação de artes e na manutenção da embarcação e dos equipamentos a bordo, valor suficiente para o ano de referência, mas desajustado considerando os anos seguintes, o que sugere que os marítimos não estocam material, apenas adquirem o que necessitam para o quotidiano. Na verdade, não é isso que acontece. Uma pequena parte investe muito em material, na manutenção das embarcações e na melhoria dos equipamentos a bordo, e a maior parte não faz qualquer investimento, limita-se a ir aproveitando o que tem, e o que encontra.

Se para o material de pesca isso pode ir resultando, porque se não têm redes trabalham com piteiras, por exemplo, no caso das embarcações e dos equipamentos a bordo o desinvestimento pode levar ao seu funcionamento deficiente, e, consequentemente, à suspensão temporária da atividade. Quando isto se verifica, optam por embarcar na embarcação de um outro camarada, o que não resolve o desequilíbrio no investimento, mas atenua os efeitos da falta de renda diária, que é o mais importante para os marítimos.

Esta despesa foi realizada no território concelhio, contribuiu para dinamizar a economia local, pelo que também por isso esta atividade deveria ser mais valorizada. Por fim, importa referir que o valor dos encargos neste concelho é superior, uma vez que não inquirimos os arrais de algumas embarcações, e, como tal, o rácio em relação ao valor de vendas é menor.

Custos operacionais da atividade piscatória lisbonense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	41 350,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	17 960,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	4 700,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	32 070,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	21 000,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	142 950,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	49 000,00 €
Somatório	**309 030,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento, das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam, como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Os dois arrais que utilizam como abrigo a doca de Alcântara, nas deslocações de ida e volta aos pesqueiros onde operam com arrasto de vara demoram entre 10 e 40 minutos, o que permite delimitar a sua atividade em frente a Lisboa, entre a doca de Belém e o Museu da Eletricidade, e entre Santa Apolónia e o Poço do Bispo. Em relação aos pesqueiros onde operam com piteira, nas deslocações de ida e volta demoram entre 30 e 120 minutos, o que pressupõe a prática desta pesca desde o Olho de Boi até ao Bugio. Na deslocação de ida e volta aos pesqueiros onde operam com branqueira, demoram entre 50 e 120 minutos, o que permite delimitar a atuação à zona envolvente do Bugio e à zona ribeirinha de Caxias. Quando operam com rede emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, fazem deslocações de ida e volta que demoram entre 40 e 90 minutos, o que permite delimitar a sua atuação à zona entre a Trafaria e o Bugio, para jusante, e entre o Poço de Bispo e o Terminal de Contentores, em Xabregas, para montante. Aliás, estes marítimos apregoam ao mundo piscatório, de forma sonora, que esta zona do estuário é o seu "quintal", é sua propriedade, ao qual só podem aceder outros com a sua permissão. Nas deslocações aos pesqueiros onde operam com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, fundeada, demoram entre 30 e 60 minutos, o que permite delimitar a zona de operação ao seu "quintal", entre o Poço de Bispo e o Terminal de Contentores, em Xabregas.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos)	Tempo mínimo (min.)			Tempo máximo (min.)		
	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
Doca de Alcântara	**10,00**	**32,50**	**50,00**	**40,00**	**85,00**	**120,00**
Arrasto de vara	10,00	10,00	10,00	40,00	40,00	40,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	30,00	30,00	30,00	60,00	60,00	60,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	40,00	40,00	40,00	90,00	90,00	90,00
Piteira	30,00	30,00	30,00	120,00	120,00	120,00
Branqueira	50,00	50,00	50,00	120,00	120,00	120,00
Doca de Pedrouços	**10,00**	**40,06**	**60,00**	**20,00**	**95,52**	**120,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	37,07	60,00	60,00	115,56	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	50,00	53,33	60,00	105,00	112,07	120,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	30,00	47,00	60,00	100,00	100,00	100,00
Galricho ou nassa	10,00	10,00	10,00	20,00	20,00	20,00
Piteira	15,00	26,03	40,00	40,00	70,00	100,00
Branqueira	20,00	47,37	60,00	45,00	101,05	120,00
Cana de pesca e linha de mão	20,00	47,07	60,00	50,00	80,00	100,00
Covos (30-50 mm)	20,00	42,50	60,00	40,00	95,00	120,00
Palangre meia água	20,00	27,07	40,00	50,00	70,00	90,00
Palangre de fundo	20,00	30,00	40,00	40,00	60,00	80,00

No caso dos marítimos da comunidade de Pedrouços, onde se localiza o núcleo central da frota lisboeta, observa-se que na deslocação de ida e volta para os pesqueiros onde operam com branqueira, tresmalho de fundo, demoram entre 20 e 120 minutos, sendo que o tempo médio mínimo é de 47,37 minutos e o tempo médio máximo é de 101,05 minutos, o que permite balizar a atividade à zona entre Caxias e a Cruz Quebrada, e entre a Marina de Oeiras e São Julião da Barra. Nas deslocações para operarem com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade de deriva, demoram entre 20 e 120 minutos, sendo que o tempo médio mínimo é de 37,07 minutos e o tempo médio máximo é de 115,56 minutos, o que permite delimitar a atividade à zona entre a Ponte 25 de Abril e São Julião da Barra. A mesma rede, com a mesma malhagem, na modalidade fundeada, é operava em pesqueiros que obrigam a deslocações de ida e volta entre 30 e 100 minutos, sendo que o tempo mínimo máximo é de 60 minutos, o que delimita a operação à zona ribeirinha da margem norte, desde a Doca de Pedrouços até São Julião da Barra. Por fim, a mesma rede, classe de malhagem igual ou superior 120 mm, na modalidade fundeada, na deslocação de ida e volta aos pesqueiros demoram entre 50 e 120 minutos, o que delimita a zona de operação entre Poço de Bispo e Xabregas, e daí para montante até à Ponte Vasco da Gama.

Na operação com palangre de fundo, os marítimos fazem deslocações de ida e volta aos pesqueiros que demoram entre 20 e 80 minutos, sendo que o tempo médio mínimo é de 30 minutos e o tempo médio máximo é de 60 minutos, o que delimita a ação entre a Doca de Pedrouços e Caxias, uma zona de fundo pedregoso. No caso do palangre de meia água, fazem deslocações aos pesqueiros que demoram entre 20 e 90 minutos, de ida e volta, sendo que os tempos médios, mínimo e máximo, variam de 27,07 a 70 minutos, o que permite delimitar a atividade entre a Doca de Pedrouços e Paço de Arcos.

Com covos, classe de malhagem de 30 a 50 mm, operam em pesqueiros que obrigam a deslocações, de ida e volta, que demoram entre 20 e 120 minutos, sendo que o tempo médio mínimo é de 26,03 minutos e o tempo médio máximo é de 95 minutos, o que delimita a zona de ação entre a Doca de Pedrouços e Algés. No caso da operação com piteira, as deslocações de ida e volta para os pesqueiros demoram entre 15 e 100 minutos, com o tempo médio mínimo a ascender a 26,03 minutos e o tempo médio máximo a ascender a 95 minutos, o que delimita a atividade à zona do Olho do Boi até São Julião da Barra, ao Bugio.

Com canas de pesca e linhas de mão, registam deslocações de ida e volta entre 20 e 100 minutos para os pesqueiros que frequentam, sendo que o tempo médio mínimo é de 47,07 minutos e o tempo

médio máximo é de 80 minutos, o que delimita a zona de ação entre São Julião da Barra, a jusante, e o Poço de Bispo, a montante.

Por fim, na operação com galrichos ou nassas, classificação que adotámos por inexistência de outra mais adequada no Regulamento de Pesca, porque, na verdade, trata-se de covos não regulamentares, como já referimos, a ida e volta aos pesqueiros demora entre 10 e 20 minutos, o que delimita a sua ação à zona entre a Doca de Pedrouços e Algés.

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações lisbonenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 1744 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 5080 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de pesca é três vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
10 (5 dias * 2 meses)	336 (28 dias * 12 meses)	188,15 (16,44 dias/mês)	5080	12 dias	139 dias	60,14	1744

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica (que só tem acesso por terra) apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se

já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que não se lhes reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que 70,37% das embarcações trabalharam durante os doze meses (todo o ano), valor que inclui as duas embarcações que fazem abrigo na doca de Alcântara, como se observa na tabela a seguir. Na doca de Pedrouços nota para: (i) 3,70% das embarcações apenas operaram dois meses, o que corresponde a uma embarcação em que o proprietário, que exercia a bordo as funções de arrais, desembarcou para se matricular na tripulação do navio de investigação "Noruega", propriedade do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.), que nesta altura fazia abrigo nesta doca; (ii) 22,22% das embarcações operaram apenas dez meses, o que corresponde às embarcações que apenas pescam polvo com armadilhas de gaiola (covos de 30 a 50 mm) - suspenderam a atividade nos meses de julho e agosto, período do defeso, e aproveitaram para retirarem as embarcações para terra, para fazerem a manutenção, e para fazerem férias, um mês completo; e (iii) 3,70% das embarcações operaram onze meses, o que corresponde a uma embarcação que também pesca ao polvo com covos, e que durante o defeso, num dos meses retirou a embarcação para terra, para fazer a manutenção, e no outro mês operou com palangre de meia água com amostras, arte dirigida às corvinas, robalos e sargos.

N.º DE MESES EM QUE AS EMBARCAÇÕES ESTIVERAM EM ATIVIDADE DURANTE O ANO DE 2018? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
2 MESES	0,00%	3,70%	**3,70%**
10 MESES	0,00%	22,22%	**22,22%**
11 MESES	0,00%	3,70%	**3,70%**
12 MESES	7,41%	62,96%	**70,37%**
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Também inquirimos os marítimos de Lisboa sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho de Lisboa dedicam em média 9h03m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 14 horas por dia, e no mínimo cinco horas por dia, como se observa na tabela a seguir. O valor mais baixo, de cinco horas, o valor mais alto, de catorze horas, e o maior valor médio, de 9h16m, foram registados na comunidade piscatória da doca de Pedrouços, o que se explica por ser nesta doca que está centralizada a pesca ao polvo com covos de 30 a 50 mm, que exige menos tempo do que, por exemplo, a pesca com redes, quer de emalhar, quer de enredar, devido ao tempo necessário para desemalhar o peixe e aparelhar as redes, e também para entralhar e remendar as redes. Explica-se, ainda, pelo facto de nesta doca

operaram dois dos proprietários que mais investem em material, nomeadamente em redes, e em equipamentos e tecnologia a bordo, destacando-se a instalação de um estivador de redes mecânico (o único em todo o Tejo), e, sobretudo, por estes proprietários serem dos que mais tempo dedicam à atividade, saindo para a pesca mesmo em condições climatológicas adversas, audácia a que os demais marítimos raramente se prestam. As horas de trabalho em dia de faina são muito significativas para uma atividade que requer grande exigência física. No entanto, como já verificámos anteriormente, no computo geral há muitos dias em que não operam, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DE LISBOA	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA DOCA DE PEDROUÇOS	5	9,16	14
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA DOCA DE ALCÂNTARA	7	7	7
TOTAL GERAL - CONCELHO DE LISBOA	5	9,03	14

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, 92,59% respondeu "*mau tempo*", sendo que 44,44% ainda acrescentaram quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 22,22% situações de doença, 11,11% as situações em que "*sentem que não há peixe*", 7,41% quando o "*preço do peixe está baixo*" e, outros tantos, quando têm "*as embarcações a reparar*", e 3,70% por "*falta de camaradas*", como se observa na tabela a seguir. Importa salientar que os marítimos das duas embarcações que constituem a frota da doca de Alcântara apenas apresentaram como motivos de não ir para o mar as situações de mau tempo. Igualmente relevante clarificar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Lisboa encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
I	7,41%	25,93%	**33,33%**
I,II,VII	0,00%	3,70%	**3,70%**
I,III,IV,V,VI	0,00%	3,70%	**3,70%**
I,IV,VI	0,00%	3,70%	**3,70%**
I,V	0,00%	29,63%	**29,63%**
I,V,VII	0,00%	3,70%	**3,70%**
I,VI	0,00%	3,70%	**3,70%**
I,VII	0,00%	11,11%	**11,11%**
III,V,VII	0,00%	3,70%	**3,70%**
V	0,00%	3,70%	**3,70%**
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Falta de camaradas; (iii) Baixo preço do peixe; (iv) Embarcação a reparar; (v) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (vi) Falta de peixe; (vii) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do concelho de Lisboa sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial devido a alterações do clima, nomeadamente de corvina-legitima, robalo-legítimo e choco-vulgar, espécies de grande relevância económica, tendo 37,04% respondido que não, e 62,96% respondido sim, como se observa na tabela seguinte.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	3,70%	33,33%	**37,04%**
SIM	3,70%	59,26%	**62,96%**
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Em termos gerais, é neste concelho, em especial na doca de Pedrouços, que se observam as maiores preocupações com as consequências das alterações climáticas na indústria piscatória, por exemplo, alterando as espécies ou os ciclos de pesca ("*umas espécies adiantam, outras atrasam, outras alteram a abundância e/ou a frequência*"). O foco está no choco-vulgar, porque normalmente dirigiam-lhe a pesca apenas em fevereiro ou março, e nos últimos três anos começaram a fazê-lo em janeiro, mesmo em frente à doca de Pedrouços.

Sendo este território muito vocacionado à captura de polvo-comum, com piteira e com covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, os marítimos aproveitaram para falar do polvo-comum, sua principal fonte de subsistência, notando que a espécie tem vindo a variar muito a abundância, motivo pelo qual pretendem que o defeso seja mais flexível.

III.1.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

No concelho de Lisboa existem diversas associações de pesca lúdica, nas vertentes de lazer, desportiva e turística, mas nenhuma associação de pesca profissional, o que se explica pela constituição do "Sindicato Livre dos Pescadores", ainda no rescaldo da Revolução de Abril de 1974, com sede no Armazém 17 do Edifício dos Armadores na antiga Doca Pesca de Pedrouços, em Lisboa, que sempre auxiliou os marítimos com empenho e dedicação, mesmo sem a respetiva inscrição como sócios, motivo pelo qual nunca sentiram a necessidade de constituírem uma associação.

Este Sindicato foi posteriormente redenominado "Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins", na sequência de uma alteração de estatutos para abranger atividades conexas à pesca, e no decurso da Assembleia Geral realizada em 21 de janeiro de 2012, que aprovou a última alteração dos estatutos, foram eleitos os elementos da direção para um mandato de quatro anos, a saber: Joaquim Gil de Sousa Piló, sócio n.º 818, contramestre pescador; Fernando Marques Fernandes, sócio n.º 4553, arrais de pesca; João Miguel Letra Guerra, sócio n.º 5401, arrais de pesca; Jorge Nunes Rebita, sócio n.º 5201, mestre de redes; e Manuel Ribeiro dos Santos, sócio n.º 1380, mestre de redes (Boletim do Trabalho e Emprego, 2012, p. 950). Estes são ainda os Diretores em exercício de funções, prevendo-se para breve a realização de nova Assembleia Geral e a eleição de nova Direção.

Analisando os dados do associativismo que foram recolhidos no inquérito aplicado aos arrais de Lisboa, durante o ano de 2018, observa-se que em 81,48% dos casos não estão inscritos em movimentos associativos, e os demais 18,52% estão inscritos em diversas associações, dos quais 3,70% na ALA–ALA - Associação de Pesca, 3,70% na ASSARPE - Associação de Armadores e Pescadores Profissionais de Paço de Arcos, 7,41% na Associação de Pescadores e Armadores de Cascais, e 3,70% na Associação de Armadores de Sesimbra, como se observa no quadro seguinte. Os dois armadores que fazem abrigo na Doca de Alcântara não estão inscritos em qualquer movimento associativo.

ESTA INSCRITO NUMA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES? SIM OU NÃO? SE SIM, QUAL? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	7,41%	74,07%	81,48%
SIM - ALA-ALA - ASSOCIAÇÃO DE PESCA	0,00%	3,70%	3,70%
SIM - ASSARPE - ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES E PESCADORES PROFISSIONAIS DE PAÇO DE ARCOS	0,00%	3,70%	3,70%
SIM - ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E ARMADORES DE CASCAIS	0,00%	7,41%	7,41%
SIM - ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES DE SESIMBRA	0,00%	3,70%	3,70%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Face à inexistência de uma associação de pesca, era importante perceber como os marítimos as concebem, e para isso foram inquiridos sobre se consideravam que essas organizações tinham uma função relevante, tendo 59,26% respondido que não, e apenas 40,74% respondido que sim, como se observa no quadro seguinte. Significa isto, que estes marítimos são avessos à constituição de uma associação, o que justificam pela sua inação e incapacidade objetiva de lhes resolver os problemas do quotidiano, apreciação que fazem com base no que conhecem do funcionamento de outras instituições análogas do Tejo e de fora dele.

CONSIDERA QUE AS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES TÊM UMA FUNÇÃO RELEVANTE? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	7,41%	51,85%	59,26%
SIM	0,00%	40,74%	40,74%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

No âmbito da governança, inquirimos os arrais sobre como avaliavam o desempenho global das instituições que regulam e fiscalização as pescas, tendo 40,74% respondido nada satisfeito, 44,44% pouco satisfeito, e 14,81% satisfeito, como se observa no quadro a seguir. Na Doca de Alcântara os

arrais estão nada ou pouco satisfeitos, queixam-se essencialmente da falta de condições de trabalho, e na antiga Doca de Pedrouços no essencial estão pouco satisfeitos, essencialmente pelo mesmo motivo, em especial pela indefinição em relação ao futuro deste porto de pesca, que está diretamente relacionado com o seu futuro.

COMO AVALIA O DESEMPENHO GLOBAL DAS INSTITUIÇÕES QUE REGULAM E FISCALIZAÇÃO AS PESCAS? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NADA SATISFEITO	3,70%	37,04%	40,74%
POUCO SATISFEITO	3,70%	40,74%	44,44%
SATISFEITO	0,00%	14,81%	14,81%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Para a insatisfação que se observa, concorre o facto de raramente estas instituições procurarem os marítimos para tentarem saber como as coisas estão a correr, e para lhes perguntarem se é possível melhorar alguma coisa na pesca no estuário do rio Tejo, bem como o facto de quando são os marítimos a tomar a iniciativa, dirigindo-se aos serviços dessas instituições para apresentarem os problemas na procura de soluções, geralmente são ignorados, uma prática usual, por exemplo, na DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, contestada por prestar um serviço "*miserável*". Como se observa no quadro a seguir, 88,89% dos arrais inquiridos responderam que nunca as instituições os procuraram, ou sequer mostraram interesse pelos problemas que enfrentam no quotidiano, aliás, sentem-se absolutamente abandonados por essas instituições, e os 11,11% que responderam em sentido contrário podem tê-lo feito por simpatia, uma vez que alguns deles prestam serviços com as suas embarcações para alguns organismos do estado, nomeadamente para o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.), para a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e para o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente.

JÁ ALGUMA VEZ ALGUMA DESSAS INSTITUIÇÕES LHE PERGUNTOU SOBRE O QUE ERA POSSÍVEL FAZER PARA MELHORAR A PESCA NO ESTUÁRIO DO RIO TEJO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	7,41%	81,48%	88,89%
SIM	0,00%	11,11%	11,11%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

No essencial, os arrais focam a atenção na necessária alteração da gestão e organização da atividade piscatória, propondo de forma massiva (96,30%) que os pescadores deviam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, como medida mais emblemática para motivar os marítimos e alavancar a atividade. Apenas um armador (3,70%) que é contra o sistema, aliás, que mostrou ser contra tudo o que se lhe diga, é que considera que os pescadores não devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, como se observa no quadro a seguir.

CONSIDERA QUE OS PESCADORES DEVIAM SER ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	0,00%	3,70%	3,70%
SIM	7,41%	88,89%	96,30%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Quanto às questões de segurança, e no âmbito da segurança a bordo, 96,30% dos arrais inquiridos indicaram que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros, como se observa no quadro a seguir. Os demais arrais inquiridos (3,70%) indicaram que alguns dos seus tripulantes nadam mal, mas sabem de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos, os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar.

NA SUA EMBARCAÇÃO TODOS SABEM NADAR, BOIAR E TÊM CONHECIMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
ALGUNS	0,00%	3,70%	3,70%
SIM	7,41%	88,89%	96,30%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Quanto à segurança a bordo, 85,19% dos arrais inquiridos indicaram que não existem acidentes de pesca no estuário, e 14,81% indicaram que existem alguns, conforme quadro a seguir. Os arrais que indicaram que existem alguns acidentes, todos da antiga Doca de Pesca de Pedrouços, são de idade mais avançada, e muito provavelmente reportam-se a um imaginário antigo, sem paralelo com a pesca atual. No cômputo geral do que presenciámos nesta comunidade piscatória, este tema não se afigura preocupante.

EXISTEM MUITOS ACIDENTES NA PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
ALGUNS	0,00%	14,81%	14,81%
SIM	7,41%	77,78%	85,19%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Quanto à segurança de pessoas e bens, questionámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material de pesca no estuário, o que abrange embarcações e artes e aprestos de pesca, tendo 70,37% respondido que sim, dos quais 44,44% responderam algumas vezes e 25,93% frequentemente, e os demais 29,63% responderam nunca, como se observa no quadro seguinte. Este é um problema emergente em todo o estuário, o que em parte se justifica pela ausência de porto de pesca vigiados, ainda que, no caso concreto, ambas as docas disponham de vigilância, pelo que os furtos e os danos ocorrem predominantemente com artes de pesca caladas.

JÁ LHE FOI ROUBADO OU DANIFICADO MATERIAL DE PESCA NO ESTUÁRIO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
ALGUMAS VEZES	7,41%	37,04%	44,44%
FREQUENTEMENTE	0,00%	25,93%	25,93%
NUNCA	0,00%	29,63%	29,63%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Por fim, em relação à religiosidade, 85,19% respondeu não ser devoto de qualquer santidade a quem pedem enquanto andam no mar, tendo os demais 14,81% indicado serem devotos da Nossa Senhora de Fátima, como se observa no quadro seguinte. Há semelhança das respostas obtidas nas outras comunidades piscatórias, o tipo de pescador atual é muito diferente daquele que se registava nas décadas de 1950/60, quando a frota bacalhoeira era abençoada em frente a Lisboa, e os marítimos depositavam a sua vida às mãos de Deus.

É DEVOTO DE UM SANTO A QUEM PEDE ENQUANTO ANDA NO MAR? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	7,41%	77,78%	85,19%
SIM - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0,00%	14,81%	14,81%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

III.1.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As redes de pesca abandonadas ou perdidas promovem a captura contínua de todas as espécies, são uma verdadeira armadilha mortal para a vida marinha, um problema grave em mares, oceanos, e em águas interiores, onde se forma a vida que vai povoar as águas costeiras, como acontece no estuário do rio Tejo. Para colmatar a carência de informação sobre esta matéria relativa às águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo, indagámos os arrais deste concelho sobre a intensidade com que perdem artes e aprestos de pesca na faina, e, como se observa no quadro seguinte, 92,59% responderam que perdem redes, dos quais 81,48% algumas vezes, 7,41% frequentemente e 3,70% muito frequentemente, e os demais 7,41% reponderam que nunca perdem redes, ou se as perdem, mais tarde acabam por as recuperar, até porque, salientam, os cabos das redes são dispendiosos e a pesca não permite rentabilidade para "*deitar assim dinheiro ao mar*".

COM QUE INTENSIDADE PERDE ARTES NA FAINA (REDES, APARELHOS, ETC.)? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NUNCA	0,00%	7,41%	7,41%
ALGUMAS VEZES	7,41%	74,07%	81,48%
FREQUENTEMENTE	0,00%	7,41%	7,41%
MUITO FREQUENTEMENTE	0,00%	3,70%	3,70%
TOTAL	7,41%	92,59%	100,00%

Também indagámos os arrais sobre quais as preocupações que os assolam quando ocorre perderem material de pesca no espelho de água, no sentido de perceber as motivações, se puramente económicas ou ambientais, ou ambas. Como se observa no quadro seguinte, 7,41% dos inquiridos responderam que esse assunto não os preocupa, e 33% responderam que apenas têm preocupações com a aquisição de novo material (custo económico), o que totaliza 40,74% de arrais que pelos vistos ainda não tiveram contacto com o Código de Conduta da Pesca Responsável (FAO - 1995), ou, se já tiveram, negligenciam-no. O mais representativo, num total de 51,85%, é o grupo de arrais que respondeu ter simultaneamente preocupações económicas, quer devido a ter de adquirir novo material, quer devido aos efeitos que as redes e linhas abandonadas ou perdidas podem ter quando se emaranham nos motores das embarcações, ou em artes caladas ou à deriva, danificando-as, bem como preocupações dos efeitos no ecossistema.

NUMA ESCALA DE PRIORIDADES, QUANDO PERDE UMA ARTE O QUE MAIS O PREOCUPA: (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
I	7,41%	25,93%	33,33%
I,II	0,00%	7,41%	7,41%
I,II,III	0,00%	51,85%	51,85%
IV	0,00%	7,41%	7,41%
TOTAL	7,41%	92,59%	100,00%

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter se se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico); (iv) não fica preocupado.

Consequência do tipo da pesca que se realiza atualmente, muito diferente do que se praticou até ao início da década de 1980, em que os pescadores iam "aviados" para o espelho de água, a generalidade dos arrais, mais propriamente 81,48%, já não faz refeições a bordo, como se observa no quadro a seguir. Geralmente vão para o rio sem alimentos a bordo, ou, quando muito, levam um pequeno lanche constituído de uma sandes, fruta e bebida. Apenas 18,52% dos arrais inquiridos assumiram fazer refeições a bordo, mas não de forma rotineira, apenas em ocasiões especiais, e em

relação aos resíduos daí resultantes, todos sem exceção, indicaram que os guardam na embarcação até chegar a terra, onde os depositam em local apropriado.

FAZ REFEIÇÕES A BORDO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
NÃO	7,41%	74,07%	81,48%
SIM	0,00%	18,52%	18,52%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Sobre se ainda existe preparação de pescado nas embarcações, em 96,30% dos casos os arrais indicaram não o fazer, e apenas um, que corresponde a 3,70%, assumiu que amanhava o pescado na embarcação, tendo também referido que coloca os resíduos no lixo comum quando não dão para utilizar como isca para os anzóis. É importante notar que amanhar o peixe nas embarcações não tem de estar relacionado com o processo da fuga à lota - existem espécies, como o safio, que algumas lotas apenas aceitam já amanhado.

Quanto à prática vigente na mudança de óleos de motor das embarcações, 88,89% dos arrais fazem a substituição a seco, e apenas 11,11% a fazem na água, e, segundo indicaram, nesse processo nunca ocorrem fugas. Sobre o destino destes óleos, 48,15% dos arrais inquiridos responderam que o depositam no cais de pesca (nestes casos, eles próprios procedem à substituição), 37,04% deixam-no com o mecânico (nestes casos, que se observam nas embarcações maiores, o serviço é contratado a mecânicos especializados), 7,41% entregam-no em empresas privadas para reciclagem (geralmente deixam-nos em oficinas de mecânica), 3,70% deixam-no em contentores comuns de resíduos sólidos urbanos (que recebem os resíduos domésticos), e os restantes 3,70% guardam os óleos para a utilização doméstica, geralmente para preservação da madeira, como se observa no quadro a seguir.

QUANDO SUBSTITUI O ÓLEO DO MOTOR, ONDE DEPOSITA O ÓLEO VELHO? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
COLOCA EM DEPÓSITO DE ÓLEOS NO CAIS DE PESCA	0,00%	48,15%	48,15%
COLOCA EM DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	3,70%	0,00%	3,70%
ENTREGA A EMPRESA PRIVADA PARA RECICLAGEM	0,00%	7,41%	7,41%
FICA COM O MECÂNICO	3,70%	33,33%	37,04%
GUARDA O ÓLEO PARA UTILIZAÇÕES DOMÉSTICAS	0,00%	3,70%	3,70%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Importa notar que a antiga Doca de Pesca de Pedrouços tem um ponto de recolha de óleos, criado pela ocasião da regata Volvo Race, mas não é controlado e os vazamentos de óleo para o solo são constantes, motivo pelo qual os óleos ficam em pequenos depósitos um pouco por todo o lado, como documentam as fotografias no Livro III – Memória Fotográfica. A Doca de Alcântara tem instalações de alto nível para a atividade recreativa, que não estão disponíveis para a pesca, o que se traduz na resposta dos arrais: nos casos em que a mudança de óleos é efetuada por empresas, essas responsabilizam-se pelo encaminhamento correto dos óleos, quando a substituição é efetuada diretamente pelos arrais, o destino são os contentores comuns de resíduos sólidos urbanos nas imediações. A situação é preocupante. É necessário encontrar uma solução definitiva de abrigo para os pescadores de Lisboa e concelhos limítrofes.

Sobre os resíduos que capturam no espelho de água emalhados nas artes de pesca, não existe informação sobre a frequência, a tipologia e o destino. Questionados sobre se na faina apanhavam muito "lixo", entendendo-se como lixo tudo aquilo que não pertence ao mar (de origem antrópica), 37,04% dos arrais responderam algumas vezes, 40,74% frequentemente e 22,22% muito frequentemente, como se observa no quadro seguinte. Isto significa que salvo raras exceções, muito raras, ao recolherem as artes de pesca os pescadores estão sistematicamente a recolher resíduos.

NA FAINA APANHA MUITO "LIXO" (BOCADOS DE REDES, PLÁSTICOS, MADEIRAS, TECIDOS, ETC.)? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
ALGUMAS VEZES	7,41%	29,63%	37,04%
FREQUENTEMENTE	0,00%	40,74%	40,74%
MUITO FREQUENTEMENTE	0,00%	22,22%	22,22%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

Os plásticos estão entre os materiais mais comuns que apanham com as redes, seguindo-se os produtos de higiene (o que revela que as estações de tratamento de águas residuais trabalham com deficiência), o vidro, e os restos de artes de pesca, como se observa no quadro seguinte.

QUAL OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS REDES? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
I,II,III,V,VIII	0,00%	3,70%	3,70%
II	7,41%	37,04%	44,44%
II,III,VIII	0,00%	7,41%	7,41%
II,IV	0,00%	11,11%	11,11%
II,IV,V	0,00%	3,70%	3,70%
II,IV,VI,VII	0,00%	3,70%	3,70%
II,IV,VIII	0,00%	3,70%	3,70%
II,VI	0,00%	3,70%	3,70%
II,VI,VIII	0,00%	3,70%	3,70%
II,VIII	0,00%	7,41%	7,41%
IV	0,00%	3,70%	3,70%
VI	0,00%	3,70%	3,70%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

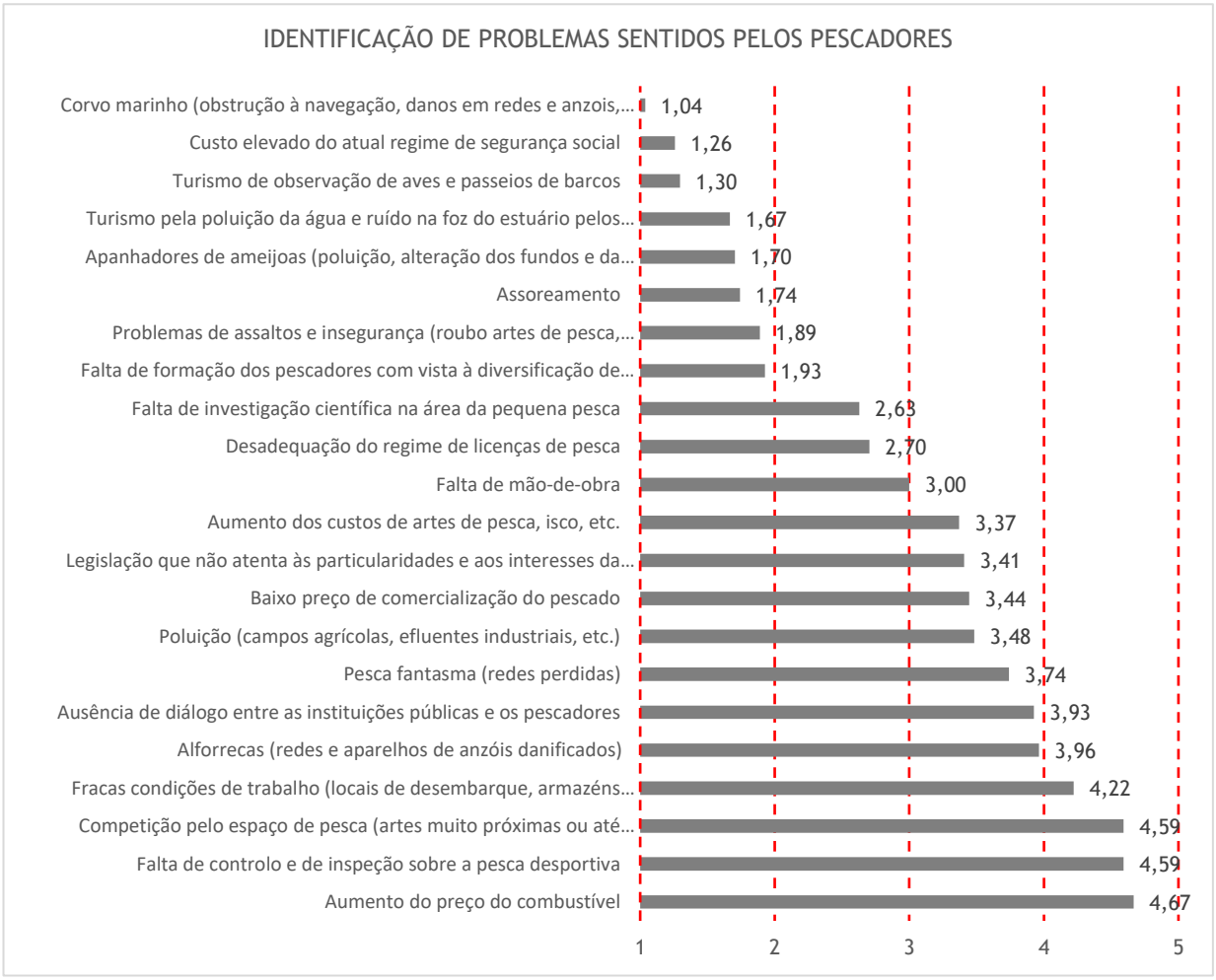
Legenda: (i) metal; (ii) plásticos diversos; (iii) tecidos diversos; (iv) produtos de higiene; (v) materiais mistos; (vi) pedaços de artes de pesca; (vii) equipamento tecnológico; (viii) vidro.

Igualmente relevante, por desconhecimento absoluto, é perceber o que os arrais fazem com estes resíduos que lhes surgem nas artes. Inquiridos sobre esta questão, 40,74% responderam que os devolvem ao mar, 18,52% indicaram transportar tudo para terra, desde que caibam dentro da embarcação, e em terra abandonam onde for possível, e os demais 40,74% indicaram que transportam tudo para terra, desde que respeite a capacidade das suas embarcações, e em terra asseguram o tratamento adequado, como se observa no quadro seguinte. A ausência de contentores para os resíduos junto às muralhas da antiga Doca de Pesca de Pedrouços leva a que chegados a terra os pescadores os abandonem em qualquer lugar (Cf. Livro III – Memória Fotográfica). É um tema importante em que existe muito a fazer junto aos marítimos, sensibilizando-os para o necessário transporte e tratamento dos resíduos, e para as entidades competentes, para que em terra assegurem as condições de depósito dos resíduos para posterior tratamento e valorização.

O QUE FAZ AOS RESÍDUOS QUE VÊM NAS ARTES (QUE NÃO FAÇAM PARTE DO AMBIENTE MARINHO)? (%)	DOCA DE ALCÂNTARA	ANTIGA DOCA DE PEDROUÇOS	TOTAL
LANÇA-OS NOVAMENTE À ÁGUA	7,41%	33,33%	40,74%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ABANDONA ONDE FOR POSSÍVEL	0,00%	18,52%	18,52%
TRANSPORTA TUDO PARA TERRA, E ASSEGURA O TRATAMENTO ADEQUADO	0,00%	40,74%	40,74%
TOTAL	**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**

III.1.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos e apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Lisboa sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são o aumento do preço do combustível, a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica de lazer, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), as alforrecas (danificam as redes e os aparelhos de anzóis), a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, a pesca fantasma (redes perdidas), a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), o baixo preço de comercialização do pescado, a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pesca local, o aumento dos custos de artes de pesca e isco, e a falta de mão-de-obra, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Os arrais com embarcações de propulsão a gasolina defendem que o subsídio da gasolina deveria ser concedido nos mesmos moldes do subsídio de gasóleo, para ser mais justo. Destacam que muitas vezes vão pescar ao fim de semana e só na segunda-feira entregam o peixe na lota, e apesar de terem

trabalhado três dias, para efeitos de subsídio só recebem o dia de entrega em lota. Há dias em que vão ao mar e não fazem qualquer captura, e ficam com grande prejuízo porque para além de não fazerem desembarques também não recebem o apoio, o que cria um fosso entre armadores/arrais só pelo tipo de combustível que utilizam no motor (quem tem barcos com motor a gasóleo tem sempre o apoio garantido, quer apanhe ou não peixe). Ocorrem situações dos arrais terem de ir duas vezes no mesmo dia ao rio, primeiro lançar as artes e depois colher o peixe, e nesses casos quem tem motores a gasolina é mais uma vez prejudicado, pois só recebe o subsídio de combustível uma vez por dia. Na opinião destes arrais, nem sequer é uma medida muito dispendiosa para o Estado, e, para além disso, garantem que as embarcações com motores a gasolina fazem menos dias de pesca, porque esperam por marés que lhes dão alguma garantia de que vão apanhar peixe, ou pelo menos acalentam essa esperança.

Sobre a pesca lúdica, consideram que é pouco fiscalizada face ao dano que causa, porque capturam muito peixe sem ter o tamanho mínimo. Na sua opinião, os pescadores lúdicos só deviam poder andar ao polvo ao final de semana e aos feriados, porque tal como está são concorrentes dos pescadores profissionais. Também defendem que deveria aumentar a fiscalização sobre a pesca profissional para acabar com a utilização de artes ilegais em zonas proibidas, como a pesca ao cerco com atordoamento à corvina dentro do rio Tejo.

Quanto à questão da competição pelo espaço de pesca: na zona de entrada e saída da barra, que é feita pelo enfiamento dos faróis do Esteiro e da Gibalta, e da marca da Mama (marcas que assinalam o eixo do canal), o canal de navegação tem abertura mínima. Quando se passa a linha da boia amarela de Caxias ou da boia n.º 7 (verde), o canal de navegação começa a abrir e atinge a largura máxima, que os pescadores consideram que é excessiva. Segundo estes, juntando à área do canal uma zona de ¼ de milha de proteção de zona costeira, o espaço que sobra para a pesca é mínimo. Consideram que deveria ser reduzida a margem de proteção ao canal de navegação, e as boias de sinalização deveriam ser colocadas no canal de navegação já considerando a margem de proteção, para que os arrais que não têm GPS saberem com clareza onde podem e onde não podem trabalhar.

A poluição é também um problema recorrente, e, se bem que mitigado nos últimos anos, especialmente depois dos trabalhos de limpeza por altura da Expo 98´, nunca deixou de se manifestar. Em 2014, Francisco Xavier Segurado Fernandes, proprietário e armador da embarcação "Aladim", registo n.º LX-326-L, onde exerce a bordo as funções de arrais, a alar uma caçada de covos na foz do Tejo foi surpreendido por um contentor do lixo dos grandes (mil litros), de plástico de cor verde, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, que veio das profundezas do rio agarrado ao cabo da caçada. Curiosamente, este contentor ainda hoje serve para os marítimos da doca de pedrouços, lá colocarem resíduos. Dois anos depois, foi intensa a descarga de celulose no rio que até o polvo e vários peixes de escamas foram dar à praia mortos (praia de Santo Amaro e praia de Paço de Arcos). Ainda que com a proibição dos sacos de plástico se tenha notado uma redução significativa destes materiais no fundo do rio, e da água em geral aparentar estar mais límpida e menos poluída, os arrais entendem que este assunto deve merecer maior fiscalização da parte das autoridades.

Acerca da sinalização das artes de pesca fundeadas, contestam a obrigatoriedade de os mastros das boias terem de ter uma altura mínima de um metro, prevista no regulamento de pesca das águas interiores não marítimas do rio Tejo, quer pela perigosidade para a navegação, quer por dificultar a prática da pesca com aparelho de anzol. Explicaram que quando as correntes são fortes ("*quando a água corre muito*") as boias não conseguem manter a verticalidade e mergulham, e só emergem no estofo da maré (curto período em que a água para e se inverte o sentido da maré). Quando as boias submergem a um ou dois metros de profundidade ("*a meia água*"), ficam invisíveis, e podem constituir perigo para a navegação, porque o mastro pode ser de material que fere as hélices ou o casco das pequenas embarcações da pesca local ou lúdicas, como acontece quando são utilizados os seguintes materiais: perfil redondo de aço, verguinha de ferro, tubos de aço, barras de ferro, e cabos de enxadas. Por outro lado, o mastro com um metro causa dificuldades aos palangreiros, porque, de acordo com o seu método de trabalho, enrolam o "*calamento da boia*" (cabo que liga a boia à arte) na própria boia, e quando começam por largar o ferro, este, devido ao seu peso, vai fazer com que o "calamento da boia" se desenrole. Se o mastro da boia for muito comprido isso vai levar a que o "calamento da boia" se "*embarace*", inviabilizando assim a largada. Segundo referiram, já pediram às autoridades a revisão da legislação, mas as suas reivindicações não foram atendidas. Salientam que a dimensão adequada, para ter em conta a especificidade local, deveria ser de mastros com o mínimo de 50 cm.

Sobre as condições de trabalho, que no geral classificam de muito fracas, sublinham ausência de guincho para subir e descer as embarcações, de pontos de luz e de água junto às muralhas para lavarem os covos e o fundo das embarcações, de balança para pesagem do pescado, de centro de receção de óleos usados, e de casas de banho. Salientam ainda o avançado estado de degradação dos edifícios da antiga Docapesca de Lisboa que ainda não foram demolidos, cujos elementos apresentam fissuração e

corrosão decorrente da localização junto ao rio, fonte de cloretos, atualmente cedidos por tempo incerto aos arrais para armazéns de artes e aprestos de pesca, sem água ou luz, note-se, e as fracas condições de segurança para as pequenas embarcações locais dentro da doca em momentos de agressividade do clima, que, diga-se, sempre padeceu deste mal, mesmo quando ainda servia aos grandes navios.

Esta doca não tem boas condições para entrada e saída das embarcações, nem nunca teve, porque a abertura faz-se para Sudoeste, ficando por isso completamente desprotegida de marés, ondulação e correntes. Existe entrada de águas por baixo da muralha (molhe oeste), que está assente em estacas, motivo de ondulação. Ademais, a muralha é a direito, não tem rampa, o que não ajuda à quebra da ondulação. Quando as águas entram pela boca dentro da doca, o que acontece por falta de proteções, fazem ricochete nas muralhas acentuando a ondulação, como se mostra na figura ao lado. Tem problemas de sedimentação, o que obriga a ser desassoreada com periodicidade (a movimentação de águas faz deslocar e acumular na doca areias, lamas e outros detritos).

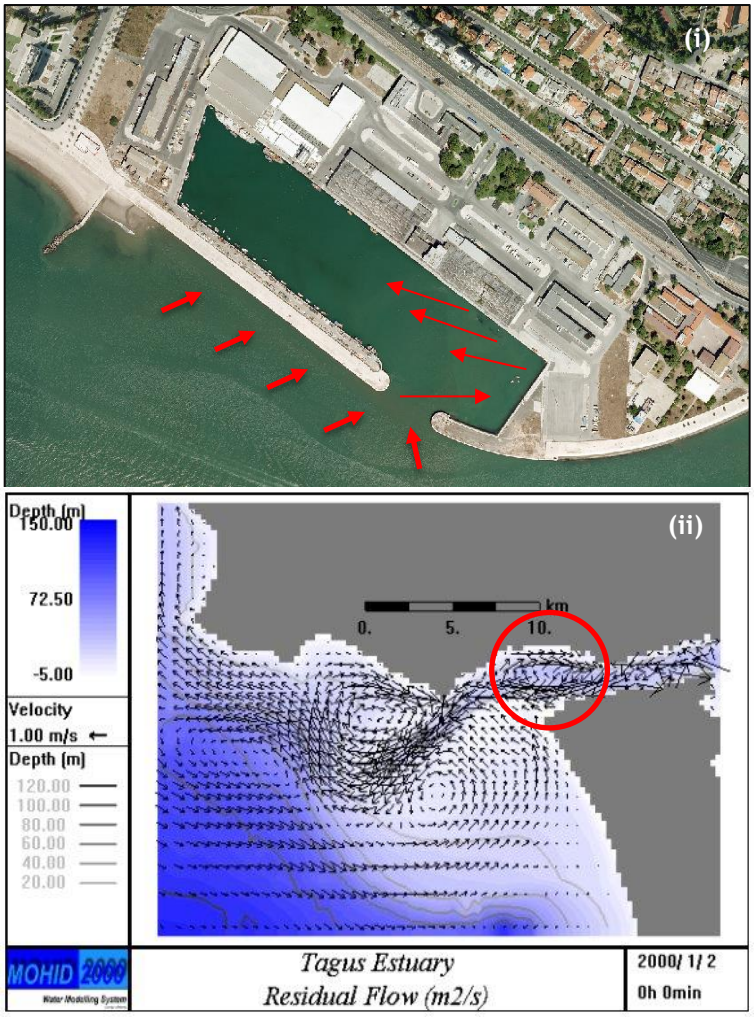


FIGURA 208 | Sentido de circulação da água no estuário do Tejo e à entrada e dentro da Doca de Pedrouços.
Fontes:
http://maretec.mohid.com/Estuarios/Inicio/ExemploTejo/ExemploTejo.htm e http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html (18/02/2019).

Como se observa na figura ao lado que representa os caudais residuais, a entrada da doca está debaixo da influência de correntes circulares com predominância de sudeste e sudoeste. Quando está mau tempo e faz muita ondulação não é segura para as embarcações de pesca, motivo pelo qual nessas alturas se refugiam na doca de Alcântara. Esta doca necessita de um molhe que quebre o impacto da ondulação, que sirva de abrigo às embarcações.

Os arrais entendem como fundamental a realização da pesagem do pescado e a emissão de guia de transporte em Pedrouços. Defendem que tal como o sistema está estruturado, são obrigados a levar o pescado por mar à lota da Trafaria, o que não é viável quando os barcos são tripulados por apenas um marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local, situação que atualmente, com a redução do número de marítimos, é muito comum, porque o barco fica a ocupar espaço no cais que outros barcos precisam para atracar, e, para além disso, existem muitos problemas de assaltos e insegurança na Trafaria que sugerem aos arrais que aí não deixem sozinhas as embarcações.

Estes arrais vivem em constante sobressalto, atormentados pela incerteza que recai sobre a antiga doca de pesca de Pedrouços, e pela falta de alternativa. Queixam-se que tinham uma grande lota, a melhor do país, que ficaram sem nada, e priorizam a construção de um porto de pesca para os pescadores que tenha incluída uma lota com todas as valências.

Importa salientar que o fim da lota também aumentou os custos dos arrais que aproveitavam algum do peixe que era rejeitado, para iscar os aparelhos e os covos. Até nisso tiveram "*azar*". O proprietário e arrais da embarcação "Concha", registo n.º LX-313-L, referiu que, desde que acabou a doca de pesca em Pedrouços teve um agravamento de 30€/dia de pesca com a aquisição de isco, valor que antes não gastava porque aproveitava peixe retirado do mercado para a isca.

Sobre a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, defendem que deveria haver um sistema de alerta de informação de mau tempo e de outras informações pertinentes ao quotidiano da faina, a enviar por mensagem de correio eletrónico e/ou mensagem escrita de telemóvel aos arrais e a todos os interessados, mediante subscrição sem custos, que se podia designar de Boletim informativo (ou *newsletter*) da Capitania do Porto de Lisboa. Defendem que esta era a melhor forma de fortalecer o relacionamento entre a entidade fiscalizadora e os marítimos, e de mitigar a cada vez maior falta de associativismo e o cada vez maior individualismo numa atividade onde é imperioso haver entendimentos, colaboração e entreajuda.

A falta de diálogo é maior, na sua opinião, com a "Guarda Fiscal", como designam a Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, que acusam de falta de elementos pedagógicos, de dissuasão ao incumprimento, limitando-se a ficar na "*tocaia*" para levantar coimas. Ademais, acusam este órgão de polícia de, na sua ação aliciar os marítimos a pagar as coimas sem contestarem, o que tem levado, dizem, mesmo quando consideram que têm razão, por falta de conhecimento ou competência, ou por receio de represálias, a pagarem para colocar um ponto final no assunto. Defendem que tanto a Polícia Marítima como a "Guarda Fiscal" deveriam ter ações pedagógicas, e melhorar as relações interpessoais e a forma de comunicação com os marítimos, evitando contornos rudes.

Sobre a legislação que entendem que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, defendem que a indumentária piscatória deveria ser isenta de imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Sobre o defeso do polvo, defendem que deveria ser realizado em setembro, que é quando desova, tanto na zona rio Tejo como na zona ZEE Portuguesa. Notam que não faz sentido proibir a captura do polvo dentro do rio, quando aos mesmos marítimos é permitido capturar desta espécie um pouco ao lado, na zona de entrecabos, local por onde a espécie tem obrigatoriamente de passar para chegar ao rio Tejo. Alguns arrais inclusive defendem a restrição da pesca do polvo feita fora da barra com alcatruzes.

Dizem que as restrições de utilização de artes de pesca não fazem sentido. Queixam-se que não podem utilizar em simultâneo mais do que um tipo diferente de artes de armadilhas, ou seja, não podem pescar com covos ao polvo e ao mesmo tempo pescar com nassas ao camarão. Pretendiam utilizar de setembro a dezembro as nassas para apanhar camarão, e de janeiro a agosto os covos para o polvo ou as redes de tresmalho para o choco. O choco começa a aparecer em novembro na zona de entrecabos e quando começa o mau tempo (as nortadas) entra no estuário do rio Tejo para se reproduzir, o que geralmente acontece em finais de janeiro, mas pode variar em função das condições do tempo e do mar.

Defendem o tabelamento do preço do pescado. Como concebem o sistema? Quando o pescado chegasse a um valor mínimo previamente tabelado, teria de ser arrematado pelo valor mínimo, pelo Estado e entregue a instituições de apoio social. Dão como exemplo o safio, que com dois quilos é vendido em lota por 15 ou 20 cêntimos, e devia ter como valor mínimo de venda um euro, sendo que se ninguém comprasse revertia para o Estado, que seria obrigado a pagar um euro por cada quilo. Sobre como funcionaria o sistema de distribuição, e sobre de onde viria o dinheiro para suportar este sistema, não se pronunciam.

Para o futuro, querem ser eles próprios a comercializar o seu próprio pescado, na linha do que atualmente funciona para os mariscadores. No fundo, querem poder ser eles próprios os intermediários. Notar que uma minoria que trabalha apenas com aparelhos de anzol sugeriu que deveriam acabar as redes e os covos dentro do rio Tejo.

Lamentam a forma depreciativa como é vista a profissão de pescador, quando comparada, por exemplo, com a do armador, sendo que na pesca local o pescador é, simultaneamente, o arrais, o armador e o proprietário. Lamentam ainda que face ao agravamento das condições económicas dos armadores, não existam ajudas concretas para esta atividade.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica do meio e dos recursos e socioeconómica da

pesca local. Apenas 48,15% dos arrais indicaram que sim, tendo 51,85% respondido que não, como se observa no quadro seguinte.

Os arrais que responderam de forma favorável foram motivados pela ideia de eliminar os intermediários, que têm como verdadeiros "*inimigos*", e pela ideia de poderem comercializar o pescado a um melhor preço e melhorar a satisfação dos consumidores. No oposto, os arrais que responderam de forma desfavorável sustentaram que é essencial o anonimato sobre o que capturam, onde e quando, e por isso rejeitaram esta solução que necessariamente implicava que todos soubessem o que cada um pescava. Isto pode ler-se nas palavras dos vários arais, de que se transcreve um exemplo: "*Toda a gente tenta esconder o que apanha e onde apanha, pelo que não funciona todos colocarem o peixe no mesmo local, porque assim todos sabiam o que cada um apanhava, e, em função do dia, sabiam em que zona o apanhava, sendo de prever que logo a seguir iam todos para essa zona*". Ademais, consideram que a variedade de espécies, e a sua valorização, não se coaduna pela venda através de cooperativa no mercado local, muitas vezes nem no mercado nacional, sendo essencial a venda na lota, pelo menos no verão, altura em que se conseguem bons preços para a restauração nacional e no comércio internacional (exportação). Por fim, justificam que quando acabam a faina querem é entregar o pescado e receber o dinheiro, não querem ter outras chatices, por isso não iria funcionar.

A segunda estratégia consistia na flexibilização das licenças de pesca, através da atribuição a todas as embarcações da pesca local de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes, tendo apenas 40,74% dos inquiridos evidenciado interesse pela ideia, e os demais 59,26% responderam não ter qualquer interesse, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que responderam de forma favorável fizeram-no convencidos de que a ideia proposta permitiria mais opções de trabalho e consequentemente permitiria maior variedade de capturas ao longo do ano, e, sobretudo, fizeram-no por considerarem ser uma proposta justa, a única capaz de colocar todos os armadores/arrais a trabalharem nas mesmas oportunidades. No oposto, os arrais que responderam de forma desfavorável, fizeram-no porque advogam que "*são as licenças que fazem os valores dos barcos*", e por terem muitas licenças e/ou licenças especiais, consideram que essa proposta levaria à perda de valor das suas embarcações, e por isso não concordavam. Ademais, consideram que se essa proposta se efetivasse, todos os arrais iriam fazer as mesmas pescas, "*matavam-se uns aos outros*", e aumentava muito o esforço de pesca sobre algumas espécies que poderiam, inclusive, ficar em risco.

A terceira estratégia tinha como foco a aposta na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após respetiva alteração da legislação, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca. Dos arrais inquiridos, 44,44% não demonstraram interesse, e os demais 55,56% concordaram com a proposta, como se observa no quadro a seguir.

Os arrais que se mostraram favoráveis à medida consideram que pode ser um bom complemento para o verão, quando a pesca está mais fraca, mas é sobretudo um bom complemento na altura dos defesos. No entanto, notaram que no verão têm sempre trabalho na pesca, porque é a altura da corvina, que corresponde à época do ano em que existe maior rentabilidade na pesca, e no inverno é que algumas embarcações param pelo mau tempo, altura em que se teria de testar se é atrativa para a pesca turismo. Notaram ainda que isso só funcionava se fossem poucos barcos, porque se abrangesse todas as embarcações "*atropelavam-se uns aos outros*". Os arrais que responderam de forma desfavorável fizeram-no essencialmente por três motivos: (i) as suas embarcações não reúnem condições, são pequenas para essa atividade; (ii) consideram a pesca turismo um concorrente desleal da pesca profissional, representando tudo aquilo que mais abominam, ao mesmo nível da pesca lúdica; e (iii) não têm personalidade para realizar com sucesso a atividade. Um dos arrais diz isso de forma clara: "*não é o nosso ramo. Não tenho paciência para isso, nem para aturar turistas*".

A quarta e última estratégia, sobre os trabalhos de terra, apenas 40,74% respondeu que deveriam ser profissionalizados, de forma que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, e 59,26% responderam que não, como se observa no quadro a seguir. Notar que nesta comunidade os trabalhos de terra são essencialmente realizados por homens, pelos próprios arrais, ainda que exista um casal que habita nas próprias instalações da antiga doca de pesca de Pedrouços e que se dedica a entralhar redes, cobrando um valor pela prestação desse serviço.

Os arrais que responderam favoravelmente fizeram-no porque consideram ser da mais elementar justiça que quem faz apenas trabalhos de terra tenha direitos, para que mais tarde tenha reforma, mas salientaram que no Tejo a atividade não dá rentabilidade para contratarem pessoas especificas para essa finalidade, ou seja, são eles que realizam todo o trabalho. Os demais que não concordaram

fizeram-no exatamente por esse motivo, por a rentabilidade da atividade não permitir pagar a outras pessoas, e indicaram que são eles que tratam das artes nos dias em que não podem ir ao mar.

Estratégia de dinamização comercial		Doca de Alcântara	Antiga Doca de Pesca de Pedrouços	Total
O Cabaz do Tejo		**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**
	Não	7,41%	44,44%	51,85%
	Sim	0,00%	48,15%	48,15%
Flexibilização do regime das licenças de pesca		**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**
	Não	3,70%	55,56%	59,26%
	Sim	3,70%	37,04%	40,74%
Pesca turismo		**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**
	Não	3,70%	40,74%	44,44%
	Sim	3,70%	51,85%	55,56%
Profissionalização dos trabalhos de terra		**7,41%**	**92,59%**	**100,00%**
	Não	7,41%	51,85%	59,26%
	Sim	0,00%	40,74%	40,74%



FIGURA 209 | Embarcação "Aladim", registo n.º LX-326-L, amarrada no paredão Norte da antiga doca de Pesca de Pedrouços (Algés), de que André Filipe Viveiro Ferreira é proprietário e armador, e António Joaquim Ferreira, seu pai, exerce a bordo as funções de arrais, estando habilitado com a categoria de Mestre Costeiro Pescador. Na fotografia está Diogo Fernando da Silva Ferreira, arrais de pesca local, sobrinho do arrais (estava a ajudar devido à "carregação", para safarem mais rápido as redes), e Sergei Petrov, camarada, pescador, a desemalhar azevia capturada com rede de emalhar de um pano fundeada, malha de 60 mm, na zona do Bugio, em 25/05/2018. Foi um grande dia de pesca, a tripulação capturou cerca de 250 Kg de azevia, e mais algumas dezenas de quilos de outros peixes de escamas, de variadas espécies. O desembarque foi efetuado no Posto de Vendagem da Trafaria, mas o valor de venda foi abaixo do que seria expectável, frustrando a expectativa da tripulação que, neste dia, trabalhou 16 horas.

III.2. Comunidades de Pescadores de Almada

III.2.1. Enquadramento evolutivo.[100]

No **concelho de Almada** existem dez núcleos piscatórios localizados um pouco por toda a orla ribeirinha junto à linha de água desde o Caramujo, dentro do rio, à Fonte da Telha, já em águas oceânicas, sendo que neste último aglomerado apenas existe uma embarcação habilitada com licença de pesca para a zona "rio Tejo", estando as demais habilitadas com licenças para operar em águas

[100] Este texto introdutório foi escrito com base nas conversas mantidas com vários homens e mulheres do mar do concelho de Almada, entre março e setembro de 2019, pelo menos um entre os mais antigos de cada comunidade piscatória, e, de forma complementar, através de pesquisa biográfica nas bibliotecas e fundo local do município (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Caramujo: José Augusto Pataca Vieira, que nasceu e vive na comunidade, proprietário, armador e arrais da embarcação "Primeiro de Maio", registo n.º TR-961-L, a mais antiga embarcação em atividade com registo na Delegação Marítima da Trafaria, que já trabalhou nos estaleiros da Lisnave e da Setenave mas nunca abandonou a pesca, e hoje é pescador a tempo inteiro e um dos mais antigos da comunidade; José Félix, que nasceu no Algarve a 8 de agosto de 1933, onde desde os 12 anos trabalhou nas pescas antes de vir para Sesimbra, com 17 anos, para trabalhar nas armações de carapau (e outras espécies). Depois foi trabalhar nas traineiras em Sines, e em 1957 veio para o arrasto em Lisboa, para a Companhia Portuguesa de Pesca (CPP), e depois do 25 de Abril de 1974 aqui ficou a operar na zona de entrecabos na pesca artesanal costeira e a fazer porto de abrigo no Caramujo; Luís Filipe Ferreira dos Santos (Joca, de alcunha), 64 anos, armador da embarcação "Tera", registo n.º TR-1487-L, que nasceu na Trafaria e sempre viveu na Cova da Piedade e fez porto de abrigo no Caramujo.

Cacilhas: Ernesto Manuel Madeira Martins da Silva, conhecido por "Russo" ou Pelé, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Mimosa", registo n.º TR-1488-L; David Manuel da Costa Ribeiro da Silva, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Bate Mal", registo n.º TR-1690-L, que começou a trabalhar cedo na arte xávega na Costa da Caparica, onde reside, arte que é propriedade de familiares, e desde a década de 1980 que opera no rio Tejo com aparelho de anzol, indo muitas vezes à noite apanhar isco à Costa da Caparica para laborar no Tejo; e José Duarte da Silva Pimenta, 91 anos, filho de pescador profissional, é o mestre mais antigo ainda em atividade no rio Tejo, também proprietário e armador da embarcação "Lúcia", registo n.º TR-1458-L. Deu o nome de sua mãe ao barco. Há várias décadas que se dedica à pesca com aparelho de anzol no rio Tejo.

Olho de Boi: Ana Cristina Batista Alves Guerreiro e Vítor Manuel Dias Ferreira Santos, ambos proprietários e mestres das embarcações "Poney" (TR-1433-L) e "Polly" (TR-1505-L), e António Manuel Batista Alves Guerreiro e Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, proprietários e mestres das embarcações "Salete" (VX-712-L) e "Deus Dará" (TR-1440L), que foram os primeiros pescadores artesanais locais a aqui ficarem de forma permanente e, por isso mesmo, dispõem de espaço para arrumos das suas artes e aprestos de pesca.

Tagol: Jaime do Carmo Feiteira, nascido em 1953, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Dinora", registo n.º TR-1449-L, único pescador profissional a utilizar esta zona para abrigo da embarcação e arrumo de material de pesca. O primeiro pescador profissional desta comunidade foi Honorato do Carmo Feiteira, seu irmão, que infelizmente já não se encontra entre nós.

Banática: Luís Filipe de Sousa Correia, nascido em 1956, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sandra", registo LX-380-L, único pescador profissional a utilizar esta zona para abrigo da embarcação e arrumo de material de pesca.

Porto Brandão: José António, 71 anos, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Totinhas", registo n.º TR-1710-L, o mais antigo mestre desta comunidade onde apenas já só existem duas embarcações de pesca profissional.

Trafaria: João José Martins Borges, proprietário, armador e arrais da embarcação "Filipa", registo n.º TR-1452-L, 65 anos, especialista na arte dos aparelhos de anzol de fundo (com isco) e de meia água (com amostras), o único pescador local que complementa a pesca com a atividade agrícola; José Domingos da Encarnação Arrábida, arrais de pesca da embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L, 78 anos, que nasceu e vive na Trafaria, que durante 36 anos trabalhou na Casa dos Pescadores de Lisboa, começou como paquete e chegou a primeiro oficial administrativo, emprego que toda a vida complementou com a pesca profissional local, muito conhecedor da evolução da pesca nesta comunidade (foi o principal contribuidor liquido para este texto); César Augusto Martins Lopes, proprietário, armador e mestre da embarcação "Bia", registo n.º TR-1654-L, reconhecido entre os pares como um pilar de honestidade, um bom camarada e grande pescador (um dos camaradas, que não é família, já está matriculado no seu barco à quase 30 anos, uma estabilidade que, lamentavelmente, hoje não é muito comum nesta comunidade piscatória); José Manuel Borges Martins, filho de José Martins, conhecido por Zé da Berruma, um dos antigos mestres de pesca da Trafaria; Olímpio José Costa Simões, nascido em 1944, originário de Sesimbra, arrais de pesca da embarcação "Lagoa Azul", registo n.º TR-1432-L (integra o grupo dos "Sesimbrões" que em meados do século passado vieram para a pesca no estuário do Tejo atraídos pela abundância de peixe, trazendo inovações na arte do aparelho de anzol).

Cova do Vapor: António Manuel Laré Dias, 70 anos, caparicano, filho de pescador, irmão de pescadores e pescador profissional, que utiliza o abrigo da Cova do Vapor desde a década de 1960, e que na década de 1990 foi aqui que amarrou a embarcação costeira denominada "Delfim", registo n.º TR-1366-C, tipo traineira, e nas últimas duas décadas a embarcação "Lavagante", registo n.º TR-1517-L; Pureza de Almeida Costeira Valente (alcunha Maria do Augusto, ou só Maria), 77 anos, viúva de Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, ambos oriundos da Murtosa (distrito de Aveiro) e dos primeiros moradores permanentes da Cova do Vapor, que sempre possuíram embarcação de recreio que fretavam para atividades lúdicas e que utilizavam na pesca na foz do rio Tejo, muitas vezes com artes de pesca profissionais apesar de serem pescadores lúdicos.

Costa da Caparica: António Manuel Laré Dias, 70 anos, arrais de pesca, proprietário e armador da embarcação "Lavagante", registo n.º TR-1517-L; Manuel Rosa da Costa, conhecido por Manuel Polícia, nascido em 1928, residente no Bairro dos Pescadores, começou a trabalhar aos oito anos na arte de xávega, foi arrais de várias xávegas, trabalhou vários anos na pesca do rio, em complemento da xávega, e deixou de trabalhar recentemente, aos 90 anos; José Aires Dias Costa, que nasceu numa barraca na Caparica, na Rua 15, em 17.04.1947, filho de José Braço, mestre da arte xávega, que deu seguimento à arte até à venda da licença no início da década de 1990, altura em que adquiriu a embarcação "Meu Velho", registo n.º TR-1701-L, de que é proprietário, armador e arrais de pesca, e passou a operar maioritariamente nas águas interiores do rio Tejo; Ângelo Carlos Gonçalves Duarte, nascido em 1963, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Amorosa", registo n.º TR-1503-L, que durante a manhã opera no rio Tejo e durante a tarde/noite na arte de xávega do Mário Raimundo (que é irmão de António Manuel Laré Dias). Continua no rodapé da página seguinte.

oceânicas, nomeadamente com a arte xávega. Os núcleos estão identificados no mapa a seguir, sendo de salientar que têm origens, organização, recursos e condições muito diferentes entre si, e alguns têm uma reduzida expressão, sinal mais visível da falta de entendimento e de solidariedade entre estes homens do mar, o que é impeditivo do seu ajuntamento.

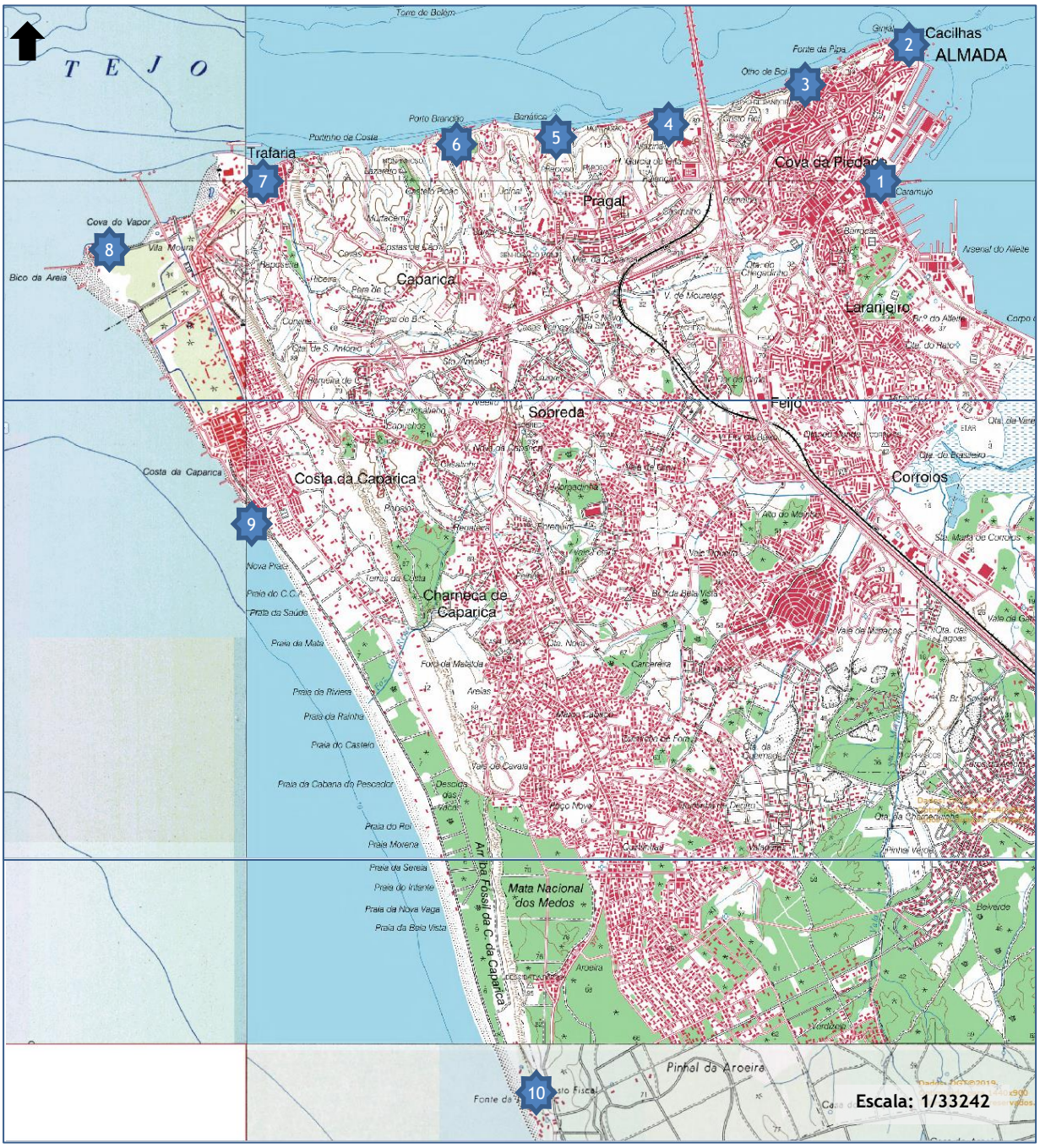


FIGURA 210 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Almada que operam no estuário do rio Tejo.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2018.
Legenda: 1 – Caramujo; 2 – Cacilhas; 3 – Olho de Boi (antigo complexo industrial da ex-Companhia Portuguesa de Pesca); 4 - Tagol (onde antes funcionava a fábrica da Palença); 5 - Banática (junto aos tanques da Repsol); 6 - Porto Brandão; 7 – Trafaria; 8 – Cova da Vapor; 9 – Costa da Caparica; 10 – Fonte da Telha.

Fonte da Telha: António Fernando de Oliveira Marques da Silva, Cláudia Sofia Salgueiro Marques da Silva e Pedro Manuel dos Santos Silva Diogo, respetivamente, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L. Já foram mais nesta comunidade, mas em 2018 esta era a única embarcação com licença de pesca para o rio Tejo, onde operou algumas vezes nos meses no inverno, porque o proprietário também tem nesta embarcação licença para pescar em águas oceânicas, e tem ainda uma outra embarcação somente com licença de pesca em águas oceânicas, a "Claudinha", registo n.º TR-1735-L, que tem a licença da arte xávega. Na sua larga maioria esta comunidade opera com a arte xávega, eram três as artes ativas em 2018, e com redes na ZEE – FAO 27 - Atlântico Nordeste.

Há a referir que, na zona ribeirinha na passagem do concelho do Seixal para o concelho de Almada existe uma extensa zona de areal, designada de "Ponta dos Corvos" (Corroios), onde é frequente a apanha apeada de moluscos bivalves de forma ilegal. Registaram-se densidades entre 50 e 60 mariscadores por maré nos primeiros 15 dias de abril de 2017.

Começando de nascente para poente, verificamos que a **zona ribeirinha da Romeira, Caramujo e Mutela**, que estava funcionalmente interligada, apresenta tradição ligada às fainas do mar. Estavam aí localizados vários armazéns, onde os batelões descarregavam o trigo e a cortiça e as fragatas os melões, entre outras mercadorias, hoje transformados em bares, e armazéns de artes de pesca, eram várias as pequenas embarcações de pesca que encostavam na muralha aí existente, sendo muitos os marítimos originários da Murtosa e do Algarve, como recordam os descendentes que hoje aí se encontram.

Em finais do século XVIII, a zona do cais do Caramujo-Romeira era já um dos três polos socioeconómicos da região, devido ao movimento de embarcações de vários tipos e tamanhos, e também devido à pesca (Flores, 1990, p. 18-19). Os pescadores da Mutela e do Caramujo pescavam no rio variadas espécies, nomeadamente carapaus, fanecas, safios, robalos, charrocos, tainhas, caranguejos, camarão, chocos, linguados e enguias (Flores, 1990, p. 62). Alguns dos mais antigos pescadores, hoje em atividade, sugerem que nesta altura também se pescava corvina no período da desova.

Em 1826, por altura dos banhos, nas praias do Caramujo encontravam-se diversas qualidades de marisco (bivalves e crustáceos diversos), e a pesca mantinha-se de tempos muito recuados, e nunca interrompida, como conta uma veranista. O rio era rico de peixe, onde se empregava o Belmiro, com uma pequena barca, e havia aqui um porto para o tráfego local (Bastos, 1831, p. V, 43, 45).



FIGURA 211 | *Ti* Manuel Joaquim e sua esposa, pescadores da Romeira, na pequena embarcação a lavarem a rede no regresso da faina, em 1948.
Fonte: Flores, 1990, p. 62.



FIGURA 212 | Aspeto da baía do Caramujo, da orla ribeirinha da Romeira, e início da Base Naval do Alfeite, em finais da década de 1950.
Fonte: Flores, 1990, p. 62

No terceiro quartel do século XIX, mais propriamente em 1864, foi construído o primeiro edifício da fábrica de moagem de trigo do Caramujo, por Manuel José Gomes, que movimentou grandes quantidades de cereais e demais derivados transportados nos chamados barcos de moinhos. Seriam construídos mais dois edifícios, um 1872 e outro 1889, que fizeram da unidade fabril inicial num complexo moageiro. Em 10 de Junho de 1897, o edifício foi destruído na sequência de um incêndio, apenas ficou com as fachadas e paredes mestres, e foi recuperado em 1898, passando a ser integralmente em betão armado, a primeira edificação do género a ser executada em Portugal (Santos, 1993, p. 43), onde depois funcionou uma moagem da Sociedade Industrial Aliança (ainda hoje lá estão os silos, abandonados, tal como o resto do edificado do complexo industrial).

Este complexo dispunha de uma doca por onde os batelões entravam para ir carregar ou descarregar ao cais da moagem (trigos, farinhas e outros produtos), onde os pescadores também encostavam as embarcações e guardavam o material de pesca. Nesta altura era possível às crianças brincarem nuas na praia da Mutela, algo que hoje é pouco recomendável apesar da construção da ETAR da Mutela.

No século XX, em resultado de duas grandes obras, primeiro o Arsenal do Alfeite (Base Naval de Lisboa), cuja a construção iniciou em 1928, mais tarde criado pelo Decreto-Lei n.º 28 408, de 31 de dezembro de 1937, e inaugurado em 3 de maio de 1939, e depois o Estaleiro Naval de Lisboa (LISNAVE) na baía da Margueira, junto à estrada nacional, cujas obras se iniciaram a 6 de abril de 1964, com os estaleiros inaugurados a 23 de junho de 1967, toda a frente ribeirinha se alterou profundamente, processo que foi fatal para a pequena pesca artesanal local.

A doca onde os batelões entravam para ir descarregar ao cais da moagem Aliança, espaço que também era utilizado pelos pescadores para amaragem das embarcações e arrumos de artes de pesca, foi muito alterado. Apenas sobrou no **Caramujo** um pequeno braço do rio muito assoreado e já afastado do antigo cais, encravado e por isso abrigado entre estes dois novos dois complexos industriais onde os barcos ficavam "*encalhados à maré*"[102], onde se reagrupou o que sobrou dos mestres de pesca desta zona.

Em 1945, operava no Caramujo a lancha "Muita Sorte", registo n.º B.806.F (antigas matrículas de embarcações de pesca), registada na Delegação Marítima do Barreiro, propriedade de Rodrigo D´Almeida, com dois tripulantes, um encarregado (equivalente a arrais), que era o proprietário, e um camarada (pescador), José Garcia D´Almeida (Cf. Livro III – Memória Fotográfica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 14v-15). Em 1948, no Caramujo, havia uma lancha de nome "Dália Maria", registo n.º B.199.L, com 0,953 de tonelagem bruta, propriedade de Henrique Gomes Maria, que era também o encarregado, e operava na zona na pesca com rede camaroeira (Cf. Livro III – Memória Fotográfica / DMB, Livro 2 – Matrícula de barco de pesca [rol de matrícula das embarcações de pesca] –1945/1951, fl. 79v-80).

Durante a década de 1960, ainda aqui funcionou o estaleiro da Mutela, que tinha como responsável o carpinteiro naval José de Alves da Silva, onde eram construídas muitas das embarcações a operar na pesca local no rio Tejo. A embarcação "Encarnação", registo n.º TR-1005-L, tipo chata, para a pesca local, com 4,25 m de comprimento fora a fora, 1,74 m de boca, 0,52 m de pontal e 0,951 de tonelagem bruta, foi aqui mandada contruir por Paulo Alexandre Monteiro Correia, residente em Lisboa, pelo valor de 3.300$00, e foi registada na Delegação Marítima da Trafaria em 17/05/1968, tendo a embarcação sido destruída e o registo cancelado em 22/07/1985 (Cf. Livro III – Memória Fotográfica / DMT, Livro 5 – Registo de Embarcações de Pesca – 1967/1975 [registos extremos: TR-979-L e TR-1177-L], fl. 27-27v).

Pelo 25 de Abril de 1974, havia no Caramujo nove barcos de pesca profissional local e cerca de 20 pescadores profissionais que se dedicavam exclusivamente à pesca, entre os quais os mestres *Ti* Caracol, José Taranta, *Ti* Patrocínio, João Lopes, *Ti* Jaque, António Camolo e João Camolo (oriundos da Murtosa), Totó (alcunha), e João Pescador, oriundo da Murtosa, progenitor de José Augusto Pataca Vieira (Calhandra, de alcunha), atual mestre da embarcação "Primeiro de Maio", registo n.º TR-961-L, em madeira, que entrou ao serviço em 1967, a mais antiga embarcação ativa com registo na Delegação Marítima da Trafaria. Os armadores eram os próprios mestres, situação bem característica da pesca artesanal local. Havia ainda uma traineira da pesca industrial não agremiada costeira, propriedade de José Félix, que também era o mestre, adquirida em 1975, denominada "Foía", com motor de 150 Cv., que utilizava como abrigo a baía do Caramujo, e aí fundeou até 1986, mas ia pescar na zona de entrecabos e, não poucas vezes, nas águas costeiras de todo o país. No final da década chegou o Celestino António Maria, nascido em 1942, que ainda hoje está



FIGURA 213 | Ancoradouro da Mutela utilizado pela comunidade piscatória do Caramujo (1989).
Fonte: Antunes, 1996, p. 61.

[102] Ficavam em seco na maré baixa e só saíam para o mar quando a água subia, para navegar novamente.

em atividade, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Celestina Isabel", registo n.º LX-264-L, em madeira, que foi construída e entrou ao serviço em 1964, com cinco metros de comprimento fora a fora, e 0,96 de arqueação bruta (GT), a mais antiga embarcação de pesca ativa e com registo na Capitania do Porto de Lisboa.

Os barcos tinham casco em madeira, entre quatro e seis metros de comprimento fora a fora, a maior parte era de propulsão a remos e à vela e geralmente eram tripulados por dois homens, um mestre e um camarada (apenas uma embarcação era tripulada por três marítimos). Demorava imenso tempo ir à lota, e era impensável fazer pesca nas zonas mais a montante do estuário. As mulheres não pescavam e eram poucas as que ajudavam nos trabalhos de terra, que se resumia às que tinham origens da Murtosa. Nesta altura eram poucos ou nenhuns os barcos recreativos que se dedicavam à pesca lúdica.

Pescavam sobretudo ao arrasto de vara ao camarão, com redes de emalhar de um pano para o robalo e rabetas (corvinas pequenas), com tresmalho para o choco, e com aparelho de anzol para todas as espécies, artes que eles próprios produziam com a ajuda das suas esposas. As espécies mais abundantes eram linguado, choco, charroco, lavagantes, congros (safios), bruxas (ou grilos), solha, abrótea, corvinas, cação, fanecas, robalos, dourada, salmonete, ruivo, santola, governo da casa, caranguejo, ratões, e várias tainhas. A enguia, solha e o camarão, que estavam entre as mais abundantes, hoje quase não aparecem. As enguias apanhavam-se ao remolhão em grandes quantidades na baía do Caramujo, e alguns até as apanhavam à mão, a designada pesca à mão.



FIGURA 214 | Caramujo em 1984, quando os barcos de tráfego local ainda chegavam à fábrica, e quando os barcos de pesca aí encontravam abrigo e tinham espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca "colados" aos armazéns. Hoje os espaços de arrumos estão quase no mesmo sítio, o problema é que com o aterro, e com a construção da ETAR, ficaram muito afastados da linha de água. Esses armazéns estiveram devolutos bastante tempo, e recentemente foram transformados em restaurantes e ginásios. Fotografia gentilmente cedida por José Luís Covita.

Na década de 1980, a frente ribeirinha continuou a ser moldada pela ação humana, e por alturas de 1985, com o aterro para alargamento da Base Naval de Lisboa, desapareceu o espaço utilizado para fundear as embarcações de pesca, o que se observa na fotografia ao lado.



FIGURA 215 | Aterro no Caramujo para alargamento da Base Naval de Lisboa, que teve como consequência a alteração drástica da frente ribeirinha e o grande afastamento dos arrumos dos pescadores da linha de água. Data: 20.08.1985.

O número de embarcações de pesca profissional e de mestres em atividade decresceu significativamente, na maior parte das vezes por falecimento, mas também por desistência devido às fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), o que levou à venda e à saída de algumas

embarcações para outras comunidades piscatórias no estuário do Tejo. Entretanto, aumentou o número de embarcações de recreio que pescavam tanto ou mais do que os pescadores profissionais, que seriam seis na década de 1980, tripuladas por 16 homens.

O encerramento definitivo da Companhia Portuguesa de Pesca (CPP) em 1984 não teve reflexo nesta comunidade. Neste período os marítimos usavam como mais significativo o aparelho de anzol médio e grande para capturar robalos, fanecas e douradas, e o anzol pequeno que iscavam para capturar o linguado e as enguias, os galrichos de malha miúda para o camarão e os galrichos de malha mais larga para as fanecas e os safios, as redes de um pano para as douradas e de três panos para o choco, e linhas de mão para a dourada e os robalos. Apenas a embarcação "Celestina Isabel", ainda hoje ativa, utilizava apenas redes, todas as outras utilizavam anzóis, galrichos e linhas de mão.

Em 2000, encerraram os estaleiros da LISNAVE devido à redução das encomendas, situação que remeteu alguns trabalhadores para a pesca, mas sem que aumentasse o número de embarcações de pesca profissional, o que em parte se deve à inexistência de infraestruturas de apoio em terra.

Por esta altura eram cinco os mestres das embarcações de pesca profissional que diariamente se dedicavam à faina, o Celestino António Maria, o José Félix, o Caracol, o José Augusto Pataca Vieira (Calhandra, de alcunha), e o Luís Filipe Ferreira dos Santos (Joca, de alcunha).

Em 2002 começou a ser construída a ETAR da Mutela, que entrou em funcionamento em julho de 2003, concebida para tratar as águas residuais de quase 150 mil habitantes das redondezas, o que voltou a alterar a configuração da zona ribeirinha, eliminando o que sobrava do braço do rio e procedendo a um avanço significativo sobre o rio, resultando dessas obras, o atual fundeadouro, desabrigado, denominado Fundeadouro Municipal da Mutela, incrustado entre o Arsenal do Alfeite (a sul), ETAR da Mutela (Oeste) e as antigas instalações da Lisnave (Norte).



FIGURA 216 | Localização da comunidade piscatória do Caramujo.
Fonte: *Print screen* Google Maps, em 01/06/2019.

Os armadores viram regredir ao longo do tempo as condições de trabalho, ao ponto de no início deste século não terem lugar para guardar as artes e aprestos de pesca. Os mestres Celestino António Maria, Caracol (alcunha) e Luís Filipe Ferreira dos Santos (Joca, de alcunha), conseguiram que a Câmara Municipal de Almada lhes cedesse temporariamente um espaço para armazenar as artes de pesca nas antigas instalações da antiga fábrica Aliança, junto aos silos, o mestre José Félix comprou uma baleeira que está na água, apenhada de artes de pesca, e o mestre José Augusto Pataca Vieira (Calhandra, de alcunha) conseguiu junto da Administração do Porto de Lisboa, que é quem tem a maior jurisdição da área, a manutenção de algumas barracas junto aos antigos armazéns, mais ou menos na zona onde sempre estiveram,



FIGURA 217 |Espaço de arrumos de material de pesca junto aos antigos armazéns, que aparecem nas duas fotografias anteriores, e à entrada da ETAR da Mutela, em 03.06.2019.

que atualmente se encontra junto à porta de entrada da ETAR da Mutela, completamente afastadas das embarcações que ficam em poitas no Fundeadouro Municipal da Mutela. [103]

A crise de 2007/08 trouxe mais pescadores ao Caramujo, mas o número de barcos de pesca profissional manteve-se estagnado, apenas aumentou o número de embarcações recreativas ao serviço da pesca lúdica. Em 4 de agosto de 2000, José Félix adquiriu a embarcação "Rui Paulo", registo n.º PM-1181-L, em Portimão, com 1,35 de arqueação bruta (GT), 6,16 m de comprimento fora a fora, e 29,40 kW de potência do motor propulsor principal, e trouxe-a para o Caramujo, em substituição de uma outra, que registou na Delegação Marítima da Trafaria sob o n.º TR-1475-L, mudando a denominação para "Regresso à Vida".

Em 2010 o mestre José Félix deixou de trabalhar e vendeu o barco a Heliodoro da Costa Dionísio (alcunha Parlapias), de Paço de Arcos, e apenas aqui ficaram três embarcações de pesca profissional, o que é elucidativo de como ao longo do tempo o número de barcos profissionais veio a reduzir.

Em 30 de abril de 2014 chegou a esta comunidade uma nova embarcação denominada "Novo Dia", registo n.º TR-1707-L, de que Mauro Moura Guerreiro é proprietário, armador e arrais de pesca local, e em 1 de outubro de 2015 uma outra embarcação denominada "Tritão", registo n.º TR-1435-L, de que Luís Guilherme Pereira Marques Rodrigues é proprietário, armador e arrais de pesca local, sendo estes os mais jovens mestres da comunidade, com pouco mais de trinta anos.

A 31 de dezembro de 2018, este núcleo piscatório era constituído por cinco embarcações de pesca profissional devidamente licenciadas, que andavam diariamente à pesca, tripuladas por seis marítimos, cinco arrais e um pescador, todos do sexo masculino, que laboraram sobretudo com redes (são embarcações com autorização para lotação diferente de apenas um marítimo na categoria mínima de arrais de pesca). Apenas uma embarcação faz predominantemente pesca com aparelhos de anzol, e é tripulada por dois marítimos. Dois barcos que andam com redes também fazem pesca do polvo com piteira. São dois os motivos que levam os mestres a preferirem laborar com redes, que complementam com a pesca da peiteira ao polvo: o primeiro, por ser uma arte menos trabalhosa e supostamente exige menos especialização, e o segundo, o facto de o manuseamento do aparelho de anzol recomendar um mínimo de dois marítimos, pelo que os mestres optam por andar sozinhos e a pescar com redes, situação muito comum em todo o estuário. As embarcações são: Primeiro de Maio (TR-961-L), Tritão (TR-1435-L), Tera (TR-1487-L), Novo Dia (TR-1707-L) e Celestina Isabel (LX-264-L).



FIGURA 218 | Fundeadouro Municipal da Mutela (Caramujo), em 03.06.2019.

[103] Inicialmente a Administração do Porto de Lisboa cobrava uma renda pela cedência do espaço de arrumos de material de pesca, que tinha individualmente 3 m * 2 m, cerca de 10 euros/mês, mas mais recentemente deixou de aceitar receber esse montante, provavelmente porque terá em mente outras ideias para o espaço.

Para além destas fundeiam aqui uma dezena de outras embarcações de pesca profissional provenientes das comunidades da Costa da Caparica, Cova do Vapor e Trafaria, nas alturas da corvina, robalo e choco, e quase duas dezenas de embarcações de recreio, a generalidade para a pesca lúdica e para a apanha de amêijoa-japonesa a reboque de ganchorra.

Ao nível das infraestruturas de apoio em terra existem duas rampas, uma assoreada e outra pouco útil por ter a descida demasiado íngreme, e alguns armazéns muito degradados e pouco seguros para guardar o material de pesca[104], concedidos por caridade, que não se sabe por quanto mais tempo os pescadores os podem utilizar.

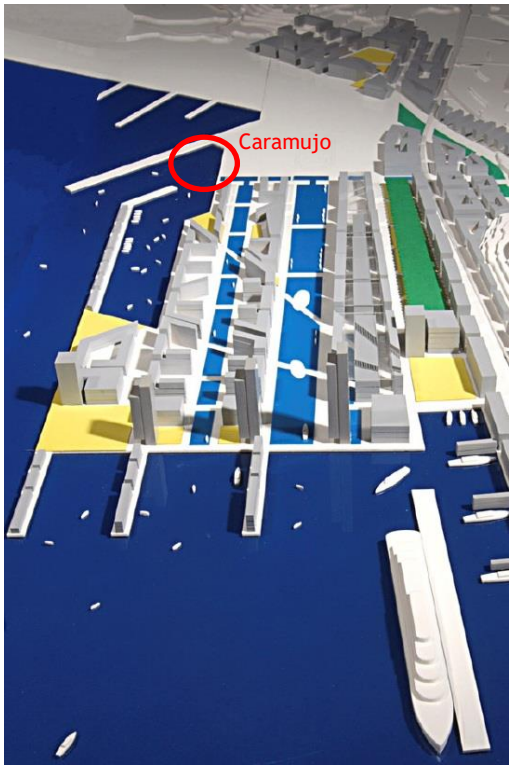


FIGURA 219 | Projeto para a nova Marina de Almada, apresentado pelo Fórum Empresarial da Economia do Mar e o Arco Ribeirinho Sul, em 2011.
Fonte: http://www.construir.pt/2011/03/18/forum-do-mar-e-arco-ribeirinho-sul-apresentam-nova-marina-de-almada/ (20/06/2019).

Em períodos de condições climatéricas adversas este fundeadouro da Mutela (Caramujo) não é garantia de segurança das embarcações. Entre 13 e 14 de março de 2019, a embarcação "Luna Mar", com o conjunto de identificação TR-1715-L, afundou devido à forte agitação marítima em toda a costa de Portugal, considerando o aviso do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) para esse período, e segundo indicação do proprietário da embarcação.[105]

O futuro desta zona piscatória é incerto, tanto mais que o Fórum Empresarial da Economia do Mar e o Arco Ribeirinho Sul em 2011 apresentaram um projeto para a nova Marina de Almada como âncora para o projeto da nova Cidade da Água, que previa 500 pontos de amarração para a náutica de recreio e zero pontos de amarração para a marinha de pesca, e respetivas casas de arrumos de material de pesca.

Cacilhas, território onde se regista ocupação humana deste a Idade do Ferro tendo por base a exploração dos recursos existentes no estuário (Silva, 1999, p. 5), de que é muito evidente a descoberta de seis tanques de salga de peixe da época romana (século I), teve desde longa data significativa comunidade de marítimos, especialmente de pescadores-camponeses, que se dedicavam em simultâneo à navegação fluvial, e cujas embarcações atracavam na margem ribeirinha em frente onde hoje se localiza a sua pequena Praça.

No terceiro quartel da Centúria de Setecentos a comunidade piscatória de Cacilhas já teria uma dimensão significativa, uma vez que patrocinou a reconstrução da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Silva, 1999, p. 5), naturalmente em sinal de fé e devoção, e de agradecimento por durante o terramoto de 1755 não terem sido levados pelo rio. Habitavam nas encostas voltadas para o rio ou perto da praia.

Para o desenvolvimento da comunidade piscatória terá contribuído o facto de a baía do porto estar abrigada dos ventos de norte, do areal ser propicio ao encalhe das embarcações, e da elevada piscosidade do Tejo. Nesta altura os pescadores dedicavam-se à captura de várias espécies, como charroco, pescada, sardinha, congros, sáveis, salmonetes, ruivos, pargos, besugos, gorazes, amêijoa, berbigão, lagostas e caranguejos. Quando no inverno não conseguiam pescar dedicavam-se ao amanho da terra (Flores, 1987, p. 36).

No período hodierno os pescadores-agricultores (e os catraeiros) foram gradualmente aumentando a frota de embarcações, de propulsão à vela e remos, mas de vários tipos e dimensões, e passaram a fazer com alguma regularidade o transporte de passageiros e de mercadorias de outras terras ribeirinhas para o porto de Cacilhas, que era onde se concentravam os produtos que iam abastecer a capital (Flores, 1987, p. 37). O tráfego fluvial de mercadorias e pessoas passou a ser o principal concorrente da pesca, por ser mais rentável e oferecer melhores condições de trabalho. No entanto, em 1840 ainda é possível ver na Praia de Cacilhas uma grande diversidade de barcos de tráfego

[104] Em 15 de junho de 2019, na altura do trabalho de campo desta investigação nesta comunidade, um destes armazéns cedido pela Câmara Municipal de Almada foi assaltado tendo sido furtados os equipamentos de maior valor artes e aprestos de pesca.
[105] Informação consultada no processo da embarcação na Delegação Marítima da Trafaria, em 27 de junho de 2019.



FIGURA 220 | Grupo de pescadores a preparar as redes na praia de Cacilhas em 1840, estando ao fundo dois rapazes totalmente nus a tomarem banho.

Fonte: Flores, 1987, p. 36.

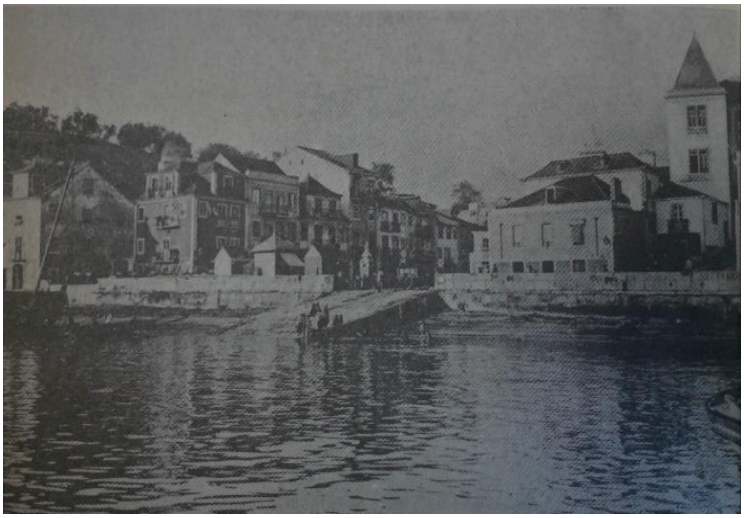


FIGURA 221 | Cais e farol de Cacilhas, ao centro uma rampa de encalhe, onde encostavam os barcos de pesca (ano de 1925).

Fonte: Correia, S/d, p. 172.



FIGURA 222 | Praia, cais e farol de Cacilhas.

Nota: Ainda existia a pequena enseada da Praia de Cacilhas, onde estão alguns barcos de pesca, pelo que o postal será anterior à primeira fase de ampliação do Largo de Cacilhas, porventura da década de 1930.

Fonte: Veiga, 2011, p. 12

local e de pesca, como as faluas, as canoas, e até uma muleta fundeada ao largo, e um grupo de pescadores a recuperar as redes. Importa salientar que a utilização da Praia de Cacilhas para banhos chega até à década de 1880. Nessa altura era comum observar as crianças a tomarem banho no rio, como se observa na imagem a seguir, dois rapazes totalmente nus a tomarem banho (Flores, 1987, p. 36).

No início do século XIX surgiram as primeiras indústrias em Cacilhas ligadas ao rio e ao mar, como as fábricas de conservas, e acentuou-se a transferência de mão-de-obra piscatória para o serviço do tráfego local (Barão & Milheiro, 2007, p. 21-27). Seria o fim da comunidade de pescadores-agricultores. Ficaram poucos profissionais a exercer a pesca, mas ao que tudo indica tinham uma motivação extra, é que com a nova indústria "*passaram a ter a possibilidade de vender o seu pescado aos comerciantes locais, que anunciavam aos visitantes a oferta de peixe fresquinho, junto às suas casas de pasto*" (Barão & Milheiro, 2007, p. 27).

No século XX, décadas de 20/30, Cacilhas tinha o principal ancoradouro de ligação à capital (Barão, 1994, p. 19), e o "*pescador-catraeiro, prestigiado pelo seu progresso, vai deixando a profissão da pesca e passar a mareante, comprando embarcações*", dedicando-se em absoluto ao transporte regular de passageiros e mercadorias para os mercados de Lisboa (Alves,

1983, p. 3). A classe dos catraeiros fortaleceu-se em detrimento da atividade pesqueira, que reduziu e está hoje praticamente desaparecida.

Nesta altura havia pelo menos dois pescadores profissionais com barcos próprios em Cacilhas, um deles o "Chico de Setúbal", também conhecido como "Chico Pescador", que morava no Ginjal, e cujos descendentes são hoje pescadores e fazem porto de abrigo no Olho de Boi, de que falaremos a seguir, e o José Tomaz Pimenta (alcunha de José Bagueira), falecido na década de 1950, sócio n.º 283/2901 da Casa dos Pescadores de Lisboa (pagou quotas até 4 de março de 1953), que sempre viveu e trabalhou em Cacilhas e complementava os trabalhos de terra nos estaleiros navais da H. Parry & Son, Lda., com a pesca profissional, o que fazia por necessidade, porque na pesca ganhava-se pouco.

José Duarte da Silva Pimenta, filho de José Tomaz Pimenta, que nasceu no Ginjal, a 24 de dezembro de 1927, onde são hoje os escritórios da Transtejo, e logo começou a ajudar o pai na pesca no rio, relata que durante o Estado Novo as condições de vida eram muito más, destacando que andava descalço toda a semana e só se calçava aos domingos. Hoje é o mestre mais antigo em atividade e com embarcação própria em Cacilhas e em todo o concelho de Almada.

Na década de 1940, havia em Cacilhas quatro embarcações com licença



FIGURA 223 | José Tomaz Pimenta, sócio n.º 283/2901 da Casa dos Pescadores de Lisboa, pai do mestre José Duarte da Silva Pimenta (ainda vivo).
Documento cedido gentilmente pelo próprio, em 17.06.2019.



FIGURA 224 | José Duarte da Silva Pimenta, sócio n.º 5291 da Casa dos Pescadores de Lisboa, inscrito em 1 de janeiro de 1963, com os selos do valor pago mensalmente.
Documento cedido gentilmente pelo próprio, em 17.06.2019.

de pesca profissional tripuladas por oito marítimos, quatro da categoria de arrais que governavam as embarcações e os demais da categoria de pescadores. Em apenas duas embarcações a tripulação laborava diariamente e vivia exclusivamente da pesca. Estas embarcações eram em madeira, de propulsão a remos, tipo canoa, e tinham em média dois tripulantes, um para os remos e outro para largar e colher as redes. Na pesca ao camarão com arrasto de varra podia andar apenas um marítimo, mas aos galrichos, por exemplo, já tinham de ser dois tripulantes. As redes eram feitas em fibras têxteis naturais, mas eram resistentes. Já nesta altura havia cinco embarcações de recreio, que no verão faziam pesca lúdica com linhas de mão e cana de pesca às corvinas pequenas e aos robalos em frente a Cacilhas, onde hoje é o Clube Naval.

Sobre as principais pescas e espécies, que representavam o principal rendimento da comunidade, nesta altura pescavam safio e charrocos ao longo de todo o ano, e choco de janeiro a abril. No inverno dirigiam a pesca em especial ao camarão branco (camarão-espinho) com arrasto de vara, e às enguias com anzol e ao remolhão. Em janeiro já começavam a aparecer as santolas que se pescavam com galrichos, e entre março e abril começavam a aparecer as corvinas e os robalos e os cações que apanhavam ao anzol. Os golfinhos comiam a cabeça dos chocos (hoje fazem-no as corvinas, predador de topo do estuário), fazendo com que o resto do corpo boiasse sobre o espelho de água, que os pescadores apanhavam para iscar os anzóis para a captura das corvinas a partir de março.

No final da década de 1950 ainda existia a Praia de Cacilhas, onde os pescadores varavam as embarcações para vistorias e reparação de manutenção, mas ao longo do ano ficavam amarradas ao antigo batelão do Porto de Lisboa.



FIGURA 225 | Estação fluvial de Cacilhas na margem sul do Tejo, em 1958.
Fotografia cedida pela Administração do Porto de Lisboa, em 2019.

No início da década de 1960, José Duarte da Silva Pimenta, inscrito marítimo n.º 1623 na Delegação Marítima da Trafaria, inscreveu-se pela primeira vez na Casa dos Pescadores de Lisboa, tendo-lhe sido atribuído o número de sócio 5291. Nos primeiros três meses, a começar em 1 de janeiro de 1963, pagou mensalmente 4$00, valor que passou a 6$00 nos meses seguintes, tendo existido outras alterações ao longo do tempo em que esteve associado. Questionado sobre as vantagens de estar inscrito na Casa dos Pescadores, foi perentório ao afirmar que não teve qualquer vantagem.

Adquiriu e governou uma embarcação a que deu o nome "Lúcia", igual ao nome da mãe, e que registou na Delegação Marítima da Trafaria sob o n.º TR-868-L, de casco em madeira, construída e entrada ao serviço em 1963, com 4,30 m de comprimento fora a fora, 0,50 t de arqueação bruta (GT), que estava licenciada para palangre, redes de emalhar e para armadilhas (covos), e que na década de 1980 já lhe tinha instalado um motor propulsor principal de 4,00 kW. O seu camarada era Manuel Preto (alcunha), e aparecem na fotografia ao lado a safar as redes dentro da embarcação. Esta embarcação foi substituída, na viragem para o século XXI, por uma outra embarcação com moderno casco em fibra de vidro, registada em 14 de fevereiro de 2000 na Delegação Marítima da Trafaria, mantendo a denominação e sendo-lhe atribuído o registo n.º TR-1458-L. A nova embarcação, que ainda está ativa, tem 0,58 t de arqueação bruta (GT), 4,20 m de comprimento fora a fora, 11,03 kW de potência do motor principal, e manteve a licença para as mesmas artes de pesca.

Recorda que na década de 1960 era grande a abundância de pescado no Tejo, rio que diz não ter hoje 30% do peixe que já teve. As espécies mais abundantes nessa década eram cações e corvinas que pescavam com anzol iscado com caranguejo que nessa altura era muito abundante. O isco era apanhado em camaroeiros que colocavam junto ao batelão do Porto de Lisboa, que se ilustra na fotografa ao lado. No inverno a principal pescaria era o camarão-espinho, fanecas e linguados ao arrasto de vara, e as santolas, sapateiras, lavagantes e navalheiras com os galrichos, arte com que também apanhavam abundância de fanecas. Havia fartura de todo o marisco, em especial de navalheiras. Na segunda metade desta década deu um lance em frente a Cacilhas em que apanhou duas corvinas com mais de 60 Kg cada uma.

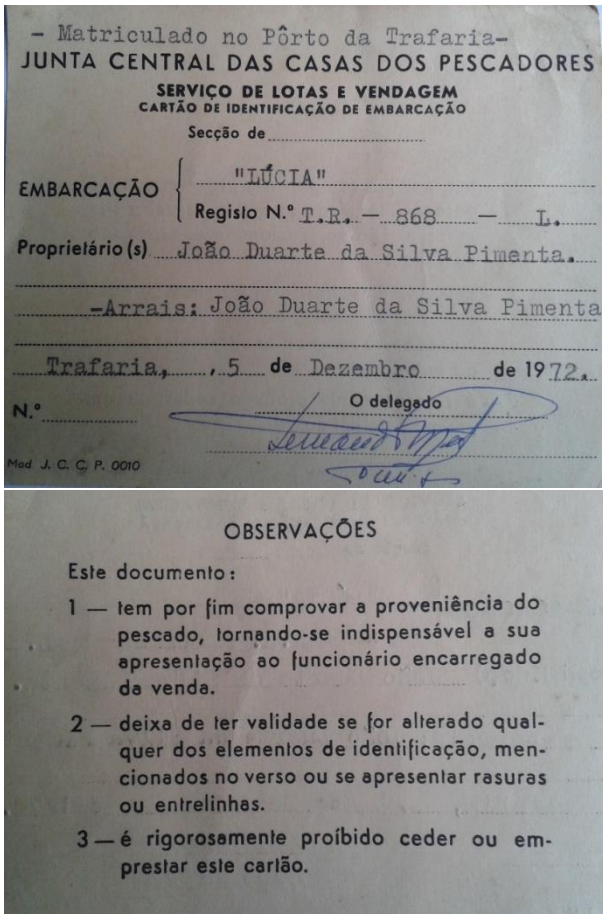


FIGURA 226 | José Duarte da Silva Pimenta, mestre da embarcação "Lúcia" (TR-868-L), para a pesca profissional local, a amarrá-la ao antigo batelão do Porto de Lisboa, em Cacilhas, na década de 1960. Cedida gentilmente pelo próprio, em 17.06.2019.



FIGURA 227 | José Duarte da Silva Pimenta, mestre da embarcação "Lúcia" (TR-868-L), a safar redes com o camarada Manuel Preto (alcunha), na década de 1960. Cedida gentilmente pelo próprio, em 17.06.2019.

Na década de 1970, o pescado capturado era em parte vendido aos comerciantes da zona, como decorre de uma citação anterior, mas a parte substancial ia para a lota da Trafaria, onde o peixe era vendido na praia, no areal, ou para a lota da Costa da Caparica, onde o pescado era exposto em cima de uma grande mesa de cimento ao ar livre. As regras determinavam que só podiam vender o pescado na lota, os mestres que tivessem "Cartão de Identificação da Embarcação", mas como referiu o mestre José Duarte da Silva Pimenta quem não tinha cartão também vendia o peixe em lota.



- Matriculado no Pôrto da Trafaria-
JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES
SERVIÇO DE LOTAS E VENDAGEM
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÃO
Secção de .....
EMBARCAÇÃO "LÚCIA"
Registo N.º T.R. — 868 — L.
Proprietário (s) João Duarte da Silva Pimenta.
-Arrais: João Duarte da Silva Pimenta
Trafaria, 5 de Dezembro de 1972.
N.º .....
O delegado
Mod. J. C. C. P. 0010

OBSERVAÇÕES

Este documento:

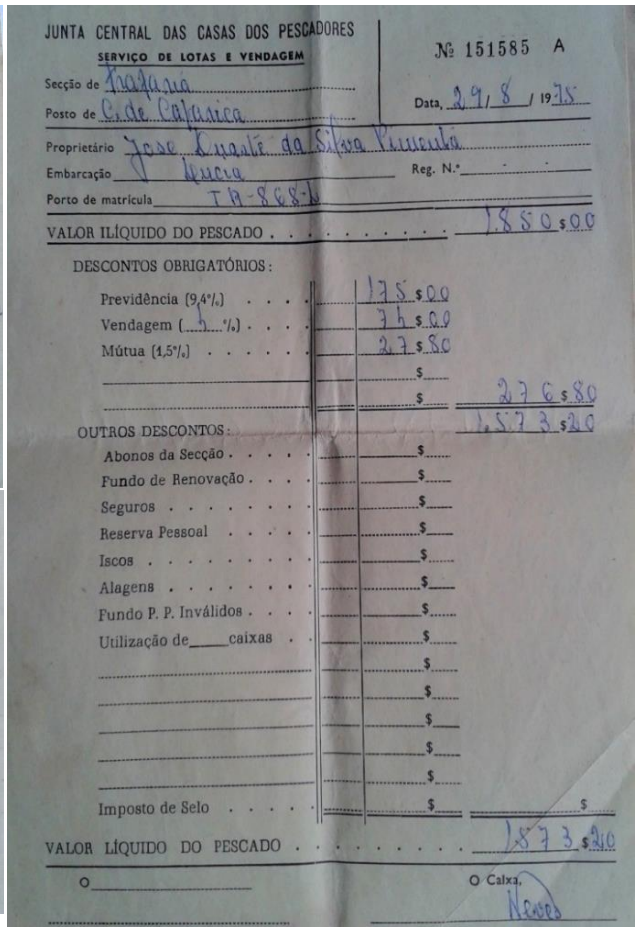
1 — tem por fim comprovar a proveniência do pescado, tornando-se indispensável a sua apresentação ao funcionário encarregado da venda.

2 — deixa de ter validade se for alterado qualquer dos elementos de identificação, mencionados no verso ou se apresentar rasuras ou entrelinhas.

3 — é rigorosamente proibido ceder ou emprestar este cartão.

FIGURA 228 | Cartão de Identificação da Embarcação emitido pelo Serviço de Lotas e Vendagem da Junta Central das Casas dos Pescadores, referente à embarcação "Lúcia", registo n.º TR-868-L, que tinha como proprietário e arrais José Duarte da Silva Pimenta, e o verso as regras observáveis para a sua utilização.

Nota: o cartão tem um lapso, o nome próprio não é João, é José, e foi gentilmente cedido pelo próprio, em 17.06.2019.



JUNTA CENTRAL DAS CASAS DOS PESCADORES
SERVIÇO DE LOTAS E VENDAGEM
Nº 151585 A
Secção de Trafaria
Posto de C. de Caparica
Data, 29/8/1975
Proprietário José Duarte da Silva Pimenta
Embarcação Lucia Reg. N.º
Porto de matrícula TR-868-L

VALOR ILÍQUIDO DO PESCADO		1850$00
DESCONTOS OBRIGATÓRIOS:		
Previdência (9,4%)	175$00	
Vendagem (4%)	74$00	
Mútua (1,5%)	27$80	
	$	276$80
		1573$20
OUTROS DESCONTOS:		
Abonos da Secção	$	
Fundo de Renovação	$	
Seguros	$	
Reserva Pessoal	$	
Iscos	$	
Alagens	$	
Fundo P. P. Inválidos	$	
Utilização de ____ caixas	$	
	$	
	$	
	$	
	$	
	$	
Imposto de Selo	$	$
VALOR LÍQUIDO DO PESCADO		1573$20

O _____ O Caixa.

FIGURA 229 | Comprovativo/recibo do valor ilíquido do pescado vendido na seção da Trafaria do Posto da Costa da Caparica, com a discriminação dos descontos obrigatório para a providência (9,4%), vendagem (4%) e Mútua (1,5%), da venda realizada pela embarcação "Lúcia", TR-868-L, em 29/08/1975.

Documento cedido gentilmente pelo próprio, em 17.06.2019.

Na década de 1980, o batelão do Porto de Lisboa que estava localizado junto ao farol (junto à antiga H. Parry & Son, Lda.), onde é atualmente o Clube Náutico, foi mudado para a posição em que hoje se encontra (atual batelão da Soflusa), para ficar mais à ravessa. As embarcações de pesca também ficavam atracadas junto à antiga H. Parry & Son, Lda., e era aí que os mestres e os seus camaradas tinham as casas de arrumos de material de pesca.

Depois de encerrar a atividade industrial no cais do Ginjal, em finais da década de 1980, os marítimos conseguiram um espaço melhor para guardarem as artes de pesca nas antigas instalações da Petrogal, e começaram a deixar os barcos de pesca atracados entre o batelão da Transtejo e a muralha que suporta a estrada e o cais. Foi um momento de mudança.

Nesta década as embarcações eram construídas em madeira, tipo chatas, de propulsão a motor, cada uma geralmente tripulada por dois homens, e dedicavam-se sobretudo à pesca do anzol. No inverno andavam com piteiras ao polvo na zona do gargalo do Tejo, de Cacilhas para jusante. Nesta altura eram abundantes a faneca, a abrótea, a patruça, a pata-roxa, o salmonete e o camarão branco, espécies que hoje praticamente não se pescam.

Os arrais que os vivos ainda recordam dessa altura são *Ti* Manuel Canhoto, *Ti* Alexandre, *Ti* João, *Ti* Manuel Corneta, *Ti* Arlindo e *Ti* José Pimenta, único que ainda está vivo e no ativo, que é proprietário, armador e camarada da atual embarcação "Lucia", registo n.º TR-1458-L. Só o *Ti* João andava ao arrasto de vara ao camarão, os demais mestres andavam com palangre de fundo e de meia água, e utilizavam redes de três panos para o choco, de forma esporádica, e nas marés grandes à piteira para o polvo.

O *Ti* Manuel Corneta era proprietário, armador e arrais da embarcação "Girinha", com casco em madeira, tipo chata, que operava em Cacilhas, embarcação que mais tarde foi substituída por uma outra de nome "Girinha I", com casco moderno em fibra de vidro, que faz hoje porto de abrigo no Olho de Boi.

No início deste século reduziu o número de embarcações de pesca profissional e houve uma ligeira redução de marítimos devido ao empobrecimento da atividade, quer pela estagnação do preço do pescado, quer pelas alterações introduzidas pela renovação de embarcações e motores, e novas artes de pesca e aladores mecânicos, que aumentavam em muito a capacidade de extração de biomassa do rio, reduzindo a rentabilidade dos marítimos.

Em 31 de dezembro de 2018, eram cinco as embarcações de pesca profissional todas com moderno casco de fibra de vidro e com motores potentes (no limite do que a lei permite), tripuladas por dez marítimos (uma embarcação é tripulada por um marítimo, e uma outra por três marítimos, as restantes são tripuladas cada uma por dois marítimos), entre arrais e pescadores (excetuando-se os não marítimos), que utilizavam na maior parte das vezes aparelhos de anzol e a piteira para o polvo nas boas marés. Não



FIGURA 230 | José Duarte da Silva Pimenta, proprietário, armador e camarada na embarcação "Lucia", registo n.º TR-1458-L, o mais antigo mestre de pesca em atividade de Cacilhas, a preparar aparelhos de anzol no seu armazém de artes de pesca em Cacilhas (junto à sua residência), em 17.06.2019.



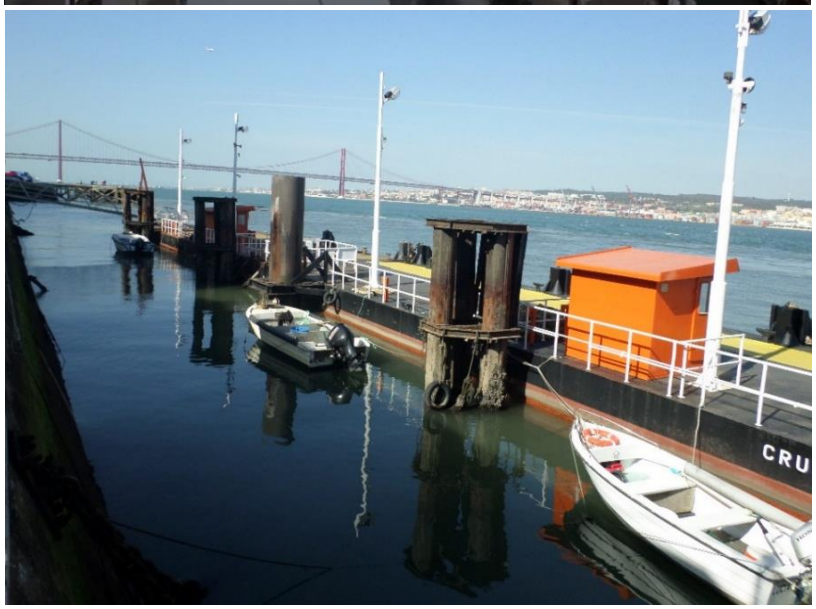


FIGURA 231 | Local de amarração das embarcações de pesca de Cacilhas, entre o batelão da Transtejo e a muralha, em 19.02.2019.

obstante, várias embarcações desta comunidade estão habilitadas com licença de redes para o rio Tejo, que pouco utilizam, motivo pelo qual não vêm qualquer pertinência na sua utilização por outros no rio Tejo.

Nesta comunidade piscatória, nas condições atuais, a carência mais visível é a falta de um cais de acostagem para embarque e desembarque de pescado e de artes e apetrechos de pesca, carência que obriga os marítimos diariamente a exporem-se em risco. Notar que quando o vento está de Oeste ou Noroeste é muito arriscado encostar as embarcações ao antigo cais do Ginjal, porque correm um sério risco de afundar. Outras carências brotariam se a Transtejo não permitisse que os mestres amarrassem as embarcações de pesca ao batelão, ou se os atuais proprietários das instalações da antiga Petrogal, mesmo em frente ao cais do Ginjal, impedissem os pescadores de aí fazerem de arrumos de pesca e onde preparam os aparelhos.

A seguir ao local onde ficam atracados os barcos da comunidade piscatória de Cacilhas, no pequeno espaço entre o batelão da Transtejo e o início da muralha, inicia-se o extenso cais do Ginjal[106], construído em 1860, que se prolonga até ao elevador Boca do Vento (Silva, 1999, p. 62), iniciando aí os antigos estaleiros do complexo industrial de Olho de Boi.

O Ginjal, entre a arriba fóssil e o Tejo, esteve sempre ligado à atividade marítima e à indústria pesqueira, mas não à pesca artesanal. No século XVII já aqui existia um núcleo de armazéns de vinho e azeite (Sousa, 1985, p. 130), que não parou de crescer nos séculos seguintes devido à localização privilegiada entre o Mar da Palha, Lisboa e a barra do Tejo, tenho assim chegado ao período hodierno. Na centúria de novecentos, enquanto prosperou o comércio ultramarino, o local era ocupado por empresas de construção naval, fábricas de conserva, fábrica do desestanho, oficinas de latoaria e oficinas de transformação de cortiça, e por fábricas e estruturas de apoio à pesca do bacalhau, como a Cooperativa dos Armadores da Pesca do Bacalhau, responsável pela organização das companhas da pesca do bacalhau na Terra Nova, aqui instalada em 1939, e ainda várias empresas de apoio de terra, à faina bacalhoeira, como a Sociedade Reparadora de Navios, a Cooperativa de Industriais Pesqueiros (Copenave), e a Empresa Industrial do Frio, que, note-se, dispunham de cais privativo, armazéns de frigoríficos e de isco, e fábrica de gelo equipada com tapete rolante para transporte até ao cais de embarque, e fábrica de redes e reparação e abastecimento de navios. Daqui ia o gelo para a Trafaria. Com o fim das companhas bacalhoeiras nas águas distantes, e com a decadência das atividades artesanais, este centro industrial desapareceu (Silva, 1999, p. 62-64; Gonçalves, 2000, p. 39).



FIGURA 232 | Ana Cristina Batista Alves Guerreiro e António Manuel Batista Alves Guerreiro, filhos de António José Alves Guerreiro e de Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, sentados numa embarcação de pesca artesanal local que estava encostada ao Cais do Ginjal, em setembro de 1978.
Fotografia cedida pela Sra. Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, em 09.07.2019.

Dos relatos de alguns operários que laboraram neste imenso complexo ribeirinho, e que nos tempos livres pescavam com linhas no rio Tejo, chegam-nos boas notas sobre a piscosidade do rio em frente ao Ginjal antes do 25 de abril de 1974: "*A pesca era, e ainda é, a atividade de lazer mais praticada no Ginjal, local onde "havia tudo…Até marisco havia, apanhava-se ali boas sapateiras*". Sem muito trabalho, "*dos barcos, até cá abaixo ao Theotónio Pereira, apanhava-se uma malga de camarão boa* […]". Ali apanhava-se muito peixe devido aos restos da comida de lavar a loiça. Ia para ali o peixe, vinha tudo ali para engodo (…). Bastava pegar "*num camaroeiro próprio*", e "*roçagar pela muralha fora. Apanhava-se ali um quilo ou*

[106] Ginjal é como é conhecida toda a extensão de cais entre as escadas (ou escadinhas) na arriba fóssil que descem do Largo da Boca do Vento (ao lado do elevador Boca do Vento, que permite aceder a uma zona ajardinada à flor da água) até Cacilhas (Silva, 1999, p. 62). As escadinhas ligam o núcleo antigo de Almada ao passeio ribeirinho onde existem zonas relvadas e bares.

dois de camarão num instante. Camarão branco, bom […]. Tainha…havia todo o peixe ali. Até sardinha chegou a aparecer aqui. […] A Sardinha vinha aqui desovar"" (Gonçalves, 2000, p. 55).

Não sendo o Ginjal berçário da pesca artesanal local, constituiu refúgio durante várias décadas a pelo menos a um desses trabalhadores, Francisco Guerreiro, conhecido pelos mais velhos por "Chico de Setúbal", e pelos mais novos por "Chico Pescador", que faleceu em agosto de 1991, na altura casado com Maria da Glória Guerreiro, que vendia pescado no mercado de Almada, também falecida no final da década de 1990. Laborava em conjunto com Celestino Guerreiro, seu filho, que infelizmente também já não se encontra entre nós. Este é o embrião da pequena comunidade piscatória que por altura da adesão de Portugal à União Europeia vai germinar no recém abandonado complexo industrial do Olho de Boi, que confronta territorialmente com o Ginjal, constituída no essencial pelos filhos e netos deste casal.

No Olho de Boi, ou Complexo Industrial do Olho de Boi, localizado entre a Fonte da Pipa/Jardim da Boca do Vento, a nascente, e a Quinta da Arealva, a poente, com uma área de 42.315 m^2, foi instalada uma das primeiras fábricas portuguesas a utilizar energia a vapor, a Fábrica de Pano de Feltro (lã), fundada em 1841, que depois deu lugar a uma outra unidade fabril do setor têxtil, Fábrica de Algodão da Companhia Lisbonense (Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses, no antigo Convento de São Paulo), que se dedicou à fiação de algodão e tinturaria entre 1846 e 1919.

Em 9 de julho de 1920, num contexto de expansão da indústria conserveira e piscatória, quatro pequenos armadores de pesca de arrasto que operavam a partir do cais de Santos, na margem norte, constituíram a Companhia Portuguesa de Pescas (CPP).

Por falta de espaço para manutenção e aparelhagem dos navios, decidiram operar a partir da margem sul, e escolheram o Olho de Boi, que estava próximo do local de desembarque de pescado e tinha espaço suficiente para instalar infraestruturas de apoio, e ainda beneficiavam da existência, no local, do antigo edifício da fábrica de fiação de algodão, que após melhorias foi aproveitado para instalar oficinas mecânicas, e uma muralha que permitia a acostagem dos grandes arrastões.

Foram realizadas obras nos edifícios existentes e construídos novos para montar as oficinas, armazéns, fundição, oficinas de redes, depósito de combustível, estaleiro, instalações frigoríficas, que incluíam um gerador próprio, fabrica de gelo, máquinas de trituração de gelo e elevadores de transporte do mesmo, e foi construído um bairro para os operários que trabalhavam



FIGURA 233 | Antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pesca constituída em 1920 no Olho de Boi, em 29.05.2019.



FIGURA 234 | Arrastão "Invicta" (P-609-N) acostado ao cais da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi (1985), e ao fundo a Ponte 25 de Abril.
Fonte: http://naviosavista.blogspot.com/2013/11/recordando-o-arrastao-classico-invicta.html (09.07.2019).



FIGURA 235 | Na primeira fotografia, o mestre António José Alves Guerreiro, e o seu sobrinho, recolhem o peixe da rede, e já tinham na embarcação barbos, tainhas fataça e carpas, e na segunda fotografia o mestre está a acender o fogareiro dentro do coco para assar algum do peixe para a refeição, ambas na Praia de Água Doce de Salvaterra de Magos, em meados da década de 1980. Fotografia cedida pela Sra. Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, em 09.07.2019.



FIGURA 236 | António José Alves Guerreiro, com licença para governar a embarcação "Deus Dará", registo n.º TR-1356-L, a deslocar-se ao pesqueiro para colher um aparelho de anzol por alturas de 1991. Fotografia cedida pela Sra. Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, em 09.07.2019. Última fotografia em vida do mestre "António Pescador".

diariamente na reparação da frota naval e apetrechos e artes de pesca da empresa. As obras foram concluídas em 1922.

Na década de 1950, período de grande produtividade da empresa, o cais assente em pilares foi aumentado para chegar a águas mais profundas tendo em vista facilitar a descarga do carvão mineral, fonte de energia da sua frota de navios a vapor (que só depois foi motorizada), e também para melhor manobra da sua frota, tendo sido construídos o refeitório e o vestiário.

Em 1970 atingiu o número máximo de 533 trabalhadores. A companhia foi nacionalizada em 20 de julho de 1976, acentuou-se o declínio até ao seu encerramento em definitivo em 1984.

António José Alves Guerreiro, conhecido pela alcunha de "António Pescador", filho do mestre Francisco Guerreiro, conhecido como "Chico de Setúbal" ou "Chico Pescador", estava embarcado no "Invicta" (P-609-N), um navio bacalhoeiro (arrastão) de 70 metros construído em aço, na Holanda, em 1948, que fazia o transporte do bacalhau do Canadá (que já vinha escalado e salgado) para as secas do bacalhau na margem sul, e quando este navio teve de recolher ao estaleiro do Olho de Boi, ficou juntamente com António Manuel Batista Alves Guerreiro, seu filho, que também era tripulante, a exercer funções de vigia dessa e de outras embarcações que aí estavam atracadas.

Em 1987 o Estado adquiriu a CPP, o seu património e dívidas, e delegou a gestão ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN), mais tarde à Autoridade Regional Hidrográfica do Tejo (ARH Tejo), entidade entretanto integrada na Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Na década de 1990 os arrastões que tinham ficado parados no Olho de Boi foram desmantelados.

Logo após o encerramento da CPP instalou-se aqui uma empresa de Setúbal que se dedicava à produção de hélices, veios e outros equipamentos náuticos, que encerrou há cerca de 20 anos. Mediante aluguer, uma parte das instalações na plataforma inferior junto à linha de água, constituída por armazéns e oficinas, passaram a ser utilizadas para fins diversos, entre os

quais, em franca minoria, apoio à pequena pesca artesanal. Uma outra parte significativa foi alugada à Câmara Municipal de Almada, que fez obras de melhoria e é onde hoje funciona o Núcleo Naval do Museu (Silva, 1999, p. 60-61; Fernandes, 2003, p. 149; Museu Naval de Almada, 2012, p. 66-72).

Honorato Carmo Feiteira, conhecido por "Norato", arrais da embarcação "Flor do Mar" (TR-950-L), tipo chata, de propulsão a remos e/ou vela[107], casco em madeira de pinho nacional, com 4,90 m de comprimento fora a fora, com 1,36 de tonelagem bruta, construída e colocada ao serviço em 1967, que ainda hoje existe mas está muito danificada, como se observará a seguir, foi o primeiro mestre a deixar aqui a embarcação, o que aconteceu por altura do encerramento da CPP, e só por isso foi possível. No entanto, como "residente fixo" esteve aqui pouco tempo, regressou à Tagol (ou Palença de Baixo), que sempre foi a sua casa, e onde viria a trabalhar com o seu irmão Jaime do Carmo Feiteira. Já na Tagol, fazia visitas regulares ao Olho de Boi, porque continuou a ter aí um local de arrumo de material de pesca.

Os primeiros pescadores profissionais artesanais que aqui se tornaram residentes, ainda na década de 1980, foram a família "Guerreiro", descendentes de "Chico de Setúbal", constituída pelo mestre António José Alves Guerreiro, conhecido por "António Pescador", que estava a tomar conta dos arrastões, a sua esposa Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, e os seus dois filhos, António Manuel Batista Alves Guerreiro e Ana Cristina Batista Alves Guerreiro. Eram proprietários da embarcação Salete (VX-638-L), tipo canoa (tinha quilha), de casco em madeira, com 4,70 m de comprimento fora a fora, 1,19 de tonelagem bruta, apetrechada com motor propulsor de 6 kW, construída e colocada ou serviço em 1982.

Utilizavam como artes principais o arrasto de vara ao camarão, os covos para o marisco, as redes de três panos para os chocos, e palangre para todos os peixes de escama, numa altura em que abundavam os robalos, o camarão,



FIGURA 237 | Instalações da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi (década de 1940). Fonte: Museu Naval de Almada, 2012, p. 67.

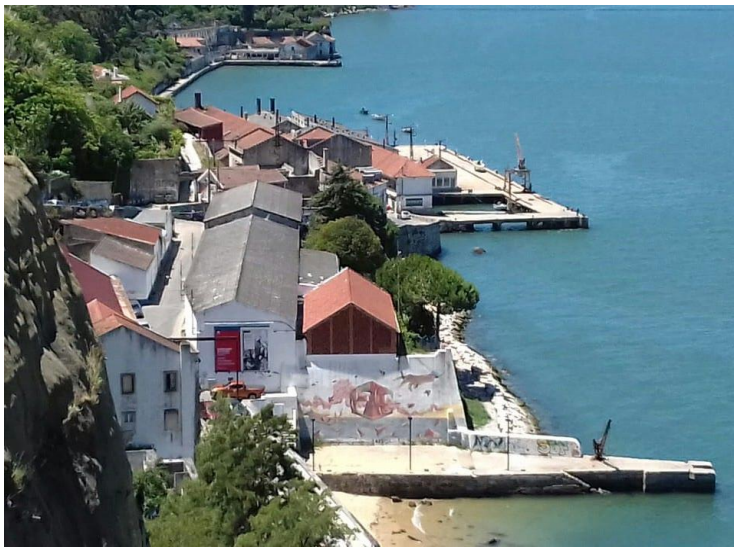


FIGURA 238 | Antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi, em 29.05.2019.



FIGURA 239 | Embarcações "Deus Dará" (TR-1440-L) e "Poney" (TR-1433-L) amarradas no cais da antiga Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi, em 29.05.2019.

[107] Mais tarde esta chata foi motorizada, e quando deixou de andar à pesca já tinha instalado um motor propulsor de 18 kW.

as navalheiras, os lavagantes, as santolas (conhecidas como as "sapateiras" do rio), os linguados, os safios, os chocos, os polvos, e algumas outras espécies que hoje aparecem pouco, como as fanecas, as enchovas e o carapau. No verão, como reiterada prática ritual, navegavam Tejo acima até à Praia Doce em Salvaterra de Magos, e uma vez aqui chegados dormiam no barco e aqui cozinhavam o pescado que capturavam no rio, geralmente barbos, fataças (tainhas) e carpas, um pouco à semelhança das práticas, modos e costumes avieiros. O pescado excedente era comercializado localmente, sendo também este um dos motivos para todos os anos realizarem esta viagem.

Nesta altura, década de 1980, havia no Olho de Boi uma grua para retirar e voltar a colocar na água as pequenas embarcações profissionais, serviço completo que custava duzentos escudos, cerca de um euro na moeda atual. Esta grua, que era originalmente do arrastão "Invicta" (P-609-N), foi nos tempos mais recentes oferecida pela Sra. Salete, matriarca da família Guerreiro, ao Núcleo Naval do Museu.

No final do século XX apenas estava no Olho de Boi a família "Guerreiro", que já tinha para além da embarcação "Salete" a embarcação "Deus Dará", registo n.º TR-1356-L, que tinha começado a operar no início de 1990, construída em pinho nacional. O mestre Honorato Carmo Feiteira, que por aqui passava ocasionalmente, e hoje falado como tendo sido um dos grandes metres de pesca do Tejo, tinha falecido. A 18 de janeiro de 1992, a infelicidade bateu à porta da família Guerreiro, ocorreu o falecimento prematuro do mestre António José Alves Guerreiro, conhecido por "António Pescador", devido a um trágico acidente. A embarcação que governava embateu na muralha da Tagol, onde era a fábrica da Palença, afundou e provocou-lhe a morte.

No que se refere à pesca, nesta altura ainda havia abundância de pescado, a começar na faneca que pescavam com aparelho de anzol, o camarão, as sapateiras, as navalheiras e os lavagantes que apanhavam com os galrichos (feitos com malha de 10 mm, a designada "rede de traineira"), e os chocos que capturavam com redes de três panos entre março e maio.

No início do século XX, as embarcações em madeira que aqui continuaram foram substituídas por modernas embarcações com casco em fibra de vidro, mantendo as dimensões, mas melhorando a potência do motor.

Em 2005, Vítor Manuel Dias Ferreira Santos, que, entretanto, passou a ser membro da família "Guerreiro", juntou-se ao grupo. Cerca de dez anos depois fixaram-se aqui duas novas embarcações: "Chora Agora", registo n.º TR-1489-L, de que é proprietário, armador e arrais de pesca local António Pedro Dionísio da Silva, e "Girinha I", registo n.º TR-1493-L, propriedade de Andréa Martins Souza Campos Faria, que não é pescadora, e que tem como arrais de pesca local Paulo Jorge de Almeida Santos.



FIGURA 240 | Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, 68 anos, há quase 40 anos no Olho de Boi, a mais antiga mestre de pesca em atividade nesta comunidade, em 9.07.2019.

Em síntese, em 31 de dezembro de 2018 eram seis as embarcações de pesca profissional no Olho de Boi, das quais quatro propriedade da família "Guerreiro", e oito marítimos, considerando as funções a bordo de mestres e de pescadores, e ainda mais três indivíduos que, para passar o tempo, ajudam nos trabalhos de terra. Existem apenas dois marítimos do sexo feminino, fazem parte da família "Guerreiro", pertencem a escalões da mestrança da pesca e estão entre os membros mais experientes desta comunidade piscatória, que são Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, mãe, e Ana Cristina Batista Alves Guerreiro, filha.

Podia ser um grande centro de pesca, o que faria jus à história do local, mas é antes um local precário, falta-lhe quase tudo, sendo o mais preocupante a falta de segurança a que ficam votadas as embarcações de pesca. Não têm rampa, não têm depósito para óleos usados, mas valem-se da boa vontade da oficina que opera no local que recebe os óleos e procede ao encaminhamento para tratamento, não há sanitários, produção de gelo ou lota, dispõem de um guincho manual para retirar as embarcações

da água, herança enferrujada da Companhia Portuguesa de Pesca, e apenas os armazéns de artes e apetrechos de pesca são adequados, que, diga-se, oferecem excelentes condições. Tem um intenso aproveitamento turístico, já que é por aqui passam as pessoas que querem fazer o percurso pedonal entre Cacilhas e o Cristo Rei, e todos os dias tiram dezenas de fotografias aos pescadores e às suas artes.

A oeste do Olho de Boi, na faixa ribeirinha, em tempos registou-se ocupação humana e laboração piscatória na praia do Forno de Cima (ou Forno do Tijolo), por baixo do Cristo Rei, e na praia da Arrábida (ou Porto de Arrábida), onde funcionava uma fábrica de óleo de amendoim e uma fábrica de sabão, destruídas por incêndio. Debruçado sobre a linha de água, e nos terrenos sobranceiros à praia da Arrábida, existia um aglomerado populacional que chegava até onde hoje se localiza a ETAR do Valdeão (cobria todo o talvegue do Valdeão), no Bairro do Matadouro, onde não faltavam lojas de bens de primeira necessidade, como mercearia ou sapataria, bem como um posto da Guarda Fiscal para arrecadar impostos e até um convento de freiras. Era neste aglomerado que residia muita da mão-de-obra que servia nessas fábricas, e também na Fábrica de Cerâmica da Palença, a poente da Arrábida, localizada na Palença de Baixo (ou São Lourenço, por lá existir a quinta de São Lourenço, ou Porto de Palença). [108] Nessa altura, o porto de Palença de Baixo era um pequeno varadouro com a praia de areia, espaço hoje conhecido como **Tagol**, ou **Palença de Baixo**, sede da atual comunidade piscatória.



FIGURA 241 | Zona ribeirinha de Palença, e vista daí para Lisboa (1830). Fonte: https://www.facebook.com/O.MUNDO.DO.LIVRO/photos/a.10150698616865037/10152064939320037/?type=3&theater (13.07.2019).

O nome advém de aqui ter existido, entre 1884 e finais da década de 1970, a "Cerâmica de Palença", uma fábrica conhecida pela produção de telhas e tijolos que chegou a empregar mais de cem operários. Ainda hoje a areia está atulhada de desperdício cerâmico e fóssil.

Há quem defenda que esta foi uma das primeiras comunidades de pescadores do Tejo, a começar pelo único arrais de pesca que hoje aqui fundeia a embarcação, mas nada existe no local que o comprove. Aliás, nem o antigo Cais da Palença sobreviveu aos efeitos climatéricos e a falta de manutenção, de que hoje pouco sobra, como se observa na fotografia na página a seguir.

Das memórias dos vivos sabemos que na década de 1930 já Honorato do Carmo Feiteira aqui vivia e era proprietário de uma embarcação de pesca, de que era mestre. Mas a tradição da pesca será ainda anterior, pois já o seu pai, que também viveu no Pragal, foi aqui proprietário e mestre de uma canoa à vela que dedicava à pesca profissional.



FIGURA 242 | Carregamento de tijolos no Cais da Fábrica (de Cerâmica) da Palença, em 1919. Fonte: Veiga, 2011, p. 53.

[108] Elementos de topografia entre parênteses foram consultados na Carta Topográfica Militar da Península de Setúbal de José Maria das Neves Costa, realizada em 1813.



FIGURA 243 | Enseada onde os pescadores fundeiam as embarcações, no período da baixa-mar da tarde, o que possibilita ver as ruínas do antigo Cais da Palença, em 28.06.2019.

Também sabemos que esta zona ribeirinha, bem como a comunidade piscatória que aqui estava instalada, foi muito influenciada e condicionada pela construção da Ponte 25 de Abril, porque se localizava "por baixo da obra", pelo que faz sentido perceber contextualizar de forma resumida o antes e o depois.

Antes da construção da Ponte 25 de Abril os pescadores desta comunidade capturavam em frente à Tagol todo o tipo de peixe e de marisco, desde pata-roxa, fanecas, safios, sargos, moreias, douradas, linguados, raias, pregados, enguias, tainhas, robalos, cações que no mês de junho tinham mais de 30 Kg, e corvinas que eram abundantes e chegavam aos 70 Kg, sendo que algumas dessas espécies hoje não aparecem, como é o caso das fanecas, das enguias e dos cações. Utilizavam como artes de pesca principais os aparelhos de anzol com isca, os galrichos (que designavam como covos, por ter malha de 10 mm, feito com a designada "rede de traineira"), e o arrasto de vara (que designavam de arrasto de tartaranha). Os barcos que desta comunidade eram do tipo chata, em madeira, tinham entre 4/5 m de comprimento fora a fora, e eram propulsão a remos e vela, sendo que na maior parte das vezes utilizavam a vela para navegar e os remos para trabalhar.

Durante a construção da Ponte 25 de Abril quase toda a zona ribeirinha ao redor foi arrasada, e a população que aqui vivia teve de abandonar o local. No entanto, os pescadores continuaram a varar as embarcações na praia, e num dos rebentamentos da rocha da falésia a chata do mestre Honorato do Carmo Feiteira afundou, juntamente com a chata do Sr. Osório, para a pesca local, e a chata do Sr. José Campos, que era o sapateiro da comunidade e tinha este barco para recreio. Ao que parece o Governo indemnizou os proprietários das embarcações pela sua destruição.

Após a conclusão da obra, algumas pessoas da classe piscatória voltaram à Tagol (ou Palença de Baixo) e começaram a fazer uso da furna (gruta) da antiga fábrica de óleo de amendoim para guardar o material de pesca. Pouco depois começaram a fazer novas barracas de madeira junto à linha de água para aí guardarem as artes e aprestos de pesca, que duraram mais de 30 anos. Honorato do Carmo Feiteira, acompanhado pelo seu irmão Jaime do Carmo Feiteira, eram os únicos pescadores profissionais, mas chegaram a trabalhar em conjunto com José Duarte da Silva Pimenta, mestre da embarcação "Lúcia" (TR-868-L), e com o Manuel Preto (alcunha). Utilizavam aparelhos de anzol, galrichos e arrasto de vara, numa altura em que continuavam a abundar todas as espécies de peixes.



FIGURA 244 | Embarcação tipo chata, matriculada para a pesca artesanal local, em que laborava Honorato do Carmo Feiteira por altura do seu falecimento em meados da primeira década desde século. Tagol (ou Palença de Baixo), em 28.06.2019.

Quando foi desativada a Companhia Portuguesa de Pesca, na década de 1980, Honorato do Carmo Feiteira, arrais de pesca, passou a fundear a sua chata no Olho de Boi, em aproveitamento da

situação, mas logo regressou à Tagol. Esta embarcação ainda hoje está na Tagol, ficou à guarda do seu irmão, mas está muito danificada como se pode observar na fotografia ao lado.

No início da década de 1990, o pescado continuava a ser abundante, nomeadamente fanecas, corvinas, raias, e, sobretudo, o marisco. Jaime e Honorato chegavam a apanhar uma tonelada de robalos por mês, apenas à cana e à jogada (linhas de mão). Curiosamente, depois da ETAR do Valdeão começar a tratar os efluentes hospitalares do Hospital Garcia de Orta e de parte do aglomerado populacional do Bairro do Matadouro, em 1996, os dois irmãos notaram uma redução das capturas, que se vem a agravar até aos dias de hoje. Importa salientar, como negativo, que o esgoto que sai desta ETAR corre por um ribeiro a céu aberto até chegar ao rio, e tem acontecido algumas pessoas, turistas, lavarem o rosto e inclusive de beberem essa água, de tão cristalina que sai, sem saberem que estão a utilizar água saída da ETAR.

No início do século XX, os furtos começaram a tornar-se mais frequentes e infligiam enormes perdas aos dois irmãos, que foram obrigados a refazer a construção provisória, para arrumos do material de pesca, em alvenaria e introduziram portas de ferro com melhores cadeados.

Pouco depois viria a falecer o mestre Honorato do Carmo Feiteira, para muitos um dos maiores pescadores do estuário do rio Tejo, e Jaime do Carmo Feiteira, seu irmão, passou a ser o único proprietário, armador e mestre nesta comunidade, com embarcação licenciada para a pesca artesanal local, compartilhando o espaço com três ou quatro proprietários de embarcações de recreio para a pesca lúdica que aqui construíram barracas para guardar material da pesca e fazer patuscadas, e com mais algumas pessoas que aqui construíram barracas apenas para veraneio e para fazerem patuscadas ao final de semana nos meses de verão. Existe ainda uma construção abarracada em madeira e lataria que aparentemente serve de habitação permanente, apesar das miseráveis condições, desde logo a falta de água e luz.

O acesso à enseada onde fundeia a embarcação e onde tem a arrecadação de material de pesca faz-se pelas instalações industriais da Sovena Oilseeds Portugal, S.A., o que permite o acesso de carro. Este é o único utilizador da enseada com permissão para circular dentro do complexo industrial da Sovena, e inclusive tem em sua posse, entregues pela empresa, chaves do portão que dá a passagem para a enseada da Tagol (ou Palença de Baixo).

Importa notar que a Sovena não concedeu a chave do portão de forma fácil, foi antes obrigada, na medida em que, quando foram feitas as obras do terminal de granéis alimentares, que lhe foi concessionado, foi eliminada uma estrada municipal (pública) que conduzia à enseada, e este mestre, que aqui exerce a pesca há várias



FIGURA 245 | Localização da comunidade piscatória da Tagol (ou Palença de Baixo) junto às Instalações Industriais da Sovena Oilseeds Portugal, S. A., seguida de uma imagem do pormenor da enseada que serve de fundeadouro.
Fonte: Capa do Relatório Síntese – Volume 2 - Estudo de Impacte Ambiental - Julho 2017 e IGP - CAOP 2018.



FIGURA 246 | Jaime do Carmo Feiteira, proprietário, armador e arrais de pesca do único barco registado na pesca artesanal local que existe no sítio da Tagol (ou Palença de Baixo), no Pragal (Almada), em 02.07.2019.

décadas, nunca deixou de exigir a passagem. Foi por isso que foi autorizado a passar pelas instalações desta indústria tendo-lhe sido concedida uma chave do portão de acesso à enseada. Os demais utilizadores da enseada têm de percorrer um caminho difícil, que inicia com uma azinhaga larga junto à ETAR do Valdeão e tem como maior extensão um carreiro estreito e íngreme coberto de vegetação.

Jaime do Carmo Feiteira, com 66 anos de idade, proprietário e armador da embarcação "Dinora", registo n.º TR-1449-L, na Delegação Marítima da Trafaria, tripulada por três homens que se dedicam em exclusivo à pesca com aparelhos de anzol e à pesca do polvo com piteira, e o mais antigo mestre em atividade da Tagol. Para capturar o safio isca o aparelho com cavala, e para capturar os charrocos, safio, robalo, dourada e corvina isca o aparelho com pilado vivo. Com choco isca o aparelho de anzol para a captura de corvina, robalo e safio, e com borrachas (amostras) pesca todo o ano aos robalos e às corvinas. Foi um dos principais impulsionadores da utilização de aparelho com borrachas no rio, tinha 13/14 anos quando o fez, numa altura em que os pescadores mais experientes recusavam a novidade alegando que as amostras "*não tinham cheiro*" e por isso "*os peixes não pegavam*". Realiza pesca artesanal local, no sentido literal do termo, uma vez que não recorre a qualquer equipamento tecnológico, nem sonda, nem GPS, nem alador, e para segurar os aparelhos de anzol no fundo utiliza pedras, que ala com as mãos, sendo as suas mãos a prova evidente da dureza da sua pesca. O futuro da pesca artesanal local nesta comunidade poderá estar a acabar, uma vez que não existe descendência para prosseguir a atividade.



FIGURA 247 | Enseada onde os pescadores da comunidade da Tagol (ou Palença de Baixo) fundeiam as embarcações, próximo das instalações industriais da Sovena Oilseeds Portugal, S. A., no período da baixa-mar da tarde, o que possibilita ver as ruínas do antigo Cais da Palença, em 02.07.2019.

Em direção a oeste surge a **Banática**, uma das mais antigas povoações de Almada, de origem Muçulmana (Ferreira, 1991, p. 38), com uma história rica no desenvolvimento de atividades ligadas ao mar nas suas diversas vertentes, que se mistura com a atividade da pesca.

O **Terminal de Líquidos da Banática** inaugurado a 7 de novembro de 1917 foi a primeira instalação petrolífera em Portugal, acolhida pelas margens do rio Tejo, e a maior referência deste lugar.

Era junto aos armazéns marítimos e oficinas de peças para navios da H. Parry & Son, Lda. (a sede da empresa era em Cacilhas), no mesmo local onde antes tinha existido uma fábrica de peixe (século XIX), que estava um cabeço onde os navios petroleiros amarravam os cabos, onde também atracavam os pequenos barcos de pesca e onde os pescadores tinham os armazéns de arrumos de material de pesca.



FIGURA 248 | Cabeço onde amarravam os cabos dos navios petroleiros, e paredão onde ficavam os barcos de pesca junto aos armazéns da H. Parry & Son, Lda., onde também os pescadores tinham os arrumos de material de pesca, em 1970, sendo à frente a Praia da Banática.
Gentilmente cedida pelo Sr. Pedro Osório, morador da Banática.

As instalações da H. Parry & Son, Lda. foram vendidas à Shell Oil Company, que anos mais tarde alteraria o espaço para o ajustar às suas necessidades de laboração, demolindo as construções/armazéns que estavam na linha da frente junto à praia e aterrando o espaço da praia (que chegava aos armazéns), obrigando os pescadores a encontrar um novo local, a maior parte deslocando-se para a Trafaria.

Junto ao Terminal de Líquidos da Banática, onde os barcos de pesca abastecem, concessionado inicialmente à Shell Oil Company, e a partir de 2004 à Repsol Portuguesa, S.A., fundeia atualmente a embarcação "Sandra", registo n.º LX-380-L, que tem como proprietário, armador e arrais de pesca Luís Filipe de Sousa Correia, de 56 anos, que foi o primeiro e até agora o único mestre da pesca artesanal local a fazer aqui porto de abrigo, pelo que importa visitar os eventos mais marcantes da sua história de vida de forma concisa.



FIGURA 249 | Crianças a tomarem banho na Praia da Banática, em 1971, estando ao fundo o cais da petrolífera Shell.
Cedida pelo Sr. Pedro Osório, morador da Banática.

Era junto ao rio que a população se agremiava nos tempos livres, e os mais novos aproveitavam para brincar, nadar e desfrutar de banhos. A praia da Banática, enquanto existiu, era o principal elemento aglutinador da comunidade. Para os residentes, devido à intensa ligação ao rio e às atividades aí desenvolvidas, a pesca lúdica era a principal alternativa para ocupação nos tempos livres e simultaneamente um complemento económico, pois dava para consumo próprio, para dar aos amigos, e para venda no mercado local.

Luís Filipe de Sousa Correia, residente na Banática, hoje o único armador nesta comunidade, cedo enveredou pela pesca. Teria catorze anos quando começou a aprender a arte, e nunca mais parou. Enquanto trabalhou nas Oficinas Gerais de Material do Exército não poucas vezes abdicou do seu tempo de descanso, e do seu tempo de lazer, para ir pescar (trabalhava de forma assalariada durante o dia e



FIGURA 250 | Embarcação de pesca na praia da Banática (1970).
Cedida pelo Sr. Pedro Osório, morador da Banática.

ia para a pesca durante a noite, e nos dias de folga). O gosto pela atividade seduziu-lhe a alma, e adquiriu um barco de recreio com que pescava, e depois andou embarcado na embarcação "Guima", ao arrasto de vara ao camarão, e na embarcação "Maria Helena", registada na Trafaria, sempre a operar no Tejo. Começou a pensar adquirir uma embarcação de pesca profissional, tendo-se proporcionado a aquisição da embarcação "Vendaval", de um seu conterrâneo, com a qual se afirmou como mestre de pesca.

A embarcação "Vendaval", registo n.º TR-1197-L na Delegação Marítima da Trafaria, foi construída por Pedro Farinha Brazinha, carpinteiro naval com estaleiro em Sesimbra, pelo valor de 24.977$50, com as seguintes dimensões: 4,90 m de comprimento fora a fora, 1,70 m de boca, 0,70 m de pontal, e entrou ao serviço em 1976. Esta embarcação tipo bote (tinha quilha), com casco em madeira pinho nacional, para a pesca local, estava equipada com motor da marca E.F.I., modelo E.75, de 5 cavalos, adquirido à Rolim Comercial, S.A.R.L., com sede no Largo Vitorino Damásio, 3, Lisboa.[109]

Em 3 de abril de 1984, Victor Manuel Aires Gomes Marques, residente no Largo da Banática, junto à Shell, no Monte da Caparica, comprou a Gilberto Brazinha, marítimo, residente no Porto Brandão, por cinquenta mil escudos, esta embarcação para o exercício da pesca artesanal local (classe 1) com redes de emalhar, covos e aparelhos de anzol. No ano seguinte, a 6 de maio de 1985, substituiu o motor por um outro fora de borda da marca YAMAHA, de 2 cilindros, 15 hp, petróleo a mistura, 5000 rpm., adquirido à empresa FRAAL – Comércio e Indústria de Veículos, Lda., com sede em Paço de Arcos, pelo montante de 168.000$00.

Em 4 de novembro de 1991, o armador Victor Manuel Aires Gomes Marques solicitou ao Delegado Marítimo da Trafaria a abertura de novo rol de matrícula, onde incluía como encarregado João Paulo de Sousa Ferreira, que governava a embarcação, e o pescador Luís Filipe de Sousa Correia. Em 30 de setembro de 1992, o proprietário solicitou ao mesmo Delegado Marítimo que lhe passasse licença para Luís Filipe de Sousa Correia governar a embarcação, porque já existia acordo de venda pelo valor de cem mil escudos, que se efetivou por autorização da Direção Geral das Pescas de 10 de fevereiro de 1993.

Luís Filipe de Sousa Correia passou a ser o proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Vendaval", que manteve o conjunto de identificação, e logo depois substituiu o motor interior por um motor fora de borda, fazendo as necessárias adaptações na ré da embarcação. Num primeiro momento laborou com apenas mais um camarada, e mais tarde passou a uma tripulação constante de três homens, que se iria manter até aos dias de hoje.

Pescava no gargalo do Tejo próximo da Banática, onde o fundo é pedregoso, e utilizava os galrichos para a captura do camarão, arte com que também capturava lavagantes, sapateiras, muitas santolas, navalheiras, safio e outros peixes, e o palangre de fundo com isca viva (geralmente cavala, sardinha e choco) para capturar o robalo e o safio, e que também apanhava charroco (espécie muito abundante).

No início do século XXI, a quantidade de pescado capturado começou a decrescer. A santola diminuiu cerca de 70%, a sapateira que até se apanhava à mão por terra, começou a aparecer esporadicamente, e a navalheira e o camarão do rio reduziram em 50%.

A embarcação "Vendaval" foi vendida para a Trafaria, e substituída por uma outra com casco em fibra de vidro, que já estava a operar na pesca no Tejo, registada em 17 de maio de 2005 na Capitania

[109] Processo da embarcação "Vendaval", registo n.º TR-1197-L, consultado na Delegação Marítima da Trafaria, em 10/06/2019.

do Porto de Lisboa tendo-lhe sido atribuído o n.º LX-311-L e a denominação "Sandra".[110] Esta embarcação que entrou de novo ao serviço da pesca em 19 de novembro de 1997, tinha licença de linhas de mão, cana de pesca, aparelhos de anzol e piteira, e do ponto de vista da sua informação técnica tinha 5,36 m de comprimento fora a fora, 0,94 t de arqueação bruta, e um motor propulsor principal com 29,42 kW de potência. Nesta altura a principal pescaria era com palangre com amostras para o robalo e corvina, e a piteira para o polvo.

Em 2016, Luís Filipe de Sousa Correia adquiriu licença de pesca de covos para o polvo (malha de 30 a 50 mm), que passou a utilizar como arte preferencial, e só nos meses de defeso é que utiliza a palangre com borrachas (amostras) para captura do robalo e corvina, sendo que também lhe aparecem no aparelho, ocasionalmente, moreias, pata-roxa-denisa, lampreias (agarradas aos peixes, sugando-lhes o sangue, nomeadamente corvinas), charroco (ou xarroco, ou enxarroco) e ratões, espécies que volta a lançar à água. São as únicas espécies que rejeita. Este arrais e a sua tripulação desenvolveram um método de proteção dos polvos dentro dos covos no gargalo do Tejo: para que não fiquem com as pernas de fora dos covos, porque são alvo fácil para os safios/congros, o povo sem pernas, o chamado "*polvo perneta*", desvaloriza muito na venda em lota (cerca de 30%), passaram a colocar um alcatruz dentro de cada covo para proteção, e, não obstante a questão da legalidade, tem dado resultado.

No início de 2018, substituiu a embarcação por uma outra nova, construída em Portugal pela Obe & Carmen, S.A., de maior porte e com dois motores com a capacidade limite prevista na lei, que foi registada na Capitania do Porto de Lisboa em 20 de fevereiro de 2018, tendo recebido p conjunto de identificação LX-380-L, e manteve a denominação. Tem 6,98 m de comprimento fora a fora, 2,60 t de arqueação bruta (GT), uma potência do motor principal de 36,80 kW e uma potência do motor auxiliar de 22,10 kW, e licenças de armadilhas (covos), linhas de mão, cana de pesca, aparelhos de anzóis, redes de emalhar e piteira.

À data de 31 de dezembro de 2018, a tripulação continuava a ser de três camaradas, todos família, e fazia pesca de covos e de aparelhos de anzol (palangre de meia água) nos meses do defeso do polvo. A pesca terá continuidade uma vez que nos últimos anos a tripulação vem sendo composta pelo arrais Luís Filipe de Sousa Correia, homem experiente, e pelo filho Fernando Jorge Sargento Correia e pelo genro Marcelo Crauso, marítimos que mostram desejo de continuar a atividade.

Um dos principais problemas que afeta os pescadores profissionais que estão neste local é a pesca lúdica. Chegam a ser dezenas as embarcações de recreio a fazer pesca lúdica à rola (com a maré) no gargalo do Tejo. Outro grande problema é a falta de infraestruturas de apoio em terra. Quando foram feitas as obras de terraplanagem que eliminaram a praia da Banática foi construída uma muralha que era para ter uma rampa, mas acabou por não ser feita, e apesar da generosa inclinação do paredão não permite a entrada e saída de barcos de pesca maiores no rio.



FIGURA 251 | Pequena reentrância que se forma junto Terminal de Líquidos da Banática onde as embarcações ficam amarradas em poitas, em 21.06.2019.

[110] Começou por se denominar "João Carlos", 19 de novembro de 1997, e alterou a denominação para "João e André", em 28 de agosto de 2001, antes de se denominar "Sandra", em 17 de maio de 2005.

Porto Brandão, um lugarejo separado de Lisboa pelo rio na zona em que é mais estreito, terra de marinheiros, foi entre os séculos I e V um importante porto romano, tendo recentemente sido encontrados tanques de salga de peixe semelhantes aos encontrados nas fábricas de peixe de Cacilhas. Aqui chegavam os produtos que eram trasfegados para as grandes embarcações romanas que aí faziam escala e que os levavam para todo o mundo.

No início da Centúria de Seiscentos, Frei Nicolau de Oliveira destaca o grande número de lagostas em Porto Brandão, uma das muitas espécies de marisco retiradas do Tejo e consumidas em Lisboa (Oliveira, 1804 [1620], p. 41-43).

No século XVII, já era um importante ponto de escoamento de produtos da região para Lisboa, e em meados do século seguinte já tinha um dos principais portos de mar do concelho de Almada, como é referido pelo cura José António da Veiga nas Memórias Paroquiais da freguesia do Monte da Caparica (1758). Notar que a imagem que se encontra na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso foi, em tempos, encontrada no Tejo por pescadores.



FIGURA 252 | Porto Brandão: cais, estaleiro, e fábrica de conservas, na segunda metade do século XX.
Fonte**:** Museu Naval de Almada, 2012, p.12.



FIGURA 253 | Doca de barcos de pesca no Porto Brandão (1961).
Fonte: Museu Naval de Almada, 2012, p.18.

Antes da inauguração do caminho de ferro para Setúbal, facto que viria a suceder em 1861, por aqui passava todo o tipo de tráfego a partir de Lisboa para a Península de Setúbal, nomeadamente para a cidade sadina e para Sesimbra, um importante porto de pesca, utilizando a designada "Estrada dos Almocreves" (Jornal de Almada, Ano XXII, n.º 1226, de 22 de junho de 1976, p. 8-9).

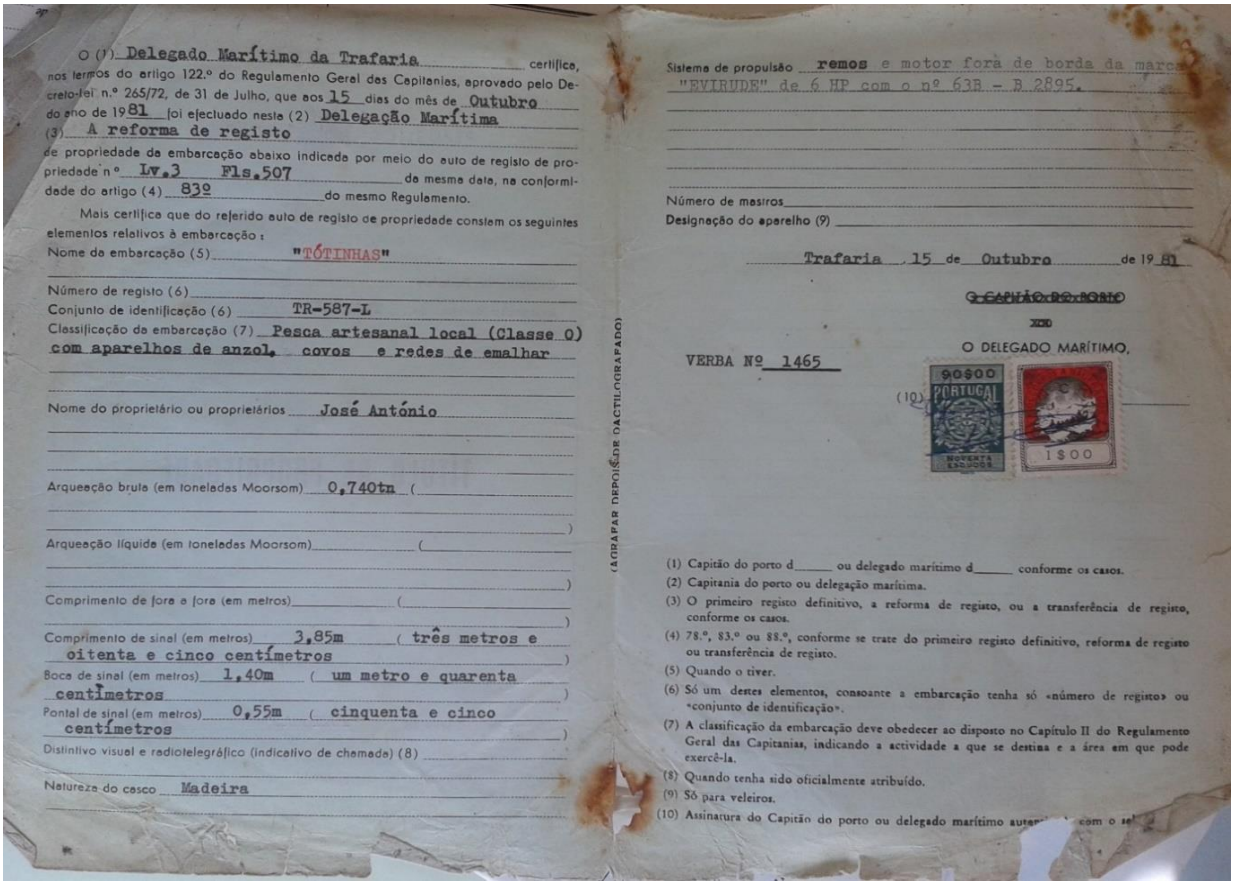
No século XIX, este lugar desenvolvia como principais atividades o transporte fluvial, a pesca e a construção naval. O estaleiro de Porto Brandão foi o primeiro a ser instalado no concelho de Almada, e teve atividade regular pelo menos desde 1854, sob direção do engenheiro naval de apelido Silva, e um século depois era responsável o carpinteiro naval José Gouveia (Antunes, 1996, p. 40-43). No século XX, construíram-se neste estaleiro barcos de vários tipos, mas hoje está praticamente desativo. A Administração do Porto de Lisboa aguarda a reparação de três embarcações que lá estão para dar uma nova vida ao espaço.[111]

Em finais do século XIX, a população deste povoado estava na sua larga maioria afetas às atividades de governo de catraios, ou estavam afetas às tripulações, pequenas embarcações utilizadas no transporte de carga e passageiros (Júnior, 1896, p. 169).

[111] As embarcações que aguardam a conclusão da reparação são: a embarcação "Fonte do Cabo" (VR-491-C) e a embarcação "Sra. do Sameiro" (VC-61-C), propriedade de António Joaquim Ferreira, Mestre costeiro pescador da embarcação "Espadim" (VR-542-C), que faz porto de abrigo na antiga Doca de Pesca de Pedrouços, e a embarcação "Primos Unidos" (SB-1236-C) que está muito degradada e provavelmente será abatida.

No início do século XX, num quadro de intensa atividade piscatória, foram aqui instaladas várias fábricas de produção de conservas de peixe: "Conservas Tejo" em 1920, "Conservas de João do Sal" em 1930, e "Conserveira Gio Batta Trabuco, Lda". em 1940, que inclusive tinha fabrico próprio, de lata redonda, para acondicionar as conservas. Na segunda metade do século XX, especialmente após a inauguração da ponte sobre o Tejo, esta pitoresca e aprazível terra perdeu o papel que havia desempenhado na dinâmica ribeirinha, e hoje está parada no tempo e esquecida. Os mais antigos mestres recordam por esta altura aqui ter existido uma embarcação de pesca profissional, uma chata em madeira, que tinha como mestre o Tomix (alcunha).

Pouco depois do 25 de Abril de 1974, José António (alcunha Totinhas), hoje com 71 anos, veio de Angola para o Porto Brandão, onde tinha família, e por aqui ficou. Nesta altura fundeava aqui uma embarcação de convés fechado denominada "Duquesa", governada pelo mestre João (alcunha Gona Gona), que se dedicava ao arrasto na Costa da Caparica. Foi nesta embarcação que começou a trabalhar na pesca em Portugal. Revoltado por trabalhar muito e receber pouco[112], dois anos depois, por alturas de 1977, adquiriu uma pequena embarcação em madeira, tipo canoa, casco em madeira, de propulsão a remos e motor fora de borda da marca "Evinrude" de 6 hp, 3,85 m de comprimento fora a fora, 1,40 m de boca, 0,55 m de pontal, e 0,36 de arqueação bruta (GT) (ou 0,740 TAB), denominada "Borboleta", registada na Delegação Marítima da Trafaria sob o n.º TR-587-L, para a pesca artesanal local (Classe 0) com aparelhos de anzol, covos e redes de emalhar, negócio que formalizou em 15 de outubro de 1981. Adquirida por cinco mil escudos ao marítimo Armando Gomes Antunes, foi registada na Delegação Marítima da Trafaria mantendo o conjunto de identificação e alterando a denominação para "Totinhas".[113]


O (1) Delegado Marítimo da Trafaria certifica, nos termos do artigo 122.º do Regulamento Geral das Capitanias, aprovado pelo Decreto-lei n.º 265/72, de 31 de Julho, que aos 15 dias do mês de Outubro do ano de 1981 foi efectuado neste (2) Delegação Marítima (3) A reforma de registo de propriedade da embarcação abaixo indicada por meio do auto de registo de propriedade n.º Lv.3 Fls.507 da mesma data, na conformidade do artigo (4) 83º do mesmo Regulamento.

Mais certifica que do referido auto de registo de propriedade constam os seguintes elementos relativos à embarcação:

Nome da embarcação (5) "TÓTINHAS"

Número de registo (6)

Conjunto de identificação (6) TR-587-L

Classificação da embarcação (7) Pesca artesanal local (Classe 0) com aparelhos de anzol, covos e redes de emalhar

Nome do proprietário ou proprietários José António

Arqueação bruta (em toneladas Moorsom) 0,740tn (

Arqueação líquida (em toneladas Moorsom) (

Comprimento de fora a fora (em metros) (

Comprimento de sinal (em metros) 3,85m (três metros e oitenta e cinco centímetros)

Boca de sinal (em metros) 1,40m (um metro e quarenta centímetros)

Pontal de sinal (em metros) 0,55m (cinquenta e cinco centímetros)

Distintivo visual e radiotelegráfico (indicativo de chamada) (8)

Natureza do casco Madeira

(ARRAPAR DEPOIS DE DACTILOGRAFADO)

Sistema de propulsão remos e motor fora de borda da marca "EVINRUDE" de 6 HP com o nº 63B - B 2895.

Número de masiros

Designação do aparelho (9)

Trafaria, 15 de Outubro de 19 81

O CAPITÃO DO PORTO

O DELEGADO MARÍTIMO,

VERBA Nº 1465

(10)

(1) Capitão do porto d_____ ou delegado marítimo d_____ conforme os casos.
(2) Capitania do porto ou delegação marítima.
(3) O primeiro registo definitivo, a reforma de registo, ou a transferência de registo, conforme os casos.
(4) 78.º, 83.º ou 88.º, conforme se trate do primeiro registo definitivo, reforma de registo ou transferência de registo.
(5) Quando o tiver.
(6) Só um destes elementos, consoante a embarcação tenha só «número de registo» ou «conjunto de identificação».
(7) A classificação da embarcação deve obedecer ao disposto no Capítulo II do Regulamento Geral das Capitanias, indicando a actividade a que se destina e a área em que pode exercê-la.
(8) Quando tenha sido oficialmente atribuído.
(9) Só para veleiros.
(10) Assinatura do Capitão do porto ou delegado marítimo aute[illegible] com o se[illegible]

FIGURA 254 | Título de Propriedade da embarcação "Totinhas", registo n.º TR-587-L, propriedade de José António, emitido na Trafaria em 15.10.1981.

[112] A embarcação ganhava oito partes, que eram duas para as redes, três para o barco e três para o motor, e cada camarada ganhava uma parte incluindo o mestre, isto depois de ter sido retirado o dinheiro das despesas (ex. combustível), pelo que sobrava pouco para os camaradas.

[113] Esta embarcação teve o primeiro registo em 10 de setembro de 1953, propriedade de Domingos António Pinto, com a denominação "Salvador I" e o conjunto de identificação TR-587-L, e em 8 de maio de 1961 foi vendida por mil escudos a Manuel Maria Figueiredo Rodrigues e Óscar Duarte Gonçalves, mantendo o conjunto de identificação, mas mudou a denominação para "Francisco Rodrigues". Em 13 de março de 1978, a embarcação foi vendida por cinco mil escudos a Armando Gomes Antunes, marítimo da Trafaria, que manteve o conjunto de identificação e alterou a denominação para "Borboleta" (Processo da embarcação consultado na Delegação Marítima da Trafaria).

Enquanto armador, a sua principal pesca foi com linha de mão dirigida a robalos, sargos e safios, que capturava na zona de Porto Brandão. Já nesta altura aqui havia quatro barcos de recreio que faziam pesca lúdica. Tempos mais tarde faleceu o mestre João, e a embarcação "Duquesa" deixou de fazer porto de abrigo no Porto Brandão.

Na década de 1980, uma outra embarcação de pesca profissional já com motor interior (fixo) de 7,00 kW de potência principal, e com seis metros de comprimento fora a fora e 2,02 de arqueação bruta (GT), de nome "Graziela", que estava registada na Delegação Marítima da Trafaria sob o n.º TR-1192-L, começou a fazer porto de abrigo no Porto Brandão. O proprietário laborava na Lisnave, e a pesca era um complemento que fazia aos fins de semana e feriados, e dias de folga, e talvez por isso em 27 de agosto de 1992 este barco tenha sido vendido para Sesimbra, tendo-se sido atribuída a matrícula SB-1182-L e a denominação "Cátia e Fábio".

Ainda aqui existiu a chata "Maria Cristina", registo n.º LX-226-L, cujo mestre conhecido por Saloio (alcunha) operava com galrichos, abatida na década de 1980. O mestre Tomix, já sem embarcação de pesca, apenas se dedicava à realização de trabalhos de terra (fazia galrichos e redes para outros pescadores).

Em 18 de novembro de 1996, o mestre José António que já tinha na sua embarcação "Totinhas" um motor fora de borda de 5 hp da marca "Honda", de um cilindro, de 5.000 r.p.m., a gasolina, instalou um segundo motor fora de borda da marca Yamaha de 8,00 hp. Não tinha alador, nem precisava, dado o tipo de pesca que realizava com linha de mão e cana de pesca com isca viva.

Em 27 de julho de 2001, foi autorizado o uso da arte de pesca à linha piteira no rio Tejo por cedência da arte de redes de emalhar de um pano de fundo, que era uma licença especial no rio Tejo, ficando a embarcação "Totinhas" licenciada para redes de tresmalho de fundo branqueira, pesca à linha piteira e armadilhas de gaiola superior a 20 mm no rio Tejo, e armadilhas de gaiola de 30 a 50 mm no espaço CIEM IX, e pesca à linha palangre de fundo no rio Tejo e em CIEM IX.

Em 12 de março de 2003, o mestre José António substituiu a embarcação de madeira por uma mais moderna em fibra de vidro, construída e entrada ao serviço em 2003, com 4,20 m de comprimento fora a fora, 1,75 m de boca, 0,85 m de pontal, 0,79 t de arqueação bruta (GT), e 30 hp de potência do motor propulsor principal (fora de bordo), que registou na Delegação Marítima da Trafaria sob o n.º TR-1497-L e com a mesma denominação. Manteve as artes de pesca atribuídas à embarcação abatida.

Em 27 de junho de 2014, voltou a substituir a embarcação por uma outra em fibra de vidro, construída e entrada ao serviço em 2014, com 1,20 t de arqueação bruta (GT), 5,36 m de comprimento fora a fora, 29,40 kW de potência do motor propulsor principal, que manteve a denominação "Totinhas" e alterou o n.º de registo para TR-1710-L. Esta é a embarcação que ainda hoje utiliza. Faz pesca com linha de mão e com cana de pesca com isca viva, geralmente pilado ou sardinha que captura junto ao Bugio. Refere que a sardinha que captura é grande, muitas vezes nem dá para isca viva, porque tem disponível para se alimentar muito biqueirão e krill (camarão pequeno), e também não dá para comer, porque é mais magra e tem muita espinha, e também não é saborosa.



FIGURA 255 | José António (alcunha Totinhas) (71 anos), a soltar as amarras da embarcação para ir à faina na maré grande da tarde, em 21.06.2019.

Durante muito tempo foi o único marítimo profissional a viver exclusivamente da pesca no Porto Brandão, e a operar sozinho (com autorização para lotação diferente da embarcação). Desde 6 de março de 2015 partilha o espaço com Carlos Flávio de Almeida Rocha, nascido em 1979, proprietário, armador e arrais de pesca local da embarcação "Mãe Nara Isabela"[114], com 1,37 t arqueação bruta (GT), 5,60 m

[114] Esta embarcação tinha sido denominada "Kebramar" até 30 de janeiro de 2012, e "Pais e Avós" até 6 de março de 2015, sem alterar o número da matrícula.

de comprimento fora a fora, 36,80 kW de potência do motor propulsor principal, e matriculada sob o n.º TR-1615-L na Delegação Marítima da Trafaria, que complementa o emprego na T.S.T. - Transportes Sul do Tejo S.A. de condutor de autocarros com a pesca, sendo a embarcação tripulada por si e por um pescador, e opera com redes, aparelhos de anzol, piteira e linhas de mão.

Em resumo, em 31 de dezembro de 2018 eram duas as embarcações de pesca profissional ativas e com porto de abrigo no Porto Brandão. Uma fica amarrada à ponte que liga a muralha ao batelão da Transtejo, e só aí permanece pela boa vontade da Transtejo, a outra utiliza o abrigo que proporciona a entrada marítima para o estaleiro naval. Tal demonstra como este lugarejo de velhas glórias, hoje existe na dependência quase absoluta das carreiras de cacilheiros.

Sobre as infraestruturas de apoio em terra, apenas dispõem de um cais construído em 1890, sem manutenção, e de uma rampa disposta em curva junto ao muro ribeirinho de pedra aparelhada, que não é adequada, pelo que quando necessitam de fazer a manutenção das embarcações têm de ir a outro lado que disponha de guincho ou encalham as embarcações no areal, tal como fazem os proprietários das embarcações recreativas que se dedicam à pesca lúdica.

A embarcação "Maria Custódia", registo n.º TR-1437-L, com a licença n.º 18 da apanha de bivalves, de cor laranja, com 1,25 de tonelagem (GT), 5,40 m de comprimento fora a fora, e 22,40 de potência do motor (Kw), esteve vários anos no Estaleiro Naval do Porto Brandão, onde acabou por apodrecer, e foi aqui destruída, tendo já sido abatida ao registo da frota nacional. No entanto, mesmo junto à praia, para desconforto visual dos moradores e dos visitantes, ainda sobrevive metade do casco para o lado da proa que serve de depósito de lixo.



FIGURA 256 | Vista aérea do Porto Brandão, em 2001.



FIGURA 257 | Localização das amarrações das embarcações de pesca no Porto Brandão, em 12.10.2015.



FIGURA 258 | Embarcação "Totinhas", registo n.º TR-1710-L, amarrada ao pontão da Transtejo no Porto Brandão, rodeada por três embarcações recreativas da pesca lúdica, em 19.02.2019.

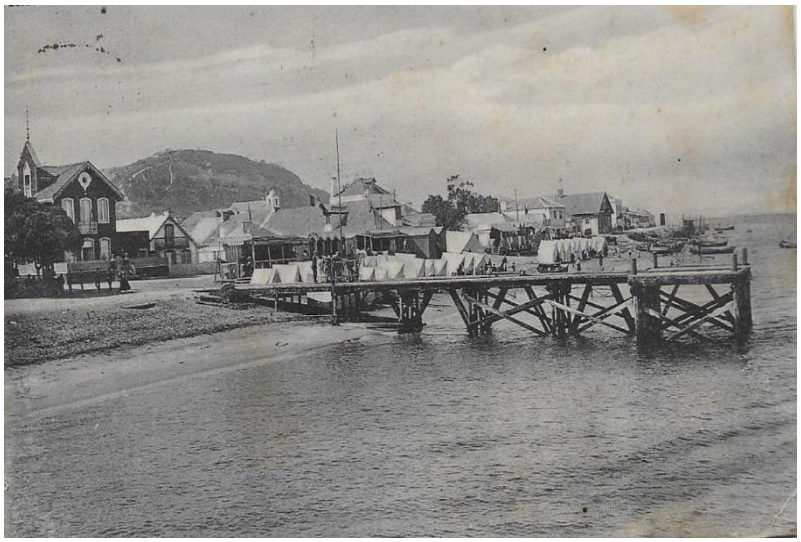


FIGURA 259 | Cais de desembarque para a praia de Banhos da Trafaria, estando ao lado as embarcações de tráfego local e de pesca (1909).
Bilhete Postal. Edição Manuel Henriques. Trafaria.



FIGURA 260 | Trafaria. Núcleo urbano (1911).
Bilhete Postal. Edição Manuel Henriques. Trafaria.



FIGURA 261 | Trafaria. Vista da zona do cais para a foz do rio Tejo (1916).
Bilhete Postal. Edição Manuel Henriques. Trafaria.

A **Trafaria** limitada a norte pelo estuário do rio Tejo e a poente pelo oceano Atlântico, tem condições geográficas ímpares que fizeram deste lugar um importante povoado de marítimos, gentes ligadas à vida do mar, em especial à pesca. Aliás, terão sido os marítimos a moldar o espaço, criando um centro piscatório entre o Bico da Calha e o Portinho da Costa que conta com mais de cinco séculos de existência, e que é assinalado com o respetivo sinal de local povoado na carta de Fernando Álvaro Seco, editada de 1560 (ou em 1561, se se considerar a data da dedicatória). Muitos dos seus habitantes são ainda hoje descendentes de gerações antigas de pescadores. No entanto, pelo menos até ao século XVIII, a pesca não seria a principal atividade económica do núcleo habitacional, ainda que fosse importante para a subsistência da população e daí adviessem dividendos pela venda de pescado e outros víveres, ao pessoal do Lazareto, esse sim, o principal elemento de sustento da população (Leal, 2014, p. 59).

Quando as gentes de Ílhavo chegam à praia das pescarias da Costa, e se lança de forma intensa na captura de sardinha, entre a primavera e o início do inverno, retomando depois à terra natal, terão despertado o interesse dos pescadores trafarienses que por volta do primeiro quartel do século XVIII iniciaram as mais intensas companhas de pesca (Leal, 2014, p. 61).

De acordo com o Livro de Confissão da Freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica (1745-1750), citado por Carlos Barradas Leal, em 1750 havia nesta Freguesia 178 "*mestres e companheiros de 6 barcos da Pescaria da Costa*" (Leal, 2014, p. 11).

Os largos conhecimentos adquiridos pelos antigos mestres pescadores a navegar no Tejo, em especial no acesso ao Porto de Lisboa, e a prática da arte de navegar, que foi melhorada ao longo do tempo, permitiu a muitos integrar, no século XIX, o Serviço

de Pilotagem da Barra da Cidade de Lisboa, com a função de embarcarem a bordo dos navios que entravam ou saíam no Porto de Lisboa para auxiliar na navegação. Outros entraram na marinha mercante e foram oficiais de navegação nos navios de longo curso (Soares, 1977a, p. 1). Dependentes da pesca, e sem alternativas, muitas vezes passaram dificuldades, sendo de realçar a crise de falta de pescado no inverno de 1881/82 (Soares, 1977, p. 1,3).

O pescado foi fundamental como matéria-prima e marca o início da industrialização deste lugar no século XIX, quer na salga da sardinha, quer na produção de azeite de sardinha (azeite de peixe). Em 1835, foi aqui instalada pela "Companhia de Pescarias Lisbonense" uma unidade de seca do bacalhau conhecida como o "Estendal da Trafaria", que encerrou em 1857, dando lugar no ano seguinte à "Companhia de Guano Chímico de Peixe", que tomou posse das instalações, com o objetivo de transformar o peixe deteriorado e não comercializável (que recolhia nos locais de pesca e de venda na Trafaria, Costa, Belém e Lisboa) e respetivos resíduos em adubo agrícola (produzia o guano, por processo químico), projeto que por vicissitudes várias não foi viável. Notar que vários trafarienses embarcaram nos navios da Companhia para a pesca nos bancos da Terra Nova, e outros ficaram a laborar em terra, na seca do bacalhau (Baldaque da Silva, 1891, p. 136; Leal, 2014, p. 99, 123-126). Em 1887, começou a funcionar a fábrica de conservas de peixe que tinha como gerente o Sr. Freitas e como mestre o Sr. Alfredo Ribeiro Maia (Júnior, 1896, p. 204), e em 1914 já seriam três as fábricas de conservas, que trabalhavam com mão de obra local e externa (Leal, 2014, p. 99, 123-126).

Em finais do século XIX, a pesca já seria a principal atividade na Trafaria, e as principais artes de pesca em águas marítimas e no estuário do rio Tejo eram: "*Os diversos systemas de pesca do alto, usados pelos pescadores d´esta praia, são a tarrafa, a sardinheira, o apparelho e a mugeira, havendo ainda a do chinchorro, que é no rio, e a da corvina, que é pescada Tejo acima e em que os da Trafaria são reputados como primeiros na pesca deste peixe*" (Júnior, 1896, p. 197). A maior parte destas artes manteve-se até meados do século XX, como descrevemos a seguir.

No início do século XX, já com o turismo de praia à espreita, a Trafaria era o mais importante porto de pesca da margem sul do rio Tejo, e agregava desembarques de capturas em águas interiores e em águas oceânicas (Leal, 2014, p. 17). Se considerássemos apenas a pesca em águas interiores, o maior movimento era no Montijo.

A Trafaria ligava à Costa por um extenso areal e praias praticamente utilizadas apenas por pescadores. No entanto, já se enfatizavam as potencialidades turísticas desta zona ribeirinha. A "Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada", que se afirmou como um produto dirigido às elites, especialmente as da comunidade portuguesa no Brasil e nas colónias, e tem textos de boa qualidade e muito bem ilustrados, referindo-se a essa orla ribeirinha escreveu em 1905 que "*toda esta Costa hoje habitada apenas por pescadores, é suscetível da melhor e mais comoda transformação. Basta dizer que perto de Lisboa é a única praia onde pode haver banhos de onda. Mas fica por ora muito longe; há muita falta de transportes, não abundam os atrativos*" (Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, n.º 161, 1 de outubro de 1905, p. 263).

Pelo Decreto n.º 12 432, de 7 de outubro de 1926, foi criada a freguesia da Trafaria. Como se sabe, a organização administrativa das freguesias tinha como um dos critérios o desenvolvimento socioeconómico, o que mostra a importância do pescado aqui desembarcado para a economia local, pois possibilitou a criação de várias fábricas de conversas de peixe, que davam trabalho a centenas de pessoas, mas também para a balança económica do país.

Na década de 1930, o processo de desenvolvimento e coesão territorial sofreu um forte revés. Com a criação da carreia fluvial do Cais do Sodré para a Cova do Vapor, que decorre da maior procura deste espaço para lazer, germinou a construção descontrolada de barracas na zona da Trafaria, ainda que com mais incidência na Cova do Vapor e por todo o Torrão, locais onde estes pescadores operavam.

Importa notar que antes da criação dessa carreia fluvial, apenas tinham sido implantadas, pelos banhistas, duas ou três construções abarracadas na extensa praia da Trafaria, cujo areal ligava ao Bugio (ainda não estava construído o silo), uma delas a do Sr. Rocha, que compartilhavam o espaço com os apetrechos e artes normalmente utilizadas no quotidiano das fainas de pesca (Jornal de Almada, Ano XXIX, n.º 1677, de 15 de julho de 1983, p. 3). Esta praia era sobretudo utilizada para veraneio, para fruição pública, apesar de a zona ribeirinha da Trafaria à Caparica ser "*horrível*" na opinião de Raul Brandão (Brandão, 1995 [1923], p. 145). Alguns pescadores alugavam as suas casas durante a época do verão para a prática de veraneio, e nesse período mudavam-se para as barracas de arrumos de artes e aprestos de pesca, como acontecia no caso Luís Henrique de Oliveira, proprietário e arrais da embarcação "Deus Te Guie", registo n.º TR-381-L, residente na Trafaria, onde era conhecido como "Luizinho".

Na década de 1950 havia na Trafaria cerca de 55 embarcações profissionais, incluindo de pesca local e costeira, tripuladas por cerca de 230 pescadores profissionais. Destas, pouco mais de 25 estavam afetas à pesca local, tinham casco em madeira, fundo chato para poderem abicar na praia, propulsão a remos e vela, e eram tripuladas por cerca de cem pescadores, entre dois e quatro por embarcação. As demais 32 embarcações costeiras, enquadradas nas pescas industriais, dedicavam-se no geral à pesca da sardinha, sendo umas embarcações de pesca e outras embarcações auxiliares, e uma dedicava-se à pesca do atum (GEP, 1956, p. 79-80).

Haveria ainda embarcações tripuladas por marítimos inscritos em outras Capitanias, maioritariamente motorizadas, que se dedicavam à pesca longínqua. Não havia pesca lúdica como hoje, só meia dúzia de pessoas a pescar à cana, por lazer, nas rochas.

Entre os mais destacados mestres da Trafaria, que os vivos ainda recordam, consta José Martins, alcunha de Zé da Berruma, que viveu entre 1923/1987, nesta altura proprietário, armador e mestre da embarcação "Arminda", e Ângelo Arrábida, pai de José Domingos da Encarnação Arrábida, 78 anos, atual arrais de pesca da embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L (um dos pescadores mais antigos ainda em atividade na Trafaria), e, da mesma família, Manuel Arrábida e Carlos Arrábida.

Ainda os irmãos Joaquim Lúcia e José Fernandes (alcunha Pestana), Laburda (alcunha) e seus filhos homens, Labisa (alcunha) e Francisco José (alcunha Laburda), Narro (alcunha), pescador que morreu no mar juntamente com os dois genros e um camarada, o Vítor Hugo, quando a embarcação afundou no mar do Bugio[115], João Peixe Espada, Maria José Boia (que mais tarde largou a pesca para ir para os barcos da carreira), João Lourenço, padrinho de João Lourenço Ferreira da Silva (alcunha Pona), este último pai do



FIGURA 262 | Chegada da canoa do mestre Jean-Jean à Trafaria, carregada de peixe (corvina, robalo, congro e outros), em 14 de julho de 1921.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Código de referência: PT/AMLSB/PLP/000056. Autor: João José Penha Lopes.



FIGURA 263 | Embarcação "Arminda", governada por José Martins, à entrada da barra do rio Tejo. Década de 1950 (data provável 1955/56).
Descrição: José Martins, conhecido por Zé da Berruma, mestre da embarcação "Aurora", tipo lancha (ou chata), com casco em madeira, de propulsão a remos e vela, com 4,80 m de comprimento fora a fora, a puxar com um bicheiro uma corvina com 4,5 arrobas (cerca de 68 Kg) capturada com aparelho de anzol iscado com sardinha na baixa mar à entrada da Barra (entre o Bugio e o Forte de São Julião), acompanhado do Pedro Cem (alcunha), Telmo (alcunha Algarvio), Jorge (alcunha Russo), Branco (que foi quem tirou a fotografia, não era pescador), e José Manuel Borges Martins, filho do mestre José Martins (ainda criança). Esta embarcação de pesca local era tripulada por quatro homens.
Fotografia gentilmente cedida por José Manuel Borges Martins, filho de José Martins, em 12/07/2019.

[115] Este mestre nadou vários quilómetros, do Bugio para a Coroa de Fora, para dar socorro aos genros e ao camarada, e quando finalmente chegou a terra estava sem forças e morreu.

pescador Vítor Manuel de Oliveira Silva, conhecido como "Passarinho", atualmente inscrito marítimo na categoria e função de pescador a bordo da embarcação "Bia", registo n.º TR-1654-L, João Lourenço Júnior, António Oliveira, Macoi (Alcunha), Urbano Martins, João Peixe Espada (alcunha), António Nicolau (era da Costa da Caparica mas operava na Trafaria), Mário Lourenço, Luís Henrique de Oliveira (alcunha Luizinho), e Carlos Alberto do Rosário Vieira, conhecido pela alcunha de Carlos do Ilho, por ser oginiário de Ílhavo.

Nesta altura os pescadores eram uma grande família. Havia confiança, podiam deixar os pertences na praia que ninguém furtava. Todos se conheciam, todos se ajudavam, todos se respeitavam, situação bem diferente, da atual, nesta comunidade piscatória. Muitos dos pescadores tinham cães de companhia que os acompanhavam nas pescarias.



FIGURA 264 | Luís Henrique de Oliveira, proprietário e arrais da embarcação "Deus Te Guie", registo n.º TR-381-L, residente na Trafaria, onde era conhecido como "Luizinho", ainda que no livro de registo nesta Delegação Marítima, por lapso, esteja identificado como Luiz de Sousa. Tinha ao ombro uma rede da malha (rede sardinheira), e atrás da orelha uma agulha, o que sugere estar a remendar a rede. Operava com redes tartaranhas, galrichos, tresmalho, chinchorro e malha (rede sardinheira). Nesta fotografia está à frente do barracão onde guardavam as artes de pesca, que era simultaneamente onde habitava no verão, porque arrendava a sua casa principal aos banhistas.

Fotografia do início da década de 1950, gentilmente cedida por Maria de Fátima Oliveira, neta de Luís Henrique de Oliveira, conhecida localmente por Mifá, em 19/12/2019.



FIGURA 265 |António Nicolau, nascido em 30.06.1906, na Costa de Caparica, junto à muralha da Trafaria acabado de chegar da faina piscatória, trazendo às costas a selha do pescado e na mão a caixa para o expor para venda, tendo ao seu lado o seu inseparável cão "Boavida", em 12.06.1952.

Fotografia gentilmente cedida por Carlos Caria, neto de António Nicolau, em 20/12/2019.

Entre as principais artes de pesca utilizadas destaca-se a mugeira (ou murgeira). Chegaram a ser várias as embarcações a operar com este aparelho de rede envolvente de arrastar, mas na década de 1950 apenas restava uma que diariamente, entre as 5 e as 6 horas da manhã, no período entre julho e outubro, largava amarras da praia dos Pescadores (Trafaria), junto à fábrica do peixe, e ia para a faina com esta arte em frente a Santo Amaro de Oeiras. Esta embarcação era propriedade do Zé Gordo (alcunha), era do tipo saveiro e de propulsão a remos. O Sr. José Manuel Borges Martins, filho de José Martins (alcunha Zé da Beruma), indicou-nos que localmente era conhecida por "*migeira*", o que não foi possível validar nos arquivos da Delegação Marítima da Trafaria.

O aparelho constituído de rede de um pano de cercar para terra, denominado mugeira ou murgeira, era semelhante ao da arte xávega, apenas mais pequeno e de composição mais simples, e tinha dois calões em madeira, um em cada extremidade, através dos quais a rede era puxada para terra. A rede ao meio tinha oito metros, e decrescia para as extremidades das mangas onde a altura não excedia um metro, as mangas mediam apenas 50 m de comprimento e a malha variava de 25 a 35



FIGURA 266 | Praia dos Pescadores da Trafaria. Em frente onde era a fábrica do peixe, um pescador com a sua agulha a recuperar uma rede, tendo atrás a embarcação tipo saveiro que operava com a arte da mugeira. Anos 1940. Gentilmente cedida por Maria de Fátima Oliveira, em 19/07/2019.

mm, e o saco tinha quatro metros de comprimento e seis metros de diâmetro, e era feito com malha de 3 mm de lado. O chinchorro, a chincha, a levada e a solheira eram sistema de pesca análogos, apenas mais pequenos.

A mugeira (arte) era dirigida à tainha-olhalvo (ou mogueira), uma espécie diádroma, durante a sua migração reprodutora (entre julho e outubro). Um processo em tudo semelhante ao que atualmente se verifica com a corvina-legítima, motivado pelos mesmos interesses (antes a tainha-olhalvo tinha valor), mas com duas diferenças determinantes: (i) a tainha-olhalvo migrava em adulta para o mar onde se reproduzia, depois de se alimentar e crescer no estuário (migrador catádromo), e atualmente a corvina-legítima migra em adulta para o estuário onde se reproduz, depois de uma fase de alimentação e crescimento no mar (migrador anádromo); (ii) o cerco das tainhas era realizado apenas com a força braçal e sem apoio de equipamento tecnológico, e não colocava em causa o equilíbrio biológico da espécie, e atualmente faz-se a prospeção o fundo do estuário para identificação dos cardumes dos reprodutores com recurso a equipamento tecnológico, o cerco em si é realizado com o apoio de aladores mecânicos, e põe em causa o equilíbrio biológico da espécie.

Esta arte apenas podia ser utilizada em fundos de areia, porque em fundos de pedra ou rocha era destruída, e tinha uma forma peculiar de ser operada. Três a quatro homens marítimos da Trafaria posicionavam-se em cima do forte de São Julião, com a missão de observar as águas de saída (quando a maré começava a vazar) para identificar os cardumes (eram visíveis de zonas altas). Na praia de Santo Amaro de Oeiras ficavam os restantes à espera do sinal para atuarem. Sempre que do alto se avistava um cardume era feito sinal aos homens que estavam à espera na praia, e estes sem demora saltavam para a embarcação, que estava no areal, e iam largar rede para cercar o cardume. A "*migeira*" era manobrada por quatro remos e cada um deles empregava dois homens. Depois a embarcação regressava ao areal, e já com os homens em terra iniciava-se a alagem manual da rede para a praia, um processo em que os homens se dividiam em dois grupos (cada grupo ficava com um calão). Quando o saco chegava à praia era despejado para dentro da embarcação, e depois seguia para a lota da Trafaria e/ou para o mercado da Ribeira Nova em Lisboa (no Cais do Sodré).

Por ser um processo completamente artesanal e manual, a companha chegava a empregar trinta marítimos, todos homens, muitos da Trafaria, outros da Costa da Caparica, mas todos com tarefas bem definidas. A "*migeira*" transportava a rede e os homens, para fazer o lance e à volta à Trafaria trazia as redes, os homens e o peixe, o que era possível por ter cerca de dez metros de comprimento. Quando as tainhas eram muitas, o que acontecia algumas vezes, eram transferidas para a canoa do Zé Boia (alcunha) que as transportava para a Ribeira Nova, onde eram vendidos.

Este sistema de pesca (mugeira) terá terminado na Trafaria em finais da década de 1960, quando deixou de operar a tal embarcação que alguns recordam pela denominação "*mijeira*", porque se tornou incompatível com o turismo de banhos de mar, atividade cada vez mais proeminente na praia de Santo Amaro de Oeiras. O nome da arte, e o nome da última embarcação que com ela operou, resultavam da principal espécie a que se dirigia: o "muge", ou a "mogueira".

O chinchorro, um aparelho de rede (de um pano) envolvente de arrastar pelo fundo para terra, análogo à mugeira, mas mais pequeno, também era muito utilizado. Este sistema de arrasto, artesanal e secular, necessitava no mínimo de duas pessoas para operar. Consistia em um barco largar de terra, onde ficava um homem com uma das extremidades da rede, e depois em água a embarcação descrevia um meio círculo sempre a largar rede até regressar novamente a terra, e aí cada homem segurava numa das extremidades da rede, e em conjunto e de forma sincronizada começavam a alar a rede para a praia. José Domingos da Encarnação Arrábida, um dos mais antigos arrais em atividade nesta comunidade, descreveu-nos a constituição de um exemplar desta arte, feita por si, com que trabalhou

durante vários anos da sua juventude no rio Tejo. Tinha 28 braças, 14 para cada lado, e dois calões em madeira, um em cada extremidade, onde eram aboçados os cabos para a rede ser alada para terra, e era operada por dois homens, um mestre e um pescador, e tinha ao centro um saco onde o peixe ficava retido. O saco teria cerca de seis metros e era feito de malha mais miúda que o alares. Esta arte pescava todo o tipo de peixe, como linguados, salmonetes, sardinhas, carapau, chocos, lulas, sargos, choupas, azevias, solhas, pregados, polvo e outros.

Alguns pescadores recordam ser utilizado um outro sistema de pesca do tipo cerco, também na zona de praias que ia da Trafaria à Cova do Vapor, e consistia em junto à baixa mar com água ao correr, no final do dia, cercar uma área de cerca de cem metros com uma rede com cerca de dois metros de altura, rede que era lançada por um homem que entrava no mar para dar um círculo, e regressava a terra. Já em terra as duas partes da rede eram puxadas. Esta rede não tinha saco, e a arte era operada por 3 a 4 pessoas.

Uma outra arte muito importante, central na história das pescas e dos pescadores da Trafaria, também de meados do século XX, era a rede de emalhar de um pano constituída de fio de linho muito fino de 1/3 mm de diâmetro, com um comprimento variável entre 30 a 50 braças, e cerca de 400 malhas de altura, tendo cada malha 18 mm de lado, por uns conhecida como "rede da malha" e por outros como "rede sardinheira", que se destinava principalmente à pesca da sardinha, embora nela caíssem também outras espécies miúdas como o carapau, o chicharro, a boga, a cavala, e outras.



FIGURA 267 | Praia da Trafaria: embarcação de transporte de sardinha (década de 1910).
Fonte: AML-AH, [Transporte da sardinha, na Trafaria]. Autor: Benoliel, Joshua. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000003.

Havia muita sardinha de entrada que vinha desovar ao rio, e os arrais da Trafaria dirigiam-lhe a pesca com esta rede de emalhar volante que ia tanto com a maré cheia (pescava para nascente, para o lado de Cacilhas) como vazia (pescava para poente, para o lado da barra), e que flutuava devido a um conjunto de boias amarradas à tralha superior (ou cabo superior) a intervalos de 40 cm, feitas a partir das bexigas dos porcos, e tinha chumbo na tralha inferior (ou cabo inferior), a intervalos de 20 cm, para fazer a rede esticar na coluna de água, constituindo um muro de cerca de 12 braças de altura desde a superfície.

A tralha superior e inferior tinha 4 mm de diâmetro e não era feita diretamente na rede, mas sim numa orla de redes constituída por três carreiras de malha de fio grosso com 4 cm de lado que a circundava. Nas cabeceiras a rede também era constituída por cinco



FIGURA 268 | Embarcação de cerco americano, recolhendo a rede em frente da Casa Abrigo da Trafaria, em 23 de novembro de 1952. Poderá ser propriedade da firma "Mariano Martins & Companhia".

carreiras de fio mais grosso, três carreiras de fio dobrado e uma carreira de fio singelo.

Como havia muita sardinha a entrar no rio, a embarcação (geralmente tipo lancha) tinha um cabo ligado à rede que, de vez em quando, era puxado pelos pescadores para ver se a sardinha estava a malhar, e se estivesse tiravam a rede da água. Eram as embarcações tipo chata da Trafaria e da Costa da Caparica que a cada ano, entre outubro e fevereiro, pescavam esta espécie no rio Tejo. Esta sardinha era desembarcada na fábrica de conservas local, ao lado da atual lota, e empregava entre 200/300 pessoas. Esta era uma das duas últimas conserveiras da Trafaria, e já trabalharia de modo intermitente, e assim se manteve em laboração até perto do final da década de 1960.

Importa notar que até início do século XX a sardinha era capturada na foz do Tejo essencialmente com redes de emalhar do tipo sardinheiras, que era um aparelho de rede de emalhar de superfície, mas durante o primeiro quartel do século XX a rede do cerco americano, que era semelhante ao cerco volante, foi-se tornando mais importante na captura da sardinha. Esta rede era operada pelo galeão de cerco à vela que cercava os cardumes no sentido contrário ao seu movimento, o que aumentava as capturas para entrega nas inúmeras conserveiras que se tinham implantado na foz do Tejo, especialmente no Porto Brandão e na Trafaria. Referir ainda que em meados da década de 1950 apenas estavam registadas na Trafaria 32 embarcações costeiras, integradas nas pescas industriais, das quais onze pescavam sardinha e operavam com 20 embarcações auxiliares, e apenas uma estava dedicada à pesca do atum (GEP, 1956, p. 79-80). O que revela que o grosso da frota estava afeto à captura de sardinha.

Referir que as unidades transformadoras de peixe começaram a funcionar na Trafaria em 1887, e em 1914, menos de trinta anos depois, o urbanista Étienne de Groer já fez referência à existência de três firmas conserveiras instaladas e a laborar, uma delas a "Mariano Martins & Companhia", implantada num edifício junto ao Presídio, que possuía como frota própria dotada de um cerco americano constituído por um galeão, oito buques e um vapor, armava com tripulações trafarienses, e operava frequentemente no Mar da Caparica, onde muitas vezes se geravam conflitos com os pescadores das artes xávegas (Leal, 2014, p. 70, 125). A título de curiosidade, a "Associação de Classe dos Pescadores de Cerco Americano do Porto de Lisboa" foi constituída por Alvará de 8 de agosto de 1925, tendo deixado de existir em 20 de maio de 1939.

Os arrais trafarienses também utilizavam a rede da sacada com candeio, arte proibida por utilizar a luz para atrair o peixe, operada por duas embarcações, uma principal, maior, e uma auxiliar, mais pequena. Este aparelho de rede envolvente de suspender, como era classificado sem candeio, era composto por uma rede do tipo galeão de um pano entralhado em duas varas de eucalipto com cerca de dez metros de comprimento e cerca de 10 cm de diâmetro, que era cada uma delas colocada em uma das extremidades da rede.

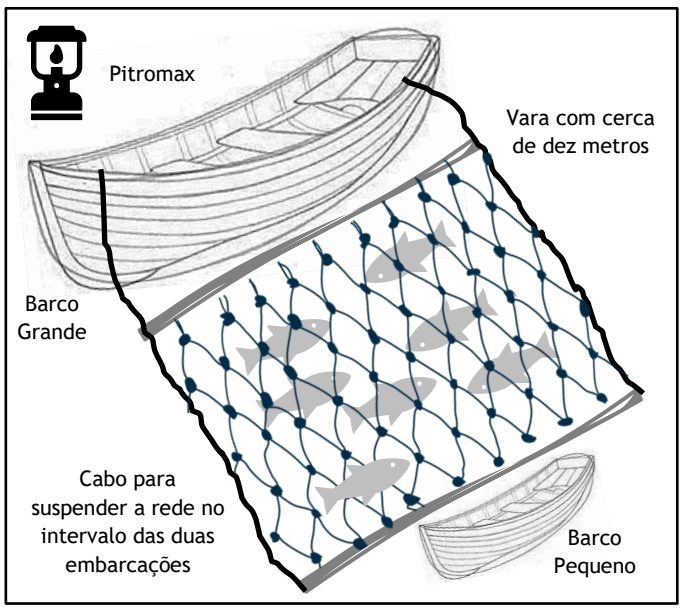


FIGURA 269 | Ilustração da rede da sacada com candeio utilizada até à década de 1960 pelos pescadores da Trafaria.

A rede era colocada horizontalmente dentro da água a pequena profundidade, trabalhava a cerca de um metro de profundidade, e era suspensa no intervalo das duas embarcações, sendo que uma vara ficava dentro da embarcação grande e a outra ficava dentro da água agarrada à rede e à embarcação pequena. Entre as testas da rede às vezes passavam três ou quatro linhas finas, a que chamavam "linhas do mar", para que quando o peixe passasse em cardume sobre a rede batesse na água dando o "sinal de peixe", para os homens a bordo subirem a rede o mas rápido possível.

Ao meio da rede era colocado engodo para atrair o peixe, que era lançado do barco maior, geralmente sardinha miúda, cavala ou sarda, espécies que eram abundantes e pouco valorizadas, e utilizavam cinco pitromax (candeeiros em chapa a petróleo). Esta pesca já se fazia quando ainda não havia petróleo, e nessa altura pescam com candeios a carboneto (material fluorescente). No final o barco pequeno dá a rabeira do saco ao barco grande, e assim passavam para o barco grande o saco da rede. Faziam vários lanços com esta arte em cada noite.

As sacadas eram lançadas na foz do rio Tejo de abril até ao fim do verão, eram direcionadas à captura de carapau, mas também capturavam em abundância cavala, sarda, sardinha, lula e besugos. Para fazer esta pesca era necessário entre quatro e seis homens que distribuídos pelas duas embarcações iam puxando a arte para si, aproximando as embarcações até a rede formar um saco onde o peixe ficava.

As sacadas do rio eram muito semelhantes às que se utilizavam na Costa da Caparica, apenas eram mais pequenas, e deixaram de se fazer, mas ainda se faz pesca noturna à cana com luz no rio Tejo entre os silos da Trafaria e a Ponte da Nato, nomeadamente com toneira para capturar lula, utilizando um gerador elétrico.

A rede pé, um dos mais antigos sistemas de pesca de que há memória, também era utilizada. Consistia em dois calões de madeira com dois metros de altura, aboçados (atados) ao chumbo e à cortiça de cada extremidade da rede, o qual depois era o cabo superior da cortiça passado para as mãos de um pescador e o cabo do chumbo passado para as mãos de um outro pescador, e assim era largada a pé com a água pela altura do peito dos pescadores, e com a rede a descrever meio círculo era arrastada para trás.

Esta arte era largada entre cabeços de areia na Cova do Vapor, numa zona de fundo plano e pouco profundo que permitia aos pescadores caminhar dentro de água com água pela altura do peito, dezenas de metros, o que faziam de forma sincronizada para nenhuma extremidade da rede ficar atrasada. A pesca era realizada à feição da maré para ser fisicamente menos exigente. A rede era de um pano, malha de 60 mm, e teria cerca de 30 braças de comprimento e mais de dois metros de altura, não tinha saco, e era operada por dois homens, e capturava as mesmas espécies de peixe que capturava a arte do chinchorro.



FIGURA 270 | Vista aérea da zona ribeirinha da Trafaria onde viriam a ser construídos os silos, na altura uma externa e bonita praia onde utilizavam a rede pé (c. 1960).
Fonte: Postal, coleção Passaporte-Loty n° 3.

Esta pesca era realizada durante a noite, quando apanhava mais peixe, e para além dos dois pescadores dentro de água ainda havia um terceiro elemento que ia ter ao areal onde acabava o lance para levar o cabaz para meter o pescado e para o ajudar a transportar ao mercado. Esta pesca apenas era realizada nos baixios da Cova do Vapor, onde os pescadores tinham pé por uma extensa área.

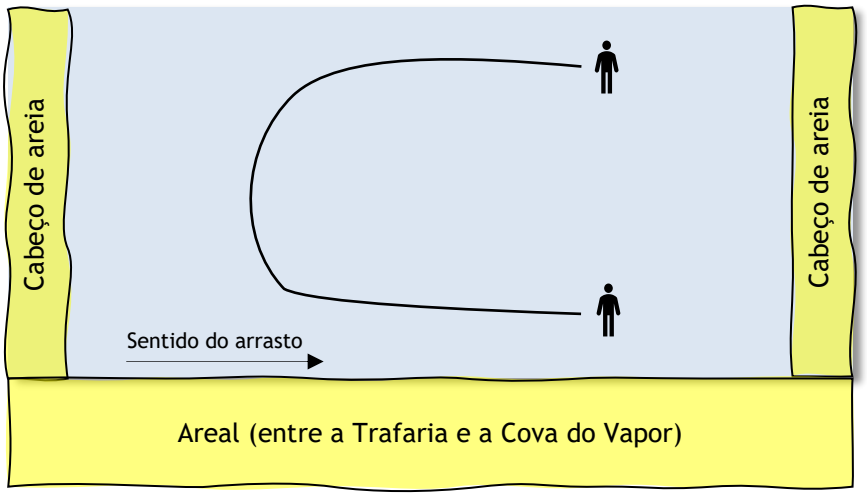


FIGURA 271 | Desenho ilustrativo da rede de pé utilizada na década de 1950 pelo Sr. José Domingos, arrais da Trafaria, na zona dos cabeços de areia da Cova do Vapor.

Um outro sistema de pesca ancestral do tipo cerco, a tarrafa, era lançada a partir de embarcação a remos e a vela, e era utilizada de Lisboa para jusante para capturar sardinha. A rede de pesca era circular e tinha pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha (nas bordas da malha), que era miúda (utilizava rede tipo galeão, que assim se designava por ser em referência às redes com que operavam os antigos galeões a vapor). A rede era arremessada geralmente com as mãos, e era necessária muita

perícia, prática e técnica, para que se abrisse na totalidade antes de cair na água. Ao contactar com a água afundava. No centro da rede ligava uma corda, que ficava presa no punho do pescador, que servia para puxar a rede. Conforme a rede era puxada a circunferência ia diminuindo, e os peixes iam ficando concentrados no centro e emalhavam, e de seguida a rede era retirada de dentro de água. As artes de pesca eram integralmente produzidas pelos pescadores, e tinham em consideração a dimensão da embarcação e da companha, pelo que as dimensões variavam muito. As embarcações utilizadas na pesca no rio Tejo, que tinham quatro ou cinco metros de fora a fora, utilizavam tarrafas pequenas, com cerca de dez metros de raio. Também havia quem utilizasse nas praias ou a partir de rochas nas zonas ribeirinhas modelos de tarrafa mais pequenos, com cerca de cinco metros de raio. Esta arte de pesca deixou de ser utilizada ainda antes do 25 de Abril de 1974.

Para além dos sistemas de pesca já referidos, que estão hoje extintos e/ou proibidos no estuário do rio Tejo, em meados do século XX havia outros em atividade que com pequenas alterações, nomeadamente de malhagens e forma, chegaram até aos dia de hoje, nomeadamente covos, os galrichos ou nassas, aparelhos de vários anzóis (palangre), piteira que também designam por polveira, branqueira - rede de emalhar de três panos (tresmalho), que também designam de solheira, rede de estremalho (emalhar de um pano) com malhagem de 70 mm, savara (três panos) com malhagem de 95 mm, toneira de chumbo e de formato fusiforme para capturar cefalópodes, rede de um pano para a corvina com malhagem acima de cem milímetros, e arrasto de vara, artes que descrevemos a seguir de forma concisa.

No caso dos covos, nassas e galrichos, houve uma alteração substancial nas malhagens e na terminologia em meados da primeira década do século XXI, por via da uniformização das várias artes de pesca de armadilha promovida pela antiga Direção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), com implicações em todas as comunidades piscatórias de Almada e de Lisboa. Por ora, vamos descrever como estas armadilhas funcionavam nesta altura (meados do século XX).

Os galrichos confundiam-se com nassas e eram construídos de verga ou arame em forma de armadilha, manualmente, utilizavam a rede denominada de traineira (malha de 10 mm), tinham a forma de pirâmide cónica truncada, e eram colocados na água, de forma que, a base maior ficasse voltada para a corrente, para que o peixe entrasse naturalmente pelo funil. Eram direcionados à captura de marisco e peixe diverso, sobretudo santolas, camarão do rio (camarão-espinho), navalheiras, lavagantes, sapateiras, safios/congros e fanecas, e eram utilizados em frente a Lisboa e Almada, no gargalo do Tejo e na zona do Bugio, mas com maior intensidade junto aos depósitos da Shell (na Banática), próximo a uma rocha a que chamavam "Areia Caída", assim conhecida porque efetivamente estava caída, onde apanhavam a maior quantidade de marisco. Iscavam os galrichos com cabeça de peixe-espada, xaputas, e com as guelras e tripas de peixe. Era tal a abundância de marisco que numa maré com esta arte, chegavam a apanhar entre 100 e 200 Kg de santolas. Daqui se percebe que os galrichos, que nas comunidades avieiras eram dirigidos à captura de enguias grandes e pequenos peixes, como robalos, nas comunidades da foz estavam a ser utilizados para captura do camarão do rio, função das nassas, sendo que também capturava outro marisco e vários peixes. Na década de 1970, esta arte evoluiu para o exemplo que está na figura ao lado, e os marítimos do Caramujo, Banática e Trafaria passaram a designá-la de covo. Apesar da alteração que ocorreu na primeira década do século XXI, que ilegalizou a arte e originou confusão, ainda hoje se utiliza, como explicaremos mais à frente.

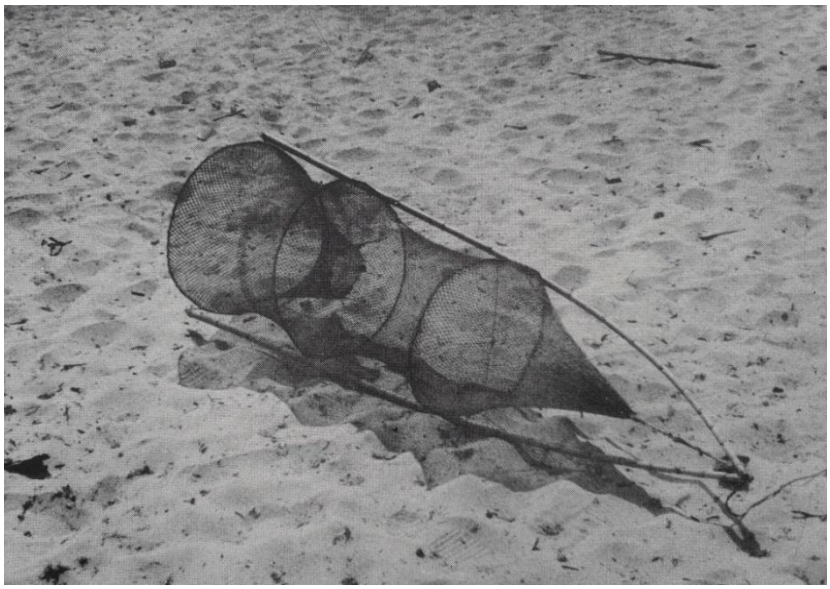


FIGURA 272 | Covo (com semelhança ao galricho), com malha de 10 mm, para a pesca de camarão-espinho, que os marítimos designam de covo. Local: Praia da Trafaria. Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 65.

Os covos eram construídos em verga em forma de armadilha, manualmente, tinham forma de pirâmide cónica truncada e malha maior que os galrichos, e na base maior tinham uma abertura guarnecida com canas dispostas na forma de funil, por onde entrava o peixe atraído pela isca, que

ficava suspensa no interior. Na base menor existia uma abertura com porta por onde se retiravam os peixes que tinham entrado. Desde que eram lançados ao fundo, até serem colhidos, mediava pelo menos 24 horas. Para ficarem na devida posição no fundo do rio era necessário serem lastrados com pedras do lado da base menor (hoje utiliza-se maioritariamente cimento). Capturavam polvo, também algum marisco e alguns peixes, nas zonas de fundo rochoso no gargalo do Tejo e na zona do Bugio.

Com os aparelhos de vários anzóis (comumente conhecidos como palangre) feitos em fio de cinzal e utilizados em todo o estuário capturavam corvinas e cações. Consistia numa madre de dimensão variável, geralmente entre as 120 e as 130 braças de comprimento, tendo de duas em duas braças estralhos de linha mais fina (de fio de linho de algodão) com uma braça de comprimento e tendo no extremo empatado um anzol em conformidade com a pesca a que se destinava, e que podia ser iscado com pedaços de sardinha, de lulas, de chocos, e até com restos de peixes que foram amanhados. O aparelho era lançado a partir da embarcação, geralmente a navegar devagar procurando ir à feição da corrente, e utilizavam pedras de calçada à portuguesa (alguns arrais, com mais posses, utilizavam chumbadas) para o fazer mergulhar e boias de cortiça, cabaças ou bexigas de porco intervaladas de um certo número de linhas de forma a posicionar o aparelho à altura necessária na coluna de água. Lembram os pescadores que os anzóis que aqui se utilizavam eram grandes e grossos, e que era raro partirem apesar de ser comum a captura de corvinas entre os 50 e 70 Kg, e cações entre 10 e 20 Kg. José Domingos da Encarnação Arrábida, arrais de pesca da embarcação "Avelina", 78 anos, o mais antigo em atividade na Trafaria, recorda capturar corvinas com aparelho de anzol que obrigava a dois homens para as transportar para terra, e ainda tinha de utilizar um pau que introduzia pela boca e que saia pela guelra para as elevar e evitar que fossem a arrastar pelo chão, sendo que a corvina ia ao centro e os homens pegavam um em cada extremidade.

Com a piteira, que também designam de polveira, capturavam polvos e chocos, uma pescaria realizada, segundo o afirmam, desde o século XIX. Na altura o fio era de algodão e como chumbada utilizavam pedras da calçada à portuguesa. As linhas eram muito grossas, o que reduz a eficácia da arte, mas havia tanto polvo que, segundo dizem, eram igualmente produtivas. Utilizava-se sardinha ou cavala como isco, também peixe agulha, que se apanhava ao de cima da água a comer a petinga até à ponte 25 de Abril, o qual chegava a ter um metro de comprimento e quase dez centímetros de largura, e era uma boa isca por ser branco e brilhar e pelo seu odor com forte poder de atração.

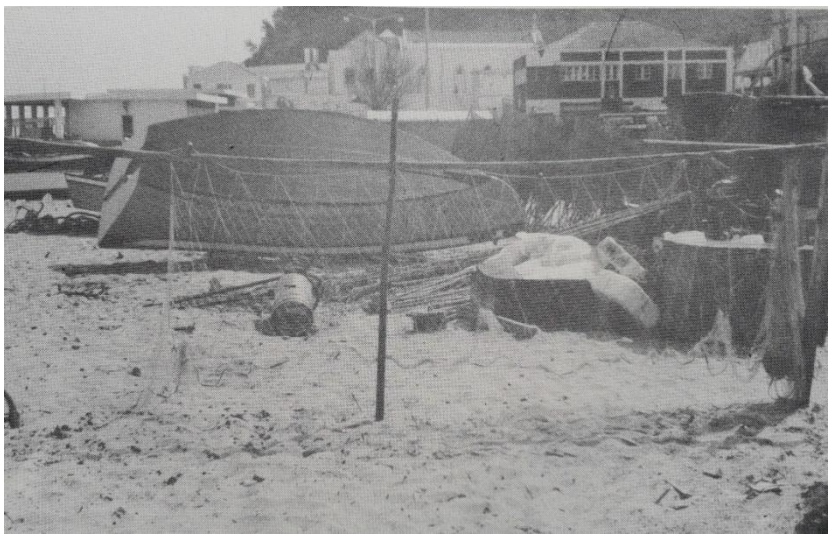


FIGURA 273 | Reparação de rede de tresmalho em polifilamento na Trafaria.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 56. (corresponde ao atual multifilamento).

Com a branqueira, aparelho de rede de emalhar de superfície formado por três panos de rede sobrepostos (tresmalho em polifilamento), um interior de malha mais fina, cerca de três centímetros de lado, chamado o "miúdo", e dois exteriores de malha mais larga, com cerca de 20 cm de lado, chamadas "alvitanas" (localmente chamavam-se "albetanas"), que tinha dimensões variáveis entre 30 e 50 m de comprimento, e entre 3 e 5 metros de altura, conforme os locais onde fosse usado. A tralha superior era constituída por boias de cortiça e a tralha inferior era constituída por chumbo a que chamavam pandulhos. Esta arte era utilizada em todo o estuário, mas sobretudo nos baixios do Bugio, onde também pescavam com tresmalho, uma outra rede de três panos que apenas difere da anterior pelas dimensões da malha e da rede, e onde também pescavam com rede de estremalho, uma rede de emalhar de um pano com malhagem de 70 mm. Estes baixios eram muito ricos de peixe, e para além dos robalos, que era a espécie a que dirigiam a pesca, capturavam com estas artes tainhas, sargos, douradas, ruivos, cabaços, cabras, arrais, linguado, pregado, rodovalho, ratão, robalos-bailas, e outras espécies de escamas.

A savara, ou rede do choco como é conhecida nesta comunidade, é uma rede composta de três panos em fio de seda de diferente malhagem, como é comum no tresmalho, com que entre janeiro e final de maio capturavam o choco aquando da sua entrada no rio para a desova. Esta rede tinha

malhagem de 95 mm, e também capturava linguados, pregados, solhas, pata-roxa, e marisco variado, como sapateiras, santolas, navalheiras e lavagantes.

Também operavam com a rede de emalhar de um pano para capturar a corvina. Esta rede com malhagem superior a 100 mm era feita em fio de manila de quatro ramos (quatro fios entrelaçados) e tinha boias de cortiça no cabo superior e chumbo no inferior. Era utilizada em todo o estuário, desde fim de fevereiro até julho (altura da desova), em especial em frente ao Seixal e Barreiro, no Mar da Palha, e em frente ao Montijo e Alcochete. José Boia, proprietário de uma embarcação de pesca profissional, tipo canoa, a vela ou remos, era quem mais utilizava esta arte. Os tripulantes, dez a quinze pescadores, incluindo o mestre que governava a embarcação, permaneciam uma semana nos pesqueiros a montante, comiam e dormiam a bordo, e ao final da semana voltavam à Trafaria. O pescado capturado era vendido na praia dos Pescadores na Trafaria, e quando era muito ia para a Ribeira Nova em Lisboa. Salientar que na década de 1950 o gelo com que conservavam o peixe na Trafaria vinha do Olho de Boi, da Companhia Portuguesa de Pesca.

A toneira, aparelho constituído por uma linha de mão e por um lastro com forma fusiforme, era utilizada no verão, de dia e de noite (com a utilização de um candeio), para a captura da lula. Na base da arte está a toneira, produzida em chumbo, com 22 alfinetes na ponta, que é amarrada a um fio onde também são amarrados um pouco mais acima um ou dois palhaços, separados entre si por cerca de um metro de fio, cada um deles composto por duas fileiras de alfinetes, dez por cima e dez por baixo. O fio continua até chegar à placa de cortiça (hoje esferovite) onde fica enrolado. A toneira trabalha a cerca de um metro do fundo do rio, mas experimenta-se a várias alturas na água.

O arrasto de vara, um aparelho de rede envolvente de arrastar, também era muito utilizado da Trafaria à Cova do Vapor. Consta essencialmente de uma rede que tinha entre 8 e 10 braças de comprimento, mais o tamanho do saco, que era grande, e de uma vara que não tinha menos de seis metros que era fixada em dois arcos em ferro nas extremidades, e que tinha a função de manter a boca do saco aberta para o peixe entrar. A boca do saco tinha no plano de cima uns pequenos "boins" feitos de cortiça, e na parte inferior, que era recuada relativamente à parte superior, entralhavam no arraçal correntes de ferro que provocavam o afundamento da rede (iam a rocegar no fundo do rio) mantendo a boca da rede aberta para o peixe entrar. Na base dos arcos era colocada uma chapa para poder vir a arrastar pelo fundo. Esta arte era utilizada cerca de 1 ½ horas antes da baixa-mar e largava-se a rede a qual tinha um cabo com 40 braças (para a rede poder trabalhar no fundo) que era aboçado (ligado) a uma guia que a embarcação tinha com dois pés. Em caso de prisão da arte no fundo do rio, folgava-se a guia da popa da embarcação que ficava aproada à maré para o barco não se virar. Quando a água parava safava-se a rede manualmente. Apanhava-se todo o tipo de peixe, imensa marmota (pescada pequena) e linguado, mas especialmente camarão mouro (preto) e camarão encarnado (branco).

Em meados do século XX, com os aparelhos de redes e de anzóis que acabámos de descrever, e que se iriam manter em operação quase sem alteração até à transição da década de 1960 para 1970, os pescadores e arrais desta comunidade capturavam robalo, robalo-baila, corvina (grandes, como mais de quatro quilos, e pequenas, denominadas rabetas), pregados, solhas, cleros (semelhantes ao pregado), várias espécies de tainha, principalmente o garrento, douradas, sargos (várias as espécies), peixe agulha, choupas, sardinha, carapau, besugos, safias, bogas, savelhas, sáveis, linguados (várias espécies), pescada pequena (marmota), peixe porco, raias (diversas espécies), pregado, rodovalho, tremelgas, ratões, cações (duas espécies), pata-roxa, fanecas, ruivos, cabras (várias espécies), safio, congros, moreias, pargo, peixe galo, abróteas, xarrocos (ou charroco), cavala, sarda, alcorrazes, saboga, enguia, entre outros. Os sáveis eram muito abundantes e grandes, era relativamente fácil capturar sáveis com 10 Kg, mas segundo os marítimos depois da inauguração da barragem de Castelo do Bode, na bacia do rio Zêzere, começaram a reduzir. Ao nível do marisco e dos moluscos era capturada cadelinha (ou conquilha), amêijoa (várias espécies), berbigão, vieiras, calharampanas, ostra, lingueirão (canivetes), choco, polvo, lulas, lavagantes, sapateira, navalheiras, santolas, caranguejos, camarão do rio, e outros animais invertebrados marinhos. Era fácil apanhar apenas com as mãos e com os pés mais de 300 Kg de berbigão por uma companha de quatro elementos. José Domingos da Encarnação Arrábida, arrais de pesca da embarcação "Avelina", 78 anos, o mais antigo em atividade na Trafaria, recorda apanhar essas quantidades na Cova do Vapor, de onde refere que vinha sempre com a lancha carregada.

No início da década de 1960, verifica-se o maior número de barcos de pesca profissional na Trafaria, cerca de 60 embarcações de propulsão a vela e remos na pesca artesanal local, e já um número significativo de embarcações motorizadas e de entre 5 e 25 toneladas de arqueação. O número de inscritos marítimos rondaria os 250, sendo mais expressivo o número de marítimos embarcados na pesca costeira, e, sobretudo, longínqua.

Por esta altura alguns marítimos de Sesimbra especialistas da arte do anzol nas pescas longínquas na captura de espadarte, albacoras, atum, peixe-espada preto e branco, e outros, vieram operar para a zona de Lisboa, fora da Barra, e começam a desembarcar o pescado na lota da Trafaria, e aqui fundeavam. Eram conhecidos por "Sesimbrões", por serem naturais de Sesimbra. Em 1966, já vinham operar para o rio Tejo, deixavam os barcos na Trafaria e regressavam a Sesimbra de autocarro. Alguns conseguiam onde pernoitar na Trafaria, fugindo ao transtorno da deslocação. Nesta altura chegaram a estar sete destes barcos de Sesimbra na Trafaria, o que se compreende e justifica pela abundância de peixe no Tejo. São lembrados por capturarem toneladas de robalos.



FIGURA 274 | José Domingos da Encarnação Arrábida, nascido em 1941, arrais de pesca da embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L, é o mais antigo mestre em atividade na Trafaria. Em frente ao seu espaço de arrumos de material de pesca na Trafaria, em 05.07.2019.

Os ditos "Sesimbrões" utilizavam aparelho de anzol de amostras de fundo com fio de seda, que era mais eficaz, e devido à sua permanência na comunidade piscatória, a sua técnica terá sido analisada pelos arrais locais que convencidos da sua melhor eficácia a adotaram no estuário do rio Tejo. Ou seja, os pescadores locais deixaram de utilizar corda de Nylon (polietileno) e passaram a utilizar fio de seda, que ainda hoje utilizam, e também passaram a operar com amostras. Importa notar que os pescadores da Trafaria desde muito tempo utilizavam aparelhos de anzol de corda (ou fio de manila ou sisal) que era tingido para alterar as cores antes de serem utilizados, tendo sido uma grande inovação na tecnologia utilizada.



FIGURA 275 | Embarcação "Deus Te Guie", registo n.º TR-381-L, tipo chata, a remos, construída pelo carpinteiro naval Marcelino Ferreira, com estaleiro no Porto Brandão, para a pesca local, com 4,21 m de comprimento fora a fora, 1,63 m de boca, 0,55 m de pontal, 0,94 de tonelagem bruta, e foi registada na Delegação Marítima da Trafaria em 28.10.1948, propriedade de Luís Henrique de Oliveira, que aparece na fotografia sentado no bordo da embarcação ao lado da sua esposa Maria Guiomar, residente na Trafaria, onde era conhecido como "Luizinho", ainda que no livro de registo nesta Delegação Marítima, por lapso, esteja identificado como Luiz de Sousa. Em 29.03.1958 passou a ser por herança propriedade de António Maria Ribeiro de Oliveira, que em 6.12.1966 instalou um motor fora de borda marca "Apollo", de 4 hp. Em 9.2.1995, com as novas regras, a arqueação foi revista para 0,47 t, e em 18.7.1997 passou a ser propriedade de José Aires Dias Costa e de Bernardino Dias (DMT, Livro 3 – Registo de Embarcações de Pesca – 1938/1956 [registos extremos: F-777-F (TR-124-L) e TR-680-L], fl. 300).
Fotografia do início da década de 1950, cedida gentilmente por Maria de Fátima Oliveira, localmente conhecida como Mifá, neta de Luís Henrique de Oliveira e de Maria Guiomar, em 19/07/2019.

Olímpio José Costa Simões, nascido em 1944, arrais de pesca da embarcação "Lagoa Azul", registo n.º TR-1432-L, que opera no rio Tejo com o seu filho Flávio Simões, a quem tenta passar o testemunho, também um dos mais antigos arrais desta comunidade piscatória, é originário de Sesimbra, por isso é conhecido localmente como o "Sesimbrão". Contou-nos que o seu sogro, o arrais Joaquim Corneta, foi um dos "Sesimbrões" que teve mais influência na passagem de conhecimento junto dos pescadores da Trafaria que andavam ao aparelho de anzol. Ensinava as técnicas que conhecia e que tinha aprendido com os seus pares pescadores de Sesimbra, e mais tarde arranjou aqui casa e por aqui ficou a viver. Também identificou pelas alcunhas como eram

conhecidos alguns dos antigos mestres "Sesimbrões" que na década de 1960 vieram operar para o rio Tejo, de quem tem enorme orgulho, nomeadamente Joaquim Corneta, Manuel Anão, Cabo Lingão, Ti Júlio, António Romão, e o Velho Cachimbeiro (tinha o desenho de um cachimbo à proa do barco).



FIGURA 276 | Olímpio José Costa Simões, nascido em 1944, conhecido como "Sesimbrão", por ser originário de Sesimbra, arrais da embarcação "Lagoa Azul", registo n.º TR-1432-L, a chegar à arrecadação de material de pesca com o seu filho Flávio Simões, com quem estava a fazer as contas da venda de pescado no dia anterior na lota da Trafaria. 19.07.2019.

Entre 1968/69, José Martins (alcunha Zé da Berruma), adquiriu a lancha "Aurora", com que operava ao "arrasto tataranha" (por alguns pescadores conhecida por "arrasto de tartaranha", arte redenominada arrasto de vara), com covos (arte redenominada galrichos), à malha (rede para a sardinha), ao corrico (ao robalo), à piteira (ao polvo), estremalho (rede de um pano) para a corvina, tresmalho (rede de três panos) para o linguado, choco, faneca, tainha, sarguetas e salmonetes), e com a tarrafa (rede de cerco), tendo sido um dos últimos pescadores a utilizar esta arte.

O pescado era comercializado no areal da praia dos pescadores, que era considerado um posto de vendagem (não havia balança), e era vendido pelo vendedor da lota acompanhado pelo Cabo Mar da Trafaria, função que mais tarde seria substituída pelo Cabo da Guarda Fiscal. Era o proprietário de barco de pesca profissional que alugava o espaço que entendia necessitar para expor para venda o seu produto, e pagava o imposto em função do número de "montes de peixe". Segundo afirmam os pescadores ainda vivos, o Cabo Mar fazia a "escrita" da lota, e o vendedor era o pregoeiro localmente conhecido como "Alemão" (alcunha).

Os tais "montes de pescado" realizados no areal teriam cada um cerca de 20 Kg, e por cada um desses montes o locatário (proprietário do barco que realizou a pescaria) tinha de pagar um escudo, que o Cabo Mar depois ia receber ao posto de vendagem. Imposto esse que não acabou quando foi construído o edifico da lota (mais tarde transformado em posto de vendagem), apenas foi transferido para as selhas de pescado, e depois para as caixas do pescado com a designação "cadência de caixas armador", que ainda hoje existe e custa a cada armador/arrais 0,04 cêntimos por cada caixa.

Os pescadores trafarienses que operavam no rio passavam muita privação, andavam malvestidos e descalços, o que era penoso no inverno, não tinham condições de habitação, tinham carência alimentar, e viviam no alcoolismo, por isso muita gente morria com tuberculose. Para lidar com o frio e com a chuva de inverno faziam "impermeáveis artesanais", de forma simples, compravam nas drogarias um composto de óleo de linhaça e com uma trincha passavam várias camadas na sua roupa que depois era colocada ao sol para enrijecer. Faziam isto para as calças e para os casacos de oleado,

e também para as capas até aos pés. A roupa ficava impermeável, e era quente, mas a dureza não ajudava aos movimentos. Só os pescadores que andavam embarcados em navios tinham melhores condições, e não eram todos.

Na Delegação Marítima da Trafaria, no ano de 1970, estavam registadas 324 embarcações a operar na pesca que fizeram rol de tripulação, das quais 248 eram tripuladas por apenas um arrais, que eram simultaneamente o armador e o proprietário. No total global, embarcaram neste ano 476 marítimos (arrais e pescadores). Especificamente na Trafaria, e a operar no rio Tejo, os pescadores vivos estimam que fossem cerca de 40 embarcações de pesca profissional, maioritariamente de propulsão a vela e remos, tripuladas por cerca de 125 inscritos marítimos (embarcados), entre arrais e pescadores, e um número não quantificável de pescadores lúdicos, mas que não excederiam as duas dezenas.

A motorização das embarcações era já uma realidade, mas era maior nas embarcações que operavam em águas oceânicas. A tripulação das embarcações de pesca local variava entre um e quatro marítimos, estando em maior número as embarcações tripuladas por apenas um marítimo (isto nos registos oficiais). No entanto, de acordo com os pescadores ainda vivos a realidade era diferente. No caso das embarcações cujos mestres se empregavam ao aparelho de anzol, o mais comum era a tripulação média ser de dois marítimos, um arrais e um pescador, e no caso das embarcações cujos mestres operavam com redes, especialmente os que operavam com muitos panos de redes e os que tinham idade avançada, a tripulação seria de três ou quatro marítimos. Importa notar que a tripulação estava indexada ao número de remos, e eram inúmeras as embarcações de quatro remos (cada pescador ficava com um remo).

Pelo 25 de Abril de 1974, das artes referenciadas anteriormente como sendo as mais comumente utilizadas pela classe piscatória da Trafaria, tinha acabado a sardinheira, a mugeira e a tarrafa, e os pescadores utilizavam mais intensamente as redes de emalhar de um e três panos, o palangre (vários anzóis), os covos e os galrichos (nassas), sendo que as espécies capturadas se mantinham as mesmas, notando-se apenas um decréscimo da corvina. Os pescadores ainda vivos enfatizam a abundância de safios/congros, robalos, robalo-baila, faneca, cações, pata-roxa, sáveis, ruivos, cabaços, cabras, moreias, safias, sargos, savelhas, linguados, chocos, polvos, douradas, raias, ratão, solhas, enguias, camarão, sapateiras, lavagantes, e outro marisco.

A abundância e diversidade de pescado não era suficiente para mitigar a pobreza e a miséria na Trafaria, na comunidade em si (que incluía os pescadores que não tinham acesso à caldeirada-partilha de peixe capturado), e para isso muito contribuía o elevado preço do pescado no mercado local. Para se ter uma ideia, em 19 de outubro de 1974 o preço do quilo de safio fixava-se entre 38 e 48 escudos, da pescada em 50$00, da faneca em 36$00, e do pargo em 54$00, valores altos para as possibilidades da maior parte da população (Jornal de Almada, Ano XX, n.º 1051, de 19 de outubro de 1974, p. 4).

Em 1972, José Domingos da Encarnação Arrábida e José Martins (alcunha Zé da Berruma), ambos arrais de pesca, começaram a apanhar amêijoa macha em bancos permanentes submersos, entre a Trafaria e a Cova do Vapor, com auxílio de ancinho manejado a bordo de embarcação sem auxílio de motor. O ancinho (também conhecido por gadanho) tinha 12 dentes, a vara tinha cerca de 8 metros de altura e era feita de eucalipto, no total este apetrecho de pesca pesava cerca de 30 Kg. A apanha desta amêijoa foi sendo intensificada, com recurso a sistemas diversos, auspicio do saque posterior realizado com recurso a ganchorra manobrada com sarilho.

Em janeiro de 1975, responsáveis da Junta de Freguesia da Trafaria reuniram com os congéneres da Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) tendo como objetivo a construção na praia, próximo da estação fluvial, de um edifício para servir como lota do pescado e uma zona de casas abarracadas de arrumos de artes e aprestos de pesca, com financiamento da Junta Central da Casa dos Pescadores. O projeto foi apresentado pela Junta de Freguesia, mas foi rejeitado por falta de enquadramento no plano urbanístico local, basicamente porque previa construções abarracadas e instalações provisorias para armazenagem e recolha de apetrechos de pesca (Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1077, de 18 de janeiro de 1975, p. 2). Não contemplava questões centrais de ordem e estética da ocupação ribeirinha, que se queria o mais possível de fruição pública, nem resolvia o problema da sujidade em terra e na água que dava uma imagem negativa do vilarejo. Importa salientar que a Trafaria dispunha de uma baía formada por um bico de areia que era o repositório de todos os detritos de toda a espécie que o rio Tejo arrastava nos seus fluxos, e ali apodreciam.

Esta baía denominada de "Bico da Areia" era conhecida como sendo o "*intestino grosso do Tejo*", expressão utilizada à época pela comunicação social, e corresponde à zona hoje ocupada pelo terminal cerealífero da Trafaria.



FIGURA 277 | Vista aérea da Trafaria (1975).
Fonte: Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1165, de 22 de novembro de 1975, p. 8.

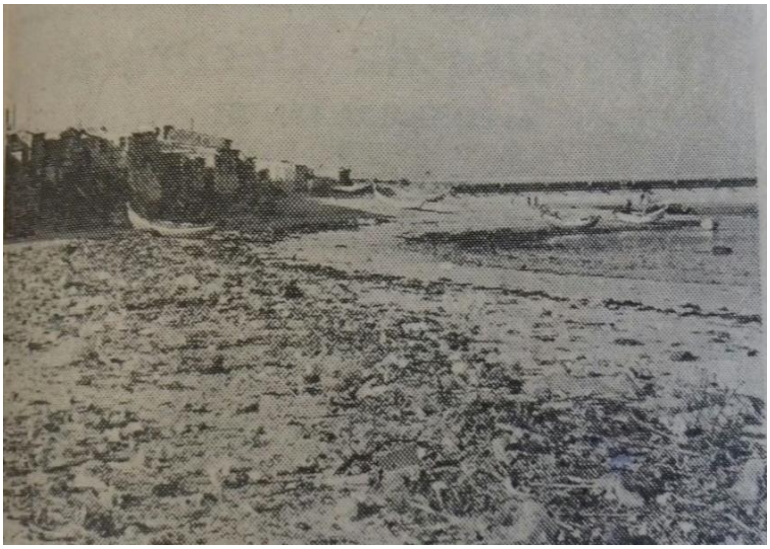


FIGURA 278 | Detritos aos montes na pequena baía denominada de "Bico da Areia" na Trafaria, zona hoje ocupada pelo terminal cerealífero.
Fonte: Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1159, de 1 de novembro de 1975, p. 1.



FIGURA 279 | Embarcação de pesca profissional em seco, na pequena baía do "Bico da Areia", onde se formava um recanto de resíduos.
Fonte: Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1159, de 1 de novembro de 1975, p. 1.

A poluição descontrolada, que se vinha a intensificar de ano para ano, levou a que os golfinhos deixassem de visitar o rio Tejo, uma importante atração turística, e levou ao desaparecimento de outras espécies com significativas perdas económicas, acabando também por afastar os veraneantes da praia da Trafaria, de há vários anos a predileta, que passaram a frequentar as praias da Caparica, que se estendiam da Cova do Vapor ao Cabo Espichel e eram de melhor qualidade (Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1159, de 1 de novembro de 1975, p. 1).

Na segunda metade da década de 1970 foram mandadas construir as arrecadações para preservar e resguardar os apetrechos e artes de pesca, obra ordenada pela Junta de Freguesia da Trafaria. Neste conjunto de barracas construídas na praia, também conhecidas como "caixotes abarracados", foram gastos alguns milhares de escudos (Jornal de Almada, Ano XXV, n.º 1472, de 10 de agosto de 1979, p. 7). Alguns banhistas aproveitaram a oportunidade e também construíram barracas para eles próprios e para os seus familiares e amigos, aumentando ainda mais a área construída, e quando na primeira metade da década de 1980 foi construído o terminal cerealífero de águas profundas da Trafaria, a situação ficou incomportável (o espaço do veraneio era tido como insuficiente, e pretendiam afastar os pescadores).

Em 7 de abril de 1980, no Quartel dos Bombeiros da Trafaria, a Câmara Municipal de Almada apresentou à população o Plano de Urbanização do Concelho de Almada, realizado dois anos antes, tendo como diretor principal o arquiteto José Lamas. Somava consensos do ponto de vista técnico pela credibilidade do seu mentor, mas levantava muitas questões acerca das futuras obras portuárias a desenvolver na Trafaria, assunto sobre o qual pouco avançava, e não contemplava os serviços de cais que serviam as carreiras fluviais de Belém-Trafaria e os profissionais da pesca. Os alarmes começavam a ecoar: "*Os pescadores já vão sendo poucos e sem uma doca-abrigo ou a*

praia, acabam por acabar, de todo. No entanto, os pescadores da Trafaria, que praticam a pesca artesanal, também contribuem para que a nossa Economia não seja ainda mais débil. E assim, no ano de 1979, pescaram 77 815 quilos de peixe, cujo valor foi de escudos, 12 200 000$00. É ainda de salientar que os pescadores da Costa, no tempo de Inverno, fazem as suas lides piscatórias no Tejo, com base na Trafaria" (Soares, 1980, p. 1, 8), reforçando a ideia que era necessário investir na Trafaria como polo agregador e dinamizador das várias comunidades piscatórias implantadas no concelho de Almada.

Em 4 de agosto de 1980, entrou em funcionamento junto à praia a lota de peixe da Trafaria, localizada no extremo oposto à Avenida General Moutinho, instalação que permitia fazer mais condignamente a vendagem do pescado. Era uma construção em pré-fabricado, pouco ambiciosa, carecia de estruturas complementares, mas mesmo assim não custou menos de mil contos, valor pago pela Secretaria de Estado das Pescas. Não obstante as suas lacunas, mercê de uma ideologia economicista, foi uma boa novidade porque pela primeira vez os pescadores tiveram uma balança para pesar com todo o rigor o pescado desembarcado (Jornal de Almada, Ano XXVI, n.º 1528, de 5 de setembro de 1980, p. 5; Costa & Franca, 1984a, p. 31-33). Importa notar que este edifício da lota ainda é o que hoje está em funcionamento, bastante degradado, motivo pelo qual está a ser preparado um outro edifício ao lado para fazer as funções de lota (entretanto reduzido administrativamente a posto de vendagem).

As construções abarracadas implantadas na praia da Trafaria, umas para resguardo das artes e apetrechos dos pescadores (em maior número), outras para os mais diversos fins, incluindo as dos banhistas, ocupavam o pouco que restava do areal depois da construção do silo, e era grande a pressão popular para que fossem removidas (as dos pescadores). Os populares mais indignados contra o que consideravam ser um "descomunal abarracamento" defendiam que o espaço deveria ser por direito próprio para fruição pública (ou sua fruição), justificando que nem mesmo quando esta localidade era um forte centro piscatório (até aos anos 20 do século XX) existiam na praia resguardos dos apetrechos dos pescadores, concluindo por isso, de forma pouco razoável, diga-se, que estes "*guardavam o seu equipamento em casa, ou em instalações adequadas*" (Jornal de Almada, Ano XXIX, n.º 1677, de 15 de julho de 1983, p. 3). Coisas que os pescadores nunca tiveram, e continuam a não ter.



FIGURA 280 | Estabelecimento de banhos de Zeca Rocha, construído na praia do Zeca da Rocha (concessão) onde hoje estão os silos do Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria. João Lourenço, Miguel da Massinha, Nelas (alcunha), e Ricardo (alcunha Porco). Anos 1950 (provavelmente 1954/55).

Aquando das obras do terminal cerealífero aproveitou-se para reabilitar a margem ribeirinha da Trafaria, removendo as construções abarracadas, os tais "caixotes abarracados", o que implicou a construção de novas instalações para arrumos do material de pesca junto à vedação do terreno dos silos, nas imediações do edifício da lota, onde ainda hoje se encontram, empreitada executada por um consórcio constituído pela Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL), hoje denominada Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL, S.A.), em conjunto com a Empresa Pública do Abastecimento de Cereais (EPAC), responsável pelo silo, e pela Câmara Municipal de Almada (Jornal de Almada, Ano XXIX, n.º 1677, de 15 de julho de 1983, p. 3). As obras do terminal cerealífero foram concluídas em meados de 1983, tendo de seguida sido construídos os atuais abrigos de pesca.

A construção do terminal cerealífero da Trafaria, obra muito contestada por alguns, teve um sabor agridoce para a comunidade piscatória da Trafaria: por um lado, impôs uma interrupção inultrapassável ao extenso areal que ia da Trafaria à Cova do Vapor, e uma alteração dos fundos junto à linha de água, que teve como consequência mais imediata o fim de várias artes de pesca ancestrais, nomeadamente as de tipo arrasto e cerco para terra (ex. chincha) que obrigavam a fundos de areia de



FIGURA 281 | Botes encalhados na praia da Trafaria, e outros amarrados em poitas no rio Tejo, o que revela uma ocupação moderada do espaço.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 30.

baixa profundidade entre cabeços de areia. Por outro lado, esta construção proporcionou um abrigo para as embarcações de pesca que não existia e que não era possível existir de outra forma, e ainda foi o mote para a construção de arrumos adequados para as artes e apresto de pesca, o que levou a um ajuntamento de embarcações que estavam dispersas na zona ribeirinha em Almada. Importa salientar que mesmo este abrigo que resultou da obra do terminal cerealífero não é seguro, e frequentemente há aqui embarcações a ir ao fundo. Portanto, não será exagerado dizer que sem esse abrigo não era possível ter na Trafaria tão grande número de embarcações de pesca e outras amarradas em poitas.

Muito provavelmente indexado às obras de melhoria das infraestruturas de apoio à pesca em terra, a atividade foi catapultada, tendo no ano de 1986 a Delegação Marítima da Trafaria registado um máximo histórico de 762 inscritos marítimos embarcados num total de 270 embarcações licenciadas para a atividade piscatória local e com rol de tripulação (sendo de assumir que ainda seria larga a margem de embarcações sem matrícula da tripulação, e de pessoas que embarcavam sem estar formalmente incluídas nas respetivas tributações), das quais 80 eram tripuladas por apenas um marítimo que na maior parte das vezes era simultaneamente arrais, armador e proprietário, 61 embarcações eram tripuladas por dois marítimos que na maior parte das vezes o arrais era também proprietário e armador e operava com o apoio de um pescador, 47 eram tripuladas por três marítimos, 46 eram tripuladas por quatro marítimos, 17 eram tripuladas por cinco marítimos, e cinco eram tripuladas por seis marítimos, sendo a maior parte das últimas 22 embarcações empregues na arte xávega da Costa da Caparica e da Fonte da Telha. O número máximo de tripulantes com matrícula numa mesma embarcação foi de onze, sendo que, incluindo essa apenas houve catorze embarcações com matrícula de tripulação entre os sete e os onze tripulantes. Daqui resulta uma média geral de embarques de 2,82 marítimos por embarcação. Importa notar que o número de embarques e de embarcações em operação dizem respeito ao total de registos na Delegação Marítima da Trafaria, e não apenas às embarcações e aos marítimos que pertencem à comunidade piscatória da Trafaria, valores esses de que não dispomos. Ainda assim, é garantido que o maior número de embarcações e de marítimos embarcados fosse o desta comunidade, pois nesta altura todos os marítimos de Almada e arredores (inclusive da zona de Lisboa) quiseram garantir nesta comunidade um lugar para fundear e um espaço de arrumos.

Nos anos seguintes regista-se um decréscimo significativo do número de embarcações com licença de pesca e rol de tripulação, situação que só voltaria a inverter com a febre da amêijoa macha no início do século XXI. Para se ter uma ideia, no ano de 1996 na Delegação Marítima da Trafaria apenas havia 143 embarcações com licença de pesca e com rol de tripulação tripuladas por apenas 371 inscritos marítimos, das quais 36 eram tripuladas por um só marítimo, 29 por dois marítimos, 48 por três marítimos, 19 por quatro marítimos, 10 por cinco marítimos e uma por sete marítimos, não havendo qualquer embarcação com maior número de inscritos marítimos.

Não foi observada variabilidade da densidade e biomassa piscícolas no estuário do rio Tejo que justifique o decréscimo tão abrupto do número de embarcações e de pescadores, até porque esta comunidade opera na foz onde o contacto com o oceano é muito intenso e onde existem sempre diversas espécies de entrada a que os pescadores dirigem a pesca, e também porque no final do século XX, e no início do século seguinte, havia no estuário na zona da Trafaria mais de 50 espécies de peixes de água salgada com valor comercial, e destes cerca de dois terços eram sedentários, destacando-se o besugo, o bodião, a abrótea, a boga, o cação, o robalo-legítimo, o robalo-baila, o carapau, a cavala, a choupa, o congro, a corvina, a dourada, a faneca, a ferreira, o godião, a juliana, o linguado, a moreia, o peixe agulha, o peixe aranha, o peixe porco, o peixe cabeçudo, a pescada, o pregado, a raia, o ratão, o ruivo (e o cabaço, que é o ruivo grande), a salema, o salmonete, a sarda, a sardinha, o sargo, a solha e três

espécies de tainha. Havia cavalo-marinho, espécie que os pescadores devolvem ao mar. Havia ainda várias espécies de equinodermes, sendo mais significativas quantidades de exemplares de estrela do mar e de ouriço do mar. Havia ainda mais de 500 espécies de invertebrados que se dividiam em vários grupos, sendo aqueles que particularmente nos interessam: (i) os moluscos aquáticos, do qual marcavam presença espécies como a lapa, a lesma, a lula, o mexilhão, a ostra, o polvo, a potra, o quítone, a vieira, a vinagreira, o choco, o caracol do mar, o canivete, a cadelinha, o berbigão, a amêijoa branca e a amêijoa preta, algumas delas de relevância comercial; (ii) os crustáceos, nomeadamente a bruxa ou cigarra do mar, o camarão kuiter, o camarão mouro, o caranguejo verde, o caranguejo vermelho, a craca, o lavagante, os percebes, as navalheiras, as santolas, as sapateiras, a carraça do mar (ou carraça do peixe), a pulga do mar, e diversos fitoplâncton e zooplâncton; e (iii) e os cnidários, nomeadamente a medusa ou alforreca, caravela portuguesa e mais de cem corais diversos.

Em 2003, com o encerramento das instalações da Docapesca de Pedrouços, onde estavam as principais infraestruturas de apoio à atividade pesqueira na região de Lisboa, levantou-se uma onda contestatária de grande magnitude e a Administração do Porto de Lisboa para acalmar os ânimos entrou em diálogo com os Sindicatos e Associações de Pescadores, que identificaram alguns problemas pendentes que passavam pela requalificação das infraestruturas existentes na sua área de jurisdição.

Em dezembro de 2003 entrou em funcionamento a ETAR do Portinho da Costa, uma infraestrutura que contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade ambiental da água da bacia da Costa e da Trafaria, o que é muito importante para a pesca, ainda que os pescadores não a valorizem, porque associam a sua construção ao desaparecimento do estuário do rio Tejo de parte do marisco e de várias espécies de peixe de escama, como os salmonetes e as fanecas.

Dois anos depois instalou-se no seio das comunidades piscatórias da foz um profundo descontentamento com a Direção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), à data a Autoridade Nacional das Pescas, porque esta aprovou alterações nas artes do tipo armadilhas, especificamente nos covos, nassas e galrichos, e desta forma impediu a utilização dos galrichos para a captura de camarão, e de outras espécies de marisco e de peixes do fundo. Nas comunidades da foz incluímos todas as comunidades piscatórias do concelho de Almada, desde o Caramujo à Trafaria, com exceção de Cacilhas (esta comunidade trabalha apenas com aparelho de anzol), Olho de Boi (esta comunidade trabalha apenas com aparelho de anzol e redes de emalhar) e Porto Brandão (esta comunidade trabalha com redes e com cana e linhas), e as comunidades piscatórias da antiga doca de pesca de Pedrouços, em Algés, e de Paço de Arcos, em Oeiras, altamente especializadas em armadilhas. A Cova do Vapor, Costa da Caparica e Fonte da Telha, no essencial, sempre operaram com redes. Importa notar que as comunidades avieiras a montante da Ponte Vasco da Gama também operavam com estas armadilhas, como ainda hoje acontece, mas não foram afetadas pelo ajustamento. Terá sido um dos raros casos nesta zona em que a prática costumeira estava conforme novos regulamentos.

As comunidades avieiras utilizavam nassas com cerca de um metro de comprimento, feitas na maior parte das vezes com malha de 10 mm (a designada "rede de traineira"), para capturar camarão do rio (camarão-espinho) e também apanhavam enguias pequenas, e galrichos com comprimento entre 1,50 e 2,00 m e com malha entre 20 e 40 mm para capturar enguias grandes e também apanhavam peixes pequenos, nomeadamente robalinhos e rabetas (corvinas pequenas), ambas desmontáveis, e não utilizavam covos com estrutura rígida (por não serem desmontáveis obrigam a embarcações maiores, pelo que apenas eram utilizados nas comunidades de Pedrouços e de Paço de Arcos). Contrariamente, as comunidades da foz utilizavam uma arte com semelhanças com os galrichos, a que chamavam covo, nassa e galricho, dependendo do marítimo, constituída por uma boca, por um endiche, e por um saco feito com malha de cerca de 10 mm e com cerca de 1,20 m de comprimento, sustentado a intervalos regulares por três aros cilíndricos, em madeira ou metálicos, que era armado ("esticado") com duas canas, e direcionado ao camarão, mas também capturava outro marisco, como santolas, navalheiras, lavagantes e sapateiras, bem como peixe diverso de fundo, como safios/congros e fanecas (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias entre n.^{os} LIV. IV. XXIV. 22, LIV. IV. XXI. 14 e LIV. IV. XXI. 17). Também utilizavam covos quadrangulares ou semicirculares com estrutura rígida (metálica), de classe de malhagem entre 30 e 50 mm, para capturar polvo-comum, que também capturavam navalheiras. Para a antiga DGPA, a descrição técnica e a finalidade (espécies-alvo) entre nassas e galrichos era efetivamente aquela que lhe era conferida pelas comunidades avieiras, e não a que lhe era dada pelas comunidades da foz, pelo que lhes foi proibido utilizar os galrichos (ou covos), malha de 10 mm, para o camarão.

Os marítimos da zona da foz alegaram que sempre utilizaram os ditos galrichos (ou covos) para capturar camarão, e, efetivamente, essa arte consta de obra técnica do início da década de 1980 (Costa & Franca, 1984b, figura 65), mas de nada lhes valeu. Com a revisão do Regulamento de Pesca, em junho de 2006, foi retirada a autorização da arte dos galrichos, arte fixa do tipo armadilha, descrita como

desmontável, de forma cilíndrica, constituída por um saco de rede, sustentado a intervalos regulares por aros, armado com varas e tendo interiormente duas bocas (endiches), que utilizava malha de 10 mm (a chamada rede traineira), e, ao mesmo tempo, foi-lhes dada a autorização da arte de covos de malhagem mínima 20 mm, descrita como desmontável e de forma cilíndrica, constituída por rede entralhada em arcos ou aros metálicos, distância máxima entre arcos extremos de 120 cm, e possuindo duas aberturas, uma em cada base, sem asas, para a pesca do camarão do rio. Esta descrição é a que consta da lei, mas na prática cada pescador desenhou e executou as suas artes, muitas vezes recorrendo a materiais de reciclagem, assumindo em todo o contexto estuarino formas diversas. E, claro, apesar da proibição continuaram a operar com os galrichos para capturar camarão.



FIGURA 282 | Galricho (ou covo) constituído por saco de rede com o comprimento máximo de 1,20 m e com a malhagem mínima de 10 mm, sustentado a intervalos regulares por três aros metálicos cilíndricos, com uma boca e um endiche, e armado ("esticado") com duas canas, para capturar marisco e peixe diverso de fundo, mas sobretudo camarão do rio, santolas, sapateiras, navalheiras, lavagantes, safios/congros e fanecas. Arte de Luís Filipe Ferreira dos Santos, proprietário da embarcação "Tera" (TR-1487-L), que durante muitos anos utilizou esta arte para capturar camarão na foz do rio Tejo, e continua a utilizar, como os demais marítimos da zona da foz que sempre utilizaram esta arte. Caramujo, 25/06/2020.



FIGURA 283 | Covo semicilíndrico de malhagem mínima 20 mm, arte fixa tipo armadilha construída com duas redes de plástico, uma exterior de 30 mm e uma outra interior mais apertada, sem estrutura metálica (a forma da rede é alcançada pela forma como são entralhadas as redes de plástico), e com três aberturas, uma para facilitar a entada do camarão, e outras duas com tampa para o isco e para retirar o camarão. Este covo é artesanal, mas em Pedrouços já se utilizam covos totalmente produzidos em fábrica. Arte de José Manuel Aveiro Pires, proprietário, armador e arrais da embarcação "Golfinho", registo n.º TR-1655-L, que utiliza esta arte para capturar camarão na foz do rio Tejo. Paço de Arcos, 16/04/2020.

Em resumo, a alteração mais significativa foi o aumento da malhagem de 10 mm para 20 mm, o que tornou mais difícil capturar camarão de forma rentável. Mantinha-se a captura de polvo com covos ou armadilhas de gaiola de classe de malhagem 30 a 50 mm, arte fixa do tipo armadilha descrita com comprimento máximo de 40 cm, constituída por estrutura rígida geralmente em metal que servia de suporte à rede e que tinha duas entradas: uma abertura por cima, de fácil acesso, utilizada pelas espécies, e que não lhes deixava fazer o percurso inverso, ficando retidas na gaiola, e ao lado uma entrada para o pequeno compartimento onde é colocada a isca com tampa, e uma segunda abertura do lado oposto com tampa por onde retiram as espécies.

Resultavam daqui dois problemas, um dos quais a natureza encarregou-se de extinguir: tornou-se mais difícil capturar camarão do rio porque a malha de 20 mm era muito larga, e só não foi um problema sério porque a espécie passou a existir em pouca quantidade, e deixou de justificar que se lhe dirigisse a pesca. Mas a natureza nada podia fazer quanto à vontade humana, e os armadores atingidos com a alteração rejeitaram essa possibilidade até onde lhes foi possível, e também queriam

reaver a autorização dos galrichos. A antiga DGPA terá assumido devolver a arte dos galrichos para o camarão aos armadores que antes a utilizavam e a designavam como covos, mas até ao ano de 2020 isso não aconteceu.

Em finais de 2006, quando já decorria a febre da apanha da amêijoa macha, o que se traduzia em mais embarcações e mais inscritos marítimos nesta comunidade, todos a laborarem na mais absoluta ilegalidade, a Administração do Porto de Lisboa realizou um avultado investimento no melhoramento e beneficiação das infraestruturas de apoio à pesca na Trafaria, tendo construído um novo posto de acostagem flutuante, implantado ao lado do existente, e alargou a área de apoio em terra, incluindo a sua pavimentação, a construção de uma nova vedação, a retenção do terraplano e o prolongamento da rampa atual. Colocou 60 poitas (blocos de cimento com boias de amarração dos barcos em água) num investimento de 13 mil euros. Ainda custeou um estudo para avaliação das condições de agitação das águas no local e a viabilidade técnica da sua melhoria, no montante de 29 mil euros adjudicado à WW Consultores, para garantir melhores condições de trabalho aos pescadores.

Para legalizar a captura de amêijoa macha no estuário do rio Tejo com recuso a ganchorra manobrada por força manual com a ajuda de um sarilho a partir de uma embarcação motorizada fundeada, processo de pesca não autorizado nesta zona, mas que vinha a ser largamente utilizado, foram aditados a alínea j) ao n.º 2 do artigo 4.º e o artigo 19.º-B ao Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo, aprovado pela Portaria n.º 569/90, de 19 de julho, com a redação dada pelas Portarias n.^{os} 900/95, de 17 de julho, e 892/2000, de 27 de setembro, sob a justificação de que a atividade tinha uma grande relevância socioeconómica para a comunidade piscatória da Trafaria, e que a legalização do uso da arte possibilitava um melhor acompanhamento da atividade por parte do ex-Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, atual Instituto Português do Mar e da Atmosfera, bem como a realização de estudos que permitissem assegurar a gestão dos recursos e a sustentabilidade da pesca (Portaria n.º 618/2006, publicada no Diário da República n.º 120/2006, Série I-B, de 23 de junho, p. 4478 - 4479).

Desta forma passou a ser permitido o exercício da pesca com a arte da ganchorra manobrada com sarilho, mediante um conjunto de condições que visavam evitar a predação do recurso, mas no geral nunca foram cumpridas, para não dizer que foram brutalmente desrespeitadas. Para além do dilatar de forma abrupta do número de inscritos marítimos e não marítimos e dos meios de ação direcionados a esta atividade entre 2007 e 2010, o que acontecia sem controle naquela que era a parte minimamente legal da atividade, chegavam pessoas a esta comunidade um pouco de todo o lado, uns na tentativa de sobreviver, outros para ganhar dinheiro para poder manter os vícios (ex. droga). Desempregados, toxicodependentes, migrantes clandestinos, pessoas que não conseguiam cumprir regras e viviam à margem da sociedade, entre outros, sentiam-se estimuladas a vir para esta atividade, e claro, localmente havia sempre alguém, ávido por lucro ilegal, que estava disponível para os levar a bordo, e eram muitos os que embarcavam de forma irregular, muitas vezes ultrapassavam em número os que embarcavam de forma regular.[116]

O investimento em embarcações dominado pelos ganhos rápidos nesta atividade, isto apesar das severas multas que eram diariamente aplicadas pela Polícia Marítima de Lisboa, levou a que no final do ano de 2010 existissem mais de 80 embarcações na comunidade piscatória da Trafaria, a maior parte dedicada à apanha de amêijoa, e eram mais de 250 os inscritos marítimos e não marítimos afetos à atividade. O número de contraordenações levantadas durante o período áureo da amêijoa macha foi de tal forma intenso que a maioria das embarcações foi mandada apreender pelo Tribunal Marítimo e ficaram impossibilitadas de operar, e ainda hoje muitas delas estão em terra, completamente degradadas, ao lado do posto de vendagem da Trafaria. Essa zona é um autêntico cemitério de barcos de pesca.

Estas embarcações do tipo chatas operavam de dia e de noite, algumas faziam as duas marés, levando a que saíssem toneladas de amêijoa macha por dia do rio Tejo, muito mais do que os 80 kg permitidos por dia/embarcação, sendo que legalmente só trinta embarcações tinham licença, mas trabalhavam mais do dobro das embarcações nesta arte de forma ilegal. Foi um período de abusos e excessos, de grande confusão, e que acabou por alturas de 2011, quando a amêijoa começou a escassear e deixou de ser rentável a sua captura.

Esta pesca trouxe dois graves problemas a esta comunidade: primeiro, desviou alguns pescadores de redes e anzóis para a captura de bivalves, os mais destemidos e ávidos de riqueza, praticamente deixou de haver embarcações costeiras registadas na Trafaria, e segundo, alterou a forma como vinham

[116] A ganchorra tinha dentes em aço e quando era lançada ao rio caia no fundo com os dentes para baixo, e depois era puxada por um gingarelho (ou sarilho) manual, e por isso eram necessários vários homens em cada embarcação, no mínimo quatro, muitos dos quais embarcavam sem estarem inscritos no rol de tripulação.



FIGURA 284 | Embarcação "Sol", registo n.º TR-1574-L, propriedade de Sandra Cristina Oliveira Brito Pereira, equipada com motor fora de borda, um sarilho e um rolete, no ancoradouro da Trafaria, em 07.05.2013. Foi-lhe atribuída a Licença de apanha de bivalves n.º 25.



FIGURA 285 | Antiga chata de apanha de bivalves varada na praia da Trafaria, muito degradada (ainda equipada com sarilho), em 10.05.2019.

a funcionar nesta comunidade as relações sociais entre marítimos, passando a haver menos solidariedade e entreajuda, e mais desconfiança, individualidade, agressividade, conflituosidade, rivalidade, ameaças físicas e verbais, e roubos de artes, de pescado, de motores e de combustível de motores. As relações entre marítimos deterioraram-se e nunca voltaram a ser as mesmas, nem mesmo depois da captura da espécie deixar de ser economicamente viável.

Quando a amêijoa macha acabou na foz, as pessoas que se empregavam nesta atividade foram deslocadas para o arrasto com ganchorra à amêijoa japónica em zonas a montante, e um pequeno grupo mais especializado passou a dedicar-se a apanhar pé de burrinho em mergulho de garrafas, aproveitando que este recurso começou a aparecer de forma tímida na foz do rio Tejo quando acabou a amêijoa macha, e um outro grupo começou a dedicar-se à pesca lúdica, mas em concorrência direta com os pescadores profissionais (utiliza artes de pesca profissionais e captura ao nível dos pescadores profissionais), pescado que por caminhos enviesados chega igualmente à lota e é comercializado em nome de embarcações de pesca profissional que precisam de fazer o valor mínimo de desembarques anual para manter as licenças de pesca. Seguiu-se a regressão do número de embarcações em atividade com licença de pesca e rol de tripulação, e do número de embarques de marítimos e não marítimos, mantendo-se em valores mínimos desde então até finais de 2018.

A última embarcação de pesca costeira registada na Delegação Marítima da Trafaria, afundou no próprio ancoradouro da Trafaria durante o ano de 2011. Trata-se da embarcação "Rosa da Baía", registo n.º TR-1389-C, com 9,40 m de comprimento, 3,01 m de boca, 0,99 m de pontal, 7,02 de tonelagem bruta, para a pesca costeira, equipada com motor fixo Bukh de 44 hp, propriedade de Álvaro Manuel Sá Martins, com

residência no Monte de Caparica, que afundou provavelmente por mau tempo, e teve perda total, tendo o proprietário transferido a licença de pesca para uma outra embarcação de pesca local que recebeu o conjunto de identificação TR-1546-L e a denominação "Beta" (Cf. Livro III - Evolução Histórica / DMT, Livro n.º 7 – Registo de Propriedade de Embarcações de Pesca – 1991/2005, fl.13).[117] Durante o ano de 2019, já depois de concluído o nosso trabalho prático, voltou a ser registada nesta Delegação Marítima uma nova embarcação costeira.

Em 2018, na Delegação Marítima da Trafaria houve 97 embarcações de pesca profissional local habilitadas com licença para operar na zona rio Tejo, muitas das quais também habilitadas com licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa – Zona FAO 27, tripuladas por 172 inscritos marítimos (arrais ou equivalente e pescadores), e destas apenas 27 embarcações pertenciam à comunidade piscatória da Trafaria e eram tripuladas por 41 marítimos (arrais ou equivalente e pescadores), o que em média resulta em pouco mais de um tripulante por embarcação. Importa notar que estes dados são os oficiais e existem embarques não declarados, especialmente das embarcações de pesca profissional que se dedicam exclusivamente à captura de amêijoa japónica (que estimamos com alguma certeza serem 47 embarques não registados), e não incorporam as embarcações que apenas tinham licença para operar na ZEE Portuguesa, onde se incluem, por exemplo, a maior parte das embarcações de pesca oceânica e da arte xávega da Costa da Caparica e da Fonte da Telha. No conjunto total de indivíduos matriculados nesta Delegação Marítima, em embarcações com licença de pesca para a ZEE Portuguesa e em embarcações com licença de pesca para o estuário do Rio Tejo, e em embarcações com licenças de pesca para as duas zonas em simultâneo, a partir do rol de tripulação contabilizaram-se 249 embarques, dos quais 161 marítimos tinham a categoria de arrais e os restantes 88 tinham a categoria de pescadores.

O futuro desta comunidade também está pendente do futuro da antiga doca de pesca de Pedrouços, que em breve terá de ser clarificado. É amplamente reconhecida a insuficiência de infraestruturas de apoio à pesca na zona da foz do Tejo, uma situação que coloca em causa a segurança dos pescadores e o desenvolvimento da pequena pesca, e só por isso é que a tutela não restringiu o acesso de embarcações de pesca à antiga doca de pesca de Pedrouços após o seu encerramento definitivo. Aliás, no início desta década de 2010, a tutela assumia como necessário um porto de abrigo para os pescadores do Tejo, remetendo para a revisão do PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa a inclusão da restruturação do atual porto de pesca da Trafaria numa futura reorganização do porto comercial, e para a realização do Plano de Pormenor de São João da Caparica e do Torrão (Almada) a realocação do atual porto de pesca para o seu lado poente, a fazer com infraestruturação e dimensionalidade adequada, quer ao nível das condições de acostagem e de descarga, quer de movimentação em terra (com produção de gelo e/ou eventual armazenagem) e venda em lota. A comunidade piscatória aguarda expectante a evolução deste tema que é fundamental para a sua sobrevivência.



FIGURA 286 | "Barracas dos pescadores", assim conhecidos os espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca. A fotografia foi capturada uma semana depois destes espaços terem sido lavados e pintados, daí que o espaço se mostre no geral cuidado e asseado, de forma muito contrária ao que é conhecido. Ao fundo os silos. Trafaria, em 18.09.2019.

[117] Informação obtida junto dos pescadores da Trafaria e confirmada com a Sra. Carmélia Marques, técnica administrativa que exerce funções na Delegação Marítima da Trafaria, em 17/05/2019.



FIGURA 287 | Ancoradouro da Trafaria, estando ao fundo a Ponte 25 de Abril, em 20.07.2019.

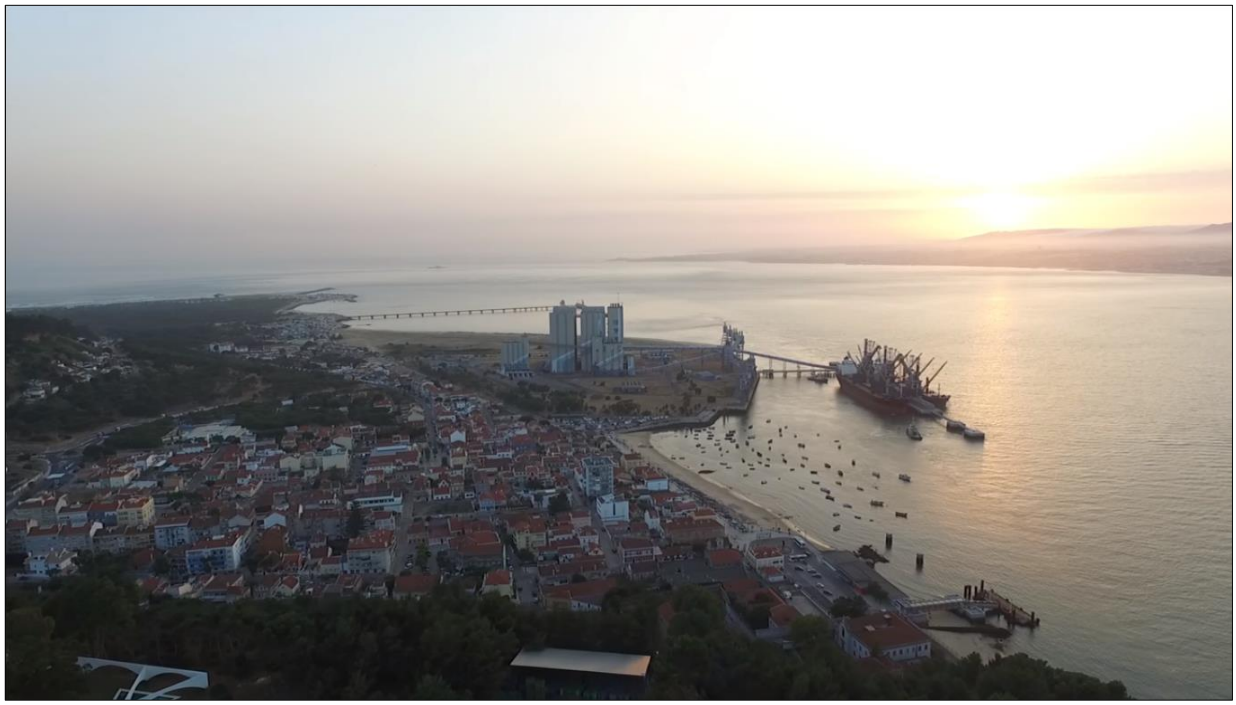


FIGURA 288 | Núcleo urbano e frente ribeirinha da Trafaria, sendo visível a zona de arrecadações de material de pesca e a zona de abrigo das embarcações de pesca, em 19.07.2016.

A **Cova do Vapor**, no extremo noroeste da antiga freguesia da Trafaria, onde o rio Tejo se encontra com o oceano e de onde é possível avistar de forma privilegiada o Farol do Bugio, localizado no Forte de São Lourenço do Bugio, à entrada da barra do Tejo, não é uma comunidade de génese piscatória e, como tal, não se pode considerar uma antiga vila piscatória, como ainda é comum ler, ainda que os primeiros a frequentar o espaço tenham sido os pescadores, sobretudo da Trafaria, Costa da Caparica e Fonte da Telha, que utilizavam esta zona como abrigo enquanto operavam na zona de entrecabos e no rio Tejo, e por embarcações de pesca registadas em outros portos nacionais, inicialmente os galeões da pesca do cerco, mais tarde, já no atual abrigo, das embarcações de arrasto de bivalves. Foi e continua a ser uma aldeia balnear constituída de casas para veraneio, na maior parte

segunda habitação, que dispõe de uma praia e um areal magnifico que encosta com as praias de São João na Costa da Caparica.

José Cornide, que passou por Almada, entre 21 de outubro e 10 de dezembro de 1800, registou que a praia da Trafaria, onde pelo tempo bom fundeavam muitos barcos que se empregavam na pesca no mar alto, tinha continuidade em uma outra praia que se prolongava por um quarto de légua até chegar a um "*lugarcito compuesto de cuatro o cinco barracas cubiertas llamado El Torraom* [Torrão]", e daqui continuava *"un bajo de arena hasta la Torre del Bugio y, a marea baja, queda en gran parte descubierto*" (Abascal & Cebrián, 2009, p. 688).

Na segunda metade do século XIX, a restinga que ligava a Cova do Vapor ao Bugio sofreu um acentuado recuo que provocou a abertura da golada do Tejo, uma pequena barra acessível à navegação de embarcações de pequeno calado (Abreu, 2014, p. 26). A situação inverteu, provavelmente ainda no final deste século, e a língua de areia começou novamente a avançar em direção do Bugio, o que é significativo da instabilidade deste canal, quer em profundidade, quer ao longo do tempo, devido ao contexto geomorfológico, forçamento oceanográfico, fornecimento sedimentar e ação antrópica (dragagens), gerando mais recentemente um conflito inevitável entre a dinâmica natural e a ocupação do território.

A presença humana era residual e limitava-se a alguns pescadores da Trafaria que nos baixios entre os cabeços de areia existentes nas proximidades faziam a chamada pesca de "Rede de Pé", já referida, e diversas outras pescarias no canal da embocadura e em frente ao extenso areal, e a alguns pescadores da Costa da Caparica e da Fonte da Telha que no inverno encalhavam as xávegas e iam para a arte do chinchorro e para a arte da "rede da malha" (ou "rede sardinheira") no estuário, deixando nas proximidades as embarcações tipo chatas. Os pescadores da Trafaria beneficiavam de um *continuum* de praias virgens até à Cova do Vapor, e daí até ao Bugio, que percorriam a pé, era portanto um espaço de circulação e não de fixação, e os pescadores da Costa da Caparica e da Fonte da Telha de forma a aligeirar a distância a que estavam da foz do Tejo deixavam nas imediações as embarcações varadas no areal e, algumas vezes, construíam resguardos (palheiras ou palhotas) para as artes e apetrechos de pesca, em ambos os casos apenas com adaptação à dinâmica costeira sem alteração da paisagem natural.

No início do século XX, continuou o avanço natural da língua de areia em direção ao Bugio, e nas décadas de 20´ e 30´ atingiu a máxima extensão, cerca de três quilómetros, fechando a golada do Tejo. Funcionava como um esporão, só que natural e parcialmente submerso, para as praias da Costa de Caparica e impedia a deriva litoral, ou seja, que as areias da Caparica avançassem para Norte e entrassem no Tejo pela Golada, e permitia que no estofo da maré baixa fosse possível ir a caminhar da Cova do Vapor ao Bugio, uma potencialidade turística, algo que hoje só se consegue de barco (Abreu, 2014, p. 20-21, 28-29).[118] António Manuel Laré Dias, filho de José Dias, alcunha Zê Moleiro, recordou que o seu pai nos tempos da juventude, na década de 30´, quando ia vender o pescado à Ribeira Nova (Lisboa), a remos, tinha de contornar o Bugio porque não havia calado para as embarcações na golada, tornando a viagem bastante mais longa e mais demorada.

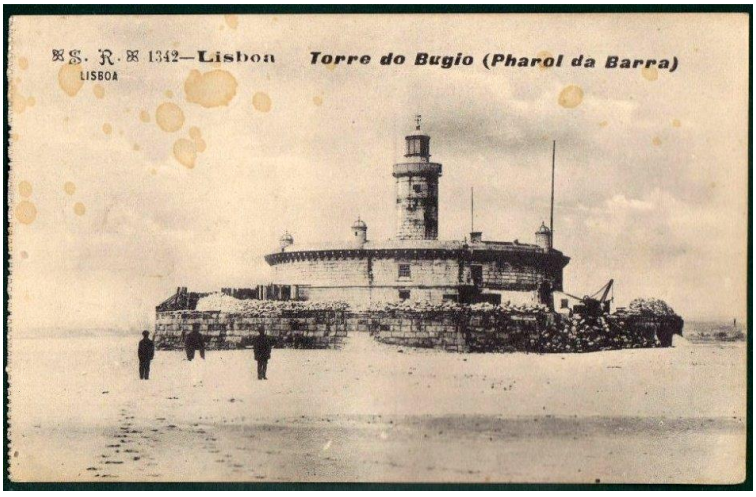


FIGURA 289 | Postal da Torre do Bugio (1912). Os veraneantes chegam a pé à Torre do Bugio vindos do Bico da Areia (ou Bico da Calha), o que nesta altura era possível na baixa-mar devido ao assoreamento da Barra.

O espaço era atrativo pelo valor paisagístico e ambiental e pela riqueza marinha, durante a baixa-mar até com a mão se apanhavam berbigões e cadelinhas, e tinha uma elevada procura de praias, devido ao areal dourado e limpo que ia desde o Torrão à Ponta da Coroa, e daí até à Costa da Caparica. Conhecidos os encantos do espaço, começou a ser procurado para a praia e, simultaneamente, para

[118] "*Entre 1929 e 1939 a extremidade livre da restinga (golada do Tejo) avança 750 m em direção à fortaleza do Bugio e recua cerca de 200 m na margem fluvial a oeste da Trafaria, sendo possível a travessia a pé em maré baixa da Cova do Vapor ao farol do Bugio*" (Granadeiro, 2016, *online*).

construção de casas de veraneio, e os pescadores que por aqui circulavam, mas que aqui não pertenciam, começaram a ter a companhia dos veraneantes.

Em 1932 surgiram as primeiras barracas em madeira, sobre estacaria, em pequenas parcelas para veraneio, construções autorizadas pelo Governo Militar de Lisboa, sem critério. Iniciava-se uma nova fase do turismo lisboeta para as praias da margem sul.

A construção desregulada destas barracas, sem água, luz ou esgotos, geradora de insalubridade e mau cheiro, foi exponenciada ainda na mesma década depois da *Parceria dos Vapores Lisbonenses* iniciar para aí as suas carreiras fluviais que faziam a ligação do Terreiro do Paço, Trafaria e Cova do Vapor, e que cessaram na década de 1960. Para facilitar a construção de barracas foram colocados passadiços nas dunas, que aumentava a comodidade ao caminhar, e para reforçar o interesse pelas praias foram colocados estrados de madeira para acesso à Praia da Laje, mais tarde denominada "Lisboa Praia", já no início da Costa da Caparica, espaço hoje conhecido como as praias de São João (Soares, 1976a, p. 4-5). A este espaço conhecido por Praia da Laje os pescadores chamavam "Mar da Laje", porque existia aí uma laje marinha submersa (rocha em formato achatado) onde partiam frequentemente as redes. A construção abarracada que se registou neste espaço resultou de oportunismo fácil, mas consentido, e aumentou de forma impressionante (Soares, 1976a, p. 4-5).



FIGURA 290 | Desembarque de pessoas de Lisboa no cais da praia da Cova do Vapor, que utilizaram o serviço de carreiras "Lisboa-Cova do Vapor" da Parceria dos Vapores Lisbonenses.
Fonte: O Século Ilustrado, n.º 554, de 14 de agosto de 1948, p. 31.



FIGURA 291 | Casa de veraneio na Cova do Vapor, em setembro de 1949.
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2014/07/trafaria-e-cova-do-vapor-em-1946.html (15/07/2019).

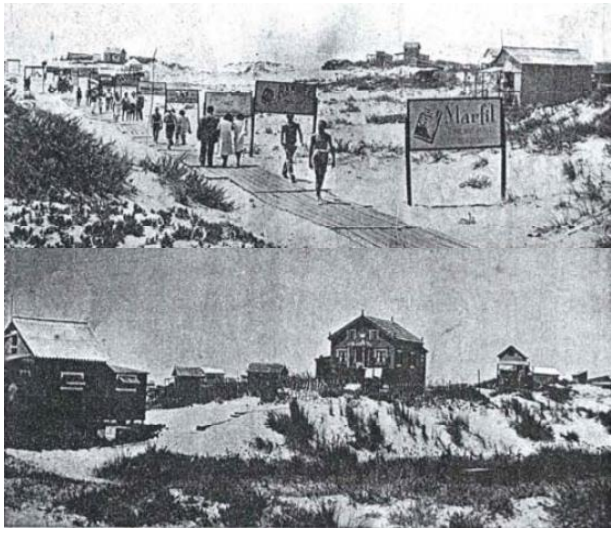


FIGURA 292 | Construção intensa nas dunas, onde antes apenas havia juncal. Povoamento facilitado por uma passadeira em madeira através das dunas para chegar ao areal.
Fonte: O Século Ilustrado, n.º 554, de 14 de agosto de 1948, p. 31.



FIGURA 293 | Cacilheiro (1954).
Fonte: "Os Amantes do Tejo", filme realizado por Henri Verneuil e escrito por Marcel Rivet.

O Relatório do Plano de Urbanização do Concelho de Almada elaborado por Étienne de Groër, reputado urbanista, e datado de 1946, confirma essa realidade. A Cova do Vapor é descrita como "*um pequeno porto formado por uma enseada entre as dunas*", e não uma antiga vila piscatória, onde reinava a desordem devido à construção de minúsculas barracas (ou "casinholas") em madeira sob estacaria em parcelas de areia e juncos nas dunas, encavalitadas umas nas outras por serem fruto de processos de autoconstrução, expoente do engenho e desenrascanço, e sem água, eletricidade ou esgotos, o que fazia com que os resíduos fossem despejados no areal, com sérias consequências ao nível da paisagem (aspeto visual) e do olfato (mau cheiro), o que leva o autor a concluir, provavelmente de forma excessiva, que no seu conjunto tinha "*aspecto de uma aldeia de pretos*" (Groër, 2006, p. 151-236). Nesta altura continuaria consolidada a restinga que ligava a Cova do Vapor ao Bugio, caso contrário o autor referiria a sua retração.

Em finais da década de 1940, devido a fenómenos de erosão e, sobretudo, devido à realização de dragagens pela empresa Hersent para os aterros na margem direita e para regularizar as margens do rio em outros locais[119], a restinga da Cova do Vapor ao Bugio foi fragilizada e iniciou-se a abertura da golada do Tejo. A restinga formava um bico de areia, como se observa na fotografia a seguir, a que os pescadores chamavam "*cú de burro*" e os banhistas "*bico de areia*" (ou bico da calha). A profundidade do rio aumentou na zona da operação das dragas da Hersent e surgiu uma "cova onde as águas eram profundas", uma espécie de baía natural de correntes não impetuosas e de marés tranquilas (O Século Ilustrado, n.º 554, de 14 de agosto de 1948, p. 32).[120] A parte mais funda desta baía terá sido utilizada como abrigo pelos antigos galeões da pesca do cerco americano, embarcações que chegavam a largar a rede mesmo em frente à Trafaria.



FIGURA 294 | Avanço do mar ao longo dos anos na Cova do Vapor, entre 1929 e 2007, com a indicação da localização do "cú de burro" onde ficavam fundeados os barcos do tipo galeões, e estendiam as redes no areal para secar. Adaptado de: INAG, I.P., *apud* Mateus, 2010, p. 45.

A retração da restinga acentuou-se na década seguinte e acabou por desaparecer, enquanto se consolidava a abertura da golada. Como consequência, hoje, as praias da Costa não conseguem reter

[119] No início da década de 40, foram retirados cerca de 14,5 Mm^3 (milhões de metros cúbicos) de areia da zona da Cova do Vapor para aterros na margem direita do Tejo entre Belém e Algés, provavelmente para a construção e respetivos aterros da doca de pesca de Pedrouços, em 1948 foi retirada areia da mesma zona para regularização da margem esquerda do Tejo entre Cacilhas e o Alfeite (Granadeiro, 2016, *online*), e mais tarde ainda terá sido retirada areia para outras situações liquidando o equilíbrio dinâmico entre o mar, o rio e a terra (Abreu, 2014, p. 20).

[120] "*Quem adivinhava há trinta anos a praia da Cova do Vapor? Ignoravam-se as suas qualidades como muitos ainda ignoravam a origem do seu nome. O areal, desde as últimas casas da Trafaria até o Bico da Coroa, era uma planicie extensíssima que as águas da enchente cobriam e a vazante punha a seco. Não tinha, portanto, condições para se tornar uma zona balnear. Um dia, a Empresa Hersent começou as obras do porto de Lisboa em cujo plano estava o aterro da margem desde Belém. Para conquistar ao Tejo essa faixa era necessário amontoar areia que arredasse as águas. Foi o que se fez. As dragas Hersent começaram a ir à outra margem encher os batelões. No ponto onde fizeram a dragagem ficou uma cova onde as águas eram profundas e, portanto, possuidoras de todas as condições que recomendam uma praia de banhos: fundo de areia sem pedra, transparência cristalina, corrente não impetuosa, tranquilidade das marés. A praia estava encontrada. Faltava, porém, torná-la acessível. Resolveu inteligentemente o problema a Parceria dos Vapores Lisbonenses*", como já tinha feito na Trafaria e, indiretamente, na Costa da Caparica, criando o serviço de carreiras Lisboa-Cova do Vapor (O Século Ilustrado, n.º 554, de 14 de agosto de 1948, p. 32).

as areias que são transportadas pela Golada para o interior do Tejo, situação só solucionável pelo fecho artificial deste canal (Abreu, 2014, p. 32).

A retração da restinga obrigou os proprietários a recuarem as barracas em madeira, especialmente as que estavam localizadas na "praia de Lisboa" (ou "Lisboa Praia"), numa língua de areia que se estendia até ao Bugio (o que aconteceu de forma evolutiva no tempo conforme a areia ia desaparecendo), também conhecida como "Ponta de Areia" (Ramalho, 1934, p. 13), e iniciaram uma povoação a cerca de 600 metros, mais ou menos onde hoje se localiza o aglomerado da Cova do Vapor, que se foi consolidando até aos dias de hoje. Outros proprietários reinstalaram as barracas no areal da Costa de Caparica, e outros nas Abas da Raposeira, situação que originou o aparecimento e desenvolvimento de outras zonas barracais (Soares, 1976a, p. 4-5; Jornal de Almada, Ano XXIX, n.º 1677, de 15 de julho de 1983, p. 3; Teixeira, 2014, p. 5).

Algumas barracas de madeira foram arrastadas inteiras em cima de atrelados construídos em madeira e com grandes rodas em madeira puxados por juntas de bois para a Costa da Caparica, o que era possível porque o areal era plano, e outras foram transportadas desmontadas para locais onde o terreno não era plano. As construções abarracadas eram elevadas por meio de estacas, e os atrelados eram colocados por baixo, e após fixados, eram rebocados pelas juntas de bois.

Entre 1957/63, foi intensa a erosão costeira na Cova do Vapor, de tal forma que em 1959 foi executada a primeira estrutura de defesa para proteção da frente urbana, para a qual foi contratado algum pessoal aí residente (e também pessoal residente na Costa da Caparica e com ligação ao mar, que os populares da Costa diziam que iam trabalhar para a "melhola")[121]. Entre 1959/63, foram construídos um total de três esporões e a obra aderente na Cova do Vapor.

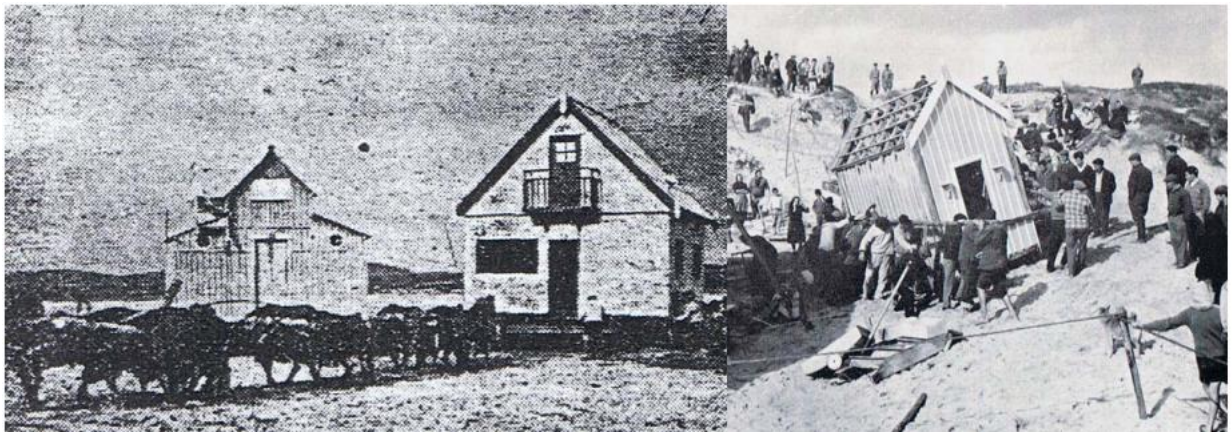


FIGURA 295 | Imagens do processo de movimentação das habitações.
Fonte: Mateus, 2010, p. 45.



FIGURA 296 | Vista aérea da Cova do Vapor, sendo ainda visível a língua de areia e a ponte em madeira onde atracavam os barcos das carreiras (1953).
Fonte:
"https://www.flickr.com/photos/foundslides/27887007036/in/photostream/ (18/07/2019).



FIGURA 297 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, entre outros trabalhadores, na construção do primeiro esporão da Cova do Vapor (1959/60).
Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

[121] Expressão informada por António Manuel Laré Dias, 70 anos, arrais de pesca, proprietário e armador da embarcação "Lavagante", registo n.º TR-1517-L.

No início da década de 1960, a nova localização já contava com uma dúzia de casas habitadas em permanência, e muitas mais de veraneio em número não quantificável que eram utilizadas ao final de semana no verão. Os moradores residentes ocupavam-se em serviços relacionados com a "Fábrica da Pólvora" (onde ainda hoje está o depósito de água), em pequenos serviços ligados ao turismo e veraneio, e na pesca (sem cédula ou licença). Os homens iam ao mar e as mulheres e filhos ajudavam nos trabalhos de terra, sendo poucos os que tinham trabalho fora do bairro. Até os cães de companhia eram ensinados a pescar, o que mostra como era uma atividade que realizavam de forma descontraída. Os recursos marinhos eram abundantes, e tanto os moradores como os banhistas (principal vocação deste povoado) apanhavam diverso marisco na Cova do Vapor e na Coroa de Fora, especialmente cadelinhas, pé de burro, berbigão, canivetes, mexilhão, lapas, caranguejo, vieiras, santolas, navalheiras.



FIGURA 298 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, a colocar o cão de companhia a pescar devidamente uniformizado, na Cova do Vapor (S/data).
Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, um dos residentes, era proprietário de um barco tipo chata de nome "Sandra", com capacidade para sete tripulantes que empregava na pesca lúdica, e de um outro de nome "Zeca", com uma capacidade máxima de nove tripulantes, que utilizava no transporte de mercadorias das embarcações fundeadas no Tejo para a terra e no recreio para levar pessoas ao Bugio para a pesca lúdica. Era o único barco que aqui existia com estas valências, atividade que o proprietário complementava com uma outra assalariada na rua da Junqueira, em Lisboa, numa empresa de queijo e manteigas. Havia ainda aqui mais três barcos de recreio, propriedade de residentes que se dedicavam à pesca lúdica, um deles era Albano Zorva.



FIGURA 299 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, no porto de abrigo da Cova do Vapor, na altura com muitos limos, a equipar a sua embarcação recreativa para a patuscada no Bugio (1996).
Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

Em janeiro de 1962, um temporal fez estragos assinaláveis na Cova do Vapor, mas de todas as casas destruídas apenas uma era de um pescador profissional (Júlio Rodrigues de Almeida), que foi realojado com a sua mulher e filhos pela Junta Central das Casas dos Pescadores (JCCP) no Bairro dos Pescadores da Costa da Caparica. Os residentes nas demais casas destruídas, eram para não ter direito a qualquer apoio por não estarem registados e nem participarem (pagarem) à Casa dos Pescadores, mas devido à pobreza em que viviam acabaram por ter direito a uma nova construção provisória, obra também a cargo da JCCP, com exceção de duas barracas em que um dos proprietários explorava como bar e outro como estabelecimento balnear (Jornal do Pescador, Ano XXIV, n.º 277, 1962, p. 15; Ano XXIV, n.º 278, 1962, p. 13-18). O que vai ao encontro do que referimos, de que esta é essencialmente uma aldeia balnear, e não um tradicional núcleo de pesca.

Até este momento, os marítimos da Costa da Caparica e da Fonte da Telha que após encalharem as xávegas vinham operar para o rio Tejo, deixavam as chatas (embarcações) varadas no areal na praia da Espanhola, que era utilizada para banhos e ficava a cerca de vinte metros do lado leste do atual cais/ponte da POL NATO de Lisboa, e também no areal em frente ao Manuel da Bina, pouco depois da vala de escoamento das águas pluviais. Ainda havia os que deixavam as embarcações varadas no areal da Praia dos Pescadores na Trafaria. Notar que nesta altura ainda não existia o abrigo da Cova do Vapor.

António Manuel Laré Dias, arrais da Costa da Caparica e um dos primeiros a utilizar o abrigo da Cova do Vapor, indicou que a restinga foi empurrada pelo mar até aos silos, cerca de cem metros por ano, e só depois é que os pescadores caparicanos começaram a ir para o abrigo da Cova do Vapor, em finais da década de 1980 (até então as embarcações eram sempre varadas na praia). Ou seja, as chatas

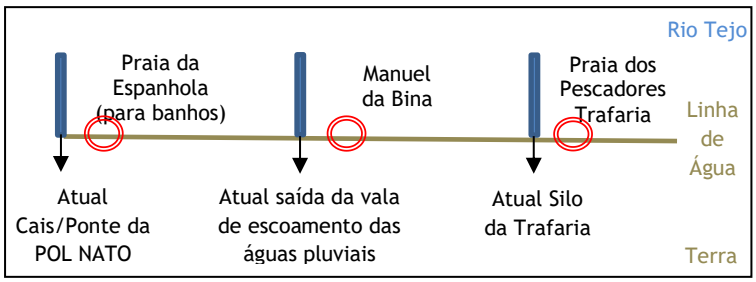


FIGURA 300 | Esquema com a localização aproximada dos sítios onde os marítimos da Costa da Caparica e da Fonte da Telha varavam as chatas quando vinham operar para o rio Tejo após encalharem as xávegas.
Elaboração própria com base nas informações do mestre António Manuel Laré Dias.



FIGURA 301 | Zona ribeirinha entre a Trafaria e o Cais/Ponte da Nato, na altura em que os silos começavam a ser construídos, e ainda existia a língua de areia que mais tarde se iria encostar aos silos já construídos, obrigando as embarcações de pesca a ir para a Cova do Vapor. Era nesta baía natural que os pescadores da Costa deixavam as lanchas no inverno, quando iam operar para a zona do rio Tejo.
Fonte: Desconhecido. Data: S/d.

dos pescadores capariquenos ficavam em segurança varadas nas praias dentro da língua de areia e só quando a areia chegou aos silos é que foram para o abrigo da Cova do Vapor.

Em relação às artes de pesca, segundo indicação deste mestre de pesca, o tresmalho de fio (três panos) começou a ser utilizado no estuário do rio Tejo pelos pescadores capariquenos entre 1963/64, sendo que, antes disso, já tinha acabado no Tejo a pesca da sardinha com a rede da malha de um pano (ou rede sardinheira). Este mestre também referiu que os pescadores da Fonte da Telha, salvo raras exceções, deixaram de operar no rio Tejo quando acabou a pesca da sardinha com a rede da malha, que era a principal pescaria que faziam no rio Tejo, passaram a dedicar-se apenas à pesca oceânica, e que os pescadores da Costa da Caparica, quando essa arte acabou passaram a operar no Tejo com redes de três panos de fio, pelo menos desde 1963/64, uns só no período entre outubro e abril/maio, quando encerravam as artes xávega, e outros passaram a operar a todo o tempo no rio. Os pescadores varavam as embarcações na praia junto à Cova do Vapor, e deslocavam-se para as suas casas por terra, evitando a morosa e perigosa deslocação por mar. Podiam regressar às suas casas de carreira ou a pé. À ida para a faina faziam o mesmo, deslocavam-se na carreira da Costa da Caparica para a Trafaria e saíam em São João, e depois andavam sete minuto à pé até chegar às embarcações, e nesta situação tinham de pagar oito tostões, ou iam a pé.

Na década de 1970, os pescadores da Costa da Caparica que fundeavam na Cova do Vapor tinham o chinchorro como a principal pescaria no rio Tejo, arte que operavam de duas formas: de arrasto para terra com funcionamento idêntico à arte xávega, e de arrasto dentro de água com duas embarcações a remos, com que apanhavam pescadinha pequena, raias, camarão, fanecas, robalos, lulas, salmonetes, linguados, entre outros. Também utilizavam a arte do arrasto de vara que designavam de "arrasto de tartaranha", arte dirigida à captura de camarão, mas que apanhavam diversas espécies de peixe, linguados e raias, e também faziam outras pescas com redes de fio de emalhar de três panos (branqueira), rede que também utilizavam na zona da foz do Tejo e na zona de entrecabos. Cada embarcação não utilizaria mais de trezentas braças de rede de branqueira, e no início cada embarcação começou com oito redes, totalizando 120 braças de rede. Era raro utilizarem nesta altura rede de emalhar de um pano.

Os últimos dois pescadores da Costa da Caparica a andar na pesca do chinchorro no estuário do rio Tejo, foram o Manuel da Costa (alcunha Manuel Polícia) e o Artur Lopes (alcunha Gaipiro). Estes pescadores não residiam na Cova do Vapor, apenas aproveitavam o abrigo para depois saírem para o mar, e quando acabava a pesca voltavam para a Costa da Caparica. Logo depois do 25 de Abril deixaram de operar ao chinchorro e ao arrasto de vara, mas manteve-se a utilização da rede de três panos, que, entretanto, deixou de ter malha de fio de linho, muito fino, para passar a ser de seda.

Em 1989, o Sr. António Manuel Laré Dias, morador da Costa da Caparica, adquiriu a embarcação costeira "Delfim", registo n.º S-1973-C, tipo traineira, em Setúbal, com 6,35 arqueação bruta, 10,38 m

de comprimento fora a fora, e 44 kW de potência do motor propulsor principal (Lister de 6 cilindros), que registou em 3 de abril de 1990 na Trafaria, com a mesma denominação, e foi-lhe atribuído o conjunto de identificação TR-1366-C. Desde 1989, passou a deixar a embarcação regularmente no ancoradouro do abrigo da Cova do Vapor, sua única alternativa, já que operava à rede de tresmalho nas águas oceânicas da zona de entrecabos. Até esta altura deixava a embarcação varada na praia, como se mostra na fotografia a seguir. A zona de abrigo localizava-se no extremo nascente e era constituída por um molhe que abrigava uma bacia com cerca de um hectare, onde estavam poitas em flutuação para os mestres amarrarem as suas embarcações, e por duas pequenas rampas de alagem e uma praia de varadouro, não muito diferente do que hoje existe.



FIGURA 1302 | Em primeiro plano, Manuel Augusto Lopes Valente Costeira na sua embarcação recreativa com que andava à pesca, e em segundo plano ao centro de forma evidente a traineira "Delfim", registada na Trafaria, propriedade de António Manuel Laré Dias, entre vários barcos de recreio, nomeadamente o barco de recreio de Manuel Condesso (alcunha Manuel da Graciana). Porto de abrigo da Cova do Vapor, na altura ainda praia, na década de 1990 (provavelmente em 1995).

Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

Por esta altura eram várias as embarcações registadas em vários portos nacionais que operavam na zona de entrecabos e águas adjacentes, geralmente ao marisco, e que ocasionalmente aqui fundeavam. Nos anos seguintes, eram cerca de vinte e cinco as embarcações costeiras que operavam com ganchorra à navalha (lingueirão) no mar da Costa da Caparica e que aqui ficavam amarradas ao fundo pelas próprias ganchorras, maioritariamente algarvios, e ainda meia dúzia de lanchas de recreio utilizadas na pesca.



FIGURA 303 | Pureza de Almeida Costeira Valente, Rosa Maria de Almeida Soares e Maria de Fátima de Almeida Soares, da esquerda para a direita, na rampa que existia na Cova do Vapor, e que era utilizada para desembarcar o marisco das embarcações costeiras do arrasto com ganchorra de bivalves, estando ao fundo duas dessas embarcações (c. 1990).

Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

Quando se procedeu à divisão do espaço marítimo por zonas de Capitania para a pesca com a ganchorra, o espaço de entrecabos ficou condicionado aos algarvios e foi assumido em pleno pelos sesimbrões e setubalenses (barcos com registo em Setúbal e Sesimbra, de que é exemplo as embarcações "Surpresa" (registo n.º SB-867-C) e "Amizade" (registo n.º S-555-C), respetivamente), que mais tarde, no início de 2010, deixaram de utilizar o abrigo da Cova do Vapor porque estava completamente assoreado.

A última das embarcações da ganchorra a utilizar este abrigo foi a "Amizade", registo S-555-C, vendida para Setúbal, propriedade de Rogério, alcunha de Sábá, que era morador e vendida marisco vivo na Cova do Vapor (hoje já aqui não reside). Nos últimos nove anos apenas aqui fundeiam as pequenas embarcações de pesca artesanal local que operam tanto no rio como em águas oceânicas, geralmente na linha e entrecabos dentro das seis milhas (do mar da Costa da Caparica até ao largo de Cascais), quase todas da Costa da Caparica.



FIGURA 304 | Porto de abrigo da Cova do Vapor (início da década de 1990).
Gentilmente oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.



FIGURA 305 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira a sair do abrigo da Cova do Vapor com dois filhos, José Augusto e José Júlio, que iam para a pesca lúdica na Coroa de Fora. Ao fundo estão algumas embarcações costeiras do arrasto que utilizavam esta embarcação recreativa para desembarcar o marisco (c. 1990).
Oferecida por Pureza de Almeida Costeira Valente, conhecida por "Maria", em 18/07/2019.

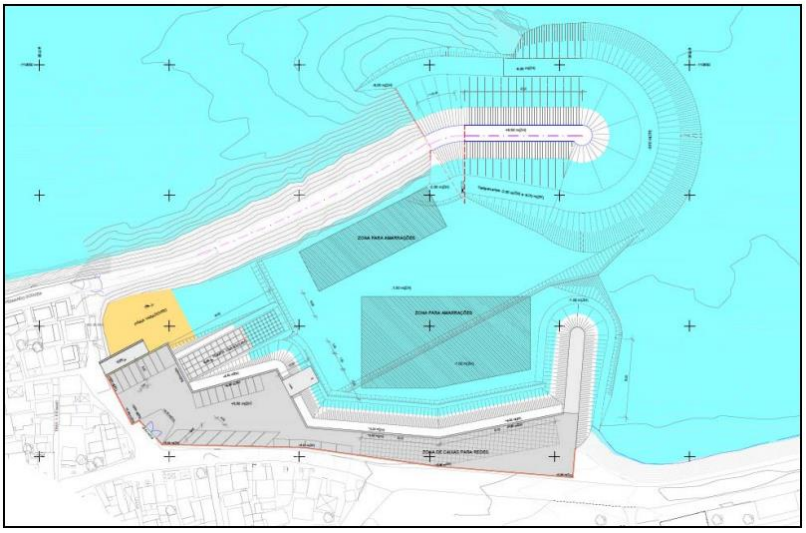


FIGURA 306 | Planta do arranjo geral da solução proposta para a zona de abrigo na Cova do Vapor.
Fonte: Teixeira, 2014, p. 8.

Em meados da década de 1990, era no barco de Manuel Augusto Lopes Valente Costeira e no barco do Fagundes (alcunha) que era transportado o marisco das embarcações do arrasto de ganchorra em caixas para terra - lingueirão ou navalhas (ou canivetes) – e que descarregavam para a rampa que na altura aqui existia. Constituía uma atividade para dois dos moradores, que deixou de existir quando estas embarcações aqui deixaram de fundear, quando o abrigo ficou assoreado.

No final do século XX, António Manuel Laré Dias vendeu a traineira "Delfim" para Setúbal, onde adquiriu uma outra do mesmo tipo, mais pequena, de nome "Amar a Deus", que em 2002 vendeu a um morador da Cova do Vapor, o Sr. Joaquim, embarcação que viria a ser abandonada no Poço de Bispo. No mesmo ano adquiriu uma lancha em madeira na Trafaria, que em 2004 viria a abater em substituição de uma outra embarcação em fibra, aquela que ainda hoje possui e com a qual trabalha, denominada "Lavagante", registo n.º TR-1517.

Com o fim da Docapesca de Pedrouços, em finais de 2003, foram eliminadas as principais infraestruturas de suporte à atividade piscatória na região de Lisboa.

A Administração do Porto de Lisboa em colaboração com sindicatos e associações de pesca, definiu um conjunto de ações que passavam pela requalificação das infraestruturas já existentes na sua área de jurisdição, onde se incluiu melhorias nas infraestruturas de apoio à pesca na Cova do Vapor, este que é o último abrigo de pesca da margem esquerda do estuário do rio Tejo, junto à barra.



FIGURA 307 | Destruição pelo mar dos espaços de arrumos de material de pesca instalados na parte interior do molhe de proteção da zona de abrigo da Cova do Vapor, em 3.03.2018.

Com base no Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao projeto da "Zona de Abrigo para Embarcações de Pesca da Cova do Vapor", datado de dezembro de 2014, e realizado pela AGRI-PRO Ambiente Consultores, S.A., e do parecer da Comissão de Avaliação (CA) do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), observamos que o objetivo é prolongar o atual molhe de abrigo por uma extensão de 60 m, executar um terrapleno pavimentado ao longo da frente marginal sul (com enrocamento do talude ao longo do limite exterior), para servir de armazenagem de material de pesca e estacionamento em terra de embarcações (entre 20 e 30), construir um esporão no limite nascente da retenção marginal sul para retenção do transporte natural de areias, uma rampa de varadouro com 10 m de largura e um cais de apoio com 7 m de frente de acostagem (com possibilidade de, posteriormente, ser equipado com uma grua para colocação e retirada de embarcações da água), e ainda realizar dragagens na bacia de abrigo (11.800 m^3 de sedimentos) de forma a que as embarcações de pesca possam entrar e sair em qualquer nível de maré (as pequenas embarcações com motor fora de bordo agora só entram e saem a partir de meia maré) (Teixeira, 2014, p. 7).



FIGURA 308 | Abrigo da Cova do Vapor na maré baixa, com a maior parte das boias de amarração em seco, em 31.03.2018. Situação que se tem vindo a agravar nos últimos anos.

Obras que se mostram fundamentais para melhorar a segurança das embarcações, pescadores e artes e aprestos de pesca, mas que tardam em ser realizadas, se é que vão mesmo ser realizadas, pois parecem estar indexadas à eventual expulsão dos armadores que ainda restam na antiga doca de pesca de Pedrouços. Notar que no inverno de 2017 a embarcação "Matutage" (TR-1630-L), propriedade de Pedro Miguel Pinto Farinha (alcunha Matuta), afundou devido ao mau tempo, tal como aconteceu no inverno seguinte com a embarcação a "Tita" (TR-1492-L), propriedade de João Manuel Ribeiro Rosa (alcunha Passarinho), ano em que a força do mar também destruiu os espaços de arrumos de material de pesca instalados na parte interior do molhe de proteção da zona de abrigo de Pedro Farinha, como revela a Figura 117.

Em dezembro de 2018, a Cova do Vapor continuava a ser sobretudo uma instância balnear, e o abrigo utilizado por embarcações de pesca e de recreio, muito assoreado e perigoso, era utilizado por apenas nove arrais de pesca da Costa da Caparica armadores das seguintes embarcações: "Matutage" (TR-1630-L), "Deusa do Mar" (TR-1296-L), "Estrela do Sul" (TR-1439-L), "Ana Isabel" (TR-1502-L), "Tita" (TR-1492-L), "Oxala" (TR-1511-L), "Coqueluche" (TR-1421-L), "Nemo" (TR-1649-L) e "Lavagante" (TR-1517-L). Estes armadores operavam quase exclusivamente com redes, e quase todos utilizavam as muralhas da antiga doca de pesca de Pedrouços para colocar ou retirar redes das embarcações.

Havia aqui apenas quatro pescadores profissionais, dois dos quais da mesma família, Paulo Roque e Bruno Roque, pai e filho, respetivamente, que exerciam a pesca profissional diariamente integrando a tripulação da embarcação "Matutage", registo n.º TR-1630-L.

Ao nível das infraestruturas de apoio, no extremo nascente, existe a bacia de abrigo com cerca de um hectare formada pelo molhe de defesa frontal do povoado, onde estão colocadas cerca de 40 poitas para amarração em flutuação de embarcações de pesca, existindo ainda uma rampa de alagem de acesso exclusivo para barcos, motas de água e Jet-ski, uma pequena praia de varadouro (na baixa-mar), e um espaço reservado a artes e apetrechos de pesca inaugurado pela Administração do Porto de Lisboa a 16 de fevereiro de 2011. Os mestres já há muito abdicaram deste espaço de arrumos de material de pesca por falta de segurança, uma vez que não poucas vezes viram-se privados do seu material, quer por furto, quer por ação danosa (redes cortadas para furto do chumbo). O espaço passou a ser utilizado pelas gentes da Cova do Vapor como armazém de material de construção, que suportam a construção ilegal bairro, e outras bugigangas.



FIGURA 309 | Vista aérea da Cova do Vapor, junto à barra, onde acaba o Tejo e começa o Oceano Atlântico, em abril de 2014.



FIGURA 310 | Vista aérea do núcleo urbano da Cova do Vapor e, no extremo nascente, da bacia de abrigo das embarcações de pesca, em abril de 2014.

A **Costa da Caparica**, à boca da barra e a dois passos do grande mercado consumidor de Lisboa, começou por ser uma pequena póvoa de marítimos ligados à pesca, atividade que marcou de forma incisiva o espaço social, económico e cultural, e hoje é amplamente conhecida pela continuidade da pesca com a arte xávega[122], forma tradicional de pesca importada da região de Aveiro que foi modernizada e mecanizada, naquela que é hoje também a maior zona balnear da Área Metropolitana de Lisboa com um forte potencial turístico.

A ancestralidade da ligação dos caparicanos ao mar e às pescas foi assumida por Raul Brandão, na obra "Os Pescadores", onde consta que o espaço começou por ser um aglomerado de barracas humildes que serviam de habitação aos pescadores e também arrumos de artes e aprestos de pesca (Brandão, 1995 [1923], p. 145).

Entre 1745 e 1750, quando José António Veiga, cura da Caparica, procedeu ao levantamento de toda a população existente na freguesia, contabilizou 96 pessoas a viver das fainas da pesca (Soares, 1984, p. 1, 4), e, no último quartel deste século, por alturas de 1777, já os poveiros realizaram a primeira procissão em honra da Nossa Senhora da Conceição, tendo por base uma capela que tinham construído em madeira e colmo, o que evidencia enraizamento (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

Manuel Lourenço Soares admite que durante a governação do Marquês de Pombal os pescadores vindos sobretudo do Algarve e Ílhavo, se possam ter fixado e começado a explorar convenientemente as piscosas águas da "Costa da Trafaria", como antes se designava a atual Costa da Caparica. Segundo o autor, inicialmente fariam apenas uma safra sazonal nos meses entre outubro e dezembro, e para isso construíam "*umas singelas choupanas* [abrigos de



FIGURA 311 | Costa da Caparica (c. 1900).
Fonte: https://www.facebook.com/groups/viveracosta/photos/ (25.07.2019).



FIGURA 312 | Palheiros dos pescadores da Costa da Caparica (190?).
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Documento: PT/AMLSB/EAT/000083. Disponível em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=1679013&Mode=M&Linha=1&Coluna=1>. Acedido em 19Out2019.

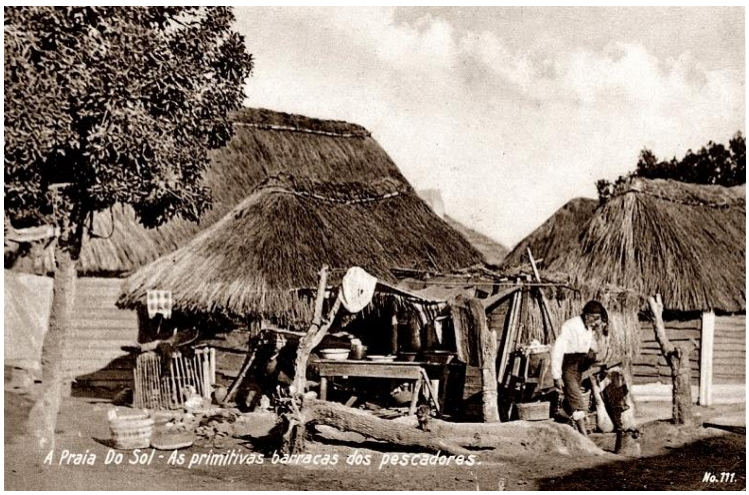


FIGURA 313 | As primitivas barracas dos pescadores da Costa da Caparica.
Postal, ed. Acção Bíblica/Casa da Bíblia, n° 111. Ramalho, 1934, p. 20.

[122] Rede de arrasto para terra. Nos moldes atuais, a arte (conjunto de cordas, alares e saco) é lançada ao mar através de uma embarcação tipo "chata" que deixando uma corda (ou cabo) no areal, conhecida por "banda panda", já posicionada num alador mecânico de um trator, vai ao largo largar a rede e regressa à praia trazendo uma segunda corda (ou cabo), conhecida como "banda barca", para posicionar mais a jusante num outro alador mecânico de um segundo trator, e após isso os dois aladores iniciam o processo coordenado da alagem das duas cordas. Enquanto o arrasto para o areal se realiza a boca do saco mantem-se aberta na horizontal pela distância mantida entre os aladores, e mantem-se aberta na vertical porque a rede tem flutuadores no cabo superior e pesos no cabo inferior.



FIGURA 314 | Ilustração do naufrágio do saveiro "Portugal" da companha Vitorino na Costa da Caparica, em 11 de abril de 1904, a cerca de 20 braças de terra, da autoria do pintor Alberto de Sousa.
Fonte: Jornal de Almada, Ano XXVII, n.º 1612, de 16 de abril de 1982, p. 16.



FIGURA 315 | Lota na Praia da Costa da Caparica (c. 1930). O pescado era colocado em cima dos cabazes, que também serviam para o seu transporte.
Postal, cliché João Martins, ed. Acção Bíblica/Casa da Bíblia. Ramalho, 1934, p. 33.



FIGURA 316 | Fotografia aérea da Costa da Caparica, entre 1930 e 1932.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Documento: PT/AMLSB/MBM/000027. Disponível em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9524ed79814c0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>. Acedido em 19Out2019.

canas e ramas] *a que deitavam fogo logo que se retiravam para as suas terras de origem*" (Soares, 1984, p. 1).

Esta itinerância ter-se-á repetido por vários anos, até os marítimos começarem a elaborar construções mais consistentes e a ficar com as respetivas famílias (Santos, 2001, p. 72).

O Mar da Caparica é perigoso e traiçoeiro nos meses de inverno, e não faltam relatos de situações de sobressalto, muitas delas geradas por excesso de coragem e confiança, mas também pela inata perigosidade do mar, que se agravava de um momento para o outro, muitas vezes não dando aos marítimos tempo para chegar a terra[123], pelo que esta formulação faz sentido se consideramos que a zona de pesca onde atuavam, era na foz do rio Tejo, junto à Trafaria e à Cova do Vapor, e talvez daí resulte a expressão "Costa da Trafaria".

Fruto de todas essas dinâmicas, terá sido só no final do século XVIII que a planície localizada entre o cordão dunar, atualmente ocupado com o aglomerado urbano da Costa de Caparica, e a arriba fóssil, começou a ser agricultada como complemento de subsistência à pesca, onde se podiam empregar alguns familiares dos marítimos, numa altura em que não seria tradição vincada ir pescar no inverno para o rio Tejo.

Eram os chamados rendeiros, atividade que teve continuidade e ainda hoje há arrais da Costa da Caparica em atividade que trazem de renda terrados nas chamadas "Terras da Costa", como é o caso de Hugo Miguel Ribeiro Ventura, proprietário, armador e arrais da embarcação "Costa Mar", registo n.º TR-1738-L, que divide o seu tempo nas fainas da terra e nas fainas do mar, com uma

[123] É disso exemplo o naufrágio a cerca de 20 braças de distância de terra, na Costa da Caparica, em 11 de abril de 1904, do saveiro "Portugal", barco tipo meia-lua, da companha Vitoriano formada por 18 homens (Jornal de Almada, Ano XXVII, n.º 1612, de 16 de abril de 1982, p. 16). Ou o naufrágio do barco meia-lua "Pensativo", em 12 de dezembro de 1929, que após largar as redes gerou-se nevoeiro e numa onda grande o barco virou ceifando a vida a onze pescadores (Soares, 1984, p. 4).

capacidade de trabalho impressionante, muito para o qual contribui a preciosa colaboração da sua esposa, também agricultora e comerciante de pescado.

Em 1824, quando D. João VI aí se banqueteou na única casa em alvenaria[124], já havia dezenas de barracas onde os pescadores arrumavam os apetrechos e artes de pesca, e onde residiam.

Na "*Memoria Economica da Vila d´Almada, e seu Termo*", datada de 16 de maio de 1835, José Joaquim de Silva Chaves refere que a povoação de pescadores da Costa da Caparica se debruçava sobre o oceano fazendo uso maioritário de redes envolventes de arrastar para terra, a denominada arte xávega, capturando "*grande quantidade de excellente peixe, principalmente sardinha*", que era a principal riqueza da sua faina (CEPPND, Comissão encarregada de propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa, "*Memoria Economica da Villa d´Almada, e seu Termo*", fl. 8 frente e verso, fl. 9 verso, fl. 16 frente, fl. 18 verso). Assim continuou no período contemporâneo, e nos invernos longos e rigorosos, que no século passado eram frequentes, alguns dos seus membros começaram a deslocar-se para as águas interiores do rio Tejo, enquanto outros se dedicavam às fainas agrícolas ou empregavam-se em outros trabalhos de terra.

Em março de 1930 foi publicada a primeira brochura turística desenvolvida sobre a praia da Costa (de Caparica), por iniciativa particular de Manuel Agro Ferreira, dando início a uma forte campanha de promoção turística escorada nas qualidades turísticas e medicinais (especialmente na terapêutica infantil), no extenso e limpo areal, nos costumes e tradições, na localização próxima de Lisboa



FIGURA 317 | Pescadores a enrolarem as cordas da rede na Costa da Caparica (c. 1960). Companha do Anjo da Guarda.
Fonte: Postal, coleção Passaporte-Loty n° 64.



FIGURA 318 | Pescadores a prepararem a embarcação para a puxarem para o areal na Costa da Caparica (c. 1960). Companha do Anjo da Guarda.
Fonte: Postal, coleção Passaporte-Loty n° 65.



FIGURA 319 | Pescadores a puxarem o barco para o areal depois de um lance da arte xávega na Costa da Caparica (c. 1960). Companha do Anjo da Guarda.
Fonte: Postal, coleção Passaporte-Loty n° 67.

[124] Esta casa foi a primeira a ser construída com pedra e cal no ano de 1800, e o dono da obra foi o mestre de redes José dos Santos (Santos, 2001, p. 54-55). O edifício viria a receber na sua fachada as armas (brasão) de D. João VI. Durante o século XX foi conhecido como "Casa da Coroa", e, não obstante a sua importância, foi demolida no final do século XX.



FIGURA 320 | Embarcações de pesca profissional varadas no areal da Costa da Caparica em 1962. Em primeiro plano, a embarcação a remos, tipo chata, conhecida como meia-lua, denominada "Nossa Senhora de Fátima", registo n.º TR-676-L, com 4,82 m de comprimento fora a fora, 1,85 m de boca, 0,58 m de pontal, 1,292 de tonelagem bruta, construída pelo carpinteiro naval Marcelino Ferreira no seu estaleiro em Porto Brandão, pelo valor de 2.100$00, a mando de Eduardo Gonçalves, tendo a embarcação sido registada na Delegação Marítima da Trafaria em 15.6.1956, para a pesca local com redes de emalhar e covos. Em 11.12.1978, passou a ser propriedade do marítimo José Carvalho Ferreira, e em 15.07.1983 o registo foi cancelado por a embarcação se ter matriculado na Capitania do Porto de Lisboa sob o n.º LX-289-L (DMT, Livro 3 – Registo de Embarcações de Pesca – 1938/1956 [registos extremos: F-777-F (TR-124-L) e TR-680-L], fl. 596).
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Documento: PT/AMLSB/ABO/000100. Disponível em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=2685976&Mode=M&Linha=1&Coluna=1>. Acedido em 19Out2019. Autor: Luís Filipe de Aboim.



FIGURA 321 | Lado sul da praia da Costa da Caparica, sendo dezenas as embarcações de pesca profissional tipo "meia-lua" varadas no areal, entre os veraneantes, em 16.06.1962.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Artur Inácio Bastos. Documento: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AIB/000383. Disponível em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=295155&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>. Acedido em 19Out2019.

e nos serviços (drogarias, mercearias, talhos, etc.), nas possibilidades de construção de habitação, e, sobretudo, na figura do pescador, nas embarcações tradicionais e na sustentabilidade da arte xávega quando comparada com a destruição produzida pelos vapores, imagem de marca destas praias, turisticamente promovidas com a designação de "praia-milagre" e, mais comum, de "Praia do Sol" (Ferreira, 1930; Ramalho, 1934, p. 9).

Em 14 de julho de 1938, foi constituída a Casa dos Pescadores de Lisboa com seções no Seixal e na Costa da Caparica, tendo a seção da Costa da Caparica sido construída no final de 1939, e durante o ano de 1940.

A escola que antes funcionava num barracão de madeira, sem as mínimas condições, passou para a Casa dos Pescadores, novas instalações assim descritas por um filho da terra: "*instalações novas, muito limpas, tudo a reluzir, um belo refeitório com almoço em todos os dias escolares e banho de água quente ao Sábado. Quem tivesse piolhos, cabelo rapado à escovinha*" (Santos, 2001, p. 58). A criação da casa dos pescadores é justificada pela dimensão da comunidade piscatória, e foi muito importante. Para além de escola tinha refeitório e posto médico, e mais tarde teve maternidade, e dava trabalho a várias pessoas da Costa da Caparica, o que ajudava a mitigar os efeitos da incerteza da vida do mar.

Como referiu Manuel Rosa da Costa, alcunha Manuel Polícia, nascido em 1928, na década de 1940 havia dez artes de xávega na Costa da Caparica, e cada uma tinha entre 35/40 homens, forte componente humana que se justificava pelo trabalho ser braçal. No barco tipo saveiro iam 24 homens, dos quais 20 eram remadores (dez remos, cinco de cada lado, e dois homens por cada remo), um arrais, um espadilheiro (que vai ao leme) e um calador (que largava a rede ao mar e em terra colocava as redes dentro da

embarcação). Os demais homens ficavam em terra e na generalidade tinham a função de alar a rede para o areal, que puxavam com uma selha que colocavam à volta do corpo para fazer força e que era amarrada ao cabo da rede. A rede apanhava principalmente sardinha, cavala, carapau, robalo e lulas, em grande quantidade.

Os homens que andavam na xávega e que iam a bordo largar a rede eram todos naturais da Costa da Caparica, e estavam entre os mais experientes, e os que ficavam em terra vinham do Algarve e outros vinham da região de Aveiro, nomeadamente do Furadouro e Ovar, e durante o tempo que as xávegas trabalhavam ficavam a habitar nas cabanas que havia na Praia, construídas em madeira e com telhado em palha de colmo.

Todos os anos, quando chegava ao mês de outubro, esperavam por um dia de sol para colocarem as redes a secar para a seguir as encalhar na "casa do aparelho", um espaço de arrumos de artes de pesca que se localizava no areal. A este processo designam "encalhar a arte".

Nos invernos longos e agrestes a miséria e a fome instalavam-se, e os pescadores tentavam sobreviver recorrendo a outras formas de sustento. Como refere Santos (2001, p. 60) "*valia tudo donde se pudesse tirar uns peixes pelo menos para o sustento, que se desse para vender algum tanto melhor*". Nas praias apanhavam à mão o que conseguiam para sobreviver.

De entre as várias espécies que abundavam enterradas no longo areal que ia da Cova do Vapor à Costa da Caparica, destaca-se a "caralhampana" (*Panopea generosa*), assim conhecida localmente, também conhecida como o "rei dos mariscos", um molusco bivalve marinho que se evidencia pela morfologia, devido ao grande sifão (órgão responsável pela alimentação) e ao visual exótico



FIGURA 322 | Embarcação de pesca ao serviço de banhos no areal da Costa da Caparica, rodeada de veraneantes (1964). Embarcação tipo chata, a remos, mandada construir por Arlindo Gonçalves, residente na Costa da Caparica, ao carpinteiro naval Marcelino Ferreira, com estaleiro no Porto Brandão, pelo valor de 1.300$00, e foi registada na Delegação Marítima da Trafaria em 29.10.1946, para a pesca local, com a denominação "Eva" e o conjunto de identificação TR-313-L. Tinha 4,45 m de comprimento fora a fora, 1,70 m de boca, 0,51 m de pontal e 1,059 de tonelagem bruta. Em 6.10.1952, passou a ser propriedade da FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), manteve o conjunto de identificação e alterou a denominação para "Tarzan", e passou a dedicar-se ao "serviço de banhos". Foi alocada à antiga Colónia de Férias "Um Lugar ao Sol", inaugurada a 31.07.1938, que foi primeira colónia balnear da FNAT, e a maior colónia de férias do país, e localizava-se na Mata da Caparica, onde é hoje o complexo do INATEL. O registo foi cancelado em 1.11.1986, por a embarcação ter sido "demolida pelo mar" (Cf. Livro III - Evolução Histórica / DMT, Livro 3 - Registo de Embarcações de Pesca - 1938/1956 [registos extremos: F-777-F (TR-124-L) e TR-680-L], fl. 231).



FIGURA 323 | *Panopea generosa*. Molusco bivalve marinho que até à primeira metade do século XX era abundante no areal da Cova do Vapor à Costa da Caparica, onde vivia submerso na areia e era apanhado à mão. Era conhecido pela denominação "Caralhampana". Tanto servia para consumo dos marítimos como para iscar aparelhos de anzol. O sifão que sai da concha serve para escavar a areia e para filtrar a água para retirar nutrientes, e pode chegar a um metro de comprimento. É cultivado de forma intensiva na costa oeste americana, onde se designa "geoduck", para exportação para a China onde é considerado um afrodisíaco e tanto é consumido cru como cozinhado.



FIGURA 324 | Conchas de *Panopea generosa*, molusco bivalve marinho conhecido pela denominação "Caralhampana". A fotografia de cima é de Hugo Ventura, utiliza as conchas a bordo da sua embarcação "Costa Mar", registo n.º TR-1738-L, e a de baixo é de Fernanda Jones Cardoso, apaixonada pela fotografia que numa visita à Cova do Vapor, em 21/12/2019, ficou estupefacta pela concha ser do tamanho da sua sapatilha, e registou o momento.

(a iguaria é considerada um afrodisíaco pelos chineses), e pela sua dimensão, pesa em média um quilo (pode superar os sete quilos) e pode medir mais de um metro de comprimento. Este bivalve que se assemelha a uma amêijoa gigante ajudava a matar a fome ao pessoal do mar, era muito consumido de arroz de cebolada, e também servia para iscar aparelhos de anzol (anzol pequeno), de fundo, dirigidos à captura de robalos e sargos no Mar da Costa. Hoje apenas restam no areal as conchas deste molusco, como se observa nas imagens ao lado.

Perante a dificuldade de operar em águas marítimas no período invernal, para alguns a pesca prosseguia no rio Tejo desde finais de outubro até ao mês de São João (24 de junho), e depois voltavam para a arte xávega. Para outros o destino eram as fainas agrícolas, ou outros trabalhos em terra durante o inverno. Outros havia que viviam da apanha de marisco na maré baixa, como a cadelinha e o lingueirão (Santos, 2001, p. 65, 60-61).

Em suma, a principal pescaria era em águas oceânicas, era nisso que esta comunidade era especializada, e o rio Tejo era um complemento de inverno para quando não podiam trabalhar no Mar da Costa.

No rio Tejo utilizavam pequenas embarcações tipo chatas, em média com três metros de comprimento fora a fora (CFF), de propulsão a remos (cada uma tinha dois remos), e tripuladas por três ou quatro marítimos.

A deslocação das chatas para o rio Tejo era feita de duas formas: por mar, quando era manso, ou por terra, transportadas em cima de uma carroça.

As chatas ficavam junto onde é hoje a Ponte da Nato, à entrada do rio. Notar que muitos os armadores tinham um saveiro para a costa e um bote (ou chata) para o rio.

Na década de 1940 seriam entre dez a vinte as chatas que no inverno iam operar para o rio Tejo. Utilizavam como artes principais o chinchorro, rede com mais de 20 braças que capturava como espécies principais a faneca, o linguado, o tapante (como chamavam o linguado pequeno) e o camarão negro, a tarrafa para capturar peixe de superfície, a rede de emalhar da sardinha conhecida como "malha", ou "rede sardinheira", o arrasto de vara, arte que designavam por tartaranha e que era dirigida ao camarão e tinha como espécie acessória o linguado, o corricão (corrico) com que capturavam peixes predadores, como robalo, cavalas, peixe-agulha, corvinas entre outros, e a rede de pé para capturar a tainha-garrento e a tainha-olhalvo, na enseada que na altura se formava à frente da antiga fábrica de dinamite, onde é hoje a Ponte da Nato.

No rio Tejo operavam entre o Montijo e o Barreiro, faziam pescarias junto à Casa Branca, mas a sua principal zona de pesca era na foz do rio Tejo, por uma questão de vizinhança.

Nas xávegas trabalhavam homens e mulheres, mas apenas os homens iam ao mar, as mulheres ficavam a fazer trabalhos de terra. Quando chegava o inverno e se tornava impossível a pesca com a arte xávega, apenas os homens iam operar para o rio Tejo.

Nesta altura vivia-se muito mal, andavam descalços, a roupa era simples, mas resistente ao frio, e muitas vezes comiam farinha de milho temperada com banha.

Na primeira metade do século XX, uma grande parte da mão-de-obra que operava nas xávegas da Costa trabalhava na agricultura, e ainda havia outras pessoas que vinham de outras zonas do país, e que permaneciam a viver nas barracas da companha durante o verão, e por isso se chamavam "Os Barraqueiros". Cada companha das xávegas chegava a ter até dez "barraqueiros". Na década de 1960 estas barracas das companhas foram demolidas, e os indivíduos que perderam o acolhimento deixaram de vir trabalhar para as xávegas.

O desaparecimento da barreira natural, que era a língua de areia que ligava a Cova do Vapor ao Bugio, possibilitou o avanço do mar sobre a Praia da Costa, originando catástrofes, e para conter o avanço foi construída uma muralha com espigões pela água adentro (Soares, 1976a, p. 4-5). No inverno de 1968, o mar da Caparica chegou à Vila dos Pescadores, à Igreja Velha, numa altura em que já estavam construídas as muralhas. Nesta altura o mar de inverno era muito perigoso, mais do que é hoje.



FIGURA 325 | Pescadores a transportarem para a embarcação as cordas (cabos) da arte xávega na Costa da Caparica (c. 1960). Companha do Anjo da Guarda. Fonte: Postal, coleção Passaporte-Loty n° 57.



FIGURA 326 | Pescadores a arranjar as redes na Praia da Caparica, ao lado da embarcação "Luz do Dia".
Fonte: Jornal de Almada, Ano XXI, n.º 1159, de 1 de novembro de 1975, p. 1.

Em 27 de agosto de 1946, foi lançado o concurso para a construção do bairro dos pescadores da Caparica, que começou a construído ainda nesse ano, tendo como arquiteto João Guilherme Faria da Costa. O bairro foi inaugurado em 1 de abril de 1962, efeméride em que estiveram presentes altas individualidades do Estado de então, nomeadamente o Almirante Henrique dos Santos Tenreiro e o Presidente da Câmara Municipal de Almada.

Pelo Decreto n.º 37301, de fevereiro de 1949, foi criada a freguesia da Costa da Caparica, e em 1979, por sua solicitação, a Direção Geral de Portos construiu uma rampa de encalhe de embarcações, uma obra desejada pelos pescadores da freguesia e que lhes permitia a movimentação das embarcações de pesca em condições de segurança (Jornal de Almada, Ano XXV, n.º 1480, de 5 de outubro de 1979, p. 7).

Na década de 1960, os pescadores capariicanos deixaram de fazer a pesca da sardinha com a "malha" no rio Tejo, tal como as demais comunidades piscatórias, e, mais tarde, mas na mesma década, substituíram o arrasto de vara pelas redes de emalhar. Na década seguinte o chinchorro foi proibido no rio Tejo, e os pescadores deixaram de o utilizar.



FIGURA 327 | Embarcações tipo "meia-lua" de pesca profissional varadas no areal da Costa da Caparica, em 16.06.1962. Em primeiro plano, a embarcação "?", conjunto de identificação n.º TR-31-L, e ao lado, a embarcação "Senhora do Cabo", conjunto de identificação n.º TR-707-L, tipo chata, a remos, registada na Delegação Marítima da Trafaria em 8.2.1957, mandada construir por José Henrique Xavier Luís, residente na Costa da Caparica, ao carpinteiro naval Marcelino Ferreira com estaleiro no Porto Brandão pelo valor de 2.100$00, para a pesca local, com 4,85 m de comprimento fora a fora, 1,87 m de boca, 0,58 m de pontal, e 1,31 de tonelagem bruta. Em 10.3.1967, passou a embarcação a ser propriedade de António Rosa Barros, residente na Costa da Caparica, e alterou o nome para "Cessaltina". Em 2.5.1966, passou a ser propriedade de Manuel Rosa Lopes. Em 29.4.1966, montou um motor fora de borda de 6 hp, e em 10.03.1967 deixou de ser motorizada, tendo o motor sido vendido para outro barco. Em 4.12.1967, passou a ser propriedade de José Pina de Matos, e em 30.03.1970 passou a ser propriedade de Júlio Pereira Célica e passou a denominar-se "Maria Olga" (DMT, Livro 4 – Registo de Embarcações de Pesca – 1956/1977 [registos extremos: TR-681-L e TR-978-L], fl. 27-27v).
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AIB/000381. Autor: Artur Inácio Bastos.

Em 13 de setembro de 1973, o pescador Manuel Manata, de 82 anos, um dos mais antigos pescadores da Costa da Caparica, que começou na pesca aos 15 anos, em entrevista à RTP - Rádio e Televisão de Portugal referiu existirem mais de cem pescadores nesta comunidade, indicou que a principal pesca era a do carapau, relatou a falta do peixe nos meses de setembro e outubro, e evidenciou preocupação com o futuro da atividade, por ser perigosa, pouco estável e mal remunerada, e por isso mesmo pouco atrativa para os mais novos (Costa, 1973, min. 6:39-9:00).

Pelo 25 de Abril de 1974, eram treze as artes xávegas a funcionar na Costa da Caparica que ocupavam a linha de praias desde a Praia Nova até à Praia do Rei. No verão, de junho até outubro/novembro, pescavam com o sol (durante o dia) à lula, uma das pescas mais lucrativas desta altura. Quando não havia lula pescavam de noite ao carapau. Nesta altura não havia cavala, apenas aparecia em agosto e desaparecia logo a seguir, e só a partir de 1989 é que começou a ser frequente nas pescarias da xávega no Mar da Costa da Caparica.

No final do verão os armadores encalhavam as xávegas para ir trabalhar com outras artes para o rio Tejo e para a lagoa de Albufeira, o que faziam por questões meteorológicas e devido ao estado do mar. Continuavam a possuir uma embarcação para a xávega (de bicas) e simultaneamente uma chata para pescar dentro do rio Tejo, o que já era tradição, onde operavam entre fevereiro e março com redes de três panos de fio de nylon para capturar chocos, linguados e solhas (as solhas eram grandes, de quilo), e entre setembro/outubro e janeiro com piteira para capturar polvo e com rede de um pano de fio de nylon para capturar robalo, douradas e alcorrazes, entre outros. Por esta altura seriam cerca de 25 as embarcações de pesca profissional, tripuladas individualmente por dois ou três marítimos, que iam pescar para o Tejo. Manuel Rosa da Costa, alcunha Manuel Polícia, hoje o arrais mais antigo ainda vivo na comunidade, tinha três chatas de pesca profissional, e também ia pescar para o rio Tejo. As embarcações ficavam varadas em terra junto à Ponte da Nato, e nunca na água. O peixe era transportado às costas em canastras de verga, e quando era muito, era transportado em carroças. Para a lagoa de Albufeira iam quatro embarcações por terra, transportadas em camionetas, cada uma tripulada por cerca de oito marítimos, e operavam a arte do chinchorro para captura de enguias. Muitos dos pescadores das companhas que não tinham cabimento nas tripulações que iam para o rio Tejo ou para a Lagoa de Albufeira, empregavam-se em atividades em terra durante o inverno, geralmente na agricultura e na construção civil no concelho de Almada.

De entre os marítimos que nesta altura, meados da década de 1970, iam operar para o estuário do rio Tejo e de que os vivos ainda se recordam, maioritariamente, pelas alcunhas estão Pedro Olímpio, Zê Moleiro, Zê Braço, Avelino, Guilherme, Lídio Galinho, Cavalinha, Vesceslau e o irmão José de Barros, alcunha José do Barrote, Artur Gaipiro, Zé da Paula, Manuel Polícia, Artur da Balina, Moisés, Zé do Nê,

Mário Lazaro, alcunha Cabeçana, Leo, Carlos, Cabacinho, Zé China, João Sanona, Toino Algarvio, Carlos Alberto, Gato, Manecas, Corvo, Toino da Lida, Ramiro, João Pedro, Toino Boga, Benjamin das Pedras, Malinha, Capela, Francisco da Bernardina, Cebola Velho, António Gomes Salgado Gonçalves, alcunha Tô da Bia, pai do atual mestre António Augusto dos Santos Gonçalves, Isidoro Lourenço, irmão de Luís Maria Lourenço, ambos conhecidos pela alcunha Parte Nozes (o primeiro é pai de José Duarte Lourenço Gonçalves, conhecido pela alcunha Cacete, hoje arrais de pesca), e, por fim, os irmãos Marciano Peralta, alcunha Coxo da Sabina, Alfredo Peralta, alcunha Pescaria, e José Peralta, alcunha Zê Terilha. O António Parro (alcunha) pescava ao corricão para capturar robalos e sargos à borda de água, e o João Gonçalves, também conhecido por João da Ana Rita, era um grande mestre de redes.



FIGURA 328 | Manuel Rosa da Costa, nascido em 1928, alcunha Manuel Polícia, residente no Bairro dos Pescadores, começou a andar na pesca na arte xávega aos oito anos e só parou quanto tinha 90 anos. Foi arrais de várias xávegas e também trabalhou na pesca no rio Tejo, e é hoje o arrais vivo mais antigo. Costa da Caparica, em frente à porta de sua casa, em 03.08.2019.

No final da década de 1970 e na década de 1980, a Costa da Caparica cresceu desenfreadamente e desarmoniosamente, e foi quando mais embarcações de pesca da Costa da Caparica foram operar para o rio Tejo utilizando o tresmalho de fio (nylon branco)[125] para capturar o linguado e a solha. Logo depois esse número diminuiu, e hoje está estabilizado.

No final da década de 1980, início da década de 1990, deu-se início a um amplo processo de abate de embarcações a troco de um subsídio, e com isto reduziu substancialmente o número de artes (cada barco é uma arte xávega). Os armadores e arrais da Costa da Caparica, aqueles que não procuraram o conforto de um emprego estável na Transtejo, atual refúgio de arrais de pesca, e que não trabalhavam como nadadores salvadores nas praias da Costa da Caparica, começaram a mandar construir barcos de casco em madeira de fundo chato e boca aberta e popa de painel, que tanto davam para trabalhar no rio com na ZEE Portuguesa, alterando por completo a matriz socioeconómica e cultural de décadas da pesca realizada pela comunidade caparicana.

Passou-se de uma pesca em companha, na arte xávega, para uma pesca mais solitária, em que as embarcações são tripuladas por dois ou três marítimos e operam a maior parte do ano no estuário do rio Tejo, e quando o tempo permite nas águas oceânicas da zona de entrecabos. Utilizavam as artes de pesca habituais.

Em 2009, foi concluída a obra de relocalização e construção de instalações de apoio à pesca (espaço de arrumos de artes e aprestos de pesca) na frente urbana de praias na Costa da Caparica, em frente da Praia Nova, no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica.

No início desta década, para além dos embargos provocados pelas condições meteorológicas e pelo estado do mar, e dos próprios condicionalismo na época balnear que só lhes permite avançar com os tratores e largar a rede no mar depois das 18h30 (para garantir o bem-estar dos veraneantes e dos concessionários), o fim da antiga doca de pesca de Pedrouços trouxe um novo condicionalismo porque era a única lota aberta durante a noite, onde os marítimos podiam levar o pescado a qualquer hora, o que permitia que a pesca se prolongasse pela noite dentro (o que não era possível no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), em Loures).

Em 7 de fevereiro de 2017, por Despacho da Diretora-Geral do Património Cultural, a arte xávega da Costa da Caparica foi inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, processo que teve início numa proposta elaborada pelo Centro de Arqueologia de Almada e apresentada pelo Município (Anúncio n.º 14/2017, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 34, de 16 de fevereiro de 2017).

Em 2018, eram apenas cinco as embarcações habilitadas para a arte xávega na Costa da Caparica (ZEE Portuguesa – FAO 27), uma atividade claramente em decadência pela dificuldade em contratar

[125] Os marítimos diferenciam "fio de nylon" e "seda" (fio de pesca branca).



FIGURA 329 | Embarcações de pesca varadas na Praia Nova, em frente ao espaço de arrumos de artes de pesca, na Costa da Caparica, em 30.07.2019.



FIGURA 330 | Zona dos arrumos de aprestos e artes de pesca da Costa da Caparica, em 15.07.2019.

pessoal (isto apesar de já ser mecanizada), e nenhuma delas tinha, em simultâneo, licença para águas interiores do rio Tejo. Mas tinham uma vantagem, é que as condições climatológicas e do estado do mar têm vindo a ser menos rudes no inverno, o que permite a estas embarcações dar lances de xávega em dias de inverno, algo que era impensável de acontecer no século passado. E se isso não fosse suficiente, pelo menos uma destas artes xávegas é de dois irmãos que têm uma segunda embarcação com casco em fibra de vidro com licenças do rio, e quando chega ao inverno encalham a embarcação com a licença da arte xávega e vão operar com a outra embarcação para o rio Tejo.

No oposto, havia na comunidade dezasseis embarcações habilitadas com licença de pesca para a águas oceânicas e ao mesmo tempo para águas interiores do rio Tejo, e na sua larga maioria operavam dentro do rio. Existe uma grande complementaridade entre a pesca no rio, também em decadência, e a pesca da arte xávega. A maior parte dos arrais e pescadores trabalham no rio pela manhã, e durante a tarde/noite vão trabalhar para as artes xávegas, muitas vezes pertença de familiares, sendo de destacar que é uma comunidade onde ainda existe forte relação de parentesco, sendo muito deles primos, irmãos e sobrinhos.



FIGURA 331 | Vista aérea da zona dos arrumos de artes e aprestos de pesca da Costa da Caparica, em 22.09.2015.

A comunidade piscatória da **Fonte da Telha**, localizada no extremo sul do concelho de Almada, é a que menos realiza pesca no rio Tejo, sendo maioritariamente constituída por embarcações que operam com redes de emalhar de um pano e tresmalho na ZEE Portuguesa – FAO 27. Por não ter tradição de pesca no rio Tejo, apenas lhe vamos fazer pequena referência.

A Fonte da Telha partilhou a sua sorte com a Costa da Caparica, e começou por ser uma pequena póvoa de pescadores que habitavam inicialmente em barracas designadas de "Barraca de estorno". No século XVIII eram portos naturais em costa baixa, onde se fixaram pescadores vindos da região do Algarve e da ria de Aveiro, e a Trafaria era classificada como um porto fluvial.

As barracas na Fonte da Telha terão começado no início da década de 1970, e avançaram de forma absolutamente descontrolada após o 25 de Abril de 1974, ocupando uma vasta área territorial pertença do domínio público. A pesca era uma das poucas fontes de rendimento de quem vivia neste aglomerado isolado e sem condições mínimas de habitabilidade, sendo que as barracas eram construídas não por pescadores, mas por quem queria se misturar entre eles para desfrutar da praia no período do verão. Algumas mulheres ajudavam os maridos na pesca, mas eram poucas, e apenas uma tinha cédula marítima (Pereira, 1977, min. 8:20-8:30).

Nos últimos 50 anos aumentou a dimensão turística da Fonte da Telha, de forma diametralmente oposta à atividade pesqueira, que decresceu de forma abrupta. Já durante este século chegaram a ser cinco as artes da xávega, e durante o ano de 2018 eram apenas três as embarcações licenciadas com a arte xávega, e em atividade: a do Retornado, a do Cabrita e a do Marinho (alcunhas dos proprietários das artes, nomes pelo qual são conhecidas localmente). As principais espécies capturadas pelas artes eram a sardinha (*Sardina pilchardus*), a cavala (*Scomber japonicus*) e o carapau (*Trachurus trachurus*), espécies que devem representar cerca de 97% das capturas. Como pesca acessória, a tripulação da embarcação "Mãe há só uma", registo



FIGURA 332 | "Barraca de estorno", Fonte da Telha, Lisboa.
Fonte: Fernando Galhano e Benjamim Pereira, Fonte: https://nabiae.blogspot.com/2017/04/blog-post_29.html (25.10.2019).



FIGURA 333 | Barcos de pesca, em primeiro plano, e construções abarracadas, em segundo plano, na Fonte da Telha, em 13.12.1977.
Fonte: Pereira, 1977, 18 min 47 seg. (filme).



FIGURA 334 | Pescador a remendar um tresmalho em polifilamento na Fonte da Telha.
Fonte: Costa & Franca, 1984b, figura 57.







FIGURA 335 | Embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L, propriedade de António Fernando de Oliveira Marques da Silva, alcunha Retornado, no areal da Fonte da Telha, em 5.08.2019.

n.º TR-1643-L, no início de agosto de 2014, num lance pelas 22h00, capturou junto com as cavalas um tubarão-anequim (*Isurus oxyrinchus*), também conhecido por tubarão-sardo, espécie que enfrenta ameaça de extinção.

Este território vive hoje essencialmente do turismo, beneficiando do extenso areal do qual se observa a imponente arriba fóssil, uma área de paisagem protegida pela sua riqueza natural, contribuindo a pesca artesanal com a arte xávega, que se costuma praticar entre março e outubro, para dinamizar a indústria do turismo.

Em 2018, nesta comunidade piscatória houve 18 embarcações licenciadas para a pesca e que fizeram rol de tripulação, já incluindo as três embarcações com licença para a arte xávega, todas as embarcações adaptadas às condições mais adversas do mar, a saber: "Terras das Costa", registo n.º TR-1374-L, propriedade de Paulo Rogério de Sousa Alves, "Paula Helena", registo n.º TR-1383-L, propriedade de Evaristo dos Santos Silva, "Nautilus", registo n.º TR-1468-L, propriedade de Jorge Martins Figueiredo, "Suzijoão", registo n.º TR-1510-L, e "Requeime", registo n.º TR-1622-L, ambas propriedade de Mário Martins Figueiredo, "Huguinho", registo n.º TR-1531-L, e "Sãozinha", registo n.º TR-1728-L, ambas propriedade de Maria Júlia Martins Figueiredo Duarte, "Praia do Sol", registo n.º TR-1588-L, propriedade de Ricardo Rafael Damas Duque, "Elisabete", registo n.º TR-1606-L, propriedade de Mário José Lourenço Lopes, "Bruna Filipa", registo n.º TR-1611-L, propriedade de Vítor Manuel Diogo, "Lobo do Mar", registo n.º TR-1625-L, propriedade de Gracinda Maria Martins da Silva e Fernando da Silva Costa, "Mãe há só uma", registo n.º TR-1643-L, propriedade da empresa Armando, Raimundo & João - Pesca Marítima, Lda., "Pedro Faustino", registo n.º TR-1653-L, propriedade de Rogério Paulo Xavier Faustino, "Amor de Pai", registo n.º TR-1664-L, propriedade de Carlos Brites Luís, "Luvita", registo n.º TR-1667-L, propriedade de Virgílio Rodrigues da Silva, "Miguel", registo n.º TR-1741-L, propriedade de Manuel Joaquim da Costa Duque, e "Claudinha", registo n.º TR-1735-L, propriedade de Ousuraida Maria Juliana Mendonça Pinto Salgueiro da Silva, governada por António Fernando de Oliveira Marques da Silva, alcunha Retornado[126], com 62 anos, seu marido, que é também proprietário da embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L, única embarcação desta comunidade com licenças de pesca para águas oceânicas e, em simultâneo, para o rio Tejo.

[126] A alcunha advém de ter nascido em Benguela (Angola). O casal partilha a residência na Fonte da Telha e no Algarve, onde também tem uma arte.

III.2.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.

A frota de pesca local almadense, que no passado teve uma grande dimensão pelo vigor da pesca costeira realizada pelos marítimos da Trafaria, Costa da Caparica e da Fonte da Telha, continua a ser a mais expressiva e também a mais dispersa do estuário do rio Tejo, espraiando-se na margem ribeirinha do espaço concelhio em dez agrupamentos piscatórios. É deste concelho que saíram pescadores, arrais e várias embarcações para aprovisionar a frota de pesca local das várias comunidades piscatórias da margem sul do Tejo, desde Almada até Alcochete. Todas as comunidades piscatórias da margem sul do Tejo têm na sua constituição pelo menos um marítimo oriundo de Almada, que na maior parte das vezes são proprietários e armadores das suas embarcações. É, de facto, o principal polo de pesca do rio Tejo, seguido pelas comunidades avieiras.

Em 2018, havia neste concelho 71 embarcações registadas na pesca local com licença para operar no estuário do rio Tejo, a maior parte delas registadas na Delegação Marítima da Trafaria, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), e destas apenas oito não tinham, em simultâneo, licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27). A listagem de embarcações registadas na pesca local e com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, em 2018, consta no final deste subcapítulo, com a indicação das comunidades piscatórias a que pertencem, e dos proprietários, armadores e marítimos em função a bordo de arrais. Para além destas embarcações, outras trinta foram habilitadas neste ano com licença de pesca apenas para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente (FAO 27), e contámos quase noventa embarcações encalhadas pelas margens ribeirinhas, sobretudo na Trafaria, a maior parte em mau estado de conservação, muitas delas penhoradas em processos que ainda decorrem do tempo da apanha de amêijoa-macha na foz do rio, com a arte de arrasto da ganchorra manobrada com sarilho (classe A e B), cujas licenças de pesca atribuídas a essas embarcações podem um dia vir a reforçar a frota local (Cf. Apêndices 2 e 3 do Livro I - Tese).

Focando nas embarcações que tiveram licença para operar no rio Tejo, objeto deste estudo, de W para O contam-se cinco no Caramujo, no fundeadouro municipal da Mutela, das quais quatro tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, cinco em Cacilhas, das quais quatro tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, seis no Olho de Boi, nas instalações da antiga Companhia Portuguesa de Pesca, e todas tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, uma na Tagol junto à Sovena Oilseeds Portugal, onde antes funcionava a fábrica da Palença, e uma outra na Banática, junto ao terminal de líquidos da Shell, ambas em simultâneo com licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, três no Porto Brandão, que ficam amarradas ao batelão da Transtejo, das quais duas tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, 27 na Trafaria, no ancoradouro junto à Delegação Marítima da Trafaria, das quais apenas cinco não tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, seis na Cova do Vapor, que apenas serve de abrigo para embarcações de pesca, e todas tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, 16 embarcações na Costa da Caparica, que ficam encalhadas no areal da praia Nova (quando não andam no rio Tejo, e nessas alturas amarram onde conseguem), e todas tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, e apenas uma na Fonte da Telha, embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L, que tinha também licenças para operar em águas oceânicas.

Das 71 embarcações com licença em 2018 para o rio Tejo, inquirimos 60, a que corresponde a taxa global de inquirição de 85%. Em pormenor, inquirimos a 100% todas as comunidades piscatórias de Almada, com exceção da comunidade da Trafaria, onde das 27 embarcações apenas inquirimos 16, o que corresponde uma taxa de 59%. A reduzida taxa de inquirição na Trafaria, justifica-se pelo facto de aí ter sede uma célula organizada e de grande dimensão de embarcações registadas na pesca local e que operam quotidianamente ao arrasto com ganchorra a reboque dirigido à amêijoa-japonesa no estuário do rio Tejo em frente a Lisboa Oriente, junto à Ponte Vasco da Gama, de ambos os lados, e em frente a Alcochete. Estas embarcações não têm qualquer outra atividade e será de questionar qual o preceito legal que lhes permite continuar a laborar. Os seus arrais não se mostram muito acessíveis, o que se percebe dada a ilegalidade em que vivem, mas também duvidamos que pudessem acrescentar algo de relevante a este estudo. Os marítimos de referência da comunidade piscatória da Trafaria, reconhecidos pelos pares, nomeadamente o Sr. José Domingos da Encarnação Arrábida, arrais da embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L, o Sr. César Augusto Martins Lopes, arrais da embarcação "Bia", registo n.º TR-1654-L, o Sr. António José Ferreira Pinto, arrais da embarcação "Vendaval",

registo n.º TR-1536-L, o Sr. João José Martins Borges, arrais da embarcação "Filipa", registo n.º TR-1452-L, o Sr. Rui Filipe da Silva Fonseca, arrais da embarcação "Poita", registo n.º TR-1659-L, o Sr. Luís Manuel Lucas Marques, arrais da embarcação "Proas", registo n.º TR-1694-L, e outros que pediram anonimato, foram inquiridos.

A seguir vamos analisar as respostas dos arrais das 60 embarcações inquiridas, mas quanto à frota, especificamente quanto ao porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, que analisamos neste subcapítulo, vamos apresentar os dados das 71 embarcações de pesca local que tiveram licença de pesca para o ano de 2018 (a totalidade da frota), e não apenas as 60 embarcações que inquirimos, dados que obtivemos da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese).

A frota de pesca local almadense está maioritariamente registada na Delegação Marítima da Trafaria (92,96%), o que se justifica por questões históricas e pela proximidade territorial, mas existem algumas embarcações registadas na Capitania do Porto de Lisboa (4,23%), duas a operaram na comunidade piscatória do Caramujo e uma terceira na Banática, e ainda existem mais duas embarcações, uma registada na Delegação Marítima do Barreiro (1,41%), que frequentemente se observa encalhada no areal da Praia da Trafaria, mesmo em frente à Delegação Marítima da Trafaria (e que não foi possível inquirir), e uma outra na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira (1,41%), que opera na comunidade de Olho do Boi.

Na tabela ao lado apresenta-se para cada uma das dez comunidades piscatórias almadenses, os dados referentes às respostas dos 60 arrais sobre os locais onde fundeiam as embarcações a maior parte do ano.

Para facilitar a leitura, em primeiro identificamos a comunidade piscatória, a negrito, e ao lado colocamos - dentro de parênteses - quanto as embarcações da comunidade representam em percentagem no total do concelho, e logo a seguir, com ligeiro avanço, os locais onde as embarcações fundeiam a maior parte do ano, e, ao lado, a percentagem que representa na própria comunidade piscatória. Ou seja, o total de cada comunidade está sempre subordinado aos 100% do concelho.

Apenas os arrais da comunidade da Costa da Caparica deixam as embarcações fora da sua comunidade, em vários locais (18,75% na Cova do Vapor, 18,75% na doca de Pedrouços e 56,25% na Trafaria), o que se justifica pela inexistência nesta comunidade de qualquer infraestrutura portuária de apoio, apenas o areal da Praia Nova para varar as embarcações, processo que obriga a um trator para auxiliar a saída e a entrada das embarcações na água, de que não dispõem.

A comunidade piscatória da Trafaria dispõe de um abrigo e de um cais, e as embarcações ficam amarradas em poitas, ainda que, diga-se, seja pouco seguro em alturas de mau tempo. Como tal, a embarcação que utiliza o abrigo do Caramujo (3,70%) não o faz por falta de condições na Trafaria, mas porque opera todo o ano na apanha de amêijoa-japonesa ao arrasto com ganchorra, e no Caramujo fica mais escondido e mais próximo da área de operação (Mar da Palha). Notar que as embarcações da Trafaria que não foram inquiridas (40,74%) também se dedicam todo o ano na apanha de ameijoa-japonesa, daí a dificuldade em falar com a tripulação, e não foram observadas nem em poitas nem varadas em praias, pelo que é provável que utilizem zonas ribeirinhas não vigiadas mais para montante para encostar e retirar a amêijoa.

Comunidades piscatórias / Locais frequentes de fundeio	
Banática	**(1,41%)**
Banática	100,00%
Cacilhas	**(7,04%)**
Cacilhas	100,00%
Caramujo	**(7,04%)**
Caramujo	100,00%
Costa da Caparica	**(22,54%)**
Costa da Caparica	6,25%
Cova do Vapor	18,75%
Doca de Pedrouços	18,75%
Trafaria	56,25%
Cova do Vapor	**(8,45%)**
Cova do Vapor	100,00%
Fonte da Telha	**(1,41%)**
Fonte da Telha	100,00%
Olho de Boi	**(8,45%)**
Olho de Boi	100,00%
Porto Brandão	**(4,23%)**
Porto Brandão	100,00%
Tagol	**(1,41%)**
Tagol	100,00%
Trafaria	**(38,03%)**
Caramujo	3,70%
Trafaria	55,56%
Não inquiridos	40,74%
Total Geral	**100,00%**

Ao nível das características técnicas das embarcações de pesca, observou-se que a média de idades das embarcações é de 16,04 anos, sendo a embarcação "Fola" (TR-1712-L) a mais antiga, foi construída em 1956, e as embarcações "Sandra" (LX-380-L) e "Petra e Pilar" (TR-1747-L) as mais recentes, foram construídas em 2018. Como se observa no quadro seguinte, 88,73% da frota de pesca local do concelho de Almada tem entre 0 e 24 anos, sendo que desta 56,34% tem entre 10 e 19 anos. A frota com mais de 25 anos apenas representa 11,27%, o que não se pode considerar uma frota envelhecida.

Idade (anos)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
[0-4]	1,41%	2,82%	0,00%	4,23%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	0,00%	2,82%	12,68%
[5-9]	0,00%	1,41%	0,00%	2,82%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,23%	8,45%
[10-14]	**0,00%**	**0,00%**	**1,41%**	**5,63%**	**5,63%**	**1,41%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**11,27%**	**25,35%**
[15-19]	**0,00%**	**1,41%**	**2,82%**	**8,45%**	**1,41%**	**0,00%**	**5,63%**	**1,41%**	**0,00%**	**9,86%**	**30,99%**
[20-24]	0,00%	1,41%	1,41%	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	4,23%	11,27%
[25-29]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	0,00%	1,41%	2,82%
[30-39]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%
[40-49]	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	4,23%
>50	0,00%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	2,82%
Total	**1,41%**	**7,04%**	**7,04%**	**22,54%**	**8,45%**	**1,41%**	**8,45%**	**4,23%**	**1,41%**	**38,03%**	**100,00%**

A capacidade de pesca da frota almadense é de 129,62 GT, que corresponde a 1,36 GT na Tagol, 2,6 GT na Banática, 2,86 GT na Fonte da Telha, 4,36 GT no Porto Brandão, 6,15 GT em Cacilhas, 8,66 GT no Olho de Boi, 8,95 GT no Caramujo, 13,76 GT na Cova do Vapor, 36,91 GT na Costa da Caparica e 44,01 GT na Trafaria. Mais de 60% da frota tem até 2 GT de arqueação, e apenas 4,23% tem mais de 3 GT, como se observa no quadro seguinte. Destaque para a Cova do Vapor que têm várias embarcações com arqueação de 2,5 a 3 GT, e para a Costa da Caparica que também têm várias embarcações que têm autorização para operar no rio Tejo entre 2 e 3 GT. No global, a arqueação média é de 1,83 GT, sendo a máxima de 3,43 GT (embarcação "Petra e Pilar", TR-1747-L), e a mínima de 0,4 GT (embarcação "Fola", TR-1712-L).

Arqueação (GT)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
[0,0-1,0]	0,00%	1,41%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	0,00%	0,00%	5,63%	11,27%
]1,0-1,5]	**0,00%**	**4,23%**	**1,41%**	**1,41%**	**1,41%**	**0,00%**	**2,82%**	**2,82%**	**1,41%**	**11,27%**	**26,76%**
]1,5-2,0]	**0,00%**	**1,41%**	**1,41%**	**4,23%**	**1,41%**	**0,00%**	**1,41%**	**1,41%**	**0,00%**	**11,27%**	**22,54%**
]2,0-2,5]	0,00%	0,00%	2,82%	8,45%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,63%	18,31%
]2,5-3,0]	1,41%	0,00%	0,00%	5,63%	4,23%	1,41%	1,41%	0,00%	0,00%	2,82%	16,90%
>3,0	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	4,23%
Total	**1,41%**	**7,04%**	**7,04%**	**22,54%**	**8,45%**	**1,41%**	**8,45%**	**4,23%**	**1,41%**	**38,03%**	**100,00 %**

A potência propulsora principal é de 2.325,31 kW, que corresponde a 36,8 kW na Banática e igual potência na Tagol, a 44,1 kW na Fonte da Telha, a 95,6 kW no Porto Brandão, a 158,2 kW em Cacilhas, a 169,71 kW no Caramujo, a 198,6 kW no Olho de Boi, a 220,58 kW na Cova do Vapor, a 554,13 kW na Costa da Caparica e a 810,89 kW na Trafaria, conforme gráfico a seguir. A potência média é de 32,75 kW, sendo a máxima de 44,7 kW ("Tritão", TR-1435-L) e a mínima de 3,73 kW (embarcação "Fola", TR-

1712-L). Como se observa no quadro seguinte, 92,96% das embarcações têm instalada uma potência principal igual ou superior a 20,00 kW, e desta 76,06% tem instalada potência entre 20,00 e 39,99 kW, grupo mais representativo. As embarcações com potência principal acima de 40 kW representam 16,90%, valor que é constituído por 5,63% da Trafaria, 5,63% da Costa da Caparica, 2,82% do Caramujo, e 1,41% da Cova do Vapor e valor igual da Fonte da Telha. Importa notar que os números receberem influências da frota da comunidade da Trafaria, e também da comunidade da Costa da Caparica, que estão em maior número. Como se observa no gráfico seguinte, 18,31% e 9,86%, respetivamente, têm instalada potência principal compreendida entre 20,00 e 29,99 kW, e apenas 9,86% e 7,04%, respetivamente, têm instalada potência compreendida entre 30,00 e 39,99 kW. A Cova do Vapor volta a merecer destaque porque a maior parte da sua frota tem instalada potência compreendida entre 30,00 e 39,99 kW.

Potência Principal (kW)	**COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA**										**Total**
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
[0-9,99]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	2,82%
[10,00-19,99]	0,00%	1,41%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,41%	4,23%
[20,00-29,99]	**0,00%**	**1,41%**	**1,41%**	**9,86%**	**1,41%**	**0,00%**	**4,23%**	**2,82%**	**0,00%**	**18,31%**	**39,44%**
[30,00-39,99]	**1,41%**	**4,23%**	**1,41%**	**7,04%**	**5,63%**	**0,00%**	**4,23%**	**1,41%**	**1,41%**	**9,86%**	**36,62%**
>40,00	0,00%	0,00%	2,82%	5,63%	1,41%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	5,63%	16,90%
Total	**1,41%**	**7,04%**	**7,04%**	**22,54%**	**8,45%**	**1,41%**	**8,45%**	**4,23%**	**1,41%**	**38,03%**	**100,00%**

A potência do motor auxiliar é de 436,89 kW, que corresponde a 7,3 kW na Fonte da Telha, a 22,1 kW na Banática e igual potência no Olho de Boi, a 29,4 kW no Caramujo, a 58,9 kW na Cova do Vapor, a 118,03 kW na Trafaria e a 179,6 kW na Costa da Caparica, conforme gráfico a seguir. A potência média é de 6,15 kW, sendo a máxima de 36,8 kW, observada nas embarcações "Matutage" (TR-1630-L) e "Meu Velho" (TR-1701-L), e a potência mínima de 7,03 kW, observada na embarcação "Quer é Peixe" (TR-1585-L). Importa salientar que 54 das 71 embarcações não têm instalada qualquer potência auxiliar, e que a potência auxiliar máxima observada nas duas embarcações referidas, representa um caso isolado, porque a potência auxiliar mais comum está compreendida entre 0 e 9,99 kW, que representa 77,46% das embarcações, e a potência acima de 10 kW representa 22,54%, como se observa na tabela seguinte, sendo que desta acima de 20,00 kW apenas existem duas embarcações, as referidas.

Potência Auxiliar (kW)	**COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA**										**Total**
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
[0-9,99]	0,00%	7,04%	5,63%	12,68%	5,63%	1,41%	7,04%	4,23%	1,41%	32,39%	77,46%
>10,00	1,41%	0,00%	1,41%	9,86%	2,82%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	5,63%	22,54%
Total	**1,41%**	**7,04%**	**7,04%**	**22,54%**	**8,45%**	**1,41%**	**8,45%**	**4,23%**	**1,41%**	**38,03%**	**100,00%**

A frota almadense tem na sua maior expressão, comprimento fora a fora entre 6 e 6,99 m, baliza que representa 57,75% do total das embarcações. As embarcações de 5 a 5,99 m também são expressivas, representam 29,58% das embarcações, e menos expressivas são as embarcações até 4,99 m, que representam 4,23%, bem como as embarcações acima dos 7 m, por motivos diferentes (impedimento da DGRM), que representam 8,45%, como se observa na tabela seguinte. A média do comprimento das embarcações é 6,19 m, o mínimo é de 3,82 m, pertence à embarcação "Fola" (TR-1712-L), e o máximo é de 7,7 m, pertence às embarcações "Meu Velho" (TR-1701-L) e "Avô Requinta" (TR-1709-L).

Comprimento fora a fora (Cff - m)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
[0-4,99]	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,82%	4,23%
[5,00-5,99]	0,00%	4,23%	1,41%	1,41%	1,41%	0,00%	5,63%	2,82%	0,00%	12,68%	29,58%
[6,00-6,99]	1,41%	1,41%	5,63%	15,49%	4,23%	1,41%	2,82%	1,41%	1,41%	22,54%	57,75%
>7,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,63%	2,82%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,45%
Total	**1,41%**	**7,04%**	**7,04%**	**22,54%**	**8,45%**	**1,41%**	**8,45%**	**4,23%**	**1,41%**	**38,03%**	**100,00%**

Analisando agora as respostas aos questionários, quanto ao estado de conservação das embarcações, 23,33% dos inquiridos responderam estar "razoável", 53,33% responderam estar "bom" e 23,33% responderam estar "muito bom". Foi na comunidade piscatória da Trafaria que mais responderam "bom" e foi na comunidade piscatória da Costa da Caparica que mais responderam "muito bom", como se observa na tabela a seguir. Importa salientar que as embarcações fazem vistorias anuais a nado e bianuais a seco realizadas por peritos da Capitania do Porto de Lisboa, e só recebem autorização para operar desde que cumpridos os requisitos legais, pelo que esta informação visa apenas perceber a opinião dos proprietários acerca das suas próprias embarcações, que depois tem relação com o valor de mercado que lhe atribuíram.

Estado de conservação das embarcações (%)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
Bom	0,00%	3,33%	3,33%	10,00%	8,33%	1,67%	5,00%	1,67%	1,67%	18,33%	53,33%
Muito bom	1,67%	3,33%	1,67%	11,67%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	23,33%
Razoável	0,00%	1,67%	3,33%	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	1,67%	0,00%	6,67%	23,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

As embarcações de motor a gasolina representam 93,33%, a gasóleo 5,00%, e a mistura 1,67%, como se observa na tabela a seguir. As embarcações a gasóleo, que são de motor interior, estão concentradas nas comunidades piscatórias da Costa da Caparica e da Cova do Vapor, e a única embarcação, a mistura, integra a comunidade do Caramujo.

Tipo de Combustível (%)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
Gasolina	1,67%	8,33%	6,67%	23,33%	8,33%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	93,33%
Mistura	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Gasóleo	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Total	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	10,00%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	100,00%

O tipo de casco predominante é em fibra de vidro o que representa 81,67% das embarcações, seguindo-se o casco em madeira, que representa os restantes 18,33%, como se observa na tabela seguinte. A maior percentagem de embarcações em madeira, que são mais antigas, está nas comunidades piscatórias mais tradicionais, a da Trafaria e da Costa da Caparica.

Casco (%)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
Fibra / plástico	1,67%	8,33%	6,67%	20,00%	8,33%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	18,33%	81,67%
Madeira	0,00%	0,00%	1,67%	6,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,33%	18,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A maior parte das embarcações de pesca almadenses têm motor fora de borda, mais propriamente 96,67%, e apenas duas embarcações (3,33%) têm motor interior, como se observa na tabela seguinte.

Motor (%)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
Fora de borda	1,67%	8,33%	8,33%	25,00%	8,33%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	96,67%
Interior	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Ao nível do convés, a maioria das embarcações é aberto (98,33%), e apenas a embarcação "Oxalá" (TR-1511-L), da comunidade da Cova do Vapor, tem convés fechado (1,67%).

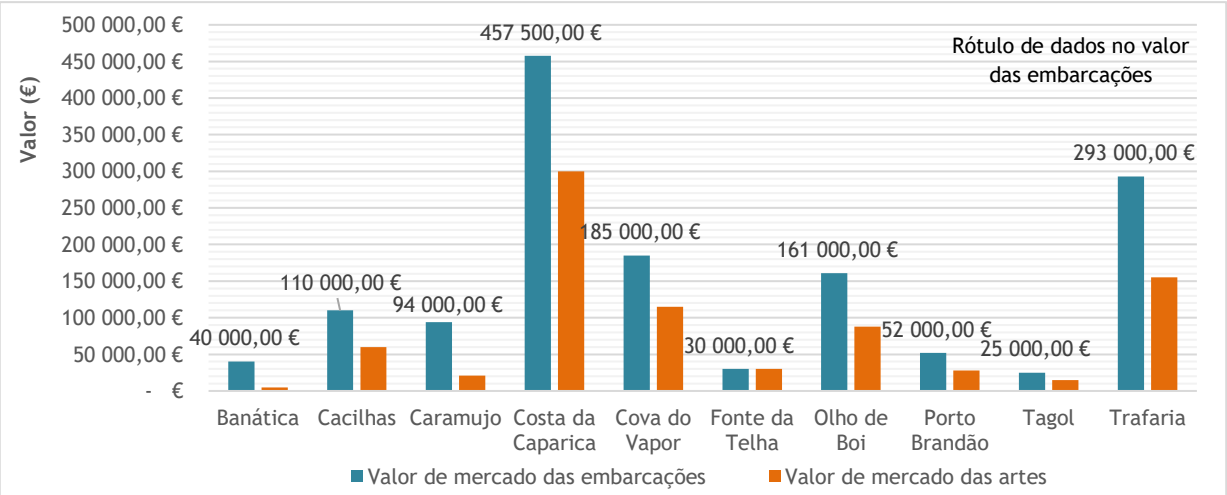
Tipo de convés (%)	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
Aberto	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	8,33%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	98,33%
Fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

É grande a heterogeneidade de equipamento a bordo, tendo em vista melhorar a segurança da navegação e a deteção de pescado. Apenas 20% das embarcações não utiliza qualquer equipamento a bordo, apenas o obrigatório, como boias circulares, colete de salvação, extintores, etc. No oposto, 66,67% das embarcações tem instalado alador mecânico e 3,33% guincho elétrico, uma forma mais simples de apoio para alagem dos ferros de dentro de água. A utilização de sonda e de GPS já está vulgarizada no quotidiano; estes equipamentos são utilizados por 63,33% das embarcações. O mais comum é utilizarem equipamento portátil de GPS, para que o possam retirar no final da faina (para não ser furtado), que permite de forma fácil e rápida planear a rota e definir o percurso até aos mares (ou pesqueiros), e que na maior parte das vezes já integra a função de sonda, de elevada definição para águas pouco profundas, e com muito boa precisão de deteção de peixes e estruturas por baixo e ao redor da embarcação. O rádio VHF tem grande variedade de prepósitos, como o destacamento de serviços de resgate e comunicação com portos, e é utilizado por 6,67% das embarcações (que o utilizam porque a lei assim exige, e não por sua opção), e o sonar é utilizado por 3,33% das embarcações, equipamento especificamente direcionado à deteção de cardumes de corvinas aquando da sua entrada no rio para desovar, e que está na origem da pesca na modalidade de cerco. Existe ainda um expressivo número de embarcações a utilizar guinchos manuais (que designam de turco), que serve para auxiliar a retirar da água apetrechos de maior dimensão e peso. Algumas embarcações utilizam binóculos (6,67%) e bússola (1,67%). Em finais de 2019, já depois de termos aplicado os inquéritos, uma embarcação da Costa da Caparica que utiliza como abrigo a antiga doca de pesca de Pedrouços,

modernizou a embarcação de pesca local e entre outros equipamentos instalou um estivador de redes mecânico, sendo o feedback positivo, porque limitou as necessidades de profissionais a bordo a uma ou duas pessoas no máximo.

Equipamento a bordo	COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE ALMADA										Total
	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	
O obrigatório por lei (boias circulares, colete de salvação, extintores, etc.)	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	10,00%	20,00%
Obrigatório/Alador	0,00%	1,67%	1,67%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	5,00%	15,00%
Obrigatório/Alador/GPS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Obrigatório/Alador/Sonda/Binóculos/GPS	0,00%	0,00%	1,67%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Obrigatório/Alador/Sonda/Binóculos/Rádio VHF/GPS	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Obrigatório/Alador/Sonda/GPS	0,00%	0,00%	3,33%	11,67%	3,33%	1,67%	8,33%	1,67%	0,00%	5,00%	35,00%
Obrigatório/Alador/Sonda/GPS/Bússola	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Obrigatório/Alador/Sonda/GPS/Rádio VHF	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	3,33%
Obrigatório/Alador/Sonda/Rádio VHF/GPS/Radar	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Obrigatório/Alador/Sonda/Sonar/GPS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%
Obrigatório/Sonda/GPS	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	8,33%
Obrigatório/Sonda/GPS/Guincho Elétrico	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
Obrigatório/Sonda/Sonar/GPS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Os proprietários almadenses avaliaram as embarcações de pesca em 1.447.500,00€, a que corresponde 40.000,00€ na Banática, 110.000,00€ em Cacilhas, 94.000,00€ no Caramujo, 457.500,00€ na Costa da Caparica, 185.000,00€ na Cova do Vapor, 30.000,00€ na Fonte da Telha, 161.000,00€ em Olho de Boi, 52.000,00€ no Porto Brandão, 25.000,00€ em Tagol e 293.000,00€ na Trafaria. Já as artes de pesca foram avaliadas em 817.000,00€, a que corresponde 5.000,00€ na Banática, 60.000,00€ € em Cacilhas, 21.000,00€ no Caramujo, 300.000,00€ na Costa da Caparica, 115.000,00€ na Cova do Vapor, 30.000,00€ na Fonte da Telha, 88.000,00€ em Olho de Boi, 28.000,00€ no Porto Brandão, 15.000,00€ em Tagol e 155.000,00€ na Trafaria. Em conjunto, embarcações e artes, totalizam 2.264.500,00€ (valor patrimonial à data de 2018).



Listagem das embarcações com licença de pesca profissional no ano de 2018

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Comunidade Piscatória	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000023254	VX-712-L	Salete	Vila Franca de Xira	Olho de Boi	Maria Salete Perinhas Batista Guerreiro / António Manuel Batista Alves Guerreiro	Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro	António Manuel Batista Alves Guerreiro
PRT000011473	LX-264-L	Celestina Isabel	Lisboa	Caramujo	Celestino António Maria	Celestino António Maria	Celestino António Maria
PRT000024998	LX-376-L	Zé do Telhado	Lisboa	Trafaria	Bruno Miguel Borges Mendes Conde	Bruno Miguel Borges Mendes Conde	Bruno Miguel Borges Mendes Conde
PRT000025040	LX-380-L[127]	Sandra	Lisboa	Banática	Luís Filipe de Sousa Correia	Luís Filipe de Sousa Correia	Luís Filipe de Sousa Correia
PRT000008206	TR-1155-L	Ana e Luís	Trafaria	Trafaria	Manuel Gonçalves Coelho	Manuel Gonçalves Coelho	Manuel Gonçalves Coelho
PRT000008209	TR-1160-L	Flor do cabo	Trafaria	Costa da Caparica	Severiano Peralta Ventura / Jorge Manuel Peralta Ventura	Severiano Peralta ventura	Jorge Manuel Peralta Ventura
PRT000008200	TR-1200-L	Avelina	Trafaria	Trafaria	Avelino Nunes dos Santos	Avelino Nunes dos Santos	José Domingos da Encarnação Arrábida
PRT000008169	TR-1296-L	Deusa do mar	Trafaria	Cova do Vapor	Pedro Miguel Pinto Farinha	Pedro Miguel Pinto Farinha	Pedro Miguel Pinto Farinha
PRT000020786	TR-1424-L	Raio de sol	Trafaria	Trafaria	António Domingos das Neves Marques	António Domingos das Neves Marques	António Domingos das Neves Marques
PRT000021217	TR-1432-L	Lagoa azul	Trafaria	Trafaria	Ana Maria Carvalho Correia Reis	Ana Maria Carvalho Correia Reis	Olímpio José Costa Simões
PRT000021438	TR-1433-L	Poney	Trafaria	Olho de Boi	Ana Cristina Batista Alves Guerreiro	Ana Cristina Batista Alves Guerreiro	Vítor Manuel Dias Ferreira Santos
PRT000020767	TR-1435-L	Tritão	Trafaria	Caramujo	Luís Guilherme Pereira Marques Rodrigues	Luís Guilherme Pereira Marques Rodrigues	Luís Guilherme Pereira Marques Rodrigues
PRT000021295	TR-1439-L	Estrela do Sul	Trafaria	Cova do Vapor	João Luís Pina Gonçalves	João Luís Pina Gonçalves	João Luís Pina Gonçalves
PRT000021392	TR-1440-L	Deus Dará	Trafaria	Olho de Boi	António Manuel Batista Alves Guerreiro / Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro	Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro	António Manuel Batista Alves Guerreiro
PRT000021601	TR-1449-L	Dinora	Trafaria	Tagol	Jaime do Carmo Feiteira	Jaime do Carmo Feiteira	Jaime do Carmo Feiteira
PRT000021544	TR-1452-L	Filipa	Trafaria	Trafaria	João José Martins Borges	João José Martins Borges	João José Martins Borges
PRT000022262	TR-1458-L	Lúcia	Trafaria	Cacilhas	José Duarte da Silva Pimenta	José Duarte da Silva Pimenta	José Carlos Pires Martins Gonçalves
PRT000022240	TR-1465-L	Clarisse	Trafaria	Costa da Caparica	António Augusto Santos Gonçalves	António Augusto Santos Gonçalves	Ismael José Ferreiro dos Santos
PRT000022638	TR-1478-L	Cavalinha	Trafaria	Costa da Caparica	Ricardo Gil Peralta Pinto	Ricardo Gil Peralta Pinto	Ricardo Gil Peralta Pinto
PRT000022729	TR-1484-L	Salta a proa	Trafaria	Trafaria	Arnaldo Alberto Jesus Miguel	Arnaldo Alberto Jesus Miguel	
PRT000022221	TR-1487-L	Tera	Trafaria	Caramujo	Luís Filipe Ferreira dos Santos	Luís Filipe Ferreira dos Santos	Francisco Miguel da Cunha Santos
PRT000022835	TR-1488-L	Mimosa	Trafaria	Cacilhas	Ernesto Manuel Madeira Martins da Silva	Ernesto Manuel Madeira Martins da Silva	Ernesto Manuel Madeira Martins da Silva
PRT000023036	TR-1489-L	Chora agora	Trafaria	Olho de Boi	António Pedro Dionísio da Silva / Dário Filipe Coutinho Esteves	António Pedro Dionísio da Silva	António Pedro Dionísio da Silva
PRT000022847	TR-1492-L	Tita	Trafaria	Cova do Vapor	João Manuel Ribeiro Rosa	João Manuel Ribeiro Rosa	João Manuel Ribeiro Rosa

[127] Esta embarcação substituiu durante o ano de 2018 uma outra embarcação do mesmo proprietário e com a mesma denominação e o conjunto de identificação n.º LX-311-L.

PRT000023040	TR-1493-L	Girinha i	Trafaria	Olho de Boi	Andréa Martins Souza Campos Faria	Andréa Martins Souza Campos Faria	Paulo Jorge de Almeida Santos
PRT000023364	TR-1503-L	Amorosa	Trafaria	Costa da Caparica	João Augusto Gonçalves Marques Vidigal / Ângelo Carlos Gonçalves Duarte	Ângelo Carlos Gonçalves Duarte	Ângelo Carlos Gonçalves Duarte
PRT000023382	TR-1505-L	Polly	Trafaria	Olho de Boi	Ana Cristina Batista Alves Guerreiro	Ana Cristina Batista Alves Guerreiro	Vítor Manuel Dias Ferreira Santos
PRT000023383	TR-1506-L	Balha	Trafaria	Costa da Caparica	José Duarte Gonçalves Lourenço	José Duarte Gonçalves Lourenço	José Duarte Gonçalves Lourenço
PRT000022889	TR-1507-L	Leites	Trafaria	Trafaria	Patrícia Alexandra da Cruz Costa Alves Gomes	Patrícia Alexandra da Cruz Costa Alves Gomes	Maria Alexandre Rodrigues Sousa
PRT000022920	TR-1511-L	Oxalá	Trafaria	Cova do Vapor	Afonso Manuel dos Santos Rodrigues	Afonso Manuel dos Santos Rodrigues	Afonso Manuel dos Santos Rodrigues
PRT000023450	TR-1517-L	Lavagante	Trafaria	Cova do Vapor	António Manuel Laré Dias	António Manuel Laré Dias	Ricardo Manuel Barros Pereira
PRT000023483	TR-1525-L	Quatro + um	Trafaria	Trafaria	Francisco António Ferreira dos Santos	Francisco António Ferreira dos Santos	Viriato Miguel Vicente Santos
PRT000023626	TR-1533-L	Arrais Moisés	Trafaria	Costa da Caparica	Ana Rita de Jesus Peralta dos Santos	Ana Rita de Jesus Peralta dos Santos	Moisés Peralta dos Santos
PRT000023637	TR-1536-L	Vendaval	Trafaria	Trafaria	Ana Cristina Coelho Gomes Pinto	Ana Cristina Coelho Gomes Pinto	António José Ferreira Pinto
PRT000023315	TR-1539-L	Estrela-do-mar	Trafaria	Trafaria	Maria Leonor de Jesus Miguel / Jaime da Conceição Gomes	Maria Leonor de Jesus Miguel / Jaime da Conceição Gomes	Jaime da Conceição Gomes
PRT000023775	TR-1560-L	As duas princesas	Trafaria	Trafaria	Ricardo Jorge Velhinho da Cruz	Ricardo Jorge Velhinho da Cruz	
PRT000023688	TR-1561-L	Deixa-os falar	Trafaria	Costa da Caparica	Paulo Alexandre Pereira da Silva	Paulo Alexandre Pereira da Silva	
PRT000023870	TR-1585-L	Quer e peixe	Trafaria	Fonte da Telha	António Fernando de Oliveira Marques da Silva	Cláudia Sofia Salgueiro Marques da Silva	Pedro Manuel dos Santos Silva Diogo
PRT000023949	TR-1600-L	As duas netas	Trafaria	Costa da Caparica	Armando Jorge da Cruz Lopes	Armando Jorge da Cruz Lopes	Armando Jorge da Cruz Lopes
PRT000022503	TR-1609-L	Liberdade	Trafaria	Trafaria	Vanda Sofia Ferreira Carapeto	Vanda Sofia Ferreira Carapeto	Sérgio Paulo Machado dos Santos
PRT000024027	TR-1615-L	Mãe Nara isabela	Trafaria	Porto Brandão	Carlos Flávio de Almeida Rocha	Carlos Flávio de Almeida Rocha	Carlos Flávio de Almeida Rocha
PRT000024025	TR-1619-L	Boa pesca	Trafaria	Trafaria	José Luís Marques Cruz	José Luís Marques Cruz	José Luís Marques Cruz
PRT000024044	TR-1621-L	Joana e André	Trafaria	Trafaria	Jaime da Silva Pires Figueiredo	Jaime da Silva Pires Figueiredo	Jaime da Silva Pires Figueiredo
PRT000024191	TR-1628-L	Avo trindade	Trafaria	Costa da Caparica	João Paulo da Conceição Alves	João Paulo da Conceição Alves	João Paulo da Conceição Alves
PRT000024161	TR-1630-L	Matutage	Trafaria	Cova do Vapor	Pedro Miguel Pinto Farinha	Pedro Miguel Pinto Farinha	Pedro Miguel Pinto Farinha
PRT000024289	TR-1640-L	Três sonhos	Trafaria	Trafaria	Luís da Conceição Almeida Peres	Luís da Conceição Almeida Peres	Luís da Conceição Almeida Peres
PRT000024410	TR-1649-L	Nemo	Trafaria	Costa da Caparica	Rogério Pedro Ventura Farinha / Mário Rui Ventura Farinha / Luís Alberto Ventura Farinha Ribeiro	Rogério Pedro Ventura Farinha	Mário Rui Ventura Farinha
PRT000024421	TR-1654-L	Bia	Trafaria	Trafaria	César Augusto Martins Lopes	César Augusto Martins Lopes	César Augusto Martins Lopes
PRT000024145	TR-1659-L	Poita	Trafaria	Trafaria	Rui Filipe da Silva Fonseca	Rui Filipe da Silva Fonseca	Rui Filipe da Silva Fonseca
PRT000024756	TR-1690-L	Bate mal	Trafaria	Cacilhas	David Manuel da Costa Ribeiro da Silva	David Manuel da Costa Ribeiro da Silva	David Manuel da Costa Ribeiro da Silva
PRT000020510	TR-1692-L	Franco	Trafaria	Trafaria	João José Plácido Galinho	João José Plácido Galinho	José Duarte Ferreira Galinho
PRT000024783	TR-1694-L	Proas	Trafaria	Trafaria	Luís Manuel Lucas Marques	Luís Manuel Lucas Marques	Luís Manuel Lucas Marques
PRT000024809	TR-1700-L	Três manos	Trafaria	Trafaria	Carlos Alberto Ventura Martins	Carlos Alberto Ventura Martins	Carlos Alberto Ventura Martins

PRT000024813	TR-1701-L	Meu velho	Trafaria	Costa da Caparica	José Aires Dias Costa	José Aires Dias Costa	José Aires Dias Costa
PRT000024801	TR-1702-L	Nascer	Trafaria	Trafaria	José Luís Marques Cruz	José Luís Marques Cruz	José Luís Marques Cruz
PRT000024840	TR-1707-L	Novo dia	Trafaria	Caramujo	Mauro Moura Guerreiro / André Moura Guerreiro	Mauro Moura Guerreiro	Mauro Moura Guerreiro
PRT000024849	TR-1709-L	Avo requinta	Trafaria	Costa da Caparica	Paulo Rogério de Sousa Alves	Paulo Rogério de Sousa Alves	Paulo Rogério de Sousa Alves
PRT000024847	TR-1710-L	Totinhas	Trafaria	Porto Brandão	José António	José António	José António
PRT000004336	TR-1712-L	Fola	Trafaria	Trafaria	João José Plácido Galinho	João José Plácido Galinho	
PRT000024600	TR-1715-L	Luna mar	Trafaria	Trafaria	Pedro Miguel Costa Alves Gomes / Tiago Filipe Claúdio da Silva	Pedro Miguel Costa Alves Gomes	Pedro Miguel Costa Alves Gomes
PRT000024917	TR-1724-L	Variado	Trafaria	Porto Brandão	Vítor Manuel Aires Gomes Marques	Vítor Manuel Aires Gomes Marques	Vítor Manuel Aires Gomes Marques
PRT000024906	TR-1726-L	Soraya	Trafaria	Cacilhas	Fernando José Valente de Jesus Pimenta	Fernando José Valente de Jesus Pimenta	Fernando José Valente de Jesus Pimenta
PRT000024949	TR-1730-L	Inês	Trafaria	Caramujo	Tiago Filipe Claúdio da Silva	Tiago Filipe Claúdio da Silva	Tiago Filipe Claúdio da Silva
PRT000024963	TR-1734-L	Maria Custódia	Trafaria	Costa da Caparica	José Domingos Herdade	José Domingos Herdade	José Domingos Herdade
PRT000024989	TR-1737-L	Dimitrius	Trafaria	Trafaria	João José dos Santos Viegas	João José dos Santos Viegas	João José dos Santos Viegas
PRT000024982	TR-1738-L	Costa mar	Trafaria	Costa da Caparica	Hugo Miguel Ribeiro Ventura	Hugo Miguel Ribeiro Ventura	João Miguel da Costa Silva
PRT000024984	TR-1739-L	Teresa	Trafaria	Costa da Caparica	Ricardo Gil Peralto Pinto	Ricardo Gil Peralto Pinto	Pedro Miguel Botelho Marques
PRT000021697	TR-1742-L	Marreta	Trafaria	Costa da Caparica	Luís Miguel dos Santos Botelho	Luís Miguel dos Santos Botelho	Luís Miguel dos Santos Botelho
PRT000025047	TR-1745-L	Filipe João	Trafaria	Cacilhas	Paulo Jorge Cabrita Couto Silva	Paulo Jorge Cabrita Couto Silva	Paulo Jorge Cabrita Couto Silva
PRT000025046	TR-1747-L[128]	Petra e Pilar	Trafaria	Trafaria	Pedro Miguel Costa Alves Gomes	Pedro Miguel Costa Alves Gomes	Artur Jorge Ribeiro Andorinha
PRT000023797	B-784-L	Faísca	Barreiro	Trafaria	Ana Margarida Machado Abreu	Ana Margarida Machado Abreu	Paulo Alexandre da Silva Rodrigues

TABELA 18| Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em todo o concelho de Almada.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

[128] Esta embarcação substituiu durante o ano de 2018 uma outra embarcação do mesmo proprietário e com a mesma denominação e o conjunto de identificação n.º TR-1718-L.

III.2.3. Caracterização pessoal, profissional, socioeconómica, nível de motivação, dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

Nas comunidades piscatórias do concelho de Almada os proprietários são também armadores, ou seja, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e em 73,33% dos casos desempenham a bordo as funções de arrais. Os restantes 26,67% dos arrais são na maioria família direta dos armadores (73%), mas também são amigos (14%), e ocorrem outras situações diversas (13%), como a contratação de arrais na situação em que o armador não tem a qualificação mínima de arrais de pesca local, e a alteração de arrais na situação de avaria ou ajuntamento de embarcações (ex. uma embarcação avaria, o arrais dessa efetua matrícula em outra, não como pescador, mas como arrais).

As comunidades de Almada são hoje o principal centro de pesca do estuário do rio Tejo e o mais rejuvenescido, tendo ultrapassando quer em ativos humanos, quer em produto da pesca, as comunidades de Vila Franca de Xira, mas estão num momento de transição, que por comparação terá correspondência com a terceira fase do modelo de transição demográfica, elaborado pelo demógrafo Frank Notestein, e que no geral descreve uma redução do número de novos arrais jovens, pela rudez da atividade, incerteza e baixas remunerações, e, ao mesmo tempo, e pela concentração de arrais de meia idade na faixa etária entre os 45 e 54 anos (31,67%). Os arrais mais jovens, 8,33% têm entre 25 e os 34 anos, e 21,67% têm entre os 35 e os 44 anos. No oposto, 38,33% dos arrais já têm mais de 55 anos, e destes 10% têm mais de 60 anos e 5% têm mais de 75 anos, como se observa na tabela seguinte. O arrais mais novo tem 27 anos, é o jovem Paulo Rogério de Sousa Alves, da Costa da Caparica, proprietário da embarcação "Avô Requinta", registo n.º TR-1709-L, filho de um experiente mestre de pesca também no ativo, que divide a sua atividade na zona de entrecabos e no estuário do rio Tejo, e o mais velho tem 79 anos, é o experiente Manuel Gonçalves Coelho, da Trafaria, proprietário da embarcação "Ana e Luís", registo n.º TR-1155-l, que opera apenas no gargalo do Tejo, na zona em frente à Trafaria (este arrais infelizmente faleceu quando estávamos a fazer o trabalho, pouco depois de o inquerirmos, uma perda inestimável para as pescas do rio Tejo). O segundo arrais mais experiente, e que colaborou sobejamente no enquadramento evolutivo, é José Domingos da Encarnação Arrábida, também da Trafaria, arrais de embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L, que ainda se encontra no ativo). A média de idades dos arrais do concelho de Almada era em 2018 de 50,56 anos.

A comunidade da Tagol que apenas tem um arrais já com mais de 65 anos, é provável que desapareça a breve prazo, e na Trafaria é previsível uma redução de 12% nos próximos seis anos, e só não é mais grave, porque são várias as embarcações de pesca local tripuladas por arrais jovens que se dedicam à apanha de amêijoa-japonesa (este bivalve vai permitindo o rejuvenescimento da comunidade piscatória, bem como a manutenção dos meios de ação). As comunidades do Caramujo dentro do estuário, e da Costa da Caparica e da Fonte da Telha, já em águas marítimas, são as mais rejuvenescidas, também por motivos diferentes: no Caramujo está diretamente relacionado com a apanha de amêijoa-japonesa, e nas duas comunidades fora da Barra está relacionado com a dinâmica da pesca em águas marítimas na zona de entrecabos, complementada com a pesca de espécies migradoras no estuário do rio Tejo. No global, é previsível uma redução da atividade em cerca de 15% nos próximos anos, especialmente nas comunidades dentro do estuário, mas, ainda assim, Almada vai consolidar a sua posição como principal zona de pesca do estuário do rio Tejo, pelo maior decréscimo das comunidades de Vila Franca de Xira, que, diga-se, o pouco rejuvenescimento que têm tido também o devem à apanha da amêijoa-japonesa.

Idade (anos) (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
[25-34]	0,00%	0,00%	5,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**8,33%**
[35-44]	0,00%	0,00%	1,67%	5,00%	5,00%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	5,00%	**21,67%**
[45-54]	0,00%	3,33%	0,00%	8,33%	3,33%	1,67%	6,67%	0,00%	0,00%	8,33%	**31,67%**
[55-64]	1,67%	5,00%	0,00%	5,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	8,33%	**23,33%**
[65-74]	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	1,67%	**10,00%**
>75	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	**5,00%**
TOTAL	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A atual geração de arrais almadenses tem profunda tradição na pesca, mais de 75% são filhos de pescadores, e 63,33% nasceram no concelho de Almada e 15% no concelho de Lisboa, o que totaliza 78,33% dos arrais. Os restantes 21,67% dos arrais nasceram em outros territórios, muitos dispersos entre si, incluindo nos antigos territórios ultramarinos, como se observa na tabela seguinte. Hoje 96,67% dos arrais residem no concelho de Almada, apenas 3,33% dos arrais da Trafaria, e que são dos mais experientes, residem no concelho de Lisboa.

Concelho de Nascimento (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Almada	**1,67%**	**5,00%**	**5,00%**	**20,00%**	**5,00%**	**0,00%**	**3,33%**	**1,67%**	**1,67%**	**20,00%**	**63,33%**
Angola	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
Benavente	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
Benguela (Angola)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Espinho	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Lisboa	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**5,00%**	**5,00%**	**0,00%**	**1,67%**	**1,67%**	**0,00%**	**1,67%**	**15,00%**
Moita	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Murtosa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
Odemira	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Ponte de Lima	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Santo Tirso	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Sertã	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Sesimbra	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
Vila Franca do Campo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Sobre o estado civil, em 76,67% dos casos os arrais são "casados" ou vivem em "união de facto", e em apenas 21,67% dos casos os arrais estão "solteiros" ou "divorciados", como se observa na tabela seguinte. Há ainda a registar na Trafaria um arrais viúvo (1,67%). É nas comunidades piscatórias do Caramujo e Trafaria onde existem maiores variação no tipo de estado civil, o que não podemos deixar de associar à maior quantidade de embarcações que nestas comunidades se destinam à apanha de amêijoa-japonesa.

Estado Civil (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Casado	0,00%	5,00%	3,33%	23,33%	6,67%	1,67%	3,33%	3,33%	1,67%	13,33%	**61,67%**
Divorciado	1,67%	3,33%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	1,67%	**15,00%**
Solteiro	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	**6,67%**
União de Facto	0,00%	0,00%	1,67%	3,33%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	**15,00%**
Viúvo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Estes arrais começaram a aprender a atividade muito jovens, em 93,28% dos casos até aos 19 anos, e destes 35,59% começaram a aprender a atividade com os pais, também mestres de pesca, ainda entre os 5 e os 9 anos, como se observa na tabela seguinte, o que nalguns casos condicionou a aquisição de habilitações mínimas obrigatórias e o cumprimento do requisito de frequência da escolaridade obrigatória, que variam consoante a data de nascimento de cada arrais ou da data de inscrição/matrícula no primeiro ano de escolaridade. Importa que se diga que era na pesca que estes homens em criança se sentiam realizados, pelo que não ir à escola não era um sacrifício, era uma

realização. Poucos são os casos dos arrais que nos indicaram que cedo começaram a aprender a atividade por imposição dos pais, e, mesmo nestes casos, reconhecem que essa imposição era fundamental para assegurar o sustento da família. Pela longa tradição de pesca, e pela necessidade de maior quantidade de efetivos humanos nas antigas artes xávegas, é na Costa da Caparica que mais cedo os arrais começaram a aprender a atividade. Em termos globais, a média da idade com que estes arrais começaram a aprender a atividade é de 12,29 anos, sendo o mínimo de 6 anos e o máximo de 32 anos.

Idade com que começaram a aprender a atividade (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
[5-9]	**0,00%**	**3,39%**	**0,00%**	**13,56%**	**1,69%**	**1,69%**	**5,08%**	**3,39%**	**1,69%**	**5,08%**	**35,59%**
[10-14]	**0,00%**	**0,00%**	**6,78%**	**10,17%**	**8,47%**	**0,00%**	**1,69%**	**0,00%**	**0,00%**	**16,95%**	**44,07%**
[15-19]	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**3,39%**	**0,00%**	**0,00%**	**3,39%**	**1,69%**	**0,00%**	**5,08%**	**13,56%**
[20-24]	0,00%	1,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,69%**
[25-29]	0,00%	0,00%	1,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,69%**
[30-34]	1,69%	1,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,39%**
Total	**1,69%**	**6,78%**	**8,47%**	**27,12%**	**10,17%**	**1,69%**	**10,17%**	**5,08%**	**1,69%**	**27,12%**	**100,00%**

Sobre o início da pesca profissional, 80% dos arrais fizeram-no até aos 24 anos, sendo que destes 33,33% iniciaram a pesca profissional dos 10 aos 14 anos, 31,67% dos 15 aos 19 anos, e 15% dos 20 aos 24 anos. Os restantes 20% de arrais iniciaram a pesca profissional entre os 25 e os 49 anos, sendo que destes 13,33% fizeram-no entre os 25 e os 34 anos, como se observa na tabela a seguir. Apenas 6,67% dos arrais inquiridos iniciaram a atividade profissional com mais de 35 anos, e a maior parte destes não tem tradição na pesca, vieram de fora da atividade. Foi nas comunidades piscatórias da Trafaria e da Costa da Caparica que mais cedo os arrais se lançaram na pesca profissional. Em termos globais, a média de idade com que estes arrais iniciaram a pesca profissional é de 19,68 anos, sendo o mínimo de 12 anos e o máximo de 47 anos.

Com que idade iniciou a pesca profissional? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
[10-14]	**0,00%**	**1,67%**	**1,67%**	**11,67%**	**3,33%**	**1,67%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**13,33%**	**33,33%**
[15-19]	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**	**3,33%**	**0,00%**	**3,33%**	**5,00%**	**1,67%**	**8,33%**	**31,67%**
[20-24]	**0,00%**	**3,33%**	**1,67%**	**3,33%**	**3,33%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**3,33%**	**15,00%**
[25-29]	0,00%	1,67%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**6,67%**
[30-34]	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	1,67%	**6,67%**
[35-39]	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
[40-44]	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
[45-49]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A maior parte dos arrais iniciou a atividade profissional na qualidade de pescador (65%), outros na qualidade de tripulante (35%), conforme tabela a seguir, e com exceção de um arrais da comunidade do Caramujo (1,67%), os demais (98,33%) salientaram que a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca.

Qualidade com que iniciou a pesca profissional? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Pescador	1,67%	5,00%	6,67%	15,00%	5,00%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	16,67%	**65,00%**
Tripulante	0,00%	3,33%	1,67%	11,67%	5,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	10,00%	**35,00%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Os motivos que levaram estes arrais a aprender a atividade são muitos e variados, mas podemos destacar o gosto pela pesca, que representa 60% dos casos, a tradição familiar, que representa 43,33%, e de forma menos representativa, a dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento, que representa 16,67%, a necessidade de ajudar a família devido a dificuldades económicas, que representa 11,67%, e, por fim, de forma residual, a imposição dos pais e a boa rentabilidade da pesca, com 3,33% em cada uma das situações, como se observa na tabela seguinte.

Motivos que os levaram a aprender a atividade (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
I	**0,00%**	**0,00%**	**1,67%**	**5,00%**	**3,33%**	**1,67%**	**3,33%**	**0,00%**	**1,67%**	**5,00%**	**21,67%**
I,II	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
I,III	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
I,V	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**11,67%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**1,67%**	**0,00%**	**3,33%**	**16,67%**
I,VI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
II,III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
II,V	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	**5,00%**
III	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	**6,67%**
III,V	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**6,67%**
IV,V	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**3,33%**
V	**0,00%**	**5,00%**	**0,00%**	**8,33%**	**5,00%**	**0,00%**	**3,33%**	**0,00%**	**0,00%**	**6,67%**	**28,33%**
VI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Para ajudar a família devido a dificuldades económicas; (iii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iv) Boa rentabilidade da pesca; (v) Gosto pela pesca; e (vi) Por imposição dos pais.

O nível da escolaridade dos arrais é no geral baixo, e explica-se essencialmente por três motivos: pela tenra idade com que uma grande parte começou a aprender a atividade, pela evolução das habilitações mínimas obrigatórias, que se foram tornando mais exigentes ao longo do tempo (em termos gerais, 4.º ano de escolaridade até 1966, 6.º ano de escolaridade entre 1967 e 1987, 9.º ano de escolaridade entre 1988 e 2009, e 12.º ano de escolaridade após 2010), e, por fim, por a escola não ser interessante para a maioria dos arrais, quer porque detestam o ensino tradicional, quer porque o dia cansativo na pesca retira-lhes a vontade de gastar umas horas no final do dia, a aprender na escola.

Como se observa no quadro seguinte, 38,33% não excedeu o primeiro ciclo (4ª classe), e destes 1,67% são iletrados. O segundo ciclo foi frequentado por 18,33% dos inquiridos, o terceiro ciclo por 23,33%, e apenas 20% frequentou o secundário, e a maioria não o concluiu.

Nível de escolaridade (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Iletrado	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
1º, 2º 3º e 4º Anos (1º ciclo)	**0,00%**	**1,67%**	**3,33%**	**10,00%**	**3,33%**	**0,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**1,67%**	**10,00%**	**36,67%**
5º e 6º Anos (2º ciclo)	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%	3,33%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	5,00%	**18,33%**
7º, 8º e 9º Anos (3º ciclo)	0,00%	5,00%	1,67%	1,67%	3,33%	1,67%	1,67%	3,33%	0,00%	5,00%	**23,33%**
10º, 11º e 12º Anos (secundário)	1,67%	0,00%	3,33%	8,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%	**20,00%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

O agregado familiar de cada um dos 60 arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 200 pessoas (incluindo os arrais): duas na Banática, 17 em Cacilhas, 14 no Caramujo, 55 na Costa da Caparica, 19 na Cova do Vapor, quatro na Fonte da Telha, 21 no Olho de Boi, 10 no Porto Brandão, duas na Tagol e 56 na Trafaria.

No geral, apenas 1% dos arrais vivem sozinhos, 15% têm no seu agregado duas pessoas, 22,50% têm três pessoas no seu agregado familiar, 40% têm quatro pessoas, 15% têm cinco pessoas, 3% têm seis pessoas, e 3,50% tem sete pessoas, como se observa na tabela a seguir. Os agregados entre duas e cinco pessoas são os mais representativos, correspondem a 92,50% dos casos, e dentro deste leque o realce vai para os agregados com três e quatro pessoas, ou seja, predominam agregados de família simples, constituído por um casal com filhos, e agregados de família complexa constituídos por um núcleo e outras pessoas, o que se chama família alargada, o que reforça a importância da atividade para o sustento da família.

Quantas pessoas têm no Agregado familiar (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Uma pessoa	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Duas pessoas	1,00%	0,00%	1,00%	6,00%	1,00%	0,00%	1,00%	0,00%	1,00%	4,00%	15,00%
Três pessoas	0,00%	3,00%	6,00%	3,00%	3,00%	0,00%	1,50%	3,00%	0,00%	3,00%	22,50%
Quatro pessoas	0,00%	0,00%	0,00%	12,00%	0,00%	2,00%	8,00%	2,00%	0,00%	16,00%	40,00%
Cinco pessoas	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	15,00%
Seis pessoas	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%
Sete pessoas	0,00%	0,00%	0,00%	3,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,50%
Total	1,00%	8,50%	7,00%	27,50%	9,50%	2,00%	10,50%	5,00%	1,00%	28,00%	100,00%

Das 200 pessoas que constituem os agregados familiares dos arrais, apenas 74 trabalham na pesca, o que inclui os próprios arrais. Sabendo que os arrais são 60, que correspondem às 60 embarcações inquiridas, significa que apenas 14 pessoas dos seus agregados familiares participam ativamente do quotidiano piscatório. O que é um valor muito reduzido, e isso explica porque 76,67% dos arrais operam sozinhos ou com pessoas a bordo que não pertencem ao seu agregado familiar, e apenas 23,33% operam com um tripulante a bordo do seu agregado familiar, no essencial os filhos e primos, como se observa na tabela seguinte. No Olho de Boi o grosso da frota pertence apenas a uma família, do "Antoninho", como é conhecido, e como se dedicam maioritariamente ao palangre, por norma, andam sempre dois familiares embarcados, ou a mãe e o filho, ou o filho e a esposa, ou ambos os filhos.

Contando consigo, quantas pessoas do seu agregado trabalham na pesca? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Uma pessoa	1,67%	8,33%	6,67%	23,33%	8,33%	1,67%	3,33%	5,00%	1,67%	16,67%	76,67%
Duas pessoas	0,00%	0,00%	1,67%	3,33%	1,67%	0,00%	6,67%	0,00%	0,00%	10,00%	23,33%
Total	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	10,00%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	100,00%

Questionados os arrais se os seus filhos, caso os tivessem, se dedicavam à pesca profissional ou demonstravam querer aprender e continuar a sua atividade, 85% responderam que não, e apenas 15% responderam sim, dos quais 10% pertencem às comunidades piscatórias da Trafaria e do Olho de Boi, como se observa na tabela seguinte. Significa isto, que dentro de pouco tempo as comunidades piscatórias da Banática, Tagol e Porto Brandão poderão desaparecer, e na Fonte da Telha cessará a última embarcação que ainda tem licença de pesca para a zona do rio Tejo. A continuidade da pesca no rio Tejo far-se-á com a frota da Costa da Caparica, da Trafaria, de Olho de Boi, da Cova do Vapor, do Caramujo (caso não acabe a amêijoa-japonesa) e de Cacilhas.

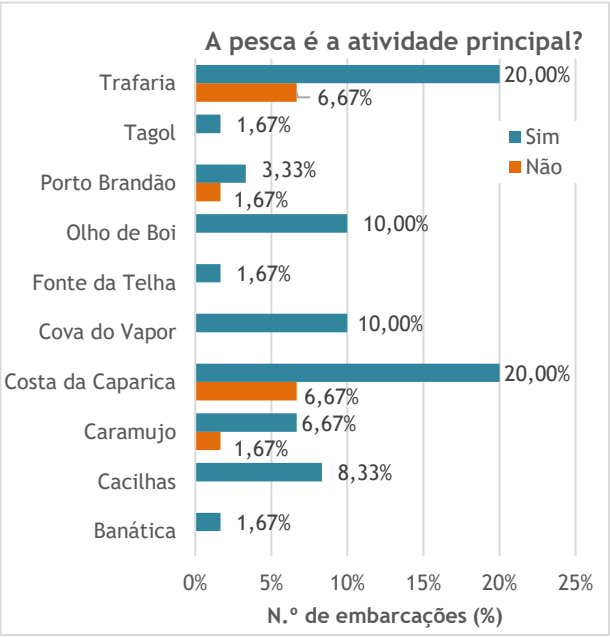
Os seus filhos, se os tiver, dedicam-se à pesca profissional ou demonstram querer aprender e continuar a sua atividade? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	8,33%	25,00%	8,33%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	20,00%	85,00%
Sim	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	6,67%	15,00%
Total	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	10,00%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	100,00 %

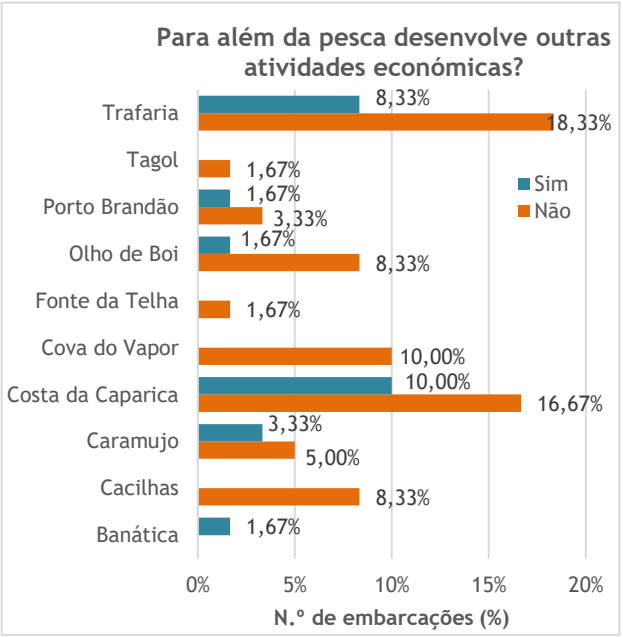
Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 50% dos casos estão habilitados com a categoria mínima de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca local. Seguem-se 43,33% dos marítimos habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior, 3,33% com a categoria de "arrais de pesca costeira", e 1,67% com a categoria de "contramestre pescador", como se observa no quadro seguinte. A maior parte das embarcações que operam apenas no rio Tejo são governadas por "arrais de pesca local", que é o mínimo, e a maior parte das embarcações que operam no rio Tejo e na costa portuguesa têm a categoria de "arrais de pesca". As demais categorias pertencem a três marítimos, da Costa da Caparica, Cova do Vapor e Porto Brandão, que tanto operam na zona do rio Tejo como na costa portuguesa, na zona de entrecabos, e que fizeram essa formação apenas para aprender um pouco mais sobre a sua atividade. Há ainda um marítimo da categoria de "pescador" (1,67%), que governa uma embarcação na comunidade da Trafaria, e está autorizado pelo Capitão do Porto de Lisboa a embarcar na categoria mínima de arrais de pesca local. Estes casos acontecem de forma transitória, por exemplo, quando o pescador está a frequentar o curso de arrais de pesca local, ou quando um marítimo que tem a cédula de pescador tem outra qualificação, nomeadamente patrão de costa ou patrão local, que pode ter equivalência à de arrais de pesca local.

Categoria profissional (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Arrais de pesca	1,67%	1,67%	1,67%	15,00%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	16,67%	43,33%
Arrais de pesca costeira	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	3,33%
Arrais de pesca local	0,00%	6,67%	6,67%	10,00%	6,67%	1,67%	6,67%	3,33%	0,00%	8,33%	50,00%
Contramestre pescador	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Pescador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A pesca é a atividade principal de 83,33% dos arrais almadenses, e apenas uma dezena, que representam 16,67%, desenvolvem a pesca de forma suplementar a outras atividades (têm de suspender uma atividade para exercer a outra), como se observa no gráfico seguinte. No entanto, apenas 73,33% dos arrais não desenvolvem outras atividades económicas para além da pesca, 26,67% têm outras atividades, o que significa que para além dos 16,67% para quem a pesca não é a atividade principal, ainda existem mais 10% que tendo a pesca como atividade profissional se dedicam a outras atividades económicas, como se observa no gráfico seguinte. É na Costa da Caparica e na Trafaria que ocorrem mais situações de a pesca não ser a atividade principal, e de os arrais desenvolverem outras atividades económicas complementares à pesca, o que se justifica por serem as maiores comunidades deste território a operar no estuário do rio Tejo.

Os arrais que não têm a pesca como atividade principal no geral estão empregados em horário completo em empresas da zona, sendo relevante a quantidade de arrais a laborar quotidianamente nas carreiras da Transtejo e nos Pilotos da Barra do Porto de Lisboa. Há quem diga que a Transtejo "*é o refúgio dos pescadores*", pela quantidade que emprega. Outros são marinheiros, funcionários da Junta de Freguesia, motoristas dos transpores públicos e empregados de fornecedores de gás, também a tempo inteiro (têm de suspender uma atividade para exercer a outra), e os que têm a pesca como atividade principal mas desenvolvem outras atividades económicas (em regime de complementaridade), dedicam-se à agricultura, à serralharia, à restauração, à mecânica, instalam sistemas de frio e de climatização, fazem serviços de eletricidade, são comerciantes de pescado e fazem serviços de transporte à hora (ex. mudanças). É de facto grande a polivalência dos arrais. Foi possível detetar um padrão bem definido. Os arrais que se ocupam parcialmente na pesca, que têm outras atividades, apenas fazem as principais pescarias das espécies migratórias, ou seja, trabalham na pesca em alturas especificas do ano (choco, corvina, robalo, linguado e dourada), ao contrário daqueles que têm na pesca a atividade principal e não exercem outras atividades económicas, que por norma pescam todos os dias. Esta é uma nova realidade das pescas no estuário do rio Tejo, adotada pelos arrais mais jovens, para ultrapassar a inconsistência e irregularidade de rendimentos na atividade, pelo que é de acreditar que esta solução passe a ter cada vez mais adeptos, à medida que os arrais mais antigos vão deixando a atividade.





Salientar ainda que dos 73,33% dos arrais que não desenvolvem outras atividades económicas para além da atividade piscatória, atrás referidos, 8,33% já estão reformados (1,67% na Trafaria, 1,67% na Cova do Vapor, 3,33% na Costa da Caparica e 1,67% em Cacilhas), como se observa na tabela seguinte, e apenas continuam a laborar como forma de conseguir um suplemento para as suas reformas que são muito baixas e resultaram de outras atividades que exerceram ao longo da vida. Desta forma, concluiu-se que apenas 65% dos arrais almadenses dependem em exclusivo da pesca como fonte de subsistência, uma alteração de paradigma neste espaço concelhio que é comum à verificada nos demais territórios ribeirinhos do estuário do rio Tejo.

Está reformado? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	8,33%	23,33%	8,33%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	25,00%	91,67%
Sim	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	8,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Ainda relevante para esta temática, é perceber qual a parte do rendimento do agregado familiar dos arrais, vem da pesca. Como se observa na tabela seguinte, 6,67% responderam que a pesca contribui quase nada para o sustento do seu agregado familiar, o que corresponde aos arrais que têm outra atividade principal (têm de suspender uma atividade para exercer a outra atividade), 10% responderam "menos de metade", e 11,67% "metade" e 16,67% "mais de metade", que corresponde aos arrais reformados e aos arrais que complementam a pesca com outras atividades económicas (regime de complementaridade), e apenas 55% dos arrais responderam que o seu agregado familiar depende totalmente do produto da atividade piscatória.

Qual a parte do rendimento do agregado familiar vem da pesca? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Quase nada	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	**6,67%**
Menos de metade	0,00%	0,00%	1,67%	5,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**10,00%**
Metade	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%	**11,67%**
Mais de metade	1,67%	3,33%	1,67%	1,67%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	**16,67%**
Todo	0,00%	5,00%	5,00%	11,67%	3,33%	1,67%	10,00%	3,33%	1,67%	13,33%	**55,00%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Na pesca estuarina, a mulher assume um papel secundário neste território. São poucas as exceções a esta regra, uma delas Maria Salete Perinhas Batista Guerreiro, matriarca da família "Guerreiro", do Olho de Boi, a mais antiga desta comunidade, que governa os seus dois barcos, e cuja descendência, um filho e uma filha, também são arrais de pesca local e estão a dar continuidade vigorosa à pesca nesta comunidade (são proprietários de quatro das seis embarcações que existem nesta comunidade e que tiveram licença em 2018), atividade que já se perspetiva que os netos possam continuar. Uma outra situação de exceção, Tânia Graça, pescadora, nascida na Cova do Vapor, que anda embarcada com o seu marido, António João dos Santos Graça (alcunha Toni, ou o Ronaldo das Pescas), nascido na Costa da Caparica, proprietário e arrais da embarcação "Ana Isabel", registo n.º TR-1502-L, que tanto opera em águas estuarinas como em águas marítimas, e que em função da pescaria tanto faz porto de abrigo na Cova do Vapor como na antiga doca de pesca de Pedrouços. Para além destas duas mulheres que diariamente observamos a operar no espelho de água com grande emprenho e determinação, há outras com cédula marítima nas várias comunidades, mas não estão a trabalhar ativamente na pesca, apenas ajudam pontualmente, e nem todas, em trabalhos em terra, como acontece com três mulheres na Trafaria. No entanto, importa salientar que aqui nunca existiu verdadeira tradição de mulheres na pesca. Coisa diferente acontece, e sempre aconteceu, nas comunidades piscatórias da Costa da Caparica e da Fonte da Telha, onde as mulheres da xávega sempre estiverem diretamente envolvidas no processo piscatório, o que decorria da necessidade de escolher pescado na praia e proceder à sua comercialização. No entanto, quando as artes eram encerradas e rumavam ao rio Tejo, no inverno, as mulheres não embarcavam e passavam apenas a dedicar-se aos trabalhos em terra, como ainda hoje acontece.

É por esse motivo que quando perguntámos aos arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina no barco ou apoia com o trabalho ou serviços conexos em terra, 90% responderam que não, e apenas 10% responderam que sim, dos quais 3,33% pertencem à Costa da Caparica, 3,33% no Olho de Boi, comunidades que como já explicámos têm tido maior presença ativa das mulheres, seguindo-se 1,67% na Trafaria e igual percentagem em Cacilhas, como se observa na tabela seguinte.

Sendo casado, a sua esposa anda diariamente na faina no seu barco ou apoia com o seu trabalho os serviços conexos em terra? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	8,33%	23,33%	10,00%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	25,00%	90,00%
Sim	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	1,67%	10,00%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Apenas metade das esposas têm cédula marítima, como se observa na tabela seguinte, o que significa que as demais, no essencial, apenas fazem trabalhos em terra (ou embarcam às "fugidas", quando necessário), e não fazem descontos para a Segurança Social.

Se sim, tem cédula marítima? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	8,33%	8,33%	21,67%	10,00%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	95,00%
Sim	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**



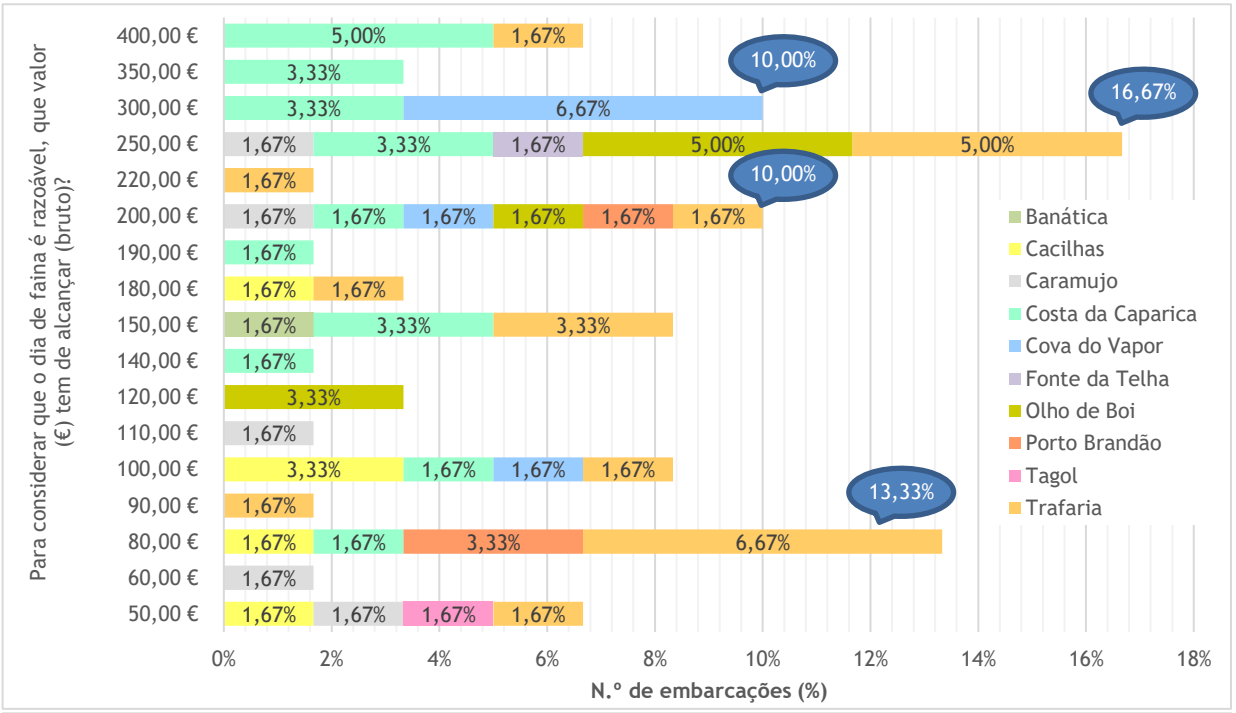
FIGURA 336 | Tânia Graça, pescadora, nascida na Cova do Vapor, que anda embarcada com o seu marido, António João dos Santos Graça (alcunha Toni, ou o Ronaldo das Pescas), nascido na Costa da Caparica, proprietário e arrais da embarcação "Ana Isabel", registo n.º TR-1502-L.

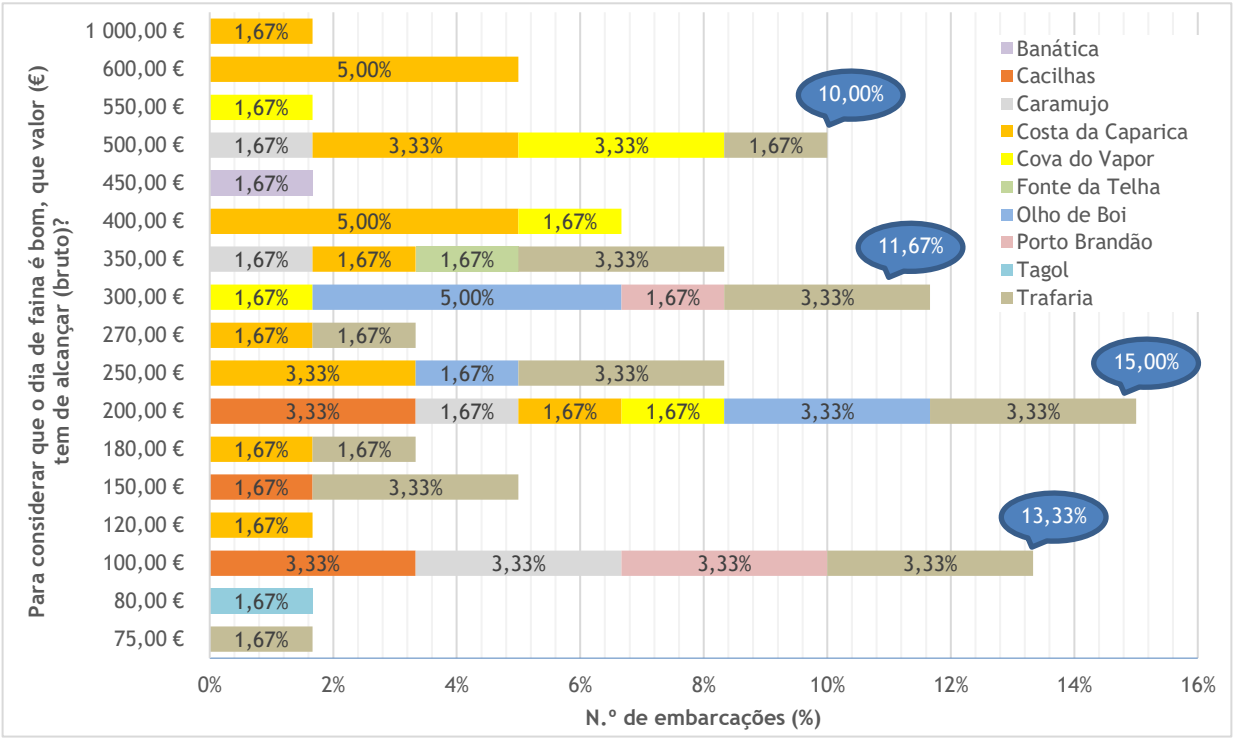
A bordo da embarcação no regresso à doca de Pedrouços, depois de um dia de faina na zona do Bugio.

Segura dois cações capturados com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, em 13.11.2020.

Uma das poucas mulheres na pesca profissional de Almada.

Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade, questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 31,67% responderam entre 50,00€ e 100,00€, inclusive, dos quais 13,33% responderam 80€. Depois, 30% responderam entre 110€ e 200€, inclusive, dos quais 8,33% responderam 150€ e 10% responderam 200€. A seguir, 28,33% responderam entre 220€ e 300€, inclusive, dos quais 16,67% responderam 250€ e 10% responderam 300€. Por fim, 3,33% responderam 350€ e 6,67% responderam 400€. No mínimo a reposta foi de 50,00€, no máximo foi de 400,00€, e em média dá o valor de 189,49€. De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 16,67% responderam entre 75€ e 100€, inclusive, dos quais 13,33% responderam 100€. De 120€ a 200€, inclusive, responderam 25%, dos quais 15% responderam 200€. De 250€ a 300€, inclusive, responderam 23,33%, dos quais 11,67% responderam 300€. De 350€ a 400€, inclusive, responderam 15%, dos quais 8,63% responderam 350€. De 450€ a 500€, inclusive, responderam 11,67%, dos quais 10% responderam 500€. Ainda, 1,67% responderam 550€, 5% responderam 600€ e 1,67% respondeu 1.000€, como se observa nos gráficos seguintes. No mínimo a reposta foi de 75,00€, no máximo foi 1.000,00€, o que em média dá o valor de 297,03€.

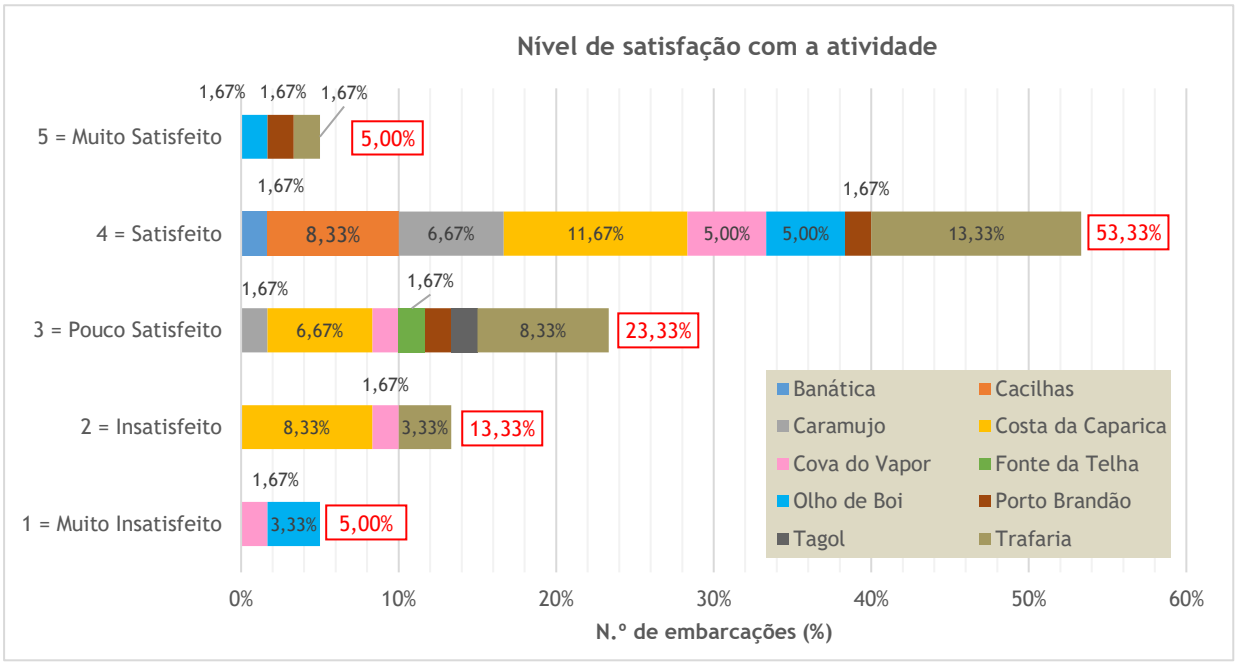


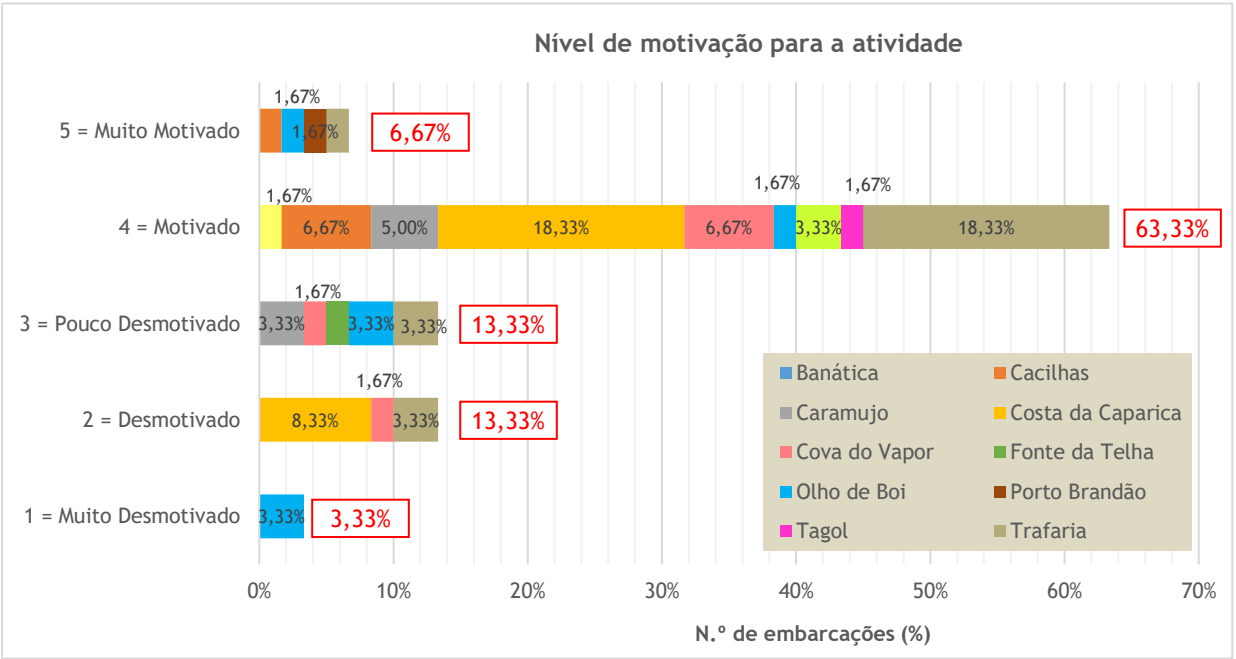


Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 50€ e 400€ e no máximo entre 75€ e 1.000€. Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações de maior porte, com mais tripulantes, com maior investimento em equipamento e tecnologia a bordo, e governadas por arrais que dizem "*apanhar mais peixe*".

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 18,33% dos arrais insatisfeitos, dos quais 5% estão mesmo muito insatisfeitos, 23,33% estão pouco satisfeitos, e 58,33% estão satisfeitos, dos quais 5% estão muito satisfeitos, o que é positivo. Sobre o nível de motivação, 16,67% dos arrais estão desmotivados, dos quais 3,33% estão muito desmotivados, 13,33% estão pouco desmotivados, e 70% estão motivados, dos quais 6,67% estão muito motivados, o que é muito positivo, como se observa nos gráficos a seguir.

Os elevados níveis de motivação e satisfação observados em quase todas as comunidades piscatórias são explicados apenas pelo gosto e pelo prazer da atividade, quando vão para o rio dizem que vão para o "*escritório*", onde se sentem bem, porque a generalidade dos marítimos tem reclamações da forma como a atividade vem sendo gerida, e contesta o reduzido espaço de pesca na foz e a excessiva largura do canal de navegação e das respetivas zonas de proteção.





III.2.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração.[129]

À data de 31 de dezembro de 2018, nas 71 embarcações do segmento local em operação na frente ribeirinha almadense, e com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados 138 marítimos, incluindo arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 5,63% das embarcações não tinham matriculado qualquer marítimo, ou seja, não fizeram rol de tripulação, 19,72% tinham matriculado um tripulante da categoria mínima de arrais de pesca local, 39,44% tinham matriculado dois tripulantes, 29,58% tinham matriculado três tripulantes, 4,23% tinham matriculado quatro tripulantes, e 1,41% tinham matriculado cinco tripulantes, como se observa no gráfico a seguir. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos, que neste concelho abrangem 14 indivíduos.

Apesar de apenas termos inquirido 60 das 71 embarcações, como já referimos anteriormente, os dados agora apresentados representam a totalidade das matrículas, como referido na metodologia, e, de forma complementar, em nota de rodapé nesta página. Destas embarcações, 16 possuíam rol de tripulação coletivo, em parelhas.[130]

Cinco destas parelhas eram constituídas por embarcações, todas elas, com licença de pesca para a zona do rio Tejo e, na maior parte dos casos, também com licenças de pesca para águas marítimas, e as demais três parelhas eram constituídas, cada uma delas, por uma embarcação com licenças de pesca para a zona rio Tejo e por uma outra embarcação apenas com licença de pesca para águas marítimas. As cinco parelhas que eram constituídas por embarcações com licença de pesca para a zona do rio Tejo, e simultaneamente com licenças para operar em águas marítimas, eram: embarcações "Salete" (VX-712-L) e "Deus Dara" (TR-1440-L), no Olho de Boi, com autorização de embarque de três tripulantes, embarcações "Polly" (TR-1505-L) e "Poney" (TR-1433-L), também no Olho de Boi, com autorização de embarque de dois tripulantes, embarcações "Boa Pesca" (TR-1619-L) e "Nascer" (TR-1702-L), na Trafaria, com autorização de embarque de dois tripulantes, embarcações "Fola" (TR-1712-L) e "Franco" (TR-1692-L), também na Trafaria, com autorização de embarque de dois tripulantes, e embarcações "Deusa do Mar" (TR-1296-L) e "Matutage" (TR-1630-L), na Cova do Vapor, com autorização de embarque de três tripulantes. Nestes casos apenas somamos os marítimos uma vez, para evitar duplicação de dados. Por exemplo, no caso das embarcações "Salete" (VX-712-L) e "Deus Dara" (TR-1440-L), que o armador fez rol coletivo com três tripulantes, considerámos que cada uma destas embarcações opera com três tripulantes, para efeitos de realização do gráfico a seguir "N.º de tripulantes por embarcação, incluindo arrais e pescadores", e porque efetivamente cada uma destas pode operar com os três tripulantes, mas apenas se contaram três tripulantes (e não seis) para o apuramento total dos marítimos do concelho, no gráfico "Distribuição dos 138 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais".

As demais três parelhas, que eram constituídas, cada uma delas, por uma embarcação com licenças de pesca para a zona rio Tejo, e, por uma outra embarcação apenas com licença de pesca para águas marítimas, eram: embarcação "Arrais Moisés" (TR-1533-L), com licença de pesca para a zona rio Tejo, e que faz rol coletivo com a embarcação "3 Cabritas" (TR-1729-L), apenas com autorização de pesca para água marítimas, ambas pertencentes à comunidade piscatória da Costa da Caparica e com autorização de embarque de três tripulantes; embarcação "Oxala" (TR-1511-L), com licença de pesca para a zona rio Tejo, e que faz rol coletivo com a embarcação "Coqueluche" (TR-1421-L), apenas com autorização de pesca para água marítimas, ambas pertencentes à comunidade piscatória da Cova do Vapor e com autorização de embarque de três tripulantes; e embarcação "Leites" (TR-1507-L), com licença de pesca para a zona rio Tejo, e que faz rol coletivo com a embarcação "Cristo Rei" (TR-1714-L), apenas com autorização de pesca para água marítimas, ambas pertencentes à comunidade piscatória da Trafaria e com autorização de embarque de dois tripulantes. Nestes casos, ainda que as mesmas tripulações tanto operem em águas interiores não marítimas do rio Tejo, como em águas marítimas (zona de entrecabos), foram consideradas integralmente nas águas interiores não marítimas do rio Tejo, porque, efetivamente, podem aqui operar.

Sobre a distribuição dos marítimos, 2,08% estão na Banática, 6,94% em Cacilhas, 4,17% no Caramujo, 30,56% na Costa da Caparica, 9,72% na Cova do Vapor, 2,08% na Fonte da Telha, 6,94% no Olho de Boi, 4,86% no Porto Brandão, 2,08% na Tagol e 30,56% na Trafaria. Sobre as categorias

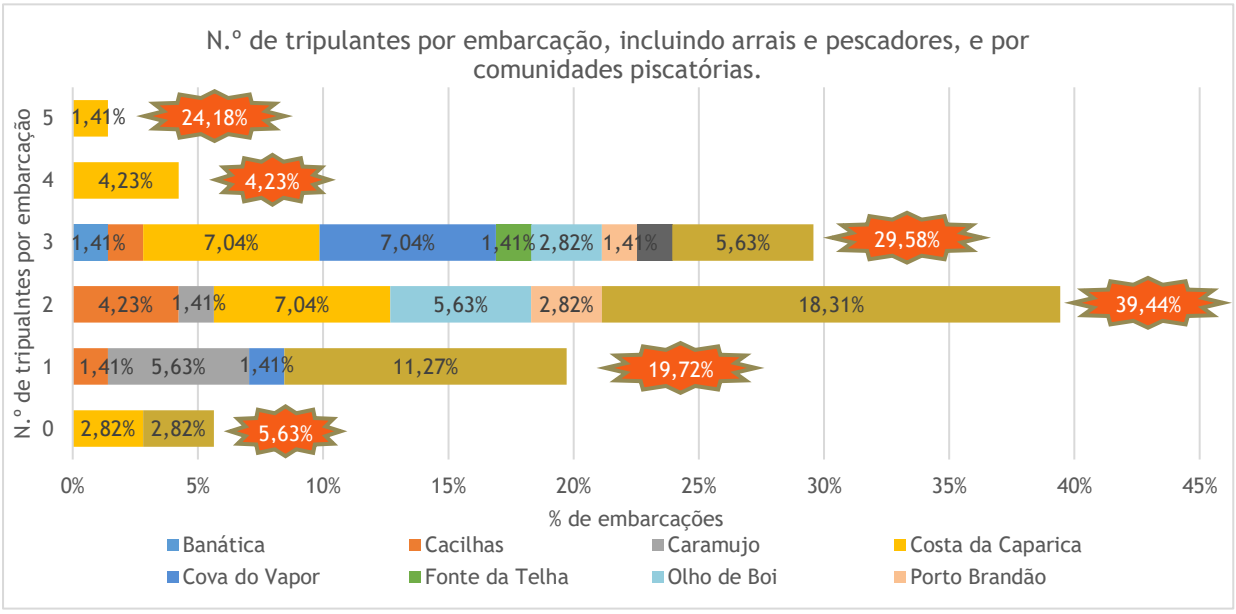
[129] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos rols de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. Representam, por isso, a totalidade da frota. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário, pelo que representam apenas as embarcações inquiridas.

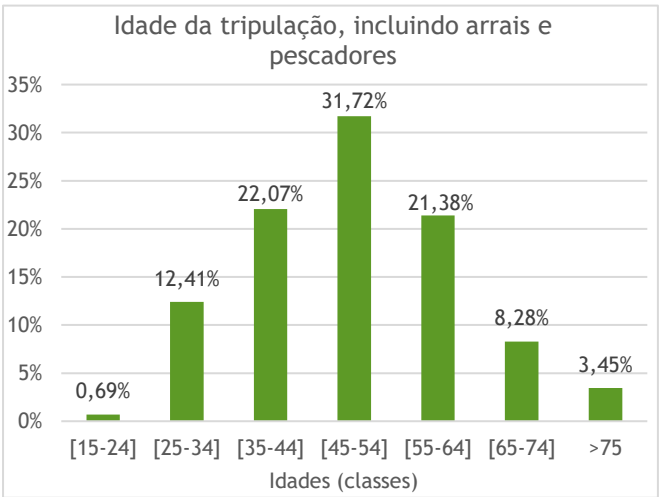
[130] Esta situação é possível sempre que duas ou mais embarcações de pesca local sejam propriedade do mesmo armador.

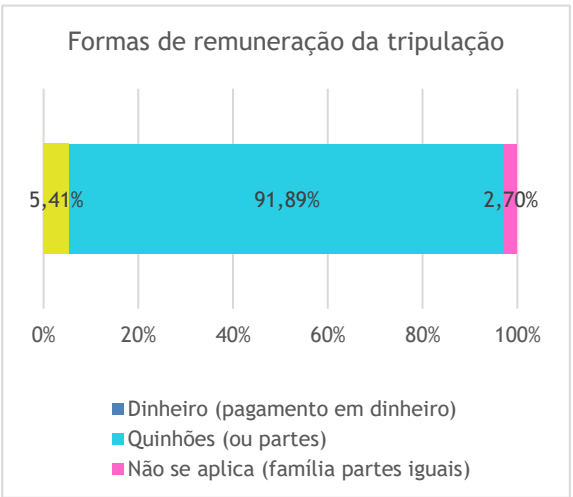
profissionais, 34,72% têm a categoria de pescador, 38,19% a categoria de arrais de pesca local, 25% a categoria de arrais de pesca, 1,39% a categoria de 1,39% e 0,69% a categoria de contramestre pescador, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória está em equilíbrio, uma vez que cresce dos 15 aos 54 anos, a maior intensidade é entre os 45 e os 54 anos, num total de 31,72%, e decresce a seguir. Ainda assim, 21,38% já têm entre 55 e 64 anos, e 11,72% já têm mais de 65 anos, como se observa no gráfico a seguir.

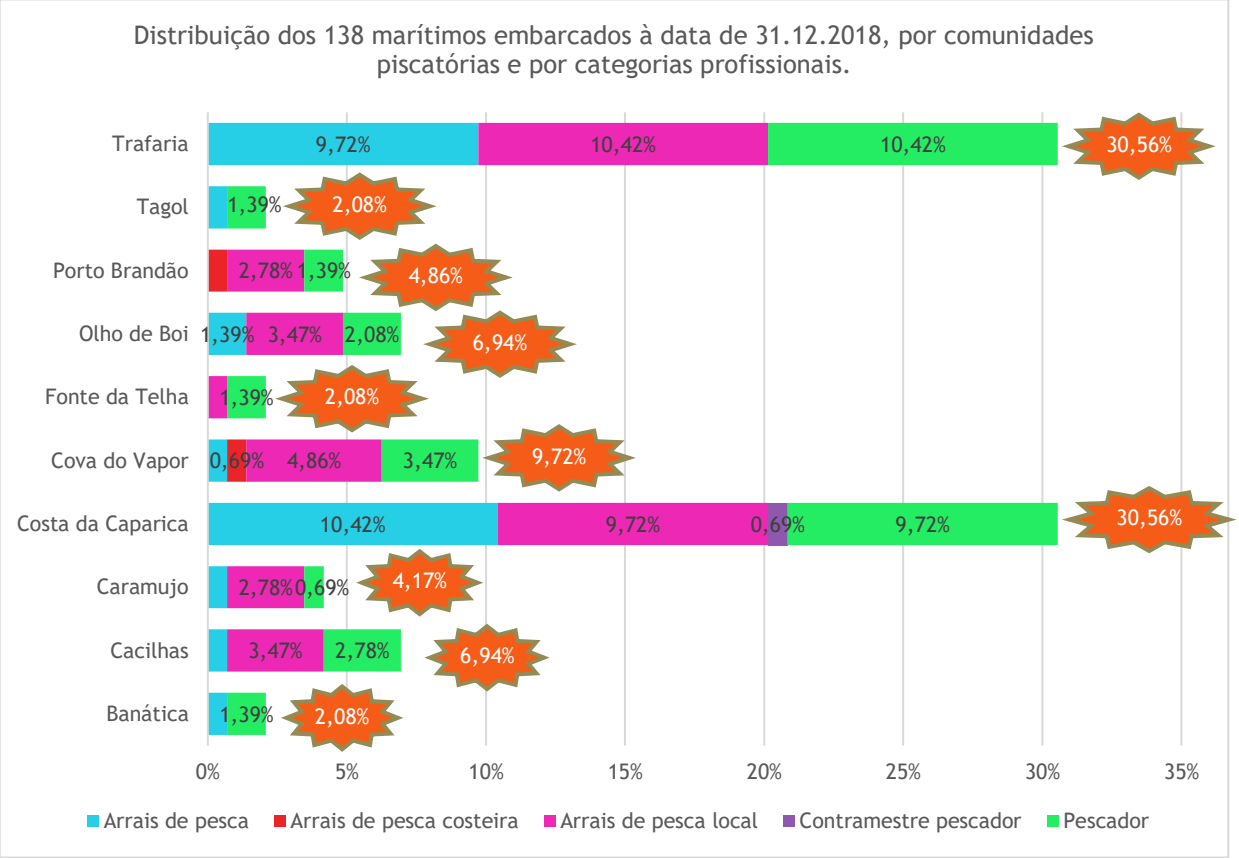
Sobre a forma de remuneração, 2,70% repartem o produto da pescaria em partes iguais, ou o mais possível em partes iguais, situações maioritárias em que os tripulantes são familiares, 5,41% recebem em dinheiro (valor diário fixo, entre 40€ e 60€), e 91,89% recebem em quinhões (em função do produto da pescaria, e pago em dinheiro), como também se observa ano gráfico a seguir. No caso dos que recebem em quinhões, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, ou outras.

Neste que é o maior concelho piscatório ribeirinho do Tejo, e, como acontece em todas as atividades, existe flutuação no emprego, mas, curiosamente, estes marítimos são constantes, ou seja, são regularmente matriculados nas mesmas embarcações. No entanto, observa-se que a inconstância é maior nas situações em que é paga uma contrapartida financeira em dinheiro por cada embarque, sendo também nestas situações que se evidenciam mais irregularidades por embarques não autorizados. Notar que estas comunidades piscatórias são maioritariamente constituídas por homens, apenas aqui laboram quatro mulheres na pesca, e está pessimamente servida de infraestruturas de apoio à pesca em terra, mas está ainda mais mal servida em termos de gestão dessas infraestruturas.








Distribuição dos 138 marítimos embarcados à data de 31.12.2018, por comunidades piscatórias e por categorias profissionais.
Trafaria
Tagol
Porto Brandão
Olho de Boi
Fonte da Telha
Cova do Vapor
Costa da Caparica
Caramujo
Cacilhas
Banática
9,72%
10,42%
10,42%
30,56%
1,39%
2,08%
2,78%
1,39%
4,86%
1,39%
3,47%
2,08%
6,94%
1,39%
2,08%
0,69%
4,86%
3,47%
9,72%
10,42%
9,72%
0,69%
9,72%
30,56%
2,78%
0,69%
4,17%
3,47%
2,78%
6,94%
1,39%
2,08%
0%
5%
10%
15%
20%
25%
30%
35%
Arrais de pesca
Arrais de pesca costeira
Arrais de pesca local
Contramestre pescador
Pescador

III.2.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

No concelho de Almada, das 60 embarcações ativas em 2018, que inquirimos, 48 operaram com a piteira, dirigida ao polvo-comum, de janeiro a dezembro, com exceção dos meses de defeso (julho e agosto), o que faz desta a arte mais utilizada pelos marítimos deste território, como se observa no gráfico a seguir. Cada piteira era constituída por uma coroa de seis anzóis, com barbela. O mais comum foi cada marítimo operar com duas piteiras, mas alguns apenas operaram com uma, os menos experientes e alguns dos que governavam as embarcações.

Os aparelhos de anzol, que são muito utilizados nas comunidades piscatórias de Cacilhas, Olho de Boi, Tagol e Trafaria, ainda que nesta última, por via da presença dos marítimos da Costa da Caparica, que operam sobretudo com redes, os aparelhos de anzol dividam o protagonismo com as redes. Utilizam-se, essencialmente, dois tipos de aparelhos ao longo de todo o ano: aparelho de meia água e aparelho de fundo, mas com muitas diferenças entre si.

O aparelho de meia água tanto é preparado com isco vivo, geralmente caranguejo-pilado, capturado nas xávegas da Costa da Caparica, como é preparado com amostras (borrachas ou pingalins). Com anzóis pequenos (n.os 9 e 10), e isco vivo (caranguejo-pilado), a arte é dirigida aos robalos, corvinas pequenas (entre 1 e 4 Kg) e raias. Com anzóis pequenos (n.os 9 e 10), e amostras pequenas, a arte é dirigida ao robalo-legítimo e às corvina-legítima (entre 1 e 4 Kg), mas também captura carapau, corvinata-real (ou peixe-rainha, ou rainhas), e robalo-baila. Com anzóis grandes (n.os 6 e 7), e amostras grandes, a arte é dirigida à corvina-legítima (grandes exemplares). Esta última tipologia também é conhecida como aparelho de superfície.

Sobre as amostras, referir que são muitas as tipologias utilizadas, mas podemos dividi-las em dois grupos: as amostras pequenas, para os anzóis pequenos, conhecidas por "tamanho petinga", e as amostras grandes, para os anzóis grandes, conhecidas como "tamanho sardinha". Os aparelhos com amostras são organizados por cores, ou seções, porque em situação de destruição, o que pode acontecer por vicissitudes várias (mau tempo, crueldade de outros marítimos, etc.), as cores indicam-lhes as seções que ainda estão por colher (dentro de água), e, após a alagem finalizada, permitem-lhes apurar se conseguiram recuperar o aparelho completo, ou apenas parte dele.

O aparelho de fundo tanto é preparado com isco vivo, como com isco morto. Com anzóis pequenos (n.os 9 e 10), e isco vivo (camarão-espinho), a arte é dirigida aos robalos, corvinas pequenas (entre 1 e 4 Kg) e raias. Com anzóis grandes (n.os 6 e 7), e isca morta (cavala, sardinha, carapau, e outras espécies mais económicas cortadas às postas), a arte é dirigida ao congro até 15 Kg.

Os marítimos almadenses que operam com palangre autoelogiam-se bastante, referindo que esta arte é bastante mais sustentável do que as redes, especialmente para a corvina-legítima, porque, segundo defenderam, quando esta espécie entra, preocupa-se em subir o rio o mais rápido possível para desovar, o que torna mais difícil "*cair nos aparelhos de anzol, mas é fácil cair nas paredes de rede que estão nessa altura espalhadas por todo o estuário*". Ainda de acordo com a convicção destes marítimos, os aparelhos de anzol capturam sobretudo machos, ao contrário das redes, que capturam sobretudo fêmeas.

As redes são densamente utilizadas pelos marítimos das comunidades piscatórias do Caramujo, Cova do Vapor, Costa da Caparica e Fonte da Telha. A branqueira, uma rede de enredar de três panos (miolo de 80 mm) utilizada na modalidade fundeada, ou "atachada", como dizem os marítimos, dirigida ao choco-vulgar e aos linguados, que também captura robalos, santolas, corvinas (até 3 ou 4 Kg), sargos e douradas, e, de forma acessória, o charroco, é, a seguir à piteira, a arte mais utilizada entre janeiro e maio/junho. A partir de julho, e até dezembro, a operação com redes faz-se essencialmente com a rede de um pano da classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, dirigida à corvina-legítima (pequena), ao robalo-legítimo, ao robalo-baila, ao sargo-legítimo, ao sargo-alcorraz, ao salmonete-legítimo, à choupa, e inclusive às tainhas, e na modalidade de deriva, dirigida à dourada e a todas as outras espécies referidas na modalidade fundeada. Apenas duas embarcações têm licença para a rede de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, dirigida à corvina-legítima, com que operam de março a junho. A rede de um pano é conhecida neste território como "estresmalho", e um pequeno número de marítimos designa a arte de "rede singela".

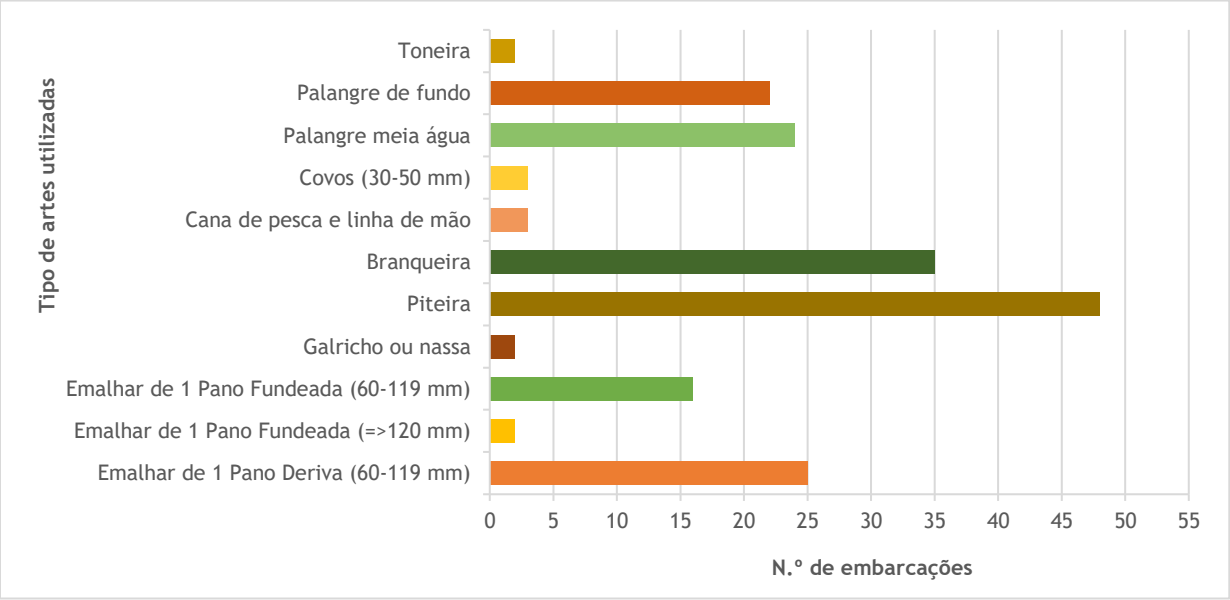
As demais artes são utilizadas por poucas embarcações, mas ainda assim são relevantes. Na comunidade piscatória de Porto Brandão, a principal arte utilizada são as canas e linhas de mão, que dirigem à corvina-legítima, ao robalo-legítimo, ao robalo-baila, aos sargos (legítimo, alcorraz, safia, etc.) e às douradas, durante todo o ano. Utilizam isco vivo, e operam sobretudo no gargalo do Tejo,

em especial juntos aos pilares da Ponte 25 de Abril. A toneira é utilizada por duas embarcações da Trafaria, apenas no verão, entre maio e julho/agosto, e é dirigida à lula-vulgar, mas também captura choco-vulgar. A pesca com toneira, ainda que a tivéssemos observado nas comunidades piscatórias da Trafaria e de Paço de Arcos, já é muito rara na pesca comercial. São os pescadores desportivos que mais operam com esta arte na zona da Trafaria, junto à margem ribeirinha do lado esquerdo do Terminal Cerealífero da Trafaria.

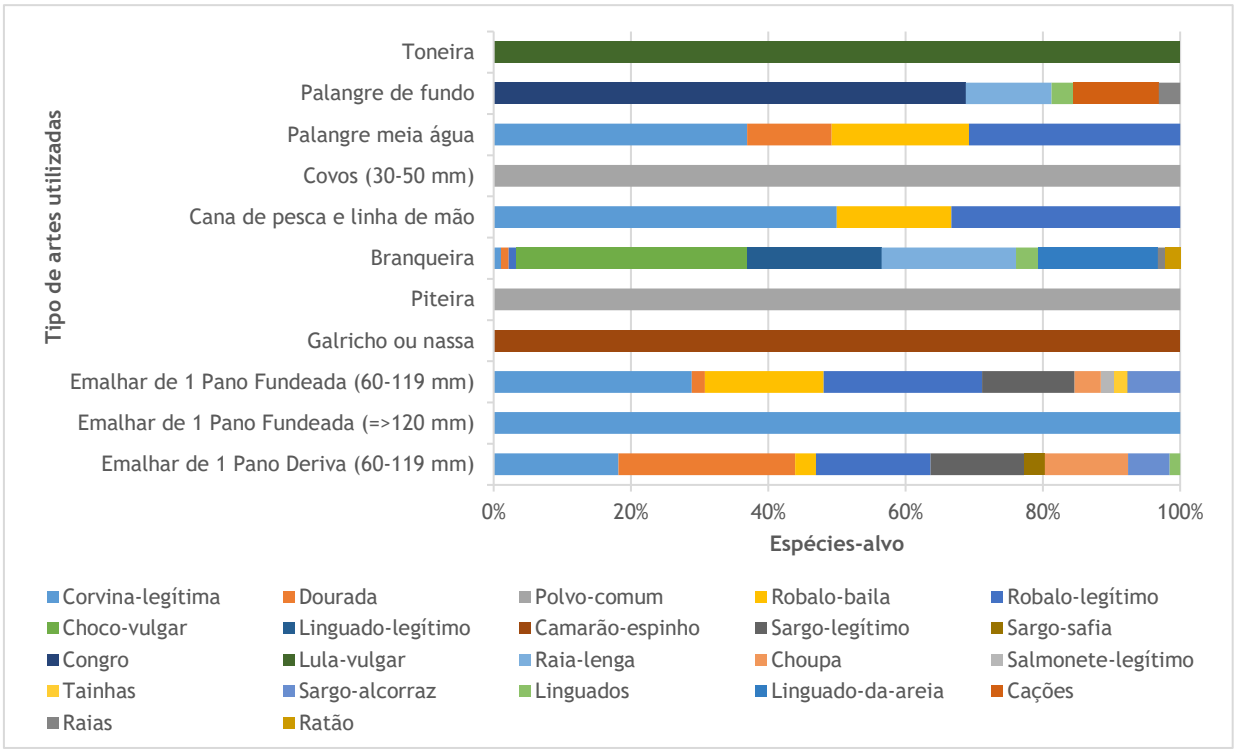
Os covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm são a principal arte com que opera a única embarcação de pesca comercial da Banática, e, neste caso, têm uma configuração muito particular, foram adaptados com um alcatruz no seu interior para proteger o polvo das moreias e dos congros, com o objetivo de evitar o chamado polvo perneta, que vale menos cerca de 2€/Kg. Em Almada, apenas existe uma outra embarcação, da comunidade piscatória da Trafaria, que pontualmente opera com covos. O exclusivo desta pesca, que é realizada durante todo o ano, com exceção dos meses de defeso (julho e agosto), está concentrado na Banática.

Por fim, os galrichos e nassas, arte que aparece assim descrita nos gráficos seguintes, e que carece de explicação adicional, como segue. Desde que há memória, os marítimos das comunidades piscatórias de Almada, com maior incidência no Caramujo, Tagol, Banática e Trafaria, sempre utilizaram uma arte a que chamam covo, galricho ou nassa, consoante os marítimos, para capturar o camarão-branco-legítimo (ou camarão-espinho), e outro marisco (santolas, sapateiras, navalheiras, lavagantes, bruxas, etc.), bem como peixe diverso de fundo (fenecas, congros, entre outros), constituída por um saco de rede com o comprimento máximo de 1,20 m e com a malhagem mínima de 10 mm (a chamada rede galeão), sustentado a intervalos regulares por três aros metálicos cilíndricos, com uma boca e um endiche, e armado ("esticado") com duas canas (Cf. Livro IV – Memória Fotográfica, fotografias entre n. ^{os} LIV. IV. XXIV. 22, LIV. IV. XXI. 14 e LIV. IV. XXI. 17).

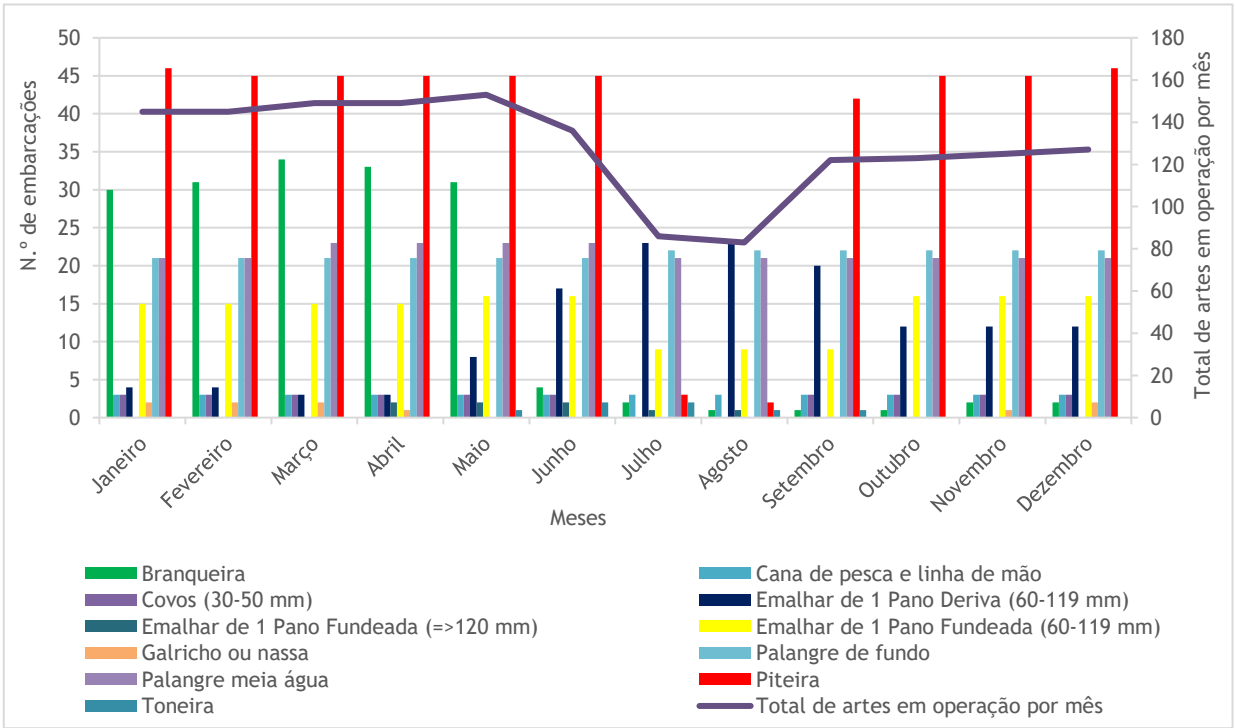
No entanto, as entidades públicas não foram até hoje bem-sucedidas na incorporação dessa arte, com essas características, no regulamento de incidência local[131], apesar dos apelos sistemáticos dos marítimos, e, ao que esses nos referiram, apesar das autoridades administrativas se terem comprometido a rever o regulamento e a incluir a arte (galrichos direcionados à captura do camarão, com malha de 10 mm). Por falta de adequação da arte utilizada pelos marítimos ao leque de artes previstas no regulamento de incidência local, optámos por a classificar como galrichos ou nassas, por ser a que mais se aproxima, ainda que, salientamos, não seja a mesma coisa. Estes covos, que classificámos como galrichos ou nassas, apenas foram utilizados por duas embarcações da Trafaria, entre agosto e fevereiro/março, para capturar camarão-branco-legítimo, sendo que também capturou santolas, fanecas, polvo e congros. Parte deste camarão foi utilizado para iscar os aparelhos de fundo dirigidos aos robalos e corvinas, foi, aliás, o principal motivo para a utilização desta arte, o restante foi utilizado para petisco dos marítimos e para venda no mercado local.



[131] Portaria n.º 569/90, de 19 de julho, que aprovou o primeiro Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo, na redação atual.

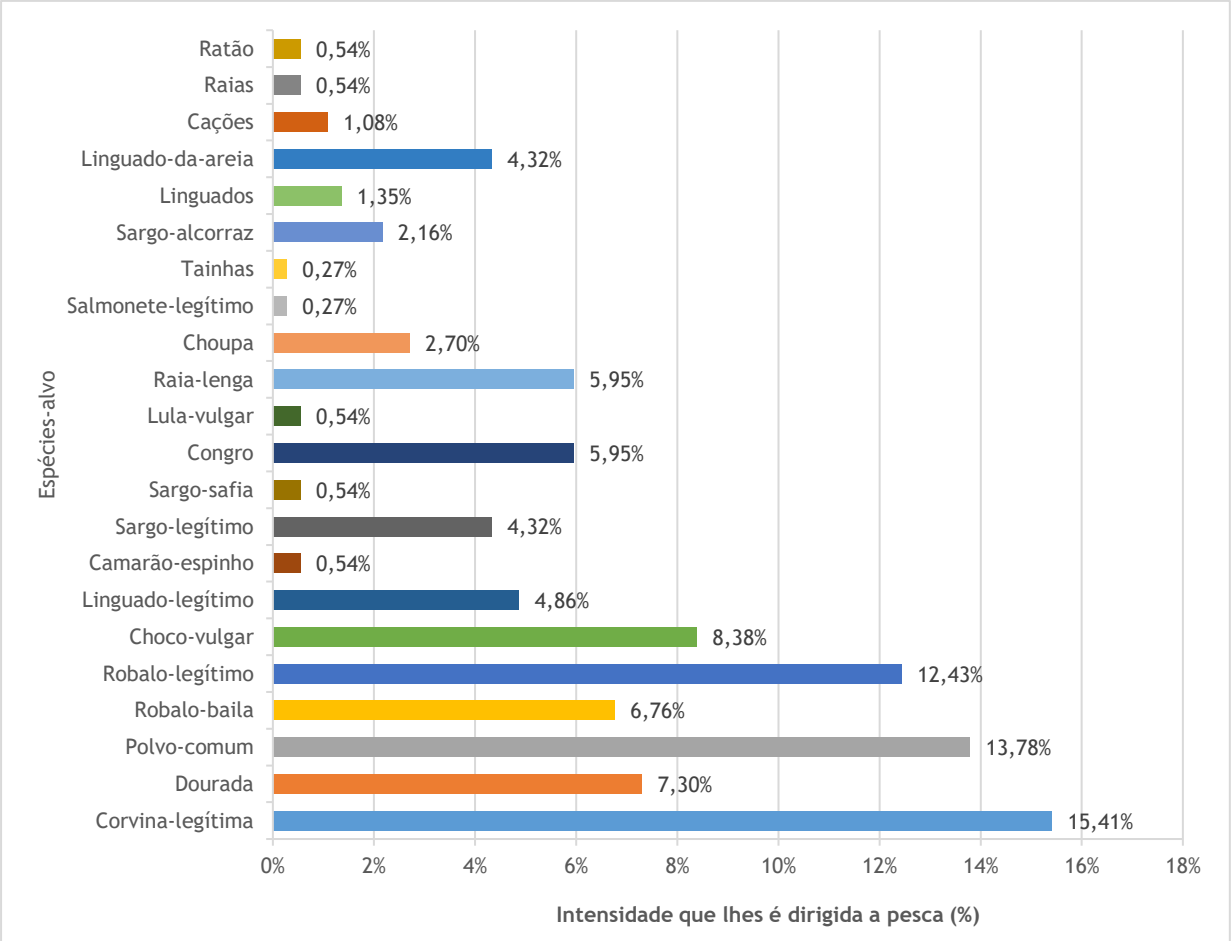


Sobre o número de artes de pesca em operação, por mês, no concelho de Almada, verifica-se que esse valor é significativamente maior entre janeiro e junho, período em que laboraram cerca de 150 artes por mês, muito devido à utilização da branqueira de forma cumulativa com as demais artes, em especial a piteira, compatibilidade que resulta da pesca do polvo ser mais intensa nas marés pequenas. Em julho e agosto, meses de paragem forçada devido ao defeso do polvo, e já com uma utilização residual da branqueira, a operação fez basicamente com redes e com anzóis, tendo o número de artes reduzido substancialmente, passou para cerca de 80 por mês, o que é suficientemente claro da dependência do ciclo do choco-vulgar e da pesca do polvo-comum. Em setembro, com o reabrir da pesca do polvo regressou a piteira, e o número de artes em operação voltou a crescer para cerca de 120, valor que se manteve regular até dezembro, como se observa no gráfico a seguir.



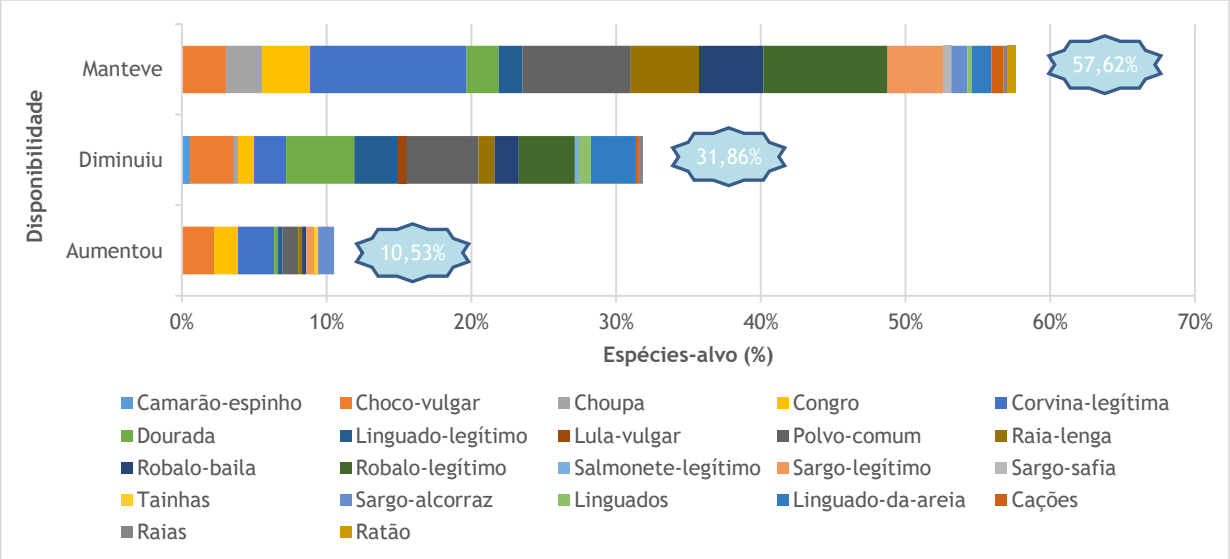
A regularidade na operação com as diversas artes de pesca, que se observa no gráfico anterior, para além dos argumentos já referidos anteriormente, também encontra explicação no facto das comunidades piscatórias da foz não estarem sujeitas ao regime das marés, nem tão condicionadas pela medusa-do-Tejo.

Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que a corvina-legítima (15,41%), o polvo-comum (13,78%) e o robalo-legítimo (12,43), são destacadamente as espécies a que os marítimos almadenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o choco-vulgar (8,38%), a dourada (7,30%), o robalo-baila (6,76%), a raia-lenga (5,95%), o congro (5,95%), o linguado-legítimo (4,86%), o sargo-legítimo (4,32%) e o linguado-da-areia (4,32%). Às demais espécies-alvo, nomeadamente a choupa, o sargo-alcorraz, os cações, o ratão, as raias, o camarão-espinho, o sargo-safia, a lula-vulgar, os salmonete-legítimo e tainhas, a pesca foi-lhes dirigida ocasionalmente, com uma intensidade abaixo dos 3%. A maior diversidade de espécies-alvo, por exemplo, por comparação com Lisboa, deve-se a multiplicidade de artes que são utilizadas em cada maré, especialmente redes pouco seletivas que se dirigem às mais diversas espécies, para o qual também contribui a grande dimensão da população piscatória, a maior do estuário do rio Tejo.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 57,62% dos inquiridos respondido que se manteve, 31,86% que diminuiu e 10,53% que aumentou, como se observa no gráfico a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram polvo-comum (4,99%), dourada (4,71%), robalo-legítimo (3,88%), choco-vulgar (3,05%), linguado-legítimo (3,05%), linguado-da-areia (3,05%), corvina-legítima (2,22%), robalo-baila (1,66%), congro (1,11%), raia-lenga (1,11%), linguados (0,83%), camarão-espinho (0,55%), lula-vulgar (0,55%), choupa (0,28%), salmonete-legítimo (0,28%), cações (0,28%) e raias (0,28%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso da corvina-legítima, por exemplo, 10,80% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve, 2,49% respondeu que aumentou, e 2,22% que diminuiu. No

caso do polvo-comum, 7,48% respondeu que manteve, 4,99% que diminuiu e 1,11% que aumentou. Já no caso do robalo-legítimo, 8,59% respondeu que manteve e 3,88% que diminuiu. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que a maioria dos arrais almadenses não verifica qualquer alteração significativa na disponibilidade das espécies que constituem a sua principal base de subsistência.



Sobre os motivos que levaram os marítimos almadenses a dirigir a pesca a estas espécies, 85% assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos ainda houve motivações cumulativas: 16,67% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, 68,33% por serem espécies das épocas, e 13,33% por indisponibilidade de outras espécies, como se observa na tabela a seguir. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação destes marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica, sendo espectável que algum do pescado seja direcionado à comunidade local e ao mercado local, e também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

PORQUE TEM PREFERÊNCIA POR ESTAS ESPÉCIES (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
I,II	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	6,67%
I,II,III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	3,33%
I,II,IV	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
I,III	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	5,00%
II	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	1,67%	3,33%	11,67%
II,III	0,00%	5,00%	3,33%	18,33%	6,67%	1,67%	3,33%	3,33%	0,00%	15,00%	56,67%
II,IV	1,67%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
IV	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	6,67%
I,II	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	6,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Porque as licenças e as artes de pesca que possui são para essas espécies; (ii) Pelo potencial económico para comércio; (iii) Porque são as espécies das épocas; (iv) Por falta de disponibilidade de outras espécies.

Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abrótea-da-costa, abrótea-do-alto, azevias, besugo, bica, bodião-canário, bodião-do-alto, bodião-reticulado, bodião-verde, biqueirão, anchova, boga-do-mar, cabras, cangulo, carapau, cavala, charroco, corvinata-real (ou peixe-rainha), tremelga-de-olhos, judia, marinha-comum, juliana, tremelga-marmoreada, faneca, ferreira, língua, lula-vulgar, percebes, moreia, pampo, pargo-legítimo, pata-roxa, laibeque-de-três-barbilhos, pata-roxa-denisa, peixe-agulha, enguia-europeia, pescada-branca, pregado, raia-curva, rodovalho, ruivo, bruxas, navalheiras, lavagante, santola, cadelinhas, rascasso-de-pintas, peixe-pau, peixe-aranha-maior, lúcio, salema, sarda, sardinha, sargo-alcorraz, sargo-bicudo, sargo-veado, sarrajão, sável, savelha (ou saboga), solha-legítima, linguado-branco, tainha-fataça, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo.

Importa referir que desde o ano de 2010 têm vindo a surgir exemplares de lampreia-marinha, entre 30 e 40 cm de comprimento, fixadas pela boca a outros peixes, com a ajuda da ventosa. As corvinas quando entram no rio para a reprodução, e acabam capturadas nos aparelhos de anzol, são alvos preferenciais destas pequenas lampreias, especialmente na foz do rio Tejo. César Augusto Martins Lopes, mestre da embarcação "Bia", registo n.º TR-1654-L, captura todos os anos, com aparelho de anzol, dezenas de lampreias nesta situação, em frente à doca de Pedrouços e em frente a Caxias, que devolve ao rio. A título de curiosidade, por alturas do início deste século, próximo ao Natal, este mestre de pesca capturou em frente ao Olho de Boi, com o aparelho do congro (anzol n.º 6, madre de 1,4 mm, estralho de 0,80 mm), iscado com cavala, um bacalhau com cerca de 4 Kg, que foi entregue na Lota da Trafaria. O exemplar foi observado pelos mestres mais antigos, também pelo responsável da lota, tendo todos concluído no mesmo sentido, que era um bacalhau, para surpresa de todos. Desde a década de 1960, esta foi a segunda vez de que há notícia de ter sido capturado um bacalhau no estuário do Tejo.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações almadenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, na maior parte dos casos também estão habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos anteriormente, durante o ano de 2018 desembarcaram 299.997,10 Kg de pescado, que foram comercializados por 1.607.529,58€. Destes, apenas 192.932,70 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, os mais valorizados, e foram comercializados por 1.306.834,51€, o que corresponde ao preço médio de 6,77€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

A corvina-legítima foi a espécie mais desembarcada, um total de 71.892,76 Kg comercializados por 479.177,52€, o que corresponde ao valor médio de 6,67€/Kg. A segunda-espécie mais desembarcada foi o polvo-vulgar, um total de 34.974,86 Kg que foram comercializados por 317.138,17€, o que corresponde ao valor médio de 9,07€/Kg. O congro foi a terceira-espécie mais desembarcada, um total de 25.474,72 Kg comercializados por 81.024,40 €, o que corresponde ao valor médio de 3,18€/Kg. Segue-se o robalo-legítimo, 11.380,86 Kg comercializados por 183.684,36€ (valor médio de 16,14€/Kg), o choco-vulgar, 10.007,47 Kg comercializados por 60.446,00€ (valor médio de 6,04€/Kg), e a amêijoa-japonesa, 5.328 Kg comercializados por 6.088,00€ (valor médio de 1,14€/Kg). Não foi possível inquirir as embarcações de pesca que fizeram os desembarques de amêijoa-japonesa, e por isso e espécie não consta do gráfico anterior das artes versus espécies. Não obstante, a amêijoa-japonesa, a enquadrar no Regulamento de Pesca, teria de ser capturada com berbigoeiro (em 2011 eram 270 as licenças atribuídas a pescadores apeados para a apanha de bivalves em águas interiores não marítimas na Capitania de Lisboa e capitanias adjacentes), mas na prática a captura é realizada com ganchorra de caixa a reboque de embarcação, o que acontece de forma massificada por todo o estuário do rio Tejo, especialmente nas zonas mais a montante, e envolve mais de uma centena de embarcações, quer de pesca profissional, quer de recreio.

Abaixo da linha dos cinco mil quilos, destaque para 3.923,45 Kg de raia-lenga comercializados por 13.403,36€, o que corresponde ao valor médio de 3,42€/Kg, para 3.870 Kg de robalo-baila comercializados por 15.519,00€, o que corresponde ao valor médio de 4,01€/Kg, e para 3.736,90 Kg de salema, espécie acessória, comercializados por 1.128,62€, o que corresponde ao valor médio de 0,30€/Kg. Devido à fraca aceitação da salema no mercado, na maior parte das vezes a espécie é rejeitada, só muito ocasionalmente alguns marítimos a levam à lota. O mesmo acontece com o charroco, de que foram desembarcados 3.228,35 Kg comercializados por 3.433,75€, o que corresponde ao valor médio de 1,06€/Kg, e com a cavala, de que foram desembarcados 2.995,20 Kg comercializados por 748,90€, o que corresponde ao valor médio de 0,25€/Kg. De linguado-legítimo foram desembarcados 2.626,52 Kg que foram comercializados por 42.104,38€, o que corresponde ao valor médio de 16,03€/Kg, de linguado-da-areia 2.197,97 Kg, que foram comercializados por 20.580,71€, o que corresponde ao valor médio de 9,36€/Kg, e de linguados spp. foram desembarcados 768,66 Kg que foram comercializados por 12.530,21€, o que corresponde ao valor médio de 16,30€/Kg.

Regista-se ainda o desembarque de 1.681,96 Kg de dourada, comercializados por 25.343,31€ (preço médio de 15,07€/Kg), 1.099,71 Kg de choupa, comercializados por 3.893,54€ (preço médio de 3,54€/Kg), e 767,78 Kg de linguado, comercializados por 5.099,99€ (preço médio de 6,64€/Kg). Por fim, ao nível dos sargos, que são capturados com redes e aparelhos de anzol de meia água, registam-se desembarques totais de 2.741,62 Kg comercializados por 14.895,15€, que correspondem a 1.484,95 Kg de sargo-legítimo, 657,71 Kg de sargo-safia e 598,96 Kg de sargo-alcorraz, comercializados por 10.314,50€, 3.000,32€ e 1.580,32€, respetivamente, a que corresponde o preço médio de 6,95€/Kg, 4,56€/Kg e 2,64€/Kg, respetivamente.

Foram desembarcadas várias outras espécies, na maior parte em quantidades residuais, mas algumas apresentam um elevado valor comercial, nalguns casos, próximo dos 15€/Kg, noutros, acima. Destaque para o pregado, salmonetes, lulas e enguias, espécies que foram comercializadas ao preço médio de 19,49€/Kg, 19,31€/Kg, 15,00€/Kg e 14,68€/Kg, respetivamente. Estes dados representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local almadenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não contemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Importa salientar que estes dados, que foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., são referentes a toda a frota habilitada com licença de pesca, em 2018, com pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, e não apenas à parte da frota cujos arrais foram inquiridos, como está explicado na metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese). Os dados não contemplam eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo, da parte da frota habilitada com licença para a zona do rio Tejo, nem os desembarques da frota almadense que dispunha, apenas, de licença de pesca para águas oceânicas (que ainda é significativa, especialmente na Fonte da Telha).

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abróteas	65,90	333,17 €	5,06 €
Amêijoa-japonesa	5 328,00	6 088,00 €	1,14 €
Anchova	0,83	3,80 €	4,60 €
Azevias	15,43	87,08 €	5,64 €
Besugo	2,00	11,00 €	5,50 €
Bodião	0,60	1,00 €	1,67 €
Boga-do-mar	40,00	6,24 €	0,16 €
Cabras	0,60	0,14 €	0,23 €
Cações	444,86	2 865,82 €	6,44 €
Cadelinhas	15,00	96,00 €	6,40 €
Cangulo	7,50	25,50 €	3,40 €
Carapau	652,91	1 167,45 €	1,79 €
Cavala	2 995,20	748,90 €	0,25 €
Charroco	3 228,35	3 433,75 €	1,06 €
Choco-vulgar	10 007,47	60 446,00 €	6,04 €
Choupa	1 099,71	3 893,54 €	3,54 €
Congro	25 474,72	81 024,40 €	3,18 €
Corvina-legitima	71 892,76	479 177,53 €	6,67 €
Corvinata-real	531,11	914,71 €	1,72 €
Dourada	1 681,96	25 343,31 €	15,07 €
Enguias	10,00	146,75 €	14,68 €
Faneca	184,29	691,08 €	3,75 €
Ferreira	16,74	153,82 €	9,19 €
Língua	767,78	5 099,09 €	6,64 €
Linguado-da-areia	2 197,97	20 580,71 €	9,36 €
Linguado-legítimo	2 626,52	42 104,38 €	16,03 €
Linguados	768,66	12 530,21 €	16,30 €
Lúcio	1,50	2,31 €	1,54 €
Lulas	1,70	25,50 €	15,00 €
Lula-vulgar	100,13	1 339,76 €	13,38 €

Moreias	18,90	65,08 €	3,44 €
Pampo	1,96	4,33 €	2,21 €
Pargo-legítimo	1,40	11,62 €	8,30 €
Pata-roxa-denisa	46,65	48,53 €	1,04 €
Pescada-branca	100,93	205,53 €	2,04 €
Polvo-vulgar	34 974,86	317 138,17 €	9,07 €
Pregado	285,71	5 569,01 €	19,49 €
Raia-lenga	3 923,45	13 403,36 €	3,42 €
Raias	386,70	1 573,38 €	4,07 €
Ratão	176,27	107,69 €	0,61 €
Robalo-baila	3 870,00	15 519,00 €	4,01 €
Robalo-legitimo	11 380,86	183 684,36 €	16,14 €
Robalos	7,49	74,92 €	10,00 €
Rodovalho	58,93	816,01 €	13,85 €
Ruivo	44,58	53,61 €	1,20 €
Salema	3 736,90	1 128,62 €	0,30 €
Salmonete-legitimo	9,99	70,89 €	7,10 €
Salmonetes	151,21	2 919,95 €	19,31 €
Sarda	7,15	2,05 €	0,29 €
Sardinha	288,83	514,57 €	1,78 €
Sargo-alcorraz	598,96	1 580,32 €	2,64 €
Sargo-legítimo	1 484,95	10 314,50 €	6,95 €
Sargo-safia	657,71	3 000,32 €	4,56 €
Sarrajão	3,35	3,77 €	1,13 €
Sável	27,33	28,63 €	1,05 €
Solha-legítima	15,45	47,63 €	3,08 €
Tainha-liça	150,45	135,43 €	0,90 €
Tainhas	361,50	472,05 €	1,31 €
Tremelga	0,11	0,25 €	2,26 €
Somatório	**192 932,70**	**1 306 834,51 €**	**6,77 €**

TABELA 19 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Almada no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.
Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, a despesa totalizou 886.011,00 €, assim distribuídos: 394.180,00 € (44,49%) com combustível para as embarcações, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM; 250 500,00 € (28,27%) com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra; 76.480,00 € (8,63%) com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas; 59.080,00 € (6,67%) com a aquisição de isco (nestas comunidades o isco é comprado, não é apanhado); 52.380,00 € (5,91%) com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo a reparação regular do(s) motor(es) (não inclui investimentos em novos motores); 44.151,00 € (4,98%) com despesa direta ou indireta com deslocações para venda do pescado em lota; e 9.240,00 € (1,04%) com aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc., como se observa na tabela a seguir.

O combustível para as embarcações operarem representa cerca de 45% do total da despesa, é o que mais onera a atividade, o que se explica por apenas 5% da frota almadense ter instalados motores interiores a gasóleo. Se toda a frota operasse com motores a gasolina, os custos de operação seriam

maiores, como se observa nos concelhos a montante. A segunda maior rúbrica da despesa, que representa cerca de 28%, é a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo, como redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis, e mão de obra, o que se justifica por ser um concelho com grande incidência de redes. Os gastos com material de pesca, e os gastos com a manutenção e conservação da embarcação e do equipamento a bordo, representam 34,18% do total da despesa, mais do que em qualquer outro concelho, valor que se nos afigura ajustado para antecipar as necessidades evitando terem de suspender a atividade por avaria no motor de embarcação, por falta de manutenção, ou por não ter redes em condições para operarem. De todos os concelhos do Tejo, foi neste que se realizou o maior investimento em artes e embarcações, exatamente porque é o maior concelho piscatório do Tejo, e também porque é aquele onde mais se investe na atividade tendo em vista aumentar a produtividade e atingir maiores ganhos ("semear para colher, como dizem os pescadores").

O valor direto ou indireto com deslocações para venda de pescado em lota é reduzido (4,98%), porque uma grande parte das embarcações desembarcam o pescado na Trafaria, que é na zona o único centro de receção de pescado por mar, pelo que o custo do combustível para a operação das embarcações já integra o custo de deslocação à lota. No entanto, alguns marítimos consideram que na Trafaria o pescado é desvalorizado ("mal vendido") pelos compradores, e outros dizem "*gostar mais do rapaz da lota da Costa da Caparica*", pelo que desembarcam o pescado na Trafaria e levam-no por terra à Costa da Caparica, um custo residual porque são poucos os marítimos a proceder desta forma. A despesa com seguros ascende a 8,63%, é maior que nos demais concelhos, porque muitas das embarcações optam por ter o seguro da Mútua dos Pescadores, por ser mais completo, mas também é mais dispendioso. O gasto com isca, que representa 6,67% do total da despesa, é essencial a operação com a arte dos covos, da piteira e do aparelho de anzol de meia água, dirigido aos robalos e corvinas, e de fundo, dirigido aos congros.

Neste concelho parecem não existir desequilíbrios estruturais na gestão dos custos, por comparação com os concelhos a montante. Ainda que de forma não planeada, a verdade é que os vários centros de custos estão em relativo equilibro entre si, o que contribui para a valorização da atividade (se não existirem outros impedimentos da parte da DGRM). Esta despesa foi realizada no território concelhio, contribuiu para dinamizar a economia local, pelo que também por isso esta atividade deveria ser mais valorizada. Por fim, importa referir que o valor dos encargos neste concelho é superior, uma vez que não inquirimos os arrais de algumas embarcações, e, como tal, o rácio em relação ao valor de vendas é menor.

Custos operacionais da atividade piscatória almadense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	250 500,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	44 151,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	9 240,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	52 380,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	76 480,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	394 180,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	59 080,00 €
Somatório	**886 011,00 €**

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento (na deslocação

para o pesqueiro com vento de Norte demoram mais dez minutos), das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam, como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Todas as comunidades têm particularidades próprias do ponto de vista da operação, mas podemos definir três agrupamentos: as que operam maioritariamente com palangre, as que operam maioritariamente com redes, as que operam maioritariamente com covos, como se observa na tabela a seguir. Apesar de especializadas nestes sistemas de pesca, todas complementam a atividade com a pesca com piteira, geralmente nas boas marés do polvo (marés pequenas).

Na Banática, onde operam todo o ano com covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, com exceção dos meses de julho e agosto, em que operam com palangre de maia água, o tempo de deslocação para os pesqueiros, de ida e volta, varia entre 20 e 30 minutos, o que representa uma deslocação muito curta, exatamente porque os marítimos operam apenas em frente à Banática, e daí até à Trafaria.

Em Cacilhas a operação faz-se com palangre, linhas e cana de mão e piteira. No caso da pesca com aparelho de fundo, e da pesca com aparelho de meia água, o tempo médio de deslocação para o pesqueiro, de ida e volta, varia entre 12,28 e 36,25 minutos, e entre 11,17 e 38,08 minutos, respetivamente, o que corresponde a uma operação na redondeza da comunidade piscatória, e na zona mais próxima do Mar da Palha. No caso da operação com cana de pesca e linhas de mão, laboram mesmo junto ao batelão de Cacilhas, e daí até ao Mar da Palha, sempre com grande proximidade da comunidade piscatória, pelo que o tempo de deslocação de ida e volta varia dos 5 aos 40 minutos. Com a arte da piteira, para o polvo, operam desde o Olho de Boi quase até ao Bugio, o que obriga a deslocações de idade e volta que podem ir dos 5 e os 70 minutos.

Já na Trafaria, os marítimos que trabalham com aparelhos de anzol, e são em número significativo, nas deslocações de ida e volta para os pesqueiros demoram entre 5 e 70 minutos, o que delimita a zona de operação a toda a zona da foz, desde a Banática até à frente da Marina de Oeiras. Com pormenor, em frente à Marina de Oeiras operam com palangre de fundo, iscado com cavala, sardinha ou carapau, dirigido ao congro e à moreira, aproveitando que nesta zona o fundo é pedregoso, um lugar de eleição para essas espécies, e desde a Banática até ao Bugio operam com palangre de meia água, com amostras, dirigido às corvinas pequenas (rabetas) e os robalos.

Na Tagol, onde operam todo ano com palangre e com piteira, o tempo de deslocação aos pesqueiros varia entre 10 e 45 minutos, porque operam exclusivamente no gargalo do Tejo, entre o Olho de Boi e a Cova do Vapor. Importa salientar que os pesqueiros para o polvo vão desde o Olho de Boi, a montante, até à Marina de Oeiras, a jusante. É nesta extensão que todos os marítimos, de todo o Tejo, operam ao polvo, quer seja com covos, quer seja com piteira. No entanto, os que trabalham com piteira procuram operar o mais próximo possível do seu porto de abrigo, apenas quando não consideram que aí a pesca esteja a ser rentável, é que expandem a pesca a toda esta zona.

Nas restantes comunidades os marítimos trabalham maioritariamente com sistemas de redes, em alguns casos operam próximo das comunidades piscatórias, a maior parte opera mais longe, o que tem a ver com os principais pesqueiros. Começando pelos marítimos da Trafaria que operam com redes, verifica-se que a operação com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, que dirigem às corvinas, robalos, douradas, sargos, etc., na modalidade fundeada realizam deslocações de ida e volta que variam entre os 10 e os 30 minutos, o que significa que operam mesmo em frente à Trafaria, e entre a Trafaria e a Cova do Vapor, e na modalidade de deriva realizam deslocação de ida e volta que variam entre os 10 e os 70 minutos, o que delimita o perímetro desde a Trafaria até Caxias.

Os marítimos da Costa da Caparica, muitos dos quais fazem abrigo na Trafaria, para a operação com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, que dirigem às corvinas, robalos, douradas, sargos, etc., na modalidade fundeada realizam deslocações de ida e volta que variam entre os 5 e os 70 minutos, e na modalidade de deriva realizam deslocação de ida e volta que variam entre os 5 e os 90 minutos, o que delimita o perímetro desde a Trafaria até Caxias. Para a operação com a mesma rede de emalhar, mas na classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, arte que é dirigida às grandes corvinas, os tempos de deslocação já variam entre o mínimo de 30 minutos e o máximo de 110 minutos, porque a operação faz-se essencialmente do Mar da Palha até à Ponte Vasco da Gama, zona onde também operam com a rede de tresmalho Branqueira.

Na Cova do Vapor, para operarem com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, quer na modalidade fundeada, quer na modalidade à deriva, direcionada à corvina e aos robalos, os marítimos gastam em deslocações de ida e volta, em termos médios, entre 9,15 e 33,13 minutos, e entre 8,10 e 29,52 minutos, respetivamente, o que permite estabelecer um raio de ação desde a Cova do Vapor até à frente da Marina de Oeiras. Para a operação com a rede de tresmalho branqueira, dirigida ao choco-vulgar e aos linguados, o tempo de deslocação de ida e volta, em termos médios, varia entre 8,26 e 30,43 minutos, o que corresponde à atuação em frente à Cova do Vapor.

Os marítimos do Caramujo operam com diversos sistemas de pesca, mas mais intensamente com as redes. Para a operação com a rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, têm de fazer deslocações de ida e volta que variam: se fundeada, entre 15 e 40 minutos, e se à deriva, entre 20 e 50 minutos, o que permite delimitar a sua ação à zona do Mar da Palha mais próxima do Fundeadouro Municipal da Mutela. Dos tempos indicados na tabela a seguir para as diversas artes de pesca, apenas no caso da piteira o tempo de deslocação delimita uma zona de pesca para jusante que ultrapassa a Ponte 25 de Abril.

Estes dados evidenciam que a frota local almadense opera maioritariamente próximo do porto de abrigo, e daí até ao Bugio, com exceção das embarcações cuja operação incide em sistemas de redes, que expandem bastante a zona de pesca, e sobretudo aquelas que operam com redes de emalhar de um pano, classe de malhagem igual ou superior a 120 mm, que basicamente operam desde o Bugio até à Ponte Vasco da Gama, o que tem implicações no custo do combustível utilizado pelas embarcações, e aumenta o custo de operação.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Banática	**20,00**	**20,00**	**20,00**	**30,00**	**30,00**	**30,00**
Covos (30-50 mm)	20,00	20,00	20,00	30,00	30,00	30,00
Palangre meia água	20,00	20,00	20,00	30,00	30,00	30,00
Cacilhas	**5,00**	**13,16**	**40,00**	**25,00**	**40,52**	**70,00**
Piteira	5,00	24,00	40,00	40,00	54,00	70,00
Cana de pesca e linha de mão	5,00	5,00	5,00	40,00	40,00	40,00
Palangre meia água	10,00	11,17	15,00	25,00	38,08	50,00
Palangre de fundo	10,00	12,28	15,00	25,00	36,25	50,00
Caramujo	**10,00**	**18,00**	**40,00**	**40,00**	**47,40**	**65,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	20,00	20,00	50,00	50,00	50,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	15,00	18,33	20,00	40,00	40,00	40,00
Piteira	30,00	37,07	40,00	60,00	62,07	65,00
Branqueira	10,00	15,00	20,00	40,00	42,00	50,00
Palangre meia água	10,00	12,14	15,00	50,00	50,00	50,00
Palangre de fundo	10,00	13,33	15,00	50,00	50,00	50,00
Costa da Caparica	**5,00**	**24,08**	**30,00**	**30,00**	**62,40**	**120,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	5,00	24,26	30,00	30,00	63,26	90,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (=>120 mm)	30,00	30,00	30,00	100,00	105,00	110,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	22,41	30,00	40,00	56,21	70,00
Piteira	10,00	24,04	30,00	40,00	65,45	120,00
Branqueira	5,00	24,09	30,00	30,00	63,41	120,00
Cova do Vapor	**5,00**	**8,57**	**20,00**	**20,00**	**31,35**	**50,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	5,00	8,10	20,00	20,00	29,52	50,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	5,00	9,15	20,00	20,00	33,13	50,00
Piteira	10,00	10,00	10,00	30,00	30,00	30,00
Branqueira	5,00	8,26	20,00	20,00	30,43	50,00

Toneira	20,00	20,00	20,00	40,00	40,00	40,00
Fonte da Telha	**50,00**	**50,00**	**50,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00	100,00
Branqueira	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00	100,00
Olho de Boi	**10,00**	**13,24**	**35,00**	**25,00**	**34,12**	**70,00**
Piteira	20,00	28,33	35,00	40,00	56,23	70,00
Palangre meia água	10,00	10,00	10,00	25,00	29,15	35,00
Palangre de fundo	10,00	10,00	10,00	25,00	31,25	35,00
Porto Brandão	**5,00**	**18,00**	**30,00**	**15,00**	**40,07**	**65,00**
Piteira	5,00	15,00	30,00	15,00	33,33	65,00
Branqueira	10,00	18,00	30,00	15,00	35,00	65,00
Cana de pesca e linha de mão	5,00	5,00	5,00	20,00	20,00	20,00
Palangre meia água	30,00	30,00	30,00	65,00	65,00	65,00
Palangre de fundo	5,00	5,00	5,00	20,00	20,00	20,00
Tagol	**10,00**	**10,00**	**10,00**	**45,00**	**45,00**	**45,00**
Piteira	10,00	10,00	10,00	45,00	45,00	45,00
Palangre meia água	10,00	10,00	10,00	45,00	45,00	45,00
Palangre de fundo	10,00	10,00	10,00	45,00	45,00	45,00
Trafaria	**5,00**	**16,34**	**30,00**	**20,00**	**44,35**	**70,00**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	10,00	17,50	20,00	30,00	57,07	70,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	10,00	10,00	10,00	30,00	30,00	30,00
Galricho ou nassa	10,00	10,00	10,00	20,00	20,00	20,00
Piteira	5,00	16,28	30,00	30,00	43,53	70,00
Branqueira	10,00	14,55	20,00	20,00	45,45	70,00
Cana de pesca e linha de mão	10,00	10,00	10,00	30,00	30,00	30,00
Covos (30-50 mm)	10,00	10,00	10,00	30,00	30,00	30,00
Palangre meia água	5,00	16,28	30,00	20,00	42,35	70,00
Palangre de fundo	5,00	21,31	30,00	20,00	52,22	70,00
Toneira	5,00	5,00	5,00	30,00	30,00	30,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura (combustíveis), é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações almadenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 5446 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 13450 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de pesca é três vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente,

por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
30 (5 dias * 6 meses)	312 (26 dias * 12 meses)	224,17 (18,97 dias/mês)	13450	213	167	70,80	5446

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica (a que só têm acesso por terra) apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio, não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré).

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, todos estes problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que não se lhes reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

O facto de não haver lota ao final de semana causa outros problemas, nomeadamente aos proprietários de embarcações com autorização de pesca específica para capturar raia curva, no âmbito da avaliação científica desta unidade populacional (estudo desenvolvido pelo IPMA). No caso em concreto, os proprietários estão limitados a descargas diárias máximas de 30 kg de peso vivo. Supondo que capturam 30 Kg no sábado e mais 30 Kg na segunda-feira, e que vendem de forma cumulativa os 60 Kg na segunda-feira, o que não é nada de extraordinário, podem ser autuados. A situação já aconteceu, e não foi caso isolado. Nos anos de 2018 e de 2019, a embarcação "Bia", registo n.º TR-1654-L, da comunidade piscatória da Trafaria, propriedade de César Augusto Martins Lopes, que exerce

a bordo as funções de arrais, teve autorização de pesca específica para capturar raia curva. No início do segundo semestre de 2019, entre um sábado e uma segunda-feira esta tripulação capturou 47 Kg de raias, que foram entregues e comercializadas no Posto de Vendagem da Trafaria. As raias foram adquiras na segunda-feira, em leilão, por um comerciante de pescado, que nesse mesmo dia viria a ser abordado pela Guarda Fiscal, na zona de Setúbal, para apresentar a documentação da aquisição do pescado. Os guardas ao verificaram que numa maré foram vendidos por uma única embarcação mais de 30 Kg de raia curva, notificaram o proprietário do auto de contraordenação. O proprietário recebeu a notificação tempos mais tarde, só nessa altura teve conhecimento da situação, ficou em sobressalto, revoltado, e durante vários meses para além de pescar ainda teve de andar a lutar contra uma coima injusta, processo com elevado desgaste emocional, psicológico, e com custos de que nunca foi ressarcido. O serviço de pescarias foi instituído em Portugal no último quartel do século XIX (Cf. Livro III – Evolução Histórica), já teve o tempo necessário para se organizar de forma a não deixar os proprietários das embarcações passarem por este tipo de situações.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que 93,33% das embarcações do concelho de Almada operaram durante os doze meses (todo o ano), como se observa na tabela a seguir.

A Banática é constituída por apenas uma embarcação (1,67% da frota de Almada) que operou apenas dez meses, o que se explica pelo mesmo motivo de Pedrouços. Esta embarcação dedica-se quase em exclusividade à pesca do polvo com armadilhas de gaiola (covos) na zona do gargalo do Tejo, e no período de defeso, julho e agosto, o proprietário retirou a embarcação da água para se dedicar a outras atividades (montagem de equipamentos de ar condicionado). Importa salientar que no ano anterior o proprietário não retirou a embarcação da água, porque não encontrou trabalhos em terra, e durante os dois meses de defeso do polvo operou com aparelho de anzol de meia água com amostras, para os robalos e corvinas. A título de curiosidade, diz-se que esta é a embarcação que mais e melhor pesca polvo na foz do rio Tejo (reconhecimento vindo das embarcações profissionais que fazem a mesma pesca, abrigadas em Pedrouços).

Na Costa da Caparica uma embarcação (1,67% da frota de Almada) apenas operou durante seis meses, porque o proprietário, que é o único tripulante e exerce a bordo as funções de arrais, trabalha em regime subordinado e com horário completo nos rebocadores do Porto de Lisboa e não teve disponibilidade para operar mais tempo (este proprietário costuma utilizar o mês de férias concedido pela entidade patronal para pescar, abdicando assim do seu tempo de lazer).

Na Fonte da Telha apenas existe uma embarcação com licença para a zona do estuário do rio Tejo (1,67% da frota de Almada), que apenas operou seis meses, porque o proprietário tem uma segunda embarcação habilitada com licença da arte xávega, com que opera os outros seis meses na Fonte da Telha.

Por fim, no Porto Brandão, uma embarcação (que representa 1,67% da frota de Almada) apenas operou durante oito meses, porque o proprietário trabalha nos transportes públicos do Sul do Tejo, em regime subordinado e com horário completo, e não teve disponibilidade para mais (este proprietário costuma utilizar o mês de férias concedido pela entidade patronal para pescar, abdicando assim do seu tempo de lazer).

N.º DE MESES EM QUE AS EMBARCAÇÕES ESTIVERAM EM ATIVIDADE DURANTE O ANO DE 2018? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
6 Meses	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
8 Meses	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%
10 Meses	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
12 Meses	0,00%	8,33%	8,33%	25,00%	10,00%	0,00%	10,00%	3,33%	1,67%	26,67%	93,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Também inquirimos os marítimos de Almada sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, automatismo e perda de significado.

Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho de Almada dedicam em média 10h13m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 14 horas por dia, e no mínimo cinco horas por dia, como se observa na tabela a seguir.

O valor mais baixo, de cinco horas, foi registado na comunidade piscatória da Trafaria, trata-se de embarcação que opera à piteira, 4/5 horas por maré, e não gasta tempo a preparar outras artes, e o valor mais alto, de catorze horas, foi alcançado nas comunidades da Trafaria, Cova do Vapor e Costa da Caparica, que são os principais núcleos piscatórios da foz do Tejo que operam tanto dentro como fora do estuário. O valor médio mais alto, de 12h23m, também foi registado na Costa da Caparica, comunidade que opera essencialmente com redes, e cujos marítimos despendem de muito tempo a aparelhar, entralhar e a reparar redes.

As horas de trabalho em dia de faina são muito significativas para uma atividade que requer grande exigência física. No entanto, como já verificámos anteriormente, no cômputo geral há muitos dias em que não operam, o que acaba por introduzir algum equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

NÚMERO MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DE HORAS DE TABALHO POR DIA (EM DIA DE FAINA), POR COMUNIDADE PISCATÓRIA, E NO CONJUNTO DO CONCELHO DE ALMADA	MÍNIMO (horas)	MÉDIO (horas)	MÁXIMO (horas)
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA BANÁTICA	10	10	10
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE CACILHAS	7	10	12
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO CARAMUJO	8	11	13
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA COSTA DA CAPARICA	9	12,23	14
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA COVA DO VAPOR	10	11,25	14
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA FONTE DA TELHA	12	12	12
COMUNIDADE PISCATÓRIA DE OLHO DE BOI	8	10,17	12
COMUNIDADE PISCATÓRIA DO PORTO BRANDÃO	6	7,07	8
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA TAGOL	12	12	12
COMUNIDADE PISCATÓRIA DA TRAFARIA	5	9,21	14
TOTAL GERAL - CONCELHO DE ALMADA	5	10,13	14

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, 95% respondeu "*mau tempo*", sendo que 20% ainda acrescentaram as ocasiões quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 13,33% referiram situações de doença, 11,67% quando "*sentem que não há peixe*", 6,67% quando têm "*as embarcações a reparar*", e 3,33% quando o "*preço do peixe está baixo*" e, outros tantos, por falta de camaradas, como se observa na tabela a seguir. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Almada encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA NÃO SAIR PARA A PESCA? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
I	1,67%	3,33%	5,00%	10,00%	0,00%	1,67%	6,67%	3,33%	1,67%	16,67%	**50,00%**
I,III	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
I,IV	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**3,33%**
I,V	0,00%	0,00%	1,67%	10,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	**16,67%**
I,V,VII	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
I,VI	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**8,33%**
I,VII	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	**8,33%**
V	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
VI	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
I,II,IV,VII	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Descrição dos motivos: (i) Mau tempo; (ii) Falta de camaradas; (iii) Baixo preço do peixe; (iv) Embarcação a reparar; (v) Marés que não são boas para a pesca "Ensejo - conforme a maré"; (vi) Falta de peixe; (vii) Doença.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do concelho de Almada, que é atualmente o grande cluster de pesca do Tejo, sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial devido a alterações do clima, nomeadamente de corvina-legitima, robalo-legítimo e choco-vulgar, espécies de grande relevância económica, tendo 55% respondido que não, e 45% respondido sim, como se observa na tabela seguinte.

TÊM EXISTIDO ALTERAÇÕES NA ÉPOCA DE PESCA DOS PEIXES MIGRADORES DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	TOTAL
Não	1,67%	6,67%	5,00%	11,67%	3,33%	1,67%	1,67%	3,33%	1,67%	18,33%	**55,00%**
Sim	0,00%	1,67%	3,33%	15,00%	6,67%	0,00%	8,33%	1,67%	0,00%	8,33%	**45,00%**
TOTAL	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A maior parte dos marítimos entende que não existe qualquer alteração estrutural e profunda nos períodos de pesca das espécies migradoras, apenas existem alterações pontuais, de espécies que atrasam ou adiantam a sua entrada no estuário cerca de um mês, em função da maior ou menos pluviosidade e temperatura da água, algo que sempre aconteceu, e com o qual dizem saber lidar.

Os marítimos que referiram existir alterações, e que as assumem como preocupantes, dão como exemplo o choco-vulgar, que dizem já o começar a capturar em dezembro, junto ao Bugio. Notam ainda que as espécies migradoras apesar de entrarem mais tarde, também permanecem mais tempo dentro do estuário, o que tem vindo a ajudar os pescadores. Neste âmbito, aproveitam para referir o polvo-comum, porque apesar de não ser uma espécie migradora, tem vindo a apresentar intensas oscilações nos principais períodos de abundância, o que tem implicações nos períodos de captura, e muitas vezes colide com o defeso nos meses de julho e agosto. Pretendem, por isso, a revisão da forma como é decretado o defeso do polvo, tornando o processo mais ajustado à realidade.

III.2.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

O concelho de Almada, muito devido à sua história, cultura e condições naturais (frente atlântica), congrega várias associações de pesca, algumas, muitas, dedicadas à pesca lúdica, nas vertentes de lazer, desportiva e turística, como os "Lutadores da Dourada - Associação de pesca embarcada desportiva do Caramujo-Almada" ou o "Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa da Caparica", outras, menos, dirigidas à pesca profissional, como a "ALA-ALA - Associação de Pesca", que também utiliza a designação "ALA - ALA Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores", e que é a mais importante a abranger a área do estuário do rio Tejo, ou a "Pesquisucesso - Associação de Pescadores".

A Pesquisucesso - Associação de Pescadores, foi constituída por João Galinho Martins e por Carlos Brites Luís, em 11 de dezembro de 2009, e tem sede na Praceta de Goa, n.º 18, 1º Esq., 2825-331 Costa da Caparica. No quotidiano, as reuniões de pescadores ocorrem nos armazéns de artes e aprestos de pesca da comunidade piscatória da Costa da Caparica, junto à oficina, onde se encontra bem identificado o espaço desta Associação, conforme fotografia ao lado. Sem fins lucrativos, tem como objetivo representar os armadores e pescadores junto das entidades públicas e privadas, e divulgar a atividade. Tem o número de pessoa coletiva 508964440 e o número de identificação na segurança social 25089644407. Na sua atividade quotidiana esta organização tem evidenciado mais interesse pela arte xávega. Não se sabe o número de associados, mas diz-se dentro da comunidade piscatória que são poucos, apenas os pescadores que integram a direção e o presidente.



FIGURA 337 | Instalações da Pesquisucesso - Associação de Pescadores, nos armazéns de arrumos de artes e aprestos de pesca, na comunidade piscatória da Costa Caparica, em 16.07.2019.

A ALA-ALA - Associação de Pesca, foi constituída por António João dos Santos Graça, mais conhecido por Toni, e por Carlos Alberto Pereira Fagundes, em 23 de julho de 2013, e tem sede na Rua Serafim Martins, no edifício do Grupo Amigos da Costa (GAC), freguesia de Costa da Caparica, conforme fotografia ao lado. No entanto, sempre foi dirigida por Lídio Galinho (familiar de João Galinho Martins), na forma de oligarquia, dada a ausência de prestação de contas das ações empreendidas, métodos e dos resultados alcançados. Esta será, porventura, a sua grande missão de vida, e luta diariamente com afinco para levar a sua missão a bom porto, sempre na defesa intransigente dos marítimos que representa. Tem como objetivo a defesa da pesca artesanal, local e costeira, e o apoio social aos pescadores. Não tem fins lucrativos, e tem o número de pessoa coletiva 510766722 e o número de identificação na segurança social 25107667223. Na sua orgânica incorpora uma delegação no Barreiro, conhecida como "ALA-ALA Barreiro", com sede na Av. Batalhão de Sapadores Caminhos de Ferro, 2830-302 Barreiro (antiga Doca Seca da CP). Como já referimos, Rogério Antunes Pereira Correia, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sol Brilhante", conjunto de identificação B-779-L, que é Vice-Presidente da ALA-ALA - Associação de Pesca, é responsável pela Delegação no Barreiro. Esta Associação é a que os armadores e arrais do Tejo comentam de forma mais positiva, por



FIGURA 338 | Sede da ALA-ALA - Associação de Pesca, nas instalações do Grupo de Amigos da Costa (GAC), na Costa da Caparica, em 15.07.2019.

ser interventiva junto das instituições, no âmbito da gestão e organização da pesca, especialmente pela ajuda social e pelo apoio judiciário, mas não está isenta de críticas. Referir que tem uma página no Facebook, que deveria servir para informar os associados, mas a última publicação data de 16 de novembro de 2015, quando foi atualizada a foto de perfil.[132] Desconhecemos o número de sócios, porque a Associação nunca o esclareceu, apesar de tal lhe ter sido solicitado, mas na comunidade local diz-se que terá cerca de 70 sócios.

Pelo que foi possível apurar no trabalho de campo, e validado junto dos principais intervenientes locais, a Pesquisucesso e a ALA-ALA são as associações de pesca profissional mais relevantes no apoio à pesca que se realiza no estuário do rio Tejo, e surgiram de dissidências no seio do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, na altura presidido por Joaquim Piló. O desentendimento teve na base assuntos de gestão quotidiana da atividade piscatória, e terá levado ao surgimento da primeira associação de pescadores, a "Pesquisucesso", no seio da família "Galinho", em Almada. A segunda associação de pescadores, a ALA-ALA, terá resultado de dissidência no seio da família "Galinho". As divergências entre os familiares são do conhecimento público na comunidade piscatória da Costa da Caparica. Aliás, só assim se justifica existirem duas associações de pesca profissional com os mesmos objetivos na Costa da Caparica, dirigidas por elementos da mesma família, em linha reta de parentesco, quando, até para apenas uma, o número de pescadores era reduzido.

Neste território é ainda relevante destacar a "APMFT - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha", pessoa coletiva número 510423094, constituída por Célia João Costa Figueiredo, Mário Martins Figueiredo, Carlos Brites Luís, Raimundo João Figueiredo da Silva e José da Conceição Henriques, em 28 de dezembro de 2012, com sede na Praça dos Pescadores, Caixa Postal n.º 55, Fonte da Telha, freguesia da Costa da Caparica. Tem por objeto trabalhar em estreita colaboração com as autarquias e quaisquer outras entidades oficiais com vista à legalização, requalificação e ou recuperação da malha urbana, habitacional, comercial e piscatória, incluindo equipamentos e serviços da Fonte da Telha, bem como promover a defesa e proteção dos legítimos interesses dos pescadores seus associados, em todos os aspetos concernentes à atividade da pesca, e ainda representá-los em todas as negociações que envolvam a sua atividade piscatória, incluindo poderes para celebração de acordos profissionais com todas as entidades envolvidas, sejam elas privadas ou públicas. Não podemos esquecer que a embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L, da Fonte da Telha, tem simultaneamente licenças de águas interiores do Rio Tejo e de águas oceânicas, e, como tal, pode operar sempre que o entenda no estuário do Rio Tejo, ainda que seja raro que o faça. Notar ainda que na Fonte da Telha existe um Porto de Vendagem, do qual é responsável o Leonel Santos Abel, onde os arrais desta localidade e da Lagoa de Albufeira desembarcam o pescado. Mesmo quando os arrais caparicanos pescam o "charro" em frente à Fonte da Telha, vão vender à lota da Costa da Caparica, de que é responsável o Sr. Claudino Dias. Salientar que só na situação do peixe estar a ser comercializado barato na lota da Costa da Caparica, é que os caparicanos o levam à Fonte da Telha.

Na mesma linha foi constituída a "CIOB - Associação do Complexo Industrial do Olho de Boi", em 3 de março de 2015, por Rui Soares e Costa e Manuel Mateus Simões, com sede no Complexo Industrial Olho de Boi, Edifício 45, freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Tem o número de pessoa coletiva 513455132 e o número de identificação na segurança social 25134551326, e tem como objetivo a preservação do património do complexo industrial do Olho de Boi (instalações da antiga Companhia Portuguesa de Pesca), e apoiar, promover e defender os interesses dos seus utentes, o que indiretamente inclui os interesses dos armadores e arrais de pesca local que aqui fazem abrigo e aqui têm as arrecadações de arrumos de material de pesca. Ou seja, a preservação do edificado degradado das instalações da extinta Companhia Portuguesa de Pesca, missão principal desta Associação, assegurou a sobrevivência de seis embarcações de pesca profissional em atividade durante o ano de 2018, e que aqui tinham abrigo, e de mais algumas embarcações profissionais que por vicissitudes várias, não estiveram a operar durante este ano, e ainda muitas outras recreativas dedicadas à pesca lúdica que aqui também encontram refúgio.

Analisando os dados do associativismo que foram recolhidos no inquérito aplicado aos arrais de Almada, durante o ano de 2018, observa-se que 56,67% dos arrais estão inscritos na ALA-ALA – Associação de Pesca, e os demais 43,33% não estão inscritos em nenhuma organização análoga, como consta da tabela seguinte. Como padrão, regista-se uma menor dinâmica associativa nas comunidades mais pequenas, nomeadamente em Olho de Boi, Caramujo e Tagol, locais onde se acredita na pertinência destas organizações. Nas comunidades de Cacilhas e Trafaria, a dinâmica associativa é maior, já que os arrais inscritos estão em maior número do que os não inscritos, mas a diferença é pequena. Os principais meios de ação dirigidos à captura ilegal de amêijoa-japonesa, com recurso ao arrasto de ganchorra, estão alocados às comunidades da Trafaria e do Caramujo, o que é impeditivo do

[132] https://www.facebook.com/alaala.apa.1 (19/10/2020).

desenvolvimento do associativismo. É na Costa da Caparica que mais arrais estão inscritos na ALA-ALA – Associação de Pesca, o que se explica por a organização ser maioritariamente constituída por arrais da própria comunidade piscatória. Nenhum arrais indicou estar inscrito na Pesquisucesso - Associação de Pescadores, o que pode resultar de não encontrarem qualquer pertinência nesta associação, ou, no oposto, desta organização apenas aceitar associados armadores e pescadores que operam em águas marítimas, em especial os que operam com a arte da xávega. Notar que os dirigentes desta associação operam na arte xávega na Costa da Caparica, e não têm licenças para operarem nas águas interiores do rio Tejo, motivo pelo qual não foram inquiridos.

Esta inscrito numa associação de pescadores? Qual? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Sim - ALA-ALA - Associação de Pesca	1,67%	5,00%	3,33%	20,00%	6,67%	1,67%	1,67%	1,67%	0,00%	15,00%	**56,67%**
Não	0,00%	3,33%	5,00%	6,67%	3,33%	0,00%	8,33%	3,33%	1,67%	11,67%	**43,33%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Ainda que o número de arrais inscritos na ALA-ALA – Associação de Pesca seja maioritário, isso não significa que eles considerem a associação uma mais-valia para a atividade. Questionados sobre se consideravam que a sua associação de pescadores tinha uma função relevante, 66,67% responderam que não, e apenas 33,33% responderam sim, como se observa na tabela seguinte. Este valor é, em larga medida, determinado pelas respostas dos arrais da Costa da Caparica e da Cova do Vapor, o que é significativo do mau estar implantado nestas comunidades.

Considera que a sua associação de pescadores tem uma função relevante? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	6,67%	13,33%	10,00%	0,00%	6,67%	3,33%	1,67%	16,67%	**66,67%**
Sim	0,00%	1,67%	1,67%	13,33%	0,00%	1,67%	3,33%	1,67%	0,00%	10,00%	**33,33%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Quanto à governança, questionámos os arrais sobre a avaliação global que faziam das instituições que regulam e fiscalizam as pescas, tendo 61,67% respondido não estar nada satisfeito, 28,33% respondido pouco satisfeito, e apenas 10% respondido satisfeito, como se observa na tabela a seguir. O desanimo é maior nas comunidades piscatórias da Costa da Caparica, Cova do Vapor, Olho de Boi e Trafaria, e tem muito a ver com o que os arrais consideram ser a má prática da regulação, que dizem nada fazer para melhorar a atividade, e também com a má prática da fiscalização, que dizem ser mais incisiva na pesca profissional do que na pesca lúdica, e, por fim, com a falta de um porto de abrigo com condições na foz do rio Tejo.

Como avalia o desempenho global das instituições que regulam e fiscalização as pescas? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Nada satisfeito	0,00%	6,67%	5,00%	20,00%	8,33%	1,67%	5,00%	0,00%	1,67%	13,33%	**61,67%**
Pouco satisfeito	0,00%	1,67%	1,67%	6,67%	0,00%	0,00%	5,00%	3,33%	0,00%	10,00%	**28,33%**
Satisfeito	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	**10,00%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Os arrais consideram ser desprezados pelas entidades da administração pública que regulam e fiscalizam a atividade piscatória. Segundo eles, as instituições não tomam a iniciativa de os procurar, e quando são eles a tomar a iniciativa, não são ouvidos. Isso justifica que questionados sobre se essas instituições já lhes perguntaram sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo, 93,33% responderam que não, e apenas 6,67% responderam que sim, como se observa na tabela a seguir.

Já alguma vez alguma dessas instituições lhe perguntou sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	8,33%	8,33%	25,00%	8,33%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	26,67%	**93,33%**
Sim	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	**6,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Talvez por isso, 95% dos inquiridos também tenha respondido que os pescadores deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, como se observa na tabela a seguir. Referir que os arrais que indicaram não quererem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão também indicaram que já não acreditam no "*sistema*", por estar corrompido, pelo que já nem sequer querem saber de "*coisa nenhuma*". Refletem, portanto, o descrédito absoluto pelo sistema, no qual se mantêm apenas para sobreviver da "*forma que os outros fazem*".

Considera que os pescadores deviam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	**5,00%**
Sim	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	8,33%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	26,67%	**95,00%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Quanto às questões de segurança, e no âmbito da segurança a bordo, 96,67% dos arrais inquiridos indicaram que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros, como se observa no quadro a seguir. Os demais dos arrais inquiridos (3,33%), que pertencem às comunidades piscatórias do Caramujo e da Costa da Caparica, indicaram que alguns dos seus tripulantes nadam mal, mas sabem de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar.

Na sua embarcação todos sabem nadar, boiar e têm conhecimentos de primeiros socorros? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Alguns	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
Sim	1,67%	8,33%	6,67%	25,00%	10,00%	1,67%	10,00%	5,00%	1,67%	26,67%	**96,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Quanto à segurança na navegação, apenas 11,67% indicaram que existem alguns acidentes na pesca no estuário, e 88,33% indicaram que não, como se observa no quadro seguinte. Os sinistros

registaram-se nas comunidades piscatórias da Trafaria, Costa da Caparica, Porto Brandão e Cova do Vapor. São pequenos sinistros entre embarcações, questão que não parece preocupar os marítimos.

Existem muitos acidentes na pesca no estuário? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Alguns	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	5,00%	**11,67%**
Não	1,67%	8,33%	8,33%	23,33%	8,33%	1,67%	10,00%	3,33%	1,67%	21,67%	**88,33%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Sobre a questão da segurança de pessoas e bens, indagámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material da pesca, tendo 5% respondido nunca, e os demais 95% respondido algumas vezes (36,67%), frequentemente (30%) e muito frequentemente (28,33%). Esta é uma das questões que mais preocupa os arrais, e obriga-os a um cuidado, extra de vigia, no sentido de zelarem com acuidade pelos seus bens materiais.

Já lhe foi roubado ou danificado material de pesca no estuário? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Nunca	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	**5,00%**
Algumas vezes	1,67%	1,67%	5,00%	13,33%	5,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	6,67%	**36,67%**
Frequentemente	0,00%	1,67%	3,33%	6,67%	5,00%	0,00%	6,67%	0,00%	0,00%	6,67%	**30,00%**
Muito frequentemente	0,00%	5,00%	0,00%	6,67%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	1,67%	11,67%	**28,33%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Por fim, sobre a religiosidade, 76,67% dos arrais inquiridos não perfilam qualquer ligação religiosa, crença ou fé, apostando mais na tecnologia e conhecimento no quotidiano, e os demais 23,33% são devotos de Nossa Senhora de Fátima (10%), Nossa Senhora dos Navegantes (3,33%), Santa Filomena (1,67%), São João (1,67%), São Pedro (5%) e São Rafael (1,67%), como se observa no quadro seguinte. Tanto nas grandes comunidades piscatórias, como na Trafaria ou na Costa da Caparica, como nas pequenas comunidades, como na Tagol, no Caramujo ou na Banática, observa-se uma alteração na identidade dos pequenos pescadores. Estes homens do mar já perfilam um novo modelo de pesca, mais tecnológico e empresarial, com aquisição de artes e maior diversidade de equipamento a bordo, que visa maximizar os ganhos no menor tempo possível.

É devoto de um santo a quem pede enquanto anda no mar? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	8,33%	21,67%	6,67%	1,67%	6,67%	3,33%	1,67%	18,33%	**76,67%**
Sim - Nossa Senhora de Fátima	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	**10,00%**
Sim - Nossa Senhora dos Navegantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	**3,33%**
Sim - Santa Filomena	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Sim - São João	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**1,67%**
Sim - São Pedro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	**5,00%**
Sim - São Rafael	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	**1,67%**
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Por fim, referir que a Trafaria, antigamente, funcionava como ponto de encontro dos pescadores, onde muitas vezes se informavam das novidades e trocavam ideias e opiniões sobre a atividade quando iam entregar o pescado na Lota da Trafaria, hoje despromovido a Posto de Vendagem, de que é responsável o Sr. José Eduardo Chaveiro Serrano. Ao lado da lota existia um café/restaurante denominado "O Cantinho da Beira Mar", explorado por Helena Sargento, esposa do Sr. Luís Filipe de Sousa Correia, proprietário, armador e arrais da embarcação "Sandra" (LX-311-L), da Banática, onde os pescadores tomavam café, comiam pratos rápidos e bebiam umas cervejas, e representava a extensão do convívio da lota, após entrega do pescado. Esta espaço encerrou em 2018, foi demolido juntamente com as barracas de arrumos de artes e aprestos de pesca que estavam no terreno do mesmo proprietário junto à lota, e com ele foi a alma do convívio local. A existência do edifício da Delegação Marítima da Trafaria (DMT) a poucos metros de distância, onde os marítimos tratam de todos os assuntos relacionados com as embarcações de pesca e onde levantavam as licenças de pesca (até 2019, em 2020 já foi pelo BMar), também colaborava para o convívio que reforçava o associativismo. O tempo remanescente do cumprimento de obrigações na DMT, muitas vezes era preenchido com umas cervejas no "O Cantinho da Beira Mar", e nas demais tascas ribeirinhas, como ainda hoje acontece.

III.2.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos, tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As redes de pesca abandonadas ou perdidas promovem a captura contínua de todas as espécies, são uma verdadeira armadilha mortal para a vida marinha. Para colmatar a carência de informação sobre esta matéria relativa às águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo, indagámos os arrais deste concelho sobre a perda durante a faina de artes e aprestos de pesca, e, como se observa no quadro seguinte, 90% responderam que perdem, dos quais 48,33% algumas vezes, 36,67% frequentemente e 5% muito frequentemente, e os demais 10% reponderam que nunca perdem, ou se perdem, mais tarde acabam por recuperar.

Com que intensidade perde artes na faina (redes e aparelhos)? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Nunca	0,00%	1,67%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	3,33%	10,00%
Algumas vezes	1,67%	1,67%	3,33%	15,00%	1,67%	1,67%	3,33%	1,67%	1,67%	16,67%	48,33%
Frequentemente	0,00%	5,00%	1,67%	10,00%	8,33%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	6,67%	36,67%
Muito frequentemente	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Ainda neste âmbito, indagámos os arrais acerca do que mais os preocupa quando perdem uma arte ou apresto de pesca, no sentido de perceber as principais motivações instaladas, ao que 41,67% mostrou ter apenas preocupações económicas com as aquisição de novo material, 3,33% nem sequer mostrou quer qualquer preocupação, e 1,67% mostrou ter preocupações económicas com o custo de aquisição de novas artes e com potenciais efeitos daninhos de redes e cabos perdidos ao se enredarem na hélice do motor da embarcação. As motivações económicas são nucleares, não há como não negar essa realidade, mas é de salutar que um total de 53,34% dos arrais não negligenciem o custo ambiental e ecológico dos efeitos desse material no ecossistema, como se observa no quadro seguinte.

Numa escala de prioridades, quando perde uma arte o que mais o preocupa: (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
I	0,00%	1,67%	1,67%	11,67%	6,67%	1,67%	3,33%	1,67%	1,67%	11,67%	41,67%
I,II	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%	1,67%	0,00%	1,67%	11,67%
I,II,III	1,67%	5,00%	6,67%	15,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	41,67%
I,III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%
IV	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	3,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Legenda: (i) ter de adquirir uma nova (custo económico); (ii) os efeitos que essa rede vai ter no ecossistema (custo ambiental e ecológico); (iii) os efeitos que a rede pode ter ao se emaranhar no barco danificando os seus constituintes (custo económico); (iv) não fica preocupado.

Uma característica da pesca de outrora, bem vincada até ao início da década de 1980, era a realização de refeições a bordo, especialmente nas embarcações de maior porte. Questionados sobre este tema, 90% dos arrais responderam já não fazer refeições a bordo, não negando que muitas vezes levam para o rio um pequeno lanche quando realizam pescarias previsivelmente mais demoradas, e os demais 10% referiram que o continuam a fazer, mas apenas em momentos de natureza recreativa ou religiosa, que raramente acontecem, como se observa no quadro seguinte.

Faz refeições a bordo? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Não	1,67%	6,67%	6,67%	26,67%	10,00%	1,67%	8,33%	5,00%	1,67%	21,67%	90,00%
Sim	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

A totalidade dos arrais que referiu fazer refeições a bordo também indicou que quando isso acontece, guardam na embarcação os resíduos daí resultantes, não os lançam à água, e chegados a terra depositam-nos em local apropriado. Notar que também nenhum arrais inquirido faz a preparação de pescado na embarcação, antes de o venderem.

Sobre o processo de substituição dos óleos dos motores das embarcações, 93,33% dos inquiridos referiu fazer a substituição do óleo em seco, e apenas 6,67% o fazem no espelho de água, como se observa no quadro a seguir. É no Olho de Boi e na Trafaria onde ocorrem os casos de substituição do óleo dos motores na água, tendo os respetivos arrais indicado que nesse processo não ocorrem fugas.

Faz a substituição do óleo em seco, ou na água? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Água	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	3,33%	6,67%
Seco	1,67%	8,33%	8,33%	26,67%	10,00%	1,67%	6,67%	5,00%	1,67%	23,33%	93,33%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Questionados os arrais sobre o destino final dos óleos das embarcações, em 56,67% dos casos responderam que ficam com o mecânico, ou seja, o serviço é realizado por empresas especializadas, e os óleos são levados por essas para a reciclagem. Os demais, 23,33% colocam os óleos usados em depósito de resíduos sólidos urbanos, 16,67% guardam os óleos para utilizações domésticas, sobretudo para a conservação de madeiras, e 3,33% entregam em empresa privada para reciclagem (oficinas do conhecimento dos arrais), como se observa no quadro seguinte.

Faz a substituição do óleo em seco, ou na água? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Coloca em depósito de resíduos sólidos urbanos	0,00%	1,67%	1,67%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,33%	23,33%
Entrega a empresa privada para reciclagem	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
Fica com o mecânico	1,67%	3,33%	5,00%	10,00%	10,00%	1,67%	8,33%	5,00%	0,00%	11,67%	56,67%
Guarda o óleo para utilizações domésticas	0,00%	3,33%	1,67%	6,67%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	1,67%	16,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Os resíduos que em terra não sejam colocados em contentores podem acabar no espelho de água, juntamente com os resíduos provocados pela atividade piscatória, informação que se desconhece para as águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo. Questionados os arrais sobre a intensidade com que apanham resíduos na faina, 36,67% responderam algumas vezes, 41,67% frequentemente, e 21,67% muito frequentemente, como se observa no quadro seguinte.

Na faina apanha muito "lixo" (bocados de redes, plásticos, madeiras, tecidos, etc.)? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Algumas vezes	0,00%	3,33%	5,00%	6,67%	1,67%	0,00%	5,00%	3,33%	1,67%	10,00%	36,67%
Frequentemente	0,00%	3,33%	1,67%	11,67%	8,33%	1,67%	1,67%	1,67%	0,00%	11,67%	41,67%
Muito frequentemente	1,67%	1,67%	1,67%	8,33%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	5,00%	21,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

Ainda neste âmbito, questionámos os arrais sobre o tipo de resíduos que mais frequentemente apanham nas artes, tendo 40% respondido plásticos diversos, que é o valor mais expressivo, e os demais também responderam plásticos conjuntamente com outros resíduos, nomeadamente com metal, vidro, produtos de higiene e equipamentos tecnológicos, como se observa no quadro seguinte. Salientar que em 11,67% dos casos os arrais admitiram capturar nas suas artes, restos de outras artes perdidas, e em 20% dos casos os arrais indicaram capturar produtos de higiene, o que tradicionalmente chega ao mar devido a um tratamento ineficiente das estações de tratamento de águas residuais.

Qual os materiais mais comuns que apanha nas redes? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
I	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
I,II,III	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
I,II,III,V	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	3,33%
I,III,IX	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
I,III,V,VI	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,34%
II,III	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
II,III,V	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%
III	0,00%	5,00%	1,67%	10,00%	6,67%	0,00%	0,00%	1,67%	1,67%	13,33%	40,00%
III,IV	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	1,67%	6,67%
III,V,IX	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
III,V,VII,IX	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
III,VI,IX	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
III,VIII, X	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	10,00%
III,X	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,33%	6,67%
IX	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
VIII	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

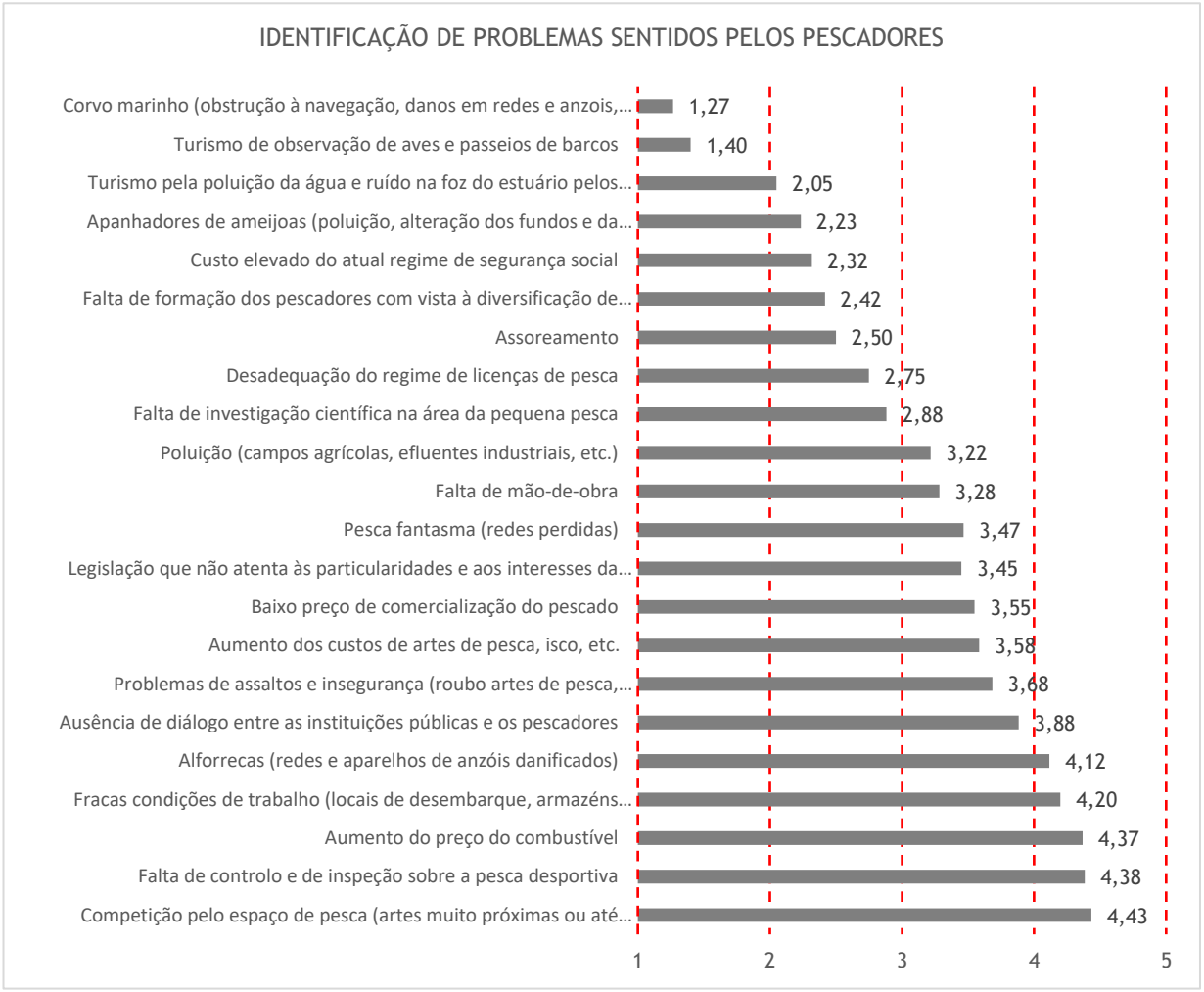
Legenda: (i) metal; (ii) madeiras; (iii) plásticos diversos; (iv) tecidos diversos; (v) produtos de higiene; (vi) materiais mistos; (vii) produtos alimentícios e cadáveres de animais domésticos; (viii) pedaços de artes de pesca; (ix) equipamento tecnológico; (x) vidro.

Questionados sobre o destino que oferecem a esses resíduos, 65% responderam que os devolvem à água, e os demais 35% referiram que os transportam para terra sempre que têm espaço nas embarcações, com uma diferença, 15% fazem o transporte para terra e abandonam onde for possível, geralmente na zona do cais de pesca, e os demais 20% fazem o transporte para terra e asseguram o tratamento adequado, como se observa no quadro a seguir. Muito há a fazer sobre esta matéria, a começar pelas entidades públicas, que devem colocar contentores para estes resíduos em todos os pontos de atracagem e, simultaneamente, incentivar os marítimos a trazer para terra e aí depositar os resíduos que capturam no estuário.

O que faz aos resíduos que vêm nas artes (que não façam parte do ambiente marinho)? (%)	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
Lança-os novamente à água	0,00%	1,67%	6,67%	16,67%	6,67%	1,67%	8,33%	3,33%	1,67%	18,33%	65,00%
Transporta tudo para terra, e abandona onde for possível	0,00%	3,33%	0,00%	3,33%	3,33%	0,00%	1,67%	1,67%	0,00%	1,67%	15,00%
Transporta tudo para terra, e assegura o tratamento adequado	1,67%	3,33%	1,67%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%	20,00%
Total	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**

III.2.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Almada sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, o aumento do preço do combustível, as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), as alforrecas (danificam redes e aparelhos de anzóis), a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, os problemas de assaltos e insegurança (roubo artes de pesca, combustível e utensílios), o aumento dos custos de artes de pesca e isco, o baixo preço de comercialização do pescado em alguns períodos do ano (outono e inverno), a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, a pesca fantasma (redes perdidas), a falta de mão-de-obra e a poluição (campos agrícolas, efluentes industriais, etc.), como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso, foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

A competição pelo espaço é enorme e está na origem de muitas discórdias que, como já vem sendo habitual, redundam em agressões verbais, o que leva os arrais a propor a redução da largura do canal de navegação, porque restringe muito a atividade da pesca, ou, em alternativa, a permissão de operar com algumas artes dentro do canal de navegação e nas zonas de proteção, porque, segundo dizem, eles saberiam não condicionar a navegação e ao mesmo tempo trabalhar e ganhar o seu sustento. Na defesa dos seus interesses, vários arrais deram como exemplo as autoestradas: "*tu não te vais colocar no meio da autoestrada, e tens acesso a ela, seria o mesmo connosco*".

Na opinião dos arrais inquiridos, ou se aumenta a área de pesca, ou se reduz o esforço de pesca, através do maior controlo sobre a pesca lúdica. Referem que as licenças da pesca profissional têm diminuído, e as licenças da pesca lúdica têm aumentado, o que tem contribuído para aumentar o esforço de pesca, situação que dizem ser necessário inverter. Os arrais contam cerca de 50 barcos por dia dedicados à pesca lúdica no gargalo do Tejo, desde a Ponte 25 de Abril até Paço de Arcos, a rivalizar com os pescadores profissionais, que, dizem, já são a minoria. Na sua formulação, os pescadores lúdicos apenas deveriam poder operar ao final de semana e aos feriados.

Uma quantidade significativa de arrais vai mais longe, ao propor que se acabe com a pesca com redes no estuário do rio Tejo, e se atribua uma compensação monetária às embarcações com licença de redes, no caso de em resultado dessa medida, sofram uma redução do valor de venda em lota (por comparação com o ano anterior). Na sua opinião, apenas deveria ser permitida a operação com aparelhos de anzol, piteiras, linhas de mão e cana de pesca no estuário do rio Tejo. Este grupo de arrais é constituído por palangreiros, representam cerca de 35% do total, e são a face mais visível da discórdia entre os que operam maioritariamente com redes e os que operam essencialmente com anzóis.

Estes arrais que operam essencialmente com anzóis, salientam que durante muito tempo foi entre abril e julho que as corvinas entravam no rio para a reprodução, período em que capturavam as corvinas maiores, mas no resto do ano também pescavam corvinas médias. No entanto, à meia dúzia de anos, as corvinas médias começaram a desaparecer, e agora fora da época da reprodução apenas capturam rabetas, como designam as corvinas pequenas até 3/4 kg. Têm uma explicação para isso, a sobrepesca causada por práticas ilícitas com redes. Atualmente, quando os primeiros cardumes de corvinas entram no Tejo, entre março e julho, alguns barcos de pesca profissional e lúdica operam com sondas a detetá-los para depois os cercarem, tanto no período noturno como no diurno, e lançam um explosivo para água que ao rebentar produz um ruído que desorienta os peixes e que os leva a investir contra as redes, onde ficam emalhadas. Dizem que isso tem sido frequente nos últimos anos, e que continua a ser uma prática muito frequente mesmo em frente a Lisboa, como dizem, "*debaixo das barbas da Polícia Marítima*". Esta técnica proibida é bastante letal, e no Tejo, ao que se diz, tem permitido capturas de várias toneladas por lance, que depois chegam às lotas de Almada e fazem cair os preços, prejudicando os palangreiros que geralmente levam pouco peixe, mas de melhor qualidade, acabado de capturar, sem estar moído, e por isso esperam maior valorização. Para além disso, os palangreiros, e também os pescadores das redes que não operam ao cerco, acusam os responsáveis pelos cercos à corvina de destruírem tudo o que estiver nas áreas onde detetam os cardumes, o que tem originado conflitos de extrema violência, a todos os níveis, onde não faltam ameaças de afundamentos de embarcações com os marítimos a bordo, e até ameaças de morte. Presenciámos este clima de hostilidade no terreno, e muitos arrais confidenciaram que se a Polícia Marítima não atuar, vão para o rio armados para defender as suas artes e os seus pesqueiros. O estuário do rio Tejo tornou-se um autêntico campo de batalha na altura da entrada da corvina, e se nada for feito em breve pode ocorrer uma tragédia. Os sinais são evidentes. Recordamos a embarcação "Ninôr", registo n.º B-806-L, incendiada em 1 de abril de 2019, a montante do cais fluvial da Soflusa, em frente à Praia da Torre Alta (ou Torralta), no Barreiro, tendo ficado completamente destruída, incluindo o motor (apenas a proa resistiu ao incêndio, e com danos), ao que se diz por represálias devido a disputas na pesca da corvina no rio Tejo. A agressividade parece estar a aumentar, podendo passar de crimes contra a propriedade para crimes de sangue.

A contestação dos palangreiros não se dirige apenas aos indivíduos que operam ao cerco da corvina no rio Tejo, mas também aos indivíduos que deixam as redes de um pano caladas durante todo o período da corvina, porque, segundo dizem, têm tanto "*material* [redes] *dentro de água*" que muitas vezes não conseguem correr as redes todos os dias, e quando lá vão o peixe já está moído de tanto se bater para se libertar das redes, algumas vezes já está em deterioração, mas levam-no na mesma para a lota, e é vendido. Segundo estes arrais, se nas lotas de Almada existisse um veterinário, muita da corvina capturada nas redes no estuário do rio Tejo não era aceite, e isso até poderia ser importante para acabar com a situação conflituosa dos "*quintais*" no rio Tejo, porque os arrais não podiam deixar as redes caladas tanto tempo no mesmo local, nem um mesmo arrais conseguia ocupar dezenas de locais de pesca com redes caladas, os tais "*quintais*", como agora infelizmente parece ser a prática.

Sobre o quadro regulatório, consideram que a legislação vigente não considera as particularidades e os interesses da pesca realizada no rio Tejo, focando sobretudo no defeso do polvo, que dizem não ter qualquer racionalidade, razoabilidade ou utilidade. Defendem que é ineficaz, e que deveria acabar e ser substituído por um sistema de controlo do que cada barco pode capturar por dia, em função do número de tripulantes matriculados (uma quota por cada tripulante). Justificam que o polvo é massivamente capturado fora do estuário do rio Tejo, em grande medida pelos marítimos de Cascais e pelos marítimos do estuário do rio Tejo, que também têm licenças para operar em águas marítimas, e por isso não faz sentido parar a sua captura apenas no rio Tejo. Segundo eles, enquanto laborou a embarcação "Raio de Luz", registo n.º CS-771-C, abatida à frota nacional em 13/12/2016, que se dedicava ao arrasto de portas dentro da linha de entrecabos (seis milhas para dentro, na zona do Canhão de Lisboa), toda essa zona estava livre de alcatruzes e de outro tipo de artes.[133] A operação desta embarcação restringia a operação das demais, fazendo uma espécie de defeso, e, talvez por isso, o seu fim tenha coincidido com o aumento exponencial de artes, especialmente alcatruzes, na zona de entrecabos, com uma capacidade extraordinária de captura do polvo. Também referem que a existir defeso, nunca poderia ser numa data fixada pelo regulamento de pesca, porque essa data deveria ser definida anualmente em função da disponibilidade da espécie, a avaliar pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), devido à grande variabilidade. Por exemplo, em 2018 a melhor data para o defeso do polvo teria sido o mês de janeiro, que foi quando se apanhou o polvo mais pequeno.

Quanto às demais espécies, a unanimidade dos arrais concorda com defesos nas épocas de reprodução, numa assunção evidente de que essa é a única forma de conter a "tragédia dos bens comuns", ou a "tragédia do fracasso dos bens comuns", situação em que os pescadores agindo de forma independente e racionalmente de acordo com os seus próprios interesses, comportam-se em contrariedade aos melhores interesses da comunidade piscatória, esgotando o recurso comum.

Com relativa unanimidade, os arrais inquiridos consideraram ser necessário simplificar os processos administrativos, defendendo a criação do documento único das embarcações de pesca, que agregasse os vários documentos que hoje existem em separado, como o certificado de lotação, o certificado de arqueação, o certificado de vistoria, e o rol de tripulação. Defendem que a Polícia Marítima e a Guarda Nacional Republicana deveriam apostar mais em ações de sensibilização, antes de se apressarem em multar, que dizem ser o mais comum ("*quando bordam é para multar*"), porque, sustentam, às vezes, não cumprem algumas normas por desconhecimento ou mero lapso. Também reconhecem que muitas vezes operam em locais proibidos, por falta de espaço para pescar, e também porque, como dizem, "*o peixe é como a Polícia Marítima, só está onde não deve*" (referindo-se ao peixe estar mais nos fundões do canal de navegação, local onde legalmente não podem operar). A maioria dos arrais considera que é necessária mais fiscalização, mas com a polícia a adotar uma postura mais pedagógica, de informação e sensibilização, e apenas punindo após o reiterado incumprimento, e, neste caso, até aceitariam que as coimas fossem agravadas. Ou seja, uma boa parte dos marítimos defende que deveria existir uma espécie de indulto no primeiro incumprimento, ficando apenas pela advertência, e só nos incumprimentos seguintes é que deveria haver lugar ao pagamento de coima, que deveria ser agravada em função do nível de incumprimento de cada embarcação, o que no essencial remete para as leis que vigoraram durante a monarquia (Cf. Livro III – Evolução histórica).

Sobre a gestão e organização da atividade, dizem ser necessária e urgente a revisão da forma como é atribuído o subsídio da gasolina, às embarcações movidas por motor de combustão a gasolina, porque é grande a assimetria face às embarcações movidas por motor de combustão a gasóleo. Sustentam que o sistema atual deixa muitos armadores sem receber nada, e, quando têm a sorte de receber o apoio, muitos não o distribuem pelas tripulações, uma vez que é transferido para a conta bancária do armador. Coisa diferente acontece no caso das embarcações movidas por motor a gasóleo, em que o desconto é efetuado diretamente na aquisição do combustível, sendo por isso incorporado nas contas e considerado na distribuição dos dividendos pela tripulação. Para além disso, o subsídio de gasolina é atribuído em função dos dias de lota, mas ao sábado e ao domingo os arrais vão pescar e o peixe é vendido na lota à segunda-feira, o que se traduz em três dias de pesca que apenas vão ser compensados com um dia de subsídio da gasolina. Acresce que há dias em que os arrais apenas vão largar redes, que não são contabilizados por não fazerem entrega em lota, e há dias em que os arrais operam nas duas marés, e por isso têm de fazer mais viagens, mas recebem o subsídio apenas correspondente a uma viagem (maré). Situações em que estão a ser prejudicados, em relação ao apoio concedido às embarcações movidas por motor a gasóleo. Noutra perspetiva, fica evidente que o número de marés, como indicador estatístico, nunca corresponde ao número real de dias de mar, ainda que se perceba que é a única forma de controlo para concessão do subsídio, uma vez que estas embarcações

[133] Esta embarcação era de grandes dimensões, uma das maiores de Cascais, tinha 16,55 m de comprimento fora a fora (cff), 23,84 de tonelagem GT, e 189,0 kW de potência do motor propulsor principal.

não têm diário de bordo. A solução passaria por aplicar o incentivo/apoio da mesma forma às embarcações com motor a gasóleo e às embarcações com motor a gasolina, o que, aliás, não se percebe porque não acontece.

Sobre a potência dos motores, consideram que a potência máxima efetiva autorizada de 50 cavalos, para águas interiores e marítimas, não é suficiente para safar uma embarcação carregada de artes e pescado, numa situação de mau tempo com água corrente de sete ou oito nós, pelo que pretendem que a tutela lhes autorize motores até cem cavalos. Também defendem ser necessário melhorar a sinalização dos canais a montante, através da colocação de novas boias.

Meia dúzia de arrais, visivelmente irritados com o sistema de venda em lota no concelho de Almada, fizeram graves acusações. Consideram que está aqui instalado um "*sistema mafioso de compadrio e controlo de preços*", de que não encontrámos qualquer evidência objetiva, e defenderam que o sistema de leilão eletrónico deveria ser estendido a estas lotas. Os pescadores referem-se a estas pessoas como os "*gulosos*", um termo muito comum entre os pescadores.

Sobre a sustentabilidade da atividade, os arrais mostraram preocupação com as consequências do arrasto de fundo com ganchorra para captura da cadelinha na zona de entrecabos e à entrada do rio Tejo entre o Bugio e a Cova do Vapor, que dizem destruir os fundos, e que está na base de algumas espécies aparecerem menos nesta zona, nomeadamente o linguado, o pregado e a galeota-menor (*Ammodytes tobianus*), localmente conhecida como "peixe pissa" (ou "peixe piça"[134]). A galeota, um peixe de tom amarelo e parecido com a enguia, que se enterra na areia quando a água não é transparente, é localmente alimento para o robalo e para o sargo, e o seu desaparecimento está a ter impacto na abundância de espécies que eram suas predadoras. Na zona do Bugio onde está afundado o "Patrão Lopes", para norte, nordeste e leste, já se nota que o rio tem vindo a assorear e neste momento existe uma larga zona com apenas dois metros de fundo na baixa-mar, exatamente onde andam as embarcações com ganchorra, e quanto mais essas embarcações de bivalves arrastam pelo fundo, mais sedimentos vão ser transportados, agravando o assoreamento da foz do rio. Esta zona do fundo do rio que já é areia, tornou-se pouco rica de peixe, e antes disto acontecer era muito rica em peixe.

Os arrais que operam em específico no gargalo do Tejo, sugeriram a substituição dos covos por alcatruzes biodegradáveis, justificando ser mais vantajoso essencialmente por dois motivos: (i) os covos com caixa em ferro são mais pesados do que os alcatruzes, e quando são lançados para o fundo fazem mais estragos; (ii) os alcatruzes permitem os polvos entrar e sair, e os covos aprisionam os polvos, que ao tentarem sair colocam as pernas para fora do covo que são imediatamente comidas pelas moreias e pelos safios, que abundam nesta zona de fundo pedregoso, o que faz reduzir o valor do polvo em média, cerca de 60% (o chamado polvo perneta).

Por fim, a carência de instalações de apoio em terra e de zonas de abrigo nas comunidades piscatórias de Almada, em especial na comunidade da Costa da Caparica, é absolutamente condicionador da atividade, neste que é o principal cluster piscatório do Tejo. Os pescadores desta comunidade não podem atracar na costa, têm dificuldade a fazê-lo na Cova do Vapor, e para desembarcar e carregar artes de pesca são obrigados a fazer o seu transporte de carro por terra, até à antiga doca de pesca de Pedrouços, onde as colocam e tiram de bordo.

Cinco arrais da Costa da Caparica, por absoluta falta de alternativas, ainda se aventuram a utilizar o ancoradouro da Cova do Vapor, que está completamente assoreado e não garante a segurança de embarcações e dos marítimos, nem das cargas de material de pesca e de descarga de pescado, e ainda se torna muito dispendioso. Por cada suspeita de mau tempo, os arrais que aqui fundeiam deslocam, como medida preventiva, as embarcações para a Doca de Alcântara, sendo que a ida e o regresso têm um custo de 30 euros. Daqui se conclui, que a carência de infraestruturas de apoio em terra, é um dos principais motivos que obstaculiza o desenvolvimento da atividade pesqueira na foz do rio Tejo.

A comunidade piscatória da Trafaria dispõe de um ancoradouro que, embora protegido pelos silos de moagem, é perigoso em alturas de tempo agressivo, e não poucas vezes aqui afundam embarcações de pesca. Ainda assim, é o melhor em atividade no concelho de Almada, o que deixa perceber como a zona está pessimamente servida de infraestruturas, sendo de notar que a situação ainda é mais grave em termos de gestão das poucas infraestruturas. Existe uma rampa que é curta e está assoreada, o que faz com que os atrelados se enterrem na areia. Não existe guincho, pelo que a manutenção é feita com as embarcações encalhadas na areia. Não existem depósitos para colocar os óleos usados, que acabam por ser deixados em qualquer lugar sem critério. Salientar que nesta comunidade existe uma grande

[134] É um "*Ammodytidae*". Os pescadores não lhe dirigem a pesca, mas quando capturado de forma acessória levam para casa e confecionam fritos, ainda que alguns os consumam assados. Na zona de Sines é conhecido como "pescadinha da areia".

frota dedicada à captura de amêijoa-japonesa com a ganchorra, que fazem muitas horas de trabalho por dia e substituem frequentemente o óleo do motor, pelo que a quantidade de óleos usados é muito maior. As embarcações que estão abandonadas junto às arrecadações de arrumos de artes de pesca, em frente à lota da Trafaria, e que servem de caixote do lixo, também servem para depósito de alguns desses óleos. As arrecadações de artes e aprestos de pesca foram tomadas por assalto por não pescadores, com quem os pescadores profissionais não se identificam. Aliás, existe um individuo que se diz dono de vinte destas arrecadações, e supostamente vive do negócio do arrendamento dessas barracas para toda e qualquer finalidade, mesmo pouco virtuosas. É fundamental que exista controlo sobre as arrecadações de material de pesca e sobre as amarrações na Trafaria. Aliás, deveriam ser separadas as amarrações das embarcações dos pescadores lúdicos (mas que trabalham como se de pesca profissional se tratasse), das embarcações efetivamente pertença dos pescadores profissionais, porque se se partir uma amarração de uma embarcação recreativa a operar na pesca lúdica, que vá contra uma embarcação profissional e produza danos, devido a temporal, os pescadores lúdicos não pagam os prejuízos, porque trabalham na mais profunda ilegalidade e alegam que foi o mau tempo, como forma de se demitirem da culpa de reparar os danos, e, consequentemente, os pescadores profissionais são lesados, como já aconteceu várias vezes na Trafaria.

As instalações da lota da Trafaria foram objeto de melhoramento na sequência do encerramento da lota de Pedrouços, no início desta década, momento em que passaram a servir essencialmente para as embarcações de pesca local que operam no rio Tejo, sendo poucas as embarcações costeiras que aqui entregam o pescado. Hoje estão em risco iminente de colapso. Fala-se numa nova lota, só não se sabe quando.

A comunidade piscatória da Trafaria tem fama negativa, mesmo entre os marítimos é conhecida por ser um espaço de roubos, droga e criminalidade, muito devido aos indivíduos que se acomodaram nas arrecadações de material de pesca e onde praticam atividades que em nada têm que ver com a pesca. No entanto, importa referi-lo, os roubos de embarcações, de motores, de artes e de aprestos de pesca, têm-se reduzido e apenas se continua a verificar, até de forma mais intensa, o roubo de pescado diretamente das artes de pesca caladas no rio, o que os arrais desconfiam ser ação dos pescadores lúdicos.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", um projeto para eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica do meio e dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 28,33% dos arrais responderam de forma positiva, tendo 71,67% respondido de forma negativa, como se observa no quadro seguinte, essencialmente porque não existe, e é pouco provável que alguma vez venha a existir, união e consensos entre os marítimos para a constituição de uma cooperativa.

O principal obstáculo é a falta de confiança. Uma grande parte dos arrais disse não acreditar em cooperativas, por desconfiar da virtude de quem as gere, mesmo sendo os próprios pescadores. Eles, mesmo por si falando, dizem que "*cada um puxa a brasa à sua sardinha*", e que nas cooperativas há sempre um ou outro com menor seriedade, "*que enganam os demais*". Referiram já terem acontecido vários casos de aldrabices depois do 25 de Abril de 1974.

O segundo obstáculo é a cultura de fechamento, de não partilha de informação. Todos gostam de esconder o que pescam porque acreditam que se os demais souberem, vão ocupar as suas zonas de pesca. Isto porque todos dizem que pescam muito, mais do que os outros, e por isso têm de ocultar esse facto dos demais. E provavelmente têm alguma razão. Um pescador chegou a dizer: "*os pescadores não prestam, não valem uma merda. Mal sabem que eu apanhei um peixe, caem lá todos*". Um outro também disse "*uma cooperativa ia dar dentada de meia-noite, porque o principal inimigo do pescador é o próprio pescador*".

O terceiro obstáculo é o da falta de tempo, de vocação e de qualificação, para a gestão de uma cooperativa. Os marítimos dizem não ter tempo para procurar compradores, nem vocação para vender o pescado, nem formação para gerir uma cooperativa. A falta de tempo é um fator real, porque na maioria dos casos são os próprios pescadores, algumas vezes com a ajuda de familiares e amigos, que preparam as artes e pescam. Desta forma não têm de pagar a outras pessoas para fazer o trabalho, porque, segundo dizem, a atividade não gera rendimento para isso. Ao ocuparem a maior parte do tempo nos trabalhos de preparação de artes e na pesca, e em outros trabalhos conexos, o tempo que lhes resta é para descansarem. Todavia, não fosse a falta de tempo, era a falta de vontade. Vários

arrais responderam que preferem entregar o pescado em lota, e esperar que a lota o venda e lhes credite o dinheiro, "*sem chatices*". A lota "*paga certinho*", nunca falha o pagamento, ao contrário do que poderia acontecer numa cooperativa, e isso parece ser importante para os pescadores. Um arrais respondeu, em jeito de ironia, sobre ter preocupações com a venda do pescado: "*para isso vendia o peixe já grelhado*".

O quarto obstáculo, porventura o mais relevante, é o previsível menor valor de venda do pescado através de uma cooperativa. Na opinião destes arrais, o tipo de espécies que capturam, e a sua qualidade e frescura, tem maior potencial de ganho em lota, do que em cooperativa, porque se trata de espécies de peixe nobres e valorizadas para uso comercial. Efetivamente, o sistema de cabaz de peixe promovido pelas cooperativas congrega peixe menos valorizado com peixe mais valorizado.

Não obstante, os vários obstáculos reportados pelos arrais, importa notar que também os há que concordam com a iniciativa porque acreditam que dessa forma iriam conseguir ter algum controlo sobre o preço do pescado, e, como o dizem, "*iam para o mar com mais vontade porque já sabiam quanto valia o que estavam a apanhar*". Tentando apresentar o quadro das opiniões o mais diverso possível, notar que um arrais concordou com a ideia da cooperativa na condição de o preço do peixe ser tabelado em lota (ter base de licitação), e apenas quando fosse licitado abaixo do preço mínimo que fosse definido é que podia ir para a cooperativa para venda pelos próprios pescadores.

A segunda estratégia, foi uma proposta de flexibilização do regime de atribuição de licenças de pesca que consistia na atribuição a todas as embarcações da pesca local de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permita o uso de diferentes tipos de artes, tendo 53,33% respondido de forma positiva, e apenas 46,67% responderam de forma negativa, o que demonstra a grande divisão destes arrais sobre o tema, como se observa no quadro a seguir.

O embate fez-se em dois polos: de um lado, os que têm muitas licenças e/ou licenças especiais, e que dizem valorizar as embarcações, e de outro lado, os que não têm muitas licenças ou não têm licenças especiais, e que tinham todo o interesse em que todos tivessem as mesmas licenças de pesca.

Os que responderam de forma positiva consideram que todas as embarcações deveriam ter as mesmas licenças de pesca, porque era mais justo e havia menos conflitos entre os pescadores, e acreditam que esta medida era fundamental para melhor gerirem a atividade, em função das adversidades do clima e da disponibilidade das espécies, e isso tinha muitas vantagens, desde que apenas fosse possível a cada embarcação operar com uma arte de cada vez.

Os que responderam de forma negativa, essencialmente os que têm as embarcações habilitadas com muitas licenças, ou com licenças especiais, argumentam que "*isso iria desvalorizar os barcos, porque estes só valem pelas licenças que têm para o estuário do rio Tejo*", e acrescentam que caso essa medida avançasse isso provocaria o aumento do esforço de pesca em determinadas alturas, porque se acabava com os atuais defesos naturais resultantes dos caprichos do clima e da invasão de espécies indesejadas, como as alforrecas, o que era contraproducente numa altura em que o peixe disponível está a reduzir, e não a aumentar.

A terceira estratégia passava pela aposta na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após respetiva alteração da legislação, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca. Este é também um tema fraturante em que os arrais de dividem, tendo 50% respondido não, e outros tantos respondido sim, como se observa no quadro a seguir.

Os que defendem o sim perspetivam essencialmente um complemento para atividade piscatória quando não há outras alternativas, especialmente nos meses de julho e agosto, que são os mais fracos em termos de pesca ("*é uma boa alternativa quando está a dar pouco peixe*"), sobretudo porque arriba muito caranguejo e alforreca, o que condiciona a pesca com redes, e muitos não gostam ou não têm licenças para operarem com aparelhos. Outros arrais sustentaram que a medida era interessante no período de defeso do polvo (com o qual não concordam), e outros encontram pertinência na medida quando aplicada conjuntamente com a implementação de defesos na altura da desova das espécies mais capturadas. Um arrais da Cova do Vapor considerou a ideia muito boa porque tinha interesse em anexar esta atividade a uma outra que tem vindo a desempenhar, de levar as cinzas de pessoas falecidas e cremadas, para deitar ao vento no mar, o que lhe rende cem euros por serviço.

Os que responderam de forma desfavorável não têm embarcações capazes para essa atividade, ou apenas em lotação, ou também em segurança e conforto, ou têm um trato intragável que efetivamente não se coaduna com a atividade turística, como se observa das respostas oferecias: "*eu sou pescador, não sou turista. Já existe turismo a mais. Se todos fizéssemos pesca turismo acabávamos com o peixe e com a pesca*", ou "*não tenho jeito nem paciência para aturar turistas, e o meu barco*

não tem condições para isso, pelo que não tenho interesse". Outros rejeitam a pesca turismo por considerarem que produz mais concorrência aos pescadores profissionais: "*se levasse os turistas ao mar, eles iam saber onde eram os meus pesqueiros, e se os levar onde não há peixe, aposto que eles não vão querer voltar a pagar para embarcar. Já somos muitos a tirar peixe do rio, não são precisos mais*". Outros, adeptos do isolamento na pesca, rejeitam mostrar os seus pesqueiros aos turistas, alegando que "*a pesca é um mundo reservado, e deve assim continuar*".

A quarta e última estratégia era sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, maioritariamente exercidos por mulheres, mas também por homens, de forma que estas pessoas possam integrar o rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social. Sobre este assunto os arrais também evidenciam uma grande divisão, tendo 51,67% respondido que não, e 48,33% respondido que sim, como se observa no quadro a seguir.

Os que responderam sim, são no essencial os mais antigos, de maior idade, e trabalham com familiares que tanto ajudam nos trabalhos em terra, como nos trabalhos a bordo. Os que responderam que não, muito deles ajudados por terceiros nos trabalhos de terra, entendem que a rentabilidade da atividade não permite ter pessoas assalariadas a trabalhar no barco, têm de ser os pescadores a fazer tudo: "*a atividade não dá lucro para contratar e pagar a outras pessoas. Nem para o arrais dá lucro, muito menos para pagar a outras pessoas que fizessem os trabalhos de terra*". Estas pessoas que fazem pequenos trabalhos em terra, como o arranjo de redes e aparelhos, captura de isco e iscar aparelhos, ou manutenção de embarcações, muitos já estão reformados da pesca, podendo ser ou não familiares daqueles que ajudam.

Estratégia de dinamização comercial	Banática	Cacilhas	Caramujo	Costa da Caparica	Cova do Vapor	Fonte da Telha	Olho de Boi	Porto Brandão	Tagol	Trafaria	Total
O Cabaz do Tejo	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**
Não	1,67%	8,33%	8,33%	15,00%	6,67%	1,67%	8,33%	5,00%	1,67%	15,00%	71,67%
Sim	0,00%	0,00%	0,00%	11,67%	3,33%	0,00%	1,67%	0,00%	0,00%	11,67%	28,33%
Flexibilização do regime das licenças de pesca	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**
Não	1,67%	5,00%	3,33%	5,00%	5,00%	0,00%	3,33%	3,33%	1,67%	18,33%	46,67%
Sim	0,00%	3,33%	5,00%	21,67%	5,00%	1,67%	6,67%	1,67%	0,00%	8,33%	53,33%
Pesca turismo	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**
Não	0,00%	6,67%	3,33%	11,67%	3,33%	1,67%	6,67%	3,33%	1,67%	11,67%	50,00%
Sim	1,67%	1,67%	5,00%	15,00%	6,67%	0,00%	3,33%	1,67%	0,00%	15,00%	50,00%
Profissionalização dos trabalhos de terra	**1,67%**	**8,33%**	**8,33%**	**26,67%**	**10,00%**	**1,67%**	**10,00%**	**5,00%**	**1,67%**	**26,67%**	**100,00%**
Não	0,00%	5,00%	5,00%	8,33%	1,67%	0,00%	10,00%	3,33%	1,67%	16,67%	51,67%
Sim	1,67%	3,33%	3,33%	18,33%	8,33%	1,67%	0,00%	1,67%	0,00%	10,00%	48,33%

III.3. Comunidades de Pescadores de Oeiras

III.3.1. Enquadramento evolutivo.[135]

Paço de Arcos é uma vila intimamente ligada ao mar e às atividades marinhas, motivo pelo qual o brasão de armas da Vila possui dois golfinhos que se explica pela vida atribulada dos pescadores. A ermida do Senhor Jesus dos Navegantes, construída ainda na centúria de Seiscentos, durante séculos foi venerada pelos pescadores locais, ancoradouro onde ainda hoje se abrigam os pescadores, e por aqueles que recolhiam à enseada para se abrigarem em ocasiões de temporal. É hoje conhecida pela Praia do Salva-Vidas, onde se localizava o edifício do Instituto de Socorros a Náufragos e onde funcionava uma carpintaria onde eram construídos os salva-vidas (inicialmente com um único piso), e os feitos notáveis de Patrão Joaquim Lopes no socorro a náufragos.

Durante os séculos XIX e XX era comum observar um pouco por todo o atual território do concelho de Oeiras, embarcações de pesca profissional em locais onde o rio era aberto e sem condições de segurança, geralmente varados nas praias, sendo os principais agrupamentos piscatórios os de Algés, Praia de Caxias, Paço de Arcos, Cruz Quebrada, Praia da Torre, Praia do Hotel, e Santo Amaro de Oeiras. Hoje apenas sobrevive a comunidade piscatória de Paço de Arcos, onde se congregaram os pescadores das comunidades que foram desaparecendo no concelho, tendo outros optado por ir para a antiga doca de pesca de Pedrouços.

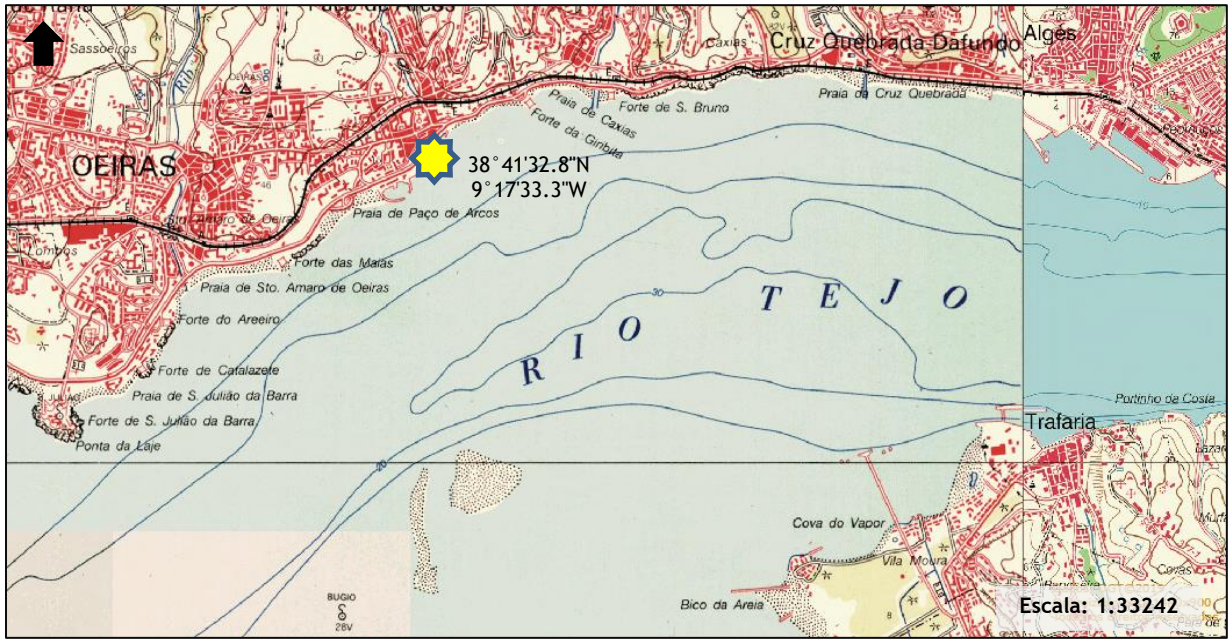


FIGURA 339 | Localização da comunidade piscatória de Paço de Arcos.
Base: Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2018.

[135] Este texto foi redigido com base em conversas mantidas com: João Pedro Almeida da Costa, Presidente da Associação de Armadores e Pescadores de Paço de Arcos, também proprietário, armador e arrais das embarcações "Saga" (LX-382-L) e "Passarão" (TR-1616-L); Manuel Cunha Gonçalves, com 74 anos, de Paço de Arcos, reformado, que foi pescador e viveu da pesca; Óscar Alexandre Antunes Queirós Mesquita, arrais de pesca local e costeira, nascido em 26.12.1969, que aprendeu a vida do mar na praia da Cruz Quebrada e depois foi trabalhar para os navios que desembarcavam o pescado na doca de pesca de Pedrouços; Américo Gonçalves da Costa, que nasceu em 03.03.1940, e foi proprietário, armador e arrais do barco "Estrela", e mais tarde do barco "Vai à vida", registo n.º B-703-L, na Cruz Quebrada; Pedro César, nascido em 2.10.1950, morador e pescador de Caxias que hoje utiliza como porto de abrigo a doca de pesca de Pedrouços; Armindo Diniz, nascido em 25.08.1946, toda a vida residiu e exerceu a pesca em Paço de Arcos, e hoje utiliza como porto de abrigo a doca de pesca de Pedrouços; José Artur Luís Santos (mas conhecido com Zé da Quinta), proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Kinky", registo n.º TR-1486-L, nascido em 05.08.1961, um dos mais antigos mestres de pesca ainda no ativo de Paço de Arcos; Fernando Ferreira, nascido em 1960 em Vila Teixeira da Silva, Bailundo (Angola), veio para Portugal em outubro de 1974, e sempre exerceu a pesca comercial. Passou por quase todos os abrigos de pesca nos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais. Começou a trabalhar com o mestre João Dionisio, conhecido pela alcunha Parlapias (1ª geração - avô), na praia do Hotel, em 1976, depois foi para Paço de Arcos, mas dada a dimensão da embarcação pouco tempo depois deslocou-se para a antiga doca de pesca de Pedrouços onde atualmente desempenha funções de arrais costeiro na embarcação "Latagão" (LX-170-C), pertença da família, detendo a categoria de contramestre pescador; Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes, nascido em 1980, proprietário e armador da embarcação "Novo Aladim", registo n.º LX-381-L, onde exerce a bordo a função de arrais, viveu até aos 17 anos numa casa a que chamava "barraca" na praia na Cruz Quebrada, na companhia do seu pai Manuel Crispim Ferreira, que era pescador profissional em *"part time"* e tinha embarcação própria (o espaço de arrumos de artes de pesca que funcionava como residência, e quando em 1997 deixou de aqui viver passou a servir apenas como arrumo de artes, tendo sido demolido no início do século XXI.

A utilização do litoral recortado para a prática da pesca artesanal era possível porque a urbanização ainda não tinha sido tão exponenciada, as margens do rio ainda não tinham sido regularizadas, a avenida marginal e o passeio marítimo de Oeiras ainda não existiam, e, no oposto, abundavam as praias com areal que eram utilizadas pelos pescadores e permitiam a realidade bem visível nas imagens ao lado, uma das quais reproduz a zona ribeirinha entre Caxias e Paço de Arcos no ano de 1869, e outra a lavagem de paneiros na Praia da Sardinha, a caminho de Caxias em Paço de Arcos, no ano de 1937.[136]



FIGURA 340 | Zona ribeirinha entre Caxias e Paço de Arcos em 1869, sendo inúmeras as reentrâncias e as praias que eram utilizadas pelos pescadores e pelo tráfego local.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.



FIGURA 341 | Praia da Sardinha (lavagem de paneiros) em 1937, entre a praia do Salva-vidas e as Pedras Negras.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.



FIGURA 342 | Praia do Salva-vidas em finais do século XIX, onde se observam embarcações de pesca e de tráfego local.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Os armadores compravam ou mandavam construir as pequenas embarcações de pesca local em estaleiros geralmente localizados nas margens do Tejo, mas também nas comunidades piscatórias vizinhas. Havia quem comprasse as pequenas embarcações para a pesca com casco em madeira e de propulsão a remos em Setúbal (na década de 1960 o metro linear tinha o preço de 250 escudos). Como era comum na pequena pesca, os armadores tinham a habilitação correspondente à atual categoria de arrais de pesca e governavam os barcos, e a tripulação (pescadores) era na grande maioria constituída por familiares.

Para além das embarcações de pesca local, havia aqui traineiras propriedade de armadores locais que atuavam no mar da Costa e na Fonte da Telha e dirigiam a pesca com redes a três espécies principais: sardinha, carapau e chicharro. Havia ainda um número significativo e não quantificável de pescadores amadores, "*sem estarem encartados*"[137], que faziam pesca sem terem licença. A título de curiosidade, durante o Estado Novo era na praia de Santo Amaro de Oeiras que os filhos dos pescadores se banhavam, os que pertenciam ao grupo seleto que tinha estadia na colónia de férias Pedro Theotónio Pereira. No tráfego local, havia galeões e fragatas que faziam o transporte de mercadorias por mar.

Olhando individualmente para cada comunidade piscatória, desde logo destacar **Paço de Arcos**, que teve até meados da década de 1960 um serviço de

[136] Os paneiros eram colocados no fundo do barco, protegiam o interior do barco (as cavernas) e a tripulação, e era necessário serem lavados com regularidade para não ficarem escorregadios.

[137] Expressão que os marítimos utilizam para se referirem aos armadores que pescam ser terem licença de pesca.

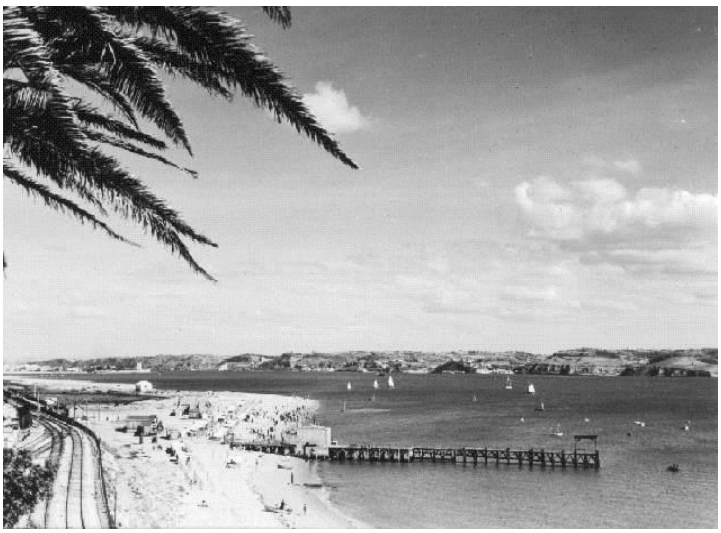


FIGURA 343 | Praia da Cruz Quebrada (Década de 1940). Já se observam cabanas e barracas no areal, umas de veraneio outras de apoio à pesca, e embarcações de recreio na água e de pesca varadas no areal.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Autor: Amadeu Ferrari. Código de referência: PT/AMLSB/FER/000513.



FIGURA 344 | Praia Velha. Ao fundo o edifício do Instituto de Socorro a Náufragos em Paço de Arcos com apenas um piso, na primeira metade do século XX.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.



FIGURA 345 | Praia Velha. O mesmo edifício do Instituto de Socorro a Náufragos em Paço de Arcos na década de 1970, já com dois pisos.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

vendagem de peixe (vulgo, lota) (Ministério da Marinha, 1966, p. 462), que encerrou após entrar em laboração a doca de pesca de Pedrouços.

Pelo 25 de Abril de 1974, haveria nesta comunidade, apenas três ou quatro embarcações profissionais da pesca local, chatas e botes em madeira já com motores de 4 e 5 cavalos, tripulados por sete marítimos, e cerca de vinte barcos de pescadores amadores, 90% dos quais chatas em madeira que pescavam e vendiam onde queriam. No total seriam cerca de 30 os marítimos que diariamente se dedicavam à pesca. As embarcações de pesca profissional podiam ser habilitadas com diversas artes de pesca, uma delas era a "licença de artes não especificadas" que lhes permitia utilizar uma qualquer arte de pesca. O Sr. Armindo Diniz, com quem falámos, começou a exercer a pesca profissional um pouco antes da Revolução de Abril com o barco "Gata Brava", nome que atribuiu ao barco em virtude da rudeza da esposa. Mais tarde abateu este barco e adquiriu outro que registou com o nome "Crocodilo" e que ainda hoje existe num moderno casco em fibra de vidro.

Pescavam todas as espécies existentes no rio Tejo e nas águas marítimas adjacentes com recurso a todo o tipo de artes de pesca, mas podem destacar-se os galrichos que apanham todas as espécies desde marisco a peixe, as linhas de pescar ao fundo para o safio e o robalo, e a pesca ao corrico, uma pesca dirigida ao robalo, mas que também podia ser dirigida a cavalas, corvinas e outros.

A pesca do corrico de profundidade é praticamente nula hoje no estuário, não é viável por vários motivos, o principal a competição pelo espaço, mas é nesta comunidade piscatória onde hoje estão concentrados a maior parte dos marítimos que conhecem e sabem utilizar esta técnica, que sempre utilizaram, e continuam a utilizar. Desta altura são recordados os pescadores profissionais: Parlapias (cujo filho continuou a atividade e tem a mesma alcunha), Ti Américo Cruz (era da Trafaria, mas fazia a vida em Paço de Arcos), Ti Rocha e Ti Ângelo Norberto (de Paço de Arcos).

Na década de 1970 é grande a aderência à motorização dos barcos de pesca porque era difícil navegar a remos devido à força da água. Muitas chatas foram adaptadas e motorizadas - era-lhes

feito um buraco no painel da ré onde encaixavam o motor. Depois de instalados os primeiros motores de marca Seagull seguiram-se outras marcas: Mercury, Tomos, Arquimedes, depois Johnson, Evinrude, Tohatsu, e por fim apareceu o motor Yamaha, que ainda é muito utilizado tal como o Honda e o Suzuki.

Na praia de Santo Amaro, pelo 25 de Abril de 1974, existiam dois ou três barcos registados na pesca local, que no verão ficavam nas amarrações, e no inverno encalhavam na praia, e se dedicavam à pesca com cana aos peixes de escamas, com piteira ao polvo, alguns com galrichos, e outros no inverno com redes de tresmalho. Havia aqui muitos outros barcos dedicados à pesca lúdica.

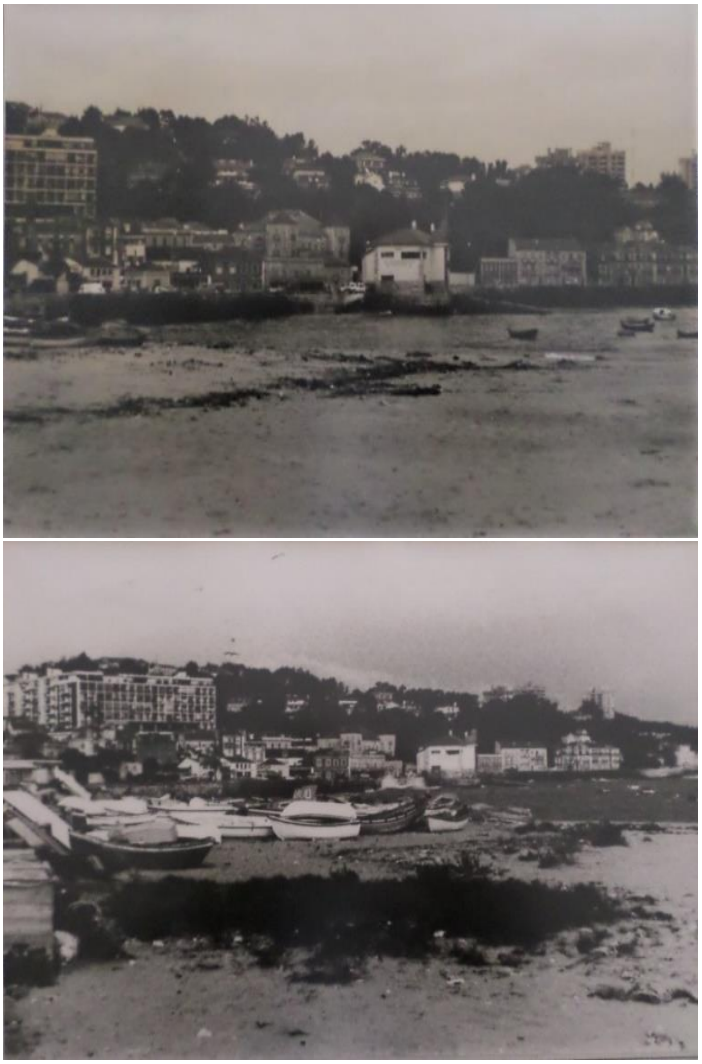


FIGURA 346 | Embarcações de pesca encalhadas na Praia Velha de Paço de Arcos na década de 1960.
Fonte: Quadro União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

Junto à **praia da Torre**, no final da década de 1970 e na década seguinte, contavam-se cerca de oito barcos de pesca profissional, tipo botes, lanchas e aiolas, e mais uns quantos barcos de receio que também andavam à pesca lúdica. Os pescadores ainda vivos, recordam quatro mestres de pesca desta comunidade deste período, cada qual proprietário e armador da sua embarcação: Joaquim, alcunha Joaquim Anão (por ser baixo), que era o ancião desta comunidade, Anacleto (alcunha Neco), e o Rui, seu cunhado, e o Armando (nome próprio). No verão as embarcações ficavam nas amarrações, e de inverno eram encalhadas todos os dias na praia da Torre (onde ficavam fora da maré). Os pescadores dispunham de construções abarracadas para guardarem as artes de pesca, que se localizavam onde estão atualmente construídos o Porto de Recreio de Oeiras (Marina de Oeiras) e a piscina oceânica de Oeiras. As embarcações de pesca profissionais operavam principalmente ao corrico para apanhar robalo, que consistia numa linha com anzol e amostra que funcionava a meia água a acompanhar a embarcação em movimento lento (nível controlado pela forma e dimensão da chumbada, operação designada "a corricar"), à piteira para o polvo, sistema utilizado pelas embarcações mais pequenas, e ao aparelho de anzol em duas modalidades: fio mais fino e anzol mais pequeno, com amostra, para o robalo, e fio mais grosso e anzol maior, iscado com sardinha, para o congro/safio. As embarcações que operavam ao corrico geralmente eram tripuladas por um marítimo da categoria mínima de arrais, e as que operavam com aparelho de anzol geralmente eram tripuladas por dois marítimos, um arrais e um pescador, que era o mínimo para fazer esta pesca. Quando foi para construir a Marina de Oeiras, no final do século XX, os pescadores tiveram de demolir as suas barracas de arrumos de artes de pesca, determinando o fim do agrupamento piscatório. Os pescadores desalojados seguiram uma dupla vida: os mais velhos foram reformados, e os mais novos que se mantiveram na atividade deslocaram-se para Paço de Arcos.

Entre as praias de Santo Amaro e Torre, por alturas do 25 de Abril de 1974, e na década seguinte, havia uma pequena praia conhecida como a **praia do Hotel** (por aí existir um Hotel), depois redenominada praia do INATEL, e que hoje já não existe, onde também faziam porto de abrigo duas embarcações de pesca profissional, que encalhavam na praia. O principal armador que utilizava este espaço era João Dionisio, conhecido pela alcunha Parlapias.[138] Era proprietário de duas chatas, uma

[138] João Dionisio (alcunha Parlapias) (1ª geração) é pai de Heliodoro da Costa Dionísio, também conhecido por Parlapias (2ª geração), que é atualmente proprietário e armador da embarcação "Razão", conjunto de identificação LX-377-L, e exerce a bordo as funções de arrais, sendo a embarcação também tripulada pelo seu filho, que exerce a bordo a função de pescador, também de alcunha Parlapias (3ª geração), que tem porto de abrigo em Paço de Arcos.

delas chamava-se "Céu Azul", que eram tripuladas por dois/três marítimos: o Parlapias desempenhava a bordo as funções de arrais, e depois contratava um ou dois homens em função das necessidades. Em 1976, Fernando Ferreira, regressado de Angola, juntou-se a esta comunidade, ficou a trabalhar com o mestre Parlapias, e assim que lhe foi possível adquiriu uma chata pequena, a "Safia", registada na Capitania do Porto de Cascais, e começou a dedicar-se por conta própria à apanha do polvo com piteira na foz do rio Tejo. Com esforço e dedicação amealhou os recursos necessários para mandar construir duas embarcações tipo chatas, em Cascais, que denominou de "Vitória" e "Dona Clo". Passou a ser proprietário, armador e arrais das três embarcações que ficavam amarradas ao largo ou varadas no mau tempo na praia do Hotel. Estas embarcações tinham maior dimensão e permitiam operar com redes, quer de um pano, quer de tresmalho, que dirigia aos robalos, sargos, choupas, enxovas, badejo, safias, linguados, raias, e outros, tanto na foz do rio Tejo, como na zona de entrecabos, ainda que fosse mais frequente atuar em frente à Parede e São Pedro. No início da década de 1980, o João Dionisio (alcunha Parlapias) e o Fernando Ferreira eram os proprietários das cinco embarcações registadas na pesca local que faziam porto de abrigo na praia do Hotel, e alguns anos depois cada um deles adquiriu uma embarcação de maior capacidade. O Parlapias adquiriu uma embarcação de maior porte, do tipo de traineira, chamada "Princesa de Cascais", para a pesca artesanal, e manteve as duas chatas. O Fernando Ferreira adquiriu o "Topázio", que matriculou em Cascais, tendo recebido o conjunto de identificação CS-666-C. Era um barco de grande porte que já lhe permitia trabalhar com redes em águas oceânicas, especialmente ao largo de Cascais. Ficaram a ser sete os barcos de pesca profissional na praia do Hotel, e ainda havia mais uns quantos de recreio que também andavam à pesca lúdica. Mais tarde, por falta de condições (faltava areia e as entidades administrativas faziam pressão para os armadores abandonarem o espaço), o Parlapias e o Fernando Ferreira foram para Paço de Arcos, mas como tinham barcos grandes, acabaram por aí estar pouco tempo, e deslocaram-se para a antiga doca de pesca de Pedrouços. Este Parlapias é o pai do atual Parlapias, e avô do Parlapias mais novo.



FIGURA 347 | Vista aérea de Paço de Arcos e Caxias, onde é possível ver as embarcações de pesca espalhadas por toda a orla ribeirinha.
Fonte: Centro de Documentação e Informação da APL, S.A. (Ref.ª 9-99-798).

Na **praia de Caxias**, comunidade piscatória onde já na década de 1960 havia uma embarcação tipo chata motorizada (tinha um motor Seagull de dois cavalos), por altura do 25 de Abril de 1974, havia dois ou três barcos tipo chata em casco em madeira, registados na pesca local. Ficavam fundeados ao largo ou eram varados no areal e empregavam-se à pesca com cana e aos polvos com piteira, e raramente utilizavam redes de tresmalho. As construções abarracadas em madeira para arrumos de material de pesca foram construídas depois da Revolução de Abril, e já tinham água e energia, e foram demolidas pela Câmara Municipal de Oeiras no início desta década, inviabilizando a permanência de pescadores neste local. Era uma comunidade sazonal na medida em que apenas funcionava no verão. Os atuais barcos "Concha" (LX-313-L) e "Pedro Cesar" (LX-351-L)[139] são propriedade de armadores residentes em Caxias, e foram os últimos a abandonar esse espaço, passando a fazer porto de abrigo na doca de Pedrouços.

A comunidade piscatória da praia da **Cruz Quebrada**, que na década de 1980 ainda era constituída por 20 embarcações que se empregavam na pesca, das quais apenas oitos estavam registadas na pesca artesanal local e eram tripuladas por 20 homens com cédula marítima, desapareceu

[139] Este barco tem o nome do armador e veio substituir um outro barco do mesmo armador, o "César Robalo", e este último também resultou do abate e substituição da chata do mesmo armador "Eduardo Mendonça", abatida em 1995.

por completo há cerca de meia dúzia de anos. Os pescadores profissionais, "encartados", como se dizia, representavam menos de 30% do total de pescadores que faziam pesca, o que se justifica pelas diferenças do quadro legal vigente.

Em retrospetiva, uma família era proprietária das três maiores embarcações: "Prenda de Natal", traineira (arrastão) com cerca de 15 metros, propriedade de Umberto Assunção Franco, conhecido por Pica; "Princesa do Tejo", propriedade de Vítor Assunção Franco; e "Santa Maria Adelaide", propriedade de Lino de Assunção Franco, que foi vendida em 1994/95 para Sesimbra. Da pesca artesanal local havia meia dúzia de barcos, e as principais características era serem maioritariamente de casco em madeira e motorizadas, com baixas potências (motores de cinco a quinze cavalos), e até seis metros de comprimento de sinal.

Uma dessas embarcações era a chata "Esquimó", adquirida por Manuel Crispim Ferreira, pai do arrais de pesca local Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes (faz hoje porto de abrigo na antiga doca de pesca de Pedrouços), pelo valor de dez mil escudos a Umberto Assunção Franco, e que foi registada na Capitania do Porto de Lisboa em 23/03/1984. Tinha casco em madeira, 4,62 m de comprimento fora a fora, 1,76 m de boca, 0,57 m de pontal e 1,16 de tonelagem bruta, era de propulsão a remos, destinava-se ao serviço de pesca artesanal local, classe 0, e estava autorizada a pescar com aparelhos de anzol e teias de covos. Só foi motorizada em 09/05/1989, tendo sido instalado um motor da marca SUZUKI, de 9,9 hp, dois cilindros, e em 19/01/1995 o registo foi cancelado na frota nacional por a embarcação ter sido demolida. Esta embarcação era tripulada por Manuel Crispim Ferreira, nas funções de arrais, e por José António e Vítor Manuel, nas funções de pescadores.[140]

O Sr. Américo Gonçalves da Costa tinha a "Estrela", uma chata de madeira com cinco metros que andava com covos e redes, era proprietário e armador, e desempenhava a bordo as funções de arrais, e depois adquiriu um barco de maior porte de nome "Vai à Vida", registado na Delegação Marítima do Barreiro com o n.º B-703-L. Os irmãos Petingas tinham uma chata em madeira com cinco metros com o nome "Esquimó". O Sr. Zé Luís Gonçalves Cadilhe Leite era proprietário de uma enviada em madeira com o nome "Ze-Liz", a gasóleo, que governava sozinho predominantemente ao arrasto de vara entre a Ponte 25 de Abril e Farol de Gibalta (Caxias), e só não ia mais fora porque o fundo pedregoso danificava a rede. O linguado era a principal espécie capturada, era valorizada, especialmente os chamados "linguadinhos", e por isso era alvo de um intenso esforço de pesca.

Para além do arrasto de vara, era frequente utilizar-se nesta comunidade os galrichos para capturar santolas e fanecas, umas armadilhas desmontáveis em forma de galrichos a que chamavam covos para o camarão, os aparelhos para peixes de escamas, os covos para capturar navalheiras e polvo, e a rede branqueira (tresmalho) fundeada para capturar choco. Nesta altura o máximo que uma embarcação trabalhava eram cem covos, e mesmo assim a atividade era muto rentável. Havia vezes de não conseguirem virar os cem covos numa maré porque era muito peixe e não tinham como o escoar. O polvo foi inicialmente uma espécie sem procura e sem valor, e os pescadores só lhe começaram a dirigir a pesca quando os linguados deixaram de ser mais abundantes. Entretanto, o polvo começou a ganhar valor e acabou por substituir os linguados na categoria da principal espécie capturada nesta comunidade piscatória. A branqueira era largada em frente à praia da Cruz Quebrada, e daí até Caxias, e também em frente da praia do Dafundo, só que nesta última zona era largada junto à borda da água para evitar que os arrastões partissem as redes.

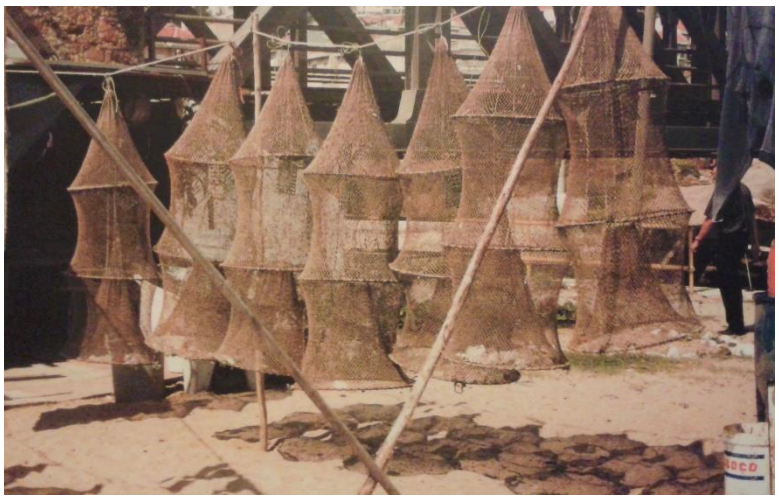


FIGURA 348 | Armadilhas desmontáveis para captura de camarão, a que chamam "covos", na praia da Cruz Quebrada.
Fonte: Franca, Martins & Carneiro, 1998, p. 42

Na década de 1990, depois de publicado o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo, pela Portaria n.º 569/90 de 19 de julho, começou a ficar mais difícil a laboração

[140] Se quisermos recuar ainda mais, dizer que esta embarcação tipo chata tinha sido comprada por quinhentos escudos a Manuel Jorge Livra, quando ainda estava registada na Trafaria sob o n.º TR-484-L, e foi transferida por Humberto Franco para a Capitania do Porto de Lisboa, em 06/03/1961, onde lhe foi atribuído o conjunto de identificação n.º LX-196-L e denominação "Maria do Céu" (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

dos amadores, porque não tinham boias de sinalização das artes caladas e eram sistematicamente autuados, o que fez dispersar esta mão-de-obra para locais com vigilância menos apertada e para outras atividades. Nesta altura estima-se que fossem cerca de 30 os indivíduos que viviam da pesca sem terem cédula marítima.

No final do século XX, a comunidade piscatória de **Paço de Arcos**, que se localizava onde hoje se localiza, utilizando barracas, algumas construídas com caixotes com que os retornados trouxeram os seus pertences das ex-colónias, era constituída por cerca de 20 de barcos de pesca profissional, e uns 40 pescadores profissionais, entre os quais se destaca Armindo Diniz (alcunha Crocodilo), Henrique Mendonça, Mário Grilo Rodrigues (alcunha Malha 7) (o seu filho, Nuno Malha 7, deu continuidade à atividade), Sandokan (alcunha), Párra (alcunha), Abel, Horácio Candeias Paulino, Asdrúbal Silvério Duarte da Silva, Joaquim Ferreira, Fernando Ferreira e Francisco Ferreira (três irmãos, que hoje estão na doca de Pedrouços), Lopes, Franco Sesimbrão, Carlos Bouça, Carlos Vaqueiro, Manuel Piló, Carica (alcunha), Quim Careca (alcunha), e José da Quinta (proprietário da embarcação de nome "Kinky", que ainda hoje existe), que trabalhavam ao anzol, covos, piteira e galrichos, e de forma residual com redes.

Os pescadores locais reforçaram a reivindicação pela legalização da "piteira", por alguns conhecida como "toneira de polvos", uma arte que utilizavam há longos anos e com tradição na zona, mas que era proibida por não fazer parte do catálogo das artes permitidas para a zona, e, consequentemente, estava na origem de apreensões e coimas impostas pelas autoridades marítimas com impacto socioeconómico para os pescadores e seus agregados familiares. Isso é visível num ofício datado de 22 de novembro de 1999, e remetido por José Artur Luís Santos e Carlos Alberto Ferreira Boiça, como representantes do grupo de pescadores locais do rio Tejo com porto em Paço de Arcos, ao Diretor Geral das Pescas e com conhecimento ao Gabinete do Secretário de Estado das Pescas (Cf. Livro III - Evolução Histórica). A pressão pública foi bem-sucedida. A Portaria n.º 569/1990, de 19 de julho, republicada pela Portaria n.º 85/2011, de 25 de fevereiro, passou a autorizar a piteira para a pesca do polvo na foz do rio Tejo, tal como a toneira, para a pesca da lula, uma pesca realizada de junho a setembro entre a Trafaria e a Cova do Vapor (as lulas o mais que chegam a montante é a Cacilhas).

Importa salientar que nesta altura se fazia, facilmente, numa maré à piteira entre 80/100 Kg de polvo, muito diferente do que agora acontece, em que uma boa maré pode resultar em 30/40 Kg de polvo, sendo o mais normal apanhar por maré entre 10/20 Kg. A zona de entrecabos ainda não tinha sido invadida por covos e alcatruzes, aos milhares, que dilataram, e muito, o esforço de pesca do polvo (área de atuação dos mestres de Cascais), que começava a ganhar valor.

A carência de uma doca de pesca sentiu-se nesta altura como em nenhuma outra, porque num único dia de mau tempo afundaram 15 embarcações. Depois desse momento, em situação de previsão de mau tempo, os mestres transferem as embarcações do ancoradouro de Paço de Arcos para a marina de Oeiras, como forma de precaução, situação que lhes infringe perdas económicas, porque são inúmeras as vezes que têm de recorrer a essa solução.

No início do século XXI, Martins (2003, p. 213-2014) contou sete a oito barcos no varadouro de Algés, quatro a cinco barcos no ancoradouro de Paço de Arcos, e duas embarcações na praia da Cruz Quebrada, situações em que os marítimos viviam exclusivamente da pesca. Os mais antigos mestres em atividade confirmam que na Cruz Quebrada, em 2002, havia apenas duas embarcações, o "Zélis" e o "Aladino", que ficavam fundeadas nas amarrações (poitas) da praia, em frente à estação da CP da Cruz Quebrada, e nas situações de mau tempo consoante a impiedade, iam para a doca de Pedrouços ou para a doca de Alcântara, porque no inverno a doca de Pedrouços não é segura. Para Paço de Arcos referem outros valores, entre 25/30 embarcações profissionais envolvendo cerca de 60 marítimos (nas funções a bordo de pescadores e arrais), e mais de 50 barcos recreativos tripulados por mais de 150 homens que andavam a fazer pesca lúdica em concorrência desleal aos pescadores profissionais.

Para além das embarcações de recreio de Paço de Arcos que faziam capturas ilegais na foz do rio Tejo, havia ainda dezenas de outras embarcações do recreio de outras localidades ribeirinhas próximas do Concelho de Lisboa, Oeiras e Cascais, que desenvolviam igualmente práticas irregulares na pesca do polvo na foz do rio Tejo, nesta altura uma espécie valorizada e abundante (a zona da foz do rio Tejo é um berçário para o polvo pelo alimento de marisco diverso e pela existência de pedras no fundo marinho, local ideal de refúgio e residência dos polvos), mas também à captura de espécies de peixe com escama como o robalo, situação que recebia o mais absoluto repúdio dos pescadores profissionais que exprimiam de forma reiterada a sua indignação pela concorrência desleal, e, por isso, afetar a disponibilidade dos recursos, e pelo menos uma vez, em 28 de novembro de 2000, levaram formalmente o problema ao conhecimento de todas as instituições públicas que tinham competências na área do mar e das pescas, através de comunicação ao Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas (Cf. Livro III – Evolução Histórica), não tendo sortido qualquer efeito. Vinte anos depois nada se fez e o problema adensou.

Havia muita abundância de peixe e de marisco. Uma das principais pescas era realizada de Santo Amaro de Oeiras até à Ponte 25 de Abril, com o arrasto de vara, dirigido ao camarão-espinho (ou camarão branco), que também capturava de forma acessória linguados e solhas, e na foz era utilizado o tresmalho dirigido às santolas, sapateiras, navalheiras, chocos, linguados, raias, e outros peixes. Era igualmente importante a rede de emalhar de um pano dirigida a todo o peixe de escama, sendo muito abundantes na altura as douradas, bem como a pesca à "rabadela" (arte de pesca) dirigida a todo o peixe de escama e a pesca da "arte da jogada" destinada aos safios, sendo ambas pescas de linha de mão, com a diferença de que a primeira pesca era com vários anzóis e a segunda pesca com apenas um anzol em cada linha. Também utilizavam palangre para safios e robalos e galrichos que apanham todas as espécies, mas em especial marisco, abróteas, camarão, safios, fanecas (cada galricho chegava a trazer 5/6 Kg de fanecas e hoje esta espécie praticamente desapareceu, só se pesca fora da barra), e a piteira para o polvo. Os covos vêm substituir os galrichos nos anos 1980, e começam a ser direcionados ao marisco e só depois ao polvo. Os covos foram trazidos para o rio pelos pescadores de Cascais, e em Paço de Arcos o primeiro mestre a fazer uso desta arte foi o Sr. José Artur Luís Santos (mas conhecido com Zé da Quinta), conjuntamente com outros quatro camaradas, quando ainda mais nenhum mestre fazia fé nesta arte, porque tinham dúvidas da sua eficácia e estavam acomodados com a arte dos galrichos.

Após um período de carência de corvinas, esta espécie voltou e os pescadores passaram a capturar esta espécie no ano inteiro, sendo que na altura da desova, entre março e junho, conseguem capturar exemplares entre 30 e 50 Kg, e até maiores (Cf. Livro IV - Memória Fotográfica).

O projeto de requalificação da zona ribeirinha de Oeiras avançou no final da década de 1990, e apesar da necessidade de construção de um porto de pesca, apenas foi contemplada uma marina de recreio, situada junto à piscina oceânica de Oeiras e aproximadamente a 0,5 milhas a nascente do Farol de São Julião. Durante o período em que esteve em construção, foi utilizada pelos pescadores de Oeiras, sendo de referir que antes de existir a marina de recreio já os barcos lá ficavam abrigados no Verão e no Inverno, beneficiando da posição estratégica à entrada da barra do Porto de Lisboa (onde fazia todo o sentido existir um porto de pesca, até mais sentido que uma marina de recreio). A obra foi concluída e inaugurada em setembro de 2005, e os barcos de pesca tiveram de regressar à Praia Velha em Paço de Arcos, onde ainda hoje se localizam, tendo ficado acordado entre os armadores residentes no concelho de Oeiras e a administração do Porto de Recreio de Oeiras que os barcos de pesca profissional podiam recorrer a esta marina para abrigo nas alturas de mau tempo, de forma gratuita, mediante algumas condições.[141] Sobre as condições difíceis do fundeadouro de Paço de Arcos quando está mau tempo, consultar a Memória Fotográfica. Notar que antes e durante a construção desta marina continuaram a existir embarcações de pesca fundeadas no ancoradouro de Paço de Arcos, na Praia de Torre, em Santo Amaro de Oeiras e na Cruz Quebrada, embarcações que depois vieram para Paço de Arcos, por altura da edificação do "Edifício dos Pescadores", concentrando aqui uma grande parte da frota do concelho de Oeiras. Na Doca de Pedrouços também ficavam embarcações de proprietários residentes no concelho de Oeiras, que aí faziam porto de abrigo por não terem cabimento em Paço de Arcos (quanto a arrecadação de arrumos de material de pesca) e pelas melhores condições de atracação e segurança.

Em 2006 foi demolida a última construção abarracada que estava encostada à muralha da estação de comboios da Cruz Quebrada e que pertencia ao arrais e armador Américo Gonçalves da Costa, porque este adquiriu um apartamento na zona. Já antes o "Pica" (alcunha), proprietário da embarcação "Prenda de Natal", tinha abandonado esta zona. Hoje, neste espaço, já são poucas as reminiscências da pesca local de outros tempos, o que deveria preocupar a edilidade.

Os pequenos armadores do concelho que sobreviveram à política de abate de embarcações promovida na altura da adesão à Comunidade Europeia, e posteriormente às vicissitudes do tempo, enquadrando aqui as sucessivas alterações de gestão da frota e recursos, e de gestão do território, pressão urbanística e requalificação das zonas ribeirinhas, e que entretanto não se reformaram por esforço ou idade (reforma normal), concentraram-se em Paço de Arcos, junto ao repuxo na praia Velha, devido às melhores condições de ancoradouro, conforme mapa a seguir. Esta comunidade piscatória está por isso integrada na malha urbana e inserida numa zona balnear muito importante e intensamente frequentada por turistas.

Em 24 de janeiro de 2009, o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, inaugurou o "Edifício das Armações dos Pescadores", mais conhecido por "Edifício dos Pescadores", um

[141] Entre os principais direitos e obrigações dos pescadores profissionais, e condições de acesso ao abrigo do porto de recreio de Oeiras, consta que o abrigo é concedido exclusivamente em situações meteorológicas excecionais, definidas pelas autoridades competentes, e apenas aos proprietários de embarcações de pesca profissional com residência no concelho de Oeiras.

investimento municipal na ordem dos 800 mil euros que enquadrou a realização de obras de requalificação de toda a zona envolvente à Praia Velha, inclusive a demolição das velhas construções abarracadas de apoio à atividade dos pescadores locais. Este edifício dispõe de 25 espaços individuais de arrumos de artes e apetrechos de pesca e de um espaço coletivo com zona de lavagens, de convívio e balneários. Cada armador paga mensalmente pelo seu espaço de arrumo individual cerca de 31 euros, e caso opte por ter energia ou água dentro do arrumo, terá de suportar mais esse custo. É o valor mais alto por relação ao praticado em outras comunidades piscatórias do Tejo, e nem por isso estes pescadores têm melhores condições. Os alvéolos não são funcionais para arrumos de material de pesca (não permitem ter redes, que são volumosas), e os pescadores detestam a sua configuração (as portas abrem de frente umas para as outras).

O edifício foi construído para os pescadores mas começou a ser partilhado com um grupo de escuteiros, depois com a Associação Madeirense para o Socorro no Mar – SANAS Madeira, mais tarde com o Grupo Motard "Os Navegantes da Estrada", e, diz-se, vai passar a ser partilhado com a Escola de Vela Oeiras Marina, ao mesmo tempo que a Associação de Armadores e Pescadores Profissionais de Paço de Arcos (ASSARPE), NIPC: 513458956, criada em 05 de março de 2015, por Carlos Manuel Veiga Dias e José Manuel Aveiro Pires, ambos armadores e também pescadores, atualmente presidida por João Pedro Almeida da Costa, também armador e pescador desta comunidade, tem aqui a sede mas não tem qualquer espaço físico que lhe esteja afeto, nem para a atividade corrente de gestão da associação e arquivo, nem para promoção de convívios entre pescadores, nem para divulgação da pesca artesanal através da criação de um museu capaz de preservar a memória e cultura marítima e pesqueira local. Tampouco é dado a esta coletividade apoio financeiro ou administrativo, questões que deveriam preocupar à Câmara Municipal de Oeiras. Não podemos deixar de notar que por falta de um espaço físico para sede, a documentação corrente está dispersa nas casas particulares dos membros da Direção.



FIGURA 349 | Edifício dos pescadores em Paço de Arcos, em 21.02.2019. Serve de espaço de arrumos de artes e aprestos de pesca, e funciona aqui a sede da Associação dos Armadores e Pescadores de Paço de Arcos.

A comunidade piscatória de Paço de Arcos, hoje constituída por 31 embarcações de pesca profissionais tripuladas por cerca de 50 marítimos em funções de arrais e pescadores, reclama há vários anos um porto de abrigo com alvéolos adequados para os apetrechos de pesca e uma lota local, mas só depois do encerramento da doca de pesca de Pedrouços (Algés), em 2003, é que essa solução foi ponderada pelos poderes públicos, interessados que estão, faz tempo, em expulsar as embarcações de pesca de Pedrouços para iniciar um vasto projeto de reabilitação urbanística entre Pedrouços e Dafundo. A construção desse porto de abrigo para a pesca em Paço de Arcos, em substituição do atual ancoradouro, sem condições adequadas de segurança, teria como finalidade receber as embarcações de pesca propriedade de armadores com residência em Lisboa, Sintra, Oeiras e Cascais, que estão hoje

em Paço de Arcos, Pedrouços e Alcântara, e provavelmente outras da margem sul onde também não existem condições de ancoradouro em segurança.

Tendo em vista esse objetivo foram realizadas duas reuniões entre a Administração do Porto de Lisboa (APL), o Sindicato dos Pescadores e Profissões Afins (representantes dos armadores e pescadores) e a câmara Municipal de Oeiras, a última no início de 2015, sendo que já antes, em finais de 2014, a APL tinha realizado o projeto e respetivo estudo com planta de localização para o abrigo de pesca Paço de Arcos, cujo orçamento apontava para um investimento de 5,6 milhões de euros, que nunca avançou.



FIGURA 350 | Planta de localização da proposta de abrigo de pesca para Paço de Arcos, produzida pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 28 de outubro de 2014.
Cedida gentilmente Joaquim Piló, Presidente do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins, em 12/12/2019.

A Câmara Municipal de Oeiras, contactada por mais do que uma vez no sentido de esclarecer que investimentos realizou e quais os que prevê realizar na área da pesca, não mostrou qualquer interesse nesta matéria, aliás, nem sequer respondeu. No entanto, qualquer alteração à situação atual vai depender da sua vontade, uma vez que na sequência da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que tornou possível a transferência de competências, nas áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, está em preparação o protocolo que vai ditar a transferência dominial da Administração do Porto de Lisboa, S.A. para a Câmara Municipal de Oeiras, passando depois a ser sua responsabilidade "*gerir as áreas dos portos de pesca secundários e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias*" (al. b) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, publicada no Diário da República n.º 157/2018, Série I, do mesmo dia).

Os pescadores de Paço de Arcos aguardam com espectativa aquela que será a evolução, mas tudo parece estar indexado ao fim da doca de Pedrouços, porque quando isso acontecer e para evitar um enorme problema social terá de surgir uma solução alvitrada e custeada pelo governo central, através da Lei do Orçamento de Estado. A esta questão poderá ainda ter de ser considerada uma outra, pois parece ser intenção da Câmara Municipal de Cascais limitar a atividade pesqueira no concelho, uma vez que procurou por protocolo com a Docapesca S.A. classificar a lota de Cascais apenas como posto de transferência em oposição de 1ª venda, reduzindo o espaço destinado à venda/pesagem em cerca de apenas 20%, passando os restantes 80% para usos principalmente hoteleiros, bem como o bom

funcionamento do porto como porto de pesca e de abrigo, este que é o único porto de pesca costeira entre Peniche e Sesimbra, o que, a acontecer, obrigaria a pensar de forma englobante as infraestruturas de apoio à pesca em todo o Tejo e zona de entrecabos.



FIGURA 351 | Praia Velha - ancoradouro para as embarcações de pesca local. Percurso.
Fonte: Duas primeiras, quadros da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

III.3.2. Mapa das embarcações que tiveram licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, informações de registo, caracterização técnica e determinação da percentagem de inquirição.

A frota de pesca de Oeiras, que durante o século XX se espraiava por toda a margem ribeirinha do território concelhio, com a regularização das margens do rio, veio tendencialmente a reduzir ficando apenas limitada ao fundeadouro de Paço de Arcos, onde se concentrou, e durante o ano de 2018 esteve reduzida a 22 embarcações registadas na pesca local com licença para operar no rio Tejo, conforme dados cedidos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), sendo que todas tinham em simultâneo licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa - Sub área Continente, conforme listagem a seguir.

Registo Comunitário	Conjunto de Identificação	Nome	Porto de Registo	Nome do Proprietário	Nome do Armador	Nome do Mestre
PRT000023590	VX-719-L	Gufi	Vila Franca de Xira	António Pinheiro de Macedo	António Pinheiro de Macedo	António Pinheiro de Macedo
PRT000020811	LX-317-L	Lua Nova	Lisboa	António Augusto do Vale Fatela	António Augusto do Vale Fatela	António Augusto do Vale Fatela
PRT000022128	LX-318-L	Jomané	Lisboa	Carlos Alberto Ramos Gato	Carlos Alberto Ramos Gato	Carlos Alberto Ramos Gato
PRT000021142	LX-323-L	Zagaia	Lisboa	Mário Carlos Pereira de Abreu dos Santos Rosa	Mário Carlos Pereira de Abreu dos Santos Rosa	Mário Carlos Pereira de Abreu dos Santos Rosa
PRT000009286	LX-334-L	Laurinda	Lisboa	José de Jesus Ascensão	José de Jesus Ascensão	José de Jesus Ascensão
PRT000023071	LX-338-L	O Sonho I	Lisboa	João Manuel Campos Coelho	João Manuel Campos Coelho	João Manuel Campos Coelho
PRT000023070	LX-339-L	Caprichosa	Lisboa	Horácio Candeias Paulino	Horácio Candeias Paulino	Horácio Candeias Paulino
PRT000023255	LX-344-L	Isa	Lisboa	José Carlos Freire de Lima Gamboa	José Carlos Freire de Lima Gamboa	José Carlos Freire de Lima Gamboa
PRT000023822	LX-353-L	Carula	Lisboa	António Francisco de Sousa Augusto	António Francisco de Sousa Augusto	António Francisco de Sousa Augusto
PRT000023828	LX-354-L	Dany	Lisboa	Asdrubal Silvério Duarte da Silva	Asdrubal Silvério Duarte da Silva	Asdrubal Silvério Duarte da Silva
PRT000023352	LX-355-L	Carlos Dias	Lisboa	Carlos Manuel Veiga Dias	Carlos Manuel Veiga Dias	Carlos Manuel Veiga Dias
PRT000023959	LX-357-L	Ana Teixeira	Lisboa	Manuel Joaquim Matias Teixeira	Manuel Joaquim Matias Teixeira	Manuel Joaquim Matias Teixeira
PRT000024638	LX-368-L	Luz divina	Lisboa	Paulo Jorge Fonseca Pereira	Paulo Jorge Fonseca Pereira	Paulo Jorge Fonseca Pereira
PRT000025003	LX-377-L	Razão	Lisboa	Heliodoro da Costa Dionísio	Heliodoro da Costa Dionísio	Heliodoro da Costa Dionísio
PRT000021286	TR-1443-L	Volans	Trafaria	Paulo Emanuel da Costa Rolo	Paulo Emanuel da Costa Rolo	Paulo Emanuel da Costa Rolo
PRT000022493	TR-1486-L	Kinky	Trafaria	José Artur Luís dos Santos	José Artur Luís dos Santos	José Artur Luís dos Santos
PRT000023296	TR-1520-L	Euromar	Trafaria	Artur Jorge dos Santos Simões	Artur Jorge dos Santos Simões	Artur Jorge dos Santos Simões
PRT000022927	TR-1523-L	Preciosa	Trafaria	Henrique Manuel Pinto dos Santos	Henrique Manuel Pinto dos Santos	Henrique Manuel Pinto dos Santos
PRT000023997	TR-1616-L	Passarão	Trafaria	João Pedro Almeida da Costa	João Pedro Almeida da Costa	João Pedro Almeida da Costa
PRT000024449	TR-1655-L	Golfinho	Trafaria	José Manuel Aveiro Pires	José Manuel Aveiro Pires	José Manuel Aveiro Pires
PRT000021215	TR-1656-L	Eclipse	Trafaria	Mário Augusto Grilo Rodrigues	Mário Augusto Grilo Rodrigues	Mário Augusto Grilo Rodrigues
PRT000024903	TR-1722-L	Manas carrasco	Trafaria	Joaquim Miguel Lopes Carrasco	Joaquim Miguel Lopes Carrasco	Joaquim Miguel Lopes Carrasco

TABELA 20 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Oeiras.
Fonte: DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, complementado com dados recolhidos no trabalho de campo.

Para além destas 22 embarcações, faziam parte desta comunidade mais oito embarcações que apenas dispunham de licença de pesca para operar na ZEE Portuguesa, muitas das quais com espaço de arrumos no Edifício dos Armadores de Paço de Arcos, e ainda um outra que está encalhada na praia de

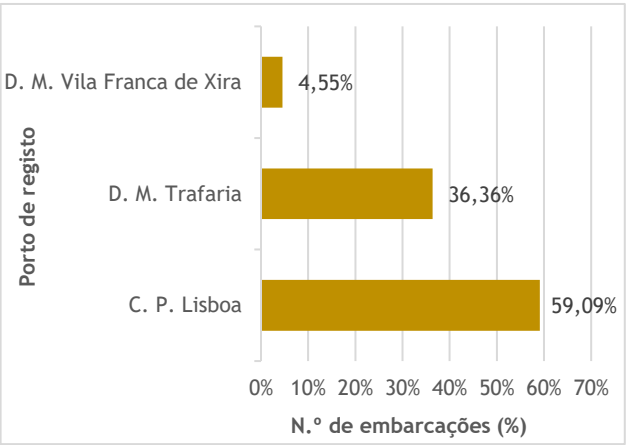
Paço de Arcos, com casco em fibra de vidro, que já não opera há alguns anos, mas pode reforçar a frota a qualquer altura ("Tugas", TR-1446-L).

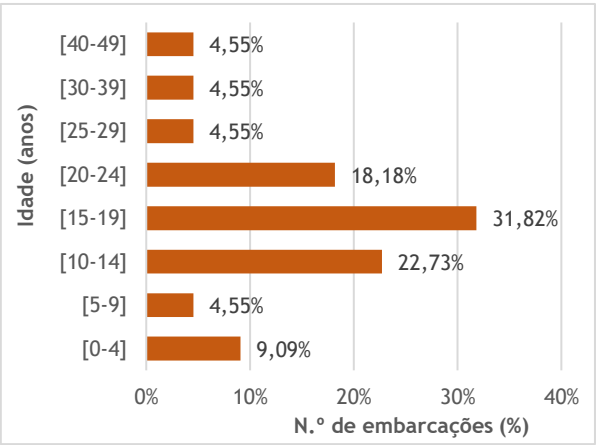
Das 22 embarcações com licença de pesca em 2018 para a zona rio Tejo, inquirimos 21, o que corresponde uma taxa de inquirição de 95%. Apenas não foi possível inquirir o Sr. Paulo Emanuel da Costa Rolo, proprietário e armador da embarcação "Volans", conjunto de identificação TR-1443-L, que desempenha a bordo as funções de arrais, tido pelos demais como um dos mais experientes mestres de pesca desta comunidade, porque quando o abordamos para essa finalidade já tínhamos inquirido o Presidente da Associação de Pescadores de Paço de Arcos, com quem sustenta enorme conflitualidade, o que desconhecíamos, e por esse motivo respondeu-nos "que fossemos falar com os bons pescadores, que ele não sabia nada de pesca". É uma baixa de peso, que lamentamos, mas não foi possível ultrapassar a animosidade existente nesta comunidade ao longo dos mais de trinta dias, de manhã à noite, ininterruptamente, que passámos nesta comunidade piscatória.

A seguir, vamos analisar as respostas dos arrais das 21 embarcações inquiridas, mas quanto à frota, especificamente quanto ao porto de registo, idade, comprimento fora a fora, potência do motor principal e potência do motor auxiliar, tipo de convés e arqueação, que analisamos neste subcapítulo, vamos apresentar os dados das 22 embarcações de pesca local que tiveram licença de pesca para o ano de 2018 (a totalidade da frota), e não apenas as 21 embarcações que inquirimos, dados que obtivemos da Capitania do Porto de Lisboa e do site de registo da frota europeia (https://webgate.ec.europa.eu/fleet-europa/search_en), como consta da metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese).

A frota Oeirense está registada maioritariamente na Capitania do Porto de Lisboa (59,09%) e na Delegação Marítima da Trafaria (36,36%), e residualmente na Delegação Marítima de Vila Franca de Xira (4,55%), e fundeia a maior parte do ano no abrigo de Paço de Arcos, em frente à praia Velha, onde se localiza o edifício dos pescadores. Apenas nos momentos de previsão de mau tempo os arrais procuram o abrigo na Marina de Oeiras onde podem deixar as embarcações sem encargos.

Ao nível das características técnicas da frota, verifica-se que 72,73% das embarcações têm idades compreendidas entre 10 e 24 anos, e apenas 13,64% das embarcações têm até nove anos, percentagem que é igual à verificada para as embarcações acima dos 25 anos. A idade média é de 17,18 anos, e a embarcação mais antiga é a "Laurinda" (LX-334-L), que foi construída em 1973, e a mais recente é a "Razão" (LX-377-L), que foi construída em 2017.



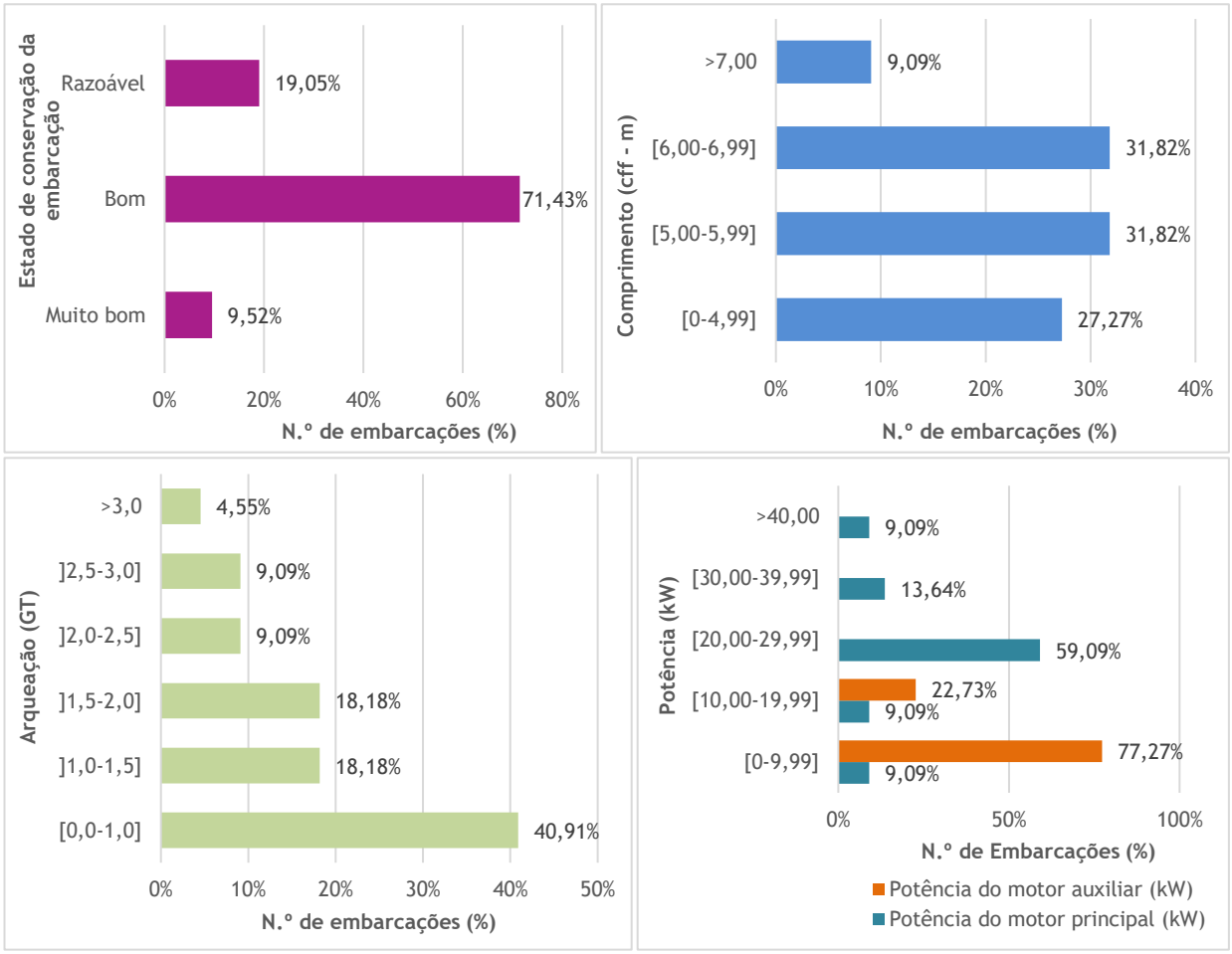


O comprimento fora a fora médio da frota é de 5,62 m, sendo o comprimento máximo o da embarcação "Razão" (LX-377-L), que atinge 7,8 m, e o mínimo o da embarcação "Laurinda" (LX-334-L), que se limita a 3,4 m. Em resumo, 27,27% das embarcações têm até 4,99 m, 31,82% têm de 5 a 5,99 m, 31,82% têm entre 6 e 6,99 m, e 9,09% têm acima de 7 m.

A capacidade global de pesca é de 31,2 GT, sendo a arqueação média de 1,42 GT, a máxima de 3,09 GT e a mínima de 0,38 GT. As embarcações com capacidade até 1 GT representam 40,91%, de 1 até 2 GT representam 36,36%, e de 2 até 3 GT representam 18,18%, e acima disso representam 4,55%, o que no geral evidencia uma frota de pequena capacidade.

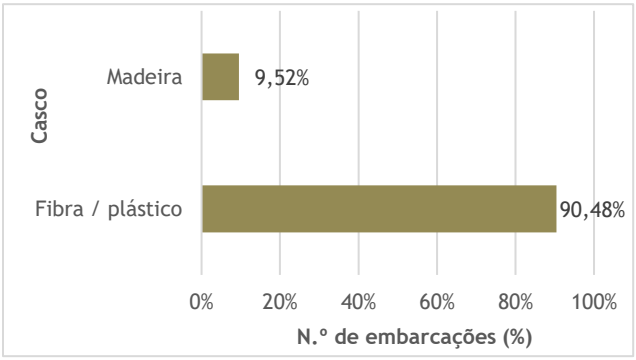
A potência do motor principal da frota Oeirense ascende a 614 kW, o que dá em média 27,91 kW, sendo o mínimo de 7,3 kW observado nas embarcações "Laurinda" (LX-334-L) e "Dany" (LX-354-L), e o máximo de 56 kW observado na embarcação "Passarão" (TR-1616-L). A potência mais comum é de 20 a 29,99 kW, é utilizada por 59,09% das embarcações, seguindo-se a classe de 30 a 39,99 kW, utilizada por 13,64% das embarcações, e por fim a classe superior a 40 kW, utilizada por 9,09% das embarcações. Apenas 18,18% das embarcações têm motor principal com potência até 19,99 kW, e destas, metade tem motor principal até 9,99 kW. A potência total auxiliar é de 154,38 kW, sendo a média de 7,02 kW, o máximo de 29,4 kW e o mínimo de 7,3 kW. Notar que apenas sete embarcações têm instalada potência auxiliar.

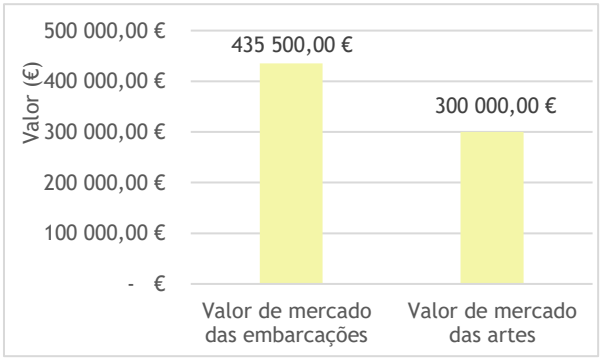
A frota tem na totalidade convés aberto e motor fora de borda a gasolina, e 90,48% das embarcações tem caso em fibra de vidro e 9,52% em madeira, e, considerando as repostas dos 21 arrais sobre o estado de conservação das embarcações, 19,05% informaram ser "razoável", 71,43% "bom" e 9,52% "muito bom".



Sobre o equipamento a bordo, nesta comunidade piscatória observa-se uma dualidade bem vincada, por um lado um conjunto de embarcações menos expressivo, onde não é utilizado qualquer equipamento que permita melhorar as condições de trabalho, de segurança, de navegação e de deteção, apenas utilizam o equipamento obrigatório previsto na legislação (boias circulares, colete de salvação, extintores, etc.), e representa 38,10% do total, e no oposto um conjunto de embarcações mais expressivo, que se caracteriza por unidades mais recentes, com mais potência propulsora e maior capacidade de pesca, tendencialmente governadas por arrais mais jovens, que juntam ao seu conhecimento a tecnologia que existe no mercado para melhorar a navegação, a segurança e a deteção, para definir as melhores zonas de pesca e para facilitar o trabalho a bordo, tendo em vista aumentar os seus rendimentos. Este segundo grupo é representado por 47,62% das embarcações que utilizam alador mecânico, por 42,86% das embarcações que utilizam sonda de pesca e GPS, e por 14,29% das embarcações que utilizam radio VHF e binóculos.

Os proprietários avaliaram as suas embarcações em 435.500,00€ e as artes de pesca em 300.000,00€, o que no conjunto totaliza 735.500,00€ (valor patrimonial à data de 2018).





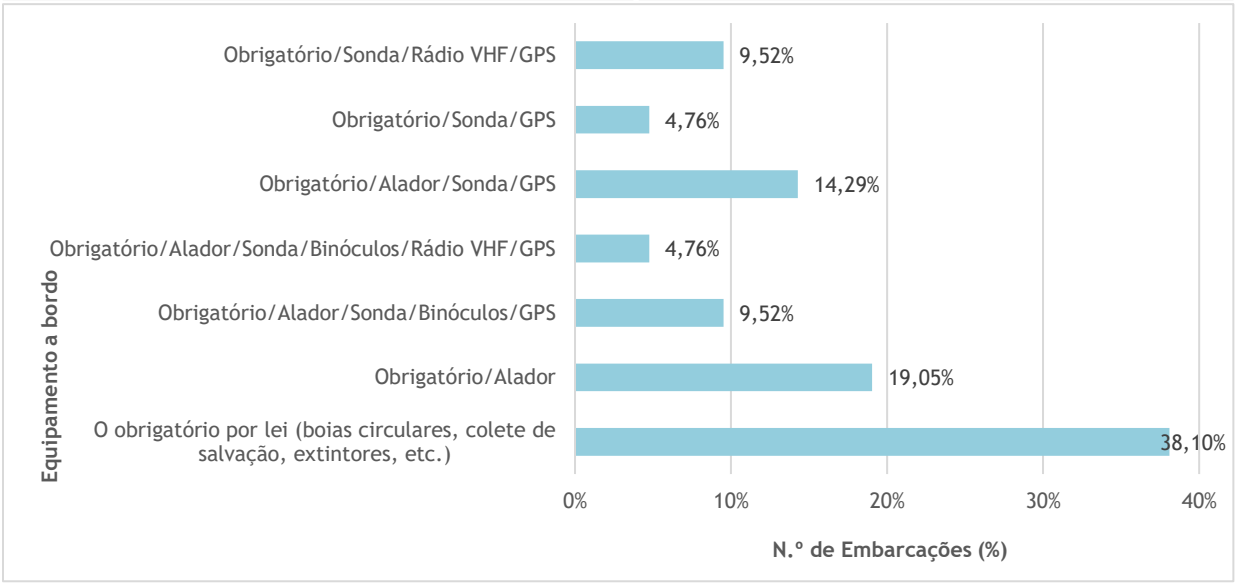




FIGURA 352 | Henrique Manuel Pinto dos Santos, proprietário e armador da embarcação "Preciosa", registo n.º TR-1523-L, onde desempenha a bordo das funções de arrais (único tripulante), a aparelhar uma caçada de rede branqueira (tresmalho de fundo). Para além do equipamento obrigatório, a embarcação está apetrechada com o alador mecânico. Tem amarrado à embarcação o auxiliar (coco) que utiliza para chega ao areal. Ancoradouro de Paço de Arcos, em 6.07.2021.

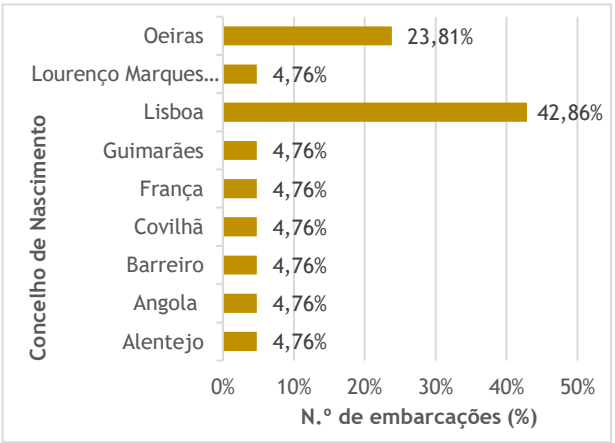
III.3.3. Caracterização pessoal, profissional e socioeconómica, nível de motivação, e dados de identificação e tradição dos marítimos que governam as embarcações.

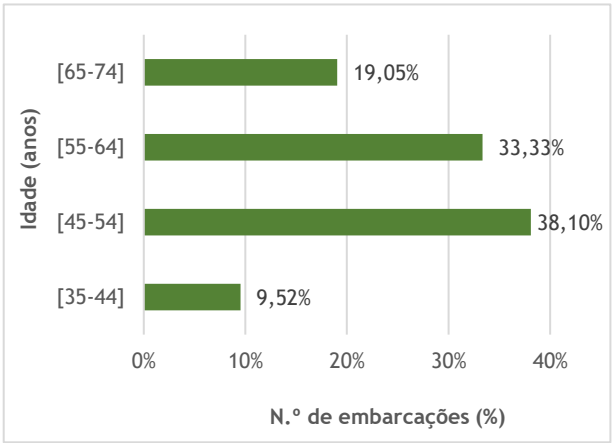
A frota de Oeiras está hoje concertada na Praia dos Pescadores, também conhecida como Praia Velha, localizada junto ao Centro Náutico, em Paço de Arcos.

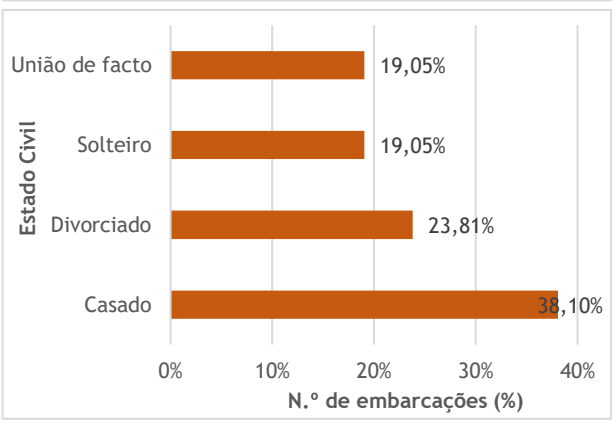
Os proprietários são também os armadores, não existe qualquer caso de os proprietários terem cedido os direitos de exploração das embarcações, e, simultaneamente, exercem a bordo as funções de arrais. A pirâmide etária dos arrais está invertida, o que também significa maior experiência. Apenas 9,52% dos arrais têm menos de 44 anos, e 38,10% têm entre 45 e 54 anos, 33,33% têm entre 55 e 64 anos, e 19,05% têm entre 65 e 74 anos, como se observa no gráfico seguinte. Muitos destes arrais podem abandonar a atividade a breve trecho, e apenas a continuam a exercer porque lhes dá prazer, e não pela rentabilidade (fazem poucos dias de mar). O arrais mais novo tem 36 anos, o mais idoso tem 71 anos, e a média de idades dos arrais fixa-se nos 56 anos (referente ao ano de 2018). Esta é a comunidade piscatória mais envelhecida do estuário do rio Tejo.

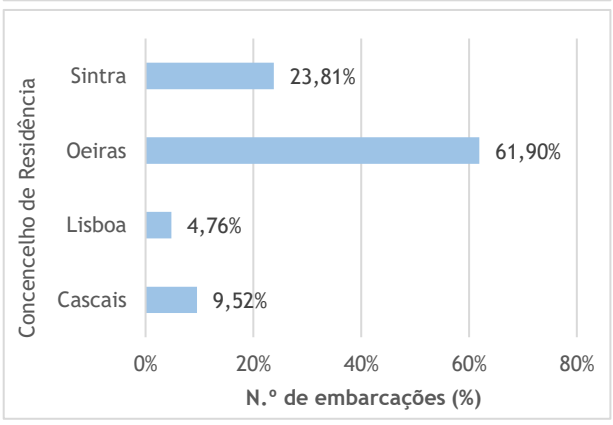
Os arrais têm origens em locais muito distintos e, nalguns casos, muito distantes, mas a maior parte nasceu em Lisboa (42,86%) e em Oeiras (23,81%), o que em conjunto representa 66,67%. Os restantes 33,33% têm origens diversas, alguns nasceram em território nacional, nomeadamente no Alentejo, Barreiro, Covilhã e Guimarães, outros nos antigos territórios ultramarinos, nomeadamente em Lourenço Marques (Moçambique) e Angola, e um outro nasceu em França, como se observa no gráfico seguinte. Hoje a maior parte reside em Oeiras e Sintra, um total de 85,71%, e os demais 14,29% residem em Cascais (9,52%) e Lisboa (4,76%). Estes arrais utilizam este abrigo pela proximidade do local de residência, e também por não existir alternativa da margem Norte do rio Tejo, considerando que em Pedrouços não há condições de trabalho e o abrigo de Cascais está lotado.

Quanto ao estado civil, 57,14% estão casados ou vivem em regime de união de facto, dos quais 38,10% são casados, e 42,86% são solteiros ou estão divorciados, dos quais 23,81% estão divorciados, como se observa no gráfico a seguir. É uma percentagem expressiva de arrais solteiros e divorciados, o que evidencia uma rotura com a tradição do que era a família tradicional.







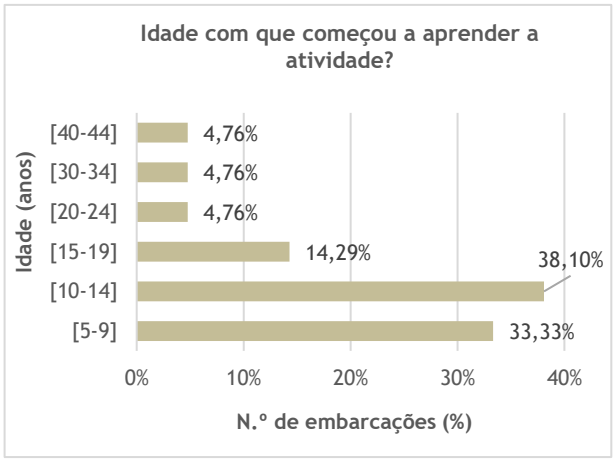


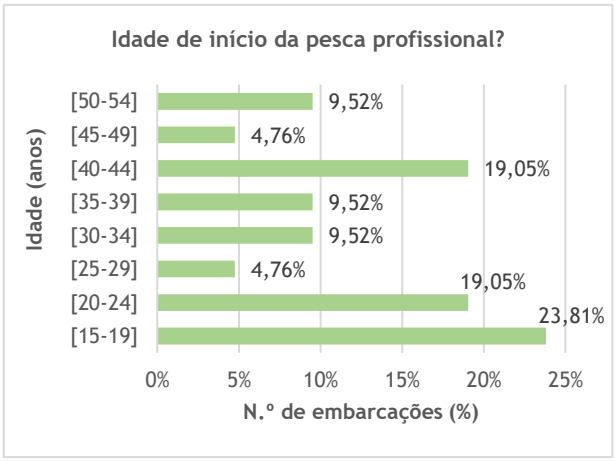
A maior parte destes arrais iniciaram a aprendizagem da prática da pesca muito cedo, 71,43% entre os 5 e os 14 anos, dos quais 33,33% foi entre os 5 e os 9 anos de idade. Os restantes 14,29% iniciaram a aprendizagem da pesca entre os 15 e os 29 anos, e os demais 14,29% entre os 20 e os 44 anos, como se observa no gráfico seguinte. Estes últimos vieram para a pesca mais recentemente, na sequência da crise económica de 2008. O arrais que mais cedo começou a aprender a atividade tinha 6 anos, o mais velho tinha 40 anos, e a média de idades dá 13,43 anos.

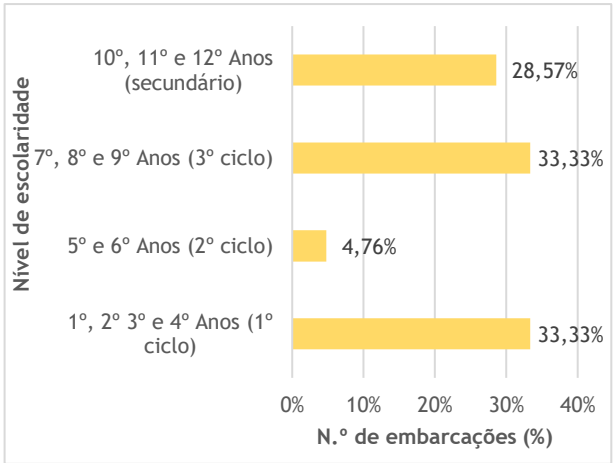
Já o início da pesca profissional aconteceu mais tarde, na maior parte das vezes entre os 15 e os 19 anos (23,81%), entre os 20 e os 24 anos (19,05%), e entre os 40 e os 44 anos (19,05%). Nenhum iniciou a pesca profissional antes dos 15 anos, e 33,33% fizeram-no já depois dos 40 anos, como se observa no gráfico seguinte, o que constitui uma diferença significativa para as demais comunidades piscatórias do Tejo. O arrais que mais cedo começou a exercer a pesca profissional tinha 16 anos, o mais velho tinha 54 anos, e a média de idades dá 30,38 anos. É enorme a clivagem entre a data de início da aprendizagem da atividade e a data em que efetivamente iniciaram a pesca profissional, o que sugere que muitos terão tentado outra atividade económica, sem sucesso, e por isso o regresso tardio à pesca profissional.

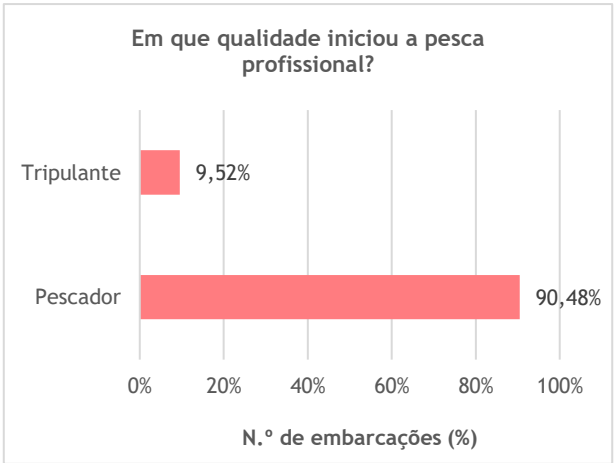
Descartada está a possibilidade de o tempo que medeia entre a aprendizagem inicial e o início da pesca profissional tenha sido passado na escola, uma vez que 71,43% não excederam o 3º ciclo (7º, 8º e 9º Anos), e destes 33,33% não excederam sequer o primeiro ciclo (1º, 2º 3º e 4º Anos). Apenas 28,57% frequentaram o secundário (10º, 11º e 12º Anos), como se observa no gráfico seguinte, e nem todos os concluíram.

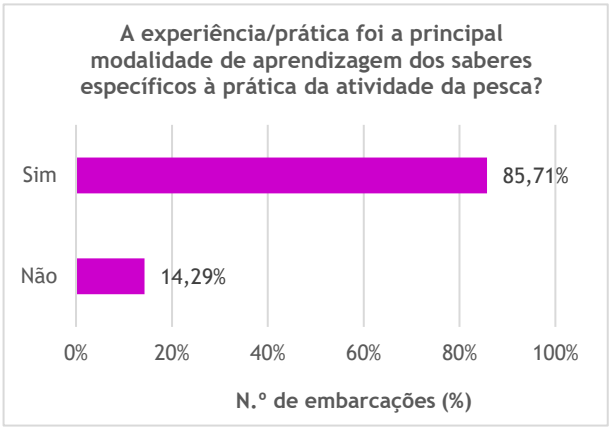
Os arrais iniciaram a atividade profissional na qualidade de "pescador" (90,48%) e de "tripulante" (9,52%), e em 85,71% dos casos a experiência/prática foi a principal modalidade de aprendizagem dos saberes específicos à prática da atividade da pesca, como se observa nos gráficos seguintes. Os restantes 14,29% de arrais, que corresponde aos que foram para a pesca numa fase mais tardia da sua vida, aprenderam os saberes específicos à prática da atividade em cursos de formação, promovidos Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR).

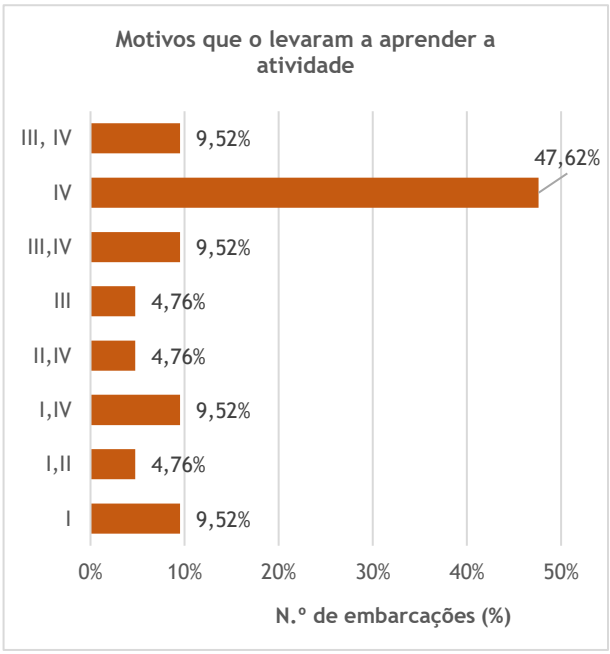










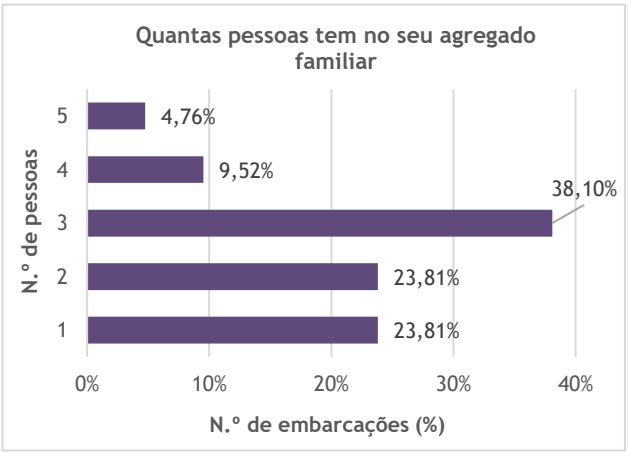


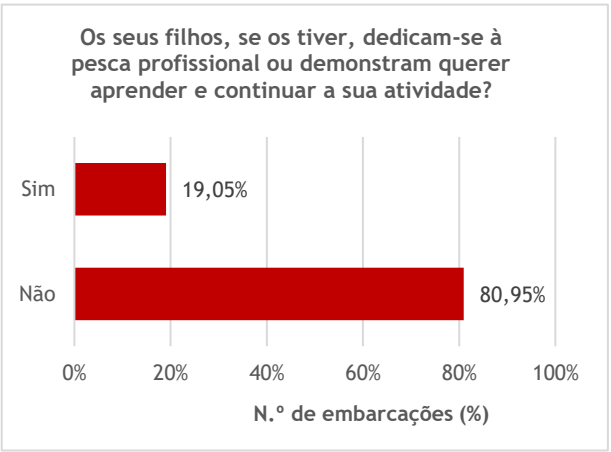
Descrição dos motivos: (i) Atividade com história no seio familiar / tradição familiar; (ii) Por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento; (iii) Boa rentabilidade da pesca; (iv) Gosto pela pesca.

Os motivos que levaram os arrais a aprender a atividade são diversos, mas destaca-se o gosto pela pesca (80,95%), por ser uma atividade com tradição familiar (23,81%), pela rentabilidade da pesca (23,81%), e também por dificuldade de encontrar outra fonte de rendimento (9,52%), como se observa no gráfico a seguir. Não se observa nesta comunidade a preocupação de assegurar a continuidade do saber da pesca no seio da família, o que se explica por muitos arrais não terem tradição de pesca, apenas gostam da atividade, e pela reduza e imprevisibilidade que a atividade tem subjacente, que os arrais dizem não quererem para os seus filhos.

O agregado familiar de cada um dos 21 arrais inquiridos é constituído por um número variável de pessoas, sendo que no total ascende a 52 pessoas (incluindo os arrais). No global, 23,81% dos arrais vivem sozinhos, ou seja, o seu agregado familiar são apenas eles próprios, a chamada família unipessoal, ainda assim valor inferior ao número de arrais solteiros e divorciados, e outros tantos vivem num agregado de duas pessoas, a chamada família monoparental. Os arrais que têm três ou quatro pessoas no seu agregado familiar, geralmente um casal com um ou dois filhos, a chamada família matrimonial, somam 47,62%, são o grupo mais representativo. Em 4,76% dos casos os arrais têm cinco pessoas no seu agregado familiar, são as chamadas famílias alargadas, como se observa ano gráfico seguinte. O predomínio é para famílias pequenas, de três pessoas, de um casal com um filho, que representa 38,10% dos casos. Importa salientar que nenhuma das pessoas dos seus agregados familiares, nem familiares diretos (esposa e filhos), nem indiretos (irmãos, primos e tios), participam ativamente do quotidiano piscatório.

Não obstante, em 19,05% dos casos os filhos seguiram a atividade e exercem ativamente a pesca nesta comunidade, mas por já terem constituído família e por já se terem individualizado dos pais, não aparecem refletidos os números anteriores. Significa que em 80,95% dos casos, os filhos, quando os têm, não se dedicam à pesca profissional nem demonstram querer aprender e continuar a atividade, como se observa no gráfico seguinte.





Os marítimos que exercem a bordo as funções de arrais em 66,76% dos casos estão certificados com a categoria de "arrais de pesca local", categoria mínima que permite o governo das embarcações de pesca profissional, e os demais 33,33% estão habilitados com a categoria de "arrais de pesca", segunda categoria mais comum e um nível acima da anterior nos escalões da mestrança, como se observa no gráfico seguinte. A maior parte das embarcações que operam no rio Tejo são governadas por "arrais de pesca local", e os "arrais de pesca" empregam-se maioritariamente nas embarcações que tanto operam em águas interiores como em águas marítimas. Nesta comunidade ainda existem arrais com categorias profissionais superiores, como o Nuno Assunção, palangreiro, contramestre pescador, arrais da embarcação "Gustavinho" (TR-1708-L), de que é proprietário e armador, mas apenas exercem a pesca em águas marítimas, que fica fora do âmbito do nosso estudo.

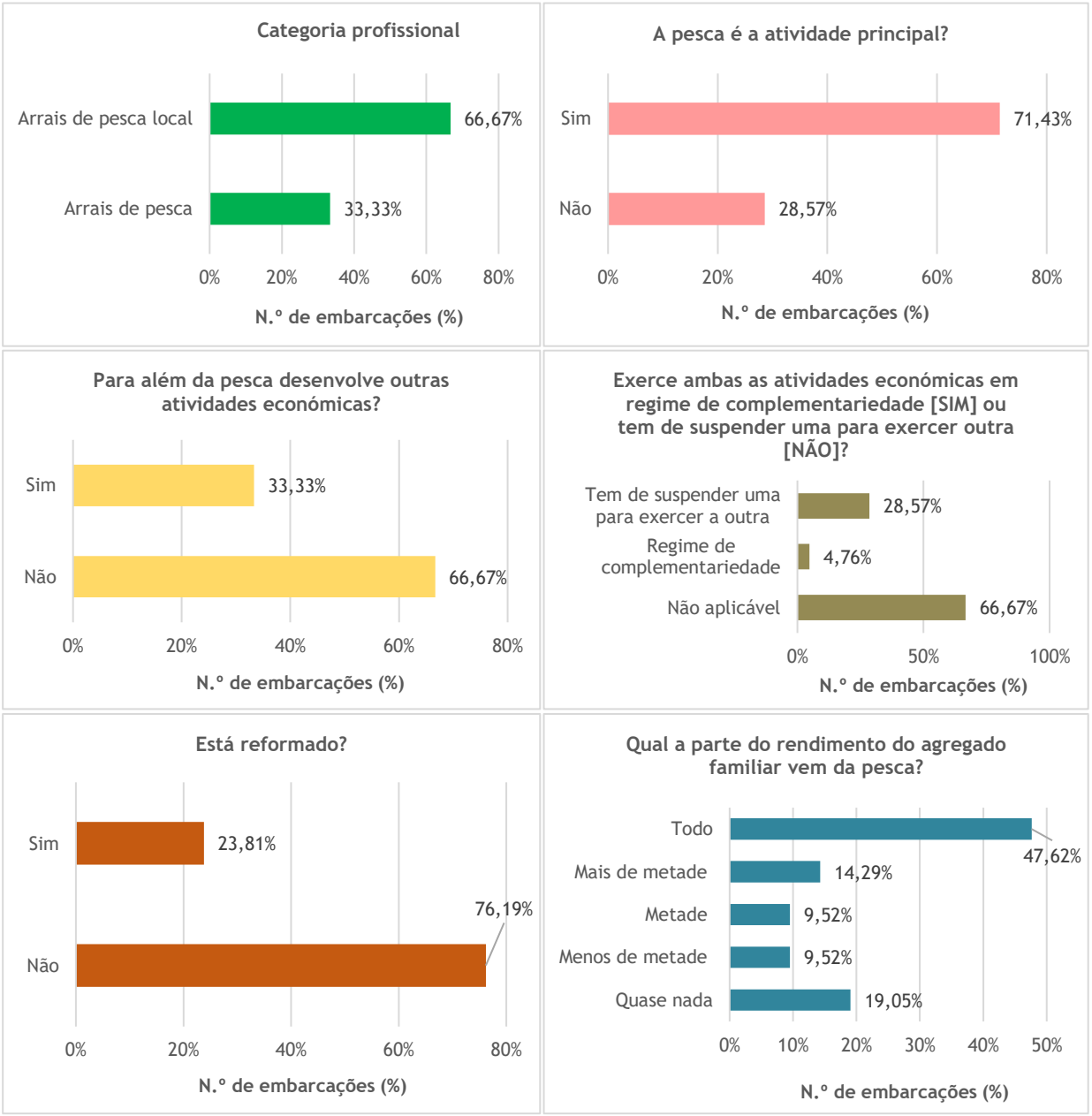
A pesca é a atividade principal de 71,43% dos arrais, e os restantes 28,57% desenvolvem a pesca de forma suplementar a outras atividades (têm de suspender uma atividade para exercer a outra), como se observa no gráfico seguinte. Os arrais com outras profissões, onde cumprem o horário normal de trabalho, são seis: um é capitão da Força Aérea, já aposentado, prestou durante muitos anos serviço no Centro Militar de Eletrónica em Paço de Arcos, localizado ao lado do edifício dos Pescadores de Paço de Arcos, outro é agente da Polícia de Segurança Pública, outro é enfermeiro, também já aposentado, outro é carteiro, funcionário dos CTT, outro realiza trabalhos de construção civil, e, por fim, o último faz o transporte individual privado e é parceiro da UBER. São conhecidos como "pescadores a tempo parcial". Dois destes arrais já estão reformados dos seus empregos, como referido, mas ainda assim não fazem da pesca a atividade principal.

No entanto, apenas 66,67% dos arrais não desenvolvem outras atividades económicas para além da pesca, ou seja, 33,33% têm outras atividades, o que significa que para além dos 28,57% para quem a pesca não é a atividade principal, ainda existem mais 4,76% que tendo a pesca como atividade profissional (principal) se dedicam a outras atividades económicas, como se observa no gráfico seguinte. Trata-se de um marítimo que antes de ser pescador era pedreiro, e agora quando "*não está a dar peixe*" faz uns "*biscatos*" na área da construção. Em resumo, 66,67% dos arrais apenas trabalham na pesca, 28,57% têm a pesca como uma atividade completar à sua atividade profissional principal (é necessário suspender uma para exercer a outra), e 4,76% têm uma atividade que exercem em regime de complementaridade com a pesca quando "não está a dar peixe", como se observa no gráfico seguinte.

Dos 66,67% dos arrais que não desenvolvem outras atividades económicas para além da atividade piscatória, atrás referidos, três já estão reformados (representa 21,43%), e apenas continuam a laborar como forma de conseguir um suplemento para as suas reformas, que são baixas, e também para ocuparem o tempo disponível. Ou seja, não pescam com a intensidade dos demais, por exemplo, quando está mau tempo, porque têm a "almofada" da reforma, apenas pescam quando as condições são agradáveis. Desta forma, concluiu-se que apenas 45,24% dos arrais de Oeiras dependem em exclusivo da pesca como fonte de subsistência, uma alteração de paradigma neste espaço concelhio que é comum à verificada nos demais territórios ribeirinhos do estuário do rio Tejo.

Ainda relevante para esta temática é perceber qual a parte do rendimento do agregado familiar dos arrais vem da pesca. Como se observa no gráfico seguinte, 19,05% responderam que a pesca contribui "*quase nada*" para o rendimento do agregado familiar, 9,52% responderam "*menos de metade*", e igual percentagem respondeu "*metade*", 14,29% responderam "*mais de metade*", e apenas 47,62% dos arrais responderam que o seu agregado familiar depende totalmente do produto da atividade piscatória. Os arrais que indicaram que o rendimento do agregado familiar depende totalmente da pesca são os mesmos que indicaram não exercer qualquer outra atividade para além da pesca, e os demais são os que exercem outras atividades ou estão na situação de reformados.

Questionámos os arrais se, sendo casados, a esposa anda diariamente na faina embarcada ou a apoiar nos trabalhos em terra, e todos responderam que não. Neste território, onde a pesca parece ser uma atividade de luxo, a mulher está absolutamente ausente das pescas estuarina e de águas marítimas. Apenas existe uma mulher matriculada como não marítima e a embarcar esporadicamente na embarcação "Preciosa" (TR-1523-L), propriedade de Henrique Manuel Pinto dos Santos, que exerce a bordo as funções de arrais, o que acontece mais por passeio do que propriamente para trabalho, tanto mais que não tem cédula marítima.



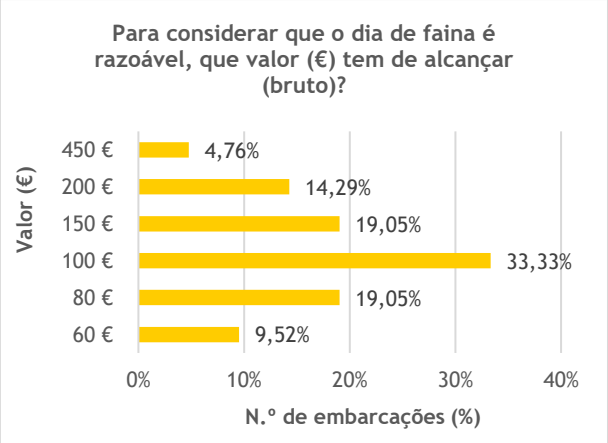
Numa perspetiva de rentabilidade económica da atividade questionámos os arrais sobre que valor (bruto) tinham de alcançar para considerar que um dia de faina é razoável, e 61,90% responderam entre 60,00€ e 100,00€, inclusive, dos quais 33,33% responderam 100€. Depois, 19,05% responderam 150€, 14,29% responderam 200€, e 4,76% responderam 450€, como se observa no gráfico a seguir. No mínimo a reposta foi de 60,00€, no máximo foi de 450,00€, e em média dá o valor de 132,86€.

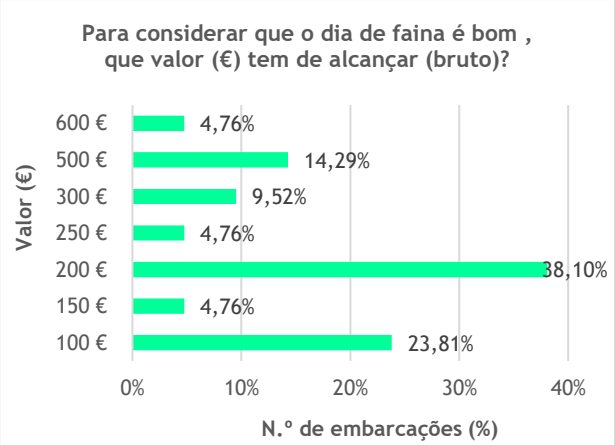
De seguida questionámos os arrais sobre o valor para um dia de faina bom, e 66,67% responderam entre 100€ e 200€, inclusive, dos quais 23,81% responderam 100€ e 38,10% responderam 200€. Depois, 4,76% responderam 250€, 9,52% responderam 300€, 14,29% responderam 500€ e 4,76% responderam 600€, como se observa no gráfico a seguir. No mínimo a reposta foi de 100,00€, no máximo foi 600,00€, e em média dá o valor de 247,62€.

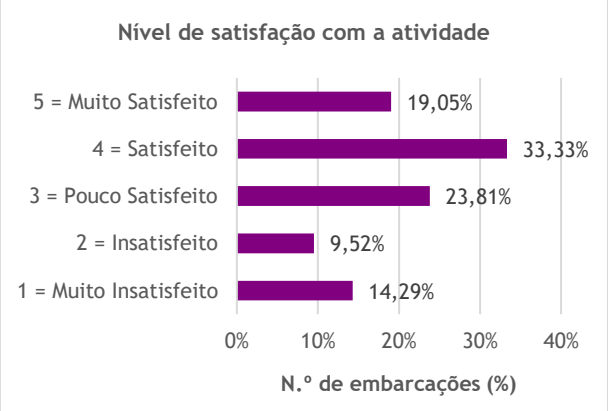
Estes dados permitem-nos compreender que a perspetiva de ganho por embarcação e por dia de faina, na opinião dos arrais, fixa-se no mínimo entre 60€ e 450€ e no máximo entre 100€ e 600€. Em termos gerais, a perspetiva de maior ganho está associada a embarcações com maior investimento em artes de pesca e que operam com aparelho de anzol com dois tripulantes, e governadas por arrais que arriscam e são ambiciosos. Os arrais das embarcações que apresentam menor perspetiva de rentabilidade são de maior idade, muitos já estão reformados, encaram a pesca como um passatempo

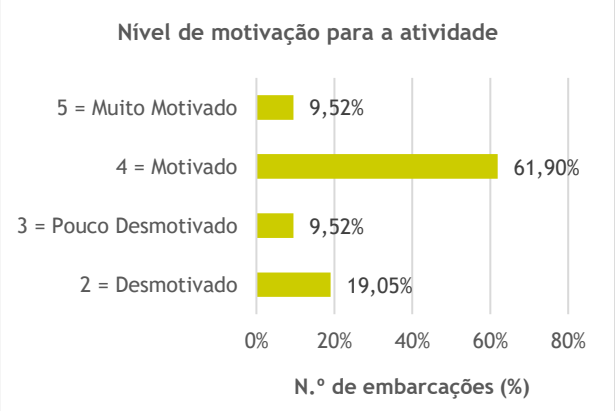
e como uma forma de rendimento extra, e operam na sua larga maioria à pesca do polvo com piteira, em que o investimento em artes de pesca é bastante mais reduzido, ainda que neste sistema seja maior o investimento em isca, e, nalguns casos, com covos com classe de malhagem de 30 a 50 mm.

Por fim, sobre o nível de satisfação e de motivação para a atividade, as respostas revelam que 23,81% dos arrais estão insatisfeitos, dos quais 14,29% estão muito insatisfeitos, 23,81% estão pouco satisfeitos, e 52,38% estão satisfeitos, dos quais 19,05% estão muito satisfeitos, como se observa no gráfico a seguir. Sobre o nível de motivação, 28,57% dos arrais estão pouco motivados, dos quais 19,05% estão desmotivados, e 71,43% estão motivados, dos quais 9,52% estão muito motivados, como se observa nos gráficos a seguir. Em resumo, os arrais dizem-se satisfeitos pelo espaço excelente onde trabalham e por exercerem a atividade que gostam, e em certa medida apreciam as infraestruturas de apoio à pesca, porque dispõem de água, luz e casa de banho com chuveiros e água quente. Não estão satisfeitos com o exíguo espaço de arrumo de artes de pesca, nem com o facto de terem de pagar cerca de 25€/mês de "renda" por esse espaço, nem gostam das constantes exigências da edilidade quanto ao arrumo e limpeza do espaço em frente ao Edifício dos Armadores de Paço de Arcos (a edilidade remove todas as artes de pesca que não estejam devidamente arrumadas dentro do Edifício dos Armadores), e dizem que só falta a edilidade querer que eles vão "*trabalhar de fato e gravata*". É um facto, é uma zona de intensa procura turística, é fundamental a organização e asseio do espaço. Estão motivados pelo valor do polvo, uma das principais espécies que aqui capturam, mas estão desmotivados pela enorme concorrência da pesca lúdica, que exercem maior esforço de pesca do que os próprios profissionais.









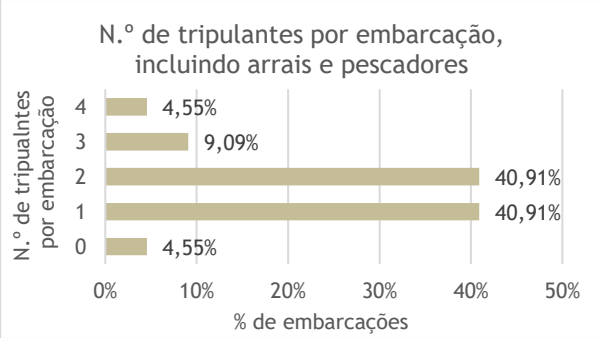
III.3.4. Matrículas de tripulação e formas de remuneração. [142]

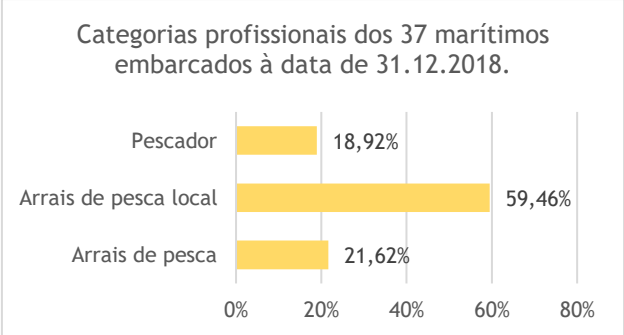
À data de 31 de dezembro de 2018, nas 22 embarcações de pesca local oeirenses com licença de pesca para a zona rio Tejo, estavam matriculados 37 marítimos, incluindo arrais e pescadores, com diferenças ao nível do número de marítimos por cada embarcação: 4,55% das embarcações não tinham matriculado qualquer tripulante, ou seja, não tinham rol de tripulação válido, 40,91% das embarcações tinham matriculado apenas um tripulante na categoria mínima de arrais de pesca local, e 40,91% tinham matriculado dois tripulantes, 9,09% tinham matriculado três tripulantes, e 4,55% tinham matriculado quatro tripulantes, como se observa no gráfico a seguir. Este número não engloba eventuais embarques não registados, nem embarques de não marítimos, que neste concelho abrange três indivíduos e uma mulher.

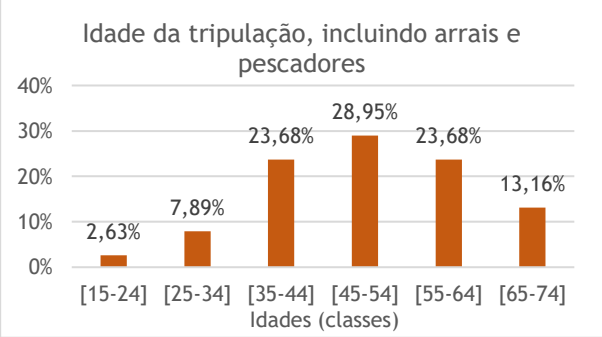
Salientar que apesar de termos inquirido 21 das 22 embarcações, como já referimos anteriormente, os dados agora apresentados, referentes às matrículas de tripulação, representam a totalidade das matrículas, como referido na metodologia, e, de forma complementar, em nota de rodapé nesta página. Já as formas de remuneração representam apenas as respostas das embarcações inquiridas.

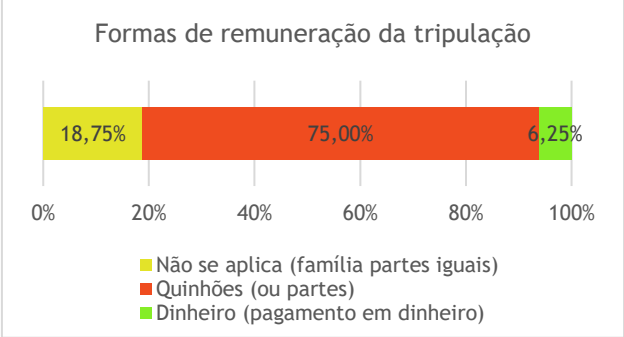
Sobre as categorias profissionais, 18,92% têm a categoria de pescador, 59,46% a categoria de arrais de pesca local, e 21,62% a categoria de arrais de pesca, como se observa no gráfico a seguir. Quanto às idades, a população piscatória aproxima-se do muto envelhecido, uma vez que 65,75% tem mais de 45 anos, e destes 23,68% tem idades compreendidas entre 55 e 64 anos, e 13,16% têm idades compreendidas entre 65 e 74 anos, como se observa no gráfico a seguir.

Sobre a forma de remuneração, o que apenas se aplica às embarcações tripuladas no mínimo por dois marítimos, 6,25% recebem em dinheiro (40€ a 50€, por embarque), 18,75% repartem o produto da pescaria em partes iguais, porque são familiares diretos (pais e filhos), e 75% recebem em quinhões (as embarcações têm uma parte), e o valor a receber pelos tripulantes varia em função do produto da pescaria (pago em dinheiro), como se observa ano gráfico a seguir. Neste último caso, a divisão do produto da pescaria é realizada depois de subtraídas as despesas previamente convencionadas, que pode ser de combustível, de manutenção do barco, de utilização das artes, de combustível para o carro que leva o pescado à lota, aquisição de isca, transporte para ir buscar o isco, ou outras. A maior parte dos marítimos são constantes, no sentido em que andam regularmente matriculados nas mesmas embarcações.









[142] Os dados das matrículas de tripulação foram retirados dos rols de tripulação comunicados pelos armadores à Capitania do Porto de Lisboa e respetivas Delegações Marítimas, que consultamos já depois de validados, garantindo assim a fiabilidade da informação. Representam, por isso, a totalidade da frota. As formas de remuneração foram levantadas através da aplicação do inquérito por questionário, pelo que representam apenas as embarcações inquiridas.

III.3.5. Caracterização das artes de pesca, operacionalidade, zonas e períodos de pesca, espécies desembarcadas, comercialização e custos de operação.

A comunidade piscatória de Oeiras distingue-se das demais comunidades do Tejo pela menor quantidade de material de pesca, quer em stock, quer em operação, o que não se pode desassociar do tipo de pescador que aqui pontifica, em muitas situações fazendo da pesca uma atividade complementar. Talvez por isso usem artes mais económicas que ocupam menos espaço e as características do espaço para arrumos de artes de pesca de que os marítimos dispõem seja muito reduzido. Será porventura uma consequência das opções políticas da municipalidade local, que, manifestamente, considera a pesca comercial pouco relevante por ocupar um espaço ribeirinho de excelência para atividade balnear com equipamentos deselegantes e que por vezes provocam sujidade, motivo pelo qual confere maior destaque e apoios, de forma notória, à pesca lúdica e às atividades marítimas de desporto e lazer. Não é à toa que os marítimos oeirenses dizem, até em forma irónica, "*qualquer dia vão querer que vamos para a pesca de fato e gravata*". Os pescadores profissionais são, por isso, uma extensão residual da pesca desportiva em Oeiras (principal), motivo pelo qual têm vindo a encetar, nas duas últimas décadas, uma forte contestação à pesca lúdica, sem sucesso (Cf. Livro III – Evolução Histórica).

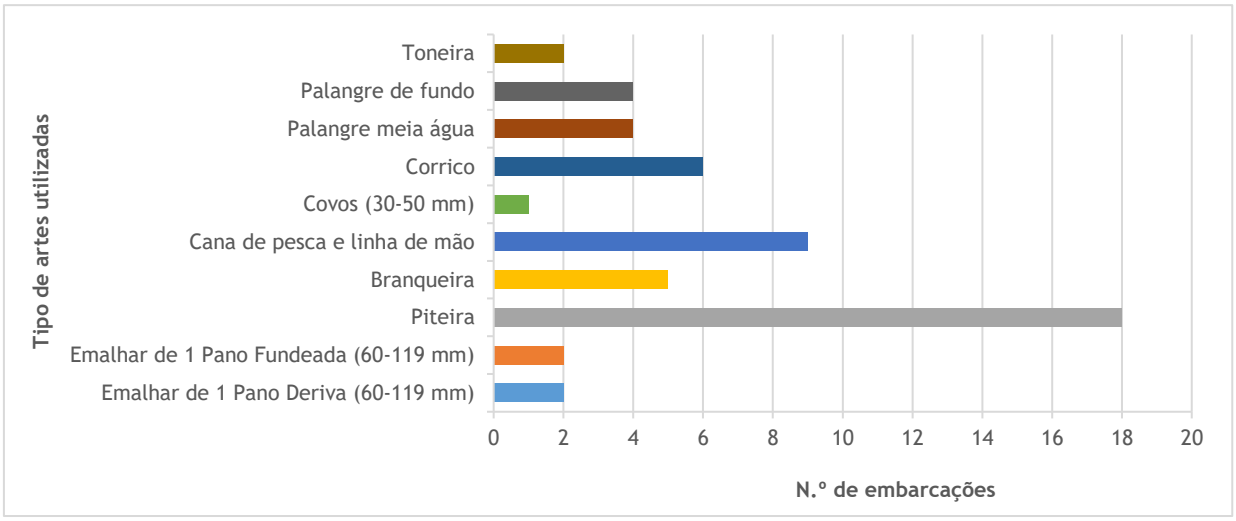
Como se observa no gráfico da página a seguir, os três principais sistemas de pesca utilizados em Paço de Arcos, em 2018, foram a piteira, a cana de pesca e a linha de mão, e o corrico, respetivamente. Foram 18 as embarcações que operam com piteira, durante todo o ano, com exceção dos meses de julho e agosto, de defeso do polvo, espécie a que se dirige esta arte. A cana de pesca e a linha de mão, também denominada pesca à "rabadela", foi adotada por nove embarcações, dirigida na maior parte das vezes à corvina-legítima, ao robalo-legítimo e ao robalo-baila, mas também à dourada, à choupa, ao sargo-legítimo, ao sargo-safia, ao sargo-alcorraz, e, apenas um arrais dirigiu esta arte ao congro. Os marítimos destas embarcações utilizaram esta arte o ano inteiro, ao mesmo tempo que parte deles também utilizavam a piteira nas marés pequenas, a ditas boas marés para a pesca do polvo, com exceção dos marítimos de uma embarcação, que apenas operaram com esta arte nos meses de julho e agosto (no resto do ano operam com covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, dirigidos ao polvo). O corrico foi adotado por seis embarcações, dirigido especialmente ao robalo-legítimo, mas também à corvina-legítima e ao sargo-legítimo, com que operaram durante todo o ano. Importa salientar que esta é a única comunidade piscatória do Tejo onde ainda se pesca de forma atividade com esta técnica, que tem vindo a perder adeptos. Estas três técnicas são bastantes seletivas, por isso menos prejudiciais ao ambiente, sendo raras as capturas acessórias.

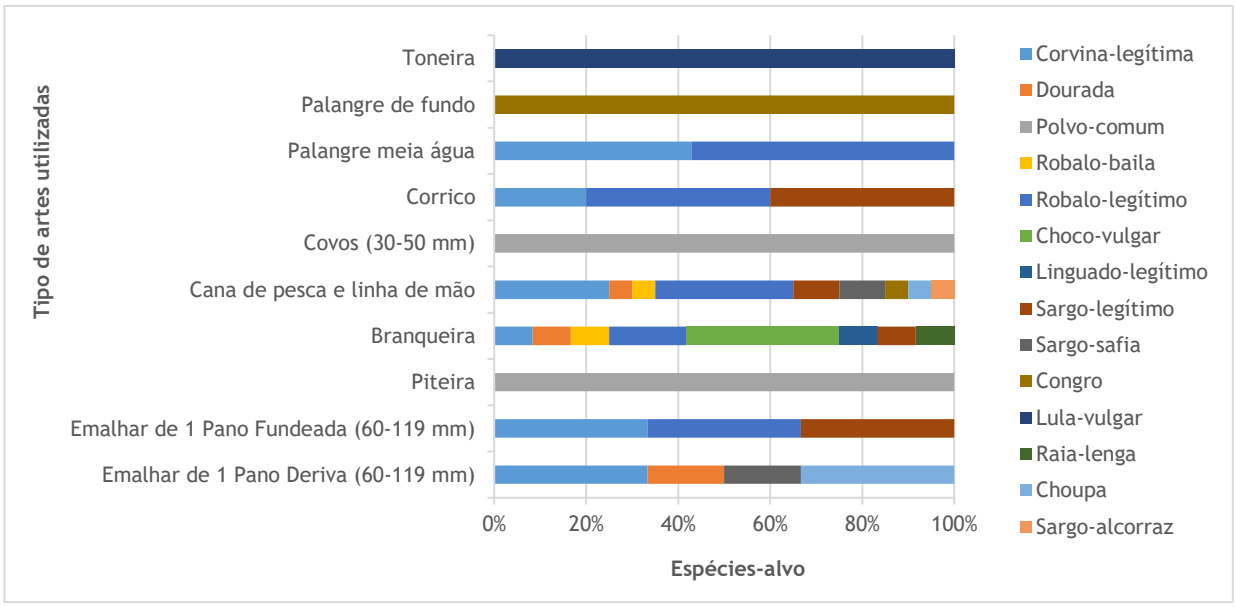
A quarta arte mais utilizada foi a branqueira, tresmalho de fundo, operada por cinco embarcações, dirigida ao choco-vulgar, de janeiro a maio, e ao robalo-legítimo, ao robalo-baila, ao sargo-legítimo e à dourada, em julho e agosto, e ao linguado-legítimo e à raia-lenga, o resto do ano. As embarcações que operam com esta arte em julho e agosto, no resto do ano dedicam-se à pesca do polvo.

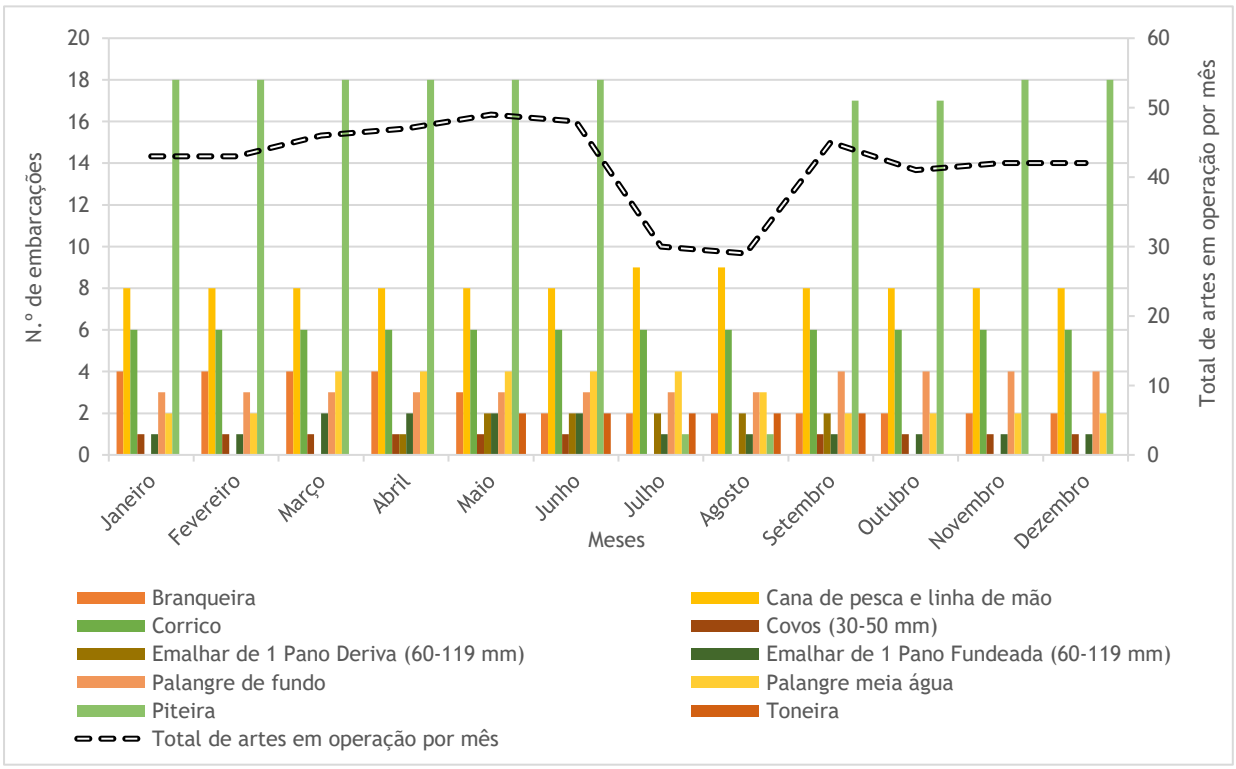
Os aparelhos de anzóis na horizontal (palangre), surgem a seguir, utilizados por quatro embarcações, com base em dois sistemas de pesca principais, se subdividem em três formas de operar: aparelho de fundo, com anzol grande n.º 6 e 7, iscado com cavala, dirigido ao congro, com que operam durante todo o ano, com exceção de uma embarcação, que apenas opera com esta arte de setembro a dezembro; e aparelho de meia água, com anzol médio n.º 8 e 9, com amostra, dirigido à corvina-legítima (pequena) e ao robalo-legítimo, com que operam durante todo o ano, e com anzol grande n.º 5 e 7, com amostras grandes, dirigido à corvina-legitima de grande porte, com que operam entre março e julho.

A rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, foi utilizada por quatro embarcações: duas que a utilizaram na modalidade fundeada, dirigida à corvina-legítima, ao robalo-legítimo e ao sargo-legítimo, durante todo o ano, e outras duas que a utilizaram na modalidade à deriva, dirigida à corvina-legítima, à choupa, à dourada e ao sargo-safia, entre maio e setembro.

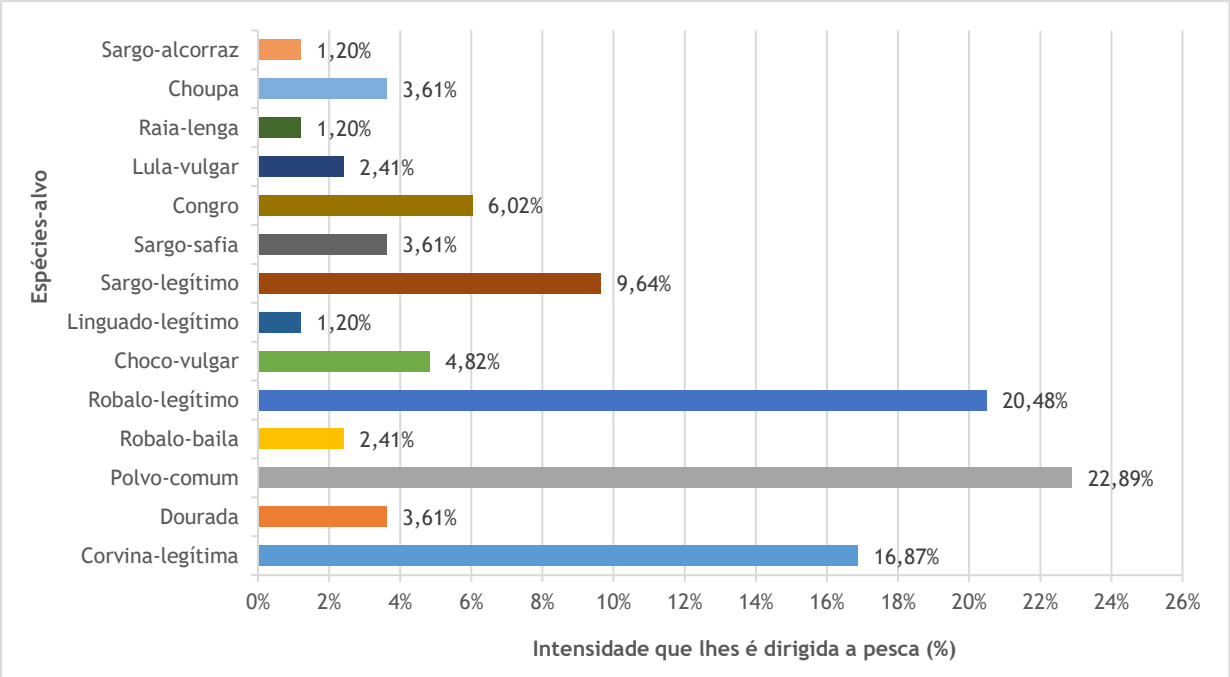
A toneira foi utilizada por duas embarcações, dirigida à lula-vulgar, entre maio e setembro. Por fim, os covos de classe de malhagem de 30 a 50 mm, para capturar polvo-comum, foram utilizados por apenas uma embarcação, de janeiro a dezembro, com exceção de julho e agosto, meses de defeso do polvo. Nesta comunidade também se opera ocasionalmente com os covos de classe de malhagem igual ou superior a 20 mm, arte dirigida ao camarão do rio (ou camarão-espinho).


Tipo de artes utilizadas
Toneira
Palangre de fundo
Palangre meia água
Corrico
Covos (30-50 mm)
Cana de pesca e linha de mão
Branqueira
Piteira
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
0 2 4 6 8 10 12 14 16 18 20
N.º de embarcações


Tipo de artes utilizadas
Toneira
Palangre de fundo
Palangre meia água
Corrico
Covos (30-50 mm)
Cana de pesca e linha de mão
Branqueira
Piteira
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
0% 20% 40% 60% 80% 100%
Espécies-alvo
Corvina-legítima
Dourada
Polvo-comum
Robalo-baila
Robalo-legítimo
Choco-vulgar
Linguado-legítimo
Sargo-legítimo
Sargo-safia
Congro
Lula-vulgar
Raia-lenga
Choupa
Sargo-alcorraz

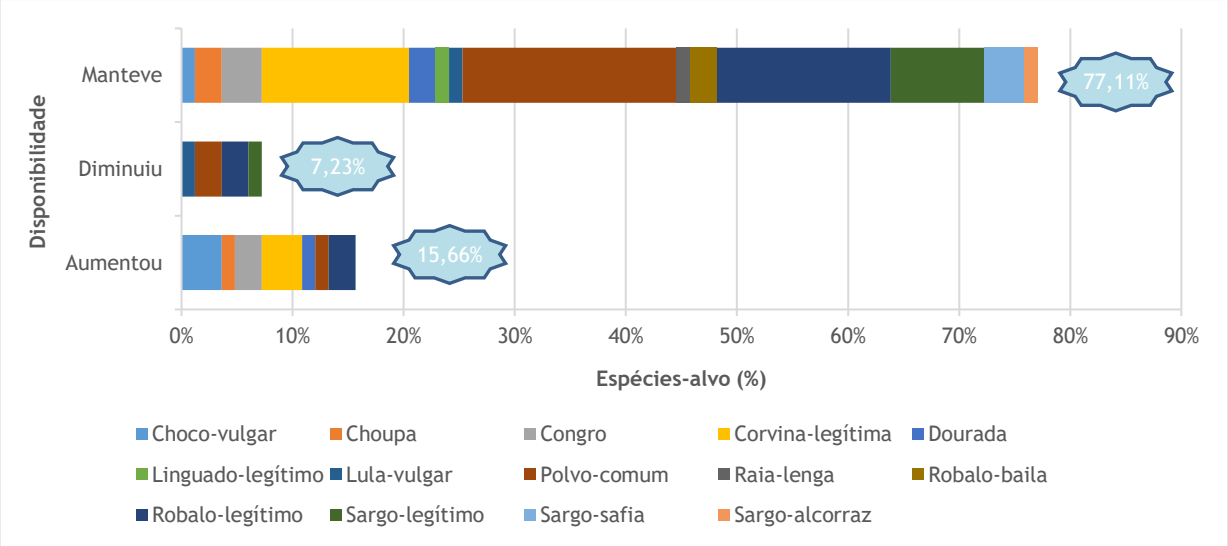

N.º de embarcações
Total de artes em operação por mês
0 2 4 6 8 10 12 14 16 18 20
0 10 20 30 40 50 60
Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro
Meses
Branqueira
Cana de pesca e linha de mão
Corrico
Covos (30-50 mm)
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)
Palangre de fundo
Palangre meia água
Piteira
Toneira
Total de artes em operação por mês

Para as várias espécies alvo atrás referidas, apresentamos no gráfico a seguir, por espécie, a intensidade com que lhes foi dirigida a pesca, onde podemos observar que o polvo-comum (22,89%), o robalo-legítimo (20,48%) e a corvina-legítima (16,87%), foram destacadamente as espécies a que os marítimos oeirenses mais dirigiram a pesca, e que têm maior peso económico, seguindo-se o sargo-legítimo (9,64%), o congro (6,02%), o choco-vulgar (4,82%), a dourada (3,61%), o sargo-safia (3,61%) e a choupa (3,61%), e, de forma residual, o robalo-baila (2,41%), a lula-vulgar (2,41%), o linguado-legítimo (1,20%), a raia-lenga (1,20%) e o sargo-alcorraz (1,20%). Apesar do leque de espécies ser abrangente, a maior intensidade é observável nas espécies capturadas com recurso a aparelhos de anzol, canas e linhas de mão, corrico, piteira e toneira, que são, efetivamente, as principais artes utilizadas neste território.



Ainda sobre as espécies-alvo, indagámos os marítimos que governam as embarcações sobre o nível da disponibilidade observada no triénio entre 2015/18, tendo 77,11% dos inquiridos respondido que se manteve, 7,23% que diminuiu e 15,66% que aumentou, como se observa no gráfico na página a seguir. As espécies que reduziram a disponibilidade foram polvo-comum (2,41%), robalo-legítimo (2,41%), lula-vulgar (1,20%) e sargo-legítimo (1,20%). Estes dados resultam, apenas, da perceção prática dos marítimos, que, naturalmente, pode ser e é influenciada por vários fatores. No caso da corvina-legítima, por exemplo, 16,87% dos marítimos referiram que a disponibilidade se manteve e 3,61% responderam que aumentou. No caso do choco-vulgar, 1,20% respondeu que manteve e 3,61% que aumentou. No caso do polvo-comum, 19,28% respondeu que manteve, 2,41% que diminuiu e 1,20% que aumentou. Já no caso do robalo-legítimo, 20,48% respondeu que manteve, 2,41% que diminuiu e igual percentagem que aumentou. Ainda assim, é mais um elemento para medir a resistência das várias espécies deste ecossistema à pesca comercial, e que nos permite perceber que para os marítimos oeirenses não têm existido alterações significativas na disponibilidade das espécies que constituem a sua principal fonte de receita.

Sobre os motivos que levaram os marítimos a dirigir a pesca a estas espécies, 90,48% assinalou como nuclear o seu potencial económico, sendo que em alguns casos ainda havia motivações cumulativas: 52,38% ainda referiram que era por terem licença e artes de pesca para essas espécies, 33,33% por serem espécies das épocas, e 9,52% por indisponibilidade de outras espécies. No essencial, as questões económicas são determinantes na ação destes marítimos, que também foram questionados sobre o(s) local(is) de comercialização do pescado, tendo a unanimidade dos inquiridos respondido lotas e postos de vendagem explorados pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., essencialmente a lota da Costa da Caparica, sendo espectável algum pescado ser direcionado à comunidade local e ao mercado local, e também para o consumo dos marítimos, seus familiares e amigos.



Para além das espécies-alvo, a que dirigiram a pesca, capturaram diversas espécies acessórias, algumas de elevado valor comercial e que só se capturam ocasionalmente, outras que aparecem muito, mas são rejeitadas por falta de interesse comercial, nomeadamente: abrótea-da-costa, abrótea-do-alto, azevias, besugo, bica, bodião-canário, bodião-do-alto, bodião-verde, biqueirão, boga-do-mar, cabras, cangulo, carapau, cavala, charroco, corvinata-real (ou peixe-rainha), tremelga, judia, juliana, faneca, ferreira, língua, lula-vulgar, cangulo-cinzento (ou peixe-porco, ou pampo), pargo-legítimo, pata-roxa, laibeque-de-três-barbilhos, pata-roxa-denisa, peixe-agulha, enguia-europeia, pescada-branca, pregado, raia-curva, raia-lenga, rodovalho, ruivo, bruxas, navalheiras, lavagante, santola, salema, sarda, sardinha, sargo-alcorraz, sargo-bicudo, sargo-veado, sarrajão, sável, savelha (ou saboga), solha-legítima, linguado-branco, linguado-da-areia, tainha-fataça, tainha-garrento, tainha-liça e tainha-olhalvo. Importa salientar que o pampo era capturado maioritariamente no outono e inverno, na foz do rio Tejo, e neste momento já se captura durante todo o ano.

Quanto aos desembarques, e respetivo valor de comercialização alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca, as embarcações oeirenses com licença de pesca para a zona do estuário do rio Tejo, que na totalidade também estavam habilitadas com licença de pesca para águas marítimas, como já vimos, durante o ano de 2018 desembarcaram 28.445,10 Kg de pescado que foram comercializados por 254.685,34€. Destes, apenas 21.797,07 Kg foram capturados no estuário do rio Tejo, e foram comercializados por 195.218,13 €, o que corresponde ao preço médio de 8,96€/Kg, como se observa na tabela a seguir.

O polvo-vulgar foi a espécie mais desembarcada, um total de 12.097,91 Kg comercializados por 109.606,06€, o que corresponde ao valor médio de 9,06€/Kg. A abundância de polvo na zona de influência destas comunidades piscatórias, e o facto de uma grande parte destes marítimos ter orientado os meios de ação para esta espécie, essencialmente embarcações pequenas e que operam à piteira, explica estes valores. A segunda-espécie mais desembarcada foi a corvina-legítima, um total de 3.727,87 Kg que foram comercializados por 24.323,52€, o que corresponde ao valor médio de 6,52€/Kg. A terceira-espécie mais desembarcada é o robalo-legítimo, 2.296,63 Kg que foram comercializados por 42.378,45€, o que corresponde ao valor médio de 18,45€/Kg, e a quarta-espécie o congro, 1.940,50 Kg que foram comercializados por 6.509,86€, o que corresponde ao valor médio de 3,35€/Kg. Estes valores resumem a atividade da comunidade piscatória de Paço de Arcos, uma parte significativa opera à piteira, a outra parte opera com palangre de fundo para o congro, e ao palangre de maia água, corrico e linhas de mão, para a corvina, robalos e sargos. Destaca-se ainda o desembarque de 360,33 Kg de choco-vulgar, comercializados por 2.088,71€, o que corresponde ao valor médio de 5,80€/Kg, uma pesca pouco significativa, apenas realizada por quatro embarcações.

Foram desembarcadas várias outras espécies, algumas em quantidades residuais, mas que atingiram um elevado valor comercial, nalguns casos acima dos 15€/Kg. No topo da lista está o pregado, comercializado ao valor médio de 19,71€/Kg, seguindo-se os salmonetes ao preço médio de 18,05€/Kg, o linguado-legítimo ao preço médio de 15,86€/Kg, e, por fim, a dourada ao preço médio de 15,36€/Kg. Estes dados representam o esfoço total de pesca das embarcações de pesca local oeirenses, devidamente habilitadas para a pesca comercial em 2018, e não contemplam, como é natural, eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo.

Importa salientar que estes dados, que foram cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas, S. A., são referentes a toda a frota habilitada com licença de pesca, em 2018, com pelo menos uma arte de pesca para a zona do rio Tejo, e não apenas à parte da frota cujos arrais foram inquiridos, como está explicado na metodologia (Cf. Capítulo 4 do Livro I - Tese). Os dados não contemplam eventuais desvios de pescado para o mercado paralelo, da parte da frota habilitada com licença para a zona do rio Tejo, nem os desembarques da frota almadense que dispunha, apenas, de licença de pesca para águas oceânicas.

Espécies	Quantidade Desembarcada (Kg)	Valor de comercialização (€)	Preço médio (p/Kg)
Abróteas	40,85	197,70 €	4,84 €
Anchova	1,30	5,44 €	4,18 €
Azevias	0,58	5,05 €	8,78 €
Bodião	52,10	91,87 €	1,76 €
Cabras	0,13	0,06 €	0,49 €
Cações	3,78	27,83 €	7,36 €
Carapau	44,47	24,42 €	0,55 €
Cavala	10,50	4,73 €	0,45 €
Charroco	28,44	65,53 €	2,30 €
Choco-vulgar	360,33	2 088,71 €	5,80 €
Choupa	127,51	544,48 €	4,27 €
Congro	1 940,50	6 509,86 €	3,35 €
Corvina-legitima	3 727,87	24 323,52 €	6,52 €
Corvinata-real	2,88	7,06 €	2,45 €
Dourada	123,89	1 903,38 €	15,36 €
Faneca	17,04	32,34 €	1,90 €
Língua	62,21	453,95 €	7,30 €
Linguado-da-areia	20,55	207,01 €	10,07 €
Linguado-legítimo	98,47	1 561,85 €	15,86 €
Linguados	48,60	667,67 €	13,74 €
Lula-vulgar	55,80	600,23 €	10,76 €
Pampo	31,39	78,71 €	2,51 €
Pargos	1,12	14,56 €	13,00 €
Pescada-branca	13,26	22,45 €	1,69 €
Polvo-vulgar	12 097,91	109 606,06 €	9,06 €
Pregado	4,15	81,80 €	19,71 €
Raia-lenga	141,55	430,88 €	3,04 €
Robalo-baila	143,27	718,41 €	5,01 €
Robalo-legitimo	2 296,63	42 378,45 €	18,45 €
Rodovalho	1,48	17,07 €	11,57 €
Ruivo	3,57	3,73 €	1,05 €
Salema	2,00	0,66 €	0,33 €
Salmonetes	6,79	122,56 €	18,05 €
Santola	3,60	14,40 €	4,00 €
Sarda	3,20	2,91 €	0,91 €
Sargo-legítimo	216,71	2 148,57 €	9,91 €
Sargo-safia	47,15	233,07 €	4,94 €
Sarrajão	2,50	3,33 €	1,33 €
Sável	2,33	1,99 €	0,86 €
Solha-legítima	0,25	0,78 €	3,11 €
Tainha-liça	8,48	7,86 €	0,93 €
Tremelga	2,00	7,20 €	3,60 €
Somatório	**21 797,07**	**195 218,13 €**	**8,96 €**

TABELA 21 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Oeiras no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018.

Fonte estatística: Docapesca - Portos e Lotas, S. A. Dados organizados por ordem alfabética de espécies.

Como em qualquer atividade, nem tudo o que se recebe é lucro, existem desde logo os custos de operação, que estão muito associados à capacidade das embarcações, ao tipo e à zona de pesca, e ao tipo de combustível. Este é um assunto importante, porque na impossibilidade de aumentar o rendimento por via do aumento do esforço de pesca, a maior rentabilidade da atividade apenas se pode alcançar com a redução de custos.

No ano de 2018, a despesa totalizou 207.931,00 €€, assim distribuídos: 96.240,00 € (46,28%) com combustível para as embarcações, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM; 44.600,00 € (21,45%) com a aquisição de isco (nesta comunidade o isco não é apanhado, é comprado, geralmente sardinha, cavala, carapau ou lula); 19.950,00 € (9,59%) com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra; 15.111,00 € (7,27%) com despesa direta ou indireta com deslocações para venda do pescado em lota; 15.100,00 € (7,26%) com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo a reparação regular do(s) motor(es) (não inclui investimentos em novos motores); 13.930,00 € (6,70%) com seguros, quotizações, vistorias e demais formalidades administrativas; e 3.000,00 € (1,44%) com aquisição de artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc., como se observa na tabela a seguir.

Custos operacionais da atividade piscatória oeirense, por centros de custo	Despesa (euros)
(i) Aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo (redes, ferros, boias, sinalizadores, cabos, linhas e anzóis), e mão de obra;	19 950,00 €
(ii) Despesa com deslocações, direta ou indireta, para venda do peixe em lota;	15 111,00 €
(iii) Artigos diversos de apoio à pesca, como ferramentas, bacias, agulhas, baldes, caixas, facas, etc., incluindo artigos de vestuário, como avental, calças de oleado com peitilho, luvas, fato oleado, botas de água meia cana, etc.;	3 000,00 €
(iv) Manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo (reparação de rombos no casco, tratamento de osmose, polimentos, carpintaria naval, pintura de costado e convés, pintura de fundo, etc.), incluindo o(s) motor(es);	15 100,00 €
(v) Seguros/mútua dos pescadores, vistorias e rol de matrícula (Capitania), licença de pesca (DGRM), vistoria de higiene no trabalho, verificação anual de coletes salva-vidas, quotas associações de pescadores, verificação de extintores, gelo, e outras despesas administrativas;	13 930,00 €
(vi) Combustível para a embarcação de pesca, deduzido eventual subsídio recebido da DGRM;	96 240,00 €
(vii) Aquisição de isco (quando são os próprios marítimos a apanhar o isco, apenas se considera o custo de deslocação ao local da apanha, quando aplicável).	44 600,00 €
Somatório	**207 931,00 €**

O combustível para as embarcações operarem representa cerca de 46% do total da despesa, é o que mais onera a atividade, o que se explica por a frota oeirense estar equipada com motores exteriores a gasolina, aliás, como acontece na maior parte dos concelhos do Tejo. A segunda maior rúbrica da despesa, que representa cerca de 21%, é a aquisição de isco, porque com exceção de cinco embarcações que operam com a rede branqueira, e destas duas também operam com rede de emalhar de um pano, todas as demais operam com covos, piteira, corrico e palangre de fundo e de meia água. Estas duas rúbricas em conjunto representam 67,73% da despesa, e apenas se refere a gestão corrente.

Com a aquisição e reparação de artes de pesca, incluindo material conexo e mão de obra, e com a manutenção e conservação da embarcação e dos equipamentos a bordo, excluindo os investimentos em novos motores, mas incluindo a reparação regular do(s) motor(es), foram gastos 35.050,00 €, o que corresponde a 16,86% de toda a despesa, um valor muito baixo em duas áreas em que o investimento é fundamental para assegurar a valorização da atividade e gerar lucro, permitindo o retorno. O investimento total nas embarcações (7,26%) é, inclusive, inferior ao custo total com a deslocação do pescado para venda à lota (7,27%), esta última uma despesa que podia ser significativamente mitigada, até no edifício dos pescadores de Paço de Arcos existe um espaço de receção de pescado que só não funciona por uma desastrosa gestão da atividade, sendo certo que se funcionasse mitigaria muito os custos de deslocação para venda do pescado em lota.

Neste sentido, é um concelho com enormes desequilíbrios estruturais na gestão dos gastos e sem investimento, e se não é aplicado capital com a expectativa de um benefício futuro, aumenta a probabilidade de paragem temporária de embarcações com problemas nos motores. Todavia, esta despesa foi realizada no território concelhio, contribuiu para dinamizar a economia local, pelo que também por isso esta atividade deveria ser mais valorizada. Por fim, importa referir que o valor dos encargos neste concelho é superior, uma vez que ao não inquirimos os arrais de uma embarcação, o rácio em relação ao valor de vendas é menor.

Como observámos anteriormente, o que mais contribuiu para elevar os custos da atividade piscatória foi o combustível, e isso está muito relacionado com o tempo que os marítimos despendem na deslocação para os pesqueiros e na volta para o porto de abrigo, com o tipo de arte utilizada e com o tempo de pesca (Gulbrandsen, 2012, p. 6-7). O tempo de deslocação varia em função do tipo, capacidade e potência das embarcações, do estado do tempo, especialmente do vento (na deslocação para o pesqueiro com vento de Norte demoram mais dez minutos), das marés (se o estuário está a encher ou a vazar), e do perfil dos marítimos que governam as embarcações (se fazem uma navegação furtiva, ou não), motivo pelo qual os inquirimos sobre o tempo mínimo e máximo que demoram a chegar aos pesqueiros, por tipo de arte e por saída, considerando a ida e a volta a partir dos locais onde normalmente fundeiam (ancoradouro de Paço de Arcos), como se observa na tabela a seguir. Apresentamos as variações mínima, média e máxima para o tempo mínimo e para o tempo máximo (em minutos), de forma a enquadrar as diversas situações.

Os marítimos que trabalham com a rede de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na deslocação de ida e volta aos pesqueiros, na modalidade à deriva, demoram entre 20 e 60 minutos, o que permite delimitar a zona de operação entre Santo Amaro de Oeiras até São Julião da Barra, muito especificamente em frente à Marina de Oeiras, e na modalidade fundeada, demoram entre 5 e 20 minutos, o que permite delimitar a zona de operação mesmo em frente ao ancoradouro de Paço de Arcos. Nos pesqueiros onde operam com branqueira, as deslocações de ida e volta demoram entre 10 e 70 minutos, o que permite fixar a zona de operação entre Paço de Arcos e Santo Amaro de Oeiras.

Na deslocação de ida e volta aos pesqueiros onde operam com palangre de fundo demoram entre 10 minutos no mínimo e 60 minutos no máximo, sendo que o tempo médio mínimo é de 14,15 minutos e o tempo médio máximo é de 40 minutos, o que permite delimitar a zona principal de pesca à frente a Paço de Arcos, mais em particular na zona das Fontainhas, onde o fundo estuarino tem abundante pedra, habitat preferencial do congro e da moreia. Na deslocação para os pesqueiros onde operam com palangre de meia água demoram entre 10 minutos no mínimo e 100 minutos no máximo, sendo que o tempo médio mínimo é de 18,57 minutos e o tempo médio máximo é de 64,29 minutos, disparidades que se justificam por a generalidade dos marítimos operar de Caxias até Paço de Arcos, uma zona que é conhecida por ser boa para a pesca de corvina-legítima, e apenas duas embarcações operarem no Mar da Palha, à corvina grande, motivo pelo qual realizam deslocações de ida e volta que chegam aos 100 minutos.

Nas deslocações de ida e volta aos pesqueiros onde operam com covos, classe de malhagem de 30 a 50 mm, demoram entre 10 e 20 minutos, o que permite balizar a sua atividade à zona em frente ao ancoradouro de Paço de Arcos. Para operarem com piteira fazem deslocações de ida e volta que demoram entre 5 e 70 minutos, o que expande a zona de pesca ao polvo de são Julião da barra até à Trafaria.

Nas deslocações de ida e volta para operarem com cana de pesca e linha de mão demoram entre 10 (min.) e 60 minutos (máx.), sendo que o tempo médio mínimo é de 17 minutos e o tempo médio máximo é de 42,50 minutos, disparidades que se explicam por quatro embarcações pescarem em frente ao ancoradouro de Paço de Arcos, e as demais, ainda que também operem nesta zona, expandirem a zona de operação entre são Julião da barra, a jusante, e Olho de Boi, a montante.

Na deslocação de ida e volta aos pesqueiros onde operam ao corrico demoram entre 5 e 50 minutos, o que significa que operam em frente ao ancoradouro de Paço de Arcos, numa zona onde o fundo é pedregoso, onde se acredita que o peixe se refugia, e daí para jusante, em especial na Ponta da Lage, em frente a São Julião da Barra. Já para operarem à toneira, demoram entre 20 e 60 minutos a chegar aos pesqueiros, de ida e volta, o que permite delimitar a zona de pesca à zona ribeirinha entre São Julião da Barra e a Marina de Oeiras.

Tempo de deslocação para o pesqueiro, por arte e por saída, considerando ida e volta a partir do local onde normalmente fundeiam (em minutos).	**Tempo mínimo (min.)**			**Tempo máximo (min.)**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
Emalhar de 1 Pano Deriva (60-119 mm)	20,00	35,00	50,00	60,00	60,00	60,00
Emalhar de 1 Pano Fundeada (60-119 mm)	5,00	7,07	10,00	15,00	17,07	20,00
Piteira	5,00	15,28	30,00	15,00	41,39	70,00
Branqueira	10,00	20,00	40,00	20,00	42,07	70,00
Cana de pesca e linha de mão	10,00	17,00	30,00	20,00	42,50	60,00
Covos (30-50 mm)	10,00	10,00	10,00	20,00	20,00	20,00
Corrico	5,00	9,50	10,00	30,00	35,00	50,00
Palangre meia água	10,00	18,57	40,00	20,00	64,29	100,00
Palangre de fundo	10,00	14,15	20,00	20,00	40,00	60,00
Toneira	20,00	20,00	20,00	40,00	50,00	60,00

Também inquirimos os marítimos sobre o número aproximado de dias de trabalho por mês, primeiro, para permitir dar uma dimensão real aos valores das tabelas anteriores, e, segundo, para permitir cruzar esses dados com os dados do número de vendas em lota, por esta ser uma questão relevante para a sua sustentabilidade socioeconómica, da qual depende, por exemplo, o recebimento do subsídio para a substituição de motores, como é comum ser exigido nos programas operacionais, a determinação do número de dias de mar para efeitos de cálculo da reforma, ou o recebimento do subsídio de gasolina concedido pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Este último apoio, que tanto se aplica à gasolina como à mistura, é concedido mediante dois critérios nucleares: número de dias de vendas em lota, atividade que é aferida pela DGRM através do registo existente no SI2P (Sistema Integrado de Informação das Pescas) dos dias de venda em lota comunicados pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (mesmo que uma embarcação faça duas vendas, porque fez pesca nas duas marés, apenas conta uma), e potência propulsora da embarcação (kW). As embarcações que têm mais de um motor, apenas um será objeto de atribuição do subsídio, o que tem maior potência propulsora registada no ficheiro da frota.

Em termos gerais, as embarcações oeirenses com licença de pesca para o estuário do rio Tejo realizaram 1234 dias de venda em lota em 2018, sendo que os marítimos trabalharam 4159 dias, como se observa na tabela a seguir. O número médio de dias de pesca é três vezes superior ao número médio de dias de venda em lota, o que se explica por motivos de mau tempo, de marés que não são boas para a pesca "ensejo", de deficiente organização e regulamentação da atividade, que oneram os proprietários das embarcações, por exemplo, no acesso ao subsídio da gasolina, e, subsidiariamente, por motivos de desembarques fora dos locais autorizados, nomeadamente abastecimento do mercado local, também para o consumo dos marítimos, dos seus familiares e amigos.

Número mínimo, máximo, médio e total de dias de trabalho dos marítimos na pesca (dados recolhidos no inquérito por questionário), comparado com o número mínimo, máximo, médio e total de dias de venda em lota (dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A.), em 2018.

Dados recolhidos no inquérito por questionário (dados: n.º de dias de trabalho no ano) (mínimo, máximo e média, com indicação do cálculo)				Dados cedidos pela Docapesca - Portos e Lotas S.A. (dados: n.º de dias vendas no ano)			
Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
20 (5 dias * 4 meses)	336 (28 dias * 12 meses)	189,05 (16,95 dias/mês)	4159	4	147	56,09	1234

Muitos marítimos trabalham de domingo a domingo, mas aos fins de semana o Posto de Vendagem da Trafaria e a lota da Costa da Caparica (a que só têm acesso por terra) apenas fazem a receção e acondicionamento do pescado em frio - não procedem à venda. Só quando existe muito peixe, e os armazéns frigoríficos ficam cheios, é que se realiza lota ao final de semana, mas é raro. O pescado capturado aos sábados e domingos é junto ao pescado capturado na segunda-feira, e desta forma é registada apenas uma venda, como se todo o pescado fosse referente apenas a um dia de trabalho, quando, na verdade, é referente a três dias de pesca. Por outro lado, muitas vezes o pescado capturado numa maré não é suficiente para custear a deslocação, seja por terra ou por mar, pelo que os marítimos concentram o pescado de duas ou três marés, geralmente em caixa de esferovite com gelo, e só depois o levam à lota, por terra, para a Costa da Caparica, mas é considerado como o produto de apenas um dia de pesca (ou de uma maré). Como já referimos, no edifício dos armadores existe um posto de receção de pescado que tem arca frigorífica e máquina de gelo, mas estes equipamentos nunca foram ligados por falta de entendimento quanto à gestão do espaço.

Estas situações lesam os direitos e os interesses dos proprietários das embarcações com motor a gasolina, quer quanto ao recebimento de apoios para a substituição de motores, ou quanto ao recebimento de apoios de combustível, ambos concedidos em função do número de marés, e menos marés significa menos apoio, quer quanto ao número de dias de mar efetivamente realizados, mas não declarados à Segurança Social, porque para poderem aceder às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, têm de ter, pelo menos, 30 anos de serviço, e um período mínimo de 150 dias de mar, seguidos ou interpolados, dentro do mesmo ano civil (Decreto Regulamentar n.º 40/86, de 12 de setembro). Se já é grave, e injusto, os dias de mau tempo não serem contabilizados como dias de mar, uma vez que só não vão trabalhar devido às más condições atmosféricas, existirem dias efetivos de trabalho que não são considerados, é o extremo da injustiça. Importa notar que, com exceção do problema da concessão de apoios ao combustível para as embarcações com motor a gasolina, os demais problemas também afetam os proprietários das embarcações com motor a gasóleo.

Para além disso, os marítimos muitas vezes têm necessidade de se deslocarem aos pesqueiros para levar ou buscar artes, operação a que não se lhes reconhece direito a qualquer apoio porque não concluem com desembarque de pescado, e ainda existem as operações de prospeção de pescado, que não têm como objetivo a captura e o desembarque de pescado, e as operações de retirada de artes caladas por suspeitas de mau tempo, que muitas vezes não resulta na captura de qualquer peixe, situações que também não se lhes reconhece o direito a apoio na comparticipação da gasolina. No oposto, os proprietários de embarcações com motores a gasóleo, que fazem a aquisição subsidiada do combustível, podem fazer todas estas operações com o apoio que lhes é concedido a título prévio no momento do abastecimento. A questão do subsídio da gasolina, atribuído em função do número de marés, expõe a deficiente regulação da atividade, porque não proporciona a todos os proprietários as mesmas condições e os mesmos benefícios, ou seja, trata proprietários em situação igual de forma diferente.

Sobre o número de meses de operação por ano, questão de que também inquirimos os marítimos, apurámos que 80,95% das embarcações de Oeiras, localizadas em Paço de Arcos, operaram durante os doze meses (todo o ano). Nos demais casos, uma embarcação operou apenas quatro meses (corresponde a 4,76% da frota de Oeiras), porque o proprietário, que é o único tripulante e exerce a bordo as funções de arrais, desenvolve em simultâneo uma atividade laboral em regime subordinado e a tempo inteiro (bombeiro), e apenas pesca com piteira ao polvo nos tempos livros e nos períodos de férias, abdicando do seu tempo de lazer. Uma outra embarcação operou apenas seis meses, numa situação em tudo idêntica à anterior, em que apenas difere a profissão do proprietário, que é condutor da Uber. Uma outra embarcação operou apenas dez meses, porque o proprietário, que opera sozinho e exerce a bordo as funções de arrais, dedica-se apenas à pesca do polvo com piteira, e no período de defeso optou por retirar a embarcação da água para fazer a manutenção, e para fazer férias (um mês completo). Por fim, uma quarta embarcação (corresponde a 4,76% da frota de Oeiras), operou durante onze meses porque o proprietário todos os anos retira um mês completo para fazer férias com a sua família.

Também os inquirimos sobre o número aproximado de horas de trabalho diário, em dia de pesca, para percebermos se, o cada vez menor número de inscritos marítimos, que tem vindo a obrigar os proprietários, que também exercem a bordo as funções de arrais, a operarem sozinhos, está a originar dias de trabalho muito longos, muitas vezes sem os devidos cuidados de postura ergonómica, o que pode originar problemas de saúde, mas também deterioração das relações afetivas e sociais, fadiga, queda na produtividade, automatismo e perda de significado. Dos dados recolhidos observa-se que os marítimos do concelho de Oeiras dedicam em média 9h29m à atividade, com dedicação absoluta à pesca, sendo que, nos extremos, no máximo trabalham 14 horas por dia, e no mínimo 4 horas por dia. Ainda que em dias de faina o número de horas de trabalho seja elevado, importa que se diga que há muitos dias em que não operam, como já verificámos anteriormente, o que acaba por introduzir algum

equilíbrio, não se negando, como é obvio, que dias de intenso trabalho, intercalados com dias de reduzido trabalho, não é o desejado.

Sobre os motivos pelos quais os marítimos há dias em que não operam, questão sobre o qual também os indagámos, a unanimidade respondeu "*mau tempo*", sendo que 28,57% ainda acrescentaram quando as marés não são boas para a pesca "*Ensejo - conforme a maré*", 19,05% quando têm as embarcações a reparar, 14,29% quando "*sentem que não há peixe*", e 9,52% quando o "*preço do peixe é baixo*" e, outros tantos, em situações de doença. Salientar que não é contradição, quando o motor de uma embarcação deixa de funcionar, por exemplo, os tripulantes podem optar por ficar parados, como acontece nas situações dos que responderam nesse sentido, ou podem embarcar em outra embarcação de um camarada amigo, o que é fácil de se proporcionar dada a elevada quantidade de embarcações a operarem com um único marítimo da categoria mínima de arrais de pesca local. Apesar de não terem existido recentemente fenómenos meteorológicos extremos, os marítimos de Oeiras encontram nesse fator natural o principal motivo para não saírem para a pesca.

Por fim, têm vindo a ser publicados estudos que projetam uma alteração significativa nos padrões globais de biodiversidade marinha, com migrações intensas de espécies para maiores latitudes, devido ao impacto das alterações climáticas, o que a acontecer afeta sobremaneira a zona do estuário do rio Tejo. Por esse motivo, indagámos os marítimos do concelho de Oeiras, localizados em Paço de Arcos, sobre eventuais alterações na época de pesca dos peixes migradores com interesse comercial devido a alterações do clima, nomeadamente a corvina-legitima e o robalo-legítimo, espécies de grande relevância económica, tendo 61,90% respondido que não, e 38,10% respondido sim.

Os marítimos que responderam não salientaram que pequenos atrasos, ou pequenos adiantamentos, em função do clima, acontecem todos os anos, não são uma novidade. Mas isso não é, para eles, uma preocupação, dizem já estão preparados para lidar com as oscilações na produção, e depreciam o assunto. Os marítimos que responderam sim indicaram que tem existido oscilações no período de captura do robalo-legítimo, notando que uns anos entra no estuário em dezembro, outros apenas em janeiro, e, no ano de 2019, as corvinas entraram mais cedo do que os robalos no estuário. No essencial, assumem que as espécies com maior valor comercial, que são a sua base de sobrevivência, dependem da temperatura da água e das comedorias, pelo que qualquer alteração ao meio natural vai ter implicações na sua atividade.

Aproveitaram para referir o polvo-comum, que capturam essencialmente com piteira, e que é muito importante para a sobrevivência económica da comunidade piscatória, porque, apesar de não ser uma espécie migradora, tem vindo a manifestar alterações sistemáticas na época de reprodução, com oscilações de ano para ano, motivo pelo qual entendem que o defeso da espécie deveria ser reformulado, para ser mais flexível, para que pudesse ser ajustado de ano para ano, conforme a circunstância objetiva do meio natural.

III.3.6. Caracterização associativa, de segurança, governança e da religiosidade dos marítimos.

Oeiras é um concelho com uma forte presença de pesca lúdica, nas vertentes de lazer, desportiva e turística, sendo várias as organizações que têm essa finalidade, como o "CPPCA - Clube Português de Pesca com Amostras", número de pessoa coletiva 508864070 e número de identificação na segurança social 25088640701, fundado por Luís Manuel Figueira Augusto Vicêncio e João Miguel Gonçalves da Costa, em 27 de janeiro de 2009, associação que visa desenvolver e promover exclusivamente a prática desportiva da pesca com amostras em todas as suas vertentes técnicas, e, como consta da escritura de constituição, se propõe fomentar uma consciência ética e coletiva, bem como a dignificação da modalidade, com base em três princípios inalienáveis: pescar, preservar e respeitar. Estas organizações de índole lúdica estão em maior número do que as de índole profissional, integram maior número de associados, e, em conjunto, dispõem de mais meios de ação para a pesca do que os próprios profissionais, o que é revelador do definhar da pesca profissional neste território.

Focando a pesca profissional, importa salientar que muitos dos pescadores que operavam em Oeiras, e que aqui residiam ou nos concelhos limítrofes, estavam inscritos nas associações de pesca de Cascais, na altura vigorosas, e alguns deles inclusive exerciam aí funções de direção. Ainda hoje isso acontece, mas sem significância, uma realidade, desde que foi constituída a "AAPO - Associação de Armadores e Pescadores de Oeiras", em 31 de maio de 2010, com sede na Estrada Marginal, Edifício dos Pescadores, s/n, Praia Velha, freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras.

A "AAPO - Associação de Armadores e Pescadores de Oeiras" foi constituída por Fernando Pedro Martins de Almeida Coelho, residente no Estoril, Cascais, e por João Pedro Almeida da Costa, residente na Abrunheira, Sintra, e tem o número de pessoa coletiva 509460720 e o número de identificação na segurança social 25094607204. O seu objetivo era promover a defesa dos interesses dos associados relacionados com a atividade piscatória nos aspetos técnicos, económicos, sociais, ecológicos e culturais, dinamizar a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos respeitantes às artes piscatórias, dinamizar ações junto dos organismos públicos de forma a melhorar as condições de trabalho, higiene, segurança e apetrechamento técnico, nomeadamente nos portos de abrigo, docas e terraplenos, fomentar formas de cooperação económica e financeira entre os seus associados, com vista à defesa e ampliação da frota pesqueira, promover ações que possibilitem que os produtores venham a ter intervenção no processo de descarga, movimentação e venda de pescado, com eliminação de elementos intermediários, promover a defesa das águas e fundos fluviais e marítimos com vista à recriação e desenvolvimento normais da fauna e da flora, e apoiar e fomentar iniciativas de caráter pedagógico e cultural.

No Portal da Justiça, consulta de atos societários, não consta que a AAPO tenha sido extinta, mas na prática parece já não existir, tanto mais que em 5 de março de 2015, Carlos Manuel Veiga Dias e José Manuel Aveiro Pires, ambos armadores e pescadores de Paço de Arcos, constituíram a "ASSARPE - Associação de Armadores e Pescadores Profissionais de Paço de Arcos", número de identificação de pessoa coletiva 513458956 e número de identificação na segurança social 25134589561, com sede no mesmo local, ou seja, na Avenida Marginal, Edifício dos Pescadores, S/n, Praia Velha, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no concelho de Oeiras. O objetivo desta nova organização é promover a defesa e os direitos e interesses dos profissionais da pesca (pescadores e armadores), bem como a valorização do pescado e da atividade do pescador.

Em março de 2019, cessou o primeiro mandato dos titulares dos órgãos sociais da ASSARPE, e no meio de muita polémica e confusão, incluindo intensas agressões verbais e ameaças físicas, foi eleita uma nova Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal. Sobre a nova direção nada consta do Portal da Justiça, mas os armadores indicaram que elegeram como Presidente João Pedro Almeida da Costa, proprietário, armador e arrais da embarcação "Passarão", registo n.º TR-1616-L, que, como vimos, esteve na constituição da AAPO. Neste ano, segundo nos foi dito, a Associação teria como associados cerca de 25 armadores/arrais, todos utilizadores das instalações do Edifício dos Pescadores. Apenas cerca de meia dúzia de armadores desta comunidade, que foram os que entraram em conflito aquando da alteração dos órgãos sociais, é que não se consideram sócios desta Associação.

Esta Associação não tem página na internet para divulgação de informação aos sócios, e, ao que foi possível apurar no terreno, está completamente parada, sem ação prática, mesmo nas questões mais básicas e quotidianas, nomeadamente junto das instituições públicas. Referir que tivemos de ajudar um arrais a fazer a candidatura aos apoios do MAR-2020, para substituição de motor propulsor principal, exatamente pela incapacidade da ASSARPE prestar essa ajuda ao associado. Também não exerce qualquer atividade cultural de promoção da identidade piscatória local.

Analisando os dados do associativismo que foram recolhidos no inquérito aplicado aos arrais de Oeiras, durante o ano de 2018, observa-se que 85,71% dos casos estão inscritos em associações de pesca, dos quais 71,43% na ASSARPE, 9,52% na Associação de Pescadores de Cascais e 4,76% na Associação de Pescadores e Armadores de Cascais, e 14,29% não estão inscritos em qualquer movimento associativo. Ainda que a ASSARPE represente a maioria dos arrais da comunidade de Paço de Arcos, não está isenta de críticas, já que quando os questionámos sobre se a sua associação de pescadores tinha uma função relevante, 47,62% responderam que não, e apenas 52,37% responderam que sim.

Quanto à governança, questionámos os arrais sobre a avaliação global que faziam das instituições que regulam e fiscalizam as pescas, tendo em 85,71% dos casos respondido nada satisfeito, em 9,52% dos casos pouco satisfeito e em 4,76% dos casos satisfeito. Percebe-se o descontentamento, uma vez que em 90,48% dos casos também responderam que nunca essas instituições os indagaram sobre o que era possível fazer para melhorar a pesca no estuário do rio Tejo. Os demais 9,52% referiram já ter dialogado com essas instituições, por sua iniciativa, e de nada serviu, uma vez que nada alterou (face ao que era reclamado). Por tudo isso, em 90,48% dos casos consideram que os pescadores deveriam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão, defendendo ser a única forma de os pescadores se fazerem ouvir e de contribuírem para o seu quotidiano e para o seu futuro. No oposto, 9,52% consideram que os pescadores não devem participar nos processos de tomada de decisão porque não têm competência, e por isso só "atrapalhavam".

Quanto às questões de segurança, e no âmbito da segurança a bordo, 95,24% dos arrais inquiridos indicaram que nas suas embarcações todos sabem nadar e boiar, e têm conhecimentos de primeiros socorros, como se observa no quadro a seguir. Os demais arrais inquiridos (4,76%) indicaram que alguns dos seus tripulantes nadam mal, mas sabem de primeiros socorros. Esta questão é muito importante, pois como já referimos os inscritos não marítimos, independentemente da experiência, não possuem qualquer tipo de formação, nomeadamente na componente de segurança, podendo mesmo nem saber nadar. Quanto à segurança a bordo, 66,67% dos arrais inquiridos indicaram que não existem acidentes de pesca no estuário, 28,57% indicaram que existem alguns, pequenas colisões entre embarcações ou caída de homens à água, e 4,76% responderam que os acidentes ocorrem e são frequentes, opinião que se respeita, mas que não parece traduzir aquela que foi a opinião generalizada nem aquilo que se observou da prática quotidiana no trabalho de campo. Quanto à segurança de pessoas e bens, questionámos os arrais se já lhes tinha sido furtado ou danificado material de pesca no estuário, ao que abrange embarcações e artes e aprestos de pesca, tendo 71,42% respondido que sim, dos quais 33,33% responderam algumas vezes, 33,33% frequentemente e 4,76% muito frequentemente, e os demais 28,57% responderam nunca. Face aos dados apurados em outras comunidades piscatórias, este não parece ser um problema emergente nesta comunidade, ainda que recomende monitorização para que não exista descontrolo.

Por fim, em relação à religiosidade, 90,48% respondeu não ser devoto de qualquer santidade a quem pedem enquanto andam no mar, tendo os demais 9,52% indicado serem devotos da Nossa Senhora de Fátima (4,76%) e Yemanjá (4,76%). Há semelhança das respostas obtidas nas outras comunidades piscatórias, o tipo de pescador atual é muito diferente daquele que se registava nas décadas de 1950/60, quando a frota bacalhoeira era abençoada na foz do Tejo e os marítimos depositavam a sua vida nas mãos de Deus.

III.3.7. Práticas, atitudes e comportamentos quotidianos tendo em vista um caminho mais próspero e sustentável nas pescas.

As artes de pesca abandonadas ou perdidas pelos pescadores, para além de serem uma fonte de poluição, são um predador silencioso que mata muitas espécies. Para colmatar a carência de informação sobre esta matéria relativa às águas interiores não marítimas do estuário do rio Tejo, indagámos os arrais deste concelho sobre a intensidade com que perdem artes e aprestos de pesca na faina, e 90,48% responderam que perdem, dos quais 76,19% algumas vezes e 14,29% frequentemente, e os demais 9,52% reponderam que nunca perdem. Importa salientar que neste território se utiliza predominantemente a piteira, a cana e os aparelhos de anzol, que são as artes mais perdidas. As redes, que são as verdadeiras armadilhas, são pouco utilizadas, logo menos perdidas, e quando as perdem tentam recuperá-las para lhe retirar os cabos que são valiosos.

Também indagámos os arrais sobre quais as preocupações que os assolam quando ocorre perderem material de pesca no espelho de água, no sentido de perceber as motivações, se puramente económicas ou ambientais, ou ambas. Os resultados não são animadores, e mostram que ainda muito existe a fazer: 28,57% dos inquiridos apenas manifestam preocupações económicas, por ter de adquirir novas artes, e 14,29% nem se quer manifestam qualquer preocupação. Ainda assim, relevar como positivo o facto de 57,14% dos inquiridos terem manifestado preocupações económicas, quer pela aquisição de novas artes, quer pelos danos que as artes perdidas podem provocar nas embarcações danificando os seus constituintes, mas também preocupações ambientais e ecológicas, de conservação do ecossistema.

Questionámos os arrais sobre a realização de refeições a bordo, tendo todos respondido que não. Também responderam de forma unânime que não quando questionados sobre se faziam a preparação de pescado na embarcação, antes da venda.

Sobre os óleos usados dos motores das embarcações, todos procedem à substituição em seco, um processo sem fugas, e em 76,19% dos casos este trabalho é realizado por mecânicos que no final do serviço levam os óleos usados para tratamento, e nos demais 23,81% dos casos, em que a substituição é realizada pelos próprios pescadores, os óleos ficam com os arrais para utilizações domésticas. Era importante a autarquia colocar um recipiente para receção dos óleos, única forma de evitar que tenham um destino indesejado.

Questionados sobre se na faina apanham muitos resíduos, 47,62% respondeu algumas vezes e 52,38% respondeu frequentemente. Os materiais que capturam com mais frequência são o plástico, de forma destacada (todos referiram apanhar plásticos), seguido de tecidos, produtos de higiene, pedaços de artes de pesca, equipamento tecnológico e vidro, como se observa no quadro seguinte.

QUAL OS MATERIAIS MAIS COMUNS QUE APANHA NAS REDES? (%)	TOTAL
I	47,62%
I,II,IV,V,VI	4,76%
I,III	9,52%
I,III,V,VII	4,76%
I,IV,VI	9,52%
I,V	14,29%
I,V,VI	4,76%
I,VII	4,76%
TOTAL	**100,00%**

Legenda: (i) plásticos diversos; (ii) tecidos diversos; (iii) produtos de higiene; (iv) materiais mistos; (v) pedaços de artes de pesca; (vi) equipamento tecnológico; (vii) vidro.

Sobre o que fazem a esses resíduos, 61,90% respondeu que os devolve à água, e apenas 38,10% respondeu que os transportam para terra, desde que as embarcações o permitam, e asseguram de seguida o tratamento adequado.

III.3.8. Identificação de problemas sentidos pelos marítimos, apresentação das suas ideias para os resolver e da sua opinião acerca de possíveis estratégias de dinamização.

Tendo por base o conhecimento produzido pelo projeto PRESPO - "*Desarollo sostenible de las pesquerias artesanales del Arco Atlântico*", acerca dos problemas sentidos pelos pescadores na pesca local da costa continental portuguesa, indagámos os arrais de Oeiras sobre esses mesmos problemas na vertente das águas interiores não marítimas do rio Tejo, e outros específicos nesta zona de pesca, e pedimos que graduassem cada um deles na escala de 1 a 5, considerando que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo na sua atividade. Os principais problemas relatados pelos marítimos, que considerámos serem os classificados entre 3 e 5, são a falta de controlo e de inspeção sobre a pesca lúdica, a competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), o aumento do preço do combustível, a pesca fantasma (redes perdidas), a ausência de diálogo entre as instituições públicas e os pescadores, as fracas condições de trabalho (locais de desembarque, armazéns de apoio, lota, etc.), as alforrecas (que destroem redes e aparelhos de anzóis danificados), a legislação que não atenta às particularidades e aos interesses da pequena pesca, o baixo preço de comercialização do pescado (em alguns momentos), e o aumento dos custos de artes de pesca e isco, como se observa no gráfico seguinte.



Nota: Aos arrais foi pedido para classificarem cada uma das opções, numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de condicionamento a que sujeitavam a sua atividade de pesca no estuário do rio Tejo, tendo por base que 1 não condicionava nada e 5 condicionava tudo. Após isso foi calculada a média das respostas para cada opção, dados que são apresentados neste gráfico.

Os arrais consideram que a legislação não é adequada às particularidades e aos interesses da pequena pesca, o que é agravado pela ausência de diálogo entre eles e as instituições públicas, e dão vários exemplos, nomeadamente o defeso do polvo, que referem não fazer sentido. Na opinião destes

arrais, antigamente, em setembro/outubro, o polvo tinha entre 2/3 Kg, e agora tem 300/400 gramas, pelo que a altura do defeso não é apropriada. Referem que não faz sentido impedir a sua captura em águas interiores ao mesmo tempo que a sua captura é permitida em águas oceânicas, porque os pescadores do rio têm na sua grande maioria licenças de pesca em águas oceânicas e podem pescar o polvo à entrada do rio Tejo. Ademais, os pescadores de Cascais, que têm uma intensa capacidade de pesca, também dirigem a pesca a esta espécie em frente à entrada do rio, pelo que o polvo é capturado antes do momento em que é protegido.

Os arrais reclamam da atuação dos pescadores lúdicos que, pelo seu número excessivo, acabam por capturar mais do que eles próprios. A contestação dos pescadores profissionais em relação aos pescadores lúdicos não é recente, e deve-se ao facto de eles utilizarem de forma ilícita artes de pesca profissional, e com elas capturarem juvenis, por exemplo, polvos com menos de 200 gramas, o que é completamente desajustado à exploração sustentável da espécie, pescado que na maioria dos casos é vendido nos restaurantes locais contribuindo para a baixa dos preços em lota. Efetivamente, a pesca ao polvo nesta zona do rio Tejo, rivaliza com a apanha ilegal de amêijoa-japonesa mais a montante.

De acordo com os arrais, em frente a Paço de Arcos atuam todos os dias 50 a 60 barcos recreativos, com 3 ou 4 tripulantes, que num cálculo mais simples retiram do rio cerca de 40 mil Kg de polvo por mês. Valor que aumenta se considerarmos que alguns desses barcos fazem duas marés por dia. Estes barcos vão levar o polvo a terra e voltam para capturar mais, numa espécie de olimpíada do polvo. Na Marina de Oeiras estão cerca de cem barcos de pescadores lúdicos, alguns dos quais são alugados para a pesca lúdica do polvo pagando cada tripulante entre 30 e 40 euros por maré (e às vezes fazem duas marés por dia). Para combater a quantidade excessiva de barcos de recreio na pesca do polvo, os arrais sugerem que a pesca lúdica apenas seja permitida, na foz do rio Tejo, aos sábados e aos domingos, por considerarem que são esses os dias de descanso semanal da população em geral, e também aos feriados. Os marítimos reclamam dizendo: "*anda o pessoal dos covos a engordar os polvos para os lúdicos*".

De acordo com os arrais, se apenas fosse permitido aos pescadores lúdicos operar no final de semana e aos feriados, a concorrência desleal reduzia e os profissionais já podiam proteger melhor as suas artes, por exemplo, vigiá-las ou retirá-las da água nesse período, evitando serem cortadas pelos lúdicos. Segundo os arrais, as boias vão ao fundo quer na vazante quer na enchente (com a pressão de cheia ou de vazia), e uma hora antes da preia-mar e uma hora antes da baixa-mar as boias começam a flutuar, e é nessa altura em que as boias deixam de estar submersas que ocorrem os furtos, quer da parte dos lúdicos que andam ao polvo, quer inclusive da parte de alguns profissionais de pouco caráter. Outros defendem que a pesca lúdica devia ser como a caça, apenas exercida duas vezes por semana, à quinta-feira e ao domingo. Enfim, propõem uma enorme diversidade de modelos que na sua essência tem como objetivo condicionar a pesca lúdica na foz do rio Tejo.

Ainda no âmbito da reforma da regulação, um número significativo de arrais sugere a proibição de pesca com redes e com covos dentro do rio Tejo, e o aumento da fiscalização sobre a pesca lúdica e sobre a pesca profissional, para mitigar a utilização de artes daninhas em locais de pesca proibida, especialmente ao polvo e à corvina-legítima. São muitos os mestres que consideram que as redes fundeadas têm uma forte ação destrutiva sobre o meio natural, e que as redes de deriva têm uma forte ação destrutiva nos seus aparelhos de anzol, uma das principais artes em uso nesta comunidade, a par da pesca com cana e com linhas de mão aos robalos, rabetas e sargos, e da pesca com piteira ao polvo. Para estes mestres, as redes são uma ameaça a quem opera com aparelhos. Sugerem que se comece a obrigar a utilização de redes biodegradáveis, devendo o Estado conceder apoios para essa substituição. Notam que apesar de nas águas mortas, os que normalmente trabalham com redes deixam de o fazer, isso não é uma vantagem para os pescadores dos aparelhos de anzol, porque é nessas águas mortas que chega a concorrência dos pescadores lúdicos, ou seja, os pescadores dos aparelhos estão sempre prejudicados.

O canal de navegação é demasiado largo e isso condiciona a atividade piscatória, já que o espaço é reduzido para o número de embarcações que estão autorizadas a operar. Nesse sentido, defendem a redução do canal de navegação, ou, em alternativa, que lhes seja autorizado operar na zona de proteção ao canal de navegação e dentro do próprio canal de navegação, porque, como dizem, é rápida e fácil a manobra para abandonar o local aquando da aproximação de embarcações.

Quanto a defesos, propõem a realização de um defeso de espécie para proteger a corvina-legítima que é capturada antes de desovar, o que vai fazer reduzir a abundância da espécie no futuro próximo, e também um defeso para todas as espécies que estejam a ser sobre exploradas, em especial um defeso de dezembro a fevereiro para preservar as espécies na altura da desova, nomeadamente robalos, sargos e douradas.

Alguns arrais, poucos, defendem penalizações mais severas para os indivíduos que são identificados pelas autoridades tendo na sua posse espécies com tamanho abaixo do mínimo, e quando reincidentes, sugerem mesmo que lhes deveriam ser retiradas as licenças de pesca. Em relação aos safios, uma pescaria realizada por muitos arrais desta comunidade com recurso a aparelho de anzol, defenderam que apenas deveriam poder ser entregues na lota exemplares com mais de 2,5 Kg, porque, segundo afirmaram, esta espécie pode ser devolvida ao mar, que sobrevive.

Quanto à competição pelo espaço de pesca (artes muito próximas ou até sobrepostas), os arrais consideram que no rio Tejo existem demasiados "*quintais*", zonas onde as artes permanecem caladas o ano inteiro, o que leva os arrais que aí têm as artes a assumirem-se como "*proprietários*" dessas zonas do rio. Esta questão insere-se no que alguns arrais consideram ser a gritante falta de respeito entre pescadores: "*andar em cima do espelho de água é como andar na selva, já ninguém ajuda ninguém, só prejudicam*".

Sobre a organização da atividade, reclamam do mau serviço prestado pela DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, tanto no que se refere a assuntos de gestão corrente relacionados com embarcações e licenças de pesca, como pela ausência de um serviço de comunicação fácil e direto, pelo qual lhes fossem comunicadas as alterações de leis e regulamentos, e que fossem informados sobre eventuais incentivos, e outras informações essenciais à sua atividade.

Quanto à prestação das autoridades policiais, defendem que deveriam ter uma atitude mais permissiva e pedagógica antes da atitude repressiva e sancionatória. Os arrais sentem que são "*um alvo a abater*", que quando são abordados, os agentes fazem um esforço enorme para encontrar alguma coisa que possa ser utilizada como motivo de sanções jurídicas com natureza pecuniária (coimas).

Sobre os serviços prestados pela Capitania do Porto de Lisboa, entendem que são bem atendidos, mas dizem que os preços são excessivos, nomeadamente com as vistorias e com as autorizações para operarem sozinhos. A concessão de autorização para os arrais operarem sozinhos, não comporta na realidade, qualquer ação diferente da parte das autoridades marítimas. Trata-se apenas da emissão de um documento que tem de ser pago, e após isso o arrais já pode operar sozinho, e sem que se acautele, por exemplo, a obrigatoriedade de instalação na embarcação de dispositivo de rastreamento.

Os arrais questionam o facto de a barra de Lisboa nunca encerrar à navegação, os que os obriga a trabalhar sempre, mesmo em condições de tempo agressivo. Referiram um ano em que as águas galgaram a muralha de Paço de Arcos e partiram os arruamentos, e mesmo nessa situação a barra não fechou. Defendem, por isso, que o que são boas condições de tempo para a navegação de grandes navios, não o são para a navegação e operação dos pequenos barcos de pesca, ou seja, quando está mau tempo a barra poderia não fechar para os grandes navios, mas deveria fechar para a operação dos pequenos barcos de pesca local.

Quanto à Câmara Municipal de Oeiras, reclamam do valor pago mensalmente pelo espaço de arrumo de artes e aprestos de pesca no "Edifício das Armações dos Pescadores", por ser o maior valor aplicado em todo o estuário do rio Tejo, sendo que em muitos casos os pescadores nem sequer pagam qualquer valor, como acontece no Seixal, Vila Fraca de Xira, Lisboa e Almada. Com a agravante dos pescadores não simpatizarem com as condições, alegam que o espaço de arrumos é muito pequeno e a configuração do espaço é desajeitada, porque as portas abrem de frente sem permitir a privacidade dos usuários.

O "Edifício das Armações dos Pescadores", mais conhecido por "Edifício dos Pescadores", funciona como sede da Associação dos Armadores e Pescadores de Paço de Arcos, mas não tem um espaço físico que sirva efetivamente para reunião/ponto de encontro dos pescadores. As reuniões são feitas à entrada do edifício, em zona desabrigada do vento e frio, o que não incentiva a comparência e não promove a união dos pescadores (por terem dificuldades em encontrarem locais para se juntarem a confraternizar), e não permite a realização de atividades nem a existência de um arquivo de documentação, que era fundamental para a salvaguarda da memória e do património marítimo local. A não existência deste espaço obriga a que, por exemplo, a documentação referente à Associação dos Armadores e Pescadores de Paço de Arcos esteja dispersa nas casas particulares dos membros da Direção, e não poucas vezes é extraviada. Importa salientar que o edifício tem um espaço no andar superior adequado para essa finalidade, mas foi graciosamente cedido pela edilidade ao "Grupo Motard os Navegantes da Estrada", o que demonstra o desinteresse a que é votada a pesca local.

Sobre os partidos políticos, mostram-se cansados de promessas. Salientam que as condições do ancoradouro de Paço de Arcos não são as melhores, em situação de mau tempo os barcos afundam, pelo que precisam de um porto de abrigo, e precisam que o posto de vendagem seja reaberto, de forma a rentabilizar o investimento feito pela edilidade. Não concordam com a potência máxima autorizada

para os motores, dizem que é insuficiente para fugir ao mar e está na base de muita "*ilegalidade e falcatrua*", e sugerem que seja permitido a utilização de motores até à potência máxima de cem cavalos na pesca nas águas interiores do rio Tejo. Sobre os apoios para a modernização ou substituição de embarcações e/ou motores, defendem que deveriam ser colocados à disposição dos proprietários antes da aquisição, num sistema que permitisse evitar a fraude, porque têm dificuldades de capital para investir. Por fim, consideram que deveriam poder vender diretamente o seu pescado, sem necessidade de entrega em lota, porque é a única forma de conseguirem a justa retribuição pela sua venda.

Por fim, acerca de possíveis estratégias de dinamização da atividade e para melhorar o que pode ser melhorado, foi solicitada a opinião dos arrais sobre quatro possibilidades, a primeira acerca da criação do "Cabaz do Tejo", um projeto que visa eliminar os intermediários entre os pescadores e os consumidores, valorizar espécies de menor valor comercial, contribuir para a valorização da cultura pesqueira do estuário do rio tejo, fomentar relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecer um preço justo para quem vende e um preço justo para quem compra, e contribuir para a sustentabilidade ambiental e ecológica do meio e dos recursos e socioeconómica da pesca local. Apenas 33,33% dos arrais responderam que sim, tendo 66,67% respondido que não, como se observa no gráfico seguinte, essencialmente porque consideram que não existe união entre os armadores, pelo contrário, existe uma tremenda desconfiança: "todos roubavam e ia parar à falência". Os arrais que responderam de forma positiva tinham em mente eliminar os intermediários, que na sua opinião são os grandes inimigos da atividade, e ao mesmo tempo levar ao consumidor final um bom produto a um bom preço, para os pescadores fossem mais bem remunerados e houvesse menos fuga à lota. Os arrais que responderam de forma negativa, alguns até consideram a ideia boa, mas inexequível por falta de união, outros entendem que os pescadores não têm aptidão para gerir uma cooperativa, pelo que ela não tardava a fechar. Os arrais que se dedicam apenas à captura de uma espécie, mais valorizada, e são alguns nesta comunidade, também responderam desfavoravelmente porque consideram que num contexto de cooperativa o seu pescado iria desvalorizar. Na verdade, a preferência era eles próprios venderem o pescado, mas como isso não é possível, entre uma cooperativa e a lota, preferem esta última.

A segunda estratégia propunha a flexibilização das licenças de pesca, que consistia na atribuição a todas as embarcações de pesca local de uma licença de "artes menores", semelhante ao modelo espanhol, que lhes permitia o uso de diferentes tipos de artes, mas apenas 14,29% responderam que sim, tendo 85,71% respondido que não, como se observa no gráfico a seguir.

Esta comunidade tem como pescarias principais os aparelhos de anzol, os covos e as piteiras, e são poucas as embarcações com muitas licenças de pesca, ou com licenças especiais, pelo que não é fácil interpretar as respostas, que em si parecem contraditórias. Aliás, um quarto dos proprietários das embarcações respondeu que deveriam acabar as redes e as gaiolas dentro do rio, e apenas deveria ser permitido trabalhar com aparelhos de anzol.

Os arrais que responderam de forma favorável são alguns dos que têm menos licenças de pesca e não têm artes espécies, e, naturalmente, defendem que para o sistema ser justo, todos teriam de ter as mesmas oportunidades, ou seja, todos deveriam poder trabalhar com as mesmas artes. No entanto, uma grande parte dos arrais que responderam de forma desfavorável não têm autorização para operarem com várias artes, ou sequer têm licenças especiais, mas entenderam, ao que parece com grande altruísmo, que se todos tivessem as mesmas artes de pesca iriam dedicar-se ao mesmo tempo à captura das mesmas espécies, o que para além de ir gerar uma grande confusão e conflitos entre pescadores, iria aumentar as capturas, e posteriormente iria traduzir-se na menor disponibilidade de pescado. Um deles ainda referiu que as licenças de pesca deveriam ser concedidas em função da capacidade das embarcações, para que pudessem ser aproveitadas. Naturalmente, todos os armadores que têm nas embarcações licenças especiais, altamente valorizadas para a pesca no rio Tejo, não mostraram qualquer interesse na iniciativa.

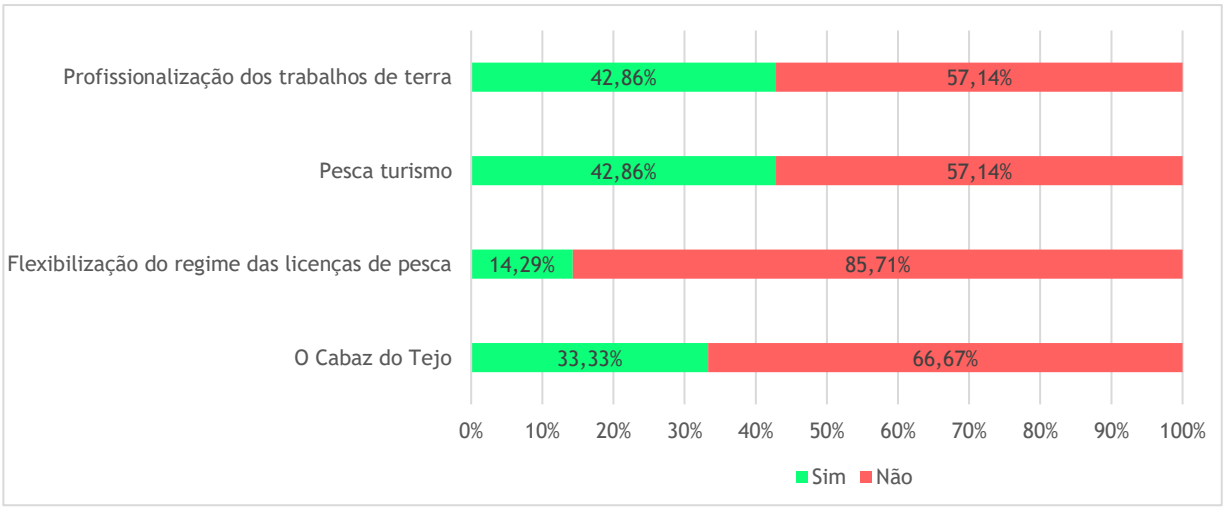
A terceira estratégia consistia em apostar na pesca turismo para compensar a baixa rentabilidade da pequena pesca em alguns períodos do ano, em especial no Verão, considerando esta uma atividade de diversificação que, após respetiva alteração da legislação, permitiria embarcar turistas nas embarcações de pesca. Os arrais inquiridos em 57,14% dos casos responderam não ter qualquer interesse, e apenas 42,86% responderam que seria vantajoso quando a pesca está fraca, como se observa no gráfico a seguir.

Os arrais que responderam de forma negativa consideram que são atividades incompatíveis, e dizem que não "*querem misturas*", que não estão para "*aturar turistas*". Não entendem a pesca turismo como um complemento, mas como uma concorrente direta da pesca profissional, e, dizem,

para concorrência desleal já lhes chega os pescadores lúdicos. Acrescentam que mais de 30% das embarcações desta comunidade não têm condições para realizar essa atividade.

A quarta e última estratégia, sobre a profissionalização dos trabalhos de terra, de forma que estas pessoas também possam figurar no rol de tripulação e fazer descontos para a Segurança Social, apenas 42,86% dos inquiridos responderam que sim, os demais 57,14% responderam que não, como se observa no gráfico a seguir.

A comunidade piscatória de Paço de Arcos distingue-se de todas as outras do estuário do rio Tejo, pela localização em zona turística, pelas instalações de apoio em terra, pelas artes de pesca principais e até pelo perfil do pescador. Não existe um volume de pesca que justifique a manutenção de postos de trabalho em terra, e por isso muitos arrais responderam que "*isso apenas faz sentido para as embarcações que têm muita gente e muito material*". Aqui são os próprios pescadores que recuperam os aparelhos de anzóis e os covos, que iscam, que produzem as piteiras, que remendam as redes, entre outros trabalhos conexos, como a reparação e manutenção das embarcações, porque a pesca não gera rentabilidade para pagar a outras pessoas. Como respondeu um arrais, "*o peixe é pouco, e só dá para andar com um homem por embarcação, caso contrário a pesca não é rentável*". Logo, tem de ser o arrais que é o pescador a fazer tudo, nos períodos em que não pode pescar, geralmente quando o tempo ou as marés não o permitem. Os 42,86% que responderam sim, não se referiam à pesca nesta zona, mas na pesca em geral.



IV.1. Fontes e Bibliografia

IV.1.1. Bibliografia geral das obras impressas

AAVV. **Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1891**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/65/86/p1>. Acedido em 30Ago2017.

AAVV. Património. Embarcações tradicionais da Área Metropolitana de Lisboa. **METRÓPOLES - Revista da Área Metropolitana de Lisboa** (ISSN: 1645 – 7021), n.º 35 (1º Semestre), 2013, p. 42-49. Disponível em: <http://aml.pt/files/7013/7941/5360/metropoles35_site.pdf>. Acedido em 21Ago2017.

ABASCAL, Juan Manuel; CEBRIÁN, Rosário. **Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801**. (Antiqvaria hispânica, n.º 19, e Catálogo de manuscritos de la Real Academia de la Historia, n.º 4). Madrid: Real Academia de la Historia, 2009. ISBN: 978-84-96849-55-6. Disponível (de forma parcial) em: < https://books.google.pt/books?id=HeN8nvmQjj0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acedida em 29Dez2019.

ABREU, Francisco Vidal. O Porto de Lisboa e a Golada do Tejo – Uma visão hidro-oceanográfica. FONSECA, João Abel da; SOARES, Luís Couto (Coord.). **Memórias 2010. Vol. XL**. Lisboa: Academia de Marinha, 2014, p. 19-32. ISBN: 978-972-781. Disponível em: <https://academia.marinha.pt/pt/academiademarinha/Edies/OK%20Memorias%202010_NET.PDF>. Acedido em 15Ago2019.

ADLERHOLD, Germanum (pseudónimo). **Die Macht Des Portugiesischen Scepters / Oder Umständlische Beschreibung des Königreichs Portugal / Mach bessen natur- Gütern / alten Einwohner / Konigen Berfall unter Spanien / Wiedr Erledigung und Regierung bis auf den dermaligen König / Inquisition Geist und Weltlichen Gericht / Sprach / Kleidern auns Meigungen &c, &c. Nebst einer Verzeichnuß aller fürnehmsten Städte, Vestungen und Plätze samt deren Werkwürdigkeiten ; Welchen auch beygefügt die Mach des Portugiesischen Scepters ausser Europa / samt einem Unhang was sid, seithero dem dem Tod des letzen Königs von Spanien in Portugal begeben . Unsgesertiget durch Germanum Adlerhold.** Franckfurth: Buggel, 1703. Link permanente da Biblioteca Estadual da Baviera (Bayerische Staatsbibliothek): http://mdz-nbn-resolving.de/urn:nbn:de:bvb:12-bsb11095448-7.

ALEIXO, Rui. Gente de Ofícios. «A C.E.E. leva-nos a faina. A pesca terminou», afirma António João Coelho de Sousa, pescador. **Nova Gazeta. Semanário**. Director: Alves Gago. Ano II, n.º 65, sábado, 21 de setembro de 1991, p. 8-9.

ALEIXO, Rui. **As Festas Populares de S. Pedro do Montijo (Apontamentos)**. Montijo: Editora Grafisdecor Publicidade e Decoração, Lda., 1997.

ALVAREZ, Luciano. Há um gigante no Tejo. Pode pesar 100 quilos e ter mais de dois metros. **Jornal Público *online***, em 14 de abril de 2017, às 7:44. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/14/sociedade/noticia/ha-um-gigante-no-tejo-pode-pesar-100-quilos-e-ter-dois-metros-1768720>. Acedido em 07Out2019.

ALVES, Eduardo. Cacilhas e a sua História. **Jornal de Almada**, Ano XXIX, n.º 1652, de 21 de janeiro de 1983, p. 3.

ALVES, Horácio Ferreira. **A Vila do Barreiro: ensaio para servir de subsídio a sua história**. Barreiro: Horácio Ferreira Alves, 1940. Disponível em: <http://biblioteca.cm-barreiro.pt/BiblioNET/Upload/A_Vila_do_Barreiro_Horacio%20Alves.pdf>. Acedido em 12Set2019.

BALDAQUE DA SILVA, António Artur. **Estado Actual das Pescas em Portugal [Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Anno de 1886]**. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, 1891. Disponível em: <http://dbooks.bodleian.ox.ac.uk/books/PDFs/N10638081.pdf>. Acedido em 25Fev2016.

BARÃO, Fernando. **Cacilhas: memórias soltas: pequenas histórias no associativismo**. Almada: Câmara Municipal, 1994. Depósito Legal: 77672/94.

BARÃO, Fernando; MILHEIRO, Luís Alves. **Cacilhas. a gastronomia, a pesca e as tradições locais**. Cacilhas: Junta de Freguesia de Cacilhas, 2007. ISBN: 978-972-99390-9-9.

BASTOS, Francisco Antonio Martins. **A pesca, poema: que a seus illustres, e presadas collegas O. D. C.**. Lisboa: Na Impressão Regia, Anno 1831. Disponível em:

<https://ia802608.us.archive.org/14/items/apescapoemaquea00bastgoog/apescapoemaquea00bastgoog.pdf>. Acedido em 20Jun2019.

BOLETIM DO TRABALHO E EMPREGO. Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins — Alteração aprovada em assembleia geral realizada em 21 de janeiro de 2012, com última alteração dos estatutos publicada no Boletim do Trabalho e Emprego, 3.ª série, n.º 22, de 30 de novembro de 1984. **Boletim do Trabalho e Emprego (BTE)**, n.º 10, Vol. 79, de 15 de março de 2012, p. 924-950. Depósito legal n.º 8820/85. Disponível em: <http://bte.gep.msess.gov.pt/completos/2012/bte10_2012.pdf>. Acedido em 20Out2020.

BRANDÃO, Raul. **Os Pescadores**. 3ª Ed. Lisboa: Ulisseia, 1995 [1923]. Introdução por Isabel Pascoal. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses. ISBN: 972-568-131-2.

CABRAL, M.J. (Coord); ALMEIDA, J.; ALMEIDA, P. R.; DELLINGER, T.; FERRAND DE ALMEIDA, N.; OLIVEIRA, M. E.; PALMEIRIM, J. M.; QUEIROZ, A. M.; ROGADO, L; SANTOS-REIS, M. (Eds.). **Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos**. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza, 2005. ISBN: 978-972-37-1082-3.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE. **Alcochete, um Passeio à Beira-Tejo**. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2007. ISBN: 978-972-9217-38-8.

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO. **Embarcações tradicionais do Tejo no Concelho do Barreiro**. Catálogo da Exposição. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, março de 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO & ARQUIVO MUNICIPAL (Org.). **O Barreiro através do bilhete-postal ilustrado**. [Lisboa]: Livros Horizonte, 2005. ISBN: 972-24-1399-6.

CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO. **Montijo e o Rio – 100 anos de uma relação [Catálogo da Exposição]**. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2001. Depósito Legal: 170690/01.

CÂMARA MUNICIPAL LISBOA / ARQUIVO MUNICIPAL. **Bellem Belém: Reguengo da cidade**. 1ª Ed. [Porto]: Edições Asa, 1990, p. 100. ISBN 972-41-0802-3.

CÂNCIO, Francisco. **Subsídios para a História Económica do Ribatejo**. Com o alto patrocínio da Junta de Província do Ribatejo. Ribatejo: Imprensa Baroeth, 1944.

CARDOSO, Luiz (P.e). **Diccionario Geografico, ou noticia historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto, e muito poderoso Rey D. João V. / Nosso Senhor / O P. Luiz Cardoso, Da Congregaçaõ do Oratorio de Lisboa, Academico Real do Numero da Historia Portugueza. Tomo I.** Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, M.DCC.XLVII [1747]. Disponível em: <https://ia800603.us.archive.org/19/items/diccionariogeogr01card/diccionariogeogr01card.pdf>. Acedido em 12Set2018.

CARIA, J.J.; MENEZES, Nuno de; PARQUINHA, Norte. A Província foi ao Bairro dos Pescadores. *In:* **Semanário A Província: Informação, Cultura e Recreio**. Ano I, n.º 17. Quinta-feira, 23 de Junho de 1955, p. 6. Montijo. Proprietário, Administrador e Editor: V. S. Motta Pinto; Diretor: Ruy Mendonça. Disponível em: <https://www.mun-montijo.pt/uploads/document/file/8731/A_PROVINCIA_ANO_I_QUINTA-FEIRA__23_DE_JUNHO_DE_1955_N_17.pdf>. Acedido em 08Set2018.

CORREIA, Francisco. A Actividade piscatória no concelho do Montijo – Uma brevíssima introdução histórica. *In:* CORREIA, Francisco; SOUSA, Élia Maria de Abreu de (Autores). **Património Náutico-Piscatório de Montijo: História e Oralidade**. Coleção Estudos Locais - Cultura, n.º 11. Lisboa: Colibri; Montijo: Câmara Municipal, 2010, p. 11-22. ISBN: 978-972-772-962-3.

CORREIA, Romeu. **O Tritão.** Coleção Excelsior. Lisboa: Editorial Notícias, S/d. (Consultado no Museu Naval de Almada).

COSTA, Eduardo Avelino Ramos da. **O Concelho d´Alcochete**. 2.ª Ed. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 1988 [1902].

COSTA, Fernando Correia da; FRANCA, Maria de Lourdes Paes da. **Pesca artesanal na zona centro da costa Ocidental Portuguesa: subsídio para o conhecimento do seu estado actual**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação das Pescas (Publicações Avulsas INIP, n.º 3), 1984a. Depósito legal n.º 1621/83.

COSTA, Fernando Correia da; FRANCA, Maria de Lourdes Paes da. **Pesca artesanal na zona centro da costa Ocidental Portuguesa: documentação fotográfica**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação das Pescas (Publicações Avulsas INIP, n.º 4), 1984b. Depósito legal n.º 1621/83.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol – Avieiros. **Cadernos de Geografia**, N.º 11, 1992, p. 37-47. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_11_3.

CRUZ, Maria Alfreda. **A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço**. Montijo: Livraria Portugal, 1973.

CRUZ, Maria Alfreda. As Comunidades Operárias na Legibilidade Geográfica da Margem Sul do Estuário do Tejo. *In:* **Áreas Industriais e Comunidades Operárias – Encontros de Investigadores locais – divulgação de estudos monográficos. III Série. Sessão - O Mundo do Trabalho na Península de Setúbal**. Caderno de Resumos. Almada: Fórum Romeu Correia, 25 a 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/media/eventos/documentos/CadernodeResumosIIISesso.pdf>. Acedido em 14Out2018.

CURTINHAL, Elisabete. **Barcos, memórias do Tejo**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal, 2007. Catálogo da exposição "Barcos, memórias do Tejo". ISBN 978-972-8740-36-8.

CUSTÓDIO, Jorge. As questões da moagem no Barreiro na 1.ª metade do séc. XIX e o moinho gigante do Barão do Sobral. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 4, outubro de 1986, p. 7-15. Depósito Legal n.º 61568/92.

DIAS, João José Alves. **O foral das Vilas de Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo de 1515: Um espaço, dois concelhos**. Comemorações dos 500 anos do Foral de Aldeia Galega do Ribatejo 1514-2014. 1ª Ed. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2015. ISBN: 978-989-8122-37-7.

DIAS, Mário Balseiro. **Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo**. Montijo: Edição do Autor, 2001. Depósito legal: 162766/01.

DIAS, Mário Balseiro. **Monografia do concelho de Alcochete (séculos XII-XVI). Vol. II. Economia**. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2009. ISBN: 978-972-9217-41-8.

DINIS, António Aires. Pescadores. Produto da pesca para os Bombeiros. **Notícias da Póvoa.** Diretor: Vitorino Santos. Ano 2, n.º 19, junho de 1983, p. 14. Disponível em: <https://issuu.com/noticias_da_povoa/docs/noticias_da_povoa_19_jun_1983>. Acedido em 29Nov2019.

ESTEVAM, José. O Povo de Alcochete. **Apontamentos históricos sobre a terra e o pessoal**. Lisboa: Edição Couto Martins, 1950.

ESTEVAM, José. **Anais de Alcochete: dados históricos desde o século XIII**. Lisboa: Couto Martins, 1956.

FÉRIA, Lourdes (texto); CARVALHO, Ana Paula (fotografia). **Alcochete**. Lisboa: Estar Editora, 1999. Coleção: Cor Local nº 1. ISBN: 972-8095-57-0.

FERNANDES, Mário. Companhia Portuguesa de Pesca. **Almadan** (ISSN: 0871-066X), IIª Série, n.º 12, dezembro, 2003, p. 149-156.

FERREIRA, Elizabete Tavares. **Costa da Caparica, História, Histórias, Pintura**. Almada: Almadarte, 1991. Depósito legal n.º 49106/91.

FERREIRA, Manuel Agro. **A praia da Costa (Caparica): Estância balnear, de cura de repouso e de turismo**. Brochura. Lisboa, 1930. 79 p. Consta uma transcrição parcial da brochura no **Boletim de Fontes Documentais** (ISSN: 1645-3026), n.º 32, 2019, p. 34-47. Disponível em: <http://www.m-almada.pt/arquivohistorico/Docs/02_Almada_na_Historia_Boletim_de_Fontes_Documentais_32.pdf>. Acedido em 12Mar2020.

FLORES, Alexandre Magno. **Almada Antiga e Moderna: roteiro iconográfico**. **Vol. II. Freguesia de Cacilhas**. Almada: Câmara Municipal, 1987. Depósito Legal: 16871/87.

FLORES, Alexandre Magno. **Almada Antiga e Moderna: roteiro iconográfico**. **Vol. III. Freguesia da Cova da Piedade**. Almada: Câmara Municipal, 1990. Depósito Legal: 33471/89.

FONSECA, Teresa. **Joaquim José Varela e a Memória Estatística Acerca da Notável Vila de Montemor-o-Novo**. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN: 972-772-026-9.

FRANCA, Maria de Lourdes Paes da; MARTINS, Rogélia; CARNEIRO, Miguel. **A Pesca Artesanal Local na Costa Continental Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, 1998. ISBN: 972-9372-27-6.

GABRIEL, Adriano; SERRA, Ana. No Tejo junto a Alhandra capturado espadarte com 60 quilos. **Jornal Vida Ribatejana**. Quarta-feira, 19 de março de 2004.

GASPAR, Pedro Lima; PALLA, João. **Construções palafíticas da bacia do Tejo. Levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira. ARTiTEXTOS, 08**, Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2009, p. 153-174. Disponível em: <https://www.ancruzeiros.pt/Informacao2011/CulturaAvieiraEstPalafitas.pdf>. Acedido em 22Dez2018.

GEP (Gabinete de Estudos das Pescas). **Lista de Embarcações das Pescas Industriais**. Publicação n.º 32. Lisboa: Gabinete de Estudos das Pescas, 1956 (impresso em 1957).

GONÇALVES, Alberto. Papeis velhos: os dízimos das ostras, das amêijoas e outros mariscos. **Gazeta do Sul. Seminário regionalista, literário, de informação e publicidade**. Diretor: Alves Gago. Ano VIII, n.º, 351, de 5 de setembro de 1937, p. 1.

GONÇALVES, Elisabete (Coord.). **Memórias do Ginjal**. Almada: Centro de Arqueologia, 2000. ISBN: 972-95829-2-0.

GONÇALVES, Fernando; VALEGAS, Augusto Pereira. Naufrágios fora da Barra e no Rio Tejo. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 1, III Série, novembro de 1992, p. 19-22. Depósito Legal n.º 61568/92.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos (Texto). DIAS, Francisco de Almeida (Fotografia). **Montijo - Festas Populares do Concelho**. Montijo: Elo – Publicidade, Artes Gráficas, Lda., 2000. ISBN: 972-9181-82-9.

GRANADEIRO, Rui. Pequeno canal ou golada do Tejo. *In*: **Almada Virtual Museum**. Segunda-feira, 4 de julho de 2016. Disponível em: <https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2016/07/pequeno-canal-ou-golada-do-tejo.html>. Acedido em 15Jul2019.

GROËR, Étienne de. Urbanização do concelho de Almada (1946): análise e programa – relatório. **Anais de Almada** (ISSN: 0874-2553), n.os 7-8, 2006, p. 151-236.

GULBRANDSEN, Oyvind. **Fuel savings for small fishing vessels. A manual**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2012. ISBN: 978-92-5-107060-4. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i2461e/i2461e.pdf>. Acedido em 24.07.2020.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. Science. **Science** (ISSN: 1095-9203). Vol. 162, n.º 3859, 1968, p. 1243-1248. DOI: 10.1126/science.162.3859.1243. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>. Acedido em 3Jun2019.

HONÓRIO, Fernando; HONÓRIO, Jorge; MOURA, Maria Auzenda; MAIA, Maria Conceição. A pesca na margem esquerda do Tejo, do Porto Alto à Chamusca. **Finisterra** (ISSN: 0430-5027). Vol. 17, n.º 34, 1982, p. 355-365. DOI: http://dx.doi.org/10.18055/Finis2151.

HYLAND, Paul. **Por este Tejo acima: uma viagem à descoberta da alma portuguesa**. Título original: "Backwards out the Big World a voyage into Portugal". Trad. Jorge P. Pires. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000. 1.ª Ed. 295 p. ISBN: 972-42-2255-1.

INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1890. Ministério das Obras Públicas, Comercio e Indústria. Direção Geral do Comercio e Indústria. Consultado no Arquivo Histórico da Marinha (Biblioteca de Apoio). Cota: 254 = Pesca. SL-1-7-A.

JOÃO, Maria; DINIS, Orlando. Pescadores da Póvoa. "nós viemos de vieira". Reportagem. **Notícias da Póvoa.** Diretor: Vitorino Santos. Ano 2, n.º 13, dezembro de 1982, p. 6. Disponível em: < https://issuu.com/noticias_da_povoa/docs/noticias_da_povoa_13_nov_1982>. Acedida em 29Nov2019.

JÚNIOR, Duarte Joaquim Vieira. **Villa e Termo de Almada: Apontamentos antigos e moderno para a história do Concelho coligidos e coord. por Duarte Joaquim Vieira Junior**. Vol. I. Lisboa: Tipographia Lucas, 1896.

LEAL, Ana de Sousa; VALEGAS, Augusto Pereira. Abordagens documentais para a História dos Moinhos do Barreiro. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 2, III Série, novembro de 1993, p. 3-46. Depósito Legal n.º 61568/92.

LEAL, Carlos Barradas. **OuTrafaria**. Trafaria: Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, 2014. Depósito Legal: 21475/14.

LEMOS, João de. Alguns aspectos da pesca e dos pescadores da orla continental portuguesa (Extractos dum Relatório). **Gabinete de Estudos das Pescas**, n.º 27. Lisboa: Comp. Nacional Editora, 1955.[143]

LEPIERRE, Charles. **Inquérito à indústria de sal em Portugal**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras / Oficinas Gráficas, 1936.[144]

LIBERAL, João. **Profissões e Artesanato**. Barreiro: Edição do Autor, 1990. Depósito Legal: 40599/90.

LIMA, Manuel. **Peixes e Pescarias no Concelho do Seixal – Estuário do Tejo**. Seixal: Câmara Municipal do Seixal – Ecomuseu, 1997. ISBN: 972-9149-58-5.

LIMA, Manuel. **Memórias e vivências D´Outrora**. Lisboa: Plátano Editora, 2006. ISBN: 972-770-507-3.

MAGALOTTI, Lorenzo. **Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)**. Edicion y notas por Angel Sánchez Rivero Angela Mariutti de Sánchez Rivero. Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Científicas / Centro de Estudios Historicos. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, [1933a].

MARTINS, Luís Manuel Moreira de Sousa. **Um Pedaço de Paisagem no Tejo: O Varadouro de Pesca da Cruz Quebrada**. Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, p. 213-224. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_213-224.pdf>. Acedido em 27Fev2018.

MATEUS, Bruno Miguel Amaro. **Como se organiza um bairro? Um estudo de caso sobre a Cova do Vapor (Trafaria)**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Planeamento, orientada pela Doutora Graça Índias Cordeiro, Professora Auxiliar com agregação do ISCTE-IUL. Lisboa: ISCTE-IUL, setembro de 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3300/1/Tese%20%2B%20Anexo%20A.pdf>. Acedida em 11Nov2019.

MENDES, Vítor (investigação e textos). **Estaleiro Naval de Sarilhos Pequenos**. 1ª Ed. Moita: Câmara Municipal da Moita / Departamento dos Assuntos Sociais e Cultura, 2013. Depósito Legal: 360620/12. Disponível em: <https://issuu.com/dirp.cmmoita/docs/livro_estaleiro_naval_sarilhos_pequ>. Consultado em 21Mar2020.

MENDONÇA, Rui de. **Vila de Montijo. Estudo Histórico-Monográfico, Social e Económico (Fascículos 1,2,3)**. Montijo: Gazeta do Sul, 1956.

MESQUITA, Idalina. A exploração e extração de sal. SANTOS, David (Coord. Geral). **A Póvoa e o Rio. Um Museu**. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, p. 6-7. Disponível em: <https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/12852/A_P_voa_e_o_Rio.pdf>. Acedido em 27Nov2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS. **Censo da População do Reino de Portugal. No 1.º de dezembro de 1890. Volume III. População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionaes por sexos e grupos de idades numero e composição das familias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72435577&PUBLICACOEStema=55466&PUBLICACOESmodo=2>. Acedido em 18Set2018.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **A Marinha nos últimos 40 anos: 1926-1966**. Lisboa: Ministério da Marinha, 1966.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no anno de 1905, comparada com a dos nove annos de 1896 a 1904, coordenada pela Comissão Central das Pescarias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no anno de 1906, comparada com a dos dez annos de 1896 a 1905, coordenada pela Comissão Central das Pescarias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. (exemplar consultado no Arquivo Histórico da Marinha).

[143] O mesmo relatório foi reproduzido pelo *Jornal do Pescador*, em várias edições, a saber: Ano XVI, n.º 191, 1954, p. 23-25; Ano XVI, n.º 192, 1955, p. 39-42; Ano XVI, n.º 193, 1955, p. 19-22; Ano XVI, n.º 194, 1955, p. 27-31.

[144] Na página de rosto a data é 1935, e na capa a data é 1936.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no anno de 1907, comparada com a dos doze annos de 1896 a 1907, coordenada pela Comissão Central das Pescarias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no anno de 1908, comparada com a dos treze annos de 1896 a 1908, coordenada pela Comissão Central das Pescarias**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA. DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS. **Censo da População do Reino de Portugal. No 1.º de dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população). Volume I. Fogos-população de residencia habitual e população de facto, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução elementar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72437086&PUBLICACOEStema=55466&PUBLICACOESmodo=2>. Acedido em 18Set2018.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA. DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS. **Censo da População do Reino de Portugal. No 1.º de dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população). Volume III. População de facto, classificada segundo as grandes divisões profissionais, por sexos e grupos de edades, cegos, surdos-mudos, idiotas e alienados – número e composição das familias**. Lisboa: Typographia da «A Editora», 1906. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72437455&PUBLICACOEStema=55466&PUBLICACOESmodo=2>. Acedido em 18Set2018.

MUSEU NAVAL DE ALMADA. **Na rota do progresso: a indústria naval em Almada**. Catálogo de Exposição. Almada: Camara Municipal de Almada, 2012. ISBN: 978-972-9134-95-1.

NABAIS, António José C. Maia. A arqueologia naval do Barreiro (Subsídios). **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 5, agosto de 1987, p. 7-18. Depósito Legal n.º 61568/92.

NABAIS, António José C. Maia. Barreiro e os Descobrimentos. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 1, II Série, junho de 1989, p. 3-14. Depósito Legal n.º 61568/92.

NABAIS, António José C. Maia. Barreiro e os Descobrimentos. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 3, II Série, junho de 1990, p. 21-23. Depósito Legal n.º 61568/92.

NABAIS, António José C. Maia. Barreiro: uma viagem no tempo histórico. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 1, III Série, novembro de 1992, p. 45-48. Depósito Legal n.º 61568/92.

NUNES, Graça Maria Soares. **Vila Franca de Xira: economia e sociedade na instalação do Liberalismo (1820-1850)**. Lisboa: Edições Colibri, 2006. ISBN: 972-772-650-X.

NUNES, Luiz Santos. **Vila de Alcochete e seu concelho: sua história, suas belezas naturais e artísticas, suas actividades económico-sociais, culturais e recreativas**. Lisboa: Silvas – C.T.G., Crl, 1972.

OLIVEIRA, Frey Nicolao de. **Livro das Grandezas de Lisboa / composto pelo Padre Frey Nicolao D´Oliveira / Religioso da Ordem da Sanctissima Trindade, e natvral da mesma cidade. Dirigido a D. Pedro D´Alcaçova / Alcayde mor das três villas, Campomayor, Ougvella, e Idanha a Nova, e comendador das Idanhas**. Lisboa: Na Impressão Regia, MDCCCIV (1804 [1620]). Por Ordem Superior. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=NzlfAAAAcAAJ&dq=muitos+barcos+pequenos+a+que+chamamos+moletas,+que+de+contino+&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s>. Acedido em 27Abr2016.

ORDEM DE SANTIAGO. **Regra Estatutos Diffiniçoens e Reformaçam da Ordem, & Cavallaria de Santiago da Espada**. Em Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, & de Sua Illustrissima, M.DC.XCIV [1694]. Disponível em: <http://purl.pt/28842/4/585998_PDF/585998_PDF_24-C-R0150/585998_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>. Acedido em 28Mar2019.

PADRÃO, Cabeça. Moinhos de Alburrica, pequeno contributo para o seu conhecimento. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 3, dezembro de 1985, p. 7-21. Depósito Legal n.º 61568/92.

PAIS, Armando da Silva. **O Barreiro antigo e moderno: as outras terras do concelho**. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1963.

PAULO, Eulália de Medeiros; GUINOTE, Paulo. **A «Banda D´Além do Tejo» na História (Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime)**. Lisboa:

Editorial do Ministério da Educação (Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses), 2000. ISBN: 972-8186-64-9.

PIMENTA, José Augusto. **Memória Histórica e Descriptiva da Villa do Barreiro**. Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez, 1886. Disponível em: <https://ia600201.us.archive.org/0/items/memoriahistorica00pime/memoriahistorica00pime.pdf> . Acedido em 13Dez2016.

PIMENTEL, Alberto. **Portugal Pittoresco e Illustrado. A Extremadura Portugueza. Primeira Parte. O Ribatejo**. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1908. Disponível em: <https://ia600502.us.archive.org/20/items/extremaduraportu01pime/extremaduraportu01pime.pdf>. Acedido em 25Jun2018.

PINHEIRO, José António dos Santos. **De Çamoquo a Samouco, Sua História, Suas Gentes (Estudo Monográfico)**. Alcochete: Edição do autor, 2009. ISBN: 989-20-0267-9.

PIRES, Fátima. A instalação da indústria junto ao rio. SANTOS, David (Coord. Geral). **A Póvoa e o Rio. Um Museu**. Catálogo de Exposição. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, p. 10-11. Disponível em: <https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/12852/A_P_voa_e_o_Rio.pdf>. Acedido em 27Nov2019.

RAMA, José de Sousa. **Coisas da Nossa Terra. Breves noticias da Villa de Aldeia Gallega do Riba-Tejo**. Lisboa: Typ. do Annuario Commercial, 1906.

RAMALHO, João Alves. Avieiros. Uma comunidade enraizada na póvoa de santa iria. SANTOS, David (Coord. Geral). **A Póvoa e o Rio. Um Museu**. Catálogo de Exposição. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, p. 12-13. Disponível em: <https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/12852/A_P_voa_e_o_Rio.pdf>. Acedido em 27Nov2019.

RAMALHO, M. Costa (Dir.). **Praia do Sol (Caparica): estância balnear de cura, repouso e turismo. Monografia de propaganda do Guia de Portugal Artístico**. Lisboa: M. Costa Ramalho, 1934. http://purl.pt/16635/4/1024109_PDF/1024109_PDF_24-C-R0150/1024109_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf Disponível em: <http://www.m-almada.pt/arquivohistorico/Docs/02_Almada_na_Historia_Boletim_de_Fontes_Documentais_32.pdf>. Acedido em 12Mar2020.

RAPOSO, Luís; CARDOSO, João Luís. **O sítio do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)**. Montijo: Centro de Estudos e Monitorização Ambiental, 1998.

REDOL, Alves. **Avieiros**. 5ª. Ed. Lisboa: Caminho, 2011 [1942]. ISBN: 978-9722124102.

RIBEIRO, Orlando. **Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico**. Colecção Estudos Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

RIBEIRO, Victor. De Lisboa a Aldegalega, Pinhal Novo, Setúbal e Palmela. *In:* **Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro**. Vol. XXV, n.º 853, de 10 de setembro de 1902, p. 194-195. 1902a. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1902/N853/N853_master/N853.pdf>. Acedido em 10Out2018.

ROBALO, Carlos. O Povo do Rio. Esboço etnográfico na borda d´água. NUNES, Francisco Oneto (Coord.). **Culturas Marítimas em Portugal**. Lisboa: Âncora Editora, 2008, p. 154-182. ISBN: 978-972-780-215-9.

SANTOS, António Maria A. A Fábrica de Moagem do Caramujo (1897-1898). Novos dados sobre a introdução do betão armado em Portugal. SANTOS, Maria José Espinhal dos; ANTUNES, Luís Pequito (Coord.). **Actas das 2as Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada**. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1993, p. 43-48. ISBN 972-9134-30-8.

SANTOS, Augusto Emílio Gonçalves dos**. Histórias de Amor e Mar – estórias da história da Costa da Caparica**. Almada: Junta de Freguesia da Costa de Caparica, 2001. Depósito Legal n.º 168218/01.

SANTOS, Clemente José dos (Coord.). **Documentos para a história das Cortes Geraes da Nação Portugueza. Coordenação auctorisada pela Camara dos Senhores Deputados. Tomo IV, Anno de 1828**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <http://purl.pt/12101/4/hg-7035-a/hg-7035-a_item4/hg-7035-a_PDF/hg-7035-a_PDF_24-C-R0150/hg-7035-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>. Acedido em 27Dez2017.

SILVA, Francisco (Cord.). **Almada e o Tejo: itinerários**. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1999. ISBN: 972-95829-1-2.

SOARES, Manuel Lourenço. O Rio Tejo – Fonte natural de saúde, energia e económica…está a morrer…. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXII, n.º 1238, de 3 de agosto de 1976, p. 4-5.

SOARES, Manuel Lourenço. Cova do Vapor – Um problema entre tantos outros do concelho de Almada. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXII, n.º 1242, de 17 de agosto de 1976a, p. 1, 4-5.

SOARES, Manuel Lourenço. Fome na Trafaria em 1882. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXII, n.º 1309, de 8 de abril de 1977, p. 1,3.

SOARES, Manuel Lourenço. A Trafaria pretende ser Vila e tem condições para o ser. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXII, n.º 1358, de 27 de setembro de 1977a, p. 1.

SOARES, Manuel Lourenço. Plano de Urbanização do Concelho de Almada. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXVI, n.º 1509, de 25 de abril de 1980, p. 1, 8.

SOARES, Manuel Lourenço. A Costa da Caparica e o Monumento aos Pescadores. **Jornal de Almada, Bi-Semanário Regionalista**. Director: António Gil Antunes. Ano XXX, n.º 1736, de 31 de agosto de 1984, p. 1, 4.

SOARES, Maria Micaela. A Cultura Avieira. Continuidade e mudança. *In:* **Atas do Colóquio "Santos Graça" de Etnografia Marítima**. Póvoa do Varzim: Norte Editora, 1986.

SOUSA, Miguel de. O Bote Leão. Notas para o Estudo da Muleta e do Bote de Pesca do Barreiro. **Um Olhar Sobre o Barreiro**. Editor: Augusto Pereira Valegas. N.º 4, II Série, abril de 1991, p. 9-12. Depósito Legal n.º 61568/92.

SOUSA, R. H. Pereira de. **Toponímia e História das Freguesias Urbanas**. Almada, Câmara Municipal, 1985.

SOUTO, Henrique. **A Decadência da Pesca nos Estuários Portugueses: o Estuário do Tejo**. Comunicação apresentada no "Encontro de Culturas Ribeirinhas". Moita, setembro de 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/208412137/A-Decadencia-da-Pesca-nos-Estuarios-Portugueses>. Acedido em 19Out2018.

TEIXEIRA, Fátima (Coord.). **Zona de abrigo para embarcações de pesca na Cova do Vapor. Estudo de Impacte Ambiental. Volume 1 – Resumo Não Técnico**. Lisboa, Agripro – Ambiente Consultores, S.A., dezembro de 2014. Disponível em: <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2783/rnt-rev02-apl2014121716540.pdf>. Acedido em 12Mar2019.

TORRES, Alcídio. Parte 1. Questões Económicas. *In:* TORRES, Alcídio; AZEVEDO, Rosa Bela; LEAL, Armando (Autores). **Montijo (Aldeia Galega). Cem Anos de História Municipal**. Coleção: Caminhos da História. Lisboa: Âncora Editora, 2003, p. 83-104. ISBN: 972-780-124-2.

VARGAS, José Manuel (Introdução, transcrição e notas). **Livro da vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)**. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005. ISBN: 972-9217-37-8.

VEIGA, Luís Filipe Bayó. **Cacilhas – Imagens d´antigamente**. Cacilhas: Junta de Freguesia de Cacilhas, 2011. ISBN: 978-972-98380-3-3.

VENTURA, António Gonçalves. **Alhos Vedros: economia, administração e demografia: sécs. XIV-XVIII**. 1ª ed. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2014. ISBN: 978-989-98166-5-7.

IV.1.2. Publicações periódicas

BRASIL-PORTUGAL: REVISTA QUINZENAL ILUSTRADA. A Praia da Trafaria. Jornal n.º 161, de 1 de outubro de 1905, p. 263. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1905_1906/N161/N161_master/N161.pdf>. Acedida em 15Nov2019.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 300 pescadores do Montijo estão sem trabalho e precisam de que olhem por eles. Ano 75, n.º 26.524, segunda-feira, 11 de dezembro de 1939.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Aos pescadores do Montijo vão ser fornecidas redes pelo Estado. Também começou ontem a ser distribuída uma sopa diária aos mais necessitados. Ano 75, n.º 26.525, terça-feira, 12 de dezembro de 1939. Diretor: Augusto de Castro.

JORNAL DE ALMADA, Ano XX, n.º 1051, de 19 de outubro de 1974.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXI, n.º 1077, de 18 de janeiro de 1975.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXI, n.º 1159, de 1 de novembro de 1975.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXI, n.º 1165, de 22 de novembro de 1975.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXII, n.º 1226, de 22 de junho de 1976.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXV, n.º 1472, de 10 de agosto de 1979.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXV, n.º 1480, de 5 de outubro de 1979.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXVI, n.º 1528, de 5 de setembro de 1980.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXVII, n.º 1612, de 16 de abril de 1982.

JORNAL DE ALMADA, Ano XXIX, n.º 1677, de 15 de julho de 1983.

JORNAL DO PESCADOR, Ano XXIV, n.º 277 (fevereiro), 1962.

JORNAL DO PESCADOR, Ano XXIV, n.º 278 (março), 1962.

JORNAL DO PESCADOR, Ano XXIX, n.º 341 (junho), 1967.

JORNAL DO PESCADOR, Ano XXXI, n.º 371 (dezembro), 1969.

JORNAL DO PESCADOR, Ano XXXV, n.º 417 (outubro), 1973.

JORNAL O SÉCULO ILUSTRADO, n.º 554, 14 de agosto de 1948, 32 p.

JORNAL PÚBLICO. Pescadores pararam travessia do Tejo. Ano XIV, n.º 4975, terça-feira, 4 de novembro de 2003, p. 55.

O MIRANTE, SEMANÁRIO REGIONAL. Requalificação do bairro dos pescadores de Alhandra já está a ser estudada. Notícia publicada online em 27.04.2014, às 00h44. Disponível em: <https://omirante.pt/sociedade/2014-04-27-requalificacao-do-bairro-dos-pescadores-de-alhandra-ja-esta-a-ser-estudada>. Acedido em 25Dez2018.

IV.1.3. Recursos Audiovisuais

COSTA, Luís Filipe. **Praias da Costa de Caparica (filme)**. Programa apresentado por Luís Filipe Costa sobre questões do ordenamento da orla costeira da Costa de Caparica, de 13 de setembro de 1973. Duração: 00:17:17. **RTP Arquivos**. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/praias-da-costa-de-caparica/>. Acedido em 18Jul2019.

PEREIRA, Fátima Martins. **Fonte da Telha: Uma Aldeia na Praia**. Reportagem da jornalista Fátima Martins Pereira (mais conhecida por Maria de Fátima Bonifácio), sobre as condições higiénicas e de habitabilidade da praia da Fonte da Telha, na Costa de Caparica, de 13 de dezembro de 1977. Duração: 00:24:13. **RTP Arquivos**. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fonte-da-telha-uma-aldeia-na-praia/?fbclid=IwAR2msz_-vBzM-6VhXOYtO1GRxBUGi0HZBvL8Pi5REvvPCEo9a_I2LgFX0gk>. Acedido em 18Jul2019.

IV.1.4. Legislação

ANÚNCIO N.º 14/2017, DE 16 DE FEVEREIRO. **Inscrição da «Arte Xávega» (Costa da Caparica, Almada) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial**. Diário da República n.º 34, 2.ª série, de 16 de fevereiro de 2017, p. 3093-3094. Cultura - Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/106454064>. Acedido em 29Nov2019.

DECRETO N.º 18:009 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1930. Ministério da Marinha - Direcção Geral da Marinha - Direcção das Pescarias. **Proíbe o uso no rio Tejo de artes de pesca denominadas botirões, chinchas, chinchorros, zorros, camaroeiro de arrastar, estacadas (atenções), roletas e outras semelhantes, cujos efeitos forem nocivos à conservação das espécies**. Publicado Diário do Governo n.º 47/1930, Série I, de 1930-02-26. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/532766>. Acedido em 10Mar2016.

DECRETO N.º 18:517 DE 25 DE JUNHO DE 1930. **Proíbe o uso da fisga com ou sem candeio e o da calcada ou calcadeira nas águas marítimas interiores do continente e ilhas adjacentes**. Diário do Govêrno n.º 146/1930, Série I de 1930-06-26, p. 1167. Ministério da Marinha - Direcção Geral da Marinha - Direcção das Pescarias. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/223793>. Acedido em 20Set2018.

DECRETO N.º 18:687 DE 29 DE JULHO DE 1930. **Proíbe, nas águas interiores do continente sob a jurisdição das autoridades marítimas, o uso das rêdes denominadas atenções, botirões, camaroeiros de arrastar, roletas, zorros, estacadas, tapadas, tapa-esteiros, travessas e outras semelhantes - Proíbe em absoluto a apanha de criações**. Diário do Govêrno n.º 174/1930, Série I de 1930-07-29, p. 1516-1517. Ministério da Marinha - Direcção Geral da Marinha - Direcção das Pescarias. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/224604>. Acedido em 02Ago2018.

DECRETO N.º 30:148 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1939. **Determina que a pesca nos rios e lagoas, nos portos artificiais e docas e nas demais águas territoriais sob a jurisdição das autoridades marítimas só possa ser exercida por meio de rêdes e aparelhos autorizados e nas condições aprovadas pelo Ministro, ouvida a Comissão Central de Pescarias - Exceptua da aplicação do referido diploma os rios Minho, Coura e Lima e a ria de Aveiro**. Diário do Govêrno n.º 293/1939, Série I de 1939-12-16, p. 1415-1416. Ministério da Marinha - Direcção Geral da Marinha - Direcção das Pescarias. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/191978>. Acedido em 24Set2018.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 43/87, DE 17 DE JULHO. **Define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas, quer oceânicas, quer interiores, sob soberania e jurisdição portuguesas**. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Publicado no Diário da República n.º 162, de 17 de julho de 1987, p. 2814-2830. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/420508>. Acedido em 24Mar2019.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 40/86, DE 12 DE SETEMBRO. **Determina que os trabalhadores inscritos marítimos que exerçam actividades na pesca, beneficiários da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Profissionais de Pesca, possam ter acesso às pensões de velhice a partir dos 55 anos de idade, desde que totalizem, pelo menos, 30 anos de serviço**. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Publicado no Diário da República n.º 210/1986, 2º Suplemento, Série I, de 1986-09-12, p. 2546-(16) a 2546-(18). Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/587549>. Acedido em 3Nov2019.

DECRETO-LEI N.º 304/84, DE 18 DE SETEMBRO. **Define as condições a que deverão obedecer a instalação, funcionamento e licenciamento dos estabelecimentos destinados ao abate dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina**. Ministérios da Administração Interna, da Justiça, da Agricultura, Florestas e Alimentação, do Comércio e Turismo e da Qualidade de Vida. Publicado no Diário da República n.º 217/1984, Série I, de 1984-09-18, p. 2880-2885. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/399354>. Acedido em 20Abr2019.

PORTARIA N.º 9/73, DE 6 DE JANEIRO. **Aprova o Regulamento da Pesca Artesanal**. Diário do Governo n.º 5/1973, Série I de 1973-01-06, p. 15-21. Ministério da Marinha - Gabinete do Ministro. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/288527>. Acedido em 15Out2019.

PORTARIA N.º 569/90, DE 19 DE JULHO. **Aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo**. Diário da República n.º 165/1990, Série I, de 1990-07-19, p. 3036 – 3040. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/572893>. Acedido em 29Ago2018.

PORTARIA N.º 900/95, DE 17 DE JULHO. **Altera a Portaria n.º 569/90, de 19 de julho (aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo)**. Diário da República n.º 163/1995, Série I-B de 1995-07-17, p. 4556-4556. Ministério do Mar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/462332>. Acedido em 11Jun2018.

PORTARIA N.º 441/97, DE 3 DE JULHO. **Altera a Portaria n.º 569/90, de 19 de julho (aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo)**. Diário da República n.º 151, Série I-B, de 1997-07-03, p. 3260–3261. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/156388>. Acedido em 29Ago2018.

PORTARIA N.º 892/2000, DE 27 DE SETEMBRO. **Altera a Portaria n.º 569/90, de 19 de julho, que regulamenta a pesca em águas interiores não oceânicas do rio Tejo**. Diário da República n.º 224/2000, Série I-B, de 2000-09-27, p. 5236. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/561282>. Acedido em 13Fev2019.

PORTARIA N.º 618/2006, DE 23 DE JUNHO. **Altera o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores não Oceânicas do Rio Tejo, aprovado pela Portaria n.º 569/90, de 19 de julho, e introduz o exercício da pesca com a arte de ganchorra manobrada com sarilho**. Diário da República n.º 120/2006, Série I-B de 2006-06-23, p. 4478 – 4479. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/359497>. Acedido em 24Out2018.

IV.1.5. Arquivos (fontes manuscritas)

AMM, **Livros de actas das sessões de vereação, acta da sessão ordinária de 27 de maio de 1868**, fl. 1 v.-2 f.. Cota: CMM/B/A/1/Lv5 (de 25 de maio de 1868 a 13 de janeiro de 1877). Fundo: Administrador do Concelho de Montijo.

CARDOSO, Luís (P.e). Alcochete, Setúbal. *In:* **"Memórias Paroquiais de 1758" ou "Dicionário Geográfico de Portugal"**. [Manuscrito]. Torre do Tombo - PT/TT/MPRQ/2/6. Tomo 2, Vol. A2, nº 6, 1758a, p. 47-76. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4238812>. Acedido em 27Jun2019.

CARDOSO, Luís (P.e). Moita, Setúbal. *In:* **"Memórias Paroquiais de 1758" ou "Dicionário Geográfico de Portugal"**. [Manuscrito]. Torre do Tombo - PT/TT/MPRQ/25/247. Tomo 25 – M N, Vol. 25, nº 247, 1758b, p. 1841-1854. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4240894>. Acedido em 27Jun2019.

CEPPND, Comissão encarregada de propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa, **"Memoria Economica da Villa d´Almada, e seu Termo"**. De 16 de maio de 1835, com 19 folhas, frente e verso. Código de referência: PT/AHMOP/CEPPND/01. Disponível em: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=2193&ht=p%C3%BAblicas>. Acedido em 28Mar2019.

V.1. Índices

V.1.1. Índice de Figuras

FIGURA 1 | Mapa dos agrupamentos piscatórios no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018). 15

FIGURA 2 | Localização das comunidades avieiras no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018). .. 18

FIGURA 3 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Vila Franca de Xira. 20

FIGURA 4 | Migrantes setentrionais em Vila Franca de Xira: (i) Varinos a consertar redes no cais de Vila Franca de Xira; (ii) Barcos varinos na margem do rio junto ao largo 5 de Outubro e Rua 1.º de Dezembro, em 1930; e (iii) Folclore típico trazido pelos migrantes setentrionais para a borda d'água (c. 1950). . 21

FIGURA 5 | Pescadores na época da apanha do melão, no antigo Esteiro da Nogueira em Vila Franca de Xira, que hoje não existe (c. 1960). 22

FIGURA 6 | Corrida a remos em barcos tipo saveiros em frente a Vila Franca de Xira, estando em fundo o bairro piscatório em construção palafita (c. 1980). 22

FIGURA 7 | Faixa junto ao rio de construção palafítica (habitações, anexos, pontes e cais) do antigo bairro dos avieiros em Vila Franca de Xira (c. 1980). 22

FIGURA 8 | Colher rede sabogal (três panos), que era para capturar saboga, utilizada à deriva. A rede é colhida pela ré (popa do barco). Também é dirigida à captura de barbo, fataça e sável, e pode apanhar lampreia se a malha for mais reduzida. Rio Tejo, em frente a Vila Franca de Xira (c. 1990). 23

FIGURA 9 | Colher rede sabogal (três panos), tendo emalhado duas tainhas-fataças (*Liza ramada*) em frente a Vila Franca de Xira (c. 1990). 23

FIGURA 10 | Esposas dos pescadores a amanhar o pescado na margem do rio Tejo em Vila Franca de Xira, quando ainda a água estava limpa. As vísceras eram deitadas ao rio, diz-se que alimentavam os camarões (c. 1990). 23

FIGURA 11 | Pescador a fazer uma rede provavelmente para envolver/proteger o saco do arrasto de vara, ou então era uma rede para descansar, porque a malha é grande e utiliza o duplo nó. Vila Franca de Xira, em 4.03.2011..... 24

FIGURA 12 | Joaquim Ferreira Moreira, alcunha "Joca", a preparar uma nassa (armadinha de abrigo) para capturar camarão e enguia no abrigo de pesca em Vila Franca de Xira, em 4.03.2011. 24

FIGURA 13 | Sr. Manuel Lourenço a preparar uma rede de arrasto (a atar o cabo inferior - "arraçal" - ao aro), em Vila Franca de Xira (c. 1990). 24

FIGURA 14 | Teresa Maria Rosa, nascida na Praia da Vieira de Leiria, e Manuel Charana, nascido em Alpiarça, avieiros originários, que chegados ao Ribatejo, provavelmente em finais do século XIX, começaram a trabalhar conforme a oportunidade, quer no campo, na ceifa e a mondar o arroz e o trigo (tirar a erva daninha), geralmente no verão, quer na pesca, geralmente no inverno. 25

FIGURA 15 | José Adelino a largar a rede lampreeira (três panos), de malha reduzida de 60 mm para captura da lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*). O saco de rede com a lampreia serve para as manter em cativeiro, vivas, dentro de água. 26

FIGURA 16 | Rua Rancho Típico "Os Avieiros" que divide do lado direito o novo bairro dos pescadores e do lado esquerdo o Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", em Vila Franca de Xira, em 09.01.2019. 27

FIGURA 17 | Casas de artes e aprestos de pesca cobertas pela vegetação, cais de pesca do lado direito e ao fundo a ponte de Vila Franca de Xira, em 09.01.2019..... 27

FIGURA 18 | Embarcações modernas com casco em fibra de vidro encostadas ao cais, que substituíram os antigos saveiros de casco em madeira e duas quilhas, estando ao fundo a Ponte Marechal Carmona, em 17.06.2018. 27

FIGURA 19 | Passadiço em frente às casas de arrumos de aprestos e artes de pesca em Vila Franca de Xira, 17.06.2018. 28

FIGURA 20 | (i) Saveiros com os toldos montados; (ii) Barraca construída num saveiro inoperacional. Frente ribeirinha de Alhandra. Década de 1950. 29

FIGURA 21 | Pescador a reparar os galrichos para a enguia em Vila Franca de Xira. 29

FIGURA 22 | Modo de viver em Alhandra: (i) Provavelmente entrada da vala de Salvaterra de Magos (ca. 1940); (ii) Frente ribeirinha de Alhandra (ca. 1940); (iii) Saveiro inutilizado para a pesca varado na praia para servir de casa propriedade de Manuel Tubarão e esposa *Ti* Clara. Este casal não tinha filhos e fazia a pesca do sável no inverno em Quinchoso, e mais a montante para cima de Salvaterra de Magos, e no verão estava em Alhandra e andava ao arrasto de vara no Tejo; e (iv) barco de recreio à vela com uma estrutura em madeira a servir de casa, estando à frente José Padinha, Sra.ª Maria de Lurdes Mateus da Silva (mãe de José Padinha) e Sra.ª Emília Tocha (alcunha Caganito, sogra de Constantino Padinha), Sra.ª Emília Tocha Mendes (filha e esposa do Sr. Constantino Padinha). Este barco era de um colaborador de uma serração da zona, e foi pedido pelo Sr. José Mendes, sogro do Sr. Constantino Padinha, para fazer de casa..... 30

FIGURA 23 | Barco "Emília Clara" registo n.º VX-438-L, de Constantino Alberto de Oliveira Padinha foi proprietário e armador, e exercia a bordo as funções de arrais, em Alhandra (c. 1970). 31

FIGURA 24 | Frente ribeirinha de Alhandra em 19.06.1970. 31

FIGURA 25 | Motora, também designada pequena traineira, com arrasto de vara (ou arrastão) à frente de Alhandra. 31

FIGURA 26 | Pescador a remendar uma tarrafa em Alhandra..... 32

FIGURA 27 | Pescador a mostrar um chalrão em Vila Franca de Xira..... 32

FIGURA 28 | Estendal de galrichos para a enguia em Vila Franca de Xira. 32

FIGURA 29 | Balança da rudimentar "lota" de Alhandra. 33

FIGURA 30 | Apanhar lambujinha à mão na zona ribeirinha de Alhandra (década de 1970). 33

FIGURA 31 | Início da autoconstrução do atual bairro de pescadores de Alhandra. Ao fundo o bairro das barracas dos pescadores da Travessa do Oleiro, e havia uma outra parte na Travessa do Roli em frente à atual Associação Náutica de Alhandra. Final da década de 1980. 34

FIGURA 32 | Demolição da construção provisória de Constantino Padinha em 1991, pelo próprio, após se mudar para a nova casa no bairro dos pescadores. 34

FIGURA 33 | Frente ribeirinha de Alhandra na Travessa do Roli, poucos anos antes da demolição do bairro, no final da década de 1980. 34

FIGURA 34 | Nassas a secar para reparar na ponte/cais palafita na zona ribeirinha de Alhandra, em março de 1996. 35

FIGURA 35 | Ponte/cais palafita na zona ribeirinha de Alhandra, em março de 1996. 35

FIGURA 36 | Cais/pontes palafitas após a construção do novo bairro dos pescadores de Alhandra, em maio de 1998, e ainda antes da regularização da zona ribeirinha que eliminou os cais palafitas com a introdução de um cais modular flutuante já moderno..... 36

FIGURA 37 | Vista da zona ribeirinha de Alhandra e do bairro dos pescadores, em 21.06.2018 (vinte anos depois)..... 36

FIGURA 38 | Arrecadações de artes e aprestos de pesca, seguidas de espaço público utilizado para estender redes para secar e para reparar, na comunidade piscatória de Alhandra, em 20.12.2018... 36

FIGURA 39 | Vista aérea da zona ribeirinha Alhandra, onde está instalado o bairro dos pescadores, a zona de arrumos de material de pesca e o atual cais de pesca. Ao fundo está a ponte de Vila Franca de Xira, junto à qual está o cais dos pescadores dessa comunidade, em 26.08.2014..... 37

FIGURA 40 | Pescador a caminhar sobre a ponte palafítica para aceder à embarcação tipo saveiro, com casco em madeira e duas quilhas, e tolde de proteção do frio e da chuva, na Póvoa de Santa Iria, em 1997. 39

FIGURA 41 | Barco tipo saveiro, com casco em madeira e duas quilhas, modelo antigo com toldo para proteger da chuva, equipado com fogareiro para fazer o comer. Póvoa de Santa Iria, em 07.05.2013. 39

FIGURA 42 | Barco tipo saveiro tendo a bordo a arte do arrasto de vara, conhecido por "arrastão", na Póvoa de Santa Iria..... 40

FIGURA 43 | Motoras e saveiros atracados ao cais palafítico da Póvoa de Santa Iria..... 40

FIGURA 44 | Arrasto de vara (conhecido como arrastão) em motora (ou pequena traineira) na Póvoa de Santa Iria. 40

FIGURA 45 | Cerimónia da entrega de 32 casas pré-fabricadas aos pescadores avieiros da Póvoa de Santa Iria, em 1.06.1967..... 41

FIGURA 46 | Nassa nova, ainda não tingida. Pode ser utilizada durante todo o ano, e dirige-se à enguia e ao camarão do rio (malha de cerca de 5-6 milímetros). Com malha mais aberta, cerca de dois centímetros, chama-se galricho, e utiliza-se para apanhar peixe de escama como fataça e robalo, e também linguados. Construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018..... 42

FIGURA 47 | Arrasto de vara, muito utilizado pelos avieiros para capturar camarão, enguia, tremelga, solha, linguado, cação. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018. 42

FIGURA 48 | Rede de tresmalho (três panos) com boias de flutuação para ser utilizada à deriva (substituiu a varina), que com malha mais larga era utilizada para a saboga e sável, e com malha mais apertada para a lampreia. Quando era necessário fundear um pouco mais, tiravam as boias grandes e só deixavam as boias pequenas. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018. 42

FIGURA 49 | Uma holandesa. Duas nassas justapostas, separadas por uma rede de encosto para encaminhar o peixe para dentro. Se tivesse a mesma forma, mas a malha fosse mais larga, chamava-se galricho. Construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018. 42

FIGURA 50 | Varina, rede com que pescavam o sável à ravessa nos "intemáres" das praias (socalcos, buracos na areia onde os peixes ficavam e não se deslocavam com a maré), a montante de Vila Franca de Xira, na zona de Azambuja e Salvaterra de Magos. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018. 43

FIGURA 51 | Tarrafa. Era jogada à água com perícia para cair aberta (em forma circular), e depois era puxada devagar para os chumbos se juntarem até fecharem. Quando a rede fechava, a parte preta, chamada rufo, formava um saco em círculo. Era utilizada para capturar peixe parado em cardumes, como barbos e fataças (tainhas). Miniatura construída por Alfredo Luciano, em 6.12.2018..... 43

FIGURA 52 | Rede da chincha. Provém da Ria de Aveiro. É uma derivação do chinchorro adaptada ao rio Tejo. A versão mais original desta arte foi feita por Manuel Joaquim Velho. Esta arte também chegou a ser utilizada da mesma forma que o arrasto de vara. Miniatura construída por Alfredo Luciano Fernandes e exposta na Casa Avieira - Póvoa de Santa Iria, em 6.12.2018. 43

FIGURA 53 | Boteirão de malha miúda, modelo que é mais próximo da realidade do utilizado no estuário do rio Tejo. De boca terá uns seis metros, e de comprimento uns doze metros, com malha de dez centímetros na boca acabando em dois centímetros no saco. Utilizado para o linguado, mas também apanha camarão, no verão antes de aparecer a alforreca e a alfacinha. 44

FIGURA 54 | Arrasto de vara na ponte/cais, preparado para ser passado para a embarcação, para captura de camarão, também utilizado para capturar enguia, tremelga, solha, linguado e cação. Ao fundo observa-se a conclusão da obra de regularização e de reperfilamento da margem ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, em 05.04.2013..... 44

FIGURA 55 | Embarcação tipo traineira (motora), denominada "Pum Pum", registo n.º VX-548-L, com 7.4 m de comprimento fora a fora, 2.98 de arqueação bruta (GT) e 32 kW de potência do motor, encostada à ponte/cais palafítica do mestre na comunidade piscatória da Póvoa de Santa Iria, em dezembro de 1982. Este tipo de embarcação foi utilizado até ao final do século XX no estuário do rio Tejo, com especial incidência nas comunidades avieiras, de Alcochete e do Montijo, nas décadas de 1980/90, para rebocar o arrasto de vara, e viria a ser substituído pelo atual modelo em fibra de vidro. 45

FIGURA 56 | Várias fazes da pescaria solidária realizada pelos marítimos da Póvoa de Santa iria, com arrasto de vara, em 14.05.1983. 46

FIGURA 57 | Embarcações da comunidade piscatória da Póvoa de Santa iria, do tipo traineira (motoras), que participaram na pescaria solidária a favor dos Bombeiros Voluntários, para quem reverteu na totalidade o produto da pescaria, em 14.05.1983. 47

FIGURA 58 | *Ti* Augusto da Silva, arrais, e António José Fernandes da Silva, pescador, seu filho, ao centro, e os bombeiros "Alentejano" (alcunha) e Rui Costa, nas laterais, a comerem uma caldeirada pelas dez da manhã na "Avenida" (zona no rio), a bordo da embarcação tipo traineira "Anabela e Irmãos", registo n.º VX-569-L, em 14.05.1983. 47

FIGURA 59 | Produto da pescaria solidária da embarcação "Anabela e Irmãos", registo n.º VX-569-L, a favor dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria, em 14.05.1983. Num lance foi capturado um choco com 3,5 Kg..... 47

FIGURA 60 | Pontes e cais palafíticos na Póvoa de Santa Iria, já bastante degradados, em 27.09.2005. 48

FIGURA 61 | Barcos tipo saveiros amarrados e fora de água porque a maré está baixa, na Póvoa de Santa Iria, em 30.09.2007..... 48

FIGURA 62 | Antigo bairro piscatório da Póvoa de Santa Iria, em 21.05.2008. As construções que se observam na primeira linha eram na maioria espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca, chamados de anexos, e por trás havia duas ruas de casas dos pescadores. 48

FIGURA 63 | Primeira rua paralela ao rio de residência dos pescadores, e existiam ainda mais duas ruas paralelas. Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015. 49

FIGURA 64 | Espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca, conhecidos por anexos, que eram construídos em sistema palafita, sobre a água, e davam acesso às pontes/cais. Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015. 49

FIGURA 65 | Pontes/cais palafitas onde encostavam as embarcações para carregar e/ou descarregar, na Póvoa de Santa Iria, em 27.09.2015. 49

FIGURA 66 | Pontes/cais e construções abarracadas palafitas junto a uma vala onde antes era o cais dos fragateiros, utilizadas pelos pescadores lúdicos da Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015. Foram as últimas construções a ser demolidas no processo de desenvolvimento da frente ribeirinha. Do outro lado da vala, onde está hoje a Casa Avieira, já tinham sido demolidas as construções palafitas utilizadas pelos pescadores profissionais..... 50

FIGURA 67 | Novo bairro dos pescadores, em 11.12.2018..... 50

FIGURA 68 | Novos armazéns de arrumos de artes e aprestos de pesca dos pescadores profissionais da Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015. 50

FIGURA 69 | Novas pontes e novos cais modulares flutuantes utilizados pelos pescadores profissionais, em 6.12.2018. 50

FIGURA 70 | Vista aérea da zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, onde está instalado o cais de pesca que substituiu os anteriores cais palafíticos, em 19.12.2015..... 51

FIGURA 71 | Vista exterior e interior do Centro de Artes do Rio "Manuel do Vau", sede do "Rancho Típico Avieiros de Vila Franca de Xira", em 9.01.2019. 83

FIGURA 72 | Espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca completamente recobertos pela vegetação, aumentando o risco de incêndio, que é exponenciado pela imensa quantidade de resíduos largados na zona adjacente, com elevado potencial de poluição do rio. Vila Franca de Xira, em 17.06.2018. 93

FIGURA 73 | Isidro Tomás Mira, a sair do cais de pesca profissional de Alhandra para fazer alguns lanços ao arrasto de vara próximo da Ponte Vasco da Gama. Alhandra, em 8.01.2019. 96

FIGURA 74 | Joaquim Augusto Fernandes da Silva, a preparar aparelho de anzol com amostras, sua principal pescaria (não opera com redes). Póvoa de Santa Iria, em 6.04.2015. 96

FIGURA 75 | Localização do núcleo de pescadores do concelho de Benavente - 38°55'24.3"N 8°53'30.5"W. 97

FIGURA 76 | Vista aérea de Porto Alto e do rio Sorraia que circunda o povoado na zona onde fundeiam as embarcações, do lado esquerdo da ponte, as recreativas, e do lado direito, as de pesca local, em 26.10.2014. 98

FIGURA 77 | Luís Miguel Monteiro Velez, nascido em 1971, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sereia", registo n.º VX-758-L, a reparar uma peça na embarcação que está acostada ao cais que o próprio construiu na borda do rio Sorraia, por baixo da ponte, onde tem o seu armazém de artes e aprestos de pesca, também junto à sua residência. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. .. 98

FIGURA 78 | Joaquim Francisco Moreira Tomaz, nascido em 1955, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Acabô", registo n.º VX-739-L, a reparar rede de emalhar de um pano muito danificada por embarcação que andava ao arrasto à amêijoa com ganchorra. Porto Alto, Benavente, em 10.12.2018. 98

FIGURA 79 | Fernando Manuel Pimentão Simãozinho, nascido em 1976, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Ruben André", registo n.º VX-745-L, a reparar um galricho "sevilhana" para o lagostim no seu armazém de aprestos, nas traseiras da sua habitação. Os galrichos não ficam totalmente dentro de água, e os ratos para chegarem ao lagostim roem as partes descobertas, o que obriga a frequentes reparações das armadilhas. Mais recentemente tem colocado um saco em cima dos galrichos para ajudar a evitar os ratos. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. 99

FIGURA 80 | Cais privativo da embarcação "Acabô", registo n.º VX-739-L, de que Joaquim Francisco Moreira Tomaz, nascido em 1955, é o proprietário e armador e desempenha a bordo as funções de arrais (detém a categoria de arrais de pesca), e é também o mais antigo ainda no ativo nesta comunidade. O rio corre coberto por um manto de paus e jacintos, o que acontece quando abrem as comportas. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. 99

FIGURA 81 | Joaquim Francisco Amoreira Tomás. Porto Alto. 99

FIGURA 82 | Rio Sorraia para jusante da Ponte Marechal Carmona. Em primeiro plano, um cais privativo a partir do quintal de uma vivenda para embarcação de recreio, e ao fundo vários cais privativos para embarcações de recreio e de pesca profissional a iniciarem no domínio público marítimo. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. 100

FIGURA 83 | Cais privado de Luís Miguel Monteiro Velez, proprietário, armador e arrais de pesca da embarcação "Sereia", registo n.º VX-758-L, com saída para o armazém de arrumos de artes e aprestos de pesca, junto à sua residência. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. 100

FIGURA 84 | Armazém de arrumos de artes e aprestos de pesca de embarcação de pesca local na zona ribeirinha do rio Sorraia. Porto Alto, Benavente, em 4.11.2018. 100

FIGURA 85 | Vista aérea da ponte sobre o rio Sorraia da Estrada Nacional 10 que liga Vila Franca de Xira a Porto Alto em Porto Alto (Benavente). 101

FIGURA 86 | Rio Sorraia. Cais privativo para duas embarcações, uma de recreio e outra de pesca profissional, que começa no domínio público marítimo, tendo sido semeado um canavial para conter a desagregação da margem do rio. Porto Alto, em 4.11.2018. 116

FIGURA 87 | Localização das comunidades piscatórias do Mar da Palha, à data de 31.12.2018. 118

FIGURA 88 | Ponte cais de Alcochete em toda a sua extensão, estando ao largo as pequenas embarcações de pesca do tipo bateiras, em meados do século XX. 120

FIGURA 89 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Alcochete. 121

FIGURA 90 | Sítio da Tia Antónia, espaço ocupado ainda no século passado por ascendentes de João António Pita Tomás Chefe, conhecido por João Chefe, nascido em 1962, proprietário, armador e arrais da embarcação "Zangão", registo n.º B-803-L, que está à entrada junto do seu neto. Sítio das Hortas, em 2.11.2018. 122

FIGURA 91 | Zona ribeirinha do Sítio das Hortas na maré enchente, estando sob a vegetação a embarcação de pesca profissional denominada "David", conjunto de identificação B-643-L, em 4.11.2018. 122

FIGURA 92 | Embarcações do tráfego local amarradas à ponte cais de Alcochete, de maior tonelagem, e um pouco mais ao largo embarcações de pesca do tipo bateiras, em meados do século XX. 123

FIGURA 93 | Pequena motora, equipada com um motor Bolinder, de 24 cavalos, propriedade de Rui Chefe, no meio de um cerco (tapa-esteiros). 124

FIGURA 94 | Armação do cerco "As Lavadeiras" (nome do pesqueiro), que era na zona ribeirinha entre o atual Restaurante Al Foz e o Cais de Alcochete. À frente vão os pescadores aldeanos, e atrás os populares alcochetanos ao rabisco. Eram canoas tapa-esteiros aldeanas, e os alcochetanos só andavam ao rabisco porque vinham armar o cerco para Alcochete. 124

FIGURA 95 | Canoa do tapa-esteiros dos aldeanos, com o cerco armado junto ao Cais Alcochete. . 124

FIGURA 96 | Embarcação "Saboga", registo n.º VX-661-L, de que José Estevão da Fonseca Boieiro, nascido em 1972, é proprietário e armador, e exerce a bordo as funções de arrais. Em 06.07.2004, esta

embarcação foi abatida e substituída por uma nova com casco em fibra de vidro, com a mesma denominação a que foi atribuído o conjunto de identificação VX-720-L. Ao lado, embarcação "Rumo à Vitória", registo n.º B-654-L, propriedade de Estevão António Boieiro e de Esmeralda Maria Garrete Lopes Boieiro, que, entretanto, foi abatida e substituída por uma nova unidade com casco em fibra de vidro, que manteve a denominação e passou a ter o conjunto de identificação n.º B-785-L. 125

FIGURA 97| Embarcação "Gama", registo n.º B-528-L, em primeiro plano, tipo canoa, que inicialmente era de propulsão a remos e vela, quando andava ao cerco, e depois foi motorizada, como já consta da fotografia. Em dezembro de 1990, o proprietário e armador era Joaquim Chefe Barrinha, que também exercia a bordo a função de arrais, e também era proprietário e armador, e exercia a bordo a função de arrais, na embarcação "Miguel", registo n.º B-694-L. O seu filho, que tem o mesmo nome, Joaquim Chefe Barrinha, nascido em 1953, continua a ser proprietário e armador da embarcação "Miguel", agora com o registo n.º B-768-L e com um moderno casco em fibra de vidro, exercendo a bordo as funções de arrais. Ao fundo está a embarcação denominada "Deus Está Comigo", registo n.º B-698-L, que veio de Setúbal, era chamada sesimbreira (por ter tanto a proa como a popa em bico), de cor azul, motorizada, que em dezembro de 1990 tinha como proprietário e armador Francisco José Chefe Barrinha, que também exercia a bordo as funções de arrais, e também era proprietário e armador, e também exercia a bordo as funções de arrais, no saveiro "Florinda Maria", registo n.º B-678-L. Francisco José Chefe Barrinha é irmão de Joaquim Chefe Barrinha, ainda estão os dois vivos, são dos mais antigos, ambos são arrais e cada um é proprietário e armador de uma embarcação de pesca, mas apenas o segundo opera diariamente na pesca. 125

FIGURA 98 | Ponte-cais da vila de Alcochete, na preia-mar, em 3.10.2019. 126

FIGURA 99 | "Bodelha" (*Fucus vesiculosus*), também conhecida localmente por "trambolha", sendo visível a nervura central e as vesículas de gás quase esféricas. Praia dos Moinhos, em Alcochete, em 14.10.2019. 127

FIGURA 100 | Vista do cais palafítico do Samouco, na baixa-mar, estando em primeiro plano a embarcação "*Ti* Manata", registo n.º B-672-L, propriedade do *Ti* David, antes da construção da Ponte Vasco da Gama, início da década de 1990. 129

FIGURA 101 | Vista do cais palafítico do Samouco na praia-mar, estando em primeiro plano a proa da embarcação "*Ti* Manata", registo n.º B-672-L, propriedade do Sr. David, e ao fundo iniciava-se a construção da Ponte Vasco da Gama, por alturas de 1996. 129

FIGURA 102 | Manuel António D´Aroeira a governar a embarcação "Felizarda Mariana" (B-689-L), de que Francisco José Alvorada de Aroeira, seu pai, era proprietário e armador, e levava a bordo dois familiares, no início deste século XXI (já se observa ao fundo a Ponte Vasco da Gama). 129

FIGURA 103 | Vista aérea do cais palafítico no Samouco, e da Praia do Samouco, na baixa-mar, em 17.06.2018. 130

FIGURA 104 | Vista aérea da zona ribeirinha de Alcochete, do cais até ao rio das Enguias (abril de 2015). 131

FIGURA 105 | Manuel António D´Aroeira, arrais e proprietário da embarcação "Maria João", registo n.º B-807-L, a iscar com casulo um aparelho de anzol no seu armazém de arrumos de artes de pesca, localizado junto ao cemitério do Samouco, em 25.10.2018. 144

FIGURA 106 | (1) (2) Resíduos no chão e dentro de embarcações de pesca abandonadas, na frente ribeirinha do Samouco, em 25.10.2018; (3) Armazéns que servem de residência aos mariscadores tailandeses, junto ao cemitério do Samouco, com os fatos de mergulho expostos a secar na rua (no muro do cemitério), em 25.10.2018 (38°43'15.9"N 9°00'32.6"W). 165

FIGURA 107 | (1) Imagem de satélite da frente ribeirinha em 24.05.2011, proveniente do Google Earth; (2) fotografia da frente ribeirinha em 25.10.2018, enfatizando uma barraca abalroada por um carro devido a uma desavença entre vizinhos mariscadores, e onde é evidente a acumulação e detritos no chão; e (3) roulotte onde são oferecidos todos os serviços de refeições rápidas e de bebidas, à data de 25.10.2018. 166

FIGURA 108 | Perna do estuário do Tejo, no Samouco, que vai até às antigas secas de bacalhau em Alcochete, em 2 de abril de 2015. 168

FIGURA 109 | Manuel António D´Aroeira, a iscar anzóis com isca viva (casulo), que apanhou na zona de vasa de Alcochete, tendo a ajuda da sua mulher, no seu espaço de arrumos de artes de pesca localizado ao lado do cemitério do Samouco (Alcochete), em 25.10.2018. É o mestre de pesca, em atividade, mais experiente do Samouco. 172

FIGURA 110 | Estevão António Boieiro, o mais antigo e experiente arrais de pesca da Vila de Alcochete, a remendar uma rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, que utiliza na modalidade fundeada, na sua residência, em Alcochete, em 30.10.2018. 172

FIGURA 111 | Localização do núcleo de pescadores do concelho do Montijo - 38°42'10.1"N 8°58'53.2"W. 173

FIGURA 112 | Manuel Nunes, conhecido por "O Marujo" e por "Manel Marujo", a bordo da sua canoa (ou bote) de campanha "Inveja", registo n.º B-61-L, com 4,52 de tonelagem bruta, no local de pesca no estuário do Tejo, algures a montante da atual ponte Vasco da Gama (c. 1950)..... 176

FIGURA 113 | Canoa "Inveja", registo n.º B-61-L, que tinha como proprietário e arrais Manuel Nunes. Da direita para a esquerda, o arrais Manuel Nunes (Manel Marujo), António Luís Gaspar, Augusto Boia, Joaquim (da) Sequeira e o cão mascote de nome "Queres-Saber". A companha está a colocar o almoço ao lume, o arrais segura um "galhudo" (pequeno cação escalado conservado na salga), e aos seus pés sobre o bailéu está a lenha usada no fogão (c. 1950). 176

FIGURA 114 | Ao fundo, a canoa "Vaquinha", registo n.º B-4-L, com 2,964 de tonelagem bruta, propriedade de Francisco da Silva Coelho, fundeada no pesqueiro com o batel de paus e redes à sua popa, em preparação para armar o lance. Esta embarcação integrava como enviada (levava o peixe à lota da Ribeira Nova) a companha de Manuel Nunes, conhecido por "Manel Marujo", proprietário e arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, de onde foi fotografada (c. 1955). 176

FIGURA 115 | Companha de Manuel Nunes, conhecido por Manel Marujo, arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, a despescar o lance na baixa-mar. Da direita para a esquerda: Francisco Gaspar Nunes; Manuel Patrício (alcunha Nhá), Francisco Paiva, José António Quaresma, Manuel Padeiro, José Cardeira e António Coelho (alcunha Tarulha) (c. 1950). 177

FIGURA 116 | José de Paiva (alcunha Zé Varão), Francisco da Silva Coelho e Manuel Cardeira, e mais dois camaradas da companha do Manel Marujo, arrais do bote tapa-esteiros "Inveja", registo n.º B-61-L, a despescar à bugiganga (saída enganosa - ou engano - num recanto da rede onde a água corre com mais força para encurralar o peixe que ia na corrente, o que reduzia tempo e trabalho no despescar mais tarde na baixa-mar, onde o peixe tinha de ser apanhado individualmente no lodo, nos baixos relevos e em poças) (c. 1950). 177

FIGURA 117 | Companha de António Nunes, proprietário e arrais da canoa tapa-esteiros "Maria Júlia", também conhecida localmente como "A Lourença", registo n.º B-42-L, com 5,05 de tonelagem bruta, tripulada por António Luís Coelho (António Tarulha), Henrique da Cruz Júnior (Henrique da Sequeira), Francisco Gaspar Nunes, Francisco de Paiva Menisse (Tio Russo), Manuel Marcelino P. Cordeiro, José Cordeiro (Zé Cardeira), António Neto Aranha Júnior e José António Quaresma Júnior, a comer o conduto enquanto esperam para erguer as redes no estuário do rio Tejo (c. 1955). 178

FIGURA 118 | Embarcações da arte do "Marujo". Ao centro o bote tapa-esteiros (assim conhecido por ter a licença de pesca) "Inveja", registo n.º B-61-L, com 4,52 de tonelagem bruta, de que Manuel Nunes, alcunha Manel Marujo, era proprietário e arrais, à esquerda a canoa enviada "Feliz Ano", registo n.º B-9-L, com 5,88 de tonelagem bruta, de que António Carlos Vieira Sabino era proprietário e encarregado (equivalente a arrais), e à direita a canoa enviada "Vaquinha", registo n.º B-4-L, com 2,964 de tonelagem bruta, de que Francisco da Silva Coelho era proprietário e arrais (c. 1955). ... 178

FIGURA 119 | Condecoração de Fernando Augusto Fragateiro, em 1951, com uma medalha atribuída pela Comissão das Festas de São Pedro, por ser o pescador mais idoso, entregue por José da Silva Leite, na altura Presidente da Câmara do Montijo. 183

FIGURA 120 | Redatores do Jornal "A Província" a abordarem Fernando Augusto Fragateiro, por altura das Festas de São Pedro em 1955, agora já com 92 anos, a fazer rede que dizia ser para a pesca da corvina. 183

FIGURA 121 | Marítimos aldeanos em peregrinação ao Santuário de Fátima: Francisco Gaspar Nunes, crianças - Rui Nunes, Manuel Luís Santos, José Henrique Couves, António Aranha Júnior (perdeu a vida no rio início dos anos 70), ao fundo o pescador Francisco do País, que emigrou para França nos anos 70, e o pescador Manuel Chareco que mais tarde passou a trabalhar na agricultura, pescador de alcunha "o come choco" (da esquerda para a direita) (1963/64). 183

FIGURA 122 | Embarcação conhecida por bote tendo a bordo o arrasto de vara, conhecido como arrastão, no Montijo. 185

FIGURA 123 | Projeto do novo Cais de Pesca Profissional do Montijo: vista da rampa de varadouro. 187

FIGURA 124 | Projeto do novo Cais de Pesca Profissional do Montijo: perspetiva do conjunto. 187

FIGURA 125 | Vista do Cais de Pesca Profissional do Montijo a partir do antigo Cais dos Vapores, na baixa-mar, em 20/10/2018. 187

FIGURA 126 | Instrumentos de sinalização de aparelhos de redes e anzol: do lado esquerdo, um antigo farol a petróleo, e do lado direito um moderno sinalizador luminoso em LED, ambos propriedade de António José Cardeira Patrício. Montijo, em 29.10.2018. 196

FIGURA 127 | Logotipo da SCUPA. 206

FIGURA 128 | Edifício sede da SCUPA na Avenida dos Pescadores, n.os 128, 130 e 132, Montijo, em 9.10.2018. 206

FIGURA 129 | Museu do Pescador - SCUPA - na Avenida dos Pescadores, n.º 132, Montijo, em 9.10.2018. Funciona no edifício da antiga Escola Conde Ferreira, mesmo em frente à sede da SCUPA (do outro lado da Avenida). 206

FIGURA 130 | Rampa de varadouro congestionada por embarcações de recreio, para diversos fins, no Cais de Pesca Profissional do Montijo, em 23.10.2018. 213

FIGURA 131 | Ortofotos da evolução da frente ribeirinha do Montijo: 2004, 2008 e 2018. 214

FIGURA 132 | Diogo Manuel dos Santos Capitão, a aparelhar as redes de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, dirigida aos robalos, aos sargos, às corvinas e às tainhas, com bastante alforreca, utilizando uma vara em madeira para as passar do barco para o cais de aprestos. Cais dos Pescadores Profissionais do Montijo, em 9.10.2018. 218

FIGURA 133 | Tripulação da embarcação "Alerta no Mar", registo n.º B-115-L: Joaquim Fernando, António José Cardeira Patrício (é o mais antigo e mais experiente mestre de pesca em atividade do Montijo), Domingos Gouveia e Jorge Manuel Cardeira Patrício (da esquerda para a direita). Em frente ao antigo Cais dos Vapores, Montijo, em 29.11.2018. 218

FIGURA 134 | Localização do núcleo de pescadores do concelho da Moita. 220

FIGURA 135 | Zona ribeirinha do Lavradio (Barra a Barra), em 1961, antes da antiga CUF ter expandido a área industrial sobre a antiga Praia dos Moinhos (assim conhecida porque estavam aí instalados quatro moinhos de vento), sendo ainda visível o viveiro da marinha de sal. 221

FIGURA 136 | Ortofoto de Barra a Barra na Baixa da Banheira (Moita), na fronteira com o concelho do Barreiro (2018). 221

FIGURA 137 | António José, alcunha de "Manaca", que trabalhou na arte dos "Cataus" até à proibição efetiva do tapa-esteiros. Praia do Rosário, em 15.11.2018. 222

FIGURA 138 | Carlos Alberto da Silva Vales, filho de José de Almeida da Silva Vales, já falecido, a emparelhar a rede de emalhar para bordo da embarcação "Santa Maria", registo n.º TR-1732-L. Barra a Barra, em 18.11.2018. 223

FIGURA 139 | Construções palafíticas na frente ribeirinha de Barra a Barra (Moita), em 3.5.2015.. 225

FIGURA 140 | Cais das Canoas, no sítio do Gaio (Moita), apenas tendo amarradas embarcações recreativas, em 15.11.2018. 226

FIGURA 141 | Embarcação de recreio "Cristina Dara" a servir de apoio para os arrumos dos pescadores (armazém), no cais das Canoas (Moita), em 3.5.2015. 226

FIGURA 142 | Embarcação Jaco do Barreiro, registo n.º 7081BR5, observada junto ao moinho de maré em Alhos Vedros. Está preparada para a pesca profissional e para a apanha de amêijoa com ganchorra, o que desde logo é visível pela existência do tubo onde é fixado o turco, para rebocar a ganchorra, pela luz para trabalhar durante a noite, e pelas sucessivas soldaduras no local de fixação do motor, o que denota a insegurança dos furtos verificada na pesca ilegal. Ainda o material e resíduos a bordo, e a organização dos elementos, que decorrem daquela que é a finalidade da embarcação, em 15.11.2018. 227

FIGURA 143 | Vista geral da paisagem da comunidade piscatória da Barra a Barra, incluindo as várias estruturas palafíticas, sendo de notar que esta é maioritariamente constituída por pescadores desportivos, em 16.11.2018. 252

FIGURA 144 | Manuel António Tavares Coutinho, o arrais mais experiente desta comunidade piscatória, a retirar a água da sua embarcação ("Coutinho" - B-766-L), num dia chuvoso. Barra a Barra, Moita, em 18.11.2018. 252

FIGURA 145 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho do Barreiro. 253

FIGURA 146 | Botes de mar alto em preparação na praia Norte do Barreiro (1905): a calafetar o barco enquanto secam as redes sobre os mastros. 255

FIGURA 147 | Barqueira barreirense na faina diária nas artes do tapa-esteiros no início do século XX. 256

FIGURA 148 | Família de pescadores na praia de Alburrica, junto da sua residência e do Moinho de Vento Maior (ou Gigante). Luís Francisco Silva e Maria José Santos Silva, sua esposa, já falecidos, e seus três filhos, António, Dulce e Jaime Santos Silva. 256

FIGURA 149 | Barco de pesca na praia do Norte do Barreiro (1923). 256

FIGURA 150 | Muleta do Barreiro vogando em frente aos Moinhos de Alburrica..... 257

FIGURA 151 | Canoa de Redes, propriedade de Rogério Cebola, em frente ao Moinho do Cabo, em Alburrica. 258

FIGURA 152 | Pescadores a lavar as redes tapa-esteiros na praia da Alburrica. 258

FIGURA 153 | Colocação das varas na baixa-mar, para levantar as redes na preia-mar, estando ao fundo já as luzes ligadas em Lisboa..... 258

FIGURA 154 | Canoa de paus (varas), auxiliar da canoa mãe do tapa-esteiros, no Barreiro..... 258

FIGURA 155 | Panos de rede de malha miúda utilizados na arte do tapa-esteiros, no Barreiro..... 258

FIGURA 156 | Moinhos de maré de Alburrica na década de 1950: moinho do Cabo, em frente, e moinho Grande, à direita. 260

FIGURA 157 | Alburrica na década de 1950. Vista a partir da atual Travessa 9 de abril (antiga Prainha do Cabo Mar), junto ao armazém do Barreiras, à Fábrica do Gaziva e à Delegação Marítima do Barreiro. 260

FIGURA 158 | Vista aérea da zona utilizada pelos pescadores do Barreiro, em 1985. 260

FIGURA 159 | Rogério Antunes Pereira Correia, atual proprietário e armador da embarcação "Sol Brilhante", registo n.º B-779-L, que exerce a bordo a função de arrais, estando habilitado com a categoria de arrais de pesca, descendente de várias gerações de pescadores, começou na pesca na arte do tapa-esteiros do seu pai, foi toda a vida pescador, e é também Vice-Presidente da Ala-Ala - Associação de Pesca artesanal. Antiga Doca seca da CP - Comboios de Portugal, Barreiro, em 24.08.2019. 262

FIGURA 160 | Cédula Marítima de José Gonçalves Correia. 262

FIGURA 161 | Zona de Alburrica, sendo visíveis as construções de apoio à pesca em terra e as embarcações, em 1984..... 263

FIGURA 162 | Manuel Gonçalves Correia, sua esposa "Beca" e seu camarada "Chico dos Porcos", a safar as redes tendo ao fundo as ruínas do Moinho do Cabo, no Barreiro. 264

FIGURA 163 | António Carlos Correia dos Santos, alcunha "bigodes", a safar as redes para o cais da muralha norte, no Barreiro. 264

FIGURA 164 | Vista da comunidade piscatória da Serração no início do século XXI, quando ainda não tinham sido construídos os passadiços para ligar a cidade à zona balnear dos moinhos de Alburrica, sendo ainda visíveis as construções abarracadas utilizadas para guardar as artes e aprestos de pesca, junto às quais estão fundeadas várias embarcações. 265

FIGURA 165 | António Nunes Marques, proprietário, armador e arrais da embarcação "Núria", registo n.º B-791-L, a aparelhar rede de emalhar de um pano com a ajuda do seu camarada, pescador, Inácio Ventura, na comunidade piscatória da Serração, ano de 2009. 266

FIGURA 166 | Vista dos Moinhos de Alburrica a partir do terreno privado do Engenheiro Gaio, onde os pescadores atracavam as embarcações, que se observam na fotografia, e onde tinham os arrumos de artes de aprestos de pesca, que não aparecem na fotografia, no ano de 2008, um ano antes destes pescadores e destes barcos se mudarem para a antiga Doca Seca da CP. 266

FIGURA 167 | Zona ribeirinha da Mercantil: plano superior, início do novo passadiço para Alburrica até aos velhos armazéns; plano inferior, dos velhos armazéns até à Doca Seca da CP – Comboios de Portugal, em 26.11.2018. 267

FIGURA 168 | Antiga Doca Seca da CP – Comboios de Portugal, já reabilitada, em 19.10.2020. 268

FIGURA 169 | Ortofoto do litoral do Barreiro. 305

FIGURA 170 | Rogério Antunes Pereira Correia, a segurar um peixe-espada branco que capturou a bordo da embarcação "Sol Brilhante" (B-779-L), que governa, com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem entre 60 e 119 mm, na modalidade fundeada, no Mar da Palha. Antiga doca seca da CP, Barreiro, em 22.02.2021. 310

FIGURA 171 | Rede branqueira, conhecida como "solheira", um metro de altura, malha interior (ou miolo) de 80 mm, utilizada para capturar choco-vulgar. Propriedade de Manuel António Tavares Coutinho. Doca Seca da CP, Barreiro, 11.06.2021. 310

FIGURA 172 | Localização dos dois núcleos de pescadores do concelho do Seixal. 311

FIGURA 173 | Vista da frente ribeirinha do Seixal, a partir da praia, junto à Praça 1º de Maio, onde estão abicadas algumas embarcações de pesca profissional e outras recreativas, em 15 de abril de 1987. 310

FIGURA 174 | Lance com a arte do tapa-esteiros no esteiro do rio Judeu, no Seixal, em 15 de maio de 1988. 312

FIGURA 175 | Encarregado a bordo da embarcação "Três Netas", registo n.º B-680-L, com casco em madeira, que foi construída e entrou ao serviço da pesca em 1971, habilitada com licença de pesca em 1 de janeiro de 1989, com 5.03 de comprimento fora a fora e 0.79 de arqueação bruta (GT), a passar para a praia as redes de tresmalho com a ajuda de duas crianças, junto à frente ribeirinha do Seixal, em 21 de maio de 1991. 312

FIGURA 176 | Porto de pesca natural do Seixal. 313

FIGURA 177 | Pescadores a safarem a rede de tresmalho em polifilamento no cais do Seixal. 313

FIGURA 178 | Cédula de Inscrição Marítima de José Manuel Jesus, arrais de pesca local do Seixal, de 28.06.1984. 315

FIGURA 179 | Pescador a reparar rede de pesca de fio (tresmalho), conhecida por "reções", por ser mais comprida que o normal, numa rua do núcleo urbano antigo do Seixal (c. 1980). 316

FIGURA 180 | Embarcações de pesca amarradas à ponte-cais do Seixal, e ao fundo o bote de fragata "Gaivotas" atracado (c. 1980). 316

FIGURA 181 | Pescador a safar as redes de tresmalho, conhecidas como albitanas, dentro do barco que se encontra amarrado ao cais do Seixal, tendo já desemalhado algumas tainhas e retirado muita "alface" (c. 1980). 317

FIGURA 182 | Passagem da rede de pesca de fio (tresmalho), conhecida por "reções", por ser mais comprida que o normal, da embarcação para a ponte-cais do Seixal, enquanto o pescado é desemalhado (c. 1980). 317

FIGURA 183 | Ortofotos de 2004-06 e 2008 (litoral), e fotografia atual do novo cais do centro náutico e recreativo da Amora. 318

FIGURA 184 | Cais do Seixal ao serviço das embarcações de pesca local. Da porta para dentro são 40 metros de cais que eram para acostagem em ambos os lados de embarcações de pesca, mas um dos lados ficou para embarcações tradicionais e apenas a parte interior ficou para as e embarcações de pesca. Ano de 2018. 319

FIGURA 185 | Frente ribeirinha da Amora, junto ao antigo cais da firma Mundet & C.ª, onde até recentemente estavam os arrumos do material de pesca e onde amarravam as embarcações de pesca, em 3.04.2015. 320

FIGURA 186 | Vista aérea do Cais de Pesca do Seixal, próximo ao preia-mar, em 26.12.2016. 320

FIGURA 187 | Localização das comunidades piscatórias da foz do rio Tejo (à data de 31.12.2018). 348

FIGURA 188 | Embarcações de pesca junto ao Sifão do Canal do Alviela, na foz do rio Trancão, em Sacavém, pouco tempo depois da sua inauguração (1880). 349

FIGURA 189 | Doca de Santo Amaro (ou Doca do Pinho), em 22.08.1917, onde se observam as pequenas embarcações de pesca rodeadas de embarcações do tráfego local. 349

FIGURA 190 | Doca do Bom Sucesso, em 1966, onde se observam as pequenas embarcações de pesca a par de outras de recreio. 350

FIGURA 191 | Doca de Santo Amaro, em 1961, onde se observam as pequenas embarcações de pesca. Antes era conhecida como doca do Pinho. 350

FIGURA 192 | Doca do Poço do Bispo, em 1961, onde se observa um saveiro com o toldo, provavelmente uma família de avieiros estaria dentro da embarcação. 350

FIGURA 193 | Locais de concentração de pescadores no concelho de Lisboa. 351

FIGURA 194 | Vista aérea da Doca de Pedrouços (1968). 352

FIGURA 195 | Esquema simples da organização dos espaços de primeira e segunda venda no edifício da Docapesca de Pedrouços, e armazéns das empresas comerciantes de pescado. 352

FIGURA 196 | Embarcação "Mor", registo n.º B-756-L, de que Francisco António Ferreira é proprietário, armador e exerce a bordo as funções de arrais, estando habilitado com a categoria de contramestre pescador, a atracar na antiga doca de pesca de Pedrouços, em 2001. Nesta altura eram poucas as embarcações que aqui atracavam que tinham como porto de registo, Lisboa (a maior parte eram registadas em Setúbal, Sesimbra, Ericeira, Peniche, Sines e São Martinho do Porto). Esta embarcação fez porto de abrigo nesta doca até 2018, período em que nunca alterou de propriedade. 354

FIGURA 197 | Doca de Pedrouços no início do século XX, estando amarradas ao paredão lateral as embarcações de pesca "Praia do Sul" (costeira) e "Mor" (local). 356

FIGURA 198 | Embarcação "Caracol", registo n.º TR-1633-L, de que José Francisco Pacheco de Freitas era proprietário, armador e arrais de pesca, na doca pesca de Pedrouços meses antes da desocupação dos terrenos, em 09.08.2010. 356

FIGURA 199 | Embarcação "Pi", registo n.º LX-371-L, propriedade de Francisco António Ferreira, construída com casco rígido e em madeira, equipada com um motor interior da marca MWM, potência de 52,22 Kw, a gasóleo, com 8,96 m de comprimento fora a fora, 2,92 m de boca, 0,95 m de pontal, 3,62 de arqueação bruta (GT) e 1,09 de arqueação líquida (NT), amarrada ao paredão norte da doca de Pedrouços poucos dias antes de ser registada na Capitania do Porto de Lagos com o conjunto de identificação LG-1401-L e a mesma denominação (o registo foi cancelado em Lisboa em 28/08/2015). 356

FIGURA 200 | Obras de demolição da doca de pesca em Pedrouços no início de 2012. 357

FIGURA 201 | Projeto de reabilitação da doca de pesca em Pedrouços para a VOR, de novembro de 2011, que foi apresentado ao Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins. 357

FIGURA 202 | Planta da Doca de Pedrouços, tendo assinaladas as áreas atualmente "ocupadas" pelas embarcações de pesca (2019). 357

FIGURA 203 | Espaço em Santos onde a APL realizou obras para acolher as embarcações de pesca de Pedrouços. 358

FIGURA 204 | Doca de Pedrouços (Algés). Os fingers e os passadiços flutuantes foram colocados para receber a VOR. Antes disso apenas os paredões eram utilizados pelos pescadores. 08.04.2019. 360

FIGURA 205 | Doca de Alcântara e da Doca Seca n.º 1: do passado ao presente. Planta da Doca de Alcântara estando assinaladas as áreas hoje "ocupadas" pelos pescadores. 361

FIGURA 206 | Embarcações de pesca local das comunidades piscatórias da Cova do Vapor e Costa da Caparica amarradas em duas filas (devido à exiguidade do espaço) no cais junto ao paredão sul da Doca de Alcântara, em dia de mau tempo, em 06/03/2019. 362

FIGURA 207 | Covo constituído por saco de rede com o comprimento máximo de 1,20 m e com a malhagem mínima de 10 mm (utiliza a chamada rede galeão), sustentado a intervalos regulares por três aros metálicos cilíndricos (sem bocas interiores, ou endiches), e armado ("esticado") com duas canas. Arte de Francisco Xavier Silva Segurado Fernandes, arrais da embarcação "Novo Aladim" (registo n.º LX-381-L). Pedrouços, 14/04/2020. 379

FIGURA 208 | Sentido de circulação da água no estuário do Tejo e à entrada e dentro da Doca de Pedrouços. 400

FIGURA 209 | Embarcação "Aladim", registo n.º LX-326-L, amarrada no paredão Norte da antiga doca de Pesca de Pedrouços (Algés), de que André Filipe Viveiro Ferreira é proprietário e armador, e António Joaquim Ferreira, seu pai, exerce a bordo as funções de arrais, estando habilitado com a categoria de Mestre Costeiro Pescador. Na fotografia está Diogo Fernando da Silva Ferreira, arrais de pesca local, sobrinho do arrais (estava a ajudar devido à "carregação", para safarem mais rápido as redes), e Sergei Petrov, camarada, pescador, a desemalhar azevia capturada com rede de emalhar de um pano fundeada, malha de 60 mm, na zona do Bugio, em 25/05/2018. Foi um grande dia de pesca, a tripulação capturou cerca de 250 Kg de azevia, e mais algumas dezenas de quilos de outros peixes de escamas, de variadas espécies. O desembarque foi efetuado no Posto de Vendagem da Trafaria, mas o valor de venda foi abaixo do que seria expectável, frustrando a expectativa da tripulação que, neste dia, trabalhou 16 horas. 404

FIGURA 210 | Localização dos núcleos de pescadores do concelho de Almada que operam no estuário do rio Tejo. 406

FIGURA 211 | *Ti* Manuel Joaquim e sua esposa, pescadores da Romeira, na pequena embarcação a lavarem a rede no regresso da faina, em 1948. 407

FIGURA 212 | Aspeto da baía do Caramujo, da orla ribeirinha da Romeira, e início da Base Naval do Alfeite, em finais da década de 1950. 407

FIGURA 213 | Ancoradouro da Mutela utilizado pela comunidade piscatória do Caramujo (1989). .. 408

FIGURA 214 | Caramujo em 1984, quando os barcos de tráfego local ainda chegavam à fábrica, e quando os barcos de pesca aí encontravam abrigo e tinham espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca "colados" aos armazéns. Hoje os espaços de arrumos estão quase no mesmo sítio, o problema é que com o aterro, e com a construção da ETAR, ficaram muito afastados da linha de água. Esses armazéns estiveram devolutos bastante tempo, e recentemente foram transformados em restaurantes e ginásios. 409

FIGURA 215 | Aterro no Caramujo para alargamento da Base Naval de Lisboa, que teve como consequência a alteração drástica da frente ribeirinha e o grande afastamento dos arrumos dos pescadores da linha de água. Data: 20.08.1985. 409

FIGURA 216 | Localização da comunidade piscatória do Caramujo. 410

FIGURA 217 | Espaço de arrumos de material de pesca junto aos antigos armazéns, que aparecem nas duas fotografias anteriores, e à entrada da ETAR da Mutela, em 03.06.2019. 410

FIGURA 218 | Fundeadouro Municipal da Mutela (Caramujo), em 03.06.2019. 411

FIGURA 219 | Projeto para a nova Marina de Almada, apresentado pelo Fórum Empresarial da Economia do Mar e o Arco Ribeirinho Sul, em 2011. 412

FIGURA 220 | Grupo de pescadores a preparar as redes na praia de Cacilhas em 1840, estando ao fundo dois rapazes totalmente nus a tomarem banho. 413

FIGURA 221 | Cais e farol de Cacilhas, ao centro uma rampa de encalhe, onde encostavam os barcos de pesca (ano de 1925). 413

FIGURA 222 | Praia, cais e farol de Cacilhas. 413

FIGURA 223 | José Tomaz Pimenta, sócio n.º 283/2901 da Casa dos Pescadores de Lisboa, pai do mestre José Duarte da Silva Pimenta (ainda vivo). 414

FIGURA 224 | José Duarte da Silva Pimenta, sócio n.º 5291 da Casa dos Pescadores de Lisboa, inscrito em 1 de janeiro de 1963, com os selos do valor pago mensalmente. 414

FIGURA 225 | Estação fluvial de Cacilhas na margem sul do Tejo, em 1958. 415

FIGURA 226 | José Duarte da Silva Pimenta, mestre da embarcação "Lúcia" (TR-868-L), para a pesca profissional local, a amarrá-la ao antigo batelão do Porto de Lisboa, em Cacilhas, na década de 1960. 416

FIGURA 227 | José Duarte da Silva Pimenta, mestre da embarcação "Lúcia" (TR-868-L), a safar redes com o camarada Manuel Preto (alcunha), na década de 1960. 416

FIGURA 228 | Cartão de Identificação da Embarcação emitido pelo Serviço de Lotas e Vendagem da Junta Central das Casas dos Pescadores, referente à embarcação "Lúcia", registo n.º TR-868-L, que tinha como proprietário e arrais José Duarte da Silva Pimenta, e o verso as regras observáveis para a sua utilização. 417

FIGURA 229 | Comprovativo/recibo do valor ilíquido do pescado vendido na seção da Trafaria do Posto da Costa da Caparica, com a discriminação dos descontos obrigatório para a providência (9,4%), vendagem (4%) e Mútua (1,5%), da venda realizada pela embarcação "Lúcia", TR-868-L, em 29/08/1975. 417

FIGURA 230 | José Duarte da Silva Pimenta, proprietário, armador e camarada na embarcação "Lucia", registo n.º TR-1458-L, o mais antigo mestre de pesca em atividade de Cacilhas, a preparar aparelhos de anzol no seu armazém de artes de pesca em Cacilhas (junto à sua residência), em 17.06.2019. 418

FIGURA 231 | Local de amarração das embarcações de pesca de Cacilhas, entre o batelão da Transtejo e a muralha, em 19.02.2019. 418

FIGURA 232 | Ana Cristina Batista Alves Guerreiro e António Manuel Batista Alves Guerreiro, filhos de António José Alves Guerreiro e de Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, sentados numa embarcação de pesca artesanal local que estava encostada ao Cais do Ginjal, em setembro de 1978. 419

FIGURA 233 | Antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pesca constituída em 1920 no Olho de Boi, em 29.05.2019. 420

FIGURA 234 | Arrastão "Invicta" (P-609-N) acostado ao cais da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi (1985), e ao fundo a Ponte 25 de Abril. 420

FIGURA 235 | Na primeira fotografia, o mestre António José Alves Guerreiro, e o seu sobrinho, recolhem o peixe da rede, e já tinham na embarcação barbos, tainhas fataça e carpas, e na segunda fotografia o mestre está a acender o fogareiro dentro do coco para assar algum do peixe para a refeição, ambas na Praia de Água Doce de Salvaterra de Magos, em meados da década de 1980. 421

FIGURA 236 | António José Alves Guerreiro, com licença para governar a embarcação "Deus Dará", registo n.º TR-1356-L, a deslocar-se ao pesqueiro para colher um aparelho de anzol por alturas de 1991. 421

FIGURA 237 | Instalações da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi (década de 1940).... 422

FIGURA 238 | Antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi, em 29.05.2019. 422

FIGURA 239 | Embarcações "Deus Dará" (TR-1440-L) e "Poney" (TR-1433-L) amarradas no cais da antiga Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi, em 29.05.2019. 422

FIGURA 240 | Maria Salete Peninhas Batista Guerreiro, 68 anos, há quase 40 anos no Olho de Boi, a mais antiga mestre de pesca em atividade nesta comunidade, em 9.07.2019. 423

FIGURA 241 | Zona ribeirinha de Palença, e vista daí para Lisboa (1830). 424

FIGURA 242 | Carregamento de tijolos no Cais da Fábrica (de Cerâmica) da Palença, em 1919..... 424

FIGURA 243 | Enseada onde os pescadores fundeiam as embarcações, no período da baixa-mar da tarde, o que possibilita ver as ruínas do antigo Cais da Palença, em 28.06.2019. 425

FIGURA 244 | Embarcação tipo chata, matriculada para a pesca artesanal local, em que laborava Honorato do Carmo Feiteira por altura do seu falecimento em meados da primeira década desde século. Tagol (ou Palença de Baixo), em 28.06.2019. 425

FIGURA 245 | Localização da comunidade piscatória da Tagol (ou Palença de Baixo) junto às Instalações Industriais da Sovena Oilseeds Portugal, S. A., seguida de uma imagem do pormenor da enseada que serve de fundeadouro. 426

FIGURA 246 | Jaime do Carmo Feiteira, proprietário, armador e arrais de pesca do único barco registado na pesca artesanal local que existe no sítio da Tagol (ou Palença de Baixo), no Pragal (Almada), em 02.07.2019. 427

FIGURA 247 | Enseada onde os pescadores da comunidade da Tagol (ou Palença de Baixo) fundeiam as embarcações, próximo das instalações industriais da Sovena Oilseeds Portugal, S. A., no período da baixa-mar da tarde, o que possibilita ver as ruínas do antigo Cais da Palença, em 02.07.2019. 427

FIGURA 248 | Cabeço onde amarravam os cabos dos navios petroleiros, e paredão onde ficavam os barcos de pesca junto aos armazéns da H. Parry & Son, Lda., onde também os pescadores tinham os arrumos de material de pesca, em 1970, sendo à frente a Praia da Banática. 428

FIGURA 249 | Crianças a tomarem banho na Praia da Banática, em 1971, estando ao fundo o cais da petrolífera Shell. 428

FIGURA 250 | Embarcação de pesca na praia da Banática (1970). 429

FIGURA 251 | Pequena reentrância que se forma junto Terminal de Líquidos da Banática onde as embarcações ficam amarradas em poitas, em 21.06.2019. 430

FIGURA 252 | Porto Brandão: cais, estaleiro, e fábrica de conservas, na segunda metade do século XX. 431

FIGURA 253 | Doca de barcos de pesca no Porto Brandão (1961). 431

FIGURA 254 | Título de Propriedade da embarcação "Totinhas", registo n.º TR-587-L, propriedade de José António, emitido na Trafaria em 15.10.1981. 432

FIGURA 255 | José António (alcunha Totinhas) (71 anos), a soltar as amarras da embarcação para ir à faina na maré grande da tarde, em 21.06.2019. 433

FIGURA 256 | Vista aérea do Porto Brandão, em 2001. 434

FIGURA 257 | Localização das amarrações das embarcações de pesca no Porto Brandão, em 12.10.2015. 434

FIGURA 258 | Embarcação "Totinhas", registo n.º TR-1710-L, amarrada ao pontão da Transtejo no Porto Brandão, rodeada por três embarcações recreativas da pesca lúdica, em 19.02.2019. 434

FIGURA 259 | Cais de desembarque para a praia de Banhos da Trafaria, estando ao lado as embarcações de tráfego local e de pesca (1909). 435

FIGURA 260 | Trafaria. Núcleo urbano (1911). 435

FIGURA 261 | Trafaria. Vista da zona do cais para a foz do rio Tejo (1916). 435

FIGURA 262 | Chegada da canoa do mestre Jean-Jean à Trafaria, carregada de peixe (corvina, robalo, congro e outros), em 14 de julho de 1921. 437

FIGURA 263 | Embarcação "Arminda", governada por José Martins, à entrada da barra do rio Tejo. Década de 1950 (data provável 1955/56). 437

FIGURA 264 | Luís Henrique de Oliveira, proprietário e arrais da embarcação "Deus Te Guie", registo n.º TR-381-L, residente na Trafaria, onde era conhecido como "Luizinho", ainda que no livro de registo nesta Delegação Marítima, por lapso, esteja identificado como Luiz de Sousa. Tinha ao ombro uma rede da malha (rede sardinheira), e atrás da orelha uma agulha, o que sugere estar a remendar a rede. Operava com redes tartaranhas, galrichos, tresmalho, chinchorro e malha (rede sardinheira). Nesta fotografia está à frente do barracão onde guardavam as artes de pesca, que era simultaneamente onde habitava no verão, porque arrendava a sua casa principal aos banhistas. 438

FIGURA 265 | António Nicolau, nascido em 30.06.1906, na Costa de Caparica, junto à muralha da Trafaria acabado de chegar da faina piscatória, trazendo às costas a selha do pescado e na mão a caixa para o expor para venda, tendo ao seu lado o seu inseparável cão "Boavida", em 12.06.1952. 438

FIGURA 266 | Praia dos Pescadores da Trafaria. Em frente onde era a fábrica do peixe, um pescador com a sua agulha a recuperar uma rede, tendo atrás a embarcação tipo saveiro que operava com a arte da mugeira. Anos 1940. 439

FIGURA 267 | Praia da Trafaria: embarcação de transporte de sardinha (década de 1910). 440

FIGURA 268 | Embarcação de cerco americano, recolhendo a rede em frente da Casa Abrigo da Trafaria, em 23 de novembro de 1952. Poderá ser propriedade da firma "Mariano Martins & Companhia". 440

FIGURA 269 | Ilustração da rede da sacada com candeio utilizada até à década de 1960 pelos pescadores da Trafaria. 441

FIGURA 270 | Vista aérea da zona ribeirinha da Trafaria onde viriam a ser construídos os silos, na altura uma externa e bonita praia onde utilizavam a rede pé (c. 1960). 442

FIGURA 271 | Desenho ilustrativo da rede de pé utilizada na década de 1950 pelo Sr. José Domingos, arrais da Trafaria, na zona dos cabeços de areia da Cova do Vapor. 442

FIGURA 272 | Covo (com semelhança ao galricho), com malha de 10 mm, para a pesca de camarão-espinho, que os marítimos designam de covo. Local: Praia da Trafaria. 443

FIGURA 273 | Reparação de rede de tresmalho em polifilamento na Trafaria. 444

FIGURA 274 | José Domingos da Encarnação Arrábida, nascido em 1941, arrais de pesca da embarcação "Avelina", registo n.º TR-1200-L, é o mais antigo mestre em atividade na Trafaria. Em frente ao seu espaço de arrumos de material de pesca na Trafaria, em 05.07.2019. 446

FIGURA 275 | Embarcação "Deus Te Guie", registo n.º TR-381-L, tipo chata, a remos, construída pelo carpinteiro naval Marcelino Ferreira, com estaleiro no Porto Brandão, para a pesca local, com 4,21 m de comprimento fora a fora, 1,63 m de boca, 0,55 m de pontal, 0,94 de tonelagem bruta, e foi registada na Delegação Marítima da Trafaria em 28.10.1948, propriedade de Luís Henrique de Oliveira, que aparece na fotografia sentado no bordo da embarcação ao lado da sua esposa Maria Guiomar, residente na Trafaria, onde era conhecido como "Luizinho", ainda que no livro de registo nesta Delegação Marítima, por lapso, esteja identificado como Luiz de Sousa. Em 29.03.1958 passou a ser por herança propriedade de António Maria Ribeiro de Oliveira, que em 6.12.1966 instalou um motor fora de borda marca "Apollo", de 4 hp. Em 9.2.1995, com as novas regras, a arqueação foi revista para 0,47 t, e em 18.7.1997 passou a ser propriedade de José Aires Dias Costa e de Bernardino Dias. 446

FIGURA 276 | Olímpio José Costa Simões, nascido em 1944, conhecido como "Sesimbrão", por ser originário de Sesimbra, arrais da embarcação "Lagoa Azul", registo n.º TR-1432-L, a chegar à arrecadação de material de pesca com o seu filho Flávio Simões, com quem estava a fazer as contas da venda de pescado no dia anterior na lota da Trafaria. 19.07.2019. 447

FIGURA 277 | Vista aérea da Trafaria (1975). 449

FIGURA 278 | Detritos aos montes na pequena baía denominada de "Bico da Areia" na Trafaria, zona hoje ocupada pelo terminal cerealífero. 449

FIGURA 279 | Embarcação de pesca profissional em seco, na pequena baía do "Bico da Areia", onde se formava um recanto de resíduos. 449

FIGURA 280 | Estabelecimento de banhos de Zeca Rocha, construído na praia do Zeca da Rocha (concessão) onde hoje estão os silos do Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria. João Lourenço, Miguel da Massinha, Nelas (alcunha), e Ricardo (alcunha Porco). Anos 1950 (provavelmente 1954/55). 450

FIGURA 281 | Botes encalhados na praia da Trafaria, e outros amarrados em poitas no rio Tejo, o que revela uma ocupação moderada do espaço. 451

FIGURA 282 | Galricho (ou covo) constituído por saco de rede com o comprimento máximo de 1,20 m e com a malhagem mínima de 10 mm, sustentado a intervalos regulares por três aros metálicos cilíndricos, com uma boca e um endiche, e armado ("esticado") com duas canas, para capturar marisco e peixe diverso de fundo, mas sobretudo camarão do rio, santolas, sapateiras, navalheiras, lavagantes, safios/congros e fanecas. Em 2006, por determinação da DGPA, foi substituído por outro modelo de malha =>20 mm, também para a captura do camarão. Arte de Luís Filipe Ferreira dos Santos, proprietário da embarcação "Tera" (TR-1487-L), que durante muitos anos utilizou esta arte para capturar camarão na foz do rio Tejo, e continua a utilizar, como os demais marítimos da zona da foz que sempre utilizaram esta arte. Caramujo, 25/06/2020. 453

FIGURA 283 | Covo semicilíndrico de malhagem mínima 20 mm, arte fixa tipo armadilha construída com duas redes de plástico, uma exterior de 30 mm e uma outra interior mais apertada, sem estrutura metálica (a forma da rede é alcançada pela forma como são entralhadas as redes de plástico), e com três aberturas, uma para facilitar a entada do camarão, e outras duas com tampa para o isco e para retirar o camarão. Este covo é artesanal, mas em Pedrouços já se utilizam covos totalmente produzidos em fábrica. Importa notar que hoje cada embarcação pode operar com o máximo de 100 covos. Arte de José Manuel Aveiro Pires, proprietário, armador e arrais da embarcação "Golfinho", registo n.º TR-1655-L, que utiliza esta arte para capturar camarão na foz do rio Tejo. Paço de Arcos, 16/04/2020. 453

FIGURA 284 | Embarcação "Sol", registo n.º TR-1574-L, propriedade de Sandra Cristina Oliveira Brito Pereira, equipada com motor fora de borda, um sarilho e um rolete, no ancoradouro da Trafaria, em 07.05.2013. Foi-lhe atribuída a Licença de apanha de bivalves n.º 25. 455

FIGURA 285 | Antiga chata de apanha de bivalves varada na praia da Trafaria, muito degradada (ainda equipada com sarilho), em 10.05.2019. 455

FIGURA 286 | "Barracas dos pescadores", assim conhecidos os espaços de arrumos de artes e aprestos de pesca. A fotografia foi capturada uma semana depois destes espaços terem sido lavados e pintados, daí que o espaço se mostre no geral cuidado e asseado, de forma muito contrária ao que é conhecido. Ao fundo os silos. Trafaria, em 18.09.2019..... 456

FIGURA 287 | Ancoradouro da Trafaria, estando ao fundo a Ponte 25 de Abril, em 20.07.2019. 457

FIGURA 288 | Núcleo urbano e frente ribeirinha da Trafaria, sendo visível a zona de arrecadações de material de pesca e a zona de abrigo das embarcações de pesca, em 19.07.2016. 457

FIGURA 289 | Postal da Torre do Bugio (1912). Os veraneantes chegam a pé à Torre do Bugio vindos do Bico da Areia (ou Bico da Calha), o que nesta altura era possível na baixa-mar devido ao assoreamento da Barra..... 458

FIGURA 290 | Desembarque de pessoas de Lisboa no cais da praia da Cova do Vapor, que utilizaram o serviço de carreiras "Lisboa-Cova do Vapor" da Parceria dos Vapores Lisbonenses. 459

FIGURA 291 | Casa de veraneio na Cova do Vapor, em setembro de 1949. 459

FIGURA 292 | Construção intensa nas dunas, onde antes apenas havia juncal. Povoamento facilitado por uma passadeira em madeira através das dunas para chegar ao areal. 459

FIGURA 293 | Cacilheiro (1954). 459

FIGURA 294 | Avanço do mar ao longo dos anos na Cova do Vapor, entre 1929 e 2007, com a indicação da localização do "cú de burro" onde ficavam fundeados os barcos do tipo galeões, e estendiam as redes no areal para secar. 460

FIGURA 295 | Imagens do processo de movimentação das habitações. 461

FIGURA 296 | Vista aérea da Cova do Vapor, sendo ainda visível a língua de areia e a ponte em madeira onde atracavam os barcos das carreiras (1953). 461

FIGURA 297 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, entre outros trabalhadores, na construção do primeiro esporão da Cova do Vapor (1959/60). 461

FIGURA 298 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, a colocar o cão de companhia a pescar devidamente uniformizado, na Cova do Vapor (S/data). 462

FIGURA 299 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira, no porto de abrigo da Cova do Vapor, na altura com muitos limos, a equipar a sua embarcação recreativa para a patuscada no Bugio (1996). 462

FIGURA 300 | Esquema com a localização aproximada dos sítios onde os marítimos da Costa da Caparica e da Fonte da Telha varavam as chatas quando vinham operar para o rio Tejo após encalharem as xávegas. 463

FIGURA 301 | Zona ribeirinha entre a Trafaria e o Cais/Ponte da Nato, na altura em que os silos começavam a ser construídos, e ainda existia a língua de areia que mais tarde se iria encostar aos silos já construídos, obrigando as embarcações de pesca a ir para a Cova do Vapor. Era nesta baía natural que os pescadores da Costa deixavam as lanchas no inverno, quando iam operar para a zona do rio Tejo. 463

FIGURA 302 | Em primeiro plano, Manuel Augusto Lopes Valente Costeira na sua embarcação recreativa com que andava à pesca, e em segundo plano ao centro de forma evidente a traineira "Delfim", registada na Trafaria, propriedade de António Manuel Laré Dias, entre vários barcos de recreio, nomeadamente o barco de recreio de Manuel Condesso (alcunha Manuel da Graciana). Porto de abrigo da Cova do Vapor, na altura ainda praia, na década de 1990 (provavelmente em 1995). 464

FIGURA 303 | Pureza de Almeida Costeira Valente, Rosa Maria de Almeida Soares e Maria de Fátima de Almeida Soares, da esquerda para a direita, na rampa que existia na Cova do Vapor, e que era utilizada para desembarcar o marisco das embarcações costeiras do arrasto com ganchorra de bivalves, estando ao fundo duas dessas embarcações (c. 1990). 464

FIGURA 304 | Porto de abrigo da Cova do Vapor (início da década de 1990)..... 465

FIGURA 305 | Manuel Augusto Lopes Valente Costeira a sair do abrigo da Cova do Vapor com dois filhos, José Augusto e José Júlio, que iam para a pesca lúdica na Coroa de Fora. Ao fundo estão algumas

embarcações costeiras do arrasto que utilizavam esta embarcação recreativa para desembarcar o marisco (c. 1990). 465

FIGURA 306 | Planta do arranjo geral da solução proposta para a zona de abrigo na Cova do Vapor. 465

FIGURA 307 | Destruição pelo mar dos espaços de arrumos de material de pesca instalados na parte interior do molhe de proteção da zona de abrigo da Cova do Vapor, em 3.03.2018. 466

FIGURA 308 | Abrigo da Cova do Vapor na maré baixa, com a maior parte das boias de amarração em seco, em 31.03.2018. Situação que se tem vindo a agravar nos últimos anos. 466

FIGURA 309 | Vista aérea da Cova do Vapor, junto à barra, onde acaba o Tejo e começa o Oceano Atlântico, em abril de 2014. 467

FIGURA 310 | Vista aérea do núcleo urbano da Cova do Vapor e, no extremo nascente, da bacia de abrigo das embarcações de pesca, em abril de 2014. 467

FIGURA 311 | Costa da Caparica (c. 1900). 468

FIGURA 312 | Palheiros dos pescadores da Costa da Caparica (190?). 468

FIGURA 313 | As primitivas barracas dos pescadores da Costa da Caparica. 468

FIGURA 314 | Ilustração do naufrágio do saveiro "Portugal" da companha Vitorino na Costa da Caparica, em 11 de abril de 1904, a cerca de 20 braças de terra, da autoria do pintor Alberto de Sousa. 469

FIGURA 315 | Lota na Praia da Costa da Caparica (c. 1930). O pescado era colocado em cima dos cabazes, que também serviam para o seu transporte. 469

FIGURA 316 | Fotografia aérea da Costa da Caparica, entre 1930 e 1932. 469

FIGURA 317 | Pescadores a enrolarem as cordas da rede na Costa da Caparica (c. 1960). 470

FIGURA 318 | Pescadores a prepararem a embarcação para a puxarem para o areal na Costa da Caparica (c. 1960). 470

FIGURA 319 | Pescadores a puxarem o barco para o areal depois de um lance da arte xávega na Costa da Caparica (c. 1960). 470

FIGURA 320 | Embarcações de pesca profissional varadas no areal da Costa da Caparica em 1962. Em primeiro plano, a embarcação a remos, tipo chata, conhecida como meia-lua, denominada "Nossa Senhora de Fátima", registo n.º TR-676-L, com 4,82 m de comprimento fora a fora, 1,85 m de boca, 0,58 m de pontal, 1,292 de tonelagem bruta, construída pelo carpinteiro naval Marcelino Ferreira no seu estaleiro em Porto Brandão, pelo valor de 2.100$00, a mando de Eduardo Gonçalves, tendo a embarcação sido registada na Delegação Marítima da Trafaria em 15.6.1956, para a pesca local com redes de emalhar e covos. Em 11.12.1978, passou a ser propriedade do marítimo José Carvalho Ferreira, e em 15.07.1983 o registo foi cancelado por a embarcação se ter matriculado na Capitania do Porto de Lisboa sob o n.º LX-289-L. 471

FIGURA 321 | Lado sul da praia da Costa da Caparica, sendo dezenas as embarcações de pesca profissional tipo "meia-lua" varadas no areal, entre os veraneantes, em 16.06.1962. 471

FIGURA 322 | Embarcação de pesca ao serviço de banhos no areal da Costa da Caparica, rodeada de veraneantes (1964). Embarcação tipo chata, a remos, mandada construir por Arlindo Gonçalves, residente na Costa da Caparica, ao carpinteiro naval Marcelino Ferreira, com estaleiro no Porto Brandão, pelo valor de 1.300$00, e foi registada na Delegação Marítima da Trafaria em 29.10.1946, para a pesca local, com a denominação "Eva" e o conjunto de identificação TR-313-L. Tinha 4,45 m de comprimento fora a fora, 1,70 m de boca, 0,51 m de pontal e 1,059 de tonelagem bruta. Em 6.10.1952, passou a ser propriedade da FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), manteve o conjunto de identificação e alterou a denominação para "Tarzan", e passou a dedicar-se ao "serviço de banhos". Foi alocada à antiga Colónia de Férias "Um Lugar ao Sol", inaugurada a 31.07.1938, que foi primeira colónia balnear da FNAT, e a maior colónia de férias do país, e localizava-se na Mata da Caparica, onde é hoje o complexo do INATEL. O registo foi cancelado em 1.11.1986, por a embarcação ter sido "demolida pelo mar". 472

FIGURA 323 | *Panopea generosa*. Molusco bivalve marinho que até à primeira metade do século XX era abundante no areal da Cova do Vapor à Costa da Caparica, onde vivia submerso na areia e era apanhado à mão. Era conhecido pela denominação "Caralhampana". Tanto servia para consumo dos marítimos como para iscar aparelhos de anzol. O sifão que sai da concha serve para escavar a areia e para filtrar

a água para retirar nutrientes, e pode chegar a um metro de comprimento. É cultivado de forma intensiva na costa oeste americana, onde se designa "geoduck", para exportação para a China onde é considerado um afrodisíaco e tanto é consumido cru como cozinhado. 472

FIGURA 324 | Conchas de *Panopea generosa*, molusco bivalve marinho conhecido pela denominação "Caralhampana". A fotografia de cima é de Hugo Ventura, utiliza as conchas a bordo da sua embarcação "Costa Mar", registo n.º TR-1738-L, e a de baixo é de Fernanda Jones Cardoso, apaixonada pela fotografia que numa visita à Cova do Vapor, em 21/12/2019, ficou estupefacta pela concha ser do tamanho da sua sapatilha, e registou o momento. 473

FIGURA 325 | Pescadores a transportarem para a embarcação as cordas (cabos) da arte xávega na Costa da Caparica (c. 1960). 474

FIGURA 326 | Pescadores a arranjar as redes na Praia da Caparica, ao lado da embarcação "Luz do Dia". 474

FIGURA 327 | Embarcações tipo "meia-lua" de pesca profissional varadas no areal da Costa da Caparica, em 16.06.1962. Em primeiro plano, a embarcação "?", conjunto de identificação n.º TR-31-L, e ao lado, a embarcação "Senhora do Cabo", conjunto de identificação n.º TR-707-L, tipo chata, a remos, registada na Delegação Marítima da Trafaria em 8.2.1957, mandada construir por José Henrique Xavier Luís, residente na Costa da Caparica, ao carpinteiro naval Marcelino Ferreira com estaleiro no Porto Brandão pelo valor de 2.100$00, para a pesca local, com 4,85 m de comprimento fora a fora, 1,87 m de boca, 0,58 m de pontal, e 1,31 de tonelagem bruta. Em 10.3.1967, passou a embarcação a ser propriedade de António Rosa Barros, residente na Costa da Caparica, e alterou o nome para "Cessaltina". Em 2.5.1966, passou a ser propriedade de Manuel Rosa Lopes. Em 29.4.1966, montou um motor fora de borda de 6 hp, e em 10.03.1967 deixou de ser motorizada, tendo o motor sido vendido para outro barco. Em 4.12.1967, passou a ser propriedade de José Pina de Matos, e em 30.03.1970 passou a ser propriedade de Júlio Pereira Célica e passou a denominar-se "Maria Olga". 475

FIGURA 328 | Manuel Rosa da Costa, nascido em 1928, alcunha Manuel Polícia, residente no Bairro dos Pescadores, começou a andar na pesca na arte xávega aos oito anos e só parou quanto tinha 90 anos. Foi arrais de várias xávegas e também trabalhou na pesca no rio Tejo, e é hoje o arrais vivo mais antigo. Costa da Caparica, em frente à porta de sua casa, em 03.08.2019. 476

FIGURA 329 | Embarcações de pesca varadas na Praia Nova, em frente ao espaço de arrumos de artes de pesca, na Costa da Caparica, em 30.07.2019. 477

FIGURA 330 | Zona dos arrumos de aprestos e artes de pesca da Costa da Caparica, em 15.07.2019. 477

FIGURA 331 | Vista aérea da zona dos arrumos de artes e aprestos de pesca da Costa da Caparica, em 22.09.2015. 477

FIGURA 332 | "Barraca de estorno", Fonte da Telha, Lisboa. 478

FIGURA 333 | Barcos de pesca, em primeiro plano, e construções abarracadas, em segundo plano, na Fonte da Telha, em 13.12.1977. 478

FIGURA 334 | Pescador a remendar um tresmalho em polifilamento na Fonte da Telha. 478

FIGURA 335 | Embarcação "Quer é Peixe", registo n.º TR-1585-L, propriedade de António Fernando de Oliveira Marques da Silva, alcunha Retornado, no areal da Fonte da Telha, em 5.08.2019. 479

FIGURA 336 | Tânia Graça, pescadora, nascida na Cova do Vapor, que anda embarcada com o seu marido, António João dos Santos Graça (alcunha Toni, ou o Ronaldo das Pescas), nascido na Costa da Caparica, proprietário e arrais da embarcação "Ana Isabel", registo n.º TR-1502-L. A bordo da embarcação no regresso à doca de Pedrouços, depois de um dia de faina na zona do Bugio. Segura dois cações capturados com rede de emalhar de um pano, classe de malhagem de 60 a 119 mm, na modalidade fundeada, em 13.11.2020. 498

FIGURA 337 | Instalações da Pesquisucesso - Associação de Pescadores, nos armazéns de arrumos de artes e aprestos de pesca, na comunidade piscatória da Costa Caparica, em 16.07.2019. 520

FIGURA 338 | Sede da ALA-ALA - Associação de Pesca, nas instalações do Grupo de Amigos da Costa (GAC), na Costa da Caparica, em 15.07.2019. 520

FIGURA 339 | Localização da comunidade piscatória de Paço de Arcos. 537

FIGURA 340 | Zona ribeirinha entre Caxias e Paço de Arcos em 1869, sendo inúmeras as reentrâncias e as praias que eram utilizadas pelos pescadores e pelo tráfego local. 538

FIGURA 341 | Praia da Sardinha (lavagem de paneiros) em 1937, entre a praia do Salva-vidas e as Pedras Negras. 538

FIGURA 342 | Praia do Salva-vidas em finais do século XIX, onde se observam embarcações de pesca e de tráfego local. 538

FIGURA 343 | Praia da Cruz Quebrada (Década de 1940). Já se observam cabanas e barracas no areal, umas de veraneio outras de apoio à pesca, e embarcações de recreio na água e de pesca varadas no areal. 539

FIGURA 344 | Praia Velha. Ao fundo o edifício do Instituto de Socorro a Náufragos em Paço de Arcos com apenas um piso, na primeira metade do século XX. 539

FIGURA 345 | Praia Velha. O mesmo edifício do Instituto de Socorro a Náufragos em Paço de Arcos na década de 1970, já com dois pisos. 539

FIGURA 346 | Embarcações de pesca encalhadas na Praia Velha de Paço de Arcos na década de 1960. 540

FIGURA 347 | Vista aérea de Paço de Arcos e Caxias, onde é possível ver as embarcações de pesca espalhadas por toda a orla ribeirinha. 541

FIGURA 348 | Armadilhas desmontáveis para captura de camarão, a que chamam "covos", na praia da Cruz Quebrada. 542

FIGURA 349 | Edifício dos pescadores em Paço de Arcos, em 21.02.2019. Serve de espaço de arrumos de artes e aprestos de pesca, e funciona aqui a sede da Associação dos Armadores e Pescadores de Paço de Arcos. 545

FIGURA 350 | Planta de localização da proposta de abrigo de pesca para Paço de Arcos, produzida pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 28 de outubro de 2014. 546

FIGURA 351 | Praia Velha - ancoradouro para as embarcações de pesca local. Percurso. 547

FIGURA 352 | Henrique Manuel Pinto dos Santos, proprietário e armador da embarcação "Preciosa", registo n.º TR-1523-L, onde desempenha a bordo das funções de arrais (único tripulante), a aparelhar uma caçada de rede branqueira (tresmalho de fundo). Para além do equipamento obrigatório, a embarcação está apetrechada com o alador mecânico. Tem amarrado à embarcação o auxiliar (coco) que utiliza para chega ao areal. Ancoradouro de Paço de Arcos, em 6.07.2021. 551

V.1. 2. Índice de Tabelas

TABELA 1 | Identificação e localização geográfica dos agrupamentos piscatórios no estuário do rio Tejo (à data de 31.12.2018). 14

TABELA 2 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, em Vila Franca de Xira. 59

TABELA 3 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Vila Franca de Xira no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 76

TABELA 4 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Benavente. 102

TABELA 5 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Benavente no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 107

TABELA 6 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018, em Alcochete. 132

TABELA 7 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Alcochete no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kg), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo

(euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 150

TABELA 8 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Montijo. 188

TABELA 9 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Montijo no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 200

TABELA 10 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 na Moita. 228

TABELA 11 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho da Moita no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 239

TABELA 12 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Barreiro. 273

TABELA 13 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Barreiro no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 289

TABELA 14 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 no Seixal. 321

TABELA 15 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho do Seixal no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 334

TABELA 16 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Lisboa. 368

TABELA 17 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Lisboa no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 385

TABELA 18| Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em todo o concelho de Almada. 489

TABELA 19 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Almada no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 511

TABELA 20 | Listagem das embarcações habilitadas com licença de pesca para a zona do rio Tejo durante o ano de 2018 em Oeiras. 548

TABELA 21 | Espécies capturadas pelos marítimos do concelho de Oeiras no estuário do rio Tejo, respetivas quantidades desembarcadas (Kgs), valor de comercialização e preço médio de venda por quilo (euros) alcançado na rede de postos de vendagem e lotas exploradas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., durante o ano de 2018. 563

V.1. 3. Índice de Quadros

QUADRO 1 | Embarcações e arqueação, artes (redes e aparelhos) e principais espécies a que se destinam e pescadores na comunidade de pescadores da Aldeia Galega (Montijo), de pescas de águas salobras, entre 1905 e 1908. 179

(página intencionalmente deixada em branco)

(página intencionalmente deixada em branco)


Estuário do rio Tejo
Pesca Comercial
Marítimos
Arrais de Pesca Local
Embarcação de Pesca Local
PESCADORES
Arrais de Pesca
Artes de Pesca
Piteira
Tagol
Moita
Montijo
Malhagem
Seixal
Lisboa
Benavente
Alcochete
Rede Corvineira
Camarão Mouro
Galricho ou nassa
Arrastão de Vara
Barreiro
Palangre de Meia Água
Bicheiro
Palhais
Corricar
Lota
Sacho
Sítio das Hortas
Sabogal
Ganchorra
Rede fundeada
Cabo das Tralhas
Corrico
Samouco
Safio
Olho do Boi
Serração
Chumbicas
Toneira
Savara
Classe de Malhagem
Congro
Biro do Mexilhoeiro
Rol de Tripulação
Branqueira
Amora
Banática
Rede Solheira
Lúcio
Cacilhas
Anelídeos
Trafaria
Rede de Tresmalho
Rede derivante
Portos de Pesca
Cais de Alcochete
Cais do Seixal
Matrícula de Tripulação
Vila Franca de Xira
Palangre de Fundo
Fonte da Telha
Porto Alto
Oeiras
Gaio
Lota
Xarroco
Berbigoeiro
Sargo-safia
Pelinga
Barreiro
Sável
Ruivo
Savara
Sável
Poliquetas
Robalo-baila
Rede de Emalhar de um Pano
Cabo das Boias (ou flutuadores)
Sardinha
Apneia
Xalavar
Póvoa de Santa Iria
Barra a Barra
Paço de Arcos
Caramujo
Porto Brandão
Doca de Alcântara
Choupa
Arqueação
Cova do Vapor
Savelha
Almada
Alhandra
Dourada
Ganchorra manobrada com sarilho
Safio
Polvo-comum
Cetáceos
Cordados
Polvo
Siluro
Mergulho
Sabóga
Vermijo